

**III Congreso Internacional
de Lingüística Histórica**

**Santiago de Compostela,
27-30 de xullo de 2015**

**Gallæcia.
Estudos de
lingüística
portuguesa
e galega**



EDICIÓN AO COIDADO DE

Marta Negro Romero

Rosario Álvarez

Eduardo Moscoso Mato

UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

publicacións

Gallæcia. Estudos de lingüística portuguesa e galega

En xullo de 2015 o Instituto da Lingua Galega da Universidade de Santiago de Compostela tivo a honra de acoller o *Gallæcia. III Congreso Internacional de Lingüística Histórica. Homenagem aos profesores Ramón Lorenzo e Antón Santamarina*. A antiga Gallæcia romana, evocada no nome do congreso e no título desta publicación, foi sen dúbida o berce das actuais linguas galega e portuguesa, na súa variedade europea ou ultramarina; tres realidades hoxe diferentes que, igual ca as pólas do tríscele celta tomado como símbolo do *III CILH*, parten dun núcleo común que as mantén unidas para sempre dun xeito tal que cada unha só ten sentido pleno en unión coas outras. Pretendiamos visualizar deste modo tanto o ámbito xeográfico no que se ía desenvolver o congreso coma o ámbito histórico medieval que foi berce de moitos dos aspectos que ían ser tratados. Como se pode observar nunha superficial ollada ao índice de traballos, a variedade temática é grande, unha diversidade nos aspectos tratados que non deixa de ser o reflexo da riqueza temática do congreso.

GALLÆCIA

Estudos de lingüística portuguesa e galega

CURSOS E CONGRESOS DA
UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
N.º 242

INSTITUTO DA LINGUA GALEGA

GALLÆCIA

Estudos de lingüística portuguesa e galega

Edición ao coidado de

MARTA NEGRO ROMERO

ROSARIO ÁLVAREZ

EDUARDO MOSCOSO MATO

2017

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

Este libro publícase coa axuda financeira da Fundación Calouste Gulbenkian (Programa Gulbenkian de Língua e Cultura Portuguesas 2015) e da Secretaría Xeral de Universidades (Xunta de Galicia - Fondo Europeo de Desenvolvemento Rexional) ao grupo de investigación *Filoloxía e Lingüística galega* (USC).

©Universidade de Santiago de Compostela, 2017

Deseño de cuberta

Servizo de Publicacións da Universidade de Santiago de Compostela

Maquetación

Raquel Vila-Amado

Edita

Servizo de Publicacións
Campus Vida
15782 Santiago de Compostela
usc.es/publicacions

DOI <http://dx.doi.org/10.15304/cc.2017.1080>

*A Antón Santamarina e Ramón Lorenzo, que
nos agasallan, día a día, coa súa presenza, o seu
compromiso, o seu maxisterio e a súa amizade.
Por moitos anos.*

ÍNDICE

MARTA NEGRO ROMERO / ROSARIO ÁLVAREZ / EDUARDO MOSCOSO MATO Limiar	13
HENRIQUE MONTEAGUDO A lingua no tempo, os tempos da lingua. O galego, entre o portugués e o castelán	17
IVO CASTRO Os de Vasconcelos	61
ATALIBA T. DE CASTILHO Sistemas complexos e mudança linguística. Estudo de caso: diacronia de concordância no Português Brasileiro	95
ANA PAULA BANZA Próclise e ênclise em Padre António Vieira	119
ANDRÉ CONFORTE O paralelismo sintático em Othon M. Garcia	133
ANDRÉ CRIM VALENTE / JOSÉ CARLOS DE AZEREDO O tempo e o aspecto verbais na tradição gramatical brasileira	147
ANTONIA VIEIRA DOS SANTOS Padrões de composição de palavras no Foro Real, de Afonso X	163
ANTÔNIO SUÁREZ ABREU Emergência de palavras e sentidos em português por ação de “blend” e “chunking”	181
ARABIE BEZRIHERMONT / EVÁNGELA BATISTA RODRIGUES DE BARROS Percorrendo os rastros linguísticos nos caminhos do ouro e do gado: estudo comparativo de falares rurais de Minas Gerais	189
CAROLINA ANTUNES / MARIA JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA Marcas de uso em um dicionário dialetológico: as marcas de tecnoleto	209

CÉLIA MARIA MORAES DE CASTILHO Os judeus na implantação do português em São Paulo. Dos guetos portugueses para as planícies de Piratininga	225
CLARA BARROS Fragmentos do texto das <i>Partidas</i> em português: análise de estruturas discursivas	251
CLÁUDIA MARTINS Funcionamento verbal do particípio presente no português antigo	267
CONCEIÇÃO DE MARIA DE ARAUJO RAMOS / JOSÉ DE RIBAMAR MENDES BEZERRA / MARIA DE FÁTIMA SOPAS ROCHA Projeto Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português – a inclusão da obra <i>A linguagem popular do Maranhão</i> : desafios e soluções	287
DANIELA BARREIRO CLARO / ANA REGINA SILVA TELLES / SILVANA SOARES COSTA RIBEIRO Desafios do Desenvolvimento do ALiBWeb: um sistema web para o Projeto ALiB	299
DÉBORAH GONZÁLEZ O debate de Estevan da Guarda e Josep. Análise estrutural e léxica	307
DMITRY GUREVICH / LIUBOV ZHOLUDEVA Polivalência da conjunção que/che em português e italiano	321
DUANE VALENTIM / SOLANGE CHRISTIANE GONZÁLEZ BARROS Adentro das produções textuais: a noção de <i>tecnologia</i> em textos de alunos do Ensino Fundamental	331
ÉDINA DE FÁTIMA ALMEIDA / DIRCEL APARECIDA KAILER O /R/ em coda silábica no interior de Goiás em dados do <i>Atlas Linguístico do Brasil</i>	347
EDYTA JABLONKA Integração dos itens lexicais estrangeiros no português: uma visão geral	363
ELISABETH MARIA DE SOUZA CAMILO Estudo dos nomes das repúblicas estudantis da Universidade Federal de Ouro Preto - uma avaliação semântica	379
ELIZETE DE SOUZA BERNARDES O corpo <i>juris</i> : uma análise discursiva da produção de (efeitos de) verdades	395

ESTEFANÍA MOSQUERA CASTRO Os mecanismos de escrita abreviada no discurso electrónico galego: innovación ou tradición?	409
EVA DOMÍNGUEZ NOYA / MARÍA SOL LÓPEZ MARTÍNEZ Tratamento da variación lingüística no <i>CORGA</i>	421
FABIANE CRISTINA ALTINO / MARIANA SPAGNOLO MARTINS O projeto <i>Tesouro do Léxico Patrimonial</i> no Paraná - BR: estágio actual dos trabalhos	441
FÁTIMA GÓES SANTIAGO / MARIA CECÍLIA DE PAULA SILVA O léxico indígena no jornal escolar <i>O Aprendiz</i> (1944-1947)	455
FELIPE MORAIS DE MELO As fórmulas textuais das <i>cartas oficiais norte-rio-grandenses</i> (1713-1931)	465
FERNANDO VENÂNCIO Verbos exclusivos do galego-português moderno. Historia e metodologia	483
FLÁVIA SANTOS MARTINS Uma reflexión sobre a variação na concordância nominal de número na fala dos habitantes do alto Solimões (Amazonas/Brasil)	499
FLÁVIA PEREIRA SERRA / THECIANA SILVA SILVEIRA / LUÍS HENRIQUE SERRA As metáforas conceituais nas denominacións de jogos e brincadeiras no universo infantil do Nordeste do Brasil	529
FRANCISCO FERNÁNDEZ REI <i>O Arquivo do Galego Oral: xénese e situación actual</i>	545
FRANCISCO JAVIER CALVO DEL OLMO / KARINE MARIELLY ROCHA DA CUNHA Percurso geopolíticos e perfís sociolingüísticos: mapeando a historia social do diassistema galego-português	563
GENIVALDO DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA Variação semântico-lexical entre dois estados brasileiros – Bahia e Paraná: fenómenos atmosféricos nos dados do <i>Atlas Lingüístico do Brasil</i>	583
GEORGIANA MÁRCIA OLIVEIRA SANTOS A variedade léxical do reggae maranhense na constitución do patrimonio galego-português	599

GIOVANNA IKE COAN <i>Arquive</i> ou <i>Arquive-se?</i> Expressão do imperativo em textos burocráticos na passagem do século XIX ao XX	613
ILDIKÓ SZIJJ Compostos do tipo <i>saca-rolhas</i> em português e galego, comparação com outras línguas românicas	631
IVA SVOBODOVÁ Proposta didática: ensino de Português Língua Estrangeira em diferentes níveis da língua	645
IVANA STOLZE LIMA Escravidão e domínio linguístico - perspectivas para uma história social da <i>Arte da Língua de Angola</i> (1697)	665
JOSÉ DA SILVA SIMÕES O <i>corpus</i> do Projeto <i>Para a História do Português Brasileiro</i> : a constituição de corpora históricos baseada em critérios de tradições discursivas	683
JOSÉ DA SILVA SIMÕES / PATRÍCIA SIMONE FERUCIO MANOEL O português brasileiro do séc. XVIII: evidências de uma norma em construção	697
JUCILENE OLIVEIRA SOUSA BASILIO / MARIA MARTA PEREIRA SCHERRE A expansão de perífrases de gerúndio no português brasileiro	713
JULIA KHUN / RAFAEL EDUARDO MATOS Estudio de la vitalidad de la lengua pemón en Venezuela: las comunidades de San Antonio del Morichal y Waramasén	733
LUCIO MENEZES VALENTIM O galego no léxico de Rosa: <i>veredas</i>	747
LUIZ CARLOS CAGLIARI Expectativa e comunicação	765
LUIZ PEDRO DA SILVA BARBOSA Sufixo e vogal temática: uma visão construcional sobre os verbos estativos latinos	773
MÁRCIA VERÔNICA RAMOS DE MACÊDO O falar da Bahia: em busca da delimitação de áreas dialetais	789

MARÍA CONCEPCIÓN ÁLVAREZ POUSA A variación lingüística galega en textos orais do Concello de Viana do Bolo	803
MARIA DO CARMO VIEGAS / PÂMELLA ALVES PEREIRA Sintatização, semantização e discursivização do <i>não obstante</i> na história do Português	825
MARIA FABÍOLA VASCONCELOS LOPES Gramática: registros e implicações em atividades no material didático	845
MARIA FRANCISCA XAVIER Mudança e variação na realização de preposição introduzindo orações finitas do português	865
MARIA LUIZA DE CARVALHO CRUZ-CARDOSO A realização das vogais médias pretônicas no Amazonas: um recorte baseado no <i>Atlas Lingüístico do Amazonas – ALAM</i>	883
MARIANA LEITE Entre galego-português e castelhano: sobre a <i>marginalia</i> da tradução dos Salmos no manuscrito R da <i>General Estoria</i> de Afonso X	893
MARIANA MORETTO GEMENTI A Geometria de Traços na representação das fricativas sibilantes nas <i>Cantigas de Santa Maria</i>	905
MARINA KOSSARIK Ensino de língua e formação de conceitos fundamentais da linguística moderna (monumentos portugueses anteriores a Port-Royal: obras de Amaro de Roboredo e gramáticas missionárias)	921
MIGUEL MAGALHÃES Complementos infinitivos num <i>corpus</i> de Português Clássico	941
MONIQUE PETIN K. DOS SANTOS / MARIA MAURA CEZARIO Estudo cognitivo-funcional da formação da construção [XQUE] _{CONNECT} no Português	951
PAULO MARTÍNEZ LEMA Os estudos de onomástica en Galicia: da Idade Media aos nosos días	967
RENATA FERREIRA COSTA A necessidade de uma edição crítica das <i>Memórias para a História da Capitania de São Vicente</i> , de Frei Gaspar da Madre de Deus	987

ROSEMARY LAPA DE OLIVEIRA Leitura e literatura na constitución do suxeito leitor	1011
SORAYA DOMÍNGUEZ PORTELA Aproximación ó funcionamento do suxeito na construción dos verbos de movemento: comportamento prototípico e singularidades construtivas	1021
XAVIER GÓMEZ GUINOVART Recursos integrados da lingua galega para a investigación lingüística	1037
XOSÉ-HENRIQUE COSTAS GONZÁLEZ Os textos orais do val do río Ellas e a súa importancia para a dialectoloxía galega e portuguesa	1049
YARA FRATESCHI VIEIRA Um caso de absorção lingüística, literária e social no <i>corpus</i> lírico galego- português: as cantigas de Vidal, Judeu d' Elvas	1061

LIMIAR

A publicación que presentamos apóiase nunha tripla base: Galicia, Portugal e Brasil. Como poderá observar, esta colectánea acolle artigos que teñen en común o interese lingüístico e filolóxico pola lingua portuguesa, nas súas variedades europea e brasileira, ou pola lingua galega.

En xullo de 2015 o Instituto da Lingua Galega da Universidade de Santiago de Compostela tivo a honra de acoller o *Gallæcia. III Congreso Internacional de Linguística Histórica. Homenagem aos profesores Ramón Lorenzo e Antón Santamarina*. A antiga Gallæcia romana, evocada no nome do congreso e no título desta publicación, foi sen dúbida o berce das actuais linguas galega e portuguesa, na súa variedade europea ou ultramarina; tres realidades hoxe diferentes que, igual ca as pólas do tríscele celta tomado como símbolo do *III CILH*, parten dun núcleo común que as mantén unidas para sempre dun xeito tal que cada unha só ten sentido pleno en unión coas outras. Pretendiamos visualizar deste modo tanto o ámbito xeográfico no que se ía desenvolver o congreso coma o ámbito histórico medieval que foi berce de moitos dos aspectos que ían ser tratados.

Foi esta terceira edición a continuación doutros dous encontros lingüísticos de vocación internacional celebrados no Brasil en 2009 (Salvador de Bahia, en homenaxe á profesora Rosa Virgínia Mattos e Silva) e 2012 (São Paulo, en homenaxe ao profesor Ataliba T. de Castilho). Na edición galega, o Instituto da Lingua Galega e o comité organizador do congreso consideraron oportuno facer deste encontro unha homenaxe a dous grandes mestres de todos nós e da lingüística galega, os profesores Ramón Lorenzo e Antón Santamarina, aos que tamén vai dedicado este volume. Esta publicación vén a lume a piques de iniciarse o *IV CILH*, que se celebrará en Lisboa no mes de xullo, en homenaxe ao profesor Ivo Castro.

Aínda que os artigos que integran este volume teñen a súa base en relatorios de diferente teor presentados no *III CILH*, este non é propiamente un libro de actas. Foi acordado polo comité organizador procurar a publicación dos resultados do congreso en monografías que os seleccionasen e os sometesen a un sistema de arbitraje científica, co obxectivo de logramos un maior impacto na nosa área de coñecemento. No congreso organizado en Galicia en 2015 presentáronse preto de trescentas comunicacións (4 conferencias plenarias, 5 simposios con 48 relatorios, 22 sesións coordinadas con 80 participacións e 160 comunicacións libres, ademais de 7 minicursos e 4 pósteres), a maioría delas merecentes de publicación. A escolla dos traballos aquí reunidos tivo como criterio tanto a calidade destas

achegas e a súa temática coma a dispoñibilidade dos autores e autoras para que os seus traballos fosen recollidos nun volume que se edita fundamentalmente en formato electrónico. Despois da selección previa feita polo comité organizador, os autores e autoras foron convidados a enviar a versión final, corrixida e aumentada, de acordo coas normas de publicación adoptadas para o libro, sabedores de que todos os traballos serían sometidos a un proceso de avaliación por pares anónimos a cegas. Por iso, a forma actual que presentan estes artigos está enormemente enriquecida por achegas, melloras e engadidos que levaron a cabo os autores e autoras, por iniciativa propia ou animados polos seus pares. Paralelamente, estanse preparando outras colectáneas de artigos que verán a luz noutras monografías irmás da que presentamos.

Como se pode observar nunha superficial ollada ao índice de traballos, a variedade temática é grande, unha diversidade nos aspectos tratados que non deixa de ser o reflexo da riqueza temática do congreso.

Os capítulos iniciais deste volume son tres conferencias plenarias do congreso, que de novo lembran a estrutura do tríscele. En primeiro lugar, a conferencia inaugural ofrecida polo profesor Henrique Monteagudo (Galicia), que presenta unha atinada exposición do proceso de elaboración e cultivo do galego e do portugués no contexto xeográfico hispano-occidental, coas variedades de español como terceiro código lingüístico en contraste. Segue a conferencia de clausura do congreso, a cargo do profesor Ivo Castro (Portugal), que se debruza nesta ocasión sobre as vidas paralelas de Carolina Michaëlis de Vasconcelos e de José Leite de Vasconcelos, unidos polo apelido ademais de pola paixón filolóxica. Na fin, o traballo do presidente de honra do *III CILH*, profesor Ataliba Teixeira de Castilho (Brasil), quen, partindo da consideración da lingua como un sistema complexo, trata a diacronía da concordancia no portugués brasileiro desde o punto de vista multisistémico.

A estes tres primeiros capítulos seguen 61 contribucións de temática variada, co denominador común galego - portugués europeo - portugués brasileiro, combinando a perspectiva sincrónica e a diacrónica, nas diversas etapas cronolóxicas das linguas. Sen dúbida, a achega máis abondosa é debida a estudosos brasileiros, pois ocupan dous terzos do total.

Os tres grupos temáticos máis numerosos están constituídos por contribucións relacionadas coa morfosintaxe, por estudos relacionados con textos ou cörpora textuais de diferentes etapas históricas e por artigos nos que se analiza o léxico desde diferentes perspectivas. O resto de grupos temáticos están menos concorridos: proxectos de investigación en desenvolvemento; estudos particula-

res de fonética, dialectoloxía, sociolingüística, ensino de lingua e literatura, onomástica, semántica, lingüística contrastiva, literatura medieval galego-portuguesa, lingüística electrónica ou historia da lingüística. Estamos, xa que logo, ante un mosaico que consideramos de interese para o estudoso da lingüística, tanto pola súa variedade temática coma polas diferentes e enriquecedoras perspectivas de estudo que nel se presentan.

Non podemos finalizar sen agradecer a dispoñibilidade dos autores a autoras dos artigos deste volume, cun traballo e esforzo que superaron en gran medida o que lles demandamos; ás entidades que coas súas achegas económicas fixeron posible o *III CILH* e a publicación deste volume, conforme queda recollido publicamente nos lugares correspondentes; á nosa compañeira Raquel Vila-Amado, que, coma adoito, coidou desta nova criatura máis alá das súas responsabilidades; aos revisores científicos e lingüísticos, que seguen no anonimato; e a todos os que, dun xeito ou outro, apoiaron este proxecto e contribuíron coa súa intelixencia, o seu esforzo e o seu afecto a levar esta nave a bo porto. Beizón: quedamos en débeda convosco.

Tamén non podemos rematar sen manifestar a honra que, para o Instituto da Lingua Galega e para os organizadores deste congreso, supuxo o feito de sermos, durante aqueles catro días de xullo de 2015, o centro da filoloxía galego-luso-brasileira. Desde o corazón da Gallæcia, berce común de linguas e culturas, deixamos nas vosas mans este feixe de traballos co desexo de que moitas máis publicacións conxuntas sigan tecendo a rede entre ambas as beiras do Atlántico.

Marta Negro Romero
Rosario Álvarez
Eduardo Moscoso Mato

A lingua no tempo, os tempos da lingua. O galego, entre o portugués e o castelán

Henrique Monteagudo

Instituto da Lingua Galega - Universidade de Santiago de Compostela
henriquemonteagudo@gmail.com

O presente traballo toma como punto de partida outro contributo previo intitulado “Galego, portugués e brasileiro no tempo. Achegas para unha diacronía comparada” (Monteagudo 2012; véxase tamén Monteagudo 2013c). Neste xustificabamos a comparanza entre os tres (sub)sistemas lingüísticos en foco pola súa orixe común no galego-portugués medieval. Sinalabamos alí o contraste entre a filiación xenética común dos tres sistemas e a (dis)continuidade histórica das respectivas comunidades lingüísticas, lembrando que a noción de *filiación xenética* remite a plano sistemático-lingüístico, isto é, á evolución diacrónica dos correspondentes sistemas (a *lingüística histórica*), mentres que a de *continuidade histórica* fai referencia á traxectoria das comunidades falantes, ou sexa, ás condicións histórico-sociais en que se desenvolve a dita evolución (a *historia lingüística*).

- HISTORIA INTERNA / * HISTORIA EXTERNA
- Sistema lingüístico / * Comunidade lingüística
- Filiación xenética / * Continuidade histórica
- Gramática diacrónica / * Traxectoria histórica
- Lingüística histórica / * Historia lingüística

É claro que entre o galego e os outros dous sistemas vertentes non existe continuidade histórica, dada a fragmentación da comunidade lingüística inicial no seo da cal foi orixinado o galego-portugués, mais no devandito traballo tracexamos a filiación xenética dunha banda entre o galego e o portugués europeo, e doutra entre o segundo e o portugués brasileiro e, por tanto, indirectamente (mediando o portugués dos séculos XVI-XVIII, do que provén o brasileiro), entre o galego e o portugués do Brasil. Ofrecemos alí unha visión sintética e contrastiva da evolución diacrónica da gramática dos tres sistemas considerados, distinguindo innovacións/ conservacións conxuntas e disxuntas. Tamén nos esforzamos en desmentir determinados preconceptos prevalentes sobre o galego, que tenden a figuralo –expresado dun xeito sumario– como unha especie de dialecto periférico do portugués dexenerado por causa dun intenso proceso de castelanización. Entre as conclusións do dito traballo relevantes para o presente salientamos as seguintes:

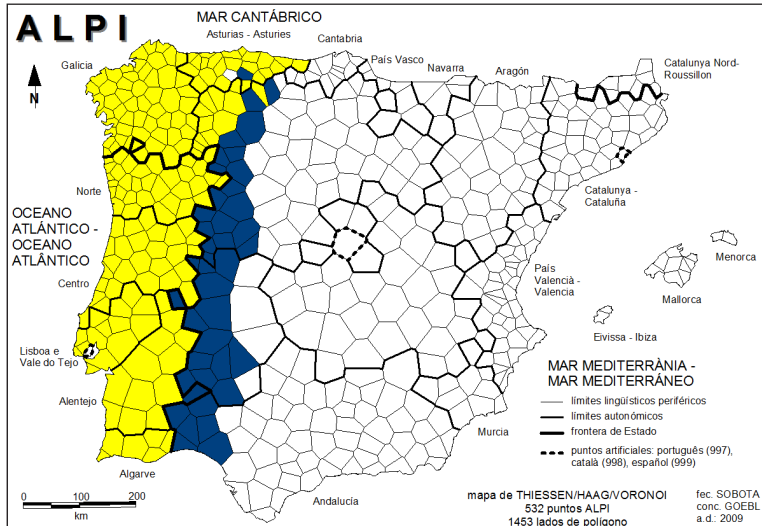
1. *O galego non se separou unilateralmente dun tronco orixinal e común galego-portugués* que estaría mellor representado polo portugués europeo; de feito, nunha serie de aspectos o galego mantense máis próximo ao estadio lingüístico medieval, ao tempo que noutros é o portugués o que se mantén máis próximo a este.
2. *O galego experimentou unha evolución autónoma, non sempre converxente co castelán*, sen que, obviamente, se poidan ignorar os efectos dun contacto estreito, asimétrico e duradeiro con esta lingua; o castelán satelizou o galego, incorporándoo ao seu dominio sociolingüístico nunha posición subalterna e someténdoo a unha progresiva dialectalización (inicialmente socio-funcional e simbólica, máis tarde tamén lingüística), facilitada pola proximidade interlingüística entre un e o outro.
3. A pesar de que o portugués europeo e o brasileiro proceden dunha rama común e separada do galego-portugués medieval (isto é, o portugués dos séculos XVI a XVIII), *as semellanzas e diferenzas entre os tres subsistemas ofrecen un quadro complexo*. Obviamente, o portugués peninsular e o do Brasil partillan entre si unha serie importante de características que os confrontan conxuntamente co galego, pero por outra banda, o galego e o portugués europeo tamén comparten trazos distintivos en relación ao brasileiro, mentres que o galego e o portugués do Brasil manteñen riscos comúns e diverxentes do portugués europeo. As coincidencias entre o portugués europeo e o portugués brasileiro fronte ao galego son esperables; doutra parte, as coincidencias entre o galego e o portugués do Brasil fronte ao primeiro corresponden sempre a trazos conservadores, propios no devandito estadio do portugués altomoderno, pero apagados no portugués estándar peninsular nos séculos XVIII ao XX.
4. Finalmente, chamamos a atención tamén sobre algunhas importantes evolucións coincidentes do galego e o portugués europeo desenvolvidas a partir do século XV, entre as cales salientamos tres fenómenos morfosintácticos: a opción pola énclice pronominal, o emprego obrigatorio do artigo determinado ante adxectivo posesivo e mais a non gramaticalización da conxugación perifrástica formada con *haber* + participio (excepto no caso do mais-que-perfeito *havia* *tinha falado* do portugués) (véxase mapas nº 1, 2 e 3). Destas, as dúas últimas acabaron por resultar distintivas fronte ao brasileiro contemporáneo, que prefire a próclise pronominal e prescinde do artigo determinado ante artigo posesivo. De por parte, interésanos subliñar agora que ningunha destas tres evolucións é exclusiva do galego e o portugués peninsular, senón que son compartilladas con outras variedades hispánicas veciñas dos dominios asturleonés e castelán. Á vista do dito, comprobamos que o modelo de árbore xenealóxica dá unha conta insuficiente e distorcida das relacións entre os tres subsistemas considerados.

Partindo do traballo que acabamos de resumir, no presente contributo imos tentar ofrecer unha visión máis de conxunto e máis ‘histórica’ da evolución dos sub-sistemas galego e portugués peninsular. No que vén a seguir imos dar por suposto o groso da información e a argumentación de tipo estritamente gramatical que se acha pormenorizada no traballo anterior¹. Movendónos en dirección cara á historia social, imos atender aos procesos de elaboración da lingua, subliñando a importancia crucial que tiveron en tanto que orientadores da evolución do conxunto de cada un dos diasistemas. Entendemos a consideración deses procesos como un interesante interface entre o plano da diacronía gramatical e o da historia social, pois os fenómenos de cultivo e elaboración dos idiomas, sendo como son decisivos na configuración da arquitectura dos correspondentes diasistemas (na súa organización interna, isto é, estratificación e xerarquización en centro e periferias) están condicionados dun xeito directo e determinante por factores políticos e socioculturais. Xa que logo, imos abrir o *foco* por mor de situar a evolución do galego e o portugués no contexto hispánico-occidental, tomando o castelán como novo elemento de comparanza e relativizando a importancia da ‘lingua’ como de intelección². Dito dun xeito moi resumido, imos tentar mostrar que boa parte das semellanzas entre o galego e o castelán non son debidas á satelización do primeiro por parte do segundo (son evolucións coincidentes ou mutuamente converxentes, máis ca converxencias asimiladoras do galego cara ao castelán); mentres que unha porción das diferenzas entre o galego e o portugués non son o resultado dunha separación do primeiro con respecto ao tronco galego-portugués, senón que houbo diverxencia mutua, sendo que nuns casos o que se separou evolutivamente do tronco común foi o galego e noutros foi o portugués *padrón*.

Nun plano máis xeral, o noso obxectivo é ofrecer argumentos a prol da necesidade de situar de xeito estable e visible o galego no campo dos estudos da lingüística e filoloxías portuguesas, convencidos como estamos de que unha área particularmente apta para achegarnos a ese obxectivo é a dos estudos de lingüística histórica, precisamente a que nos reuniu no *III Congreso Internacional de Lingüística Histórica en Compostela*.

¹ Canto á bibliografía, no dito traballo atoparase máis pormenorizada a que se refire á gramática diacrónica do galego e do portugués, mentres que no presente ampliáremola para dar conta de aspectos non considerados naquel, e especificamente, da referente ao castelán e outras variedades peninsulares, que non eran contemplados na nosa achega previa.

² Neste sentido, son valiosas, pero insuficientes, achegas como Lleal 1990 ou Echenique / Sánchez 2005.

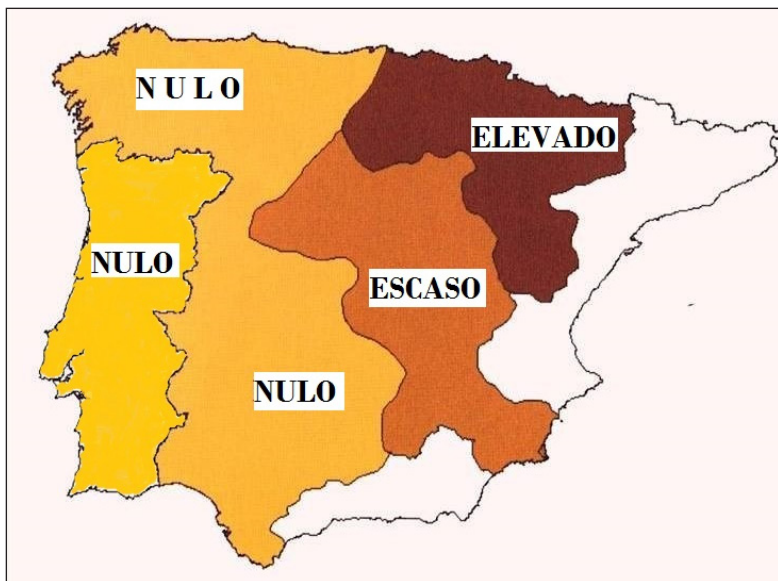


MAPA 1. ÉNCLISE PRONOMINAL COMO POSIÇÃO NON MARCADA.
FONTE: ALPI, ELABORADO POR XULIO SOUSA E ERNESTINA CARRILHO³



MAPA 2. USO DO ARTIGO DETERMINADO ANTE ADXECTIVO POSESIVO.
FONTE: ALI, ELABORADO POR FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ 2011: 52

³ Agradezo ao colega Xulio Sousa a cesión desta carta, procedente dun traballo inédito. Aproveito para agradecer tamén aos colegas Xesús Alonso Montero e Francisco Dubert García polos seus comentarios e orientacións sobre determinados aspectos da presente achega.



MAPA 3. GRAO DE GRAMATICALIZACIÓN DE TEMPOS COMPOSTOS (ANTES DE 1400).

FONTE: ELABORACIÓN PROPIA A PARTIR DE FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ 2011: 54

1. O galego e as filoloxías portuguesa e castelá

Para comezar, imos argumentar sobre a necesidade de non cinxirmonos ao marco da lingua e do territorio nacionais á hora de debruzarnos sobre os estudos de historia lingüística. Para tanto, imos mover o noso foco en dúas direccións: ampliando o campo de mira para considerar unidades e espazos máis amplos cá ‘lingua’, e concentrándoo para atender unidades e espazos máis reducidos ca esta. E isto simplemente porque moitos procesos básicos de historia lingüística afectan a máis de *unha* lingua, a menos de *unha* lingua ou a *partes* de varias linguas (véxase como exemplo os mapas nº 1-3, 14-17 e 21).

Desde a súa fundación como saberes científicos, as filoloxías nacionais tomaron como obxecto de estudo as linguas nacionais –preferentemente, da súa variedade modelo–, e en consecuencia o seu relato está orientado cara á situación contemporánea⁴. Así, tenden a aplicar de xeito máis ou menos mecánico operacións de retroproxección das realidades actuais, sobreimpoñéndoas ás situacións do pasado. Des-

⁴ Como mostra un botón: “Il est inutile d’insister sur l’interêt qu’offrent les patois et dialectes, et en eux-mêmes, et par les éclaircissements qu’on peut tirer pour l’étude scientifique des langues officielles”, asegura José Leite de Vasconcellos na *Revue des Patois*, e a seguir engade: “Estas palabras podem aplicar-se também a Portugal” (*apud* García Turnes 2008: 224).

tarte, as linguas nacionais aparecen xa configuradas como tales desde as súas orixes medievais, mentres que os respectivos espazos lingüísticos (significativamente denominados *dominios*) se dan como xa delimitados *ab initio* precisamente porque, nun razoamento circular, desde o comezo estaban predestinados a un porvir nacional⁵. A historia da lingua tiña como obxectivo forxar un relato lexitimador da lingua nacional, sobre todo do seu centro, da súa variedade canónica (o estándar nacional), e mais dos límites do seu dominio, en definitiva, da composición, arquitectura e fronteiras do correspondente diasistema⁶:

Dans la mythologie néogrammairienne [*e, en xeral, histórico-comparatista*], la représentation du processus qui fait passer de la fragmentation dialectale à l'imposition d'une langue unificatrice est simple: un dialecte, pour des raisons variées, s'impose par son prestige et, par des modalités historiques diverses, d'ordre socio-historique et/ou politique, finit para s'étendre comme véhiculaire sur un ensemble géolinguistique correspondant *grosso modo* à une «aire linguistique» que ne demandait qu'à trouver sa «langue commune» (Baggioni 1997: 86).

Xa que logo, a interpretación da historia das linguas vén dupla e complementariamente distorcida pola retroproxección ao pasado de realidades presentes e pola correspondente lectura asemade anacrónica e teleolóxica das realidades e dos procesos desenvolvidos no pretérito (Fox 1997: 97-109, Varela 1999: 229-257, Monteaúdo 2000). Pero, como observa Inés Fernández Ordóñez, “la historia de las lenguas no depende de una proyección simple de las fronteras políticas, ni medievales ni posteriores, ni puede acotarse a ellas”, e, en todo caso, na península ibérica, “ninguno de los reinos medievales dispuso de una variedad lingüística homogénea y todos los territorios, de fronteras móviles y permeables, compartieron rasgos lingüísticos [...] no puede pensarse que esa permeabilidad de las lenguas haya finalizado en época posterior a la Edad Media” (2011: 90).

⁵ Así, por caso, a terceira parte da *Historia de la Lengua Española* de Ramón Menéndez Pidal, que trata do período que vai desde a fin do Imperio romano ata 1230, leva por título “Hacia la nacionalización lingüística de Hispania” (2005: 207-483).

⁶ No informe que José Leite de Vasconcellos elaborou para a “Reforma do Curso Superior de Letras” (1888), xustifica a creación dunha cadeira de Filoloxía portuguesa na Universidade porque “a base de toda a educación deve ser profundamente nacional, e sem o conhecimento científico da língua, que é o órgão principal das nossas ideas e um dos meios mais fáceis de expressão dos nossos sentimentos, essa educação fica incompleta”, sendo que tal disciplina –argumenta– “ajuda a despertar ou a afirmar no público o espírito sempre fecundo da nacionalidade” (cito por Vasconcellos 1929: 841 e 842). Pola súa banda, dona Carolina Michaëlis de Vasconcellos declaraba que “para mim a filologia portuguesa é o estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em toda a sua amplitude não só quanto à gramática e quanto à etimologia, semasiologia, etc. mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional” (*apud* Maia 2004: 32).

En efecto, as linguas contemporáneas non preexistiron á súa propia historia, pola contra, constitúen o resultado de complexos procesos de individuación e de focalización nos que xogaron un papel determinante a elaboración dunha variedade cultivada e a súa promoción como modelo, de maneira que tal variedade se ergue en *teito* ou *centro* doutras modalidades non cultivadas que quedan *cobertas* (se seguimos a metáfora do *teito*) ou *satelizadas* (se preferimos a metáfora do *centro*) por aquela (Muljačić 1989, 1991). A individuación implica unha progresiva focalización do sistema en proceso de constitución, isto é, a superación da borrosidade primitiva mediante a selección de variantes / variedades⁷ que son promovidas como preferibles para logo seren canonizadas como ‘modélicas’, proceso apoiado de xeito crucial na escrita (LePage / Tabouret-Keller 1985; Joseph 1987). No caso románico e concretamente no hispánico, coma noutros moitos, a individuación produciuse no interior dun *continuum* ou *gradatum* dialectal (Berruto 2012: 127-132), primitivamente carente tanto de fronteiras tallantes no seu interior canto de organización xerarquizada (isto é, desprovistas de diferenzas críticas de estatus entre as variedades), no interior do cal, por causa de determinados procesos sociais, emerxen variedades progresivamente definidas, con fronteiras cada vez máis ríxidas e internamente estruturadas, que van satelizando outras variedades da súa contorna, ata a decolaxe do conxunto como un (sub)sistema autónomo plenamente recoñecido. Por tanto, citando de novo a Inés Fernández Ordóñez, “trasladar a la historia de la lengua la uniformidad propia de la lengua escrita en el siglo xx y extenderla anacrónicamente hacia el pasado no contribuye a la plena comprensión de los hechos históricos” (2011: 90).

Xa que logo, ‘portugués’ e ‘castelán’ non existen como linguas desde o século XIII, ao menos como ‘linguas nacionais’ tal como hoxe son entendidas. As linguas portuguesa e castelán son produtos de cadanseu proceso histórico. Falando moi rapidamente, unha e outra foron modalidades *romances* en formación ata aproximadamente os finais do século xv, isto é, variedades máis ou menos claramente recoñecidas dunha entidade máis ampla, de identidade e perfís nebulosos, que se adoitaba denominar ‘romance’, ‘lingua vulgar’ ou ‘linguagem’. Desde o século xv ata ben entrado o xvii, ‘portugués’ e ‘castelán’, a pesar de estaren cada vez máis claramente definidos –grazas á súa asociación a un centro de poder monárquico e á correspondente identidade colectiva de cadanseu reino, ao seu cultivo literario na época clásica e ao labor dos gramáticos e codificadores renacentistas–, aínda tendían a ser consideradas dúas modalidades cultivadas dunha entidade maior confusamente definida, que se adoitaba chamar ‘hespanhol’ ou ‘lingua vulgar de España’ (Monteagudo 1999: 117-123 e 168-196). Lembrarase que desde os mediados do século xv ata a primeira metade do xviii, unha boa parte dos escritores portugueses era bilingüe, xa

⁷ Entendemos como variante todo item lingüístico de calquera nivel que entra en relación de variación con outro ou outros. Unha variedade non é máis ca un (sub)sistema de variantes.

que escribían unha porción (ás veces maioritaria) da súa obra en castelán (Vázquez Cuesta 1988; Castro 2006: 223-227). A individuación do castelán e o portugués só culminou de xeito definitivo entre os finais do século xvii e os comezos do xviii, como decontado veremos.

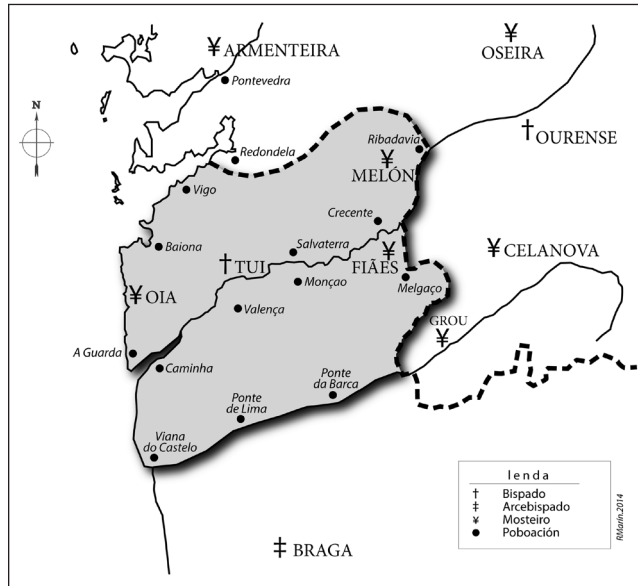
Os procesos de individuación conducen á fragmentación do *gradatum* dialectal e ao establecemento de xerarquías no seu interior (e no interior de cada un dos novos espazos diferenciados no seu seo), coa asignación de estatus sociais, funcionais ou simbólicos desiguais a unhas e outras variedades. Por tanto, o dominio territorial das linguas emerxentes non está previamente configurado, senón que resulta do alcance da irradiación das respectivas variedades *teito*, coa conseguinte subordinación (dialectalización) de variedades cubertas por ese *teito*. Individuación é, pois, sinónimo de *lingualización*, co seu correlato negativo, a *dialectalización*: unha determinada variedade lingüística, formalmente elaborada, funcionalmente ampliada e simbolicamente prestixiada, por un proceso de sinécdoque, vén a ser considerada a representante por antonomasia dunha *lingua*, que engloba unha serie de *dialectos*, xogando este último papel as variedades non elaboradas, próximas xeneticamente e semellantes estruturalmente á primeira, que, despois de cubertas pola primeira, pasan a ser consideradas modalidades degradadas desta, por canto lle están subordinadas nos planos funcional, formal e simbólico (Joseph 1982).

As filoloxías nacionais, dado o seu empeño en construír historias artelladas arredor da variedade cultivada de cada lingua nacional, adoptaron como marco de referencia espacial o territorio do estado nacional, tendendo a asumir como propias tanto do seu obxecto (as linguas) coma da súa disciplina as fronteiras políticas daquel (o estado)⁸. Deste xeito, consagraron este espazo como marco de intelección preferente (ou, no peor dos casos, excluín-te) da historia en xeral e da historia lingüística en particular. Neste aspecto, a cartografía lingüística xogou un papel chave: así como os mapas políticos nos habitúan a que identifiquemos un determinado territorio como o ámbito territorial ‘natural’ dunha nación e da súa correspondente historia, as cartas lingüísticas contribúen decisivamente a inculcar a noción de que o estado nacional constitúe o *dominio* (atención novamente á palabra!) natural das linguas e o marco obvio para o seu desenvolvemento histórico.

Por acaso, ao longo de anos de pescuda, quen isto escribe atopou dificultades cartográficas tan sorprendentes como localizar un mapa da diocese medieval de Tui, demarcación eclesiástica que foi transfronteiriza ata o século xv, co seu territorio dividido en dúas metades polo río Miño, isto é, pola fronteira política galego- (ou hispano-) portuguesa. Nin sequera nas historias eclesiásticas especializadas existe tal mapa, que probablemente está condenado ao ineditismo por desrespectar as sacro-

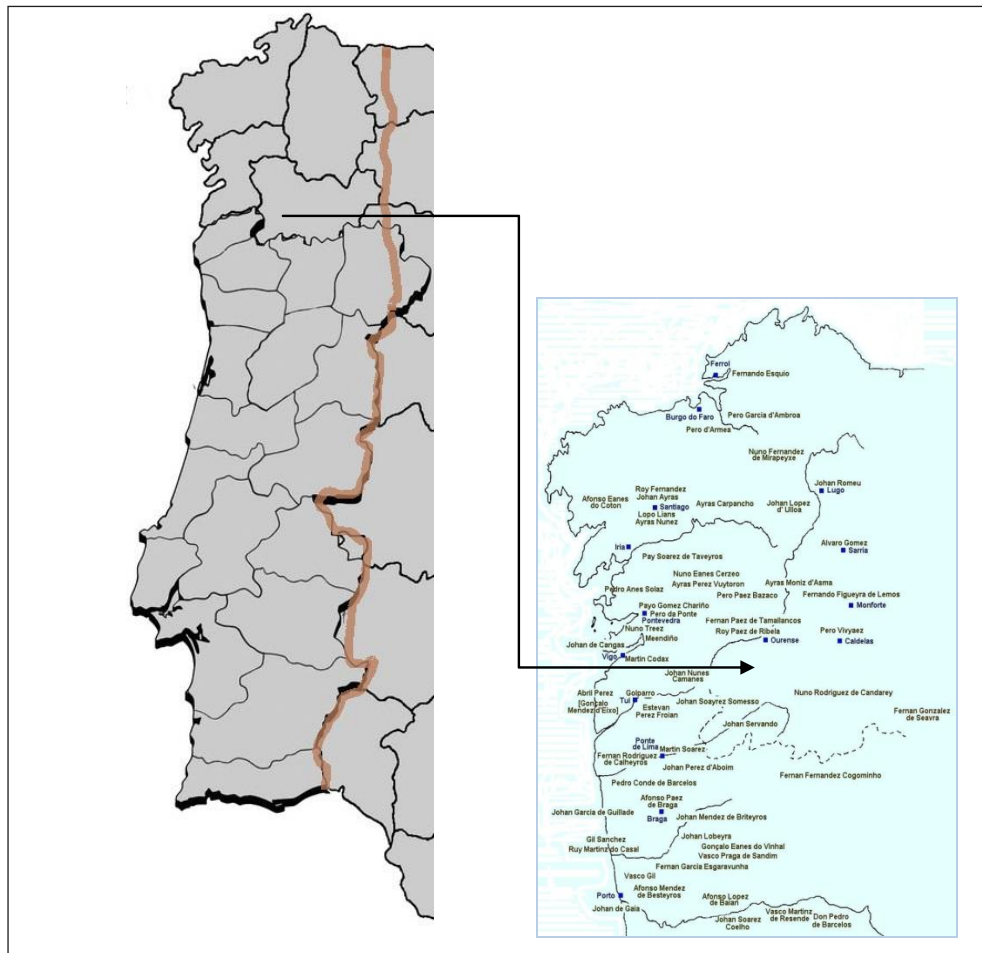
⁸ “O galego é un dialecto ou co-dialecto portugués; todavia, como a Galiza pertence politicamente à Hespanha, é preciso que a Filologia galega ocupe lugar à parte” (José Leite de Vasconcellos, *apud* García Turnes 2008: 250 n.).

santas fronteiras dos estados. Tivemos que encargarlle a un debuxante que o deseñara expresamente para o libro que publicamos sobre Johan Soayrez Somesso (mapa nº 4; Monteagudo 2014: 160).



MAPA 4. TERRITORIO DA DIOCESE MEDIEVAL DE TUI.
FONTE: MONTEAGUDO 2014: 160

Ata que punto os mapas contribúen a dar forma a imaxes mentais que quedan automática e indeleblemente gravadas na nosa mente en asociación con determinados conceptos fíxosenos evidente cando vimos por primeira vez unha carta que mostraba a naturalidade dos autores da chamada lírica galego-portuguesa (Oliveira 2001: 182). Ao igual que á xeneralidade das persoas (ou así o supoñemos), a palabra 'galego-portugués' sempre nos evocaba de xeito espontáneo unha entidade que abrangía a suma dos territorios actuais de *todo* Galicia e *todo* Portugal, da mariña cantábrica de Lugo á ribeira do Algarve. Pois ben, o devandito mapa ofrece unha imaxe considerablemente distinta do ámbito territorial de tal fenómeno literario: o territorio matriz da lírica galego-portuguesa, do que eran naturais a práctica totalidade dos seus cultores, corresponde case exactamente coa antiga Gallaecia Magna, isto é, a rexión Entre-Douro-e-Minho mais a Galicia actual (mapas nº 5 e 6; véxase Monteagudo 2013b).



E vistos un par de exemplos da cartografía histórica, tornamos á filloxía. Dentro do paradigma da filloxía nacional, fundada na ideoloxía do nacionalismo lingüístico de estado (un estado, unha nación, unha lingua), o galego constitúe unha molesta anomalía: non é a lingua nacional do estado do que a súa comunidade lingüística forma parte, pero, sen saírmos do marco peninsular, comparte a súa orixe e unha certa tradición literaria fundadora coa lingua nacional dun estado ‘estranxeiro’.

Dito en termos de Heinz Kloss, o galego é un dialecto externo sen teito, ou, máis precisamente, un dialecto externo recuberto por un teito heteroxenético (Kloss 1967)⁹.

Rebus sic stantibus, os estudos de filoloxía galega tiveron que abrirse camiño entre dúas tradicións académicas que tenderon a marxinalizar a realidade lingüística galega. Dunha banda, a tradición da filoloxía española, fortemente castelán-céntrica e intensamente nacionalista, que ou ignorou a existencia do galego ou o considerou un apéndice do portugués (do *romance hispánico occidental*, como gustaba de dicir o seu egrexio fundador, Ramón Menéndez Pidal; véxase Monteagudo 2000), cando non do castelán. Doutra banda, a tradición da filoloxía portuguesa, aínda que deparou ao galego bastante máis simpatía e interese cá filoloxía española (lembramos só nomes como Theófilo Braga, José Leite de Vasconcellos, a propia Carolina Michaëlis de Vasconcellos ou Manuel Rodrigues Lapa, por non citarmos colegas que están entre nós), dunha parte contou con escasas posibilidades de acceder a un coñecemento minimamente sistemático e fiable da súa realidade, e doutra moveuse ante el cunha certa incomodidade *cultural* (por así dicir) e cunha considerable dificultade para integralo no seu paradigma científico e no seu marco de intelección glotopolítico¹⁰.

Fose como for, a simple pervivencia do idioma galego constituíu unha interquienencia para a validación do relato nacional da filoloxía portuguesa, talvez menor pero certamente perturbadora: a súa existencia puña en cuestión o carácter exclusivamente nacional da orixe da lingua (de aí toda a mitoloxía lusitanista e mais as hipóteses sobre unha orixe centro-meridional do portugués, sobre as que voltaremos), sendo *a orixe* unha noción de crucial importancia nos relatos nacionalistas. Para máis anomalía, a lírica trobadoresca, mesmamente a tradición fundadora da literatura nacional (outra noción básica nos relatos nacionalistas da filoloxía romántica e positivista), non era unicamente portuguesa, senón en boa parte galega (véxase o dito en relación co mapa nº 6). Incluso houbo que inventar un neoloxismo para a etapa primitiva da lingua, que tamén se aplicou á literatura dos primordios: *galego-portugués* (García Turnes 2002b e 2008, 254-263). Non servía a antiga denominación *galego*, entendendo o nome ao xeito altomedieval, isto, é, referido ao conxunto da *Gallaecia Magna*, que era tan bracarense – ao menos– coma lucense¹¹. Incluso o termo *galego-portugués* tendeu ao desuso a favor de denominacións como *portugués arcaico* e similares. Continúa pois a operación de apagamento do galego da historia lingüística luso-brasileira.

⁹ Enténdase *dialecto* nun senso aséptico, como *variedade* dun diasistema máis amplo, limitada no seu desenvolvemento funcional, na súa elaboración formal e no seu estatus simbólico por causa da superposición dunha lingua ‘alta’ cunha orixe distinta (neste caso, o teito castelán é só parcialmente heteroxenético, e a distancia entre o galego e a lingua-teito é escasa, o que facilita a dialectalización).

¹⁰ Sobre o galego visto polos lingüistas e filólogos portugueses desde o Renacemento aos nosos días, véxase Castro 2002, Maia 2002, García Turnes 2002a e 2002b, 2003 e 2008, Castro / Frateschi 2009, Monteagudo 2009 e Venâncio 2015.

¹¹ A “Galliza maior e antiga” de que fala Carolina Michaëlis de Vasconcellos, autora que tamén se refire ás Galizas de *aquém-Minho* e de *além-Minho* (1904: II, 778-79).

2. Galego, castelán, portugués: paralelismos e contrastes

Entramos agora na cerna do noso traballo. A tese que trataremos de defender é que unha parte importante das afinidades entre o galego e o castelán estándar peninsular se explican porque a variedade modelo do segundo se constituíu sobre unha base dialectal marcadamente setentrional –xa que logo, non deben explicarse como resultado dun proceso de asimilación do galego por parte do castelán–, mentres que unha porción non menor das diferenzas entre o galego e o portugués europeo se explica porque a variedade de referencia do segundo se moldeou sobre unha base dialectal acentuadamente meridional –por tanto, non por un desvío do galego en relación co tronco común–. Estas dúas afirmacións en si mesmas probablemente teñen pouco de novidade. Non obstante, estamos convencidos de que non se ten reflexionado dabondo sobre a súa significación verbo da posición do galego. Pola contra, aínda hoxe non é raro bater con traballos en que se dá por sentado que a evolución do galego desde o século XIII consistiu pura e simplemente nun proceso de castelanización. Esta crenza ignora precisamente os dous fenómenos a que acabamos de facer referencia, e aínda outro máis, non menos relevante, ao que nos referiremos ao remate da presente achega: que o galego experimentou evolucións propias, diverxentes e contrastivas tanto verbo do castelán canto do portugués.

Para desenvolver a nosa argumentación, precisamos servirmos dun determinado marco cronolóxico. Debemos advertir, porén, que non nos interesa tanto a cronoloxía en si mesma canto a secuencia histórica dos procesos que imos considerar; por tanto, non é a nosa pretensión engadir unha máis ás numerosas propostas de periodización xa existentes, senón que nos limitaremos a empregar unha operativa para o noso obxectivo. O filólogo Ralph Penny concibe a historia do español, o catalán e o galego-portugués como o resultado de sucesivas nivelacións lingüísticas, que terían acompañado a expansión territorial dos reinos hispánicos do norte cara ao mediodía. No caso do castelán, distingue tres momentos (Penny 2004: 87-89)¹²: 1ª nivelación en Burgos (a partir da ocupación do val do Douro, no século XI), 2ª nivelación en Toledo (a partir da ocupación do val do Texo, no século XII), 3ª nivelación en Sevilla (a partir da ocupación do val do Guadalquivir, no século XIII). A nosa colega Inés Fernández Ordóñez apunta unha idea semellante, máis acaída aínda ao noso propósito:

La evolución del español de los últimos siglos de la Edad Media y en la Edad Moderna se explica tanto por la difusión de la lengua del norte al sur como por la génesis de una nueva modalidad en el centro y en el sur que, por nivelación lingüística, creó soluciones genuinas o adoptó las procedentes de las variedades norteñas (2011: 74).

¹² Esta proposta foi desenvolvida por extenso en Tuten 2003.

Seguindo a devandita liña de razoamento, e abrindo o foco ao espazo lingüístico da área centro-occidental da Península ibérica, podemos sinalar tres fases evolutivas:

1. Período medieval. Difusión norte → sur (séculos XI-XIV). Irradiación vertical e descendente dos romances xurdidos no norte da península nos séculos IX-XI, a custa das variedades lingüísticas do centro e o sur, incluíndo fenómenos de contacto con estas; en particular, cos romances mozárabes (*roman andalusí*). Primeira elaboración de variedades escritas, segundo o modelo castelán producido nas cortes de Fernando III e Afonso X (véxase mapa nº 7).
2. Período premoderno. Estabilización, elaboración e elevación de variedades-modelo no centro / sur (século XV-1ª metade do século XVI). Selección, codificación e elaboración das variedades preclásicas do portugués e do castelán, cos centros respectivamente en Lisboa e Toledo, cun papel protagonista das cortes reais e dos centros culturais intimamente relacionados con elas.
3. Período moderno. Transformación, afirmación e difusión das variedades-modelo (segunda metade do século XVI - século XIX): decantación do castelán e portugués clásicos (1550 ca.-1700 ca.) e posteriormente dos estándares modernos (séculos XVIII-XIX). Endebén, a difusión de cadansúa variedade modelo produciuse en dous sentidos contrapostos. No caso do castelán, nos séculos XVI-comezos do XVII produciuse unha remodelación, bastante brusca, de orientación resetentrionalizadora, isto é, unha nova difusión de mudanzas lingüísticas en dirección norte → sur; pola contra, no caso do portugués, impúxose, de xeito máis parsimonioso, unha tendencia meridionalizante que gañou en intensidade aínda no período baixomoderno, séculos XVIII e XIX, con sucesivas ondas irradiadoras de mudanzas no sentido contrario á etapa inicial, isto é, agora en dirección sur → norte. Xa que logo, existe un contraste moi notable de dinámicas lingüísticas entre os dominios do portugués e do castelán (véxase mapa nº 8).
 - a. No espazo do castelán, produciuse unha nova difusión Norte → Centro/Sur, coa remuda da variedade modelo do centro (orixinalmente fundada a partir do aluvián de dialectos norteños) por unha nova variedade modelo de base setentrional. A irradiación descendente apuxa as variedades meridionais cara á periferia do sistema (andaluz).
 - b. No Oeste (Portugal), pola contra, produciuse unha difusión Centro/Sur → Norte, provocando unha meridionalización do sistema. A difusión ascendente apuxa cara á periferia as variedades setentrionais (minhoto e trasmontano).

Imos deternos máis pormenorizadamente neses procesos.



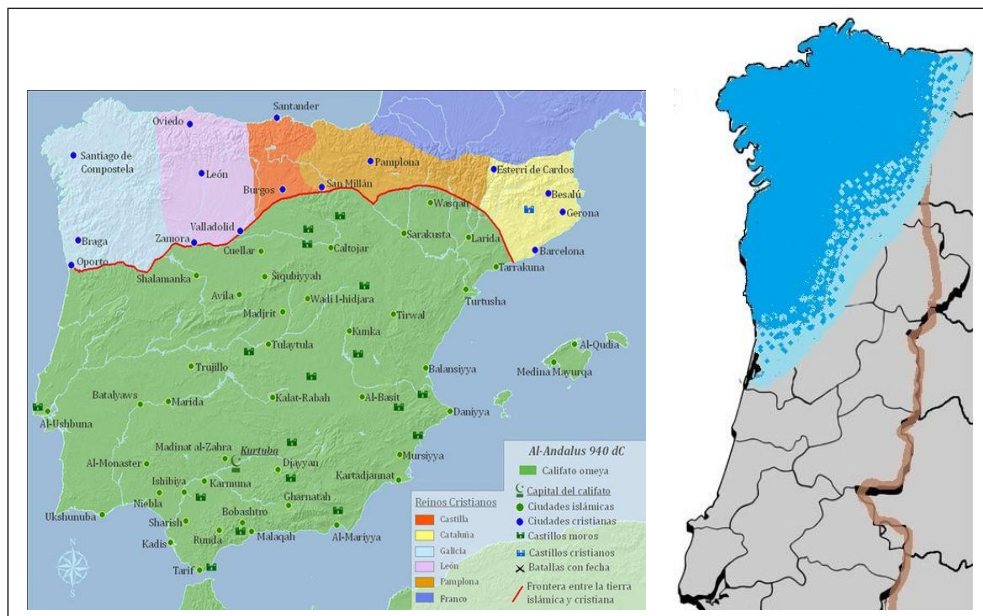
MAPA 7. DIFUSIÓN NORTE > SUR (IDADE MEDIA)

MAPA 8. DIFUSIÓN SUR > NORTE (PORTUGAL), NORTE > SUR (CASTELA) (IDADE MODERNA). FONTE: ELABORACIÓN PROPIA

2.1. Difusión norte → sur (séculos XI-XIV). Gallaecia e Castela

A orixe do conxunto das variedades galego-portuguesas está nos falares da vella rexión da Gallaecia Magna, ao norte do río Douro –a fronteira meridional non é moi precisa, podería ser máis ben unha faixa de transición entre este río e o Vouga–, isto é no romance *galego* (Castro 2006: 64-67)¹³, do mesmo xeito que a orixe do conxunto das variedades do castelán ou español está no romance do norte de Castela a Vella, e das do catalán no romance orixinariamente falando a ambos os costados dos Pireneos orientais. Referíndose ao noso romance, xa o sinalaba Martin Sarmiento nos mediados do século XVIII, “aquele vulgar primitivo era comun á las dos clases de gallegos, lucenses y bracarenses” (*apud* Monteagudo 1999: 257).

¹³ Na actualidade están xa totalmente desacreditadas as hipóteses, antano dominantes, que sitúan a orixe do portugués en falas do centro-sur do territorio portugués, artelladas por algunhas das figuras máis importantes da filoloxía lusitana á calor da voga nacionalista (Leite de Vasconcellos, Paiva Boléo), na liña daquelas operacións que antes sinalamos de retro-proxección anacrónica e visión teolóxica do pasado. Véxase Lorenzo (1975: 155): “en la época de incubación del idioma, su geografía era septentrional. Los que consideran que el portugués nació en el Centro-Sur confunden el nacimiento del idioma con el establecimiento de una lengua normativa, que es cosa muy posterior y tuvo como su base el habla de la capital”.



Como denominar este romance? O problema que presenta a denominación *galego*, que é o nome que en principio lle correspondería (Monteagudo 1999: 117-121), é que pode inducir a confusión, pois fai referencia aos límites da antiga *Gallaecia Magna*, coa capital en Braga, non da Galicia moderna, coa capital en Compostela. Unha alternativa podería ser *galaico*, se non fose que este adxectivo se aplica máis ben ás poboacións do período prerromano e romano. Outras opcións serían *galecio* ou *galiciano*: *romance galecio* ou *romance galiciano*¹⁴ poderían ser axeitados. *Galaico-portugués* é un composto estraño: o correspondente a *galaico* sería *portucalense*. *Galego-portugués* ten moitas vantaxes, pero o problema aquí é simétrico ao de *galego*: nese termo composto, *portugués* debéra ser entendido en referencia ao vello Condado Portucalense, pero de feito é automaticamente identificado co Portugal moderno,

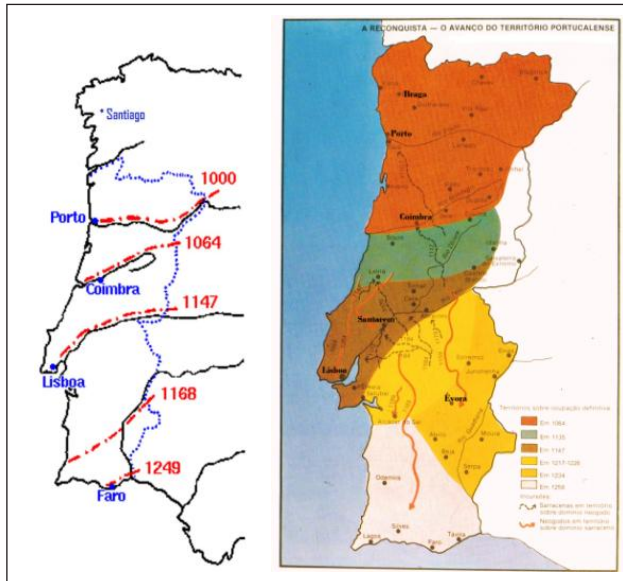
¹⁴ *Galliziano* / *Galleziano* / *Galliciano* foron empregadas, por caso, por António Ribeiro dos Santos, ás veces en composición con *Portuguez* (*Portuguez Galliziano* ou *Galliziano Portuguez*) cun sentido específico, distinto a *gallego*. Pola súa banda, Théophilo Braga empregou *galecio-portuguez*, *gallezio-luzitano* e *portuguez-galleziano* mentres que Adolfo Coelho preferiu *lingua gallecio-portuguesa* (García Turnes 2002b).

moito máis extenso. Trátase exactamente do mesmo problema cá denominación da *lírca galego-portuguesa* a que xa nos referimos.

En todo caso, os falares constitutivos do *romance galego* orixinario foron falados nos territorios ao norte do Douro baixo dominio cristián antes do século XI (mapas nº 9 e 10; confírase co mapa nº 6). Ese romance orixinario experimentou no século XI unha primeira expansión cara ao sur que, segundo unha conxectura comunmente admitida, daría lugar á absorción do romance mozárabe (Coimbra); xa no século XII coñeceu unha segunda e decisiva expansión (que implicou a ocupación de Santarém e Lisboa) e finalmente no século XIII un novo e definitivo empuxe cara á ocupación do territorio meridional de Portugal (véxase mapas nº 11-13). Desde mediados do século XII, Portugal aparece constituído como Reino independente, pero a fronteira política galego-portuguesa foi aínda durante máis de dous séculos moi porosa, e só a partir dos finais do século XIV foi virando unha barreira política, lingüístico-cultural e comunicativa algo máis ríxida. Mesmo así, ata a segunda metade do século XVII, e aínda despois deste período, non deixou de ser permeable. Porén, a fronteira política constituíu unha barreira infranqueable para as innovacións irradiadas de Lisboa que a partir do século XIII ían atinxindo, cun impacto asimilador progresivamente máis potente, as variedades lingüísticas ao norte do Douro, comezando pola escrita (véxase sobre isto Cintra 1963).



MAPA 11. REINOS CENTRO-OCCIDENTAIS A FINS DO SÉCULO XII



MAPAS 12 E 13. CRONOLOXÍA DA RECONQUISTA DO TERRITORIO DE PORTUGAL.
 FONTE: FERRONHA (1992: 17)

2.2. Estabilización, elevación e elaboración de variedades-modelo no centro / sur (século xv - primeira metade século xvi): castelán e portugués preclásicos

Pero se a orixe está no Norte, os procesos de estabilización, elaboración e elevación das respectivas variedades modelo dos romances castelán e portugués, emprendidos ao longo do século XIII e culminados nos finais do século XV e primeiras décadas do XVI, desenvóléronse nuns centros situados na área centro-meridional de cada un dos dominios. Isto é, en Lisboa nun caso – máis exactamente, no eixo Coimbra-Santarém-Lisboa-Évora–, e en Toledo no outro, impulsados por Fernando III e sobre todo Afonso X no centro e por Afonso III e sobre todo Don Denis no oeste. En ambos os casos, as cortes reais exerceron de motores principais de cadanseu proceso, como soas axencias que acumulaban o poder, o saber, e a vontade suficientes, isto é, a capacidade e os recursos imprescindibles para proxectalos, dirixilos e levalos a termo. De inicio, Afonso O *Bolonhês* e Don Denis elaboraron o romance recentemente implantado en Lisboa, sobre a base dialectal galego-portuguesa de orixe. Así, en palabras de Joseph Huber (1986: 39), “o portugués antigo parece ser muito mais a linguagem da província setentrional de Entre Douro e Minho do que a de Lisboa”¹⁵. En realidade,

¹⁵ Unha aproximación sintética ao papel de Don Denis pode verse en Maia 2010. Con todo, neste traballo deslízanse afirmacións que lemos con cautela: “gostaríamos de salientar [...] que a varie-

está por estudar cun mínimo de profundidade o papel da corte de Don Denis e do seu pai, que iniciaron a emerxencia do portugués, polo que incluso carecemos dunha caracterización dabondo detallada da escrita emanada do escritorio real nestes dous reinados. Moi probablemente, Don Denis seguiu o exemplo e tomou o modelo do seu admirado avó, Afonso o Sabio¹⁶. Sexa como for, parece claro que esta lingua elaborada no escritorio real portugués partiu dunha base galego-portuguesa e seguiu, con pequenas pero significativas alteracións (<lh> e <nh>), a ortografía deseñada na corte real de Castela para o romance central, que o propio Afonso *o Sabio* adaptara tamén para o galego (*Cantigas de Santa Maria*) (Cintra 1963, Souto 2004, Monteagudo 2008a, Ramos 2014). É probable que a adopción de <lh> e <nh> como grafías para as respectivas consoantes palatais respondese a unha vontade de identificar a escrita portuguesa en contraste coa castelá e coa galega¹⁷. Sexa como for, creou unha fronteira gráfica con respecto ao galego.

En todo caso, a partir da instauración da dinastía de Avis, a finais do século XIV, a elaboración do portugués gaña novo pulo, como testemuñan tanto as traducións que se levan a cabo no século XV – especialmente do latín –, coma a intensa implicación da mesma familia real na produción literaria (a *Ínclita Geração*: o rei Don João, o infante D. Duarte, os príncipes D. Pedro e D. Henrique), ao tempo que se produce unha reorientación da variedade culta, na que se introducen innovacións de raíz centro-meridional coma as que comentaremos axiña:

Um período muito curto, que não excede a primeira metade do século XV e corresponde àquela época em que [...] os filhos de D. João I [...] sendo vários

dade da zona centro-litoral, enquadrada pelas cidades de Coimbra, Santarém e Lisboa [...] começava já adquirir supremacia lingüística em relação às demais variedades diaatópicas” (*ibidem*, 326-27, salientado noso). Como a mesma autora reconece, faltan estudos para estear esta afirmación, que vén apoiada unicamente nunha cita de autoridade: “Que o gosto lingüístico tinha mudado e que, no tempo de D. Dinis, já não se identificava como o português nortenho de Entre-Douro-e-Minho, mas com a língua do Centro do País, afirmou-o já D. Carolina Michaëlis” (*ibidem*, 326). Sospeitamos que esa visión responde a unha visión teleolóxica do proceso de desenvolvemento do *padrão*.

¹⁶ Que a decisión de promover o portugués a lingua *oficial* do seu escritorio viña inspirada no exemplo de Afonso *o Sabio* xa o suxeriu Francisco Brandão: “Alguns se persuadem de que faltou a Dom Dinis o conhecimento [da lingua Latina] por verem que a degradou do Reyno, mandando que os processos & actos judiciais se escreuessem na lingua vulgar Portuguesa & não na Latina, como era costume, donde parece que a desestimava, como desconhecida. O intento todavia foi mui diferente, à imitação de seu auô elRey Don Afonso o Sabio, que ordenara o mesmo nos Reynos de Castella” (*apud* Verdelho 2001). O exemplo deste monarca xa debora de xogar un papel no inicio do proceso, no período 1255-1275 ca., por iniciativa de Afonso III *o Bolonhês* (Cintra 1963: 61-62).

¹⁷ Idea xa suxerida por Cintra: “La réforme de l’orthographe portugaise a eu une conséquence sur laquelle il faut insister: jusqu’à son adoption, il n’y avait, dans cette orthographe, aucun trait particulier par rapport à celle des documents léonais et castillans [...] L’introduction de <lh> et <nh>, symboles inconnus dans les autres régions hispaniques, a établi une distinction remarquable qui caractérisera désormais au premier abord les textes rédigés au Portugal” (Cintra 1963: 65-66).

deles homens de letras, ajudaram a criar uma nova lingua literária, liberada do *tecto* galego-portugués e emancipada da antiga lingua dos Cancioneiros [...]. A lingua literária da geração de Avis está para a lingua falada na região Centro-Sul como a lingua dos cancioneros [...] estava para os dialectos medievais galegos e portugueses setentrionais [...] não prolonga a lingua literária do século XIII, antes dela se afasta por um processo de elaboración (Castro 2006: 149-155, citas das pp. 149, 152 e 154).

A colega Esperança Cardeira estudou a fondo este período da historia da lingua portuguesa (o *portugués médio*), distinguido tres fases: 1ª unha franxa de separación entre o galego-portugués e o portugués medio (segunda metade do século XIV), 2ª unha transición de fase (primeira metade do século XV) “momento decisivo na elaboración do portugués e fase de aceleración”, fase “em que se definen seleccións e mutacións”, “período crítico, crucial na historia da lingua portuguesa”, 3ª un patamar de estabilización, fase de transición cara ao portugués clásico (segunda metade do XV e primeiras décadas do XVI) (Cardeira 2005: 291-294).

En todo caso, a longo do século XV e primeiras décadas do XVI defínense as variedades preclásicas do castelán e do portugués. Son tempos en que os Reinos de Portugal e Castela están avencellados por estreitas relacións económicas, políticas e culturais, ata o punto de que o castelán é adoptado como segunda lingua literaria en Portugal: desde finais do século XV ata os mediados do século XVII, unha boa parte dos escritores portugueses son bilingües (portugués / castelán) (Vázquez Cuesta 1988). A aproximación entre os dous reinos culminaría no período filipino ou da Monarquía dual, xa na etapa plenamente clásica de ambos os idiomas (1580-1640). Fernão d'Oliveira na súa *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (1536) ofrece o testemuño a respecto do que parece sentir como a ameaza do romance veciño:

se mudão as vozes e com ellas é tambem neçessario que se mudem as letras, mas não com tão pouco respeito como agora alghũus fazẽ: os quaes como chegão a Toledo: logo se não lembrão de sua terra a que muito devem: e em vez de apurarẽ a sua lingoa corrompẽna com emprestillos”; “cortão a perpetuidade do reino os que de novo trazẽ nova lingua a terra [...] Quem folga d'ouvir lingua estrangeira na sua terra não e amigo da sua gente nem conforme a música natural della (*apud* Monteagudo 1999: 190).

No caso do castelán, a modalidade culta de Toledo afirmase tanto sobre as variedades setentrionais (Burgos, Valladolid) canto sobre as meridionais (Sevilla). No caso do portugués, unha das vertentes, non menor, do proceso de afirmación dunha modalidade padrón de base lisboeta, é, desde os comezos do século XV, a desgaleguización, unha desgaleguización deliberada. Durante ese século e o seguinte, o portugués afirmase contra o galego e os falares norteños: “A evolución do galego faz-se no sentido da desgaleguização (aqui entendida a Galiza em sentido romano, quando

abrangia Entre-Douro-e-Minho e Tras-os-Montes); aos poucos vai-se perdendo o primitivo carácter galego-português” (Neto 1979: 390, véxase tamén 397 e 495). Á pregunta de se o “português comum, confeccionado entre Mondego e Tejo” é unha “mera continuación do galego”, Ivo Castro responde:

Parece que não, caracterizado como está pela rejeição de marcas setentrionais, dialectais e antigas [...] As transformações linguísticas então registadas no português comum [...] podem ser interpretadas como recusas de um passado que perdurava no norte, não apenas na Galiza mas também no Entre-Douro-e-Minho (Castro 2006: 155).

Entre as evolucións características do portugués preclásico desenvolvidas ao longo do século xv, salientamos dúas, pola súa relevancia intrínseca e pola súa orientación diverxente en relación ao galego (Cardeira 2005: 113-174 e 175-201):

- a) Xeneralización do final {-ão} para os primitivos finais nasais en -on/ -an / -ão > -ão (*irmão, razão, cão; falam, falaram < falaron, falarão*).
- b) Síncopa do sufixoverbal da P5 -des > -is (*amades > amais, comedes > comeis, partides > partis*).

Ora, a segunda destas evolucións é partillada polo portugués e o castelán preclásicos (para o segundo, véxase Eberenz 2013: 620-621). E isto tamén nos lembra que, tal como veñen descritos por Antonio de Nebrixa e Fernão d’Oliveira, os sistemas fonolóxicos do portugués e do castelán preclásicos (referímonos a cadansúa variedade culta) eran estreitamente similares. Por sinal, en ambos os dous estaba vixente a distinción de tres pares de sibilantes xordas / sonoras e dunha oclusiva bilabial /b/ fronte a unha fricativa labiodental /v/ (Alonso 1967: 23-61)¹⁸. Máis significativo aínda é o paralelismo do subsistema das sibilantes:

	xordos	sonoros
fricativos apicais ¹	/s/ (<i>passar</i>)	/z/ (<i>casa</i>)
africados > laminais	(/tʃ/ >) /s/ (<i>caça</i>)	(/dʒ/ >) /z/ (<i>cozer</i>)
fricativos postalveolares	/ʃ/ (<i>roxo</i>)	/ʒ/ (<i>gente, hijo</i>)

Fronte as dúas variedades modelo do castelán e do portugués, os dialectos setentrionais da península caracterizábanse por opoñer /b/ e /β/ (en lugar de /b/~ /v/) –unha oposición moi feble que tendía a neutralizarse (Penny 2004: 85-86)–; e mais pola tendencia ao enxordecemento das sibilantes sonoras (mapa nº 14). O primeiro fenómeno era compartillado polo conxunto das variedades norteñas da

¹⁸ A realización como labiodental /v/ ou como bilabial aproximante /β/ desta consoante no castelán de Toledo e do sur da península (Alonso 1959: 208) é obxecto de debate. Véxase un resumo e discusión en Cano Aguilar (2013: 827-833).

Península, desde o Atlántico ata o Mediterráneo, incluíndo o conxunto dos falares galego-portugueses *strictu sensu* (isto é, o galego e mais os dialectos do norte de Portugal), o asturleonés e os dialectos de Castela a Vella, o aragonés e o catalán setentrional (Alonso 1959: 155-209; para o galego-portugués véxase Maia 1986: 472-485, Lorenzo 1993 e Castro 2006: 192-193). A tendencia ao enxordecemento das sibilantes era menos xeral, pois non atinxía o catalán (agás precisamente os falares fronteirizos de Aragón e o *apitxat* de Valencia) nin os dialectos de Portugal ao norte do Douro, pero si o galego, o asturleonés, o castelán vello e mais o aragonés (Menéndez Pidal 2005: 1016-1017). A diacronía e a topografía deste fenómeno non é doada de dilucidar, por causa da vacilación das representacións gráficas: parece que o máis antigo foi o enxordecemento do /z/, despois puido vir do /dz/ (> /z/) e finalmente o do /ʒ/, pero non está totalmente claro (véxase o que dicimos abaixo §3).



MAPA 14. ÁREAS APROXIMADAS DO NORTE DA PENÍNSULA CON TENDENCIA Á INDISTINCIÓN /B/-/V/ (VERMELLO) E SIBILANTES XORDAS-SONORAS (AZUL) (SÉCULOS XIII-XVI).

FONTE: ELABORACIÓN PROPIA.

2.3. Transformación, afirmación e difusión das variedades-modelo: do castelán e portugués clásicos aos estándares modernos (1550 ca. - século XIX)

O período durante o que o diasistema central e o occidental se arredaron dun xeito decisivo e irreversible arrinca do século XVI e remata no século XIX. Dunha banda, na segunda metade do século XVI e nos comezos do XVII produciuse unha remuda moi rápida da variedade teito do castelán, na que se impuxo unha serie de trazos característicos dos dialectos do norte, e a partir dese momento, des que esa nova variedade de referencia irradiou ao conxunto do sistema, este experimentou unha re-setentrionalización. Pola contra, en Portugal reafirmouse como centro a variedade teito lisboeta, a cal, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX experimentou unha serie de evolucións claramente diverxentes do castelán: neste caso, a norma lingüística acentuou o seu carácter meridional e irradiou do sur cara ao norte (véxase mapa nº 8).

2.3.1. Castelán

Debido a movementos demográficos, políticos e culturais que non é do caso detallar aquí, a vella norma toledana caeu en desuso e foi substituída por unha nova norma castelá que recollía os trazos do castelán dialectal do norte. Adóitase tomar como fito de referencia a mudanza da capital desde Toledo a Madrid, decisión adoptada por Felipe II en 1561¹⁹. Pero o dinamismo do sistema fonolóxico do novo castelán estándar non remataría aí, senón que desembocaría na aparición de dous novos fonemas, un fricativo interdental e outro fricativo velar. Doutra banda, o fonema aspirado [h] procedente de [f] en posición inicial perdeuse: *fijo* ['fijo] > *hijo* ['hijo] > *hixo* ['hijo] > *hixo* ['ijo] > *hijo* ['ixo] (Alonso 1967, 1969; Penny 2012: 120-123).

	CASTELÁN PRECLÁSICO (séc. XVI)		CASTELÁN CLÁSICO E MODERNO (séc. XVII >)
	XORDOS	SONOROS	XORDOS
fricativos apicais	/s/ (<i>passar</i>)	/z/ (<i>casa</i>)	/s/ (<i>passar, casa</i>)
africados > laminais	(/tʃ/ >) /s/ (<i>caça</i>)	(/dʒ/ >) /z/ (<i>cozer</i>)	/s/ > /θ/ (<i>caça, cozer</i>)
fricativos postalveolares	/ʃ/ (<i>roxo</i>)	/ʒ/ (<i>gente</i>)	/ʃ/ > /x/ (<i>roxo, gente</i>)

A inclinación cara ao norte da variedade teito do castelán peninsular é a que explica que a área dialectal máis definida dentro do seu dominio sexa o sur (Andalucía), con fenómenos tales como a conservación do /h/ aspirado inicial (<[f]), a aspirantización do /x/, a realización coronal ou laminal do /s/, o seseo e o ceceo,

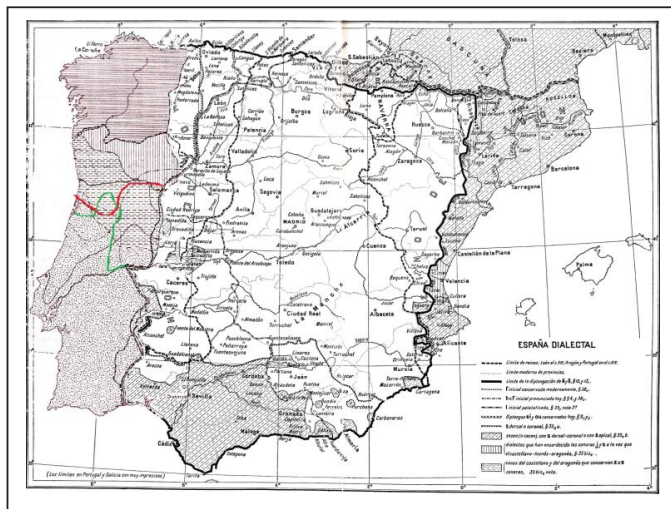
¹⁹ Véxase Lapesa (1981: 370-381), Catalán (1989: 21), Menéndez Pidal (2005: 875-887, 893-894, 995-1017), Penny (2010: 120-123). Discusión desta hipótese en Cano (2013: 833-37).

aspiración do [s] implosivo, a desafricación do /tʃ/ > /ʃ/ (*ocho, noche*), *ustedes* por *vosotros*... (Zamora 1979: 287-331, Lapesa 1981: 283-284, 373-390 e 500-515; Menéndez Pidal 2005: 1027-1051; Alvar 1996; Cano Aguilar 2013: 843-852). En troques, no dominio hispánico central é completamente residual a conservación do /z/ e do /v/, localizados en reducidas áreas fronteirizas das marxes occidental e oriental (Lapesa 1981: 517 e 498-99; Menéndez Pidal 2005: 1015; véxase mapas nº 15 e 17). Ademais deses puntos periféricos e illados dentro dominio central, o /v/ aparece unicamente nos falares insulares e meridionais do catalán (balear e valenciano), e mesmo nesta área non se dá no dialecto *apitxat* (da cidade de Valencia e a súa área), que tamén presenta o enxordecemento das sibilantes sonoras (véxase o que dicimos máis adiante).

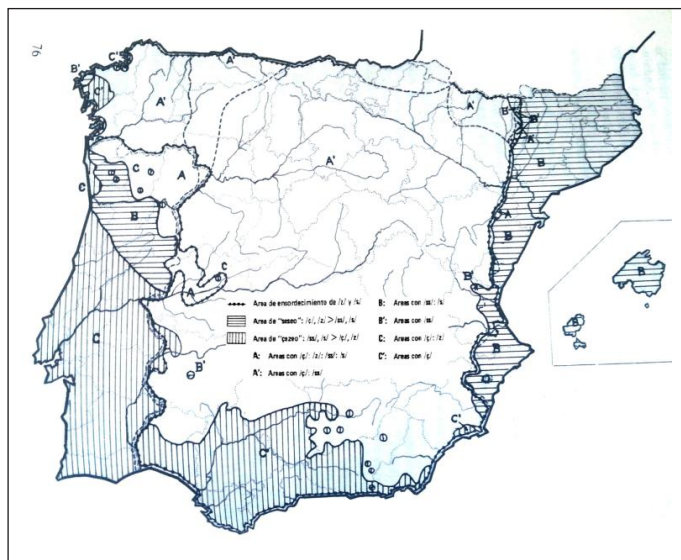
Por parte, retornando puntualmente ao argumento que desenvolvemos a comezo deste traballo, o mapa nº 15 pon de vulto como, a pesar de que o seu autor (Menéndez Pidal) tenta ofrecer unha imaxe de conxunto da variedade lingüística da Península ibérica, que mostre o trazado das isoglosas máis representativas, as fronteiras dos estados continúan exercendo como barreiras epistemolóxicas: así, nótese que as isoglosas que sinalan o mantemento dos ditongos [ej] e [ow] (*ferreiro, pouco*) só aparecen representadas no territorio politicamente español, concretamente, na área asturleonese (desde o Cantábrico ao río Douro), cesando na fronteira política hispano-portuguesa. No mapa nº 16, en que sobreplexemos unha carta do dominio galego-portugués sobre a que ofrece Menéndez Pidal, podemos comprobar que a isoglosa de mantemento de [ow] ten a súa continuación no dominio do portugués setentrional, mentres que a de [ej] percorre o dominio portugués na súa área central, en oblicuo desde a Beira Alta case ata Lisboa, sempre a norte do Texo. Ademais, nos mesmos mapas nº 15-17 podemos comprobar como os fenómenos de *gradatum* dialectal, sendo máis conspicuos no norte da península (onde aparecen máis isoglosas), non deixan de existir no sur: véxase o [s] laminal en Andalucía e o centro-sur de Portugal, ao que se podería engadir a desafricación de /tʃ/ > /ʃ/, non sinalada nestes mapas, pero que se dá en dialectos andaluces igual que no centro-sur de Portugal (véxase Alvar 1996: 248-251) ou a área de mantemento da antiga [h] inicial aspirada (<[f]), no asturiano oriental, na Extremadura española e no centro e occidente de Andalucía (Zamora 1979: 296-299; Lapesa 1981: 478, 488, 492, 507-508; véxase mapas nº 14-15), como transición entre a súa desaparición (castelán xeral do centro da península) e o mantemento da segunda (asturleonés centro-occidental e galego-portugués).



MAPA 15. VARIEDADES LINGÜÍSTICAS DA PENÍNSULA IBÉRICA. ALGUNHAS ISOGLOSSAS FONÉTICAS: DITONGACIÓN DE [Ě] E [Ö], CONSERVACIÓN E ASPIRACIÓN DE [F-] INICIAL, PALATALIZACIÓN DE [L-] INICIAL, CONSERVACIÓN DOS DITONGOS [E] E [OW], SESEO, CECEO, TIPOS DE /S/, ENXORDECIMENTO DE /Z/. FONTE: MENÉNDEZ PIDAL 1982.



MAPA 16. VARIEDADES LINGÜÍSTICAS DA PENÍNSULA IBÉRICA. ALGUNHAS ISOGLOSSAS FONÉTICAS: SALIENTAN, NO DOMÍNIO DO PORTUGUÉS, OS DISTINTOS SISTEMAS DE SIBILANTES (FONDO RAIADO E PUNTEADO) E AS ISOGLOSSAS DE INDISTINÇÃO /B/ ~/V/ E MANTEMENTO DO DITONGO [OW] E DA AFRICADA [C]. FONTE: ELABORACIÓN PROPIA A PARTIR DE MENÉNDEZ PIDAL 1982.



MAPA 17. VARIEDADES LINGÜÍSTICAS DA PENÍNSULA IBÉRICA. ALGUNHAS ISOGLOSAS FONÉTICAS: DISTINTOS TIPOS DE /S/, SESEO, CECEO E SISTEMAS DE SIBILANTES.

FONTE: DIEGO CATALÁN 1989: 76.

2.3.2. Portugués

En Portugal, durante o período renacentista (século XVI), conforme a variedade modelo toma un cariz distintivamente meridional, acompañando a importancia cada vez máis marcante de Lisboa e o correlativo proceso de desgaleguización a que xa nos referimos, a identidade colectiva do reino atopa un novo referente na ideoloxía *lusitanista*. O referente mítico da orixe de Portugal sitúase na *Lusitania* (reino lendario fundado polo fabuloso rei *Luso*), o país é a *terra lusitana*, os portugueses son a gente *lusitana*. Se nos guiamos polo corpus do portugués, *Luso* aparece por primeira vez rexistrado na *Grammatica* de Oliveira (“deste Rey Luso, se chamou a terra em que vivemos Lusitania”), *Lusitano* na obra de Gil Vicente (“Reino Lusitano”) e despois nas de João de Barros e Camoens (“gente lusitana”, “terra lusitana”)²⁰. Este último coroa e consagra os referentes míticos que fundamentan a identidade colectiva do reino na súa obra cume *Os Lusíadas*, onde emprega tamén todos os devanditos vocábulos e acuña ademais a expresión *geração de Luso*. O lusitanismo constitúe a ideoloxía de recambio para cubrir o oco deixado polo apagamento do galego.

²⁰ Datos tirados da consulta do Corpus do Portugués (realizada o 31/ 07 / 2015). Véxase Davies / Ferreira (2006-).

En efecto, ao longo do século XVI o proceso de desgaleguización entra nunha fase cualitativamente distinta. Non é de estrañar, por tanto, que na *Gramatica da lingua portuguesa* (1540) de João de Barros a escrita e a pronuncia galegas aparezan desautorizadas: “nam me pareceria mal desterrármos de nos esta prolaçam e orthografia galegas”²¹. Xa ao final do período renacentista, na *Origem da lingua portuguesa* (1606), Duarte Nunez de Lião afirma explicitamente a independencia do portugués verbo do galego. Así, ao tratar da fragmentación lingüística refírese ás linguas

de Galliza e Portugal, as quaes ambas eraõ antigamente quasi hũa mesma, nas palavras & nos diphtongos e na pronunciação que as outras partes de Hespanha não tem. Da qual lingua Gallega a Portuguesa se aventajou tanto, quanto na copia e na elegancia della vemos. O que se causou por em Portugal haver Reis e corte, que he a officina onde os vocabulos se forjão e pulem e onde manão pera os outros homẽs, o que nunca houve em Galiza (*apud* Monteagudo 1999: 193).

Como se pode comprobar pola cita, o gramático lusitano ofrece unha aguda explicación en clave sociolingüística e glotopolítica da avantaxe que tomara o portugués en relación ao galego.

Asemade, os gramáticos renacentistas portugueses comezan a identificar como dialectais as variedades do norte do Douro, adoito relacionándoas co galego. Xa Fernão d’Oliveira (*Grammatica da lingoagem portuguesa*, 1536), tratando de explicar as distintas formas de plural dos nomes rematados no singular en {-ão} –isto é {-ões}, {-ães} e {-ãos}– facía referencia ao correspondente “singular antigo que ja teuerão [...] cujo testemunho aind’agora da Antredouraminho” (cap. XVI). Pola súa banda, Duarte Nunez de Lião na súa *Origem da lingua portuguesa* (1606) chama a atención sobre dous trazos típicos do norte: indistinción de /b/~/v/ e solución dos devanditos finais nasais. Así, observa:

Tem outrossi esta letra algũa semelhança com o <u> consoante, porque assim na lingua latina como na nossa, muitas vezes se muda o em <v>. O que muito mais se ve nos Galegos e em alguns portugueses de Entre Douro e Minho, que por *vós* e *vosso* dizem *bós* e *bosso*, e por *vida* dizem *bida*, e quase todos os nomes em que há <u> consoante mudam em [...] Sempre onde a [lingua] castelhana diz *-an* ou *-on*, que é sua particular terminação, responde a portuguesa com aquela pronunciação de *-ão* que sucede em lugar da antiga terminação dos Portugueses de *-om*, que punham em lugar do *-an* ou *-on* dos Castelhanos. A qual ainda agora guardam alguns homens de Entre Douro e Minho e os Galegos, que dizem *fizerom*, *amarom*, *capitom*, *cidadom*, *tabaliom*, *apelaçom* (*apud* Monteagudo 1999: 194-95).

²¹ Refírese aos finais <-ão> / <-aõ>, que el prefere escribir <-am> (véxase Monteagudo 1988 e 1999: 180-196).

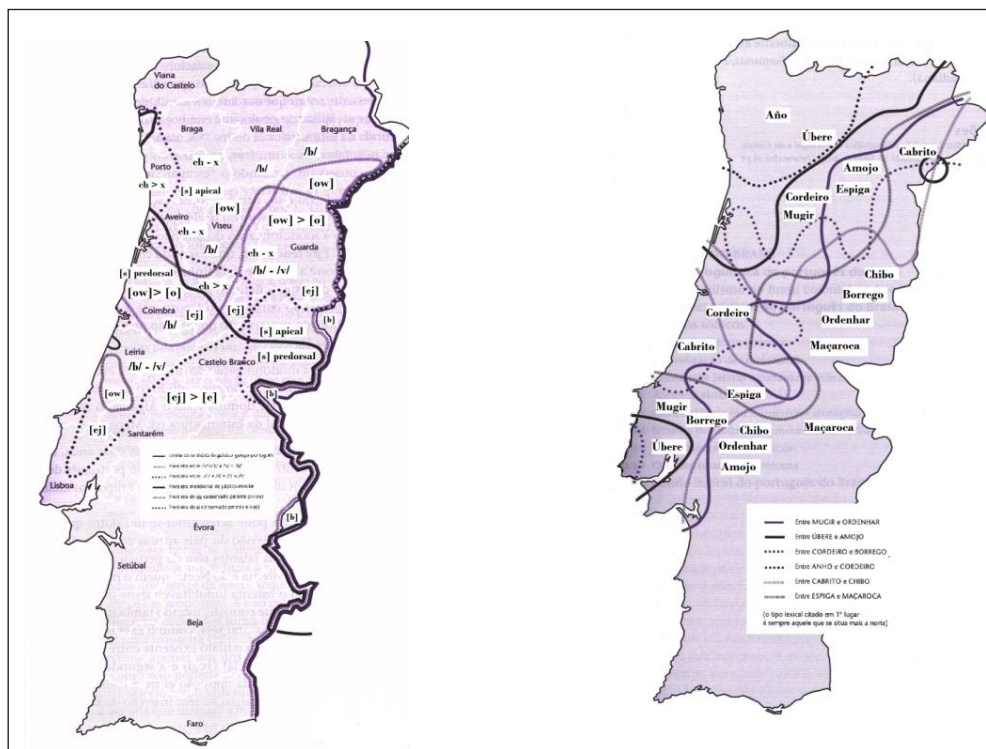
En definitiva, no dominio occidental afirmouse a variedade teito centro-meridional, que desde o século XVI foi un foco unha irradiación cara ao norte de sucesivas innovacións, que se foron acumulando a longo dos séculos XVII, XVIII e XIX: desafricación do /tʃ/ > /ʃ/ (*chamar, chegar*); monotongación de [ow] > [o] e [uj] > [u] (*fruta* > *fruta*); alteración do timbre do [e] no ditongo [ej] ou monotongación ([ej] > [aj] ou [e]); articulación dorso-uvular [R], do antigo /r/ múltiplo, que nalgúns falantes ofrece unha variante fricativa uvular sonora [ʀ] ou xorda [χ]; enfraquecemento do vocalismo átono, alteracións do vocalismo tónico, substitución de *vós* por *vocês*... (Monteagudo 2012: 65-74; Teyssier 1980: 52-66, 72-74; Castro 2006, 185-200). Disto resulta que a variedade padrón do portugués peninsular presenta unhas notables coincidencias coa variedade dialectalmente máis definida do seu veciño o castelán peninsular, isto é, o andaluz (seseo ou çeço, con /s/ laminal; desafricación do /tʃ/; *vocês* e *ustedes* por *vós* e *vosotros* respectivamente), ben que, curiosamente, no portugués estándar o que se debilitaron extraordinariamente foron as vogais átonas, mentres que no andaluz o enfraquecemento afectou ao consonantismo, especialmente en posición implosiva (Meier 1948: 30; Zamora 1979: 313-324, Penny 2004: 186-200 e 2012: 123-125). Ao tempo, é de salientar que as variedades que se difundiron en América, tanto do portugués coma do castelán, teñen un marcado carácter meridional.

	PORTUGUÉS PRECLÁSICO (séc. XVI)		PORTUGUÉS CLÁSICO E MODERNO (séc. XVII >)
	fricativos apicais	africados > laminais	laminais
xordos	/s/ (<i>passar</i>)	(/ts/ >) /s/ (<i>caça</i>)	/s/ (<i>passar, caça</i>)
sonoros	/z/ (<i>casa</i>)	(/dz/ >) /z/ (<i>cozer</i>)	/z/ (<i>casa, cozer</i>)

En fin, destas dúas evolucións contrapostas na área central e na occidental, resulta que na primeira a rexión dialectalmente máis periférica e marcada é a meridional (*grosso modo*, Andalucía), mentres que na segunda é a setentrional (sobre todo Miño-Douro e Trás-os-Montes, tamén, parcialmente, a Beira Alta). Igualmente, a distribución do léxico dialectal individualiza claramente os dialectos setentrionais, particularmente os do territorio da antiga *Gallaecia maior*, que manteñen tipos léxicos de orixe latina, fronte aos dialectos centro-meridionais, que adoito presentan tipos de orixe árabe (mapas nº 18 e 19).

A bifurcación definitiva do castelán e o portugués, coa individuación irreversible das dúas linguas, culmina a partir da segunda metade do século XVII, após a Guerra de Restauración portuguesa e a recuperación definitiva da independencia. Dese momento en diante, esgaza a vella e fonda unidade político-cultural do complexo centro-occidental da Península (nomeadamente, Portugal e Castela), e o país atlántico adopta

unha orientación decididamente separatista con respecto a España²². O portugués xa nunca vai ser considerado como unha especie de variedade peculiar do *hespañol*, do que o castelán representaría a outra modalidade culta. A diverxencia fariase máis visible desde que no século XVIII a Real Academia Española reforma a ortografía no sentido de adaptala a sistema fonolóxico do español moderno, rachando coa vella tradición ortográfica, á que Portugal seguiu algo máis apegado (<s> e <ss>, <c> e <z>, prescindindo de <ç>, <g> e j), deixando <x> para os cultismos, novo reparto de e <v>, etc.).



MAPAS 18 E 19. ALGÚNS TRAZOS FONÉTICOS E LÉXICOS DIALECTAIS DO PORTUGUÉS.

FONTE: SEGURA 2013, A PARTIR DE CINTRA 1983.

²² “Depois de 1640 (e já antes até) a Espanha tornara-se inimigo [...] A partir do século XVIII, Portugal deu-se conta de que o seu lugar entre as nações civilizadas do globo e a sua individualidade como nação europeia dependiam da sua reacção contra a Espanha. *Pela primeira vez na História*, e a pesar de todas as lutas e afirmações culturais do passado, *a unidade cultural da Península Ibérica foi rompida*, e com ela a possibilidade de uma união política viável. O fosso entre os dois estados ibéricos fora cavado para sempre [...] Gradualmente, Portugal foi-se tornando menos ibérico e mais europeu [...] O declínio do Castelhana como segunda língua do País a favor do Francês começou a finais do século XVII [...] A literatura e o teatro espanhóis passaram a ser rejeitados como algo de antiquado e de mau gosto. O Latim também declinou, consequência natural do declínio da Igreja” (Marques 1984: II, 326-327).

Referíndose á ‘revolución fonética’ operada no castelán culto na cerna do período clásico, Menéndez Pidal observa:

“Tan extenso neologismo fonético vino a acrecentar notablemente las diferencias entre el español y el portugués, como respondiendo a la extremada individuación nacional que el Renacimiento fomentaba. Las dos lenguas hispánicas cuyos comienzos habían sido políticamente más unidos que los de las otras, hasta hacerlas no sólo hermanas, sino gemelas, se apartan ahora mucho en su fonética” (1005: 1015-1016).

Non por casualidade, é precisamente no momento en que culmina o proceso de individuación do portugués –isto é, nos comezos do século XVIII– cando se acende a faísca do que dará inicio ao proceso que desembocaría na re-emerxencia do galego. O Padre Athanasius Kircher (*De Turri Babel*, 1679) introduciu na listaxe de linguas neolatinas o portugués, a carón da tríada recoñecida ata o momento, formada francés, o italiano e o castelán. O galego frei Benito Jerónimo Feijoo aplaude esta novidade, ao tempo que propugna a identidade de orixe do galego e do portugués e a súa descendencia directa do latín, non a través do castelán. A partir desta idea desenvolve Martín Sarmiento un discurso radicalmente novidoso sobre o galego, tornándose no ‘inventor do galego contemporáneo’ (Monteagudo 2002: 26-29 e 89-95).



MAPA 20. *VÓS-VOSOUTROS, VOSOTROS/VOCÊS, USTEDES.*
FONTE: ALPI, ELABORACIÓN PROPIA A PARTIR DE FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ
2011: 52

3. A posición do galego

A ritmos desiguais segundo o momento histórico e mesmo con algúns traspés, o proceso de individuación do portugués – a súa *decolaxe* a partir do *gradatum* dialectal peninsular– progresou de xeito continuado desde o século XIII, culminando no século XVIII, mentres que a individuación do galego, tamén iniciada no século XIII, padeceu unha traxectoria moito máis accidentada, cunha interrupción de máis de tres séculos debido á súa satelización na órbita do castelán desde o século XV, que o mergullou nunha illiteracia practicamente total ata o século XIX. Reiniciado case clandestinamente por Martín Sarmiento no século XVIII, decolou con parsimonia na segunda metade do século XIX para gañar pulo nas primeiras décadas da centuria pasada, pero nos corenta anos centrais do século XX sufriu un revés brutal (guerra e ditadura franquista: 1936-1975). As indecisas políticas de normalización das tres últimas décadas permitiron ralentizar a súa acelerada substitución polo castelán e emprender medidas para a súa promoción que volven abrir a hipótese da súa individuación lingüística, cuns perfís aínda non definitivamente definidos.

En todo caso, o proceso de estabilización da norma do portugués peninsular cunha base cada vez máis marcadamente meridional foi deixando os dialectos galego-portugueses orixinarios nunha posición periférica, e con máis razón aínda, o galego estrito, pois ningún dos fenómenos irradiados desde o foco centro-meridional do portugués traspasou a fronteira do Miño (Penny 2004: 184-186). Por outra banda, o galego viña participando desde moi atrás na dinámica evolutiva das variedades de todo o norte peninsular, que, por caso, como vimos, levara á neutralización da oposición entre fricativas xordas e sonoras (incluíndo as procedentes das vellas africadas) e da oclusiva bilabial~fricativa labiodental, coa xeneralización dos elementos xordos de cada par a custa dos sonoros e da oclusiva bilabial a custa da labiodental (Alonso 1959: 85-103 e 155-209; Penny 2004: 146). Tradicionalmente, deuse por suposto que estas evolucións chegaron ao galego por irradiación desde o foco castelán. Vaia como mostra o defensor máis antigo e cualificado desta hipótese. Despois de referirse á bifurcación evolutiva do *español* e o portugués, segundo cita que xa reproducimos un par de parágrafos atrás, Menéndez Pidal continúa:

Esa mayor diversificación de las dos grandes lenguas trajo notables consecuencias para las demás hablas hispánicas, destacando más la inclusión de cada una dentro de su respectiva órbita de uno u otro centro lingüístico nacional. Desde luego, los dialectos afines al español literario, el astur-leonés y el navarro-aragonés, ensordecieron contemporáneamente sus fricativas *j*, *z*, *s* [isto é, /*ʝ*/, /*ʒ*/ e /*z*/]. El gallego las ensordeció también, con lo que se apartó mucho del portugués, a la vez que, no siguiendo a este en el oscurecimiento de las vocales átonas, se apartó además por otro camino [...] Esto sucedía no por mero impulso interno del asturiano o del gallego, sino que en todo, o en gran parte al menos, influía la lengua común literaria y nacional (2005: 1016).

Pero temos mellores argumentos para pensar que en realidade se trata dunha serie de procesos coincidentes do galego e o castelán vello xunto a outras variedades lingüísticas do norte. Como ían penetrar no galego por presión da lingua do centro, se se produciron antes no primeiro e noutras variedades norteñas antes ca no castelán (ao menos, no castelán *padrón*)? Neste, como noutros casos, faltan aínda estudos que fornezan os datos imprescindibles que permitan a localización do foco xeográfico (ou dos varios posibles focos) das innovacións e o establecemento das etapas da súa propagación. Como xa advertiu a colega Inés Fernández Ordóñez:

Muchos de los rasgos fonéticos atribuidos en exclusividad al castellano fueron también compartidos por los territorios vecinos [...] Mientras que el comportamiento de la lengua de Castilla no se confronte sistemáticamente con el de otras variedades peninsulares o se distinga del análisis entre las varias zonas de antiguo reino, en distintos períodos cronológicos, no será posible determinar cuál fue el origen de los cambios ni los factores que intervinieron en su avance (2011: 36 e 74).

No que atinxe ás labiais, as vacilacións gráficas ~<u> aparecen xa nos textos máis antigos escritos en galego, antes da metade do século XIII: “Los primeros ejemplos que indican na desaparición del fonema fricativo los tenemos ya en el siglo XIII, aumentan en el XIV y se hacen constantes en el XV” (Lorenzo 1995: 660, véxase tamén Lorenzo 1993: 13-18 e Boullón / Monteagudo 2009: 47). Máis complexa é a interpretación fonética das grafías das sibilantes, tanto das primitivas africadas /dʒ/- /tʃ/ e as súas variantes desafricadas, realizadas como laminais, /z/ - /s/, canto das primitivas fricativas ápico-alveolares /ʃ/- /ʒ/, pois neste caso a norma ortográfica, definida na segunda metade do século XIII, distou de atinxir vixencia e seguimento universais, de xeito que abundan as vacilacións sen que sexa doado establecer en que casos responden a fenómenos fonéticos e en que consisten estes²³: “por la dificultad de saber si los

²³ Como é sabido, a norma gráfica definida na chancelaría castelá en tempos de Fernando III e Afonso X (isto é, por volta dos mediados do século XIII) e seguida con notable rigor nos documentos e máis noutros escritos emanados do scriptorium deses monarcas, establecía o emprego de <s> para a fricativa apical sonora entre vogais (*cousa*), <ss> para a xorda nesa mesma posición (<s> en posición inicial ou tras consoante, onde era sempre xorda) (*vassalo*), <z> para a africada sonora (*vozes*) e <c> - <ç> para a africada xorda (*parecer, preço*) (Monteagudo 2008a, Sánchez-Prieto Borja 2013: 441-442). Nos textos e documentos casteláns anteriores, “las vacilaciones son constantes y llegarán hasta mediados del siglo XIII. En primer lugar, no distinguen entre sibilantes sordas y sonoras” (Ariza 2013: 312). Sánchez-Prieto Borja, sempre en referencia ao castelán, considera que “<s> por <ss> sólo es valorable como indicio de confusión en aquellas tradiciones que habían llegado a estabilizar el reparto. Más indicativo de confluencia fonético-fonológica es el empleo de <ss> por <s> en posición intervocálica, del que se encuentran muestras en el siglo XIII (p. ej., en un documento abulense de 1284)” (*ibidem*, 442) Porén, nos textos galegos, asturleonese, casteláns e algúns portugueses é moi frecuente atopar <z> para /tʃ/ (**aparezer*) e <c> ou <ç> para /dʒ/ (**voçes*, **façemos*), <ss> intervocálico para /ʒ/ (**coussa*) e <s> intervocálico para /ʃ/ (**vasalo*), ou mesmo

intercambios de <ç> con <z> y de <ss> con <s> son casos de confluencia fonológica, o meramente casos de impericia ortográfica en un período en el que no se había establecido aún una firme correlación entre grafías y fonemas” (Penny 2013: 603).

Pola contra, noutros pares fonolóxicos, semella que os exemplos de confusión gráfica non ofrecen dúbidas canto á súa interpretación fonética. O propio Menéndez Pidal cita o caso das africadas do aragonés, aducindo a grafía *Belchit* dun topónimo aragonés nun documento de 1136, fronte a máis etimolóxica *Belgit* (pois o esperable era unha africada sonora), en documentos coetáneos. No caso do galego e o asturleonés, podemos acudir ás prepalatais. Aínda que non faltan exemplos do de uso de <j> por ultracorrección para representar a prepalatal xorda (**deijar*), son máis antigos e abundantes os exemplos de uso de <x> en lugar das grafías <g> ou <i> - <j> esperables para a consoante sonora: *Tereixa* (1158, 1302, 1363, 1426...), *puxera* (1256), *sexa* (1270, 1379), *puxi* - *puxy* (1267, 1273, 1274, 1276, 1279...), *puxe* (1275, 1279, 1281), 1285, 1286...), *pux* (1276, 1278), *axude* (1303), *fixe* (1332, 1357, 1370 ca., 1387), *oxe* (1342, 1492), *beixar* (1370 ca.), *Toxal* (1423), *Lourixe* (1450)...²⁴ Abundan tamén os exemplos en textos asturianos e leoneses xa desde a primeira metade do século XIII (*axunte*, *xeitare*, *fuxire*, *linaxe*...) (Alonso 1959, 94-95; García Arias 1995, 630) e nos aragoneses, ademais de exemplos moi antigos (séculos XI e XII), proliferan nos documentos dos séculos XIII, XIV e XV (Alonso 1959, 91-93). Para Castela a Vella, os casos rexistrados son moito máis escasos, practicamente inexistentes desde mediados do século XIII ata os mediados do seguinte (“carecemos de exemplos de confluencia de /s/ y /z/ prepalatales en esta época”, reconece Enguita 2013, 604). A partir de 1350 ca. comezan a aparecer exemplos illados (Alonso 1959, 97), pero só a finais do XV se fan abundantes (Cano 2013: 833-837). A indistinción xeneralizouse en Castela a Vella na primeira metade do século XVI e no conxunto do dominio castelán estaba espallada a finais do mesmo e comezos do seguinte.

Xa que logo, os datos de que dispoñemos aboan a posición de Dámaso Alonso cando sostíña que “nos parece muy poco verosímil la explicación de la desonorización gallega y aragonesa [*das sibilantes*] como producida predominantemente por influjo castellano” e que “esta repartición del ensordecimiento peninsular [...] de ningún modo parece indicar un núcleo castellano desde donde todo se irradie” (Alonso 1959:

<z> ou <c> e <ç> indistintamente para /z/ e /s/ (**prezenza*, **dezejo*), e <ss> ou <s> para /ts/ ou /dz/ (ou as súas variantes desafricadas /s/ e /z/ respectivamente) (**vosses*, **voses*, **verssas*, **conusuda*, **Guissamonde*), coas numerosas, cambiantes e non sempre claras variantes gráficas que presentan nos textos dos séculos XIII ao XV. Isto dificulta extraordinariamente a interpretación fonética das ‘desviacións’ gráficas. Véxase Alonso (1959: 73-103); para o castelán Ariza (2013: 312 e 315), Sánchez-Prieto Borja (2013: 441-442); especificamente para o galego Maia (1986: 438-472 e 503-507), Lorenzo (1987: 460-465; 1993 e 1995), Monteagudo (2008b: 201-218) e Boullón / Monteagudo (2009: 47-49).

²⁴ Véxase Alonso (1959: 91), Maia (1986: 471-472), Lorenzo (1993: 22), Monteagudo (2013a: 87) e TMILG.

102-103)²⁵. Na mesma liña, Clarinda de Azevedo Maia sinalou a necesidade de “rever a explicación aceite durante muito tempo sobre o orixem a irradiación do fenómeno hispánico do ensurdecimento”, pois a avaliación conxunta dos datos de distintas áreas do norte da península “non permite continuar a aceptar que o ensurdecimento teve o seu foco inicial em Castela-a-Velha [...] e que, a partir daí, irradiou a outras zonas peninsulares”. Máis concretamente, defende esta estudosa, “non pode interpretar-se o ensurdecimento da Galiza [*do /z/ procedente da africada /ʒ/...*] como o resultado da irradiación de idéntico fenómeno castelhanu”, pois “o ensurdecimento de africadas e fricativas sonoras é, na Galiza, anterior à intensa castelhanización da região levada a efecto sobretudo a partir do século xv” (Maia 1986: 458-459 e 472), de xeito que chega á mesma conclusión que Dámaso Alonso: “Sendo assim, interpretamos o ensurdecimento galego como geneticamente independente de idéntico fenómeno castelhanu” (Maia 1986: 472). Non é outra a conclusión de Ramón Lorenzo ao tratar do betacismo do galego, o enxordecemento das sibilantes e mais da evolución (/ʒ/-/ts/ >) /s/ > /θ/, que considera unha “evolución paralela no galego e no castelán”, sen necesidade de postular influencia dunha lingua sobre a outra (Lorenzo 1993: 25-26).

Con menor rotundidade, Manuel Sanchís Guarner manifesta unha opinión parella sobre o fenómeno semellante de enxordecemento das sibilantes no dialecto catalán *apitxat*, da cidade e área de Valencia, que, como xa sinalamos, se caracteriza polo enxordecemento das sonoras propias do catalán /dʒ/, /ʒ/ e /z/, ademais de polo betacismo (fronte ao conxunto do valenciano, que opón /b/ - /v/) (Alonso 1959: 101-102)²⁶.

A coincidencia nestes fenómenos do galego con outras variedades lingüísticas do norte (asturleonés, castelán setentrional, aragonés e no caso do betacismo, o cata-

²⁵ Xa Rafael Lapesa se expresara con moita cautela, sen dar por suposta unha irradiación desde o castelán: “el ensurdecimiento de la /ʒ/, /z/, /ʒ/, previamente compartido con el castellano por el aragonés, leonés y gallego, se expandió por Toledo, Extremadura, Murcia y América” (1981: 373; véxase tamén a p. 377).

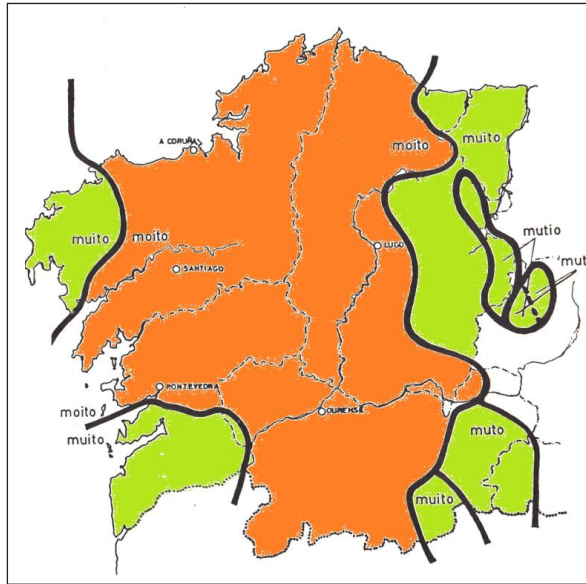
²⁶ En defensa tamén dunha orixe endóxena do mesmo fenómeno, López García-Molins 1993. Pola contra, Emili Casanova propugna unha orixe multicasual, pero dando grande relevancia ao contacto lingüístico, non so co castelán senón que, previamente, co aragonés “El apitxat, que ocupa el entorno de la ciudad de Valencia, desde Alzira a Sagunto, [está] caracterizado por una fuerte interferencia aragonesa y castellana. Este fenómeno fonético, que sigue extendiéndose progresivamente debido a la avasalladora influencia castellana [...], se debe a la suma: • De un proceso interno de la lengua: la dificultad de mantener la tensión articulatoria del fonema palatal africado sonoro, geminado o no. • De la interferencia lingüística, sea del aragonés a partir del XIV, sea del castellano, a partir del final del XV. Tengamos en cuenta que la ciudad de Valencia se encuentra a 20 kilómetros de la zona *churra* [*de fala orixinariamente aragonesa*] y que durante la Edad Media recibió continuados contingentes de aragoneses a los que tuvo que asimilar, y que desde el XVI es la zona con más influencia de Castilla. Desde el XV, al menos, el ensurdecimiento actuaría sobre las palatales africadas sonoras, y, después, desde el XVII, por imitación y mimetismo y apoyándose en el funcionamiento del castellano y del aragonés, alcanzaría las consonantes /ʒ/ y /z/”. Pode verse tamén Rafanell 1994, con abundante información histórica sobre este fenómeno.

lán) pon de vulto outro feito a que non se acostuma prestar a atención que merece: o espazo lingüístico peninsular non está artellado unicamente nun eixo vertical nortesur, senón tamén nun horizontal leste-oeste (Fernández Ordóñez 2013: 25; Penny 2004: 173-180). Polas circunstancias históricas que coñecemos ben (independencia política de Portugal e basculación político-cultural de Galicia cara aos reinos centrais da Península) ocorre que no caso do galego este eixo horizontal adquiriu unha especial relevancia, pois, a consecuencia daquelas circunstancias históricas, produciuse un relativo illamento seu en relación coas variedades contiguas ao seu sur, e unha relativa maior comunicación coas veciñas ao seu oriente (co asturleonés, especialmente durante o período do reino independente, 1160 ca.-1230, co castelán, a través do Camiño de Santiago e da participación da nobreza galega nas campañas da Reconquista no sur e, máis en xeral, na corte real e nos asuntos políticos da monarquía). Pero isto non debe facernos esquecer que tamén no sur, como antes mostramos, existen coincidencias entre variedades veciñas no eixo leste-oeste, que incluso choutan por riba das fronteiras (véxase mapas nº 1-3 e 15-17 e 20).

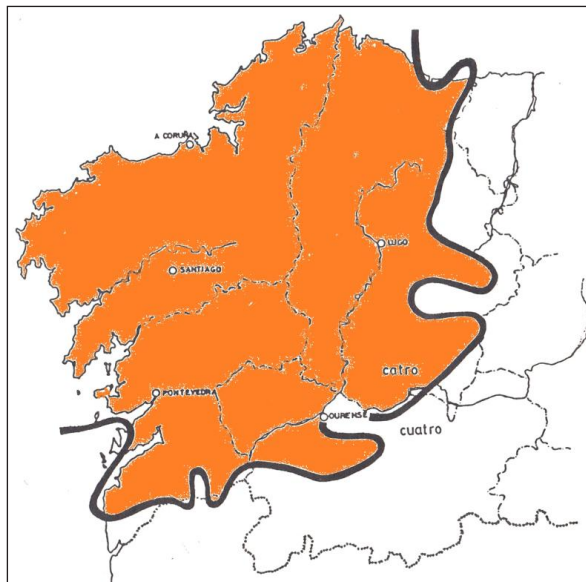
Endebén, do dito poderíamos concluír erroneamente que o galego simplemente permaneceu nunha posición estática, acompañando ao reboque certas evolucións do castelán e desacompañando inerte outras evolucións do portugués. Pola contra, o galego desenvolveu unha dinámica evolutiva propia, coas súas innovacións específicas, que o distanciaban tanto do castelán como do portugués. Son ben coñecidas pero imos recordar algunhas (Monteagudo 2012: 51-56 e 59-64): desnasalización das vogais, xeneralización do ditongo [oj] a costa de [uj] (*moito, froita*), redución do ditongo [wa] a [a] en posición pretónica cando precedido de [g] ou [k] (*gardar, catro*), *gheada*²⁷, xeneralización do pronome persoal *ti* en lugar de *tu* para o suxeito e forma específica *che* para o dativo, en oposición a *te* acusativo e reflexivo (“*Deuche a man?*”; “*Entregámoscho a tempo?*”; “*Viute na rúa?*”; “*Erguícheste moi cedo?*”), desinencias de Indicativo pretérito {-n} para a P1 das conxugacións en {-er} e {-ir} (eu *comín, saín*) e {-ches} para a P2 (*ti andaches, comiches, partiches*). Cómpre salientar que todas esas innovacións están rexistradas en textos galegos medievais. A estes, hai que sumar trazos conservadores como o mantemento do pronome *vós* para a P5 (en competencia coa innovación *vosoutros*, coincidente co castelán) e a desinencia verbal {-des} para a mesma persoa (*falades*). Algúns dos devanditos fenómenos abranxen o conxunto dos falares galegos, con excepcións marxinais; en troca, outros atinxen a meirande parte deles, pero as excepcións xa non son marxinais.

Nos mapas nº 21-25 mostramos cal é a extensión de varios destes últimos (Fernández Rei 1990: 50-89), para tentarmos identificar cal é a área de onde radican os trazos máis distintivos do galego contemporáneo, e cal foi o foco das innovacións que mellor o caracterizan.

²⁷ A *gheada* consiste na realización da antiga consoante oclusiva velar sonora /g/ como fricativa farinjal ou glotal xorda: [h] ou [ɦ] respectivamente (*gato* [ˈhato], *grolo* [ˈɦrolo] *xogo* [foˈho]).

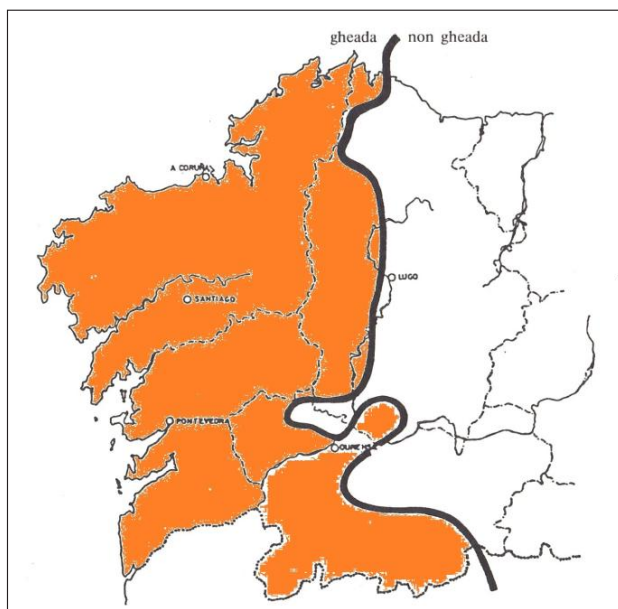


MAPA 21. *MOITO / MUITO* EN GALEGO.
 FONTE: ALGA, *APUD* FERNÁNDEZ REI (1990: 50).

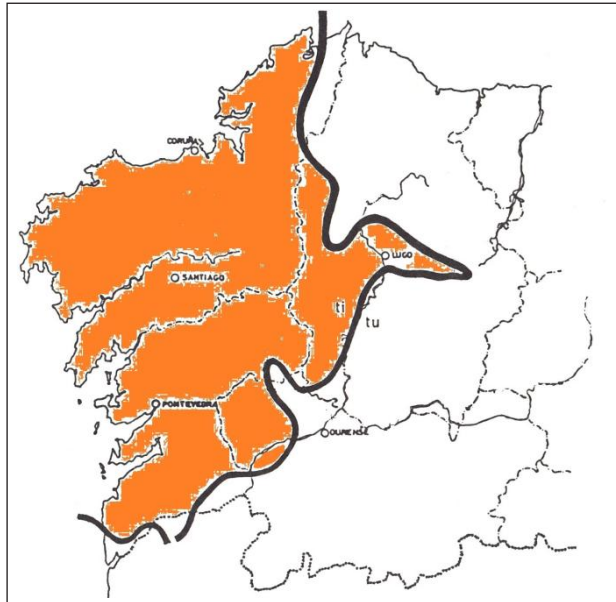


MAPA 22. *CATRO / CATRO* EN GALEGO.
 FONTE: ALGA, *APUD* FERNÁNDEZ REI (1990: 52).

Se reparamos nestes mapas, comprobaremos que a área que define máis claramente a fasquía do galego contemporáneo corresponde co centro-occidente de Galicia, e ten no seu centro as terras da arquidiocese de Santiago, con Compostela no medio e medio dun eixo que inclúe as cidades da Coruña ao norte e Pontevedra ao sur: estas foron as tres poboacións máis importantes e poboadas de Galicia nos séculos xv ao xix. Por tanto, o eixo vertical A Coruña-Santiago-Pontevedra constituíu durante o dito período o foco irradiador das innovacións máis características (tamén dalgunhas conservacións), con extensión a Betanzos-Ferrol cara ao norte e ramificación horizontal (con menos forza) cara ás cidades de Mondoñedo, Lugo e Ourense (mapa nº 24). Coidamos que isto permite reavaliar o papel das cidades galegas como centros de difusión de innovacións no propio galego durante os chamados séculos escuros ou, máis en xeral, nas idades moderna e contemporánea.

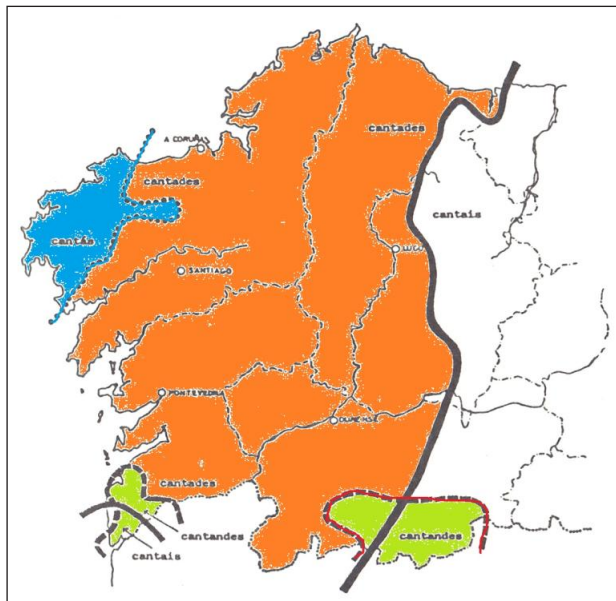


MAPA 23. GHEADA / NON GHEADA EN GALEGO.
FONTE: ALGA, *APUD* FERNÁNDEZ REI (1990: 53).



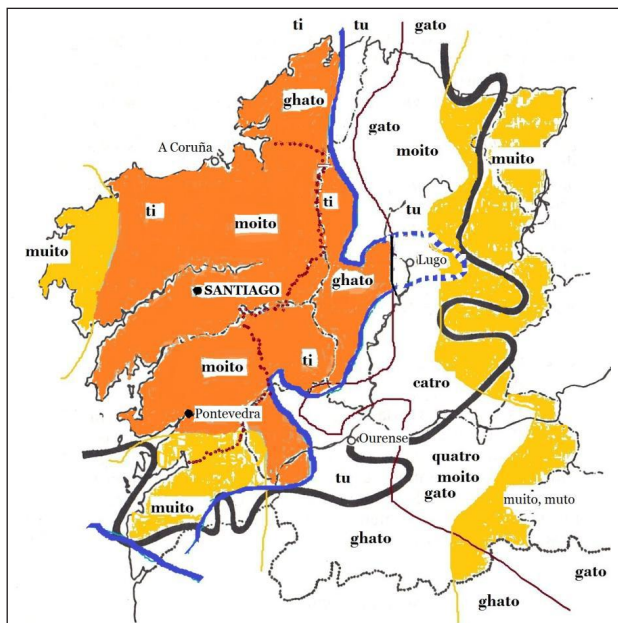
MAPA 24. TI/TU EN GALEGO.

FONTE: ALGA, APUD FERNÁNDEZ REI (1990: 74).



MAPA 25. CANTADES/CANTANDES/CANTÁS/CANTAIS EN GALEGO.

FONTE: ALGA, APUD FERNÁNDEZ REI (1990: 89).



MAPA 26. INNOVACIÓN CARACTERÍSTICAS DO GALEGO:
ÁREA CENTRO-OCCIDENTAL (DIOCESE DE COMPOSTELA).
FONTE: ALGA, FERNÁNDEZ REI, ELABORACIÓN PROPIA.

4. Conclusión

Na transición do século XVI ao XVII prodúcese unha remuda na base dialectal do castelán padrón, de xeito que a variedade culta toledana é substituída por outra máis setentrional, que ademais experimenta unha revolución fonética, co resultado da rutura do notable paralelismo, no período preclásico, do eixo Toledo-Lisboa. Pero, asemade, nos séculos XVI-XIX tamén o portugués padrón foi experimentando unha evolución fonética cunha orientación claramente meridionalizante. Esas orientacións contrapostas nas variedades-teito do centro e do oeste da península a partir dos mediados do século XVI explican en boa parte as coincidencias do galego co castelán peninsular e as súas disparidades verbo do portugués continental europeo. Únase a isto a conservación en galego dalgúns trazos da lingua medieval (finais en {-on} e {-an}); desinencia verbal en {-des}, o pronome *vós*) e unha serie de innovacións independentes (diverxentes tanto do castelán coma do portugués), e obteremos un esquema da situación do galego no marco peninsular, e máis concretamente en relación co portugués europeo. Ese é o galego que recomezou o camiño da súa individuación desde o século XVIII, nun proceso accidentado e aínda aberto.

En definitiva, esperemos que a presente disertación contribúa a aguzar a consciencia da necesidade de construírmos unha lingüística histórica / historia da lingua cunhas bases máis plurais e cunha perspectiva máis ampla, capaz de integrar no seu obxecto de estudo tanto a diversidade lingüística, por riba das fronteiras políticas, canto os fenómenos de contacto, que saiba incorporar ao seu aparello teórico as novidades que ofrece a sociolingüística e que se esforce por liberarse dos condicionamentos ideolóxicos que a constringen desde a súa fundación. Dun xeito moi particular, agardamos que o presente Congreso contribúa a colocar o galego no mapa, no lugar que lle corresponde dentro dos estudos de lingüística portuguesa, facilitando a imprescindible troca de coñecementos, colaboración nas pesquisas, cooperación nos proxectos entre parceiros de diversos países e continentes. Que axude a trazarmos un círculo virtuoso do coñecemento e o recoñecemento mutuo. Sen dúbida, os galegos temos que gañar nisto máis ca ninguén, pero estamos certos de que traerá beneficios e avantaxes para todos. Desde xa, debemos agradecer aos e ás colegas que veñen de fóra, do Brasil, de Portugal, doutros recantos do mundo, a súa presenza aquí, que entendemos de feito como un acto de recoñecemento.

Para rematar

Ao longo da nosa disertación tivemos ocasión de referirnos á importancia dos relatos (a historia), das imaxes (os mapas), dos nomes (galego, galego-portugués...). Antes de rematar, cómpre salientar a importancia das persoas: sen o impagable maxisterio e o valioso contributo dos profesores Ramón Lorenzo e Antón Santamarina, a nosa pretensión de traermos aquí esta historia, de mostrarmos hoxe estes mapas, de deliberarmos sobre os nomes desta lingua que nos convoca e na que nos entendemos, sería sinxelamente inimaxinable. Grazas, moitas grazas, queridos profesores Lorenzo e Santamarina. Estou e estamos en débeda perenne con vostedes.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Amado (1967-1969): *De la pronunciación medieval a la moderna del español*. 2 vols. Madrid: Gredos.
- ALONSO, Dámaso (1959): *La fragmentación fonética peninsular* (= *Enciclopedia Lingüística Hispánica. Suplemento 1*). Madrid: Centro Superior de Investigaciones Científicas.
- ALVAR, Manuel (1996): *Manual de dialectología hispánica. El Español de España*. Barcelona: Ariel.
- BAGGIONI, Daniel (1997): *Langues et nations en Europe*. Paris: Payot & Rivages.
- BARROS, João de (1540): *Grammatica da lingua Portuguesa*. Lisboa. [En liña: <http://purl.pt/12148>].

- BERRUTO, Gaetano (2010): *Fondamenti di Sociolinguistica*. Bari: Laterza.
- BOULLÓN AGRELO, Ana I. / Monteagudo, Henrique (2009): *De verbo a verbo. Documentos en galego anteriores a 1260*. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela.
- CANO AGUILAR, Rafael (2013): “Cambios en la fonología del español durante los siglos XVI y XVII”, en Rafael Cano (coord.), 825-858.
- CANO, Rafael (coord.) (2013): *Historia de la lengua española*. Barcelona: Ariel.
- CARDEIRA, Esperança (2005): *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- CASANOVA, Emili (1985): “El valenciano dentro del diasistema lingüístico catalán”, *Revista de Filología Románica* 3, 25-34.
- CASTRO, Ivo (2002): *Galegos e mouros*. Lisboa: Colibri / Cátedra de Estudos Galegos -Universidade de Lisboa. http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/1996_Galegos_e_Mouros.pdf.
- CASTRO, Ivo (2006): *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri.
- CASTRO, Ivo / Yara Frateschi VIEIRA (2009): “Ideias e opinioes seladas: diálogo entre Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis sobre o galego-português”, *Floema* 5, 83-102.
- CATALÁN, Diego (1989): “El fin del fonema /z/ [dz - z] en español”, en Id., *El español. Orígenes de su diversidad*. Madrid: Paraninfo, 17-52.
- CINTRA, Luís F. Lindley (1963): “Observations sur l’orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle”, *Revue de Linguistique Romane* 17, 59-77.
- DAVIES, Mark / Ferreira, Michael (2006-): *Corpus do português*, <http://www.corpusdopor-tugues.org>.
- EBERENZ, Rolf (2013): “Cambios morfosintácticos en la Baja Edad Media”, en Rafael Cano (coord.), 613-641.
- ECHENIQUE ELIZONDO, Maria Teresa / Juan Sánchez Méndez (2005): *Las lenguas de un Reino. Historia lingüística hispánica*. Madrid: Gredos.
- FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (2011): *La lengua de Castilla y la formación del español*. Madrid: Real Academia Española.
- FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés (2013): “Alfonso el Sabio en la historia del español”, en Rafael Cano (coord.), 381-422.
- FERNANDEZ REI, Francisco (1990): *Dialectoloxía da lingua galega*. Vigo: Xerais.
- FERRONHA, António L. (coord.) (1992): *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- FOX, Inman (1997): *La invención de España. Nacionalismo liberal e identidad nacional*. Madrid: Cátedra.
- GARCÍA TURNES, Beatriz (2002a): “A orixe do galego segundo Francisco Adolfo Varnhagen, editor do *Cancioneiro da Ajuda*”, *Madrygal* 5, 53-60 <http://revistas.ucm.es/index.php/MADR/article/view/MADR0202110053A/33365>.
- GARCÍA TURNES, Beatriz (2002b): “Sobre a (proto)historia do termo *galego-português* na reflexión lingüística lusa do século XIX”, en Ramón Lorenzo (ed.), *Homenaxe a Fernando R. Tato Plaza*. Santiago: Universidade, 323-335.

- GARCÍA TURNES, Beatriz (2003): “José Leite de Vasconcellos e o co-dialecto galego”, *Verba* 30, 367-97. <http://hdl.handle.net/10347/3406>.
- GARCÍA TURNES, Beatriz (2008): *Ideas sobre o galego e as orixes do portugués na lingüística lusa do século XIX: xénese e impacto en Galicia da hipótese celtista*. Tese de doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela. http://dspace.usc.es/bitstream/10347/2448/1/9788498870701_content.pdf.
- HUBER, Joseph (1986): *Gramática do portugués antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- JOSEPH, John E. (1982): “Dialect, language and «synecdoque»”, *Linguistics* 20, 473-91.
- JOSEPH, John E. (1987): *Eloquence and power. The rise of language standards and standard languages*. London, Frances Pinter.
- KLOSS, Heinz (1967): “*Abstand Languages and Ausbau Languages*”, *Anthopological Linguistics* 9, 29-41.
- LAPESA, Rafael (1981): *Historia de la Lengua española*. Madrid: Gredos.
- LEITE DE VASCONCELLOS, José (1929): *Opúsculos. Vol. IV. Filología (parte II)*. Coimbra: Universidade.
- LEPAGE, Robert B. / Andrée TABOURET-KELLER (1985): *Acts of Identity. Creole-based approaches to language and ethnicity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LIÃO, Duarte Nunez de (1606): *Origem da Lingoa Portuguesa*. Lisboa [En liña: <http://purl.pt/50>].
- LLEAL, Coloma (1990): *La formación de las lenguas romances peninsulares*. Barcelona: Barcanova.
- LÓPEZ GARCÍA-MOLINS, Ángel (1993). “L’apitxat com a contacte de llengües i com a solució interna”, EN *Actes del Nové Col·loqui de l’Associació internacional de Llengua i Literatura Catalanes*. Barcelona: Publicacions de l’Abadia de Montserrat, III, 137-142.
- LORENZO VÁZQUEZ, Ramón (1993): “Algunhas consideracións sobre a evolución do sistema consonántico do galego medieval ó moderno”, en Johannes Kabatek / Axel Schönberger (eds.), *Sprache, Literatur und Kultur Galiciens*. Frankfurt am Main: TFM / Domus Editoria Europaea, 13-26.
- LORENZO VÁZQUEZ, Ramón (1995): “Galegische Koine”, en Günter Holtus / Michael Metzeltin / Christian Schimtt (eds.), *Lexikon der Romanistischen Linguistik. Band / Volume II, 2: Die einzelnen romanischen Sprachen und Sprachgebiete vom Mittelalter bis zur Renaissance*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 649-78.
- LORENZO, Ramón (1975): “Gallego y portugués. Algunhas semejanzas y diferencias”, en José M. Navarro *et al.* (eds.), *Filología y didáctica hispánica. Homenaje al profesor Hans-Karl Schneider*. Hamburg: Helmut Buske, 155-75.
- MAIA, Clarida de Azevedo (1986): *História do Galego-Português. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MAIA, Clarida de Azevedo (1988): “Algunhas cuestións scriptolóxicas relativas à prosa documental galego-portuguesa”, en Dieter Kremer (ed.), *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85º aniversario*. Tübingen: Max Niemeyer, 327-347.

- MAIA, Clarida de Azevedo (2003): “Para a história do sistema de sibilantes em português. Algumas reflexões sobre a cronologia da mudança fonológica”, em Carmen Alemnay Bay *et al.* (eds.), *Con Alonso Zamora Vicente (Actas del Congreso Internacional ‘La lengua, la Academia, lo popular’)*. Alicante: Universidad, II, 783-791.
- MAIA, Clarida de Azevedo (2006): “A história da língua portuguesa na produção gramatical e ortográfica do século XVIII. Alguns aspectos em equação”, em Werner Thielemann (ed.), *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a Região do Rio da Plata*. Frankfurt am Main: Ibero-Amerikanisches Institut Preussischer Kulturbesitz, 227-244.
- MAIA, Clarida de Azevedo (2010a): “A língua em tempos de D. Dinis”, em Cornelia Döll *et al.* (eds.), *De arte grammatica. Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 65. Geburtstag*. Frankfurt am Main: Valentia, 315-332.
- MAIA, Clarida de Azevedo (2010b): “A selecção do dialecto da antiga província da Estremadura como modelo de língua exemplar na tradição gramatical portuguesa: fundamentos históricos da sua «excelência idiomática»”, em Maria Iliescu / Heidi Siller-Runggaldier / Paul Danler (eds.), *Actes du XXVe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*. 7 vols. Berlin / New York: De Gruyter, III, 485-494.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (2002): *O galego visto pelos filólogos e linguistas portugueses*. Lisboa: Colibri / Cátedra de Estudos Galegos - Universidade de Lisboa.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (2004): “Carolina Michaëlis de Vasconcelos e o ensino da Filologia Portuguesa na Universidade de Coimbra”, em Ulrike Mülschlegel (ed.), *Dona Carolina Michaëlis e os estudos de Filologia Portuguesa*. Frankfurt am Main: TFM.
- MARQUES, António H. Oliveira (1985): *História de Portugal*. 3 vols. Lisboa: Palas.
- MATTOS E SILVA, Rosa V. (2008): *O Português Arcaico. Uma Aproximação*. 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- MEIER, Harri (1948): “A formação da língua portuguesa”, em Idem, *Ensaio de Filologia Românica*. Lisboa: Revista de Portugal, 5-30.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (1982): *Manual de Gramática Histórica Española*. Madrid: Espasa-Calpe.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (2005): *Historia de la Lengua española*. 2 vols. Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal / Real Academia Española.
- MICHÄELIS DE VASCONCELLOS, Carolina (1904): *Cancioneiro da Ajuda. Edição crítica e commentada*. 2 vols. Halle: Max Niemeyer.
- MONTEAGUDO, Henrique (1997). “Modelos de lingua. Considerações teóricas ao fio do debate sobre a estandarização do galego”, *Cadernos de Lingua* 16, 5-33.
- MONTEAGUDO, Henrique (1999): *Historia social da lingua galega*. Vigo: Galaxia.
- MONTEAGUDO, Henrique (2000): “Lingua, literatura, nación en Ramón Menéndez Pidal”, em José L. Rodríguez (ed.), *Estudos dedicados a Ricardo Carvalho Calero*. 2 vols. Santiago de Compostela: Universidade, II, 881-909.
- MONTEAGUDO, Henrique (2002): “Antigüidade e nobreza, pureza e harmonía da lingua galega. Estudio introductorio”, em Martín Sarmiento, *Sobre a lingua galega. Antoloxía*. Galaxia: Vigo.

- MONTEAGUDO, Henrique (2008a): “Ortografía afonsí? Para a análise grafemática dos testemuños poéticos en galego da segunda metade do século XIII”, en Manuel Ferreiro / Carlos P. Martínez Pereiro / Laura Tato Fontañá (eds.), *A edición da Poesía Trobadoresca en Galiza*. A Coruña: Baía, 141-160.
- MONTEAGUDO, Henrique (2008b): *Letras primeiras. O Foral do Burgo de Caldelas, os primordios da lírica trobadoresca e a emerxencia do galego escrito*. A Coruña: Fundación Barrié.
- MONTEAGUDO, Henrique (2009): “Para a historia do galego-portugués. Na xubilación da profesora Clarinda Maia”, *Grial* 183, 18-23.
- MONTEAGUDO, Henrique (2012): “Galego, portugués e brasileiro no tempo. Achegas para unha diacronía comparada”, en Xoán Lagares / Henrique Monteagudo, *Galego e Portugués Brasileiro. História, variação, mudança*. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 37-104.
- MONTEAGUDO, Henrique (2013a): «*En cadea sen prijon*». *Cancioneiro de Afonso Paez*. Santiago: Xunta de Galicia.
- MONTEAGUDO, Henrique (2013b): “Nas orixes da lírica trobadoresca galego-portuguesa”, en Fernando López Alsina / Henrique Monteagudo / Ramón Villares / Ramón Yzquierdo Perrín, *O século de Xelmírez*. Santiago: Consello da Cultura Galega, 387-437.
- MONTEAGUDO, Henrique (2013c): “Galego, portugués e brasileiro: converxencias e diverxencias”, en Aurélie Merlan / Jürgen Schimdt-Radefelt (Hrsg. / eds.), *Portugiesisch als Diasystem / O Português como Diassistema*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 53-70.
- MONTEAGUDO, Henrique (2014): *A nobreza miñota e a lírica trobadoresca na Galicia da primeira metade do século XIII*. Noia: Toxosoutos.
- MULJAČIĆ, Žarko (1989): “Hanno i singoli diasisteme romanzi ‘emanato’ le ‘loro’ lingua standard...?”, en Società di Linguistica Italiana, *L’italiano tra le lingue romanze*. Roma: Bulzoni, 9-25.
- MULJAČIĆ, Žarko (1991): “L’approcio relativistico”, *Rivista Italiana di Dialettologia* 15, 183-90.
- NETO, Serafim da Silva (1979): *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença.
- NOGUEIRA, Carlos Filipe (1988): “O conceito geográfico-lingüístico de Galécia Maior”, en *Sete ensaios sobre a obra de J. M. Piel*. Lisboa: Seminário de Lingüística Portuguesa Histórica, 75-103.
- OLIVEIRA, António Resende de (2001): *O Trovador galego-português e o seu mundo*. Lisboa: Notícias.
- OLIVEIRA, Fernão de (1536): *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa. [En liña: <http://purl.pt/120>].
- PENNY, Ralph (2004): *Variación y cambio en español*. Madrid: Gredos.
- PENNY, Ralph (2012): *Gramática histórica del español*. Barcelona: Ariel.
- PENNY, Ralph (2013): “Evolución lingüística en la Baja Edad Media: evoluciones en el plano fónico”, en Rafael Cano (coord.), 593-612.
- RAFANELL, A. (1994): “Les idees sobre l’apitxat de València a l’edat moderna”, *Estudi General* 14, 13-49.

- RAMOS, Maria Ana (2014): “Processos de reverência cultural? A adopção de <lh> e <nh> na escrita portuguesa”, en Rosario Álvarez / Ana M. Martins / Henrique Monteagudo / Maria A. Ramos (eds.), *Ao sabor do texto. Estudos dedicados a Ivo Castro*. Santiago de Compostela: Universidade, 481-514.
- SÁNCHEZ-PRIETO BORJA, Pedro (2013): “La normalización del castellano escrito en el siglo XIII. Los caracteres de la lengua: grafías y fonemas”, en Rafael Cano (coord.), 423-448.
- SEGURA, Luísa (2013): “Variedades dialetais do português europeu”, en Eduardo Paiva Raposo et al. (eds.), *Gramática do português*. 2 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, I, 85-144.
- SOUTO CABO, José A. (2004): “A transição scriptográfica na produção documental portuguesa de 1257 a 1269”, en Ana M. Brito / O. Figueiredo / C. Barros (orgs.), *Lingüística Histórica e História da Língua Portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*. Porto: Universidade, 361-383.
- TEYSSIER, Paul (1982): *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- TUTEN, Donald N. (2003): *Koineization in Medieval Spanish*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter.
- VARELA, Javier (1999): *La novela de España. Los intelectuales y el problema español*. Madrid: Taurus.
- VÁZQUEZ Cuesta, Pilar (1988): *A Língua e a Cultura Portuguesas no Tempo dos Filipes*. Lisboa: Europa-América.
- VENÂNCIO, Fernando (2015): “O passado galego do português”, *Grial* 206, 89-95.
- VERDELHO, Telmo (2001): “Um remoto convívio interlingüístico. Tradição teórica e herança metalingüística latino-portuguesa”, en Maria Helena Mira Mateus (coord.), *Caminhos do português*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 75-94.
- ZAMORA VICENTE, Alonso (1979): *Dialectología española*. Madrid: Gredos.

Os de Vasconcelos

Ivo Castro

Universidade de Lisboa

Diz-nos Joseph Piel que o topónimo *Compostela* é de origem controversa (Piel 1989: 29-32). Ainda bem. Certezas são geralmente tristezas e a alegria do linguista está nas etimologias ainda não resolvidas, nas regras que ainda precisam de um empurrão para se ajustarem a todos os dados, nos dados que acabam de ser encontrados e precisam de teoria que os acolha, perfilhe e nomeie, na capacidade de reagir com sensibilidade, a-propósito e imaginação a factos de língua que não conhece, porque são antigos, exóticos ou novos de mais. Linguista não é só arquivista de documento lido e entendido, de feito findo, de verdade que já foi esclarecida e, por isso, não nos consegue excitar mais. Mas o linguista é também arquivista e, antes disso, caçador de documentos e é dessas suas actividades recolectoras, em que foi excelente o Dr. Leite, mais talvez que D. Carolina, que penso ocupar-me principalmente neste texto.

Mas primeiro, um pouco mais de *Compostela*. Bem pode ser que a solução admitida por Piel seja a boa: *Compostela* ou seja a *Bem-Composta*, com um sufixo *ella* que serve para lhe refinar o mimoso. Mas a mim mais agrada o étimo fantasioso da *Historia Compostellana*, que via na aproximação à cidade do Apóstolo um caminho guiado por luminárias e tendo por destino um *Campus Stellae*, um campo da estrela ou, para levar a água mesmo até às rodas do meu moinho, um *Campus Stellarum*, pois são hoje e aqui plurais as luminárias que nos iluminam no encerramento deste terceiro Congresso Internacional de Linguística Histórica.

Para elas, que de tantas e tão boas maneiras têm nestes dias sido evocadas e exaltadas, vão as minhas primeiras palavras. Para Rosa Virgínia Mattos e Silva, que conheci novinha, formosa e queda no seminário de Lindley Cintra, mal deixando adivinhar a força com que se iria tornar uma construtora de pontes no panorama linguístico da língua portuguesa (pontes entre linguistas de Portugal e do Brasil, que sempre fazem falta e nunca são de mais; pontes entre as modernas tendências da linguística e uma igualmente moderna concepção de linguística histórica, com o seu exemplo demonstrando que todas pisam o mesmo terreno e caminham para o mesmo destino). Para Ataliba Teixeira de Castilho, que conheci e admirei mais tarde, visionário criador e executor esmerado de grandes planos, sejam grandes colecções de ciência linguística, seja o Museu da Língua de São Paulo, que talvez não estivesse de pé sem a sua sabedoria de como se fazem as coisas. Para Ramón Lorenzo, que conheci tarde e a medo, pois tinha constância do seu peculiar feito e temia que incluísse todos os portugueses no delito de um deles, que uma vez não respondeu a uma sua carta. Mas esse – falo de Cintra –, não escrevia cartas a ninguém. Dos vinte e tal

anos que privei com ele, não guardo um bilhete sequer – e falar disso não é ocioso aqui, pois a produção de correspondência entre cientistas será um dos temas que mais tenciono explorar. Verdade seja que com Lorenzo também nunca troquei uma carta em papel, nem isso faz a menor falta à nossa amizade, pois todos fomos aprendendo a usar os computadores e meios electrónicos, em larga medida apoiados no exemplo de Antón Santamarina, grande, sábio e discreto arquitecto de bases de dados colossais que, como ele próprio, contém muito mais riquezas do que as que transparecem.

A estas luminárias, que felizmente estão quase todas connosco, proponho que juntemos a evocação de duas outras que raramente estão distantes de qualquer conversa ou cogitação que nos assome no campo vasto da lingüística do português ou do galego.

Vidas Paralelas

Muito do que importa na vida aproximou e manteve ligados os grandes vultos de Carolina Michaëlis de Vasconcelos e de José Leite de Vasconcelos. Muito mas não tudo, a começar pelo nome *Vasconcelos*, inato em um, adquirido na outra, ambos enraizando em arborescências genealógicas distintas. Porém, no imaginário dos semi-letrados, até mesmo essa distância familiar com frequência é esbatida ou anulada: há anos, um professor de Literatura de uma universidade ilustre, a minha, referia-se em aula a D. Carolina e a «seu marido» Leite de Vasconcelos. Quando um aluno o avisou de que não seria bem assim, encolheu os ombros e emendou: «Se não eram casados, eram amantes ou pelo menos muito amigos».

Assim fica melhor: muito amigos. Apesar de as cartas dele começarem sempre por «Excelentíssima Senhora, de minha muita consideração e estima», ou outras vénias de igual curvatura. E de, pelo outro lado, as margens dos livros dela, depois de lidos por ele, ficarem cobertas de anotações a lápis nem sempre complacentes ou concordantes, em que o ponto de exclamação figura assiduamente¹. E de, pelo lado dela, a ligeira senioridade se afirmar sem disfarce como uma forma de autoridade, tanto social como científica.

Também entre cientistas se desenvolvem *Wahlverwandtschaften*, afinidades electivas tão fortes como entre apaixonados. Com uma simples diferença: a batida do

¹ Aí está um campo fértil para estudos futuros. No exemplar leitiano do *Cancioneiro da Ajuda*, de D. Carolina, na Biblioteca da FLUL, as anotações feitas na letra minúscula de Leite abundam, muitas delas servindo utilmente para cotejar a letra do códice com as leituras da editora (naquele *ia, uiuer, de la, sennor, en os*; nesta *já, viver, de'la, senhor, enos*); algumas contendo referências e opiniões; mas outras escusadamente normativistas. Onde D. Carolina escreve «As alterações successivas que a lingua experimentou em sete séculos de vida histórica, distançam bastante a que hoje é normal em Lisboa e toda a sociedade culta do país...» (*C. Ajuda*, I: xix), Leite emenda *distançam* para *distanceiam* e redobra a preposição em *e em toda a sociedade*, como se estivesse a castigar a prosa de um dos seus vários inimigos.

coração não se acelera pela contemplação do outro, mas pela expectativa de vir a saber o que o outro já sabe ou de, ensinando-lhe o que nós já sabemos, o transformarmos de diverso em mais semelhante a nós e por isso mesmo, evidentemente, muito melhor. Estudar o modo como dois ou mais cientistas se relacionavam entre si, que perguntas faziam e que silêncios ou respostas obtinham, como manifestavam o seu acordo ou dissonância, como se referiam a terceiros e estabeleciam em graus de respeito o valor de cada um e das suas ideias, como geriam e sanavam os abundantes conflitos, desconfianças e rivalidades, como definiam as plataformas do saber que podia ser dado como sólida e consensualmente adquirido – em suma, traçar a prosopografia dos cientistas é também traçar a história da evolução e progressos da ciência de que eles foram autores e actores. Disse-o em termos categóricos, únicos que sabia usar, Hugo Schuchardt no seu artigo *Individualismus*:

A articulação genética do saber adquirido pode ser representada pela lista ordenada dos seus investigadores; a história destes é também a da própria ciência.

Der genetische Zusammenhang der gewonnenen Erkenntnisse wird durch die Reihenfolge der Forscher dargestellt; deren Geschichte ist ja die der Wissenschaft (Schuchardt 1923: 1-8).

E reforçou-o Pierre Swiggers em felicíssima fórmula no estudo de que colhi a precedente citação de Schuchardt:

a ciência mais não é que uma cadeia que interliga personalidades de cientistas.

la science n'est autre qu'une chaîne reliant des personnalités de chercheurs. (Swiggers 2000: 287).

Faz todo o sentido, portanto, procurar saber mais sobre as origens da linguística em Portugal através do estudo do relacionamento de dois dos seus primeiros e principais protagonistas, os *de Vasconcelos*.

Tentarei destacar alguns *termos de encontro*, pontos que mais se salientam nas vidas paralelas de D. Carolina e do Dr. Leite e que melhor evidenciam a qualidade das suas relações de amizade, mútuo apoio e, como aqui mais importa apreciar, de colaboração na construção de um panorama ampliado para a filologia portuguesa, um *Grundriss* alicerçado em dados novos que precisavam de ser pesquisados, examinados criticamente, interpretados e habilmente inseridos no lugar próprio de um *puzzle* que se ia desenhando ao mesmo tempo que eram ensaiadas as regras e os instrumentos do desenho – como é próprio de ciências novas e ávidas de espaço e significação.²

² Sigo aqui a linha geral de dois trabalhos de Luís Prista, a saber *Filólogos Portugueses entre 1868 e 1943*, Lisboa, Colibri, 1996, e «O ensino linguístico e de literatura», *A Universidade de Lisboa nos*

Mas o ponto que pretendo mais fortemente defender não respeita propriamente ao significado e valor de cada um desses termos de encontro, como episódios de vida pessoal e de história da ciência, mas sim aos materiais que entraram na constituição de cada um deles, nas fontes e nos tipos de documentos que podem ser convocados e postos em conjugação para esse efeito. Dito de modo muito simples, não basta ler os artigos e livros que o cientista escreveu a pensar no público, mas é preciso ler também os rascunhos, cópias limpas e provas tipográficas ao longo dos quais esses textos nasceram, evoluíram e por vezes mudaram de direcção, ou seja, é preciso conhecer e usar o material genético que constitui o ante-texto em articulação causal com o estado final do texto. Material privado, que o autor escreveu em busca, exclusivamente, da sua satisfação própria. As mudanças de direcção que o texto sofre são especialmente interessantes, pois a sua causa natural é a entrada de dados novos ou de novas interpretações para dados conhecidos e a sua apresentação pode assumir aspectos espectaculares do ponto de vista gráfico: numa página manuscrita de D. Carolina, emendas por cancelamento, adições entrelinhadas, substituições, reordenações dispõem-se com a profusão imaginativa de uma tapeçaria medieval; mais toscos são os manuscritos de Leite, impenetráveis e desalinhados como inscrição lusitana em penedo de Castro d'Aire.

Mas não basta isso de ler o texto acompanhado do seu ante-texto. Também é preciso reunir e dar uso a materiais de outras tipologias, que suponho Gérard Genette integraria no conceito de epitexto³, elemento paratextual física e socialmente separado do texto que lhe dá a razão de ser, materialmente independente do seu suporte, mas dependente dele por outras formas. Entre estes materiais, acham-se os testemunhos da recepção do texto – recensões, notícias e artigos de imprensa, peças de polémica, suplementos, adendas e erratas, citações, traduções, plágios, adaptações, transferências para outros meios (plástico, videográfico, digital, etc.) – e também as marcas de transformação do suporte do texto, como resultado de leitura ou como preparação para novas edições. O leitor inscreve nas margens do texto anotações que tanto podem ser de realce e aprovação, como podem ser adversárias, ambos os casos se situando no âmbito da recepção do texto. Mas o leitor pode ser o próprio autor, reflectindo em modo de revisão sobre o seu texto publicado e preparando-o para uma nova edição, o que retira essas marginais do âmbito da recepção (do post-texto público) e as coloca no âmbito do ante-texto, pois ocorre que a escrita do texto, apesar da publicação, não se libertou completamente da responsabilidade autoral e, em boa verdade, ainda não atingiu o seu término. O exemplar das *Poesias de Francisco de Sá de Miranda* que pertencia a D. Carolina, e que contém opulentas anotações que

séculos XIX e XX, vol. II, Lisboa, 2013, 986-1089, além de outras fontes pontualmente identificadas.

³ «Est épitexte tout élément paratextuel qui ne se trouve pas matériellement annexé au texte dans le même volume, mais qui circule en quelque sorte à l'air libre, dans un espace physique et social virtuellement illimité» (Genette 1987: 316).

o tornam peça essencial para qualquer futura tentativa de reedição, foi recentemente vendido pela família a um magnate, continua na esfera privada e, por isso, inacessível e inútil para estudo, sendo o seu destino futuro uma incógnita.

É movimentos contrários a este que importa promover e proclamar como urgentes e necessários: a progressiva e sistemática migração de documentos preciosos sobre a língua e a metalíngua em direcção a instituições públicas e franqueadas, que garantam estada permanente, conhecida e útil aos monumentos da nossa memória linguística e cultural. Nem casas-museu, nem casas de familiares, nem fundações privadas, nem arquivos religiosos, monásticos ou catedralícios: boas e grandes bibliotecas ou arquivos do Estado, de serviço público, responsabilizáveis e concebidas para funcionar durante muito tempo com recursos actualizados. Casas onde possa ter sede a segunda geração de migrações, do papel para o suporte digital, do documento para a sua imagem.

As perspectivas estão longe de serem optimistas, porque todos nós podíamos fazer um pouco mais e melhor em favor da conservação, tratamento e disponibilização do conhecimento da documentação escrita (e, daqui em diante, imaterial), que serve de suporte e registo a actos de língua que são irrepetíveis e a acções analíticas que apenas poderão ser repetidas, para efeitos de controle, enquanto aqueles documentos sobreviverem. Quando o lápis não se ler mais na página ou quando a página se converter em poeira, teremos atingido uma solução final para este problema. Será a pior de todas as soluções, mas todos os dias se repete, sem darmos por isso. Ressuscitações calixtinas não são a regra, mas apenas um feliz milagre local. A realidade é, as mais das vezes, mais negra e final. Oíçam estas histórias exemplares.

Fernando Pessoa guardou organizadamente todos os seus papéis, na esperança de que um dia seriam lidos e editados. Mas os primeiros editores desorganizaram o que puderam. Quando o Estado português comprou em bloco o espólio à família, mandou elaborar um inventário completo, mas as inventariadoras não tiveram acesso às arcas de Pessoa; trabalhavam numa saleta a que eram levados os maços de papéis a inventariar. Os papéis do espólio que não lhes foram apresentados não foram inventariados e, muitos anos depois, apareceram postos à venda pela família do poeta. O Estado, em vez de reclamar então essa parte do espólio que julgava ter adquirido na totalidade, tomou medidas superficiais que fizeram redessaparecer esse não tão pequeno segundo espólio, que agora aguarda momento de distracção favorável para negócios que em nada ajudarão a ciência.

Dizem que as filhas de Eça de Queiroz ofereciam às visitas chá e folhas manuscritas de romances do papá.

Leite, como Pessoa, deixou um espólio completíssimo e organizado, respeitante em parte às obras que publicara e em parte àquelas que desejava que os seus sucessores publicassem (parte da *Etnografia Portuguesa, Contos Populares, Teatro Popular*, etc., que foram saindo nas décadas seguintes à sua morte pelos cuidados de

Orlando Ribeiro e Manuel Viegas Guerreiro). Desse espólio faz igualmente parte uma enorme correspondência passiva, onde avultam 240 cartas de Carolina Michaëlis, um dos núcleos de maior dimensão. Mas o complicado testamento de Leite distribuiu por demasiadas instituições a posse ou detenção das diversas secções: as cartas que lhe foram enviadas por centenas de correspondentes estão depositadas, inventariadas e satisfatoriamente abertas ao estudo no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, herdeiro do Museu Etnológico que ele fundou. Mas os manuscritos e outros materiais destinados às suas edições mudaram diversas vezes de mãos, foram salvos de se perder pelos sucessores de Orlando Ribeiro e estabilizaram hoje na biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa, mas não estão inventariados nem, por isso, disponíveis à consulta; sondagens revelaram, no entanto, que entre eles se encontram bastantes cartas separadas dos conjuntos do Museu de Arqueologia. A sua biblioteca está dividida entre este museu e a Faculdade de Letras. Dentro de muitos livros, acham-se manuscritos, anotações e cartas deslocadas. Em termos gerais, pode dizer-se que o legado de Leite teve muita sorte, foi bastante bem conservado e é muito rico. Mas quem queira desenvolver o tipo de pesquisas que venho preconizando, sobre os seus métodos de pesquisa e de escrita, vê-se obrigado a reconstituir virtualmente ligações que um dia foram reais entre documentos que hoje pertencem a instituições separadas. É certo que todas as instituições estão na mesma cidade e que há equipamento moderno que facilita essas tarefas. Podia ser bem pior.

Em Coimbra, por exemplo, o espólio de D. Carolina está finalmente na Biblioteca Geral e acha-se tratado com invejável rigor. Mas é manifestamente menor do que já foi, faltando cartas conhecidas e até publicadas, e apresentando níveis desproporcionados: contra as 240 cartas de Carolina enviadas a Leite, estão em Coimbra apenas 54 respostas dele. No arquivo de Wilhelm Storck, em Münster, encontram-se 84 cartas de Carolina, mas em Coimbra foram até agora localizadas apenas 12 respostas do grande camonista, o que faz esperar que mais venham a ser descobertas. Mas não se conclua que este é um caso de incúria meridional, pois de Storck para Leite acham-se no Museu de Arqueologia 42 cartas; outras tantas de Leite se esperaria encontrar em Münster, onde no entanto apenas três cartas se acham referenciadas, o que significa que também na Alemanha há espólios erráticos.

As debilidades actuais do espólio coimbrão de D. Carolina não são, espera-se, definitivas. Foi constituído em termos de acesso ao público há poucos anos, com grande esforço de Manuela Delille (2013: 125-137). E é sabido que alguns núcleos de correspondência permaneceram separados do espólio, dentro da universidade ou ainda dentro da família, de modo que talvez seja uma questão de tempo até que esses núcleos, uns conhecidos, outros por conhecer, completem a sua migração para um pouso único, estável e público. É o que se espera, é o que se tenta conseguir um pouco por toda a parte. Pode este listado de fraquezas parecer injusto para com as instituições que já resol-

veram este tipo de problemas. As soluções encontradas no Brasil com colecções da universidade de São Paulo (o instituto Mário de Andrade, a biblioteca Brasileira legada por José Mindlin (Mindlin 1997 e 2013) ou no Rio de Janeiro a Casa Ruy Barbosa são apenas alguns exemplos do que se pode fazer, havendo meios e atenção. Mas não deixa de ser preocupante que da biblioteca de José Mindlin, muito rica em livro antigo português, apenas tenham sido resguardados na USP os livros de interesse brasileiro, aliás de acordo com a designação da nova biblioteca construída de raiz para os albergar. A parte portuguesa foi vendida a um coleccionador particular e o seu destino futuro, como noutros casos, é uma incógnita. Em Portugal, destaca-se a obra de angariação de espólios literários levada a cabo durante duas décadas pela Biblioteca Nacional, e que resultou num Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea com espólios de mais de 170 escritores (Duarte-Oliveira 2007).

Mas não se trata só de um problema de instituições, ou de Estados e governos. A consciência de que o conhecimento da construção do conhecimento científico se adquire através de uma rede de fontes e de testemunhos originais – que podem ser modestos e indirectos, que estão dispersos na sociedade e que facilmente se extinguem sem remissão – é uma consciência que todos precisamos de ter. As acções de colecta e arquivamento daí decorrentes são urgentes por dois motivos:

- a. Elas precedem naturalmente a concepção e o carregamento das grandes bases de dados digitais que, um pouco por todo o lado, estão em planeamento ou em execução, e que são a menina dos olhos das agências financiadoras das humanidades. Precedem mesmo, ou com eles se confundem, os trabalhos de grupos de pesquisa que se dedicam à recolha, estudo e edição de espólios e correspondências, como, por exemplo, na esfera da história linguística, o Hugo Schuchardt Archiv de Graz, a colecção *L'Europe des philologues* ou a equipa Leite de Vasconcelos, de Lisboa, para apenas mencionar algumas de que tenho conhecimento directo. Este é o primeiro motivo.
- b. O segundo motivo é gerado dramaticamente pela consciência, que todo o cidadão informado hoje já adquiriu, de que não apenas os testemunhos originais e irrepetíveis do passado são perecíveis, como também os lugares de guarda que a nossa civilização lhes reservou não são santuários intocáveis. Temos presente o horror de monumentos cruciais do nosso passado comum estarem a ser destruídos na Síria, como há anos o foram no Afeganistão. Não nos vale pensar que é obra de fanáticos, porque no Iraque, durante a segunda guerra do Golfo, foram tropas americanas que instalaram os seus acampamentos sobre ruínas monumentais, sem fanatismo portanto, mas com igual eficácia destruidora. E não nos vale pensar que estas brutalidades podem ocorrer no Médio Oriente ou na Ásia, mas não na nossa higiénica Europa. Já ocorreram e podem

voltar a ocorrer. Recorde-se o brutal episódio da destruição de 200.000 livros e manuscritos da biblioteca da universidade medieval de Lovaina, em Agosto de 1914, quando o exército alemão viu o seu avanço para França, que tencionava invadir, ser perturbado por uma resistência belga que não estava prevista nos planos do estado-maior de Berlim (MacMillan 2013: xvi). As bibliotecas podem voltar a arder e o problema é que elas são conjuntos de seres frágeis e pouco resilientes, ao contrário das florestas, que despontam um ano depois de terem ardido, ou mesmo da raça humana, que conta sempre com mais alguém após cada grande dizimação.

Muito se sabe sobre as vidas paralelas de Carolina Michaëlis e de José Leite de Vasconcelos, mas muito mais se saberá quando estiver publicada a correspondência que trocaram, a qual está a ser editada e anotada desde há alguns anos por Yara Frateschi Vieira e Maria Ana Ramos. E quando tiverem aparecido documentos até agora esquivos à inquirição das nossas duas colegas. Como eu próprio constatei com algum sofrimento na escrita do presente texto, elas sabem muito mais do que o comum leitor pode descobrir através das suas leituras convencionais e algumas páginas tive de reescrever, depois de arrefecidas pelo seu prudente conselho. Que falta esse conselho fez a Yakov Malkiel, cujas brilhantes intuições no artigo que dedicou a D. Carolina na *Romance Philology* (Malkiel 1993: 1-32) têm resistido tão mal ao enfrentamento com os factos que entretanto vão sendo revelados.

Carolina nasceu em Berlim em 1851, Leite era sete anos mais novo: nasceu em 1858 em Ucanha, mas cedo foi para Mondim da Beira, tudo na Beira Alta, onde cresceu e se educou com parentes padres, senhores de boas bibliotecas. Também Carolina aprendeu no espaço familiar, em casa de seu pai. O geógrafo Orlando Ribeiro, que foi aluno dos últimos dias de Leite e promoveu boa parte das suas edições póstumas, salienta as afinidades entre o ambiente em que Leite foi criado e as matérias a que dedicou o seu estudo:

Neste ambiente de prestigiosas velharias e de usanças arcaicas da população passou Leite de Vasconcelos os primeiros anos da vida. Ele próprio contará que, ao gosto ingénito de coisas antigas e da linguagem, se ajuntou o ter nascido no campo e vivido entre o povo até aos dezassete anos e meio (Ribeiro 1962: 4-5).

A Arqueologia, a Etnografia e a Filologia, disciplinas a que se consagrou por inteiro, aparecem, assim, convocadas por causas tão naturais como o local de nascimento, o seu isolamento, a boa conservação de uma memória diversificada e atestada, e levam à conclusão de que Leite, apesar do seu cosmopolitismo e da curiosidade internacional que os seus estudos suscitavam, na realidade nunca saíu, mentalmente, do Portugal velho que o viu nascer. Adiante sugeriremos, para tentar entender a sua

visão da Galiza, como lhe eram estranhos mundos que saíssem fora das medidas lusitanas da sua Beira natal.

Foi para este mesmo mundo, que estava em larga escala por definir, que convergiu, emigrada de outras realidades, Carolina Michaëlis. E esse é o primeiro termo de encontro dos dois vultos: a convergência sobre um território, uma história e uma cultura, natos nele, adquiridos nela, como o apelido.

Carolina Michaëlis estreou-se na escrita aos 16 anos, com uma ambiciosa recensão a Mussafia, que causou a admiração de Gaston Paris e de muitos mais. O que parece mais ter surpreendido os comentadores da sua carreira inicial não é tanto a precocidade como principalmente o facto de ser uma mulher que penetrava em terrenos do conhecimento e da publicitação que eram tidos como privativos de universitários e de homens, duas coisas que ela não era. A imagem proposta pelo próprio Paris da «donzela que vai à guerra», disfarçada de homem, tornou-se traço marcante da imagem de D. Carolina e da recepção que lhe foi dispensada, como evidenciam numerosas apreciações tingidas de pouco subtil chauvinismo. Mesmo em tempos mais modernos podia ouvir-se uma mente liberal mas complexa como a de Lindley Cintra observar em aula que, dos muitos estudiosos da lírica galego-portuguesa, poucos tinham ousado trabalhar o *corpus* satírico, mas que D. Carolina fora um deles, apesar de ser uma senhora.

Em todo o caso, é de justiça reconhecer que essa imagem masculina de Carolina Michaëlis não foi inventada por académicos desejosos de explicar o fenómeno da sua superioridade intelectual através da atribuição do título de «homem honorário». Quem a lançou foi o português que mais cedo e melhor a conheceu, pois com ela viria a casar. Já em 1875, numa carta de 7 de Abril enviada a Teófilo Braga, falava Joaquim de Vasconcelos nestes termos daquela que em breve desposaria:

Esta gentilíssima dama pode com o trabalho, dotada como é de uma vontade masculina, mas está da nossa parte não aceitar sacrifício, porque ela trabalha para si e para a família (Rodrigues 1988: 94).

Assim pensava um homem que, para a época, era culto, avançado e cosmopolita. De modo pouco diverso pensaria o homem comum do norte de Portugal, e com ele os homens cultos, reaccionários e terrunhos, tais como um escritor perfeitamente sintonizado com o gosto e as fobias dos contemporâneos, Camilo Castelo Branco, que em 1872, na *Espada de Alexandre*,⁴ panfleto inspirado em *L'Homme-Femme* de Alexandre Dumas Filho, emitia recomendações desta categoria, que muito retrogradam as do original francês:

⁴ *A Espada de Alexandre. Corte profundo na questão do homem-mulher e mulher-homem*, por Um Socio Prendado de Varias Philarmonicas. Porto, Typographia da Casa Real, Praça de Santa Thereza, 63. 1872. O folheto, nesta 1.ª ed., foi publicado anónimo, mas mais tarde assumido por Camilo na *Bohemia do Espirito*, de 1886 (Sonsino 2015).

procura esposa que não saiba lêr nem escrever, se tanto fôr possível; receio, porém, que a não topes n'este paiz onde a instrução está por tanta maneira derramada.... Se, á mingua de outra, o coração te esporear para mulher versada no alphabeto, fornece-a desde logo de livros uteis, brindando-a com as copiosas *Artes da cozinba*, que se publicaram n'este abençoado refeitório de Portugal, desde Fernão Rodrigues até Ramalho Ortigão. Não se te importe que ella conheça este segundo sujeito; mas tão sómente do *Cozinheiro dos Cozinheiros*, que elle deu á estampa com outros poetas causticados da inspiração satanica de Beudellère (*Espada*, 45-46).

Para isto servem os grandes clássicos da língua, para nos darem o espírito da época, que lisongeiavam e antecipam, sem o que não venderiam livros. Mas não fica Camilo por aqui. Encostando-se mais ao tema que nos ocupa – as mulheres sábias –, diz ainda o mestre de São Miguel de Seide:

Acato a sabedoria das senhoras, quando a figura lhes dá geito de virágos, feito de mestras regias jubiladas, e um não sei que de sexo canonico.

Que sua esposa, moça e galante, recite ao piano trovas de lavra propria, e escreva o soneto acrostico no dia natalicio do marido, acho isso bonito, senhoril e benemerito de um até dois osculos castos e dignos da testa da Minerva antiga. Mas, se ella descambar das branduras eroticas de Sapho para as meditaçoens sociologicas da snr^a Canuto, peço-lhe, vizinho, que a obrigue a lêr as obras de meu mestre doutor Theophilo, a fim de ganhar odio á letra redonda – virtude supranumeraria dos escriptos d'aquelle varão. (*Espada*, 22).

De Teófilo Braga, haverá mais para a frente. Como aponta Yakov Malkiel (1993: 2), a sociedade europeia culta de meados do séc. XIX estava povoada de mulheres intelectualmente robustas, educadas em casa (piano, línguas, cavalos se fossem inglesas ou nórdicas) e que aprendiam sobre o mundo na conversa dos salões, de que muitas vezes eram proprietárias, como a exclusiva Mme Verdurin de Proust, que, igual aos académicos, fechava a sua casa a todas as outras mulheres, porque as achava rebeldes, mundanas e bisbilhoteiras⁵. O acesso doméstico à informação, mais ou menos erudita, não acontecia apenas na sociedade berlinense do romantismo tardio, onde aliás florescia a lingüística de Bopp e de Karl Goldbeck, este visita de casa do pai de D. Carolina, mas encontrava-se um pouco pelas várias capitais europeias e, nos países que as tinham, por redes de *country-houses* como aquelas em que foram criadas as célebres irmãs Mitford, paradigma de meninas de boa família, destituídas de educação formal mas alimentadas por um ambiente que as promoveria a destinos variadamente notáveis.

⁵ Gaston Paris não dissentiria da opinião da Verdurin, para quem as mulheres eram «plus rebelles que les hommes à déposer toute curiosité mondaine et l'envie de se renseigner par soi-même sur l'agrément des autres salons», Proust, *À la recherche du temps perdu. Du côté de chez Swann*, Paris, Gallimard, 1954, t: 188.

A tomada de consciência do modo como o factor «género» actua na maneira como a memória de D. Carolina tem sido construída deverá alertar-nos para a necessidade de encarar – e de historiar – a sua actuação noutros termos, cruzando a excepcional preparação e capacidade científica com factores como, por exemplo, o meio social em que nasceu e se criou, o capital cultural acumulado antes de vir para Portugal, o acesso a revistas especializadas alemãs e francesas, a relação de proximidade com editores como Trübner e Niemeyer, a discriminação positiva que o facto de ser estrangeira lhe proporcionou na sociedade portuguesa e a posição social do marido nos meios intelectuais portuenses e nacionais (Anastácio 2013: 477). Veremos adiante alguns episódios reveladores das estratégias usadas por D. Carolina para se impor profissionalmente num meio que, de partida, não se revelava tão acolhedor como isso.

Um ano depois da estreia literária de Carolina Michaëlis, nascia a Filologia em Portugal, com a publicação da primeira versão de *A língua portuguesa* do jovem Adolfo Coelho. Esta obra (Coelho 1868) teve impacto imediato, medido em polémicas e leitores atentos. Foi «o primeiro livro que leu de Lingüística» Leite de Vasconcelos, por conselho de Augusto Epifânio da Silva, mentor dos seus estudos e causa involuntária de uma prolongada zanga de Leite com Adolfo Coelho.

Segundo termo de encontro: D. Carolina e Leite foram para o Porto quase ao mesmo tempo, 1875-76. Ela casada com Joaquim de Vasconcelos, que Carolina conheceu por causa da polémica em torno da tradução do *Fausto* feita por António Feliciano de Castilho e fortemente criticada por Antero de Quental, Adolfo Coelho e por Joaquim de Vasconcelos:

A polémica do *Fausto* aproximou Carolina Michaëlis, que a acompanhou por correspondência, desse grupo de intelectuais portugueses, e sobretudo de Joaquim de Vasconcelos, com quem a aproximação em breve extravasaria da mera ciência (Prista 1996: 16).

Leite, moço de 17 anos, iria trabalhar como amanuense no Liceu, e depois como redactor de certidões e explicador ao domicílio. Sabia línguas (latim aprendido com um padre, francês com um tio) e tinha boas leituras, mas a família, de pequena nobreza empobrecida, não o podia sustentar, antes recebia dele a sobrevivência. Quando o pai se lhe junta no Porto seis meses depois, escreve para casa: «o José está mais crescido alguma coisa e grosso como era, se não for mais». Ainda era um adolescente a ganhar centímetros, aliás poucos mais.⁶

⁶ Para esta fase da sua vida, a fonte que sigo é Manuel Viegas Guerreiro, *Notas para uma biografia do Doutor José Leite de Vasconcelos*, sep. de *Livro do Centenário*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1962.

Em Dezembro de 1877, nasceu o único filho de Carolina Michaëlis. Logo de seguida, passou algum tempo em Lisboa a copiar o cancioneiro do Colégio dos Nobres, então já na biblioteca real da Ajuda. Foi a primeira das suas ocupações literárias em Portugal⁷. Mas essa edição, sempre prometida para os meses seguintes, tardaria 27 anos a ser concluída, em protelado nascimento que tem sido discutido por uma pequena biblioteca de estudos interpretativos. Outras obras de tomo se interpuseram pelo caminho, com relevo para a edição das *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, que sai no livreiro Niemeyer, de Halle, em 1885. É difícil reconhecer neste período de adaptação a um novo país e à vida de casada, em que a grande edição mirandina foi inteiramente executada, a edição do *Cancioneiro da Ajuda* muito avançada, numerosos artigos e estudos preparados e publicados, aquilo que Malkiel designou por «seven years of self-imposed silence» (Malkiel 1993: 16). Afinal, seriam também os anos em que nasceu e se criou o seu filho Carlos.

O Porto da época não era decerto uma capital da cultura europeia, nem sequer era «sede de uma universidade provinciana de terceira categoria, notoriamente débil em humanidades» (*the provincial seat of a third-string university notoriously weak on the side of humanities*), como imagina Malkiel (1993: 15). Mas, apesar disso, quase todos os passos dados pela lingüística que nascia em Portugal foram dados na capital do norte.

Aí, em 1886, Leite concluiu a sua licenciatura em Medicina, tendo feito o curso do liceu entre 1876 e 1879 e um curso politécnico entre 1879 e 1881, pelo meio de inúmeras actividades de sustento. A tese de licenciatura, *A Evolução da Linguagem. Ensaio anthropologico apresentado á eschola medica do Porto como dissertação inaugural* (Porto, 1886), não era o seu primeiro trabalho de lingüística. Enquanto estudante, além de incursões etnográficas, já publicara *O dialecto mirandês* (1882), que teve um prémio da Sociéte des Langues Romanes e iniciou a sua reputação internacional. Nem todos os linguistas se podem orgulhar de ter adicionado uma língua, ou dialecto, à carta lingüística da Europa, mas foi isso mesmo que fez Leite. Publicou também o *Diccionario da Chorographia de Portugal* (1884), com que se introduzia nos caminhos da toponímia. Médico de fresco, foi colocado como subdelegado de saúde no Cadaval, o que o tirou definitivamente do Porto, mas aqueceu o lugar por alguns meses apenas⁸ e em 1888 era nomeado conservador da Biblioteca Nacional, cargo que ocupou até que em 1911, após o advento da República e a criação da Universidade de Lisboa, foi nomeado professor da Faculdade de Letras. Detestou ser médico

⁷ Nessa permanência, ficou instalada na casa de Alexandre Herculano, director da biblioteca real: «Nos aposentos do grande historiador, morei eu com meu marido em 1878 durante meses, servida por um antigo casal de criados dele» (Michaëlis de Vasconcelos, *Lições*, 379).

⁸ Jules Cornu espanta-se, em carta de 26 de Maio, da rapidez destas transferências: «Mon cher ami. Quelles enjambées vous faites! Je vous croyais à Cadaval guérissant des malades et faisant en même temps des études dialectales et voici que vous m'apprenez que vous êtes Conservateur de la Bibliothèque Nationale à Lisbonne» (Lisboa, MNA, 871-5438).

de província; em carta publicada por Viegas Guerreiro, queixa-se amargamente a alguém nestes termos:

Aspirei a ter um nome pelas letras: todavia, sequestrado delas por este novo modo de vida, nem já o pacífico enleio dos meus livros me resta! ... Já há muito que não abro um livro que não seja de medicina; mulheres foi coisa em que não pude tornar a pensar (Guerreiro 1962: 12).

Deveu-se o seu famoso celibato, segundo Viegas Guerreiro (1962: 15-18), a um desgosto de amor: estando noivo de uma prima, D. Matilde Brandão, esta adoeceu gravemente e veio a falecer em 1891. Leite tomou então por esposa a ciência, expressão que parece ter usado com alguma frequência, pois é o foco de uma história que Celso Cunha gostava de contar: entrando-lhe um dia em casa o discípulo Abílio Roseira, que havia de fazer uma carreira interessante mas curta, recebeu-o Leite com esta ordem de marcha: «Abílio, tu hás de casar». «Mas, mestre, eu quero fazer como o senhor: devotar-me à ciência». «Hás de casar com a sobrinha do Sr. Epifânio, para que se não perca aquela biblioteca».

A esposa real poderá ter sido a ciência, mas subsiste uma dúvida sobre o número de casos amorosos. Orlando Ribeiro (1962: 10) afasta-se da narrativa de Viegas Guerreiro, com quem aliás privava intimamente, como ambos tinham privado com Leite, para questionar: «alguns romances de amor, ou o mesmo, evocado muitas vezes». O pudor, às vezes, é inimigo do conhecimento exacto dos factos. Será que Orlando Ribeiro, quando encontrou numa gaveta da mesa de trabalho de Leite, após a sua morte, «um fino lenço de rendas, um macinho de cartas e algumas flores ressequidas e descoradas pelo tempo» (*ibid.*), resistiu a ler essas cartas que talvez esclarecessem a dúvida? Mas as cartas, depois de lidas pelo destinatário, não redobram de interesse para os terceiros?

Entre 1887 e 1889, enquanto durava o purgatório cadavalense e a instalação definitiva em Lisboa, Leite esteve empenhado na preparação do primeiro número da *Revista Lusitana*, que fundou, dirigiu e em que escreveu permanentemente durante a longa vida da revista, e em que constituiu, pelos temas e pelos colaboradores, uma verdadeira epítome da filologia portuguesa, de que participaram quase todos os que contavam. D. Carolina foi a segunda mais assídua colaboradora da revista, com 28 artigos publicados, sendo apenas superada pelo diplomata Pedro d'Azevedo, que assinou 60 artigos. Pode ver-se nesta duradoura colaboração mais um termo de convergência entre ambos.

Outra criação emblemática de Leite foi, em 1893, a fundação do Museu Etnológico, situado junto ao mosteiro dos Jerónimos em Belém e que dirigiria até à aposentação. Antes disso, adquirira ampla experiência de campo com a exploração do castro de Pragança, durante a estada no Cadaval, e do templo de Endovélico, no

Alandroal; as colheitas desses trabalhos, juntas à coleção de antiguidades do Sul de Estácio da Veiga, constituíram o núcleo inicial do museu, que não deixaria de aumentar com compras que fazia em todas as suas viagens e excursões, procurando sempre obter descontos e presentes. No âmbito das actividades do museu, que abrangiam igualmente a história e a arqueologia, Leite cria em 1895 uma nova revista, o *Archeologo Português*.

Simultaneamente, a inclusão na *Chorographia de Portugal*, de Ferreira Deusdado (1893), da primeira versão do *Mapa Dialectologico do Continente Português*, que teria edições posteriores e abria caminho a um trabalho de síntese como a *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, apresentada como dissertação de doutoramento na Sorbonne (1901), dava conta do avanço que Leite alcançara no trabalho de campo dialectológico, em que quase tudo encontrara por fazer. Entretanto, acaba o século e, pouco depois, o regime monárquico.

Em 1911 multiplicam-se acontecimentos com relevo para a convergência dos dois Vasconcelos, todos mais ou menos influenciados pela instauração da República.

- a. Passemos de leve sobre a constituição de uma comissão de linguistas encarregada pelo Governo de preparar uma reforma ortográfica que regularizasse a escrita do português em domínios específicos como sejam a produção legislativa e administrativa, o ensino escolar e a imprensa. A comissão trabalhou rápido e eficazmente, porque dispunha de excelente roteiro nos trabalhos ortográficos de Gonçalves Viana, que é o verdadeiro autor da reforma. Carolina Michaëlis presidia quase sem sair do Porto, Leite assistia contrariado ('para que precisará o povo de ortografia, se é analfabeto?'). As polémicas e incompreensões que este tema particularmente irrita começaram imediatamente e ainda não cessaram. Trata-se de uma área que os profissionais da Linguística desconsideram, porventura sem razão, como se viu pelo comentário de Leite, e que por isso abandonam às incursões amadoristas de pessoas cultas que acham que o nascerem na língua é suficiente certificação para se pronunciarem sobre as suas facetas técnicas.
- b. Outro efeito da mudança do regime político foi a criação de uma universidade em Lisboa, com uma Faculdade de Letras que substituiu o Curso Superior de Letras, e em Coimbra a transformação da Faculdade de Teologia em Faculdade de Letras. Assim surgiram condições para que Leite de Vasconcelos fosse finalmente convidado para professor em Lisboa, inicialmente de Língua e Literatura Latina, e em 1914 de Filologia Românica, para substituir David Lopes (e criando assim uma vaga de Latim para o seu amigo José Joaquim Nunes). Ao mesmo tempo, Carolina Michaëlis era convidada para reger Filologia Alemã, e depois Românica. O convite inicial veio de Lisboa e ela ponderou

aceitá-lo, mas acabou por ser transferida para Coimbra, o que lhe permitia manter a residência portuense e satisfazer assim as preferências do marido.

Repare-se bem: os dois mais importantes filólogos de Portugal só em 1911 se tornam, pela primeira vez, professores de universidade. Leite tinha 53 anos e D. Carolina tinha 60. Nas universidades europeias, com quadros rarefeitos ou devido a políticas ágeis de captação de talentos, era normal chegar-se à cátedra pelos 30 anos e pouco, havendo casos como o de Hugo Schuchardt que, quando atingiu os 50 anos de idade, se aposentou da cátedra de Graz para se dedicar em exclusivo à investigação. Esta demora em atingirem o ponto da carreira que era próprio e natural para os seus interlocutores internacionais, e que ambos não deixariam de considerar que há muito tempo lhes era devido (para mais à vista dos ocupantes nacionais de tais posições), teve duas ou três consequências fortes: faltou-lhes tempo para fazerem discípulos que, dentro da universidade, assegurassem a continuação do seu trabalho e constituíssem aquela coisa difusa e optimista a que chamamos *escola*; a Leite não faltaram alunos e colaboradores que o ajudavam em tarefas, copiavam livros, arrumavam ficheiros, liam em voz alta, e que o interessavam filialmente. Mas, pelo menos na sua faceta de linguista, não se vê a quem classificar como criaturo e continuador seu: Rodrigues Lapa era demasiado independente e irrequieto, não aquecendo o lugar com sucessivas entradas e demissões da faculdade; o efémero João da Silva Correia não chegou a mostrar ao que vinha. E Lindley Cintra, que não conheceu Leite, quando retomou os *dossiers* de dialectologia, filologia medieval e história da língua que Leite deixara a meio, não o fez na atitude de discípulo seu, mas sim porque eram esses os domínios a que o indigitava o seu verdadeiro mestre Mênendez Pidal, ciente talvez dos desiderandos da linguística portuguesa do tempo.

Semelhantemente, D. Carolina não deixou em Coimbra um discípulo que prosseguisse o seu ensino e investigação em Romanística. O sucessor imediato, mas indirecto, foi Joseph Piel, que com ela não teve qualquer contacto, embora deva ter ocupado o mesmo gabinete na Faculdade de Letras e herdado alguns dos seus livros. Chegou a Coimbra depois da sua morte, recomendado por Meyer-Lübke, com quem acabara de fazer o doutoramento. Quando muito, imaginar-se-á que o jovem Piel possa ter-se inspirado no legado de D. Carolina quando tratou de escolher as suas ocupações e interesses: a edição de textos medievais, a etimologia, as origens galegas. Mas nada disto permite cotá-lo como seu herdeiro científico, e muito menos Harri Meier, que era discípulo de Fritz Krüger e chegou a Lisboa só em 1943, ao contrário do que ficciona Malkiel no seu belo, mas embelezado, tributo (Malkiel 1993: 23-24).

Por outro lado, a protelada falta de consagração institucional deve ter actuado sobre ambos como poderoso motor de afirmação através da única forma que

tinham ao dispor, e em que eram claramente superiores: a investigação e a publicação abundante de resultados científicos. E aí há que registar melancolicamente quão bem servidos ambos estavam de editores alemães, franceses e nacionais que prontamente lhes publicavam as obras, coisa que hoje não mais ocorre.

Por fim, alguma cumplicidade terá sido gerada por ambos se poderem ver como igualmente vítimas das retenções do sistema.

- c. Entretanto, depois de terem convivido na comissão ortográfica e de se tornarem colegas de Faculdade, Leite e Adolfo Coelho fizeram as pazes e reataram relações. Explica Leite: «estivemos com as relações cortadas muitos anos, por causa de, numa conversa, ele fazer crítica acerba a Epifânio Dias, e eu acudir em defesa deste» (Prista 1996: 49-50).
- d. Finalmente, sai a primeira das paralelas *Lições de Filologia Portuguesa*. É a de Leite, que reúne os cursos livres dados na Biblioteca Nacional a partir de 1903. As *Lições* de D. Carolina só saíram postumamente, em 1946, mas correspondem aos cursos que a partir de 1911 ministrou na universidade de Coimbra.

Outro termo de convergência encontra-se na consciência, que ambos tinham, de que era tempo urgente de salvaguardar a sobrevivência de monumentos de valor literário, histórico ou etnográfico, antes que lhes acontecesse algo de mal. Foi em larga medida devido aos esforços de ambos que a Biblioteca Nacional possui hoje o seu cancionero trovadoresco. Em 1924, chega a Portugal o cancionero hoje conhecido por da Biblioteca Nacional e então ainda por Colocci-Brancuti. Era propriedade de Ernesto Monaci, falecido em 1919, altura em que D. Carolina e Leite iniciaram diligências para que o Estado português adquirisse o manuscrito. Desta vez tiveram êxito.

Como tiveram quando a família de Aníbal Fernandes Tomaz pôs à venda o famoso cancionero camoniano que hoje usa o seu nome. D. Carolina pensou em comprá-lo mas, sendo inoportáveis os valores, persuadiu Leite a fazer a aquisição para o Museu de Belém, cujo património enriqueceu, ainda que não seja material etnológico nem arqueológico em sentido estrito.

Em 1925, morre D. Carolina e, como aponta Luís Prista, nasce Luís Filipe Lindley Cintra. A ascendência científica deste seria, porém, outra, também alemã: foram as aulas de Harri Meier, professor convidado em Lisboa, que incutiram em Cintra o gosto pela lingüística, pois outro profissional não existia no corpo docente da Faculdade de Letras, onde as disciplinas de Lingüística eram ensinadas por professores de Literatura.

Em 1928, aproximados os 70 anos, Leite começa a arrumar a mesa. Inicia a colecção dos seus *Opúsculos*, em que reedita, por vezes com doses importantes

de reescrita, muitos dos seus artigos e pequenos estudos, organizados em volumes temáticos. Elabora o complexo plano da sua ambiciosa panorâmica sobre o povo português, a que chama *Etnografia Portuguesa*, e de que veria publicados dois dos dez volumes planeados (1º em 1933, 2º em 1936). O terceiro estava em provas quando morreu e os restantes foram montados e parcialmente redigidos por diversos ex-alunos, sob a orientação de Orlando Ribeiro. O plano e boa parte da pesquisa é de Leite, mas o texto redigido não, constituindo um interessante exemplo, porque bem conseguido e prudente, de edição evangélica, feita por discípulos que se investem da autoridade dos materiais do mestre e do conhecimento privilegiado que só eles têm das suas intenções. Pelo menos, a *Etnografia* de Leite não tem despertado as desconfianças ecdóticas que assediaram o *Cours de Linguistique Générale* de Bally e Séchehay.

Nem os primeiros volumes da *Etnografia*, apesar de publicados em vida, escaparam a este tipo de autoria colaborativa, se confiarmos no testemunho de José Pedro Machado, que ainda estudante, reviu provas do vol. II: o original de Leite era «coisa difícil de descrever: com algumas palavras de ligação, em vários pontos eram trabalhos manuscritos de informadores obsequiosos, tal como foram recebidos, recortes, bilhetes de visita, textos do próprio Leite de Vasconcelos redigidos em datas diferentes» (Prista 1996: 76-77). Posso acrescentar que o relativo conhecimento que tenho do espólio deixado por Leite, e destes precisos originais, confirma que na fase final da vida ele se preocupou mais em publicar materiais, seus ou oferecidos, minimamente ligados pela planificação rígida da *Etnografia*, mas com graus de apuramento textual muito desiguais, que não se sabe se é laconismo de estilo, se pressa de acabar. Sempre nessa linha, em 1929 Leite publica a sua *Antroponímia Portuguesa* e despede-se assim da linguística, com uma excepção aberta para um caso de dialecto (*Filologia Barranquenha*, Lisboa, 1955), e da cátedra universitária. Os últimos doze anos de vida serão dedicados à preparação das grandes obras que outros acabariam.

O Tratamento Carolino

O papel de Carolina Michaëlis como mediadora cultural, actuando principalmente, mas não em exclusivo, no eixo luso-alemão da Romanística, manifesta-se também num conjunto de funções mistas de agente literário, tradutor, *copy-editor* e uma espécie de empresário cultural, que não colam totalmente com a imagem augusta de sábia com que posou para a história, mas que, bem vistas as coisas, prolongam com naturalidade as suas primeiras experiências profissionais. Há variada matéria de interesse nesse aspecto complexo da sua actividade, como mostram dois episódios que vou descrever, o primeiro dos quais se acha cabalmente descrito e interpretado por Vanda Anastácio em termos que resumo com brevidade (Anastácio 2013: 478-498).

a) Priebisch e Caminha

O romanista alemão Joseph Priebisch (1866-1941) encontrou no Museu Britânico um manuscrito português anónimo, que identificou como autógrafo do poeta quinhentista Pero de Andrade Caminha (British Library, Add. Mss. 33791). Para o estudo e edição desse manuscrito, recorreu aos conselhos e informal orientação de Carolina Michaëlis, sendo de supor que chegou até ela através de Hugo Schuchardt, com quem havia estudado na universidade de Graz (embora nenhuma menção lhe seja feita nas cartas entre Schuchardt e D. Carolina). Ela, por sua vez, promoveu o contacto de Priebisch com F. M. Sousa Viterbo, que pelos mesmos anos (década de 1890) tinha encontrado em Lisboa, na Biblioteca Nacional, um outro manuscrito em dois tomos das poesias de Caminha (BNP, Cod. 6383-4). Sabe-se hoje que este manuscrito de Lisboa é o real autógrafo, sendo o londrino uma «cópia manuscrita apógrafa efectuada em vida do autor, provavelmente sob vigilância deste», portanto um idiógrafo (Anastácio 1998, II: VII). Viterbo não aproveitou a sua descoberta, de que se limitou a dar breve nota nos jornais, e cedeu o direito de publicação a Priebisch,⁹ de quem viriam a sair em livro as *Poesias Inéditas de Pêro de Andrade Caminha*, Halle, Niemeyer, 1898 (reimpr. Lisboa, IN-CM, 1989). Nesta cedência, na escolha do amanuense que copiou para Priebisch o manuscrito de Lisboa, nas diligências junto de Max Niemeyer para que publicasse o livro, na tradução para português da introdução e notas que Priebisch redigira para a edição e, como seria de esperar, no desenvolvimento geral da investigação, acha-se a mão de Carolina Michaëlis. Que não ficou satisfeita com o resultado dos esforços do seu compatriota: achando que a introdução de Priebisch era um relato «escasso» e «pouco explícito», que «deixa em aberto uma série razoável de perguntas», Carolina Michaëlis publicou dois anos mais tarde o seu próprio estudo, em que se propunha preencher lacunas, acrescentar «novas informações» e notas, além de algumas composições poéticas que Priebisch deixara de parte (Anastácio 2013: 479). Intitulou-se este estudo, publicado na *Revue Hispanique* (VIII, 1901, 338-450), «Pero de Andrade Caminha, Beiträge zu seinem Leben und Wirken auf Grund und im Anschluss an die Neuauflage des Dr. Joseph Priebisch», título a que uma moderna tradução portuguesa (*Pero de Andrade Caminha. Subsídios para o estudo da sua Vida e Obra*, Lisboa, INIC, 1982) não faz inteira justiça, pois omite a real motivação que levou Carolina Michaëlis a escrevê-lo, a saber que o estudo fora elaborado «com base e em articulação com a nova edição do Dr. Joseph Priebisch». Mais do que uma recensão, este longo artigo é um misto de complemento

⁹ Não eram invulgares gestos desinteressados como este. Também Leite desistiu da intenção de editar a obra de Gil Vicente para não competir com D. Carolina: «porque a Sra. D. Carolina Michaëlis tomou para si a empresa, com capacidade incomparavelmente superior à minha» nota de 1923, apensa a *Opúsculos*, I, 1928: 329.

e correctivo de uma obra que D. Carolina propiciara e ajudara a nascer, mas que não cresceu segundo as suas melhores expectativas.

Pergunta Vanda Anastácio (2013: 480) qual a extensão dos dados que D. Carolina teria facultado a Priebisch; teria este desprezado tais informações? Ou teria sido o estudo de D. Carolina em 1901 resultado do estímulo constituído pela «série razoável de perguntas» deixadas em aberto pela edição daquele estudioso e de novas pesquisas por ela efectuadas depois da sua publicação? Ou – pergunta que Vanda Anastácio não formula – teria D. Carolina guardado parte das informações para seu uso próprio?

Para lidar com estas questões, a leitura das duas publicações não é suficiente, se não for acolitada por documentos epitextuais, no caso dois conjuntos de cartas do espólio de correspondência passiva de Carolina Michaëlis, depositados na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e formados, um deles, por 21 cartas que Priebisch endereçou a D. Carolina entre 1894 e 1897, portanto no período em que preparava a sua edição de Halle, e o outro por 10 cartas de Sousa Viterbo, que ela recebeu entre 1895 e 1910, ano da morte de Viterbo. Teria sido ideal que em algum lugar se achassem guardadas e reconhecidas as cartas que ela própria escreveu em resposta a estes seus interlocutores, mas não são conhecidos esses lugares nem no caso de Priebisch, nem no de Sousa Viterbo, o que pode ser apenas um inconveniente temporário. Deve atribuir-se, em compensação, algum significado ao facto de D. Carolina não ter mencionado este episódio a Schuchardt, que fora professor de Priebisch, ou orientador do seu doutoramento, nem a Leite de Vasconcelos, que não tinha a ver com o caso, mas a quem ela falava de tudo. As cartas que escreveu a ambos no período que interessa são abundantes e recheadas de comentários e confidências, em que uma queixa relativa a Priebisch ou uma menção ao artigo da *Revue Hispanique* surgiriam com a maior naturalidade, se o caso a tivesse marcado de veras.

Interessa também uma carta de Priebisch a Teófilo Braga, datada de Berlim a 20-11-1896 (Vilhena 1985: 255-6), que dá uma versão do projecto de edição narrada na primeira pessoa e que confirma a descoberta do manuscrito londrino em 1893, em anterioridade à de Sousa Viterbo, e a intermediação de D. Carolina:

Le codex de Londres, d'une très belle écriture (exemplaire dédié probablement à l'illustre D. Francisca d'Aragão) fut trouvé par moi-même, il y a trois ans; m. Sousa-Viterbo a eu la bonne fortune de découvrir plus tard le ms de Lisbonne, communication que je dois à l'extrême obligeance de Madame C. M. de Vasconcellos. Le savant bibliothécaire a bien voulu m'autoriser l'exploitation de sa trouvaille dont je possède une copie très exacte.

Diz ainda Priebisch que os dois manuscritos contêm aproximadamente o mesmo número de composições, 500, e que não interveio na fixação do texto: «Le texte étant écrit très correctement, j'ai pu me dispenser de corrections à faire». O facto de ter ao seu dispor apenas uma cópia do manuscrito lisbonense, que afirma exacta por

puro acto de fé, não lhe esfriou a confiança. As «Notas», que planeava como simples conjunto de biografias, estavam traduzidas para português «grâce à l'extrême bonté» de D. Carolina. E o que agora o preocupava, e constituía uma das razões da carta, era pedir a Teófilo uma estimativa de quantos exemplares da edição poderiam vir a ser vendidos em Portugal, pois, ao que parece, disso dependia a decisão final do editor.

Devemos a Vanda Anastácio (2013: 481-487) o sumário narrativo das duas correspondências de Priebsch e Viterbo, onde encontramos uma espécie de comentário pronunciado em tempo real sobre o processo produtivo da edição de Caminha, incluindo indícios pouco velados do desapontamento que ele causou nos seus interlocutores lusitanos. Ler Priebsch sem ter em conta esta correspondência não é uma opção, como não é para todos os casos em que se dispõe de documentação epitextual. Em suspenso fica apenas um juízo sobre os gestos de D. Carolina, pois sem as suas cartas a Priebsch não sabemos, de forma independente das suas próprias palavras (que foram escritas para nós lermos), se ela colocou à disposição de Priebsch dados e hipóteses que ele ignorou, ou que ele utilizou sem arte, ou se silenciou tais dados e hipóteses para os utilizar futuramente sob a sua assinatura.

b) Teófilo e o Grundriss

Passemos agora para o segundo episódio prometido, em certos aspectos paralelo de este, mas talvez permitindo avançar um pouco no esclarecimento de motivos e intenções. Uma das primeiras grandes obras de descrição das línguas românicas, na vertente lingüística, mas também na literária, foi o *Grundriss der romanischen Philologie*, organizado por Gustav Gröber e publicado por um editor de Estrasburgo, Karl Trübner, durante um período dilatado de anos: o vol. I saiu em 1888 e, após um intervalo de nove anos, o tomo 2 do vol. II saiu em 1897, o tomo 1 desse volume ainda mais tarde, em 1902, ao passo que o vol. 3 saía em 1901. Somando a isto o tempo de preparação, temos um período de mais de quinze anos, com um intervalo de nove anos e outro de cinco. Interessam ao português o capítulo dedicado à língua (Jules Cornu, *Die portugiesische Sprache*, vol. I: 715-803) e uma história da literatura portuguesa (*Geschichte der portugiesischen Litteratur*, vol. II, tomo 2: 129-382). A quase totalidade dos capítulos é de autoria individual, com excepção do dedicado à língua italiana, que foi assinado por F. D'Ovidio e por W. Meyer, e do dedicado à literatura portuguesa, assinado por Carolina Michaëlis e por Teófilo Braga. É deste capítulo que precisamos de falar. Sem ter pensado muito nisso, sempre julguei que uma parte do capítulo tinha sido escrita por D. Carolina e a outra por Teófilo, em simples divisão de tarefas. A reforçar esta impressão de senso comum está assinalada uma transição na p. 344, quando se entra na «Quarta Época 1580-1700», com uma nota de D. Carolina, que diz:

Aqui toma pela primeira vez Theophilo Braga a palavra, e não no período terceiro, como no §14 se diz. O seu texto português foi por mim livremente traduzido, com alguns dados e sucessivos esclarecimentos visando o leitor alemão.

Hier erst ergreift Theophilo Braga das Wort, und nicht schon in der dritten Periode, wie in §14 gesagt ist. Seinen portug. Text habe ich frei wiedergegeben, und mit einigen Daten sowie den nachfolgenden Anmerkungen für den deutschen Leser versehen
– C. M. de V.

O parágrafo 14 aqui referido encontra-se no início do capítulo, p. 140, e abre com esta declaração:

14. A exposição que segue baseia-se na obra de Theophilo Braga, e em particular num esboço escrito para esta colecção, em que de modo breve dá a conhecer as suas mais recentes opiniões.

Die folgende Darstellung knüpft an Theophilo Braga's Gesamtwerk an, und im Besondern an einen für diese Sammlung geschriebenen Abriss, der seine Meinungen kurzgefasst in ihrem jüngsten Stadium vorführte.

Tanto quanto os materiais disponíveis permitem saber (refiro-me não só a públicos como a privados), não foi objectivamente isso o que aconteceu: a história da literatura estava destinada a ser escrita na totalidade por Teófilo Braga e a ser traduzida para alemão por D. Carolina. Afinal, a extensa primeira parte (pp. 129-344) acabou escrita por D. Carolina com base no esboço de Teófilo e a este coube apenas a parte final; esta devia ser iniciada no terceiro período (1521-1580), mas acabou por se ver reduzida a cerca de 40 pp. dedicadas ao período desde os Filipes ao Portugal contemporâneo.¹⁰ Esta assimetria volumétrica é típica de muitas histórias culturais

¹⁰ A própria Carolina o explica com grande detalhe no *Cancioneiro da Ajuda*: «Doente e não me considerando ainda sufficientemente preparada, instei primeiro com Th. Braga, como auctor da maioria dos trabalhos aqui resumidos, para redigir, em meu lugar, um esboço intitulado: *Traços geraes de litteratura portuguesa*, sendo attendida. Mas achando-o impropriamente curto, vago e escasso para o fim e destino da obra allemã, e não podendo cingir-me a muitas das opiniões nella expendidas, refundi-o completamente quando vi que a impressão progredia com vagar. Os dados que condensei em alguns paragraphos sobre a poesia popular (§ 19 e 20) e no capitulo sobre a primeira época da litteratura portuguesa (§ 26-48) eram o fructo de investigações já longas e conscienciosas, mas que não estavam, nem estão hoje terminadas. Rectificando tacitamente muita asseveração erronea e muita data inexacta do meu predecessor e amigo, com o fim de consolidar as bases da construcção, fui levada, de vez em quando, a repetir algumas affirmações suas que não sujeitára ainda a analyse especial. Dando solução aceitável a vários problemas, relativos ás origens e aos principies da poesia trovadoresca, embora sem demonstração explicita por falta de espaço, tive de apresentar outras, ainda duvidosas ou provisórias» (*Cancioneiro da Ajuda*, 1904, II: 74). Esta narrativa seria corroborada, anos mais tarde, por Adolfo Coelho quando diz, a propósito de Teófilo Braga: «a verdade é que para que um seu resumo da Historia da litteratura portuguesa pudesse ser apresentado na Allemanha, no *Compendio de philologia romanica*, publicado por Gustav Gröber, foi preciso que uma senhora, D.

portuguesas: mais de 200 pp. para as origens, a Idade Média e o século de Camões, tratados com carinhosa dilação, mas quando chegam ao desaire filipino, adeus que se faz tarde. Neste caso, contudo, a desproporção não parece residir no maior interesse ou na maior densidade de documentação disponível para as épocas mais antigas, mas na qualidade intrínseca das duas colaborações. Se passarmos para a esfera do epitexto, para as cartas trocadas entre os intervenientes e alguns espectadores, percebemos que a preparação do capítulo deve ter sido revestida de algum dramatismo.

O caso é conhecido e foi explorado por vários estudiosos (entre outros, Vieira 2005, Ramos 2013), o que permite avançar com rapidez para o material privado que constitui uma espécie de discurso paralelo. Trata-se de uma série de cartas de D. Carolina para Teófilo enviadas entre 1886 e 1894, e também das cartas enviadas por Teófilo no sentido inverso no mesmo período. As primeiras acham-se no espólio de Teófilo Braga no Arquivo Regional de Ponta Delgada, tendo sido publicadas em 1988 por Manuel Augusto Rodrigues, ao passo que as de Teófilo estão inéditas, suponho, no espólio de D. Carolina da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra¹¹.

Em 10.3.1886, D. Carolina escreve a Teófilo informando do projecto de preparação do *Grundriss*, para que ella «tinha prometido contribuir com um estudo sobre a lingua castelhana e com outro sobre a litteratura portugueza», de que desistiu por razões de sua saúde. E convida Teófilo nestes termos sonantes:

Em Portugal e fóra de Portugal é V. Exa. a *única* pessoa competente, para escrever um bom estudo sobre a Litteratura port., e se o Snr. Groeber não se dirigiu logo, desde o princípio a V. Exa., foi unicamente porque a obra de que se trata, é *allema*, e porque julgava que eu (germanolusitana) seria apta para executá-la. A obra não perde, antes pelo contrario, ganha se V. Exa. se resolve a escrever, no meu lugar, o capítulo sobre Litt. portugueza. É em nome do snr. prof. Groeber, em nome da casa editora e em meu proprio nome para que Portugal appareça condignamente representado diante do mundo scientifico de toda a Europa – que eu sollicito a V. Exa. o favor de collaborar no *Grundriss*... (TB 1583. Rodrigues 1988: 45).

E disponibiliza-se: «se eu estiver com saude, terei muitissimo gosto em traduzir o seu tratado». Este convite teve de Teófilo uma «imediata resposta favoravel e extremamente amavel», que D. Carolina estava três semanas mais tarde a agradecer, em 31.3.1886 (TB 1581. Rodrigues 1988: 46-7). No final do ano, passado o prazo

Carolina Michaëlis de Vasconcellos, o refundisse de tal modo que ficou uma obra nova» (Coelho 1910, p. 218; cit. de Ramos 2013: 181-182).

¹¹ Como não foram ainda publicadas, devo a sua localização e reprodução fotográfica à Dra. Isabel Ramires, bibliotecária da BGUC, a quem manifesto a minha gratidão. Menos acessíveis se acham, espero que temporariamente, as cartas de Gustav Gröber a D. Carolina, que talvez tenham material de interesse para esta história. Encontram-se à guarda do Instituto de Cultura Alemã da Faculdade de Letras de Coimbra e devo a sua consulta à amabilidade do Prof. António Sousa Ribeiro.

de entrega do texto de Teófilo, D. Carolina escreve-lhe a 7.12.1886, pedindo a sua entrega, para que ela prepare com tempo a tradução prometida:

peço a V. Exa. a fineza de me remetter confiadamente o seu manuscripto registado, logo que possa ser, para eu me inteirar devidamente «com vagar e curiosidade» do seu conteúdo, apromptando-me assim a executar a traducção sem demora maior (TB 1584. Rodrigues 1988: 48).

Nesta altura, portanto, D. Carolina ainda não conhecia o texto de Teófilo, que não estaria ainda passado a limpo. Ciente da grave doença de um filho de Teófilo e para o livrar de mais cuidados, recomenda: «É muito inutil passar a limpo o seu manuscripto... encarrego-me com muito prazer da traducção, remessa, etc. do seu trabalho».

Seis anos e tanto mais tarde, em longa e diplomática carta de 17.2.1893, D. Carolina volta a falar do *Grundriss*, de que entretanto saíra apenas o vol. I em 1888. Tendo passado tanto tempo, sente necessidade de recordar o que haviam tratado: ficamos assim a saber, entre outros detalhes, que o original de Teófilo, pedido a 7.12.1886, fora por ele remetido a 16 do mesmo mês e era formado por 48 folhas, portanto bastante aquém do limite de espaço concedido. E mais:

V. Exa. punha a sua obra incondicionalmente á minha disposição. Pedia mesmo que a traduzisse livremente, germanizando-a um pouco, i. é, accrescentando-lhe datas e notas bibliographicas (de que ainda carecia completamente), precisando e desenvolvendo e até modificando o que me parecesse admittir emenda, etc. etc. prova essa da grande confiança que V. Exa. depositava no meu então ainda muito mal cimentado saber. É culpa da cortesia de V. Exa. se cheguei a considerar-me, mais do que traductora, collaboradora de V. Exa.; e se os Snres. Trübner e Groeber (aos quais dei parte do occorrido) ficaram da mesma opinião e fallam sempre do Ensaio 'Braga-Michaëlis' (TB 1576. Rodrigues 1988: 50).

Seria assim por «culpa» de Teófilo que D. Carolina se lançou nos primeiros meses de 1887 a melhorar o trabalho acabado de receber:

fiz, depois de varias tentativas, uma versão, livre só emquanto á forma que ampliei, accrescentando bastantes pormenores que V. Exa. omitira para não exceder as tres folhas estipuladas no contracto, mas absolutamente fiel quanto ao fundo de ideias, e aos factos apresentados por V. Exa. – conservando d'este modo á obra o seu feitio 'Theophilo Braga' (TB 1576. Rodrigues 1988: 50-1).

Mas, prossegue D. Carolina, nesta carta que não se sabe se foi concebida para persuasão de Teófilo, se para memória futura e uso da comunidade científica – o uso que aqui lhe está a ser dado – os anos de atraso do *Grundriss* foram para ela anos de amadurecimento das suas investigações, que conduziram a um pensamento independente e actualizado:

em 1887 me via na necessidade de jurar ainda, com relação a muitas particularidades, *in verba magistri* – que era e é V. Exa; hoje porém, tenho e sustento em quasi tudo opiniões formadas independentemente, cujas razões de ser posso provar, demonstrar e documentar amplamente (TB 1576. Rodrigues 1988: 51).

Sendo assim, quando em 1892 os editores de Halle reclamaram o texto do capítulo, que estivera adormecido, D. Carolina procedeu a uma profunda revisão não já do texto original de Teófilo, mas da sua tradução alemã, e chega a um resultado que, receia, Teófilo mal reconhecerá como seu e talvez não queira assinar. Mas que Gröber e Trübner apreciaram e aceitaram publicar, mas sob a assinatura *Michaëlis – Braga*, desde que Teófilo estivesse de acordo. O resultado que D. Carolina mais favorece e com o qual, constata-se pela estrutura final da obra publicada, Teófilo concordou, foi o de publicar uma primeira parte segundo a redacção nova de D. Carolina e as últimas épocas segundo a de Teófilo. A linha de separação ficou indefinida, mas percebe-se que durante os trabalhos de impressão se deslocou do início do séc. xx (1521) para o seu final, encurtando a secção teofiliana, como acima foi referido.¹²

A tudo isto, que disse Teófilo? Certamente faltam no espólio da BGUC as cartas deste longo período em que foi dando resposta às explicações e pedidos de D. Carolina. Apenas em 1.9.1894 responde, com atraso, a uma em que esta, a 26.7.1894, lhe pergunta como deve enviar-lhe o pagamento respeitando ao *Grundriss*. Fica-se com a impressão de que pouco lhe teria dito antes:

Participa-me V. Exa. que está encarregada pelo editor Trübner de me entregar 19.050 rs. pela minha collaboração na Historia da Litteratura portugueza, da Encyclopedia romanica Gröber, e ao mesmo tempo desculpa-se de ser pequena a parte que me toca. Eu felicito-me, em primeiro logar, por vêr a nossa Litteratura portugueza vulgarisada na sabia Allemanha por uma fórmula tão completa, como a que V. Exa. fez dando-lhe tão importantes desenvolvimentos; alem d'isto considero uma alta homenagem ao meu trabalho, o permittir V. Exa., e de sua propria iniciativa, que o meu nome figurasse como collaborador de uma obra tão sympathica e segura (BGUC, Ms CMV1 163).

Teria, afinal, Teófilo Braga sentido de humor? Ou era um puro cavalheiro? Esperemos que ambas as coisas. Mas não se pode negar que ele, nesta e em numerosas outras ocasiões, e Priebisch, por uma vez, tiveram a possibilidade de experimentar a impiedosa eficácia do tratamento carolino: o saber, não o sexo, como arma de poder. Uma escrita que, em nome de um saber maior, avança e devora outras escritas.

¹² D. Carolina fala do assunto a Leite em diversas ocasiões, por exemplo numa carta de 1 de Novembro de 1893, em que diz: «Do meu estudo sobre litteratura portugueza já estão impressas 208 paginas! (até 1580). – O resto vae no texto de Th Braga, ao qual accrescentei apenas algumas notas, porque era impossivel concederem-me *mais* espaço – i. é outras 208 paginas para os ultimos tres periodos. Em 2ª edição tudo será *meu*» (MNA 22640).

Leite e a Galiza tão próxima

Numa das primeiras cartas que escreveu a Leite de Vasconcelos, em 27 de Maio de 1887 (Lisboa, MNA 871-5437), Jules Cornu agradecia a oferta do primeiro número da *Revista Lusitana* e mandava um aviso, que Leite deve ter sentido como dedo apontado a uma incerteza de que nunca se libertaria:

Li com muito interesse o primeiro número da *Revista Lusitana*. Faço votos de que ela não se confine nos limites do seu título. Os dialectos da Galiza pertencem-lhe de direito.

J'ai lu avec beaucoup d'intérêt le premier numéro de la Revista lusitana. Je désire qu'elle ne se renferme pas dans les limites de ce titre. Les dialectes de la Galice lui appartiennent de droit.

A resposta a esta admonição tardaria alguns anos. Quando Cornu lhe ofereceu para publicação na *Revista Lusitana* um artigo sobre o *Poema do Cid*, Leite recusa sem demais, porque entende reservar as páginas da sua revista apenas a matérias portuguesas e, em certas condições, galegas. Galiza sim, mas em termos. A resposta exacta de Leite não será conhecida enquanto não se descobrir o paradeiro do espólio de Cornu¹³, mas um rascunho da sua carta foi anexado por Leite ao postal de 25-I-1891 (MNA 871-5441), a que se reporta, em sinal de que Leite atribuía ao esclarecimento da sua atitude, e portanto da matéria, importância suficiente para ter elaborado um rascunho preparatório e para o conservar. É este:

Respondi aos bilhetes do Cornu, de 25-I-91:

«Muito agradeço os seus ultimos bilhetes. Mas permita-me uma observação. A *Rev. Lusit.* trata *exclusivamente* de cousas de Portugal (e Galliza, no que se refere à lingua e à antiguidade, principalmente), e isto, não por um *motivo estreito* de patriotismo (embora eu entenda que o 1.º dever do cidadão é esse sentimento, quando se não oppõe ao da humanidade), mas porque, tendo nós cá tanto que fazer em nossa casa, não podemos estar a distrahir-nos em cousas de fóra. Com quanto o estudo do *Poema do Cid* se reflecta uma ou outra vez em Portugal, como V. E. mostrou in *Romania*, x - 75sq., todavia a principal e mais directamente interessada é a Hispanha, e não Portugal. Por tanto, V. E., que sabe tanta cousa sobre Portugal, não poderia antes mandar-me um art. que *dissesse immediatamente respeito* ao meu país? Ficaria eu muito mais satisfeito, e não alteraria o plano da *Revista*. (...)»

¹³ A biblioteca de Cornu, conforme averiguou Maria Ana Ramos, foi oferecida à biblioteca da universidade de Basileia. Nela estão as separatas e livros de Leite, com dedicatórias mas sem anotações marginais do punho de Cornu. O espólio e a correspondência não foram ainda localizados; em Graz, onde ele terminou a carreira docente, não apareceram.

O episódio não teve consequências mais sérias e Cornu continuou afável como antes. Mas fixemo-nos um pouco nas, chamemos-lhe assim, reticências de Leite em relação ao galego, pois elas constituíram um foco de discussão duradouro com D. Carolina, que Yara Frateschi Vieira e eu próprio tentámos historiar recentemente (Castro-Vieira 2009). Em causa estava a questão da língua em que escreveram os trovadores dos séculos XII a XIV, na Península, e da denominação que se deveria dar não só a essa língua como ao período em que floresceu o seu tipo de lírica. Por trás disto, um pano de fundo mais vasto: as origens da língua e da nação portuguesa, que para Leite constituíam a ocupação central da sua ciência. O tema surge na correspondência Leite-Michaëlis pela primeira vez num cartão postal desta, datado do Porto a 23 de Dezembro de 1903¹⁴, mas temos todos os motivos para supor que fosse uma conversa antiga entre ambos, em que voltavam a caturrar de vez em quando. Diz assim:

Exmo. Snr. e amigo. Foi-me de todo em todo *impossível* cumprir o seu desejo. Não imagina o que os dias do Natal são para uma dona de casa allemã. Deixe-me o seu ms. por mais uns dias. O assunto merece que o ponderemos bem. Eu não partilho a convicção de V. E. Não nego que haja na Chronica de 1404 *alguns* galleguismos, mas muitos dos que V. E. designa como taes são meros archaísmos, [comuns ao gall[ego] e ao port[uguês].]

Este manuscrito só pode ser o original do artigo de Leite sobre a crónica de 1404 (Leite de Vasconcelos 1903), cuja data de publicação não será de levar a sério se ponderarmos que o original ainda andava em consultas no Natal desse ano. Leite defendia que a língua da crónica era o galego, implicando que no início do séc. XV o português dele se distinguia como outra língua. D. Carolina, pelo contrário, achava que os «galeguismos» são «meros archaísmos» e, para evitar dúvidas, entrelinha uma generalização, «comuns ao gallego e ao português». Pouco depois, 1904, saíam publicadas definições suas do que tinha por idioma culto comum às duas nações. Na recensão ao *Cancioneiro Gallego-Castellano*, de Henry Lang (Michaëlis 1904), é clara quanto à unidade linguística da produção trovadoresca:

O *português ilustre* ou *galego ilustre* ou *galego-português ilustre*, elevado entre 1150 e 1200, na côrte portuguesa, por meio de depuramento, regulamentação e sábias restrições, à categoria de língua poética de notável unidade e pureza, manteve-se bastante inalterado em todos os líricos até ao ocaso da poesia trovadoresca.

¹⁴ Cartão postal MNA 3495-22642, catalogada como sendo de 1893. Mas ostenta dois carimbos postais, um do Porto e outro de Lisboa, ambos de 24-12-03. Isto e a data da publicação aqui discutida encerram a questão.

E na sua edição do *Cancioneiro da Ajuda* (I: xvii-xix), em texto publicado na mesma data, mas preparado muito antes, é ainda mais clara:

A linguagem dos trovadores é um *português ilustre*, selecto, convencionalmente unitário e arcaico, mas perfeitamente orgânico e coerente, claramente determinado nas suas formas e tendências, caracterizado por todas as feições peculiares que o distinguem do castelhano. Português ou galego-português ilustre, pois havia identidade quasi completa entre a língua da província do Noroeste da Hespanha e a do reino de Portugal.

Mas onde se explica melhor é no cap. IX, dedicado à Galiza, do vol. II do *Cancioneiro da Ajuda* (II: 780):

Portugal, gallego-português nas suas origens, viu formar-se lentamente uma nacionalidade nova, com genio seu e missão individual, á qual a sciencia concede o nome ponderativo e um tanto pomposo de *lusa* ou *lusitana*.

Para que não sobrem dúvidas de que isto é uma bicada no seu amigo Leite, explicita na nota 1 da p. seguinte:

o conjuncto dos dois paises que nos ocupam teve em diversas épocas o nome de *Lusitania* (...) alguns eruditos servem-se d'este nome para designar de modo geral a união antiga de ambos. P. ex. Leite de Vasconcellos nas *Religiões da Lusitania*. Por isso mesmo fallam ora dos caracteres lusitanicos dos gallegos, ora do character gallaico dos lusitanos, ás vezes sem a necessaria distincção entre os tempos archaicos e as condições historicas, medievaes e modernas.

Recordemos, para pôr estas alusões no seu contexto, que os humanistas portugueses se tinham apoderado do conceito de *Lusitania* para idealizar a pré-história da nação: passaram a usar *lusitanos* como sinónimo de *portugueses* (António Ferreira, *Poemas Lusitanos*) e André de Resende, autor do *De Antiquitatibus Lusitaniae*, forjou com o mesmo sentido, e a partir de *Lusus*, companheiro ou filho de Baco, o termo *Lusíadas*, que Camões adoptou para título do seu poema épico (sem, no entanto, uma vez sequer o usar dentro do texto¹⁵). A ideia foi acarinhada pela ciência: contra Alexandre Herculano, que se recusava a entroncar a nossa história na dos lusitanos, Leite de Vasconcelos, seguido por Amorim Girão e Paiva Boléo, favoreceu a tese de que a nação portuguesa (aí se incluindo a língua e demais instituições) tivera a sua origem no território dos lusitanos, deles assumindo a descendência ou, pelo menos, alguma motivação. Na introdução das *Religiões da Lusitânia*, lança esta espécie de profissão de fé:

contentar-me-ei com lembrar que, se o território de Portugal não concorda exactamente com o da Lusitânia, está, porém, compreendido no dela: que a

¹⁵ Camões apenas usou *Lusitano* (60 vezes), *Lusitânia* (6), *Lusitânico* (1).

língua que falamos é, na sua essência, mera modificação da que usavam os Luso-Romanos; que muitos dos nossos nomes de lugares actuais provêm de nomes pré-romanos; que certas feições do nosso carácter nacional se encontravam já nas tribos da Lusitânia; etc. (Leite 1897: xxv-xxvi).

Recordar afirmações destas serve, primeiro, para avaliarmos o caminho desde então percorrido pela tese da origem galega da língua; e serve também para apreciar, com perplexidade inicial, a sinuosa via do pensamento de Leite nesta matéria, em contraste com a límpida e inamovível posição de D. Carolina. Pena é que nos faltem cartas suficientes de Leite no espólio de Coimbra, para termos as suas respostas e explicações face às críticas da amiga. Estamos pouco mais que reduzidos, neste particular, à sua palavra publicada.

A sua mais antiga referência à Galiza data de 1882, quando era ainda «alumno da Eschola Medica do Porto»; publicando algumas quadras populares galegas, presta homenagem à «Galliza, essa sympathica provincia, que, se pela politica é hispanhola, pela lingua é portugueza» (Leite 1882: 38). Anos depois, em 1888, fala no entanto de um «idioma galego»: parente íntimo do português, seu subordinado, mas hoje dele separado:

Não se estranhe que eu considere assim subordinado ao português o idioma galego. De facto, êste mantém parentesco íntimo com aquele, e ambos na idade-média serviram de órgão a uma mesma literatura; além disso a Galliza é um apenso natural de Portugal: estas duas regiões faziam outr'ora parte da Lusitânia (Leite 1888 [1929: 848]).

O estudo em que ocorrem estas frases, que provavelmente D. Carolina tinha em mente aquando das suas críticas, não era um daqueles textos rápidos com que Leite costumava marcar território, mas o ambicioso opúsculo *A filologia portuguesa e a reforma do Curso Superior de Letras* (1888), que inaugura a história da erudição filológica em Portugal e advoga a criação de novas cadeiras no Curso Superior de Letras, sabe-se lá se pensando ocupar uma delas¹⁶. O seu conteúdo foi, seguramente, pensado e calculado, e como tal deve ser lido.

Está nesse caso a afirmação «O galego é um dialecto ou codialecto português» (p. 895), que seria glosada por essa altura em outros escritos. Na opinião de Beatriz García Turnes (García 2008: 233), sente-se aqui a influência de escritos recentes do príncipe Louis Bonaparte, que definiu *co-dialectos* como variedades independentes de uma língua, que apresentam variantes fundamentais em relação à norma culta dessa língua, sendo classificados como *sub-dialectos* se as variantes são pouco relevantes, isto

¹⁶ É essa, pelo menos, a opinião de Luís Prista (2013). Adolfo Coelho teria ficado melindrado com a sugestão interesseira de Leite, «mancebo estudioso e investigador dedicado», por uma cadeira de Filologia Portuguesa, pois se considerava dono da matéria na sua cadeira de Glotologia Geral.

em correspondência dirigida a Leite nos anos 1884 e 1885. Ora, é quase nos mesmos termos que Leite define o galego, discutivelmente emparelhado com o mirandês e o riodonorês, quando apresenta em 1893 o seu *Mappa dialectologico do Continente Português*:

O gallego, o mirandês, o riodonorês e o quadramilês são propriamente co-dialectos, isto é, idiomas que, comquanto, pelos seus caracteres grammaticaes se avizinhem do português mais que outras quaesquer linguas romanicas e lhe sejam em parte ligados na obediencia às mesmas leis especiaes, não estão comtudo numa relação tão intima com elle, considerado lingua litteraria e nacional, como por exemplo os fallares da Beira e do Algarve (Leite 1893 [1929: 791-796]).

Dizendo isto, Leite situa-se estritamente na sua contemporaneidade, em que vê o galego como entidade separada do português. Quanto ao galego medieval, parece admitir alguma unidade com o português, na linha defendida por D. Carolina. Na *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, continua a tratar o galego como «co-dialecto», mas acrescenta:

O galego medieval diferia muito pouco do português; há mesmo casos em que é difícil ou impossível, apenas com recurso à grafia, estabelecer distinções entre estes idiomas.

Le galicien médiéval diffèrait très peu du portugais; il y a même des cas où il est difficile ou impossible, par le seul moyen de la graphie, d'établir des distinctions entre ces idiomes (Leite 1901: 197).

Apesar de essa formulação sugerir que galego medieval e português medieval eram «dois idiomas», também se lhes refere, no mesmo lugar, como sendo uma entidade comum, o «galleco-portugais». Ora, em 1903, quando publica o opúsculo sobre *Uma Crónica de 1404*, Leite não parece mais tão convencido da unidade da língua dos trovadores, e é esse o ponto que Carolina Michaëlis rebate na sua carta. Parece ter transitado de uma posição em que aceitava a existência de uma língua comum às duas regiões aquém e além Minho, que servira às produções trovadorescas, e que ele chama inicialmente *português-galego*, a uma outra segundo a qual os dois idiomas, embora dificilmente discerníveis entre si, mantinham todavia já nos seus primórdios uma certa fisionomia própria.

Algo que, afinal, já havia dito de forma categórica num pequeno artigo de 1889, «Português e galego», saído no vol. I da *Revista Lusitana*, aquele mesmo que Cornu comentara:

em virtude de condições comuns a todos os idiomas, e de outras particulares a êste (como a vida histórica de Portugal, a absorção da Galiza na Hespanha, etc.), o *galaico-portugalense* diferenciou-se cada vez mais, vindo a constituir de

um lado o *galego* (com os seus dialectos) e do outro o *português* (também com os seus dialectos). Vê-se, portanto, que ambos estão em idênticas relações com o latim, e que não deve dizer-se nem que o galego provém do português, nem êste daquele (Leite 1889 [1929: 623-625]).

Finalmente, quando republicou e reviu o *Mappa dialectologico* em 1929, nos *Opúsculos*, Leite repetiu este gesto em direção à autonomia do galego, declarando que ao lado dos domínios glotológicos espanhol e lusitânico, únicos mencionados nas edições anteriores, havia a considerar um domínio galego, a que dedica uma frase inteiramente nova. Mas essa frase parece ter sido concebida para contrariar os efeitos do gesto de abertura: «À Galiza pertence o galego, que não é mais que um dialecto português, ou, se se quiser, um seu co-dialecto». E este é, muito provavelmente, o seu último pronunciamento sobre o problema. Pode ser que o desconforto de Leite com o galego tenha uma causa simples: ele, que adquiria conhecimento caminhando, nunca fez trabalho de campo na Galiza e repousava, portanto, em informações prestadas ou lidas.

Se o leitor, confrontado com as suas sucessivas mudanças ou matizes de opinião, se sentir algo confuso, pode ser que a culpa não seja inteiramente sua, mas minha, que não dei boa conta da síntese. Ou, quem sabe, do próprio Leite, que escrevia demasiadas vezes sobre o mesmo assunto.

A verdade é que quase até ao fim da vida Leite de Vasconcelos não cessou as tentativas de aperfeiçoar a sua conceituação do caso do galego, embora pareça ter dado uma grande curva para voltar ao ponto de partida. As suas constantes oscilações de opinião ou, mais exactamente, de formulação da opinião, mostram que sentia com particular agudeza a atracção de dois polos de identificação e distanciamento e que procurava constantemente afinar o seu ponto de vista.

As variantes textuais que daí resultam, e que são dignas de um estudo de crítica genética, precisam de ser examinadas à luz do modo como Leite geralmente escrevia: em vez de produzir textos estanques, que se acrescentam ou contrapõem aos antecedentes, Leite estava sempre a escrever e a reescrever o mesmo texto. Como não tinha falta de editores solícitos e rápidos, podia permitir-se o luxo de escrever breves estudos, baseados em investigação incoativa ou reflexão em vias de amadurecimento, que se destinavam em parte a transmitir resultados, mas em parte também a marcar o território e a patentear a posse do tema; depois disso, com a mesma facilidade publicava variantes sucessivas do estudo, à medida que adquiria novos dados (a colecta e classificação de materiais eram a grande arte desse sábio-viandante) ou sempre que matizava as suas opiniões. É por isso que as suas redacções têm o estilo inacabado e desigual das coisas provisórias que aguardam o grande aperfeiçoamento final. Essa maneira de escrever e publicar é responsável, em grande parte, pela sensação de estarmos a presenciar um pensamento *in fieri* que a obra de Leite nos dá. O que não quer sugerir que o seu pensamento não tivesse sofrido uma evolução real ao longo dos seus muitos anos.

Nuclearmente, nada há de surpreendente em que um homem que iniciava sempre os seus raciocínios com base na documentação antiga, na história remota e na etnografia fosse mais atraído pelas afinidades originárias entre galegos e portugueses que pelas suas diferenciações adquiridas e que tivesse alguma dificuldade em harmonizar a sua sensibilidade histórica com a experiência do ressurgir galego que acontecia à sua frente.

Seja como for, o contraste é grande com pontos fundamentais do «credo galego-português» de D. Carolina, tal como ela o define numa carta a Leite de 7 de Março de 1904 (Lisboa, MNA 3475-22678):

1º) Havia apenas uma língua poética, para todos os poetas, fossem eles portugueses, galegos ou de outros reinos peninsulares até o reinado de D. Dinis: o galego-português.

2º) Não só a língua era comum, mas todo o período, no que diz respeito a convenções literárias e a relações de caráter político e cultural.

Haverá melhor forma de terminar esta longa palestra realizada no coração da Galiza, e perante galegos, portugueses, brasileiros e todos mais quantos falam e amam o português, do que recordando este ideário de Carolina Michaëlis – um tempo, uma língua, uma sociedade e uma cultura comuns –, que ela tomou por seus quando assumiu o nome de Vasconcelos?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANASTÁCIO, Vanda (1998): *Visões de Glória (Uma introdução à poesia de Pêro de Andrade Caminha)*. 2 vols. Lisboa: Gulbenkian.
- ANASTÁCIO, Vanda (2013): *Uma antologia improvável. A Escrita das Mulheres (1495-1830)*. Lisboa: Relógio d'Água.
- CASTRO, Ivo (2002): *Galegos e Mouros*. Lisboa: Cátedra de Estudos Galegos.
- CASTRO, Ivo / Yara Frateschi Vieira (2009): «Ideias e opiniões seladas: diálogo entre Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis sobre o galego-português», *Floema* 5, 83-102.
- COELHO, Adolfo (1868): *A língua portuguesa. Phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*. Coimbra.
- DELILLE, Maria Manuela Gouveia (2013): «A biblioteca particular de Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos. Breve história e principais núcleos temáticos», em V. Anastácio (org.), *Tratar, Estudar, Disponibilizar. Um futuro para as Bibliotecas Particulares*. Lisboa: Banco Espírito Santo-Centro de História, 125-137.
- DUARTE, Luiz Fagundes / António Braz de OLIVEIRA (orgs.) (2007): *As Mãos da Escrita. 25º aniversário do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea*. Lisboa, BNP.

- GARCÍA TURNES, Beatriz (2008): *Ideas sobre o galego e as orixes do portugués na lingüística lusa do século XIX*. Tese de doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela.
- GENETTE, Gérard (1987): *Seuils*. Paris: Ed. du Seuil.
- GUERREIRO, Manuel Viegas (1962): *Notas para uma biografia do Doutor José Leite de Vasconcellos*. Sep. de *Livro do Centenário*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- HURCH, Bernhard (2009): «In der Phäakenluft von Graz bin ich erst recht faul geworden. Der Briefwechsel von Caroline Michaëlis de Vasconcellos und Hugo Schuchardt», *Grazer Linguistische Studien (GLS)* 72, 19-111.
- LEITE DE VASCONCELOS, José (1882): *Anuario para o estudo das tradições populares portuguesas*. Porto.
- LEITE DE VASCONCELOS, José (1888): «A filologia portuguesa e a reforma do Curso Superior de Letras de Lisboa» [reimpr. *Opúsculos*, IV, *Filologia* (parte II)]. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929: 841-919].
- LEITE DE VASCONCELOS, José (1893): *Mappa dialectologica do Continente Português*. Lisboa [reimpr. *Opúsculos*, IV, *Filologia* (parte II)]. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929: 791-796+mapa].
- LEITE DE VASCONCELOS, José (1897): *Religiões da Lusitânia*, I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LEITE DE VASCONCELOS, José (1901): *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris [reimpr. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Linguística da Universidade de Lisboa 1970].
- LEITE DE VASCONCELOS, José (1903): *Uma Crónica de 1404*. Lisboa [reimpr. *Opúsculos*, IV, *Filologia* (parte II)]. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929: 632-646].
- LEITE DE VASCONCELOS, José, 1889 «Português e galego», *Revista Lusitana* I, 184-185 [reimpr. *Opúsculos*, IV, *Filologia* (parte II)]. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929: 623-625].
- MACMILLAN, Margaret (2013): *The War that ended Peace*. London: Profile Books.
- MALKIEL, Yakov (1993): «Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925)», *Romance Philology* XLVII, 1-32.
- MICHAËLIS DE VASCONCELOS, Carolina (1904): *Cancioneiro da Ajuda*. 2 vols. Halle: Niemeyer.
- MICHAËLIS DE VASCONCELOS, Carolina (1904): Rec. a H. Lang, *Cancioneiro Gallego-Castellano*, *Zeitschrift für romanische Philologie* XXVIII, 200-231.
- MICHAËLIS DE VASCONCELOS, Carolina (1946): *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa [2ª ed., s.d., Dinalivro].
- MINDLIN, José (1997): *Uma vida entre livros. Reencontros com o tempo*. São Paulo: EDUSP / Companhia das Letras.
- MINDLIN, José (2013): *Destaques da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin*, São Paulo, Biblioteca Mindlin / EDUSP.
- PIEL, Joseph-Maria (1989): «Sobre a origem controversa de *Compostela*», em Id., *Estudos de Lingüística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: IN-CM, 29-32.
- PRISTA, Luís (1996): *Filólogos Portugueses entre 1868 e 1943*. Lisboa: Colibri.

- PRISTA, Luís (2013): «O ensino linguístico e de literatura», em S. Campos Matos *et al.* (ed.), *A Universidade de Lisboa nos séculos XIX e XX*. Vol. II. Lisboa: Universidade de Lisboa: 986-1089.
- RAMOS, Maria Ana (2013): «Teófilo Braga e Carolina Michaëlis ou dissemelhanças científicas. Os cancioneiros galego-portugueses», em C. Poncioni / J. M. Costa Esteves / J. Costa (orgs.), *Hommes de lettres et la Res publica au Portugal et au Brésil. Commémorations du centenaire de la République portugaise*. Paris: Houdiard, 164-192.
- RIBEIRO, Orlando (1962): *Vida e obras de José Leite de Vasconcellos*. Sep. de *Livro do Centenário*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (ed.) (1988): *Correspondência para Teófilo Braga*. Coimbra: INIC.
- SCHUCHARDT, Hugo (1923): «Individualismus», *Euphorion* 16: 1-8.
- SONSINO, Ana Luisa (2015): *A Espada de Alexandre, de Camilo Castelo Branco*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa.
- SWIGGERS, Pierre (2000): «La canonisation d'un franc-tireur: le cas de Hugo Schuchardt», em W. Dahmen *et al.* (orgs.), *Kanonbildung in der Romanistik und in den Nachbarwissenschaften*. Tübingen: Gunther Narr, 269-304.
- VIEIRA, Yara Frateschi (2005): «Paixão e paciência: Carolina Michaëlis e a filologia», em M. Brea (coord.), *Carolina Michaëlis e o Cancioneiro da Ajuda hoje*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 13-43.
- VILHENA, Maria da Conceição (ed.) (1985): *Correspondência de Teófilo Braga. Cartas em Francês*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

Sistemas complexos e mudança linguística. Estudo de caso: diacronia da concordância no Português Brasileiro

Ataliba T. de Castilho

Universidade de São Paulo / Universidade Estadual de Campinas / CNPq

Agradeço inicialmente aos organizadores deste evento pelo convite, que me permite juntar-me aos participantes na justa homenagem que ora prestamos aos colegas Ramón Lorenzo e Antón Santamaria.

Nesta conferência, exponho à crítica dos presentes as seguintes questões: (1) a língua é um sistema complexo; (2) estudo diacrônico da língua como um sistema complexo; (3) diacronia da concordância do ponto de vista multissistêmico.

1. A língua é um sistema complexo

O entendimento da língua como um sistema complexo decorreu, em meu caso, da interpretação dos resultados do *Projeto de Gramática do Português Falado no Brasil*.

A documentação e a descrição do português brasileiro falado teve início nos anos 70, sucedendo-se dois projetos coletivos de pesquisa: o Projeto da Norma Urbana Linguística Culta (1970-1988) e o já mencionado Projeto de Gramática do Português Falado no Brasil (1988-2006).

Os 32 pesquisadores que integraram este último projeto foram desafiados por um conjunto de fenômenos para os quais não havia ainda explicações compartilhadas: como descrever os marcadores conversacionais? haveria alguma regularidade nas frequentes interrupções e repetições da fala? como entender as unidades sem lexicalização do tópico discursivo? como descrever os anacolutos?

O mesmo embaraço ocorria em outros ambientes científicos. Destaco da enorme literatura então gerada as seguintes “afirmações-perguntas”, formuladas por Dorothea Frank e Rossana Sornicola:

What type of objects should be taken as sentences in order to make compatible its definition with the assumptions of Conversation Analysis? Instead of analyzing sentences as completed products from a post-factum perspective, it seems more acceptable to study them as processes which unfold in time”, i.e., like dynamic entities (Franck 1981: 14, grifos meus).

La mia impressione è che in effetti questo quadro teorico (...) possa essere estremamente fruttuoso negli studi sul parlato spontaneo. Le oscillazioni e fluttuazioni, talora impercettibili all'orecchio umano, talora di grande entità, che

caratterizzano il parlato spontaneo, possono essere meglio comprese all'interno di un quadro concettuale incentrato sulla complessità e sul non determinismo (Sornicola 1994: 120, grifos meus).

As citações acima lidam com conceitos linguísticos desafiadores, tais como:

- Estruturas sintáticas que decorrem das estratégias de administração dos turnos conversacionais.
- Análise de processos, e não apenas análise de produtos linguísticos.
- Complexidade.
- Não determinismo.
- Língua como atividade, etc.

É bastante claro que as duas linguistas aqui citadas estão lidando com a propriedade dinâmica da linguagem, problema que já vinha ocupando a atenção dos cognitivistas. É também muito claro que elas estavam lidando com a dicotomia *produção vs. produto*, que cruza com frequência a história da Linguística.

Para considerar os fenômenos linguísticos em seu dinamismo, será necessário integrar a Linguística entre as ciências dos domínios complexos, que focalizam fenômenos tão desafiadores como a circulação dos fluidos, a previsão do tempo, as oscilações dos ciclos econômicos, o crescimento populacional, as proteínas como sistemas em movimento, o funcionamento do cérebro, as relações neuronais, e por aí vai.

Esses fenômenos não revelam a ordem, a simetria e a elegância com que estamos acostumados, quando nos escudamos nas ciências clássicas. Eles são melhor entendidos como processos criativos frequentemente denominados “caos”, ou sistemas complexos.

Para entender a língua como um sistema complexo, venho formulando desde 1999 o que tenho chamado “abordagem multissistêmica da língua”, de orientação funcionalista-cognitivista, definida pelos seguintes postulados:

1. A língua é um conjunto de categorias, integradas em quatro sistemas: Léxico, Semântica, Discurso, Gramática.
2. Processos e produtos linguísticos expressam essas categorias, que convivem simultaneamente num mesmo recorte de língua. Eles são, ademais, multissistêmicos, ultrapassando e englobando os limites da Gramática.
3. As categorias linguísticas operam simultaneamente, não linearmente, numa forma que pode ser representada radialmente.
4. Um dispositivo sociocognitivo, fundamentado nas estratégias da conversação, administra os sistemas linguísticos.

Vejamos isto mais de perto.

1.1. A língua é um conjunto de categorias, integradas em quatro sistemas

A percepção multissistêmica da língua representa uma resposta aos desafios de descrever a oralidade, como já disse. Ela representa, também, uma reação a certas afirmações que encontramos na literatura sobre gramaticalização. Vem daqui seu possível aproveitamento pela Linguística Histórica.

Contrapondo-me ao que dizem os gramaticalizadores, postulo a língua como um sistema dinâmico e complexo, configurado no quadro da epistemologia das ciências dos domínios complexos.

Assim postulada, uma língua natural compreende PROCESSOS de criação e PRODUTOS que daí resultam.

Do ângulo dos PROCESSOS, as línguas podem ser definidas como um conjunto de atividades mentais, pré-verbais, organizáveis num multissistema operacional.

Os processos que organizam as línguas entendidas em seu dinamismo operam (i) simultaneamente, não sequencialmente; (ii) dinamicamente (não são entidades estáticas); (iii) multilinearmente (não são entidades unilineares):

A língua-enquanto-processo pode ser razoavelmente articulada em quatro domínios: (1) Lexicalização, (2) Discursivização, (3) Semanticização e (4) Gramaticalização.

Ainda que timidamente, os estudos sobre a gramaticalização levantaram o véu da língua-enquanto-processo, mas falharam ao não enquadrar o processo da gramaticalização entre outros processos de criação linguística, tratando-o como um epifenômeno.

Do ângulo dos PRODUTOS, as línguas podem ser apresentadas como um conjunto de categorias igualmente organizadas num multissistema.

A língua-enquanto-produto compreende quatro sistemas: (1) Léxico, (2) Semântica, (3) Discurso, (4) Gramática.

Esses sistemas serão considerados autônomos uns em relação aos outros, ou seja, não se admitirá que um sistema determina / deriva de outro, nem se proporá uma hierarquia entre eles. Com isso, não se postulará a existência de sistemas centrais e de sistemas periféricos. Centralidade e periferia são propriedades das categorias que organizam os sistemas linguísticos, mas não são propriedades dos sistemas propriamente ditos.

1.2. As categorias linguísticas operam simultaneamente, numa forma autorregulada

Qualquer recorte de língua exhibe categorias ligadas aos quatro sistemas. Por uma sorte de ilusão de ótica, destacamos sempre em nossas pesquisas uma dada categoria, secundarizando as demais, o que se explica pelas preferências científicas do linguista.

Proponho uma mudança nisto, pois deveríamos pesquisar todas as categorias ao mesmo tempo, metodologia que obviamente só pode ser exequível por meio de *pesquisas coletivas*.

1.3. Um dispositivo sociocognitivo administra os sistemas linguísticos

Seja como conjunto de domínios (ou *processos*), seja como conjunto de sistemas (ou *produtos*), a língua continuará a depender de uma articulação que assegure a eficácia de seu uso. Essa articulação se dá ao abrigo do que venho chamando de “dispositivo sociocognitivo”, explicitável por meio da ativação, desativação e reativação das categorias e de suas propriedades.

O dispositivo sociocognitivo nada mais é que uma generalização das estratégias da conversação, que é a utilização mais básica das línguas naturais. Ele tem uma dimensão cognitiva e uma dimensão social.

O dispositivo é *cognitivo* porque se fundamenta na representação linguística de categorias e subcategorias cognitivas. Essas categorias não são exclusivas nem negativas, visto que umas não se opõem a outras. Ao contrário, elas são problemáticas e integrativas.

Mas esse dispositivo é também *social*, porque baseado na análise continuada das situações que ocorrem numa conversa, mais particularmente, na gestão dos turnos conversacionais, como já disse. A conversação é de fato a atividade linguística básica, e pode proporcionar-nos elementos de interesse para a busca de generalizações.

De acordo com esse dispositivo, o falante ativa, reativa e desativa categorias lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais no momento da criação de seus enunciados, constituindo as expressões que pretende “pôr no ar”, por assim dizer.

O dispositivo sociocognitivo compreende os seguintes movimentos, que podemos generalizar, identificando aí os princípios que regem as línguas:

(1) Dispositivo de ativação: o Princípio de projeção

Quando conversamos, tentamos o tempo todo prever os movimentos verbais do interlocutor, isto é, se ele completou sua intervenção, se ela ainda está em curso, se devemos antecipar o momento de nossa entrada no curso da fala, etc. Para dar conta desse mecanismo, que assegura a manutenção da conversação, Sacks / Schegloff / Jefferson (1974: 702) postularam um “componente de construção de turnos” cujas unidades-tipo, isto é, as palavras, os sintagmas e as sentenças com os quais o falante constrói seu turno, “projetam a próxima unidade-tipo”, numa sorte de antecipação da atuação verbal do interlocutor.

Buscando uma generalização sobre esse componente, chegamos ao *Princípio de projeção*, de que resultam as estruturas linguísticas.

(2) Dispositivo de reativação: o Princípio de recursão

No curso de uma conversação temos frequentemente de mudar seu rumo, seja corrigindo nossas próprias intervenções (= autocorreção), seja corrigindo a intervenção do interlocutor (= heterocorreção): O sistema de correção conversacional busca eliminar os erros de planejamento.

Buscando uma generalização sobre esse dispositivo, chegamos ao *Princípio de recursão*, de que resulta um melhor aproveitamento dos materiais linguísticos, via repetição de esquemas.

(3) Dispositivo de desativação: o Princípio de eclipse

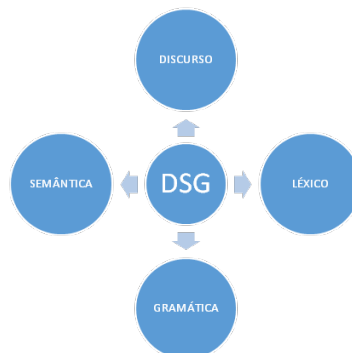
Também se observam na conversação movimentos de abandono ou desativação de uma estratégia em curso, e conseqüente ativação de outra estratégia. Isso explica as *despreferências*, termo proposto por Marcuschi (1983) para denominar a estratégia que consiste em verbalizar o que não é esperado, violando-se o princípio de projeção pragmática. Ocorre uma despreferência quando respondemos a uma pergunta com outra pergunta, quando recusamos um convite, etc. Nestes casos, segundo esse mesmo autor, cria-se na conversação um “vazio pragmático”.

A desativação é, portanto, o movimento que ocasiona o abandono de categorias que estavam sendo ativadas. Gera-se um silêncio no planejamento verbal, a que se seguem simultaneamente as ativações e as reativações.

Buscando uma generalização sobre a desativação, chegamos ao *Princípio de eclipse*, de que resulta a omissão de categorias.

É importante enfatizar que esses princípios operam ao mesmo tempo, não sequencialmente; acompanho Lakoff (1987) nesse raciocínio. Assim, a desativação ocorre simultaneamente com a ativação, e esta com a reativação, o que compromete o princípio da unidirecionalidade, se estivermos considerando os mecanismos intersistêmicos de produção linguística.

A *abordagem multissistêmica* das línguas naturais pode ser representada numa forma radial, como no seguinte gráfico:



As categorias que configuram os sistemas, por sua vez, devem ser anotadas à volta de cada sistema.

Sobre a abordagem multissistêmica, ver Castilho (1998a, b; 2002a; 2009a, b, c, d; 2010b): Essa abordagem ajudou-me na composição da *Nova gramática do português brasileiro* (Castilho 2010a): Orientandos e colegas vêm desenvolvendo pesquisas com base nessa percepção da língua: Barreto (2004), Módolo (2004, 2006), Kewitz (2007, 2009), Simões (2009), Braga (2008), Defendi / Lopomo / Cacciaguerra (2009), Santos / Bernardo / Terra / Barroso (2009), Sartin (2009), Laura (2013), Kobashi (2013): Em seu livro de introdução à Linguística, Bagno (2014: 23-27) integra esta proposta entre outras teorias linguísticas.

2. Estudo diacrônico da língua como um sistema complexo

Em texto anterior, propus que a abordagem multissistêmica poderia ser estendida ao campo da Linguística Histórica, desenvolvendo-se, em documentos de temporalidade controlada, pesquisas sobre os processos da lexicalização, semanticização, discursivização, gramaticalização (Castilho 2009a):

Dada a vastidão desses campos, é evidente que as pesquisas terão de ser desenvolvidas numa forma coletiva, com a participação de diversos especialistas. A Linguística brasileira tem demonstrado a exequibilidade desse modo de fazer ciência.

Vejamos sumariamente de que tratam os processos acima mencionados.

2.1. Lexicalização

A Lexicalização é o processo de criação das palavras. As comunidades criam as palavras por meio da etimologia (lexicalização ocorrida na língua-fonte), da neologia (lexicalização ocorrida na língua-alvo), da derivação e composição (lexicalização ocorrida no interior da língua alvo, por meio do desdobramento de itens previamente existentes), ou por meio de empréstimo lexical (lexicalização ocorrida por contacto linguístico): O Léxico que daí resulta pode ser configurado por meio das classes de palavras, que são as *categorias* desse sistema.

Durante a interação, o falante e o ouvinte tomam decisões sobre como lexicalizar e como administrar o Léxico, que propriedades ativar, reativar ou desativar. Essa administração estabelece um conjunto de momentos, termo tomado aqui em seu sentido etimológico de “movimento”.

No processo de lexicalização diacrônica, a reativação conduz a derivações e composições de palavras, e a desativação acarreta a morte das palavras.

2.2 Semanticização

A Semanticização é o processo de criação e modificação dos sentidos, dispostos em categorias próprias.

Esse processo cobre os campos da semanticização lexical, gramatical e discursiva. As *categorias* da Semântica ordenam-se, portanto, em três subsistemas: Semântica lexical, Semântica discursiva, Semântica gramatical. Agreguem-se a esse quadro os processos linguísticos que organizam o campo da Semântica diacrônica. Mas se a indagação dirigir-se aos processos de criação do significado, ou seja, sobre a *semanticização*, aí está a Semântica cognitiva, oferecendo diversas respostas (Castilho 2014).

No processo de modificação diacrônica dos sentidos, dois processos atuam simultaneamente: a dessemanticização, seguida da ressemanticização.

A dessemanticização é a perda do sentido das expressões, seguida imediatamente pela ressemanticização, que é a criação de sentidos novos para as mesmas expressões.

Para bem avaliar esses processos, será conveniente estudá-los no interior das seguintes categorias semânticas, entre outras:

- i. Referenciação
- ii. Predicação
- iii. Apresentação
- iv. Verificação
- v. Foricidade
- vi. Dêixis
- vii. Junção
- viii. Campos semânticos

As pesquisas de Semântica diacrônica têm identificado o seguinte ritmo da semanticização: (1) movimento do concreto para o abstrato; (2) alteração da extensão: especialização e generalização; (3) melhora e piora semântica.

Dada a natureza dinâmica própria da fala, a mudança dos sentidos é um processo contínuo, que levanta mais perguntas do que respostas. Heine / Claudi / Hünemeyer (1991a) organizaram um quadro interessante para capturar as representações semânticas das categorias cognitivas básicas.

Faz falta um projeto coletivo de pesquisas sobre a Semântica diacrônica do Português Brasileiro, já esboçado por Ilari (2014).

2.3. Discursivização

Limite aqui o entendimento do Discurso à interação linguística, ou seja, à conversação, e ao texto que daí resulta.

De acordo com a perspectiva textual-interativa proposta por Jubran / Koch (2006 / 2015), pode-se configurar o sistema do Discurso a partir das seguintes *categorias*: (i) estrutura tópica; (ii) reformulação da estrutura tópica por meio da repetição, da correção, do parafraseamento; (iii) descontinuação da estrutura tópica por meio da hesitação, da interrupção, da parentetização, e (iv) conectivos textuais expressos por marcadores discursivos e por conjunções textuais.

A *discursivização*, portanto, será entendida como o processo de criação do texto, mormente durante uma conversação.

No processo de mudança diacrônica do texto, pode-se indagar se as categorias identificadas por Clélia Jubran e por Ingedore Koch são estáveis, ou se mudam ao longo do tempo. As primeiras respostas aparecerão no livro *Diacronia dos processos constitutivos do texto*, em processo de edição por Eduardo Penhavel, que substituiu nessa tarefa a colega Clélia Jubran, recentemente falecida.

2.4. Gramaticalização

Entre os quatro processos constitutivos da língua, o da *gramaticalização* é de longe o mais estudado. A abordagem multissistêmica restringe o papel da gramaticalização à criação e mudança (i) da estrutura fonológica das palavras (fonologização), (ii) da estrutura morfológica da palavra (morfologização) e (iii) da estrutura sintática da sentença (sintaticização).

Os processos de mudança gramatical vêm sendo estudados pelos pesquisadores do Projeto para a História do Português Brasileiro, prevendo-se para 2016 a publicação de três dentre as seguintes obras coletivas, para além dos volumes sobre Linguística de corpus, História social e Léxico histórico:

- Dermeval da Hora, Elisa Batisti, Valéria Monaretto (eds.) *Mudança fonológica do Português Brasileiro*.
- Sônia Cyrino, Ilza Ribeiro (eds.) *Mudança sintática sob a perspectiva gerativista*.
- Ataliba T. de Castilho, Célia Regina dos Santos Lopes (eds.) *Mudança sintática sob a perspectiva funcionalista*.
- Maria Denilda Moura e Marcelo Amorim Sibaldo (eds.) (2013): *Sintaxe comparativa entre o Português Brasileiro e Línguas Crioulas de Base Lexical Portuguesa*. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas.

Na próxima seção, apresento um estudo de caso, abordando alguns tópicos de diacronia da concordância do ponto de vista multissistêmico.

3. Estudo de caso: diacronia da concordância do ponto de vista multissistêmico

Nesta última seção, defino o que estou entendendo por concordância, apresento um plano de estudo diacrônico multissistêmico dessa relação gramatical, finalizando por focalizar alguns resultados de pesquisa ora em andamento no interior do Projeto para a História do Português Brasileiro.

O estudo diacrônico da concordância do ponto de vista multissistêmico vem sendo desenvolvido pelos seguintes pesquisadores, além de mim mesmo: Bruno Maroneze, Célia Maria Moraes de Castilho, Edilaine Buin-Barbosa, Flávia Orci Fernandes, Janaína Olsen e Marcel Caldeira. Os resultados do trabalho serão publicados no vol. III, tomo 2, da *História do Português Brasileiro*, em preparação. Este texto explora partes desse capítulo, e naturalmente não compromete esses pesquisadores.

3.1. Definindo a concordância

Há na literatura corrente pelo menos duas percepções do que seja a relação sintática de concordância.

Segundo a percepção mais difundida, a concordância é uma *relação de dependência entre dois termos*, um dos quais subordina o outro, atribuindo-lhe traços de pessoa, gênero e número. Deste ponto de vista, a concordância é uma das manifestações do Princípio de projeção, em que um operador movimenta / atira / projeta seus traços lexicais / semânticos / discursivos / gramaticais sobre seu escopo. O operador da concordância é o *ativador*, o escopo é o *receptor* (Corbett 2006).

Essa definição assenta numa afirmação que é rejeitada pela teoria dos sistemas complexos: o da determinação entre as categorias linguísticas.

Passamos então a postular que a concordância consiste num *compartilhamento de traços gramaticais entre dois termos*: um termo X compartilha traços com um termo Y, ilustrando o Princípio de recursão, ocorrendo uma equação morfológica entre esses termos. Assim, a concordância entre o verbo e o sujeito passa a ser vista como uma relação de compartilhamento de traços. Para expressar essa relação, a língua deve dispor de uma morfologia forte.

Entretanto, ao aninhar a concordância entre as manifestações do Princípio de recursão, precisaremos restringir o alcance dessa postulação aos casos em que a recursão se manifesta por meio da flexão nominal e verbal. Como se sabe, o redobramento sintático, em que um termo X redobra as propriedades de um termo Y, é um fenômeno bastante amplo, situando-se aí o redobramento da negação, dos pronomes e de outras estruturas, estudadas em Moraes de Castilho (2013):

Para expressar essa relação de compartilhamento, a língua deve dispor de uma morfologia forte. Por isso mesmo, a concordância só ocorre entre classes gramaticais dotadas de morfologia flexional: nome, verbo, adjetivo e especificadores sintagmáticos (artigo e pronomes possessivo, demonstrativo e indefinido): Classes morfológicamente invariáveis não têm concordância: esse é o caso das preposições, das conjunções e dos advérbios.

Quando a morfologia flexional está em processo de enfraquecimento, como parece ser o caso do PB, a concordância deixa progressivamente de se expressar, fato reconhecido por Galves (1993, 1998), entre outros pesquisadores.

A expressão da concordância é sempre gramatical, por manifestar-se através da morfologia, como já disse. Entretanto, mesmo expressa por meios gramaticais, a relação de concordância entre os termos é complexa, dada a diversa proveniência das categorias aí envolvidas. Nas análises que se seguem, operaremos com categorias lexicais, semânticas e gramaticais envolvidas nessa relação entre os termos X e Y.

3.2. Estudo multissistêmico da diacronia da concordância no PB

O dispositivo sociocognitivo proposto pela abordagem multissistêmica permite postular três tipos de concordância, assim formulados em Castilho / Moraes de Castilho (2011):

- i. *Concordância plena* (CP): os termos X e Y compartilham traços gramaticais. A concordância plena, ou canônica, é aquela em geral descrita nas gramáticas. A CP resulta do dispositivo sociocognitivo de ativação, captado pelo Princípio de recursão de traços.
- ii. *Concordância por reanálise* (CR): um dos termos X ou Y expressa os traços de um constituinte periférico, reanalisado como constituinte nuclear. A concordância por reanálise é considerada pela gramática prescritiva uma infração à norma culta, com exceção da concordância com o partitivo. A CR resulta do dispositivo sociocognitivo de reativação, captado pelo Princípio de recursão.
- iii. *Concordância zero* (CØ): desaparece a relação de concordância entre os termos X e Y, concentrando-se em apenas um deles a expressão de pessoa, gênero e número. O termo que expressa esses traços é, em geral, o Especificador do sintagma ou da sentença. A concordância zero também é considerada pela gramática prescritiva uma infração à norma culta. A CØ resulta do dispositivo sociocognitivo de desativação de traços, captado pelo Princípio de elipse.

Sob esse pano de fundo, um estudo diacrônico da concordância pode hipotetizar que (i) a CP representa um momento conservador das regras de concordância, (ii) a CR aponta para possíveis mudanças gramaticais, de que pode ser considerada

como um indício, (iii) a CØ aponta para mudanças mais radicais, pois implica no desaparecimento da concordância na língua portuguesa.

No final da pesquisa, verificaremos o ritmo desses tipos de concordância na história do Português Brasileiro, em relação com os gêneros discursivos que integram o corpus. Nesta altura, ainda não temos respostas para todas essas questões.

3.3. Concordância e quantificadores: estudo de caso

Verifico nesta seção se há alguma relação entre a concordância de número e a grande categoria dos Quantificadores.

Em sua *Gramática da língua galega*, Rosario Álvarez e Xosé Xove (2002: 480-503) apresentam um estudo minucioso sobre os Quantificadores, de que oferecem um paradigma geral, que compreende os quantificadores não comparativos e os quantificadores comparativos e suas subclasses.

Os quantificadores não comparativos englobam os existenciais (negativos e positivos), os de totalidade e os de não totalidade. Os quantificadores comparativos englobam os de não equivalência, e os de equivalência.

Fiz uma leitura multissistêmica desse capítulo de sua gramática, imaginando uma expressão lexical, gramatical e semântica dos Quantificadores, em correlação com a concordância verbal de número. Deixei de parte, por ora, a expressão discursiva dos Quantificadores. Meus resultados, obviamente, não comprometem nossa querida colega Rosario Álvarez.

Vou limitar-me à concordância verbal de número, recordando que as categorias lexicais, gramaticais e semânticas utilizadas na ordenação das ocorrências *são simultâneas, não excludentes*. Assim, a divisão do assunto por seções mostra apenas a perspectiva de análise que está sendo levada em conta.

3.3.1. Quantificação lexical e concordância: os coletivos

Os substantivos coletivos e os de massa, ou não contáveis, representam a categoria de QUANTIDADE no léxico.

(I) Concordância entre coletivos e verbo

A língua oscila quando um dos termos da concordância é expresso por um substantivo coletivo em função de sujeito.

No sistema da gramática, sujeito coletivo e verbo se emparelham no singular, quando a forma do coletivo vem no singular.

Mas é frequente a concordância verbal com o sentido plural do coletivo, conhecida em nossa tradição gramatical como concordância *ad sensum*; nesses casos, do

ponto de vista estritamente gramatical, o que ocorre é uma concordância zero. Em suma, a concordância gramatical zero ocorre simultaneamente com a concordância semântica plena.

Vejamos como operam os Quantificadores lexicais e a concordância:

1. Concordância semântica plena / concordância gramatical zero entre o sujeito coletivo e o verbo
 - a) [21, 1] *Essa coleção se destinavam* a um público não especializado.
 - b) [21, 1] *A multidão enfurecida destruíram* as barreiras da polícia.
 - c) [21,1, entrevista televisionada] *Essa família conseguiram* se reunir.

2. Concordância gramatical plena / concordância semântica zero entre o sujeito coletivo e o verbo
 - a) [19, 2 CR Ba] *Um povo* indiferente jámais *terá* uma pátria livre.
 - b) *A família entregou* seus pertences à associação de caridade.
 - c) *As famílias entregaram* seus pertences à associação de caridade.

3. Concordância gramatical por reanálise entre o sujeito coletivo e o verbo
 - a) [21,1] *A multidão de descontentes destruíram* as barreiras da polícia.
 - b) *A família dos deserdados gritaram* contra o tabelião.

Em (3), o verbo se emparelhou com o adjunto adnominal do sujeito coletivo, analisado como núcleo do sintagma correspondente.

(II) Concordância entre substantivos de massa e o verbo

Os três tipos de concordância também ocorrem quando o sujeito é expresso por substantivo de massa, também conhecido como substantivo não contável:

4. Concordância gramatical plena entre o sujeito ^{substantivo de massa} e o verbo:
As águas de março não *vão encher* o reservatório.

5. Concordância por reanálise entre o sujeito ^{substantivo de massa} e o verbo:
A água dos últimos verões vão encher o reservatório.

6. Concordância gramatical zero entre o sujeito ^{substantivo de massa} e o verbo:
 - a) *As águas* de março não *vai encher* o reservatório.
 - b) [21,1] *A manteiga* mal guardada *azedavam* na tigela.

3.3.2. Quantificação gramatical e concordância

A quantificação gramatical é expressa pelas seguintes classes, que funcionam como constituintes do sintagma nominal:

- pronomes indefinidos: *um, nenhum, nada, todo, tudo, pouco, bastante, um pouco de, cada um, cada qual*
- adjetivos quantificadores iterativos: *semanal, mensal, normal, habitual*
- numerais cardinais e ordinais.

Em consequência, teremos as seguintes possibilidades:

- Sujeito / argumento interno quantificado por pronomes indefinidos
- Sujeito / argumento interno quantificado por adjetivos iterativos
- Sujeito / argumento interno quantificado por numeral ordinal, cardinal, distributivo.

(I) Concordância entre o sujeito quantificado por pronomes indefinidos e o verbo

- Quantificação existencial positiva e negativa
7. CP entre o sujeito quantificado existencial e os verbos transitivos (a, b,c) e ergativos (d, e, f)
 - a) [18,2] *Nenhuma viúva declarou* que não conhecia filhos nenhuns do defunto seu marido.
 - b) [18,2] Lá *todos tinham* um mesmo uniforme, traziam samarra, e uns gorros.
 - c) [21,1] *Todos os alunos chegaram*.
 - d) *Alguns benefícios diminuíram*.
 - e) Ultimamente *apareceu um programa* que estava num nível razoável.
 - f) Então *chega uma outra firma* e diz assim: “Preciso de um gerente de produção”.
 8. CR entre o complementizador do sintagma nominal sujeito, nucleado por quantificador existencial, e o verbo

Nenhum dentre os presentes protestaram.
 9. CØ entre o sujeito / argumento interno quantificado e o verbo
 - a) Alguns filho desistiu da herança.
 - b) [19,2 A PE] levou calça e camisa branca, chapeo de Braga preto, e *um trouxa de roupa*

- Quantificação universal ou de totalidade

Na quantificação universal, a flutuação do quantificador não parece afetar a concordância verbal:

10. CP entre o sujeito quantificado universalmente e o verbo

a) [21,1] *Todos os alunos chegaram.*

b) [21,1] *Os alunos todos chegaram.*

c) [21,1] *Os alunos chegaram, todos.*

d) [19, 2 A PE] *Os Senhores de engenho devem todos mandar comprar desta Potassa*

Estudando a concordância nos Inventários e Testamentos escritos em São Paulo, nos séculos XVI e XVII, Moraes de Castilho (2009) identificou uma flutuação do morfema {-s}, harmônica com a flutuação do quantificador universal, em casos como *as pessoa, a pessoas*. A frequência dessas ocorrências compromete a hipótese das mãos inábeis.

11. CR entre o sujeito quantificado universalmente e o verbo

Todos os moradores da cidade vizinha compareceu à votação.

12.(12) CØ entre o sujeito quantificado universalmente e o verbo

Todos os moradores compareceu.

(II) Concordância entre o sujeito adjetivado por quantificadores iterativos e o verbo

13. CP entre o sujeito quantificado por adjetivo iterativo e o verbo

[21,1] *Os frequentadores habituais saíam cambaleando.*

14. CR entre o sujeito quantificado por adjetivo iterativo e o verbo

Os frequentadores habituais daquele bar saía cambaleando.

15.(15) CØ entre o sujeito quantificado por adjetivo iterativo e o verbo

Os encontros semanais foi rareando, até desaparecer.

(III) Concordância entre o absolutivo / sujeito quantificados por numerais e o verbo

O argumento único dos verbos monoargumentais será aqui denominado “absolutivo”, reservando-se o termo “sujeito” para o argumento externo dos verbos bi ou triargumentais, dadas as razões expostas em Castilho (2010a: 286-297).

Predomina a concordância plena entre o verbo e o absolutivo / sujeito quantificados por numeral e o verbo.

- Absolutivo quantificado por numeral cardinal

16. CP entre o absolutivo quantificado por numeral cardinal e o verbo existencial
- a) [20,1] *Eram duas caveiras* que se amavam. À meia noite, no cemitério, se encontravam... (cantiga caipira)
 - b) [21,1] *Tinham vinte pessoas* na parada.
 - c) [21,1] *Haviam dois assistentes* na sala e nada de chegar o professor.

Nessa estrutura, é sempre zero a concordância ensinada nas gramáticas:

17. CØ entre o absolutivo quantificado por numeral cardinal e o verbo existencial
- a) [20, 2 NURC POA DID] ... não *tinha as duas criança* ainda naquele tempo...
 - b) [20,1] *Era duas caveiras* que se amavam. À meia noite, no cemitério, se encontrava...
 - c) [21,1] *Tinha vinte pessoas* na parada.
 - d) [21,1] *Devia haver dois assistentes* na sala e nada de chegar o professor.

- Sujeito quantificado por numeral cardinal

Tratando-se de verbos biargumentais, a CP é mais frequente:

18. CP entre o sujeito quantificado por numeral cardinal e o verbo biargumental
- a) [21,1 Língua 105: 2014] *Os milhões* de pessoas que *votaram* nele *se desiludiram*.
 - b) *Dez milhões* de sulistas *mudaram-se* para o norte do país, expandindo a fronteira agrícola.

A CØ pode ocorrer entre os verbos biargumentais, quando há distanciamento entre o sujeito e o verbo:

19. CØ entre o sujeito quantificado por numeral cardinal e o verbo
- a) [20, 2 NURC SP D2] *tem mil e um curso* [naquela faculdade]
 - b) [20, 1 SP carta 28-AP-18-3-1929] *Os duzentos extraordinários* que pedi o mez passado *foi* para pagar a casa da rua M. Ferreira.

- Sujeito quantificado por numeral distributivo

20. CP entre o sujeito quantificado distributivamente e o verbo
- [21,1] *Um a um os alunos saíram* da classe.

21. CR entre o sujeito quantificado distributivamente com adjunção de sintagma preposicionado e o verbo

[21,1] Um a um os alunos *da terceira série saiu* da classe.

22. CØ entre o sujeito quantificado distributivamente e o verbo

[21,1] Um a um os alunos *saiu* da classe.

- Sujeito quantificado por numeral partitivo

Em expressões partitivas como *uma parte de, a maioria de, a grande parte de, a maior parte de + N*, há CP entre o verbo e essas expressões, como se vê em:

23. CP entre o verbo e expressões partitivas. Exemplos de Azeredo (2008: 230).

a) *Uma parte dos bois ficouilhada* depois da enchente.

b) *A maioria dos candidatos obteve* menos de dez pontos.

Provavelmente haverá CR nesses casos, interpretando-se o núcleo do SP como sujeito da sentença:

24. CR entre o verbo e o núcleo do SP

a) *Uma parte dos bois ficaramilhados* depois da enchente.

b) *A maioria dos candidatos obtiveram* menos de dez pontos.

(IV) Concordância entre o verbo e o argumento interno preenchido por sintagma pesado quantificado

Nas línguas românicas não há concordância entre o verbo e seus argumentos internos. Essa, entretanto, não é uma regra categórica, pois a concordância às vezes se estabelece nesse ambiente quando o argumento interno é expresso por sintagma pesado, naquelas ocorrências em que a periferia do sintagma pesado é analisada como seu núcleo, de que decorre uma concordância por reanálise:

25. CR entre o verbo e o argumento interno quantificado

a) [21,1] O vendedor daquela loja *indicaram alguns rótulos interessantes*.

b) [21,1 SP Folha de São Paulo] *Tratam-se de vários processos atrasados*.

Em (23 a), há relação de concordância por reanálise entre o verbo *indicaram* e seu objeto direto quantificado *alguns rótulos interessantes*. Em (23b), o verbo *tratam-se* concorda com o complemento oblíquo *de vários processos atrasados*, num caso considerado como hipercorreção pelas gramáticas normativas. Estes exemplos parecem

apontar para uma quebra do sistema de casos no PB, assunto que precisaria ser melhor analisado. Alguns autores atribuem essa sintaxe à influência africana (Avelar / Galves 2014), com vasta bibliografia.

(V) Concordância entre o verbo e o complementizador do SN sujeito quantificado

Não há concordância entre o verbo e o complementizador do SN sujeito, preenchido por sintagma preposicional em função de adjunto adnominal:

26. CP entre o verbo e o sujeito expresso por SN pesado

[20,2] *O mistério dos crânios humanos mergulha* na noite dos tempos.

Entretanto, nossos dados mostram que a quantificação do SN sujeito expressa por um SP pode desencadear uma CR, ou seja, o sintagma preposicional complementizador é reanalisado como núcleo sintagmático, emparelhando-se por concordância com o verbo:

27. CR entre o verbo e o sintagma preposicionado quantificado encaixado no SN sujeito

- a) [20, 2] *O mistério dos muitos crânios humanos mergulharam* na noite dos tempos.
- b) [20, 2] Um ponto *de algumas dessas civilizações escapam* à nossa compreensão.
- c) [21,1 SP, carta-circular enviada por uma professora de Português] Pessoal, segunda feira vai haver a divisão das salas mesmo, né? O rendimento *de muitas aulas de Português ficam prejudicado* com as salas tão grande.
- d) [21,1 SP, Correio Popular 16/04/2011] A navegação *em alguns destes trechos* (Piracicaba e Salto) *permitirão* a atração de cargas para a hidrovia.
- e) [21,1 SP, de um relatório científico] O levantamento *de alguns fatos gramaticais* de variação e mudança ocorridos no período em análise *possibilitam* ainda um estudo.
- f) [21.1, jornal de Belém do PA] A população *de 250.000 habitantes vivem* em treze municípios.

Nesses exemplos, ocorre uma relação de concordância entre o verbo e o adjunto adnominal, fato já examinado por Scherre (2005) e Bagno (2011: 648): Este autor enumera exemplos semelhantes a (24) atestáveis em Portugal, entre o século XV e o XVIII.

3.3.3. Quantificação semântica e concordância

A quantificação semântica de interesse para o estudo da concordância compreende pelo menos duas possibilidades:

- Quantificação específica
- Quantificação genérica

(I) Concordância entre o verbo e o sujeito quantificado especificamente

A quantificação específica é expressa, entre outros meios, pela estrutura [artigo + substantivo] (Ilari 2014: 170): Entendo por artigo apenas as formas *o, a, os, as*, as quais afetam a extensão do substantivo a que se prendem. As formas *um, uma, uns, umas* têm propriedades sintáticas diferentes, integrando-se entre os pronomes indefinidos (Castilho 2010a: 489-490).

O artigo quantifica o referente do sujeito, afetando sua extensão, atribuindo-lhe o traço de /especificidade/, vale dizer, de /unicidade/.

O sujeito articulado exhibe diferentes relações de concordância com o verbo, segundo venha anteposto ou posposto a ele:

28. CP entre o sujeito articulado anteposto e o verbo

- a) [21,1] *Todos os jogadores passaram a bola aos companheiros de time.*
- b) [21,1] *Duas diretorias da empresa convidaram os funcionários para um passeio.*

29. CR entre o sujeito articulado e o verbo

- [21,1] O jogador *das duas partidas lutaram* para ganhar o título.

30. CØ entre o sujeito articulado posposto e o verbo

- a) *Aí então começou a aparecer os vestidos feitos.*
- b) [21, 1] Durante a audiência, *disse* tudo o que sabia *as testemunhas do caso.*
- c) [21, 1, SP fala de um professor universitário] *Foi bastante interessante as observações que me passou.*
- d) [21, 1, SP na abertura de um congresso] *Não estão previstos a apresentação de trabalhos.*

(II) Concordância entre o verbo o sujeito quantificado genericamente

A ausência do artigo favorece uma interpretação genérica do referente expresso pelo substantivo sujeito:

- A quantificação genérica universal pode ser expressa por um SN nu, sem artigo

31. CP entre o verbo biargumental e o sujeito expresso por SN nu:

[21,1] *Dinheiro aplicado no lixo resulta em vantagens para a comunidade* (verbo transitivo oblíquo; exemplo de Graça Betânia Moraes)

- A quantificação genérica pode ser expressa por sujeito nulo

Nas sentenças de sujeito nulo, o verbo figura ora no singular, ora no plural, o que favorece o surgimento de piadas, como em (30c):

32. Sujeito nulo, verbo no singular ou no plural

a) [20,2 RE NURC D2] *Ø dizem / Ø diz* que o estatístico é o homem que senta numa barra de gelo e bota a cabeça dentro do forno [para medir a temperatura média].

b) [21,1] No cartório *Ø não acha* meu registro. / No cartório *Ø não acham* meu registro.

c) [21,1] Marido e mulher no quarto:

—Marido, tu tá em mim?

— Não.

—Então, *Ø tão*.

Nesses exemplos, o falante trata diferentemente a elipse, atribuindo-lhe um valor unitário ou um valor plural, algo como \emptyset = ‘uma dada pessoa’, ou então, \emptyset = ‘alguém que eu não sei quem é’.

4. Conclusões

Procuramos entender neste trabalho como funcionam as regras de concordância, do ponto de vista multissistêmico, deixando de lado os produtos, focalizando os processos dessa relação sintática, o que nos conduziu a uma análise basicamente qualitativa.

1º. Quantificadores e concordância de número

Não se confirmou a hipótese de que o estudo dos quantificadores mostraria alguma particularidade nas regras de concordância de número. Os exemplos selecionados mostram que a categoria cognitiva de QUANTIDADE vem representada por meios lexicais, gramaticais e semânticos, e a concordância se manifesta em todos os seus tipos, a saber, a CP, a CR e a C \emptyset , com raras exceções. Conclui-se que os quan-

tificadores apenas reforçam a concordância de número, operando como uma recursão adicional de traços.

2º. Quantificação, concordância de número e diacronia

Do ponto de vista diacrônico, as ocorrências mais intrigantes são as de CR, que podem estar indiciando fortes alterações nas regras de concordância no Português brasileiro.

Notamos aí a seguinte regularidade: o verbo concorda muitas vezes com expressões preposicionadas por *de*, sejam introdutoras de adjuntos adnominais, sejam introdutoras de complementos oblíquos. A frequência desses casos permite hipotetizar que o caso gramatical passa por mais uma restrição no PB, continuando uma tendência que teve início no Latim vulgar, que dispunha só de três casos, passando pelo Romance, que os reduzira a dois, até chegar ao Português e a outras línguas da România Ocidental, que dispõem de apenas um caso, o acusativo.

É bem verdade que os pronomes pessoais mantiveram os casos, drasticamente reduzidos nos substantivos, mas esse baluarte também está sob forte ameaça, como têm demonstrado os muitos estudos sobre as alterações dessa classe no Português brasileiro.

Para preservar a teoria dos casos, tem-se postulado que os substantivos exibem casos abstratos. Tudo parece indicar que nas ocorrências de CR, mais que um caso abstrato, temos na verdade uma confusão entre os casos. Assim, o genitivo dos adjuntos adnominais e o ablativo do argumento oblíquo se comportam como se fossem nominativos, suscitando a concordância com o verbo.

3º. Abordagem multissistêmica e concordância

A abordagem escolhida procura rastrear os movimentos cognitivos do falante quando opera com as regras de concordância. Ficou claro que as categorias dos sistemas lingüísticos funcionam simultaneamente, sendo separáveis apenas para efeito de análise. A estrutura equativa, não estudada aqui, ilustra claramente a simultaneidade das regras de concordância na mesma sentença.

O dispositivo sociocognitivo permite identificar três grandes regras de concordância: CP, CR, CØ.

CR e CØ podem ser interpretadas como indícios de mudança, concluindo-se que o PB tende à perda dessa relação gramatical, caso se acentuem essas regras.

Entretanto, não se pode supor que essa tendência seja unidirecional, pois a criação de prefixos gramaticais reforça a manutenção da concordância, mesmo perdendo-se os sufixos. Pense-se, por exemplo, nos novos prefixos pessoais como *ofalo*, *cefala*, *eisfala*. Por outras palavras, a desativação de uma regra pode estar sendo compensada pela ativação de outra regra, numa forma autorregulada, própria dos sistemas complexos.

A face semântica da concordância mostra que a interpretação indefinida – que poderíamos considerar como não marcada nesse sistema – exemplifica uma harmonia intersistêmica com o caso gramatical não marcado, ou seja, abstrato. Com isso, à ausência de marcas morfológicas exemplificada em (29) e (30), corresponde uma interpretação indefinida da expressão.

Em suma, as categorias gramaticais têm um papel importante na formulação das regras de concordância, pois para expressar o singular/plural dependemos essencialmente de marcas morfológicas. Entretanto, outras categorias linguísticas atuam na configuração dessas regras, quando investigamos o processamento cognitivo do falante e do interlocutor. Como diz Bagno (2011: 648), “a concordância verbal se faz com algo que não está visível na materialidade do texto, mas que de certo participou do processamento cognitivo do falante/escrevente, no momento de falar/escrever”.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVAREZ, Rosario / Xosé XOVE (2002): *Gramática da lingua galega*. Vigo. Galaxia.
- AVELAR, Juanito / Charlotte GALVES (2014): “O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro”, *Linguística* [revista da ALFAL] 30 (2): 241-288.
- AZEREDO, José Carlos (2008): *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
- BAGNO, Marcos (2011): *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- BAGNO, Marcos (2014): *Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii*. São Paulo: Parábola.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello (2004): “Esboço de estudo multissistêmico do item conjuncional *conforme*”, em Sônia Bastos Borba Costa / Américo Venâncio Lopes Machado Filho (orgs.), *Do Português Arcaico ao Português Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 13-30.
- BRAGA, Henrique Santos (2008): *Desaparecimento da flexão verbal como marca de tratamento no modo imperativo: um caso de variação e mudança no Português Brasileiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado.
- CASTILHO, Ataliba T. de (1998a): “Langue parlée et processus grammaticaux”, em M. Bilger / K. van den Eynde / F. Gadet (eds.), *Analyse linguistique et approches de l'oral. Recueil d'études offert en hommage à Claire Blanche-Benveniste*. Paris / Leuven: Peeters, 141-148.
- CASTILHO, Ataliba T. de (1998b): “Aspectos teóricos de la descripción de la lengua hablada”, em Mario Bernales / Constantino Contreras (orgs.), *Por los Caminos del Lenguaje*. Temuco: Ediciones Universidad de La Frontera, 23-37.

- CASTILHO, Ataliba T. de (2002a): “Diacronia dos adjuntos adverbiais preposicionados no português brasileiro”, em G. Massini-Cagliari / C. A. A. Murakawa / R. A. Berlinck / M. Guedes (2005), *Estudos de lingüística histórica do português*. Araraquara: Cultura Acadêmica Editora / Laboratório Editorial da UNESP-Araraquara, 73-110.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2004a): “Unidirectionality or multidirectionality?”, *Revista do GEL* 1: 35-48.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2004b): “Diacronia das preposições do eixo transversal no Português Brasileiro”, em Lígia Negri *et al.* (orgs.), *Sentido e significação. Em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 11-47.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2004c): “Reflexões sobre a teoria da gramaticalização. Contribuição ao debate sobre gramaticalização no contexto do PHPB”, em Wolf Dietrich / Volker Noll (orgs.), *O Português do Brasil. Perspectivas da pesquisa atual*. Frankfurt am Main / Madrid: Vervuert / Iberoamericana, 203-230.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2009a): “An approach to language as a complex system. New issues in Historical Linguistics”, em V. Aguilera (org.): *Para a História do Português Brasileiro, vol. VII. Vozes, veredas, voragens*. Londrina: EDUEL, t. 1, 1-44 [Republicado em Castilho (org.) (2009): 119-136].
- CASTILHO, Ataliba T. de (2009b): “Para uma análise multissistêmica das preposições”, em Castilho (org.) (2009): 279-332.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2009c): “Análise multissistêmica da sentença matriz”, em V. L. M. de Oliveira e Paiva / M. do Nascimento (orgs.), *Sistemas adaptativos complexos. Língua(gem) e aprendizagem*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 35-60.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2009d): “Análise multissistêmica das minissentenças”, em S. S. C. Ribeiro / S. B. B. Costa / S. A. M. Cardoso (orgs): *Dos sons às palavras nas trilhas da língua portuguesa. Homenagem a Jacyra Andrade Mota pela contribuição aos estudos dialetais brasileiros*. Salvador: EDUFBA, 61-82.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2010a): *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2010b): “Para uma abordagem cognitivista-funcionalista da gramaticalização”, em Dermeval da Hora / Camilo Rosa Filho (orgs.), *Para a História do Português Brasileiro*, vol. VIII. João Pessoa: Ideia / Editora Universitária, 272-283.
- CASTILHO, Ataliba T. de (2014): *O que é a Semântica?* Ms inédito.
- CASTILHO, Ataliba T. de (org.) (1999): *Para a história do português brasileiro, vol. I, Primeiras Ideias*. São Paulo: Humanitas / FAPESP.
- CASTILHO, Ataliba T. de (org.) (2009): *História do português paulista*. Série Estudos, vol. 1. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.
- CASTILHO, Ataliba T. de / Célia Maria Moraes de Castilho (2011): “Perspectiva multissistêmica da concordância”, em Maria Célia Lima-Hernandes / Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (orgs.), *História do Português Paulista*. Série Ensaio, vol. 3. Campinas: Setor de Publicações do IEL, 111-132.

- CORBETT, Greville G. (2006): *Agreement*. New York: Cambridge University Press.
- DEFENDI, Cristina L. et al. (2009): “Análise multissistêmica das palavras *atrás, fora, onde, afinal*”, em Castilho (org.): *História do português paulista*. Série Estudos, vol. 1. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 359-382.
- FRANCK, Dorothea (1981 / 1988): “Sentenças em turnos conversacionais: um caso de ‘double bind’ sintático”, *Cadernos de Estudos Linguísticos* 11: 9-20 [Versão em inglês: “Sentences in conversational turns: a case of ‘double bind’”, em M. Dascal (ed.) (1988), *Dialogue: an interdisciplinary approach*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 233-245].
- GALVES, Charlotte (1993): “O enfraquecimento da concordância no português brasileiro”, em I. Roberts / M. Kato (orgs.), *O Português Brasileiro*. Campinas: Editora da UNICAMP, 387-408.
- GALVES, Charlotte (1998): “Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro”, *Cadernos de Estudos Linguísticos* 34, 7-21.
- HEINE, Bernd / B. HÜNNEMEYER / U. CLAUDI (eds.) (1991): *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press.
- ILARI, Rodolfo (2014): *Introdução à Semântica. Brincando com a gramática*. São Paulo: Editora Contexto.
- JUBRAN, Clélia Cândida Spinardi / Ingedore Grunfeld Villaça Koch (orgs.) (2006): *Gramática do Português Culto Falado no Brasil, vol. I. Construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- KEWITZ, Verena (2007): *Gramaticalização e semanticização das preposições a e para no português brasileiro (sécs. XIX a XX)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Tese de doutorado.
- KEWITZ, Verena (2009): “Gramaticalização, semanticização e discursivização das preposições *a* e *para* no Português Brasileiro (sécs. XIX a XX)”, em Castilho (org.) (2009), 603-736.
- KOBASHI, Celso Massati (2013): *Semanticização e sintaticização das construções de dupla conjunção no Português Brasileiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de doutorado.
- LAKOFF, George (1987): *Women, Fire and Dangerous Things. What categories reveal about the mind*. Chicago: The University of Chicago Press.
- LAURA, Fábio Izaltino (2013): *Abordagem multissistêmica da marcação de Tema no português paulista*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Tese de doutoramento.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio (1986): *Análise da conversação*. São Paulo: Ática.
- MÓDOLO, Marcelo (2004): *Gramaticalização das conjunções correlativas*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de doutoramento.
- MÓDOLO, Marcelo (2006): “A estrutura correlativa alternativa ‘quer... quer’ de uma perspectiva multissistêmica”, em T. Lobo / I. Ribeiro / Z. Carneiro / N. Almeida (orgs.), *Para a história do português brasileiro. Novos dados, novas análises*. vol. VI. Salvador: EDUFBA, t. 1, 313-334.

- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria (2009): “O problema da concordância de número nos inventários produzidos na vila de São Paulo do Campo: séculos XVI-XVII”, em V. Aguilera (org.): *Para a história do português brasileiro, vol. VII*. Londrina: EDUEL, t. 1, 223-263.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria (2013): *Fundamentos sintáticos do português brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto.
- SACKS, Harvey / Emmanuel SCHEGLOFF / Gail JEFFERSON (1974 / 2003): “A symplest systematics for the organization of turn-taking for conversation”, *Language* 50: 696-735 [Tradução para o português: “Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa”, *Veredas. Revista de Estudos Linguísticos* 7 (1), 9-73.
- SANTOS, Elaine Cristina *et al.* (2009): “Análise multissistêmica dos verbos *buscar, esperar, querer, vir*”, em Castilho (org.) (2009), 383-398.
- SARTIN, Elisângela B. de Godoy (2009): “Análise multissistêmica de orações complexas: estruturas *para* + infinitivo no português culto”, em Castilho (org.) (2009), 399-404.
- SCHERRE, Marta M. Pereira (2005): *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial.
- SIMÕES, José da Silva (2009): “A gramaticalização das orações de gerúndio no português brasileiro do séc. XVIII ao séc. XX”, em Castilho (org.) (2009), 417-463.
- SORNICOLA, Rossana (1981): *Sul parlato*. Bologna: Il Mulino.

Próclise e ênclise em Padre António Vieira*

Ana Paula Banza

Universidade de Évora / Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (Portugal)
anabanza@uevora.pt

Proclisis and Enclisis in Father António Vieira

Resumo

O presente artigo aborda a posição dos clíticos em português, nas orações principais afirmativas sem proclisadores. Partindo do princípio de que, no final do período clássico da língua (séc. XVII), estaria em curso uma mudança no sentido da substituição da próclise pela ênclise nas construções referidas e verificando-se que, por um lado, autores que funcionam como *auctoritas* na época, em matéria de usos linguísticos, como D. Francisco Manuel de Melo e Pe. António Vieira, apresentam tendências muito diferentes quanto à posição dos clíticos (Martins 1994) e, por outro, que tais tendências são também muito diversas entre os *Sermões*, estudados por Martins (1994) e as *Cartas*, estudadas por Galves (2003) e Galves, Britto e Sousa (2005), do Padre António Vieira, apresentam-se aqui, recorrendo a uma abordagem fundamentalmente quantitativa, os dados do longo texto da *Representação...*, de Padre António Vieira, em confronto com os dados dos *Sermões* e das *Cartas*, com o objectivo de verificar a relevância dos factores cronologia e género na opção pela próclise ou pela ênclise neste período. Os dados analisados permitem confirmar a irrelevância do factor cronologia e a relevância do factor género, permitindo ainda atestar a persistência nos textos de Vieira de dois traços antigos: a interpolação e a mesóclise.

Palavras-chave

Diacronia, português clássico, António Vieira, clíticos

Sumário

1. Próclise e ênclise no final do período clássico do Português. 2. Próclise e ênclise nos *Sermões*. 3. Próclise e ênclise nas *Cartas*. 4. Próclise e ênclise na *Representação...* 5. Conclusões.

Abstract

This paper discusses the position of clitics in Portuguese, in the main affirmative clauses without proclisators, and does so on the premise that, at the end of the classic period of the language (17th century), there would be an ongoing shift towards replacing the proclisis by enclisis in these constructions. By verifying that on the one hand, authors who work as *auctoritas* at the time, in matters of language uses (such as D. Francisco Manuel de Melo and Father António Vieira) have very different approaches regarding the position of clitics (Martins 1994); and, on the other, that such tendencies are also very different between *Sermons*, studied by Martins (1994) and *Cartas*, studied by Galves (2003) and Galves, Britto and Sousa (2005), by António Vieira, it presents, using a mainly quantitative approach, the data from an extended text such as *Representação...* by António Vieira in comparison with the data from the *Sermões* and *Cartas*, in order to check the relevance of chronology and gender factors in the choice of proclisis or enclisis in this period. The analysed data allows the irrelevance of chronology and the relevance of gender to be confirmed, enabling an assessment of the persistence in Vieira's texts of two older features: interpolation and mesoclis.

Keywords

Diachrony, classical Portuguese, António Vieira, clitics

Contents

1. Proclisis and enclisis at the final of the classical period of Portuguese. 2. Proclisis and enclisis in *Sermões*. 3. Proclisis and enclisis in *Cartas*. 4. Proclisis and enclisis in *Representação...* 5. Conclusions.

*Trabalho desenvolvido no âmbito de: UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702), FCT/Portugal, COMPETE, FEDER, Portugal2020.

1. Próclise e ênclise no final do período clássico do Português

No Português actual, a colocação dos clíticos apresenta uma diferença assinalável entre o Português do Brasil, onde a próclise se generalizou, e o Português europeu, onde a distribuição entre próclise e ênclise é regida por regras que fazem depender o tipo de colocação do clítico do tipo de oração e da presença ou ausência de elementos proclisadores, configurando, assim, um caso de distribuição complementar.

No Português europeu, que aqui nos ocupará e que tem sido estudado, em diferentes perspectivas, por vários autores, desde o final do séc. XIX/início do séc. XX, é sabido que a alternância entre próclise e ênclise com predomínio da ênclise, no Português antigo, alterou o seu rumo aparente no sentido de uma progressiva afirmação da próclise no Português médio e clássico, seguida de uma nova inversão desta tendência em favor da ênclise como padrão de colocação básico no Português moderno, que recuperou a tendência verificada no Português antigo:

Português antigo: Próclise → Ênclise

Português médio e clássico: Ênclise → Próclise

Português moderno: Próclise → Ênclise

Neste, como noutros casos, torna-se evidente que a mudança está longe de ser linear, podendo avançar ou regredir em função de diversos factores, internos ou externos à língua, verificando-se aqui sucessivos movimentos de avanço e recuo que, se não são propriamente muito comuns, são possíveis pela própria natureza da mudança linguística: constante, mas apenas parcialmente previsível e regular.

Assim, no final do período clássico da língua (séc. XVII), é observável variação entre o predomínio da próclise, quase absoluto no português clássico, e o predomínio da ênclise, que viria a impor-se no português europeu moderno.

Partindo do princípio de que a variação precede a mudança, assumimos aqui a ideia, amplamente divulgada (Kroch 1989, 2001), de que a variação se dá entre gramáticas concorrentes, podendo, em cada momento, a competência linguística dos falantes comportar mais do que uma gramática. Assim, em determinados períodos, como é o caso do final do séc. XVII, na charneira entre o Português clássico e o Português moderno, são visíveis diferentes gramáticas que competem entre si: uma conservadora e uma inovadora. Nestes casos, uma das formas em competição, regra geral a forma inovadora, começa a sobrepor-se à outra, podendo a preferência por uma das formas ser atestada em termos meramente estatísticos ou também, como veremos, por preferências estilísticas.

Efectivamente, no caso que aqui nos ocupa, a variação observada não parece aleatória, pelo que não é analisável em termos meramente estatísticos, mas parece antes condicionada por factores para cujo esclarecimento procuramos contribuir

trazendo à colação alguns dados novos, de um texto, tanto quanto sabemos, ainda não analisado quanto a este aspecto e que poderá, segundo esperamos, contribuir de alguma forma para o estudo desta questão na perspectiva diacrónica da evolução do fenómeno de mudança da próclise para a ênclise, na fronteira entre o português clássico e o português moderno.

Com efeito, neste período, autores que funcionam como *auctoritas* na época, em matéria de usos linguísticos, como D. Francisco Manuel de Melo e Pe. António Vieira, embora sejam contemporâneos e, em princípio, sujeitos a idêntico ambiente linguístico, esperando-se, em consequência, que apresentassem gramáticas particulares semelhantes, apresentam, no entanto, tendências muito diferentes quanto à posição dos clíticos. Segundo Martins (1994), enquanto D. Francisco Manuel de Melo continua a apresentar uma preferência quase absoluta pela próclise, manifestando uma gramática conservadora, Vieira, nos seus *Sermões*, revela já uma preferência muito acentuada pela ênclise, representativa de uma gramática inovadora. Estes dados são, no entanto, contestados pelos obtidos por Galves (2003) nas *Cartas* do mesmo autor, onde a próclise é, segundo a autora, dominante. Tal observação leva Galves, Britto e Sousa (2005) a considerar não ser este um traço do autor, mas antes um traço do género, considerando o predomínio da ênclise nos *Sermões* de Vieira, mais do que uma marca inovadora, uma ordem estilisticamente marcada na oratória barroca, o que explicaria o facto de esta não ser relevante noutros textos contemporâneos do mesmo autor, nomeadamente nas *Cartas*.

Assim, face ao estado da questão, procuramos aqui:

- a. Confirmar o predomínio da ênclise nos *Sermões* e a adequação de diferentes hipóteses explicativas para tal facto, nomeadamente:
 - Hipótese 1: O predomínio da ênclise nos *Sermões* configura um traço inovador da Gramática de Vieira (hipótese de Martins);
 - Hipótese 2: O predomínio da ênclise nos *Sermões* configura um traço estilístico da Oratória barroca (hipótese de Galves *et al.*);
 - Hipótese 3: O predomínio da ênclise nos *Sermões* resulta da influência da época em que cada sermão foi escrito, tornando-se progressivamente mais presente entre os textos da juventude e os da velhice;
- b. Confirmar o predomínio da próclise nas *Cartas* e a eventualidade de interferência do factor cronológico no aumento da ênclise entre os textos da juventude e os da velhice;
- c. Verificar, usando o longo texto da *Representação...*, de Padre António Vieira – escrito entre 1665 e 1666, data da morte de D. Francisco Manuel de Melo – em confronto com os dados dos *Sermões* e das *Cartas*, se o predomínio da próclise nas *Cartas* de Vieira é extensível a outros textos não oratórios, no-

meadamente à *Representação...*, o que confirmaria o factor género como determinante na opção entre próclise e ênclise no séc. xvii.

- d. Finalmente, procuramos ainda verificar a persistência de traços de uma “gramática antiga” (Mateus *et al.* 2003: 865): interpolação e mesóclise, nos textos de Vieira, por oposição à preferência pela ênclise, como traço de uma gramática “moderna”, nos *Sermões*.

Para o efeito, conforme acima referimos, tomamos como *corpus* principal o texto da *Representação perante o Tribunal do Santo Ofício* (Banza 2008), confrontado com uma amostra de três *Sermões* e de três *Cartas*, do início, meados e final do séc. xvii.

No *corpus* referido, procedeu-se ao levantamento e análise quantitativa das “ocorrências de próclise ou ênclise em orações não dependentes “neutras” – isto é: orações em que a próclise não é tornada obrigatória pela presença de um operador de negação predicativo, de um quantificador, de um sintagma *qu-* ou de certos advérbios; nem a ênclise é tornada obrigatória por o verbo ocorrer em início absoluto de frase” (Martins 1994: 272).

2. Próclise e ênclise nos *Sermões*

Segundo Martins (1994: 269), “Vieira é, no século xvii, o autor cujos textos manifestam, nas orações não dependentes, o abandono da colocação preferencialmente proclítica, característica do Português do século xvi, e o aparecimento em força da ordem verbo-clítico”. A autora fundamenta esta afirmação com as percentagens registadas nos *Sermões* de Vieira de 31.6% de próclises face a uns expressivos 68.4% de ênclises, por contraste com os, ainda mais expressivos mas em sentido contrário, 92.3% de próclises face a 7.7% de ênclises registadas na obra do seu contemporâneo Francisco Manuel de Melo, o que permite aproximar os valores dos *Sermões* de Vieira, não dos da obra do seu contemporâneo Melo, mas sim dos da obra do já setecentista (1713-1792) Verney, onde se regista 27.3% de casos de próclise face a 72.7% de casos de ênclise (Martins 1994: 273).

Atendendo a que Martins terá usado como *corpus Sermões* de diferentes épocas considerados no seu conjunto, e tendo Vieira vivido quase um século, colocamos aqui a hipótese levantada, ainda que sem grande convicção, por Ivo Castro, de o factor cronológico poder ser relevante nesta questão. Segundo este autor, Vieira “[...] sobreviveu a Melo cerca de trinta anos: mas não é seguro que esse facto tenha tido consequências sobre a sua gramática” (Castro 2006: 197).

Assim, com o objectivo de averiguar a existência de uma possível relação entre a data dos *Sermões* e a preferência pela próclise ou pela ênclise – isto é, com vista a perceber se a predominância da ênclise nos *Sermões* se verifica em todos eles, con-

figurando assim uma possível característica do género, ou apenas nos mais antigos, revelando-se, em tal caso, como reflexo da evolução do fenómeno ao longo do séc. XVII, que Vieira viveu quase na sua totalidade (1608-1697) – analisamos aqui, com base na conhecida edição da Lello e Irmão (1959) dos *Sermões*:

- o primeiro sermão de Vieira, pregado na Baía antes de 1633, com pouco mais de vinte anos, poucos anos depois da entrada na Companhia de Jesus, em 1623, com apenas 15 anos: S. do Nascimento do Menino Deus (*Sermões* I: 277-293);
- um sermão sensivelmente contemporâneo da *Representação...*, pregado em Lisboa em 1669, com 61 anos, pouco depois da libertação da prisão em 1667: S. das Lágrimas de S. Pedro (*Sermões* V: 93-117)¹;
- e o último sermão datável, pregado na Baía em 1696, com 88 anos, pouco antes da morte, em 1697, com 89 anos: S. do Felicíssimo Nascimento (*Sermões* XV: 157-177).

Os resultados percentuais foram os seguintes:

- S. do Nascimento do Menino Deus (SNMD) – Antes de 1633
 Próclise: 30% (9)
 Ênclise: 70% (21)
- S. das Lágrimas de S. Pedro (SLSP) – 1669
 Próclise: 7.1% (2)
 Ênclise: 92.8% (26)
- S. do Felicíssimo Nascimento (SFN) – 1697
 Próclise: 37.9% (11)
 Ênclise: 62% (18)

Vejam-se alguns exemplos de ambos os tipos de colocação nos *Sermões*:

Próclise

- Os mesmos pastores *o entenderam e declararam...* (SNMD)
- Ele *as ensinou*, e nós *as aprendemos*: nós *as continuamos*, mas Ele *as começou...* (SNMD)
- Com os olhos *se há-de fazer...* (SLSP)
- Agora *o veremos*. (SLSP)
- Agora *me substituiu* Deus neste filho o meu Abel... (SFN)
- Neste privilégio [...] *se correspondem...* (SFN)

¹ Este sermão está também editado em Espírito Santo, Pimentel e Banza (2008: I, 427-452).

Ênclise

- Profetiza-lhe e *declara-lhe*, que o Esposo é o adorado de todo o mundo... (SFN)
- As vozes *ouvem-se*, não se vêem... (SNMD)
- Este mesmo Isaac [...] *casou-o* Deus com Rebeca... (SNMD)
- Nos três *via-se* e *revia-se* o pai... (SFN)
- A Pedro *pôs-lhe* os olhos Cristo (SLSP)
- Faltando água no deserto [...] *chegou-se* Moisés a um penhasco, *deu-lhe* um golpe... (SLSP)

A análise percentual dos dados dos *Sermões* estudados permite, de facto, no que respeita aos padrões de colocação dos clíticos, observar uma estrutura já muito semelhante à actual, com predomínio da ênclise como padrão de colocação básico.

Assim, confirma-se, conforme esperávamos, apesar da exiguidade da amostra, o predomínio da ênclise. Se tomarmos os dados dos três *Sermões* no seu conjunto, os resultados são expressivos e próximos dos de Ana Maria Martins, que acima se referiram, de 31.6% de próclises face a 68.4% de ênclises, nomeadamente:

Próclise: 25.2% (22)

Ênclise: 74.7% (65)

Por outro lado, verifica-se também a inadequação da hipótese 3, que avançava a possibilidade de a cronologia dos *Sermões* poder reflectir-se no padrão de colocação dos clíticos, confirmando-se a inexistência de correlação aparente entre o predomínio da ênclise e a data dos *Sermões*, uma vez que, curiosamente, o sermão mais recente é, inclusive, o que regista uma maior percentagem de próclise.

De notar, também, nos *Sermões* analisados, a interpolação, ainda maioritária mas concorrendo já com a não interpolação, do advérbio de negação *não* entre a forma clítica e a forma verbal, não apenas nas orações subordinadas finitas, onde a sua presença é quase absoluta, o que corrobora os dados de Martins (1994: 272), mas também noutros tipos de orações, como característica do português antigo e ainda do português clássico que desaparece no português moderno:

Interpolação: 54.8% (17)

Não interpolação: 45.1% (14)

Sendo certo que a interpolação de *não* é, ainda actualmente, possível, não é menos certo que ela está claramente em desuso e restrita a usos dialectalmente e/ou socialmente marcados, enquanto, nos textos oratórios de Vieira, é maioritária. Este facto, a confirmar noutros textos, permite colocar como muito provável a hipótese de

que a perda da interpolação se terá dado já no período moderno da língua e que, se, por um lado, os Sermões revelam uma clara preferência pela ênclise, traço de uma gramática moderna, por outro, mantêm traços de uma gramática antiga no que respeita à interpolação de *não*.

Vejam-se apenas alguns exemplos, nos *Sermões* analisados:

- Antes que passe adiante, o concurso do dia e do mistério *me não permitem deixar...* (SNMD)
- A quem se escusa de falar em público, porque não pode, ainda que saiba, aceita Deus a escusa: e a quem, como eu, se escusa, porque não pode, nem sabe, talvez *a não aceitam* os que estão em lugar de Deus. (SNMD)
- Porque no enterro, e antes de enterrado, viam a Abner, depois de enterrado já *o não viam...* (SLSP)
- [...] pois porque no Céu todos o amam, e ninguém O ofende; e na terra toda não há quem *O não ofenda?* (SNMD)
- [...] se eu *me não engano...* (SFN)
- [...] porque a expressão destes afectos *se não podia compreender...* (SFN)

3. Próclise e ênclise nas *Cartas*

À semelhança do que fizemos em relação aos Sermões, também no caso das *Cartas* procuramos, recorrendo a uma pequena amostra de três textos de períodos cronologicamente distintos da vida de Vieira, por um lado, confirmar os dados, neste caso de Galves (2003) e, por outro, a eventual interferência da cronologia, neste caso das *Cartas*, nos resultados obtidos. A amostra é constituída pelos seguintes textos, todos bastante curtos:

- Carta I (1647), a certo ministro da côrte de Lisboa (*Cartas* I: 5);
- Carta LVII (1669), ao duque do Cadaval (*Cartas* II: 75-76);
- Carta XCII (1697), para Sebastião de Matos e Sousa (*Cartas* III: 131-132).

Os dados obtidos na nossa pequena amostra foram os seguintes:

- Carta I (1647)
 Próclise: 100% (2)
 Ênclise: 0% (0)
- Carta LVII (1669)
 Próclise: 50% (1)
 Ênclise: 50% (1)
- Carta XCII (1697)
 Próclise 60% (3)
 Ênclise 40% (2)

Vejam-se alguns exemplos dos dois padrões de colocação:

Próclise

- Neste mesmo navio tenho escripto a sua majestade, e a v. m. largamente da côrte de Londres; agora *o faço* deste porto... (Carta I)
- [...] dei conta a vossa mercê de como, deixadas todas as molestias, tinha occupado a paciencia no soffrimento de diversas enfermidades, uma destas [...] *me tirou* totalmente a vista [...] e juntamente tendo já mui debilitado o uso de ouvir [...] *o perdi* também... (Carta XCII)
- Não houve tempo de falar de espaço no negocio principal, mas tudo se tocou por maior, e *me parece* que... (Carta LVII)

Ênclise

- Mas de cá *escrevem-se* mentiras, e de lá *responde-se* com lisonjas... (Carta XCII)

Assim, também neste caso, os dados obtidos na nossa amostra confirmam, como esperávamos, ainda que não de forma tão expressiva, neste caso os dados de Galves (2003): 81% de próclises contra 18.9% de ênclises, pois, se considerarmos os dados no seu conjunto, por forma a compará-los, as percentagens são de 66.6% de próclises contra 33.3% de ênclises.

Quanto à interpolação do advérbio de negação *não*, a situação é idêntica à descrita para os *Sermões*, neste caso: 75% (3), face a apenas um caso de não interpolação (25%), verificando-se, assim, nas *Cartas*, tanto no caso da colocação dos clíticos como no da interpolação, a preferência por traços antigos:

- Para em Calais *me não impedirem* a saída... (Carta I)
- [...] porque, ainda que *se não ganhasse* autoridade, não se perderia... (Carta LVII)
- [...] se os mysteriosos desenganos da carta de vossa mercê *me não chegaram* mais à alma... (Carta XCII)

4. Próclise e ênclise na *Representação*

A “Representação dos motivos que tive para me parecerem prováveis as proposições de que se trata” (Banza 2008), dividida em duas partes, é o texto escrito por Vieira, em clausura, entre 1665 e 1666, como defesa perante o Tribunal da Inquisição, tendo sido entregue àquele tribunal em Julho de 1666. Trata-se de um texto expositivo/argumentativo, diferente, portanto, no género, dos *Sermões*, pertencentes ao género oratório, e das *Cartas*, pertencentes ao género epistolar.

No que respeita à distribuição dos casos de próclise e ênclise, atendendo aos dados obtidos por Galves nas *Cartas*, que acima referimos, foi nossa intenção procurar o padrão dominante de colocação dos clíticos na *Representação...*, que, tal como aqueles textos, não pertence ao género oratório e onde, por conseguinte, colocámos como hipótese, que confirmaria a de Galves, encontrar um padrão semelhante na colocação dos clíticos, permitindo, assim, confirmar como muito provável a existência de uma relação entre o predomínio da ênclise e o género oratório em particular, como traço estilístico, como defende Galves, ou – o que, a nosso ver, surge como uma segunda hipótese explicativa, que não invalida a primeira – como traço da oralidade presente nestes textos, originalmente orais e só posteriormente passados à escrita, mas não nas *Cartas* ou na *Representação...*, textos originalmente escritos.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Representação...

Próclise: 73% (301)

Ênclise: 26.9% (111)

O claro predomínio da próclise na *Representação...*, que aproxima este texto das *Cartas*, opondo-o aos *Sermões*, parece, pois, confirmar, no que respeita aos padrões de colocação dos clíticos no tempo de Vieira, que a preferência pelo padrão inovador não é fruto de uma gramática “moderna” de um autor específico: o Padre António Vieira, face a outros seus contemporâneos, como D. Francisco Manuel de Melo, representantes de uma gramática mais conservadora, mas sim fruto da coexistência, neste período, de uma gramática “antiga” e de uma gramática “moderna”, ambas acessíveis à competência de cada falante e ambas activas, parecendo, neste caso, a opção, maioritária mas não exclusiva, pelo traço “moderno”, em Vieira, estar associada a um género textual específico: a oratória – onde, aliás, este traço “moderno” cohabita, no mesmo autor e no mesmo género textual, com traços “antigos” como a interpolação de *não* – o que prova a coexistência das duas gramáticas, restando apurar qual das duas hipóteses explicativas acima apontadas para este facto se revela mais adequada.

Vejam-se alguns exemplos:

Próclise

- A estas profecias [...] *se ajuntam* as de muitos santos...
- O Irmão Alonso Rodriguez [...] estando em ãa das ilhas do Mediterrâneo, *se lhe mostrou* em visão ãa armada [...] E semelhante a estas *se referem* de outros Santos muitas visões.
- Mas porque seria cousa impossível [...] repetir em tudo o que houver de dizer a dita cláusula [...] *a ponho e supponho* aqui de ãa vez...

- E porque, ficando na mesma terra os dez tribos de que ele se compunha, era fácil rebelarem-se os vencidos [...] *os arrancou* a todos Salmanasar de suas terras naturais, e *os levou* para as do seu reino, que eram as dos Assírios e Medos, e nelas *os pôs* em dous lugares...
- E S. Crisóstomo *lhe chama* expressamente...
- Agora somente *nos serve* haver dito o Anjo...
- Por estes três Silogismos *me pareceu* provável a dita Proposição...

Ênclise

- Se algum Profeta predisser e profetizar algũa cousa de futuro, posto que com o efeito e cumprimento da Profecia prove ser verdadeiro Profeta; se contudo vos persuadir que adoreis os Ídolos, *advirto-vos* que no tal caso não obedechais...
- Mas, porque fora matéria infinita fazer catálogos deles, *remeto-me* às Histórias Eclesiásticas...
- Fora-lhe comprar ãas botas um homem de Trancoso, que partia a embarcar-se para a índia, e *disse-lhe* Bandarra que guardasse o preço...
- E, para que não duvidassem que assi se havia de cumprir, *mostrou-lhes* como as felicidades...

Quanto à interpolação de *não*, confirma-se, também aqui, de forma expressiva, o predomínio registado nos *Sermões* e nas *Cartas*, também em diferentes tipos de oração, ainda que com particular destaque nas subordinadas finitas:

Interpolação: 67.3% (305)

Não interpolação: 32.6% (148)

Vejam-se alguns exemplos:

- [...] parece que *se não podiam dizer* a nenhum Rei...
- [...] nas quais razões *me não detenho*...
- A palavra esta, quando na dita proposição se diz: esta ilação etc, também *me não pareceu* merecedora de reparo algum...
- [...] nem os mesmos Idólatras, Incrédulos, Gentios e Hereges teriam culpa em *se não deixar persuadir e convencer*...
- [...] vendo que nós *lhe não negamos* a razão...
- O célebre texto [...] também *se não pode entender*...
- [...] e esta tão dilatada obra de sua conversão e restituição *se não há-de conseguir* senão pela vocação última...
- [...] se recorrermos à história da criação do mundo, acharemos que também Deus *os não criou* juntos...

De registrar, ainda – no nosso *corpus*, apenas no caso da *Representação...* –, a ocorrência bastante significativa de mesóclise, também um traço “antigo”, no futuro e no condicional (38 ocorrências), de que são exemplo formas como: *poder-se-á*; *ver-se-á*; *seguir-se-ia*; *vir-lhe-ão*; *far-lhe-á*; *dir-me-ão*; *dir-me-eis*; *achá-las-á*; *levá-lo-á*; *fá-lo-á*; *derrubá-lo-á*, sendo curioso verificar que, nas citações das trovas de Bandarra, autor da primeira metade do séc. XVI, a mesóclise é o único padrão registado:

Mas acho que o Lanudo
 mui sisudo
 que arrepeará o gato
 e *fá-lo-á* murar o rato...

Levá-lo-á por cimeira,
 alimpará a carreira
 de toda a terra do Cão

Em Vieira, é, no entanto, possível, encontrar padrões alternativos à mesóclise, nomeadamente a próclise, como se pode ver nos seguintes exemplos:

- [...] então *te conhecerão e estimarão...*
- [...] desde esta hora *te mandarei lançar* na cidade...
- [...] tu *me esperarás* a mim e eu *te esperarei* a ti...

5. Conclusões

Os dados analisados permitem algumas conclusões, que corroboram e complementam as dos vários autores que têm abordado o tema, ainda que, necessariamente sempre a título indicativo e a confirmar através da análise de novos *corpora* cujos dados possam ser relevantes para a questão em apreço.

Assim, nos textos agora analisados, a observação dos padrões de colocação dos clíticos nas orações principais afirmativas sem proclisadores permite concluir:

- a. Que os resultados obtidos nos textos de Vieira não parecem depender da época em que estes foram escritos. Atendendo a que Vieira viveu quase 90 anos, 1608-1697 (mais trinta anos do que D. Francisco Manuel de Melo), em plena época de concorrência entre os dois sistemas, poder-se-ia esperar que a ênclise estivesse progressivamente mais presente entre os textos da sua juventude e os da sua maturidade e velhice. No entanto, os dados obtidos, quer nos *Sermões*, quer nas *Cartas*, ainda que meramente indicativos, pela escassez do *corpus*, não parecem confirmar esta hipótese, uma vez que não

se verifica um aumento da percentagem de ênclise dos textos mais antigos para os mais recentes.

- b. Por outro lado, a análise efectuada permite também confirmar que o género dos textos parece ser, de facto, uma variável que condiciona os dados obtidos, uma vez que o predomínio da ênclise se verifica nos *Sermões*, textos oratórios, mas não nas *Cartas*, textos epistolares, ou na *Representação...*, texto expositivo/argumentativo. Esta constatação, permite, a nosso ver, confirmar como bastante provável a hipótese de que, tal como avançaram Galves *et al.* (2005), a ênclise possa configurar uma característica específica do género oratório.

No entanto, a hipótese explicativa avançada por aquelas autoras, que consideram o predomínio da ênclise nos *Sermões* de Vieira um traço que terá funcionado como marca estilística num período de concorrência entre os dois sistemas, perdendo-se como tal a partir do momento em que a ênclise se generaliza como padrão preferencial, pode, a nosso ver, ser complementada com um outro tipo de explicação, que se prende com as características muito específicas dos *Sermões* enquanto texto escrito. Efectivamente, os *Sermões*, sendo embora textos escritos literários, pertencentes a um determinado género, possuem, enquanto particularidade potencialmente relevante para a questão em apreço, o facto de serem textos originalmente orais, isto é, textos concebidos para serem ditos e ouvidos e só em fase posterior (no caso de Vieira, muito posterior) escritos e lidos. O próprio Vieira aponta, no Prólogo dos *Sermões*, as dificuldades em “reduzir a estilo” os sermões pregados no púlpito, que não eram, de facto, escritos, mas antes desenvolvidos oralmente a partir de notas e de apontamentos escritos, “borrões”, como também, na música barroca o faziam os músicos, improvisando a partir das partituras: “[...] obrigação, porque começo a tirar da sepultura estes meus borrões, que sem a voz que os animava, ainda ressuscitados são cadáveres” (*Sermões* I: LVII).

Vieira demonstra, nesta afirmação, plena consciência das enormes diferenças entre a palavra dita – e ainda mais a palavra pregada, onde aspectos como as pausas e a entoação, por exemplo, assumem particular relevância – e a palavra escrita; isto é, da distância que separa o escrito do oral, em que o escrito fixa, mas, por outro lado, representa de forma simplificada e não fiel o oral. No caso de Vieira, a “exumação” destes “cadáveres”, isto é, a escrita dos sermões pregados, em muitos casos, muitos anos antes, é descrita pelo autor como penosa, pelo longo e meticuloso trabalho de “lima”, exigindo grande aplicação e persistência, pela ausência de originalidade, mas sobretudo pela consciência de que o resultado de tamanho labor nunca poderia ressuscitar, de facto, os sermões pregados, perdidos para sempre, na volatilidade do oral, entre a voz do pregador e os ouvidos do público.

Assim, parece razoável colocar a hipótese de que a ocorrência de um traço inovador, neste caso o predomínio da ênclise como padrão de colocação básica dos clíticos neste tipo específico de texto e não noutros, que acaba por funcionar como uma marca do género, tenha como motivação a transposição para a escrita de um traço que

já estaria difundido na oralidade e que, como tal, apareceria nos *Sermões* escritos (já no final da longa vida de Vieira, uma vez que a edição prínceps foi iniciada apenas em 1679) como uma forma de aproximação do escrito ao oral, como, nos *Sermões* ditos, do orador ao público.

No entanto, atendendo a que os sermões analisados quanto a este aspecto da sintaxe seiscentista têm sido apenas os do Padre António Vieira, a generalização das conclusões propostas sobre a relação entre o predomínio da ênclise e o género oratório deverá necessariamente ser confirmada, em trabalhos futuros, pela análise de outros *corpora*, nomeadamente de sermões de outros autores representativos do séc. XVII que saíram a lume entre a época áurea e a decadência do Barroco português, como é o caso de Manuel da Silva, Francisco de Mendonça, João de Ceita, Filipe da Luz, Rafael de Jesus ou António Franco, coligidos, em obras como a *Sylva Concionatoria* (1698-1703), ou avulsos (cf. Lopes 1993: 29; Marques 2004: 111). Para estes últimos, é de grande utilidade a publicação, por Maria de Lourdes Belchior, em 1961, precedida de um breve comentário, do manuscrito 362 da Biblioteca Nacional, com a compilação de sermões avulsos impressos desde 1551 a 1706, inventariados por Bernardo Gomes (Belchior 1961).

Finalmente, os dados agora analisados permitem ainda confirmar a persistência maioritária nos textos de Vieira de dois traços de uma “gramática antiga” (Mateus *et al.* 2003: 865): a interpolação e a mesóclise, o que confirma a coexistência, no período em apreço, de diferentes gramáticas. No entanto, o facto de os *Sermões* apresentarem, entre os três tipos de texto analisados, a maior percentagem de casos de não interpolação, como traço “moderno”: 45.1% face a 25% nas *Cartas* e 32.6% na *Representação...*, pode ser visto, ainda que com as devidas cautelas, como possível manifestação do mesmo fenómeno de aproximação do orador ao público e do escrito ao oral, ainda que, neste caso, de forma menos marcada, o que pode indiciar que este fenómeno de mudança poderia estar menos avançado do que o da substituição da próclise pela ênclise nas orações principais afirmativas sem proclisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANZA, Ana Paula (2008): *Representação perante o Tribunal do Santo Ofício* de Padre António Vieira, 2 vols. Edição crítica e estudo filológico. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. <http://hdl.handle.net/10174/2703>.
- BELCHIOR, Maria de Lourdes (1961): “A oratória sacra em Portugal no século XVII, segundo o manuscrito 362 da Biblioteca Nacional de Lisboa”, *Arquivos de Bibliografia Portuguesa*, ano VI, nº 23-24, 5-49.
- CASTRO, Ivo (2006): *Introdução à História do Português*. Lisboa: Edições Colibri.
- ESPÍRITO SANTO, Arnaldo / Maria Cristina PIMENTEL / Ana Paula BANZA (2008): *Sermões I*, de Padre António Vieira. Edição crítica. Lisboa: Centro de Estudos de Filosofia / Imprensa Nacional – Casa da Moeda. <http://hdl.handle.net/10174/2704>.

- GALVES, Charlotte (2001/2003): “Syntax and Style in Padre Antonio Vieira”, *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. VI.
- GALVES, Charlotte / Helena BRITTO / Maria Clara Paixão de SOUSA (2005): “The Change in Clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus”, *Journal of Portuguese Linguistics: Special Issue on variation and change in the Iberian languages: the Peninsula and beyond*, vol. IV, nº 1, 39-67. http://www.ime.usp.br/~tycho/participants/psousa/memorias/relat_2006/pdf/gbps_jpl.pdf.
- KROCH, Anthony (1989): “Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change”, *Language Variation and Change*, 1, 199-244.
- KROCH, Anthony (2001): “Syntactic Change”, em Mark Baltin / Chris Collins (eds.), *The handbook of contemporary syntactic theory*. Massachusetts - USA: BlackWell, 699-729.
- LOPES, António (1993): “A educação em Portugal, de D. João III à expulsão dos Jesuítas em 1759”, *Lusitania Sacra*, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2ª Série, tomo 5: *Jesuítas na Cultura e Sociedade Portuguesa*, 13-41. (<https://books.google.pt/books?id=zI-XO-ofIM4C>).
- MARQUES, João Francisco (2004): “O púlpito barroco português e os seus conteúdos doutrinários e sociológicos – a pregação seiscentista do Domingo das Verdades”. *Via spiritus*, 11, 111-148.
- MARTINS, Ana Maria (1994): *Clíticos na História do Português*. Dissertação de Doutoramento inédita. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (http://www.clul.ul.pt/bigfiles/Martins_Tese_1994c.pdf).
- MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* (2003): *Gramática da Língua portuguesa*. Lisboa: Caminho. *SYLVA CONCIONATORIA* (1698-1703). Parte I: *Sermões Panegyricos*. 4 tomos. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes.
- VIEIRA, Padre António (1959): *Sermões* (15 vols). Porto: Lello e Irmão.
- VIEIRA, Padre António (1854): *Cartas do Padre António Vieira*, t. I. Lisboa: J.M.C. Seabra & T.Q. Antunes.

O paralelismo sintático em Othon M. Garcia

André Conforte

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
andreconforte@yahoo.com.br

Syntactic Parallelism in Othon M. Garcia

Resumo

No ano de 1967, quando ainda predominava, no Brasil, um ensino de Língua Portuguesa baseado no prescritivismo gramatical, com especial atenção à análise sintática, o professor Othon Moacyr Garcia, um nome já conhecido da crítica literária ligada à Análise Estilística, publicava o livro *Comunicação em prosa moderna* (Ed. da FGV), um manual de mais de 500 páginas que se tornaria, no país, uma obra de referência no que se convencionou chamar de abordagem transfrástica da linguagem. Dentre tantas outras inovações constantes na obra, o princípio do paralelismo talvez tenha sido uma das contribuições mais fecundas de Garcia ao exercício da produção textual no Brasil. E, embora tenha ele apresentado três formas de paralelismo, a saber, o sintático, o rítmico e o semântico, sem dúvida foi o primeiro que mais repercutiu em obras diversas de produção textual. O objetivo deste artigo é avaliar a medida da contribuição dada pelo estudo de Garcia a este conceito em terras brasileiras e propor novas contribuições da aplicação do princípio do paralelismo à descrição linguística.

Palavras-chave

Sintaxe, paralelismo sintático, Othon Moacyr Garcia, *Comunicação em prosa moderna*

Sumário

1. O conceito de frase em *Comunicação em prosa moderna*. 2. Estrutura sintática da frase: frase, período, oração. 3. Um conceito ligado à gramática internalizada? 4. Influências. 5. Um princípio tão somente de caráter estilístico?

Abstract

In 1967, when the practice of teaching Portuguese in Brazil was still based on grammatical prescriptivism, Othon Moacyr Garcia, a name already known in the field of literary criticism linked to Stylistic Analysis, published the book *Comunicação em Prosa Moderna* (Ed. FGV), a manual of over 500 pages which would become a reference work in the so-called text-based approach to language. Among many other of its innovations, the principle of parallelism was perhaps one of the most fruitful Garcia's contributions to the exercise of textual production in Brazil, and although it has presented three forms of parallelism (namely syntactic, rhythmic and semantic), it was undoubtedly the first one that strongly influenced other composition manuals. The purpose of this article is to evaluate the extent of Garcia's contribution to this concept in Brazilian lands and propose further contributions that the principle of parallelism can give to linguistic description.

Keywords

Syntax, syntactic parallelism, Othon Moacyr Garcia, *Comunicação em prosa moderna*

Contents

1. The concept of sentence in Garcia's *Comunicação em prosa moderna*. 2. Syntactic structure of the sentence: phrase, period, sentence. 3. An internal grammar-based concept? 4. Influences. 5. Only a stylistic principle?

1. Introdução

Publicado em 1967, o livro *Comunicação em prosa moderna (CPM)*, de Othon M. Garcia, começava naquele momento, de forma paulatina e despretensiosa, a realizar significativas mudanças no ensino da Língua Portuguesa em terras brasileiras. Embora tenha sido um livro criado para os cursos superiores (mais especificamente, para o curso de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas), suas lições passaram a ser adotadas, com o passar do tempo, por muitos professores do ensino secundário, mormente em alguns centros de excelência como o Colégio Pedro II e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, instituições onde Othon M. Garcia atuou por muitos anos como docente.

Entendemos, no entanto, ser necessária alguma contextualização, para que se possa melhor entender a importância de uma obra didática como esta num momento em que ensinar português era quase que sinônimo de ensinar gramática normativa.

Na “explicação necessária”, nome que ele dá ao prefácio à 1ª edição da obra aqui analisada, afirma o autor:

Estamos convencidos – e conosco uma plêiade de nomes ilustres – de que a correção gramatical não é tudo – mesmo porque, no tempo e no espaço, seu conceito é muito relativo – e de que a elegância oca, a afetação retórica, a exuberância léxica, o fraseado bonito, em suma, todos os requintes estilísticos preciosistas e estéreis com mais frequência falseiam a expressão das ideias do que contribuem para a sua fidedignidade (Garcia 2010: 6).

Embora o próprio autor afirme, mais adiante, que “esse ponto de vista, que nada tem de novo ou original, norteou a elaboração de *Comunicação em prosa moderna*” (2010: 231), tal afirmação, não muito comum nos manuais de ensino da língua de sua época, sinalizava claramente a orientação que o autor pretendia dar à sua obra: não basta ensinar gramática pura e simples – quando ela for ensinada, que seja sempre a favor da expressão e da expressividade da língua, e não em função de uma necessidade de rotulação de termos e orações. Toda a primeira das dez partes que compõem o livro demonstra, como nenhuma outra obra publicada no Brasil desde então, como conjugar o conhecimento da língua e a sua aplicação prática. O autor tenta explicitar essa diretriz em passagens como a que segue:

A análise sintática tem sido causa de crônicas e incômodas enxaquecas nos alunos de ensino médio. É que muitos professores, por tradição ou por comodismo, a têm transformado no próprio conteúdo do aprendizado da língua, como se aprender português fosse exclusivamente aprender análise sintática. O que deveria ser um instrumento de trabalho, um meio eficiente de aprendizagem, passou a ser um fim em si mesmo. Ora, ninguém estuda a língua só para saber o nome, quase sempre rebarbativo, de todos os componentes da frase (Garcia 2010: 29).

2. O conceito de frase em *CPM*

A primeira parte de *CPM*, toda ela dedicada à estruturação sintática e semântica do que ali se convencionou denominar *frase*, é, mais do que todo o restante do livro, a mais perfeita tradução da ideia de que gramática não é um emaranhado de regras que devemos decorar, mas sim um mecanismo de formação de sentido constitutivo da comunicação humana, e dela indissociável. Não há linguagem, portanto, não há sentido, sem gramática. Não diz coisa diferente o professor José Carlos de Azeredo (2009), em entrevista a uma já infelizmente extinta revista de divulgação linguística, ao afirmar que

a gramática não é só um meio auxiliar no processo de produzir e entender textos, pois é a própria garantia de uma parte fundamental do sentido. Não há língua sem gramática; é dispendo as palavras numa ordem e formando conjuntos com elas no interior dos enunciados que exprimimos ideias e compomos textos. As regras responsáveis por esse ‘arranjo significativo’ pertencem à gramática da língua. Ensinar gramática é ensinar a organizar as palavras para formar orações, e orações para formar trechos maiores, que às vezes se manifestam na escrita como parágrafos. Se o professor acha que gramática é só nomenclatura, uma camisa de força para enquadrar o uso da língua em um padrão rígido de correção, não está preparado para ensinar gramática.

Recomenda ainda o entrevistado: “é interessante a atividade de reestruturação de períodos (de orações independentes para a construção de subordinação, por exemplo) (...) o clássico de Othon M. Garcia, *Comunicação em Prosa Moderna*, ainda é o *melhor exemplo* dessa proposta (grifo nosso)” .

3. Estrutura sintática da frase: frase, período, oração

A relevância que Othon M. Garcia dá à *frase*, no capítulo inicial da obra, deve-se, sem dúvida, à orientação de privilegiar o fator *comunicativo*, não necessariamente em detrimento do *sintático*, mas pelo fato de ter o autor ideia clara de que este deve estar a serviço daquele – trilhar o caminho contrário seria incoerente com tudo mais que se prega no livro. Pode ser esse o motivo de o autor cruzar os domínios da frase e da oração, ao afirmar que seu [o da frase] arcabouço linguístico encerra normalmente um mínimo de dois termos – o sujeito e o predicado – normalmente, mas não obrigatoriamente, pois, em Português, pelo menos, há, como se sabe, orações ou frases sem sujeito: *Há muito tempo que não chove* (Garcia 2010: 32);

ou que

quanto à sua estrutura sintática, *i.e.*, quanto à característica da integridade gramatical explícita (existência de um sujeito e um predicado), a frase pode ser *simples* (uma só oração independente) ou *complexa* (várias unidades oracionais). Esse agrupamento de orações é que merece legitimamente o nome de *período* (do grego *periodos*, circuito). É o *ambitus verborum*, segundo Cícero, isto é, o circuito de palavras encadeadas para formar um sentido completo. Entretanto, pela nomenclatura gramatical (brasileira ou não) vigente e tradicional, também a frase simples se diz *período simples*, e a complexa, *período composto* (Garcia 2010: 33).

No trecho acima, *frase* coincidiria, assim, com *período*.

Esse cruzamento é, contudo, confirmado por Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1977: 175): “quanto à estrutura íntima, há em cada frase duas partes conhecidas pelos nomes de SUJEITO e PREDICADO”. Tal entendimento é confirmado logo adiante, na seguinte passagem: “podemos dizer, portanto, que das duas partes primárias, com que se constrói significativamente uma frase, o SUJEITO é o DETERMINADO e o PREDICADO é o DETERMINANTE” (Câmara 1977: 175). Ou seja, embora a frase possa ser compreendida no âmbito da *comunicação*, e a oração, no *sintático*, não pareceu a ambos os estudiosos haver impedimento de que tais domínios por vezes se confundam. No entanto, a respeito de a *oração* coincidir com a *frase*, Garcia afirma ainda nas primeiras linhas do capítulo 1.0:

Mas nem sempre oração (diz-se também *proposição*) é frase. Em “convém que te apresses” há duas orações mas uma só frase, pois somente o conjunto das duas é que traduz um pensamento completo: isoladas, constituem simples fragmentos de frase, pois uma é parte da outra: “que te apresses” é o sujeito de “convém” (García 2010: 32-33).

Observe-se que um gramático do porte de Eduardo Carlos Pereira (1943: 205) já preconizava que “A sintaxe tem por objeto o estudo da FRASE”, ressaltando que

A frase de sentido incompleto [A vida do homem] é uma expressão que se denomina, em geral, LOCUÇÃO; ao passo que a *frase de sentido completo* se chama ORAÇÃO ou PROPOSIÇÃO. Esta se caracteriza pelo VERBO, claro ou subentendido, que enuncia o fato central do pensamento.

E, um pouco adiante, dizia que a sintaxe “é o estudo da frase, isto é, da proposição e do período gramatical, bem como das relações dos seus respectivos membros” (Pereira 1943: 207).

Confessamos que essa profusão de cruzamentos instaura certa desorientação no delimitar cada um dos conceitos, acrescentando-se ainda à lista a noção de *proposição*, originariamente pertencente aos domínios da lógica. E só citamos três autores, cada um representante de um campo específico dos estudos linguísticos.

Gladstone Chaves de Melo (1976: 121) reconhece que “não é pacífico o conceito de frase” e que “a esta palavra se têm atribuído sentidos vários, que vão desde a oração, intimamente estruturada, até os segmentos nucleados por um substantivo, por um adjetivo”. Propõe que se distinga *frase* de *oração*, “reservando-se a esta uma caracterização mais formal: seria uma construção com dois termos, sujeito e predicado, ligados sintaticamente”.

Jespersen (1951: 305) já reconhecia a confusão que se faz em torno do conceito de frase:

The definitions of ‘sentence’ are too numerous and too divergent for it to be worth while here to reprint or criticize them all. (...) these definitions have taken as their starting point either formal or logical or psychological considerations, while some of them have tried to reconcile two or three of these points of view.

Como se vê, o problema não é novo, uma vez que a primeira edição da obra clássica de Jespersen é de 1924.

Azeredo, igualmente, reivindica clareza na delimitação de ambos os conceitos e o faz de modo consoante ao nosso entendimento. Para ele, sendo o *texto* “uma entidade pertencente ao domínio do ato verbal de comunicação”, isto é, do *discurso*, torna-se a frase “o menor texto possível” (Azeredo 2000: 30). Pode esta, no entanto, convergir com a *oração*, bastando que, para isso, apresente *sujeito* e *predicado*. O que não quer dizer que os conceitos se confundam ou mesmo se complementem; entendemos antes que eles se superpõem, constituindo planos distintos de estruturação da linguagem, pois, ainda segundo Azeredo (2000: 30), “enquanto representação analítica de um conteúdo (...) a oração articula as funções *sujeito* e *predicado*”.

O assunto, como se percebe, encerraria uma discussão que ultrapassaria os limites deste trabalho e poderia desviar-nos do objetivo específico que é analisar como Garcia tratou das relações entre as formas sintáticas e a construção do sentido, aplicando-as ao conceito de paralelismo sintático. Vamos a ele, portanto.

4. Um conceito ligado à gramática internalizada?

A partir da 7ª edição de *Comunicação em prosa moderna*, Garcia (2010: 53) considerou necessária, neste tópico, a inclusão das ideias do linguista norte-americano Noam Chomsky como reforço argumentativo, por meio de conceitos básicos de sua Gramática Gerativo-transformacional:

Se coordenação é, como vimos, um processo de encadeamento de valores sintáticos idênticos, é justo presumir que quaisquer elementos da frase – sejam orações sejam termos dela –, coordenados entre si, devam – em princípio pelo

menos – apresentar estrutura gramatical idêntica, pois – como, aliás, ensina a gramática de Chomsky – não se podem coordenar frases que não comportem constituintes do mesmo tipo. Em outras palavras: a ideias similares deve corresponder forma verbal similar. Isso é o que se costuma chamar *paralelismo* ou simetria de construção.

Não obstante a modalização observada no uso da frase intercalada “em princípio pelo menos”, acreditamos não ter constituído boa estratégia fazer a defesa do princípio do paralelismo em tais bases teóricas, pelo simples fato de que, ao tratar de um fato como o paralelismo sintático à luz dos conceitos chomskyanos, o autor de *CPM* está colocando num mesmo plano elementos de natureza diversa. Isto é, embora Garcia (2010: 58) entenda que

o que se deduz dessas observações a respeito de coordenação e paralelismo pode ser consubstanciado neste princípio (que Chomsky subscreveria): não se podem coordenar duas ou mais orações, ou termos delas, que não comportem constituintes do mesmo tipo, que não tenham a mesma estrutura interna e a mesma função gramatical,

de nossa parte entendemos que a teoria linguística de Chomsky, por se preocupar tão somente com a gramática internalizada, inata, não se ocupa dos fatos – a princípio – estilísticos, que não teriam relação necessária com o conceito de agramaticalidade. Tal juízo parece desabonar o emprego desta corrente teórica para ensinar o princípio do paralelismo, e de fato acreditamos que o recurso às teorias chomskyanas nem seria necessário, uma vez que os evidentes ganhos estilísticos obtidos com o paralelismo por si só já seriam bastante convincentes.

Também Azeredo (2008: 510) não irá, por exemplo, encampar a ideia de que a Gramática gerativo-transformacional serviria de princípio norteador para o paralelismo. Limita-se o autor da *Gramática Houaiss* a afirmar (observem-se os recursos de modalização por nós grifados):

Como a coordenação é um processo que encadeia valores sintáticos idênticos, *presume-se* que os elementos sintáticos coordenados entre si *devam* apresentar, *em princípio*, estruturas gramaticais similares. Isso significa que a coordenação sintática deve comportar constituintes do mesmo tipo.

A esse parágrafo segue-se a ressalva: “Mas não podemos levar essa teoria às últimas instâncias, pois o paralelismo não se enquadra em uma norma gramatical rígida, já que a língua admite outros padrões sintáticos na construção frasal”. Ao analisar a frase *Este é um carro possante e que alcança grande velocidade*, Azeredo reconhece a importância da aplicação do paralelismo como recurso expressivo, mas entende que a construção acima “é perfeitamente aceitável, pois não fere a integridade sintática do sistema linguístico” (Azeredo 2008: 510). Ou seja, aquilo que “não fere a integridade

do sistema linguístico” não pode ser considerado agramatical, pelo menos nos sentido que vimos considerando neste capítulo.

5. Influências

Com ou sem Chomsky, entretanto, a noção de paralelismo, após a publicação de *Comunicação em prosa moderna*, veio influenciar diretamente diversas obras destinadas ao ensino de redação, a ponto de ser bastante frequente o exercício de paráfrase do texto de Garcia. É o que parece ocorrer em Antunes (2005), que desenvolve longos parágrafos sobre o paralelismo sintático, com trechos e exemplos muito semelhantes (como se se tratasse mesmo de uma adaptação) ao que se encontra em *CPM*. Confrontemos algumas passagens de ambas as obras à guisa de esclarecimento da questão:

(...) Ou seja, a *unidades semânticas similares* deve corresponder uma *estrutura gramatical similar*. É o que se chama, comumente, de *paralelismo de simetria ou construção*. Por exemplo, em

É CONVENIENTE *QUE CHEGUES A TEMPO* E *QUE TRAGAS O RELATÓRIO PRONTO*

os dois segmentos coordenados entre si – *chegares a tempo* e *trazeres o relatório pronto* – apresentam a mesma estrutura sintática, como apresentariam também

É CONVENIENTE *QUE CHEGUES A TEMPO* E *QUE TRAGAS O RELATÓRIO PRONTO*

se disséssemos:

É CONVENIENTE *CHEGARES A TEMPO* E *QUE TRAGAS O RELATÓRIO PRONTO*

Uma quebra de paralelismo consistiria em dizer, por exemplo:

pois, como se vê, a estrutura dos dois segmentos (*chegar a tempo* e *trazer o relatório*) tinha arrumações sintáticas diferentes (Antunes 2005: 64).

Confronte-se o trecho acima com a seguinte passagem de Garcia (2010: 53)

Em outras palavras: a ideias similares deve corresponder forma verbal similar. Isso é o que se costuma chamar *paralelismo* ou simetria de construção [...].

No seguinte exemplo:

É necessário chegares a tempo e que tragas ainda a encomenda.

[...] A construção paralela parece mais elegante:

É necessário que chegues a tempo e (que) tragas...

ou

É necessário chegares a tempo e trazes... (García 2010: 57).

Comparem-se ainda os seguintes trechos:

1) O paralelismo não constitui propriamente uma regra gramatical rígida. Constitui, na verdade, uma diretriz de ordem estilística – que dá ao enunciado uma certa harmonia – e constitui ainda um recurso de coesão – que deixa o enunciado numa simetria sintática que é por si só articuladora (Antunes 2005: 64).

2) Entretanto, o paralelismo não constitui uma norma rígida; nem sempre é, pode ou deve ser levado à risca, pois a índole e as tradições da língua impõem ou justificam outros padrões. Trata-se, portanto, de uma diretriz, mas diretriz extremamente eficaz, que muitas vezes saneia a frase, evitando construções incorretas, algumas, inadequadas, outras (Garcia 2010: 53).

O mesmo exercício de paráfrase se mostra evidente em Camargo (2004), em obra destinada ao ensino de redação para o exame vestibular: no apêndice gramatical da obra citada, a autora, ao introduzir o conceito de paralelismo sintático, dá como exemplo a frase “temiam o lançamento de um livro escandaloso e capaz de revolucionar o cenário das letras no país” (Camargo 2004: 113), que nada mais é do que uma reescritura de frase de Carlos de Laet de que Garcia se utiliza (Garcia 2010: 53) para demonstrar um caso de falta de paralelismo, que poderia, segundo o autor (como na maioria dos casos em que falta o paralelismo sintático) ser corrigido de duas maneiras básicas:

Estamos ameaçados de um livro e { que é terrível
(que) pode lançar...

ou

Estamos ameaçados de um livro e { terrível
capaz de lançar...

Cabe ressaltar, para ambos os casos, que a obra *Comunicação em prosa moderna* consta na bibliografia das obras mencionadas acima, mas não no corpo do texto; Cargado ainda se utilizaria, em 19/9/2002 e 3/10/2002, respectivamente, dos conceitos de paralelismo sintático e semântico em sua coluna no *Fórest*, caderno do jornal *Folha de São Paulo* destinado aos candidatos às provas de vestibular, fato que, em tese, demonstra a necessidade de tais conceitos também serem absorvidos por esses candidatos.

O conceito de paralelismo, enquanto figura de linguagem, já era previsto em alguns compêndios, mas com estruturação formal ligeiramente diversa da apresentada por Garcia. No *Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa* de Celso Pedro Luft (1967), cuja 1ª edição coincide com a 1ª edição de *CPM*, encontra-se a seguinte definição para este verbete:

Paralelismo – processo estilístico, sobretudo poemático, que consiste em dar à [sic] frases sucessivas estrutura idêntica ou semelhante. Ex: *Geme o vento na folhante/ Reza o povo na capela* – onde a estrutura dos dois versos é: $V + Art + N = Prep + Art + N$. Trata-se de uma correspondência ou simetria estrutural característica da poesia popular, e na história da poesia portuguesa aparece como traço distintivo da *cantiga de amor* (oposta à *cantiga de amigo*), na fase da escola provençal. O paralelismo pode ser *sinonímico* ou *antitético*, conforme o pensamento expresso na estrutura paralela é contrastante ou idêntico. (Ex.: de paralelismo antitético: *Ri o rico na opulência / Chora o pobre na miséria*.) As cantigas construídas na base do paralelismo se chamam *paralelísticas* (Luft 1971: 146).

Tal definição, exemplificada nos mesmos moldes em Bechara (1999: 644) contempla um paralelismo de natureza ora gramatical (estrutural), ora rítmico, mas que em quase nada se aproxima do paralelismo estudado por Garcia.

Uchôa (2010), em trabalho no qual analisa algumas das mais importantes contribuições à descrição e ao ensino da análise sintática no Brasil, afirma não ter encontrado qualquer menção ao princípio do paralelismo nos manuais que estudou, exceto no livro de Garcia.

Em Woods & Stratton (1926), um manual de ensino de redação para falantes do inglês, encontramos, sim, esse conceito sendo ensinado nos mesmos moldes de Garcia. Aconselham os autores: “Express in similar grammatical form ideas that are coordinate in rank – that are intended to serve the same function” (1926: 117). Ainda segundo eles, *ibidem*:

This principle of parallelism demands that if one of two or more sentence elements serving the same purpose is an infinitive, the others should be infinitives; if one is an adjective, the others should be adjectives; and so on. The repetition of introductory articles, prepositions, conjunctions, etc., is a great aid in making the parallelism obvious.

Em seguida, apresentam exemplos de frases em que o princípio do paralelismo seria respectivamente respeitado e desrespeitado:

Right. The band began to play and to march at the same time.

Wrong. The band began playing and to march at the same time.

Wrong. Many persons do not appreciate the beautiful in life or what is good.

Wrong. Since the coach is sick, and many of the players being out of town, the game has been postponed.

O paralelismo na correlação também é recomendado pelos autores: “correlative conjunctions in a sentence should be followed by the same part of speech” (1926: 118). Exemplo de bom uso da correlação: “She studied not only art but also music”; exemplo de mau uso da correlação: “she not only studied art but also music”.

Jean Cohen (1978: 134), autor constante da bibliografia de *Comunicação em prosa moderna*, afirma que, de maneira geral, a coordenação “exige a homogeneidade ao mesmo tempo morfológica e funcional dos termos coordenados”. Acrescenta o autor que, pelo menos modernamente, uma frase como “pedi-lhe para vir e que lhe dissesse” não seria *tolerada* hoje; da mesma forma, não se poderia dizer uma frase como “ele teve uma gripe e na semana passada”. De nossa parte, podemos dizer que a primeira frase se encaixa no que foi dito acima, isto é, embora incomode o ouvido de alguns, não fere o gênio da língua. O mesmo não se poderia dizer exatamente da segunda, já que, no dizer do próprio Garcia (2010: 60), esse tipo de agrupamento constituiria “uma espécie de ruptura de sistema lógico resultante da associação de elementos, ou melhor, de ideias desconexas”, que parecem, nesse caso sim, atentar contra a inteligibilidade do enunciado.

6. Um princípio tão somente de caráter estilístico?

Em importante estudo acerca dos conceitos de coordenação e subordinação, Duarte (2013: 221), expressa o seguinte juízo acima do conceito de paralelismo: “uma recomendação dos *puristas*, que pode ser acatada na escrita formal, *quando se dispõe de tempo para acertos e correções*, é que termos subordinados a outros, mas coordenados entre si, tenham a mesma forma, já que têm necessariamente a mesma função” (grifos nossos).

As passagens por nós grifadas na citação acima expressam, a nosso ver, dois preconceitos que amiúde vemos associados à ideia de paralelismo gramatical: o primeiro, a suposição de que trata de uma recomendação de puristas; ora, em primeiro lugar, mesmo nas mais conservadoras gramáticas e compêndios gramaticais brasilei-

ros, simplesmente não se toca nesse assunto; em segundo, o último adjetivo que se poderia aplicar a Othon Moacyr Garcia seria o de purista, conforme se pôde ver em algumas passagens citadas acima – e basta uma leitura do livro para que se perceba o quanto suas ideias eram inovadoras para a época, senão ainda para hoje. O segundo preconceito é o de que o paralelismo serviria tão somente a arranjos finais na escrita, *quando se dispusesse de tempo para isso* (a ironia no trecho se mostra claramente); em nossa opinião, o princípio do paralelismo não só empresta uma clareza irrefutável à frase e ao texto, como também se presta a esclarecer fatos da língua ainda obscuros no complexo processo de descrição gramatical das línguas.

No que respeita à descrição de fatos da língua, vejamos dois exemplos: embora a tradição gramatical condene, veementemente, uma construção como *entre eu e você há muitas diferenças*, recomendando categoricamente *entre mim e você*, com o tradicional argumento da regência da preposição *entre*, sabemos que a forma prosrita se impõe francamente, tanto na fala quanto na escrita não monitoradas do português brasileiro, à forma prescrita. Entendemos que somente o princípio do paralelismo gramatical, percebido intuitivamente pelo falante, pode explicar tal ocorrência, visto que o usuário da língua prefere coordenar o pronome pessoal reto com um pronome de tratamento, forma mais lexicalizada. O mesmo falante não diria *entre eu e ti* (o uso do pronome *tu* e suas formas oblíquas, como se sabe, não é encontrado no PB senão em algumas regiões), mas sim *entre mim e ti*, formas pronominais em perfeito paralelismo gramatical. Tal fato demonstra, em tese, que o paralelismo pode se situar, sim, para além dos domínios do estilo, sendo também processado sociocognitivamente pelo falante, que o aplica, pelo menos nesse caso, como um fator de reanálise e mudança linguística.

Aliás, o próprio conceito de coordenação, do ponto de vista didático, pode ser muito mais bem absorvido se o entendemos não como um processo de independência de proposições, mas sim como um processo de paralelismo de funções, como o próprio Garcia tenta esclarecer em sua obra, em que pesem os cruzamentos conceituais acerca dos conceitos de coordenação e subordinação que se mostram na obra.

Outro ponto problemático na descrição da sintaxe do português e de outras línguas de estrutura semelhante é a questão da correlação como processo sintático. Sabemos que, para grande parte dos autores (e para a própria *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, ainda vigente na maioria de nossos livros didáticos), a correlação, assim como a justaposição, não constitui processo sintático independente universal, tal como a coordenação e a subordinação.

Creemos que um dos fatores responsáveis por essa dificuldade de se classificar a correlação como processo independente reside no seu caráter híbrido, ora visto como paratático, ora como hipotático. Senão vejamos: depõe a favor da hipotaxe o fato de toda estrutura correlata, por seu alto grau de travamento sintático, ser formada, do ponto de vista entoacional, como uma frase a que chamamos de *período tenso* (oposto

ao *período lasso ou frouxo*, típico da coordenação), com uma primeira parte denominada *prótase*, seguida pela segunda parte da enunciação, denominada *apódose*. Tal estrutura se encontra tão somente nos períodos com orações subordinadas antepostas ou nas períodos com pares correlatos. Tal característica, portanto, aproxima a correlação da subordinação.

Por outro lado, se o princípio do paralelismo é naturalmente interdito nos períodos compostos por subordinação, ele se torna tão exigido na correlação quanto na coordenação, conforme atestam os exemplos apresentados em *Comunicação em Prosa Moderna* (Garcia 2010: 54):

Não saí de casa não só *por estar chovendo* mas também *por ser* ponto facultativo.

Sua atitude foi aplaudida não só *pelo povo* mas também *por seus companheiros de farda*.

Tais características parecem apontar, de fato, para uma natureza híbrida do processo correlativo, o que poderia, a princípio, constar como argumento para os que defendem a correlação como processo sintático independente. E, mais uma vez, estaria o princípio do paralelismo sendo usado não somente como diretriz estilística, mas como um dado auxiliar na descrição de fatos linguísticos.

Outras duas formas de paralelismo, a saber, o *semântico* e o *rítmico* (também chamado pelo autor de *similicadência*), também podem atuar na linha auxiliar da descrição linguística. A transgressão do primeiro, como sabemos, é amplamente utilizada como fator de expressividade, fato frequentemente realçado em estudos estilísticos como os realizados pelo próprio autor de *Comunicação em prosa moderna*, conforme atesta este exemplo drummondiano retirado do próprio livro (Garcia 2010: 61), mas já estudado doze anos antes por ele num estudo pioneiro realizado sobre a poesia de Carlos Drummond de Andrade:

Cardíaco e melancólico, o
amor ronca na horta entre
pés de laranjeiras *entre*
uvas meio verdes e desejos
já maduros.

Ou ainda nestes exemplos machadianos, também arrolados por Garcia (2010: 63):

Gastei trinta dias para ir *do Rocio Grande ao coração de Marcela*
Marcela amou-me durante *quinze dias e onze contos de réis*.
... encontrei no trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço *de*
vista e de chapéu

Quanto ao paralelismo rítmico, seu emprego se mostra de suma importância no estudo da prosa poética e dos ditados populares, que, fazendo parte da cultura popular, não letrada, necessitam do suporte rítmico, em estrutura em geral binária, como recurso mnemônico de transmissão às gerações seguintes. A consciência de tal característica permite até mesmo desfazer equívocos etimológicos, como o que atesta, por exemplo, que a verdadeira versão de um ditado como “Quem ama o feio, bonito lhe parece” seria “A quem ama, o feio bonito lhe parece”. Ora, essa abordagem logicizante do ditado atesta a ignorância do fato de que é justamente a estrutura em paralelismo rítmico que garantirá a difusão oral da frase, pela similitude da estrutura binária.

7. Conclusão

Parece-nos fora de questão o pioneirismo do estudo de Othon Moacyr Garcia acerca do paralelismo sintático no Brasil. Procuramos demonstrar, em nosso estudo, suas prováveis fontes de pesquisa para que introduzisse esse conceito no país, assim como tentamos também ver em que medida seu estudo exerceu influência sobre diversos manuais de redação que se lhe seguiram. Para além disso, buscamos ainda demonstrar aplicações do paralelismo nem sequer previstas em *Comunicação em prosa moderna*. Esperamos, com isso, não somente defender a ideia de que o conceito de paralelismo ultrapassa as fronteiras do meramente estilístico, mas também contribuir, com esta noção, para o entendimento de alguns fatos da língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Maria Irandé (2005): *Lutar com palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola.
- AZEREDO, José Carlos de (2000⁸): *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- AZEREDO, José Carlos de (2008): *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
- BECHARA, Evanildo (1999³⁷): *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1977⁵): *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Padrão.
- CAMARGO, Thais Nicoleti de (2004): *Redação linha a linha*. São Paulo: Publifolha.
- COHEN, Jean (1978): *Estrutura da linguagem poética*. São Paulo: Cultrix.
- DUARTE, Maria Eugenia L. (2013²): *Coordenação e subordinação*, em Silvia Rodrigues Vieira / Silvia Figueiredo Brandão (orgs.), *Ensino de Gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto.
- GARCIA, Othon Moacyr (1967/2010²⁷): *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2010.

- JESPERSEN, Otto (1951): *The Philosophy of Grammar*. London: Allen and Unwin.
- LUFT, Celso Pedro (1967/1971²): *Dicionário gramatical da língua portuguesa*. Porto Alegre: Globo.
- MELO, Gladstone Chaves de (1976): *Ensaio de estilística da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- PEREIRA, Eduardo Carlos (1943⁶⁰): *Gramática expositiva. Curso superior*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- AZEREDO, José Carlos de (2009): “A gramática como meio”. Entrevista de Josué Machado, *Revista Língua Portuguesa* 41 (março de 2009). São Paulo: Editora Segmento.
- UCHÔA, Carlos Eduardo F. (2010): *Sobre o ensino da análise sintática: história e redirecionamento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- WOODS, George B. / Clarence STRATTON (1926): *A manual of English*. New York: The Odyssey Press.

O tempo e o aspecto verbais na tradição gramatical brasileira

André Crim Valente

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
prof.acvalente@gmail.com

José Carlos de Azeredo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
jc.azeredo@terra.com.br

Tense and Aspect of the Verb in Brazilian Grammatical Tradition

Resumo

O presente artigo tem por objetivos abordar tempos verbais na descrição gramatical brasileira e tratar dos aspectos verbais vinculados, explícita ou implicitamente, aos tempos do verbo. Toma como fontes as obras do final do século XIX e da primeira metade do século XX com o intuito de descrever outros modos de conceber a estruturação gramatical do tempo e de identificar traços relevantes na abordagem dos aspectos verbais. Para a consecução dos objetivos, recorre-se ao método comparativo no estabelecimento de semelhanças e diferenças no tratamento do tema, tanto em gramáticas de referência, como as de Said Ali, Bechara, Cunha & Cintra, como em estudos específicos sobre o assunto, os de Mattoso Câmara e Cláudio Brandão. Utilizou-se, ainda, como ponto de partida do estudo, a *Grammatica Philosophica* de Jerônimo Soares Barbosa. Acreditamos que nosso trabalho traz reflexões para novas abordagens de discentes e docentes nas áreas de descrição e ensino da Língua Portuguesa no Brasil.

Palavras-chave

Verbo, tempo, aspecto, tradição gramatical

Sumário

1. Introdução. 2. A língua: forma de conhecer e meio de comunicar. 3. O tempo como categoria da linguagem. 4. Outros modos de conceber a estrutura gramatical do tempo. 5. Visões convergentes. 5.1. O presente. 5.2. O passado. 5.3. O futuro. 5.4. O futuro do pretérito. 6. O aspecto. 7. Um olhar sobre a *Grammatica Philosophica*. 8. Comparação dos estudos de Said Ali e Cunha & Cintra. 9. Considerações finais.

Abstract

The present text has two purposes: to deal with the category of tense in Brazilian grammatical tradition and to approach the category of aspect explicitly or implicitly as related to verb tenses. The main sources of the analysis are works published at the ends of the nineteenth century and beginning of the twentieth century, in order to report different ways of conceptualising tense and identifying relevant signs of verbal aspects. In order to achieve these objectives, a comparative point of view is adopted for finding similarities and differences in the analysis of these categories carried out by both reference grammars (Said Ali, Bechara, Cunha & Cintra) and scholars who produced specific studies on the subject (Mattoso Câmara Jr, Cláudio Brandão). Furthermore, its earliest reference is the *Grammatica Philosophica*, by Jerônimo Soares Barbosa (1822). This essay offers new reflections in benefit of students and teachers engaged in activities of research and teaching of Portuguese in Brazil.

Keywords

Verb, tense, aspect, grammatical tradition

Contents

1. Introduction. 2. Language: form of knowledge and means of communication. 3. Tense: time as a category of language. 4. Other ways of conceptualizing the grammatical structure of time. 5. Convergent views. 5.1. The present. 5.2. The past. 5.3. The future. 5.4. The future of the past. 6. Aspect. 7. A look at the *Grammatica Philosophica*. 8. Comparing the studies of Said Ali and Cunha & Cintra. 9. Final remarks.

1. Introdução

Uma tradição ocidental que remonta a Aristóteles vincula a categoria do verbo (*rhéma*) à expressão do tempo, ordinariamente segmentado em presente, passado e futuro. Os estoicos, por sua vez, reconheceram nuances que associamos modernamente à categoria identificada como *aspecto* – (processo) em desenvolvimento X (processo) completado – seja no tempo presente, seja no tempo passado. São dois mil e quinhentos anos de uma história que perdura nos nossos dias. No âmbito da tradição portuguesa, a distinção entre os conceitos de tempo e aspecto¹ fica evidente já na caracterização que Soares Barbosa (1822) fez das “ideias acessórias” expressas pelo verbo, mas as gramáticas da língua portuguesa produzidas ao longo dos séculos XIX e XX sempre privilegiaram a categoria do tempo e, quando eventualmente se referiram ao desenrolar do processo verbal (*aspecto*), fizeram-no para apontar uma variação subsidiária do tempo. Este, como se sabe, sempre foi vinculado à correspondência entre as formas linguísticas de presente (*sou*), passado (*fui/era*) e futuro (*serei*) e as noções cronológicas de *agora*, *antes* e *depois*, de viés dêitico, sempre definidas em relação ao momento da fala.

Firmada pelo menos desde o século II a.C., quando se escreveu a primeira gramática do grego clássico, esta equivalência foi posta em xeque no século passado por linguistas como Émile Benveniste e Harald Weinrich. Com efeito, o momento do ato da enunciação não é o único ponto de referência das relações temporais. A insistência em manter no “ato da palavra” o eixo único de todo o sistema criou, na verdade, algumas dificuldades descritivas, levando à adoção de uma nomenclatura aparentemente paradoxal, como *futuro do pretérito*, e de outra que aponta para uma anterioridade que se reduplica na mesma forma, como é o caso da designação *pretérito mais-que-perfeito*. Estas designações revelam a intuição de que as relações temporais se estabelecem a partir de pelo menos dois pontos de apoio, ou polos: o presente, coincidente com o momento da fala, e o passado, instituído no discurso como um recurso para relatar fatos já vividos. Pois é precisamente esta intuição que dá apoio à reformulação do assunto em trabalhos de Benveniste e de Weinrich. Por seu turno, a categoria do aspecto vez por outra sai da sombra do tempo, mas não chega a ganhar foco próprio nas gramáticas. Na tradição brasileira, somente Claudio Brandão, autor da *Sintaxe Clássica Portuguesa* (1963), lhe deu espaço e identidade terminológica.

¹ It is important to distinguish aspect clearly from tense. Tense serves to locate an event in time; aspect says nothing about when an event occurred (except by implication), but either encodes a particular way of conceptualizing an event, or conveys information about the way the event unrolls through time. It is also important to make a distinction between aspect as a semantic phenomenon, and aspect markers in a particular language, which may have a variety of semantic functions. To make things even more complicated, a lexical verb may encode aspectual information as part of lexical meaning: this may affect the way the meaning of the verb interacts with the meanings of aspectual markers with which it is associated (Cruse 2011: 299).

O presente trabalho tem por propósito principal passar em revista obras de autores brasileiros do final do século XIX e do período que se estende até os anos 1960, nas quais se revela uma compreensão da categoria verbal do *tempo* mais consistente do que a que em regra se dissemina pela via das gramáticas escolares e obras didáticas em geral.

2. A língua: forma de conhecer e meio de comunicar

A aprendizagem da língua materna dota seus falantes de um recurso de dupla face: uma externa e utilitária, para fins interacionais, e outra interna e conceitual, associada à cognição. É graças a esta que o mundo de nossas experiências sensoriais e intuitivas, reais ou imaginárias, se converte em significação e pode ser assunto de nossos atos comunicativos. O cidadão comum não se dá conta disso, e tende a tomar como natural a forma pela qual sua língua expressa suas percepções, seus sentimentos, suas ideias. Vivemos em geral sob o efeito do *senso comum*, que nos leva a crer que o mundo é tal e qual o retrato revelado pela língua que falamos. Por conta desse suposto retrato, o mundo *se apresenta* e é reconhecido como uma realidade formada por ‘seres/coisas’ (nomeados por substantivos) providos de ‘qualidades’ (significadas por adjetivos) e capazes de praticar e sofrer ações (representadas por verbos).

Menos óbvia, mas ainda assim análoga, é a natureza de advérbios como *ontem*, *hoje* e *amanhã*, que se empregam para designar parcelas em que se “fatia” o tempo cronológico. Essa hipótese da “isomorfia” entre o mundo de que falamos e o retrato que a linguagem faz dele já rendeu muita discussão no campo da filosofia, mas tem um forte respaldo no senso comum. É por isso que vamos adotá-la e segui-la preliminarmente, como ponto de partida de uma reflexão sobre a expressão gramatical do tempo, seu tratamento na tradição gramatical brasileira e, a partir desses dados, identificar sinais da emergência da categoria do aspecto.

Como qualquer animal, temos um corpo que nos liga ao espaço físico, mas, diferentemente de todos os outros seres viventes, podemos descolar-nos desse espaço, já que, movidos por lembranças e propósitos, somos seres históricos.

O uso dos órgãos do sentido permite que os seres vivos compartilhem simultaneamente a experiência do espaço físico: o mesmo objeto pode ser visto ao mesmo tempo por milhares de pessoas; o mesmo ruído pode chegar, no mesmo momento, a milhares de ouvidos. No entanto, o objeto das lembranças ou dos projetos e propósitos individuais toma lugar, em princípio, apenas no território exclusivo da subjetividade de cada pessoa. Para ser compartilhado, é necessário que ele seja expresso por meio de uma simbolização que o represente. É aí que entra, necessariamente, a palavra; somente por meio dela é possível dar conta dos dados que estão fora do alcance dos cinco sentidos.

3. O tempo como categoria da linguagem

Digamos que, em seu estado por assim dizer “pré-lingüístico”, o conteúdo de nossos discursos é captado por três vias básicas: os sentidos, a memória e a imaginação. Expliquemo-nos: nossas aptidões sensoriais – os chamados “cinco sentidos” – nos põem em contato com o ambiente imediato, numa relação com o “aqui e agora”, que dá fundamento ao conceito primário de *tempo presente*. A memória, por sua vez, é ativada para disponibilizar os arquivos que trazemos de experiências anteriores, numa relação com o conceito primário de *passado*. Já a imaginação é o campo do que (ainda) não é ou do que (ainda) não há, mas pode vir a ser e a existir, numa relação com mundos alternativos, entre eles o do *futuro*.

A tradução mais óbvia dessa conceptualização do tempo como uma linha cronológica segmentada em épocas/ocasiões é dada pelos advérbios, como exemplifica o trinômio ontem/hoje/amanhã, já mencionado. Nossos discursos – e nossos textos, portanto – são espaços em que a aptidão do ser humano para o emprego de símbolos confere vida a significados que, de alguma maneira, estão ancorados nos sentidos (igual a aptidões sensoriais), na memória e na imaginação.

Seguramente, a associação entre a imaginação e um dado tempo tem uma impropriedade que precisaremos contornar: a ‘realidade’ imaginada (ou imaginária) não ocupa uma posição na linha do tempo. Mantivemos essa associação, porém, porque *imaginação* é o termo da língua corrente mais afeito a formar um trinômio ao lado de *sentidos* e *memória*. O termo *projeção* seria mais preciso, mas não desfruta da popularidade de *imaginação*. Entenda-se *imaginação* aqui, portanto, apenas em sua componente prospectiva, apta a referir-se tão somente a uma realidade pensada para uma ocasião posterior ao ato da fala.

Os autores deste artigo estão cientes de que essa correlação é simplista, uma vez que a organização do tempo por meio das formas da língua – e em especial por meio das flexões temporais do verbo – revela sutilezas que desafiam a referida correspondência. Sabemos que a língua não é um espelho do pensamento, mesmo porque não temos acesso ao conteúdo de nossos pensamentos senão por meio da própria língua. Como a língua não é um espelho de nossas experiências, mas uma forma de organizá-las como significação, as coisas obviamente não se passam conforme a hipótese aventada no parágrafo precedente.

Ainda assim, este é o fundamento da lição que as gramáticas escolares nos dão tradicionalmente: a categoria do tempo serve para situar os fatos relatados por meio da língua em uma época anterior, simultânea ou posterior ao momento da enunciação.

Estes são os “três tempos fundamentais”, segundo a redução didática que se popularizou, e que se pode identificar no tratamento dado ao assunto pelas gramáticas escolares disponíveis no mercado atual. Ela reafirma a lição segundo a qual todos

os conteúdos temporais se organizam a partir de um eixo único: o momento da enunciação. É o que se lê em uma gramática popularíssima, no mercado há quase 60 anos:

O *tempo* informa, de maneira geral, se o que expressa o verbo ocorre *no momento em que se fala* [destaque nosso], numa época anterior, ou numa ocasião que ainda esteja por vir; são, fundamentalmente, três os tempos: *presente*, *pretérito* e *futuro* (Lima 1957: 113).

Segundo a nomenclatura oficial, distinguem-se, quanto ao tempo, um presente (*acordo*), três pretéritos [perfeito: *acordei* (simples) ou *tenho acordado* (composto); imperfeito: *acordava*; e mais-que-perfeito: *acordara* (simples) ou *tinha acordado* (composto)] e dois futuros [do presente: *acordarei* (simples) ou *terei acordado* (composto) e do pretérito: *acordaria* (simples) ou *teria acordado* (composto)].

Como se vê na sistematização acima, a nomenclatura oficial dos tempos atesta a existência de conteúdos temporais que não estão diretamente ancorados no momento da fala. São eles os tempos conhecidos como *pretérito-mais-que-perfeito* e *futuro do pretérito*. Apesar da evidência atestada na própria nomenclatura, a lição que inspira invariavelmente a exposição do assunto nas gramáticas escolares e nos livros didáticos é a que toma o momento da enunciação como o eixo referencial de todo o sistema temporal. Desse modo, as definições dadas pelos compêndios acabam por trazer componentes de significação que não estão incluídas na conceituação geral da categoria tempo.

4. Outros modos de conceber a estruturação gramatical do tempo

Émile Benveniste e Harald Weinrich são linguistas sempre lembrados no Brasil quando o assunto é o tempo gramatical e sua funcionalidade discursiva/textual. O primeiro recorreu à distinção entre *discurso* e *história*; o segundo seguiu de perto os passos de Benveniste, mediante os conceitos de *mundo comentado* e *mundo narrado*. A contribuição de ambos deu origem ao mais importante capítulo no qual se expõe uma teoria das relações de tempo para além do ato enunciativo. Koch (1984) analisou textos à luz dos conceitos formulados por Benveniste (1959/1995), Weinrich (1968), e Fonseca (1994), principalmente, elaborou uma apreciação crítica detalhada da propriedade ou não de compreender a distinção entre discurso e história nos termos propostos por Benveniste.

Um pouco antes de Benveniste e Weinrich, porém, o filósofo da ciência e lógico alemão Hans Reichenbach (1947) propôs um sistema das relações de tempo, que compreendia três variáveis: o momento da enunciação (*speech time*), o momento do fato (*event time*) e o momento da referência (*reference time*). Estudos do tempo verbal em português segundo esta perspectiva já foram empreendidos no Brasil por Fiorin (1996) e por Ilari (1997).

Nosso propósito no presente texto é rastrear contribuições à descrição das relações de tempo expressas nas formas verbais que dão conta de sutilezas ou complexidades que acabaram ignoradas pelo tratamento didático do assunto difundido nos compêndios didáticos atuais. A consideração dessas sutilezas revela uma compreensão do assunto baseada em pressupostos análogos aos de Reichenbach.

A título de ilustração, transcrevemos uma passagem da *Gramática Expositiva* de Eduardo Carlos Pereira (1942: 113), que se refere a tempos “de dupla relação”, um conceito indispensável à análise dos papéis do tempo gramatical, que, no entanto, tem uma presença um tanto errática na tradição gramatical brasileira:

O passado – *escrevi, estudei* – é o tempo anterior ao ato da palavra, é divisível em:

- a) *Passado* ou *pretérito perfeito*, quando o fato enunciado pelo verbo é perfeitamente acabado ou passado: – *estudei, escrevi*;
- b) *Passado* ou *pretérito imperfeito*, quando o fato verbal não se enuncia completamente acabado, sendo passado em referência ao ato da palavra, e *presente* em referência a uma outra época ou circunstância indicada; é um tempo de dupla relação, por ex.: *Eu ESTUDAVA, quando o professor chegou*;
- c) *Passado* ou *pretérito mais-que-perfeito*, quando o fato é duplamente passado: é passado em referência ao ato da palavra, e ***passado*** ainda em referência a uma outra época ou circunstância indicada; é por isso um tempo de dupla relação, p. ex.: *Eu ESTUDARA ou TINHA ESTUDADO, quando o professor chegou*.

Uma relação é estabelecida com o “ato da palavra”, que outra coisa não é senão o *speech time* (ou ME = momento da enunciação) e informa o *event time* (MF = momento do fato); a outra relação se dá em razão do *reference time* (MR = momento da referência) e informa que o fato enunciado é contemporâneo de um MF passado. É o mesmo que, por outras palavras, afirma Evanildo Bechara ao citar Eugenio Coseriu: “não se pode, a rigor, atribuir ao imperfeito a pura e simples significação de passado, a não ser que ele seja considerado um “presente” do “passado” (ver mais à frente)” (1999: 277).

5. Visões convergentes

5.1. O presente

O que chamamos *presente* recebe caracterizações ou mesmo definições que revelam um consenso que atravessa as décadas: “o presente enuncia o fato como atual”. Assim o caracterizou Mário Pereira de Souza Lima (1937: 155). Evanildo Bechara informa que “o presente denota uma declaração que se verifica ou que se prolonga até o momento

em que se fala” (1999: 276). É consensual a conceituação do presente como o tempo que retrata a contemporaneidade entre o fato enunciado e o momento da enunciação.

5.2. O passado

O passado – ou pretérito – é consensualmente conceituado como o tempo de um fato que ocorre antes do momento da enunciação. O pretérito subdivide-se basicamente em *perfeito* (que usamos, por exemplo, para enunciar a ocorrência completa de um fato: eu *almocei* antes de você chegar) e *imperfeito* (que, ao contrário, empregamos para enunciar um fato ainda em desenvolvimento, portanto incompleto: eu *almoçava* quando você chegou). Enfim, o pretérito perfeito toma o acontecimento como um produto pronto, o pretérito imperfeito o toma como um processo. Esta compreensão da diferença *perfeito x imperfeito* é respaldada no sentimento dos falantes nativos e é reforçada com propriedade pelas gramáticas escolares. Aqui e ali, porém, revela-se um detalhe que muitas vezes escapa ao professor e que os compêndios escolares sistematicamente ignoram.

Julio Ribeiro, por exemplo, chamava *pretérito perfeito* apenas à forma composta (Ele *tem viajado* pouco ultimamente), que expressa uma anterioridade necessariamente relativa ao momento da fala; na forma simples (*viagjou*) ele via apenas a consumação do fato (*aoristo*), sem implicação de tempo. Este é, de fato, o caso do emprego da forma simples em frases feitas como *bateu, levou, achou, ganhou*. Cunha e Cintra (1985: 443) segue a maioria e não endossa este ponto de vista, mas destaca o papel da forma simples do pretérito perfeito como:

a que se emprega para descrever o passado tal como aparece a um observador situado no presente e que o considera do presente [destaque nosso]: Jantei com um apetite devorador e dormi como um anjo (M. Torga). Ergui-me, tonto, e vi em rebolo no chão dois faroleiros (Monteiro Lobato).

A especificidade do detalhe destacado acima torna inevitável perguntar como esse mesmo observador se posiciona no discurso quando emprega o pretérito imperfeito. Não há uma resposta simples, mas é possível fundamentá-la a partir das palavras, já aqui citadas, de Evanildo Bechara (1999: 277), que segue os passos de Eugenio Coseriu:

não se pode, a rigor, atribuir ao imperfeito a pura e simples significação de passado, a não ser que ele seja considerado um “presente” do passado [grifo nosso]. Como um segundo “presente” pode – como ocorre com o presente próprio, que tem seu pretérito representado pelo perfeito simples, e o seu futuro representado pelo futuro simples – ter seu próprio passado (o mais-que-perfeito) e seu próprio futuro (o condicional presente).

O pretérito imperfeito corresponde, portanto, a “um segundo presente”, um outro polo de referência para um *antes* (expresso no pretérito mais-que-perfeito) e um *depois* (expresso no condicional/futuro do pretérito). Evanildo Bechara (1999: 337) e Celso Cunha (1985: 439) concebem a temporalidade expressa pelo pretérito imperfeito nos mesmos termos. Para ambos, empregamos o pretérito imperfeito quando nos transportamos mentalmente “a uma época passada e descrevemos o que então era presente”.

O pretérito perfeito, por sua vez, é frequentemente empregado para exprimir tão só a consumação de um fato no momento exato da enunciação: *seu filho nasceu* [= acaba de nascer], *quebrei um dente* [= acabo de quebrar]. Dentre as obras que tomamos aqui em consideração, somente na *Sintaxe Histórica* de Epiphânio Dias (1918/1959: 189) encontramos um destaque a essa particularidade do pretérito perfeito: “Em segundo lugar, emprega-se (o pretérito perfeito definido), quando noticiamos o que no momento em que falamos é facto consumado”. Essa *amarração* estreita com o momento da enunciação não se dá com o emprego do pretérito imperfeito, precisamente porque a função deste tempo é incorporar ao texto/discurso “um segundo presente”, que serve de polo secundário de referência para tudo o que é relatado como experiência passada.

5.3. O futuro

Segundo a conceituação corrente, o futuro é o tempo que empregamos para situar o fato a que nos referimos em momento posterior ao ato da enunciação. Como alguns empregos das formas de futuro nada têm a ver com o tempo, é preciso refinar esse conceito. Muitas línguas disponibilizam variações da forma verbal para representar os fatos como atuais ou passados. A referência ao que há de virou está para acontecer tende a ser expressa, por sua vez, pela união de dois verbos: o que informa o fato e o que traduz o enquadre subjetivo da enunciação: antecipação (*vai voltar*), possibilidade (*pode voltar*), compromisso (*garante voltar*), necessidade/obrigação (*tem de voltar*) etc.

As línguas românicas empregam os dois recursos, mas é bem sabido que suas formas verbais de futuro – como em português *voltarei* e *voltaria* – foram criadas com base em perífrases que combinavam o verbo latino *habere* e um infinitivo. As formas simples do latim – futuro imperfeito e futuro perfeito – não deixaram vestígios nas línguas neolatinas. Para Mattoso Câmara Jr. (1967: 11):

a categoria de tempo futuro não está, com efeito, no mesmo plano significativo e funcional que as de tempo presente e passado. Ela evolui de propósitos modais e continua a expressá-los ora clara, ora discreta, ora veladamente.

No uso brasileiro corrente, a expressão da futuridade se faz por meio do verbo *ir* seguido de infinitivo: *levarei* e *levaria* dão lugar, respectivamente, a *vou levar* e *ia levar*. Essa ‘natureza modal’ das formas mencionadas acima parece mais saliente em *levaria* e *pediria* do que em *levarei* ou *pedirei*, haja vista o uso frequente das primeiras em enunciados que deixam de focalizar a localização temporal do fato referido em benefício da atitude do enunciador: um típico recurso de atenuação de uma certeza.

5.4. O futuro do pretérito

Deve-se a Manuel Said Ali a defesa firme da nomenclatura – afinal consagrada no Brasil – *futuro do pretérito* em substituição à tradicional – e ainda usual na gramaticografia românica – designação *condicional*. Em Júlio Ribeiro (1885: 270) já encontrávamos a interpretação da forma em *-ria* que serviu de fundamento à posição de Said Ali:

O condicional representa o enunciado do verbo como dependente de uma condição. Seu emprego não oferece dificuldades. Entre o futuro e o condicional há analogia, não somente de forma, mas até de significação. *Com efeito, o condicional indica um porvir em relação ao passado, como o futuro designa um porvir em relação ao presente* [grifo nosso]: “Eu sei que você não irá a Paris” – “Eu soube que você não iria a Paris”. O Português, para exprimir esse matiz de diferença, concebeu o condicional sob a forma de um infinitivo (*amar*) que indica o futuro e de desinências (*ia, ias, etc.*) que mostram o passado.

Algumas décadas mais tarde, Souza Lima (1937: 489-490) endossaria essa análise, bem como a nomenclatura da forma em apreço:

Muitas vezes, porém, o condicional exprime a ideia sem dependência nenhuma de qualquer condição. Neste caso é apenas um tempo do modo indicativo, análogo ao futuro, do qual se distingue em que este enuncia a ideia de um acontecimento vindouro em relação ao presente: sei que ele virá; ao passo que o condicional exprime um acontecimento vindouro em relação ao passado: eu soube que ele viria. É, pois, o condicional neste caso *um verdadeiro futuro do pretérito* [grifo nosso].

6. O aspecto

Nosso ponto de partida é a *Grammatica Philosophica* (1822), de Jerónimo Soares Barbosa, haja vista sua presença recorrente nas gramáticas brasileiras do período aqui apreciado. Além de ser citada com frequência por nossos gramáticos do final do sécu-

lo XIX e da primeira metade do século XX, essa obra se singulariza por contemplar o conceito de aspecto como uma categoria distinta do tempo, ainda que seu autor não tenha usado o termo. Com exceção de Mário Pereira de Souza Lima (1937), autor afinadíssimo com a ciência linguística de seu tempo e que cita essa obra para referendar uma ou outra análise, outros estudiosos, como Said Ali e Eduardo Carlos Pereira, trataram as ideias de Soares Barbosa como expressões de uma visão antiquada da linguagem, por querer submeter a língua à camisa de força da lógica. Nosso propósito aqui é tão só o de fazer o registro de uma particularidade – qual seja, o reconhecimento do aspecto como uma propriedade semântica da significação verbal independente do tempo – que, entretanto, não contou com adeptos no período mencionado. Segue-se o trecho da *Grammatica Philosophica* (1822:132) em que se lê o que acabamos de salientar. O aspecto é a noção identificada como a quinta “ideia acessória”:

O verbo “é uma parte conjuntiva do discurso, a qual serve para atar o atributo da proposição com o seu sujeito debaixo de todas suas relações pessoais e numerais, enunciando por diferentes modos a coexistência e identidade de um com outro, por ordem aos diferentes tempos e maneiras de existir. O verbo, pois, além da sua significação primária e principal, que é a existência, compreende em si cinco ideias acessórias, indicadas todas pelas diferentes formas e terminações que toma, a saber: 1.^a A do sujeito da oração debaixo das três relações pessoais; ou da 1.^a pessoa, que é *quem fala*; ou de 2.^a, que é a *com quem se fala*; ou de 3.^a, que é a *de quem se fala*. 2.^a A de número, ou singular ou plural de cada uma destas pessoas, como *eu sou, tu és, ele é, nós somos, vós sois, eles são*. 3.^a A dos diferentes modos de enunciar esta mesma existência, ou simples e vagamente, *ser amante*, ou direta e afirmativamente, *sou amante*, ou indireta e dependentemente, *for amante*. 4.^a A dos tempos desta existência, pretérito, presente e futuro, como *fui, sou, serei*. 5.^a Enfim a dos diferentes estados desta mesma existência, ou começada só e vindoura, ou persistente e continuada, ou finda já e acabada, para o que toma o verbo substantivo a ajuda dos verbos auxiliares, como *hei de ser, estou sendo, tenho sido*.

Logo adiante, a associação com o que chamamos hoje de aspecto fica mais clara ainda:

Estes três auxiliares, pois, juntos com o verbo substantivo (verbo SER), fazem com ele três linguagens, compostas que se podem chamar, a primeira incoativa, a segunda continuativa e a terceira completiva da existência do atributo no sujeito... (1822: 134).

Não encontramos nada tão próximo de um reconhecimento da autonomia do conceito de aspecto nas gramáticas de Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1887), Maximino Maciel (1916), Alfredo Gomes (1918), Said Ali (1927) ou Souza Lima (1937). Já Eduardo Carlos Pereira (1907) teve um vislumbre do conceito ao esta-

belecer uma classe do verbo “quanto à significação”. Está muito longe de ser uma proposta abrangente, como a que encontramos no *Dicionário Gramatical de Verbos* (coordenação de Francisco da Silva Borba [1991]), mas tem o mérito de buscar uma associação entre a adjunção de certos sufixos e a significação do verbo, incluindo propriedades aspectuais. Mesmo bem restrita, a classe é heterogênea (verbos *imitativos*, *frequentativos*, *incoativos*, *aumentativos* e *diminutivos*), e entre os tipos que a compõem somente os frequentativos e os incoativos têm algo a ver com a noção de aspecto, haja vista os seguintes exemplos do primeiro (*cabecear*, *pestanear*, *cravejar*) e do segundo tipo (*alvorecer*, *envelhecer*, *florescer*).

Foram os *Princípios de Linguística Geral*, de J. Mattoso Câmara Jr., publicados em 1941, que concederam, pioneiramente, um espaço exclusivo à categoria do aspecto nos estudos científicos da linguagem no Brasil. Para uma primeira exemplificação do conceito, Câmara (1941: 88-89) serve-se de três verbos que denotam a mesma diferença destacada por Soares Barbosa:

É o caso, por exemplo, em português, de *partir*, *andar* e *chegar*, que exprimem, em completo isolamento mórfico, uma mesma ação em seu começo, em seu desenvolvimento e em sua conclusão respectivamente.

É bem provável que o autor mineiro Claudio Brandão tenha baseado no mencionado capítulo dos *Princípios de Linguística Geral* a sistematização dos aspectos verbais que adotou em sua *Sintaxe Clássica Portuguesa*. É a primeira obra com perfil de uma gramática normativa que destina algumas páginas exclusivas ao conceito técnico de aspecto e uma sistematização básica.

No verbo não basta considerar só os tempos. É necessário examinarem-se-lhe também os aspectos, isto é, as modalidades da duração do fato, do estado, da ação por ele significados. O fenômeno denotado pelo verbo pode ser momentâneo, duradouro, inacabado ou acabado, repetido, tanto no presente como no passado e no futuro (1962: 496).

Segue-se a discriminação de cinco variedades seguramente de natureza aspectual: pontual, durativo, iterativo, perfeito e terminativo. A exemplificação reforça a autonomia do aspecto relativamente ao tempo; as formas *adoece* e *empalideço* são apresentadas como expressões do aspecto perfeito, que, segundo o autor “significa que certo fato se realizou e que subsiste no sujeito um estado resultante da consumação de tal fato” (1962: 497). Por sua vez, o que o autor chama de aspecto *terminativo* recobre as noções aspectuais que desde a proposta de Vendler (1967) são conhecidas como atingimentos (achievements) e completamentos (accomplishments)². Os exemplos o provam: *transpor*, *atingir*, *chegar*, *concluir*.

² Cf. [Vendler1967] e [Moraes s/d].

7. Um olhar sobre a *Grammatica Philosophica*

Ao tecer considerações acerca do traço aspectual ligado à significação do verbo, Hilma Ranauro (2015: 420) observa que “o traço aspectual, lembremos, ainda, é relacionado à significação do verbo, como traço integrante de sua significação, independentemente de seu contexto de aplicação”.

A autora acrescenta que Eduardo Carlos Pereira relaciona o traço aspectual como integrante da significação do verbo, independente de seu emprego em dada sentença e reporta-se aos verbos frequentativos e incoativos. Conclui que:

a relação do traço aspectual à significação do verbo, que, a nosso juízo, deveria ser retomada, logicamente que com estudo mais apurado, está delimitada na GFLP. O abandono de toda a interpretação que se pudesse entender como “lógica”... nos privou de análise e interpretações que, nunca nos cansaremos de dizer, mereceu, e continuam a merecer, ser retomadas e, logicamente, aperfeiçoadas (2015: 420).

Ranauro destaca que nas suas *Considerações sobre a Grammatica Philosophica* (1871), José Alexandre Passos prefere chamar verbos substantivos e verbos adjetivos de verbos de existência e verbos de ação, respectivamente. Passos (*apud* Ranauro) entende que “nas línguas perfeitas o verbo é a palavra por excelência”. Remete-nos tal consideração ao estudo de Aristóteles sobre verbos e nomes (*Organon*, Categorias). Entendemos que essas duas classes constituem a essência – a base – linguística do pensamento. As demais classes constituem seu entorno. Das duas, é, certamente, o verbo que tem a principalidade. Deveria ser estudado, então, além de pessoas, números, tempos, modos e vozes, também nos seus aspectos.

8. Comparação dos estudos de Said Ali e Cunha e Cintra

No século xx, quatro gramáticas – as de Said Ali, Rocha Lima, Bechara e Celso Cunha – cobrem o período com importantes contribuições para a descrição gramatical. Para a abordagem de tempos e aspectos, destacamos aqui a *Gramática Secundária da Língua Portuguesa* de Said Ali e a *Nova Gramática do português Contemporâneo* de Celso Cunha e Lindley Cintra. Nas duas obras, não se faz referência explícita a aspectos verbais, mas se percebe uma vinculação de natureza terminológica e de cunho sintático-estilístico.

Na sua obra, Said Ali estuda o verbo em dois capítulos: na Lexicologia (ele não emprega o termo Morfologia) e na Sintaxe e Estilística. No primeiro, trata das conjugações, da predicação e das vozes; no segundo, de emprego dos tempos e dos modos verbais. No que respeita aos tempos verbais, estuda quatro empregos: 1) Pre-

sente; 2) Pretérito imperfeito e perfeito; 3) Pretérito mais-que-perfeito; 4) Futuro. Nos dois primeiros casos, o autor destaca a presença dos valores durativo e frequentativo no Presente e no Imperfeito. Estabelece importante diferença entre o Pretérito Imperfeito e o Pretérito Perfeito com base na ação duradoura: aquele “não determina o momento em que começa ou em que acaba a ação duradoura ou repetida”, este, “pelo contrário, refere a ação como tendo ocorrido em certo momento ou durante um período definido” (1969: 162).

Cunha e Cintra, no capítulo sobre verbo, abordam flexões, conjugações, concordância, regência e sintaxe dos modos e dos tempos. A última parte tira o verbo do campo da Morfologia ao destacar-lhe traços sintáticos e até estilísticos no estudo dos valores afetivos. Sobre o emprego dos tempos do Indicativo, os autores apresentam cinco tipos de Presente: momentâneo; durativo; habitual ou frequentativo; histórico ou narrativo; para marcar um fato futuro, mas próximo.

A respeito do Pretérito Imperfeito, os autores lembram que o seu valor fundamental está contido na própria denominação (imperfeito = não perfeito, inacabado). Acrescentam que o Imperfeito “encerra, pois, uma ideia de continuidade, de duração do processo verbal mais acentuada de que os outros tempos pretéritos, razão por que se presta especialmente para descrições e narrações de acontecimentos passados” (2013: 465). Apresentam, a seguir, vários empregos do Pretérito Imperfeito: do tradicional (descrever o que então era presente) até o emprego pelo futuro do pretérito e pelo presente do indicativo, além do sentido existencial (verbo *ser* para contos, lendas e fábulas). Para os nossos objetivos neste artigo, priorizamos dois empregos do Pretérito Imperfeito na obra de Cunha e Cintra: para denotar uma ação habitual ou repetida (imperfeito frequentativo) e para designar fatos passados concebidos como contínuos ou permanentes.

Na comparação entre as gramáticas de Said Ali e Cunha e Cintra, percebemos visões convergentes nas considerações sobre o Presente e o Pretérito Imperfeito, o que também se pode constatar nas distinções entre Pretérito Imperfeito e o Pretérito Perfeito estabelecidas por Cunha e Cintra. Afirmam que “o Pretérito Imperfeito exprime o fato passado habitual; o Pretérito Perfeito, o não habitual”. Acrescentam que “o Pretérito Imperfeito exprime a ação durativa, e não a limita no tempo; o Pretérito Perfeito, ao contrário, indica a ação momentânea, definida no tempo” (Cunha / Cintra 2013: 470).

Outro ponto de convergência entre as duas obras encontra-se no registro do emprego de linguagem polida com o Pretérito Imperfeito e o Futuro. Quanto a este tempo, merece destaque a seguinte observação de Said Ali (1964: 165): “Também se usa o futuro problemático em frases interrogativas. É linguagem polida que não obriga o interlocutor a responder, como quando emprega o verbo no presente ou no pretérito”. Exemplifica com *Que casa será esta? – Que casa é esta?, Que presente seria aquele? – Que presente foi aquele?*

Cunha e Cintra também indicam a presença da polidez no emprego do Futuro do Presente e do Futuro do Pretérito. Exemplificam com *E o que vou fazer para Angola, não me dirá?* (J. Paço d'Arcos) e *Desejávamos ouvi-lo sobre o crime* (Drummond).

9. Considerações finais

A tradição gramatical brasileira – de Said Ali a Evanildo Bechara – tem apresentado importantes estudos sobre tempos verbais e, direta ou indiretamente, também sobre aspectos verbais.

No que concerne aos tempos verbais, as principais gramáticas brasileiras do século xx não se limitaram a uma abordagem meramente morfológica do verbo (estrutura, conjugação, flexão). Nelas encontramos inserção do verbo nas áreas sintática e estilística. Entendemos que a partir daí se pode estabelecer uma ponte com os estudos – ainda que raros – a respeito dos aspectos verbais.

Cabe salientar, ainda, que muitos autores brasileiros dialogaram com a *Grammatica Philosophica* de Jerónimo Soares Barbosa, autor que, não tendo empregado o termo *aspecto*, apresentou uma ideia retomada, sob novas terminologias, em trabalhos posteriores. A importância da obra de Barbosa nas pesquisas linguístico-gramaticais pode ser comprovada no alentado estudo desenvolvido por Hilma Ranauro.

Por fim, entendemos que, reconhecido o mais alto valor do verbo, secundado pelo substantivo, dentre as classes de palavras (conforme abordagem aristotélica), cabe-nos, aos estudiosos da língua, ampliar e atualizar descrições da mais rica classe gramatical. Convém descrevê-lo além de uma visão morfológica redutora (tratar, apenas, de elementos mórficos, predicação, flexões e conjugação) para explorar os empregos dos vários tempos verbais e dos aspectos verbais, em perspectiva semântico-estilística ou linguístico-discursiva. Afinal, o verbo é a essência do pensamento humano materializado na linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES (1985): *Órganon*. Lisboa: Guimarães Editores.
- ALI, M. Said (1964): *Gramática secundária e Gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- BARBOSA, Jerónimo Soares (2005⁹): *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822)*. Braga: Universidade Católica Portuguesa.
- BENVENISTE, Émile (1959/1995): *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Pontes.
- BECHARA, Evanildo (1999³⁷): *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.

- BRANDÃO, Claudio (1962): *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1941): *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & CIA.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1967): *A forma verbal portuguesa em -ria*. Washington: University of Georgetown.
- CRUSE, Alan (2011³): *Meaning in language*. New York: Oxford University Press.
- CUNHA, Celso / Luiz F. de Lindley CINTRA (1985/2013): *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985; Rio de Janeiro: Lexikon, 2013⁶.
- DIAS, Augusto Epiphanyo da Silva [1918/1959⁴]. *Sintaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- FIORIN, J. Luiz (1996): *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática.
- FONSECA, Fernanda Irene (1994): *Gramática e pragmática: estudos de linguística geral e de linguística aplicada ao ensino de português*. Porto: Porto Editora.
- ILARI, Rodolfo (1997): *A expressão do tempo em português*. São Paulo: Contexto.
- KOCH, Ingedore V. (1984): *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez.
- LIMA, Mario Pereira de Souza (1937): *Grammatica expositiva da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- LIMA, Rocha (1957): *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia, 1962.
- MACIEL, Maximino (1916): *Grammatica descriptiva*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. / Paris: Aillaud, Alves & Cia.
- REICHENBACH, Hans (1947): *Elements of symbolic logic*. New York: The Macmillan Company.
- VENDLER, Zeno (1957): "Verbs and Times", *The Philosophical Review*, vol. 66, nº 2, 143-160.
- WEINRICH, Harald (1968): *Estructura y function de los tiempos en el lenguaje*. Madrid: Gredos.

Padrões de composição de palavras no *Foro Real*, de Afonso X

Antonia Vieira dos Santos

Universidade Federal da Bahia

toniavieira@gmail.com

Patterns of Word Composition in *Foro Real*, by Afonso X

Resumo

No âmbito dos estudos relativos à formação de palavras em perspectiva histórica, a composição tem recebido pouca atenção, comparativamente aos estudos que versam sobre a derivação, em especial os processos sufixativos. Além disso, o estudo linguístico que geralmente acompanha as edições filológicas de textos medievais não contempla, de forma mais aprofundada, a composição de palavras, por vezes reduzida à apresentação de alguns exemplos. Pretende-se com este trabalho, portanto, evidenciar a composição de palavras como um mecanismo presente na sincronia galego-portuguesa, apresentando os principais modelos composicionais disponíveis nesse período da língua e comparando-os com modelos presentes no português e no galego contemporâneos. Os chamados “aglutinados” também são discutidos neste artigo. O *corpus* utilizado é o *Foro Real*, de Afonso X (edição de José de Azevedo Ferreira), cuja datação é remetida para a segunda metade do séc. XIII. Na descrição e análise dos compostos, será utilizada a classificação proposta por Rio-Torto e Ribeiro (2012; 2013) para as palavras compostas do português contemporâneo. Apresentam-se no *corpus*, preliminarmente, os seguintes modelos: Nome + Adjetivo ([NA]_N), como *porco montes*, Adjetivo + Nome ([AN]_N), como *rico homẽ*, e Nome + preposição + Nome ([NprepN]_N), como *molher d'ordin*.

Palavras-chave

Palavras compostas, aglutinados, *Foro Real*, galego-português

Sumário

1. Introdução. 2. Estudos sobre a composição no português contemporâneo e em sincronias pretéritas. 3. Compostos no *Foro Real*. 3.1. Formas aglutinadas. 4. Discussão dos dados. 5. Conclusões.

Abstract

Among the studies relating to the formation of words from a historical perspective, composition has received little attention compared to studies that deal with derivation, especially suffixative processes. In addition, linguistic studies that usually accompanies the philological editions of medieval texts does not include, in more depth, the composition of words, which is sometimes reduced to the presentation of a few examples. The aim of this work, therefore, is to show how the composition of words acts as a mechanism present in Galician-Portuguese synchrony by presenting the main compositional models available in that period of the language and comparing these with models present in contemporary Portuguese and Galician. The so-called “agglutinated” forms are also discussed in this article. The *corpus* utilized is *Foro Real*, by Afonso X (edited by José de Azevedo Ferreira), which is dated from the second half of the thirteenth century. The classification proposed by Rio-Torto and Ribeiro (2012; 2013) for compound words from contemporary Portuguese will be employed in the description and analysis of compounds. The following models are presented preliminarily in the *corpus*: Name + Adjective ([NA]_N) as *porco montes*, Adjective + Name ([AN]_N), as *rico homẽ*, and Name + preposition + Name ([NprepN]_N), as *molher d'ordin*.

Keywords

Compounds, agglutinated forms, *Foro Real*, Galician-Portuguese language

Contents

1. Introduction. 2. Studies on the composition in the contemporary Portuguese and past synchronies. 3. Compounds in *Foro Real*. 3.1. Agglutinated forms. 4. Discussion of data. 5. Conclusions.

Este trabalho, que se insere em um projeto mais amplo que consiste no estudo dos compostos e dos mecanismos de composição de palavras na sincronia galego-portuguesa (séc. XII ao XIV), foi desenvolvido com o apoio do PRODOC/UFBA.

1. Introdução

No âmbito dos estudos relativos à formação de palavras em perspectiva histórica, a composição tem recebido pouca atenção, comparativamente aos estudos que versam sobre a derivação, em especial sobre os processos sufixativos. Além disso, o estudo linguístico que geralmente acompanha as edições filológicas de textos medievais não contempla, de forma aprofundada, os mecanismos de formação de palavras, incluindo a composição de palavras, por vezes reduzida à apresentação de alguns exemplos. No caso específico do *Foro Real*, o seu editor nos diz: “No que diz respeito à formação das palavras, limitar-nos-emos a apresentar a lista dos sufixos e dos prefixos empregados no texto” (Ferreira 1987: 374).

Pretende-se com este trabalho, portanto, evidenciar a composição de palavras como um mecanismo presente no galego-português, apresentando os principais modelos composicionais disponíveis nesse período da língua e comparando-os com modelos presentes no português e no galego contemporâneos. Também serão analisadas algumas formas aglutinadas, cujo antecedente histórico imediato é um composto sintagmático. O *corpus* utilizado é a versão portuguesa (ou galego-portuguesa) do *Foro Real*, de Afonso X (edição preparada por José de Azevedo Ferreira), cuja datação é remetida para a segunda metade do séc. XIII. Na descrição e análise das palavras compostas, será utilizada a classificação proposta por Rio-Torto e Ribeiro (2012; 2013) para os compostos do português contemporâneo.

2. Estudos sobre a composição no português contemporâneo e em sincronias pretéritas

Os estudos abordando a formação de palavras em fases pretéritas da língua portuguesa têm recebido bastante atenção, ao longo dos últimos anos, principalmente no que diz respeito a aspectos derivacionais, como a prefixação e a sufixação. A composição, por sua vez, tem gerado poucos estudos na perspectiva histórica, diferentemente dos estudos que têm como foco a sincronia atual¹. Muitas dissertações e teses têm sido desenvolvidas sobre a composição em português, à luz de variadas perspectivas teóricas. Certamente que no âmbito teórico a composição produz inúmeras discussões no que diz respeito a sua própria definição, ao seu lugar na arquitetura da gramática, a fronteiras entre os domínios da morfologia e da sintaxe, ao seu papel na classificação tipológica das línguas (ponto de vista tipológico/universal), ao seu papel como mecanismo de ampliação do léxico das línguas naturais, aos processos cognitivos ativados

¹ Nesse sentido, é pioneiro o trabalho de Xoán L. Blanco Valdés sobre as palavras compostas em galego-português, publicado na revista *Verba* (1985).

na sua formação, entre outros aspectos. Portanto, a composição de palavras suscita questões de natureza variada, pertinentes ao campo de estudo da língua e da linguagem. Especificamente sobre a composição no português contemporâneo, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Graça Rio-Torto e Sílvia Ribeiro, da Universidade de Coimbra – Portugal, que, com base em uma metodologia que leva em conta, na análise dos compostos, a natureza categorial, morfológica e semântica das bases e as relações morfossemânticas e morfossintáticas estabelecidas entre os constituintes do composto, além dos padrões flexionais, refinam a classificação dos tipos disponíveis em português.

Nesse sentido, a investigação sobre a composição em textos pertencentes a estados pretéritos da língua se apresenta como complementar, pois os dados registrados podem evidenciar determinados comportamentos relacionados à formação e ao emprego dos compostos. Parte-se, primeiramente, da informação presente em obras que abordam a composição na língua latina. A concepção de composição que se apresenta em obras como a de Meillet e Vendryès (1953), por exemplo, é distinta da concepção depreendida em gramáticas do português moderno. Os referidos autores distinguem compostos de justapostos, levando em consideração a acentuação e o comportamento flexional, o que justifica as denominações “compostos perfeitos” e “compostos imperfeitos”, utilizadas por alguns autores de gramática histórica do português, como Nunes (1956) e Coutinho (1958).

O aspecto gráfico (ou a “ilusão da escrita”), aliado ao comportamento morfosintático, parece exercer influência na percepção de formas compostas. Assim, tanto a flexão à direita, não interna, como o uso do hífen, parecem consolidar a natureza compositiva de certas combinações de palavras. No caso do português, o critério da flexão externa aplica-se apenas aos compostos morfológicos e às estruturas $[VN]_N$, $[PrepN]_N$, $[AdvN]_N$. Em referência ao hífen, o acordo ortográfico assinado pelos países lusófonos em 1990 ajudou a minimizar a importância do critério de identificação de compostos através desse sinal gráfico, bastante inconsistente, tendo em vista que muitas palavras compostas que apresentam elemento de ligação perderam o hífen, a exemplo de *pé de moleque* e *ponto e vírgula* (Houaiss e Villar 2009, *s.u.* pé e ponto, respectivamente).

Em referência aos textos pertencentes a sincronias pretéritas, não se pode contar apenas com o aspecto gráfico e com o comportamento morfossintático das unidades polilexicais. Por inexistir o hífen nos textos pertencentes à época medieval e pelo fato de os compostos portugueses não se reduzirem aos compostos morfológicos, torna-se necessário analisar as combinações de palavras com base no seu valor referencial, isto é, observar se apresentam unidade semântica, e na sua recorrência em um mesmo texto ou em diferentes textos, preferencialmente do mesmo período. Nesse trabalho de reconhecimento de formas compostas, os glossários elaborados pelos editores de textos e os *corpora* disponíveis na *internet* são de inestimável relevância para

o pesquisador. Esses materiais são fundamentais para a verificação de ocorrência de unidades lexicais e de sua unidade semântica.

Tendo em vista que o caráter analítico predomina no âmbito dos compostos portugueses, fato que leva esses compostos a apresentarem uma estrutura análoga à da sintaxe livre, postula-se, para identificação de um verdadeiro composto, a aplicação de alguns testes, entre os quais destacam-se: (i) a impossibilidade de inserção de materiais linguísticos no interior do composto; (ii) a impossibilidade de adjetivação parcial; e (iii) a impossibilidade de operações de determinação no interior do composto (*cf.* Ribeiro e Rio-Torto 2013: 387-390).

- [*livro de cozinha*] *fascinante*/**livro fascinante de cozinha*
- [*livro de cozinha*] *novol*/**livro de [cozinha nova]*
- *fim de semana*/*fim da semana*

Buscou-se aplicar esses testes a dados recolhidos do texto do *Foro Real*, mas a própria especificidade da língua desse período indicia que o impacto desses testes talvez tenha de ser minimizado. As combinações cuja estrutura não se distingue da estrutura de frases sintáticas construídas regularmente – [NA] Nome + Adjetivo, [AN] Adjetivo + Nome, [NprepN] Nome + preposição + Nome, [NprepDN] Nome + preposição + determinante + Nome – tornam mais difícil a tarefa de quem se propõe a estudar as palavras compostas em português. Contudo, nesse grupo, as construções em que estão envolvidos também elementos gramaticais, como o padrão [NprepN], são as que impõem maior dificuldade na sua delimitação, não sendo consensual a sua inclusão no âmbito dos compostos².

3. Compostos no *Foro Real*

O *Foro Real* caracteriza-se por ser uma obra legislativa, de autoria de Afonso X, redigida entre 1252 e 1255, cuja tradução para o português (ou galego-português) se deu na segunda metade do séc. XIII, e da qual se conhece um único manuscrito (Maço 6º de Forais Antigos, nº 4 do ANTT). A edição utilizada, como já foi referido, é a de José de Azevedo Ferreira (1987), publicada em dois volumes, um correspondente à edição e ao estudo linguístico do texto e outro correspondente ao glossário. Segundo Ferreira (1987: 488):

² Moyna (2011), por exemplo, considera que os compostos são criados exclusivamente pela combinação de constituintes possuidores do traço [+Lexical]. Dessa forma, no seu estudo sobre as palavras compostas em espanhol, não trata das construções [Nome + preposição + Nome] e [Nome + preposição + determinante + Nome], exemplificadas por *dulce de leche* e *cuerno de la abundancia*, respectivamente, pois estas incluem categorias funcionais em sua estrutura interna.

A análise estatística permitiu-nos verificar uma certa pobreza do vocabulário, pois há um predomínio das palavras gramaticais (58%) sobre as palavras plenas, uma quase ausência de adjectivos qualificativos, uma percentagem de verbos superior à dos substantivos, o predomínio do futuro do conjuntivo e uma ausência quase total da 1ª e 2ª pessoas gramaticais. Estas características que os dados estatísticos nos revelaram parecem estar de acordo com a própria natureza do texto foral, pois põem em destaque o grande valor atribuído ao verbo e, através dele, a acção do legislador e a sua intervenção.

A expectativa em relação ao texto do *Foro Real* (e ainda outros de natureza jurídica) é, portanto, deparar-se com escassos exemplos de compostos³. Nesse sentido, Ferreira (1987: 374) aponta que “[e]ncontramos palavras compostas que já caíram em desuso (exemplos: *fudodinculi*, *mayordomo*) e outras que ainda hoje são utilizadas”. No entanto, nas páginas que se seguem à citação são abordados apenas os sufixos e os prefixos, nessa ordem. Ressalte-se, ainda, que os exemplos de compostos arrolados por Ferreira correspondem a formas aglutinadas, que têm como antecedentes históricos sintagmas latinos.

Partimos, portanto, da observação de compostos com estrutura sintagmática, revestidos dos padrões [NN]_N, [VN]_N, [NA]_N, [AN]_N e [NprepN]_N. Os chamados “compostos aglutinados” também foram registrados, embora, como Mattoso Câmara Jr. (1998: 38), defendamos que se trata de palavras simples, ou, nas palavras do autor, “a perda de uma justaposição na língua”, cuja estrutura não permite, em muitos casos, o estabelecimento de fronteiras morfológicas que possibilitam identificar o seu antecedente sintagmático. Os compostos morfológicos, caracterizados pelos radicais de natureza erudita – latina ou grega – não são esperados nesse momento da língua.

A concepção de composto adotada nesse estudo busca ser abrangente, como a que se depreende em Ribeiro (2006, 2010), Rio-Torto e Ribeiro (2009; 2012), Ribeiro e Rio-Torto (2013), Bustos Gisbert (1986), Val Álvaro (1999), entre outros, contemplando combinações de palavras que, embora coincidindo com sintagmas livres da língua, correspondam a uma unidade semântica. Nesse sentido, foram registrados 06 compostos [NA]_N, 07 [AN]_N, 11 [NprepN]_N, 03 [AdvN]_N⁴, 01 [NumN]_N e 01 [PronN]_N. Não foram registrados os padrões [VN]_N e [NN]_N, bastante comuns na

³ Maia (1986: 950-951), em relação aos documentos notariais de carácter privado que analisou, também chama a atenção para a “pobreza lexical” desse tipo de documentação, mas ressalta a sua importância para estudos de carácter lexical: “É certo que os documentos notariais manejam um vocabulário relativamente reduzido. No entanto, se se eliminarem as fórmulas jurídicas constantemente repetidas, o vocabulário, ainda que relativamente escasso, pertence a uma terminologia viva, associada à vida quotidiana [...]”.

⁴ Embora as formas *maldizentes* e *malfeytor* possam também corresponder à estrutura [AdvA]_A, decidimos classificá-las inicialmente como [AdvN]_N, juntamente com *malquerça*, tendo em vista que funcionam no texto como substantivos: “[...] e por amor que tollamos razon dos *maldizentes* do mal” (FR I.140); “[...] seya ben aguardada dos ladroes e *malfeytores*” (FR II.390).

língua moderna. Compostos com essas estruturas (com exceção de [AdvN]) correspondem, de acordo com a perspectiva de Ribeiro e Rio-Torto (2013: 400), a compostos sintagmáticos, definidos como “aqueles cuja estrutura segue os padrões próprios das estruturas sintáticas do português”. O Quadro 1 resume os resultados da recolha realizada no *Foro Real*.

Padrões composicionais	Exemplos
[NA] _N	<i>porco montes, escriuã publico, ome boo, Spiritu Sancto, tabaliõ publico, taballioes iurados</i>
[AN] _N	<i>nova ley, rico homẽ ~ ricoome, Sancta Eygreya, Sancta Maria, Santa Scriptura, Sancta Trijdade, publicos tabelliones</i>
[NprepN] _N	<i>carta de pessoaria, homẽ d'ordẽ ~ omẽ d'ordin ~ omẽ d'orditẽ ~ ome d'ordẽ, maestre de chagas, molher d'ordin, filbo de beençon, molher de beençon, filbo dalgo, manceba em cabellos, ordinado de pistola, [ordinado] d'auangelo, [ordinado] de missa</i>
[AdvN] _N	<i>maldizentes, malfeytor, malquerẽça ~ mal querença</i>
[NumN] _N	<i>meio dia</i>
[PronN] _N	Nostro Senhur

QUADRO 1. PADRÕES COMPOSICIONAIS NO *FORO REAL*

No que diz respeito às construções com o padrão [NA]_N, registraram-se *porco montes, escriuã publico, ome boo, Spiritu Sancto, tabaliõ publico* e *taballioes iurados*, este último apenas na forma pluralizada. Destaca-se, dessa relação, a forma *tabaliõ publico*, a qual apresenta uma forma alternante com a ordem determinante-determinado, registrada apenas na sua forma plural, *publicos tabelliones*:

- E se nõ forẽ feytas per mao do tabaliõ publico, chame o alcayde aquel *contra quẽ* estas cartas sã feytas. (*FR* II.594)⁵
- Outauo titulo dos escriuaos que son publicos tabelliones. (*FR* I.13)

O lexema *tabelião* também surge com o modificador *iurado*, equivalendo, nesse caso, a *escrivão público*, conforme se observa no trecho a seguir:

- enas uillas todas seyran postos escriuaos ppublicos a que chamen taballioes iurados (*FR* I.497)

⁵ Citam-se, nas transcrições dos exemplos, a etiqueta *FR* (= Foro Real), seguida do número do capítulo, em algarismos romanos, e da linha, de acordo com a edição de José de Azevedo Ferreira.

É preciso ressaltar que, apesar de estas formas terem sido registradas como potenciais compostos, a forma *tabelião* também aparece sem qualquer modificador:

- Os escriuaes publicos e taballioes ponhã enas cartas que fezerẽ o ano e o mes e o dia (*FR II.575*)

Os compostos com a estrutura $[AN]_N$ foram: *nova ley*, *rico homẽ*, *Sancta Eygreya*, *Sancta Maria*, *Santa Scritura*, *Sancta Trijdade* e o já comentado *publicos tabellioes*. No caso de *nova ley*, *Sancta Eygreya* e *Santa Scritura*, considerou-se tratar-se de um caso especial de metonímia, denominado de antonomásia, em que o nome da entidade é substituído por uma expressão linguística composta que, além de invocar qualidade, invoca características ou traços que permitem identificar o nome substituído, e, conseqüentemente, a entidade denotada: o Novo Testamento, a igreja católica e a bíblia, respectivamente. O composto *rico homẽ* será abordado no âmbito dos aglutinados.

Em relação às estruturas $[NprepN]_N$, observem-se, no Quadro 1, aquelas cujo complemento é *de beençon*: *filho de beençon* e *molher de beençon*, significando respectivamente ‘filho legítimo’ e ‘mulher casada, com matrimônio abençoado pela igreja’, de acordo com Ferreira (1987, vol. II). Similar estrutura, em que o mesmo complemento modifica nomes distintos, é *manceba en cabellos*, e a forma alternante *menia en cabelos*, que denota ‘mulher solteira’⁶. As unidades compostas *homẽ d’ordẽ* e *molher d’ordin* também se caracterizam pelo sintagma preposicionado em comum; no entanto, os núcleos nominais correspondentes vão marcar a oposição de natureza heteronímica entre masculino e feminino: ‘religioso’ x ‘religiosa’. No caso das construções *ordinado de pistola*, *[ordinado] d’auangelo* e *[ordinado] de missa*, o núcleo nominal, presente apenas na primeira seqüência da série, constitui uma série classificatória, cabendo, ao complemento, a formação de hipônimos, significando, respectivamente: ‘subdiácono’, ‘diácono’ e ‘presbítero’ (Ferreira 1987, s.v. ordẽar). Essa tendência de fazer figurar, na função de núcleo, um constituinte nominal semanticamente “aberto” à formação de séries léxicas mais ou menos alargadas é uma característica marcante da estrutura $[NprepN]_N$. E o fato de serem, em regra, semanticamente composicionais torna, sem dúvida, essa estrutura produtiva.

Além dessas formas, foram registrados *carta de pessoaria* e *maestre de chagas*, este último apresentando a variante *maestres das chagas*, cuja estrutura apresenta um elemento determinante do nome. Destaque-se a primeira dessas construções, em que o sentido de ‘procuração’ manifesta-se também apenas sob a forma *pessoaria*:

⁶ As mulheres eram assim denominadas porque podiam trazer o cabelo solto, diferentemente das mulheres casadas, que traziam o cabelo sob uma espécie de touca.

- e u que diser que é alleo mostre pessoarya per que possa demandar ou defender (FR I.425)

Observa-se, nesse caso, que pode ter ocorrido a redução ao modificador (com abundantes registros nos textos arcaicos e nos modernos), aparentemente sem prejuízo para a interpretação do composto: *carta de pessoaria* > *pessoaria*. A redução ao determinante se justifica, pois é o modificador que representa o específico no conteúdo semântico do composto (Bustos Gisbert 1986: 85). No caso de *maestre de chagas/maestres das chagas* ‘médico com especialidade no tratamento de feridas’, trata-se de um composto em que a preposição *de* vem ora sozinha, ora contraída com o artigo definido, fato que, no entanto, não desconstrói a unidade semântica da estrutura. Quanto ao composto *filho dalgo*, ele será abordado no âmbito dos aglutinados.

Os itens lexicais registrados como exemplos do padrão [AdvN]_N constituem, na realidade, formas compostas já em latim: *maldizente* < lat. MALEDĪCENS, NTIS ‘que diz mal de, que injuria e ofende com palavras’; *malfeytor* < lat. MALEFĀCTOR, ŌRIS ‘que causa mal, criminoso’⁷. A forma *malquerença* é apontada, no dicionário Houaiss e Villar (2009), como uma forma derivada de *malquerer*, e esta, de *mal* + *querer*, uma construção vernácula, portanto, evidenciando que *mal-* se liga a verbos. A grande questão que rodeia este tipo de estrutura é a dificuldade de se definir se as estruturas em que *mal-* (e *bem-*) figura como primeiro elemento possuem caráter prefixal ou composicional. Essa questão não será aprofundada neste trabalho, mas se adianta a tendência, nos estudos morfológicos atuais (consultar, por exemplo, Gonçalves 2011), de considerar a prefixação e a composição como processos integrantes de um *continuum*.

Para finalizar, os padrões [NumN]_N e [PronN]_N, exemplificados, no *corpus*, por *meio dia* e *Nostro Senbur*, este último registrado por Cunha e Lindley Cintra (1985) (*Nosso Senhor*).

Em relação ao comportamento flexional, registraram-se exemplos dos seguintes padrões:

⁷ Said Ali (1964: 260) aponta que “[q]uando se estuda o fenômeno da composição dentro do domínio de certo idioma, deve-se atender principalmente ao que esse idioma tem produzido com seus próprios recursos”, acrescentando que “[n]ão servem de prova para os fatos palavras compostas pré-existentes à formação do dito idioma, ou importadas de outras línguas, dando a impressão de palavras simples”. Assim, para o padrão [NN]_N, o autor ressalta que “[v]ários dos termos assim constituídos que andam disseminados pelo nosso léxico, não têm valor para a análise, por serem traduções ou aportuguesamentos de expressões que tiveram seu berço fora de Portugal”. Seria o caso de *couve-flor*, *beterraba*, *café-concerto*, *papel-moeda*, *astro-rei*, entre outros. Apesar de pertinente, a observação de Said Ali deve ser relativizada, pois essas palavras podem servir como modelo para a formação de novos compostos em português com a estrutura [NN]_N.

[NA] _N	[AN] _N	[NprepN] _N
<i>porcos montesēs</i>	<i>ricos omeēs ~ rycos hoomeēs</i>	<i>omeēs d'ordī</i>
<i>escriuaos p̄blicos</i>	<i>publicos tabelliones</i>	<i>maestres das chagas</i>
<i>omeēs boos ~ omeēs boos ~ homeēs boos</i>		<i>molheres d'ordī</i>

QUADRO 2. PADRÕES FLEXIONAIS DOS COMPOSTOS DO *FORO REAL*

Como se pode observar no Quadro 2, a flexão de número incide sobre os dois constituintes, no caso de compostos [NA]_N e [AN]_N, sobre o elemento da esquerda, correspondente ao núcleo, quando se trata de compostos [NprepN]_N. As construções com o advérbio *mal-*, não explicitadas no Quadro 2, fazem o plural na fronteira direita: *maldizentes* e *malfeytores*.

3.1. Formas aglutinadas

Partindo-se da idéia de Mattoso Câmara Jr. (1998: 38) de que a aglutinação é “um conceito meramente fonológico e diacrônico”, serão considerados como aglutinados, neste estudo, aquelas formas oriundas de sintagmas portugueses, cuja perda de substância fônica seja observável por meio do registro gráfico (dificultando, por vezes, a identificação de fronteiras entre os constituintes), e aquelas formas derivadas de sintagmas latinos, cujo processo de aglutinação nem sempre se evidencia ter se iniciado já em latim ou em vernáculo. É óbvio que algumas formas aglutinadas, representantes históricas de primitivos sintagmas, não evocam o estado anterior de duas palavras justapostas, principalmente quando se trata de lexemas derivados de justaposições latinas. Nessa situação, os elementos que entraram na formação de determinada palavra não são mais facilmente reconhecidos. Os exemplos do *Foro Real* são: *fidalgo*, *ricome*⁸, *viãdantes*, com origem no português, e *fudodinculi* e *moordomo*, com origem latina. Complementarmente, são também formas aglutinadas os nomes próprios *Sanyoane* (< SAN[CTUM] IOHANNEM) e *Santiago* ~ *Santyago* (< SAN[CTUM] TIAGO), os quais não serão analisados neste artigo.

Quanto a *fidalgo*, o sintagma de que se origina, *filho de algo*, constitui um calco morfológico de construções do árabe com 'IBN 'filho' (por exemplo, 'IBN YÁUMIH 'filho de seu dia' = 'efêmero') (Corominas 1983, *s.u.* hijo). O processo aglutinativo de *filho de algo* > *fidalgo* pode ser traçado da seguinte forma: num primeiro momento, têm-se as duas formas, *filho* e *algo*, unidas pela preposição *de*, numa situação de justaposição. Em um outro momento, ocorre a aglutinação da preposição com o complemento, como nas ocorrências registradas (*filho dalgo*). Em seguida, o primeiro elemento perde

⁸ Sobre essas duas formas, *fidalgo* e *ricome*, remete-se o leitor para o artigo de Santos (2012).

a sua sílaba final (*fi dalgo*), aglutinando-se posteriormente ao segundo constituinte (*fidalgo*). Nos casos em que o lexema não perde a sua última sílaba, isso pode significar que, para o usuário da língua, ainda subsiste a noção de uma forma composta; por outro lado, quando se chega à forma *fidalgo*, entende-se que se perdeu essa noção. No entanto, nos textos analisados, é possível encontrar tanto a estrutura sintagmática quanto a forma amalgamada, mais frequente:

- Mandamos *que* nenhuu fidalgo nõ se possa tornar vassalo de nenguu ata *que* se espeça *de* seu sennor quer *per sy* quer *per* outrĩ mãdadeyro filho dalgo. (FR III.976)

Quanto a *ricomẽ*, trata-se de uma forma aglutinada recorrente em alguns textos, dotada da estrutura subjacente Adjetivo + Nome. No *Foro Real* é possível observar a forma intermediária, *ricoomẽ*, e a forma já aglutinada, *ricomẽ*, após a fusão das duas vogais:

- Se el rey ouuer batalha aprazada cũ mouros ou cũ *cristaos* ou cũ *quẽ quer* en *que* aya de seer el ou outro en seu logar *per* seu mãdado, e *ricoomẽ* ou infançõ ou outro caualeyro ou outro ome *qualquer que* seu mandado receber (FR IV.941)
- Todo *ricomẽ* ou jnfançõ ou outro *qualquer que* tenha terra ou *maxauidis* dal rey *per que* deua a fazer hoste, se nõ ueer guysado segũdo como deue *quando* el rey demãdar e ao logar, *perça* a terra e os *marauidis que* teuer dal rey (FR IV.927)

Não foram registradas ocorrências de *ricomes*, ou seja, de formas cuja variação de número incidisse unicamente no elemento da fronteira direita. Os registros são apenas de *ricos omees* (~ *rycos hoomes*), com a atuação da flexão sobre os dois elementos, fato que restitui, de certa maneira, à forma o estatuto de justaposto⁹:

- E isto mandamos tã bẽ *por* nos come *pollos que* depouys nos ueerẽ come *por* *rycos hoomes* come *por* caualeyros come *polhos* outros poboos *que* demus todos dereytamente os dizimos dos bees que nos dá segundo o *que* manda a ley (FR I.300)

O aglutinado *fudodinculi* apresenta feição ainda alatinada, sendo empregado no *Foro Real* como nome, significando ‘sodomita, pederasta’ (cf. o glossário do *Foro Real* 1987, s.u. *fudodinculi*)¹⁰:

⁹ Ressalte-se, ainda, que nos dicionários de língua portuguesa a forma registrada é *rico-homem*, e não *ricome* ou *ricomem*.

¹⁰ Nas *Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer* ocorre o termo *fududancua* (< *fududa* ‘n *cuu*, conforme Nobiling, 1907, *Índice* (...), s.u. *fududancua*.), que, embora empregado apenas como adjetivo, merece

- Qual quer *que* [deostar] outro ou lhy disser falso ou *trehedor* ou *fudodinculi* ou *cornudo* ou *erege*, ou a *molher* de seu marido disser *puta*, *desdigao ante* o *alcayde* e ant'os *omees boos* ao *prazo que lhy poser* o *alcayde* (*FR IV.90*)

A forma aglutinada *moordomo* é derivada do sintagma latino *major domus*, ocorrendo uma única vez no *Foro Real*:

- E isto mandamos que seya dos *mayordomos* (*FR III.1001*)

A forma *viandante* não apresenta consenso no que diz respeito ao seu processo histórico de formação. O dicionário de Houaiss e Villar (2009) aponta que *viandante* ‘viajante, peregrino; caminhante’ formou-se da forma infinitiva do verbo *viandar* mais a terminação *-nte*, marca morfológica do particípio presente e de nomes de participiais. No entanto, enquanto a forma *viandante* está registrada no séc. XIII (*Foro Real*), a forma *viandar*, no sentido de fazer viagem ou peregrinação, está datada do séc. XVIII (cf. Cunha 1986, *s.u. via*). O próprio dicionário Houaiss e Villar (2009) registra o séc. XIX, especificamente entre os anos 1817 e 1819, como datação para *viandar* ‘fazer viagem ou peregrinação; vaguear, peregrinar’. Nascentes (1955, *s.u. viandante*) e Machado (1956/1959, *s.u. via*) apontam a formação a partir de *via* + *andante*. Essa segmentação, segundo Corominas e Pascual (1980-1991, *s.u. via*), aceitando a hipótese de Meyer-Lübke, se deve a uma alteração do latim *VIANIS*, *-ANTIS*, que foi decomposto em *VIA* + *AN(T)*, visto como um derivado do verbo *an(d)ar*, ocorrendo, daí, a sua prolongação para *viandante*:

- Os *viãdantes* possã as *bestas* ou seus *gaados meter* a *pacer enos logares que nã sã sarrados nẽ deffesos* (*FR IV.368*)

Ao se considerar a segmentação morfológica *via* + *andante*, tem-se uma estrutura em que o primeiro elemento é um nome, na função de complemento, e o segundo uma forma de particípio presente nominalizado, seguindo a ordem latina determinante + determinado, com o significado de ‘o que ou quem anda pela via’.

aqui algumas considerações por alguns aspectos morfossintáticos que apresenta. Destacam-se, nessa forma, o vestígio da preposição *em* (*'n*) e a dupla variação de gênero, interna (*fududa*) e externa (*cuã*), fazendo-se a concordância com o substantivo “velha”: “Ali me desbulharon do tabardo e dos panos / e non ouveron vergonha dos meus cabelos canos, / nen me deron por ende grãas nen adianos; / leixaron-me qual fui nado no meio de la rua; / e un rapaz tinhoso – que o Deus poren [d]estrua! – / chamava-mi “mã nona, velha *fududancua*!”” [CEMD 71.18]; Em outra ocorrência, é possível verificar, ainda, a flexão de número: “e por esto rogu’ eu de coraçõ / a Deus que nunca meta semeldon / antre min e velhas *fududancuas*” [CEMD 45.12], que, nesse caso, diferentemente do gênero, incide sobre toda a estrutura.

No Quadro 3, apresenta-se uma síntese dos aglutinados registrados no *Foro Real*.

Português > Português	Latim > Português
<i>filho de algo > fidalgo</i>	FUTUTUS IN CULUM > <i>fudodinculi</i>
<i>rico homem > ricome</i>	MAJOR DOMUS > <i>moordomo</i>
<i>*via andante > viãdante</i>	

QUADRO 3. AGLUTINADOS

4. Discussão dos dados

A observação dos padrões composicionais representados pelos dados retirados do *Foro Real* ([NA]_N, [AN]_N, [NprepN]_N, [AdvN]_N, [PronN]_N e [NumN]_N), e distribuídos no Quadro 1, permite concluir que os mecanismos disponíveis no português e também no galego contemporâneos – cujos exemplos são listados a seguir – já estavam presentes na sincronia galego-portuguesa em estudo:

Padrão Composicional	Português (Cunha / Lindley Cintra 1985: 105-106)	Galego (Dicionario da Real Academia Galega)
[NA] _N	<i>amor-perfeito, criado-mudo</i>	<i>augamariña, arma branca</i>
[AN] _N	<i>alto-forno, belas-artes</i>	<i>boaventura, curtametraxe</i>
[NprepN] _N	<i>chapéu-de-sol, pai de família</i>	<i>ourizo de mar, pan de boroa</i>
[AdvN] _N	<i>bem-aventurança, benquerença</i>	<i>benquerenza, benandanza</i>
[PronN] _N	Nosso Senhor, nossa-amizade	Nosopai
[NumN] _N	<i>mil-folhas, segunda-feira</i>	<i>milfollas, segunda feira</i>

QUADRO 4. EXEMPLOS DOS PADRÕES [NA]_N, [AN]_N, [NPREPN]_N, [ADV N]_N, [PRONN]_N E [NUMN]_N NO PORTUGUÊS E NO GALEGO CONTEMPORÂNEOS

Não se registraram, contudo, compostos prototípicos, dotados da estrutura [VN]_N e [NN]_N. Sabe-se, no entanto, que compostos com essas estruturas ocorrem em textos do período medieval, de acordo com o levantamento feito por Santos (2009), do qual resultaram formas como *guarda-roupa, guarda-cós, fura buchos, maestre scola, meestre salla* e *pedra marmor*, por exemplo. Dos modelos de composição apresentados, a natureza mais sintática de [NA]_N, [AN]_N e [NprepN]_N propicia o aparecimento de formas flexíveis quanto à configuração, seja no que diz respeito à ordem (*tabaliõ publico* x *publicos tabelliones*), seja no que diz respeito à redução do composto ao determinante (*carta de pessoaria* x *pessoaria; manceba en cabelos* x *en cabelos*). Em

alguns casos, o núcleo nominal é substituído por uma forma praticamente sinônima: *manceba en cabellos* x *menia en cabelos*:

- se manceba en cabellos casar sen consentimêto de seu padre (*FR III.53*)
- E se for uiuua de boo testemoio ou menia en cabelos (*FR IV.533*)

Também ocorre a possibilidade de outras formas em combinação com o sintagma *en cabellos*. Nesse caso, há a intercalação de elementos entre o núcleo e o seu modificador:

- Padre nẽ madre nen outro omẽ nõ seya ousado de dar sa filha nẽ outra molher quer seya en cabellos quer uiuoa per força a nẽguu (*FR IV.537*)

Como já foi referido, as construções *filho de beençon* e *molher de beençon* apresentam os respectivos significados: ‘filho legítimo’ e ‘mulher casada na igreja’. Ou seja, o complemento atribui o caráter de “legítimo” ao denotado pelo núcleo. Mais uma vez, poder-se-ia empregar apenas o complemento de forma atributiva: ele é *de beençon*, ela é *de beençon*. O emprego de *filha de beençon*, significando ‘filha legítima’, não ocorre, mas constitui uma forma possível, uma vez que se tem *netos [...] de beençon*:

- E se filhos ou netos non ouuer de beençon de molher uelada nẽ outros que aya en deryto d’erdar, possa fazer do seu o que quiser (*FR III.431*)

Também no caso de *homẽ d’ordẽ* e *molher d’ordẽ*, observa-se a manutenção do sintagma preposicionado, enquanto o núcleo nominal é modificado, constituindo uma oposição genérica de natureza heteronímica.

Os casos supracitados podem ser representados através dos seguintes esquemas, nos quais a variável “X” corresponde a um nome possuidor do traço [+humano], inserido em um paradigma restrito:

$$\begin{aligned} & [[X]_N + \textit{en cabellos}]_N \\ & [[X]_N + \textit{de beençon}]_N \\ & [[X]_N + \textit{d’ordẽ}]_N \end{aligned}$$

Poder-se-ia aventar que a estrutura de fato fixa é o sintagma preposicionado, o que levantaria dúvidas quanto ao caráter composicional dessas sequências. Cada estrutura, contudo, após preencher o espaço destinado ao núcleo nominal, instancia uma nova referência.

A série constituída por *ordinado* (*de pistola, dauangelho, de missa*) retrata uma situação inversa à das estruturas representadas acima, pois o que se mantém fixo é o núcleo, variando o sintagma preposicionado. Essas construções podem ser representadas pelo seguinte esquema:

[*ordinado* + [prepN]]_N

Além destes casos, lembramos a situação de determinação presente em *maestres das chagas*, que ocorre juntamente com *maestre de chagas*. Semanticamente, parece não haver distinção entre as duas formas:

- XVI^o. *titulo* dos fisicos e dos maestros das chagas (*FR* IV.15)
- Se alguu fisico ou maestre de chagas tomar alguu en guarda a *preyto que* o saasse e ante *que* seya saao morrer *daquella* enfermidade, nõ possa demandar o *preço que* auia talhado» (*FR* IV.796)

Estes compostos [NprepN]_N representam, portanto, os casos mais problemáticos no âmbito da composição de palavras, por se apresentarem mais flexíveis e menos opacos configuracionalmente, violando as propriedades da fixidez e da integridade lexical, evocadas para distinguir um composto de um sintagma livre. Constituem construções marginais, passíveis de questionamento no que diz respeito ao seu estatuto composicional. Parece necessário conjugarem-se outros conceitos a par do de composição, como o de colocação, visando à interpretação inequívoca de construções com as estruturas [NA]_N, [AN]_N e, principalmente, [NprepN]_N. Pode se considerar, nesses casos, que as combinações com a estrutura [NprepN], com valor referencial, ou seja, correspondendo a uma unidade semântica, organizam-se também em um contínuo de fixidez estrutural. A reunião de um maior número de ocorrências de uma mesma combinação de palavras, pertencentes a diferentes sincronias, torna-se imperativa para uma discussão mais fundamentada sobre o estatuto (ou não) de composto dessas construções. A fixidez estrutural de algumas combinações de palavras pode ocorrer ao longo do tempo.

Apresentam dados pouco representativos os modelos de composição [AdvN]_N, e ainda não muito bem esclarecidos quanto ao seu estatuto morfológico, tendo em vista que o núcleo lexical, em português, em geral se situa à esquerda: *malquerer* + *-nç(a)*. O constituinte *mal-* se ligaria, portanto, a verbos, atuando na formação de produtos verbais, e não nominais. Além disso, as duas outras abonações de *mal-* como primeiro elemento (*maldizentes* e *malfeitor*) correspondem a palavras constituídas na língua latina. Também são pouco representativos os padrões composicionais [NumN]_N e [PronN]_N, pois são ilustrados unicamente por *meio dia* e *Nostro Senhor*, respectivamente.

Em relação aos aglutinados *fidalgo* e *ricomẽ*, trata-se de formas resultantes dos sintagmas *filho de algo* e *rico homẽ*, respectivamente. É possível, inclusive, observar a coocorrência da forma sintagmática e da forma aglutinada no mesmo texto do *Foro Real*. Como se pode observar, as estruturas [NprepN]_N e [AN]_N estão na base desses aglutinados. Portanto, os nomes aglutinados devem sua estrutura à ação da história, que transforma sintagmas da língua em unidades de sentido e posteriormente essas unidades de sentido em palavras simples, através de processos de erosão fonética. Talvez não se trate, de fato, de palavras compostas, como postulado em gramáticas de língua portuguesa, mas as formas aglutinadas constituem importantes evidências do processo de mudança da língua e, ainda, de enriquecimento do léxico.

5. Conclusões

Buscou-se, com este trabalho, atribuir aos compostos, numa perspectiva histórica, o protagonismo que dividem com os processos derivacionais na língua atual. Como vimos, os estudos de natureza histórica voltados para os mecanismos de formação de palavras contemplam principalmente os processos derivacionais. Assim, o estudo de palavras compostas no *Foro Real* apresenta uma grande relevância, pois, além de envolver a reflexão sobre questões teóricas complexas, como a própria definição de composto, permite o registro da presença de formas que desapareceram da língua portuguesa.

Os compostos registrados no *Foro Real* contemplam cinco padrões de composição existentes no português e no galego contemporâneos: [NA]_N, [AN]_N, [NprepN]_N, [NumN]_N e [PronN]_N (Cunha / Lindley Cintra 1985: 104; *Dicionario da Real Academia Galega*). Descartou-se o padrão inicialmente identificado como [AdvN]_N tendo em vista que duas das três palavras registradas vieram formadas do latim. Além disso, observa-se que, levando-se em conta as regras de formação de palavras que operam em português, a outra palavra, *malquerẽça*, seria derivada de *malquerer*.

Os compostos [NA]_N, [AN]_N e [NprepN]_N apresentam-se como menos opacos configuracionalmente, o que justifica as ocorrências de *tabaliõ publico* x *publicos tabelliones*, *carta de pessoaria* x *pessoaria*; *manceba en cabelos* x *menia en cabelos*, *filho de beençon* x *molher de beençon*, *ordinado de pistola* x [ordinado] *d'auangelho* x [ordinado] *de missa*), por exemplo. A propriedade de integridade lexical, ou opacidade interna, não se apresenta nesses casos. Não obstante, optamos por considerar essas formas como compostos (ou, antes, como potenciais compostos) por apresentarem valor referencial e por poderem vir a apresentar uma maior estabilidade estrutural em textos posteriores ao séc. XIII.

Além dos chamados compostos sintagmáticos, foram referidas algumas formas aglutinadas presentes no *Foro Real*, como *fidalgo*, *ricome*, *viãndante*, *moordomo* e *fudodinculi*. Considerou-se que, no âmbito dessas formas, o grau de analisabilidade

dos constituintes morfológicos, isto é, o nível de composicionalidade morfológica, é variável. Não é uma condição dos aglutinados a perda da idéia de composição, no entanto, sendo imprevisível como se dará a fusão dos elementos, é possível afirmar que há aglutinados mais ou menos transparentes do ponto de vista do reconhecimento de sua estrutura interna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLANCO VALDÉS, Xoán L. (1985): “Palabras compostas en galego-portugués”, *Verba*, 12, 199-252.
- BUSTOS GISBERT, Eugenio de (1986): *La composición nominal en español*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- COROMINAS, Joan (1983): *Breve diccionario etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos.
- COROMINAS, Joan / José A. PASCUAL (1980-1991): *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Editorial Gredos.
- COUTINHO, Ismael de Lima (1958⁴): *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- CUNHA, Antonio Geraldo da (1986²): *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CUNHA, Celso / Luís F. Lindley CINTRA (1985²): *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Manuel (dir.): *Diccionario da Real Academia Galega*. A Coruña: Real Academia Galega. <http://academia.gal/diccionario#inicio.do> [16/12/2015].
- FERREIRA, José de Azevedo (ed.) (1987): *Afonso X. Foro Real*. Edição e estudo lingüístico (vol. I) e glossário (vol. II). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre Victorio (2011): “Composição e derivação: pólos prototípicos de um *continuum*? Pequeno estudo de casos”, *Domínios de Lingu@gem*, vol. 5 (2), 62-89.
- HOUAISS, Antônio / Mauro de Salles VILLAR (2009): *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- MACHADO, José Pedro (1956/1959): *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 2 vols. Lisboa: Editorial Confluência.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1986): *História do Galego-Português. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: INIC.
- MATTOSO Câmara Jr., Joaquim (1998¹⁷): *Problemas de lingüística descritiva*. Petrópolis: Vozes.
- MEILLET, Antoine / Joseph VENDRYES (1953²): *Traité de grammaire comparée des langues classiques*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion.

- MOYNA, María Irene (2011): *Compound Words in Spanish. Theory and history*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- NASCENTES, Antenor (1955): *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, t. I. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- NUNES, José Joaquim (1956⁵): *Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia)*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- NOBILING, Oskar (1907): *As Cantigas de D. Joan Garcia de Guilbade (trovador do século XIII)*. Edição crítica, com notas e introdução. Erlangen: K. B. Hof- und Univ.-Buchdruckerei von Junge e Sohn.
- RIBEIRO, Sílvia (2010): *Compostos nominais em português: as estruturas VN, NN, Nprep e NA*. München: Lincom.
- RIBEIRO, Sílvia (2006): *Compostos nominais em português: as estruturas VN, NN, NprepN e NA*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- RIBEIRO, Sílvia / Graça RIO-TORTO (2013): “Composição”, em Graça Rio-Torto *et al.*, *Gramática derivacional do português*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 385-431.
- RIO-TORTO, Graça / Sílvia RIBEIRO (2009): “Compounds in Portuguese”, *Lingua e Linguaggio* VIII (2), 271-291.
- RIO-TORTO, Graça / Sílvia RIBEIRO (2012): “Portuguese compounds”, *Probus* 21 (1), 119-145.
- SAID ALI, Manuel (1964³): *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.
- SANTOS, Antonia Vieira dos (2009): *Compostos sintagmáticos nominais VN, NN, NA, AN e NprepN no português arcaico (sécs. XIII-XVI)*. Tese de Doutorado (inérita), 2 vols. Salvador: Instituto de Letras - Universidade Federal da Bahia.
- SANTOS, Antonia Vieira dos (2012): “Do composto sintagmático ao lexema aglutinado: consequências morfológicas e sintáticas”, em Rosa Virgínia Mattos e Silva / Klebson Oliveira / José Amarante (orgs.), *Várias navegações: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos em homenagem a Therezinha Barreto*. Salvador: EDUFBA, 239-258.
- VAL ÁLVARO, José (1999): “La composición”, em Ignacio Bosque / Violeta Demonte (dirs.), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española. Vol. III: Entre la oración y el discurso. Morfología*. Madrid: Editorial Espasa, 4757-4842.

Emergência de palavras e sentidos em português por ação de “blend” e “chunking”

Antônio Suárez Abreu

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
tom_abreu@uol.com.br

The Emergence of Words and Meanings in Portuguese Through “blend” and “chunking”

Resumo

Tem este trabalho o objetivo de mostrar que, utilizando princípios do modelo da linguística cognitiva, é perfeitamente possível realizar estudos tanto sincrônicos quanto diacrônicos, dentro de uma língua. Para isso, escolhemos o âmbito da morfologia histórica do português, tentando mostrar a aplicação da teoria de “blend” e de “chunking” em construções derivadas por meio de prefixos e radicais e na emergência de novos sentidos desses prefixos e radicais.

Palavras-chaves

Diacronia, “blend”, “chunking”, prefixos, radicais

Sumário

1. Introdução. 2. “Blend”. 3. “Chunking”. 4. Conclusão.

Abstract

The aim of this work is to demonstrate that by employing features of the cognitive linguistic model, it is thoroughly possible to conduct both synchronic and diachronic studies regarding language. For this purpose, the scope of the Portuguese historic morphology has been chosen in order to show the application of the blend and chunking theory in derived constructions by means of prefixes and radicals, and in the emergence of new meanings of those prefixes and radicals.

Keywords

Diachronic, blend, chunking, prefixes, radicals

Contents

1. Introduction. 2. Blend. 3. Chunking. 4. Conclusion.

1. Introdução

Este trabalho tem sua fundamentação no modelo teórico da linguística cognitiva que, vendo a linguagem humana como um sistema adaptativo complexo, advoga a possibilidade de estudar fatos linguísticos fazendo uso da sincronia e diacronia, simultaneamente, como diz Bybee (2010: 10): “Uma vantagem de abordagem por meio de sistemas adaptativos complexos é que os processos cognitivos propostos para uso no processamento da linguagem são os mesmos processos que levam à mudança. Assim, a explicação nas dimensões sincrônicas e diacrônicas estão unidas”¹.

A linguística Cognitiva parte do pressuposto de que a linguagem humana é construída por padrões psicológicos, biológicos e sociais. Dentro desses padrões, levei em conta, para desenvolver este tema, as teorias do “blend” e do “chunking”. Por esse motivo, julgo oportuno explicitar, resumidamente, ambos esses princípios.

2. “Blend”

A teoria do “blend” ou “blending” teve seu “início oficial” com a publicação do livro *The way we think*, escrito por Gilles Fauconnier e Mark Turner. A partir daí, houve uma avalanche de publicações, teóricas e práticas, sobre o tema.

De uma maneira prática (*cf.* Turner 2014) “blend”² – também chamado de integração conceptual (“conceptual integration”) – é um processo pelo qual nossa mente aproxima coisas ou eventos entre si, criando associações de diversos tipos entre eles, promovendo “insights”. Quando estamos, por exemplo, sentados a uma mesa, e do lado oposto também está sentada outra pessoa, conseguimos visualizar apenas parte do seu corpo. Vemos apenas seu tronco, braços e a cabeça. Apesar disso, sabemos que ela está lá, do outro lado, inteira. Temos essa certeza, porque fazemos um “blend” entre a parte que vemos e a parte que não vemos. Trata-se da fundamentação cognitiva da metonímia, que é um fenômeno não apenas linguístico. Construímos metonímias por meio de todos os nossos sentidos. Quando entramos em um recinto e sentimos um perfume, se temos arquivado na memória o conhecimento de uma pessoa que faz uso dele, associamos imediatamente a ela essa fragrância. Se ouvimos um canto de pássaro, e temos conhecimento prévio do canto dos pássaros, associamos, imediatamente esse canto a um tipo de pássaro, construindo um “blend”. O mesmo acontece quando associamos uma música a um acontecimento agradável (ou desagradável) em nossas vidas.

¹ No original: “One advantage of the complex adaptive systems approach is that the cognitive processes proposed for use in processing language are the same processes that lead to change. Thus explanation on the synchronic and diachronic dimensions is united.”

² Muitos pesquisadores traduzem “blend” ou “blending” por *mesclagem*. Prefiro empregar o termo original, porque tem trânsito mais comum, mesmo no Brasil.

A metonímia é um dos principais fenômenos de “blend” e está ligada a todos os nossos sentidos, visão, olfato, audição, tato e paladar. Essas associações sempre foram de enorme importância para a sobrevivência da espécie humana. Desde a época das cavernas, o ser humano que era capaz de associar metonimicamente a pegada de um predador (parte) ao predador inteiro (todo), conseguia pôr-se a salvo e tinha condições de passar seus genes à frente, o que não ocorria com aqueles que não tinham essa habilidade e se transformavam em almoço de um tigre ou um leão. A metonímia *lato sensu*, pois, sempre participou da seleção natural e é, até hoje, um importante diferencial competitivo. Aqueles que conseguem estabelecer uma relação de “blend” entre um sinal do mercado (parte) e a bolsa de valores (todo) acabam ganhando bastante dinheiro.

Segundo Turner (2014: 142), “na teoria do blending, metáfora, metonímia, sinédoque, e muitas outras figuras retóricas do pensamento são analisadas como resultado da compressão provocada por blending”³.

O exemplo clássico do “blending” por compressão é o de alguém que tem nas mãos uma conta de luz e exclama: “A cada mês que passa, essa conta fica mais cara!”. É claro que não é essa mesma conta que fica mais cara a cada mês, mas todas as precedentes, ao longo de vários meses. Todas elas foram comprimidas por “blend” em uma única conta, aquela que está nas mãos de quem produziu a frase. Um outro exemplo clássico é o presente histórico, por meio do qual comprimimos um tempo passado, trazendo-o ao momento presente, quando dizemos, por exemplo: “Freud *afirma* que a frustração é uma ferramenta importante para desenvolver a imaginação”. É claro que Freud *afirmou* isso em um passado distante, no início do séc. xx, e não agora. Outros exemplos diários de “blend” por compressão podem ser vistos em frases como: “hoje vou fazer pé e mão”, “semana que vem, preciso comprar um sapato”. É claro que são dois pés e duas mãos. É claro que são dois sapatos. Comprimos dois pés em um, duas mãos em uma, dois sapatos em um.

Um outro fato muito comum é a compressão do plural em singular, em substantivos que aparecem em frases como: “o *homem* é mortal”, “a *onça pintada* está desaparecendo da mata atlântica”. É claro que, na primeira frase, o substantivo *homem* “comprime” todos os homens (e mulheres também) e, na segunda, não se trata de uma única onça pintada que sumiu, mas toda a espécie, comprimida em um substantivo no singular.

Duas importantes questões devem ser postas diante desse fenômeno. A primeira delas está vinculada à motivação desse processo de compressão. Por que os falantes utilizam o singular, quando querem falar do plural? A segunda está vinculada ao processamento de entendimento, por parte do ouvinte / leitor. Como ele, ouvindo ou lendo singular, compreende que é plural?

³ No original: “In blending theory, metaphor, metonymy, synecdoche, and many other rhetorical figures of thought are analyzed as resulting from the compression brought about by blending.”

A resposta à primeira pergunta é que o singular facilita o surgimento de uma imagem em nossa mente. Nossa relação com o mundo se dá por meio de imagens. Imagens que vemos, que simulamos em nossas mentes, que criamos por meio da linguagem. Damos a isso o nome de *iconicidade*. Segundo Bergen (2012: 54) “quando as pessoas leem frases, elas constroem visualmente simulações detalhadas dos objetos que são mencionados”⁴. De fato, se alguém nos diz que passou no açougue e viu um bife no balcão, imaginamo-lo vermelho. Mas se alguém nos diz que, num restaurante, o garçom pôs um bife sobre a mesa, imaginamo-lo marrom. Ora, a compressão de toda uma classe de seres em um substantivo singular, como no caso da onça pintada, facilita esse procedimento de visualização mental.

Para responder à segunda pergunta, temos que assumir uma posição interdiscursiva. O falante / escritor comprime um plural em um singular. O ouvinte / leitor tem a tarefa de descomprimi-lo em sua mente. Para explicar esse procedimento, Turner (2014: 28) usa a metáfora empacotar / desempacotar: “O blending avançado torna possível compressão mental e expansão, que também chamamos de empacotar e desempacotar”⁵. Quando alguém diz que há novos rostos na seleção brasileira, empacota, por metonímia, pessoas humanas em rostos. O ouvinte, por sua vez, desempacota e entende que se trata de pessoas humanas inteiras. Às vezes, quem fala ou escreve comete deslizos gramaticais em função desse processo, como aconteceu no seguinte texto publicado no Portal da *Uol Carros*, em 4.03.2014:

O novo Toyota Corolla, cuja apresentação oficial acontece em 12 de março, continua circulando camuflados pelas rodovias de São Paulo. Agora foi o internauta Sandro Lugão que fotografou quatro unidades do sedã na Castello Branco.

O sintagma *O novo Toyota Corola*, no início do texto, empacota todos os Toyotas em um só. Na sequência, contudo, o autor do texto desempacotou indevidamente o conceito, cometendo um erro de concordância: *continua circulando camuflados*. Na frase final, finalmente, desempacotou o Toyota Corolla tanto cognitivamente, quanto gramaticalmente, falando em *quatro unidades do sedã*.

3. “Chunking”

“Chunking”, de acordo com Bybee (2010: 7), é o processo pelo qual sequências de unidades que são usadas juntas aderem para formar unidades complexas. Na linguagem, o “chunking” é básico para a formação de unidades sequenciais expressas como

⁴ No original: “When people read sentences, they construct visually detailed simulations of the objects that are mentioned.”

⁵ No original: “Advanced blending makes possible mental compression and expansion, which we have also called packing and unpacking.”

construções, constituintes e expressões formulaicas, como à queima roupa, “close range”, “out of the blue”. “Sequências repetidas de palavras (ou morfemas) são empacotadas juntas na cognição, de modo que a sequência pode ser acessada como uma unidade singular”⁶. O resultado é um “chunk”, unidade de organização de memória formada por pedaços soldados em uma unidade maior. Esse processo existe em todas as línguas do mundo. Em português, por exemplo, dizemos que *alguém teve um ataque de raiva*, usando o “chunk” *ataque de raiva*. Ninguém diz, por exemplo, que **alguém foi atacado por raiva*, pois a repetição frequente das palavras *ataque, de e raiva* – juntas e nessa ordem – fez surgir a expressão formulaica *ataque de raiva*. As expressões idiomáticas também são “chunks”, como *pagar mico, dar um fora, dar uma mão, pull the strings*. Na verdade, até mesmo as palavras são pequenos “chunks” de morfemas. Existem também grandes “chunks”, como provérbios e poemas.

Vamos, a partir de agora, utilizar essas duas ferramentas (“blend” e “chunking”), para analisar o surgimento de palavras e sentidos em língua portuguesa. Começemos por examinar palavras como *telefone-celular, arremesso-lateral, fotografia, motocicleta*. No dia a dia, essas palavras são abreviadas em função da chamada “lei do menor esforço”, sendo pronunciadas como *celular, lateral, foto, e moto*, em frases como:

- Esqueci meu *celular* em casa.
- O jogador bateu mal o *lateral*.
- Ela ficou bem na *foto*.
- Gosto de andar de *moto*.

Essa redução é possível porque os falantes empacotam, por meio de um “blend” metonímico, o sentido global do “chunk” em uma parte dessas palavras e essa parte passa a ser usada no lugar do “chunk” anterior. Trata-se de um processo diacrônico bem conhecido, por meio do qual surgiram palavras em português como:

- *mala matiana* > *maçã*
- *fructum persicum* > *pêssego*

Maçã era, originalmente, um adjetivo (significava ‘maciana ou de Mácio’) e *pêssego* também (significava ‘fruto pérsico ou da Pérsia’).

Em inglês surgiu, recentemente, a palavra *nomophobia* originada do “chunk” *no mobil phone phobia* = ‘medo, aversão a estar sem telefone celular’. Tal palavra já é empregada como empréstimo no português do Brasil, adaptada como *nomofobia*.

⁶ No original: “Chunking is the process by which sequences of units that are used together cohere to form more complex units. [...] In language, chunking is basic to the formation of sequential units expressed as constructions, constituents and formulaic expressions. Repeated sequences of words (or morphemes) are packaged together in cognition so that the sequence can be accessed as single unit.”

Todos sabemos que radicais e prefixos participam da formação de palavras em qualquer língua. Vejamos alguns exemplos como o prefixo *tele*, em português:

- televisão
- telefone
- telescópio
- teleférico

Vejamos, agora, outro grupo de palavras formadas, aparentemente, com o mesmo prefixo:

- telejornal
- telenovela
- telepizza
- telemarketing

Bem, parece claro que não estamos diante do sentido original do prefixo *tele*. *Telejornal*, por exemplo, não significa ‘jornal ao longe’, mas ‘jornal produzido pela televisão’. *Telepizza* não significa ‘pizza ao longe’, mas ‘pizza pedida por telefone’. De onde se originaram esses outros sentidos? Surgiram graças aos processos de “blend” e “chunking”. O prefixo *tele*, aplicado a *televisão*, incorporou o significado total de ‘televisão’, da mesma maneira que *foto* incorporou o significado de ‘fotografia’. A partir daí, *tele* (já significando ‘televisão’) passou a ser utilizado como um novo prefixo para formar *telejornal* e *telenovela*. O mesmo aconteceu com as duas palavras finais dos exemplos acima. O prefixo *tele* aplicado a *telefone* incorporou o significado total de ‘telefone’ e, a partir daí, passou a ser utilizado como um novo prefixo, para formar *telepizza* e *telemarketing*. O mesmo ocorreu com a palavra *foto* que, depois de ter incorporado *grafia*, significando ‘fotografia’, deriva hoje palavras como *fotomontagem* e *fotoshop*. O emprego atual do prefixo *homo* em *homofobia* tem a mesma origem. O prefixo *homo*, em sua forma original (do grego *homós*) que significa ‘semelhante, igual, comum’, formou palavras como: *homônimo*, *homocêntrico*, *homocrômico*, *homossexual*.

Mas, se formos procurar esse prefixo na palavra *homofobia*, de criação recente, enfrentaremos um paradoxo, pois, a rigor, *homofobia* (*homo* = ‘semelhante’ + *fobia* = ‘aversão’) deveria significar ‘aversão àquele que é igual’. Se esse fosse o verdadeiro sentido, uma pessoa heterossexual acusada de homofobia deveria ter o comportamento de aversão a outras pessoas igualmente heterossexuais. Ocorre que, por “blend” e “chunking”, o prefixo *homo*, empregado na palavra *homossexual*, passou a incorporar o sentido global dessa palavra e converteu-se em um novo prefixo, utilizado na formação de neologismos como *homofobia*, *homofóbico*, *homoafetivo*. Ou seja, *homo*, nessas palavras, tem o significado de *homossexual* e, portanto, *homofóbico* tem o significado de aversão a pessoas homossexuais.

Um caso interessante ligado à diacronia é o das palavras *estereofônico*, *estereoscópico*. O radical grego, nesse caso é *stereós*, que significa ‘duro’. *Phonico* significa ‘som’. Ora, um som estereofônico não é um som duro. De onde viria o significado atual, que é o de som repetido em vários canais? Para entender essa situação, temos de nos dirigir ao francês do final do séc. XIX e início do séc. XX, língua da qual o português obteve essa palavra, por empréstimo. No francês, usava-se a palavra *stéréotype*, em que *stéreo* significava, de fato, duro e *type*, molde. *Stéréotype* era, então, um molde duro, a partir do qual era possível obter-se a impressão de cópias iguais de uma imagem para publicação em um jornal. O resultado, ou seja, as cópias iguais tinham o nome de *stéréotypes*. Esse fenômeno – de uma mesma palavra denominar uma causa e também o seu resultado – é bastante comum em todas as línguas do mundo. Em português, por exemplo, *batom* tanto significa o cosmético em forma de pequeno bastão para colorir os lábios, quanto a tintura que é depositada nos lábios. Podemos dizer a uma garota que o batom dela está dentro da bolsa, referindo-nos ao cosmético e, também, que o batom dela está muito bonito, referindo-nos à cor dos seus lábios. A palavra *esmalte* tem também esse duplo sentido. Tanto pode ser o pequeno frasco que contém a tintura esmaltada, quanto o seu resultado, posto sobre as unhas de uma pessoa. Podemos dizer que uma garota deixou o esmalte no armário do banheiro e, também, que seu esmalte (que ela passou nas unhas) é bastante original.

O mesmo ocorre com a palavra *marca* que era, originalmente, o nome do ferro em brasa com que se assinalava o nome ou o símbolo de um proprietário ou de sua fazenda sobre a pele de uma rês. Pelo mesmo processo metonímico (resultado pelo agente), *marca* passa a designar o próprio símbolo aposto na rês. Mais tarde, por extensão de sentido, via metáfora, veio a designar a identidade de um produto, em geral, como a marca de uma margarina ou a marca de um carro. A palavra *brand*, em inglês, tem a mesma origem e os mesmos usos, de acordo com Hofstadter e Sander (2013: 202):

Tomemos, por exemplo, a palavra “brand”, um primo próximo de “burned”. Originalmente, ela significava simplesmente um bastão flamejante que, em algum momento adquiriu um segundo sentido, generalizado e abstraído a partir do primeiro sentido – a saber, o tipo de marca feito com esse bastão no lombo de um animal ou na pele de um criminoso, para marcá-lo para sempre. Em um momento posterior, esse segundo sentido foi ainda mais generalizado e abstraído para a ideia de um símbolo publicamente reconhecível identificando qualquer entidade, e então, finalmente assumiu o seu sentido dominante esmagadoramente corrente do nome de uma empresa que manufatura bens⁷.

⁷ No original: “Take, for example, the word “brand”, a close cousin to “burned”. Originally it meant simply a flaming stick, that at some point it acquired a second meaning, generalized and abstracted from the first meaning – namely, the kind of mark made with such a stick on the hide of an animal or the skin of a criminal in order to label them forever. At a later point, this second meaning was further generalized and abstracted to the idea of a publicly

Voltando a *estereótipo*, essa palavra passou a designar também cópia repetida e, a partir desse novo sentido, o radical *estéreo*, por “blend” e “chunking”, passou a designar repetição, perdendo o significado de duro e – assim como *tele* em *telenovela* e *foto* em *fotomontagem* – passou a produzir palavras como *estereofônico*, com o significado de som repetido e *estereoscópico*, com o significado de imagem repetida.

4. Conclusão

Como vemos, é perfeitamente possível, a partir de princípios teóricos da linguística cognitiva, trabalhar simultaneamente em sincronia e diacronia. O campo escolhido neste trabalho foi a morfologia. Mas é perfeitamente possível fazer a mesma coisa em outros níveis de análise como a sintaxe, por exemplo, e até mesmo nos chamados níveis transfrásticos como a enunciação, o texto e o discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BYBEE, Joan (2010): *Language: Usage and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BERGEN, Benjamin K. (2012): *Louder than words: the new science of how the mind makes meaning*. New York: Basic Books.
- FAUCONNIER, Gilles / Mark TURNER (2002): *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books.
- HOFSTADTER, Douglas / Emmanuel SANDER (2013): *Surfaces and essences: analogy as the fuel and fire of thinking*. New York: Basic Books.
- TURNER, Mark (2014): *The origin of ideas: blending, creativity and the human spark*. Oxford: Oxford University Press.

recognizable symbol permanently identifying any entity, and thus eventually it took on its current overwhelmingly dominant meaning of the name of a company that manufactures goods.”

Percorrendo os rastros linguísticos nos caminhos do ouro e do gado: estudo comparativo de falares rurais de Minas Gerais

Arabic Bezri Hermont

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
arabic@uol.com.br

Ev'Angela Batista Rodrigues de Barros

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
evangelabrbarros@gmail.com

Following Linguistics Traces on Gold and Cattle Routes: a Comparative Study on Rural Dialects in Minas Gerais

Resumo

Este trabalho apresenta uma discussão sobre o léxico rural de três regiões de Minas Gerais (Brasil): Passos, Serra do Cipó e Vale do Jequitinhonha. Com o objetivo de verificar traços constitutivos do falar mineiro, analisamos os metaplasmos encontrados nos *corpora* eleitos, identificando os processos morfofonológicos mais frequentes. Além disso, abordamos a constituição de pequeno acervo de fraseologias, verificando coincidências nos aspectos formais e semânticos do uso de expressões idiomáticas e de verbos preposicionados (casos de sinonímias e uso regular de determinadas palavras na composição dessas expressões). Os metaplasmos mais frequentes encontrados nos *corpora* foram o alçamento de vogais anteriores e fenômenos de apagamento de segmentos finais (apócope), o que é compatível com a visão comum de que o falar mineiro é marcado pela redução fônica. Em relação ao estudo das fraseologias, verificamos a ocorrência de sinonímia no léxico de uma mesma região e entre as regiões, além da recorrência de certas bases verbais (como *bater* e *dar* que parecem estar passando por um processo de gramaticalização) nesses compósitos.

Palavras chave

Brasil, Minas Gerais, léxico rural, metaplasmos, fraseologias.

Sumário

1. Introduzindo a discussão: língua, dialeto ou falar? 2. Falares mineiros em tela: delimitando seus contornos. 2.1. Breves considerações sobre a constituição dos falares mineiros. 3. Os processos morfofonológicos e os casos mais passíveis de estigmatização. 4. Fraseologias e o léxico. 5. Metodologia. 6. Análise dos *Corpora*: processos fonológicos presentes nos glossários mineiros. 7. Análise de fraseologias presentes nos glossários mineiros 8. Considerações finais.

Abstract

This work presents a discussion on rural lexicon in three areas in the state of Minas Gerais (Brazil): Passos, Serra do Cipó and Vale do Jequitinhonha. In order to verify constitutive traces of the spoken language among “mineiros”, the metaplasms found within the chosen corpora were analysed, thus enabling the identification of the most frequent morphophonological processes. The construction of a small collection of phraseologies was also approached, revealing coincidences in both formal and semantic aspects of the use of idioms and prepositional verbs (cases of synonymies and the regular use of certain words in the composition of those expressions). The most frequent metaplasms found in the corpora were the rise of front vowels and the deletion of final segments (apocope), showing compatibility with common sense which that confirm that the mineiros’ way of speaking is marked by phonic reduction. In the study of phraseologies, the occurrence of synonymy within the same region and among all of them could be verified, as well as the recurrence of certain verbal bases (such as *hit* and *give*, which seem to be undergoing a grammaticalisation process) in those composites.

Keywords

Brazil, Minas Gerais, rural lexicon, metaplasms, phraseologies.

Contents

1. Introducing the discussion: language, dialect or speaking? 2. “Mineiros” speaking: shaping the framework. 2.1 Brief considerations on the constitution of “mineiros” ways of speaking. 3. Morphophonological processes and cases likely to be stigmatized. 4. Phraseologies and lexicon. 5. Methodology. 6. Corpora analysis: phonological processes found in glossaries in Minas Gerais. 7. Analysis of Phraseologies present in glossaries of Minas Gerais. 8. Conclusion.

1. Introduzindo a discussão: língua, dialeto ou falar?

Sabendo-se que a língua é *instituída* pela convivência e, simultaneamente, *instituinte* das relações dos falantes entre si, além de mediadora das relações destes com a realidade, a criação e a utilização de cada palavra ou expressão traz em seu bojo um pouco da contextualidade histórica e geográfica em que essa interação vem ocorrendo ao longo do tempo. Nesse sentido, a diversidade de línguas revela não apenas uma multiplicidade de formas (fônicas, morfológicas etc.), mas de concepções de mundo, eivadas de representações e percepções socioculturais, religiosas, políticas, entre outras.

Estudar uma língua na dimensão da variação pressupõe a compreensão dos contextos socioculturais em que ela se implanta e se fixa. Assim, as relações entre língua/sociedade e cultura são indissociáveis e constituem um fenômeno complexo (compreendendo “complexo” etimologicamente, como “aquilo que é tecido junto”). Dessa forma, evidencia-se que a constituição e a dinâmica de variação do léxico de uma língua refletem a visão de mundo, a ideologia, os sistemas de valores e as práticas socioculturais das comunidades de falantes.

Para Zágari (2013), é importante diferenciar o que separa uma língua de um dialeto ou de um falar: do ponto de vista estritamente linguístico, não há tal separação; a diferença terminológica dá relevo à dinâmica inerente a cada agrupamento de falantes, provocada por razões as mais diversas – sócio-históricas, políticas, culturais, religiosas, econômicas.

Considerando tal distinção, utilizaremos a terminologia “falar mineiro” para nos referirmos às variedades analisadas, que se inscrevem em localidades delimitadas, resritas dentro do espaço territorial de Minas Gerais (MG). Na verdade, esse rótulo recobre vários subfalares, se considerarmos a grande extensão territorial, a diversidade de atividades econômicas desenvolvidas nesse território, e, crucialmente, a dicotomia rural x urbano, inextricavelmente ligada à formação desse Estado brasileiro. Endossando Zágari (2013) e outros, entendemos que não há, em MG, traços distintivos que permitam falar em dialetos, tendo em mente o conceito de dialeto como “forma de uma língua que tem o seu próprio sistema léxico, sintático e fonético e que é usada num ambiente mais restrito do que a própria língua” (Dubois *et al.* 1973: 184, *apud* Zágari 2013: 61).

O interesse pelo estudo e mapeamento dos diversos falares inscritos no território brasileiro é relativamente recente, tendo havido nas últimas três décadas uma intensificação das coletas, transcrições e análises de dados, a partir da integração de esforços de equipes de pesquisadores brasileiros, visando à construção dos atlas estaduais (como o atlas linguístico de Minas Gerais, de Zágari e equipe, entre outros em consecução).

Nesta mesma linha de pesquisa sociodialetal, o dicionário de Antunes (2013) constitui relevante fonte de consulta. Para a autora, a coleta de dados dialetais justifica-se pela “capacidade de a língua transformar-se em tempos e espaços geográficos e

sociais diversos”, o que põe em foco “o desempenho da principal função da linguagem – a de ser instrumento de comunicação e interação social – a que estão diretamente atreladas noções de território, cultura e memória” (Antunes 2013: 13).

Dada a constituição histórica do Brasil, considerando-se a forma de ocupação e a relação sujeito/espaco/atividade econômica, o país foi dividido em 10 zonas culturais (conforme Diégues Júnior 1960). Nessa perspectiva, o estado de Minas inscreveu-se quase totalmente na zona cultural brasileira denominada de “mineração”. Não obstante, as atividades agropastoris e artesanais, entre outras, desde sempre, foram muito importantes e, como não poderia deixar de ser, cada atividade econômico-cultural desenvolvida por um agrupamento social em regiões específicas acarretou adaptações da língua; o vernáculo assumiu feições específicas conforme os modos peculiares de lidar com a vida e com o mundo; concepções religiosas, aspectos culturais diversos, as percepções das patogenias e seus modos de cura, os remédios naturais etc.

Este artigo versará sobre alguns falares rurais de MG e decorre da participação das autoras no projeto *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português (TLPGP)*¹, cujo objetivo é integrar um banco único de informações lexicográficas de distintas localizações em que a língua portuguesa lançou raízes e sofreu as inexoráveis alterações decorrentes da forma de implantação, dos contatos linguísticos, entre outros aspectos interferentes.

Dada a interdependência da relação léxico, sociedade e cultura, um estudo como o Tesouro dialetal português, ao mapear as variações nas diversas comunidades aquém e além-mar, evidencia também modos particulares de ver o mundo e de nele estar, de lidar com o outro, consigo mesmo e com a realidade. Consta-se que a dinâmica histórico-social e cultural da formação de cada coletividade imprime uma pressão que se percebe em direções opostas. Ao mesmo tempo, há formas comuns a várias comunidades de falantes e outras bastante específicas e características de um grupo. Os *corpora* estudados evidenciaram tal fenômeno.

Nesse contexto, foi objetivo deste trabalho realizar uma apresentação analítica sobre o léxico rural de três regiões de Minas Gerais (Brasil): Passos, Serra do Cipó e Vale do Jequitinhonha, a partir, respectivamente, das obras Ribeiro (2010), Freitas (2012) e Antunes (2013). Como objetivo específico, analisaram-se os fenômenos morfofonológicos atuantes na configuração do falar mineiro, por meio da verificação dos metaplasmos mais frequentes e da formação das fraseologias presentes nos *corpora* – expressões formadas ou não a partir de uma mesma base, averiguando a regularidade do processo. Com isso, buscamos caracterizar o falar de MG por meio de alguns de seus traços prosódicos e delimitar aspectos semântico-sintáticos das fraseologias

¹ Projeto interinstitucional que visa a promover a integração, em um único *corpus*, de dados dialetais do galego, do português de Portugal e do português do Brasil. <http://ilg.usc.gal/Tesouro/pt/>.

ocorrentes, delimitando-se, entre outros campos semânticos, as expressões ligadas à noção de tempo (passagem do dia, da vida).

2. Falares mineiros em tela: delimitando seus contornos

A pesquisa ora apresentada constitui uma síntese analítica de dados empíricos disponibilizados em obras lexicográficas sobre variados aspectos inerentes a certos falares de Minas Gerais, como *O vocabulário rural de Passos/MG: um estudo lingüístico nos Sertões do Jacuhy* (Ribeiro 2010), *Café com quebra torto: um estudo léxico-cultural da Serra do Cipó/MG* (Freitas 2012)² e o *Dicionário do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha Minas Gerais*³ (Antunes 2013).

A cidade de Passos, localizada no sul de Minas Gerais, que fica a 355 km de Belo Horizonte, teve sua história marcada especialmente pela dedicação a atividades econômicas voltadas para a agropecuária, o tabaco e as atividades comerciais. A Serra do Cipó, região que engloba as cidades Jaboticatubas e Santana do Riacho, fica a cerca de 110 km de Belo Horizonte. Embora num raio de influência da capital mineira, grande metrópole, nota-se que, devido a certo isolamento da área rural, é pequena a influência de meios de comunicação, mídias sociais etc. e tudo isso concorre para que haja grande conservadorismo da língua. A economia está voltada para atividades como a agropecuária e turismo, o qual se dá em função da beleza natural. Finalmente, a região do Vale do Jequitinhonha, formada por 51 municípios, fica no nordeste do Estado de Minas Gerais, e subdivide-se em cinco microrregiões, que são virtualmente inseridas em três regiões: Baixo Jequitinhonha (região que compreende a área mais próxima à Bahia); Médio Jequitinhonha (região situada na parte média do Vale); Alto Jequitinhonha (região mais próxima da Metropolitana de Belo Horizonte). Conhecida por seus baixos indicadores socioeconômicos e humanos, após declínio das atividades mineradoras, apresenta belezas naturais e culturais peculiares, como o artesanato em pedra e/ou barro, revelando a influência de culturas indígena e africana.

A seguir, apresentamos o mapa de Minas Gerais, destacando as três regiões anteriormente citadas:

² Estas duas obras estão disponíveis em meio eletrônico no *site* da biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (www.ufmg.br).

³ Embora haja divergências sobre a delimitação do que se compreende o “Vale do Jequitinhonha” mineiro, limítrofe com a área baiana, Antunes esclarece ter optado pela definição da Codevale (Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha), a qual compreende os seguintes municípios mineiros: Serro, Diamantina, Couto de Magalhaes de Minas, Itamarandiba, Capelina, Turmalina, Minas Novas, Chapada do Norte, Araçuaí, Itaobim, Jequitinhonha, Joáima, Rubim, Pedra Azul e Salto da Divisa.

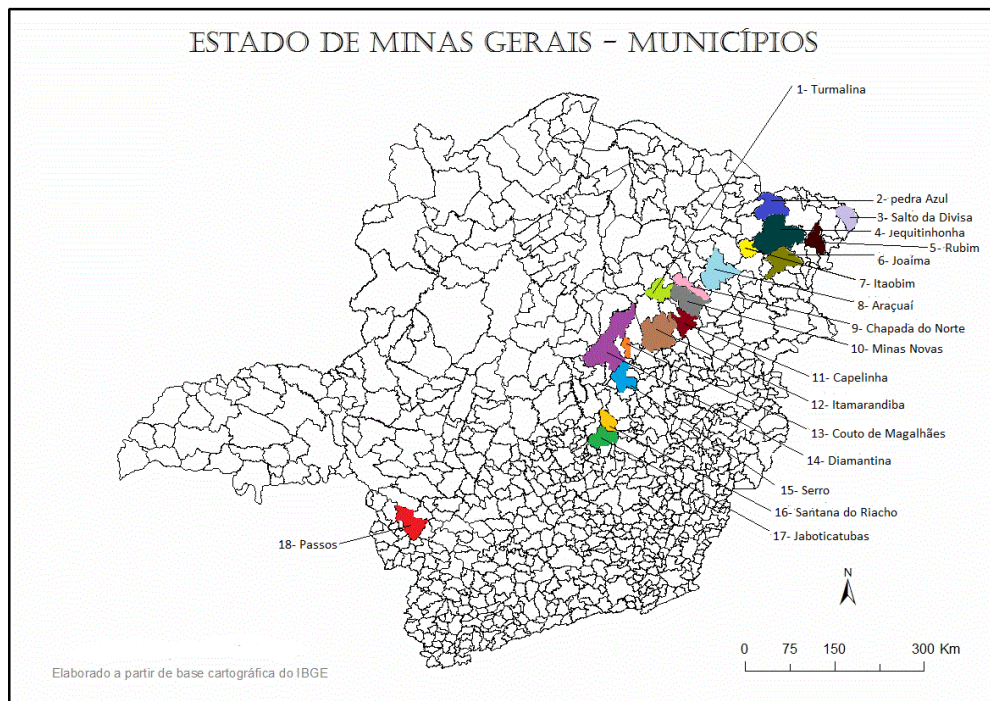


FIGURA 1: MAPA DE MINAS GERAIS (BRASIL)

Legenda: municípios de 1 a 15 formam a região do Vale do Jequitinhonha; os municípios 16 e 17 constituem a Serra do Cipó e o município 18 corresponde a Passos.

A comparação do léxico rural dessas áreas, recobrando vasta extensão de Minas Gerais, evidencia tanto traços semânticos e processos fonológicos comuns de criação de itens e de prosódia, quanto aspectos idiossincráticos, devidos a fatores pragmáticos referentes às vivências dos falantes entrevistados por Ribeiro (2010) e Freitas (2012), todos idosos, analfabetos ou com mínima escolaridade; e, por outro lado, há maior variedade em termos de faixa etária, escolaridade, redes de relacionamentos dos falantes recobertos pelo dicionário de Antunes (2013).

Zágari (2013), apropriando-se da conceituação de falar proposta por Câmara Jr. (a saber, “línguas de pequenas regiões, através de um território linguístico dado, que se distinguem uma das outras por oposições superficiais dentro do sistema geral de oposições fundamentais que reúne todas numa língua comum”, Câmara Jr. 1968: 151, *apud* Zágari 2013: 62), a partir da análise dos dados fornecidos por mais de 6.000 horas de gravação, afirma que MG apresenta traços marcantes nos aspectos morfofonológicos (mas sem divergências em termos de estruturações sintáticas). Trata-se de características idiossincráticas – acentos, ritmos de fala, preferências lexicais – constitutivas de três áreas identificáveis, embora não completamente discretas em

termos de delimitação, isto é, continuamente há intercruzamentos, conforme sintetizado no quadro abaixo:

FALARES MINEIROS	LOCALIZAÇÃO GEOSSOCIAL	TRAÇOS FONOLÓGICOS / LEXICAIS CARACTERÍSTICOS
Falar Baiano	Partindo do norte de MG, vai até a linha, no sentido leste/oeste, abrangendo as localidades de Mantena, Galiléia, Governador Valadares, Nacip Raydan, Água Boa, São Sebastião do Maranhão, Itamarandiba, Várzea da Palma, João Pinheiro, terminando em Paracatu.	Caracteriza-se esse falar pela predominância das vogais pretônicas baixas, a presença da africada surda antecedendo a vogal alta [i], além do [t] e [d] como coronais, como em [i'dadi], e a nasalidade ocorrente fora da sílaba tônica: [bã'nãna]. Itens lexicais comuns ocorrem, mas veiculando significados ignorados em outras regiões, a saber: <i>neve</i> ('cerração'), <i>chuva-de-flor</i> ('granizo'), <i>zelação</i> ('estrela cadente').
Falar Paulista	Partindo do sul do Estado, na cidade de Passa Vinte e, rumando para o norte, pega Liberdade, Andrelândia, Lavras, Oliveira, Pará de Minas, Divinópolis e, dobrando para o oeste, vai até Vazante, passando por Bom Despacho, Dolores do Indaiá, São Gotardo, Patos de Minas e São Gonçalo do Abaeté, englobando, portanto, todo o Triângulo e a região sul do Estado.	Distingue esse falar, e é sua marca inconfundível nas Gerais, o /R/ retroflexo, mais presente nas conversas informais. Nesse falar, o ritmo de fala é mais veloz, contrastando com o ritmo mais arrastado do norte, verificando-se, lexicalmente, certas preferências como <i>ramona</i> ('grampo'), <i>ra-bicó</i> ('animal sem rabo'), <i>cachopa</i> ou <i>caixote</i> ('colmeia') e <i>chuva-de-rosa</i> ('granizo').
Falar Mineiro (<i>cf.</i> terminologia de Antenor Nascentes)	Constitui-se no espaço compreendido entre essas duas áreas acima.	Não possuindo nenhuma das características acima enumeradas, desfaz constantemente os ditongos [aj], [ej] e [ow] quando não finais e faz surgirem outros, quando finais e anteceditos de sibilante: [a'xoys], ['fajs], ['nojs].

QUADRO 1: FALARES MINEIROS CONFORME ATLAS LINGÜÍSTICO DE MINAS GERAIS (ADAPTADO DE ZÁGARI 2013: 62)

A seguir, traremos breves considerações sobre a forma como os diversos falares de MG foram constituídos historicamente.

2.1. Breves considerações sobre a constituição dos falares mineiros

Para entender um pouco sobre a constituição dos falares mineiros contemporâneos, é apropriado verificarmos brevemente como se deu o povoamento da província das Minas Gerais.

Análises da configuração da sociedade mineira nos séculos XVIII e XIX dão conta de um verdadeiro mosaico de grupos e raças, uma vez que, às Minas Gerais, a partir do final do XVII, havia ocorrido grande número de emigrantes portugueses: levas de pessoas, em especial do norte de Portugal, chegavam continuamente. Aqui já

havia um grupo de descendentes indígenas, cujas línguas se misturavam às dos europeus recém-chegados, à dos mestiços americanos e escravos africanos (alguns destes recém-chegados e outros já de segunda ou terceira geração).

As dificuldades enfrentadas numa terra tão vasta, de organização hostil e tão diferente do que estavam acostumados no Velho Mundo, implicaram aos europeus uma grande capacidade de adaptação e aprendizagem. Tendo se tornado os verdadeiros agentes da implantação da política metropolitana na colônia, ao mesmo tempo em que traziam nova cultura e língua, também sofreram processo de “aculturação”: simultaneamente, pela convivência, influenciavam e eram influenciados por diferentes elementos culturais presentes na sociedade mineira.

Pesquisas sobre MG no período colonial vêm esclarecendo diferentes aspectos da sociedade que aí se organizou a partir da descoberta das minas, da ocupação do território e da sua urbanização, do desenvolvimento de atividades agropastoris, mais intensa do que em qualquer outra capitania em terras brasileiras. Se, por um lado, nos centros urbanos da colônia mineira a vida transcorria com alguma escolarização (mesmo que elementar) e algum funcionamento como polo de irradiação cultural, por outro lado, os aglomerados populacionais mais afastados não recebiam sequer uma leve irradiação desses movimentos. Dessa forma, a língua falada nesses locais vai guardar até o presente ora indícios desta formação miscigenada (inovações em relação ao português europeu), ora de um conservadorismo (retenções de aspectos que, vindos do Latim, perpassaram o processo de constituição da Língua Portuguesa, bem como de traços do português arcaico), previsível se se considerarem as dificuldades de comunicação e o isolamento destas comunidades de falantes, o extenso território nacional e o difícil acesso a essa província durante o período colonial e décadas iniciais do século xx. Somente com a industrialização do país, a partir dos anos 1950, a configuração social começa a mudar em função da urbanização do país, bem como da ampliação da escolarização à população de estratos socioeconômicos mais baixos, o que potencializa mudanças e inovações. Atualmente, há uma multiplicidade de contatos entre mineiros das diversas regiões do Estado, bem como o intercâmbio com falantes de outros estados e regiões brasileiras ou de outras nações – tudo isso concorre para conferir à língua nova configuração.

3. Os processos morfofonológicos e os casos mais passíveis de estigmatização

A sociolinguista Bortoni-Ricardo (2005: 54-58) postula algumas categorias de natureza morfofonêmica para análise das divergências entre a forma padrão e a não padrão, observando-se as implicações para a escrita. Ela nos apresenta as seguintes categorias de variações:

1. Decorrentes da interferência de regras fonológicas categóricas no dialeto estudado (que independem de características sociodemográficas que identificam o falante e o contexto situacional). Nos *corpora* estudados, encontramos como variações categóricas:
 - a. A degeminação do grupo consonantal -NDO, com apagamento da marca do gerúndio. Ex.: *correno*.
 - b. Monotongação. Ex.: *lançadera*.

2. Decorrentes da interferência de regras fonológicas variáveis graduais, isto é, aquelas que, embora destoantes do padrão, por serem utilizadas por falantes de diversos extratos socioeconômicos e culturais, nos registros não monitorados, não geram reação discriminatória.
 - a. Monotongação de ditongos decrescentes. Ex: *outro* > *otru*.
 - b. Queda do /r/ final das formas verbais. Ex: *vou ganhar* > *vô ganhá*.

3. Decorrentes da interferência de regras fonológicas variáveis descontínuas, isto é, aquelas que, por serem privativas de falantes de variedades rurais (ou rurbanas, isto é, que vivem nas periferias dos centros urbanos e, portanto, têm acesso mínimo ou intermitente a bens culturais e linguísticos representativos da elite), recebem forte avaliação negativa.
 - a. Semivocalização do /lh/. Ex: *velho* > *veio*.
 - b. Paragoge do /i/ após sílaba final travada. Ex: *peçoal* > *pesuali*.
 - c. O rotacismo, troca do /l/ pelo /r/. Ex.: *problema* > *probrema*.
 - d. Supressão do ditongo crescente em sílaba final. Ocorrem dois casos, com ditongo oral e nasal, respectivamente. Ex: *veio* > *vei*; *padrinho* > *padriu* > *padrim*.

Todos os fenômenos apontados por Bortoni-Ricardo foram encontrados nos *corpora* analisados, no entanto, há vários outros que não foram aqui elencados e dos quais trataremos (explicitados na “metodologia”). Constatamos que inúmeros fenômenos de mudança fonológica (metaplasmos) continuam a operar produtivamente na configuração dos itens lexicais da sincronia atual do falar mineiro e do Português Brasileiro, de forma mais ampla.

Como nosso objetivo é também tratar das fraseologias existentes nos *corpora* estudados, uma vez que constituem o léxico, veja-se, a seguir, breve abordagem acerca deste constituinte linguístico.

4. Fraseologias e o léxico

Em linguística, “fraseologia” descreve o contexto no qual uma palavra é usada. Isso inclui expressões idiomáticas e verbos preposicionados. Neste trabalho, vamos nos ater às primeiras.

Expressões idiomáticas são constituintes formados por palavras em que só funciona a parte fonológica, não há uma leitura semântica composicional de cada parte, isto é, não se leva em conta o significado de palavra por palavra nesses grupos lexicais. Elas vêm do léxico com uma estrutura sintática já constituída em seu interior e com uma só leitura semântica; é impossível introduzir algum vocábulo separando-se os constituintes destes itens lexicais sem prejuízo do entendimento geral, dado o grau de coesão de suas partes.

No estudo de expressões idiomáticas, Leal / Mendes (2006: 54) dizem que “elas se comportam como qualquer vocábulo do léxico [...], contribuindo para a formação e ampliação do léxico da língua. Isto é, outras formas de dizer, de argumentar”. As autoras enfatizam que estudar a sinonímia nessa perspectiva é importante, uma vez que “revela uma característica típica do léxico no que diz respeito à variabilidade de palavras para expressar um determinado fenômeno linguístico” (Leal / Mendes 2006: 54).

Como o objetivo do trabalho é traçar um panorama do léxico rural de MG, acreditamos que estabelecer relações entre os falares das três regiões investigadas, observando-se a sinonímia e a constituição das fraseologias – e as (ir)regularidades dos processos – seja um caminho interessante.

5. Metodologia

Este trabalho visa a contribuir para a compreensão de aspectos característicos dos falares rurais de Minas Gerais (Brasil), a partir do estudo de três obras selecionadas, que recobrem três diferentes regiões do estado: Passos (Ribeiro 2010), Serra do Cipó (Freitas 2012) e Vale do Jequitinhonha (Antunes 2013).

Analisaram-se todos os metaplasmos ocorrentes nos *corpora* das três obras com o objetivo de mapear os processos morfofonológicos mais frequentes e que impactam na configuração do falar mineiro rural contemporâneo. Além disso, com objetivo de verificar coincidências de uso de expressões idiomáticas e de verbos preposicionados, além de constatar se, nos léxicos investigados, há sinonímias e uso regular de determinadas palavras na composição de fraseologias, procedemos à análise desses itens complexos. No que diz respeito à pesquisa por sinonímias, a justificativa deve-se ao fato de que a variabilidade de palavras para significar um determinado fenômeno linguístico confere às fraseologias um *status* de léxico. Em relação à pesquisa, ainda bastante incipiente, de recorrência de palavras na composição de fraseologias, foi possível verificar qual(is) palavra(s) estão entrando como base na formação de fraseologias no falar mineiro atual.

Para a averiguação dos metaplasmos, consideramos os elencados por Bortoni-Ricardo, bem como acrescentamos outros, organizando-os conforme se tratassem de fenômenos morfofonológicos de supressão, adição, troca posicional de segmentos fônicos ou, ainda, em que tenha havido modificação na qualidade dos sons. São eles:

1. Supressão de segmento:
 - a. Aférese: supressão de segmento no início do vocábulo. Ex.: *imagina~magina*.
 - b. Síncope: supressão de som no meio da palavra. Ex.: *abóbora~abobra*.
 - c. Apócope: supressão de som no fim do vocábulo. Ex.: *falar~falá*.
2. Acréscimo de segmento:
 - a. Prótese: inclusão de segmento no início de vocábulo. Ex.: *voar~avoar*.
 - b. Epêntese: inserção de segmento no meio do vocábulo. Ex.: *doze~douze*.
 - c. Paragoge: inserção de segmento no final do vocábulo. Ex.: *sal>sali*.
3. Troca de posição:
 - a. Metátese: mudança na posição do segmento. Ex.: *tábua~tauba*.
4. Mudança da qualidade do segmento:
 - a. Alçamento de vogal: quando uma vogal média (como [o] e [e]) passam a vogal alta (como [u] e [i]). Ex.: *começo~cumeçu* e *emprego~imprego*.
 - b. Monotongação: quando um ditongo é realizado com uma só vogal. Ex.: *feira~fera*.
 - c. Degeneração: quando a consoante [v] é substituída por [b]. Ex.: *vassoura~bassoura*.
 - d. Iotização: modificação no ponto de articulação de um som em decorrência de uma vogal alta. O ponto de articulação passa a ser a região do palato duro. Ex.: *olho~oio*.
 - e. Rotacismo: neste estudo, será considerado o uso da alveolar [r] no lugar da lateral [l]. Ex.: *claro~craro*.
 - f. Aglutinação: junção de duas palavras em um só vocábulo com perda de uma parte de fonemas de pelo menos uma das palavras. Ex.: *cumé* ('Como é que é?')
 - g. Abaixamento de vogal: uma vogal alta passa a vogal média ou baixa ou uma vogal média passa a vogal baixa. Ex.: *derrubar~derrobar*.
 - h. Anteriorização: uma vogal passa a ser produzida na parte anterior da cavidade oral. Ex.: *documento~dicumento*.

Em relação à análise das fraseologias, como mencionado, verificamos as sinonímias entre os léxicos de Passos, da Serra do Cipó e do Vale do Jequitinhonha e ainda, de forma exploratória, destacamos o uso recorrente de determinada palavra na formação de fraseologias.

6. Análise dos *corpora*: processos fonológicos presentes nos léxicos mineiros

A fim de identificarmos os fenômenos constitutivos do acervo lexical das áreas rurais recobertas por este trabalho, optamos por fazer um quadro em que constassem os itens e os “desvios” em relação à forma padrão, considerando-se que são dados recentes (de 2010, 2012 e 2013), de cidades com diferentes níveis de distanciamento (e, portanto, de influência da irradiação cultural) da capital mineira. Passemos à análise dos dados pesquisados nas três obras.

Processos fonológicos ou metaplasmos		Ribeiro (2010) Região de Passos	Freitas (2012) Serra do Cipó	Antunes (2013) Vale do Jequitinhonha
Supressão de segmento	Aférese	30 (14%)	17 (7,3%)	28 (3%)
	Síncope	21 (9,8%)	17 (7,3%)	106 (11,8%)
	Apócope	16 (7,4%)	38 (16,3%)	377 (41,9%)
Acréscimo de segmento	Prótese	6 (2,8%)	4 (1,7%)	7 (0,7%)
	Epêntese	6 (2,8%)	5 (2,2%)	18 (2%)
	Paragoge	1 (0,4%)	5 (2,2%)	11 (1,1%)
Troca de posição	Metátese	5 (2,3%)	9 (3,8%)	15 (1,6%)
Mudança da qualidade do segmento	Alçamento de vogal	52 (24,2%)	64 (27,6%)	207 (23,0%)
	Monotongação	41 (19,1%)	30 (12,9%)	76 (8,4%)
	Iodização	18 (8,4%)	21 (9,1%)	13 (1,3%)
	Rotacismo	8 (3,7%)	6 (2,6%)	6 (0,6%)
	Aglutinação	2 (0,9%)	5 (2,2%)	5 (0,5%)
	Anteriorização	3 (1,4%)	3 (1,3%)	6 (0,6%)
	Abaixamento de vogal	3 (1,4%)	3 (1,3%)	13 (2,5%)
Outros	Degeneração + Palatalização e Degeminação	3 (1,4%)	5 (2,2%)	10 (1%)
Total de metaplasmos em cada obra		214	232	898

QUADRO 2: PROCESSOS FONOLÓGICOS PRESENTES NOS GLOSSÁRIOS MINEIROS

Verificamos que os percentuais mais elevados de processos morfofonológicos pelos quais passa o léxico das três regiões, em relação à norma padrão do português, estão relacionados à supressão de segmentos e às mudanças na qualidade do segmento.

Observando o quadro anterior, verificamos que, dentre os metaplasmos em que ocorre o apagamento de fonemas, na região de Passos, a aférese se dá em 14% das vezes. Exemplos encontrados: *margosa* (amargosa), *frouxar* (afrouxar). Os outros processos morfofonológicos também são observados em tal lugar, mas em menor quantidade. Na Serra do Cipó, o apagamento de fonemas se dá em maior número, no final de palavras, configurando-se, portanto, a apócope. Isso acontece em 16,3% e um exemplo pode ser citado: *lugá* (lugar). Esse último processo é notadamente o que ocorre em maior quantidade nos dados coletados na região do Vale do Jequitinhonha: cerca de dois quintos dos *corpora* (41,9%). Tal metaplasmo é recorrente em verbos na forma infinitiva, como em *Baté perna* (bater perna), *breganhá* (barganhar), como também em nomes como *cumercin* (comercinho). A síncope perfaz cerca de um décimo dos metaplasmos presentes nos dados advindos da região do Vale do Jequitinhonha, bem como da Serra do Cipó. Exemplos podem ser citados: *caboje* (caborje, no Vale do Jequitinhonha) e *madugada* (madrugada, na Serra do Cipó).

Vejam, em seguida, as mudanças na qualidade do segmento no léxico analisado. Há uma grande quantidade de palavras em que se percebe que houve o alçamento de vogal média [e] ou [o], passando a ser [i] e [u], respectivamente – isso ocorre em cerca de um quarto dos dados advindos de cada uma das três regiões. Exemplos desses metaplasmos: *intendido* (entendido, em Passos), *inxada* (enxada, na Serra do Cipó), *disinganar* (desenganar, no Vale do Jequitinhonha).

A seguir, apresentamos um quadro que demonstra a porcentagem de alçamento a vogal anterior e a vogal posterior em cada uma das obras estudada.

Ribeiro (2010) Região de Passos		Freitas (2012) Serra do Cipó		Antunes (2013) Vale do Jequitinhonha	
De vogal anterior	De vogal posterior	De vogal anterior	De vogal posterior	De vogal anterior	De vogal posterior*
32 (62%)	20 (38%)	38 (59%)	26 (41%)	130 (69%)	52 (31%)

*Neste quadro excluíram-se os casos em que houve alçamento de vogais em monossílabos tônicos (25 ocorrências).

QUADRO 3: ALÇAMENTO DE VOGAIS

Nos dados analisados, verificamos uma tendência maior ao alçamento de vogal anterior [e/ > /i/] do que de vogal posterior [/o/ > /u/], em posição pretônica, especialmente da região de Passos e do Vale do Jequitinhonha. Exemplos: *isteio* (esteio), *ixemplar* (exemplar), *trupicar* (tropicar), *munjolo* (monjolo). O fenômeno de alçamento de vogais pretônicas normalmente é favorecido pela presença de vogal alta tônica

ou pela presença de hiato no segmento fônico posterior. No caso do falar mineiro, encontramos o alçamento independentemente destas condições, conforme grupo de itens a seguir:

- a. com vogal posterior alta: *assubiá* (assobiar), *biliscá* (beliscar), *cuchicho* (cochicho) etc.;
- b. com vogal anterior baixa /e/ ou /a/: *cumercin* (comercinho), *dívera* (deveras), *apiá* (apear), *burraio* (borralho), *menhã* (manhã);
- c. com vogal posterior média: *arrudeio* (rodeio), entre outros.

Há também ocorrência do fenômeno oposto, de abaixamento da vogal – *fonção* (função), *antão* (então) – mas com menor frequência. O que podemos dizer, a partir dos dados, é que a presença de um segmento sonoro iniciado pelo fonema /e/ leva a alçamento categórico, como em *isparrachado*, *istrangulado*, *intregá*, *intiriça* (icterícia), *inxirido*, *inguiço* etc., independentemente da altura vogal seguinte. E esta tendência se faz notar entre os falantes mineiros de outras regiões, de diferentes faixas etárias ou graus de escolaridade.

Uma quantidade razoável de monotongação também é observada nas três regiões, sendo a região de Passos onde mais ocorre tal metaplasmo: cerca de um quinto dos dados, nesse local, apresenta o enxugamento do grupo vocálico, divergindo da pronúncia padrão. São exemplos de monotongação (extraídos do *corpus* de Freitas 2010) *leiteiro* (leiteiro), *munho* (moinho) e *oto* (outro).

A iodização é um dos metaplasmos mais recorrente nos dados averiguados, especialmente em Passos e na Serra do Cipó, perfazendo cerca de 10% dos dados advindos de ambas as regiões. Exemplos das respectivas áreas podem ser citados: *oreia da árvore* (orelha da árvore) e *trabaiano* (trabalhando). Ou seja, tais vocábulos passam a ter uma modificação, com a neutralização da consoante palatal /ɲ/ e a articulação de uma vogal alta [i] em substituição.

Para os demais falantes do Português Brasileiro, uma das características mais marcantes do falar mineiro é a percepção de que o falante “come” pedaços das palavras ao pronunciá-las. Os dados aqui discutidos confirmam essa percepção do senso comum, considerando-se a ocorrência razoável de processos fonológicos que envolvem redução de segmentos dos vocábulos, como a aférese, a síncope, a apócope e a monotongação. Portanto, a despeito de haver diferenças nas porcentagens encontradas para cada varável nas regiões investigadas, nossa pesquisa atestou uma tendência a suprimir segmentos das palavras. Além disso, evidenciou outro traço fonológico consistente do falar mineiro, a saber, o alçamento de vogais, tanto as posteriores quantos as anteriores.

Relacionando esses achados ao que Bortoni-Ricardo (2005) nos trouxe em termos de “não estigmatização”/“estigmatização”, verificamos que os metaplasmos mais recorrentes nas regiões mineiras pesquisadas não são aqueles que sofrem de-

preciação social: apócope, síncope, aférese, alçamento de vogais e monotongação. A iodização, sim, seria um processo morfofonológico alvo de críticas e ocorre em cerca de 10% dos dados da região de Passos e da Serra do Cipó. No Vale do Jequitinhonha, tal processo foi pouco registrado nos dados estudados.

No que diz respeito às apócopies ocorrentes nos dados, verificamos algumas que são destoantes do padrão, mas que, por serem produzidas por falantes de diversos extratos socioeconômicos e culturais, não são fatores de estigmatização, em especial quando se trata do apagamento do fonema /R/ final de verbos – *apagá, levá, intregá, posá* (pousar) – tal fenômeno de mudança encontra-se bastante disseminado entre os falantes mineiros. No entanto, é bem marginal a ocorrência em nomes, mas exemplos foram encontrados nos *corpora*: *cantadô* (cantador), *levadô* (levador), *marchadô* (marchador). Outras formas em que se verificaram apócopies, porém, são identificadas como inerentes a falantes de pouca escolarização e costumam gerar reação discriminatória no ambiente urbano, como *arraiaá* (arraial), *balaim* (balainho), *de coque* (de cócoras), *ofíci* (ofício).

Com relação à ocorrência de síncopes, dos dados analisados, verificamos alguns exemplos: *corgo* (córrego), *cuntu á* ([tudo] quanto há), *madugada* (madrugada), *com'dé fé* (quando dei fé ‘quando percebi algo’), *mode* (para mor de ‘para que’), formas que geralmente provocam avaliação negativa, como sendo típicas de um falar “caipira”.

Em relação às monotongações, verificamos que, de um modo geral, o [ei] torna-se [e] diante do tepe em 72% das vezes e o ditongo [ou] torna-se [o] em diversos contextos em 10% das vezes. No que diz respeito a esse universo (transformações de [ei] e [e] e de [ou] a [u]), não verificamos ainda variações que geram reação discriminatória. Exemplos podem ser citados: *violero* (violeiro), *tropero* (tropeiro), *tocinho* (toucinho). Nos demais casos, em quase dois quintos da amostra, observamos alguns casos de monotongação em que não há discriminação pela sociedade, como em *caxa* (caixa), mas verificamos outras ocorrências que são passíveis de serem alvo de discriminação. Exemplos podem ser citados: *cumerço* (comércio), *taba* (tábua), *tiriça* ou *intiriça* (para icterícia).

A aférese é fenômeno recorrente ao longo do tempo, o que aparece tanto na variação de itens como *alevantar/levantar*, como em *aguentalguenta*. O fato de alguns desses itens serem retenções de formas arcaizantes – como *alembrar* e *alevantar* – nos mostra um processo recorrente no português brasileiro, em que há um período de convivência entre formas durante algum tempo, mas com tendência à queda dos fonemas iniciais – *esperar/perar, assentar/sentar* etc.

Por fim, no que tange aos metaplasmos ocorrentes nas três obras, os processos fonológicos que indicam inserção de segmentos (prótese, epêntese e paragoge), troca de posição de sequência fonêmica (metátese) e rotacismo não foram encontrados em frequência significativa nos dados pesquisados.

7. Análise de fraseologias presentes nos glossários mineiros

No léxico das regiões investigadas, verificamos algumas fraseologias que apresentam sinonímia entre si ou que são do mesmo campo semântico e que, portanto, funcionam como expressões que formam e ampliam o léxico rural mineiro. No estudo realizado, verificaram-se algumas expressões ligadas à noção de tempo e, como delimitação de estudo, este trabalho vai deter-se em tais fraseologias. Trata-se de expressões que marcam períodos do dia ou da vida de um sujeito.

Em Freitas (2012), encontramos duas expressões idiomáticas para indicar o início da noite. *Barra do dia* é o termo usado por um falante da Serra do Cipó, para indicar ‘momentos que antecedem a noite; horas finais do dia’ (Freitas 2012: 265) e *boca da noite* significa ‘início da noite, anoitecer’, nas palavras de Freitas (2012: 267). No Vale do Jequitinhonha, esta última expressão também foi encontrada, conforme o exemplo: “Entrô aquele ventin, assim, da boca-da-noite. Esse ventin daqui é saúde pra gente” (Antunes 2013: 54).

Verifica-se, em Passos, na Serra do Cipó e No Vale do Jequitinhonha, um sintagma preposicional que funciona como advérbio, qual seja: *de primeiro* (Ribeiro 2010: 123), Freitas (2012: 136) e Antunes (2013: 98). Em Ribeiro, o significado da expressão é ‘primeiramente, antes de tudo ou de todos’ e o exemplo é “De primero, antigamente ês falava que esse beja-flore era munto ruim”. Em Freitas, o significado trazido para essa expressão é ‘antigamente; outrora’ e um exemplo que pode ser citado é “De primero era no pilão né... pilão igual esse aí ó... ca gente socava... agora tem o aranholi enche o tambori e roda pa podê tirá o azeite”. Em Antunes (2013: 98), a definição é ‘tempo ou época bem anterior em relação ao momento em que se fala; antigamente’. O exemplo trazido pela autora é “Diz que o bicho aparicia, de primero, só ni Fortaleza, que hoje chama Pedra Azul, que er’um lugá onde Judas perdeu as bota”.

Conforme já dito, para Leal / Mendes (2006: 54) “o aspecto da sinonímia é importante porque revela uma característica típica do léxico no que diz respeito à variabilidade de palavras para expressar um determinado fenômeno linguístico”. Nesta perspectiva, vê-se, em Ribeiro (2010), uma expressão encabeçada por uma preposição, *em antes*, sinônima de *de primeiro*, isto é, ‘antigamente’.

Há ainda outras expressões idiomáticas que podem constar no campo semântico de designação de tempo. Por exemplo, a expressão *ganhar um dia* (Freitas 2012: 257) tem como significante algo ligado a tempo, mas indica uma atividade, e tal fraseologia passa a ideia de se ganhar um pagamento referente a um dia de trabalho. De forma interessante, ainda, observa-se, em Freitas (2012: 134), outra expressão que começa com verbo e designa tempo aproximado: *dar na base*. Um exemplo: “Ô drumi quano deu na base assim de... de... três hora eu cordei”. Trata-se, portanto, de uma fraseologia que faz alguma referência a tempo.

Apesar de terem sido observadas somente no *corpus* do Vale do Jequitinhonha, há algumas expressões idiomáticas usadas para designar a morte, que, em suma, podem

ser consideradas o final de um tempo, o tempo de vida de uma pessoa. São elas: *abutuar o palitô* (abotoar o palitô: ‘perder a vida, morrer’; Antunes 2013: 30), *batê as bota* (bater as botas: o mesmo que ‘falecer’; Antunes 2013: 50) e *batê caçuleta* (bater cacholeta: ‘perder a vida, morrer’; Antunes 2013: 50). Há outra expressão que, embora tenha um significado um pouco distinto das aqui apresentadas, parece poder, em determinados contextos, servir de sinônima: *i pra terra dos pés juntos* (ir para a terra dos pés juntos: o mesmo que ‘cemitério’; Antunes 2013: 134). Verificamos, portanto, que tais expressões comportam-se como verdadeiros itens do léxico do Vale do Jequitinhonha.

Pode-se verificar a produtividade de determinadas palavras componentes de uma expressão idiomática. Por exemplo, na Serra do Cipó, são observadas duas expressões relacionadas a tempo, mas que se distinguem, em função do complemento do primeiro componente: *vorta da lua* (mudança da fase da lua) e *vorta do dia* (que significa ‘horário do dia próximo às doze horas’) (cf. Freitas 2012: 294); em ambas, o item *vorta* (volta) indica passagem por um marco temporal de mudança.

A demonstração dessas duas expressões nos acena para a seguinte possibilidade: se de um lado as expressões idiomáticas comunicam-nos certos valores socioculturais e ampliação do léxico de uma dada região, pois há necessidade de novas categorizações para um mesmo evento ou para eventos distintos, de outro lado, há regularidades do ponto de vista linguístico, que não nos podem escapar. O que se verifica, em *vorta da lua* e *vorta do dia* e em *batê as bota* e *batê a caçuleta*, diz respeito à estrutura argumental de nomes, de verbos etc. *Da lua* e *do dia* são argumentos predicados por *volta*.

Ao lado de *batê as bota* e *batê a caçuleta* (Antunes 2013: 50), vemos, em Freitas, algumas outras expressões que ocorrem com o verbo *bater*, o qual predica argumentos em sua composicionalidade: *bater cabo* e *bater sabão* e, por extensão, o nome derivado desse verbo, *batedor*, de batedor de caixa. *Bater cabo* significa ‘trabalhar na lavoura capinando ou roçando a vegetação’ e *bater sabão* significa ‘misturar com vigor os ingredientes utilizados na confecção do sabão até obter a textura necessária’. *Batedor de caixa* é ‘músico responsável por tocar caixa em rodas de batuque’ (Freitas 2012: 265). Paralelamente a esses exemplos, há outros retirados de Antunes (2013), quais sejam: *batê a passarinha* (‘preocupar-se com algo ou alguém; incomodar-se’), *batê boca* (‘discutir acaloradamente’), *batê perna* (‘andar à toa’) (Antunes 2013: 50). O verbo *bater*, na composição de tais expressões idiomáticas, parece estar em processo de mudança de *status*, em que novo sentido lhe é atribuído em contextos específicos de uso. Assim sendo, parece tratar-se de um processo de gramaticalização⁴, em que as expressões aqui apresentadas devem inserir-se em sentenças com sujeito [+humano], [+agentivo] e a ação pressuposta indica um processo, exceto em

⁴ “Gramaticalização” entendida como processo morfofonológico em que itens lexicais vão gradualmente perdendo seu status lexical e adquirindo funções sintáticas. Ver a respeito Hopper / Traugott 2003.

batê as bota e batê caçuleta, em que se expressa um evento inerente (o sujeito é um experienciador).

Se o verbo *bater* entra na composição de tais estruturas encontradas no Vale do Jequitinhonha, temos uma quantidade maior de dados encontrados nas três regiões pesquisadas constituídos pelo verbo *dar*, que demonstra estar em franco processo de gramaticalização. Em Passos, há *dar cria* (o mesmo que 'parir') de acordo com Ribeiro (2010: 225). Na Serra do Cipó, foram catalogadas as seguintes fraseologias: *dar de bunda* ('dar meia volta'), *dar escola* ('ministrar aulas') e *dar na base* (o mesmo que 'aproximadamente') (Freitas 2012: 273-274). No Vale do Jequitinhonha (Antunes 2013: 92-97), foram encontradas 28 ocorrências de expressões encabeçadas pelo verbo *dar*. Algumas delas são: *dá com a cara em* ('ir de encontro a uma barreira de modo a que o rosto bata nessa barreira'), *dá com a língua nos dentes* ('falar sobre algo que deveria ser mantido em segredo'), *dá fé* ('captar algo por meio dos sentidos'), *dá fogo* ('atirar'), *dá murro em ponta de faca* ('tentar resolver um problema encarando-o, mas não alcançar sucesso'), *dá na veneta* ('decidir-se por algo abruptamente'), *dá o ponto* ('repetir, conforme comportamento típico da escola antiga'), *dar couro* ('punir com tapas, murros, chicotear, dar varadas'), *dá no coro* ('satisfazer exigências, sobretudo as sexuais'), *dá nó em pingo d'água* ('conseguir, devido à força de vontade e à esperteza, algo considerado muito difícil'), *dá no pé* ('escapular em situações de maior pressão'), *dá o braço a torcer* ('não permanecer no propósito ou não persistir na sua própria opinião'), *dá o pira* ('escapular para não precisar resolver um problema'). Pode-se depreender, desses exemplos, que há previsão de um processo com conotação ora de 'briga', ora de 'tomada de decisão'.

8. Considerações finais

Neste artigo, conseguimos demonstrar, a partir de análise de três obras que versam sobre falares rurais de Minas Gerais, processos fonológicos diversos, que vêm operando há séculos, concorrendo para a configuração do léxico do português brasileiro como um todo e do mineiro, aqui destacado. A ocorrência significativa de fenômenos fonológicos como alçamento de vogais, monotongação, apócope concorre para dar ao falar mineiro algumas nuances que permitem rápida identificação deste, em face a outros falares brasileiros, como o ritmo acentual, marcado pela intensidade prosódica que se nota na oposição sílaba tônica x átona: isso se salienta no apagamento de vogais curtas, seja por meio da apócope de vogais (*leite* > *leit*: a vogal final é levemente sibilada, não pronunciada efetivamente) seja por meio de sincopes (*córgo*, *lidileite* < *litro de leite*) ou de aféreses (*péra*, *guenta*) etc.

Salientamos que grande parte desses fenômenos não gera formas estigmatizadas, haja vista que boa parte dos brasileiros fala de forma similar – são os chamados

traços graduais, que abrangem falantes de diferentes estratos socioeconômicos e culturais. Outros fenômenos fonológicos, destacados em nossa análise, no entanto, são mais propensos a causar estigmatização, dada a restrição de sua utilização a falantes da zona rural.

Por fim, procedemos à apresentação de algumas fraseologias, que carregam valores arraigados em um povo mineiro, morador dos caminhos do ouro e do gado. Essas fraseologias comportam-se como verdadeiros itens lexicais, uma vez que não podemos decompô-las e encontramos expressões sinônimas, tal como ocorre com as palavras de uma dada língua. Verificamos, nos *corpora* estudados, a presença de sinonímia em um mesmo léxico ligado a períodos de tempo (do dia, da vida de um sujeito). Além disso, foi verificada uma regularidade no uso de determinados verbos, mais precisamente bater e dar, como base para formação de fraseologias. Desse estudo, têm-se pistas de uma gradual mudança no *status* de tais verbos, que parecem estar passando por processo de gramaticalização, perdendo sua carga semântica própria em prol de uma semântica global do composto. O registro em obras como as analisadas e no banco de dados do *TLPGP*, além de garantir perenidade às formas, dá a conhecer a diversidade e a riqueza dos processos linguísticos operantes no estágio atual da Língua Portuguesa no Brasil e, no caso em tela, no Estado de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVAREZ, Rosario (coord.): *Tesouro do léxico patrimonial galego e português*. Santiago de Compostela: Instituto da Língua Galega. <http://ilg.usc.gal/Tesouro/pt/>.
- ANTUNES, Carolina (org.) (2013): *Dicionário do dialeto rural do Vale do Jequitinhonha Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2005): *Nós chegemu na escola, e agora? Sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel (1960): *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: INEP.
- FREITAS, Cassiane Josefina de (2012): *Café com quebra torto: um estudo léxico-cultural da Serra do Cipó/MG*. Dissertação de mestrado. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais. <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LETR-8ZDNDV5/1468m.pdf>.
- HOPPER, Paul J. / Elizabeth C. TRAUGOTT (2003): *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LEAL, Maria Auxiliadora da Fonseca / Soélis Teixeira do Prado MENDES (2006): “Jeitinho brasileiro: A expressão idiomática no português do Brasil: uma contribuição para o léxico da língua”, em Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (org.), *O Léxico em estudo*. Vol. 1. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 43-57.

- RIBEIRO, Gisele Aparecida (2010). *O vocabulário rural de Passos/MG: um estudo linguístico nos Sertões do Jacuhy*. Dissertação de mestrado. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais. http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LETR-8TBNKY/o_vocabul_rio_rural_de_passos.pdf.
- ZÁGARI, Mário Roberto (2013): “Os falares mineiros: esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais”, em Vanderci de A. Aguilera (org.), *A geolinguística no Brasil – trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: EDUEL, 45-73. <http://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitaisgratuitos.php>.

Marcas de uso em um dicionário dialetológico: as marcas de tecnoleto

Carolina Antunes

Universidade Federal de Minas Gerais
antunes_carolina@yahoo.com.br

Maria José Francisco de Souza

Universidade do Estado de Minas Gerais
mariajosef1797@gmail.com

Labels in a Dialectological Dictionary: Technolect Labels

Resumo

Este trabalho resulta de um estudo mais amplo que buscou identificar as marcas de uso inventariadas no *Dicionário do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha*. As marcas de uso são pistas ou traços observados no item lexical ou na sequência de itens lexicais, que assinalam seu espaço e tempo de ocorrência. Na referida obra, foram identificadas 1.142 marcas, que foram organizadas em quatro categorias: temporais, espaciais, sociais e de tecnoleto. Aqui, são apresentadas e analisadas doze marcas de tecnoleto, as quais integram o que se pode denominar *língua de especialidade* e designam conceitos que revelam o desenvolvimento da ciência e da técnica no espaço e no tempo. Considera-se que o estudo das marcas de uso, em geral, e das de tecnoleto, em particular, é de suma importância para os atuais estudos lexicais, uma vez que, no mundo contemporâneo, o léxico das línguas modernas em geral e, dentre elas, o da Língua Portuguesa, tem tido um aumento vertiginoso. Isso vem ocorrendo em virtude das grandes mudanças sociais e da atuação dos meios de comunicação de massa e das telecomunicações, cuja frequência e intensidade vêm estimulando a integração das culturas e dos povos, a adoção de novos hábitos, costumes, comportamentos sociais e, conseqüentemente, propiciando o abandono gradativo de outros e do léxico que os designavam.

Palavras-chave

Lexicografia, marcas de uso, tecnoleto

Sumário

1. Introdução. 2. Marcas de uso: pistas espaço-temporais. 2.1. As marcas de uso em um dicionário dialetológico. 3. As marcas de uso de tecnoleto. 4. Considerações finais.

Abstract

The present work is the result of an ample study that sought to identify the labels inventoried in the *Dictionary of the Rural Dialect from Vale do Jequitinhonha*. Labels are clues or traces found in a lexical item or in a sequence of lexical items which indicate their space and time of occurrence. In the aforementioned work, 1.142 marks were identified and classified into four categories: temporal, spatial, social, and of technolect. In this study, 12 marks of technolect that were identified in the dictionary in question have been presented and analysed. These marks constitute what may be termed *specialist language* and designate concepts that reveal the development of science and technique over time and space. The study of labels in general and of technolect marks in particular is considered to be of utmost importance to current lexical studies, given that, in the contemporary world, the lexicon of the modern languages in general and of Portuguese in particular is sharply increasing. This is due to major social changes and to the activity of mass media and telecommunications, the frequency and intensity of which have been stimulating the integration of cultures and peoples and the adoption of new habits, customs, and social behaviours, thus causing the relinquishing of older forms and of the lexicon that denoted them.

Keywords

Lexicography, labels, technolect

Contents

1. Introduction. 2. Labels: spatial and temporal clues. 2.1. Labels in a dialectologic dictionary. 3. Labels of technolect. 4. Final remarks.

1. Introdução

Neste artigo, é apresentado e analisado um conjunto de itens lexicais que se configura como marcas de uso de tecnoleto. Trata-se de parte de um estudo mais amplo sobre marcas de uso¹, que mapeou os verbetes de um dicionário dialetológico (Antunes 2013) que traziam informações sobre as marcas de uso, informações ainda pouco comuns (Borba 2003) nos dicionários em geral. O conjunto de doze verbetes, objeto de análise neste texto, permite apreender um traço importante da região em que os dados para a produção do dicionário foram coletados, a saber: há um conjunto de objetos que esteve muito presente no cotidiano dos indivíduos daquela região, mas que, em sua maioria, foi substituído por outros ou caiu em desuso e, atualmente é considerado obsoleto ou é totalmente desconhecido pela geração mais jovem. Esses objetos carregam, simultaneamente, marcas do tempo e do espaço em que foram mais amplamente utilizados e dos ofícios/fazeres de determinado grupo social, conforme detalhado mais adiante.

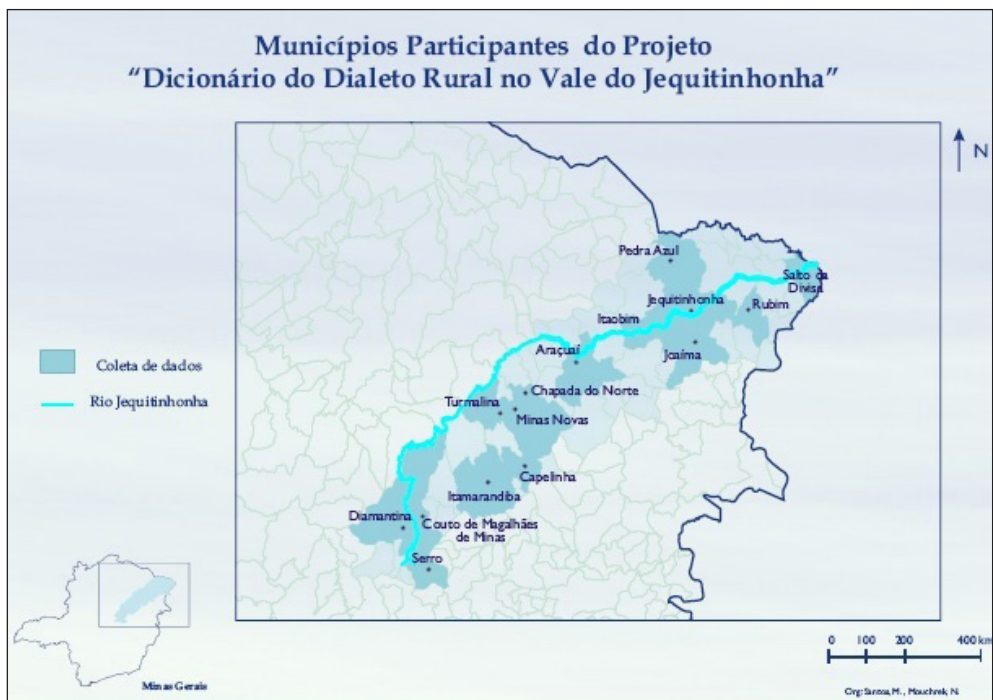


FIGURA 1. MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PROJETO *DICIONÁRIO DO DIALETO RURAL NO VALE DO JEQUITINHONHA* (FONTE: ANTUNES 2013: 13)

¹ Pesquisa realizada durante o período de Pós-Doutorado em Linguística no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Faculdade de Ciências e Letras (UNESP), sob a supervisão da Profa. Dra. Clotilde Azevedo Murakawa.

O *Dicionário do dialeto rural no vale do Jequitinhonha* resulta de um estudo do vocabulário da língua falada na zona rural de municípios do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, a partir de uma coleta de dados feita no período correspondente às décadas de 1980 a 2000. No trecho situado no Estado de Minas Gerais, a região denominada vale do Jequitinhonha é, em geral, dividida em alto, médio e baixo Jequitinhonha. O dicionário foi produzido a partir de dados coletados em 15 municípios – Serro, Diamantina, Couto de Magalhães de Minas, Itamarandiba, Capelinha e Turmalina, no Alto Jequitinhonha; Minas Novas, Chapada do Norte, Araçuaí e Itaobim, no Médio Jequitinhonha; Jequitinhonha, Joáima, Rubim, Pedra Azul e Salto da Divisa, no Baixo Jequitinhonha –, que se situam nas margens direita e esquerda do Rio Jequitinhonha, conforme mostra a figura anterior.

2. Marcas de uso: pistas espaçotemporais

Os estudos que se referem à linguagem, em geral, e à língua e ao léxico, em particular, têm verificado sua capacidade de se transformar conforme o tempo e os espaços geográficos e sociais. A essa capacidade que privilegia o desempenho da principal função da linguagem – a de ser instrumento de comunicação e interação social – associam-se noções de fundamental importância: a noção de território, de cultura e de memória. Giménez (1996: 9-30) afirma que

El territorio [...] espacio estructurado y objetivo estudiado por la cartografía física y representado (o representable) cartográficamente está lejos de ser un espacio “virgen”, indiferenciado y “central” [...]. Se trata siempre de un espacio valorizado sea instrumentalmente (v. g. bajo el aspecto ecológico, económico o geopolítico), sea culturalmente (bajo el ángulo simbólico expresivo).

Observe-se que território é definido como um constructo que remete a um processo, a algo que se fabrica e que, sem limites precisos, não é um dado *a priori*, mas uma construção fundamentada em critérios diversos – geográfico, econômico, político-administrativo, histórico-cultural –, em que o aspecto sociocultural é de extrema relevância. Por isso, o território só existe enquanto valorizado de múltiplas formas: como zona de refúgio, meio de subsistência, espaço de inscrição de um passado histórico ou de uma memória coletiva, símbolo de identidade socioterritorial, dentre outras.

Giménez (1996) adota uma concepção de cultura baseada na semiótica, o que implica defini-la como um conjunto de significantes. Nesse sentido, a dimensão simbólico-expressiva de todas as práticas sociais se manifesta através de símbolos, atitudes, valores, representações, modelos, atitudes inerentes à vida social. Assim sendo, uma primeira dimensão para a compreensão dos territórios é vê-los como espaços de inscrição da cultura e, como tais, marcados pelas pegadas da história e pelo trabalho

do homem através de instituições e práticas culturais espacializadas, de traços culturais objetivados nos comportamentos e nas formas linguísticas.

O espaço se realiza, então, além de sua forma física, como um conjunto indissociável de relações entre indivíduos, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, naturais e sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima. Assim, o homem estrutura a dinâmica social constituída de relações definidoras da sociedade num dado momento e molda o espaço em que vive através da memória que congrega todo seu conhecimento. Essas transformações contam uma história que se nutre de imagens, máscaras, fetiches, que designa uma expectativa, um cotidiano, valores, usos, hábitos e crenças do ser humano.

À luz dessas noções, vale acrescentar que essa história é, principalmente, transmitida por signos verbais ou pela *linguae*, mais precisamente, pelo léxico, ao qual se associam aspectos da cultura nacional, das culturas regionais, da história da língua, enfim, visões de mundo e valores da sociedade. Dessa forma, através da multiplicidade de faces do item lexical (que tem o poder de comunicar, criar, designar, delimitar, descrever, denunciar, nomear, referir, sugerir), a língua valoriza o território e/ou espaço, inscrevendo seu passado histórico e/ou sua memória cultural.

Inserida no território, como importante elemento da cultura que veicula, a língua, concebida como um sistema em uso em contextos comunicativos, caracteriza-se como uma construção interminável, decorrente da ação conjugada de parâmetros que possibilitam sua descrição: o parâmetro geográfico, que se refere a sua localização; o social, que se relaciona a um conjunto de características referentes à identidade dos falantes e à organização da comunidade de fala, e os fatores econômicos e políticos, diretamente atrelados ao fator social, possibilitando o entendimento da influência exercida pelo ambiente através da experiência social.

Assim é que, no contexto das ciências humanas e sociais, pensa-se a língua – assim como se pensa a cultura – numa concepção não normativa, como um processo dinâmico, no qual as transformações ocorrem, especialmente no léxico, em todo tempo e lugar, evidenciando que a variedade linguística de qualquer comunidade se reveste de importância, visto que porta significados que traduzem a dimensão simbólico-expressiva de todas as práticas sociais: signos, símbolos, modelos, atitudes, valores inerentes à vida social. Há de se associar, pois, na comunicação em um determinado contexto social e cultural, a visão de língua não só como elementos estruturais usados pelos indivíduos, mas também como instrumento de interação social.

2.1. As marcas de uso em um dicionário dialetológico

Valendo-se, portanto, no seu sentido mais amplo, de recursos de natureza léxica – fonéticos, morfológicos, sintáticos e semântico-pragmáticos –, a língua o faz para

atingir e cumprir os propósitos comunicativos dos seres humanos, evidenciando que o léxico, nível linguístico que melhor expressa a mobilidade das estruturas sociais, se associa ao processo de nomeação e cognição da realidade, sendo, por isso, um elemento fundamental na veiculação do conhecimento do mundo. Responsável por expressar tal competência em relação a um determinado grupo social, o léxico, sendo um sistema aberto e tendo essa função maior, satisfaz suas necessidades comunicativas configurando-se como expressão de identidade pessoal e coletiva. Dessa forma, conforme a historiografia, nada e ninguém estão alheios ao que ocorre na sociedade, já que toda produção sincrônica é decorrente de uma ação diacrônica. Em relação à produção linguística, diz Mattos e Silva (1991: 13-14): “Nada ou quase nada [...] se perde, tudo se transforma e é observando o passado que se podem recuperar surpresas que o presente, com frequência, nos faz. Para umas perplexidades que a variação sincrônica levanta, um rápido olhar sobre a história passada esclarece”.

Nessa direção, discussões procedentes da sociolinguística, da análise do discurso, da linguística textual, dentre outras, possibilitam uma base teórica para que sejam feitas novas leituras não só de manifestações culturais e linguísticas oficiais, como também de manifestações culturais periféricas e variantes linguísticas não padrão, enfatizando a importância das marcas de uso e comprovando a mobilidade que caracteriza o meio pelo qual o homem expressa seu pensamento ao longo do tempo. Priorizando o estudo dessas marcas no *Dicionário do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha*, afirma-se que, metodologicamente, se reitera um “entrelugar” nos estudos linguísticos, a partir do enfoque de um aspecto de uma variante diatópica falada e, em geral, discriminada.

Numa tentativa de caracterizar essas marcas, destaca-se que a linguística, sendo ciência histórica, vê a língua como instituição social que reflete a história socio-cultural de um povo, de uma comunidade, uma vez que modela uma imagem de mundo na qual as marcas de uso exercem papel importante para o conhecimento desse mundo. A literatura sobre variação linguística ratifica a ideia de que qualquer variação está sempre em relação a uma norma e a uma língua padrão e que as marcas de uso são um instrumento válido para descrever esta e aquela sob variados pontos de vista: espacial, social, temporal.

Convém lembrar, ainda, um aspecto de particular relevância: a afirmação de estudiosos do léxico segundo a qual os dicionários, *grosso modo*, deixam a desejar quanto ao registro dessas marcas, sendo que, com muita frequência, elas não vêm claramente explicitadas na introdução dessas obras. Nessa direção, Borba (2003: 19) menciona notações como *desusado*, *pouco usado*, *raro* etc., frequentes em dicionários tradicionais, sem a necessária explicação do que significam, o que Haensch (1982: 150), de certa forma, parece confirmar:

Em realidad, se podrían codificar en obras lexicográficas específicas, especialmente en diccionarios, los vocablos con determinadas connotaciones. Poco se

ha hecho en este sentido en español, con excepción de algunos diccionarios de voces tabuizadas, como *El Diccionario secreto de C. J. Cela* y *La Enciclopedia del erotismo*, mientras que para otras lenguas ya disponemos de diccionarios diafásicos, tal como, para el francés, un *Dictionnaire de injures*.

Fazer um refinamento de análise das marcas de uso no *Dicionário do dialeto rural no vale do Jequitinhonha* com vistas não apenas ao (re)conhecimento da rede semântica do mundo rural, como também a uma sistematização e a uma definição mais rigorosa dessas marcas é, portanto, oportuno, já que tais marcas se distinguem ora pela frequência de arcaísmos ou de neologismos, ora pela grande frequência de marcas sociais, tais como hipérboles, eufemismos etc. Tendo em vista essas considerações e a classificação de marcas de uso que, de acordo com Alain Rey (*apud* Strehler 2001: 174), “podem ser divididas em cinco grupos [...]: temporal, espacial, social, de tecnicismos e de frequência”, conclui-se que a investigação no sentido desse refinamento se configura como uma trilha produtiva nos/dos estudos linguísticos. Paralelamente, essa investigação possibilita distinguir a variação linguística e esclarecer relações entre a linguagem e outros comportamentos individuais e sociais.

Reconhece-se que a definição e a caracterização dessas marcas se revestem de complexidade e pretende-se colaborar para o desenvolvimento dos estudos do léxico e mostrar que as marcas de uso, entre outros instrumentos lexicais, podem dar a conhecer peculiaridades do português do Brasil. Assim sendo, apresenta-se a definição que norteia, em Antunes (2013: 16), a análise das marcas de uso,

que se definem e/ou se caracterizam como pistas ou traços observados no item lexical ou na sequência de itens lexicais que, assinalando seu espaço e tempo de ocorrência, denotam o envolvimento histórico e sociocultural do usuário sob e a partir do qual ocorre a (re)criação vocabular, portadora de aspectos linguístico-culturais que evidenciam visões de mundo e valores da sociedade.

Silva (*apud* Isquierdo e Oliveira 2001: 119-123) apresenta as competências atinentes aos estudos lexicais: a competência que evidencia “o *locus observandi* do percurso social dos usuários” de determinada língua; a competência que classifica “as variáveis *tempo e espaço* do discurso”; a competência que possibilita “a ampliação do universo mental do falante”. A primeira competência conduz o usuário à aprendizagem e à fixação da realidade extralingüística e do saber linguístico de uma comunidade, o que pode levá-lo a apreciar e a conhecer a cultura e a língua de determinado grupo. Nesse sentido, observem-se as palavras de Oliveira (1999: 109-115), para quem “a palavra é o lugar de observação dos fatos e dos feitos que pontuam o saber das gentes...”. Tal aspecto pode ser verificado na entrada da unidade lexical *assinatura* no *Dicionário do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha*, em que essa unidade é uma forma para designar a “mulher do interlocutor” que, depois do casamento, leva seu sobrenome.

A segunda competência remete ao conhecimento de particularidades lexicológicas, que se configuram como elementos significativos e explicitadores do tempo e do espaço, e a terceira diz respeito ao fato de os estudos de base lexical possibilitarem avaliar, através da língua, o universo físico e cultural do usuário, visto que o vocabulário no processo de comunicação é extraído do seu léxico mental. Daí, a função da memória, que estoca e ordena os itens necessários à enunciação e gere, administra o acervo que possibilita a recuperação dos enunciados estruturados em redes semânticas e campos lexicais.

Assim sendo, o léxico, visto como um sistema constituído por uma reunião de vocábulos que reproduzem o patrimônio sociocultural de uma dada comunidade, testemunha a vida, a história e a cultura dessa comunidade em suas diferentes épocas, e o vocábulo, contaminado pelo ambiente semântico criado por outros vocábulos com os quais é associado, porta conotações afetivas, depreciativas, estilísticas dentre outras que podem ser expressas pelas marcas de uso e por elas reforçadas e/ou intensificadas. Haensch (1982: 97) afirma: “Como criterios lingüísticos fundamentales para realizar una tipificación de esta índole podemos adoptar aquellos que se basan en los distintos modos de ser de la lengua y en los distintos aspectos de la descripción lingüística”.

Essas marcas são estratégias que podem conduzir o leitor a uma visualização do espaço dinamizado em suas múltiplas configurações: o espaço existencial, mítico, psíquico, religioso, social, pois que são instrumentos válidos para a descrição da variação linguística sob o ponto de vista da relação entre língua, cultura e sociedade e também da imbricação entre as marcas de uso espaciais, temporais, sociais e de tecnoleto. Especificamente a respeito das marcas de uso de tecnoleto, pode-se afirmar que essas marcas são parte viva da língua, patrimônio social do Vale do Jequitinhonha e signos operacionais por meio dos quais os habitantes dessa região podem pensar, expressar seus sentimentos e manifestar suas ideias.

Acrescente-se que, na região em pauta, se constata o implemento da chamada *modernização tardia* (Souza 2010), em que se observa a não equivalência entre a modernidade cultural e a modernização social, econômica e industrial. Nessa superposição de espacialidades e temporalidades, ocorrem, convivem e se misturam o arcaico e o moderno, o rural e o urbano, o local e o global, o padrão e o não padrão, evidenciando que as identidades são definidas transterritorial e multilinguisticamente.

Nesse sentido, com base em Labov (1972: 62-79) e em outros estudiosos da variação linguística e em fatores que se relacionam com o desenvolvimento da linguística nos tempos atuais, a análise de todas as marcas de uso foi feita a partir da aferição de sua ocorrência na obra em foco e possibilitou o reconhecimento de quatro categorias de marcas de uso: temporais, espaciais, sociais e de tecnoleto. No quadro a seguir, são apresentadas as quatro categorias identificadas, suas respectivas subdivisões, com o número parcial e total.

Marcas de uso = 1142										
Temporais = 289				Neo	Espa- ciais = 556	Sociais = 296				De tec- noleto = 12
Retenções linguísticas						Apr.	Ch.	Depr.	Euf.	
Arc.	Arcaiz.	Obs.	Arc. Br.							

QUADRO 1. CATEGORIAS DE MARCAS DE USO

3. As marcas de uso de tecnoleto

No mundo contemporâneo, o léxico das línguas modernas em geral tem tido um aumento que se pode denominar vertiginoso. Isso vem ocorrendo em virtude das grandes mudanças sociais e da atuação dos meios de comunicação de massa e das telecomunicações, cuja frequência e intensidade vêm estimulando a integração das culturas e dos povos, a adoção de novos hábitos, costumes, comportamentos sociais e, conseqüentemente, propiciando o abandono gradativo de outros e do léxico que os designavam.

Essa dinâmica pode ser observada no *Dicionário do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha*, dentre outros aspectos, no que diz respeito às marcas de uso de tecnoleto, que integram a língua de especialidade. Essas marcas são caracterizadas pela peculiaridade de designar objetos relacionados ao desenvolvimento da ciência e da técnica no espaço e no tempo. Apresentam uma pequena frequência no dicionário analisado, mais precisamente, 12 ocorrências, ou seja, 1,05% em relação a todas as marcas. As unidades identificadas foram: *barrilero* (por *barrileiro*), *bastidô* (por *bastidor*), *cambão*, *candeia*, *candiero* (por *candeeiro*), *fifó*, *fuso*, *lamparina*, *mão de pilão*, *midida* (por *medida*), *prato* e *roda* (por *roca*).

Os itens lexicais *candeia*, *candiero* (*candeeiro*), *fifô* e *lamparina* remetem ao conhecimento de particularidades lexicológicas, que se configuram como elementos explicitadores do tempo e do espaço. Nesse caso, expressam a segunda competência (Silva 2001), uma vez que eles portam um mesmo significado básico e explicitam uma ocorrência significativa quanto à forma de iluminação nas variáveis tempo e espaço. *Candeia*, do séc. XIII, e *candeeiro*, do séc. XIV, mantêm a mesma base morfológica e têm suas características semânticas repetidas nas duas lexias mais novas: *lamparina*, do séc. XIX, e *fifô*, do séc. XX, formando com elas uma rede atuante, um marcador de um tempo em que não existia luz elétrica na região. A seguir, um detalhamento de cada um dos itens apresentados:

- I. CANDEIA: de acordo com Cunha (1982: 146), trata-se de palavra de origem latina *candela*, com registro *candea* no séc. XIII e *candeia* no séc. XVI, definido

como ‘pequeno aparelho de iluminação, abastecido com óleo’. Em Antunes (2013), o item é categorizado como em vias de arcaização e arcaico em relação ao português do Brasil. É um nome feminino, cuja ocorrência também foi registrada no estado de Tocantins e cuja definição é ‘objeto pequeno e rústico, feito de barro ou ferro, abastecido com azeite e usado, antes que houvesse energia elétrica, na iluminação de casas’. Há, ainda, o registro de um exemplo² de emprego do vocábulo: “Isso aqui é candeia. Antigamente a gente usava. Quando eu nasci... ocê pindurava assim na parede, ó, pa lumiá a casa” (Antunes 2013: 67).

2. CANDIEIRO: de acordo Machado (1987), trata-se de palavra de origem latina *candelariu* e o registro *candeeiro* data do séc. XIV. Assim como *candeia*, Antunes (2013) categoriza o item como em vias de arcaização e arcaico em relação ao português do Brasil. É um nome masculino, cuja ocorrência também foi registrada nos estados brasileiros de Alagoas, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e Tocantins. A definição elaborada pela autora é ‘Objeto de várias formas em que se colocava azeite ou querosene e no qual ficava embebida uma mecha em cuja ponta se acendia o fogo para iluminar o ambiente’ e o exemplo: “Eu fiquei sem sabê o que fazê pra pegá o minino. Eu num tinha passo, e el’ num podia acendê o candieiro” (Antunes 2013: 67).
3. FIFÓ: Machado (1987) apresenta datação do séc. XX e atribui origem onomatopaica para o vocábulo, pois estaria associado ao ruído assoprado feito pela chama do lampião assim chamado. Antunes (2013) classifica o vocábulo como obsoleto e arcaico em relação ao português do Brasil. É um nome masculino, cuja definição é ‘Pequeno lampião movido a querosene, com pavio e sem manga de vidro’. Como exemplo, temos: “Aqui tinha ainda gente que tem uns candieiro miudin, uns fifó. Piquininin, desse tamanin, né?” (Antunes 2013: 114).
4. LAMPARINA: Cunha (1982) registra o vocábulo *lamparina*, com datação do séc. XIX, e com origem castelhana *lamparilla*. Antunes (2013) categoriza o item como obsoleto e arcaico em relação ao português do Brasil. É um nome feminino, cuja ocorrência também foi registrada nos seguintes estados brasileiros: Amazonas, Rio Grande do Sul e Tocantins. A definição é ‘Pequeno objeto de latão ou cobre, formado por um reservatório onde se coloca querosene e se mergulha um pavio, cuja ponta, que atravessa uma pequena coluna superior do reservatório, é acesa para iluminar o ambiente’ e o exemplo apresentado: “Até hoje, muita gente das casas da zona rural só tem lamparina com querosene. Azeite usava, mas era antigamente” (Antunes 2013: 153).

² De acordo com Antunes (2013), os exemplos apresentados são oriundos tanto de fontes orais quanto escritas.

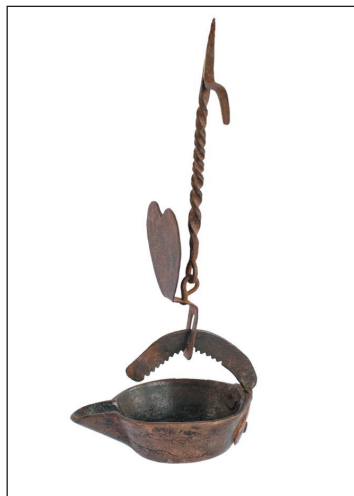


FIGURA 2. IMAGEM DE UM CANDIEIRO/CANDEEIRO (FONTE: ANTUNES 2013:69)



FIGURA 3. IMAGEM DE UMA LAMPARINA (FONTE: ANTUNES 2013:153)

As unidades lexicais *barrilero*, *midida* e *mão de pilão* têm seu ciclo de vida já traçado. A primeira refere-se a um objeto que não mais existe onde era frequente: nas casas de família em que suas donas ou suas empregadas fabricavam sabão, chamado “sabão preto”, destinado à lavagem de roupa. A segunda, *midida*, desapareceu das vendas, pois foi substituída, principalmente nos supermercados das sedes dos municípios, que aderiram ao uso da balança, objeto mais moderno e seguro para a aferição do peso. *A mão de pilão* ainda sobrevive dentro do pilão, num canto de sala, cada vez mais como objeto ornamental. A seguir o detalhamento desses itens:

5. BARRILERO: forma variante de *barrileira*, o vocábulo é categorizado como arcaico em relação ao português do Brasil. É um nome masculino, cuja definição é ‘Espécie de cesto de taquara trançada, mais largo na parte superior e menos na inferior, que era, também, aberto. Nele, a cinza, encalcada, gradativamente, com pequenas porções de água, transformava-se no líquido que foi substituído pela soda na composição do sabão’. Para esse vocábulo, foram apresentados dois exemplos: “Quando tava pra morrê, tia Nana voltô pro tempo antigo, quand’ela fazia sabão com a diquada do barrilero” e “Mamãe, cuidadosamente, esfregava os lençóis com bucha e sabão feito do caldo da cinza coada e curtida há dias no barrileiro” (Antunes 2013: 48).
6. MÃO DE PILÃO: nome feminino, com ocorrência registrada também nos estados de Pernambuco e Tocantins, cuja definição é: ‘peça de madeira, roliça e longa, cuja ponta arredondada é usada para socar, no pilão, grãos como arroz, milho, café’. Os exemplos apresentados são: “Com muita raiva e tristeza, a mulher pegou a mão de pilão e correu atrás do homem para matá-lo, mas ele saiu correndo com a bunda toda suja de ovo”, “Aqui no Fanado, nós ainda usa a mão de pilão pra socá as coisa, mas ni Minas Nova e Trumalina é só pra infeitá” (Antunes 2013: 166).
7. MIDIDA: Machado (1987) apresenta datação do séc. XIII, de origem latina *medire*; *midida*, *medida* de *medir*. Antunes (2013) categoriza o item como arcaico em relação ao português do Brasil. É um nome feminino cuja definição é: ‘recipiente de madeira que servia para medir farinhas e cereais, formado de dois compartimentos quadrados: um maior equivalendo a um quilo e um menor, a meio quilo’. Como exemplos, temos: “Nem comprei, ele me deu um pedacin de rapadura e meia midida de farinha de milho. Ele imbruiô pa mim, e eu pus no bernal”, “Todas as venda antigamente tinha a midida. Cê chegava e pidia: “Dá uma midida de farinha, dá uma midida de feijão e meia de arroz” (Antunes 2013: 168).



FIGURA 4. IMAGEM DE UM BARRILERO/BARRILEIRA (FONTE: ANTUNES 2013: 49)



FIGURA 5. IMAGEM DE UMA MIDIDA/MEDIDA (FONTE: ANTUNES 2013: 169)

O *bastidô*, o *fuso* e a *roda* são itens que resistem ao tempo em razão das atividades artesanais altamente desenvolvidas na região e continuam funcionando como objetos utilitários quando do ato de bordar, fiar e tecer no tear, tanto em algumas casas de família, quanto nas casas de cultura. A seguir, o detalhamento:

8. BASTIDÔ: de acordo com Cunha (1982: 101), a datação é do séc. xvii, e a origem é dupla: do antigo francês *bastir*, hoje *bâtir* e do germânico **bastjan* ‘cerzir, pespontar’. Conforme Antunes (2013), é um nome masculino e há ocorrências registradas nos estados brasileiros de Maranhão e Tocantins. A definição é ‘peça de madeira constituída de duas partes esféricas, interpostas, entre as quais se prende o pano a ser bordado’ e o exemplo apresentado é: “Na casa, tem uns treis bastidô, mas tem hora que a gente caça, caça, mas num acha ninhum” (Antunes 2013: 48).
9. FUSO: de acordo com Cunha (1982: 372), a datação é do séc. xv, e a origem é latina *fusus* –i, ‘instrumento roliço sobre que se forma a maçaroca ao fiar’. É um nome masculino, definido como ‘instrumento de madeira formado de uma haste de ponta arredondada e uma esfera que segura o fio enrolado do algodão a ser transformado, no tear, em cobertores, toalhas, tapetes’ e os exemplos apresentados são: “Antigamente, toda casa tinha uma roda. Minha vó fiava na roda, minha mãe também. Mas ela também fiava no fuso” e “Ni Berilo, Jenipapo de Minas e Francisco Badaró é que tem muita mulher que fia. Elas fia no fuso, na roda, enrola pra depois colocá na manivela” (Antunes 2013: 120).
10. RODA: de acordo com Cunha (1982: 687), a datação é do séc. xvi, *roca*, e a origem é germânica *rokko* ‘haste de madeira com bojo na extremidade no qual

se coloca o copo ou se enrola a rama do linho, do algodão, da lã para ser fiada'. Nome feminino com ocorrências nos estados de Goiás e Tocantins, cuja definição é 'objeto de madeira que possui uma peça movida por um pedal em que é trabalhado o algodão, então transformado em fio, e com o qual são tecidos cobertores, toalhas'. Como exemplos, temos: "Antigamente, toda casa tinha uma roda. Minha vó fiava na roda, minha mãe também. Mas ela também fiava no fuso", "A roda ficou a um canto da nossa casa na roça e nunca mais transformou pavio em linha" (Antunes 2013: 210).



FIGURA 6. IMAGEM DE UM FUSO (FONTE: ANTUNES 2013: 117)



FIGURA 7. IMAGEM DE UMA RODA/ROCA (FONTE: ANTUNES 2013: 211)

O *cambão* e o *prato*, ainda falados, são itens lexicais que designam objetos utilizados em situações e locais específicos: o primeiro objeto, o *cambão*, sobrevive quando da venda de aves, ou melhor, de galinhas e frangos, nas feiras e nos mercados municipais, e o segundo, o *prato*, como medida, na culinária típica, nas casas particulares e, com menos frequência, nos restaurantes. A seguir, o detalhamento:

1.1. **CAMBÃO:** de acordo com Cunha (1982), a datação é do séc. XIX, e o vocábulo é uma derivação de *cambiar*. É um nome masculino com ocorrências nos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Rio de Sul, São Paulo, Tocantins. A definição apresentada é: ‘Peça de madeira na qual se prende pequena quantidade de animais e aves para serem vendidas’ e o exemplo: “Lá na roça, a gente põe as galinha no cambão. É piá e colocá tudo pendurada, assim, de cabeça pra baxo. Entendeu? No cambão” (Antunes 2013: 66).

1.2. **PRATO:** de acordo com Cunha (1982), a datação é do séc. XV, e o vocábulo é de origem francesa *plat*, que, por sua vez, veio do latim vulgar **plattus*. É nome masculino, em vias de arcaização, com ocorrências também nos estados de Alagoas e Tocantins, cuja definição é ‘unidade de medida de farinhas, cereais, em forma de prato arredondado, esmaltado ou de alumínio, com fundo côncavo’. Como exemplo, tem-se: “Pra fazê a bulacha de queijo, cê põe um prato de goma, um prato de queijo raladin e um prato de gordura” (Antunes 2013: 198).

4. Considerações finais

Ao priorizar o estudo das marcas de uso de tecnoleto no *Dicionário do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha*, pode-se afirmar que, simultaneamente à possibilidade de registrar o uso efetivo do sistema linguístico em um período – décadas espaçadas de 1980 a 2000 – e em um local determinado – zona rural de 15 municípios do Vale do Jequitinhonha –, foi possível apreender certos saberes veiculados nas histórias locais e regionais, e, também, evidenciar a necessidade de que seja ampliada a visão de informações linguísticas e culturais da/na Língua Portuguesa.

Nesse contexto, o estudo das marcas de uso favorece o reconhecimento de que qualquer variação se situa sempre em relação a uma norma e/ou a uma língua padrão e de que as marcas de uso são um instrumento válido para descrever esta e aquela sob variados pontos de vista: espacial, temporal, social. Dessa forma, a análise ressaltou a importância das marcas de tecnoleto, não só em relação ao conhecimento de suas especificidades, mas também quanto ao aspecto de particular relevância relacionado à afirmação de estudiosos do léxico, segundo os quais os dicionários em geral deixam a desejar quanto ao registro de marcas de uso.

Pode-se afirmar que, colaborando para o desenvolvimento dos estudos lexicológicos e lexicográficos em Minas Gerais, a análise das marcas de uso, em geral e de tecnoleto, em particular, no *Dicionário do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha* sinaliza, ainda que minimamente, que a lacuna sobre o conhecimento de marcas de uso se torna menor e – ratifica-se – pode propiciar àquele que enveredar pela pesquisa dialetal e sociolinguística ver realmente e dar a conhecer peculiaridades que dão corpo e alma à Língua Portuguesa do Vale do Jequitinhonha, de Minas Gerais e do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Carolina (2013): *Dicionário do dialeto rural no Vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BORBA, Francisco da Silva (2003): *Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia*. São Paulo: Editora UNESP.
- CUNHA, Antonio Geraldo da (1982²): *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- GIMÉNEZ, Gilberto (1996): “Territorio y cultura”, *Estudios sobre las culturas contemporáneas*, Época II, vol. II, nº 4, 9-30.
- HAENSCH, Günther *et al.* (1982): *La lexicografía. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Editorial Gredos.
- LABOV, William (1972): “The study of language in its social context”, em John B. Pride / Janet Holmes (eds.), *Sociolinguistic: Selected Readings*. New York: Penguin Books.
- MACHADO, José Pedro (1987⁵): *Dicionário etimológico da língua portuguesa com a mais antiga documentação antiga e conhecida de muitos vocábulos e estudos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MATTOS e Silva, Rosa Virgínia (1991): *Português arcaico: fonologia*. São Paulo / Salvador: Contexto / Editora UFBA.
- OLIVEIRA, Ana Maria P. P. de (1999): *O português do Brasil: brasileirismos e regionalismos*. Tese de Doutorado. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras da UNESP.
- SILVA, Maria Emília Barcelos de (2001): “Competência e Perspectiva dos Estudos de Base Lexical”, em Aparecida Negri Isquerdo / Ana Maria P. P. de Oliveira (orgs.), *As Ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS.
- SOUZA, João Valdir Alves de (2010): “Mineração e pecuária na definição do quadro sociocultural da região do Termo de Minas Novas”, em João Valdir Alves de Souza / Márcio Simeone Henriques (orgs.), *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: UFMG / PROEX.
- STREHLER, René G. (2001²): “Marcas de uso nos dicionários”, em Aparecida Negri Isquerdo / Ana Maria P. P. Oliveira (orgs.), *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 117-123.

Os judeus na implantação do português em São Paulo. Dos guetos portugueses para as planícies de Piratininga

Célia Maria Moraes de Castilho*

Universidade de São Paulo
cmoraescastilho@uol.com.br

Resumo

Depois de historiar brevemente a presença de judeus em Portugal e no Brasil, relaciono inicialmente os autores judeus de Inventários e Testamentos escritos na Vila de São Paulo, nos sécs. XVI e XVII.

Em seguida, concentrando-me na produção de Manoel de Soveral, estudo aí as seguintes questões: (i) gramática dos pronomes, (ii) concordância verbal, (iii) sentenças relativas. Nas conclusões, aponto para um choque entre duas gramáticas em Soveral: uma gramática conservadora, explicável pelo dialeto vernacular dos judeus, praticado nos guetos, e uma gramática inovadora, explicável pelo dialeto veicular dos judeus, praticado em suas interações com a sociedade maior.

Na continuação desta pesquisa, que integra a agenda do Projeto para a História do Português Brasileiro, grupo de São Paulo, ampliarei minha casuística, comparando a gramática de cristãos novos, portugueses e paulistas, sempre com base nos Inventários e Testamentos.

Palavras-chave

Escrivães judeus, português brasileiro, Manoel de Soveral, gramática dos pronomes, concordância verbal, sentenças relativas

Sumário

1. Apresentação. 2. Os Judeus em Portugal e no Brasil. 3. Dos guetos portugueses para os campos de Piratininga: a gramática de escrivães judeus nos sécs. XVI e XVII. 3.1. Os pronomes. 3.1.1. Escassez de pronomes redobrados. 3.1.2. Predominância de clíticos proclíticos. 3.1.3. Uso do possessivo dele. 3.2. Tratamento do sujeito. 3.2.1. Sujeito nulo. 3.2.2. Sujeito preenchido. 3.3. Concordância verbal. 3.3.1. Concordância plena entre o sujeito anteposto e o verbo. 3.3.2. Concordância Ø do sujeito nominal postposto, como vestígio de uma língua VS. 3.4. As sentenças relativas. 3.4.1. Predominância da relativa padrão. 3.4.2. Relativas copiadoras. 4. Primeiras conclusões.

The Jews in the Establishment of Portuguese in São Paulo. From the Portuguese Ghettos to the Plains of Piratininga

Abstract

After briefly reviewing the presence of Jews in Portugal and Brazil, I first provide an account of Jewish authors of Inventories and Testaments written in São Paulo, in the sixteenth and seventeenth centuries.

Then, concentrating on the production of Manoel de Soveral, I study the following questions: (i) grammar of pronouns, (ii) verbal agreement, (iii) relative sentences.

In my conclusions, I point to a clash between two grammars in Soveral: a conservative grammar, explicable by the vernacular dialect of the Jews practiced in the ghettos, and an innovative grammar, explicable by the vehicular dialect of the Jews, practiced in their interactions with the wider society.

In the continuation of this research, which integrates the agenda of the Projeto para a História do Português Brasileiro, São Paulo group, I will expand my assessment by comparing the grammar of new Christians, Portuguese and São Paulonatives, always based on Inventories and Wills.

Keywords

Jewish scribes, Brazilian Portuguese, Manoel de Soveral, grammar of pronouns, verbal agreement, relative sentences

Content

1. Introduction. 2. The Jews in Portugal and in Brazil. 3. From the Portuguese ghettos to the fields of Piratininga: the grammar of Jewish scribes in the sixteenth and seventeenth century. 3.1. Pronouns. 3.1.1. Shortage of double pronouns. 3.1.2. Prevalence of proclitic clitics. 3.1.3. Use of the possessive dele. 3.2. Treatment of the subject. 3.2.1. Null subject. 3.2.2. Overt Subject. 3.3. Verbal agreement. 3.3.1. Full agreement between the preceding subject before and the verb. 3.3.2. Concordance Ø of the preceding nominal subject postposted, as a vestige of a VS language. 3.4. Relative sentences. 3.4.1. Predominance of the relative pattern. 3.4.2. Relative copiers. 4. First conclusions.

* Doutora pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutorado pela Universidade de São Paulo.

1. Apresentação

Este trabalho se insere num programa de estudos que venho desenvolvendo desde 2006, intitulado a *Formação do português caipira: mudança gramatical e sócio-história de vicentinos e paulistanos nos sécs. XVI-XVII*. Os seguintes tópicos foram investigados até aqui: (i) os Inventários e Testamentos como documentos linguísticos, (ii) levantamento das famílias portuguesas, paulistas e mamelucas que aparecem nessa documentação, (iii) estudo da concordância nominal nesses documentos.

Procurei com esse programa repercutir duas direções surgidas no interior do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), desde sua implantação, e que podem ser assim resumidas:

(1) A mudança sintática do Português Brasileiro (PB) é uma mudança em relação a que gramática? A questão foi levantada por Ilza Ribeiro, segundo a qual as comparações entre o PB e o Português Europeu (PE) têm tomado em conta a gramática atual desta variedade, o que não é apropriado, pois o segundo essa autora o PB deriva de duas gramáticas portuguesas, as dos sécs. XVI-XVIII (Gramática I) e dos sécs. XIX-XX (Gramática II): Ribeiro (1998).

(2) Como uma das consequências de minha tese de doutorado, de 2005, publicada em Moraes de Castilho (2013), propus ao II Seminário do PHPB que se recuasse a datação dos fundamentos de nossa gramática para o séc. xv: Moraes de Castilho (2001). De fato, diversas propriedades do PB (= construções de tópico, alterações na classe dos pronomes, formação do dequeísmo) encontram suas raízes no português quatrocentista, posteriormente denominado “português médio”, por Cardeira (2005).

Para aprofundar as perspectivas abertas pela consideração do português médio, realizou-se em São Paulo, de 3 a 7 de agosto de 2009, o *X Seminário do Projeto de História do Português Paulista*, sob a coordenação do Prof. Dr. Ivo Castro, da Universidade de Lisboa. Subtitulado *Vésperas Brasileanas*, o seminário foi dedicado à exploração do estado da língua na segunda metade do séc. xv e inícios do xvi, através do exame de textos da época. O objetivo maior estava em chamar a atenção dos pesquisadores brasileiros para o português médio, assim denominado por situar-se entre o português arcaico e o português clássico. Como se sabe, foi o português médio que os primeiros colonizadores adquiriram, antes de empreenderem a travessia atlântica. Daí o título dado por Ivo Castro ao seminário, que tratou das vésperas linguísticas brasileiras.

Ao término daquele seminário, recomendou-se constituir um grupo de trabalho luso-brasileiro para o exame de questões sintáticas do português médio, com fundamento em documentos escritos em Portugal, de 1450 a 1550, e no Brasil, de 1500 a 1550. Verena Kewitz e Maria Clara Paixão de Souza organizaram esse grupo de trabalho em 2012, denominando-o “Vésperas brasileiras: uma agenda para os estudos sintáticos do Português Paulista nos primeiros séculos”. Estou vinculada a esse

grupo, que se integra num projeto maior, intitulado História do Português Paulista, financiado pela FAPESP (Proc. 2011/51787-5).

Minha pesquisa de pós-doutoramento foi desenvolvida na USP, sob a supervisão da Profa. Dra. Marilza de Oliveira, graças a bolsa de estudos concedida pela FAPESP (Proc. 2006/1.22850.1.2.). Resultaram daí as seguintes publicações: Moraes de Castilho (2009 a, b, c, d, 2011) e Castilho; Moraes de Castilho (2010, 2012).

Neste trabalho, investigo o português médio tal como “escorria da pena” dos cristãos novos – e aqui me valho de uma expressão de Fernando Tarallo. Anteriormente, fiz a mesma investigação, operando com textos de escrivães portugueses, paulistas e mamelucos.

Um número significativo de cristãos novos arribados à América pode ter contribuído para a configuração do PB. Sendo alfabetizados, eles eram requisitados pelo Estado Português para a redação de textos oficiais. Eles escreveram 24% dos Inventários e Testamentos paulistas, criando documentação para análise de pesquisadores do PHPB.

As seguintes indagações dão forma a este trabalho: (i) qual foi o papel dos judeus na veiculação do português médio em São Vicente e em São Paulo? (ii) que gramática os cristãos novos trouxeram para São Paulo?

Para encaminhar estas primeiras respostas, organizei este texto em três seções: (1) os judeus em Portugal e no Brasil, (2) autores judeus de Inventários e Testamentos em São Paulo (sécs. XVI e XVII), (3) aspectos da gramática dos cristãos novos: os pronomes, a concordância verbal, as sentenças relativas.

Oportunamente, retomarei a seção 3 para ampliar a casuística, de forma a estudar comparativamente os mesmos fenômenos entre os autores portugueses, paulistas e mamelucos desses documentos.

2. Os Judeus em Portugal e no Brasil

Aludindo à grande diáspora de 70 d. C., quando os judeus perderam definitivamente a terra de Israel, Vainfas (2010: 26-27) diz o seguinte:

Essa grande diáspora deu origem, na Europa, aos dois grandes ramos do judaísmo: os *ashkenazim*, dispersos pelo norte e centro do continente europeu e falantes do iídiche, uma variante do alemão, e os *sefaradim*, concentrados na Península Ibérica, falantes do ladino ou judesmo, uma variante do castelhano. *Sefarad* era o vocábulo hebraico designativo da Hispânia.

Desde seu início, as diásporas tiveram vários efeitos sociolinguísticos na comunidade judaica. Ao se dispersarem pelo mundo, os judeus perderam o domínio do hebraico, que desapareceu completamente do uso oral, substituído pela língua

da sociedade envolvente. Os rabinos continuaram a cultivar o hebraico antigo, nas cerimônias religiosas.

Com isso, os que estavam na Alemanha desenvolveram o iídiche, que é um dialeto germânico. Os que estavam na Itália desenvolveram variedades do judeu-italiano: Guimarães (2007). Na França eles desenvolveram o judeu-francês. Os que estavam na Península Ibérica, desenvolveram o judeu-catalão, o judeu-galego, o judeu-castelhano e o judeu-português, coletivamente designados como ladino. Esta expressão se aplica igualmente a outras comunidades linguísticas não judaicas.

Concentrando-se nos judeus em Portugal, Keyserling (2009) tratou de sua história, de 1140 a 1521. Segundo ele, os judeus habitavam desde tempos muito remotos uma pequena região litorânea da Península Ibérica, antecedendo mesmo à criação do Reino de Portugal, no séc. xi.

Em Portugal, “assim como em todas as outras nações cristãs, os judeus viveram como um povo tributário, completamente isolados dos outros habitantes, dos quais se distinguiam pela religião e pelos costumes” (Keyserling 2009: 43). Eles organizaram no Portugal medieval o sistema do rabinato, estabelecido por D. Afonso III, passaram a exercer altos cargos no governo, integrando-se às mais altas classes do país (Keyserling 2009: 51). Segundo Novinsky, no prefácio que escreveu ao livro de Keyserling (2009: 17),

os primeiros monarcas portugueses proporcionaram-lhes uma vida extremamente independente: podiam ter seus próprios juízes para ministrar entre eles a justiça civil e criminal, podiam seguir todas as suas tradições e costumes, ser proprietários de casas, quintas e terras.

Com a ascensão da dinastia de Avis as coisas mudam de rumo, motivadas em grande parte pelas alterações da estrutura social. As velhas estruturas feudais foram sacudidas pela classe emergente dos negociantes, que se enriqueceu com o negócio do ultramar, e que procurou isolar o país do resto do mundo. Em meados do séc. xv, disposições legais reforçaram o isolamento dos judeus, que passaram a viver em judarias, “isoladas e bem delimitadas em todas aquelas cidades e aldeias de Portugal em que vivessem mais de dez judeus” (Keyserling 2009: 84). É quando se dá o episódio dos “batizados em pé”, em 1497, por ordem de Dom Manuel (Vainfas 2010: 41). Pesados tributos recaíam sobre seus moradores, que frequentemente eram constrangidos a emprestar dinheiro aos nobres empobrecidos. Por pressão de Castela, cria-se o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, que afeta a mentalidade judaica, “que [a partir de então] não foi judaica nem cristã, mas cristã-nova” (Novinsky, em Keyserling 2009: 24). Elaborando este ponto um pouco mais, constata-se que a experiência portuguesa da comunidade judaica cindiu-a em três grupos: os que aceitaram a religião imposta, desaparecendo da comunidade, os que se associavam aos hereges para reagir contra a Igreja de Portugal, e os que permaneceram “vivendo e pensando como cristãos novos”

(Novinsky, em Keyserling 2009: 25). É esta parcela da comunidade que tem interesse sócio-histórico para este trabalho. Ela viveu numa dualidade – ser judeu na essência e ser cristão na aparência. Como judeus, eles praticavam uma variedade linguística vernacular, falada em casa. Como cristãos, eles praticavam uma variedade linguística veicular, falada nas ruas.

Que peso populacional teriam tido os judeus? Era pequena a população de Portugal no séc. xvi, mais ou menos 1 milhão de habitantes. Proporcionalmente, era grande a população de descendentes de judeus (cristãos novos), cerca de 20%, aumentada a partir de 1492, quando chegaram cerca de 120.000 judeus castelhanos, expulsos de Castela, falantes do ladino.

Segundo o historiador Jaime Pinsky (comunicação pessoal), os judeus da diáspora utilizavam duas variedades de uma mesma língua – a *vernacular* e a *veicular*, já aqui mencionadas. A fala vernacular devia ser conservadora, pois era utilizada apenas no seio da família. A fala veicular devia ser inovadora, pois estava aberta a outras redes sociais. Por outras palavras, eles praticavam um tipo de “bilinguismo interno”, expressão que tomo de empréstimo a Mary Kato, para caracterizar essas duas variedades linguísticas.

Como já disse, a variedade vernacular era restrita aos indivíduos no trato familiar. Ela deveria dispor de um poder referencial menor, dado que seus usuários se conheciam, e partilhavam um conjunto de conhecimentos, o que dispensava maiores explicitações. Por consequência, o investimento conversacional demandava pouca elaboração. Essa variedade se tornava mais conservadora, fechando-se na rede familiar (Révah 1959: 199-226) descreve minuciosamente a fala dos judeus nas peças de Gil Vicente. Ele localizou vários arcaísmos nessa fala: a preferência pelo ditongo *oi* em lugar de *ou* (em *poypey* por *poupei*, *toiro* por *touro*), o uso de formas antigas, conservadas igualmente na fala rústica portuguesa (*fago*, *faga*, *fairei*, *figeste*, *trazer*, *oyvo*, *oyvamos*, *pujemos*, *quige*, *atá*). A teoria das redes sociais, formulada por Lesley Milroy (apud Bortoni 2013), permite entender a feição conservadora dessa desigual integração dos cristãos novos na comunidade cristã envolvente.

Já a variedade veicular era usada fora do círculo familiar. Os judeus e cristãos novos organizaram círculos comerciais em constante expansão, agregando sempre novos parceiros. Esses círculos dependiam de uma língua com poder referencial maior, que demandava uma explicitação mais acurada dos temas conversacionais. Por consequência, o investimento conversacional era mais intenso. Essa variedade se tornava mais inovadora, abrindo-se para redes sociais mais amplas¹. Sobre conversação e mudança linguística, ver Castilho (1999-2000).

Vejamos agora os judeus no Brasil. Em trabalho anterior, estudei a naturalidade dos autores de 353 Inventários e Testamentos (doravante, I&Ts) dos sécs. xvi

¹ Sobre conversação e mudança linguística, ver Castilho (1999-2000).

e xvii, escritos em São Paulo. Apurei que 29% desses textos foram preparados por portugueses, 30% por paulistas, 35% por autores de naturalidade não identificada, e 6% por não paulistas (castelhanos, entre outros). Espalhados por essas quatro categorias, foi possível identificar que 24% dentre elas eram cristãos novos, ou seja, quase um quarto do total dos autores: Moraes de Castilho (2009 a-b, 2011).

Vários cristãos novos integraram a tripulação dos primeiros barcos chegados a São Vicente: Gaspar da Gama, Fernão de Noronha, posteriormente Loronha (Wiznitzer 1960/1966: 2-7). Segundo Wiznitzer (1966: 35), “em 1624, o Brasil tinha aproximadamente cinquenta mil habitantes brancos. Esse número, tão amplo como era, incluía uma alta porcentagem de marranos”.

Fluentes em ladino, espanhol e português, os cristãos novos intermediavam ativamente negócios na Holanda (para onde os empurrara a Inquisição), na Espanha e Portugal.

Esse papel se acentuou com a invasão holandesa da Bahia e de Pernambuco, graças às suas relações com os judeus de Amsterdã:

Eles entravam com o capital trazido de Portugal e que continuavam recebendo por intermédio de parentes e amigos que, temporariamente impossibilitados de emigrar daquele país, desejavam investir uma parte de suas riquezas a segura distância da Inquisição e das garras da Coroa Espanhola (Wiznitzer 1966: 37).

Migração expressiva se deu em 1630, quando seiscentos judeus portugueses saíram de Amsterdam, fundando em Pernambuco uma comunidade apreciável: Keyserling (2009: 341). Dez anos mais tarde, a colônia judaica de Recife e Bahia chegava a cinco mil indivíduos (idem, *ibidem*: 343); ver também Wiznitzer (1966: cap. VI).

Desde então, um intenso intercâmbio foi estabelecido entre os judeus de Amsterdam e os cristãos novos do Brasil. Com a derrota da Companhia das Índias Ocidentais, em 1654, grande parte deles retornou à Holanda, de onde alguns voltaram ao Novo Mundo, fundando comunidades no Caribe e na América do Norte.

3. Dos guetos portugueses para os campos de Piratininga: a gramática de Escrivães Judeus nos sécs. xvi e xvii

Passo agora a investigar a gramática de Manuel de Soveral, cristão novo. Usarei as seguintes siglas para identificar os indivíduos aqui nomeados: CN (cristão novo), Mm (mameluco), PT (português), SV (vicentino), SP (paulista). Um asterisco anteposto assinala a incerteza quando à origem desses indivíduos. Para essa identificação, valime de Salvador (1973) e Neme (2003).

Nos primeiros séculos, São Paulo era um lugar multilíngue, falando-se o português, o judeu-português, o castelhano, a língua geral dos índios, além de línguas indígenas minoritárias.

São poucas as informações biográficas sobre Manuel de Soveral, suficientes para saber que se tratava de um cristão novo.

Manuel de Soveral ou Soberal ou Sobral deixou sua terra ainda moço trazendo em seu falar traços conservadores e inovadores, e sua escrita, um luxo de que poucas pessoas dispunham. Deve ter chegado à vila de São Vicente na segunda metade do séc. XVI, pois em 1572 nascia seu filho André de Soveral, mameluco e filho de uma índia da terra. André se tornou padre jesuíta e foi assassinado em 1675 na vila de Cunhaú, no Rio de Janeiro.

Segundo informações de Lênio Luiz Richa², Soveral teria se casado com uma filha de Baltasar de Moraes de Antas, da qual não se sabe o nome, de quem teria tido vários filhos, talvez mamelucos. (i) Antônia de Soveral, *?1575, São Vicente - †1616, São Paulo) [Mm], (ii) Manoel de Soveral (*por 1570) [Mm], (iii) André de Soveral (*por 1572, São Vicente - † 1675, Cunhaú, Rio Grande do Norte), [Mm] sacerdote jesuíta que morreu em Cunhaú, na época da invasão holandesa, foi feito beato pela Igreja Católica, (iv) Antônio de Soveral [Mm], (v) Joana de Soveral (*por 1582) [Mm], (vi) Maria de Soveral (*por 1593) [Mm].

A família formada por Manuel de Soveral era, portanto, mestiça, seus filhos eram mamelucos e bilíngues. A família de sua esposa também era mestiça pelo lado materno e possivelmente cristã-nova pelo lado paterno, pois seu pai possivelmente o fosse. As irmãs de sua sogra se casaram com portugueses cristãos-novos. Sua filha, Antônia, casada com Martim do Prado, levou a mestiçagem para dentro da família Prado.

Em 1599, Soveral já estava na vila de São Paulo trabalhando como escrivão dos cativos quando essa pequena vila sofreu uma reviravolta, com a chegada do D. Francisco de Sousa, o sétimo governador do Brasil trazendo uma grande equipe de ajudantes.

D. Francisco tinha tido conhecimento das primeiras descobertas, muito modestas, de ouro na região. Ele se mudou com toda sua gente para essa região, para dar início às primeiras explorações. São Paulo começou a progredir com a vinda desse ilustre e animado português, pois com ele se iniciaria o ciclo das bandeiras. Em 1601 foi organizada a primeira bandeira sob o comando de André de Leão, sertanista carioca que saiu de São Paulo, chegou até perto das cabeceiras do rio São Francisco, tentando achar metais. Voltou depois de 80 dias sem encontrar nada.

Em 1602, D. Francisco organizou uma segunda bandeira, dirigida pelo capitão-mor Nicolau Barreto, bandeirante carioca que vivia em São Paulo já há muito

² Lênio Luiz Richa (lenioricha@yahoo.com.br) *Genealogia Brasileira – Os títulos perdidos*.

tempo. Nicolau era irmão de Roque e Francisco Barreto, também grandes sertanistas. Manoel de Soveral foi designado escrivão da bandeira, que contava ainda com três capelães, padre João Álvares [Mm], padre Diogo Moreira [Mm] e padre Gaspar Sanches [*PT], além de cerca de 300 brancos, mamelucos e índios, livres e cativos. Essa expedição durou cerca de dois anos, e parece que seguiu quase que o mesmo caminho da de André de Leão, indo em direção aos rios das Velhas, do São Francisco e do Paracatu. Muitos não aceitam essa versão, achando que eles tinham entrado pelo rio Paraná, seguindo pelo Paraguai, e entraram pela Bolívia, Peru, chegando a Potosi. De volta a São Paulo, trouxeram mais ou menos 3.000 índios temiminó, deixando pelo caminho muitos bandeirantes mortos.

Integravam essa bandeira vários homens conhecidos na vila de São Paulo: ver Anexo II. Soveral foi escolhido como escrivão dessa bandeira. Sua função era anotar todos os fatos que ocorriam na bandeira: fazia testamentos, quando havia homens feridos de morte, fazia inventário dos bens de um homem morto e depois punha esses bens em leilão e os vendia ali mesmo no local do arraial. Quando a bandeira voltava á vila de São Paulo todos esses papéis eram passados para o escrivão da vila, que os juntava aos bens que o falecido possuía na vila e assim tudo era repartido entre a viúva e os herdeiros, depois de serem pagas as contas. Soveral também redigia os conhecimentos e as quitações que ocorriam entre os homens na bandeira. Quando um homem precisava de um pouco de sal, pedia a quem tinha e escrevia isso num pedaço de papel, dizendo que quando chegasse à vila o pagaria. Esse documento era denominado “conhecimento”, e Soveral muitas vezes os escrevia. Outras vezes, um homem podia pagar um conhecimento, quitando a dívida, e Soveral escrevia essa quitação.

Soveral participou também da bandeira de Mateus Luís Grou ao Guairá. Foi escrivão no arraial e junto com diversos avaliadores participou de vários inventários, como o de Pedro Nunes, nascido em São Paulo, e Aleixo Leme, nascido em São Vicente.

Em 1603, no sertão do Paracatu, escreveu o Testamento de Martim Rodrigues. Também em 1603, participou no Inventário de Manuel de Chaves, nascido em São Vicente, e no mesmo ano, participou do Inventário de Brás Gonçalves, o moço.

O material de estudo utilizado neste texto compreende:

1. Inventario de Manoel de Chaves, em 1603, publicado em I&T, v.1: 460-477; nesse inventário Soveral foi o escrivão e os avaliadores foram Pero Nunes e Aleixo Leme.
2. Inventário de Brás Gonçalves, o moço, em 1603, publicado em I&T, v.10: 9-16.
3. Testamento de Martim Rodrigues Tenorio de Aguillar, em 1603, publicado em I&T v.2: 21-27.

Nesta secção, tratarei dos seguintes tópicos, que suponho serem comuns na gramática dos cristãos-novos:

1. Os pronomes: escassez dos pronomes redobrados, predominância de clíticos proclíticos, o possessivo *dele*.
2. Tratamento do sujeito: o sujeito nulo, o sujeito preenchido.
3. Concordância verbal: concordância plena e concordância zero.
4. As sentenças relativas: a relativa padrão, cortadora e copiadora.

3.1. Os pronomes

3.1.1. Escassez de pronomes redobrados

O português arcaico apresentava uma grande riqueza de pronomes pessoais (e mesmo possessivos) redobrados. Eram frequentes estruturas tais como *lhe(s)... a ele(s), vos a vós, mi a mim*. Em Moraes de Castilho (2013: 235-280) observei que os pronomes acusativo e dativo tiveram um aumento das estruturas redobradas nos sécs. XII a XIV, observando-se seu decréscimo nos sécs. XV a XVI, como se pode ver pela tabela 17, aqui reproduzida:

Caso	Séculos XII-XIII	Século XIV	Séculos XV-XVI	Total geral
Acusativo	123/583 21%	307/583 53%	153/583 26%	583
Dativo	175/560 31%	179/560 32%	206/560 37%	560
Total	298/1143 26%	486/1143 43%	359/1143 31%	1143

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO DOS CLÍTICOS PESSOAIS REDOBRADOS NO PORTUGUÊS ARCAICO

A gramática de Soveral confirma esses achados, pois tanto o acusativo *nos* (exemplo 1) quanto o dativo *lhe* (exemplos 2-6) jamais aparecem redobrados:

1. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 467] Foi arrematado a enxó a Pero Martins em dois cruzados por ser mor lance dos que *nos* lançou a pagar em dinheiro de contado na villa de São Paulo em paz e em salvo para os orfãos de nossa chegada [...]
2. [17, 1 Soveral 1603 I&T 10: 10] [...] onde o dito capitão estava e logo pelo dito Braz Gonçalves *lhe* foi apresentado o testamento que adiante vae aqui

- acostado requerendo-lhe o mandasse sua mercê cumprir como se nelle continha que era de seu filho defunto Braz Gonçalves [...]
3. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 470-471] [...] appareceu Aleixo Leme morador na villa de São Paulo perante o capitão Nicolau Barreto e por elle *lhe* foi dito que elle como procurador que era do seu sogro Domingos Dias pae do defunto Manuel de Chaves que requeria a sua mercê que não mandasse vender em leilão a espada que neste inventario [...]
 4. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 472] [...] 5\$000 réis conforme o dito Duarte Machado os era a dever neste inventário em duas addições / as quaes uma dellas esta ás cinco folhas deste inventario na volta que diz serem de duas camisas de algodão que *lhe* foram arrematadas em 4\$000 réis e a outra está ás nove folhas na volta e a calça em dez em que diz serem-lhe arrematados dois corpos de gibões e umas mangas em 1\$000 réis que tudo faz somma 5\$000 réis [...]
 5. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 473] [...] que o sobredito é a dever neste inventário ás folhas cinco de umas armas de algodão acolchoadas que *lhe* foram arrematadas no dito preço desobrigando o capitão que no tal o abonara [...]
 6. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 474] [...] e delle recebi a quantia de \$650 réis que era a dever neste inventario ás folhas oito do meio ferragoulo de baeta que *lhe* foi arrematado no dito preço e o dou por quite e livre disso a elle e a seu fiador [...]

3.1.2. Predominância de clíticos proclíticos

Estou assumindo aqui que a próclise caracterizou o português arcaico, traço mantido no Brasil. No Português Europeu contemporâneo, os clíticos se deslocaram para a posição pós-verbal, predominando a ênclise.

Nos exemplos a seguir são negritados apenas os clíticos proclíticos não determinados por elemento atrator. Nota-se que Soveral opta pela próclise, mesmo em início de sentença, como em (10), ocorrendo em mais de uma vez a subida do clítico, como em (16):

7. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 471] o capitão mór deste arraial Nicolau Barreto houve por depositadas as tres peças forras que neste inventario estão lançadas Antonio e Rodrigo e Leonor em poder do curador e testamenteiro Domingos Dias para que elle *as* levasse a São Paulo e *as* entregasse a quem com direito pertencesse e que corresse risco de quem direito fosse e que por serem forras as não mandava vender em leilão e o dito Domingos Dias se houve por entregue do dito deposito das tres peças forras atrás declaradas com obrigação de *as* levar a São Paulo e *as* entregar como dito é e o assignou aqui com o dito capitão.

8. [17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 24] Declaro que eu tomei a Francisco de Espinosa morador na villa de ... certa copia de mercadorias das quaes tenho vendido certa parte e disso *me* hão feito conhecimentos os devedores os quaes darão a Francisco de Espinosa que são de seu dinheiro de minha fazenda *lhe* pagarão até oitenta cruzados por alguma parte della que commigo gastei acho dever-lh'os. Declaro mais [...] onde relato a conta que tenho com Francisco de Espinosa digo que até oitenta cruzados só *lhe* farão bens da fazenda que *lhe* tomei para o que tenho parte apurado em conhecimentos que nesta viagem vendi disso.
9. [17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 25] Mando que sendo caso que Nosso Senhor Deus for servido levar-me desta vida presente neste sertão que as peças do gentio deste Brasil que forem achadas ser minhas assim captivas como serviço *as* não vendam e *as* entreguem a Balthazar Gonçalves para que *as* leve a São Paulo a meus herdeiros por conta e risco delles e *lhes* não pedirão nenhum aluguer nem estipendio do serviço dellas emquanto as levar e se o dito Balthazar Gonçalves pedir paga de seu trabalho de *as* levar *lhe* paguem o que for licito e alvedrado.
10. [17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 22-23] [...] mando seja meu corpo enterrado no Convento de Nossa Senhora do Carmo na villa de São Paulo e *me* dirão no dia do meu enterramento uma missa cantada com officio de nove lições. *Me* dirão mais tres missas resadas a Nossa Senhora do Carmo [...] e *me* dirão mais duas missas a Nossa Senhora da Conceição [...] e *me* dirão mais duas missas a Nossa Senhora do Rosario [...] e *me* dirão mais duas missas a Nossa Senhora de Montsarrate resadas e serão ditas em sua santa casa na villa de São Paulo.
11. [17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 22] [...] e á Virgem Nossa Senhora sua bendita Madre rogo seja minha advogada e intercessora para que alcance de seu bento Filho perdão de meus peccados e *me* dê a gloria bem aventurança amen.
12. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 474] Digo eu Domingos Dias curador e testamenteiro de meu irmão defunto e curador neste inventario que eu recebi e sou pago de 5\$000 réis de Salvador Pires os quaes me pagou por Duarte Machado [...] o dou por quite e livre e *lhe* dei esta quitação feita por Manuel de Soveral escrivão mesmo hoje dez dias de março do anno de 604.
13. [17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 22] E declaro que tenho mais uma filha bastarda a qual tenho casada com José Brante e se chama Joanna Rodrigues e *lhe* dei certa copia de fazenda no que *lhe* fizemos eu e minha mulher Suzanna Rodrigues escriptura á qual me reporto.
14. [17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 25] Deixo declarado atrás que tenho dois meninos meus filhos bastardos tambem deixo por sua curadora a minha mulher Suzanna Rodrigues e sendo caso que ella não queira acceitar sel-o em tal caso rogo e peço a meu genro Clemente Álvares que o seja e o que o for os doutrinará [...] e como forem de idade *os* mandarão ensinar a ler e escrever e depois Clemente

Álvares *os* ensine ao seu officio ou de sua mão *os* porá e mandará ensinar a alguns outros officios que *lhe* parecer bem.

- 15.[17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 26] E disse elle testador que havia esta cedula de testamento por acabada e *a* mandou fazer por mim Manuel de Soveral escrivão deste arraial do descobrimento das minas de ouro e prata e mais metaes e que requeria ás justiças de Sua Magestade *lho* mandassem assim em todo cumprir e guardar como *se* nelle contem [...]
- 16.[17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 24] Declaro que se alguem pedir que *lhe* devo alguma cousa mostrando assignado meu *se lhe* dará credito e depois deste fecho o que se achar eu declarar por um rol ou *me* deverem que for por mim assignado *se* dará credito e de outra maneira não. [...]

3.1.3. Uso do possessivo *dele*

Em Moraes de Castilho (2013: 258-280), estudei o processo de redobramento dos possessivos no português arcaico, cujos resultados aparem na tabela 18, aqui reproduzida:

Séculos / ocorrências	XII-XIII		XIV		XV		XVI		Total	
	oc.	%	oc.	%	oc.	%	oc.	%	oc.	%
<i>Seu + de ele</i>	38	33	66	45	39	63	3	60	146	44
<i>Seu + de SN</i>	78	67	81	55	23	37	2	40	184	56
Total	116	100	147	100	62	100	5	100	330	100

TABELA 2. PREPOSIÇÃO + PRONOME FORTE X PREPOSIÇÃO + SN NO CONSTITUINTE Y

Essa tabela mostra que nos três primeiros séculos da língua predominava um SN como complemento da preposição, que constitui o termo Y do redobramento. Esses valores praticamente se invertem nos sécs. xv e xvi. O termo Y preenchido por pronome sofreu um acréscimo constante na frequência de seu uso, o que apontaria para a implementação de *dele* como um novo possessivo da terceira pessoa. Essa tabela mostra também a queda dramática das ocorrências da estrutura redobrada no século xvi, embora as ocorrências funcionem aqui como indícios, pois são estatisticamente irrelevantes. E como os SNs integram a terceira pessoa, sua predominância, apurada na coluna do total geral, aponta para a reanálise de *seu* como possessivo da segunda pessoa no PB.

A gramática de Soveral documenta a vitória do termo Y, consolidando-o como um possessivo da terceira pessoa, no lugar de *seu*:

17. [17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 2] Deixo por curadora e tutora de minhas filhas a minha mulher Suzanna Rodrigues enquanto se não casar e casando-se deixo por curador *dellas* a meu genro Clemente Álvares no qual encomendo... bem como delle confio.
18. [17, 1 Soveral 1604 I&T 10: 11] E logo pelo dito capitão Nicolau Barreto foi dado juramento dos Santos Evangelhos em um livro *delles* ao dito Braz Gonçalves que declarasse e desse a... aqui tudo o que havia ficado do dito seu filho defunto assim o prometeu fazer logo e apresentou as cousas seguintes... termos das... o dito capitão mandou por em almoeda e em publico leilão a quem por ellas mais desse a pagar conforme as declarações dos ditos termos. E mandou o dito capitão se cumprisse o testamento do dito defunto e mandou fazer este auto de inventario como dito é e assignou aqui com o dito Braz Gonçalves que recebeu o dito juramento e sob o cargo *delle* o fazia curador conforme o dito testamento resava e que procurasse todo o bem dos orfãos o que assignou como atrás fica dito do que assim requereu [...]
19. [17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 25] [...] e as entreguem a Balthazar Gonçalves para que as leve a São Paulo a meus herdeiros por conta e risco *delles* e lhes não pedirão nenhum aluguer nem estipendio do serviço *dellas* enquanto as levar e se o dito Balthazar Gonçalves pedir paga de seu trabalho de as levar lhe paguem o que for licito e alvedrado.

Em (19), a expressão *por conta e risco dellas* equivale a *por sua conta e risco*.

3.2. Tratamento do sujeito

3.2.1. Sujeito nulo

O morfema verbal número-pessoal funciona como um pronome em função de sujeito. Quando a morfologia verbal é forte, isso que dá lugar ao sujeito nulo.

É muito ampla a literatura sobre o sujeito nulo, fenómeno alterado no Brasil a partir do séc. xx, quando passa a predominar o sujeito pleno. Para a discussão deste ponto, remeto a Galves (1984, 1987), Kato (1993, *et al.* 1996), Duarte (1993), Negrão; Muller (1996), entre outros.

Nos exemplos (20 a 23) de sujeito nulo a seguir, há verbos na primeira pessoa e na terceira pessoa (20):

20. [17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 24] Ø Declaro que se alguém pedir que Ø lhe devo alguma cousa mostrando assignado meu se lhe dará crédito [...]
21. [17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 22] E Ø declaro que Ø tenho mais uma filha bastarda a qual Ø tenho casada com José Brante e Ø se chama Joanna Rodri-

gues e Ø lhe dei certa copia de fazenda no que lhe fizemos eu e minha mulher Suzanna Rodrigues escriptura á qual Ø me reporto.

22. [17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 25] Ø Deixo declarado atrás que Ø tenho dois meninos meus filhos bastardos também Ø deixo por sua curadora a minha mulher Suzanna Rodrigues e sendo caso que ella não queira acceitar sel-o em tal caso Ø rogo e Ø peço a meu genro Clemente Álvares que o seja [...]
23. [17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 26] E disse elle testador que havia esta cedula de testamento por acabada e Ø a mandou fazer por mim Manuel de Soveral escriptura deste arraial do descobrimento das minas de ouro e prata e mais metaes e que Ø requeria ás justiças de Sua Magestade lh'ò mandassem assim em todo cumprir e guardar como se nelle contem [...]

3.2.2. Sujeito preenchido

Os dados mostram o preenchimento do sujeito com pronome pessoal de primeira pessoa, confirmando a observação de Kato *et al.* (1996):

24. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 474] Digo *eu* Domingos Dias curador e testamenteiro de meu irmão defunto e curador neste inventario que *eu* recebi e sou pago de 5\$000 réis de Salvador Pires os quaes me pagou por Duarte Machado [...]
25. [17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 24] Declaro que *eu* tomei a Francisco de Espinosa morador na villa de ... certa copia de mercadorias das quaes tenho vendido certa parte [...]

3.3. Concordância verbal

Defino a concordância como o emparelhamento formal entre dois termos, renunciando a estabelecer entre eles qualquer relação de determinação.

3.3.1. Concordância plena entre o sujeito anteposto e o verbo

Nos exemplos seguintes, nota-se a presença da concordância plena entre o sujeito anteposto e o verbo:

26. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 459] [...] no rancho de Domingos Dias irmão de Manuel de Chaves defunto onde *eu* escriptura *fui* e o dito capitão estava [...]
27. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 460] [...] pelo dito capitão mór Nicolau Barreto foi dado juramento dos Santos Evangelhos sobre a cruz a Pero Nunes e a

Aleixo Leme para que *elles avaliassem* as cousas que foram do defunto Manuel de Chaves [...]

28. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 474] *Um rapaz foi vendido e arrematado* a João Bernal em 10\$000 reis que nelle mais que todos lançou a pagar em dinheiro na villa de São Paulo da chegada do capitão mór Nicolau Barreto [...]

3.3.2. Concordância Ø do sujeito nominal posposto, como vestígio de uma língua VS

As ocorrências de concordância Ø do sujeito posposto com o verbo são aqui interpretadas como vestígios de uma língua VS.

Predominaram os seguintes exemplos, em que o verbo vem na voz passiva, deixando de ocorrer a concordância de número entre o sujeito e o verbo, tanto quanto de gênero entre o sujeito e o particípio passado.

Vejam-se os seguintes exemplos:

29. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 465] *Foi arrematado os três pratos de estanho* em João Bernal em quatro mil e ... em dinheiro de contado na villa de São Paulo em paz e a salvo para os orfãos de nossa chegada a dois meses primeiros seguintes [...]
30. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 467] *Foi arrematado a enxó* a Pero Martins em dois cruzados por ser mor lance dos que nos lançou a pagar em dinheiro de contado na villa de São Paulo em paz e em salvo para os orfãos de nossa chegada [...]
31. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 466] *Foi arrematado uma camisa velha* a Andre de Escudeiro... trezentos e cincoenta reis a pagar em dinheiro de contado em São Paulo em paz e a salvo [...]
32. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 464-465] *Foi arrematado as armas de algodão acolchoadas* em oito milzentos réis em Manuel Mendes Allemão a pagar em dinheiro de contado em São Paulo...
33. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 465] *Foi arrematado duas camisas de panno de algodão* a Duarte Machado em dez cruzados a pagar em dinheiro de contado na villa de São Paulo em paz e a salvo [...]
34. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 466] *Foi arrematado* a Manuel Affonso *as duas ceroulas* em 2\$000 reis a pagar em dinheiro de contado em São Paulo em paz e a salvo para os orfãos [...]
35. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 467] *Foi arrematado a carapuça pequena* a Domingos Fernandes Nobre em trezentos e vinte a pagar em dinheiro de contado na villa de São Paulo em paz e em salvo [...]
36. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 468] *Foi arrematado a rede de dormir* a Geraldo Correa em \$700 reis por ser o mór lançador que nelle lançou o dito preço a pagar em dinheiro em paz e em salvo para os orfãos [...]

37. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 469] *Foi arrematado a roupeta velha* a Francisco Nunes Cubas em 2\$000 reis por ser o que nella mais lançou a pagar em dinheiro de contado na villa de São Paulo [...]
38. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 469] *Foi arrematado a Duarte Machado os dois botões de gibão e suas mangas* em 1\$000 reis por ser o mór lançador que nelles lançou o dito preço a pagar em dinheiro de contado na villa de São Paulo em paz e em salvo [...]
39. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 466] *Foi arrematado uma camisa velha* a Andre de Escudeiro [...] trezentos e cincoenta reis a pagar em dinheiro de contado em São Paulo em paz e a salvo [...]
40. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 468] *Foi arrematado uns poucos de agulhas e alfinetes* a Braz Gonçalves em \$640 reis a pagar em dinheiro de contado na villa de São Paulo em paz e em salvo para os orfãos [...]

Há um pequeno conjunto de exemplos de concordância plena entre o SN sujeito e o particípio:

41. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 467] *Foi arrematado o cobertor azul* a Andre de Escudeiro em 3\$100 reis por ser o maior lançador que nelle lançou o dito preço a pagar em dinheiro na villa de São Paulo em paz e em salvo [...]
42. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 470] *Foi arrematado o cinto velho* a Antonio Pedroso em \$120 reis por ser o mór lançador que nelle lançou o dito preço a pagar em São Paulo [...]
43. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 469] *Foi arrematado um meio ferragoulo de baeta preta* a Nicolau Machado em \$650 reis que nelle mais lançou a pagar em dinheiro de contado em São Paulo em paz e em salvo para os orfãos [...]
44. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 475] *Foi vendido um casal com duas crianças* a Mathias Gomes em 22\$000 reis a pagar em dinheiro na villa de São Paulo.

Apareceu um único exemplo que mostra a concordância plena entre o particípio e o sujeito, ficando de fora o auxiliar *ser*:

45. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 466] *Foi arrematados₁ os manteos₁* a Francisco de Siqueira em \$640 reis em dinheiro de contado na villa de São Paulo em paz e em salvo [...]

4.5. As sentenças relativas

Pesquisas sobre as estratégias de relativização identificaram as seguintes estruturas: a relativa padrão, quando o pronome relativo mantém sua propriedade de foricidade,

e as relativas cortadoras e copiadoras, quando esse pronome perde essa propriedade. Neste caso, a retomada do núcleo nominal se faz por meio de pronomes pessoais que acompanham o relativo.

3.4.1. Predominância da relativa padrão

A predominância da relativa padrão aponta para o conservadorismo da gramática de Soveral:

46. [17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 26] Declaro mais [...] onde relato a conta *que tenho com Francisco de Espinosa* digo que até oitenta cruzados só lhe farão bons da fazenda *que lhe tomei* para o *que tenho parte apurado em conhecimentos que² nesta viagem vendi disso*.
47. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 470-471] [...] porquanto era do dito seu sogro Domingos Dias *que a havia emprestado ao filho defunto* para levar nesta jornada e *que a houvesse por depositada na mão do curador e testamenteiro Domingos Dias irmão do defunto* para que a entregasse a seu pae cuja era [...]
48. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 470-471] [...] e visto pelo dito capitão seu requerimento mandou se não vendesse a dita espada e *que a havia por depositada na mão do dito Domingos Dias* para que della dêsse conta com entrega *a quem pertencesse e do que dito é* o assignaram aqui com o dito capitão [...]
49. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 476] Um negro foi vendido e arrematado a João Gago em 8\$000 reis *que nelle mais lançou* que todos o dito preço a pagar em dinheiro na villa de São Paulo em paz e em salvo para os herdeiros da chegada deste sertão do capitão mór Nicolau Barreto a um anno e com declaração *que o aceitava no foro em que sabisse* [...]
50. [17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 22] Declaro que tenho mais dois meninos *que os tenho por meus filhos* e por taes os tenho e são bastardos *que os houve no sertão* e um delles tem nome Diogo [...]
51. [17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 24] Declaro que eu tomei a Francisco de Espinosa morador na villa de ... certa copia de mercadorias *das quaes tenho vendido certa parte* e disso me hão feito conhecimentos os devedores *os quaes¹ darão a Francisco de Espinosa que² são de seu dinheiro de minha fazenda* lhe pagarão até oitenta cruzados por alguma parte della que commigo gastei acho dever-lh'os.
52. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 470-471] [...] porquanto era do dito seu sogro Domingos Dias *que a havia emprestado ao filho defunto* para levar nesta jornada e *que a houvesse por depositada na mão do curador e testamenteiro Domingos Dias irmão do defunto* para que a entregasse a seu pae *cuja* era [...]

3.4.2. Relativas copiadoras

Algumas relativas copiadoras já aparecem nos I&Ts escritos por Soveral. Temos, então, a presença de um traço inovador em sua gramática. Assim, em (53-58) o relativo *que nele* está por *em / a que*; em (57), *as quais () delas* está por *das quais*; em (58), *que () disso* está por *de que*:

53. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1:468] Foi arrematado a rede de dormir a Geraldo Correa em \$700 reis por ser o mór lançador *que nelle* lançou o dito preço a pagar em dinheiro em paz e em salvo para os orfãos [...]
54. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1:469] Foi arrematado a Duarte Machado os dois botões de gibão e suas mangas em 1\$000 reis por ser o mór lançador *que nelles* lançou o dito preço a pagar em dinheiro de contado na villa de São Paulo em paz e em salvo [...]
55. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1: 467] Foi arrematado o cobertor azul a Andre de Escudeiro em 3\$100 reis por ser o maior lançador *que nelle* lançou o dito preço a pagar em dinheiro na villa de São Paulo em paz e em salvo [...]
56. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1:474] Um rapaz foi vendido e arrematado a João Bernal em 10\$000 reis *que nelle* mais que todos lançou a pagar em dinheiro na villa de São Paulo da chegada do capitão mór Nicolau Barreto [...]
57. [17, 1 Soveral 1603 I&T 1:472] [...] 5\$000 réis conforme o dito Duarte Machado os era a dever neste inventário em duas addições / *as quaes* uma *dellas* esta ás cinco folhas deste inventario na volta que diz serem de duas camisas de algodão que lhe foram arrematadas em 4\$000 réis e a outra está ás nove folhas na volta e a calça em dez em que diz serem-lhe arrematados dois corpos de gibões e umas mangas em 1\$000 réis que tudo faz somma 5\$000 réis [...]
58. [17, 1 Soveral 1603 I&T 2: 26] [...] onde relato a conta que tenho com Francisco de Espinosa digo que até oitenta cruzados só lhe farão bons da fazenda que lhe tomei para o que tenho parte apurado em conhecimentos *que* nesta viagem vendi *disso* e o que faltar [...]

4. Primeiras conclusões

Os dados até aqui reunidos nos textos de Soveral apontam para um choque entre duas gramáticas, uma conservadora e outra inovadora. O bilinguismo interno dos cristãos novos pode estar por trás disso.

Deixando de lado o distanciamento do estilo científico, permito-me ver aqui a projeção da experiência pessoal desse autor, que atravessou o mar oceano dividido entre sua nação e a necessidade de conviver com o outro.

Enquanto falante de uma variedade vernacular, o escrivão se mostra conservador, mantendo o modo familiar. É o que se constata pela predominância dos clíticos proclíticos, pelo sujeito nulo, pela concordância plena e pela relativa padrão. Enquanto falante da variedade veicular, ele se mostra inovador, colhendo por certo as novas formulações gramaticais da sociedade envolvente: é o que se vê pela escassez de pronomes redobrados, pelo uso do possessivo *dele*, pelo sujeito preenchido, pela concordância \emptyset e pela relativa copiadora.

Na continuação da pesquisa, pretendo (1) ampliar minha casuística, investigando também o SN nu, e incluindo dados da gramática de outros autores cristãos novos, como Antônio Rodrigues de Alvarenga e Belchior da Costa; (2) investigar numa forma comparativa autores portugueses, paulistas e mamelucos dos mesmos textos; (3) elaborar generalizações sobre os achados, verificando, entre outros tópicos, se há alguma harmonia entre o não preenchimento do Especificador nominal, que configura um SN nu, e o não preenchimento do Especificador verbal, que configura um sujeito nulo.

Apêndice I. Autores Judeus de inventários e testamentos

ANTÔNIO VIEIRA DA MAIA

◇ Guimarães, PT - † 1674, Taubaté [CN]

BELCHIOR DA COSTA

◇ PT - † 1625, na vila de Santana de Parnaíba [CN]

DOMINGOS CORDEIRO

◇ Espinhel, Coimbra, PT - † 1643, no sertão. [CN?]

DOMINGOS RODRIGUES VELHO

◇ Porto, PT - † SP [? CN]

FILIPE DE CAMPOS BANDERBORG

◇ Freguesia de Loreto, Lisboa, PT - † 1681, PT [CN]

FRANCISCO RODRIGUES VELHO

◇ por volta de 1573 no Porto, PT - † depois de 1643. [CN ?]

FRUTUOSO DA COSTA

◇ PT †? [CN]

GASPAR GOMES

◇ PT - † ? [CN]

GERALDO CORREIA SARDINHA / GERALDO CORREIA

◇ Braga, PT - † em 1667. [CN ?]

GERALDO DA SILVA

◇ São Miguel das Cabreiras, PT - † SP [CN]

JOÃO DE BRITO CASSÃO

◇ em Arcos de Val de Vez, PT - † 1640. [CN]

JOÃO DA COSTA SILVA

◇ PT - †? [? CN]

JOÃO MACIEL

◇ Minho, PT - † SP [? CN]

JOÃO RODRIGUES BRAGANÇA ou BARGANÇA

◇ PT - † ? [? CN]

JOÃO DA SILVA COSTA

◇ PT - † ? [? CN]

JORGE JOÃO

◇ PT - † ? [? CN]

JOSÉ DA COSTA HOMEM

◇ natural das Ilhas, PT, † ? [? CN]

JUSARTE LOPES

◇ PT - † ? [? CN]

LUÍS DE ALBERNÁS

◇ PT - † ? [CN]

MANUEL DE ALVARENGA

◇ Ilha da Madeira, PT - † 1639, P [? CN]

MANUEL FRANCISCO PINTO

◇ Guimarães, PT - † 1638 [CN ?]

MANUEL MORATO COELHO

◇ Lisboa, PT - † 1646, SP [CN]

MANUEL SOEIRO RAMIRES

◇ Lisboa, PT - † ? [CN]

MANUEL DE SOVERAL

◇ PT - † ? [? CN]

PEDRO TAQUES

◇ Setúbal, PT - † em 1644, em SP. [CN]

SEBASTIÃO DE FREITAS

◇ Silves, Algarves, PT, por 1565 - † 1644, SP [CN]

SIMÃO DA COSTA

◇ Beja, PT - † 1611, SP [? CN]

SIMÃO DA MOTA REQUEIXO

◇ PT - † ? 1650 [? CN]

SIMÃO RODRIGUES HENRIQUES

◇ PT - † ? [? CN]

Apêndice II. Participantes da Bandeira de Nicolau Barreto, 1602

Brás Gonçalves, o moço [Mm] e seu pai Brás Gonçalves, o velho [Mm]; Baltasar Gonçalves, o velho [Mm] e seu filho Baltasar Gonçalves, o moço [Mm]; Domingos Gonçalves [PT], Francisco Nunes Cubas [Mm][CN], Jorge João [*PT], Jorge Rodrigues, Antônio Lopes Pinto [*PT] [CN], Manoel Paes [Mm] [CN], João Bernal [*C] [CN], João Murzilho [*PT], Antônio de Andrade, Matias Gomes [*PT], Luís Eanes Grou, o velho [*SP][Mm], Antônio Luís Grou [*SP][Mm], Antônio Pedroso de Barros [*PT] [CN], Baltasar de Godói [*C] [CN], Simão Borges Cerqueira [*PT], Duarte Machado, Geraldo Correia Sardinha [*PT], Pascoal Leite Furtado [*PT], Paulo Grum, José Gaspar Sanches, Sebastião Peres Calheiro, Manoel Afonso de Gaia [*PT] [CN], Rafael de Proença ?[*SP][Mm], Fernando Nobre, Domingos Dias, o moço [*SV], Manoel de Chaves [*SV], Pero Nunes [Mm], Aleixo Leme [*SV], Mateus Neto [*SV][Mm], Antônio Bicudo Carneiro [*PT], Manoel Mendes Alemão, André de Escudeiro [*C], Francisco de Siqueira, Pero Martins, Domingos Fernandes [*SP][Mm][CN], Lourenço da Costa, Nicolau Machado [*PT], Antônio Pedro, Francisco Ribeiro, Lourenço Nunes [Mm], Manoel Rodrigues, Salvador Pires [*SP], Simão Leite, Diogo Peneda, João Dias, Henrique da Cunha Lobo, o velho [*SP], Estevão Ribeiro Baião, o moço [*PT], João Gago da Cunha [*SP], Ascenço Ribeiro [*SV], Pero Leme, o moço [*SV], Manoel Preto, o velho [*SP], Francisco de Alvarenga [*SP] [CN], Martim Rodrigues Tenorio de Aguillar [*C] [CN], Antonio Gonçalves Davide, Antônio Ferreira, Manoel Machado, Francisco Alves Correia, Diogo de Oliveira Gago, Miguel Gonçalves, Francisco Ramalho (Tamarutaca)[Mm], Simão Jorge, Belchior Carneiro [Mm], Antônio Rodrigues Velho, o araa, Afonso Sardinha, o moço [Mm], etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Amadeu (1920 [1977²]): *O Dialeto Caipira*. São Paulo: HUCITEC.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2013): *Do campo à cidade. Estudo sociolinguístico de redes e migrações sociais*. São Paulo: Parábola.
- CAMPAGNANO, Anna Rosa: *Judaísmo Italiano: línguas faladas por judeus na Itália*. <http://hebraismoitaliano.blogspot.com.br/2011/03> [23/03/2013].
- CARDEIRA, Esperança Maria da Cruz Marreiros (2005): *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- CASTILHO, Ataliba T. de (1999-2000): “Para a história do português de São Paulo”, *Revista Portuguesa de Filologia* XXIII, 29-70.
- CASTILHO, Ataliba T. de / Célia Maria MORAES DE CASTILHO (2013): “Aspectos da concordância verbal no português médio”, em Rosario Álvarez / Ana Maria Martins / Henrique Monteagudo / Maria Ana Ramos (eds.), *Ao Sabor do Texto. Estudos dedicados a Ivo Castro. Santiago de Compostela*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 107-124.
- CASTRO, Ivo (2006): *Introdução à História do Português*. 2ª ed. Lisboa: Edições Colibri.
- COHEN, Maria Antonieta Amarante de M. (2009): “Contacto linguístico na România: o judeu-espanhol”, *Caligrama* 14: 51-63.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (1993): “Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil”, em I. Roberts / M. Kato (orgs.), *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 107-128.
- GALVES, Charlotte (1984): “Pronomes e categorias vazias em Português do Brasil”, *Cadernos de Estudos Linguísticos* 7: 107-136.
- GALVES, Charlotte (1984): “A sintaxe do português brasileiro”, *Ensaio de Linguística* 13: 31-49.
- GUIMARÃES, Aléxia Teles (1997): “A importância dos provérbios no Judeu-Espanhol”, *Caligrama* 2: 97-101, 1997.
- Inventários e testamentos da Vila de São Paulo do Campo de Piratininga*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, 46 volumes (1920-).
- KATO, Mary A. (1993): “The distribution of null and pronominal objects in Brazilian Portuguese”, em W. Ashby / M. Mithun / G. Perissinoto / E. Raposo (eds.), *Linguistic Perspectives on the Romance Languages. Selected Papers from the XXI Linguistic Symposium on Romance Languages* (Currents Issues in Linguistic Theory Series). Amsterdam: John Benjamins, 225-235.
- KATO, Mary A. et al. (1996): “Padrões de predicação no português falado no Brasil”, em Mary Kato (org.), *Gramática do português falado*. Vol. V. Campinas: FAPESP/Editora da Unicamp, 201-274.
- KEYSERLING, Meyer (2009): *História dos Judeus em Portugal*. Tradução de Gabriele B. Corrêa da Silva e Anita W. Novinsky. São Paulo: Perspectiva.

- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria (2001): “Seria quatrocentista o português implantado no Brasil? Estruturas sintáticas duplicadas em textos portugueses do séc. xv”, em Rosa Virgínia Mattos e Silva (org.), *Para a História do Português Brasileiro*. Primeiros estudos, vol. II. São Paulo: Humanitas / FAPESP, t. 1, 57-90.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria (2009a): “A linguagem dos inventários e testamentos: lendo nas entrelinhas”, em M. S. C. B. Bassanezi / T. R. Botelho (orgs.), *Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos*. Belo Horizonte: FAPEMIG / Veredas e Cenários, 257-272.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria (2009b): “Estrutura discursiva dos Inventários e Testamentos de São Paulo (séculos. xvi-xvii)”, em A. T. de Castilho (org.), *História do Português de São Paulo*. Série Estudos, vol. 1. Campinas / São Paulo: FAPESP / Instituto de Estudos da Linguagem, 665-698.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria (2009c): “A concordância nos inventários do séc. xvii”, em A. T. de Castilho (org.), *História do Português de São Paulo*. Série Estudos, vol. 1. Campinas / São Paulo: FAPESP / Instituto de Estudos da Linguagem, 333-350.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria (2009d): “O problema da concordância de número nos Inventários produzidos na Vila de São Paulo do Campo: séculos xvi-xvii”, em Vanderci Aguilera (org.), *Para a História do Português Brasileiro*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, t. 1, 223-264.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria / Ataliba T. de Castilho (2010): “A concordância”, em D. da Hora / C. R. Silva (orgs.), *Para a história do português brasileiro. Vol. VIII. Abordagens e perspectivas*. João Pessoa: Editora da UFPb / Ideia, 146-162.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria (2011): “Inventários e Testamentos como documentos linguísticos”, *Filologia e Linguística Portuguesa* 13, 1.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria / Ataliba T. de CASTILHO (2012): “Perspectiva multissistêmica da concordância”, em Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida / Maria Célia Lima-Hernandes (orgs.), *História do Português Paulista*. Série Ensaios, vol. 3. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem / Unicamp, 111-132.
- MORAES DE CASTILHO, Célia Maria (2013): *Fundamentos sintáticos do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto.
- NEGRÃO, Esmeralda V. / Ana Lúcia MÜLLER (1996): “As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas?”, *D.E.L.T.A.* 12 (1): 125-152.
- NEME, Luiz Gonzaga da Silva (2003): *Genealogia Paulistana*. www.arvore.net.br/Paulistana [vários acessos, 2009].
- RIBEIRO, Ilza (1998): “A mudança sintática do Português Brasileiro é mudança em relação a que gramática?”, em A. T. de Castilho (org.), *Para a história do português brasileiro*. Vol. I. São Paulo: Humanitas / FAPESP, 101-119.
- SALVADOR, José Gonçalves (1973): *Os cristãos novos e o comércio do Atlântico meridional*. São Paulo: Pioneira / MEC.

- SILVA NETO, Serafim da (1951): *Introdução à língua portuguesa do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- TEYSSIER, Paul (1959): *La langue de Gil Vicente*. Paris: Librairie C. Klincksieck.
- VAINFAS, Ronaldo (2010): *Jerusalém Colonial. Judeus portugueses no Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- WIZNITZER, Arnold (1966): *Os Judeus no Brasil Colonial*. Tradução de Olívia Krahenbuhl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora / Editora da Universidade de São Paulo.

Fragmentos do texto das *Partidas* em português: análise de estruturas discursivas

Clara Barros

Centro de Linguística da Universidade do Porto / Faculdade de Letras da Universidade do Porto
mbarros@letras.up.pt

Textual Fragments of the *Partidas* in Portuguese: an Analysis of Discursive Structures

Resumo

Este artigo pretende analisar a estrutura discursiva de diversos fragmentos das *Partidas* — editados em Askins *et al.* (2002) e em Dias (1994) — e que abarcam mais de meia centena de leis da *Primeira, Segunda e Quinta Partidas* em tradução / versão portuguesa. A análise tem como objetivo fazer um confronto entre a sua estrutura e a do texto integral da *Primeira Partida* e verificar se se mantém nestes fragmentos aspetos que parecem ser marcantes e definidores da estrutura dos textos legislativos das *Partidas*. Serão analisadas as estratégias discursivas características da redação desta obra, começando pela relação que se estabelece entre o discurso deontico, que expõe a lei, e o discurso assertivo-argumentativo com pendor de justificação. Foram detetadas estratégias típicas da argumentação justificativa, baseadas em raciocínios analógicos, em raciocínios causais-conclusivos ou em argumentos de autoridade com marcas de intertextualidade em que a invocação de autoridades surge em citação direta ou parafraseada. Em seguida, foram analisados aspetos definidores da coesão macroestrutural dos textos — organização sequencial, planificação e composição.

Os textos analisados, embora provenientes de códices diversos e de diferentes *Partidas*, apresentam uma continuidade de estratégias discursivas características da redação deste texto jurídico. O objetivo deste trabalho é, portanto, verificar que os fragmentos em análise apresentam afinidades com o texto da *Primeira Partida* e sublinhar os traços concordantes que os filiam numa mesma tradição discursiva, demonstrando que existe uma unidade de estruturação discursiva no conjunto das versões portuguesas desta obra da legislação de Afonso X.

Palavras-chave

Português medieval, pragmática, tradições jurídicas discursivas.

Abstract

This paper examines fragments of Portuguese juridical texts, King Afonso X's *Partidas*, edited by Askins *et al.* (2002) and Dias (1994), which include more than fifty law texts, from a discursive viewpoint. By analysing a number of excerpts of the Portuguese translation / version of the *Primeira, Segunda* and *Quinta Partidas*, the article attempts to compare their structure with the structure of the integral text of the *Primeira Partida* in order to ascertain to what extent the characteristic and defining aspects of the legislative texts of the *Partidas* are to be observed in these fragments. The specific discursive strategies of the writing of this juridical work will be analysed using as a starting point the relationship between, on the one hand, the deontic discourse applied by the law and, on the other, an assertive-argumentative discourse with a justification value. Some typical strategies of justificative argumentation were detected, based in analogical reasoning, causal-conclusive reasoning or in authorial arguments with some intertextual marks in which the invocation of authorities appears in direct or paraphrase quotations. Thereafter, some defining aspects of macro-structural cohesion were analysed – from a sequential, planning and compositional viewpoint. The texts studied, although belonging to different codices and different *Partidas*, show a continuity of discursive strategies which are characteristic of the writing of this juridical text. The aim of this paper is to verify the extent to which the analysed fragments show similarities with the *Primeira Partida* and underline those traits which position them in the same discourse tradition, thus demonstrating that there is a unified discursive structure in the whole of the Portuguese versions of King Afonso X's legal works.

Keywords

Medieval Portuguese, pragmatics, juridical discourse traditions.

Sumário

1. Âmbito do trabalho. 2. Estratégias argumentativas utilizadas no texto das leis em fragmentos de versões portuguesas das *Partidas*. 2.1. Invocação de Autoridades da tradição antiga. 2.2. Invocação da autoridade divina em citação e paráfrase. 2.3. Traduções e definições em latim. 2.4. Estruturas comparativas, integradas em construções causais 3. Aspectos da organização macroestrutural dos textos. 3.1. Um discurso assertivo com valor prescritivo. 3.2. Atos de planeamento textual. 4. Mais do que uma tradição manuscrita. 5. Unidade textual-discursiva.

Contents

1. Framework. 2. Argumentative strategies in the texts of the laws in the fragments of the Portuguese versions of the *Partidas*. 2.1 Invocation of old and traditional Authorities. 2.2 Invocation of divine Authority in quotation and paraphrase. 2.3 Latin translations and definitions in Latin. 2.4 Comparative structure within causal constructions 3. Aspects of the macrostructural organization of the texts. 3.1 An assertive discourse with prescriptive meaning. 3.2 Textual planning acts. 4. More than one tradition of manuscripts. 5. A textual and discursive unity.

1. Âmbito do trabalho

Vou analisar, neste trabalho, aspetos da estrutura discursiva de diversos fragmentos das *Partidas* de Afonso X, editados por Arthur L. F. Askins, Aida Fernanda Dias e Harvey L. Sharrer (2002) e por Aida Fernanda Dias (1992-1995).

Depois de ter feito, no passado, um estudo da estruturação discursiva do texto da versão portuguesa da *Primeira Partida* (Barros 1993-1994, 2010) e de ter tentado, posteriormente, encontrar afinidades entre esse texto e o de alguns fragmentos da *Terceira Partida* (Barros 2012), analiso agora outros excertos de textos de versões em português das *Partidas*, mais precisamente: da *Primeira*, *Segunda* e *Quinta* (de que são conhecidos alguns fragmentos), no sentido de verificar se se mantêm neles algumas das características que tenho tentado estabelecer como marcantes e definidoras da estrutura dos textos legislativos das *Partidas*.

Nas edições agora estudadas pude analisar quase meia centena de leis, de diferentes *Partidas* e pertencentes a diversos códices:

- a. Da edição dos manuscritos da Torre do Tombo, analisei o Fragmento x (AN/TT – Mosteiro de Sta Cruz Coimbra. Pasta 41, s/n fólio solto) Afonso X – *Primeira Partida* Título II, leis 10-11; Título III, leis 2-3 e o Fragmento XI (AN/TT Fragmentos Caixa 21, n.3. Dois bifólios) Afonso X – *Quinta Partida*. Fols. 1-2 Título XI, leis 16-18, 20-22, 30-36; fols. 3-4 Título XII, leis 5-10, 15-20. D
- b. Da edição de Aida Fernanda Dias do Arquivo da Universidade de Coimbra, analisei os textos dos fragmentos de Afonso X – *Segunda Partida* Título XII, leis 5-9; Título XVIII, leis 21-26; Título XXI, leis 17-22. *Sétima Partida*, Título XIV, leis 8-10.

Esta abundância de fragmentos (que revela a existência de diversas cópias do mesmo texto) confirma a importância das *Partidas* e a sua grande circulação em tradução / versão portuguesa, naturalmente já sugerida pela existência de dois manuscritos contendo as versões integrais em português da *Primeira* e da *Terceira Partidas*. Diversos autores, entre historiadores, historiadores do direito e linguistas referiram

que esta descoberta progressiva de fragmentos aponta para a existência de diversos exemplares das *Partidas* em Portugal e em português (Ferreira 1980, 1987, 2001; Dias 1992-1995; Maia 1986, 1996), sem excluir a possibilidade da circulação e da utilização de textos em castelhano, de que foram também descobertos alguns fragmentos (Ferreira 2001: 490-496).

As leis das *Partidas* foram, sem dúvida, utilizadas em Portugal, pelo menos como direito subsidiário (cf. Cruz 1975, Albuquerque 2005), durante um longo período, a partir da sua introdução, que terá ocorrido provavelmente durante o reinado de D. Dinis. Aliás, o interesse pela obra de Afonso X e em particular pelas *Partidas* foi enorme na Idade Média peninsular. Tal é confirmado pela quantidade de textos, redigidos em diversas línguas. De facto, conhecemos versões integrais ou fragmentos, redigidos em castelhano, em português, em galego, em catalão.

2. Estratégias argumentativas utilizadas no texto das leis de fragmentos de versões portuguesas das *Partidas*

Embora provenientes de códices diversos e de diferentes *Partidas*, verifica-se no texto destas leis uma continuidade de estratégias discursivas, marcadas por explicitude, que é característica da redação deste texto jurídico. Também em todas se alia o discurso que expõe a lei, deontico, a segmentos de um discurso assertivo-argumentativo com pendor de justificação. A preocupação em definir, explicitar e precisar cada termo ou conceito, cada palavra e expressão latina, cada determinação legislativa, revela nestes textos um propósito eminentemente didático ou mesmo doutrinal.

As estratégias argumentativas utilizadas nas leis agora analisadas apresentam como denominador comum o facto de serem sobretudo baseadas em argumentos de autoridade, em raciocínios analógicos patentes em estruturas comparativas integradas em construções causais, ou em raciocínios causais-conclusivos, típicos da argumentação justificativa.

2.1. Invocação de Autoridades da tradição antiga

Começo por referir a invocação de autoridades, em citação direta ou parafraseada, que apresenta variabilidade mas está omnipresente no texto das leis, sustentando as asserções desta obra jurídica que, para além de ser um código legislativo, se apresenta como um repositório de sabedoria temporal e espiritual, que em certa medida recupera uma tradição – com referências frequentes a línguas antigas, sobretudo à língua latina, às palavras dos sábios ou sabedores e filósofos *antigos*, ou simplesmente em expressão já formular: *os antigos*.

Nos fragmentos editados por Aida Fernanda Dias, o bifólio (fols. 2 e 3) que contém segmentos do texto da *Segunda Partida*, correspondentes aos títulos XVIII e XXI, evidencia uma estratégia de argumentação com recurso a uma autoridade fundamentada na tradição. A referência à autoridade *dos antigos* é frequentemente seguida por verbo jussivo, como se pode observar nos seguintes exemplos, em que assinalai, em itálico, os segmentos mais elucidativos:

1. Mais outras duas hy ha que fazê os vassalos algũas vegadas contra os senhores *que teverõ os antigos, que era mais culpa*, porque a hũa he chãmête aleyve e a outra trayçõ conhoçuda. (SP, T. XVIII, L. XXIII)¹.
2. Vootade avendo El-Rey de dizer mal a sseu natural, se lhy nõ desse o castelo, quetevesse en fialdade ata nove /dias, assi como diz na ley ante desta, *nõ teverõ por bê / os antigos* que o retasse el mesmo per ssi du/as razões: a hũa porque o ssenhor nõ perdesse o castelo. Pero...E porque esta paravoa he tanto como desmentirsse, por ende *nõ teveron por bê os antigos d’Espanha* que el o disse [...] Mais [...] (SP, T. XVIII, L. xxv).

No título XXI da *Segunda Partida*, observa-se esta estratégia nas leis XVII, XVIII, XX E XXI:

3. *Ordinharõno. E esto fazê* porque vã eles mais hõrrados. E *aïda mãdarõ...E outrossi estabeçerõ. Outrossi poserõ qu...* E sobre tod’esto estabeçerõ (SP, T. XXI, L. xvii).
4. *Estabeçerõ os antigos* que [...] E *esto fezerõ* [...] *Esso mesmo estabeçerõ* tãbê das armaduras como das armas que trouxessê (SP, T. XXI, L. xviii).
5. *Apostamête teverõ por bê os antigos* que fezessê [...] *E por en ordinharõ* (SP, T. XXI, L. xx).
6. *Os sabedores* [...] [Leitura difícil] Autoridade de ‘os antigos’ + Verbo Jussivo. (SP, T. XXI, L. XXI).

2.2. Invocação da autoridade divina em citação e paráfrase

Esta linha de argumentação existe em paralelo com uma permanente convocação da autoridade divina e ampla referência aos textos bíblicos bem como às palavras dos santos, com particular incidência nos ‘doutores’ da igreja.

¹ Nos exemplos, utilizo as seguintes siglas: PP = *Primeira Partida*; SP = *Segunda Partida*; TP = *Terceira Partida*; QP = *Quinta Partida*; T. = Título; L. = Lei.

Acontece que o discurso justificativo nos textos jurídicos em análise se desenvolve muitas vezes com recurso ao exemplo bíblico, que se institui como modelo (cf. Barros 1993-1994). Nas *Partidas*, utiliza-se sistematicamente a estratégia de argumentação pelo modelo, convocando-se diversas personagens bíblicas que se instituíram como figuras exemplares. Surgem como modelos Moisés, os profetas, os reis David e Salomão, os santos padres e os apóstolos – todos por critérios prestigiantes: pelo seu poder e pelo seu saber.

Nos fragmentos editados por Aida Dias o segmento de texto correspondente ao fólio 1, que contém as leis 5 a 9 do título XII da *Segunda Partida*, representa um exemplo paradigmático da argumentação por recurso a autoridades com valor de justificação. Esta frequente transferência de voz, por parte do Locutor, revela o respeito pela força da autoridade divina e integra-se numa recorrente estratégia de construção de legitimidade do discurso que caracteriza o texto das *Partidas*. Trata-se de um discurso do poder e da autoridade baseado em outras autoridades. Note-se ainda que os verbos *dizer* e também “mostrar” surgem a introduzir vozes particularmente credibilizadas. Tais verbos ocorrem em citação explícita, por vezes com referência concreta a um dado texto, como a *Ley Vedra* – o Antigo Testamento, ou as *Escrituras*. Na introdução do discurso relatado a utilização do verbo ‘dizer’ é quase constante, antecedendo quer a citação direta – em discurso relatado –, quer a citação parafraseada, que neste caso se apresenta em frase completa.

Vejam os alguns exemplos do Título XII da *Segunda Partida* em que se observa a estratégia argumentativa descrita:

7. Car[i]date en latim tanto quer [dizer] como amor que ha/ homẽ algũa cousa [...] Ca assi *cõmo disse Sancto Agustinho*, amor he hũa vertude po/ la qual os hom õs desejá veer Deus [...] e *os outros sanctos disserom* que amor he cousa pola qual / ama Deus por razão do bem que áspera d’El...e por ende deve o poboo amar a Deus sobre todalas cousas do mũdo. Ca amãdo El amar/ s’am hũus outros.e esto se prova pela *ve[r]d[adey]ra ley*, en que diz: (citação do Antigo Testamento) E outrossi *disse Sam Bernaldo que* (paráfrase) E por ãde *disse Sancto Agustinho*: (citação) E *Salamõ disse*: (citação). E ou/trossy *disse Sam Bernaldo que* (paráfrase introduzida por completa de *que...*) E *Sancto Agostinho disse que* [...] (SP, T. XII, L. VI).

8. *Nosso Senhor Deus mostrãdolhis* outra maneyra ...lhes quis dar sinal [...] E esto foy *Nostro Senhor Jhesu Christo seu Filho* que emvyou ãeste mũdo E por ãde *disse o Apóstolo Sam Paulo* [...] e aynda *disse Sam Bernaldo* [...] Outrossy *disse el mesmo* que [...] E sobre esto *disse el mõesmo Sam Bernaldo*: (citação) [...] Assi como *disse o Apostolo Sam Paulo* e acordam cõ el *os outros sanctos*: Que olhos nõ virõ nõ orelhas nõ oyrõ nõ o coração do homẽ nõ pode pẽssar o que Deus

tem aparlhado aos que O amã [...] E outrossy disse o *Apostolo Sam Tiago* que Nostro Senhor Deus tem guardada a coroa do sseu reyno pera aqueles que O amã. Quando se torna a EL, assi *como El mesmo disse*: (Citação das Escrituras) [...] Onde por todas estas razões que ditas avemos en esta ley...E por ende o poboo he teudo de amar El sobre todas as cousas do mundo (*SP*, T. XII, L. VII).

Na lei VIIIª do título XII alia-se à estratégia de invocação de autoridade de santos e de filósofos o critério da autoridade do ‘antigo’:

9. *Diserom os sanctos padres e os philosophos antigos* que o temor e assi como guarda e porteiro do amor. Onde se os homẽs temẽ as cousas deste mũdo quanto mays devẽ temer a [...] *Deus, que he Nosso Senhor* sobre las cousas sperituais. Ca pero o poboo ouvesse fe e asperança e amor, se o temor hy nõ fosse, que os guardasse nõ valeria nada. [...] E sobr’esto disse *Sancto Agustinho* (paráfrase, frase completa) o temor de Deus [...] E aynda disse mais: (Citação) [...] E *Sancto Juã Demasçeno*, que foy *sabio* [...] polo que *mãdou Moissen* [...] E *Josee*, que foy *cabedel dos judeus* depois de *Moisem* disse *outrossy* (Citação) [...] E *El-Rey David* disse: (Citação) E aynda disse mais: que nõ tam solamẽte o poboo, mais os sanctos O devẽ temer. [...] E *sseu filho, rey Salamõ* disse que [...] E aynda sem todas estas razões que *diserom estes sobreditos que forõ reis e cabedees e profetas*. Naturalmẽte [...] *segũdo o dito dos sanctos e dos philosavos* deve-O o poboo muyto a temer [...] Ca *segũdo disse Sam Gregorio* [...] *Outrossy disse Sam Jeronimo que sabho he* E aynda *Nostro Senhor Jhesu Christo* disse: (Citação) Onde o poboo [...] (*SP*, T. XII, L. VIII).

10. *Rey Salamõ* disse: (Citação). [...] E outros[y] disse *el mẽsimo*: (Citação) [...] *disse Sam Gregorio* (paráfrase) [...] *disse El-Rey Salamõ*. (Citação) [...] e por ende *disse Rey Salamõ*: (Citação) [...] o que *disse o Anjo Abra/am* (Citação) [...] *Outrossi disse Dom Gregorio* que (passagem de difícil leitura) (*SP*, T. XII, L. IV).

Em alguns casos a sabedoria dos autores é proverbial, como no caso do rei Salomão. A menção de outras, porém, é acompanhada de uma estrutura de encarecimento que justifica a sua utilização como autoridade ou modelo exemplar. Veja-se a referência global a “estes sobreditos que forõ reis e cabedees e profetas”. Veja-se também como o texto reitera o estatuto de autoridade dos autores citados com afirmações explícitas da sua sabedoria. Assim, sublinha o texto: “Sancto Juã Demasçeno, que foy sabio” ou “Sam Jeronimo que sabho he”. Trata-se da convocação da autoridade de reis, chefes e de sábios.

A invocação/convocação de autoridades constitui, nestes textos legislativos, uma estratégia adotada pelo Locutor para ampliação ou reforço da sua autoridade

que, na verdade, está também sustentada pela apresentação, que é feita de modo sistemático, de garantias que suportam as suas convicções assertivas. Essas autoridades são invocadas/convocadas quer como modelos de exemplar comportamento (em que sobressaem a convocação da figura de Nosso Senhor Deus e a de Jesus Cristo Seu filho), quer como protagonistas de pequenos *exempla* em que emitem opiniões tomadas como particularmente qualificadas ou mesmo como irrefutáveis.

2.3. Traduções e definições em latim

No texto das *Partidas* surgem também com alguma frequência traduções do latim para o romance. A precisão dos conceitos traduzidos do latim apresenta-se inquestionável, dado o prestígio dessa língua antiga, com um certo estatuto de perfeição, que funciona como repositório de sabedoria.

Nos fragmentos agora analisados surgem dois casos de recurso a uma designação em latim: as asserções que contêm as traduções são definitórias, esclarecem e explicam o sentido e procedem mesmo a uma delimitação concetual. Por vezes são casos de atribuição de um *nome* em latim no intuito de constituir e transmitir uma *terminologia latina* técnica, própria da linguagem do Direito.

Surgem exemplos no título XII da *Segunda Partida*, na lei VI^a e no título XXI da *Quinta Partida*, na lei XXXVI^a:

11. Car[i]dat *en latim tanto quer [dizer] como* amor que ha/ homẽ algũa cousa (*SP*, T. XII, L. VI).
12. *Em latim dizem pena giudiciale* a que he posta sobre promissom que he fecta en juizo. (*QP*, T. XI, L. XXXVI).

2.4. Estruturas comparativas, integradas em construções causais

As estratégias argumentativas baseadas em raciocínios analógicos que estão patentes em estruturas comparativas integradas em construções causais, também estão presentes nestes fragmentos². São introduzidas por conjunções ou locuções comparativas. A mais comum é, sem dúvida, *assy como*, ou *bẽ assy como*, que ocorre geralmente em correlação com *assy*, na forma: *assy como... assy...* Este morfema atualiza dois outros valores – anafórico e exemplificativo/ilustrativo — que se projetam predominantemente no discurso legislativo expositivo. O morfema *assy como*, com valor de comparativo, estabelece uma relação de semelhança, identidade ou homologia. A sua atualização

² Estão assinaladas em itálico as marcas da estrutura de raciocínio analógico e da construção causal.

em discurso desenha uma correlação de modo, surgindo em construções correlativas do tipo *assi como... assi...* Este complexo sintagmático desempenha o papel de um argumento, sendo quase sempre introduzido por uma causal de *ca*. Convém ainda notar que pode também surgir em correlações – realizadas em *bem assi como...assi / outrossy* – acompanhadas de expressão que traduza semelhança ou identidade de conteúdo informativo entre dois enunciados ou partes de enunciado. Vejamos o exemplo seguinte do título XXI da *Segunda Partida*, na lei XIX^a:

13. *Ca bẽ assi como* en tẽpo de paz/ comẽ a ssazõ sinaada de maneyra que podessẽ comer duas ve/zes ao dia, e de manjares bõos e bẽ adubados e cõ cousas que lhis soubessẽ bẽ. *Outrossi* quando ouverẽ a guerrear, / comẽ hũa vez na manha. (SP, T. XXI, L. XIX).

Também no título XII da *Segunda Partida*, na ley VI, surge uma estrutura comparativa em correlação, integrada numa construção causal-conclusiva:

14. *Ca assi como disse Sancto Agustinho [...]* e *outrossy disse Sam Bernaldo [...]* e por ãde disse Sancto Agustinho [...] (SP, T. XII, L. VI).

Provavelmente, esta tradição textual jurídica em português favoreceu a evolução da língua desenvolvendo novas construções e estruturas e ampliando o âmbito de uso de certos morfemas como *ca*, *porque*, *como quer que*, *cõ todo esso*, *por en*, *onde resumptivo*, que surgem mesmo envolvidos em processos de gramaticalização de novos usos e funções (cf. Barros 2010).

3. Aspectos da organização macroestrutural dos textos

Quanto à organização da estrutura das leis, encontram-se também nestes fragmentos aspectos da organização macroestrutural do texto, de tipo sequencial, de planificação e de composição que integram as estratégias utilizadas para gerir textos de grandes dimensões. Trata-se de focar ligações entre leis contíguas e enumerações que asseguram, fundamentalmente, a necessária coesão do desenvolvimento do texto. Nos fragmentos em análise não observei remissões entre títulos contíguos, mas apenas entre leis, o que se explica certamente pelo carácter fragmentário do texto. Surgem exemplos de marcas da organização macroestrutural no texto do título XII da *Segunda Partida*:

15. *Trabalharsse devẽ [...]* *assi como dissemos nas leis ante desta*. Pero porque hy á outras maneyras *queremolas agora mostrar [...]* Este emprazamento de/ ve fazer por tais cousas: a primeira [...] a sseg/ unda [...] a terceyra (SP, T. XII, L. VII).

21. *Que he o que deve/ seer guardado quando os alcaides ãprazã os castelos como nõ devẽ* (SP, T. XVIII, L. XXIII).

22. *En que maneyra se devẽ vestir os cavaleyros* (SP, T. XXI, L. XVIII).

No fragmento da *Quinta Partida* observam-se diversos casos deste tipo de marcas de composição textual de que saliento quatro, no título XI, e sete no título XII:

23. *Do prometimẽto que he factõ sã condiço a dia assinaado* (QP, T. XI, L. XVI).

24. *Que pãa merece aquele que [...]* (QP, T. XI, L. XXXIIIJ).

25. *Que pãa merece o que [...]* (QP, T. XI, L. XXXV).

26. *Da pãa que promete [...]* (QP, T. XI, L. XXXVJ).

27. *Em que maneyra pode seer facta a fiadura* (QP, T. XII, L. VIJ).

28. *Como o fiador [...]* do que deue o principal deuedor (fica porende obrigado [...]) (QP, T. XII, L. VIJ).

29. *Que força ha a fiadoria que fazẽ muytos en hũu* (QP, T. XII, L. VIIJ).

30. *Como a diuyda deue seer demãdada primeyramet ao principal diuydor ca ao fiador. E sse pell'auentuyra non ouesse el de que pagar, entõ...E sse acaescesse maneyra que diz em a ley ante desta.* (QP, T. XII, L. IV).

31. *Como quando dous homẽs sse fazẽ fiadores e deuydores principães por hũa diuyda, como a deue pagar [...]* e sse pella auentuyra os non paga entõ (QP, T. XII, L. X).

32. *Quantos prazos deuẽ a auer o que ficou por algũu homẽ que o aduga a dereyto* (QP, T. XII, L. XVIIJ).

33. *Da cousa que hũu homẽ manda fazer* (QP, T. XII, L. XX).

3.2. Atos de planeamento textual

A organização formal global deste discurso jurídico repousa também em atos explícitos de planeamento textual em que se observa uma preocupação clara de coesão refe-

rencial anafórica e catafórica. Efetivamente, figuram no texto das leis remissões explícitas que estabelecem elos com as anteriores e com as seguintes, aspeto que assegura a adequada gestão de um texto de dimensões consideráveis. Quer as ligações entre leis contíguas quer as que se verificam no interior de uma lei evidenciam estruturas de organização sequencial, de planificação e de composição que são características das *Partidas* e que asseguram a necessária coesão do desenvolvimento textual. Não encontrei ainda, nos fragmentos analisados, remissões entre títulos contíguos, embora elas sejam constantes quando observamos as versões integrais da *Primeira* e da *Terceira Partidas*; como exemplo de ligações entre duas *Partidas* em texto de versão portuguesa só encontramos um caso no Prólogo da versão integral da *Terceira Partida*.³

Observam-se alguns exemplos destes atos de planeamento textual, com remissões anafóricas, nos fragmentos agora analisados. Assim, no título XII da *Segunda Partida* observam-se seis exemplos e surge um exemplo no título XXI:

34. Merçee muy grande e muy maravilho/sa fez Nostro Senhor Deus a todolos poboos, mostrã/dolhis outra maneyra nova d'amor, sem *aquelas que disse mos na ley ante desta* (SP, T. XII, L. VII).
35. Como o alcaide pode emprazar/ o castelo, nõ lho querendo o senhor dar o que lhy avya prometudo / pela tõeça que / del tinha. Guardando o senhor ao vassalo cõ aquilo / que lhy ouvesse a dar pola tõeça do castelo, nõ / lho querendo dar por fazerlhy despender o sseu, *assi como diz na ley ante desta* [...] E compridos todos est/ es prazos, podelhy leixar o castelo *na maneira/ que dissemos de ssuso do outro*. (SP, T. XVIII, L. XXII).
36. Culpado he o ssenhor, quando faz contra / o vassalo cousa por que lhy ha d'enprazar o castelo que tem del, *ssegũdo as duas maneyras que dissemos nas leis ante desta*. (SP, T. XVIII, L. XXIII).
37. Trabalharsse devẽ / muyto os que tenerem os castelos do ssenhor / de saber as maneyras en como os an a dar, quãdo lhos demandarẽ ou enprazar, quando a leixar ou / ouver, *assi como dissemo nas leis ante desta* [...] E dos castelos de fialdades *dizemos que se an a rreçeberpor porteiro* (SP, T. XVIII, L. XXIII).
38. Vootade avendo El-Rey de dizer mal a sseu natural, se lhy nõ desse o castelo, que tevesse en fialdade ata nove / dias, *assi como diz na ley ante desta* [...] Mais aquel a que seu senhor natural demãdasse o castelo/ tam afficadamẽte develho dar en toda a guisa avendoo enprazado *assi como sobredito he* [...] (SP, T. XVIII, L. XXV).

³ Trata-se de observações feitas a partir da leitura do manuscrito da versão integral da *Terceira Partida*, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

39. Dando o castelo de fieldade a sseu senhor natural, que o tevesse, *assi como diz na ley ante esta* [...] (SP, T. XVIII, L. XXVI).
40. Apostamête teverõ por bê os antigos que fezessê os cavaleyros *estas cousas que dito avemos/ na ley ante desta* (SP, T. XXI, L. XX).

No excerto da *Quinta Partida* surgem quatro exemplos na Lei xxx^a do Título XI e três exemplos no Título XII:

41. *Esso mesmo dizemos* que deue seer [...] Mays se desse hũu homẽ a outro vijnte maravedis e rreçebesse promissom que lhy de.x. ou oyto ou quanto quer meos daquelo que recebesse, tal promissõ *dizemos que ual* porque nõ há en ella emgano de husura [...] *E ainda dizemos que* algũa destas cousassobreditas poys que fossem prometudas veessem aa tal estado que podesse seer facta a promissom [...] *Outrossy dizemos que* nemhũu homẽ cristão nom pode prometer a judeu, nẽ a mouro, nẽ a homẽ que nõ seia da nossa ley [...] (QP, T. XI, L. XXX)
42. *E porende dizemos que* todo homẽ [...] (QP, T. XII, L. V).
43. *Outrossy dizemos que* sse o que faz a promissõ nom lhy assy[*n]aasse dia [...] *Outrossy dizemos que* fazendo algũu homẽ promissom de dar ou de fazer a outro [...] (QP, T. XII, L. VI).

4. Mais do que uma tradição manuscrita

Vou referir, por fim, o texto do fragmento x da edição de Askins, et al. (2002). Trata-se de um segmento dos títulos II e III da *Primeira Partida*. É muito importante, porque confirma a existência de mais um manuscrito do mesmo texto, tal como já acontece com a *Segunda* e a *Terceira Partida*, de que se conhecem exemplares pertencentes a códices diferentes. Mas, em relação à *Primeira Partida*, a tradição manuscrita apresenta grande variabilidade, sobretudo nos títulos iniciais que revelam manuscritos com diferenças profundas na estruturação macro textual, inclusive na ordenação dos títulos. Este fragmento curto, um fólio solto, pertence a um momento crucial do texto manuscrito. E é precioso porque apresenta alguma disparidade em relação ao manuscrito Alcobaça 463, editado por Azevedo Ferreira (Ferreira 1980), que contem a versão integral. A organização macroestrutural que o fragmento revela permite reforçar a ideia da existência de diversas traduções portuguesas de manuscritos pertencentes a diferentes tradições. E reforça a convicção de que foi grande a divulgação de manuscritos deste texto em versão portuguesa.

Para além de algumas diferenças linguísticas mínimas entre esses dois manuscritos, observa-se uma ordenação diferente do texto. A ley ii^a do título III — “da Sancta Trijdade e da ffe catholica”— corresponde à Lei XII^a do Título II na versão integral. Comparando os textos:

44. C[u]meçamêto das leys tanbem das temporães come das spirituães he este que todo christão ffirmemête [*crea] que he um sancto uerdadeyro Deus que nõ ha co [...]. (Título III da Sancta Trijdade e da ffe catholica Ley IY^a Fól.1r, Col.2, l. 22-31; Askins et al. 2002).
45. Começamêto das leys també das tẽporães como das espiritãaes he este que todo cristão crea firmemête que <he> hũu soo uerdadeyro Deus que nõ ha começo nõ fin. (Título II Ley XII^a do começo das leys da fe de Jhesu Cristo e de como pecou Adam) (*PP*, T. II, 224-226; Ferreira 1980).

Note-se que este começo da lei apresenta a estrutura de um Preâmbulo, sendo mais característico de uma lei inicial do título, do que de uma lei XII^a, como já tinha observado no meu estudo da estrutura discursiva da *Primeira Partida* (Barros 2010: 92-93).

5. Unidade textual-discursiva

Os fragmentos analisados confirmam uma determinada configuração textual já observada noutros textos das *Partidas* e acrescentam dados sobre a língua deste período. Confirmam a existência de um certo número de manuscritos deste texto e da sua circulação, sob mais do que uma tradição manuscrita.

Gostaria de terminar este artigo citando as palavras de Aida Fernanda Dias (Dias 1994: 104) quando afirma que “os medievalistas dissecam a obra de Afonso X. E as *Partidas*, no seu todo, nas suas diversas partes, ou em fragmentos que esporadicamente saltam do *mare magnum* de arquivos e de bibliotecas [...] sobressaltam o espírito do investigador que, ávido de acrescentar algo ao já conhecido, se lança, entusiasmado, na sua análise e divulgação”.

Revolvendo-me neste propósito, tentei demonstrar que os textos dos fragmentos agora analisados apresentam traços concordantes que os filiam numa mesma tradição discursiva (*cf.* Kabatek 2001, 2008). Observam-se também afinidades nas estratégias utilizadas pelo Locutor para gerir textos de grandes dimensões, nos dispositivos ativados nessa gestão, nos atos de discurso predominantes e nos moldes sintático-semânticos mais insistentemente utilizados na sua realização. O estudo destes fragmentos confirma a presença no texto das *Partidas* de um discurso injuntivo/diretivo

que, emanando do poder régio, estabelece com autorizada força disposições legislativas, mas, por outro lado, contém também um insistente discurso argumentativo-justificativo que previne resistências ou contra discursos potenciais. Este elaborado discurso argumentativo-justificativo projeta estratégias diversificadas que se orientam fundamentalmente para a construção do Locutor como fonte deôntica particularmente credibilizada. Esta análise reforça a convicção de que existe no conjunto das traduções/versões portuguesas deste texto jurídico, uma unidade textual-discursiva que parece característica da redação desta obra da legislação de Afonso X.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Ruy de / Martim de ALBUQUERQUE (2005¹²): *História do Direito Português (1140-1415)*, vol. I. Sintra: TJP.
- ASKINS, Arthur L. F / Aida Fernanda DIAS / Harvey L. SHARRER (2002): *Fragmentos de textos medievais portugueses da Torre do Tombo*. Lisboa: IAN/TT.
- AZEVEDO Ferreira, José (1987): *Afonso X. Foro Real. Edição e Estudo Linguístico*. 2 vols. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- BARROS, Clara (1993-1994): “Convencer ou Persuadir: análise de algumas estratégias argumentativas características do texto da *Primeyra Partida* de Afonso X”, *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale* 18-19, 403-424.
- BARROS, Clara (2010): *Versões portuguesas da legislação de Afonso X. Estudo linguístico-discursivo*. Porto: UPorto Editorial.
- BARROS, Clara (2012): “Tradição, normatividade e especificidade: estruturação discursiva de textos legislativos medievais”, em Armanda Costa *et al.*(eds.), *Encontro Nacional APL XXVII. Textos Selecionados*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 79-97.
- CRUZ, Guilherme Braga da (1975): “O direito subsidiário na história do direito português”, *Revista Portuguesa de História* XIV, 175-316.
- DIAS, Aida Fernanda (1992-1995): *As Partidas de Afonso X: novos fragmentos em língua Portuguesa*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- FERREIRA, José de Azevedo (1980): *Alphonse X. Primeyra Partida*. Édition et Étude. Braga: INIC.
- FERREIRA, José de Azevedo (2001) : *Estudos de história da língua portuguesa. Obra dispersa*. Organizada por Brian F. Head, Maria Aldina Marques e Aida Sampaio. Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos Humanísticos.
- KABATEK, Johannes (ed.) (2008): *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Frankfurt am Main / Madrid: Vervuert / Iberoamericana.
- KABATEK, Johannes (2001): “¿Como investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos”, em Daniel Jacob / Johannes Kabatek (eds.), *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica. Descripción gramatical, pragmática histórica, metodología*. Frankfurt am Main / Madrid: Vervuert / Iberoamericana, 97-132.

- MAIA, Clarinda Azevedo (1986): *História do galego português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do Galego moderno)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- MAIA, Clarinda Azevedo (1996): “A abordagem dos textos medievais (Reflexões sobre alguns fragmentos das ‘Partidas’ de Afonso X)”, em Ivo Castro (ed.), *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, vol. II, 157-170.

Funcionamento verbal do participio presente no português antigo*

Cláudia Martins

Universidade Nova de Lisboa / Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa
acbessa@hotmail.com

Resumo

Contrariamente ao que acontece em Português Europeu Contemporâneo (PEC), em que as formas participiais terminadas em *-nte* funcionam apenas como adjetivos (*cadente*, *producente*), nomes ([*o*] *adjuvante*, [*o*] *docente*) e, mais raramente, como preposições (*durante*), no Português Antigo (PA), estas formas podiam funcionar como verbos. A partir da análise de textos literários e não literários do português antigo, incluídos no *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CLUNL/FCSH-UNL), este trabalho descreve a distribuição e as propriedades do participio presente no PA, comparando as formas de participio presente verbal com outras formas não finitas (principalmente o gerúndio). Para esse efeito, neste artigo, estuda-se a categorização destas formas e, também, a sua especificidade relativamente a outras formas não finitas. Além da distribuição sintática, foram tidos em conta critérios como a presença de determinante, que distingue os nomes, e a modificação por advérbio de grau, própria dos adjetivos. A presença de sujeito *e/ou* de complementação nominal constituiu critério para considerar as formas como verbais. Foram ainda encontrados vários casos de ambiguidade. As orações com participio presente verbal (que admitem sujeito lexical e nulo) ocorrem em diferentes contextos (adjunção; predicação; em orações selecionadas por verbo causativo ou percetivo e depois de preposição). Quanto ao tipo de verbos, encontraram-se no *corpus* participios de verbos copulativos, intransitivos, inacusativos e transitivos (com diferentes tipos de complementação). Procurou-se ainda determinar as semelhanças e diferenças entre participiais e gerundivas, quanto à defetividade estrutural e à opcionalidade de ordem V-Suj e Suj-V, concluindo-se que, apesar de haver sobreposição, é possível considerar as orações com participio presente funcionalmente mais defetivas e categorialmente menos especificadas que as orações com gerúndio.

The Verbal Function of Present Participles in Old Portuguese

Abstract

In contemporary European Portuguese (CEP), the verbal use of the present participle has disappeared, having been replaced by other non-finite forms, namely the gerund and the infinitive. Furthermore, unlike CEP, where present participle forms ending in *-nte* behave only like adjectives (*cadente*, *producente*), nouns ([*o*] *adjuvante*, [*o*] *docente*) and, rarely, like prepositions (*durante*), in Old Portuguese (OP) these forms occur in typical adjectival contexts, while still maintaining verbal properties, i.e. they may function as verbs. In OP, present participles seem then to occur in the same contexts as other non-finite forms, mainly gerunds. For that reason, we also look at these supposedly free variation contexts in order to analyse the contexts where both present participles and gerunds occur.

On this premise, in this paper, the behaviour and some syntactic properties of present participles in OP, selected from a corpus of literary and non-literary texts included in *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CLUNL/FCSH-UNL), are described and compared with other non-finite forms, mainly gerunds.

For the analysis of the syntactic distribution of present participles, criteria such as the presence or absence of determiners, which distinguish nouns, and the modification by adverbs of degree, which characterises adjectives, have been considered. The presence of the subject and/or of a nominal complement were used as criteria for characterising verbs. However, some constructions remain ambiguous.

From this analysis, it was possible to conclude that present participles (with lexical and null subjects) with verbal function are found in different contexts: adjunction, predicative, complements to causative or perception verb, and following a preposition. As far as verb classes are concerned, in this corpus it was possible to find participles of copula, intransitive, unaccusative and transitive verbs (with different complements).

The study also sought to characterise the functional structure of both participles and gerunds as more or less defective and the optionality of V-Su and Su-V orders. The conclusion being that, although the two forms overlap in some contexts, clauses with present participles seem to be functionally more defective and categorially less specified than clauses with gerunds.

Palavras-chave

Português antigo, português europeu contemporâneo, sintaxe, formas não finitas, particípio presente, gerúndio

Sumário

1. Introdução. 2. Metodologia. 2.1. Caracterização do *corpus*. 2.2. Parâmetros de análise. 3. O particípio presente em Português Antigo. 3.1. A questão da categorização. 3.1.1. Particípios presentes como formas nominais. 3.1.2. Formas participiais não nominais (preposições). 3.1.3. Particípio presente com funcionamento verbal. 4. Particípio presente e gerúndio. 5. Discussão e conclusões.

Keywords

Old Portuguese, Contemporary Portuguese, syntax, non-finite forms, present participle, gerund

Contents

1. Introduction. 2. Methodology. 2.1. Characterization of the *corpus*. 2.2. Criteria for the analysis. 3. Present Participle in Old Portuguese. 3.1. The issue of categorisation. 3.1.1. Present Participles as nominal forms. 3.1.2. Present Participle as non-nominal forms (prepositions). 3.1.3. Present Participle with verbal function. 4. Present Participle and Gerund. 5. Discussion and Conclusions.

1. Introdução

Em português europeu contemporâneo (PEC), há três formas verbais não finitas – infinitivo (*cantar*), gerúndio (*cantando*) e particípio passado (*cantado*). No PEC, estas formas têm, em grande medida, uma distribuição complementar.

A par destas formas, no português antigo¹ (PA) era ainda possível encontrar formas de particípio presente com funcionamento verbal (*cantante*). São formas que apresentam flexão de número (*-nte/-ntes*) e um funcionamento por vezes próximo do funcionamento dos gerúndios e dos infinitivos, com os quais aparece, não raras vezes, em variação livre. No PA, o particípio presente tinha, então, um estatuto “misto”, já que ocorria com funcionamento próximo de um verbo (possibilidade de ter sujeito próprio e de ter um complemento nominal), mas tinha morfologia própria das categorias “nominais” (morfologia de número).

Hoje, estas formas, terminadas em *-nte*, subsistem na língua com funcionamento de nomes (*[o] estudante*, *[o] presidente*, *[o] docente*), de adjetivos (*absorvente*, *cadente*, *producente*) e, mais raramente, de preposições (*durante*, *salvante*). O uso verbal que estas formas apresentavam em estádios anteriores desapareceu², passando a ocorrer, nos mesmos contextos, outras formas não finitas, nomeadamente o gerúndio e o infinitivo.

Quando ainda mantinha o seu funcionamento verbal, o particípio presente ocorria nos mesmos contextos sintáticos em que era possível encontrar também outras formas não finitas, entre as quais se destaca o gerúndio. Estas duas formas pare-

¹ No presente trabalho, seguindo Said Ali (1923), é utilizado o termo “português antigo” para designar a língua escrita usada dos séculos XIII a XVI.

² Há, no entanto, casos residuais de uso verbal das formas *-nte* em português dialetal, de acordo com os dados do CORDIAL-SIN. Veja-se, por exemplo:

“Aquilo é assim uma... Como é que se diz? *Imitante* assim (...) o bogango. É um bogango, que a gente chama de bobine de seda.” (PIC22)

“*Acabante* cinco, seis diazinhos, cai aquilo tudo fora e fica o umbigo saradinho.” (PIC27)

“e depois jantavam era pelo meio-dia ou meia hora *passante* do meio-dia. E depois de lá, dessa hora para diante...” (TRC63)

ciam funcionar como variantes livres, tendo depois o gerúndio substituído a forma participial na maioria dos contextos.

Estas formas colocam, assim, questões interessantes. De um ponto de vista da gramática comparada, os participios presentes levantam fundamentalmente dois tipos de questões, que se prendem, por um lado, com a sua categorização (como formas nominais ou verbais) e, por outro, com a sua especificidade relativamente às outras formas não finitas (participios passados, gerúndios e infinitivos). De um ponto de vista diacrónico, interessa ainda perceber o que motivou o desaparecimento do uso verbal destas formas e quando se pode considerar que ele deixou de existir.

Este trabalho pretende, assim, a partir da análise de textos literários e não literários do português antigo, incluídos no Corpus Informatizado do Português Medieval (CLUNL/FCSH-UNL), descrever a distribuição e o funcionamento do participio presente no português antigo e comparar as formas de participio presente verbal com outras formas não finitas (principalmente o gerúndio), de modo a perceber a sua especificidade.

2. Metodologia

2.1. Caracterização do *corpus*

Para este estudo procedeu-se a um levantamento das formas de participio presente existentes nos textos, literários e não literários, do *Corpus Informatizado do Português Medieval* (CLUNL, FCSH - UNL)³, pertencentes aos sécs. XII-XVI.

Esse levantamento foi efetuado através do *Concordance*⁴, um programa de tratamento de informação linguística que permite a realização automática de concordâncias. A recolha das formas a considerar foi feita a partir de uma consulta exaustiva dos verbos que constituem o *Dicionário de Verbos do Português Medieval* (DVPM/CIPM).

2.2. Parâmetros de análise

No sentido de determinar a categoria lexical das formas terminadas em *-nte*, procedeu-se à sua identificação, tendo em conta a distribuição sintática e outros parâmetros de análise, nomeadamente (i) a presença ou ausência de determinante, que distingue nomes, (ii) a modificação por advérbio de grau, própria dos adjetivos, (iii) a

³ <http://cipm.fsh.unl.pt>

⁴ Mais informações sobre este programa podem ser consultadas em: <http://www.concordancesoftware.co.uk>.

presença ou ausência de sujeito e de complemento nominal, que identifica os verbos, e ainda (iv) as categorias com que coocorre

Depois, procedeu-se a uma análise mais detalhada das estruturas com participípios que apresentavam um funcionamento verbal, no sentido de captar as propriedades e contextos sintáticos (e semânticos) em que as formas participiais ocorrem. Assim, foram tidos em conta aspetos como (vi) os tipos de sujeito, (vii) as subclasse do verbo, (viii) a presença/ausência de negação e de clítico, (ix) se a forma é introduzida ou não por preposição, (x) se ocorre na sua forma composta e, finalmente, (xi) se existe sobreposição com contextos em que ocorrem outras formas não finitas (gerúndios).

Por fim, procedeu-se à comparação entre as estruturas com participípio presente verbal e estruturas com gerúndios, uma vez que o participípio presente alterna com o gerúndio no mesmo tipo de contextos.

3. O participípio presente em Português Antigo

3.1. A questão da categorização

A análise do *corpus* permitiu encontrar ocorrências das formas de participípio presente com comportamentos distintos: preposições (1), nomes (2), adjetivos (3) e verbos (4). Há ainda formas situadas na fronteira entre categorias diferentes, que constituem “casos de ambiguidade” (5).

- 1 e asy todos os outros homães, que os ofycios tem, *salvante* aquelles que tem obrigações andarem no campo. (séc. XVI, *CRB*)
- 2 tem por todo este camynho muito arvoredo, que elrey mamdou por fazerem sombra aos *caminhantes*, e neste caminho mamdou fazer hũu pagode muyto fermoso de cantaria. (séc. XVI, *CRB*)
- 3 Ca *desobediêtes* ssom os hom(ẽ)s assi quãdo os chamã ou enprazã os juizes (...) e nõ q(ue)rem vijr. (séc. XIV, *PP*)
- 4 Ego Orracha Rod(er)icj *temẽte* as peas do inferno de m(e)a pobra uoluntate feci mea mãda. (séc. XIII, *CHP*)
- 5 E quando esto ouuer dito meta hũũ çirio beento *ardẽte* ena agua da p(ar)te que nõ arder rrogando a De(us) q(ue) enuij aaq(ue)la fonte a u(er)tude do Sp(ir)itu S(an)to. (séc. XIV, *PP*)

3.1.1. Particípios presentes como formas nominais

Quando funcionam como *nomes*, as formas do particípio presente variam em número (6) e podem ser precedidas de determinante (7). Além disso, aparecem coordenadas com outros NP (8) e mostram uma distribuição típica da categoria nome, ocorrendo em posição de sujeito (9) ou de complemento do verbo (10).

6a Et q(ue) estes d(i)tos meus h(e)rdeyros et o seu mays chegado *deçendent(e)* de cada hũ deles hũ depus outro, possan escoller. (séc. xv, *HGP*)

6b dou poder aos d(i)tos meus h(e)rdeyros et a seus *deçendent(e)s*, segundo d(i)to he, q(ue) posan vender et desbaratar os d(i)tos meus bẽes (séc. xv, *HGP*)

7a tornada pera nossa çidade e terra dos *vivẽtes*, donde toda lagrima e miseria cessará. (séc. xvi, *CAT*)

7b Et quẽ quer que este (*con*)*uenẽte* falecer Anter nos (e) uos pecte ad alia p(ar)te quingẽtos solidos. (séc. XIII, *CHP*)

8a E, porque he sacrificio, teẽ virtude pera satisfazer tâto quãta he a devaçom e fervor dos *offereçentes* e daquelles por quẽ se offreçe. (séc. xvi, *CAT*)

8b Et se p(er) vent(ur)a foren ocupadas ou enba(r)gadas as d(i)tas capelanjias ou os d(i)tos meus h(e)rdeyros et seus *deçendent(e)s* asy p(er) b(is)po como p(er) cabidoo. (séc. xv, *HGP*)

9a E todos estes *cõuenẽtes* de suso sc(ri)ptos deuẽ seer teudos da hua p(ar)te e da out(ra) aa boa fe e sã mao engano. (séc. XIII, *DN*)

9b E, se ho *ordenante* e ordenado cheguam a este sacramento em pecado mortal a sabendas, pecã mortalmente. (séc. xvi, *CAT*)

10a Os pecados da omyssom som estes: (...) as baralhas nom amanssar; os *ignorantes* nom inssynar; os affictos nom consollar. (séc. xv, *LC*)

10b e, emquanto he sacramento, aproveita a quẽ ho recebe, e porque he sacrificio, aproveita aos *offerẽtes* e àquelles por quẽ se offreçe, vivos e mortos. (séc. xvi, *CAT*)

Enquanto adjetivos, as formas de particípio presente flexionam em número (11), admitem modificação por advérbio de grau (12), ocorrem em coordenação com outros adjetivos (13) e em posição típica de adjetivo, quer atributiva (14), quer predicativa (15), modificando um NP.

- 11a uerendo algũũs aver tempo *abastante* pera comprir seus maaos desejos em gaa-nhos nom dereitos. (séc. xv, *LC*)
- 11b Ca certo he as virtudes per ssy seerem *abastantes* pera o virtuoso todo bem obrar. (séc. xv, *LC*)
- 12a Deos nos daa o que pedimos ou outra cousa (...), ou em tempo mais *cõveniẽte*. (séc. xvi, *CAT*)
- 12b que nom podia pensar que mal me vehesse por obrar no que me prazia, e tam *contente* era de o fazer. (séc. xv, *LC*)
- 13a e sabido ysto pollo capitão Meliquy niby foy muy alegre e *contente*. (séc. xvi, *CRB*)
- 13b consiirar que somos cõvidados a hũa çea *habundante* e muyto rica. (séc. xvi, *CAT*)
- 14a e por darem e despenderem em outras partes largamente, com tempo, cirimonias e pallavras *parteecentes*, som por ello chamados mais graados. (séc. xv, *LC*)
- 14b E ssento (...) que boa, sages, bem *parecente* e graciosa molher, com que homem seja casado, e se muyto amem, he grande remedio contra a tristeza. (séc. xv, *LC*)
- 15a E s(er)a bem emformada quaaes leterados ou Rellegiosos som mais *abastantes* & de mayor autoridade. (séc. xv, *LTV*)
- 15b Nêhũña p(e)na/podería seer mayor que a que o teu coração leua . a qual te faz *maldizente*/ & Jrosa. (séc. xv, *LTV*)

Foram encontrados casos de formas de participio presente nominal (16) e adjetival (17) com variação em género, embora com ocorrência quantitativamente pouco significativa:

- 16 ã out(ra)s nêhũas aues de caçar nê nê/sic/ seus s(er)uêtes nê *s(er)uêtas* (séc. xv, *DN*)
- 17 que os faça contentar de muyto menos onde do mais nom podiam seer *contentos*. (séc. xv, *LC*)

3.1.2. Formas participiais não nominais (preposições)

Conforme já referido, encontraram-se também ocorrências de formas de participio presente que não pertencem a estas categorias nominais. São casos de participios que passaram a funcionar, na maioria das vezes, como preposições (18).

- 18a porque este podem estar asentados, e outrem não por grande senhor que seja,
salvante se lho mamdar (séc. XVI, *CRB*)
- 18b nem per elle farom feu nem foro a out(ra) nenhũa pessoa (e) *durante* ho t(em)
 po das ditas tres vidas ho nom possam leixar (séc. XVI, *DN*)

3.1.3. Particípio presente com funcionamento verbal

Os textos do *corpus* permitiram também identificar ocorrências das formas de particípio presente com função verbal. Nem sempre a classificação de uma forma de particípio presente como verbo foi fácil ou, até, possível, pois são vários os casos em que as formas *-nte* se situam demasiado na fronteira entre diferentes categorias, principalmente entre verbo e adjetivo. Assim, foram classificadas como verbais as formas do particípio presente que ocorrem com sujeito próprio (19), as que admitem complemento nominal (20) ou oracional (21) e, finalmente, as que ocorrem com clítico (22). Depois de identificadas e exemplificadas, passaremos à análise das suas propriedades e dos contextos em que, em estádios mais antigos do português, podíamos encontrar estes particípios a funcionar como verbos.

- 19a E, *estantes* as propiedades pesoaaes em rellaçom de hũa pesoa aa outra, e *estante*
 a relaçom em ellas, fica em ellas o entender comum a todas. (séc. XIV, *CI*)
- 19b das cousas q(ue) uẽe come das outras q(ue) nc ssom uistas (...) e o Sp(ir)ito
 S(an)to *sainte* d'anhos, todos tres d'hũa natura e d'hũa ygualdade (séc. XIV, *PP*)
- 19c Oufrosina ffoy aaquel m(oesteyr)o (...) e mandou dizer pello porteyro ao
 abbade dizendo hũ c(ra)stado que vẽ do paaço *estãte* aa porta do m(oesteyr)o
 e q(ue)r ffallar (con)tigo (sécs. XIII-XIV, *VS*)
- 20a Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, sendo sano e saluo,
temẽte o dia de mia morte. (séc. XIII, *TL*)
- 20b e descendiste do ceo *dante* vida p(er)durav(e)l a(os) que te reciben dignam(en)
 t(e). (sécs. XIII-XIV, *VS*)
- 20c Tu es ese meesimo ẽ no inferno *avẽte* pod(e)rio. (sécs. XIII-XIV, *VS*)
- 21a porem nos, *queremtes* prover a homrra e estaado dese Joanne Rei (...) por estas
 (...) o fazemos certo. (séc. XV, *CDJI*)
- 21b e confortarõno o mais que poderon e fezeronlhe *entendente* que fazer doo nõ
 lhe avya proli; mas que se trabalhasse d'aver outro consselho, ca chorar e carpyr
 nõ era pera rey. (séc. XIV, *CGE*)
- 21c o seu barnag'ẽ tod'o seu poder/é: faz *creent'a* quantos aqui som/que val mui
 mais, que nom dev'a valer. (séc. XIII, *CEM*)

22 Se algũa das p(ar)tes uéer cõt(r)a este emplazam(en)to p(ar)a britalo, peyte aa p(ar)te *outo(r)gãteo* q(u)inhêtos s(oldo)s. (séc. xiv, *HGP*)

Relativamente aos tipos de sujeito encontrados e à sua posição na frase, podemos verificar que as orações com participio presente admitem sujeito lexical (23) e sujeito nulo (24).

23a que venha topar na lança como se a de soobraço tevesse, e *entrante* aa ponta della dar onde quer ferir, carregando com o corpo. (séc. xv, *LEBC*)

23b E *obrâte* a graça do Sp(ir)itu S(an)to vntou do olio da grande aleg(ri)a sobre todos sse(us) (con)panhêyros. (séc. xiv, *PP*)

24a E porem nos, *queremtes* prover a homrra e estaado dese Joanne Rei (...) por estas presentes o fazemos certo. (séc. xv, *CDJI*)

24b E Job barom sinplez e dreito, *temente* Deus e partido de mal, e, quando lhe veeo a mezquindade da pobreza e da sarna, querela-sse elhe (séc. xv, *OE*)

Quando expresso, o sujeito pode corresponder a NP (25) ou a pronome pessoal (26), e pode ocorrer em posição pré-verbal (Suj-V) (27) ou em posição pós-verbal (V-Suj) (28). Quando é nulo, o sujeito tem, preferencialmente, interpretação correfe-rente com o sujeito da oração matriz (29).

25a *Regn(an)te* en Leon & ï Galliza & in Cast(e)lla rey dō A(fonso). (séc. XIII, *HGP*)

25b se partirom per cansaço, *entrante* aa noite, como mui boos cavaleiros. (séc. xiv, *LL*)

26 Deos obra em nós as virtudes sem nós, scilicet, *fazentes*, e nom sem nós *com-
sentintes*. (séc. xvi, *CAT*)

27a e que esteuesse aly des o serãõ ataa o gallo *cantante* e que lhe nõ encubrisse todo o que lhe acontecesse. (séc. xv, *OE* 4.30)

27b hũ c(ra)stado que vẽ do paaço *estâte* aa porta do m(oesteyr)o e q(ue)r ffallar (con)tigo (sécs. XIII-XIV, *VS*)

28a Esta erdade sobre dita iaz na uilla de Pielas su´o´ signo de Sam Michael d'Oleiros, *discurrête* o rio do Buual no couto d'Oleiros. (séc. XIII, *HGP*)

28b obrigaua todos sseus bês & das d(i)tas pesoas a cõp(r)ir et agoardar o d(i)to aforam(en)to, seg(und)o em ele h(e) (con)tjudo et *saynt(e)s* as d(i)tas pesoas, q(ue) o d(i)to casal fiq(ue) lyure. (séc. xv, *HGP*)

- 29a & foy este comde dom Pedro o p(ri)meiro capitão que ficou em Çepta, (...),
 avemdo muitas pellejas com hos mouros & semdo duas vezes çercado per maar
 & per terra, vemçemdo sem nunca ser vemçido, *sofremte* muyto trabalho por
 defemsão daquella çydade. (séc. xv, *ZPM*)
- 29b Ego Orracha Rod(er)icj *temẽte* as peas do inferno de m(e)a pobra uoluntate
 feci mea mãda (séc. XIII, *CHP*)

Relativamente à distribuição sintática, os particípios presentes encontrados no *corpus* ocorrem em orações adjuntas adnominais, modificando um NP (30); em posição predicativa, predicando sobre o sujeito, (31); em orações adjuntas adverbiais, modificando o predicado ou a oração (32); em orações selecionadas por verbo causativo ou perceptivo (33) e depois de preposição (34).

- 30a respondeo (...) que elle comsyradas todallas cousas (...) e outras (...) razoa-
 vees causas a esto *movemtes* seu coraçao, esse Joanne Rei, aquel tempo Mes-
 tre da dita Hordem, absolvera e abelitara (séc. xv, *CDJI*)
- 30b q(u)alq(ue)r das partes (...) peyte aa out(r)a p(ar)te *aguardante* o p(r)azo Gin-
 q(u)oenta mor et o p(r)azo fique semp(re) firme. (séc. XIII, *HGP*)
- 31 e seras sempre *sostemte* calunias e forças e oprimido todollos dias e espantado
 com medo que teus olhos veram das coussas (séc. xv, *LHB*)
- 32a E, *estantes* as propiedades pesoaaes em rellaçom de hũa pesoa aa outra e *estante*
 a relaçom em ellas, fica em ellas o entender comum. (séc. XIV, *CI*)
- 32b e descendiste do ceo *dante* vida p(er)durav(e)l a(os) que te reciben dignam(en)
 t(e) (sécs. XIII-XIV, *VS*)
- 33a veeronse pera el e confortarõo o mais que poderon e fezeronlhe *entendente* que
 fazer doo nõ lhe avya prol (séc. XIV, *CGE*)
- 33b Si, disse ele, eu o achei *ooĩte* em mal ponto por mim. (séc. xv, *DSG*)
- 34a que esteuesse aly des o serãão ataa o gallo *cantante* e que lhe nõ encubrisse todo
 o que lhe acontecesse (séc. xv, *OE* 4.30)
- 34b Deos obra em nós as virtudes sem nós, scilicet, *fazentes*, e nom sem nós *com-
 sentintes*. (séc. XVI, *CAT*)

Os contextos sintáticos apresentados em (30) e em (31) são tipicamente adjetivais. No entanto, as formas encontradas preservam as propriedades verbais do particípio presente, nomeadamente a seleção de complementos nominais, pelo que foram consideradas formas com uso verbal.

De acordo com os dados constantes do *corpus*, é ainda possível verificar que não há ocorrências de participio presente composto, assim como também não foram encontrados casos de orações participiais com negação própria, excetuando a negação com *sem* (34b). Além disso, as orações com participio presente ocorrem, maioritariamente, sem conector, havendo ocorrência esporádica de participios introduzidos por *em*. São, no entanto, na grande maioria das vezes, formas em que se verifica ambiguidade (35a) ou que parecem corresponder a expressões fixas (35b), pelo que não permitem uma classificação claramente verbal.

35a *Que amor tam astros'e tam pungente,/quen'ò podess'haver em remordente!/
Mais valria que amor d'um meu parente/que mora muit'acerca de Leone. (séc.
XIII, CEM)*

35b *en que non ouvesse soveral ou sagraços ou outro qualquer monte que fosse
quente em semelhante deste que dissemos (séc. XIV, LM)*

Quanto ao tipo de verbos, podemos encontrar nos exemplos retirados do *corpus*:

- verbos intransitivos

36 *e que esteusse aly des o serãão ataa o gallo cantante e que lhe nõ encubrisse
todo o que lhe acontecesse. (séc. XV, OE)*

- verbos transitivos (diretos e indiretos)

37a *Seja feyto Dam touro em a carreira e unicornio em o simideiro mordente as
unhas do cavalo por tal que caya aquele que esta em çima do cavalo atras. (séc.
XV, LHB)*

37b *e do poderio de Deos asy como contradizemtes a elle que o prometera (séc. XV,
LHB)*

- verbos copulativos

38 *Aq(ue)lles que continuadam(en)t(e) ã ty peensam e te recebem dignam(en)t(e)
en todo tenpo stantes cõtigo guardam as tuas carreyras. (sécs. XIII-XIV, VS)*

- verbos inacusativos

39a *se partirom per cansaço, entrante aa noite, como mui boos cavaleiros. (sécs.
XIII-XIV, VS)*

39b *E trara o senhor a ty caimte amte os teus imigos. (séc. XV, LHB)*

Estes verbos admitem diferentes tipos de complementação:

- nominal (NP)

40 pera emtrares em a terra que o senhor Deos dara a ty, terra *manamte* leyte e mel asy como jurou a teus padres. (séc. xv, *LHB*)

- preposicional (PP)

41 E levando-os ambos a grand' affan (...), passaram con eles un rio muy gran /d' Aguadiana, *entrant'* a Portugal. (séc. XIII, *CSM*)

- oracional – oração não finita com verbo de controlo (a) e oração finita como complemento de particípio selecionado por verbo causativo (b)

42a porem nos, *queremtes* prover a homrra e estaado dese Joanne Rei (séc. xv, *CDJI2*)

42b Palamades, a mim fezerom *entendente* que uũ parente me matastes que eu amava muito. (séc. xv, *DSG*)

Conforme já referido anteriormente, são vários os casos em que as formas participiais se revelam ambíguas, tornando-se difícil a sua classificação categorial. Esta ambiguidade verifica-se, sobretudo, em contextos tipicamente adjetivais (adjunção adnominal e predicação), quando a forma de particípio presente seleciona argumentos não nominais (43) ou quando é uma forma sem complemento (44).

43a os quais recebendo de Christo vista prefigurauão os dous pouos em elle *crêtes*. (séc. xv, *VST*)

43b e preguntarõno como fora tanto *obedyente* [a]aquelle homen. (séc. xiv, *CGE*)

44 E *obrâte* a graça do Sp(ir)itu S(an)to vntou do olio da grande aleg(ri)a sobre todos sse(us) (con)panhēyros (séc. xiv, *PP*)

De facto, são várias as ocorrências em que se torna difícil determinar se a forma de particípio está a comportar-se como um verbo, por, à semelhança do que foi ilustrado em (43), vir acompanhada de complemento preposicionado. Quando o complemento é introduzido por preposição, podemos estar perante uma forma nominal, mas, caso o verbo selecione, noutras formas, a mesma preposição, não podemos rejeitar a possibilidade de a forma participial estar a funcionar como verbo, mantendo a regência. Assim, podemos considerar possível o uso verbal do particípio nos casos apresentados abaixo (45–47), quando este tem regência igual a outras formas do mesmo verbo.

- 45a o coração deve seer livre e costumando, pera quando comprir, saber bem passar o tempo com cousas desvairadas *concordantes a el e a ssua vyda*. (séc. xv, *LC*)
- 45a' porquy todas as dignidades de Deus *concordam a hũa cousa determinada per hũa guisa ou nom determinada*. (séc. xiv, *CI*)
- 46a As gemtes (...), *carecêtes de todo nojo*, com novas e milhores vestiduras que cada huñ tinha, ferviaõ amdando per toda parte. (séc. xv, *CDJI2*)
- 46a' E quando assi morresse sem pecado e sem graça, seu lugar propio seria ho limbo, dõde nõ teeria pena sensível e *careçeria da visã de Deos que he gloria*. (séc. xvi, *CAT*)
- 47a nã pode a criatura per suas forças percalçar senõ como estudante que aprende do mestre e doctor (...), que ho faz *participante de sua doutrina e sabedoria*, como dezia Cristo. (séc. xvi, *CAT*)
- 47a' Enxẽpro teemos em a perfeiçã da juventude *da qual participa* mais quẽ se a ella mais achegua antes ou depois regularmẽte. (séc. xvi, *CAT*)

Quando ocorre sem complementação, existe maior dificuldade em determinar a categoria a que pertence a forma em *-nte*, sem que, no entanto, o seu uso verbal possa ser excluído. É o que se verifica nos exemplos (48-51).

- 48 E quando esto ouuer dito meta huñ çirio beento *ardẽte* ena agua (séc. xiv, *PP*)
- 49 ao tenpo da sua morte apareceo hũa cruz pequẽna *esplandecente* em meco da porta da camara en que elle jazia, e esteue sospesa emno aar, ataa que o seu corpo foy daly tyrado. (séc. xv, *OE*)
- 50 E ella estando em tam gram coyta. vyo víir huñ angeo *luzente* como estrella e salvou-a e começou de a cõfortar. (sécs. xiii-xiv, *VS*)
- 51 It(em) se os padrões ou os h(er)dejros. nõ p(re)sentã aa E(jg(re)ia *uagãte* p(er) sua desauêça ou p(er) ssa migalha ata aq(ue)l tẽpo q(ue) o derejto encom(en) da (...) nẽgúú nõ defenda essa E(jg(re)ia. a esse p(re)lado. (séc. xiii, *DN*)

Outros exemplos de ambiguidade dizem respeito a construções que parecem funcionar como expressões fixas, que aparecem, na maioria dos casos, em contextos bastante específicos. Incluem-se aqui formas introduzidas por preposição (52 e 53), mas também formas sem preposição anteposta (54).

- 52 E assy em *semelhantes* outros do que sospitam que contra elles he feicto ou dicto filham tam ryja sanha, tristeza ou cuidado, como se fosse certo. (séc. xv, *LC*)
- 53 faram a primeira paga (...) por dia de samjguell de setembro primeiro que vem (e) asi dahi em diamte em cada hũu ãnno em *duramte* as ditas tres vidas (e) que nam pagamdo a dita Remda per o dito dia de samjguell (e) ataa o dito dia (e) pasamdo que posam ser penhorados. (séc. xvi, *DN*)
- 54 (e) prometeram (...) a mym taballyão Como a pessoa pubryca *stipullamte* (e) *acceptâte* em nome da dita donna marya ou de qualquer outra segumda pessoa q(ue) ha dita temça ouuer de succeder a esto absemte de ho asi Compryrem (séc. xvi, *DN*)

Já os particípios presentes de *fazer* (55) e *ter* (56), embora surjam também em contextos muito específicos, em estruturas que podemos interpretar como próximas de expressão fixa, ocorrem em variação com o gerúndio, pelo que é possível assumir a hipótese de estarem a funcionar como verbos.

- 55a Conuzuda cousa segia a todos q(ue) como entenciõ fosse nada vntre Don Johan(n)e, (...) & vntre Maria Petrez d(e) Oza, (...) *fazente* por si & por toda a uoz deste seu marido et *fazente* por sa filla Thareygia Froyaz (...) subre queyxumes q(ue) auia ho moesteyro de Subrado destas p(ar)tes su[so] ditas. (séc. XIII, *HGP*)
- 55a' Conoszuda cousa seya (...) como nos Johã M(a)rt(ins) & Migel M(a)rt(ins) & Mayor M(a)rt(ins), h(er)maos, *fazendo* por nos & por nossa h(er)maá (...) por q(ue) a todo tenpo outorgam(os) & (con)uím(os) a fazer paz (séc. XIII, *HGP*)
- 56 esta mha carta aberta séélada do meu séélo. a qual carta (con)firmo & reuoro cũ mhas p(ro)pias maos Dada in Lixboa. #xj dias de octobre Elrey o mandou en E^a #M^a #CCC^a #ix^a don Gonsalo garsia alferaz (con)firma. (...) Don Diago lopiz *téendo* lamego (con)f(irma). don Meẽ rodiguiz *téendo* á Maya. (con)f(irma). don M(a)r(tim) affonso *teêdo* Monte mayor (con)f(irma). Per'eanes *têete* a lafõe(s). (con)f(irma). Pedro põço. (con)f(irma). Pedr'eanes d(e) Portel *teêdo* Leyrea (con)f(irma). Steuã eanestêdo chauas. (con)f(irma). don Roy g(a)rsia d(e) Pauya *téente* Portalegre e Arronches (con)f(irma). (séc. XII, *CDA*)

São muito numerosos os casos de ambiguidade no *corpus*, mais do que os casos em que temos claramente uma forma verbal. Globalmente, os usos claramente verbais do particípio presente são também numericamente muito inferiores aos usos nominais e adjetivais.

4. Participípio Presente e Gerúndio

Nos textos do PA, era possível encontrar participípios presentes em contextos semelhantes aos do gerúndio (Lobo 2003; Martins 2015), nomeadamente em orações adverbiais. Além dos exemplos citados por Lobo (2003) – *fazentel/fazendo; tementel/temendo; reinantel/reinando* –, a análise do *corpus* permitiu encontrar outros casos em que participípio presente e gerúndio parecem funcionar como variantes livres (embora os gerúndios sejam muito mais produtivos), o que poderia indicar valores semânticos idênticos e funcionamento sintático semelhante entre as duas formas (57–62).

57a e descendiste do ceo *dante* vida p(er)durav(e)l a(os) que te reciben dignam(en)t(e) (sécs. XIII-XIV, *VS*)

57b E farees esto *dando* spaço aas execuções de feito e dicto quando a com vosco sentirdes. (séc. xv, *LC*)

58a E dara o senhor teus imigos que se levamtam contra ty *caimtes* em tua presença (séc. xv, *LHB*)

58b mas os outros que tiinham ajuda e acorro, *caindo* em ella rompiamna e escapavam. (séc. xv, *CDPI*)

59a e *estante* a relação em ellas, fica em ellas o entender comum a todas. (séc. xiv, *CI*)

59b *Estando* elle em Estorga, que era sua, enfermou da door de que morreo. (séc. xiv, *CGE*)

60a vo-lo dou em conselho:/que vós *entrante* a Sevilha, vos catedes no espelho (séc. XIII, *CEM*)

60b doutro modo, *emtramdo* em Portugall com vosso poderio, nom podees escusar fazer dapno (séc. xv, *CDJI*)

61a E *obrâte* a graça do Sp(ir)itu S(an)to vntou do olio da grande aleg(ri)a sobre todos sse(us) (con)panhêyros. (séc. xiv, *PP*)

61b no que rreçebe a orden pellas mãos que o prelado põe ssegũdo a forma da ygreja *obrando* o spiritu santo pera que posa administrar em çertos ofiços. (séc. xv, *S*)

62a Pauya *téente* Portalegre e Arronches (con)f(irma) (séc. XII, *CDA*)

62b Steuã eanes *têẽdo* chauas (con)f(irma). (séc. XII, *CDA*)

No entanto, ainda que participípio presente e gerúndio ocorram nos mesmos contextos, é possível encontrar diferenças importantes no funcionamento destas duas formas. Assim, não há participípios presentes compostos, mas há gerúndios em auxilia-

res de tempo composto (63); não há, conforme já referido, participípios presentes com negação própria (além de *sem*), mas os gerúndios admitem negação (64); a presença de clítico, ainda que se verifique nas duas formas, é quase inexistente com participípios presentes, mas ocorre com frequência nos gerúndios (65).

63a “ca bem devees, senhor, dentender que *seendo* elles *entrados* per força ou per outro quallquer modo, o gram cajom e desonrra que lhes de tall feito podia viir”. (séc. xv, CDF)

63b e sse o fezessẽ (contra) seu deffendimẽto *auendoos* elle ante *rrogados* e *deffendudo* q(ue) o nõ ffezessem. (séc. XII, CDA)

64a & nos entonçes *nõ lo querendo* por lo justo p(re)çio q(ue) lo diades a tal p(er)sona q(ue) sea semital de vos. (séc. xv, HGP)

64b e *nom seendo* ainda os embaxadores delrrei dAragom partidos daquel logar dAlcanhaães, chegou Diego Lopez Pacheco (séc. xv, CDF)

65a E *querendoas* vender que o façam p(ri)meiro sab(e)r a ella d(i)cta Isabel ãnes S(enhorío) p(er)a sse as ella quis(e)r tanto por tanto que as aJa. (séc. xv, DN)

65b de cada hũẽ segundo seus mericimentos nos contentemos, *prezandoos* e *fazendolhe* mercee ou servyço, trautandoos bem em todas cousas que podermos (séc. xv, LC)

A análise dos contextos sintáticos em que ocorrem gerúndios e participípios permite ainda verificar que o particípio presente ocorre principalmente em contextos de modificação adnominal, enquanto o gerúndio ocorre sobretudo como modificador de predicado ou de oração. Assim, embora gerúndios ocorram nos mesmos contextos sintáticos, parece haver uma produtividade maior de cada uma destas formas em determinado tipo de contexto sintático (cf. Fiéis, Lobo e Martins 2015). Deste modo, ainda que, no PA, particípio presente e gerúndio ocorram em variação livre em alguns contextos e seja evidente a semelhança entre as orações em que estas duas formas aparecem, não podemos colocar de lado a hipótese de as orações participais terem uma estrutura diferente das gerundivas.

5. Discussão e conclusões

De acordo com os dados recolhidos, as orações gerundivas parecem ser menos ambíguas e funcionalmente mais complexas do que as orações com particípio presente, uma vez que estas últimas não ocorrem na forma composta, não ocorrem com negação e raramente ocorrem com pronomes clíticos. Admitindo que estas propriedades

implicam pelo menos a presença de um núcleo funcional Tempo, podemos considerar que as diferenças entre as duas formas se devem a uma maior complexidade funcional das orações com gerúndio (*cf.* Fiéis, Lobo e Martins 2015). Assim, é possível assumir que, enquanto nas gerundivas há projeção de um núcleo T (e eventualmente de C), nas orações com participio presente o núcleo T não é projetado. Estas formas projetam, possivelmente, apenas um núcleo Aspetual.

No que concerne à ordem de palavras, Alexandra Fiéis e Maria Lobo (2010) mostram que os dados do PA permitem concluir que quer a ordem sujeito-verbo quer a ordem verbo-sujeito são possíveis nas orações com gerúndio, independentemente do tipo de sujeito e da classe do verbo – encontramos, nas gerundivas do PA, opcionalidade de ordem quer com sujeitos pronominais quer com DP, com verbos copulativos, transitivos, inacusativos e intransitivos.

À semelhança do que ocorre com as gerundivas (e com construções com participio passado [Martins 2015]), em PA, pode encontrar-se também quer a ordem verbo-sujeito quer a ordem sujeito-verbo nas orações com participio presente. A ordem verbo-sujeito ocorre em orações adjuntas, com verbos de diferentes classes – intransitivos (66), transitivos indiretos (67), copulativos (68) e inacusativos (69). Esta ordem verbo-sujeito é significativamente mais frequente no *corpus*. Os casos de ordem sujeito-verbo verificam-se essencialmente (mas não exclusivamente) na presença de preposição (70).

66 E *obrâte* a graça do Sp(ir)itu S(an)to vntou do olio da grande aleg(ri)a sobre todos sse(us) (con)panhēyros. (séc. xiv, *PP*)

67 Esta erdade sobre dita iaz na uilla de Pielas súo signo de Sam Michael d'Oleiros, *discurrēte* o rio do Buual no couto d'Oleiros. (séc. xiii, *HGP*)

68 E, *estantes* as propiedades pesoaaes em rellaçom de hũa pesoa aa outra e *estante* a relaçom em ellas, fica em ellas o entender comum. (séc. xiv, *CI*)

69 disse q(ue) obrigaua todos sseus bēes & das d(i)tas pesoas a cōp(r)ir et agoardar o d(i)to aforam(en)to, seg(und)o em ele h(e) (con)tjudo et *saynt(es)* as d(i)tas pesoas, q(ue) o d(i)to casal fiq(ue) lyure e desenbargado. (séc. xv, *HGP*)

70a que esteuesse aly des o serãão ataa o gallo *cantante* e que lhe nõ encubrisse todo o que lhe acontecesse. (séc. xv, *OE*)

70b Deos obra em nós as virtudes sem nós, scilicet, *fazentes*, e nom sem nós *com-semtintes*. (séc. xvi, *CAT*)

- 70c das cousas q(ue) uẽẽ come das outras q(ue) nõ ssom uistas, (...) e o Sp(ir)ito S(an)to *sainte* d'anbos, todos tres d'hũa natura e d'hũa ygualdadedas cousas. (séc. XIV, *PP*)
- 70d Oufrosina ffoy aaquel m(oesteyr)o (...) e mandou dizer pello porteyro ao abbade dizendo hũ c(ra)stado que vẽ do paaço *estãte* aa porta do m(oesteyr)o e q(ue)r ffallar (con)tigo (sécs. XIII-XIV, *V8*)

Como se pode verificar, as orações em que encontramos a ordem sujeito-verbo são de diferentes tipos – orações adjuntas (69); orações introduzidas por preposição (*até* ou *sem*) (70a e 70b) e oração não dependente (70d) (*cf.* Martins 2015).

Assim, e apesar de não ser possível estabelecer uma relação clara entre ordem de palavras e classe verbal, nem de haver uma clara diferenciação entre gerúndios e participios presentes relativamente a este aspeto, estes dados podem fornecer pistas relevantes para o estudo da estrutura das participiais. Sendo possível a ordem sujeito-verbo e havendo também ocorrências de objetos a preceder o sujeito, pode pensar-se na existência de alguma complexidade interna à estrutura funcional do domínio verbal. Considerando ainda que, além de poder selecionar argumento externo e poder ocorrer com sujeito próprio, o participio tem capacidade de selecionar um complemento nominal, pelo que podemos admitir que é projetada alguma estrutura funcional no domínio verbal, que é responsável pelo caráter eventivo da forma verbal. Assim, é plausível assumir que o participio pode projetar um núcleo *v* (e eventualmente um núcleo Voice) (*cf.* Fiéis, Lobo e Martins 2015).

Não esquecendo que as formas *-nte* do PA têm um caráter “misto”, é possível considerar que, ao contrário do que acontece com o gerúndio (que projeta sempre *v* e T), o participio presente poderá corresponder a duas formas distintas quanto à complexidade estrutural – uma em que projeta apenas um núcleo *Aspetual* e outra em que também projeta um núcleo *v*. Quando *v* não é projetado, a forma apresenta funcionamento típico de adjetivo (*cf.* Fiéis, Lobo e Martins 2015).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CIPM = *Corpus Informatizado do Português Medieval*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. <http://www.cipm.fcsh.unl.pt>.
- CORDIAL-SIN = *Corpus dialectal com anotação sintáctica* (Projecto financiado PRAXIS XXI P/PLP/113046/1998 e POCTI/1999/PLP/33275). Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- FIÉIS, Alexandra / MARIA LOBO (2010): “Aspectos da sintaxe das orações gerundivas no Português Medieval e no Português Europeu Contemporâneo”, em Ana Maria Brito *et al.*, *Textos Seleccionados. XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, 419-434.

- FIÉIS, Alexandra / Maria LOBO / Cláudia MARTINS (2016): “O participio presente no português antigo”, *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, nº 1 (10), 335-358. <http://ojs.letras.up.pt/index.php/APL/article/view/1598/1421>.
- LOBO, Maria (2003): *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais do Português*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- MARTINS, Cláudia (2015): “*entrante aa noite*” *O participio presente no português antigo*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- SAID Ali, M. (1923): *Formação de Palavras e Syntaxe do Portuguez Historico*. São Paulo: Melhoramentos.

FONTES CITADAS

(TODOS OS TEXTOS ESTÃO DISPONÍVEIS EM [HTTP://WWW.CIPM.FCSH.UNL.PT](http://www.cipm.fcs.unl.pt))

- CAT = SILVA, Elsa Branco da (ed.) (2001): *O catecismo pequeno de Dom Diogo Ortiz*. Lisboa: Colibri. Edição digitalizada cedida pela editora
- CDA = DIAS, João J. Alves (ed.) (1990-1992): *Chancelarias Portuguesas de D. Afonso IV*. Lisboa: I.N.I.C. Edição digitalizada cedida pelo editor.
- CDF = MACCHI, Giuliano (ed.) (1975): Fernão Lopes. *Cronica de D. Fernando*. Lisboa: INCM. Edição digitalizada cedida por José Barbosa Machado.
- CDJI1 = LOPES, Fernão (1945): *Crónica de D. João I*, vol. I. (segundo o códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo). Porto: Livraria Civilização Editora. Edição digitalizada cedida por José Barbosa Machado.
- CDJI2 = LOPES, Fernão (1949): *Crónica de D. João Primeiro*, vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora. Edição digitalizada cedida por José Barbosa Machado.
- CDPI = PERES, Damião (ed.) (1965): Fernão Lopes. *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização. Edição digitalizada e revista por José Barbosa Machado, cedida pelo revisor.
- CEM = LOPES, Graça Videira (2002): *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses*. Edição digitalizada cedida pela editora.
- CGE = CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.) (1951): *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: INCM.
- CHP = MARTINS, Ana Maria (ed.) (1994): *Clíticos na História do Português - Apêndice Documental*, vol. 2. Dissertação de Doutoramento. Lisboa. Edição digitalizada cedida pela editora.
- CI = CALADO, Adelino de Almeida (ed.) (2000): *Corte enperial*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Edição digitalizada cedida pelo editor.
- CRB = LOPES, David (ed.) (1897): *Chronica dos Reis de Bisnaga*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CSM = METTMAN, Walter (ed.) (1981): *Afonso X, o Sábio (s. XIII) Cantigas de Santa Maria*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia. Edição digitalizada cedida por Xavier Varela, director do *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega*.

- DN = MARTINS, Ana Maria (ed.) (2000): *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada cedida pela editora.
- DSG = NUNES, Irene Freire (2001): *A Demanda do Santo Graal*. Versão revista e digitalizada com base na edição publicada pela Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa 1995, cedida pela editora.
- HGP = MAIA, Clarinda de Azevedo (1986): *História do Galego-Português*. Coimbra: INIC, 19-295.
- LC = PIEL, Joseph (ed.) (1942): *Leal Conselheiro*. Lisboa: Livraria Bertrand. Edição digitalizada, revista por João Dionísio e Sandra Alvarez e cedida pelos revisores.
- LEBC = PIEL, Joseph (ed. crit.) (1944): *Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela*. Lisboa: Bertrand. Edição digitalizada, revista por João Dionísio e cedida pelos revisores.
- LL = MATTOSO, José (1983): *Narrativas dos Livros de Linhagens*. Lisboa: INCM. Edição digitalizada.
- LM = CALADO, Adelino de Almeida (ed.) (no prelo): *Livro de montaria de João I. Vigo*. Edição digitalizada cedida pelo editor.
- OE = MALER, Bertil (ed.) (1956): *Orto do Esposo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Instituto Nacional do Livro.
- PP = FERREIRA, José Azevedo (1980): *Alphonse X, Primeyra Partida*. Braga: INIC, 3-580. Edição digitalizada cedida pelo editor.
- S = MACHADO, José Barbosa (ed.) (2005): Clemente Sánchez de Vercial. *Sacramental*. Minho: Pena Perfeita. Edição digitalizada cedida pelo editor.
- TL = COSTA, Pe. Avelino Jesus da (1979): “Os mais Antigos Documentos Escritos em Português”, *Revista Portuguesa de História*, 17, 307-321 (dois manuscritos: Lisboa e Toledo).
- VS = CASTRO, Ivo *et al.* (eds.) (1985): *Vidas de Santos de um Manuscrito Alcobacense* (Cod. Alc. cclxvi / antt 2274). Lisboa: INIC, 16-52 e 59-83.
- VST = *Vida de São Teotónio*. Tradução quatrocentista da vida de S. Teotónio. Obra digitalizada e revista por Deolinda Rodrigues Cabrera. Grafia actualizada. Edição digitalizada cedida por José Barbosa Machado.
- ZPM = BROCARD, Maria Teresa (ed.) (1994): *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: FCSH, 333-693. Edição digitalizada cedida pela editora.

Projeto Tesouro do léxico patrimonial galego e português – a inclusão da obra *A Linguagem Popular do Maranhão*: desafios e soluções

Conceição de Maria de Araujo Ramos

Universidade Federal do Maranhão
conciufma@gmail.com

José de Ribamar Mendes Bezerra

Universidade Federal do Maranhão
comendesufma@gmail.com

Maria de Fátima Sopas Rocha

Universidade Federal do Maranhão
fsopas@yahoo.com.br

Nádia Letícia Pereira Silva

Universidade Federal do Maranhão
nadiacarima@hotmail.com

*Projeto Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português – the inclusion of the work *A Linguagem Popular do Maranhão*: challenges and solutions*

Resumo

O *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português* é um projeto internacional e interinstitucional, que congrega universidades galegas, portuguesas e brasileiras. Com sede na Universidade de Santiago de Compostela, o *Tesouro* tem como objetivo reunir, em um único banco de dados, um amplo *corpus* com material dialetal, no âmbito do léxico, oriundo dos três países que integram o projeto. Como pesquisadores do *Tesouro*, buscamos, com este estudo, discutir o processamento da obra *A Linguagem Popular do Maranhão*, isto é, a transferência de seus dados para a tabela de dados do *Tesouro*. A escolha da obra se deve a sua importância no que diz respeito ao trabalho de recolha de parte substancial do rico patrimônio linguístico-cultural brasileiro e mais particularmente maranhense. A discussão acerca do processamento dos dados da obra engloba questões relativas à metodologia adotada para constituição do acervo do *Tesouro* e às dificuldades encontradas no desenvolvimento desse trabalho, que, em se tratando da obra objeto deste estudo, são decorrentes de fatores como a classificação semântica, a atribuição do código geográfico às formas registradas, a lematização, a inclusão de exemplos. O exame dos problemas em um fórum mais amplo levou-nos a possíveis soluções que estão viabilizando a conclusão da etapa de processamento da obra, para sua consequente inserção no *corpus* do *Tesouro*.

Abstract

The *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português* is an international and interinstitutional project, which brings together Galician, Portuguese and Brazilian universities. Headquartered at the University of Santiago de Compostela, the research project aims to bring together, in a single database, a large corpus with dialectal material, within the lexicon, coming from the three countries that integrate the project. As researchers of *Tesouro*, we aim, with this study, discuss the processing of the work *A Linguagem Popular do Maranhão*, i.e. the transfer of their data to the database of *Tesouro*. The choice of this work is due to its importance with regard to the substantial part of the collection of work from the rich linguistic and cultural heritage of Brazil and more particularly of Maranhão. The discussion about the processing of the work's data includes questions related to the methodology for the establishment of the *Tesouro* acquis and the difficulties encountered in the development of this paper, which, referring to the work analyzed here, are due to factors like semantic classification, the award of the geographical code to registered forms, stemming, inclusion of example. The examination of problems in a broader forum led us to possible solutions that are enabling the completion of the work processing step, for its subsequent inclusion in the *Tesouro corpus*.

Palavras-chave

Léxico, *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português*, Maranhão.

Keywords

Lexicon, *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português*, Maranhão.

Sumário

1. Introdução. 2. A obra *A Linguagem Popular do Maranhão*. 3. O processamento da obra: problemas e (possíveis) soluções. 4. Considerações finais.

Contents

1. Introduction. 2. The work *A Linguagem Popular do Maranhão*. 3. The processing of the work: problems and (possible) solutions. 4. Final Considerations.

1. Introdução

A ideia de uma das coordenadoras, no Brasil, do Projeto *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português* (TLPGP), Prof.^a Dr.^a Vanderci Andrade Aguilera, de propor uma sessão de comunicações coordenadas no *Gallaecia – III Congresso Internacional de Lingüística Histórica*, realizado na Universidade de Santiago de Compostela e organizado conjuntamente pela Universidade Federal da Bahia, pela Universidade de São Paulo e pela Universidade de Santiago de Compostela, aconteceu em um momento muito propício para o trabalho conjunto que ora empreendem pesquisadores galegos, portugueses e brasileiros com vistas a conhecer melhor e mais amplamente o vasto espaço histórico-lingüístico galego-português. É, pois, emblemática a escolha do local de realização do congresso, principalmente para os que somos pesquisadores do TLPGP, pois a *Gallaecia*, “À entrada do ano mil, no Noroeste peninsular [...], delimitava já um romance com contornos peculiares. [...] Não é ainda Portugal, não é ainda a língua portuguesa.”, como afirma Cardeira (2006: 36-37), mas é o espaço geográfico e lingüístico onde se forja a variedade românica, o romance galego, nascedouro das línguas galega e portuguesa.

É, portanto, nesse espaço de memória, em que buscamos ampliar nosso conhecimento sobre nosso passado e nosso presente, que a sessão de comunicações coordenadas intitulada *Desenvolvimento do Projeto Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português no Brasil* se propõe como um fórum que tem como tema nosso patrimônio imaterial – o léxico, o componente da língua que se vincula mais estreitamente com as “experiências socioculturais que caracterizam cada um dos grupos humanos” (Antunes 2012: 47). Assim, é propósito da equipe de pesquisadores brasileiros do TLPGP discutir questões relativas à metodologia adotada para constituição do acervo do *Tesouro* e às dificuldades por nós encontradas no desenvolvimento desse trabalho.

Convém ressaltar que o *Tesouro* é um projeto internacional e interinstitucional, que congrega universidades galegas, portuguesas e brasileiras. Com sede na Universidade de Santiago de Compostela e tendo como coordenadora geral a Prof.^a Dr.^a Rosario Álvarez, do Instituto da Língua Galega desta Instituição, o projeto objetiva reunir, no âmbito do léxico, um amplo *corpus* com material dialetal oriundo dos três países que integram o TLPGP, priorizando o “material lexical ligado à cultura tradicional, especialmente aquele que está relacionado com as atividades e saberes que se

perderam pelas mudanças culturais e sociais ou que estão em processo de desaparecimento” (Álvarez).

Neste trabalho, temos como meta discutir o processamento da obra, isto é, a transferência de seus dados para a tabela de dados do *TLPGP*, já que essa atividade tem-se constituído um grande desafio para a equipe de pesquisadores do Maranhão, tendo em vista, entre outros fatores, a classificação semântica, a atribuição do código geográfico às formas registradas, a lematização, inclusão do exemplo.

Assim, com este trabalho, fruto do processamento da obra em questão, objetivamos discutir, em um fórum mais amplo, possíveis soluções que, por um lado, viabilizem concluir a etapa de processamento da obra, para sua consequente inserção no *corpus* do *TLPGP*, e, por outro, possam oferecer uma contribuição a outros grupos de pesquisadores em seu trabalho de preparação das obras.

2. A obra *A Linguagem Popular do Maranhão*

Escrita por um dos maiores estudiosos maranhenses do séc. xx, professor Domingos Vieira Filho¹, a obra objeto deste estudo, com edição do próprio autor, contou com três edições – 1953, 1958 e 1979. No prefácio da primeira edição, publicada como uma separata da Revista de Geografia, e que continha 601 entradas, assim se manifesta o autor (Vieira Filho 1953: 71):

O presente trabalho não pretende ser mais do que modesta contribuição ao estudo das variações regionais da linguagem popular do Brasil.

O que nos levou a encetá-lo foi a necessidade de fixar, para o futuro, certos detalhes da curiosa língua falada quotidianamente entre nós e que é inconscientemente moldada pelo povo.

Já em sua terceira edição e com 1.141 entradas², *A Linguagem Popular do Maranhão*, um glossário do falar maranhense, compõe o conjunto de estudos dos primeiros registros sistemáticos da língua falada no Maranhão. Embora falte à obra a contribuição da linguística, da filologia, da etimologia e da lexicografia – como evidencia o próprio autor no prefácio da terceira edição, ao declarar que seu trabalho é “um simples, mas honesto documentário sobre a linguagem coloquial do Maranhão, sem pretensões linguísticas maiores [...]” (Vieira Filho 1979: 7) –, o trabalho repre-

¹ Domingos Vieira Filho era um profundo conhecedor do Maranhão, em especial de temas de etnografia, folclore, literatura, história, linguagem. Sua obra é referência para o delineamento do perfil social do brasileiro e em particular do maranhense: é uma fotografia do cotidiano do povo, de sua linguagem e alimentação, brinquedos, costumes, crenças, superstições, folguedos. Para maiores informações sobre o autor e sua obra, veja Araujo Ramos *et al.* (2015).

² A segunda edição, revista e ampliada, conta com 846 entradas.

senta um marco no âmbito dos estudos que, frutos de um esforço pessoal, de trabalho obstinado, paciente e rigoroso, buscaram, no Maranhão, salvar do esquecimento parte de nosso rico patrimônio linguístico-cultural. É uma obra que explora a relação entre a língua falada, ouvida da boca do povo, e a língua escrita, que registra o uso e fornece pistas sobre o tempo em que se deu esse uso. Para exemplificação de uso das formas definidas, o autor recorre a jornais maranhenses que tinham à época da recolha do *corpus* do glossário expressiva circulação no Maranhão, tais como: *Jornal Pequeno*, *O Imparcial*, *Jornal do Povo*, *A Flecha*, *A Peroba*, *Jornal de Bolso*, *O Farol*. Lança mão, ainda, de exemplos tomados de escritores *regionalistas*, destacando-se, entre estes, Graça Aranha, Aluísio Azevedo, Raul Astolfo Marques, Nascimento Morais Filho, Josué Montello, João Mohana, Bento Mendes, Dunshee de Abranches. Convém ressaltar que nem todas as formas definidas trazem ilustração, mas todas que as contêm trazem informação relativa à data de uso da forma em questão. Isso nos possibilitou preencher o campo 5 da Tabela de Dados referente a um número significativo de verbetes.

Dada a relevância da obra para o trabalho de pesquisa e consulta de quantos tenham interesse por conhecer a língua falada no Estado, a equipe de pesquisadores maranhenses do *TLPGP* decidiu incluí-la no segundo conjunto de obras do acervo do Maranhão para o Tesouro. O processamento da obra, isto é, a transferência de seus dados para a tabela de dados do Projeto tem-se constituído um grande desafio para a equipe de pesquisadores do Maranhão, tendo em vista, entre outros fatores:

- a classificação semântica. Neste campo, o número 9 na Tabela de Dados, nosso problema reside, justamente no fato de estarmos diante de um glossário com reduzida informação sobre cada entrada. Na verdade, cada artigo lexicográfico da obra contém apenas a definição, como em *ABECAR* ‘agredir alguém segurando pela lapela’ (15)³, ou a definição e a exemplificação de uso da forma definida, como em *XIRI* ‘o sexo da mulher’, abon. “[...] as mulatas de Alcântara esperavam sempre um companheiro de corpo limpo, seios firmes, xiri cheirando a sabonete” (Josué Montello, *A Noite sobre Alcântara*, 296) (97). Considerando ainda, que a obra segue uma ordenação semasiológica, partindo, portanto, das unidades lexicais para a acepção ou as acepções, e que o autor não enfoca um grupo de léxico específico, pois seu objetivo é recolher as formas lexicais que considera largamente empregadas na linguagem coloquial, encontramos dificuldade, em alguns casos, em propor a classificação semântica do material introduzido na Tabela de Dados.
- a atribuição do código geográfico às formas registradas. Este campo, que corresponde ao número 11 na Tabela de Dados, torna-se problemático, uma vez

³ Tendo em vista as frequentes citações da obra objeto de nossa análise, optamos, para otimizar nosso trabalho, por indicar entre parênteses apenas a página de onde foi extraída a citação.

que uma das exigências que os materiais introduzidos devem cumprir é informar a localização geográfica de uso da forma. Em se tratando da obra objeto de nossa análise, poucos são os verbetes em que encontramos a informação exata da localização geográfica, com a indicação do município maranhense em que ela ocorre, como podemos observar em CABREIRO ‘forasteiro’, abon. “No íntimo, o cabreiro sentiu o vazio que se formou em torno de si” (*O Combate* 20-7-1949). “Em Pedreiras denominam *cabreiros* os forasteiros nordestinos que ali vão ter tentados pela feracidade da terra” (32). A ausência dessa informação dificulta o trabalho de definição da mesorregião⁴, em que o item lexical é usado.

- a lematização. O campo 16 da Tabela referente ao lema também apresenta problemas em se tratando da obra em análise, já que nos confrontamos com situações bem diversas, como em: a) BARATA ‘o mesmo que *burra*, moça encoberta [...]’ (22) e BARATINHA ‘o mesmo que *barata*’ (22) – em que há clara evidência que o morfema avaliativo (*-inha*) não deu lugar a um lema diferenciado; b) em BIRRO ‘o membro viril’ (25) e BIRRUDO ‘pessoa que tem o pênis avantajado’ (25) – em que a forma constituída pelo morfema derivativo (*-udo*) gera uma nova palavra; c) PAIDÉGUA ‘voz que designa uma pessoa ou coisa de valor’ (73), PAIDEGUAL ‘grande; soberbo’ (73) e PAIDEGUÃO ‘idem’ (73), em que o problema para a lematização é mais complexo, como veremos no item 3 deste artigo.
- inclusão do exemplo. No campo 5, destinado a inclusão do exemplo, o problema com o qual nos defrontamos diz respeito aos casos em que o artigo lexicográfico apresenta uma forma com duas acepções, mas um só exemplo, sem que o autor sinalize qual das acepções a abonação ilustra, como em BIMBIM ‘nome porque é conhecida a extremidade da banana. Diz também de qualquer extremidade’, abon. “[...] entram pelos buraquinhos dos ouvidos, e não pelos “bimbins” das orelhas?” (*Jornal Pequeno*, 2-1-1961) (25) e BIRITA ‘trago de cachaça. A própria aguardente’, abon. “[...] depois de tomar algumas “biritas”, dirigiu-se para o hotel onde mora armado de uma fina peixeira” (*Jornal de Bolso*, 23-9-1970) (25).

3. O processamento da obra: problemas e (possíveis) soluções

Antes de apresentar os problemas encontrados no preenchimento da Tabela de Dados com base na obra *A Linguagem Popular do Maranhão*, convém apresentar para uma melhor compreensão/entendimento do leitor, os campos que compõem a Tabela, de acordo com o protocolo disponibilizado pelo *TLPGP* para preenchimento das

⁴ A Coordenação Geral do *TLPGP* adotou a noção de mesorregião como unidade de mapeamento para o Brasil, porque essa noção abarca uma divisão administrativa que reúne espaços geográficos menores, os municípios, que, por sua vez, são agrupados segundo as similaridades de suas características econômicas e sociais.

Tabelas com os dados das obras. São ao todo 21 campos que recolhem as informações: a) contidas na obra – 1. variante; 2. fonética; 3. classe e categoria; 4. definição; 5. exemplos e refrães; 6. comentários manipulador; 7. página; 8. secção; 10. citação bibliográfica; 11. código geográfico; 11b. existe tabela localidades; 12. imagens; 13. termo remissão; 15. remissão a textos e 20. criação registro – e b) resultantes do tratamento dos dados – 9. classificação semântica; 16. lema de cada língua; 17. classe e categoria; 6. comentários manipulador; 18. sinónimo de referência e 19. lema comum.

Dos problemas listados no item anterior, com relação ao primeiro deles – a classificação semântica –, conseguimos estabelecer alguns campos semânticos, tais como:

- Alimentação, que engloba formas como ANGU ‘comida afro-maranhense [...]’ (17); ARROZ-DE-CUCHÁ ‘comida afro-maranhense feita à base de gergelim, farinha seca, vinagreira batida e camarão seco [...]’ (18); DERRESOL ‘doce feito de mel de cana e de coco ralado, espécie de sabongo do nordeste [...]’ (47); FOIÉ ‘comida típica maranhense’ (54); PANDU ‘pirão de farinha d’água ou seca [...]’ (74); PAROARA ‘espécie de melancia que tem a polpa branca’ (75), dentre outras.
- Convívio e comportamento social, em que incluímos ABECAR ‘agredir alguém segurando pela lapela’ (15); ABERTURAR ‘segurar outrem pela lapela [...]’ (15); ABUFELAR ‘esmurrar; o mesmo que *abrojar*’ (15); ACESUME ‘assanhaço; vivacidade excessiva’ (15); CU-DOCE – FAZER ‘ato de dissimular, de parecer o que não é’ (46); dentre outras.
- Corpo Humano, que engloba BIMBINHA ‘o pênis na idade infantil’ (25); BUÇANHA ‘o sexo feminino’ (30); BUCETA ‘a genitália feminina’ (30); JACA ‘bunda’ (61); LASCA ‘o sexo da mulher’ (64); LANCHA ‘pé grande, desproporcionado’ (42), ‘bico largo, no dizer popular’ (64); MUXIBA ‘seio; mama [...]’; QUÊRO – ‘o dente do Siso’ (83) são alguns exemplos.
- Jogos e brincadeiras infantis, que abarca, dentre outras formas, BODE ‘pagaio grande, intermediário entre o comum e a jamanta’ (26); BORROCA ‘jogo infantil com bola de gude ou castanha de caju [...]’ (28); CAGA-NA-PRAIA ‘brinquedo de criança feito de pindova’ (34); CARAMBELA ‘cambalhota’ (36).
- Religião e crenças, em que agrupamos, por exemplo, CHIFRUDO ‘o diabo’ (41); PORCARIA ‘ebó; feitiço; jacaré [...]’ (81); TAMBOR-DE-MINA ‘no Maranhão o candomblé é conhecido pelo nome de *Tambor-de-mina* [...]’ (92); TERÊCÔ ‘candomblé; tambor-de-mina, especialmente em Codó’ (93).

Esses são apenas alguns exemplos dos campos semânticos que pensamos propor. Há, contudo, formas como CUTRUCA ‘depreciativo de português’, abon. “Hein?! Repete cutruca ordinário! berrou a mulata dando um passo em frente” (Aluísio Azevedo, *O Cortiço*, 336) (47); LAPO ‘talho profundo e extenso’ (64); GOJOBA ‘coisa sem préstimo, chicaca’ (58); BANGUELA – FAZER ‘desligar o motor de um carro pondo-o

em ponto morto numa descida ou ladeira para poupar gasolina’ (21), que nos parecem difíceis de classificar.

O segundo problema por nós assinalado no item 2 deste artigo diz respeito à atribuição do código geográfico às formas registradas. Vale ressaltar que, na obra analisada, o número de formas com indicação de sua área geográfica de uso é quase inexistente. Além do caso citado no item 2, cuja área geográfica é Pedreiras, portanto mesorregião 2103 – Centro Maranhense, podemos destacar, a título de exemplo, o verbete TERÊCÔ, que traz a informação relativa a sua área de uso: TERÊCÔ ‘candomblé; tambor-de-mina, especialmente em Codó’ (93). Em casos como este, a indicação do município (Codó) feita pelo autor nos possibilita fixar a mesorregião e, conseqüentemente, a área principal de ocorrência da forma, mesorregião 2104 – Leste Maranhense. Quando não dispomos dessa informação, a solução que vem sendo adotada é considerar a ocorrência da forma na mesorregião 2101 – Norte Maranhense, onde se situa a capital do Estado, São Luís, principal *locus* da pesquisa do autor.

O exemplo (1), a seguir, evidencia mais um dos problemas que elencamos e que diz respeito à lematização.

(1a) PAIDÉGUA ‘voz que designa uma pessoa ou coisa de valor’ (73)

(1b) PAIDEGUAL ‘grande; soberbo’ (73)

(1c) PAIDEGUÃO ‘idem’ (73)

(1d) PAIDÉGUA-DE-GALINHA ‘ótimo; excelente’ (73)

Neste caso, estamos diante de três formas diferentes que constituem unidades simples – *paidégua*, *paidegual* e *paideguão* – e de um composto sintagmático – *paidégua-de-galinha* – que, segundo o registro do autor, apresentam um só significado, como podemos observar na seguinte tabela:

1	4	13	16	17
paidégua	Voz que designa uma pessoa ou coisa de valor.			a
paidegual	Grande; soberbo.	paideguão		a
paideguão	Grande; soberbo.	paidegual		a
paidégua-de-galinha	Ótimo; excelente.			loc a

TABELA 1. A QUESTÃO DA LEMATIZAÇÃO DAS VARIANTES DA FORMA PAIDÉGUA

Então, a questão que se coloca é decidir se estamos diante de duas variantes fonéticas – *paideguão* e *paidegual* –, o que levaria a propor o mesmo lema, ou se temos duas variantes morfológicas geradas por derivação com sufixos diferentes, *-ão* e *-al*, o

que requererá lemas diferentes. No que concerne ao composto sintagmático, cremos que, por ser uma expressão lexicalizada, requer um lema próprio.

Com relação ao quarto problema apresentado no item 2 – a inclusão do exemplo nos casos em que o verbete traz uma única abonação após a apresentação de uma forma com duas acepções, sem que esteja explicitada a qual acepção o exemplo se refere, buscamos solucionar a questão da melhor maneira possível tanto para o autor, respeitando o que ele registra, como para o usuário do Tesouro, ao tratarmos de lhe oferecer, sem dúvida nem omissões, a informação de que dispomos. Nesse sentido, orientados por nosso conhecimento enciclopédico ou de mundo e por nosso conhecimento lingüístico, temos decidido a qual acepção associar o exemplo. No caso de BMBIM, citado e transcrito no item 2, parece evidente que a abonação “...entram pelos buraquinhos dos ouvidos, e não pelos “bimbins” das orelhas?” não se refere à ‘extremidade da banana’, primeira acepção apresentada, mas sim a ‘qualquer extremidade’, como afirma o autor na segunda acepção. Já no que concerne a BIRITA, também citado e transcrito no item 2, em que temos uma relação de parte –um *trago*– e todo –a própria bebida, a *cachaça*–, a decisão não é tão fácil e, até o momento, ainda não temos uma resposta segura.

Além dos casos enumerados no item 2, temos outros menos problemáticos, mas mais frequentes. Computamos, por exemplo, 77 ocorrências entre os 1.141 verbetes cuja entrada, embora apareça sob a forma de uma lexia simples, é na realidade uma unidade fraseológica. Neste caso, o autor usa como entrada apenas um constituinte da locução, mas o que, de fato, define é a locução, como no exemplo (2):

(2) BANHA – *Ficar na* ‘empobrecer; ficar na miséria’, abon. “... tanto lutei que estou nuazinha... e fiquei na “banha”!” (*A Peroba* 17-11-1934) (21).

Em casos como este do exemplo 2, registramos a locução no campo 1, campo da variante, e a definição correspondente no campo 4, como podemos observar na seguinte tabela:

1	4	5	17
ficar na banha	Empobrecer; ficar na miséria.	Tanto lutei que estou nuazinha... e fiquei na “banha”![\$ A Peroba, ed. de 17-11-1934. S. Luis. \$]%	loc v

TABELA 2. VERBETE COM ENTRADA FORMADA POR APENAS UM DOS CONSTITUINTES DA LOCUÇÃO

A obra apresenta ainda casos em que o autor agrupa em um mesmo artigo lexicográfico duas entradas: uma formada por uma forma simples e outra por uma locução, como no exemplo (3), a seguir, não adotando, contudo, esse procedimento em casos semelhantes, como nos exemplos (4a) e (4b):

(3) FREQUÊNCIA ‘necessidade; vicissitude’. *Passar frequência* ‘viver apertado, em dificuldade’ (54).

(4a) SABÃO ‘pito; ralho’ (87).

(4b) SABÃO – FAZER ‘prática de tribadismo. Comum a outras áreas brasileiras’ (87).

No caso do exemplo (3), desdobramos as entradas, como observado na tabela a seguir, o que não se fez necessário em se tratando dos exemplos (4a) e (4b), já que o autor propõe dois verbetes: um para a forma simples e outro para a locução.

1	4	13	17
freqüência	Necessidade; vicissitude.	passar freqüência	sf
passar freqüência	Viver apertado, em dificuldade.	freqüência	loc v

TABELA 3. SOLUÇÃO PARA ARTIGO LEXICOGRÁFICO COM DUAS ENTRADAS

Outra ocorrência que merece destaque é o caso dos verbetes COMBOÇA e CONTRABANDO, apresentados, a seguir, nos exemplos (5a) e (5b):

(5a) COMBOÇA ‘amante de homem casado. Alt. da antiga palavra portuguesa *comborça*’ (43).

(5b) CONTRABANDO ‘amásia; *comborça*’, abon. “Mas levar os filhos para casa do contrabando deixando sua mulherzinha em casa...” (*Jornal Pequeno* 30-9-1960) (44).

A entrada do primeiro é uma variante não-padrão seguida de uma explicação de natureza etimológica. Essa explicação é relevante, pois nos informa que a forma padrão – *comborça* –, que ele a conhece e usa, não a recolheu como forma, digamos, característica do Maranhão, razão por que não a inclui como entrada própria na obra. Com base nessa informação, inferimos que a forma que deverá ser considerada como lema é, como pretende o autor, a variante padrão, como consta na seguinte tabela:

1	4	5	16	17
comboça	Amante de homem casado. Alt. da antiga palavra portuguesa <i>comborça</i> .		comborça	sf
contrabando	Amásia; <i>comborça</i> .	Mas levar os filhos para casa do contrabando deixando sua mulherzinha em casa... [\$ <i>Jornal Pequeno</i> , ed. de 30-9-1960. S. Luis \$]	contrabando	sm

TABELA 4. LEMATIZAÇÃO DA VARIANTE *COMBOÇA*

Há, ainda, casos de variantes que não têm entrada própria na obra, mas que aparecem no artigo lexicográfico como parte da definição, como podemos constatar, por exemplo, nos verbetes CAVALACANGA, CAVANÇA, FOBICA, PELA-PORCO. A título de ilustração, examinemos CAVANÇA.

(6) CAVANÇA ‘empenho; esforço estrênuo para se obter algo; o mesmo que *cavação*’ (39).

Em casos como estes, criamos um novo registro para as variantes registradas, mas sem entrada própria na obra. No exemplo examinado, criamos um novo registro para a variante *cavação*, fazendo a devida remissão no campo 13 e assinalando-o no campo 20, como mostra a seguinte tabela:

1	4	13	20
freqüência	Empenho; esforço estrênuo para se obter algo; o mesmo que <i>cavação</i> .	<i>cavação</i>	
passar freqüência		<i>cavança</i>	s

TABELA 5. CRIAÇÃO DE NOVO REGISTRO

Como podemos observar, são muitas as dificuldades com as quais nos defrontamos ao inserir o material da obra *A Linguagem Popular do Maranhão* na Tabela de Dados do Tesouro. Entretanto, a discussão dos problemas em um fórum mais amplo nos possibilitou equacionar várias questões.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como evidenciamos no título de nosso artigo, é, de fato, um verdadeiro desafio incluir uma obra como *A Linguagem Popular do Maranhão*, alvo da atenção de estudiosos do porte de Antenor Nascentes, Luís da Câmara Cascudo, Renato de Almeida, Dante Laytano, e reconhecida por sua fundamental importância para os estudos lexicais de natureza dialetal nos âmbitos estadual e nacional, sem que nos percamos na diversidade de situações que ela nos apresenta e que são resultantes, em grande medida, da falta de uma orientação lexicográfica em seu processo de elaboração. Precisamos, então, agir com cautela e honestidade, tentando buscar soluções que respeitem ao máximo as ideias do autor, sem prejuízo das informações que daremos aos usuários do Tesouro. Foi justamente essa nossa proposta.

Incluir essa obra no *corpus* informatizado do Tesouro tem uma dupla finalidade: torná-la acessível a um público bem mais amplo, que nela poderá encontrar os fios/palavras com que tecemos nossos saberes, nossa história, e contribuir para preservar a memória e o patrimônio que nos une – galegos, portugueses e brasileiros.

Discutir acerca de lematização, da classe gramatical das palavras, de sua classificação semântica ganha um novo sentido quando pensamos nas palavras de José de Almada Negreiros, em sua obra *A Invenção do Dia Claro*, no trecho em que ele afirma que “Cada palavra é um pedaço do universo. Um pedaço que faz falta ao universo. Todas as palavras formam o Universo” (Almada Negreiros 1993: 20). Que são as palavras senão um elo entre a língua, a história e a cultura!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMADA NEGREIROS, José (1993): *A invenção do dia claro*. Sintra: Colares Editora.
- ÁLVAREZ, Rosario (coord.): *Tesouro do léxico patrimonial galego e português*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. <http://ilg.usc.es/Tesouro> [28/01/2016].
- ANTUNES, Irandé (2012): *Território das palavras: estudo do léxico em sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial.
- ARAÚJO RAMOS, Conceição de Maria *et al.* (2015): *Dicionário crítico da obra de Domingos Vieira Filho*. São Luís: EDUFMA.
- CARDEIRA, Esperança (2006): *O essencial sobre a história do português*. Lisboa: Editorial Caminho.
- VIEIRA FILHO, Domingos (1979³): *A linguagem popular do Maranhão*. São Luís.

Desafios do desenvolvimento do ALiBWeb: um sistema web para o Projeto ALiB

Daniela Barreiro Claro

Universidade Federal da Bahia
dclaro@ufba.br

Ana Regina Silva Telles

Universidade Federal da Bahia
email@ufba.br

Silvana Soares Costa Ribeiro

Universidade Federal da Bahia
email@ufba.br

Developmental Challenges of ALiBWeb: a Web System for the *ALiB* Project

Resumo

O Projeto *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)* abarca registros sonoros de fala de 1.100 informantes com cerca de 3 horas de duração cada um deles, distribuídos em 250 localidades brasileiras. Neste sentido, o desenvolvimento de um Sistema Web, doravante denominado de ALiBWeb, foi proposto com o intuito de gerenciar as informações obtidas fisicamente nas localidades por meio dos inquéritos realizados. O desenvolvimento do ALiBWeb requereu uma análise e modelagem de um Banco de Dados. Uma vez concluído o desenvolvimento do Banco de Dados do ALiBWeb, foi proposto o desenvolvimento do ALiBWeb para Internet. Devido à grande utilização da Internet como meio de comunicação, o ALiBWeb deveria ser acessível pela grande rede por envolver diversas Universidades e principalmente por ter potencial para ser utilizado nacionalmente e internacionalmente. Em se tratando de trabalhos futuros, pretende-se desenvolver o módulo das cartas linguísticas e do mapa falante com o intuito de melhor socializar as informações adquiridas ao longo dos anos. Assim, este trabalho propõe apresentar os desafios do desenvolvimento do ALiBWeb, incluindo aspectos referentes à caracterização do Sistema e do Banco de Dados, à implementação das ferramentas e às tecnologias utilizadas durante o seu desenvolvimento.

Palavras-chave

Atlas Linguístico do Brasil, desafios, cartas linguísticas, banco de dados, sistema Web

Sumário

1. Introdução. 2. O Banco de Dados do ALiBWeb. 2.1. MER do ALiBWeb. 2.2. SGBD do ALiBWeb. 3. O Sistema ALiBWeb. 4. Desafios do Desenvolvimento. 5. Trabalhos Futuros. 6. Conclusões.

Abstract

The *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)* Project includes sound recordings of speech from 1,100 informants distributed over 250 locations in Brazil, and is approximately 3 hours long in duration. In this sense, the development of a Web system, hereinafter called ALiBWeb, has been proposed in order to manage the information obtained physically in each location by ALiB members. The development of ALiBWeb requires the analysis and modelling of a database. Once the development of ALiBWeb Database was completed, the ALiBWeb system was proposed. Due to the wide use of the Internet as a means of communication, ALiBWeb should be accessible by large network because it involves various universities, and especially because it may have the potential to be used nationally and internationally. In terms of future work, we intend to develop the linguistic map module and speaker map with the aim of better socialising all information acquired over the years. This study proposes to present development challenges of ALiBWeb, including aspects relating to the characterisation of the system and the database, and the implementation of the tools and technologies used during its development.

Keywords

Atlas Linguístico do Brasil, challenges, linguistic maps, databases, Web Systems

Contents

1. Introduction. 2. The database of ALiBWeb. 2.1. Relational Entity Model of ALiBWeb. 2.2. RDBM of ALiBWeb. 3. The software of ALiBWeb. 4. Developmental Challenges. 5. Future Work. 6. Conclusions.

1. Introdução

O Projeto *Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB)* abarca registros sonoros de fala de 1.100 informantes com cerca de 3 horas de duração cada um deles, distribuídos em 250 localidades brasileiras, pressupõe um tratamento eficiente dos dados obtidos que a transcrição apenas não pode alcançar. Neste sentido, o desenvolvimento de um Sistema Web, doravante denominado de ALiBWeb, foi proposto com o intuito de gerenciar as informações obtidas fisicamente nas localidades por meio dos inquéritos realizados. Este gerenciamento contempla o cadastro dos inquéritos, as transcrições (grafemáticas e fonéticas), as revisões realizadas, as consultas e os relatórios, incluindo as cartas lingüísticas e o mapa falante. O desenvolvimento do ALiBWeb requereu uma análise e modelagem de um Banco de Dados. A principal preocupação no desenvolvimento deste Banco de Dados foi referente ao atendimento por completo do gerenciamento dos inquéritos realizados em campo e ao potencial crescimento do *ALiB*, contemplando novas localidades e novos informantes.

Uma vez concluído o desenvolvimento do Banco de Dados do ALiBWeb, foi proposto o desenvolvimento do ALiBWeb para Internet. Devido à grande utilização da Internet como meio de comunicação, o ALiBWeb deveria ser acessível pela grande rede por envolver diversas Universidades e principalmente por ter potencial para ser utilizado nacionalmente e internacionalmente. Neste sentido, a utilização da linguagem Java para Internet através de *frameworks*, tais como JSF (*Java Server Faces*), *Hibernate*, *iReport* foram essenciais para o desenvolvimento e socialização do ALiBWeb. Em relação à transcrição fonética, foi realizado um estudo de viabilidade para incorporação de um teclado virtual e utilização de uma fonte fonética *Unicode* que pudesse ser compreensível na Internet, independente do *browser* ou de tecnologia utilizada. Para tal, a fonte *Doulos Sil* foi utilizada no desenvolvimento do ALiBWeb e conseqüentemente será incorporada nas cartas geolingüísticas e mapas falantes. Em se tratando de trabalhos futuros, pretende-se desenvolver o módulo das cartas lingüísticas e do mapa falante com o intuito de melhor socializar as informações adquiridas ao longo dos anos.

Assim, este trabalho propõe apresentar os desafios do desenvolvimento do ALiBWeb, incluindo aspectos referentes à caracterização do Sistema e do Banco de Dados, à implementação das ferramentas estabelecidas e às tecnologias utilizadas durante o seu desenvolvimento.

O presente artigo está organizado em seções como segue: a seção 2 descreve o Banco de Dados do ALiBWeb; a seção 3 apresenta o desenvolvimento do Sistema ALiBWeb; a seção 4 apresenta os desafios do desenvolvimento, a seção 5 discute os trabalhos futuros e a seção 6 apresenta as conclusões.

2. O Banco de dados do ALiBWeb

O desenvolvimento de um sistema para gerenciar os dados coletados no Projeto *ALiB* requereu uma análise minuciosa dos dados com o intuito de modelar um Banco de Dados que atendesse às solicitações atuais e possivelmente contemplasse as informações que viriam a ser cadastradas. O desenvolvimento do Banco de Dados ocorreu em três macro etapas: a primeira etapa foi responsável pela análise dos requisitos e consequentemente a modelagem do MER (Modelo de Entidades e Relacionamentos). A segunda etapa foi a definição de qual SGBD (Sistema Gerenciador de Banco de Dados) seria utilizado. E a terceira etapa foi a criação e a população do Banco de Dados.

2.1. MER do ALiBWeb

O MER do ALiBWeb é responsável por definir as entidades e relacionamentos de acordo com o requisito do projeto. O MER possui 30 entidades. Dentre as principais entidades, destacam-se o Inquirido e o Informante. A Figura 1 apresenta o MER do ALiBWeb contemplando somente as principais entidades e os relacionamentos.

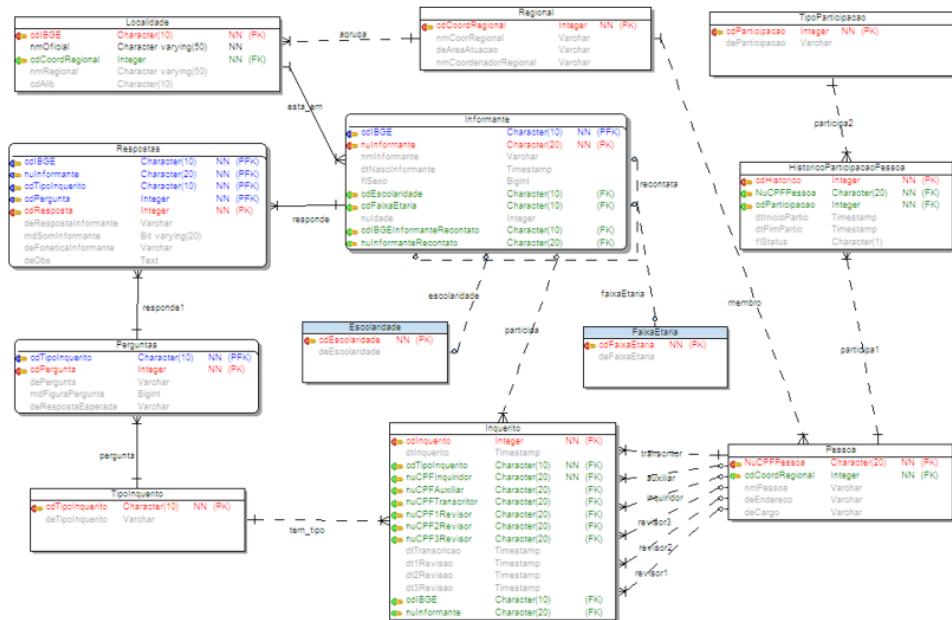


FIGURA 1. MER DO ALIBWEB

2.2. SGBD do ALiBWeb

A escolha do Sistema Gerenciador de Banco de Dados do ALiBWeb requereu uma análise cuidadosa dos tipos de dados que seriam armazenados e da quantidade de dados a ser armazenada neste repositório. Os tipos de dados que o Projeto ALiB gerencia correspondem aos dados semi-estruturados. Estes dados semi-estruturados contemplam textos, áudios e imagens. Por se tratar de 250 localidades, onde cada localidade gera os três tipos de dados distintos, a massa de dados produzida demanda um SGBD robusto e consistente. Além do mais, de posse destes dados, serão geradas as cartas geolinguísticas, as quais serão dotadas de áudios nas diversas localidades gerando os mapas falantes. Além disso, por se tratar de um desenvolvimento por uma Universidade Federal, os custos com licenças de softwares devem ser mínimos, a fim de que o projeto possa ser mantido. Assim, de posse destas informações, o SGBD designado para persistir as informações do Projeto ALiB foi o PostgreSQL.

O *PostgreSQL* é um SGBD (Sistema Gerenciador de Banco de Dados) objeto-relacional de código aberto, robusto e confiável, além de ser flexível e rico em recursos, tais como dados geográficos (The PostgreSQL Group: 2013).

3. O Sistema ALiBWeb

O sistema ALiBWeb iniciou o seu desenvolvimento em 2010 com o apoio de um projeto do CNPQ e da STI (Superintendência de Tecnologia da Informação) da UFBA. Primeiramente diversas reuniões foram realizadas com a STI da UFBA com o intuito de melhor subsidiar o desenvolvimento do sistema. Em função da participação da STI no projeto e da alta credibilidade na área, o Sistema ALiBWeb foi desenvolvido tendo como infraestrutura o *framework* da UFBA. A arquitetura do ALiBWeb é baseada em um padrão de projeto denominado MVC (*Model View Control*) (Hall / Brown / Chaikin 2007), que permite a separação entre a visualização e as regras de negócio. A Figura 2 apresenta a arquitetura da ferramenta com o modelo de três camadas e os seus módulos.

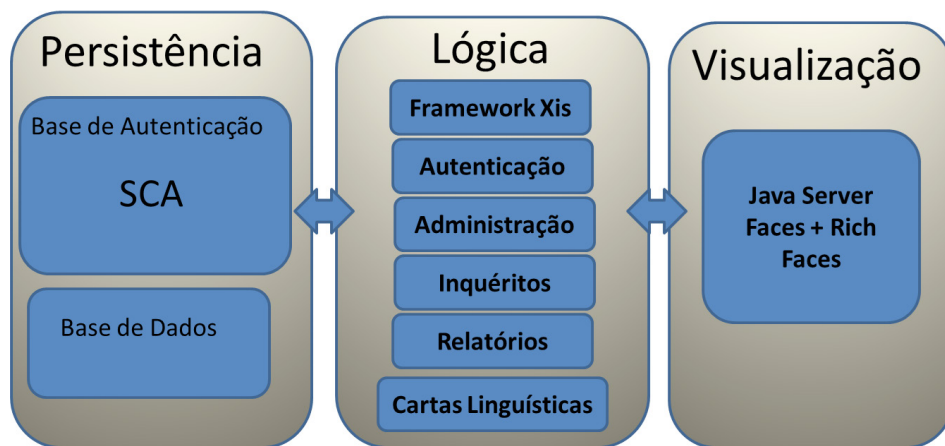


FIGURA 2. ARQUITETURA MVC (JESUS ET AL. 2013)

Na camada de visualização, há as páginas HTML com JSF (Geary / Horstmann 2010) e *Rich Faces* (Katz / Shaikovsky 2008) realizando toda a interação com o usuário final. Na camada lógica estão descritas as regras de negócio da aplicação de forma estruturada facilitando a compreensão e a manutenção do sistema, dividido em módulos como, por exemplo, o administrativo que é acessado apenas pelo perfil de administrador e possibilita o usuário a realizar os cadastros estruturais para o funcionamento da regra de negócio. Nesta camada, há a utilização do *framework* da UFBA que é um *framework* para o desenvolvimento de aplicações dentro desta Universidade. A camada de persistência foi dividida em módulos e foi utilizado o *framework* *Hibernate* (Bauer / King 2006) e o *PostgreSQL* 8.4 (The PostgreSQL Group 2013) com *PostGis* para mapear os dados das pesquisas com as localidades para construção do mapa linguístico. Na parte gerencial utilizou-se o *Ireport* (Toffoli 2007) para geração dos relatórios.

Uma vez que a ferramenta está hospedada na UFBA, a autenticação da aplicação foi definida junto ao sistema de acesso desta Universidade, denominado SCA (Sistema de Controle de Acesso). A autenticação e autorização foram definidas para os perfis básicos do Projeto *ALiB*, tais como inquiridor, auxiliar, transcritor e revisor. Estas políticas foram definidas para uso interno do sistema. A Figura 3 traz um exemplo de autenticação de usuário. Observa-se o local onde o usuário autenticado é identificado, visualizando assim as opções correspondentes no menu em destaque de acordo com a autorização recebida.

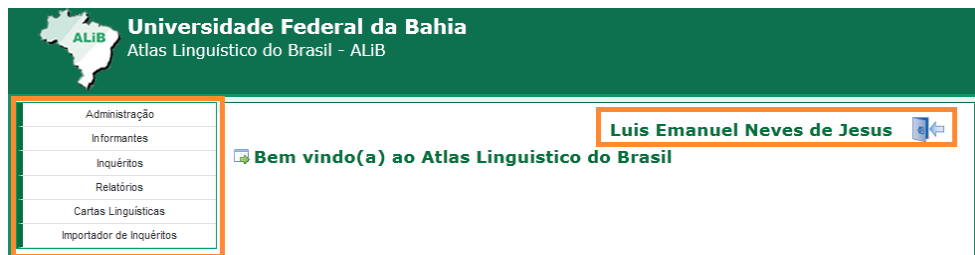


FIGURA 3. TELA INICIAL COM USUÁRIO AUTENTICADO E MENU AUTORIZADO EM DESTAQUE (JESUS *ET AL.* 2013)

4. Desafios no desenvolvimento

Diversos desafios surgiram ao longo do processo de desenvolvimento do ALiBWeb, dentre os quais destacam-se: a modelagem dos dados, a quantidade dos dados, uso de uma fonte *Unicode*, teclado virtual, busca fonética, cartas geolinguísticas e os mapas falantes.

A modelagem e a quantidade dos dados foram os primeiros desafios encontrados no desenvolvimento do ALiBWeb. A modelagem requereu muitas reuniões com os especialistas em Linguística da UFBA além de discussões e desenvolvimento de protótipos que culminaram na validação do modelo e conseqüentemente na aprovação do MER desenvolvido. A massa de dados do Projeto *ALiB* é composta de diversos tipos de dados, conforme descritos na seção 2. Neste sentido, um dos principais desafios foi mensurar o SGBD adequado às necessidades do projeto.

Um desafio importante referente ao projeto foi em relação ao uso de uma fonte *Unicode*. A fonte utilizada pelo projeto *ALiB* nas transcrições dos inquéritos era a *Sil Doulos*. Uma análise minuciosa da fonte *Sil Doulos* (utilizada quando a transcrição era feita em documentos *Word*) (SIL Software Catalog 2013) foi realizada com o intuito de avaliar a sua utilização para permitir pesquisas fonéticas nos inquéritos. Foi constatado que a fonte *Sil Doulos* não é *Unicode*, ou seja, não tem uma identificação universal, impossibilitando assim o real armazenamento em um SGBD, e conseqüentemente dificultando a pesquisa por transcrição fonética nos questionários. Diversas soluções foram propostas mapeando os fones a códigos específicos, porém isso dificulta a utilização e a manipulação, principalmente em se tratando de um *Web browser* para visualização do sistema. Assim, o sistema ALiBWeb utiliza a fonte *Doulos Sil* (SIL Software Catalog 2013), proposta e mantida pelos desenvolvedores da *Sil Doulos*, tendo como principal diferencial ser *Unicode*, ou seja, a própria fonte pode ser inserida em um SGBD. Neste intuito, o sistema ALiBWeb incorporou um

teclado virtual com a fonte *Doulos Sil* para facilitar a inserção dos símbolos fonéticos associados aos fones, conforme Figura 4.



FIGURA 4. TECLADO VIRTUAL COM *DOULOS SIL* (JESUS ET AL. 2013)

Com isso, as cartas linguísticas e os mapas falantes são entendíveis por diversos clientes, tais como computadores desktops, web browsers, dispositivos móveis etc.

5. Trabalhos Futuros

A incorporação do *PostGIS* (módulo extensível do *PostgreSQL*) permite o uso de dados geográficos no Banco de Dados do ALiBWeb. Através desta extensão, é possível gerar automaticamente as cartas geolinguísticas com o intuito de melhor transcrever as informações obtidas em campo e assim fornecer uma visão contextualizada da língua do Brasil.

O módulo de geração automático das cartas linguísticas e dos mapas falantes visa oferecer aos usuários do sistema ALiBWeb a representação das informações através de mapas, permitindo a identificação geográfica dos aspectos linguísticos pesquisados. As cartas linguísticas podem ser obtidas através das consultas aos dados fonéticos, semânticos e sintáticos, fornecendo assim várias possibilidades de produzi-las. Além destes aspectos, os áudios referentes às palavras cortadas dentro dos questionários poderão ser acessados dentro destas cartas linguísticas, sendo assim denominado de Mapa Falante. A busca fonética também poderá ampliar a utilização dos fones dentro das cartas linguísticas.

6. Conclusões

O presente trabalho teve como principal objetivo descrever os desafios que foram adquiridos ao longo do desenvolvimento do ALiBWeb. Por se tratar de um projeto de grandes dimensões e dados, torna-se essencial compartilhar os desafios enfrentados com o intuito de minimizar o desenvolvimento de novos Sistemas e Banco de Dados nesta linha de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUER, Chistian / Gavin KING (2006): *Java Persistence with Hibernate*. Revised edition of *Hibernate in action*. Greenwich, CT: Manning Publications.
- CARDOSO, Suzana (2009): “Projeto Atlas Linguístico Do Brasil - Projeto ALiB: Descrição e Estágio Atual”, *Revista da ABRALIN*, vol. 8 (1), 185-198.
- GEARY, David / Cay HORSTMANN (2010³): *Core JavaServer Faces*. New Jersey: Prentice Hall.
- THE POSTGRESQL GROUP (2013): *PostgreSQL*. <http://www.postgresql.org/> [29/01/2016].
- JESUS, Luis Emanuel *et al.* (2013): “ALiBWeb: *Atlas Linguístico do Brasil*”, em Escola Regional de Computação Bahia, Alagoas e Sergipe (ERBASE), *Anais da XIII ERBASE do WTICG (Workshop de Trabalhos de Iniciação Científica e Graduação)*. Aracaju: UFS.
- HALL, Marty / Larry BROWN / Yaakov CHAIKIN (2007²): *Core Servlets and Javasever Pages: Advanced Technologies*. New Jersey: Prentice Hall.
- KATZ, Max / Ilya SHAIKOVSKY (2008): *Practical RichFaces*. Apress.
- SIL SOFTWARE CATALOG (2013): *Doulos Sil Font*. http://www-01.sil.org/computing/catalog/show_software.asp?id=91 [29/01/2016].
- TOFFOLI, Giulio (2007): *The Definitive Guide to iReport*. New York: Apress.

O debate de Estevan da Guarda e Josep. Análise estrutural e léxica

Déborah González

Universidade de Santiago de Compostela
deborah.gonzalez@usc.es

The Debate Between Estevan da Guarda and Josep. Structural and Vocabulary Analysis

Resumo

O obxectivo principal do traballo que se presenta é a análise e esclarecemento dunha serie de dificultades que tradicionalmente teñen obstaculizado tanto a edición como o estudo do texto da tenzón *Vós, don Josep, venho eu preguntar* (B1315-V920), entre o trobador portugués Estevan da Guarda e un case descoñecido Josep. Este texto de esencia satírica, transmitido polo *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* (B) e polo *Cancioneiro da Vaticana* (V), ten sido observado como incompleto e de difícil interpretación, isto último debido principalmente ao emprego recorrente de léxico moi pouco frecuente no xénero lírico, que remite sobre todo ao ámbito fiscal. En primeiro lugar, examinaremos con detalle a estrutura do diálogo, tarefa esencial para avaliar a hipótese máis estendida da omisión dunha estrofa na copia deste diálogo nos apógrafos de factura italiana B e V. A continuación, atenderemos ao vocabulario da tenzón para, na medida do posible, tratar de esclarecer o sentido da composición.

Palabras chave

Lírica medieval galego-portuguesa, cantigas de escarnio, tenzón, Estevan da Guarda, vocabulario trobadoresco, xudeus na Idade Media

Sumario

1. Presentación da problemática. 2. Primeira cuestión: a estrutura do diálogo. 3. Segunda cuestión: comprensión do vocabulario.

Abstract

The aim of this paper is to analyse and highlight some difficulties that have traditionally obstructed the publication and study of *Vós, don Josep, venho eu preguntar* (B1315-V920), a debate between the Portuguese troubadour Estevan da Guarda and Josep. This satirical text features in the *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* (B) and the *Cancioneiro da Vaticana* (V). It has been observed as incomplete and difficult in terms of its interpretation, due to a recurrent use of very uncommon vocabulary in Galician-Portuguese lyrical poetry.

Firstly, the dialogue structure will be examined in detail as an essential task to assess the most extended hypothesis where a strophe was omitted in the copy of this dialogue in B and V. Following this, vocabulary in the debate will be assessed in order to clarify the sense of the composition.

Keywords

Galician-Portuguese medieval lyric, *cantigas de escarnio*, *cantigas de tenzón*, Estevan da Guarda, troubadour vocabulary, Jews in the Middle Ages

Contents

1. Introduction. 2. First subject: structure of the dialogue. 3. Second subject: comprehension of the vocabulary.

1. Presentación da problemática

Calquera mal, vicio ou defecto pode ser orixe de denuncia ou vilipendio no cancionero satírico galego-portugués, que pode entenderse conformado tanto por cantigas de escarnio e maldicir de confección individual como por aquelas cantigas dialogadas por dous trobadores que se caracterizan pola intención e esencia satírica¹. A miúdo a pluralidade temática destes textos pode comportar a incorporación de expresións algo máis variadas que as que normalmente se rexistran nas composicións de temática amorosa, relativamente máis condicionadas e suxeitas ao uso de metáforas e fórmulas topificadas². Non obstante, non é infrecuente que tal diversidade temática e expresiva chegue a obstaculizar ou dificultar a tarefa ecdótica e o estudo (tanto lingüístico como literario) de tales textos; así acontece no caso da cantiga dialogada *Vós, don Josep, venho eu preguntar*, entre Estevan da Guarda e Josep. Nas páxinas que seguen analizaremos dúas cuestións principais que ao noso ver pesaron negativamente tanto na edición como na comprensión deste texto, co obxectivo fundamental de chamar a atención sobre estes problemas, contribuír ao estudo deste debate galego-portugués e, dalgunha maneira, poder colaborar nunha máis satisfactoria fixación textual e unha mellor comprensión do texto en estudo³.

A tenzón *Vós, don Josep, venho eu preguntar* aparece copiada no *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* de Portugal (cod. 10991), *B*, correspondendo a *B1315* (f. 281r col. b, f. 281v, col. a-b), e no *Cancioneiro da Vaticana* (Vat.Lat. 4803), *V*, identificándose como o texto *V920* (f. 145r col. b, 145v, col. a). En ambos os apógrafos, o debate forma parte dunha serie atribuída a Estevan da Guarda, que é o que toma a iniciati-

¹ Para máis información sobre as cantigas de escarnio, así como para os campos sémicos que o particularizan, consúltese o traballo de Tavani (1986: 171-198 e 199-207), Lanciani / Tavani (1995), e tamén para o caso das tenzóns pode verse Gonçalves (1993), González (2016) e Lanciani (1995).

² Como explican Lanciani e Tavani: “Alén da distinta organización do texto e dunha intervención máis nítida da función narrativa, a cantiga de escarnio e de maldicir está a ser definida –á par da cantiga de amor e da cantiga de amigo– pola coincidencia e pola interacción, no interior do mesmo espazo textual, dun certo número de campos semánticos –ou sexa, de series lexicais particulares–, sexa específicos do xénero e daquela xa marcados pola burla, sexa inducidos polos outros xéneros, e sen embargo suxeitos aquí a alteracións do espazo significativo provocadas pola nova co-textualidade, e expostos ás conseguintes distorsións do valor orixinal. Tales alteracións e distorsións están determinadas non só pola aproximación entre campos semánticos específicos e non específicos, senón tamén pola acción dunha especie de “indicador de xénero” que actúa sobre os campos semánticos non específicos, desbordándoos fóra da súa medida e caracterizándoos así irónicamente, ou contaminando a súa densidade mediante enxertos deformantes” (Lanciani / Tavani 1995: 50-51).

³ Non presentaremos aquí unha edición crítica deste texto –xa que, en vista dos numerosos problemas que o atinxen, para efectuar un tratamento rigoroso, precisaríase dunha extensa anotación que excedería notablemente os límites fixados para esta contribución–; non obstante, esta é unha tarefa estimulante e ineludible que agardamos levar a cabo e presentar noutra ocasión futura, xa que nos encontramos traballando na edición crítica do corpus completo das tenzóns galego-portuguesas.

va no diálogo. Seguindo as indicacións de A. Resende de Oliveira (1994: 329-330) sobre a traxectoria biográfica deste trobador, debeu nacer aproximadamente en 1280, sería natural da Guarda (Portugal) ou pertencería a unha familia con este apelido. En 1299 aparece como escriba rexio na corte do rei don Dinis, gañando protagonismo sobre todo a partir de 1314, cando o seu nome substitúe ao do monarca en parte da documentación. Coa subida ao trono de Alfonso IV, a presenza de Estevan da Guarda na corte portuguesa tórnase máis esporádica. Segundo o citado historiador, a morte deste trobador debeu ter lugar despois de 1362 e antes de abril de 1364. A súa actividade puido iniciarse a finais do século XIII ou principios do século XIV, na corte de don Dinis, aínda que:

a actividade poética e musical deste autor foi na verdade mais constante entre 1325 e os meados do século, altura em que o seu afastamento da corte é notório se o compararmos com o prestígio que nela alcançara no tempo de D. Denis. Nestas circunstâncias, esta cronologia justificará não somente o maior pendor satírico de Estevan da Guarda mas também o facto de ele o ter investido, pelo menos parcialmente, contra a própria corte, ora escarnecendo dos privados régios ou de outros nobres com assento na mesma, ora da chusma de juristas e outros dependentes a ela directa ou indirectamente ligados. Uma situação partilhada, em parte, com o conde D. Pedro, também ele um tanto agastado com a crescente burocratização da corte régia e com o reforço do poder monárquico que lhe estava subjacente (Oliveira 1993: 246).

Fronte aos distintos datos que se coñecen do cortesán Estevan da Guarda, hai un descoñecemento notablemente superior respecto do seu interlocutor na tenzón. O personaxe nomeado no diálogo como don Josep é un autor non ben identificado e a súa produción nos cancioneiros galego-portugueses parece estar limitada á súa intervención neste diálogo, único testemuño do que poden tirarse algúns indicios biográficos. Malia as dúbidas que poidan atinxir a esta figura, poden tirarse algúns datos de interese sobre a súa persoa a partir da súa participación na tenzón e da temática da controversia que esta composición desenvolve; así, en palabras de M. L. Indini:

Prova-se a pertença ao período e aos ambientes administrativos dionisinos pelos documentos que traçam a biografía do seu ilustre antagonista; tal como podemos ter a certeza, em relação à sua etnia, graças ao próprio Estevan, que, no exórdio da tenção, o apresenta como inserido na actividade fiscal. Acusado de favorecimento em relação a um certo Dom Foan, outro judeu, Josep defende-se com energia, protestando também contra uma análoga acusação de evasão fiscal que lhe foi feita anteriormente por um detractor desconhecido; Estevan acaba por defender o acusado Josep e atacar o anónimo acusador (Indini 1993: 366).

Como sinalou A. Resende de Oliveira (1994: 376-377), o nome *Josep* foi altamente frecuente no medio xudaico do Portugal medieval e a tarefa da identificación

deste personaxe tamén se ve entorpecida pola ausencia dun patronímico ou sobrenome nas apelacións que se reproducen no encabezamento de varias estrofas do debate, condición que se reitera noutras tenzóns galego-portuguesas (e tamén da escola occitana) e que non sempre está exenta de problemática, como fixo notar o mestre Tavani⁴. Pola súa parte, a profesora G. Lanciani (2010: 362) suxeriu que a natureza deste interlocutor fose ficticia, hipótese que nos conduciría a considerar que esta fose creación exclusiva de Estevan da Guarda, feita *ex professo* en forma de debate para dirixir unha crítica contra o grupo de xudeus recadadores de impostos. Non obstante, desde o noso punto de vista, non vemos indicios suficientes para asumir sen dúbidas tal hipótese, xa que o feito de non termos máis detalles sobre a participación dun individuo coñecido por este nome no movemento trobadoresco non nos inclina a negar a posibilidade da súa existencia.

Sexa como for, a partir da información manexada para Estevan da Guarda, estamos en disposición de conxecturar que a confección desta tenzón puido ter lugar na etapa final do movemento trobadoresco en terras portuguesas.

A maior parte dos editores deste texto⁵ recoñeceron dificultades de distinta índole e calibre que afectaban o seu estudo e edición, puidendo tomarse como síntese ilustrativa as declaracións de W. Pagani, responsable dunha edición crítica da obra de Estevan da Guarda:

Il testo della *cantiga* è nei due codici piuttosto lacunoso e pasticciato; ne deriva una lettura particolarmente difficoltosa; difficoltà aggravata dalla sicura mancanza di una strofa (le strofe IV e V sono pronunciate entrambe dallo stesso interlocutore e fra l'una e l'altra c'è un salto tematico che divide in due parti la composizione) e dalla presenza di particolari tecnici fiscali di significato poco chiaro che rendono piuttosto precario il nesso logico fra le strofe e molto dubbio il senso della *cantiga* (Pagani 1971: 132).

⁴ “È ben noto che la struttura dialogica, in ambito trobadorico e nelle aree affini (tenzone e *partimen*), prevede che gli interlocutori si interpellino per nome all'inizio delle strofe con cui alternativamente intervengono nel dibattito: tale uso, che costituisce una costante del genere (estesa in ambito occitanico allo scambio di cobbole), consente l'attribuzione sicura —o quasi sicura— di ciascun testo, anche in assenza di rubriche attributive, e con un tasso di affidabilità indubbiamente superiore a quello proposto dalle titolazioni d'amanuense. È non meno noto che un margine di ambiguità permane anche quando i dialoganti si interpellano per nome, in quanto accade che talvolta l'appellativo usato sia incompleto, comprenda cioè solo il nome, o nome e patronimico, con conseguente incertezza —nel caso, non infrequente nella lirica galego-portoghese, ma neppure troppo raro in quella occitanica, di omonimie parziali— per l'esatta identificazione dell'interpellato. Quando nella tenzone provenzale P.-C. 201,4b=282,12a un Lanfranc (probabilmente Lanfranc Cigala) si rivolge all'altro poeta chiamandolo semplicemente «Guillem», potremo supporre che il designato sia Guillem de Montanhagol, ma non potremo provarlo; e se i dialoganti usano nomi ancora più diffusi (come Bernart e Bertran, P.-C. 52,2=75,2), l'impresa di identificarli risulta notevolmente più ardua.” (Tavani 2000: 141).

⁵ Editaron esta tenzón: Braga (1878: 172), Machado (1949-1964: VI, 41-42), Pagani (1971: 131-133), Lapa (1995: 95-96), Silva (1993: 109, 205-208), Lopes (2002: 522-523), *CMGP*

Opiniões semellantes encóntranse nas edicións de Lapa⁶ e de Lopes⁷, que indicidiron así mesmo na escuridade derivada do uso de tecnicismos e no estado deturpado do texto, xulgando que se omitira unha estrofa con plena seguridade. Porén, ao noso ver, esta última apreciación só foi resolta máis satisfactoriamente por M. A. Ferreira da Silva (1993), como será exposto.

Estes son os problemas aos atenderemos a continuación: primeiro, analizaremos a estrutura do debate, necesariamente tendo presente cal é a estrutura habitual da tenzón na escola galego-portuguesa; nun segundo momento, examinaremos o vocabulario do texto, sobre todo aquel relativo aos ámbitos fiscal e hebraico. O exame destes dous factores poderá colaborar, na medida do posible, no futuro esclarecemento do sentido da sátira e na fixación dun texto crítico plausible.

2. Primeira cuestión: a estrutura do diálogo

Segundo a hipótese manexada por autores anteriores, teríase omitido unha cobra na transmisión do texto (e dado que esta omisión é común a ambos apógrafos, pensaríase que se incorreu no erro nalgún dos estadios anteriores á elaboración dos apógrafos quíñentistas, *B* e *V*, contemplándose xa no seu antecedente). Na valoración, gózase do beneficio –ao noso ver, pouco aproveitado pola maior parte dos editores– de estarmos ante unha tenzón, para a cal se poden apreciar determinadas particularidades estruturais que, de telas presentes, poderán botar algunha luz neste problema concreto.

Na poética medieval galego-portuguesa coñecida como *Arte de Trovar*, que se caracteriza por chegar a nós nun estado fragmentario e anónimo, ofrécese a seguinte explicación descritiva da tenzón:

Outras cantigas fazem os trobadores que cham<am> tenções, porque son feitas per maneiras de razom que um haja contra outro, en que e<l> diga aquilo que por bem tever na prim<eir>a cobra, e o outro responda-lhe na outra dizend<o> o contraio.

Estas se podem fazer d'amor ou d'amigo ou d'escarnho ou de maldizer, pero que devem de ser de me<stria>. E destas poden fazer quantas cobras quiserem, fazendo <por> cada ùa a sua par. Se i ouver d'aver finda, faze<m> ambos senhas, ou duas duas, ca nom convem de fazer cada um mais cobras nen mais findas que o outr<o> (Tavani 1999: 43).

⁶ “O texto ofrece dificultades, por andar deturpado e apresentar algumas expressões técnicas ainda não bem definidas” (Lapa 1995: 95).

⁷ “Além de estar incompleta (falta-lhe a quinta estrofe, correspondente a uma resposta, que seria elucidativa, de Estêvão da Guarda), e das restantes estrofes serem de leitura difícil nos mss., esta composição aborda um tema de tal forma técnico que, em muitos passos, o seu sentido não é hoje muito claro para nós” (Lopes 2002: 522).

Segundo se desprende do treito reproducido na poética, as tenzóns son cantigas de mestría en que os trobadores debaten alternando as súas voces en quendas estróficas. Ademais, hai liberdade na extensión do diálogo (isto é, o número de estrofas non é predeterminado), pero advírtese que había paridade nas intervencións de cada un dos autores do diálogo (tanto respecto das cobras como no número de findas), concluindo cun dilucidativo “ca nom convem de fazer cada um mais cobras nen mais findas que o outr<o>” (Tavani 1999: 43).

Esta información que se dispón na *Arte de Trovar* encontra reflexo, en moi boa medida, coa estrutura maioritaria que desenvolven os debates conservados, a excepción de poucas pezas en que é posible conxecturar unha omisión textual na súa transmisión manuscrita (sobre esta cuestión pode consultarse González 2012). No caso que aquí nos ocupa, obsérvase que, segundo se transmite na copia de *B* e *V*, a tenzón está iniciada por Estevan da Guarda, que toma a palabra nas cobras I, III e VI, e este obtén réplica por parte de Josep nas cobras II, IV e V. Desta simple observación despréndense varias premisas a ter en conta: en primeiro lugar, vemos que a composición consta de seis cobras, con tres intervencións para cada un dos interlocutores, e polo tanto o texto chegado a nós obedece e cumpre satisfactoriamente co precepto sobre o equilibrio no número de interaccións recollido polos tratados de poética trobadoresca, como é o caso da xa citada *Arte de Trovar*, onde se reconece explicitamente a inconveniencia da imparidade de quendas estróficas nos debates. Non obstante, por outra parte, é obvio que existe un problema na sucesión das voces dos dous autores: por ser aquel que toma a iniciativa do debate, Estevan da Guarda debería tomar partido sempre nas cobras impares e Josep nas cobras pares, pero, en lugar disto, Estevan da Guarda abre e pecha a composición (cobras I e VI na copia dos manuscritos) e esta irregularidade acompáñase doutra: a voz de Josep sucédese nas cobras IV e V da copia dos apógrafos. Esta consecución nas estrofas atribuíbles a Josep foi advertida por editores anteriores e, coa vontade de darlle unha solución a esta evidente anomalía, a maior parte considerou que se omitira unha intervención de Estevan da Guarda, a modo de quinta estrofa intercalada entre as cobras IV e V que se len nos manuscritos. Porén, desde o noso punto de vista, esta hipótese non resulta plausible nin conveniente, xa que se se teñen en conta –e necesariamente deben de terse en conta– os aspectos formais e retóricos desta cantiga derivados da súa condición de tenzón, percibirase que: por unha banda, a conxectura da fragmentariedade do texto por falta dunha quinta estrofa implicaría que Estevan da Guarda participase en catro ocasións (nas cobras impares: I, III, V e VII) e Josep en tres (nas cobras pares: II, IV e VI), comportando unha perturbación dificilmente xustificable no número de estrofas atribuíbles a cada autor, xa que lle adxudicaría ao primeiro o beneficio dunha cobra máis; ademais, e en relación ao que acabamos de expoñer, a hipótese non permite resolver o problema consistente en que Estevan da Guarda é aquel que inicia e pecha o debate (xa que ningún editor suxeriu a pouco económica –e para o caso concreto

nada convincente— explicación da omisión dunha cobra central da autoría de Estevan da Guarda complementada doutra falta na parte final que fose de don Josep, de tal maneira que o diálogo ficase en total —e hipotético— reequilibrio tanto na sucesión das voces como no número de intervencións).

Aínda existe outro factor de orde rimático-estrutural que ha de terse presente no estudo deste texto, xa adiantado por Â. Correia (1995). As cobras da tenzón están constituídas por sete versos decasílabos e reproducen a fórmula de rimas *abbacca*, seguindo o modelo das cobras doblas, artificio baseado en que as estrofas se relacionan por pares máis estreitamente grazas á reutilización das rimas (no caso das tenzóns o recurso das rimas doblas foi de emprego altamente frecuente, probablemente porque esta técnica permitía estreitar os vínculos entre as quendas correspondentes a pregunta e resposta, ou ataque e contraataque). A lectura deste texto que apoiamos, reproduce o seguinte esquema:

	a	b	b	a	c	c	a
I-II	ar	ores	ores	ar	eu	eu	ar
III-IV	on	ado	ado	on	or	or	on
V-VI	iz	ada	ada	iz	ado	ado	iz

TÁBOA 1. ESQUEMA ESTRUTURAL DE *VÓS, DON JOSEP, VENHO EU PREGUNTAR*

O uso do procedemento das cobras doblas neste texto é de grande utilidade na avaliación da cuestión que nos ocupa, porque grazas a el obsérvase que as seis estrofas transmitidas polos manuscritos están asociadas por pares por medio da rima. De tal modo, tamén por esta razón, xulgamos inoportuna a hipótese dunha estrofa omitida entre a cuarta e a quinta.

Con todo, debemos advertir que o esquema que reproducimos para esta tenzón é resultado dunha “intervención”: precisamente na relación de rimas das estrofas quinta e sexta verifícase nos manuscritos un obstáculo na perfecta realización das dobras e daríase unha alteración na fórmula *abbacca*; porén, esta é solventable mediante unha emenda fácil á lección dos testemuños, que xulgamos necesaria e que cómpre expoñer debidamente: as irregularidades están orixinadas en que, a partir da lección dos apógrafos, as expresións *nada* e *apostada* (no segundo e terceiro verso, correspondente no esquema a *b*), non encontraría correspondencia coas palabras en rima *negado* e *apregoado* na cobra que se reproduce a seguir nos apógrafos. Porén, a cuestión complícase aínda máis, xa que estes dous últimos rimantes (*negado* e *apregoado*) se igualan na rima a *desarreigado-espeitado* e *negado-apregoado*, que son as expresións en posición *c* da fórmula de rimas nestas dúas estrofas que pechan a cantiga. De tal modo, a quinta estrofa (segundo a colocación nos manuscritos) reproduciría o esquema *abbacca* e a seguinte un inusual *accacca*. Non obstante, tendo en consideración este

resultado e que nas restantes estrofas da composición se segue o modelo das cobras dobradas, cremos que a solución preferente neste caso concreto debe ser a emenda *cousa negada e apregoada*, que devolve regularidade ao esquema de rimas. Esta emenda foi xa acollida por Ferreira da Silva (1993), aínda que non se acompaña dunha conveniente argumentación na anotación aos versos.

En síntese, tendo en consideración a estrutura habitual da tenzón e a desta composición, a hipótese de que se omitise unha estrofa na copia do texto parécenos rexeitable pola súa practicamente nula adecuación. A explicación máis económica, axeitada e plausible cremos que pode consistir en que, nalgún momento do proceso de copia do texto, anterior á confección de *B* e *V*, invertírase a orde das cobras *V* e *VI*. A apreciación dun texto completo e a hipótese da inversión das dúas últimas estrofas permiten estimar un número equitativo de intervencións, fixar unha sucesión de quedas de voz ordenada, regular e con respecto á técnica das cobras dobradas.

Esta solución non é totalmente novidosa, xa que a reorganización estrófica foi suxerida inicialmente por Â. Correia (1995: 78-79), que foi seguida por Ferreira da Silva (1993: 205-208). Se ben a investigadora portuguesa comentaba que “infelizmente o sentido, aínda em varios pasos obscuro, não permite avaliar a pertinência de tal hipótese” (Correia 1995: 79). Como acabamos de advertir, desde o noso punto de vista, a reorganización estrófica parece a hipótese máis plausible e económica, polo que a continuación procederemos unha análise do vocabulario do diálogo, que nalguna medida poderá botar luz sobre tales “pasos escuros”.

3. Segunda cuestión: comprensión do vocabulario

A maior parte dos tecnicismos utilizados no diálogo remiten ao campo fiscal, de rendimento francamente escaso no interior da lírica profana galego-portuguesa pero moi frecuente noutro tipo de documentos medievais, e cuxo testemuño poderá axudarnos a comprender mellor o fío argumental (e os matices) que se desenvolve na tenzón que nos ocupa. Preséntase, ademais, como unha censura aos evasores de impostos e asóciase a outros dous argumentos: a vía xudicial e a crítica aos xudeus (que pode entenderse en modo particular a aqueles que exercían tarefas de cálculo e recadación de impostos máis directamente implicados e criticados, e por extensión a todo o colectivo hebraico).

Estevan da Guarda abre o debate facendo mención aos *judeus talhadores* no segundo verso, que ao servizo de Josep serían os encargados de aplicar a *talha* (sustantivo que se repite en varios versos da composición), polo que o argumento do diálogo xira arredor dun tipo de gravame específico. No ámbito lingüístico galego-portugués, o sustantivo *talha* - *talla* aparece recorrentemente en textos notariais⁸, como se veri-

⁸ En castelán encóntranse así mesmo exemplos en distintos textos acollidos no *CORDE*.

fica mediante a súa procura no corpus *Xelmírez*. Pertencente á mesma familia léxica, rexístrase así mesmo o derivado verbal *talho* no v. 26, para o que xulgamos aceptable o sentido que Lapa lle otorgou neste contexto: ‘imposto taxado’ (Lapa 1970: s.v. *talho*, *apud DDGM*). Tamén se documenta repetidamente no texto o verbo *talhar*: *é talhad[o]* no v. 3, *an de talhar* no v. 11, *talharon* no v. 13, *foi talhado* no v. 17. En galego-portugués, ademais dos sentidos máis estendidos ‘cortar’ e ‘entallar’, presentaba o valor derivado ‘aplicar o imposto da talla’ (*DDGM*: s.v. *talhar*, *tallar*).

No período medieval as *talhas* eran un tipo de gravame directo que recaía sobre o patrimonio dos residentes dun lugar. Non se coñeceu exclusivamente en territorio portugués, que sería aquel ao que nos remitiría esta cantiga, senón que era común a outras áreas da Península Ibérica. Segundo as explicacións de A. Aparicio Pérez sobre os recursos do Reino de Navarra (2007: 233), para aplicar o gravame alí chamado *talla*, *estima* ou *cuillida* era necesario dividir a poboación en barrios ou rúas, medida que serviría así mesmo para determinar e controlar o número de contribuíntes de cada zona; o procedemento para calcular a talla consistía en facer unha estimación do patrimonio de cada individuo obrigado a tributar, e para isto era necesario determinar con precisión e detalle cales eran todos os bens patrimoniais de tipo moble, inmobile e semovente. Seguidamente, calculábase o valor económico do conxunto e sobre esa valoración aplicábase a porcentaxe a pagar. Porén, a pesar disto e do control exercido polos funcionarios encargados das tarefas fiscais, é máis que probable que houbera tentativas de fraude. Encóntranse indicios disto, por exemplo, nun documento con data de 18 de xullo de 1336 en que se di que don Afonso IV dá autorización ao concello do Porto para o lanzamento dunha sisa sobre os viños, e declárase que “se prefire este imposto ao lanzamento de uma talha, *porque a fuga ao pagamento desta seria muito maior*” (Duarte 2006: 441); de maneira semellante, noutra carta do 8 de agosto de 1368, o Rei don Fernando permite manter as sisas para sufragar os gastos da localidade do Porto: “Nela se afirma que, para acorrer às grandes despesas, o concelho costumava lançar talhas, repartindo o montante a pagar pelos que possuíam bens; mas muitos conseguían furtar-se à obrigação, «e que por taaes pagas acrescentadas avia antre elles tenções e razões»” (Duarte 2006: 442).

Estes datos sobre a organización e aplicación do imposto chamado *talha* son de interese para comprender adecuadamente a tenzón que nos ocupa, xa que nas dúas primeiras estrofas se insiste en que *don Foan* era un individuo pertencente ao colectivo hebreo que intentaba exonerarse do pago da *talha*, a cal, segundo a información proporcionada no texto, era calculada e recaudada polos *judeus talhadores* que traballaban para don Josep, interlocutor de Estevan da Guarda. Pode non ser casual o uso do sobrenome *don Foan* para o criticado evasor; esta forma de nomear foi a miúdo utilizada nas cantigas de escarnio galego-portuguesas probablemente coa intención de velar a identidade do satirizado, e foi empregada noutro tipo de documentación medieval sen intención propiamente satírica, aparentemente como individuo inde-

terminado que é parte nun preito ou asunto (poden consultarse varios exemplos en *VHCP: s.v. fulano*).

A implicación da comunidade hebrea na cantiga podería ser aínda maior de se aceptar a hipótese (ao noso ver, de gran plausibilidade) consistente en que *Josep*, o interlocutor de Estevan da Guarda, sería tamén un xudeu vinculado á tarefa fiscal. Tal feito non resultaría sorprendente, dado que nese momento os xudeus eran vistos como *servi regis*, exercían actividades económicas e gozaban de liberdade para practicar o préstamo, actividade moitas veces propiciada por gozaren dunha posición privilexiada que lle outorgaba a súa profesión principal (Antonio Rubio 2004: 229). Por esta razón, Estevan da Guarda puido iniciar o diálogo como un ataque dirixido tanto ao fraudulento *don Foan*, porque intentaría resistirse ao pago da *talha* correspondente, como ao seu interlocutor *don Josep*, coa intención de pór en dúbida a honestidade dos *talhadores*, que, cunha condición privilexiada concedida polo seu oficio e posición, gozaban das condicións propicias para deixar pasar a fraude fiscal. Non por nada na súa resposta don Josep asume unha actitude claramente defensiva, tratando de exculpar aos *talhadores* dos incumprimentos dos contribuíntes.

Outro termo do ámbito fiscal importante para a comprensión do diálogo é do verbo *peitar*, de *PACTĀRE, a partir de PACTUM, e que se le repetidamente ao longo do texto; os valores que presenta en textos medievais son ‘pagar’, ‘satisfacer unha débeda’, ‘tributar’ (*DDGM: s.v. peitar, peytar*); sentidos que aínda rexistra en dicionarios cronoloxicamente máis próximos a nós (*DD: s.v. peitar*).

Con todo, cómpre sinalar que en varios versos da composición (concretamente, nos versos 7 e 9) a forma do infinitivo *peitar*, que nos semella a máis apropiada e a máis xustificable, respodería a unha emenda da lección transmitida polos manuscritos (*reytar* e *dereytar*), solución que adoptou W. Pagani na súa edición, baseándose na falta de atestación para *reitar* e na recorrencia de *peitar* (1971: 134-135). Lapa conservou *reitar* en ambos os versos interpretándoo como ‘exixir un pago’, ‘reclamar un imposto’ (1970: *s.v. reitar, apud DDGM*). Pola súa parte, Silva adoptou *reitar* no v. 7 (mais practicou unha emenda no v. 9, dando neste contexto prioridade a *peitar*), explicándoo como:

Temos que o termo *reitar* será una variante de *retar* (*reputare* > *reptar* > *retar*); [...] Estribando-nos em Magne, *Glossário, s.v. retar*, pp. 335 - 336, atribuímos ao vocábulo o significado de *acusar, oferecendo-se o acusador para provar a acusação em juízo ou perante o rei*. [...] Assim como *acabar com* alguém é *acabar* alguém, *reitar con* alguém será *reitar* alguém (Silva 1993: 208).

Porén, cremos que convén corrixir a lección transmitida polos apógrafos en ambos os versos por varias razóns: desde o punto de vista semántico *peitar* preséntase como máis acaído nos dous versos; por outra parte, *reytar* preséntase dúas veces no mesmo texto e en versos próximos, e a incorrencia no erro podería encontrar unha

explicación relativamente fácil, xa que puido darse unha confusión entre as grafías <r> –ou talvez <ɾ>– con <p>.

Outro problema localízase no v. 27, esta vez en relación a unha hipotética forma substantiva, *peita*. As variantes que ofrecen os manuscritos neste lugar, ambas claramente erradas (pois lese *peca* en *B* e *peta* en *V*), foron emendadas maioritariamente a *peça*, solución que parece plausible; porén, neste contexto talvez merecería certa consideración a lectura conxectural *pe[i]ta*, á que deu prioridade T. Braga (*deu gran peyta*) (1878: 172). O sentido deste substantivo sería ‘tributo’, aínda que na época medieval tamén coñeceu o valor ‘suborno’ (Lorenzo 1977: s.v. *peyto*, *apud DDGM*).

Da mesma familia léxica encontramos o sustantivo *peitador*, no v. 19, que sería aquel que paga ou tributa, de acordo co valor que Lapa (1970: s.v. *peitador*, *apud DDGM*) lle deu ao termo. Non obstante, o substantivo que máis normalmente aparece documentado nos textos en galego-portugués corresponde a *peiteiro* (numerosos exemplos acóllense no corpus *Xelmírez*)⁹. Con todo, apreciamos que, no debate entre Estevan da Guarda e Josep, a presenza da forma *peitador* está plenamente xustificada e motivada pola súa condición de expresión en posición de rima, relacionada a *talhador* na mesma estrofa, e coa parella *melhor* e *senhor*, na estrofa seguinte grazas ao xa comentado procedemento das cobras dobradas.

Aínda emparentado con *peitar*, reproducécese o verbo *espeitar* no v. 34. Segundo as indicacións de R. Lorenzo (1977: s.v. *espeytar*, *apud DDGM*), *espeitar* foi un verbo utilizado entre os séculos XIII-XV, e presentaba o valor ‘cargar con tributos’ –e o cal pode apreciarse ben acaído para a ocorrencia do termo no interior do debate entre Estevan da Guarda e don Josep–. Ademais, Lorenzo advirte da mala interpretación de Viterbo sobre *espeitar* ‘arrastrar’, ‘vexar’, ‘oprimir’, que reaparece en glosarios e dicionarios posteriores. O verbo documéntase tamén nas *Cantigas de Santa Maria*, onde Mettmann o rexistrou co valor ‘extorsionar dinero’, ‘pedir rescate por alguén’ (1972: s.v. *espeitar*, *apud DDGM*).

Existen no interior da cantiga outras expresións relacionables co dominio fiscal e económico: así, no v. 28, encontramos *quitaçon*, que pode obedecer ao ‘pagamento dunha débeda ou obriga’ ou a ‘cantidade pagada’ (Lapa 1970: s.v. *quitaçon*, *apud DDGM*), actualmente *quitación*. No v. 33, en relación de rima con *espeitado*, lese o adxectivo *desarreigado*, que Lapa explicou como “morador eventual no concello, sen bens de raiz na terra, logo, desabonado” (1970: s.v. *desarreigado*, *apud DDGM*). No v. 42, reproducécese *movil y raiz*, unha expresión equivalente ao actual “mobles e inmo- bles” cando se fala dos bens ou das posesións dunha persoa.

Como se anunciou, as dificultades para a interpretación deste texto non proceden exclusivamente dos tecnicismos relativos ao ámbito fiscal, senón que é posible

⁹ Algo semellante pode dicirse para o castelán medieval, onde se rexistra *peitero* –non “peitador”– (*CORDE*).

rexistrar outros termos asociables ao xudicial. Así, *preito* é un sustantivo introducido, mediante o castelán, desde a voz francesa derivada de PLACĪTUM, segundo R. Lorenzo (1977: s.v. *preito*, *apud DDGM*). Durante a época medieval, podía equivaler a ‘demanda xurídica’, ‘controversia’, ‘disputa’, ‘contrato’, ‘asunto’, ‘negocio’, ‘homenaxe’. Tamén asociable a este ámbito está a expresión *desputaçõ*, á que xa Lapa (1970: s.v. *desputaçõ*, *apud DDGM*) deu o valor de ‘litixio xudicial’.

Por último, cremos importante chamar a atención sobre a expresión *maior juiz*, no v. 35, xa que xeralmente se entendeu como unha expresión destinada a aludir ao rei. En cambio, talvez este *maior juiz* podería responder a unha figura tamén circunscrita ao ámbito hebreo¹⁰, o chamado *rabi-mor*¹¹. Segundo explica M. J. P. Ferro Tavares (1982: 107-118), este personaxe non representa a máxima xerarquía relixiosa, senón que era un “cortesán” que exercía como intermediario entre o monarca e a comunidade hebraica, e disto que normalmente o cargo fose desenvolvido por alguén da confianza rexia. Os xudeus podían recorrer a tres instancias xurídicas hebraicas no caso de pleito con outro xudeu: os *rabis* das comunas, o *rabi-mor* e os *ouvidores*. Entre as súas funcións, recibía as queixas contra as autoridades comunais ou contra os poderosos, fiscalizaba a actuación dos oficiais das comunas e podía penalizalos en caso de prexuízo a terceiros polo seu mal goberno. Ademais, convocaba as comunas para as assembleas xerais, nas que se podían debater asuntos de pagamento de servizos, pedidos e préstamos. Estas assembleas remontan, polo menos, á época de don Dinis.

En vista disto, no contexto da cantiga, podemos pensar que o aludido como *maior juiz* sería aquel que imporía o pago a *don Foan*, despoxándoo de todos os seus bens.

¹⁰ Aínda que parece coñecerse mellor esta figura para a area portuguesa, tamén existiu en territorio castelán. Explica J. Castaño (1998: 12): “Motivo de tensión entre xudeus e monarquía, al menos desde fines de la década de 1440 va a ser la intervención directa de la monarquía en el nombramiento del *juez mayor* de las aljamas. Legalmente, el nombramiento era prerrogativa del rey, y por ello la intervención directa del monarca no se consideraba ilegal. Además de determinadas funciones internas dentro de la comunidad (responsabilidad en el mantenimiento del orden y de la conservación de las propiedades comunales), el *juez mayor* era instrumental en las relaciones entre la comunidad judía y el monarca, actuando también como juez de apelación de recursos presentados contra decisiones de las cortes rabínicas locales”.

¹¹ Esta figura coñeciase desde tempo atrás no reino portugués, gozaba de posesións e dunha posición notablemente privilexiada. Segundo explica M. J. P. Ferro Tavares: “Num país e numa época em que a agricultura tem um papel importante na economia, é quase impossível pensar-se que os judeus não se interessam pelo cultivo da terra. É preciso notar que, em Portugal, ao inverso do que se passa na restante Península e na Europa, eles não estão impedidos de comprar bens de raiz. Pelo contrário, desde o início da nossa monarquia existe uma tentativa, feita por parte dos nossos monarcas, de os prender à terra. Assim, vemos logo, D. Afonso Henriques pagar os serviços prestados por Yahia ben Yaisch, primeiro rabi mor, concedendo-lhe propriedades” (Tavares 1979: 108).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIO RUBIO, María Gloria de (2004): “La judería de Ribadavia y la actividad pecuniaria y prestataria de algunos judíos gallegos na Baja Edad Media”, en A. Villar Movellán / M. R. Castro Castillo (eds.), *Creencias y culturas. Cristianos, judíos y musulmanes en la España Medieval*. Córdoba: Universidade de Córdoba, Grupo ARCA, 217-238.
- APARICIO PÉREZ, Antonio (2007): *Historia de Fiscalidad en España (Edad Media: años 476-1469)*. Oviedo: Grupo Editorial Universitario.
- BRAGA, Teófilo (1878): *Cancioneiro Portuguez da Vaticana. Edição critica restituída sobre o texto diplomático de Halle*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CASTAÑO, Javier (1998): “Tensiones entre las comunidades judías y la monarquía en Castilla, c. 1447-1474: El nombramiento del juez mayor de las aljamas”, en C. Carrete Parrondo / A. Meyuhas Ginio (eds.), *Creencias y culturas. Cristianos, judíos y musulmanes na España Medieval*. Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca / Universidad de Tel-Aviv, 11-20.
- CMGP = *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas*. <http://www.cantigas.fcsh.unl.pt> [20-01-2016].
- CORDE [en liña]. RAE, *Corpus diacrónico do español*. <http://www.rae.es> [20-01-2016].
- CORREIA, Ângela (1995): “O sistema de las coblas doblas na lírica galego-portuguesa”, en J. Paredes (ed.), *Medioevo y Literatura. Actas do V Congreso da Asociación Hispánica de Literatura Medieval (Granada, 27 septiembre – 1 octubre 1993)*. Granada: Universidad, Servicio de Publicaciones, vol. 2, 75-90.
- DD = Antón Santamarina (dir.): *Dicionario de dicionarios*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. <http://sli.uvigo.gal/DdD> [20-01-2016].
- DDGM = Ernesto González Seoane / María Álvarez de la Granja / Ana Isabel Boullón Agrelo (coord.) (2006): *Dicionario de dicionarios do galego medieval*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. <http://sli.uvigo.es/DDGM/> [20-01-2016].
- DUARTE, Luís Miguel (2006): “A memória contra a história: As sisas medievais portuguesas”, en Denis Menjot / Manuel Sánchez Martínez (dirs.), *Fiscalidad de Estado y fiscalidad municipal en los reinos hispánicos medievales*. Madrid: Casa Velázquez, 433-445.
- GONÇALVES, Elsa (1993): “Tenção”, en G. Lanciani / G. Tavani (coords.) (1993), 622-624.
- GONZÁLEZ, Déborah (2012): “Arquitectura da tenson galego-portuguesa. Textos en desequilibrio”, *Estudios Románicos* 21, 65-78.
- GONZÁLEZ, Déborah (2016): “*Outras cantigas fazem os trovadores*: sobre la concepción del debate trovadoresco en el cancionero gallego-portugués”, *Journal of Medieval Iberian Studies* 8/1, 55-74.
- INDINI, Maria Luisa (1993): “Josep, dom”, en G. Lanciani / G. Tavani (coords.) (1993), 366.

- LANCIANI, Giulia (1995): “Per unha tipologia della tenzone galego-portoghese”, en J. Paredes (ed.), *Medioevo y Literatura: Actas do V Congreso da Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, (Granada, 27 septiembre - 1 octubre 1993). Granada: Universidad, Servicio de Publicaciones, vol. 1, 117-130.
- LANCIANI, Giulia (2010): “Os trobadores perdidos: perdidos?”, en E. Corral Díaz (ed.), *In Marsupis Peregrinorum. Circulación de textos y imágenes alrededor do camino de Santiago na Edad Media. Actas do Congreso Internacional, Santiago de Compostela, 24-28 marzo 2008*. Firenze: Edizioni do Galluzzo per la Fondazione Ezio Franceschini, 355-364.
- LANCIANI, Giulia / Giuseppe TAVANI (coords.) (1993): *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- LANCIANI, Giulia / Giuseppe TAVANI (1995): *As Cantigas de Escarnio*. Vigo: Xerais.
- LAPA, Manuel Rodrigues (1970): *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. Vigo: Galaxia [“Vocabulário galego-português”, pp. 1-111], en *DDGM*. <http://sli.uvigo.es/DDGM/>. [20-01-2016].
- LAPA, Manuel Rodrigues (1995): *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*. Vigo / Lisboa: Ir Indo / João Sá da Costa.
- LOPES, Graça Videira (2002): *Cantigas de escárnio e maldizer dos trovadores e jograis galego-portugueses*. Lisboa: Estampa.
- LORENZO, Ramón (1977): *La traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla. II. Glosario*. Ourense: Instituto de Estudios Orensanos Padre Feijóo, en *DDGM*. <http://sli.uvigo.es/DDGM/> [20-01-2016].
- MACHADO, Elza / José Pedro MACHADO (1949-1964): *Cancioneiro da Biblioteca Nacional, antigo Colocci-Brancuti*. Lisboa: Revista de Portugal, 8 vols.
- METTMANN, Walter (1972): *Cantigas de Santa María de Afonso X, o Sábio*, vol. iv (*Glossário*). Coimbra: Universidade, en *DDGM*. <http://sli.uvigo.es/DDGM/> [20-01-2016].
- OLIVEIRA, António Resende de (1993): “Estevan da Guarda”, en G. Lanciani / G. Tavani (coords.) (1993), 245-246.
- OLIVEIRA, António Resende de (1994): *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*. Lisboa: Colibri.
- PAGANI, Walter (1971): “Il canzoniere de Estevan da Guarda”, *Studi mediolatini e volgari* XIX, 53-179.
- SILVA, Manuel Álvaro Ferreira da (1993): *Tenção galego-portuguesa: estudo de um género e edição de los textos*. Lisboa: [Universidade de Lisboa].
- TAVANI, Giuseppe (1986): *A poesía lírica galego-portuguesa*. Vigo: Galaxia.
- TAVANI, Giuseppe (2000): “Eteronomie et eteronomie nella lettura dei canzonieri galego-portoghese”, *Estudis Romànics* 20, 139-153.
- TAVANI, Giuseppe (ed.) (1999): *Arte de trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa, introdução, edição crítica e fac-símile*. Lisboa: Colibri.
- [TAVARES], Maria José Pimenta Ferro (1979): *Os judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Guimarães & C. Editores.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro (1982): *Os judeus em Portugal no século XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- XELMÍREZ. *Corpus lingüístico da Galicia medieval*. <http://sli.uvigo.es/xelmirez> [20-01-2016].

Polivalência da conjunção *que / che* em português e italiano

Dmitry Gurevich

Universidade Estatal Lomonossov de Moscovo
dmtrgrvch@gmail.com

Liubov Zholudeva

Universidade Estatal Lomonossov de Moscovo
l.zholudeva@gmail.com

The Multifunctional Conjunction *que / che* in Portuguese and Italian

Resumo

Nas línguas românicas (em particular, em português e italiano), a conjunção *que / che* é caracterizada por ter funções polivalentes. Nos processos da diferenciação estilística e da normalização linguística, têm-se desenvolvido conjunções complexas com base em *que / che*; no entanto, muitos usos da conjunção *que / che* propriamente dita ficam marcadas como coloquiais. A conjunção *que / che* pode ter duas funções diferentes: função conjuncional e função de conector sintático/pragmático (marcador discursivo) que deixa o factor pragmático que assegura a unidade informativa da enunciação prevalecer sobre o factor lógico. Os valores mais frequentes de *que / che* como conjunção são: a) causal; b) final; c) consecutivo; d) valor complexo. Usos de *que / che* acima mencionados podem ser encontrados em português ou italiano coloquial moderno. Esses usos, que são característicos da linguagem informal, nem sempre são recomendados pelas gramáticas normativas como possíveis na língua padrão. Ao mesmo tempo, a atenção dos estudiosos da língua para as particularidades típicas da linguagem coloquial e a tentativa de incluí-las na problemática da descrição gramatical mostra uma reavaliação dos critérios da normatividade linguística e a abrangência descritivista e não normativista dos fatos da linguagem.

Palavras-chave

Função sintática, polivalência, conjunção

Sumário

1. Introdução. 1.1 *Que / Che* polivalente. 1.2. Uso de *que / che* na língua arcaica. 2. Funções sintáticas. 2.1. Função de junção geral. 2.2. Funções específicas. 3. Conclusão.

Abstract

In Romance languages (including Portuguese and Italian), the conjunction *que / che* can assume various functions, among which there is the so-called polyvalent use. In the course of stylistic differentiation and linguistic standardisation, *que / che* served as basis for a number of more specific conjunctions, while some of the previously neutral uses assumed colloquial connotations. The multifunctional *que / che* can be used either as a conjunction in the proper sense, or as a syntactic / semantic connector (discourse marker) meant to ensure informative continuity rather than express logical relations between phrases. As a conjunction *que / che* usually marks a) causal, b) final, c) consecutive or d) complex relations. All these uses are quite frequent in modern colloquial Portuguese and Italian, and normative grammars do not always recognise them as standard language features. Nevertheless, the growing interest of modern linguistics in this colloquial phenomenon, among other things, as well as attempts to introduce colloquial structures into descriptive grammars, can be viewed as a gradual shift towards reconsidering certain language phenomena from the descriptive, rather than normative, perspective.

Keywords

Syntactic function, polyvalence, conjunction

Contents

1. Introduction. 1.1. Multifunctional *que / che*. 1.2. The use of *que / che* at earlier stages of language history. 2. Syntactic functions. 2.1. General connecting function. 2.2. Specific functions. 3. Conclusion.

1. Introdução

A conjunção *que / che*, derivação do latim *quā, quōd, quā*, é a conjunção mais frequente e uma das mais funcionalmente carregadas nas línguas românicas, em particular em português e em italiano. Nas primeiras etapas de formação das línguas românicas, a conjunção *que / che*, que tinha sido formada como resultado de contaminação de várias conjunções latinas foneticamente parecidas, desempenhava uma vasta gama de funções e mais tarde, no decorrer do processo de formação das línguas literárias românicas, com base nessa conjunção foram formadas outras locuções conjuncionais com significados mais específicos (ital. *perché, benché, sicché, nonostante che, affinché etc.*; port. *porque, para que, mesmo que, bem que, assim que, etc.*). No entanto, a existência das conjunções especializadas não eliminou a polissemia do *que / che*. Mesmo nas orações abverbais (por exemplo, causais ou finais) que têm conjunções básicas para assegurar as suas próprias construções de subordinação sintática, a conjunção *que / che* continua a ser empregada no português e no italiano modernos, principalmente no registro coloquial.

1.1. *Que / Che* polivalente

Na lingüística italiana moderna o uso de *che*, tanto conjunção como pronome relativo que pode introduzir orações subordinadas, nos exemplos do tipo

1. Corri, che fai tardi! (Sabatini / Coletti)
2. Largo che passa la signora. (Berruto 1987/2015)
3. Io sono una donna tranquilla, che sto a casa, lavoro. (Fiorentino 1999).

recebeu uma denominação especial – “che polivalente” – e é considerado como um dos marcadores do registro coloquial. Gaetano Berutto (1987, 2014: 78-79), Francesco Sabatini (1985: 165) mencionam o uso de *che* como conjunção que pode introduzir orações causais, consecutivas, finais e temporais (bem como as orações subordinadas de alguns outros tipos que nem sempre podem ser claramente classificadas) entre outras características de assim chamado “italiano neo-standard”, ou, em outros termos, “italiano dell’uso medio”. Trata-se daquelas particularidades da linguagem coloquial que têm o status supra-regional, elas não marcam o discurso dos falantes do ponto de vista da sua pertença a uma região concreta, sendo a fala regionalmente marcada, em razão das peculiaridades do desenvolvimento histórico da língua italiana, um traço típico para a linguagem coloquial.

Não menos interessante parece-nos o típico uso multifuncional e polivalente da conjunção *que* em outras línguas românicas, em português concretamente.

Por exemplo, em português coloquial não são raros os casos de uso de *que* em orações subordinadas com valor causal, consecutivo e final, como nas frases

4. Fica tudo pronto, *que* é melhor. (Magalhães / Alçada 2011)
5. Meu pai é avogado. Vamos lá *que* ele resolve [tudo]. (Marinho 2006)

Na língua portuguesa a polivalência dessa conjunção (ou pronome relativo, dependendo do tipo da oração subordinada), que pode introduzir orações adjetivas com valores adverbiais secundários (valor concessivo, final, causal, entre outros), chama a atenção dos gramáticos orientados para a fixação da norma escrita culta que deixa uma interpretação ambígua para este tipo de frases. Por exemplo:

6. Meu primo, *que* conhece bem esta cidade, pode nos servir de guia” (que = o primo; que = já que). (Azeredo 2014: 321)

Tal vasta difusão e certa estabilidade do uso da conjunção *que / che* mostra o seu caráter polivalente e, podemos acrescentar multifuncional nas línguas românicas. Tal significa, a nosso ver, que, apesar da formação de várias conjunções que têm o elemento *que / che* como a base (tipo “para que”; “porque”, etc), a conjunção *que / che* guardou uma parte das funções originais e arcaicas, próprias do estado da língua dos períodos anteriores ao período moderno. Tentaremos descrever estas construções em diacronia e na ótica da análise comparativa.

1.2. Uso de *que / che* na língua arcaica

Como já foi dito, nos textos de português arcaico ou italiano arcaico podem ser encontrados muitos exemplos de uso do *que / che* em função de conjunção quase universal que introduzia orações adjetivas e também causais, finais, temporais, entre outras. Esse fenômeno foi comentado por vários estudiosos da língua: “Efectivamente a partícula *que*, quando só, pode valer por qualquer das conjunções, com excepção apenas das conclusivas e condicionais” (Nunes 1975: 354); “Dato il carattere specifico di *che*, in molti casi è difficile decidere di quale tipo di subordinazione e di quale rapporto semantico si tratti: [...] la subordinata potrebbe essere causale (‘poiché’) o relativa (‘(cosa) di cui’); [in altri esempi] potrebbe trattarsi di una relativa (‘in cui’) o di una comparativa dipendente, [...] di una relativa o di una subordinata causale” (Meszler / Samu 2010: 771).

Mais tarde, em consequência da complicação gradual da sintaxe das línguas românicas que estavam em processo de formação e como resultado de um crescimento do número de conjunções subordinativas específicas, o uso do *que / che*, originalmente neutro do ponto de vista estilístico, ficava cada vez mais marcado como coloquial.

Principalmente essa coloquialidade tem a ver com o uso do *que / che* na função de conector universal, como indicam vários pesquisadores – Meszler / Samu 2010: 771; Alisova 1967: 235; D’Achille 1990: 207; Bagno 2011: 900-903, entre outros. Esse conector universal dificilmente pode ser classificado como conjunção propriamente dita, já que ele indica bastante vagamente o possível relacionamento da ligação semântica entre o conteúdo da oração subordinada e a principal. O processo de “isolamento estilístico” (entre aspas) do *que / che* na função do conector universal levou muito tempo para ser concluído. Nesse sentido, parece-nos interessante analisar o funcionamento da conjunção da qual estamos tratando num dos períodos intermédios, entre o estado arcaico da língua e o estado moderno, quer isso dizer nos textos da Renascença tardia e do início da Idade Moderna.

Para a análise foram escolhidos: alguns textos dramáticos do séc. XVI que são comédias italianas de Girolamo Bargagli, Niccolò Macchiavelli, Alessandro Piccolomini e alguns outros; comédias portuguesas de Francisco Sá de Miranda e autos de Gil Vicente. A escolha deste tipo de textos tem a explicação seguinte: o gênero de comédia implica, pelo menos em parte, que o texto tenha como base linguística a linguagem coloquial viva e espontânea da época. Em função disso, podemos encontrar nos textos das comédias e dos autos as particularidades linguísticas que, em razão da especificidade estilística da comédia, dificilmente apareceriam nos textos de outros gêneros.

2. Funções sintáticas

2.1. Função de junção geral

A análise de uso do *que / che* nos textos antigos mostra que as suas funções sintáticas eram mais amplas do que as funções realizadas pelas conjunções específicas que se iam formando à base do *que / che* (tipo *porque; para que*). Nesse aspecto, a conjunção analisada tem como significado comum a ideia de junção de duas orações atribuindo a essa junção um carácter pragmático e lógico altamente geral e abstrato sem concretizar o tipo das relações sintáticas. Por outras palavras, a conjunção *que / che* pode aparecer nesse tipo de textos como um conector universal que não visa exprimir uma ligação lógica e exata entre os elementos conectados mas sim uma relação pragmática e, mais ainda, uma relação psicológica.

Muitas vezes, a primeira parte do enunciado (tentamos evitar aqui os termos “oração principal” e “oração subordinada”, já que parece que não se trata de relações de subordinação em sentido restrito) tem o verbo na forma do imperativo

7. Aspettami fra un’ora in casa, *ché* ti verrò a trovare. (Accademici Intronati di Siena 1962: I, 3)

8. Andai vós, *que* eu irei, quanto puder. (*Auto da alma* de Gil Vicente)

Nos dois exemplos, a segunda parte não é nenhuma consequência rigorosa da primeira parte (isto é, a conjunção *que / che* não pode ser considerada como consecutiva); também a segunda parte não pode ser a causa da primeira parte, a causa que justifique em teoria a conveniência lógica (isto é, a conjunção *que* não é uma conjunção causal), nem muito menos uma oração adjetiva ou outro tipo “clássico” de oração subordinada. Ao enunciado imperativo “Aspettami fra un’ora in casa”, “Andai vós” sucede uma explicação pragmaticamente relacionada com esse enunciado. O enunciado imperativo, que, por natureza, pode ser considerado semanticamente independente e autossuficiente do ponto de vista sintático e pragmático, deixa o falante desenvolver o discurso, teoricamente, em qualquer direção. Daí que a oração (ou enunciado) que se segue à frase imperativa não precise de marcadores lógico-sintáticos especiais obrigatórios que expliquem o carácter de relação entre o enunciado imperativo e a oração que vai como continuação. Eis por que essa oração pode não ser juntada à frase imperativa mediante uma conjunção subordinada indispensável; a subordinação passa a ser a coordenação – a coisa que acontece como regra geral, nas frases seguintes, por exemplo:

9. O così sì, lasciavelo stare. *Ora* vo io con l’animo riposato. (Cecchi 1962: II, 8)
 10. Passeai-vos mui pomposa, daqui pera ali, e de lá pera cá, e fantasiai. *Agora* estais vós fermosa como a rosa. (*Auto da alma* de Gil Vicente)

A presença da conjunção *que / che* quando ela aparece no contexto deve-se à unidade pragmática das duas partes do enunciado (sendo elas a “principal” – entre aspas – e a “subordinada” – também entre aspas) que estão ligadas, na ótica do falante, de um modo mais psicológico e muito menos de um modo lógico-gramatical. Por essa razão, a conjunção *que / che* não tem nem pode ter alguma função subordinativa específica e concreta na orações subordinadas adverbiais.

2.2. Funções específicas

Os exemplos encontrados nos textos analisados podem ser divididos estruturalmente em dois grupos: primeiro – o uso do *que / che* nos enunciados com imperativo cuja explicação teórica acabamos de apresentar (esse tipo de exemplos abrange cerca de 50% de todo o corpus analisado); segundo – o uso do *que / che* como conjunção subordinativa universal em outros tipos de enunciados com características semântico-sintáticas diferentes. Vamos dar mais exemplos de uso do *que / che* nas frases com imperativo; é preciso sublinhar que as funções da conjunção nos contextos a seguir não podem ser reduzidas a uma única função subordinativa.

11. Lasciate pur fare a me, *ché* io vi voglio fare morire per le risa. (Giannotti 1962: V, 2)
12. Venite, gentiluomini, *ché* lo star fuore al freddo non è cosa da savi. (Accademici Intronati di Siena 1962: III, 2)
13. Vai diante, *que* eu te seguirei. (*Comédia dos estrangeiros* de Francisco de Sá de Miranda)
14. Vinde-vos aqui assentar mui devagar *que* os manjares são guisados por Deus Padre. (*Auto da alma* de Gil Vicente)

Em alguns casos, o significado universal de vínculo de ligação pragmático e sintático atribuído à conjunção *que / che* nas frases com imperativo pode ser concretizado por meio de outras conjunções específicas, formadas à base de *que* ou não.

15. Consolai minha fraqueza com sagrada iguaria, *que* pereço, por vossa santa nobreza, que é franqueza; *porque* o que eu merecia bem conheço. <...> Senhora, quero pousada, dai passada, *pois que* padeceu por nós quem nos desculpa. (*Auto da alma* de Gil Vicente)

Nesse exemplo, as duas conjunções e a locução conjuncional têm funções causais, servindo exatamente *porque* e *pois que* para exprimir a ideia de causa e cujo sentido determina o modo de interpretar a conjunção *que* e, portanto, toda a frase em geral pode ser interpretada como uma sequência de orações causais.

Mais um exemplo:

16. Faciamola entrare in casa tua, *poi che* gli è qui vicina, *ché* alla mia non la potrei far condurre senza farmi scorgere a tutta la terra. (Accademici Intronati di Siena 1962: III, 7)

Como no contexto anterior, a primeira conjunção possui uma semântica exata – é uma conjunção causal – que introduz uma oração causal “clássica”. Já a segunda oração, que tem um carácter vagamente explicativo do ponto de vista semântico, pode ser interpretada como causal, e a conjunção *che* também ganha esse valor em função da influência da locução *poi che*.

Nos contextos sem imperativo, a conjunção *que / che* marca a ligação entre as orações também de um modo geral e muitas vezes impreciso. Cabe ao interlocutor interpretar este tipo de ligação, que pode ser final, causal, concessiva, consecutiva etc. Tal como nas orações assindéticas, onde as relações lógicas entre as orações justapostas não são explícitas por nenhum meio linguístico, nas frases que nos interessam uma interpretação concreta provem da análise de um contexto mais amplo.

17. Tiralo a te, *che* noi non facessimo qualche disordine. (Cecchi 1962: IV, 2)
18. Deu-vos livre entendimento, e vontade libertada e a memória, *que* tendeis em vosso tento fundamento. (*Auto da alma* de Gil Vicente)

Nos dois exemplos podemos interpretar as orações adverbiais como finais, embora não sejam introduzidas por conjunções especiais do tipo *para que / perché*, mas pela conjunção universal *que / che*. É de notar o uso do modo subjuntivo na oração subordinada, que é característico das orações finais e nesse caso concorda com o sentido gramatical do contexto.

Nos textos das comédias italianas (mais raramente nas comédias portuguesas), encontram-se exemplos de uso do *que / che* quando é difícil distinguir duas funções sitáticas, claramente opostas em princípio – a função causal e a função adjetiva. Nos exemplos seguintes, as orações subordinadas introduzidas pela conjunção *que / che* podem ter uma interpretação ambivalente: tanto causal, quanto adjetiva.

19. Che non aiuti tosto lei e me, *che* sto mal dadovero? (Grazzini 1962: I, 1)
20. Quanto mal volentieri mi separasse dal mio Flamminio tu lo puoi dire, *che* tante volte me ne asciugasti le lagrime! (Accademici Intronati di Siena 1962: I, 3)
21. Come vuo'tu ch'i' studii, *che* sono innamorato ch'i' muoio? (Cecchi 1962: I, 1)
22. Nam ainda, mas lá é ido Calídio em sua busca, bem o conhecerás também, *que* é homem do tempo. (*Comédia dos estrangeiros* de Francisco de Sá de Miranda)

Nos exemplos citados, a flexibilidade funcional do *que / che* deixa-nos a possibilidade de interpretar a oração subordinada como adjetiva e como causal, porém as duas interpretações são corretas.

A conjunção *que / che* pode introduzir oração subordinada com semântica condicional ou consecutiva. Como nos casos acima mencionados, nem sempre é fácil diferenciar entre esses significados.

23. Ditosa é logo esta tua Lucrécia, *que* todos aqui andam bebendo os ventos por ela.¹ (*Comédia dos estrangeiros* de Francisco de Sá de Miranda)
24. Che hai, *che* tu parli così drento a te? (Accademici Intronati di Siena 1962: I, 2)

Nesses exemplos, o sentido da conjunção fica bastante impreciso, o que abre a possibilidade de uma dupla interpretação da subordinada: ora como uma subordinada consecutiva, ora como condicional.

¹ É possível entender esta frase e a seguinte com valor condicional: “Ditosa é logo esta tua Lucrécia, se todos aqui andam bebendo os ventos por ela”.

É digno de ser mencionado o uso do *que / che* na função sintática nula quando esse elemento aparece na ênfase sintática como elemento formal. Isso é típico do registro coloquial do italiano moderno (como indica Messina 2006); contudo, em português moderno não é muito corrente. Os exemplos dos textos arcaicos mostram a preferência de tal uso em italiano, embora haja exemplos portugueses.

25. Guarda vecchi *che* sono questi! (Giannotti 1962: IV, 5)
26. Oimè, oimè! che ti siano mozze le mani, tristo, ribaldo *che* tu sei! (Giannotti 1962: IV, 4)
27. Quantos imigos *que* tem estas nossas fazendas! (*Comédia dos Vilhalpandos* de Francisco de Sá de Miranda)

Nesses exemplos *que / che* desempenha uma função puramente pragmática: o elemento analisado marca o carácter expressivo da frase (é de mencionar que aqui todas as frases são orações exclamativas), mas gramaticalmente nem sempre é obrigatório – e pode ser omitido com uma pequena mudança sintática que não transformará a estrutura básica da frase; no exemplo em português, tal omissão nem vai causar a mudança de ordem de palavras

Em alguns casos, o *status* gramatical do elemento *que / che* não parece evidente do ponto de vista da sua inclusão numa classe de palavras concreta. O elemento *que / che*, de fato, deixa de ser uma conjunção subordinativa, isto é, deixa de ser elemento que não só liga uma oração à outra, mas também indica o carácter de relações lógicas e gramaticais entre duas orações. Aqui estão os exemplos que mostram o uso do elemento *que / che* que de nenhum modo pode ser qualificado como função de conjunção.

28. Entra costì in casa, sciaurata! *che* fu ben maledetto il latte che tua madre ti porse. (Accademici Intronati di Siena 1962: III, 7)
29. Ma e' si par ben che voi non l'avete assaggiate; *ché* forse non direste così. (Accademici Intronati di Siena 1962: Prologo)
30. À barca, à barca, hu-u! Asinha, *que* se quer ir! (*Auto da barca do inferno* de Gil Vicente)
31. Ora vai-te *que* eu te valerei quanto em mim for, nam te posso prometer mais. (*Comédia dos estrangeiros* de Francisco de Sá de Miranda)

A nosso ver, nos contextos referidos o elemento *que / che* desempenha uma função exclusivamente pragmática; esse elemento aqui está longe da ideia de juntar duas orações formando um período composto; ele junta duas orações que formam um enunciado unido e integral do ponto de vista pragmático e gramático.

3. Conclusão

Resumindo, podemos dizer que o desenvolvimento da conjunção *que / che*, que era quase uma conjunção universal nas primeiras etapas de formação das línguas românicas, deu um resultado duplo. De um lado, na língua culta e literária a partir do início da Idade Moderna, essa conjunção tem funções sintáticas exatas e determinadas nas gramáticas, servindo principalmente para introduzirem vários tipos de orações substantivas e adjetivas nos períodos compostos. De outro lado, nos registros informais de linguagem a conjunção *que / che* até hoje guarda uma ampla gama de funções que eram típicas desse elemento linguístico nas primeiras etapas da formação da tradição de escrita, quando vários meios sintáticos ainda não estavam relacionados rigorosamente com vários registros da linguagem ou gêneros concretos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCADEMICI INTRONATI DI SIENA (1962): *Gl'Ingannati*, em Nino Borsellino (ed.), *Commedie del Cinquecento*, vol. I. Milano: Feltrinelli, 195-290.
- ALISOVA, Tatiana (1967): "Studi di sintassi italiana", *Studi di filologia italiana XXV*, 223-250.
- AZEREDO, José Carlos de (2014): *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha.
- BAGNO, Marcos (2011): *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- BERARDINELLI, Cleonice (ed.) (2012): *Autos*, Gil Vicente. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- BERRUTO, Gaetano (1987/2015): *Sociolinguistica dell'italiano contemporaneo*. Roma: Carocci.
- CAMÕES, José de / Thomas F. EARLE (eds.) (2013): *Comédias*, Francisco de Sá de Miranda. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- CECCHI, Giovanni Maria (1962): *L'Assiuolo*, em Nino Borsellino (ed.), *Commedie del Cinquecento*, vol. I. Milano: Feltrinelli, 121-194.
- D'ACHILLE, Paolo (1990): *Sintassi del parlato e tradizione scritta della lingua italiana*. Roma: Bonacci.
- FIorentino, Giuliana (1999): *Relativa debole. Sintassi, uso, storia in italiano*. Milano: Franco Angeli.
- GIANNOTTI, Donato (1962): *Il vecchio amoroso*, em Nino Borsellino (ed.), *Commedie del Cinquecento*, vol. I. Milano: Feltrinelli, 1-84.
- GRAZZINI, Anton Francesco (1962): *Il frate*, em Nino Borsellino (ed.), *Commedie del Cinquecento*, vol. I. Milano: Feltrinelli, 85-120.
- MAGALHÃES, Ana Maria / Isabel ALÇADA (2011): *Uma aventura no Porto*. Lisboa: Editorial Caminho.
- MARINHO, João Carlos (2006): *O gênio do crime*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- MESSINA, Simona (2006): "Il *che* tuttofare", em Emanuela Cresti (ed.), *Prospettive nello studio del lessico italiano. Atti SILFI 2006*, vol. II. Firenze: FUP, 445-453.

- MESZLER, Lenka / Borbála Samu (2010): “Le strutture subordinate”, em Giampaolo Salvi / Lorenzo Renzi (eds.) *Grammatica dell’italiano antico*, vol. 2. Bologna: Il Mulino, 763-791.
- NUNES, José Joaquim (1975⁸): *Compêndio de gramática histórica portuguesa: fonética e morfologia*. Lisboa: Livraria Clássica.
- SABATINI, Francesco / Vittorio COLETTI (dirs.): *Dizionario della lingua italiana “Il Sabatino Coletti”*. http://dizionari.corriere.it/dizionario_italiano/index.shtml.
- SABATINI, Francesco (1985): “L’italiano dell’uso medio: una realtà tra le varietà linguistiche italiane”, *Gesprochenes italienisch in Geschichte und Gegenwart*, 154-184.

Adentro das produções textuais: a noção de *tecnologia* em textos de alunos do Ensino Fundamental

Duane Valentim

Universidade Federal de São Carlos (Brasil) / Universidade Nova de Lisboa
duanevalentim@gmail.com

Solange Christiane Gonzalez Barros

Universidade Federal de São Carlos (Brasil) / Universidade Nova de Lisboa
solcgbarros@yahoo.com.br

Inside Textual Productions: the Notion of *Technology* in Elementary School Student's Compositions

Resumo

Neste artigo, analisamos as relações léxico-gramaticais no processo de geração de significação em produções textuais realizadas por alunos do 8º Ano do Ensino Fundamental II. Os textos em análise são oriundos da Avaliação da Aprendizagem em Processo – avaliação aplicada semestralmente pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo que, em 2015, teve como tema o lançamento de novos produtos tecnológicos no Brasil. Pudemos constatar que, quando abordado esse tema, há nas composições dos alunos uma seleção do léxico remetendo para noções que destacam elementos relacionados à lógica do consumo. As representações cognitivas, deste modo, veiculadas à tecnologia estão ligadas às experiências de mundo dos alunos e são mediadas por fatores físico-culturais, além de dialogarem com noções socialmente já construídas. Dessa maneira, os alunos, valendo-se de marcas léxico-gramaticais, traduzem textualmente as relações psicossociológicas que caracterizam o processo de linguagem. Pautamo-nos, para a análise das produções textuais, na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas. Esse referencial teórico nos propicia uma metodologia baseada na observação dos textos, de suas formas lexicalizadas e construções gramaticais, para, por meio de uma análise metalingüística, alcançar e reconstituir as representações psicossociológicas que são de natureza cognitiva e abstrata.

Palavras-chave

Operações enunciativas, noção, produção textual

Sumário

1. Introdução. 2. O ensino e a linguagem. 3. Embasamento teórico. 4. Breve descrição do *corpus*. 4.1. Análise do *corpus*. 5. Algumas considerações.

Abstract

In this article, we analyse the lexical-grammatical relations in students' texts. The texts were written by students in Elementary School based on the 'Learning Process Evaluation' – an evaluation conducted biannually by the São Paulo State Education System. The theme proposed in the first semester of 2015 (our data) was the *launch of new technological products in Brazil*. We observed that when the theme *technology* is the subject, the students' lexical selection refers to notions that concern features related to consumption. The cognitive representations of *technology* are linked to the students' experience and are mediated by physical and cultural factors. In this sense, the students' lexical-grammatical marks on their text reveal the psycho-sociological relations that characterise language activity. Our theoretical principals are based on the Theory of Predicative and Enunciative Operations that provide a methodology based on the observation of the texts, their lexicalised forms and grammatical constructions which permit a meta-linguistic analysis, through the access and reconstruction of psycho-sociological representations whose nature is cognitive and abstract.

Keywords

Enunciative operations, notion, textual production

Contents

1. Introduction. 2. Education and language. 3. Theoretical Basement. 4. Brief description of the *corpus*. 4.1. *Corpus* analysis. 5. Some considerations.

1. Introdução

Neste artigo discutiremos a noção de *tecnologia* presente em produções textuais de alunos do 8º ano do Ensino Fundamental - Ciclo II, em que, por meio de marcas léxico-gramaticais, conseguimos identificar representações cognitivas que se relacionam com a lógica do consumo. Tais representações estão relacionadas às experiências de mundo do sujeito e mediadas por fatores físico-culturais que acabam sendo traduzidas, textualmente, por relações psicossociológicas, fato este que caracteriza o processo de linguagem. Sendo o trabalho com a linguagem um dos principais objetivos do ensino de língua materna, acreditamos oferecer algumas reflexões que podem contribuir, também, para o seu ensino.

Para a discussão que aqui propomos, nos baseamos nos pressupostos da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas e, também, nas orientações sobre a linguagem e ensino contidas nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*¹ (PCNs) e no *Currículo do Estado de São Paulo - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*.

2. O ensino e a linguagem

O diálogo entre o estudo da produção de texto e a consciência do funcionamento da linguagem pode ser perspectivado de forma didática dado que uma das principais preocupações do ensino/aprendizagem de Português é a de garantir ao aluno seu engajamento discursivo, isto é, de proporcionar o seu envolvimento no discurso, além de tender a assegurar ao aluno uma experiência singular de construção de significação por meio da linguagem. Tais apontamentos são propostos pelos PCN de Língua Portuguesa, cuja orientação central é a de que o ensino de língua deve ocorrer através do contato com textos.

Ao se realizar a leitura dos documentos curriculares, pode-se verificar que o objetivo do ensino de Língua Portuguesa é o de consolidar práticas em que tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada é o uso da linguagem:

Tomando-se a linguagem como atividade discursiva, o texto como unidade de ensino e a noção de gramática como relativa ao conhecimento que o falante tem de sua linguagem, as atividades curriculares em Língua Portuguesa correspondem, principalmente, a atividades discursivas: uma prática constante de escuta de textos orais e leitura de textos escritos e de produção de textos orais e escrita, que devem permitir, por meio da análise e reflexão sobre os múltiplos aspectos envolvidos, a expansão e construção de instrumentos que permitam

¹ Os PCNs são referenciais teóricos que norteiam as equipes escolares a nível nacional. São divididos em disciplinas e entre Ensino Fundamental e Médio. Abrangem desde a organização dos conteúdos a serem ensinados até as formas como devem ser abordados.

ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência discursiva. (Secretaria de Educação Fundamental 1998: 27)

Não se trata de confinar a questão do ensino de Língua Portuguesa à linguagem, embora esta seja fundamental no desenvolvimento de qualquer ser humano na compreensão de concepções que lhe permite, enquanto sujeitos, entender o mundo e nele agir. É evidente que o estudo de língua deve ser submetido a uma abordagem dialógica que muitas vezes não é contemplada nas escolas, onde se costuma trabalhar separadamente língua e linguagem, gramática e produção/interpretação de textos.

Segundo o *Currículo do Estado de São Paulo - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*² (2012: 32):

A atividade de Língua Portuguesa deve evitar que o aluno se sinta um estrangeiro ao se utilizar de sua própria língua: é necessário saber lidar com os textos nas diversas situações de interação social. É essa habilidade de interagir linguisticamente por meio de textos, nas situações de produção e recepção em que circulam socialmente, que permite a construção de sentidos. Desse modo, desenvolve-se a competência discursiva e promove-se o letramento.

É nesse contexto de ensino, em que se deve trabalhar com a linguagem valorizando a reflexão sobre o seu funcionamento, que propomos analisar relações léxico-gramaticais no processo de geração de significação em produções textuais tendo como aporte teórico a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli (doravante TOPE), por se tratar de um quadro teórico que nos propicia uma metodologia baseada na observação dos textos, tanto de suas formas lexicalizadas, como de suas construções gramaticais, tornando possível, por meio de uma análise metalinguística, alcançar e reconstituir as representações psicossociológicas que são de natureza cognitiva e abstrata.

3. Embasamento teórico

No quadro da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, Culioli (1990), linguista que lança os fundamentos desse modelo teórico, afirma que é necessário considerar o processo de predicação responsável por gerar a significação, significação esta que se instala anteriormente à constituição das classes de palavras que vão se cristalizar no sistema linguístico.

² É considerado o documento curricular da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Neste material, encontram-se as orientações e conteúdos a serem ministrados nas disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna - Inglês, Língua Estrangeira Moderna - Espanhol, Arte e Educação Física; para o Ensino Fundamental - Ciclo II e Ensino Médio.

O enunciado, nesse quadro teórico, é entendido como uma sequência com significação, que apresenta valores referenciais oriundos da determinação das diferentes categorias gramaticais marcadas nas formas e construções linguísticas. Considerado um construto, o enunciado é resultado de diversas operações com caráter teórico diferenciado. Como aponta Neves (2012: 60):

[...] o enunciado deriva de uma relação predicativa, uma relação entre noções lexicalizadas e categorizadas, que tem um sentido e constitui um objeto meta-lingüístico que é, por conseguinte, pré-enunciativo. De uma relação predicativa deriva um conjunto teoricamente não finito de enunciados, cada um dos quais tem uma significação.

Considerando esses aspectos, se estabelece as diferentes operações implicadas na construção de um enunciado, uma vez que as operações enunciativas não são dissociáveis das operações predicativas. Portanto, na construção de sua teoria enunciativa, Culioli (1990) destaca a dimensão cognitiva da linguagem, atribuindo-lhe um caráter autônomo ao introduzir o conceito de *noção*, que está na base da construção/reconstrução da significação por parte, respectivamente, de um enunciador e de um coenunciador.

Este conceito, relacionado aos nossos objetivos neste trabalho, vai de encontro à afirmação de que todas as construções gramaticais terão as mesmas características da nominalização por ser pré-categorial, isto é, anterior às categorias do nome e do verbo, e do léxico e da gramática, o que nos permite dizer que a noção é indeterminada e ambígua. Como as noções são consideradas mais abstratas que as unidades lexicais, não podem ser categorizadas do ponto de vista morfolexical.

Segundo Culioli (1990), a noção compõe-se por um conjunto aberto de traços semânticos que se deixa configurar no ato da enunciação e envolve um conjunto de possibilidades ligadas a propriedades físico-culturais (por exemplo, única/múltipla, estado/processo) como resultado das operações de representação mental, referenciação e regulação. Elas se estabelecem em situações de interação entre pessoas e/ou pessoas e objetos e que vão se estabilizando com um ou outro significado. Os ajustamentos realizados caminham em direção a uma estabilização, movimentando o domínio nocional, lugar onde são avaliados os valores e as propriedades atribuídas a uma determinada noção, cujas produções de significação se dão sempre entre sujeitos enunciadoreis com base na relação destes com o mundo.

As noções e as relações entre as noções, segundo Culioli (1990), são sistemas complexos que estruturam propriedades físico-culturais construídas cognitivamente a partir da interação com o mundo exterior – objetivo – e com o mundo interior – subjetivo. Tais sistemas sustentam as representações de uma dada língua e, dessa forma, do ponto de vista linguístico – já que as noções englobam conceitos que não se restringem à linguística – as noções são entidades cognitivas de uma certa cultura cujas condições enunciativas devem ser consideradas.

A partir da noção, temos a concepção de linguagem como sendo uma forma de apreensão do mundo pelo sujeito, que se constrói mediada por fatores físico-culturais e mentais. Nas reflexões de Rezende (2009: 20),

A noção é incorpórea e materializada no esforço que faz um sujeito para dar forma a uma representação mental por meio de arranjos léxico-gramaticais, seja na modalidade oral, seja na escrita da língua. Diferentemente do signo, que é estático, consensual, social, ela resulta de um esforço de medida que o sujeito faz entre o que está construído ou que ele supõe construído e estável e a sua subjetividade.

Para a autora, a noção permite acessar a linguagem que sustenta o movimento entre pontos diferentes de uma variação radical de experiência e de expressões linguísticas cujas existências devem ser defendidas como ponto de partida, por meio do qual as línguas oferecem marcas para que seja feito um trabalho de medida (aproximação, distanciamento, remontamento, comparação, avaliação, generalização, particularização), que é a própria linguagem.

A noção pode ser observada de três maneiras: i. a fenomenológica, cujas ocorrências dizem respeito à existência de objetos com os quais entramos em contato desde a infância e que com sua participação em fenômenos variados, torna-se fonte de processos cognitivos e de construção de representações no interior de uma cultura; ii. a linguística, na qual as ocorrências dizem respeito à materialização da noção; e iii. a metalinguística, que compreende um domínio abstrato, não de representações cognitivas, mas de representações metalinguísticas que estruturam ocorrências das noções.

Segundo Rezende (2009), a noção pode ser estudada sob vários focos: partindo de unidades lexicais (para tal precisa-se da gramática); partindo de enunciados gramaticais (sendo necessário o léxico); ou, ainda, partindo do conteúdo de pensamento do qual se tem arranjos léxico-gramaticais. Ao abordarmos o conceito de noção, remetemos ao termo denominado domínio nocional. Cada noção configurada enquanto domínio nocional possibilita ao enunciador estruturar a classe de ocorrências que lhe está associada. Um domínio nocional é aberto e deformável, correspondendo a representações variáveis e criativas, não podendo assimilar um inventário finito, além disso, se organiza ao redor de uma ocorrência que serve como uma referência, uma típica ocorrência, denominada de centro. O domínio nocional compreende três zonas:

- um Interior, composto de ocorrências que participam de uma relação de identificação com o centro organizador, por isso possui todas as propriedades que constituem a noção;
- um Exterior, que está desconectado do centro organizador, portanto não possui as propriedades deste centro;

- e a Fronteira, uma zona híbrida que contem as ocorrências possuidoras das propriedades pertencentes tanto do interior como o exterior; participando da relação de diferenciação do centro organizador.

Uma vez que a noção não está diretamente disposta ao lado das formas linguísticas, este quadro teórico nos coloca de antemão a impossibilidade de rotular itens lexicais, seja do ponto de vista gramatical, seja do ponto de vista semântico. Desse modo, na TOPE, a indeterminação é condição essencial da linguagem.

A relação enunciativa, que opera no nível discursivo, se dá por referência ao momento que localiza a relação predicativa (ou conteúdo proposicional) em relação marca a predicação quanto ao *eu-aqui-agora* da enunciação, situando a predicação em uma dada situação enunciativa, levando em conta os sujeitos enunciadores e o momento da enunciação (tempo e espaço). São estabelecidas as relações entre sujeito (S), e tempo-espaço (T) da enunciação e do enunciado. Tem-se, de um lado, a relação enunciativa envolvendo o sujeito enunciador e o sujeito do enunciado, e do outro lado, o tempo da enunciação e o tempo do enunciado.

Desse modo, a construção da significação se realiza num sistema referencial, concebido como um sistema complexo de coordenadas enunciativas, incluindo a própria situação de enunciação³, origem de todas as determinações de sujeito e de tempo-espaço construídas na e pela enunciação.

É na relação enunciativa que se opera a passagem de um pré-enunciado para um enunciado, consolidado por meio das operações de determinação modal e temporal-aspectual. Cada uma destas operações age sobre a noção. Embora possuam certo grau de estabilidade, que é necessário para a comunicação, as noções não são rigidamente fixadas; ao contrário, elas são dinâmicas e variam de indivíduo para indivíduo e de uma situação a outra.

Dessa maneira, na análise que faremos das produções textuais dos alunos, buscaremos explicitar o modo como as experiências dos alunos aparecem nas noções envolvidas ao conceito de *tecnologia*, e que podem influenciar na variação do valor final atribuído a tal noção.

³ A situação de enunciação para Culioli (1999) é um procedimento usado para encontrar o conjunto de situações que constituem o sistema de referência do enunciado. Em cada ato de enunciação, o indivíduo constrói seu próprio referencial espacial e temporal cujos termos são identificados em relação à situação de enunciação. Em um enunciado, as referências serão validadas conforme o ponto de vista daquele que enuncia em relação ao que o mesmo supõe ser a posição de seu interlocutor.

4. Breve descrição do *corpus*

Os textos que selecionamos para analisar são oriundos da Avaliação da Aprendizagem em Processo – avaliação aplicada no início do ano letivo de 2015 pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Para a elaboração da produção textual, os alunos tiveram que desenvolver uma notícia sobre o seguinte tema: o lançamento de novos produtos tecnológicos no Brasil. As ocorrências extraídas para análise foram retiradas desses textos produzidos em sala de aula, que compõem um corpus constituído de 40 produções textuais de alunos de 8º ano de Ensino Fundamental II, de uma escola pública localizada na periferia de uma cidade do interior de São Paulo.

Antes da elaboração das notícias, a professora de Língua Portuguesa chama a atenção para a contextualização de onde as notícias circulam, pensando no suporte de veiculação, e também, a estrutura composicional desse gênero. Em seguida, expõe as informações necessárias que devem ser levadas em consideração para a realização da atividade, com base em uma breve apresentação das principais características expostas na própria prova, como podemos observar abaixo:

1ª Etapa

Estamos, o tempo todo, em contato com tudo o que acontece no mundo, através das notícias que ouvimos no rádio, vemos na televisão, lemos nos jornais, revistas, blogs etc.

Em notícias escritas, podemos observar que a forma como os fatos são relatados obedece a uma estrutura característica, composta basicamente pelos seguintes elementos:

- o título;
- o lide, que segundo o dicionário Houaiss¹, corresponde à abertura da notícia, apresentando o assunto ou destacando o fato principal;
- linguagem objetiva;
- informações sobre o fato noticiado (Quem?; O quê?; Onde?; Quando?; Como?; Por quê?).

FIGURA 1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O GÊNERO NOTÍCIA

Seguindo as orientações estabelecidas para a aplicação da prova, a professora realizou a leitura dos Textos I e II em voz alta para os alunos, que deveriam escutar atentamente. Em relação aos dois textos, estes exemplificam o tipo de notícia que os alunos devem escrever, funcionando como um suporte, uma coletânea:

Texto I

11 de agosto de 2014 • 10h56 • atualizado às 15h53

Tecnologia para vestir promete conexão da cabeça aos pés

Óculos, pulseiras, relógios e até sapatos inteligentes são a nova promessa do mercado para manter as pessoas conectadas

Pulseiras capazes de medir as calorias queimadas num exercício, além da frequência cardíaca e da distância percorrida. Óculos com suporte para comandos de voz, navegação por GPS e uma câmera para compartilhar fotografias nas redes sociais. Relógios e até sapatos e tênis inteligentes, para que ninguém se perca caminhando por aí.

Como aconteceu com os celulares, no passado, a chamada tecnologia para vestir (*wearable tech*, em inglês) é hoje uma forte tendência nesse mercado. "O vestuário é o novo computador", anuncia Angela McIntyre, analista da consultoria americana Gartner.

Segundo ela, até 2020 cerca de 200 milhões de dispositivos "para se vestir", que incluem óculos, pulseiras e relógios, deverão ser vendidos no mundo todo.

A nova febre tem, de acordo com a analista, suas razões de ser. "Esses dispositivos nos permitem acessar facilmente as informações, sem precisar tirar o celular da bolsa (ou do bolso)", explica.

Para Angela, há diferentes motivos para as pessoas usarem essa tecnologia, mas melhorar a saúde e o desempenho nos exercícios são as principais delas.

É difícil, no entanto, prever o que irá dar certo – ou não – nesse novo mercado. Segundo a analista da Gartner, o preço é importante para o sucesso do produto, mas o design e a duração da bateria também contam – e muito. "Não pode ser muito pesado ou grande e a bateria precisa durar bastante", explica.

Texto II




Foto: Lechal / Divulgação

Esqueça os mapas e as bússolas. O sapato inteligente, criado por uma empresa indiana, a Ducere Tech, promete ajudá-lo a encontrar o caminho. O usuário insere o seu destino, usando o Google Maps ou outro aplicativo, e um dispositivo instalado no calçado se conecta via Bluetooth ao telefone e passa as informações sobre o destino emitindo sinais ao pé esquerdo ou direito. (adaptado)

FIGURA 2. TEXTO I E II

O gênero notícia implica o fornecimento de uma informação nova sobre acontecimentos recentes e relevantes, o que limita o que será objeto de notícia, é necessário o fato ser novo, recente e relevante. Com base nos textos expostos, alguns trechos das notícias evidenciam claramente a função de fazer propaganda de produtos - no caso, tecnologia para vestir - como podemos observar:

- Pulseiras capazes de medir as calorias queimadas num exercício, além da frequência cardíaca e da distância percorrida. Óculos com suporte para comandos de voz, navegação por GPS e uma câmera para compartilhar fotografias nas redes sociais. Relógios e até sapatos e tênis inteligentes, para que ninguém se perca caminhando por aí.

- O sapato inteligente, criado por uma empresa indiana, a Ducere Tech, promete ajudá-lo a encontrar o caminho.

Verifica-se que esta estratégia tem forte poder apelativo, pois a propaganda, de um lado, aparece implícita na notícia e, por outro lado, é evidente pela credibilidade e a plausibilidade que se atribui, normalmente, às notícias, além do seu poder de despertar o interesse mercantil. Portanto, no Texto I, que aparece como coletânea aos alunos, o tema da tecnologia está diretamente ligado a acessórios, tais como pulseiras, óculos e relógios inteligentes, que marcam a frequência cardíaca ou que contêm GPS, por exemplo. Há também uma distinção entre a “tecnologia para vestir” e o celular “que deve ser tirado do bolso”, em que o texto argumenta a favor da primeira opção. A vantagem destacada com o uso dessas novas tecnologias é a de que este produto que pode ser utilizado durante os exercícios físicos – o que seria mais trabalhoso se carregar um celular – no entanto, o problema que se tem é em relação à duração da bateria e seu design.

Do mesmo modo, o Texto II da coletânea apresentado aos alunos faz um paralelo entre os objetos antigos (bússolas e mapas) e os objetos modernos relacionados à tecnologia (Google Maps e Bluetooth). O texto vem acompanhado por uma imagem de um tênis com um design.

Na sequência, a professora solicita aos alunos que escrevessem uma notícia de acordo com a seguinte proposta apresentada na prova:

Escreva uma notícia sobre o *lançamento de pulseiras, óculos e sapatos inteligentes no Brasil*. Imagine que a notícia será publicada na seção de tecnologia de um famoso portal da internet.

Entende-se, a partir da proposta da produção textual, que os alunos devem escrever seus textos dentro de um gênero nomeadamente notícia sobre uma determinada temática: o lançamento de produtos de vestimentas inteligentes em um determinado lugar, o Brasil. Além disso, o texto deve estar de acordo com um veículo de informação – portal da internet. Como coletamos 40 produções textuais, realizamos a leitura destas, sempre observando de forma intuitiva a ocorrência da noção que nos interessa, focando em outros enunciados em que tecnologia aparecia e pensando no modo de apreensão do mundo que cada aprendiz mostra ao construir seu texto.

4.1. Análise do *corpus*

Partindo das focalizações da noção tecnologia, verificamos uma diversidade de ângulos dos quais a noção que nos interessa aparece captada. A seguir, apresentamos alguns trechos extraídos de algumas produções textuais, doravante PT, que são representativas das variadas ocorrências que analisaremos:

PT1- *Tecnologia no Brasil – Tudo sobre inovação e descobertas*⁴

[...], foi registrada a chegada de *um novo produto*⁵ para o Brasil vindo diretamente da China. [...] *A mercadoria* chegou e já está fazendo muito sucesso. Ela tem várias cores e tamanhos. E irá facilitar a vida de muitas pessoas diz o criador Yano Takaima.

PT2- *Tecnologia para vestir promete conexão da cabeça aos pés*

Com esse calçado irá se sentir nas nuvens:
O tênis mágico! [...]. Essa vai ser a nova febre no Brasil e será possível que venda no mundo todo. [...] E esse sapato haverá pra todos os tipos de pessoas, adultos, adolescentes, crianças e etc...

PT3- *Agora a tecnologia vai do seu bolso para seu visual.*

Chegou ao Brasil os óculos do nosso futuro! Não vai ficar fora dessa!!! [...] *Os novos óculos inteligentes* te ajudam aonde quer que você esteja. [...] Ele foi muito testado antes de chegar em nossas mãos.

PT4- *Nova moda de pulseiras, óculos e sapatos*

Lançamento pulseira [digitais], óculos e *sapatos inovadores* [tênis com rodinhas elétricas] que prometem evolução e facilidade. Lançamento sensacional de pulseiras digitais que são como celulares, óculos, microscópicos e tênis com rodinhas elétricas que são muito pequeninas e quase impossíveis de ver!

[...] Venha conferir em nosso site, está falando tudo sobre esta inovação magnífica, que está virando febre no mundo inteiro, já atingiu vários estados e está acabando. [...] Esta produção foi uma nova inovação de Cláudio Correia Altimari, que há um mês antes estava em teste na América do Norte!

[...], porque as lojas já estão recebendo os produtos não percam!

PT5- *Visual tecnológico chega ao Brasil*

Acessórios modernos do futuro próximo param se usar em qualquer hora do dia a dia. Com um visual bem moderno, os *novos adereços* estarão brevemente nas vitrines do Brasil. Seremos a geração tecnológica inovadora, mas não só nós como o mundo

⁴ Títulos das produções textuais dados pelos alunos.

⁵ Grifos nossos.

inteiro. [...] Chega de pôr as mãos no bolso para pegar o celular, os novos dispositivos nos permite cessar informações por comandos de voz.

[...] Em breve, nas vitrines de nosso país!

Foi possível observar primeiramente, a partir das construções textuais, as visões de *tecnologia* a partir de formulações como as que se seguem: como “acessórios modernos”, “mercadoria”, “novos adereços”, “produtos”, “facilitador”, “dispositivo”, “inovação”, entre outros. Entretanto, ao realizar uma verificação mais cuidadosa, percebe-se que a noção *tecnologia* apresenta outros valores. Como algumas ocorrências transitam em mais de uma noção, as separamos em grupos dependendo do tipo de noção de *tecnologia* que veiculam, isto é, do feixe de propriedades físicas e culturais que lhes subjaz. Ao todo, pudemos encontrar sete diferentes noções associadas à *tecnologia*, conforme exposto na tabela abaixo:

TIPO DE NOÇÃO VEICULADA	OCORRÊNCIAS
Noção de tecnologia associada à geração de credibilidade	<p>(1) [...], foi registrada a chegada de um novo produto para o Brasil <i>vindo diretamente da China.</i></p> <p>(2) [...] Ele foi muito testado antes de chegar em nossas mãos.</p> <p>(3) Esses são os novos produtos brasileiros que estão em alta no mercado, <i>os produtos foram inventados por alunos do 3º ano da faculdade de engenharia técnica do estado de São Paulo.</i></p> <p>(4) <i>Os cientistas no Brasil,</i> conseguiram criar em 2015 um dispositivo que conseguiria se conectar com as pessoas por comando de voz e o pensamento.</p> <p>(5) Esse dispositivo começará a ser produzido em 2015 com a estimativa de 300 milhões já feitos até o ano de 2025 em São Paulo <i>na indústria especializada em tecnologia.</i></p> <p>(6) <i>Sarah Morgensten, uma brasileira empreendedora,</i> criou uma nova tecnologia que prendeu a atenção de todos.</p>
Noção de tecnologia associada ao caráter coletivo, de acessibilidade democrática	<p>(7) [...] A mercadoria chegou e já está fazendo muito sucesso. Ela tem várias cores e tamanhos. E irá facilitar a vida de <i>muitas pessoas</i> diz o criador Yano Takaima.</p> <p>(8) [...]. Essa vai ser a nova febre no Brasil e será possível que venda <i>no mundo todo.</i></p> <p>(9) [...] E esse sapato haverá pra <i>todos os tipos de pessoas adulto, adolescentes, crianças e etc...</i></p> <p>(10) [...] conferir em nosso site, está falando tudo sobre esta inovação magnífica, que está virando febre <i>no mundo inteiro,</i> já atingiu <i>vários estados</i> e está acabando...</p> <p>(11) [...] Os cientistas criaram essa tecnologia para aumentar a velocidade do seu dia a dia, também para <i>as pessoas deficientes que são cegas e que não conseguem falar.</i></p> <p>(12) [...] Compartilhar esta inovadora tecnologia com <i>o mundo</i> pode ser essencial, <i>as futuras gerações</i> desfrutaram* e atualizaram nossos acessórios e calçados de hoje para uma vida prática, rápida e simples.</p>

* Optamos por manter a ortografia original das produções textuais, uma vez que esse não é nosso objetivo de estudo.

TIPO DE NOÇÃO VEICULADA	OCORRÊNCIAS
<p>Noção de tecnologia com relação à utilidade do produto</p>	<p>(13) [...] A mercadoria chegou e já está fazendo muito sucesso. <i>Ela tem várias cores e tamanhos. E irá facilitar a vida de muitas pessoas</i> diz o criador Yano Takaima.</p> <p>(14) [...] Os novos óculos inteligentes <i>te ajudam aonde quer que você esteja.</i></p> <p>(15) Esses são os novos produtos brasileiros que estão em alta no mercado, os produtos foram inventados por alunos do 3º ano da faculdade de engenharia técnica do estado de São Paulo. <i>Os produtos tem finalidade de ajudar as pessoas e facilitar seu dia.</i></p> <p>(16) Pulseiras digitais, óculos com GPS, e sapatos que <i>conectam-se ao seu celular via Bluetooth</i> são os mais novos acessórios da atualidade na moda.</p> <p>(17) [...] Compartilhar esta inovadora tecnologia com o mundo pode ser essencial, as futuras gerações desfrutaram (ão) e atualizaram (ão) nossos acessórios e calçados de hoje <i>para uma vida prática, rápida e simples.</i></p> <p>(18) Acessórios modernos do futuro próximo <i>para se usar em qualquer hora do dia a dia.</i></p> <p>(19) Celular na mente, nos olhos, uma tecnologia <i>que promete deixar o seu dia a dia mais rápido.</i></p>
<p>Noção de tecnologia que designa diversidade, multiplicidade e pluralidade</p>	<p>(20) [...] São <i>diversos produtos</i>, esmaltes, batons, sombras, etc.</p>
<p>Noção de tecnologia com a ideia de unanimidade, inquestionável</p>	<p>(21) Sarah Morgensten, uma brasileira empreendedora, criou <i>uma nova tecnologia que prendeu a atenção de todos.</i></p>
<p>Noção de tecnologia que aponta numa direção futura</p>	<p>(22) Chegou ao Brasil os óculos <i>do nosso futuro!</i> Não vai ficar fora dessa!!!</p> <p>(23) [...] Venha conferir em nosso site, está falando tudo sobre esta <i>inovação magnífica</i>, que está virando febre no mundo inteiro, já atingiu vários estados e está acabando...</p> <p>(24) [...], porque <i>as lojas já estão recebendo</i> os produtos não perçãol!</p> <p>(25) [...] Compartilhar <i>esta inovadora tecnologia</i> com o mundo pode ser essencial, <i>as futuras gerações</i> desfrutaram¹ (ão) e atualizaram (ão) nossos acessórios e calçados de hoje para uma vida prática, rápida e simples.</p> <p>(26) <i>Acessórios modernos do futuro próximo</i> para se usar em qualquer hora do dia a dia.</p>
<p>Noção de tecnologia destinada ao sensacionalismo</p>	<p>(27) [...]. Essa vai ser <i>a nova febre no Brasil e será possível que venda no mundo todo.</i></p> <p>(28) Chegou ao Brasil os <i>óculos do nosso futuro!</i> Não vai ficar fora dessa!!!</p> <p>(29) <i>Lançamento sensacional</i> de pulseiras digitais que são como celulares, óculos microscópicos e tênis com rodinhas elétricas que são muito pequeninas e quase impossíveis de ver!</p> <p>(30) [...] Venha conferir em nosso site, está falando tudo sobre esta <i>inovação magnífica</i>, que está virando febre no mundo inteiro, já atingiu vários estados e está acabando...</p> <p>(31) Sapatos, óculos e pulseiras inteligentes são <i>a nova febre no Brasil.</i></p> <p>(32) Com um visual bem moderno, os novos adereços <i>estarão brevemente nas vitrines do Brasil.</i></p> <p>(33) [...] Em breve, <i>nas vitrines de nosso país!</i></p>

TABELA 1. LEVANTAMENTO DAS OCORRÊNCIAS

Diante da riqueza dos dados apresentados e por questões de espaço, não serão analisados todos os enunciados extraídos. Selecionamos apenas alguns representativos com a finalidade de mostrar como se dá o preenchimento da noção em um determinado ambiente textual, observando as relações léxico-gramaticais que constroem significações. Dessa forma, analisamos, a título de ilustração da pesquisa em curso, a produção linguístico-textual PT1:

PT1: *Tecnologia no Brasil – Tudo sobre inovação e descobertas*

Dia 5 de fevereiro de 2013 às 18h 45, foi registrada a chegada de um novo produto para o Brasil vindo diretamente da China.

Uma roupa que ao chover vira uma capa de chuva. Já está a venda no mercado livre e em algumas regiões do Estado de São Paulo - SP.

Os criadores dela dizem que a ideia surgiu quando estavam assistindo TV, em um jornal da qui do Brasil onde mostrava moradores tomando muita chuva.

A mercadoria chegou e já está fazendo muito sucesso. Ela tem várias cores e tamanhos. E irá facilitar a vida de muitas pessoas diz o criador Yano Takaima.

Em um primeiro momento, verificamos que a noção *tecnologia* é focada segundo diferentes perspectivas ao levarmos em consideração três enunciadores distintos que são delineados no texto a partir de E_0 ⁶, ponto de partida da enunciação:

E_1 = Eu / aluno

E_2 = os criadores da invenção

E_3 = Yano Takaima

No caso de E_1 , é evidente a noção muito ligada à ideia de que “ser tecnologia” é ser produto, mercadoria, dispositivo. Quanto à questão de articular tecnologia com inovação e descoberta, verificamos um posicionamento, mesmo que sutil por parte do aluno, de que inovação e descoberta são realizadas por chineses, conferindo credibilidade e funcionalidade ao produto, uma vez que realmente funciona e “faz muito sucesso”.

Em relação a E_2 construído no texto, que diz respeito aos criadores, a noção *tecnologia* trazida por este está vinculado à criação de algo para ajudar ao próximo. Constatamos que a partir deste, se dá um direcionamento similar em E_3 , que retoma a noção *tecnologia* veiculando a ideia de uma criação que facilita a vida das pessoas. Assim, verificamos:

⁶ Considerado um localizador abstrato, concebido como a origem das operações de localização subjetivas, constituindo a base para a construção e reconstrução dos valores referenciais de um enunciado. Tais valores referenciais remetem aos julgamentos humanos, pontos de vista subjetivos e valores aspectuais e modais encontrados em um texto.

Em relação a E_1 , E_2 e E_3 , estes são considerados os sujeitos do enunciado.

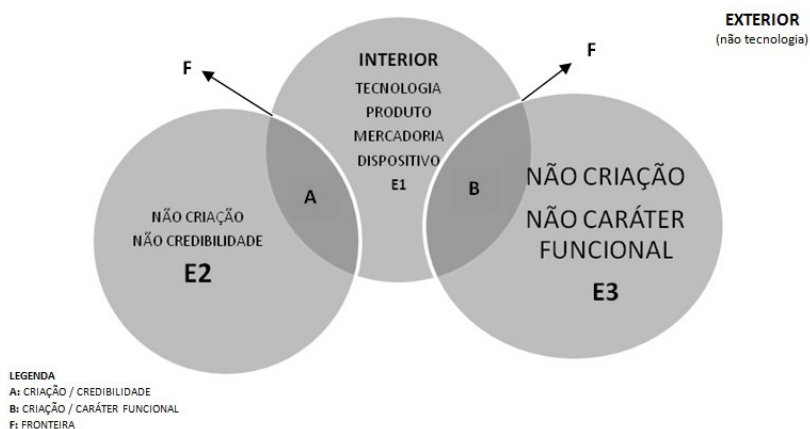


FIGURA 3. “SER TECNOLOGIA” EM PT1

Partindo para uma segunda etapa de nossa análise, é possível extrair a seguinte relação enunciativa⁷ da noção *tecnologia*, onde consideramos a predicação produzida pelo aluno, pensando em outras possibilidades a fim de observar o jogo estabelecido em cada enunciação. No quadro teórico de Culioli (1990), um dos métodos com vista à descrição e explicação dos fenômenos linguísticos consiste em, a partir de um enunciado, proceder as manipulações, fazendo variar os marcadores com a intenção de fazer emergir fenômenos, nos quais o linguista possa identificar as operações linguísticas a que remetem as representações selecionadas para observação. Assim, partindo de alguns enunciados da sequência linguístico-textual PT1, obtemos as seqüências (1) a (5):

- A mercadoria chegou e já está fazendo muito sucesso

 1. *O produto* chegou e já está fazendo muito sucesso.
 2. *A tecnologia* chegou e já está fazendo muito sucesso.
 3. *A mercadoria* do futuro já chegou, por isso faz sucesso.
 4. *A inovação* já chegou fazendo sucesso.
 5. *A nova descoberta* chegou fazendo sucesso.

Por meio das manipulações, pode-se observar que há nas composições dos alunos uma seleção do léxico que remete para noções que destacam elementos relaciona-

⁷ Nesta citada relação, temos marcas de pessoa, espaço e tempo impressas no enunciado.

dos com a lógica do consumo. Dessa forma, pode-se entender que os alunos, valendo-se de marcas léxico-gramaticais, traduzem textualmente as relações psicossociológicas que caracterizam o processo de linguagem e que, neste caso, associado à noção de *tecnologia*, se situam no âmbito daquilo que a nossa sociedade de consumo dita.

5. Algumas considerações

Neste trabalho, tivemos como objetivo pensar a noção relacionada com a noção *tecnologia* por meio das marcas léxico-gramaticais nos textos dos alunos, levando em conta as representações cognitivas dos mesmos. Pudemos constatar que, quando abordado esse tema, há nas composições dos alunos uma seleção do léxico remetendo para noções que são constituídas por traços físico-culturais relacionados com a lógica do consumo. Buscamos mostrar que as representações cognitivas veiculadas de *tecnologia* estão ligadas às experiências de mundo dos alunos e são mediadas por fatores físico-culturais, que, naturalmente, dialogam com noções socialmente já construídas.

Agradecimento

As autoras agradecem a CAPES pelo auxílio financeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL (1998): *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC / SEF.
- CULIOLI, Antoine (1990): *Pour une linguistique de l'énonciation: Opérations et représentations*, t. 1. Paris: Ophrys.
- CULIOLI, Antoine (1999): *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*, t. 2. Paris: Ophrys.
- NEVES, Janete dos Santos (2012): *Corre voz no jornalismo do início do século XIX: Estudo semântico-enunciativo do Correio Braziliense e da Gazeta de Lisboa*. Jundiaí: Paco Editorial.
- REZENDE, Letícia Marcondes (2009): "Articulação da linguagem com as línguas naturais: o conceito de noção", em Marília Blundi Onofre / Letícia Marcondes Rezende (orgs.): *Linguagem e Línguas Naturais – Clivagem entre o enunciado e a enunciação*. São Carlos: Pedro / João Editores, 13-42.
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2012): *Currículo do Estado de São Paulo: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. São Paulo: SE.

O /R/ em coda silábica no interior de Goiás em dados do *Atlas Linguístico do Brasil*

Édina de Fátima Almeida*

Universidade Estadual de Londrina
edifatro@hotmail.com

Dircel Aparecida Kailer

Universidade Estadual de Londrina
dikailer@uel.br

The /r/ in Syllabic Coda in the Countryside of the State of Goiás in Data from the *Brazilian Linguistic Atlas*

Abstract

The /R/ phoneme may appear, in syllabic coda, in Brazilian Portuguese, mainly as glottal, velar, tap, multiple vibrant, retroflex, or just not to appear (Brandão 2007; Brescancini / Monaretto 2008; Aguilera / Kailer 2012, entre outros). Some of these variants are more prestigious ([f, h], [ɣ, χ] e [r]), others ([ʀ], [r], [ɻ]) might be stigmatized as one of the traits of the “caipira” speech (Botassini 2009). Nevertheless, some may coexist in the same place or, even, in the speech of the same informant, as observed by Almeida and Kailer (2015) on the use of rhotics in syllabic coda in some provincial locations of Mato Grosso do Sul, Goiás and Mato Grosso. In view of the above, the present study aims to expand the investigation of the use of the /R/ in syllabic coda to the countryside of Goiás (Catalão, Aruana, Porangatu, São Domingos, Jataí and Quirinópolis). For this purpose, this paper has been based on theoretical-methodological premises from Variationist Sociolinguistics and Geolinguistics in order to identify which linguistic and extra-linguistic contexts could influence the use of the retroflex variant in syllabic coda in these locations, as well as if the speech style - assessed by the questionnaires from the *Atlas Linguístico do Brasil – ALiB* (Comitê Nacional do ALiB 2001) from QFF – Phonetic-Phonological Questionnaire, the reports and the reading of texts, - shows relevance regarding the use of the retroflex variant.

Resumo

O fonema /R/ pode realizar-se, em coda silábica, no Português Brasileiro, principalmente, como glotal [f, h], velar [ɣ, χ], tepe [r], vibrante múltipla [ʀ], retroflexo [r], ou apenas não se realizar [Ø] (Brandão 2007; Brescancini / Monaretto 2008; Aguilera / Kailer 2012, entre outros). Algumas dessas variantes têm mais prestígio ([f, h], [ɣ, χ] e [r]), outras podem ser estigmatizadas ([ʀ], [r]) como uma das marcas do falar “caipira” (Botassini 2009). Mesmo assim, algumas podem coexistir na mesma localidade ou, até, no falar do mesmo informante, conforme observaram Almeida e Kailer (2015) sobre o uso dos róticos em coda silábica em algumas localidades interioranas de Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo principal ampliar a investigação do uso do /R/ em coda silábica no interior de Goiás (Catalão, Aruanã, Porangatu, São Domingos, Jataí e Quirinópolis). Para tanto, tomamos como base os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista e da Geolinguística no intuito de, também, identificar quais contextos linguísticos e extralinguísticos que podem influenciar no uso da variante retroflexa em coda silábica nessas localidades, bem como se o estilo de fala, avaliado a partir dos Questionários do *Atlas Linguístico do Brasil – ALiB* (Comitê Nacional do ALiB 2001) do QFF - Questionário Fonético-Fonológico, dos relatos e da leitura de texto, apresenta relevância quanto ao uso da variante retroflexa.

Palavras-chave

Róticos, *ALiB*, Goiás

Keywords

Rhotics, *ALiB*, Goiás

* Mestranda.

Sumário

1. Introdução. 2. Panorama histórico-geográfico das cidades pesquisadas. 2.1. Catalão. 2.2. Aruanã. 2.3. Porangatu. 2.4. Jataí. 2.5. Quirinópolis. 2.6. São Domingos. 3. Procedimentos metodológicos. 4. Discussão dos resultados. 5. Considerações finais.

Contents

1. Introduction. 2. Historical-geographical overview of the cities researched. 2.1. Catalão. 2.2. Aruanã. 2.3. Porangatu. 2.4. Jataí. 2.5. Quirinópolis. 2.6. São Domingos. 3. Methodological procedures. 4. Discussion of results. 5. Final considerations.

1. Introdução

Os estudos referentes aos róticos no Português Brasileiro perpassam pelos campos da Fonética, da Fonologia e da Sociolinguística. Em relação à Fonética e à Fonologia, o interesse em torno do /r/ deve-se, principalmente, à diversidade de formas fonéticas empregadas na sua realização ou ao apagamento desse fonema, principalmente, em coda silábica externa de verbos.

No Brasil, as variantes róticas são avaliadas socialmente de forma diferenciada, sendo algumas estigmatizadas ([r], [r̥], [ɾ]) por algumas pessoas ou alguns meios de comunicação e outras prestigiadas ([ɦ, h], [ɣ, ʁ] e [r]) (Tarallo 1986, Botassini 2009, Almeida / Kailer 2015, no prelo). Alguns estudos têm atestado a grande variação dos róticos no Português do Brasil (doravante PB), como os de Callou, Moraes e Leite (1996); Monaretto (1997 e 2002); Ferraz (2005); Martins (2006); Brandão (2007), Monguilhott (2007); Brescancini e Monaretto (2008); Silva (2008) dentre outros. Comprovou-se, a partir destes e de outros estudos, o papel que exercem alguns fatores extralinguísticos, como a faixa etária, o sexo e a escolaridade, a região, e linguísticos, como o contexto fonológico precedente e seguinte, a classe morfológica e a dimensão do vocábulo, entre outros.

Apesar de muito já ter sido estudado a respeito do uso do /R/ em coda silábica, há ainda muitas localidades brasileiras que carecem de uma descrição sistemática sobre esse fonema. Conforme pondera Lima (2013), há vários estudos sobre as variantes do /R/ nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, entretanto, existe uma lacuna em relação ao estudo desse fonema em coda silábica na região Centro-Oeste. Além disso, em outro estudo sobre três localidades dos três Estados da região Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás), Almeida e Kailer (2015) verificaram que em algumas localidades, principalmente no Estado de Goiás, havia informantes que alternavam, sistematicamente, as variantes retroflexa e glotal, o que nos chamou a atenção, por terem ponto e modo de articulação bastante distantes. Diante destes fatos, sentimo-nos motivadas a investigar o /R/ em coda silábica em outras localidades interioranas do referido Estado da região Centro-Oeste, tendo como objetivo principal examinar o uso dos róticos em coda silábica em seis cidades do interior de Goiás (Catalão, Aruanã, Porangatu, São Domingos, Jataí e Quirinópolis) e verificar se a referida alternância também ocorre nestas localidades.

2. Panorama histórico-geográfico das cidades pesquisadas¹

O estado de Goiás está situado geograficamente a leste da Região Centro-Oeste, no Planalto Central brasileiro. Sua extensão territorial é de 340.103,467 km², correspondendo a 4% do território nacional, delimitado pelos estados do Mato Grosso do Sul a Sudoeste, Mato Grosso a Oeste, Tocantins ao Norte, Bahia a Nordeste, Minas Gerais a Leste, Sudeste e Sul e pelo Distrito Federal a Leste. Conforme contagem populacional realizada, em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população totalizava 6.003.788 habitantes, distribuídos em 246 municípios, sendo o estado mais populoso do Centro-Oeste. Goiânia é a capital e também a maior cidade do estado e a mais populosa da Região Centro-Oeste com uma área aproximada de 739 km² e 1.318.148 habitantes.

Segundo site oficial do Estado de Goiás, em 1735, a colonização de origem europeia foi iniciada com a chegada dos bandeirantes na região que, anteriormente, era habitada por indígenas. A ocupação, propriamente dita, só se tornou mais efetiva com a descoberta de ouro nessas regiões, entretanto, com o esgotamento das jazidas auríferas, Goiás iniciou um processo de ruralização e retrocesso a uma economia de subsistência. Os portugueses, ao se depararem com essa situação, incentivaram e promoveram a agricultura na região, porém, a ausência de um mercado consumidor e o isolamento geográfico contribuíram para o fracasso da iniciativa.

A expansão da pecuária em Goiás alcançou relativo êxito nas três primeiras décadas do séc. XIX, resultando em significativo aumento populacional, principalmente no Sul da província. Com essa migração, surgiram novas localidades, que se tornaram cidades. Em 23 de março de 1937, Goiânia torna-se capital e, a partir dessa mudança, Goiás experimentou um crescimento acelerado por apresentar melhores condições hidrográficas, topográficas, climáticas e pela proximidade da estrada de ferro.

De acordo com os dados de 2010 do IBGE, o Estado de Goiás é caracterizado como um dos Estados que mais recebeu migrantes de outras regiões brasileiras durante os últimos anos, provavelmente pela sua localização central.

No estudo genético autossômico de 2008, realizado por Godinho (2008), foi possível observar a composição (ancestralidade) da população de Goiás: 83,70% europeia, 13,30% africana e 3,0% indígena e uma parte de ancestralidade árabe.

A seguir, apresentamos um breve panorama histórico das localidades interiores de Goiás que se fazem presentes neste estudo, com o intuito de verificar se tal miscigenação também está presente e se há algum indício desta miscigenação ocasionar ou não influências no uso das variantes róticas dessa região. Antes, porém, apresentamos a distribuição geográfica das localidades.

¹ Informações sobre as localidades foram encontradas, em sua maioria, no sítio: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>



Figura 1. Distribuição geográfica das cidades estudadas

FIGURA 1. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS CIDADES ESTUDADAS

2.1. Catalão

Catalão, município do Estado de Goiás, possui 94.896 habitantes (IBGE 2013), encontra-se a sudeste do referido estado. De acordo com o site oficial do município, nas primeiras décadas do séc. XVIII, tinha-se notícia da existência dos índios Guayaz e de terras ricas em minérios, principalmente o ouro. O termo Catalão originou-se com as bandeiras organizadas em comitivas compostas por homens de armas, cavaleiros e padres, que adentravam pelos sertões para a captura de mão-de-obra indígena e em busca de riquezas minerais. É também um dos únicos municípios de Goiás, além de Formosa (Arraial dos Couros -1749), cuja povoação iniciou-se antes de 1800.

No início do séc. XX, Catalão começou a fornecer gado e charque para as regiões produtoras de café, além de vender arroz e feijão com a chegada da ferrovia. Culturalmente, o município também renasce com a valorização, por parte da mídia, das Congadas e com a reforma de patrimônios históricos, como a Igreja de São João, a construção de museus, bibliotecas e de um centro cultural. Atualmente, Catalão, servida por diversas rodovias que ligam o município ao Triângulo Mineiro (e daí ao Sul e ao Sudeste); a Goiânia (e de lá ao Norte), a Brasília (e de lá ao Nordeste), ao sul de Goiás (e daí ao Mato Grosso) e ao alto Paranaíba (e de lá a Minas Gerais e

ao Nordeste), consolida-se como um dos mais importantes municípios goianos, com cerca de 20 km² de área urbanizada.

2.2. Aruanã

Aruanã, localizado às margens dos rios Vermelho e Araguaia, é um município do estado de Goiás, situado no noroeste goiano. Limita-se ao Norte com o Estado de Mato Grosso e conta com, aproximadamente, 7.560 habitantes (IBGE 2010) distribuídos por uma área de 3.180,00 km². Originada do sítio do Porto Manuel Pinto, chamava-se Santa Leopoldina, em 1920, e Leopoldina, em 1943, teve sua emancipação política, em 1958, quando se tornou Aruanã, nome de um peixe comum no rio Araguaia e de uma dança típica dos índios Carajás. Devido à expansão da cidade e ao crescimento da pecuária, o território dos seus primeiros habitantes, os Carajás, foi sendo reduzido cada vez mais. A localidade que surgiu por meio de um presídio militar, vive, atualmente, do turismo das águas do Araguaia.

2.3. Porangatu

Porangatu, termo de origem tupi que significa ‘bonito e bom’, através da junção os termos *porang* (‘bonito’) e *katu* (‘bom’). Emancipou-se, segundo o site *Cidades do meu Brasil*, em 31 de dezembro de 1943. Considerado o principal município do Norte de Goiás, é cortado pela Rodovia Belém-Brasília (BR-153), um dos mais importantes corredores rodoviários brasileiros, por onde escoa grande parte da produção agrícola e industrial brasileira. Conta com uma população estimada de 44.534 habitantes (IBGE, 2010).

Antigamente, Porangatu era habitada pelos índios Avás-Canoeiros, já no séc. XVIII, época em que o ouro se encontrava no seu apogeu, recebeu bandeirantes e padres Jesuítas que visavam a catequizar os índios. A região sofreu novo influxo populacional durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), quando desertores do exército brasileiro se fixaram na região.

2.4. Jataí

A cidade de Jataí constituiu-se na última fase da expansão do gado que, vindo da Zona Leste do Brasil, através do rio São Francisco, tomou conta de Minas Gerais e veio até Goiás e Mato Grosso. Jataí encontra-se situado no sudoeste de Goiás, a 327 km da capital estadual, Goiânia, a 535 km da capital federal, Brasília e a 934 km da cidade de São Paulo. Segundo estimativas IBGE (2010) conta com uma população de 95.998 habitantes. Em 31 de maio de 1895 a Vila de Jataí é elevada à categoria de cidade.

Conforme o site *Recanto das Letras*, Jataí apresenta várias culturas e etnias, destacando-se os imigrantes de origem árabe, como libaneses, sírios e palestinos, além de colonos provenientes de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que chegaram com a última fase da expansão do gado.

2.5. Quirinópolis

Quirinópolis é município do interior do Estado de Goiás, localizado ao sudeste de Goiânia, capital do estado, ocupa 3.780 km. Sua população, em 2014, era estimada em 46.788 habitantes.

A história de Quirinópolis data de meados do séc. XIX, com a entrada dos primeiros desbravadores em 1832, quando João Crisóstomo de Oliveira partiu com sua família e grande número de escravos de Ouro Preto (Minas Gerais). O fato de a região não registrar ocorrências minerais importantes fez com que os desbravadores se motivassem pelas terras férteis, notadamente as que se localizadas na bacia do Rio Paranaíba, divisa com o Estado de Minas Gerais.

2.6. São Domingos

Como define o site *Cidades do meu Brasil*, São Domingos possui uma população estimada em 10.996 habitantes, de acordo com o censo 2010. Localiza-se na região Norte do estado de Goiás, está na divisa com o estado da Bahia. São Domingos foi ocupado inicialmente por nordestinos, principalmente baianos e pernambucanos, devido à proximidade geográfica das regiões, apresentando, assim, forte presença cultural nordestina.

A região apresentou, na década de 1980, um crescimento significativo da presença de sulistas (paranaenses, catarinenses e gaúchos) que chegaram atraídos pelo baixo custo das terras. Dessa forma, São Domingos firma-se como uma região de fronteira com presença dos mais variados tipos de brasileiros: goianos, baianos, mineiros, cearenses, paranaenses, catarinenses, pernambucanos, paraibanos, etc.

Com o fracasso das mineradoras, o estado de Goiás, obrigou-se a criar uma série de políticas públicas para a ocupação e desenvolvimento econômico da porção Oeste do território brasileiro, uma delas foi a chamada Marcha para o Oeste. Com isso, houve a expansão da fronteira agrícola e maiores investimentos em infraestrutura no estado, que desencadearam grandes fluxos migratórios para Goiás. Criando-se assim uma grande miscigenação nesta região, também percebida nas cidades do interior de Goiás.

3. Procedimentos metodológicos

Os dados analisados aqui provêm das entrevistas de informantes inquiridos pelo projeto *ALiB*, por meio do questionário, elaborado pelos membros do Comitê Nacional (2001), para coleta dos dados, que, consoante Cardoso e Mota (2012), levaram em consideração os questionários dos atlas regionais brasileiros já publicados e também do *Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e Galiza*. Esse questionário subdivide-se em três partes: o Fonético – Fonológico (QFF), o Semântico Lexical (QSL) e o Morfossintático (QMS), além disso, há questões pragmáticas, temas para registro de discursos semidirigidos, questões de natureza metalinguística e texto para leitura. Dessa forma, documentam-se, além das variações já mencionadas, as variações diafásica e diastrática, o que possibilita estabelecer além das áreas dialetais, o predomínio do uso de uma variante mais coloquial ou mais formal, bem como a interferência das características socioculturais dos informantes nos diferentes falares brasileiros.

Optamos por analisar as ocorrências das respostas dadas ao QFF separadamente das ocorrências do /R/ em relatos espontâneos surgidos durante o QFF ou durante o discurso semidirigido no intuito de verificar se o grau de formalidade poderia interferir no uso dos róticos.

Após recortar os itens lexicais (*varrer, botar, montar, trabalhar, rasgar, beijar, encontrar, perguntar, sair, colher, liquidificador, mulher, calor, torneira, gordura, fervendo, árvore, borboleta, tarde, quatorze/catorze, pernambucano, certo, perdão, perfume, dormindo, perdida, perguntar, esquerdo*), que apresentavam as variantes do /R/ (retroflexa, glotal, velar, vibrante múltipla, tepe²), por meio do programa *SoundForge* (2010), procedemos à codificação e à análise percentual e probabilística por meio do programa *Goldvarb X*. Trabalhamos com 1.544 ocorrências desse fenômeno em coda silábica, no falar de 24 informantes, 12 homens e 12 mulheres, nas faixas etárias de 18 a 30 anos e de 55 a 65 anos, todos com o nível fundamental de escolaridade, das seis localidades interioranas do estado de Goiás (Catalão, Aruanã, Porangatu, São Domingos, Jataí, Quirinópolis).

Além desses contextos extralinguísticos (idade, sexo, localidade e estilos de fala), investigamos também os contextos linguísticos seguintes: ponto de articulação (bilabial, linguodental, labiodental, linguopalatal, velares) e modo de articulação (oclusiva, fricativa, nasal, africada); vogal da sílaba seguinte; extensão do vocábulo (monossílabo, dissílabo, trissílabo, polissílabo); acento da palavra (oxítone, paroxítone, proparoxítone) e a classe morfológica dos vocábulos (nomes e verbos).

² Os casos de apagamento foram excluídos desta análise, pois, conforme alguns estudos (Monaretto 2002, Aguilera / Kailer 2015, entre outros), é governado por contextos diferentes daqueles que influenciam nas demais variantes do /r/.

Averiguamos, também, o estilo de fala, que separamos em três grupos considerados como: a) menos monitorado, verificado nos relatos (discurso semidirigido), em que o informante conta fatos marcantes em sua vida e na vida de alguma pessoa muito próxima; b) mais monitorado que se efetivou por meio das respostas diretas durante o Questionário Fonético-Fonológico (QFF); c) mais monitorado, durante a leitura do texto, em que o informante presta, ainda, mais atenção à linguagem.

A seguir, apresentamos, primeiramente, as variantes do /r/ de cada localidade investigada e, em seguida, os resultados dos contextos selecionados pelo programa *Goldvarb X* como mais relevantes para o uso da variante retroflexa. Nos casos em que os contextos selecionados foram os mesmos para verbos e nomes e com resultados na mesma direção, no intuito de evitar redundâncias, apresentamos as tabelas e gráficos tanto de nomes como verbos para depois discutir os resultados.

4. Discussão dos resultados

Como relatado desde Amaral (1920) e Nascentes (1953) muitas regiões possuem os róticos como uma marca dialetal, podemos verificar, a partir do gráfico 1, quais e com que frequência estão presentes as variantes do /R/ em cada uma das seis localidades goianas investigadas.

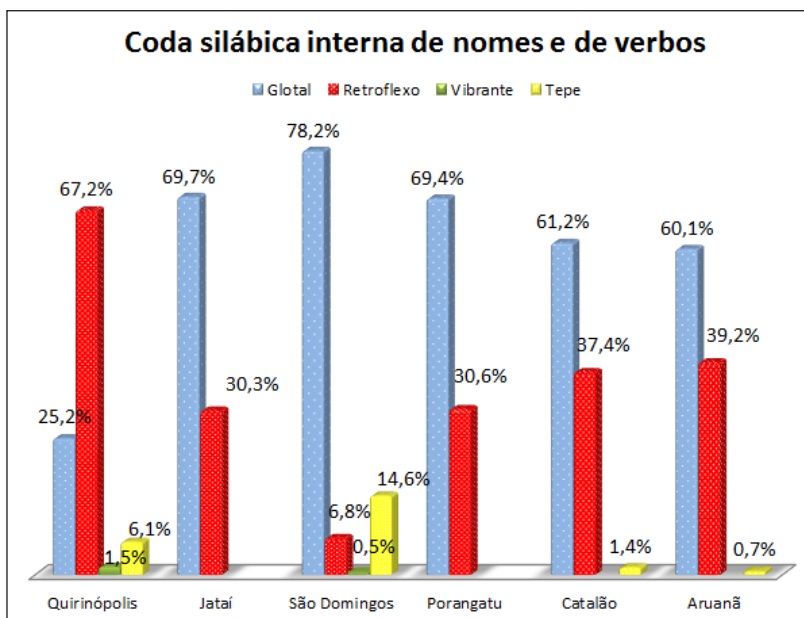


GRÁFICO 1. RÓTICOS EM CODA SILÁBICA INTERNA EM NOMES E VERBOS E LOCALIDADES

O gráfico 1 mostra a produtividade das variantes glotal e retroflexa que ocorrem nas seis localidades investigadas. A primeira prevalece em São Domingos (78,2%), Jataí (69,7%), Porangatu (69,4%), Catalão (61,2%) e Aruanã (60,1%). A segunda, por sua vez, prevalece em Quirinópolis (67,2%). Em São Domingos a glotal (78,2%) coexiste com a variante tepe (14,6%), retroflexa (6,8%) e com a vibrante (0,5%). Já em Quirinópolis a retroflexa (67,2%) divide espaço com a glotal (25,2%) e com as variantes vibrante (1,5%) e tepe (6,1%). A coexistência das variantes glotal, retroflexa, tepe e vibrante múltipla em São Domingos e Quirinópolis, pode ser atribuída aos nordestinos (a variante glotal), e aos catarinenses, gaúchos e paranaenses (as variantes tepe, retroflexa e vibrante múltipla).

A seguir, apresentamos, como já mencionamos, os resultados, em percentuais e em peso relativo, referentes à variante retroflexa.

Localidades	Retroflexa em coda silábica interna em nomes e verbos		
	TOTAL	%	P.R.
Total: 903 /32,9%			
Quirinópolis	131/88	67,2%	0.851
Aruanã	148/ 58	39,2%	0.615
Catalão	139/52	37,4%	0.585
Porangatu	157/48	30,6%	0.518
Jataí	122/37	30,3%	0.528
São Domingos	206/14	6,8%	0.142

TABELA 1. RETROFLEXO EM CODA SILÁBICA INTERNA EM NOMES E VERBOS E LOCALIDADES

O primeiro contexto selecionado pelo programa Goldvarb X como mais relevante para o uso da variante retroflexa, em coda silábica interna, foi a localidade. Ao cruzar todos os contextos e fatores, Quirinópolis (0,851) e Aruanã (0,615) mostraram-se muito favoráveis ao uso dessa variante; Catalão (0,585), Jataí (0,528) e Porangatu (0,518) apresentam pesos relativos muito próximos da neutralidade. São Domingos (0,142), onde a glotal ocorre quase que majoritariamente seguida da variante tepe, é muito desfavorável ao uso da retroflexa, confirmando os resultados apontados em percentuais pelo gráfico 1.

Faixa etária	Retroflexo em coda silábica interna em verbos e nomes		
	Total	%	P.R.
Total: 903 / 32,9%	427/129	30,2%	0.450
Faixa etária I (18 a 35)	476/168	35,3%	0.545
Faixa etária II (acima de 55)			

TABELA 2. RETROFLEXO EM CODA SILÁBICA INTERNA DE VERBOS E NOMES E FAIXA ETÁRIA

A tabela 2, apesar de apresentar resultados próximos à neutralidade, indica que os informantes da faixa etária II estão fazendo mais uso da variante retroflexa, enquanto os informantes da faixa etária I, também na margem da neutralidade, tendem a desfavorecer o uso desta variante. Pela proximidade dos resultados (0.450 e 0.545), no entanto, não podemos atribuir, a uma geração ou a outra, o favorecimento ou o desfavorecimento no uso da variante retroflexa.

Estilo de fala	Retroflexa em coda silábica interna em nomes e verbos		
	TOTAL	%	P.R.
Total: 903 / 32,9%	479/169	35,3	0,547
QFF (Estilo formal)	196/65	33,2	0,508
Relato (Estilo menos formal)	228/63	27,6	0,395
Leitura (Estilo mais formal)			

TABELA 3. RETROFLEXA EM CODA SILÁBICA INTERNA DE VERBOS E DE NOMES E ESTILO DE FALA

De acordo com a tabela 3, o único estilo que desfavorece a variante retroflexa é o de leitura (0,395), isso ocorre, conforme Labov (1972), porque este estilo é o mais monitorado de todos, uma vez que o informante, ao ler, presta muita atenção na linguagem usada. O estilo formal (Questionário Fonético-Fonológico), em que foram feitas perguntas diretas ao informante, como: *O que dá sombra nas ruas?* (esperando como resposta a lexia *árvore*), mostrou-se favorável (0,547) ao uso da variante retroflexa, comparando-o ao estilo mais monitorado (de leitura) e o relato, estilo menos formal (Questionário semi-dirigido), em que são feitas perguntas para o informante falar de algum acontecimento pessoal ou que ocorreu com uma pessoa bastante próxima, como parente, amigo ou conhecido, mostrou-se neutro ao uso da variante retroflexa. Estes resultados não parecem muito esclarecedores, uma vez que não há uma gradação da leitura (mais monitorado), QFF – perguntas diretas (monitorado) e relato (menos monitorado), conforme já observamos em outros estudos. (Aguilera / Kailer 2015). Por outro lado, apesar de verificarmos que a variante retroflexa não prevalece entre os mais jovens, podemos pensar que seu predomínio na fala monitorada, possa indicar que não seja uma variante estigmatizada nas localidades investigadas.

A seguir, apresentamos os resultados referentes ao uso dos róticos em coda silábica de nomes (gráfico 2) e de verbos (gráfico 3).

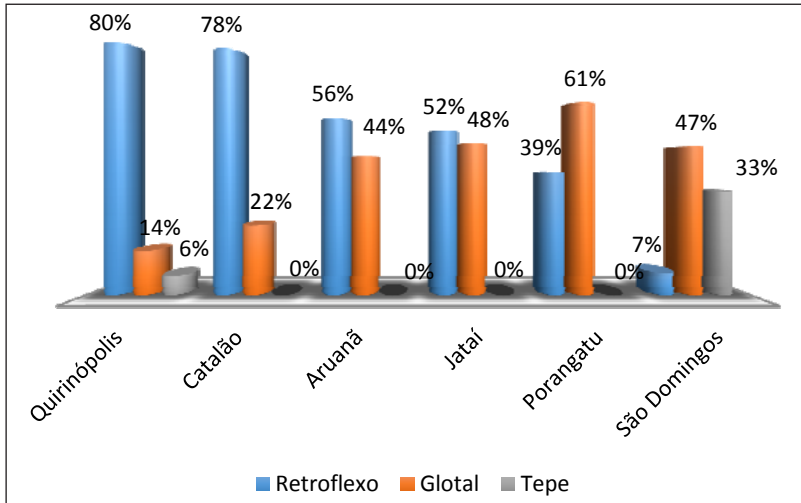


GRÁFICO 2. RETROFLEXO EM CODA SILÁBICA EXTERNA DE NOMES POR LOCALIDADE

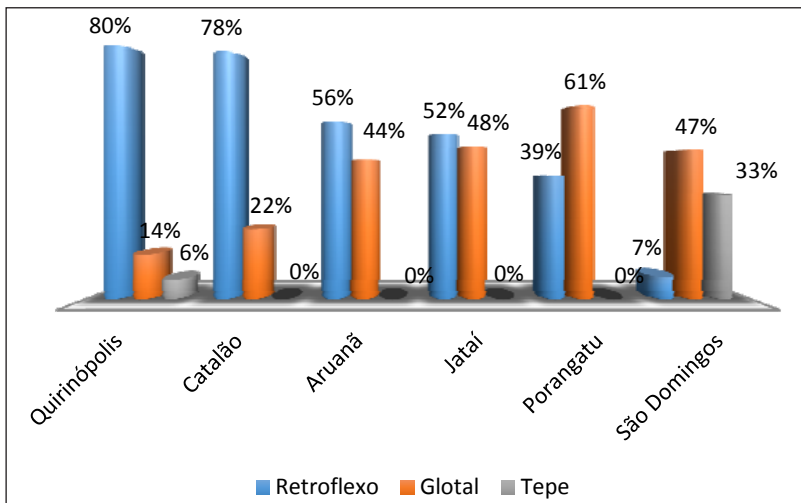


GRÁFICO 3. RETROFLEXO EM CODA SILÁBICA EXTERNA DE VERBOS POR LOCALIDADE

Comparando os gráficos 2 e 3, verificamos que as localidades Quirinópolis, Catalão favorecem o uso da variante retroflexa, seguida da glotal em nomes e verbos.

Já em Aruanã e Jataí, observamos que, em ambas as classes, as duas variantes coexistem com percentuais iguais ou próximos a 50%.

Em Porangatu, podemos verificar uma oscilação entre as variantes glotal e retroflexa, enquanto a primeira predomina em nomes (61%), a segunda predomina em verbos (56%). É importante destacar que, em verbos, elas estão muito próximas da neutralidade, já em nomes a variante retroflexa, apresenta percentual baixo (39%).

Outro fato interessante a ser observado nos resultados apresentados pelos dois gráficos é a presença da vibrante, tepe, glotal e retroflexa em São Domingos. Acreditamos que o uso dessas diferentes variantes ocorreu pela grande miscigenação presente nesta região, pois consoante dados do IBGE (2010), o Estado de Goiás é caracterizado como um dos Estados que mais recebeu migrantes de outras regiões brasileiras durante os últimos anos, principalmente nordestinos, gaúchos, catarinenses e paranaenses, conforme já mencionamos.

Na sequência apresentamos as tabelas 3 e 4, referentes aos resultados da variante retroflexa em coda externa de nomes e verbos em percentuais e peso relativos.

Faixa etária	Retroflexo em coda silábica externa em nomes segundo a faixa etária		
	Total/ Apl	%	P.R.
Total: 111-64/58%			
Faixa etária I (18 a 35)	51-30	59%	0.397
Faixa etária II (55 a 65)	34-60	57%	0.597

TABELA 4. RETROFLEXO EM CODA SILÁBICA EXTERNA EM NOMES SEGUNDO À FAIXA ETÁRIA

Faixa etária	Retroflexo em coda silábica externa-verbos e faixa etária		
	Total/Apl	%	P.R.
Total= 198/ 53%			
Faixa etária I (18 a 35)	101- 40	40%	0.356
Faixa etária II (55 a 65)	97- 66	68%	0.621

TABELA 5. RETROFLEXO EM CODA SILÁBICA EXTERNA EM VERBOS SEGUNDO À FAIXA ETÁRIA

Em relação ao segundo contexto selecionado pelo Programa Goldvarb X como mais relevante para o uso da variante retroflexa em coda silábica externa em verbos e nomes, o resultado foi muito semelhante, pois a faixa etária II, ou seja, os informantes com idade entre 55 e 65 anos foram os mais favoráveis ao uso da variante retroflexa com peso relativo (0.597 em nomes, e 0.621 em verbos). Estes resultados somados aos referentes à coda interna, tabela 2, são indícios de que a variante retroflexa não está como muita vitalidade nas localidades investigadas.

Como vimos, os contextos localidade e faixa etária foram selecionados pelo Programa Goldvarb X como os mais relevantes tanto para nomes e verbos em coda interna quanto em coda externa. Além desses contextos, tivemos o estilo de fala, em relação à coda interna de nomes e verbos, tabela 3, e em relação à coda externa de verbos conforme demonstramos a seguir.

Estilo de fala	Retroflexo em coda silábica externa de verbos		
	Total	%	P.R
TOTAL= 198 /53%			
QFF	42-32	76%	0.747
Leitura	150-68	45%	0.417
Relato	6-0	0%	-

TABELA 6. RETROFLEXO EM CODA SILÁBICA EXTERNA EM VERBOS SEGUNDO AO ESTILO DE FALA

A Tabela 6 apresenta um resultado intrigante, pois no relato, momento de menos monitoramento, os informantes não usam a variante retroflexa, por outro lado, na leitura, momento de maior cuidado com a palavra falada, eles se mostram desfavoráveis ao uso da referida variante. Já, no Questionário fonético-fonológico, momento também de cuidado com a fala, o peso relativo é bastante favorável ao uso da retroflexa, apesar de ser um momento de monitoramento, pelo estilo de perguntas e por ser no início da entrevista. Por outro lado, se pensarmos que tanto QFF quanto a leitura são momentos de bastante monitoramento, podemos hipotetizar que o [ɾ] retroflexo possa ser uma variante de prestígio no falar goiano ou, ao menos, não é estigmatizada, conforme comentamos sobre os resultados da tabela 3, que semelhantemente mostrou o QFF como mais favorável ao uso da variante retroflexa.

Cabe-nos destacar que, neste caso, os resultados referem-se à realização das variantes do /r/ em coda externa de verbos e, tratando-se desse contexto e de relato, a ocorrência de apagamento é praticamente categórica, fato que proporcionou, provavelmente, nesta amostra, pouca ortogonalidade, pois enquanto na leitura houve 150 realizações, no QFF houve 42 e no relato apenas 6.

5. Considerações finais

Pudemos verificar, por meio deste estudo, que a variante retroflexa e a variante glotal são as mais produtivas nas localidades investigadas, atribuímos a coexistência das variantes tepe, retroflexa, glotal e vibrante em São Domingos e em Quirinópolis à origem da população que vieram de diferentes partes do país.

Quanto à variante retroflexa, escolhida para a análise probabilística, uma vez que é a variante que sofre estigma de “r caipira” principalmente nos meios de comunicação (Botassini 2012) e por que, segundo Amadeu Amaral (1920), teria vida efêmera, verificamos que é governada principalmente pela variável região, prevalecendo, maioritariamente, em Quirinópolis e, em Catalão e Aruanã, seguida da variante glotal. Além da região, os informantes com mais de 55 anos e o estilo de fala mais monitorado (QFF) foram os contextos mais favoráveis ao uso da referida variante, resultado que vai ao encontro da previsão de Amaral (1920) e difere do que Aguilera e Kailer (2012) observaram em quatro localidades de Minas Gerais, também, das constatações, de Almeida e Kailer (2015), feitas em algumas localidades paranaenses, onde o [ɾ] retroflexo apresenta muita vitalidade.

Destacamos que este estudo faz parte de um projeto maior em que propomos trabalhar com todas as localidades da região Centro - Oeste inquiridas pelo *Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB)*. No entanto, mesmo trabalhando com apenas seis localidades, acreditamos que traz resultados relevantes e esclarecedores sobre o uso dos róticos em coda silábica nas localidades investigadas, principalmente sobre a variante retroflexa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade / Dircel Aparecida KAILER (2015): “/R/ em coda silábica no Sul do Brasil: um estudo preliminar”, em Kirsten A. Jeppesen Kragh / Jan Juhl Lindschouw (eds.), *Les variations diasystématiques et leurs interdependences dans les langues romanes, Actes du Colloque DIA II à Copenhague (19-21 nov. 2012)*. Strasbourg: Société de linguistique romane/ÉLiPhi (Travaux de Linguistique Romane), 89-103.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade / Dircel Aparecida KAILER (2012): “Os róticos em coda silábica em quatro localidades mineiras”, em Suzana Alice Marcelino Cardoso / Jacyra Andrade Mota / Marcela Moura Torres Paim (orgs.), *Documentos 2 - Vozes do X WORKALIB. Amostras do português brasileiro*. Salvador: Vento Leste, 163-184.
- ALMEIDA, Edina. Fátima / Dircel Aparecida KAILER [2015]: “O /R/ em coda silábica nas Regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil”, *GSCP International Conference, Stockholm/Uppsala (Suécia), 9-12 de abril de 2014* (no prelo).
- AMARAL, Amadeu (1976³): *O dialeto caipira*. São Paulo: HUCITEC / Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.
- BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia (2009): “Crenças e atitudes linguísticas quanto ao uso dos róticos”, *Signum: Estudos da Linguagem*, vol. 12 (1), 85-102.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo (2007): “Nas trilhas do -r retroflexo”, *Signum: Estudos da linguagem*, vol. 10 (2), 265-283.

- BRESCANCINI, Claudia / Valéria Neto de Oliveira MONARETTO (2008): “Os róticos no Sul do Brasil: panorama e generalizações”, *Signum: estudos da linguagem*, vol. 11 (2), 51-66.
- CALLOU, Dinah Maria Isensee *et al.* (1996): “Variação e diferenciação dialetal: a pronúncia do /r/ no português do Brasil”, em Ingedore Koch (org.), *Gramática do português falado*, vol. VI, Campinas: UNICAMP, 465-493.
- CARDOSO, Suzana Alice / Jacira Andrade Mota (2012): “Projeto Atlas Linguístico do Brasil: Antecedentes e estágio atual”, *Alfa. Revista de linguística*, 56 (3), 855-870.
- COMITÊ NACIONAL DO ALiB (2001): *Questionários do Atlas linguístico do Brasil - 2001*. Londrina: EDUEL.
- FERRAZ, Irineu da Silva (2005): *Características fonético-acústicas do /r/ retroflexo do português brasileiro: dados de informantes de Pato Branco (PR)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- GODINHO, Neide Maria de Oliveira (2008): *O impacto das migrações na constituição genética de populações Latino-Americanas*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília. http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3873.
- IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008). <http://www.ibge.gov.br/home> [18/12/2015].
- LABOV, William (2008): *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial.
- LIMA, Márcia Maria de Oliveira (2013): *As consoantes róticas no português brasileiro com notas sobre as róticas de Goiânia, Goiatuba e Uberlândia*. Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- MARTINS, Edson Ferreira (2006): “Atlas linguístico do Estado de Minas Gerais: o princípio da uniformidade da mudança linguística nas características fonéticas do português mineiro”, *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*, vol. 4 (7).
- MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira (2002): “A vibrante pós-vocálica em Porto Alegre”, em Leda Bisol / Cláudia Brescancini, *Fonologia e variação: recortes do português brasileiro*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 253-268.
- MONARETTO, Valéria Neto de Oliveira (1997): *Um reestudo da vibrante: análise variacionista e fonológica*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MONGUILHOT, Isabel de Oliveira e Silva (2007): “A variação na vibrante florianopolitana: um estudo sócio-geolinguístico”, *Revista da ABRALIN*, vol. 6 (1), 147-169.
- NASCENTES, Antenor (1953²): *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões.
- SANDKOFF, David / Sali Tagliamonte / Eric Smith (2005): *Goldvarb X: Um aplicativo de regra variável para Macintosh e Windows*. Departamento de Linguística da Universidade de Toronto.
- SILVA, Thais Cristóforo (2008): *Fonética e Fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto.
- TARALLO, Fernando (2001⁷): *A Pesquisa Sociolinguística*. São Paulo: Ática.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS EM DEZEMBRO DE 2015. HISTÓRICOS DAS CIDADES DE GOIÁS

- <http://www.goias.gov.br/paginas/conheca-goias/historia>
http://www.cidadesdomeubrasil.com.br/GO/sao_domingos
[https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Domingos_\(Goi%C3%A1s\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Domingos_(Goi%C3%A1s))
https://www.achetudoeregiao.com.br/go/historia_de_catalao_go.htm
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Catal%C3%A3o_\(Goi%C3%A1s\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Catal%C3%A3o_(Goi%C3%A1s))
<http://www.aruana.go.gov.br/p/6-historia.html>
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Aruan%C3%A3_\(Goi%C3%A1s\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Aruan%C3%A3_(Goi%C3%A1s))
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/aruana.pdf>
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Porangatu>
<http://www.cidadesdomeubrasil.com.br/GO/porangatu>
http://www.jatai.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=49&Itemid=194
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Jata%C3%AD_\(Goi%C3%A1s\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jata%C3%AD_(Goi%C3%A1s))
<http://www.recantodasletras.com.br/biografias/4302033>
<http://www.quirinopolis.go.gov.br/>
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Quirin%C3%B3polis>
<http://www.ferias.tur.br/informacoes/2293/quirinopolis-go.html>

Integração dos itens lexicais estrangeiros no português: uma visão geral

Edyta Jabłonka

Universidade Maria Curie – Skłodowska (Polónia)

ejablonka@wp.pl

Resumo

O objetivo principal do presente estudo é o de lembrar os processos de introdução das unidades estrangeiras na língua portuguesa durante os séculos, assim como apresentar alguns exemplos contemporâneos selecionados dos blogs portugueses e brasileiros que nos permitem observar o estado da língua e os contextos socioculturais atuais. Baseamo-nos sobretudo nas obras de autores tais como M. Bagno (2001, 2004), I. M. Alves (1990), P. Garcez / A. M. Zilles (2001), J. Mattoso Câmara Jr. (1984), entre outros. Sublinhamos que numerosos objetos provêm da importação de produtos e tecnologias dos outros países. Vale a pena destacar ainda o papel da língua franca atual, o inglês, da qual têm chegado muitos termos novos, o que também é visível nos exemplos citados no presente estudo. Aceitamos a presença dos termos estrangeiros como elemento enriquecedor que contribui para o desenvolvimento da língua, ao mesmo tempo refletindo sobre o lugar e o papel dos elementos estrangeiros na história do português, assim como no português atual.

Palavras-chave

Português, estrangeirismo, blog, história da língua

Sumário

1. Introdução. 2. Papel do estrangeirismo na língua. 3. Evolução do léxico português. 4. Estrangeirismos no português atual – exemplos. 5. Observações finais.

Integration of Foreign Lexical Items in Portuguese: an Overview

Abstract

The main objective of this study is to remember the introduction processes of loan words/borrowings in the Portuguese language over the centuries as well as to present some selected examples of contemporary Portuguese and Brazilian blogs. These examples allow one to observe the current state of language and socio-cultural contexts. The main attention is focused on the works of authors such as M. Bagno (2001, 2004), I. M. Alves (1990), P. Garcez / A.M. Zilles (2001), J. Mattoso Câmara Jr. (1984), among others. It is worth stressing that many objects come from the import of products and technologies from other countries, and as the current *lingua franca* is English, it is not surprising that many terms originate in this language, which is also visible in the examples commented upon in this study. The presence of foreign terms is accepted as an enriching element which contributes to the development of language and, simultaneously, reflects on the place and the role of foreign elements in the history of Portuguese, as well as the current Portuguese.

Keywords

Portuguese, borrowing, blog, language history

Contents

1. Introduction. 2. Role of borrowing in language. 3. Evolution of Portuguese lexicon. 4. Borrowings in current Portuguese – examples. 5. Final observations.

1. Introdução

As mudanças lexicais acontecem relativamente depressa. O desenvolvimento da realidade extralingüística tem facilitado a aceitação de novas entradas. Emprestar as palavras das línguas estrangeiras é um dos métodos básicos de formação, enriquecimento e renovação do léxico vernáculo: é um processo natural e ao mesmo tempo indispensável para o funcionamento adequado do sistema lexical de cada língua natural. Neste grupo de línguas que no seu passado emprestaram e na atualidade também emprestam novas palavras encontra-se o português, graças aos seus contactos com outros países, aos descobrimentos e às conquistas. Este processo de emprestar e de introduzir novas palavras continua, também graças ao acesso muito mais fácil aos meios de comunicação cada vez mais modernos e sofisticados, disponíveis a todas as pessoas, filmes em versão original, diferentes canais de televisão estrangeiros e, sem dúvida, devido ao aparecimento da Internet.

Este fenómeno desperta interesse das pessoas e muitas emoções nem sempre positivas. As discussões entre os linguistas continuam sempre, o que nos faz refletir sobre o lugar e o papel dos elementos estrangeiros no português atual. Praticamente cada um dos falantes de uma língua participa nesta discussão, pois tem de escolher, decidir o que lhe parece melhor, mais adequado, mais preciso. As nossas escolhas linguísticas podem ser casuais ou intuitivas, condicionadas pela nossa educação geral ou pelo nosso sentido linguístico. Para que estas escolhas sejam mais racionais e mais objetivas, devíamos conhecer melhor as condições da passagem dos elementos linguísticos estrangeiros para a língua vernácula e ver a sua história dentro da história da língua em geral. Assim, é possível ter uma visão mais vasta, ter o seu ponto de vista em relação ao emprego dos empréstimos, o que também pode ajudar a limitar as emoções nas questões que não deviam ser avaliadas pelo prisma emocional, multiplicar os estereótipos e julgamentos do passado que na atualidade já perderam o seu impacto.

É preciso ter em conta que o processo de emprestar palavras é muito complexo, determinado por vários fatores, pois nunca acontece no vazio – acontece sempre numa situação, num momento histórico determinado e no lugar geográfico concreto. É um processo determinado pela situação política, económica e cultural de ambos (ou mais) lados que nele participam. Vale a pena sublinhar que existe uma rede de relações recíprocas entre as línguas que estão em contacto, determinada sobretudo pelo parentesco das línguas, pela proximidade sistemática, pelo prestígio e pela importância de cada uma delas.

O estudo que gostávamos de apresentar é ao mesmo tempo diacrónico e sincrónico, pois lembramos as unidades lexicais estrangeiras evidentes na história da formação da língua portuguesa e também algumas influências contemporâneas que surgiram com os novos fenómenos na Internet e nas redes sociais. Isto significa que

tentaremos traçar um panorama geral das importações das línguas estrangeiras durante o processo do desenvolvimento e da evolução do português ao longo dos séculos acabando a nossa viagem com a apresentação de alguns exemplos atuais, o que prova que a influência das línguas estrangeiras nunca acaba.

2. Papel do estrangeirismo na língua

Em geral, o estudo dos estrangeirismos serve para descobrir, estabelecer e explicar as regras, as causas e os mecanismos da passagem dos elementos estrangeiros para a língua recetora. Definir o estrangeirismo não é uma tarefa fácil devido à sua complexidade e a diferentes aspetos do seu aparecimento e da sua integração à língua importadora. Existem muitas definições que não achamos possível citar agora por causa do espaço limitado deste trabalho, portanto lembremos algumas teorias básicas para o nosso estudo. Mattoso Câmara Jr. (1984) no *Dicionário de Linguística e Gramática* define os estrangeirismos como “os empréstimos vocabulares não integrados na língua nacional, revelando-se estrangeiros nos fonemas, na flexão e até na grafia”. Bagno, em relação ao Brasil, diz que “estrangeirismos são termos e expressões de outras línguas que estão sendo cada vez mais empregados na língua falada e escrita no Brasil, principalmente os de origem inglesa, chamados de anglicismos” (Faraco 2001: 49). O linguista afirma que os estrangeirismos contribuem no nível mais superficial na língua – no vocabulário (Bagno 2004). Falando acerca dos estrangeirismos, Alves (1990) explica que as palavras deste tipo passam por diferentes etapas até se integram à língua recetora. Segunda a autora, podemos falar da integração completa no caso de as palavras estrangeiras ficarem adaptadas na grafia, morfologia ou semântica.

Empresta-se em geral de uma língua que tem prestígio para outra com menos prestígio. É muito mais fácil emprestar um termo já existente na outra língua do que criar uma nova palavra (Langacker 1973: 177), portanto, “Os elementos estrangeiros que surgem do contacto linguístico muitas vezes têm vida curta, como as gírias, ou são incorporados de modo tão íntimo à língua que os acolhe, pelos processos normais de mudança linguística, que em duas gerações nem sequer são percebidos como estrangeiros” (Garcez / Zillez 2001: 32). Guilbert (1975: 95–97) define como estrangeirismo uma unidade lexical sentida como externa à língua; um termo de origem estrangeira deixa de ser neologismo a partir do momento em que entra no sistema linguístico da língua recetora, ou seja, quando deixa de ser percebido como termo estrangeiro: “uma introdução, no interior do sistema, de segmentos linguísticos com uma estrutura fonológica, sintática e semântica conforme o outro sistema”.

A condição básica da aceitação dos estrangeirismos é a compreensão do seu significado, da pronúncia e da ortografia. P. Garcez e A. M. Zilles propõem a definição seguinte: “o estrangeirismo é o emprego, na língua de uma comunidade, de

elementos oriundos de outras línguas [...]”. Segundo os autores (em Faraco 2001: 19-20), os termos estrangeiros não causam danos à língua, pois só permanecem se forem aceites pela comunidade, com toda a sua bagagem cultural. Os mesmos autores argumentam que os estrangeirismos recentes são identificados mais facilmente, porque ainda não completaram o processo de incorporação à língua pela padronização da escrita (Garcez, Zilles em Silva Moura 2000: 41). O linguista português J. P. Machado diz que “temos estrangeirismos necessários (os que enriquecem a Língua Portuguesa), como os temos desnecessários, devidos sobretudo a ignorância ou a pedantismo” (Machado 1994: 8).

Segundo Casanova, as importações “são puro fruto da moda” (Casanova 2010: 88) porque a sociedade portuguesa, usando uma palavra estrangeira, demonstra assim a sua cultura. A autora afirma que “a língua está, pois, também dependente das modas e certos vocábulos caem em desgraça, enquanto outros são recebidos de braços abertos. Em Portugal fala-se agora como nunca se falou em estar *in* ou ser muito *cool*, e em *glamour*” (Casanova 2010: 89).

O estudo da história da língua portuguesa permite-nos ver que o léxico português, proveniente principalmente do latim, tem herdado várias unidades lexicais dos outros sistemas linguísticos desde o início da sua formação, começando pelas línguas de substrato¹, de superstrato, empréstimos resultantes dos descobrimentos portugueses, até às importações das línguas europeias. A influência francesa manifesta-se desde o séc. XVIII e foi considerável na primeira metade do séc. XX. Atualmente, é do inglês que o português tem recebido empréstimos, sobretudo nas áreas relacionadas com a tecnologia, economia, comunicação e informática.

3. Evolução do léxico português

Nesta parte do nosso estudo, concentrar-nos-emos sobretudo no léxico, cuja história, segundo Piel (1976), “começa com a romanização das regiões que foram o berço do idioma”. No entanto, não é possível omitir o fundo pré-românico na Península Ibérica, que desapareceu sob a influência latina (com exceção do basco). Castro (1991) propõe uma divisão cronológica muito pormenorizada dessa época, realizando a divisão seguinte:

- camada de substrato pré-indo-europeu: proto-basco “o ibérico”, o tartéssico, o fenício;
- camada de substrato indo-europeu: o celta (sécs. X–VI a.C.);

¹ Como línguas de substrato, entendem-se as línguas dos povos que viviam na Península Ibérica antes da chegada dos romanos – celtas, fenícios, bascos.

- suposta pré-existência do substrato de línguas faladas pelos povos de origem mediterrânica, cujo vestígio constituem as palavras como arroio, camurça, carvalho (Castro 1991: 67).

Apesar de o latim ter entrado com facilidade no território da Península Ibérica, alguns vocábulos foram conservados e permaneceram na língua até à época atual. Quando começa o declínio do Império Romano, no território penetram outras línguas além do latim, e com as alterações políticas, surgem novos reinos e formam-se outras línguas. O séc. v é um momento crucial para o desenvolvimento das línguas românicas, com os últimos dias do Império Romano. Até ao séc. ix, a península sofre duas grandes invasões – germânica e árabe, diferentes quanto à duração, ao prestígio da cultura dos invasores e aos métodos do tratamento dos povos conquistados. A contribuição lexical germânica consiste sobretudo no fornecimento de antropónimos e topónimos, assim como no enriquecimento dos campos semânticos característicos para os invasores suevos e visigodos. Piel (1976) indica os vocábulos como ‘carpa’ e ‘coifa’, e mais tarde, alguns empréstimos dos visigodos do ramo oriental. Os exemplos mais seguros de visigotismos do português, segundo Piel, são: *aleive*, *bando*, *espeto*, *espora*, *espia*, *escanção*, *luva*, *roca*, *ufano*, *arrear*, então, as palavras relacionadas com atividades militares, conceitos jurídicos e objetos de casa, assim como dois nomes de aves – *mejengra* ‘chapim’ e *laverca* ‘cotovia’.

Castro (1991) divide os germanismos em três categorias, que diferem entre si. Distingue os germanismos comuns para as línguas românicas, do campo semântico relacionado com a guerra (p. ex. *albergue*, *dardo*, *elmo*, *espora*, *guardar*, *roubar*) ou o vestuário, a arquitetura, o direito e a administração (p. ex. *sala*, *bando*, *fralda*, *embaixada*); os germanismos típicos para a Península Ibérica (p. ex. *agasalhar*, *espeto*, *espiar*, *fato*, *gana*, *ganso*, *luva*, *roupa*); finalmente, os antropónimos (Afonso, Álvaro, Elvira, Fernando, Gonçalo, Raúl, Rodrigo) e os topónimos (Gondomar, Guimarães, Sendim).

Em 711, começa um período muito importante para a Península Ibérica. Como o nosso estudo trata das origens do léxico, não nos vamos concentrar nos factos históricos, mas na língua e no léxico árabe que influenciou de maneira notável o enriquecimento do vocabulário português. Numerosos vocábulos incorporados naquela altura no léxico português constituem a segunda camada de superstrato. A grande importância que os mouros deram à sua religião e à sua cultura fez com que nunca se tivessem romanizado apesar da sua longa permanência na península. O convívio de vários povos conduziu ao surgimento de um grupo novo, chamado de “moçárabes”, cristãos submetidos ao domínio árabe. A sua língua não sobreviveu o repovoamento depois da reconquista cristã. A influência árabe revela-se sobretudo no léxico. Piel (*op. cit.*) divide os empréstimos desta língua nas categorias seguintes:

- cargos e dignidades (*alcaide*, *alferes*, *almoxarife*);
- termos castrenses (*arraial*, *arrebate*, *alcácer*, *alcáçova*, *atalaia*)

- administração (*aldeia, arrabalde, alfoz, alfândega, alvará, almoeda*);
- plantas cultivadas e silvestres (*arroz, algodão, alcachofra, açúcar, alfarroba, alecrim, açucena, alfazema, cenoura, laranja*);
- profissões e indústrias (*alfaiate, alveitar, almocreve, alvanel, algoz, azenha, adobe*);
- unidades de medida (*almude, arrátel, alqueire, arroba*);
- animais (*atum, alcatraz, alforreca, alacrau, javali*);
- topografia (*albufeira, alverca, algar, lezíria, recife*);
- artigos de luxo e instrumentos de música (*almofada, alcatifa, alfinete, adufe, rabeca, anafil, alaúde, marfim*);
- produtos agrícolas e industriais (*azeite, álcool, alcatrão*);
- vida pastoril (*alfeire, almece, rês, tabefe, zagal*);
- arquitetura (*aljube, açoteia, alvenaria, chafariz*);
- ciências exatas (*algarismo, álgebra, auge, cifra, zero*) (Piel 1976, Sebba, Corbacho, fonte eletrónica)².

Durante a reconquista cristã, o latim está na sua fase final, transformando-se em línguas românicas, portanto, parece impossível indicar um momento exato desta transição porque é um processo muito complexo e demorado. Ribeiro propôs o termo de latim bárbaro para definir a língua daquela época e o termo foi logo adaptado por vários linguistas portugueses (A. Coelho, J. Leite de Vasconcelos, C. Michaëlis de Vasconcellos, J. J. Nunes).

Said Ali considera a existência de uma dualidade linguística existente naquela altura na península: “Não se deve confundir o latim corruptíssimo, saído da forja dos escribas, com o português daquele tempo” (Said Ali 1975: 234). Esta época constitui sobretudo uma fase de formação do português, sem notáveis influências lexicais estrangeiras, uma fase de transformações internas que fazem emergir uma língua nacional de Portugal independente, que se torna oficial com o decreto do rei D. Dinis no séc. XIII. No séc. XV, começa a expansão ultramarina de Portugal, graças à qual uma língua formada ao longo de muitos séculos teria oportunidade de se espalhar no mundo inteiro. Começa assim uma época de elementos exóticos na língua portuguesa, segundo a definição de Piel. Os descobrimentos e a expansão dos portugueses refletem-se no vocabulário por via literária graças aos cronistas, e por via oral resultante da convivência dos conquistadores portugueses com povos indígenas e das relações comerciais. Piel cita as palavras da Índia tais como, p. ex., *bengala, andor, pagode, chita, xaile*; da China – *chá e chávena*; do Japão – *biombo e leque*; o vocabulário

² Ao grande grupo de substantivos de origem árabe, podemos juntar também um grupo menos numeroso de adjetivos (*anil, baldio, azul, carmesim, forro, garrido, mesquinho, zarco*), de verbos (*afagar*), o pronome indefinido *fulano* (‘um tal filho de quem’), a preposição *até* e a interjeição *oxalá* (‘queira Deus’).

de África – *batuque* e *soba*, *ananás* e *inhame*; do Brasil vêm *mandioca* e *tapioca*; das Antilhas – *batata*, *cacau* e *tabaco*.

A lírica francesa, popularizada pelos trovadores e jograis, veio a Portugal e a Espanha trazendo uma onda notável de empréstimos de origem provençal: *afanar* ‘sofrer’, *afolar* ‘prejudicar’, *anel*, *ardido* ‘valente’, *aventura*, *baile*, *bailada*, *bastardo*, *beldade*, *branco*, *brio* ‘orgulho’, *altivez*, *capelan*, *colpar* ‘golpear’, *companhon* ‘companheiro’, *cor* ‘coração’, *dança*, *dançar*, *deleito*, *desden*, *desmaiar*, *estança* ‘pousada’, *falso*, *folea* ‘loucura’, *freire*, *frota*, *gaio*, *genta* ‘gentil’, *jornada* ‘caminho de um dia’, *ligeiro*, *maestria* ‘um tipo de cantiga’, *mascarade* ‘traidor’, *mentual* ‘mentiroso’, *mester* ‘profissão’, *mestre*, *maestre*, *papagaio*, *pelegrin*, *prez* ‘preço’, *quitar*, *reguardo*, *rima*, *rimar*, *versejar*, *saia*, *sejornar* ‘permanecer’, *servente*, *som* ‘melodia’, *vassalo*³. Este período iniciou as influências francesas que iam acompanhando o desenvolvimento do léxico português ao longo dos séculos até aos nossos tempos. Segundo Piel (1976), graças à ação da Ordem de Cluny e dos colonos «francos» chegaram ao português as palavras como *granja* e *rua*, *monge* e *freire*; graças aos romances de cavalaria e às instituições feudais, *torneio*, *arauto*, *duque*, *dama*, *palafrém*, *vergel*, *batalha*, *jaula*, *proeza*, *ligeiro*, *cobarde*, *coragem*, *linhagem*, *vilanagem*, *mensagem*, *viagem*, etc. Posteriormente, as palavras francesas aparecem em termos de indumentária: *boné*, *chapéu*, *colete*, *blusa*, *paletó*; também na culinária: *croquete*, *filete*, *fricassé*, *puré* e *restaurante*, nos termos de música: *charamela*, *fabordão* (cf. *forrobodó*) e *oboé*, sem nos esquecermos das comunicações: *comboio*, *trem*, *cais*, *bilhete*... Alguns termos eruditos do vocabulário (latinismos e grecismos) foram adotados pelo francês, passando depois para a língua portuguesa.

A influência renascente do latim surge no séc. xv e continua no séc. xvi. No artigo de Piel, lemos que “os latinismos mais antigos mostram em geral uma adaptação maior, em relação aos posteriores, à fonética do romance, sendo costume qualificá-los de termos «semicultos»” (1976: 5). Piel cita palavras como *virgem*, *anjo*, *diabo*, *cabido*, *regra*, *reino*, como latinismos bem assimilados. Ao lado destas palavras, há outras, aceites na época do humanismo e renascimento. Teyssier (1982: 57) cita os latinismos da obra de D. Duarte, autor do Leal Conselheiro: *abstinência*, *abranger apropriar*, *circostância*, *circospecto*, *encorrer*, *eficácia*, *entrepreatar*, *evidente*, *fugitivo*, *infinito*, *infruência*, *insensibilidade*, *intelectual*, *letradura*, *lograr*, *malícia*, *meritório*, *notar*, *obstinação*, *perseverar*, *pertinaz*, *reduzir reputar*, *restituiçom*, *satisfaçam*, *sobrepujar*, *solicito*, *soturno*, *subsídio*, *torpe*, *vicioso*. Teyssier (1982: 57) diz que: “O latinismo vai consistir muitas vezes em adotar uma ortografia etimológica para tornar a forma escrita das palavras mais próxima do latim; ex.: *doctor* por *doutor*”.

As palavras italianas tiveram também bastante impacto no desenvolvimento do léxico português. A Itália, como o berço do Renascimento, e a sua língua gozavam

³ Mattos e Silva, “Empréstimos culturais no período arcaico da língua portuguesa”, www.prohpor.ufba.br/esprescultu.html [15.06.2015]

de um grande prestígio na Europa toda. Com o florescimento da literatura e da música, o italiano contribuiu para o acervo lexical português com as palavras de diferentes domínios, entre os quais se destacam:

- arquitetura (*balcão, catafalco, fachada, loggia*);
- arte militar (*brigada, infantaria*);
- comércio (*banco, fisco*);
- literatura (*soneto, burlesco*);
- moda (*calção, colete*);
- música (*a capella, andante, allegro, concerto, contralto, fagoto, falsete, guitarra, maestro, ópera, piano, solo, soprano, trio*);
- pintura (*aguarela, graffiti, pitoresco*)⁴.

A partir dos inícios do séc. XVIII, o português volta a enriquecer o seu acervo lexical com as palavras vindas do francês, uma língua de prestígio proveniente de um país de grande importância política e cultural, que exerce uma influência enorme sobre a Europa⁵. A França tem o papel de mediador que permite a Portugal abrir-se ao mundo e conhecer novas tendências na Europa⁶. O escritor Eça de Queiroz introduz ele próprio um grande número de galicismos na língua portuguesa, mas ao mesmo tempo publica uma crítica direta à tendência de imitar a França⁷. No séc. XIX, começou uma campanha contra o uso exagerado dos galicismos em Portugal⁸, mas,

⁴ Nos tempos modernos, o vocabulário italiano enriqueceu o português com as palavras que podemos considerar internacionalismos, relacionadas sobretudo com a culinária, tais como: *cannelloni, lasanha, minestrone, cappuccino, pesto, latte macchiato, pizza*.

⁵ “Com o século XIX, França é o centro cosmopolita por excelência, núcleo da cultura e da civilização europeias, exercendo uma incomparável função mediadora” (Machado 1983: 11).

⁶ Eça de Queiroz refere-se aos novos fenómenos relacionados com a influência francesa: “Coimbra vivia então numa grande actividade, ou antes, num grande tumulto mental. Pelos caminhos de ferro, que tinham aberto na Península, rompiam cada dia, descendo da França e da Alemanha (através da França) torrentes de coisas novas, ideias, sistemas, estéticas, formas, sentimentos, interesses humanitários. Cada manhã trazia a sua revelação, como um sol que fosse novo. Era Michelet que surgia, e Hegel, e Vico, e Proudhon; e Hugo tronado profeta e justiceiro dos reis; e Balzac, com o seu mundo perverso e lânguido; e Goethe, vasto como universo; e Poe, e Heine, e creio já que Darwin, e quantos outros!” (Machado 1983: 55).

⁷ “Portugal é um país traduzido do francês em calão” (Eça de Queiroz, *O francesismo*, em Machado 1983:11).

⁸ Um dos lutadores contra os galicismos, Fr. Francisco de São Luís, publica em 1812 o *Glossário das palavras e frases da língua portuguesa que por desquido, ignorância ou necessidade se têm introduzido na locução portuguesa moderna*. L. de Sequeira Oliva (“Guerra às palavras afrancesadas!”) defende também a pureza da língua portuguesa, sublinhando o seu valor, a sua riqueza e a auto-suficiência, rejeitando empréstimos desnecessários de origem estrangeira (Holtus / Metzselbin / Schmitt 1994: 469). Assim, vemos que “as guerras” relacionadas com o uso dos estrangeirismos têm um passado notável e não são características apenas da nossa época.

no mesmo século, começa outra “invasão”, pois com o impacto do progresso anglo-saxónico, o léxico inglês espalha-se no mundo e em Portugal também.

Os campos semânticos mais frequentes relacionados com os galicismos são os seguintes:

- moda (*agrafê, anorak, batom, bijuteria, bikini, blusa, boné, bracelete, cachecol, capote, chique, crepe, cretone, écharpe, flanela, franja, fraque, gravata, maquilhagem, manequim, minissaia, paletó, panamá*);
- culinária (*banquete, caviar, croissant, croquete, escalope, filete, foie gras, fondue, iogurte, maionese, mousse, omelete, puré, terrina*);
- arte (*papier-mâché, vernissage*);
- técnica (*automóvel, avião, ecrã, helicóptero, metropolitano, microfone*);
- arquitetura (*apartamento, atelier, chalé, chaminé, parcela*).

Nos finais do séc. XIX, a Inglaterra está no auge do seu poder, sendo um país muito desenvolvido, símbolo de grande progresso devido à Revolução Industrial e à sua expansão mundial. Com o país, a língua evolui também, ganhando mais prestígio entre as línguas europeias. Repare-se no fluxo da terminologia relacionada com as invenções inglesas, com o poder económico, político e tecnológico da Inglaterra. Este fenómeno torna-se ainda mais intenso depois de II guerra mundial, com a hegemonia dos Estados Unidos, a expansão norte-americana, o desenvolvimento das novas tecnologias e do comércio internacional. Os Estados Unidos “conquistam” o mundo graças à sua riqueza e o inglês ganha o estatuto de nova língua franca, língua de comunicação mundial. A língua inglesa hoje pode ser considerada uma língua global e pertence à categoria de língua de comunicação mundial, é uma língua privilegiada.

Nos meados do séc. XX começa uma revolução técnico-cibernética que se tem intensificado até aos nossos dias. Com esta revolução nasce um novo vocabulário que, às vezes, se torna internacional graças aos empréstimos provenientes do inglês, pois a origem das maiores invenções é, sem dúvida, americana. O aparecimento da Internet revoluciona os contatos interpessoais, a seguir acontece outra “revolução” com o Facebook, o Instagram e o YouTube, sem nos esquecermos do Google, que proporciona pesquisas fáceis no mundo virtual. O acesso à rede é cada vez mais fácil, sobretudo nos países mais desenvolvidos, e também as pessoas dispõem de outros meios para aproveitá-la além dos computadores – telemóveis, *smartphones*, iPads, tablets...

Tendo em conta a sua importância atual é preciso lembrar como é que o inglês ganhou a posição e o estatuto da língua de comunicação internacional e se tornou numa fonte de empréstimos em várias línguas do mundo, entre as quais também se encontra o português. Uma das razões é, sem dúvida, a fundação do Império Britânico e a propagação do inglês nas colónias britânicas. Outra, também de grande importância, é a revolução industrial, graças à qual apareceram novas tecnologias e novas terminologias com elas relacionadas. A terceira razão é o desenvolvimento da

potência dos Estados Unidos e o seu imperialismo tecnológico. O fator seguinte do desenvolvimento da influência da língua inglesa é o desenvolvimento da ciência. Nas publicações científicas predomina o emprego do inglês porque desta maneira os artigos e os livros têm mais divulgação e são mais valorizados. Outro fator é a diplomacia. O francês, tradicionalmente, foi considerado uma língua diplomática, mas, passo a passo, o inglês começou a substituí-lo também neste domínio. Crystal (1997) acrescenta também os fatores culturais – a presença do inglês na rádio, cinema, música popular, publicidade, e na época atual ainda devemos ter em consideração a Internet.

Os Estados Unidos e a Grã Bretanha investem muito no ensino do inglês e na elaboração de novos métodos de ensino, na formação dos professores, sobretudo os “native speakers”, que têm posição privilegiada. Esta expansão didática da língua inglesa foi chamada de “imperialismo linguístico”. Podemos considerar então que o inglês hoje funciona como lingua franca e esta posição é inegável.

Atualmente, em Portugal e no Brasil, nota-se uma posição bastante ambígua: por um lado, os meios de comunicação condenam o uso dos estrangeirismos provenientes do inglês, considerando-os perigosos para a língua vernácula, por outro, nos mesmos meios usam-se muitas palavras de origem inglesa. O mundo muda rapidamente e estas mudanças requerem o seu reflexo imediato na língua, assim o empréstimo torna-se um método mais fácil de nomear fenómenos e objetos recém-aparecidos.

4. Estrangeirismos no português atual – exemplos

Para completar a questão do estudo do uso dos estrangeirismos queríamos mostrar o comportamento dos estrangeirismos usados atualmente. Os exemplos encontrados evidenciam a presença muito forte do inglês na língua usada na internet, mas consideramos que se trata de uma variante lexical e não uma ameaça para a língua. Os exemplos foram procurados nos blogues e nos *sites* portugueses e brasileiros. Escolhemos o vocabulário proveniente de diferentes campos semânticos para evidenciar esta omnipresença do inglês.

Nos fragmentos dos blogues dedicados à moda temos o uso de vários estrangeirismos:

- Há alguns dias recebi um *e-mail* de uma leitora perguntando se o *Top Cropped* vai continuar em alta no Inverno, e se sim, como usá-lo em uma estação fria! Sei que essa é uma dúvida de muitas pessoas, então resolvi fazer um *Post* só sobre isso!⁹
- Quando vejo a Mafalda penso logo: o batom encarnado fica-lhe tão bem! Tem aquele ar super **cool** de menina-mulher cheio de classe que adoro (sou

⁹ <http://www.tambememoda.com/> [17.07.2015].

apaixonada pelos seus óculos de ver). E como adoramos coerência o seu *blog* é o espelho disso mesmo: tem uma imagem ao género da sua criadora. Não é uma *fashion blogger* (apesar de nos aliciar com o seu mundo *fashion*) é muito mais do que isso o que é uma mais valia para os seguidores pois conseguem ver o mundo bonito da Mafalda nas mais variadas componentes do *lifestyle*. Gostamos tanto quando nos mostra detalhes da sua casa: O quadro do menino que chora já se tornou num *icon* da sua imagem. Como diz no seu blogue são as *Peças esquecidas da avó carregadinhas de histórias para contar* que vai jogando com um *twist* contemporâneo¹⁰.

As palavras estrangeiras também são abundantes nos blogues culinários:

- Não sabe o que fazer para o jantar? Convidou amigos e não planeou a ementa? Os filhos já pedem uma quebra na rotina? Mais do que livros de culinária, estas moradas *online* trabalham com o “fator tempo”. Porque se quiser a receita para uma tarte, encontra-a com *frutas da época*; se não souber onde procurar aquele *chutney* de limão, aqui está a resposta; e se tiver dúvidas quanto ao melhor *mercado biológico*, elas são retiradas com o valor acrescentado da experiência própria.
- Pratos *gourmet* ou uma solução rápida quando a indecisão sobre o que tirar do frigorífico, ou ainda doces que despertam a gula e *snacks* para fazer numa semana de trabalho intenso, são expostos numa fusão de sabores tradicionais e interpretações que exigem tempo e paciência. Há feijoadas e *cupcakes*, pastéis de Tentúgal e *macarons*; há *risottos* e bacalhau com todos, *galettes* e folares.
- Depois temos os *frozen yogurt* e os gelados de pauzinho como este, com camadas de iogurte natural, morangos e ruibarbo numa compota ligeira.
- Misturar o iogurte com o *maple* e fazer camadas alternadas da mistura vermelha com a de iogurte até quase encher as forminhas.
- Aproveitar a fruta da época e fazer gelados, coloridos. Se possível, que sejam menos calóricos, feitos com iogurte natural e adoçantes naturais como o mel e o *maple syrup*. Fazer sorvetes e granitas, e sentir aquele *brain freeze* que refresca. Tão bom!¹¹

Os excertos seleccionados do blogue dedicado às viagens oferece-nos, por sua vez, um grande leque de anglicismos.

- De resto, para receberes a atualização em primeira mão com dicas inéditas e saberes de promoções de última hora, introduz o teu *email* na caixa à direita e clica em “OK” para começares a receber a *newsletter* com novidades e dicas exclusivas para viajares mais e melhor.

¹⁰ <http://essencialinvisivelolhos.blogspot.com/> [17.07.2015]

¹¹ <http://ananasehortela.blogspot.pt/>, <http://essencialinvisivelolhos.blogspot.pt/> [18.07.2015].

- Obrigado por viajares comigo através deste *site*. Sugiro que partilhes também a tua paixão pelas viagens comentando os *posts* do *blog* e, se tiveres alguma questão a colocar, envia-me um *email*. Sou todo ouvidos e terei o maior prazer em ajudar-te a ter asas.
- Prefiro os transportes públicos ao táxi, da mesma forma que prefiro o ambiente social dos *hostels* ao ambiente hermético dos hotéis. Confesso que não gosto de *resorts* e hotéis de luxo. Mas já não sou um viajante tão *hardcore* como antigamente, estou um pouco mais comodista: evito os dormitórios e, sempre que possível, prefiro um quartinho privado num *hostel* ou na casa de alguém, mesmo que pequeno e sem casa de banho. Sou também adepto do *Couchsurfing* e da imersão na vida local que a experiência permite.
- Em suma, dispenso os luxos, mas valorizo a privacidade. Até porque viajo sempre acompanhado por um computador portátil, *smartphone* e máquina fotográfica.
- Sou, portanto, uma espécie de *flashpacker* – uma nova era de *backpackers* tecnológicos. Gosto de *trekkings* em montanha¹².

Vejamos também alguns exemplos que acabaram de aparecer na língua, relacionados com os fenómenos do mundo virtual. Começamos pela palavra *selfie*, sem a qual agora seria difícil imaginar o léxico não só português. Desta palavra derivaram outras – *belfie*, *brelfie* e as palavras compostas: *work selfie*, *selfie stick*, *belfie stick*, que podemos considerar modismos, por serem relacionadas com os fenómenos que aparecem de repente entre os utilizadores das redes sociais.

- Em época de redes sociais e *smartphones*, as *selfies* estão por todos os lados. Se você faz parte do grupo de internautas que não passa um dia sequer sem postar uma *selfie*, veja na galeria seis maneiras de deixá-la ainda mais atrativa – e conquistar muitos *likes*.
- Depois da febre da “*selfie*”, outra moda popular no Instagram: A da “*belfie*”, que nada mais é do que a foto que deixa as nádegas em destaque¹³.
- *Belfie Stick* é um acessório com haste ajustável que permite ao usuário conseguir um bom ângulo para tirar uma foto do próprio bumbum.
- A fabricante do *Belfie Stick* espera que sua criação para *smartphones* seja o boom de 2015.
- *Brelfie!* Uma moda estranha envolvendo as *selfies!*

¹² <http://www.fmgomes.com/> [18.07.2015].

¹³ <http://ego.globo.com/famosos/noticia/2014/11/famosas-dao-dicas-para-fazer-belfie-foto-do-proprio-bumbum-perfeita.html> [19.07.2015].

- Uma moda estranha envolvendo o mundo das selfies rolou nas redes sociais: a *brelfie selfie*! São *selfies* batidas com as mães dando de amamentar para os seus filhos¹⁴.
- LinkedIn publicou dicas em sua rede social de como as pessoas podem tirar uma *selfie de trabalho* para colocar no perfil da rede e ter maior chance de sucesso na seleção de vagas, entrevistas e contratação. Ao todo foram publicadas 7 dicas para *work selfie* em um material exclusivo em inglês.
- *Selfies fail*: Outras 10 *selfies* que não deram muito certo!
- Com a popularização do *selfie*, surgiram alguns acessórios para incrementar a prática do autorretrato. Um exemplo é o *monopod* (bastão para fotos também chamado de monopé), que resolve um problema comum nesse tipo de clique: braço curto demais para mostrar toda a paisagem ou os amigos na foto¹⁵.

Devemos dizer *a selfie* ou *o selfie*? A palavra ainda não se adaptou completamente: veja-se a definição no dicionário da Porto Editora e a definição do site brasileiro:

“*Selfie* é uma palavra de origem inglesa, de entrada recente no vocabulário da língua portuguesa. A força de uso do vocábulo justifica a sua inclusão no dicionário como nome do género feminino. Verifica-se, no entanto, que ainda há alguma hesitação na fixação do género, podendo ocorrer também no masculino. O uso ditará o género que irá prevalecer, mas a palavra classifica-se, por enquanto, na categoria de nome feminino, porque se subentende, de uma forma generalizada, como uma especificação do termo *fotografia*”¹⁶.

“*Selfie* - substantivo de dois géneros. Corruptela do inglês *self*, que significa ‘eu próprio’. É um neologismo originado da locução *self-portrait*, autorretrato. *Selfie* designa autorretrato (fotografia ou ilustração) compartilhada na internet. A particularidade de um (ou uma) *selfie* é que ela é clicada com o objetivo de ser compartilhada em uma rede social (Facebook, Orkut, Myspace e outras), por exemplo”¹⁷.

Outras palavras recentes que são relacionadas com o mundo virtual são, por exemplo, *cosplay*, *emoji*, *nerd* ou *geek*. *Cosplay* é a abreviação de *costume play* ou ainda de *costume player* que se pode traduzir por “representação de personagem a caráter”, “disfarce” ou “fantasia” e tem sido utilizado para referir-se a atividade praticada principalmente por jovens e que consiste em imitar o aspeto de alguma personagem real ou ficcional dos jogos, mangas ou anime. O substantivo *cosplay* pode funcionar

¹⁴ <http://www.selfieblog.net/artigos/brelfie-uma-moda-das-selfies/> [19.07.2015].

¹⁵ <http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/07/28/monopod-bastao-para-camera-ajuda-a-encaixar-todos-amigos-em-selfies.htm> [19.07.2015].

¹⁶ <http://www.portoeditora.pt/espacolingua/portuguesa/duvidas-da-lingua-portuguesa/detalhe-duvidas-lp/ver/?id=24982> [20.07.2015].

¹⁷ <http://www.dicionarioinformal.com.br/selfie/> [20.07.2015].

também como adjetivo (*fantasia cosplay*). Os *emoji* são as caras divertidas usadas em aplicativos e sistemas diferentes. *Nerd* é o nome de dois géneros que tem dois significados – designa uma pessoa muito inteligente, fã das novas tecnologias, e uma pessoa pouco sociável e que manifesta grande entusiasmo pelo seu trabalho. *Geek* tem o sentido um pouco parecido a *nerd*, principalmente designa alguém viciado em tecnologia, computadores e internet, e que não se preocupa com o seu aspeto físico.

5. Observações finais

Terminando o nosso trabalho, gostaríamos de acrescentar algumas considerações gerais. A nossa tese é que a língua é viva, sempre passa por mudanças, também graças aos empréstimos. “A língua [...] é um sistema auto-regulador, que dá conta de suas próprias carências e necessidades. Ela mesma acolhe o que tem serventia e descarta o que é dispensável. Isso ocorre porque existem seres humanos, inseridos em contextos sócio-históricos específicos, que querem se fazer entender, interagir, comunicar-se uns com os outros” (Bagno 2002: 82-83).

Entre os linguistas e também entre outras pessoas que se preocupam com o estado atual da língua, existe sempre uma grande polémica, entre os que preferem defender a “pureza” da língua e reclamam a criação de leis que limitem o uso dos estrangeirismos, no entanto, há quem apoie a opção que se trata de uma fase que a língua está a passar, uma fase considerada consequência da história da língua, uma etapa que constitui um resultado das alterações passadas e da situação atual relacionada com a situação existente no mundo. Acrescentemos que não se trata de um fenómeno exclusivo somente em português, pois outras línguas mundiais também estão a sofrer uma influência muito forte do inglês.

Contudo, quer queiramos, quer não, os anglicismos atualmente marcam a vida quotidiana de muitos países – as atividades que exercemos, os produtos que compramos e os objetos que usamos, as revistas e os jornais que costumamos ler, os programas que costumamos ver na televisão, a internet e as redes sociais, este mundo virtual sem o qual muitíssimas pessoas já não conseguem imaginar a sua vida. As palavras estrangeiras abundam em todos os lados.

A nossa proposta é de tentar construir o modelo “moderado”, o que significa que não se pode evitar a entrada dos estrangeirismos, mas deviam-se evitar formas estranhas e deturpadas ou inadequadas no dado contexto e também evitar grande acumulação de estrangeirismos no mesmo texto. Não se deve então ver a posição dos membros da comunidade falante perante os empréstimos sem ver o contexto mais geral. Na história da língua portuguesa houve já várias discussões sobre o problema do empréstimo que suscitavam grandes emoções e polémicas, conduziam aos debates em que apareciam questões relacionadas com o patriotismo e o civismo. O problema

dos estrangeirismos deixa de pertencer à linguística – é considerado dentro das categorias sociais, morais e políticas, refere-se ao patriotismo, cosmopolitismo e desperta emoções muito fortes.

Portanto, uma língua qualquer, para funcionar como ferramenta de comunicação, tem de se enriquecer e renovar o seu acervo lexical por causa do aparecimento de novos objetos e fenômenos. O empréstimo é um dos elementos muito importantes deste processo e as necessidades de uma língua tornam-se um critério muito importante. Usamos as palavras estrangeiras quando não é possível substituí-las por uma palavra equivalente na língua vernácula. Não se deve usar palavras estrangeiras pelas razões “esnobes”, enriquecer o estilo para obter um efeito especial, para impressionar outras pessoas, para parecer uma pessoa culta e moderna, que conhece as tendências atuais, quando não se conhece bem a sua pronúncia ou ortografia, ou quando não se tem a certeza de que os nossos interlocutores perceberão o que queremos dizer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Ieda Maria (1990): *Neologismo – criação lexical*. São Paulo: Ática.
- BAGNO, Marcos (2004): *Preconceito linguístico, o que é, como se faz*. São Paulo: Ed. Loyola.
- BAGNO, Marcos (2001): “Cassandra, Fênix e outros mitos”, em Carlos Alberto Faraco (org.), *Estrangeirismos – guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola.
- CÂMARA JR, José Mattoso (1984): *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis: Vozes.
- CASANOVA, Isabel (2006): *A língua no fio da navalha*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- CASTRO, Ivo (1991): *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CRYSTAL, David (1997): *English as a global language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GARCEZ, Pedro / Ana Maria Stahl ZILLES (2001): “Estrangeirismos – Desejos e Ameaças”, em Carlos Alberto Faraco (org.), *Estrangeirismos – guerras em torno à língua*. São Paulo: Parábola.
- GUILBERT, Louis (1975): *La créativité lexicale*. Paris: Librairie Larousse.
- HOLTUS, Günter / Michael METZELTIN / Christian SCHMITT (1994): *Lexicon der romanischen Linguistik. Volume VI, 2. Galegish, Portugiesisch (Gallego, Português)*. Tübingen: Niemeyer.
- LANGACKER, Ronald W. (1972): *A linguagem e a sua estrutura*. Petrópolis: Vozes.
- MACHADO, Álvaro Manuel (1983): *O “francesismo” na literatura portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Breve.
- MACHADO, José Pedro (1994): *Estrangeirismos na Língua Portuguesa*. Lisboa: Ed. Notícias.
- SAID ALI, Manuel (1975): *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.

SILVA MOURA, Fábio Lopes de / Heronides Maurílio DE MELO (2000): *O Direito à Fala: a questão do preconceito lingüístico*. Edição 1. Florianópolis: SC Insular.
TEYSSIER, Paul (1982): *História da língua portuguesa*. Martins Fontes.

FONTES ELETRÓNICAS

MATTOS E SILVA, Rosa Maria: “Empréstimos culturais no período arcaico da língua portuguesa”. www.prohpor.ufba.br/esprescultu.html.

PIEL, Joseph Maria (1976): “Origens e estruturação histórica do léxico português”. http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/origens_lex_port.pdf.

SEBBA, Maria Aparecida Yasbec / Antón Corbacho Quintela: “O léxico árabe na língua portuguesa”. https://www.letras.ufg.br/up/25/o/VIIISLE_19.pdf.

<http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/07/28/monopod-bastao-para-camera-ajuda-a-encaixar-todos-amigos-em-selfies.htm>

<http://www.portoeditora.pt/espacolinguaportuguesa/duvidas-da-lingua-portuguesa/detalhe-duvidas-lp/ver/?id=24982>

<http://www.dicionarioinformal.com.br/selfie/>

<http://ananasehortela.blogspot.pt/>

<http://essencialinvisivelolhos.blogspot.com/>

<http://www.fmgomes.com/>

<http://ego.globo.com/famosos/noticia/2014/11/famosas-dao-dicas-para-fazer-belfie-foto-do-proprio-bumbum-perfeita.html>

<http://www.selfieblog.net/artigos/brelfie-uma-moda-das-selfies/>

<http://www.tambememoda.com/>

<http://essencialinvisivelolhos.blogspot.com/>

Estudo dos nomes das repúblicas estudantis da Universidade Federal de Ouro Preto. Uma avaliação semântica

Elisabeth Maria de Souza Camilo*

Universidade Federal de Ouro Preto (Brasil)

emscprivacy@yahoo.com.br

elisabeth@gostodeler.com.br

Resumo

A presença de inúmeras casas de estudantes na cidade de Ouro Preto (Minas Gerais, Brasil), conhecidas popularmente como “repúblicas” e surgidas desde a fundação da Escola de Farmácia e da Escola de Minas, principalmente após a instalação da segunda em 1876, todas com nomes bastante curiosos, surge como tema para análise onomástica, na área da toponímia. A Universidade Federal de Ouro Preto, com três *campi* e incluindo as duas primeiras instituições citadas, manteve o costume de alojar seus alunos em repúblicas desde aquela data e o batismo das casas faz parte do ritual; todavia, nomes surgem como estranhos ou negativos para população que julgam moradores de acordo com a denominação das casas sem conhecerem a motivação que levou os seus fundadores à escolha dessas identidades nominais. Normalmente, para se compreender a motivação nominal é preciso aprofundar-se na semântica, uma vez que os nomes apresentam duplo sentido na atualidade. A pesquisa comprova que fundadores tinham motivações específicas para esse ritual de batismo, desconhecidas pela população da cidade e que a evolução da língua mudando o significado dos nomes pode ser motivo de conflitos ideológicos entre estudantes que moram nas casas e moradores da cidade. Para se chegar a esse resultado, pesquisa de campo foi feita, com visitas às repúblicas e preenchimento de questionários por estudantes moradores, tendo como principal objetivo comparar gênese do nome com a atual interpretação dele pela população.

Palavras-chave

Ouro Preto, onomástica, toponímia, semântica, repúblicas estudantis

Sumário

1. Uma breve introdução. 2. Onomástica, conceito e objeto de estudo. 2.1. As quatro similitudes de Foucault e possíveis aplicações nos nomes das residências estudantis. 2.2. Principais motivações encontradas até o presente estágio da pesquisa de campo. 3. Conclusão.

A Study of the Names of the Student “Republics” at the Federal University of Ouro Preto - a Semantic Evaluation

Abstract

The presence of numberless students' houses in Ouro Preto (Minas Gerais, Brazil), known line “repúblicas”, and born since the installation of Escola de Minas and Escola de Farmácia, mainly after the second one, in 1876, all of them with very curious names, has appeared like subject to onomastic analysis, into toponomy area. The Universidade Federal de Ouro Preto, with three *campi* and including the two first said institutions, had kept the tradition of housing the students since that date in “repúblicas” and the naming of the those houses hasn't changed; notwithstanding, names have been seen like stranger or negative to the population who imagine the students according to the names of their houses without knowing the motivation that conducted the first students to offer those names to them. Generally, in order to understand the name's cause, it has been necessary to deep into semantics, once names might present two or more interpretations nowadays. The study has registered that first students had had specifically motivations to this ritual of naming, unknown to the most people of the city and the language evolution has changed the meaning of the names, what can promote conflicts of ideologies between students and persons who live in the city. In order to reach this result, field research has been done, with visit to student's houses and fulfilling of application forms by the students who live to these houses in order to compare the origin of the name with its present interpretation by the people.

Keywords

Ouro Preto, onomastics, toponomy, semantics, student's houses

Contents

1. A brief introduction. 2. Onomastics, concept, and studied Theme. 2.1. The four Foucault's similitudes and possible application to the names of students' houses. 2.2. Main found motivations until the presented phase of the research. 3. Conclusion.

* Mestra em Letras através da Universidade Federal de Ouro Preto, jornalista e tradutora pela mesma instituição.

1. Uma breve introdução

Epistemologicamente, parece haver uma tendência em se buscarem temas em diversos campos acadêmicos considerados práticos e ricos em referências bibliográficas, capazes de fornecerem aos estudiosos análises comparativas, estudos de estado da arte e defesa ou não de opiniões autorais.

Os estudos das letras, da lingüística e da linguagem, por longo tempo, se preocuparam bastante com alguns campos de pesquisa e negligenciaram outros que lhes pareciam sem uso prático na vida dos cidadãos. Entre esses temas negligenciados pelo campo abrangido pelas letras, situa-se o da onomástica, que é parte da ciência da lingüística que estuda a nomeação dos lugares, dos eventos e das pessoas. Um dos últimos clássicos editados nessa área foi obra do estudioso de lingüística, de etimologia e etnografia José Leite de Vasconcelos Cardoso Pereira de Melo, em Portugal, no ano de 1952¹.

A partir do início desse século, pesquisadores dos cursos de letras e lingüística passaram a dar mais importância para esse campo de estudo, dividido em duas grandes áreas, a saber, toponímia (estudo dos nomes de lugares) e antroponímia (estudo dos nomes de pessoas). Incluiu no campo da onomástica os nomes de eventos diversos, batizados com critérios e motivações específicos almejando diversos objetivos.

No passado, o estudo da onomástica era confundido com o estudo da etimologia, que tem como objetos de pesquisa a evolução dos nomes de família e avaliação genealógica a partir dos brasões familiares. Hoje, compreende-se que a onomástica vai muito além dos nomes de famílias (sobrenomes no Brasil), e de lugares, alcançando outras esferas do conhecimento. Apenas para ilustrar, no Brasil ocorre o processo de troca de nomes de ruas, cidades e espaços que façam referência a pessoas vinculadas ao processo de ditadura. Nossas instituições policiais civis e militares executam ações que possuem nomes que expressam o motivo de suas realizações. Há debates sobre a internacionalização dos nomes de crianças e concursos para nomeação de novos espaços e até de animais que nascem nos zoológicos ou são comprados por eles.

Questionamentos surgem a todo tempo centrados na questão do nome. Se Aristóteles já questionava se “o nome próprio tem sentido”, de acordo com Leite (2004: 10), outros questionamentos surgem, todos merecedores de respostas; entre eles podemos citar:

- Há uma relação referencial no uso do nome?
- Há saturação ou insaturação por parte de um nome?
- Quando se nomeia, há consciência da escolha?
- O nome nos afeta? Em caso positivo, direta ou indiretamente?

¹ Conhecido mais popularmente como Leite de Vasconcelos.

Leite (2004) declara que o estudo do nome perpassa por vários campos de estudo da linguagem e da filosofia, chegando à psicanálise. A autora, todavia, confirma que é nos campos da lógica e da semântica que o nome, desde tempos pretéritos, é alvo de estudo; confirma que, dentro do campo da linguagem e da lógica, o nome preenche um duplo propósito: suscita em nós a ideia de que a palavra nos traz um significado e propõe outro histórico/memorial ao objeto nomeado. Dentro desse aspecto simbólico/memorial, o nome passa a ter papel primordial na informação ao outro sobre um outro, afeta nossa percepção sobre o que conhecemos sobre o nomeado e o identifica em seus atributos. Assim, a *Maria dos Doces* pode soar apenas como uma mulher que se chama Maria e faz doces para alguém, mas para outro indivíduo que a conhece/conheceu, trata-se de uma lenda de determinado local em que uma mulher chamada Maria assustava crianças no dia das bruxas.

Este artigo trata de estudar um evento onomástico muito específico dentro da toponímia: a nomeação das repúblicas que hospedam alunos de todos os cursos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), algumas com datas de fundação ainda vinculadas no séc. XIX. Qualquer observador comum percebe a presença dessas casas, principalmente porque os seus nomes são muito criativos e chamam a atenção, muitas vezes promovendo questionamentos. São casas, divididas entre públicas e particulares, que hospedam rapazes e moças e professores dessa universidade, todas com nomes próprios, naturalmente aceitos pelos alunos, mas nem sempre da mesma forma pelos moradores da cidade.

Em uma pesquisa prévia, quando a pergunta feita a alguns dos alunos que moram em algumas casas era se eles conheciam a motivação que levou os fundadores a dar-lhes os nomes que têm, percebeu-se que grande maioria não sabia a razão nem da nomeação das casas onde viviam nem daquelas onde outros estudantes residiam. Partindo-se dessa premissa e admitindo a proposta que a nomeação tem motivação e identifica uma causa, decidiu-se pesquisar qual foi a motivação que levou os fundadores das referidas casas a optarem pelos nomes escolhidos.

Metodologicamente, em princípio foram utilizados dados obtidos de um livro que estuda a história das repúblicas mais antigas relacionadas aos cursos da Escola de Minas (Araujo 2013), um site da UFOP² com os nomes de algumas casas e preenchimento de um questionário simples respondido pelos moradores perguntando basicamente o nome da casa, a origem, se houve outro nome, qual o endereço atual, se houve outro endereço e como se faz o batismo do bixo, que é o aluno que acaba de adentrar na universidade. A busca no livro e no site não se provou produtiva. Um formulário novo (*vid.* apêndice) foi desenhado e a pesquisa de campo começou a ser realizada, com visitas às casas estudantis, primeiramente as de Ouro Preto, quando os próprios moradores respondiam as questões e, na dúvida, recorriam aos fundadores ou a seus

² *Residências Estudantis*. www.ufop.org.br [02/01/2016].

descendentes ou material documental que possuíam. Logo se percebeu que nem todas as casas estão registradas no *site* da universidade, e que o livro privilegiava as repúblicas mais antigas e federais. Podemos afirmar que a pesquisa pode ser considerada híbrida, envolvendo análise documental, análise de conteúdo, recursos bibliográficos e pesquisa de campo.

A pesquisa ainda se encontra em andamento e, quando finalizada, será publicada em forma de livro a ser lançado ainda em 2016, em efeméride da UFOP, a saber, 140 anos de fundação da Escola de Minas. Existem mais de mil nomes a serem analisados e avaliados sob dois aspectos – o que a população pensa sobre eles e a sua origem semântica. Incluem-se nesse volume repúblicas femininas e masculinas, particulares e federais dos três *campi* da Universidade Federal de Ouro Preto situados nas cidades mineiras de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade.

2. Onomástica: conceito e objetos de estudo

O termo *onomástica* é pouco conhecido da maioria da população do Brasil e do mundo, sendo bastante confundido com estudos etimológicos. Segundo Câmara Jr. (1984: 182), o termo pode ser definido como o “conjunto dos antropônimos e topônimos de uma língua”. O autor esclarece que o termo também envolve “o estudo linguístico desses vocábulos”, o que requer metodologia especial.

O campo de estudo da onomástica ultrapassa em muito a área da etimologia e a ciência, é parte da linguística, se dividindo em dois campos distintos de estudo – toponímia e antroponímia, nomes de lugares e nomes de pessoas e objetos personalizados, respectivamente. De forma simples, o objeto de estudo da onomástica é o “onoma”, o universo da nomeação. Percebe-se que o volume de estudos sobre toponímia é muito mais abrangente do que os da antroponímia (Camilo 2012: 37-38).

Seabra (2006: 1953) argumenta o importante papel da onomástica para a compreensão tanto da motivação da nomeação de lugares quanto de pessoas; deve fazer parte dos projetos de pesquisa acadêmicos porque essa ciência faz parte da vida das pessoas e da história dos lugares. Para Seabra (2006: 1953), com relação à toponímia, pode-se afirmar que

ela se integra à onomástica como disciplina que investiga o léxico toponímico, através do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares. Constitui-se de enunciados linguísticos, formados por um universo transparente significativa que reflete aspectos culturais de um núcleo humano existente ou preexistente.

A pesquisadora citada, importante contribuinte para o estudo da onomástica no Brasil, também esclarece que

a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se inter cruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropológicos (Seabra 2006: 1953).

Em resumo, se na antroponímia, pais, padrinhos e outros agentes nomeadores se inspiram em homenagens a santos, ídolos, parentes e antepassados, o nome do lugar inclui algum acervo cultural ou antropológico, muitas vezes desconhecido até de quem habita o lugar. É o caso de nomes de ruas, bairros, cidades, lojas, rios e, nesse estudo, os nomes das casas estudantis em foco. Praticamente, apenas os membros fundadores e seus descendentes (caso de repúblicas mais antigas) e alunos decanos (alunos mais velhos presentes nas casas) conhecem a origem do nome que identifica a residência, permitindo o conflito semântico ocorrente junto à população não acadêmica.

Seabra (2006), bem como outros autores, relevam o importante papel da função referencial da linguagem para a compreensão do nome dado a uma pessoa ou a um lugar; todavia, poucas pessoas percebem a importância de se compreender o papel do nome na identidade de uma pessoa ou de um lugar, no preenchimento de informação que só os estudos linguísticos, inter e multidisciplinares, são capazes de oferecer.

Amaral (2008: 20-22) esclarece que o estudo do nome próprio, toponímico ou antroponímico, é objeto de pesquisa que inclui diversos ramos do conhecimento, porque abrange tanto o sentido quanto a referência. O autor apresenta algumas questões, consideradas nesse artigo como essenciais. A primeira delas se fundamenta na busca de resposta para a dúvida de se “o nome próprio possui ou não sentido”. Nesse estudo em particular, os nomes das casas estudantis parecem ter um sentido equivocado para a maioria dos moradores das cidades onde os *campi* da UFOP se estabelecem. Afinal, que sentido pode ter uma casa no centro de Ouro Preto cujo nome é *Masmorra* ou *Éternamente*? Todavia, a maioria da população confere sentido imediato àquelas residências estudantis com nomes como *Tira Mágoa* ou *Virakopos*. Durante a pesquisa de campo, moradores e alunos questionaram sobre nomes de determinadas residências estudantis, em busca de sentido ou compreensão para sua nomeação e identidade. Podemos citar, por exemplo, o caso das casas denominadas *Barraca Armada*, *171* e *Sedução*. Apenas o questionamento direto aos moradores das repúblicas (que, muitas vezes, buscam as respostas em livros de registros ou contactando moradores mais antigos) pode nos oferecer respostas para os questionamentos como “tem sentido?”, “é o que a população pensa que é?” ou “expressa a ideologia vivida pelos estudantes?”. Fica difícil compreender como uma linda casa colonial no centro histórico se chame *Masmorra* ou a acentuação no adjunto adverbial de modo *eternamente*. Descobre-se durante a pesquisa que o primeiro nome é referente à pri-

meira casa onde os fundadores moraram, que ficava em um porão escuro e mofado de um bairro distante do centro histórico, com “ares de masmorra”, o que confere sentido e referência ao nome. As alunas moradoras da república *Éternamente* expõem que as fundadoras eram alunas do curso de farmácia, que viviam uma longa rotina com o *éter*. Depois perceberam outro significado para o éter, como o quinto elemento, na órbita do espiritual. Trabalharam também com o selo do “eterno”, vinculado ao espiritual (do *éter*) e ao sonho de que as amizades surgidas na casa fossem eternas. Como a casa era feminina, utilizaram o adjetivo *terna*, expressando ‘meiguice’ e ‘sensibilidade’; queriam que isso sempre ficasse na “mente” das moradoras e ex-moradoras. Criaram, portanto, um poema no nome da casa, o que foge à compreensão da maioria da população que passa diante da placa.

O sentido imediato oferecido a alguns nomes de repúblicas, como dissemos, pode estar equivocado. *Barraca Armada* passa um sentido de ‘orgia sexual’ pelas imagens da placa, mas é apenas um gíria local expressando que “a casa estava pronta para ser habitada”. Antes de chegarem ao atual endereço, moravam em residência muito pequena e, ao se mudarem para o atual, usaram a gíria para nomear a casa. A casa denominada 171 masculina homenageou o número da primeira casa onde se instalaram e a 171 feminina, atualmente, vive nessa mesma casa. *Sedução*, casa feminina, homenageia um bombom, que competia com o conhecido doce chamado até hoje como “Sonho de Valsa”. Como percebemos, a falta de sentido ou o sentido equivocado surgem da ausência do conhecimento da gênese do próprio nome oferecido pelos fundadores à casa. *Virakopos* é a homenagem a um aeroporto (em busca do nome, moradores mais novos ligam para o morador mais velho que diz que só pode nomear após voltar de viagem e que, naquele momento, estava em Viracopos). *Tira Mágoa* é uma homenagem a uma marca de cachaça produzida em um distrito de Minas Gerais, cujo dono era pai de um dos fundadores. A população compreende o nome com outro sentido, na maioria dos casos. Portanto, em nosso estudo de caso, nomes das residências estudantis possuem sentidos equivocados para a maioria das pessoas que os contemplam, mas nunca deixam de possuir sentido. Infelizmente, esse sentido leva a um julgamento referencial errôneo, admitindo-se que os seus moradores, estudantes da UFOP, seguem as ideologias que os nomes propõem.

Amaral (2008: 21-24) aponta também que a questão de “ter/ não ter sentido” alcança estudiosos de outras áreas. Sabe-se que há conflitos sérios nas cidades onde as repúblicas se estabelecem, entre moradores nativos e estudantes, o que gera discussões antropológicas, sociológicas, psicanalíticas, culturais, entre outros campos de estudo, estudiosos se dividindo entre estando “a favor” ou “contra” os estudantes ou moradores (nativos). Esses conflitos fornecem oportunidades de análises profundas, carentes ainda de pesquisa, por parte de muitos campos do conhecimento. Trata-se de uma área que clama por estudos mais específicos.

São tantos os nomes de repúblicas e tão criativos que acabam por inspirar nativos e turistas sobre por que as casas são assim batizadas, alguns dos quais acabam por julgar que os estudantes possuem objetivos definidos ao adentrarem essas residências, que fogem, segundo eles, das propostas de graduação acadêmica. Os próprios estudantes se mostram curiosos sobre nomes de outras casas estudantis e, durante a pesquisa de campo, tem sido perceptível essa curiosidade. Contabilizam-se acima de 1.000 residências, entre as extintas e as recém-criadas, as mais novas recebendo nomes muito mais criativos do que as mais antigas.

Nomes se dividem entre propostas de protestos e homenagens, a eventos nacionais e internacionais, a conflitos internos das próprias casas, a aspectos linguísticos e culturais da região de onde vieram os fundadores ou de Minas Gerais ou de Ouro Preto/Mariana. Registram-se termos chulos que, na verdade, são siglas, ou propostas nominais vinculadas à literatura, à mídia, à música, à literatura e à arte em geral. Casas femininas parecem aderir à mitologia com maior frequência. Em busca de uma possível separação das motivações que deram origem aos nomes das residências estudantis, recorreremos a Michel de Foucault (2007), em obra intitulada *As Palavras e as Coisas*, que nos remete à associação entre significante e significado, à nomeação que damos a um objeto ou ente a partir de algum mecanismo motivador. Especificamente, pretendemos reunir os nomes coletados dentro de uma ou mais das quatro similitudes de Foucault, abaixo especificadas, apenas no livro a ser publicado, uma vez que a pesquisa ainda está em andamento.

2.1. As quatro similitudes de Foucault e possíveis aplicações nos nomes das residências estudantis

Foucault (2007) expressa que a nomeação das coisas se faz pelo menos por quatro comportamentos, a saber, conveniência, emulação, analogia e simpatia. Essas atitudes são perceptíveis no caso das repúblicas estudantis da Universidade Federal de Ouro Preto, ou sozinhas ou acrescidas de novas intenções.

A conveniência, sob o conceito foucaultiano, tem origem no emparelhamento, na vizinhança ou na proximidade entre nome e ideia que se quer articular. Surgem desse emparelhamento nomes e títulos nas casas estudadas que chegam a confundir até mesmo os moradores das repúblicas (imagine-se a população). Assim, é conveniente chamar a república de *Calamidade Pública* ou de *Saudade da Mamãe*, a primeira vinculada à situação de miséria financeira e material quando no período de fundação e a segunda vinculada à ausência familiar e à possível depressão dos calouros, conhecidos como *bixos*. Para a população, todavia, *Calamidade Pública* pode ser uma ironia estudantil contra a população regional que normalmente não aprecia as festas que ocorrem nas casas. A república *Vaticano* tem origem no protesto estudantil contra

a população religiosa da cidade que via conflito religioso e/ou moral com a chegada das primeiras repúblicas da Escola de Minas; todavia, até mesmo entre os estudantes, outra proposta interpretativa surgiu, com a ideia de que os moradores daquela casa se auto consideravam os “papas” da engenharia. Outro exemplo, é a república feminina *Doce Veneno*. A ideia de sedução parece imperar, mas a gênese do nome foge desse padrão; na realidade, trata-se de homenagem masculina a duas únicas moças que estudavam engenharia no período de fundação da casa. A casa denominada *Chega Mais* parece convidar as pessoas para visitas e participações; todavia, ela ficava nos fundos de uma vila de repúblicas e, ao mudar de endereço, passou para a frente das casas. A casa 171, como já citado, nada tem a ver com crime de falsidade ideológica (pensado assim pela população) porque homenageia o número da residência da primeira casa, depois habitada por alunas e ganhando o nome de 171 feminina. É conveniente o nome *Jardim zoológico* porque todos os estudantes fundadores eram *bixos*.

Foucault (2007: 25) afirma que “a conveniência é uma semelhança ligada na forma de ‘aproximação gradativa’ e pertence à ordem da conjunção e do ajustamento, o que a leva a ‘pertencer menos às próprias coisas que ao mundo onde elas (as coisas) se encontram’”. O vizinho vai seguir o padrão do vizinho, cadeias de significados são criadas, portanto. Isso explica por que a república *Brejo* possua esse nome, já que a casa se situava próxima de um brejo, e que a casa *Três Irmãs* faça referência às três alunas que fundaram a casa próxima ao campus em Ouro Preto. É conveniente que a república *Caixotinho* se chame assim, porque a primeira casa era muito pequena e se parecia com um caixote.

Foucault (2007: 24) afirma que

são convenientes as coisas que, aproximando-se umas das outras, vêm a se emparelhar; tocam-se na borda, suas franjas se misturam, a extremidade de uma designa o começo da outra, desse modo, comunica-se o movimento, comunicam-se as influências e as paixões, e também as propriedades. De sorte que, nessa articulação das coisas, aparece uma semelhança.

Como podemos inferir, muitos dos nomes das casas se adequam ao conceito de conveniência elaborado e estudado por Foucault (2007), embora essa informação possa não ser percebida pela população e turistas que se veem diante dos nomes das casas.

O conceito foucaultiano de emulação traz-nos a proposta de ideias espelhadas (semelhante atrai semelhante), mas o autor esclarece que, embora possa ser confundido com o conceito anterior (conveniência), dele difere por se liberar da lei do lugar e por atuar, com imobilidade, na distância. Foucault (2007) afirma que, enquanto a conveniência pode ser apresentada pelo encadeamento das coisas, a emulação seria representada em círculos concêntricos, sem encadeamento e proximidade; todavia, o observador não deixa de perceber as figuras refletidas umas nas outras. Para ele, uma forma combate a outra, mas “apresenta-se como simples reflexo, furtivo, longínquo,

percorrendo em silêncio os espaços do mundo”. Para nossa melhor compreensão, Foucault (2007: 28) declara que “a distância transposta não se anula pela sutil metáfora, permanece aberta para a visibilidade [...] semelhante envolvendo semelhante que, por sua vez, será envolvido em duplicidade até o infinito”.

Considerando a emulação, em nosso estudo de caso, encontramos casas estudantis fundadas por pessoas de uma mesma cidade ou estado e, por isso, vinculando nome da casa com algo da região de origem. Outros casos se referem a nomes oferecidos em homenagem a outras casas, como o exemplo de *Sete Pragas*, que foi batizada por alunos em homenagem a uma outra casa, feminina, de nome *Sete Pecados*. Há emulação nos nomes de muitas repúblicas mais antigas e vinculadas aos cursos da Escola de Minas, quando em protesto à população religiosa que via nos estudantes um risco para a ordem e harmonia da cidade no fim do séc. XIX e início do XX, por exemplo; casas como *Vaticano* e *Reino de Baco* são respostas, ecos a esse conflito. A república *Canil*, recente, também se insere no conceito de emulação, quando a percebemos como uma reação ao recebimento pela população local (ideia negativa e metaforizada de *cachorro*), assim como a casa feminina denominada *Volcana*, que é uma resposta a conflito interno entre as moradoras, as que permaneceram após ele escolhendo o símbolo de uma flor rara que sobrevive em espaços estéreis vulcânicos. Compensa frisar que a emulação surge a partir de uma ideia vinculada por outro ente.

A terceira similitude de Foucault (2007: 29) é a analogia. O autor admite que pode haver algum caos conceitual porque “na analogia superpõem-se conveniência e emulação (afrontamento das semelhanças, ajustamento de liames, semelhanças mais sutis das relações”. Como um exemplo, chamamos alguém de batata por ter uma cabeça parecida com o tubérculo.

Foucault (2007: 29) esclarece que embora haja semelhanças entre as coisas, elas não são assim tão visíveis, tão próprias dessas próprias coisas. São semelhanças mais sutis e podem nos direcionar a um indefinido número de parentescos. Para o autor, através da analogia, “toda a coisa do mundo pode se aproximar”, se invertendo sem se alterarem ou sofrendo leves alterações. A analogia permite a irradiação.

Em nosso estudo de caso, muitos nomes de residências estudantis podem apresentar analogia e conveniência, ou analogia e emulação. Alguns exemplos que podemos citar como ilustrativos desses casos é a república *Cascatinha* que é conveniente por remeter ao ruído de uma cascata pequena e análoga porque a referida cascata, após ser descoberta, era um vazamento em um cano. Outro exemplo é a casa denominada *Lunáticos*, que pode nos proporcionar a ideia de ‘alucados’, ‘sem juízo’ ou ‘fanáticos’, mas que se refere a uma banda da década de 1970 e extinta na década de 1990. Podemos ilustrar com o caso da casa *Sintonia*, que nos oferece a proposta de harmonia entre as moradoras, mas que se refere a um nome de shampoo.

A última similitude de Foucault (2007: 32) é o jogo de simpatias, que inclui a própria antipatia. O autor assim define simpatia: “atrai o leve para a leveza, o peso

para o pesado”, “promove deslocamentos de qualidades que se substituem mutuamente”, “transforma, altera, mas na direção do idêntico”. O autor frisa que “a soberania do par simpatia-antipatia, o movimento e a dispersão que ele prescreve dão lugar a todas as formas de semelhança” e “se encontram retomadas e explicadas pelas três últimas similitudes”. Em nosso caso, julgamos como simpáticos (ou antipáticos) os nomes que induzem a homenagens, a protestos e à própria mídia (nomes de livros, músicas, novelas, minisséries e filmes). Temos a república *Relicário* (música de Nando Reis), a casa *Muvuca* (simpatia com o programa da Regina Casé), a república *Verdes Mares* (homenagem ao Litoral do Ceará) e a república *Butantan* (homenagem ao Instituto Butantan). No quesito antipatia, podemos citar as repúblicas *Cassino* e *Pif Paf* (que utilizaram o seu lazer – jogo de cartas – para demonstrar a aversão contra o fechamento dos cassinos no Brasil).

Foucault (2007: 35) nos faz algumas advertências:

- O sistema não é fechado;
- Não há semelhança sem assinalação;
- Há simpatia entre o acônito e os olhos;
- A emulação pode ser reconhecida na analogia e também na conveniência;
- A conveniência não é sempre localizada no mundo atual.
- É preciso aprender a conhecer e a perceber as assinalações para compreendermos o sentido das coisas e dos nomes das coisas.

Em nosso estudo, percebemos que um nome pode se encaixar nas quatro similitudes de Foucault, mas com tendência a expressar com mais intensidade uma ou duas delas. Essa informação coincide com a proposta de Amaral (2008: 21-24), quando percebemos que nomes podem fornecer-nos sentido e referência, embora haja alguns que não nos permitam essa inferência com precisão. Ela também nos remete novamente a Leite (2004), quando somos direcionados a analisar os nomes usando a inter e a multidisciplinaridade, uma vez que pode ocorrer que a referência tenha profundidade em nossa psique e nos afete de alguma forma. Devemos registrar Seabra (2006), quando a autora nos propõe a necessidade de estudo da onomástica como necessária para compreendermos a história das pessoas e dos lugares e da nossa própria história. Por fim, quanto ao caos gerado desde a fundação da Escola de Minas em Ouro Preto, em 1876, surgido a partir da criação das repúblicas estudantis nomeadas até o presente, cremos que haveria uma melhor compreensão desses referidos nomes se houvesse estudos que informassem a população local sobre a sua gênese; é preciso frisar que os nomes, seguidos de itens iconográficos levam a população a julgar moradores das casas como se vivessem de acordo com seus atributos, o que pode gerar vários desentendimentos. Compensa finalizar esse tópico complementando que há, intencionalmente, nos nomes de grande número de residências estudantis, uma ambiguidade de sentidos, mas o que vale é o registrado pelos fundadores e que há um

imenso campo para pesquisas acadêmicas esperando por ser explorado nesse sentido. Ainda sob o pretexto de finalização, a pesquisa deixa nítida a certeza de que a onomástica é uma área do estudo das letras que envolve outros campos de estudo, que vão além da semântica e do estudo referencial da linguagem. O caso da nomeação das repúblicas estudantis da UFOP é um exemplo claro disso, uma vez que as repúblicas e seus nomes fazem parte da história acadêmica e cultural do Brasil.

2.2. Principais motivações encontradas até o presente estágio da pesquisa de campo

São inúmeras e diversificadas as motivações que conduzem à nomeação das repúblicas estudantis da Universidade Federal de Ouro Preto, mostrando uma criatividade profunda quando na nomeação das residências, antigas e recentes. Entre as que mais se destacam, podemos citar: protestos contra ideologia religiosa no passado (alguns ainda no presente); protestos contra circunstâncias que vitimavam os alunos por alguma outra razão, como, residência em mau estado de conservação, falta de assistência social, preconceito da população contra estudantes, homenagens a pessoas, locais, culturas diversas e produtos, eventos internos; uso de mídia; crítica a questões sociais e econômicas no país; ironia contra política; efemérides históricas; astrologia e astronomia; recursos linguísticos, ideologias acadêmicas e tentativa de registro dos conflitos vividos por estudantes recém-ingressos na universidade. Cumpre-nos, mais uma vez, reafirmar que a pesquisa ainda se encontra em andamento e que apenas as repúblicas de Ouro Preto-MG foram avaliadas até o momento, não podendo ser consideradas conclusivas as motivações que comprovam o índice de criatividade dos estudantes fundadores; todavia, a criatividade e a necessidade de avaliação semântica já são realidades garantidas.

Os protestos contra a reação da população católica podem ser vistos em inúmeros nomes de repúblicas, tanto antigas quanto recentes. Alguns exemplos que podem ser citados são as casas denominadas *Vaticano*, *Reino de Baco*, *Sinagoga*, *Canaan*, *Arca de Noé*, *Poleiro dos Anjos*, *Lilith* (nome de um demônio) e *Convento*. Aqui podemos acrescentar os nomes mitológicos de casas, principalmente femininas e particulares.

Outros protestos contra a população, que saem do limite do campo religioso, são normalmente reações a como os alunos se sentiam quando percebiam o desinteresse local, no passado. Temos, por exemplo, *Canil* (alunos como cães), *Tabu* (os alunos ou os moradores são os tabus?), *Taranoia* (população tem paranoia sobre tara de alunos).

Homenagens a produtos, locais e diversas culturas são frequentes nos nomes estudados. Alguns exemplos fazem alusão a fundadores: *Três Irmãs* (três irmãs fundaram a casa), *Xeque Mate* (homenagem a fundador que era campeão de xadrez no Brasil), *Tira Mágoas* (fundador era filho de um proprietário de marca de cachaça com

esse nome), *Bartira* (fundadores eram advindos do hotel dessa família), *Território Xavante* (aos índios xavantes). A casa *Sete Pragas* faz alusão aos sete fundadores. Outras denominações fazem referência a lugares: *Verdes Mares* (Mares do Ceará), *Virakopos* (aeroporto), *FG* (homenagem à Fundação Gorceix, grande apoiadora da Escola de Minas), *Hangar* (lugar onde ficam os aviões – alusão sobre como eram tratadas as moradoras por vizinhos). Minas Gerais aparece em diversas denominações: *Minas das Minas* (Meninas das Minas Gerais), *Matutos* (moradores de zona rural de Minas Gerais), *Hospício – Loucos por Saia* (Homenagem à cidade de Barbacena), *Manicômio* (Homenagem a Barbacena). Produtos variados estão presentes nos nomes: *Xiboca* (caçaça temperada com esse nome), *Nau sem Rumo* (vinho da Europa), *Drosófila* (mosca produtora de seda cara), *Tarja Preta* (o remédio contra a depressão é o carinho dos próprios alunos uns com os outros), *Namoradeiras* (esculturas que ficam nas janelas das cidades de Minas Gerais), *Belladona* (planta venenosa usada como remédio).

Ideologias diversas podem ser notadas nos nomes de muitas casas estudantis. As repúblicas *Sparta*, *Alcateia*, *Flor de Liz*, *Mandala*, por exemplo, expressam a união dos moradores/das moradoras, uns defendendo os outros. A casa de nome *Tira Burka* expressa a proposta feminista de liberação contra a discriminação. A casa *Oito e Oitenta* expõe a ideologia de que alunos da UFOP devem ter em mente a importância do estudo, mas jamais esquecerem que o lazer também é importante.

Clima, topografia, estética da casa e histórico dos moradores também são considerados no critério criatividade. A casa *Tan Tan* se refere à condição feminina diante da TPM, *Mata Virgem*, com forte apelo sexual, diz respeito à localização da primeira casa, no meio da mata. A casa *Convento* faz alusão à primeira residência, onde ventava muito e a *Lua Azul* relembra a data de fundação, quando ocorria o fenômeno da lua azul *Rodoviária* surgiu do fato de a casa ter um corredor que se assemelhava ao de uma rodoviária. *Mixuruca*, *Caixotinho* e *Indignação* levaram em consideração o tamanho e as condições da casa. *Favela*, *Toka* e *Luganinhum* (Nenhum Lugar) falam de residência que, no passado, estavam situadas em locais distantes.

O caráter linguístico é bastante expressivo em nomes de repúblicas. Siglas, dialetos, outros idiomas e expressões idiomáticas estão presentes na denominação. A literatura também se faz presente. *Sodabeia* é uma gíria de uma cidade de Minas Gerais que expressa ‘gente pacata’. *DNA* é a sigla para “Deus nos Acuda”. Há duas casas com o nome *Carpem Diem*. É preciso traduzir *Sagatiba* para compreender que significa ‘caminho para o conhecimento’. *Pasárgada* faz alusão a um poema de Manuel Bandeira. *Avalon* faz alusão às Brumas de Avalon.

Filmes, novelas, séries e personagens que viraram filmes ganham notabilidade. Temos *Chaparral*, *Relicário*, *Caso Sério*, *Muvuca*, *Espigão*, *Maria Maria*, *Sem Destino*, *Boite Casa Blanca*, entre outras residências, que expressam filmes, novelas de TV, letras de músicas, séries de TV. Há uma casa cujo nome se inspirou em uma audição

de um jornal de rádio governamental, de nome “Voz do Brasil”, quando se afirmava que o Senado e a Câmara dos Deputados eram uma “Gaiola de Ouro”.

Como foi possível verificar, é possível visitar os conhecimentos da semântica para compreendermos a toponímia relativa aos nomes das casas estudantis de Ouro Preto. Sem esse apoio, torna-se difícil passar perto de um *Balaio de Gatas* sem pensar em bagunça e de *Chaos* sem pensar em desorganização (novela e teoria física, respectivamente).

3. Conclusão

É bastante preocupante julgar o morador de uma república estudantil pelo nome da casa onde ele vive. Embora se negue veementemente que a causa dos conflitos existentes entre moradores locais e estudantes das repúblicas seja pelo nome, inconscientemente a denominação mexe com muitos indivíduos, como a pesquisa conseguiu comprovar. Muitas pessoas sentem aversão por moradores de casas cujos nomes conduzem a comportamentos sociais que contrários às ideologias de população marcada por sentimentos religiosos profundos, como os que nos apontam para sexo e drogas lícitas ou ilícitas, por exemplo.

Na pesquisa, ainda em andamento, percebe-se que embora placas e símbolos das casas possam indicar que moradores estejam certos em seus pré-julgamentos, a evolução do nome comprova outras realidades. Todos os nomes tiveram alguma origem a partir de algum evento consciente ou inconsciente com relação aos moradores.

O livro, a ser lançado em outubro de 2016, apresentará todas as motivações e o nível de criatividade na escolha dos nomes, não se esquecendo de discriminar a proposta semântica de cada um deles, buscando informar moradores, turistas, alunos e seus responsáveis sobre essa curiosa e importante parte da cultura da cidade monumento mundial Ouro Preto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Eduardo T. R. (2008): *Nomes Próprios: Análise dos Antropônimos do Espanhol Escrito*. USP. Tese de doutoramento. www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-29092008.../pt-br.php [dezembro 2015].
- ARAÚJO, Eurico Martins de (2013): *Repúblicas de Estudantes: Elo de Ouro entre Antigos Alunos e a Escola de Minas*. Goiânia: Kelps.
- CAMILO, Elisabeth M. de S. (2012): *Estudo da Onomástica e Anúncios Fúnebres Impressos das Cidades de Ouro Preto e Mariana-MG: Análise da Frequência de Hipocorísticos Diante de Nomes Femininos*. Mariana: UFOP. Dissertação de Mestrado.

- CÂMARA JR., J. Mattoso (1984¹¹): *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis: Vozes.
- FOUCAULT, Michel (2007⁹): *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- LEITE, Cláudia A. de O. (2004): *O Nome Próprio e sua Relação com o Inconsciente*. Campinas: Editora da UNICAMP. Dissertação de Mestrado.
- SEABRA, Maria Cândida T. C. de (2006): “Referência e Onomástica”, em *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 1953-1960. www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf [dezembro de 2015].

Apêndice

FORMULÁRIO UTILIZADO PARA REGISTRAR RESPOSTAS DURANTE VISITAS ÀS CASAS ESTUDANTIS

COLETA DE DADOS

PESQUISA TOPONÍMIA – REPÚBLICAS ESTUDANTIS

DADOS COLETADOS DURANTE ENTREVISTA COM MORADORES DAS CASAS AVALIADAS E PREENCHIDOS DIANTE DOS ENTREVISTADOS

Nome da casa	
Localidade	Ouro Preto
	Mariana
	João Monlevade
Gênero	Feminina
	Masculina
	Neutra
Status	Federal
	Particular
Endereço atual	
E-mail/Homepage	
Outro endereço?	
Data da fundação	
Possui ata/documento de fundação	
Símbolo da casa	
Motivação toponímia	
Data e assinatura da entrevistanda (diante do entrevistado)	
Outras informações	

O corpo *juris*: uma análise discursiva da produção de (efeitos de) verdades

Elizete de Souza Bernardes

Universidade Federal de São Carlos

elizete_sb@hotmail.com

The *juris* body: a discursive analyze in production of (effects of) truths

Resumo

O presente artigo, inscrito nos quadros da Análise do discurso francesa (AD), toma o corpo como ponto de reflexão para uma análise das produções de verdade, em cada época. Em outros termos, o corpo, dentro da concepção monista e jurídica, passará por uma série de transformações discursivas, motivadas por diferentes condições históricas e reativando saberes anteriores. Com efeito, há uma longa tradição em outras ciências (Filosofia, Anatomia e Medicina) cuja concepção dualista dissocia o corpo da pessoa. Assim, a pergunta que norteia o nosso artigo é: quais as condições históricas que possibilitaram a emergência de outros dizeres a respeito do corpo, no Direito? Como a verdade sobre o corpo passou por uma série de transformações, numa média duração de tempo? Para tanto, nos debruçaremos sobre o corpo da prostituta, a fim de analisarmos a construção desse objeto discursivo e semiológico. Como aporte teórico, tomamos *A verdade e as formas jurídicas* (2002) e *Arqueologia do Saber* (2013) de Michel Foucault, bem como as considerações de Jean-Jacques Courtine sobre a semiologia do corpo (2013). A metodologia empregada segue o próprio conceito de *Arquivo* a partir do qual a irrupção de dizibilidades está intimamente ligada às condições históricas. Buscamos, dessa forma, compreender como se constitui o corpo da prostituta, a partir das letras jurídicas do Código Penal Brasileiro de 1940 e de algumas mudanças que reclamaram um posicionamento mais pragmático do Direito quanto ao corpo, ocorridas no início da década de 70.

Palavras-chave

Análise do discurso, semiologia histórica, produção de verdades, corpo, prostituta

Sumário

1. O corpo no mundo jurídico. 2. O corpo como um signo e suas verdades. 3. A produção de verdades em um período de média duração. 4. Considerações Finais.

Abstract

The present article, that is part of French Discourse Analyses (FDA), thinks the body as a reflexive point for an analysis of its truth representations in each period. In other words, the body (inside the monism and juridical conceptions) will suffer a set of discursive transformations, motivated by different historical conditions and, reactivate background knowledge. In effect, there is a long tradition in other sciences (Philosophy, Anatomy and Medicine) whose dual conception dissociates the body from the person. Therefore, the main questions of our article are: Which historical conditions enables the existence of other utterances of the body, in Law? How the truth about the body passed by a set of discursive transformations, the average length of time? For this purpose, we focused our attention on the prostitute's body, in order to investigate the construction of this discursive and semiologic object. We based our theory on the books: *The Politics of Truth* (2002) and *Archeology of Knowledge* (2013), both written by Michel Foucault. We also consider Jean-Jacques Courtine (2013) opinions about the semiology of body. We followed the methodology that uses the concept of *Arquivo*, which, the irruption of the acting of uttering is closely associated with historical conditions. In this way, we tried to understand how the prostitute's body appeared in juridical letters of Brazilian Criminal Code of 1940 and, of some changes that called for a position more pragmatic of the Law in relation to body, happened in the beginning of 1960s.

Keywords

Discourse Analyses, historical semiology, truth productions, body, prostitute

Contents

1. The body in the juridical world. 2. The body as a sign and its truths. 3. The production of truths in an average length of time. 4. Final considerations.

Professora Doutora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul (IFMS). Campus: Nova Andradina. Este trabalho é parte de uma das reflexões presentes em minha tese de doutoramento que se intitulou: *De um corpo tão gentil como profano: um arquivo jurídico sobre as prostitutas no Brasil (1940-2012)*, pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

1. O corpo no mundo jurídico

Com Michel Foucault (2002), a construção do saber está diretamente ligada a uma construção da verdade. Em outros termos: o filósofo ao analisar as formas jurídicas do inquérito mostrou como elas dão origem a determinadas formas de verdade¹ em nossa sociedade. As práticas sociais, afirma o autor, “podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascerem formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. [...] ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história” (Foucault 2002: 8). Sob esse viés, chegamos ao primeiro ponto elencado acima: as mutações do olhar sobre o corpo se dão a partir das práticas sociais e do engendramento com outros domínios do saber.

A transfusão de sangue, o aborto, o transplante de órgão, a inseminação artificial, entre outros exemplos são práticas muito recentes (década de 80) que reclamaram do Direito uma posição teórica e pragmática sobre os direitos da pessoa em dispor de seu corpo. Essa questão suscitava uma quebra do átomo: *corpo-pessoa*. Com efeito, por muito tempo, o olhar jurídico sobre a pessoa era totalizante, no sentido de que corpo e pessoa são indivisíveis, indissolúveis. A fim de ilustrar como se dá esse monismo, trataremos de dois exemplos postos pelo Direito Penal e o Direito Civil. Naquele, a pessoa sofrerá penalizações sobre o seu corpo, uma vez que *a pena não passará da pessoa do condenado*². Raspar o cabelo, violências de toda a ordem, uso de braceletes ou tornozeleiras eletrônicas, inscrevem os castigos sobre a *pessoa* na superfície de seu *corpo*. Ou seja, a pessoa sendo culpada, a pena recairá somente sobre ela, sobre o seu corpo. No direito civil, por sua vez, há princípios que regem o Negócio Jurídico. Entre esses princípios destacamos a licitude do objeto³, quer dizer, aquele não poderá atentar contra a lei, a moral e os bons costumes; deverá ser determinado ou determinável e, por fim, deverá ser *possível* (o ar que res-

¹ “Ora, onde encontramos a origem do inquérito? Nós a encontramos em uma prática política e administrativa [...], mas a encontramos também em prática judiciária. E foi no meio da Idade Média que o inquérito apareceu como forma de pesquisa da verdade no interior da ordem jurídica. Foi para saber exatamente quem fez o que, em que condições e em que momento, que o Ocidente elaborou as complexas técnicas do inquérito, que puderam, em seguida, ser utilizadas na ordem científica e na ordem da reflexão filosófica” (Foucault 2002: 12).

² Art. 5º, inciso XLV da Constituição Federal (Brasil 1988). O princípio da pessoalidade da pena, como doutrinariamente se nomeia, é um dispositivo constitucional que está presente nas Constituições anteriores a 1988: Constituição Política do Império do Brasil, de 1824 (art. 179, inciso XX); Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 (art. 72, § 19); Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 (art. 113, inciso XXVIII); no texto constitucional de 1946 (art. 141, § 30); Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 (art. 150, § 13).

³ De acordo com o art. 104 do Código Civil (CC 2002): “ART. 104. A validade do negócio jurídico requer: I - agente capaz; II — objeto lícito, possível, determinado ou determinável; III — forma prescrita ou não defesa em lei”.

piramos não pode ser objeto do negócio jurídico, uma vez que sua impossibilidade emana de leis naturais; os bens fora do comércio entram nessa categoria também). O corpo-pessoa, enquanto bem fora do comércio, é uma garantia contra o retorno da escravidão e, por outro lado, também marca a não dissociação do corpo à pessoa. Por fim, o fio discursivo que, por muito tempo, perpassou o campo do saber jurídico enunciava: *a pessoa é um corpo*. Ser pessoa implicava ser um corpo e vice-versa: existência e identidade.

Ao contrário: *a pessoa tem um corpo* traz consigo algo próximo à ideia de uso, gozo, posse e propriedade, distinguindo-se duas entidades: corpo e pessoa. Nessa visão dualista, não tratamos os dois elementos como essência, unidade, redução de um ao outro. Quando se **tem** um corpo, a pessoa o transcende, se constitui além dele, se é mais que todas as suas moléculas, tecidos, órgãos etc., embora sejam inseparáveis um do outro: o corpo é parte da pessoa. Quando se **tem** um corpo, a pessoa ainda que doe um rim, deixe sua genética num banco de esperma, retire sangue para transfundir em outro, continua sendo uma pessoa, inteira, com direitos e deveres. Esse olhar dual remonta a outros três principais campos do saber: anatômico, filosófico e medical.

Em linhas gerais, a história da ciência anatômica, principalmente, a partir da prática de dissecação do corpo humano contribuiu para a objetivação do corpo, desvinculando-o, por exemplo, de uma realidade cósmica (sacralidade do corpo e da morte, discursivizada pela Igreja), conforme comenta Hennette-Vauchez (2004: 33). O homem cartesiano, na filosofia, repousa sobre a dissociação entre a alma e o corpo. Este é visto como uma máquina e sua importância reside na ligação que ele estabelece com a alma. O corpo-máquina aparece, assim, como autômato, mudo e sem vida. *A res cogitans*, incarnada no espírito, é a vida, as paixões, as percepções que movem a *res extensa* (o corpo):

Há uma grande diferença entre o espírito e o corpo, pelo fato de o corpo, por sua natureza, ser sempre divisível e de o espírito ser inteiramente indivisível. Pois, com efeito, quando considero meu espírito, ou seja, eu mesmo na medida em que sou somente uma coisa que pensa, nele não posso distinguir nenhuma parte, mas concebo-me como uma coisa única e inteira. [...] (do contrário) nas coisas corporais ou extensas: pois não há uma que eu não ponha facilmente em pedaços com meu pensamento, que meu espírito não divida com muita facilidade em várias partes e, por conseguinte, que eu não conheça ser divisível. Isso bastaria para ensinar-me que o espírito ou a alma do homem é inteiramente diferente do corpo, se, de outro lugar, eu já não o houvesse aprendido suficientemente (Descartes 2005: 109).

Por fim, a des-subjetivação medical do corpo contribuiu para reativar os dualismos já postos pela filosofia e pelos estudos da anatomia. A descoberta da conservação do sangue fora do corpo humano e o posterior desenvolvimento da transfusão sanguínea marcava uma objetivação concreta do corpo (e não mais somente teórica). O saber da medicina “construiu

uma representação do corpo que coloca o sujeito numa posição dual em face de si mesmo” (Le Breton 2005: 188, tradução nossa). O corpo no consultório para ser examinado, o corpo estendido sobre a mesa na sala de cirurgia para ser cortado por um bisturi: *eu tenbo um corpo*. “A linguagem das doenças [...] registram bem este dualismo que distingue o homem de seu corpo, e sobre o qual a medicina estabeleceu seus procedimentos de eficácia, ao mesmo tempo, que seus limites” (Le Breton 2005: 188, tradução nossa).

2. O corpo como um signo e suas verdades

A análise do discurso de orientação francesa, à semelhança da ciência jurídica, também sofreu alguns afrouxamentos a respeito de seu objeto de estudo, no início dos anos 80. A popularidade da televisão que trazia as imagens fixa e em movimento, a posterior amplitude de acesso a computadores e à *Internet*, os sons, a voz, as cores, o corpo nas propagandas, nos anúncios, no cinema etc. reclamavam da AD reconfigurações. Era necessário abranger todos esses elementos nas análises: sincreticamente ao verbal, o não verbal acenava para ressignificações. Não se tratava de uma complementaridade apenas, como se eles fossem um acessório ao principal, mas, ao contrário, eles constituíam o principal, ali deslocavam os sentidos: a sua presença era determinante para *significar*.

Em breves considerações, a própria AD assistirá a alguns deslocamentos de seu objeto de estudo, motivado pelas condições históricas. Na “primeira fase” (Pêcheux 1990) da disciplina, temos a eleição do discurso político como o objeto central de estudo. Ali, o processo discursivo, analisado a partir do sujeito e das condições sócio-históricas, toma a ideologia como a força motriz para uma *Análise Automática do discurso* (1990). Na segunda fase, a disciplina sofre alguma relativização dos moldes encontrados na época anterior. E, por fim, a terceira época inaugura um deslocamento teórico-metodológico central: não só o linguístico e a estrutura seriam o objeto de estudo da disciplina, mas as imagens e o acontecimento discursivo deveriam integrá-lo. Em outras palavras, Pêcheux (2012a) ao analisar o enunciado *On a gagné (nós ganhamos)*, nos mostra como os sentidos se produzem além da estrutura, mas, sobretudo, é o *acontecimento* discursivo que produz sentido, dentro da densidade histórica. Se, em primeira instância, a aparição desse enunciado se deu dentro dos muros de um estádio de futebol, ao ser deslocado para o campo político, este mesmo grito de vitória produzirá outros sentidos, mesmo tendo a mesma base\estrutura linguística. A imagem também recebeu a devida atenção de Pêcheux quando de sua fala, em 1983, sobre o *Papel da Memória* (2010): “a questão da imagem encontra [...] outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, aquela da qual a memória perdeu o ‘trajeto de leitura’” (Pêcheux 2010: 55).

Ademais, o enunciado, na *Arqueologia do Saber* de Michel Foucault, não se reduz ao linguístico. O filósofo propõe uma leitura cuja espessura histórica movimentada e rege o enunciado. Esse estaria na ordem do acontecimento:

Um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade [...] de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam [...] mas a enunciados que o precedem e o seguem (2013: 35).

Assim, ao discurso político, objeto das assim-chamadas duas primeiras fases de desenvolvimento da AD, se juntavam toda a fluidez das imagens, da voz, dos gestos corporais. Na linguagem, o corpo é discurso e acontecimento, na medida em que extrapola o linguístico, em que obedece a uma série de transformações discursivas. O corpo político, tributário da obra de Michel Foucault, é o corpo dócil, o corpo suplicado, o corpo disciplinado em *Vigiar e Punir* (1977). O corpo, afinal, está “mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe *sinais*” (grifo nosso) (Foucault 1977: 28). Sob a égide do mesmo significante, os significados são cambiáveis a partir dos diferentes lugares que dizemos sobre o corpo, dos olhares que o inquerimos, dos saberes que o diagnosticam etc. Um momento de transição onde:

Nós passamos assim de uma análise linguística dos discursos a um trabalho histórico sobre a articulação do discurso e do corpo nas práticas languageiras e expressivas; ao tempo curto de uma sincronia sucede o tempo longo de um processo; a um pensamento do assujeitamento se substitui um conjunto de relações complexas, onde as estratégias políticas, os mecanismos de poder se imbricam nas sociabilidades cotidianas, nas formas da vida civil, mas também as sensibilidades e as resistências individuais (Courtine 1989: 85, tradução nossa).

A cada época, o corpo é dotado de uma verdade. Essa produção de verdade acompanha o olhar que percorre a morfologia corporal, uma “conversão do visível em enunciável” (Courtine 2013: 55). Dito de outro modo, “trata-se de converter os indícios que libera o percurso do olhar sobre o corpo em signos, pela enunciação de um discurso que atribui aos caracteres percebidos um estatuto significante, dotando-os de um sentido” (Courtine 2013: 49).

As medidas cranianas guardam consigo a identidade de uma prostituta, bem como as cores dos seus cabelos e seus olhos. Os estudos antropométricos revelam, no

séc. XIX, que os sinais visíveis aos olhos se tornam enunciados quando classificados em tipologias de mulher: a mulher honesta e a prostituta, por exemplo. Em 1889, a degenerescência é lida a partir das anomalias do rosto (Figura 1) no estudo realizado pelo doutor Pauline Tarnowsky, intitulado *Étude Anthropométrico sur les prostituées et les voleuses*⁴ (*Estudo antropométrico sobre as prostitutas e as ladras*):

A maior parte das cabeças mal formadas de nossas prostitutas apresenta um maior desenvolvimento da protuberância occipital externa que tínhamos notado na nossa terceira observação. Sobre o número das mulheres honestas, nós não constatamos esta particularidade mais que cinco vezes (Tarnowsky 1889: 36).

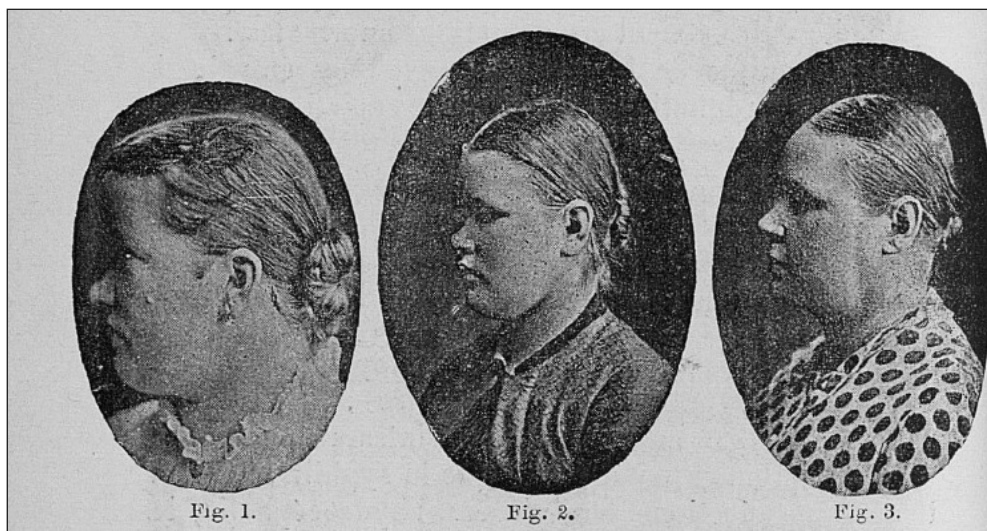


FIGURA 1. DESENHO DE CABEÇAS MAL FORMADAS DE PROSTITUTAS
(TARNOWSKY 1889: 35)

O corpo da prostituta é dotado de signos que se transformam historicamente; porém, podem entrar numa rede de memória, ser reativado, reatualizado. O corpo, assim, é o próprio enunciado. Hoje, esses retratos da Figura 1, sincreticamente com o verbal, se não nos provocam riso, causam curiosidade quando questionamos como a legibilidade do corpo podia estar colada à sua morfologia. Como se podia depreender o sentido de “degenerescência” somente a partir das anomalias faciais? Uma das respostas possíveis é que o corpo é um objeto discursivo e, sobretudo, semiológico. Isso significa dizer que ele é envolto pela opacidade da linguagem: *como* se diz sobre

⁴ O livro de Tarnowsky (1889) encontra-se disponível na Biblioteca Nacional da França (BnF), em Paris.

o corpo da prostituta constitui e constrói o próprio sujeito. Se hoje as cabeças mal formadas das prostitutas do séc. XIX causam estranheza pela leitura enunciada, ainda hoje, não raras vezes, supomos que a vestimenta, a maquiagem, os gestos, entre outros indícios *senalizariam* uma prostituta. O que vemos é uma atualização de um regime de verdade: o corpo ainda é o portador de sinais que, como um ímã, atraem a legibilidade de virtudes, vícios, degenerescência, honestidade, conforme o lugar e as práticas discursivas que o delineiam.

No Direito, encontramos a “língua de madeira”, taxativa, constituída como se fosse “equivalente à realidade”, de modo que, “a ordem da língua seria, então, categórica, séria, precisa. O significado existiria em si próprio porque coincidiria com palavras na realidade de uma ideologia” (Pêcheux / Gadet 2012b: 99). A vontade de verdade no Direito se produz no fio da construção do saber. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2003), o conhecimento ocidental tem-se construído a partir de uma razão que subjaz uma hegemonia de verdade e de saber. Segundo o sociólogo lusitano, uma das formas de manifestação dessa chamada “razão indolente” (Santos 2003) é considerar o todo pela parte:

A razão metonímica é obcecada pela ideia de totalidade sob a forma da ordem. Não há compreensão nem acção que não seja referida a um todo e o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõem. Por isso, há apenas uma lógica que governa tanto o comportamento do todo como o de cada uma das partes. Há, pois, uma homegeneidade entre o todo e as partes e estas não têm existência fora da relação com a totalidade [...]. A forma mais acabada de totalidade para a razão metonímica é a dicotomia, porque combina, do modo mais elegante, a simetria com a hierarquia. A simetria entre as partes é sempre uma razão horizontal que oculta uma razão vertical (Santos 2003: 6).

A linguagem do Direito, no particular de nossa temática, se arroga na verdade que governa o corpo individual e o coletivo; naturaliza-se uma relação vertical que é de força e de exercícios de poderes. Ao se regulamentar, normatizar, tipificar, ocorre classificação, nomeação, objetivação do sujeito. No início do séc. XX, o regime jurídico sobre a prostituição no Brasil se configurava como abolicionista – como ainda o é nos dias contemporâneos. Nesse sistema, a pessoa é vista como “vítima”, uma vez que a exploração sexual por outrem constitui crime, tipificado no artigo 228 e seguintes do Código Penal (CP, doravante) de 1940:

Favorecimento da prostituição

Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone [...].

Rufianismo

Art. 230. Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça [...].

Há nessa sessão das letras jurídicas penais, a dicotomia entre o bom \times ruim, legal \times ilegal, honra \times desonra, honestidade \times desonestidade etc. A razão metonímica se dá na medida em que apenas um lado das dicotomias é estendida para o todo: as outras práticas que fogem do “dever ser” não são inteligíveis. Com efeito, Santos (2003) alerta que uma das consequências dessa razão indolente é que “nenhuma das partes pode ser pensada fora da relação com a totalidade”. Isso significa que, na língua de madeira do Direito, a família, por exemplo, é o bem maior a ser protegido, isto é, todas as outras instituições que atentarem contra ela serão criminalizadas e penalizadas. Criam-se, assim, as práticas divisoras que objetivam os sujeitos: “o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Exemplo: o louco e o são; o doente e o sadio; os criminosos e os ‘bons meninos’” (Foucault 2005: 231). A prostituição é inteligível em relação à família. O sujeito “prostituta” se inscreve no interior do Direito para ser inteligível: ela é prostituta porque se antagoniza a partir de sua relação com o Outro, a “mulher honesta”. Enfim, na razão metonímica “não é admissível que qualquer das partes tenha vida própria para além da que lhe é conferida na relação dicotômica e muito menos que possa, além de parte, ser outra totalidade” (Santos 2003: 7).

O corpo é este signo onde as relações de força e os exercícios de poderes se inscrevem, disciplinando-o e controlando-o. O corpo como lugar onde a sexualidade objetivará o sujeito, a partir de suas práticas discursivas: nas margens invisíveis das zonas de prostituição converge-se a pessoa e o seu corpo em um único sujeito. Nessas mesmas zonas limítrofes entre “mulher honesta” e a “mulher pública”; entre a sexualidade ditada pelo padre, pelo legislador e pelo médico e a sexualidade que transgride, resiste e, ainda assim, é pensada no interior de mecanismos de controle e disciplina; entre essas dicotomias, se levanta o Direito como fundador de uma “linha abissal” assentado no Legal \times Ilegal (Santos 2008: 6). Esses dois lados da balança deixam “de fora todo um território social onde ela [dicotomia] seria impensável como princípio organizador, isto é, o território sem lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e do ilegal de acordo com direitos não oficialmente reconhecidos” (Santos 2008: 6).

3. A produção de verdades em um período de média duração

Os efeitos de verdades são históricos. E, aqui, recorreremos ao historiador Ferdinand Braudel (1978) para pensarmos o tempo de “média duração”, na instância do acontecimento. Segundo o autor, quando se toma como objeto de estudo o tempo curto corre-se o risco de dissolver a espessura histórica. Isso ocorre porque as regularidades e permanências do sistema de um tempo longo (a estrutura) são apagadas. No que respeita ao tempo de média duração, os ciclos e interciclos também serão esquecidos. A média duração, na instância da *conjuntura*, do ciclo, dos interciclos, propõe

que “cada ‘atualidade’ reúna tempos diferentes: o tempo de hoje data, ao mesmo tempo, de ontem, de anteontem, de outrora” (Braudel 1978: 54). Dessa maneira, temos que os efeitos de verdade sobre o corpo da prostituta, seguindo as mudanças discursivas encontradas em dispositivos legais de épocas diferentes, entram em um regime de transformação; porém, carregam consigo enunciados anteriores. Ocorre uma continuidade, uma permanência na própria atualidade. Resquícios do velho no *novum*.

Quando nos deparamos com o Código Penal Brasileiro (CP) de 1940, nas disposições “Dos crimes contra a liberdade sexual”, encontramos a adjetivação do sujeito passivo: “mulher honesta”.

Posse sexual mediante fraude

Art. 215. Ter conjunção carnal com mulher *honest*a, mediante fraude [...].

Atentado ao pudor mediante fraude

Art. 216. Induzir mulher *honest*a, mediante fraude, a praticar ou permitir que com ela se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal [...].

Sedução

Art. 217. Seduzir mulher *virgem*, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança [...].

Rapto violento ou mediante fraude

Art. 219. Raptar mulher *honest*a, mediante violência, grave ameaça ou fraude, para fim libidinoso [...].

A “honestidade” nestes e em outros dispositivos do mesmo diploma legal, a exemplo da “degenerescência” lida nos rostos das prostitutas (Figura 1), é um atributo de virtude dado às mulheres que ainda não foram defloradas ou desvirginadas. O tabu da virgindade absorve essa figura da ruptura do hímen como *signo* de honestidade (ou não) de uma mulher. Porém, o tabu da virgindade alcança outras dimensões: a mulher virgem, a esposa e a viúva casta. Interessante notarmos que o crime de Sedução (art. 217) não tipifica como mulher “honest”, mas, sim, mulher “virgem”. A escolha de registro não é algo aleatório, fruto do acaso, mas é justificada pelo legislador da seguinte maneira:

Sedução é o *nomen juris* que o projeto dá ao crime atualmente denominado *defloramento*. Foi repudiado este título, porque faz supor como imprescindível condição material do crime a ruptura do hímen (*flos virgineum*), quando, na realidade, basta que a cópula seja realizada com mulher *virgem*, ainda que não resulte essa ruptura, como nos casos de complacência himenal (Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940: 569).

Assim, o corpo da mulher estaria marcado por um sinal que revelaria seu caráter. Ligada à sexualidade feminina, o corpo é dotado de um *signo* em que se elabora uma “fisiognomia da população onde há que distinguir as espécies: os traços das ‘raparigas por conta’, que ‘será preciso conhecer para não haver enganos e para as distinguir de uma burguesa honesta’”, conforme historiciza Courtine em *História do Rosto* (1988: 117).

A produção da verdade se desenvolve dentro da mencionada concepção monista do direito. O sujeito passivo dos crimes tipificados, mulher – desde que “honesta” ou “virgem” – será considerado uma pessoa em razão dos significados que se inscrevem no seu corpo. *A pessoa é um corpo*, a mulher *é* honesta pelo sinal (não) rompido do hímen.

Por outro giro, quando a pessoa *tem* um corpo, descolam-se as duas entidades: a pessoa não se torna honesta por uma característica do seu corpo, a pessoa não deixa de sê-lo porque doou um rim ou se dispôs de algum outro órgão. A transformação que se deu nos anos 80, no âmbito do discurso do direito, é exatamente esta: a emergência do direito de disposição de si. Questões relacionadas à bioética, ao aborto, à prostituição, à doação de órgãos e material genético impulsionaram os debates e foram acompanhadas de outros movimentos que reivindicavam o pertencimento de si. “Nosso corpo nos pertence!” reclamava a posse de seu próprio corpo, nada mais que o direito de dispor de si.

“Nosso corpo nos pertence!” Eis o grito que ecoava entre as mulheres que, no começo dos anos de 1970, protestavam contra as leis que interditavam o aborto, pouco tempo antes que os movimentos homossexuais retomassem o mesmo *slogan*. O discurso e as estruturas estavam comprometidos com o poder, enquanto o corpo estava ao lado das categorias oprimidas e marginalizadas da sociedade: as minorias de raça, de classe ou de gênero pensavam ter somente seu corpo para se oporem ao discurso do poder e à linguagem, ambos instrumentos de silenciamento do corpo (Courtine 2006: 8-9).

Motivado por essas condições históricas, não tardou para que os adjetivos “honesto” e “virgem” fossem retirados da inteligência do CP. Com o advento da Lei n. 11.106, de 28 de março de 2005, houve uma dessacralização do corpo feminino. As figuras da *Virgem* Maria e de Maria Madalena são os contrários: a mulher imaculada, intocada, pura e as madalenas, prostitutas, mulheres públicas, desonradas, desonestas etc. O corpo como um lugar regido pelo transcendental, sagrado e divino vem de uma longa tradição que percorre não somente as compilações normativas do Direito Canônico, mas são reativadas no Direito Civil, por exemplo, ainda hoje.

Tomemos a título de ilustração algumas considerações sobre o Casamento. No Direito Canônico, encontramos a sua concepção na união de dois corpos e duas almas. Regulamenta-se e legitima-se o sexo que, a partir de então, não é mais um

pecado, desde que dentro do sacramento do matrimônio. Logo, as relações sexuais extraconjugais ou fora do casamento, por exemplo, a prostituição, serão consideradas ilegítimas, uma vez que haveria apenas a união de corpos, mas não de almas. A concepção de pessoa, no Direito Canônico, portanto, é dualista: as pessoas são compostas pelo corpo, parte material, e também pela alma, onde o divino habita; porém, no matrimônio ocorre uma conjunção “em uma só carne”: a disposição de si é anulada em função da disposição recíproca do outro: “A mulher não dispõe do seu corpo; mas é o marido quem dispõe. Do mesmo modo, o marido não dispõe do seu corpo; mas é a mulher quem dispõe” (Bíblia 1985: I Coríntios 7, 4).

O “direito de dispor de si” instaura uma série de reminiscências, seja de outros discursos (religioso), seja de outros campos dos saberes (tais como a Filosofia), mas também marca uma mudança discursiva, representada por dois verbos: de *ser* para *ter* um corpo. Entre *ser* e *ter* um corpo, a mulher emancipa não só o seu útero, como o seu hímen, seu corpo inteiro. Emancipa não somente em relação ao seu marido, mas também em relação ao padre, ao legislador, ao médico. O grito *o meu corpo me pertence* trava essa disputa pelo poder de sobre si, pelo poder do discurso, do discurso verdadeiro. Aliás, já alertava Foucault (2011: 10): o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

Nesse sentido, a vontade de verdade, ao lado da palavra proibida e da segregação da loucura, formam os três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso (Foucault 2011: 19). No Direito,

Essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. [...] penso como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes e sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do séc. XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade (Foucault 2011: 18-19).

4. Considerações finais

A emergência de um corpo político, com Michel Foucault, colocou o corpo como um objeto de saber nas ciências humanas. O autor deu visibilidade para esta “invenção teórica” (Courtine 2013: 12) ao tratar das “técnicas polimorfos do poder” (Foucault 2011), frente ao dispositivo da sexualidade. Este “tem como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global”

(Foucault 1999: 101). Ele se superpõe⁵ ao dispositivo da aliança, uma vez que as técnicas de poder são móveis, polimorfos e conjunturais sobre o corpo. A família, dessa maneira, se configura como um ponto de intersecção entre os dois dispositivos:

Não se deve entender a família, em sua forma contemporânea, como uma estrutura social, econômica e política de aliança, que exclua a sexualidade ou pelo menos a refreie, atenuando tanto quanto possível e só retenha dela as funções úteis. Seu papel, ao contrário, é o de fixá-la e constituir seu suporte permanente. Ela garante a reprodução de uma sexualidade não homogênea aos privilégios da aliança, permitindo, ao mesmo tempo, que os sistemas de aliança sejam atravessados por toda uma nova tática de poder que até então eles ignoravam. A família é o permutador da sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo da sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança (Foucault 1999: 102-103).

A sexualidade legítima e ilegítima; privada e pública; lícita e ilícita; guardada entre as paredes da casa de família e regulamentadas atrás da porta, da cortina, da persiana dos bataclans. Espaços que reproduzem dizeres sobre a sexualidade, onde os desejos, prazeres e paixões inflamadas ou escondidas serão submetidas a políticas e técnicas inscritas sobre a superfície do corpo.

O exercício de poder se dá nessa relação de interioridade com a resistência. Em outros termos, “lá onde há poder, há resistência” (Foucault 1999: 91). Os exercícios de poder, por serem pulverizados, também encontram pontos polimorfos. As relações de poder “não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão” (idem, *ibidem*). Os exercícios de poderes, portanto, se dão de baixo para cima, afastando-se a ideia de um poder central, monárquico, que ditaria aos seus súditos os deveres. O poder também é onipresente porque emana de todos os lugares (desde a família, a escola, a polícia de costumes, as regras internas de uma casa de prostituição etc.); as relações postas por ele – muitas vezes dicotômicas, como vimos – não lhe são exteriores, mas dele são imanentes. Por fim, o poder não é posse e propriedade, ele é *exercício* (Foucault 1999: 89-90).

Porém, além dessa instância de exercício de poderes, de disciplina, controle, policiamento e docilização e pontos de resistência dos corpos, estes entram em um regime de olhares, recatos, cerimônias, gestos minuciosos: signos que fazem a imagem do corpo entrar em um regime arqueogenalógico de descontinuidades: “os

⁵ Não devemos tratar o dispositivo da sexualidade como melhor ou pior em relação ao dispositivo da aliança. Não há uma ruptura ou um progresso de um sistema para outro. São formas distintas de exercício de poder que emergiram segundo determinadas condições históricas. Ainda que o dispositivo da sexualidade se superponha ao da aliança, sobretudo a partir do séc. XVIII, não ocorre um desaparecimento do primeiro, mas, sem dúvida, contribui-se para reduzir a importância da aliança (Foucault 1999).

corpo permanecem indissociáveis das palavras que os dizem e dos olhares que os perscrutam [...]. Nenhuma história que não seja uma arqueologia dos discursos e uma genealogia dos olhares” (Courtine 2013: 80).

Agradecimentos

Agradeço ao apoio financeiro oferecido à minha pesquisa de doutoramento: *De um corpo tão gentil como profano*: uma história de saber-poder sobre as prostitutas no Brasil (Processo 2013\16256-4) pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – (Brasil).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÍBLIA = *A Bíblia de Jerusalém*. Nova edição rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 1985.
- BRAUDEL, Ferdinand (1978): *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- COURTINE, Jean-Jacques (1989): *Corps et discours: éléments d’histoire des pratiques langagières et expressives*, présentation de dossier de thèse d’État sur travaux. Paris: Université de Paris X-Nanterre.
- COURTINE, Jean-Jacques (2013): *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Petrópolis / Rio de Janeiro: Vozes.
- COURTINE, Jean-Jacques (1988): *História do Rosto: exprimir e calar as suas emoções (do século XVI ao início do século XIX)*. Lisboa: Teorema.
- COURTINE, Jean-Jacques (2011⁴): “Introdução”, em Alan Corbin / Jean-Jacques Courtine / Georges Vigarello (eds.), *História do corpo: as mutações do olhar. O século XX*. Petrópolis / Rio de Janeiro: Vozes.
- DECRETO-LEI Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, em *Código Penal* (<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>) [27 jan 2016].
- DECRETO-LEI Nº 2848, de 7 de dezembro de 1940, “Exposição de Motivos da Parte Especial do Código Penal”, em Editora Saraiva (2011), *Vade Mecum* (com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto / Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt / Lívia Céspedes). 11 ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva.
- DESCARTES, René (2015): “Meditação Sexta: Da existência das coisas materiais e da distinção real entre a alma e o corpo do homem”, *Meditações metafísicas*. São Paulo: Folha de São Paulo (Coleção Folha Grandes nomes do pensamento, vol. V).
- FOUCAULT, Michel (1977): *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- FOUCAULT, Michel (1999¹³): *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FOUCAULT, Michel (2002): *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editores.

- FOUCAULT, Michel (2005): *Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel (2011²¹): *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- FOUCAULT, Michel (2013⁸): *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- HENNETTE-VAUCHEZ, Stéphanie (2004): *Disposer de soi? Une analyse du discours juridique sur les droits de la personne sur son corps*. Paris: L'Harmattan.
- LE BRETON, David (2005⁴): *Anthropologie du corps et modernité*. Paris: Presses Universitaires de France.
- PÊCHEUX, Michel (1990): “A AD: três épocas”, em Françoise Gadet e Toni Hak (orgs.), *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, Michel (2010³): “O papel da memória”, em Pierre Achard *et al.*, *Papel da Memória*. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, Michel (2012a⁶): *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, Michel / Françoise GADET (2012b³): “A língua inatingível”, em Eni Puccinelli Orlandi (ed.), *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003): “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, em Boaventura de Sousa Santos (org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. Porto: Afrontamento. http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2008): “Para além do pensamento abissal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 78. http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF [10/01/2015].
- TARNOWSKY, Pauline (1889): *Étude Anthropométrique sur les prostituées et les voleuses*. Paris: E. Lecrosnier et Babé Éditeurs (Progrès Médical).

Os mecanismos de escrita abreviada no discurso electrónico galego: innovación ou tradición?

Estefanía Mosquera Castro

Universidade da Coruña (Galicia)

e.mosquera@udc.es

Shorthand writing strategies in Galician Netspeak: Innovation or tradition?

Resumo

A revolución tecnolóxica exerceu un forte impacto no ámbito lingüístico, que se viu especialmente afectado polas innovacións a respecto das telecomunicacións. Así, o aparecemento de novos soportes dixitais para a interacción motivou o desenvolvemento dun novo sistema de escrita caracterizado fundamentalmente pola tendencia á brevidade e polo seu carácter oralizante para se aproximar, na medida do posíbel, das conversas presenciais e, ao mesmo tempo, salvar as posíbeis limitacións comunicativas do(s) soporte(s). Con todo, as súas características non son todo o revolucionarias que parecen, mais ao contrario contan con moitos antecedentes na historia da lingua, nomeadamente no referente aos recursos de simplificación. Por esta razón, e con base nun corpus de mensaxes de texto de arredor de 800 mostras, reflexionaremos sobre a adopción e a conseguinte adaptación de moitos dos mecanismos de escrita abreviada procedentes de estadios lingüísticos anteriores para verificarmos o grao de innovación e de débeda lingüística da variedade electrónica galega. Esta análise lingüística diacrónica tamén nos permitirá establecermos puntos de conexión a respecto dos condicionamentos que motivan estes recursos e da súa consideración social.

Palabras-chave

Discurso electrónico, lingua galega, abreviaturas, tradición

Sumario

1. As tecnoloxías da comunicación e o discurso electrónico: impacto e consideracións iniciais. 2. O discurso electrónico: innovación ou tradición. 2.1. Adopción e adaptación de mecanismos previos de escrita abreviada. 2.1.1. A elisión de caracteres. 2.1.2. Os silabogramas. 2.1.3. Os esqueletes consonánticos. 2.1.4. As abreviaturas. 2.1.5. Sintaxe telegráfica. 3. Conclusións.

Abstract

The technological revolution, and especially innovations in telecommunications, had a strong impact in the linguistic field. Thus, the emergence of new digital media for interaction caused the development of a new writing code that is mainly characterized by the tendency to brevity and by its oral nature. These two features allow users to approach, as far as they can, to face-to-face conversations, while overcoming the constraints of the communication supports. However, their strategies are not such revolutionary as they seem; on the contrary, they have many precedents in the history of the language, particularly in regard to simplification resources. For this reason, and based on a corpus of text messages containing over 800 samples, we will discuss the adoption and the consequent adaptation of many shorthand writing strategies from previous stages to verify the level of linguistic innovation and debt of the Galician Netspeak. This diachronic approach will also enable us to establish connecting points on the conditionings that motivate these resources and their social consideration.

Keywords

Netspeak, Galician language, abbreviations, tradition

Contents

1. Communication Technologies and Netspeak: impact and first considerations. 2. Netspeak: innovation or tradition. 2.1. Adoption and adaptation of previous shorthand writing resources. 2.1.1. Omitted letters. 2.1.2. Syllabograms. 2.1.3. Consonantal skeletons. 2.1.4. Shortenings. 2.1.5. Telegraphic Syntax. 3. Conclusions.

1. As tecnoloxías da comunicación e o discurso electrónico: impacto e consideracións iniciais

As tecnoloxías e nomeadamente a Internet revolucionaron moitos ámbitos da sociedade, incluída a esfera lingüística, en que este fenómeno tivo importantes repercusións. Así, para alén de xerar comunidades virtuais, novos xéneros discursivos e formas de textualidade pluridimensional, multiplicou e hibridizou os códigos e os usos especiais da lingua, creando tamén novas xirias (Borràs Castanyer 2005: 121). Neste sentido, as prazas telemáticas, que nuns casos substitúen as físicas e noutros as complementan, desenvolven na actualidade o papel de grandes contedores abertos onde se mestura a oralidade e a escrita, estilos coloquiais e experimentacións lingüísticas e formas de interacción que crean intimidade e diversión, mais que en todo o caso posúen unha función comunicativa de uso fundamental que, ás veces, consegue tamén conter aspectos imprevistos de infuncionalidade (Mosquera Castro 2013a).

As mensaxes de texto, os chats, as redes sociais ou, máis recentemente, os sistemas de mensaxaría instantánea, cal Whatsapp, Line ou Galegram, constitúen xéneros textuais dixitais e é a través deles que se vehiculiza esta nova modalidade lingüística, eminentemente gráfica, mais tamén icónica e oralizante; referirémonos a ela como “discurso electrónico”, embora sexamos conscientes de que na actualidade aínda non existe demasiado consenso sobre como denominar esta variedade¹ e tamén nos decatando de que, como é obvio, as características particulares de cada soporte modificarán e moldearán tamén as estratexias lingüísticas empregadas en cada caso². Deste modo, no contexto electrónico será posíbel observarmos unha ampla gama de

¹ A este respecto, convén citarmos Crystal (2008: 6), quen dá conta no seu traballo da multiplicidade de termos que se manexaban tan só para facer referencia ao xénero das mensaxes de texto e á variedade lingüística nel utilizada: “short messaging, short mail, SMSing, person-to-person messaging, mobile messaging, Wireless messaging, text messaging, texting, txtng” e quen pon de manifesto que “whatever we call it it is evidently here to stay”.

² Na nosa opinión, a idiosincrasia do discurso electrónico está determinada pola manifestación do medio nas prácticas lingüísticas. Trátase dun medio de natureza variábel e, xa que logo, o discurso participará tamén desta variabilidade, de modo que algunhas das propiedades que identifican a modalidade electrónica poden presentar certa heteroxeneidade e isto é o que explica as diferentes subclases en que pode dividirse o xénero. Con todo, tamén consideramos que existe unha constante organizadora da actividade cognitiva que permite que os textos que manifestan certos trazos invariábeis na súa organización estrutural sexan recoñecidos como similares e agrupados dentro dun tipo común. As características técnicas do medio do discurso electrónico (o tempo da interacción, a retroalimentación, os vínculos entre a oralidade e a escrita, o número de participantes etc.) serán as que nos permitan determinarmos distintas modalidades de intercambio, mais todas elas presentarán diversos criterios de invarianza determinados principalmente por dous factores fundamentais: i) as marcas discursivas derivadas da presenza dun instrumento mediador e ii) as marcas discursivas motivadas pola actitude dos falantes fronte ao instrumento mediador (Vela Delfa 2005:63).

registros da lingua galega escrita: desde os textos máis formais, escritos segundo a normativa vixente, até aqueles textos de natureza informal en que se desenvolveron diversas licenzas lingüísticas. Mais en calquera caso, o que si se pode observar é que, fronte ao prescritivismo tradicional que privilexia a escrita sobre a fala e a formalidade sobre a espontaneidade, os exemplos que se crean neste soporte obran en sentido contrario, o que derivou nun estilo pouco ríxido, onde a ortografía normativa se relaxa por cuestións principalmente pragmáticas, entre as que sobresaen a utilidade e a expresividade.

Foi precisamente esta relaxación lingüística, unida á rapidez con que este código se xerou e se propagou, ao grupo de idade ao que xorde inicialmente asociado e ao temor perante o descoñecido, o que provocou que, como sinalamos en Mosquera Castro (2013b: 64), “unha cantidade notábel de lingüistas e de docentes comezase a se preocupar polas posibles consecuencias que esta revolución tecnolóxica podía implicar na forma en que nos comunicamos nestes contextos”. E como en todos os casos estes temores acabaron por se estender ao resto da poboación creando, en palabras de Thurlow (2006), un estado de pánico moral que entendía que fose o que fose o discurso electrónico tiña que ser algo negativo.

Como resultado, a mitoloxía popular que creceu arredor deste fenómeno exaxera e distorsiona as súas consecuencias e mesmo se chegan a facer profecías a respecto dun desastre lingüístico. Así, xúlgase que se trata dun fenómeno do séc. XXI que presenta un estilo gráfico altamente distintivo, cheo de abreviaturas e desviacións lingüísticas e que é utilizado por aquelas xeracións máis novas que non se preocupan pola variedade estándar. Xa Thurlow (2006) e Crystal (2008) fixeron hai case unha década unha procura na rede e nalgúns xornais dixitais que confirmaban estes augurios apocalípticos con titulares como os que seguen: “Texting fogs your brain like cannabis”, “Text messaging ... is posing a threat to social progress”, “The English language is being beaten up, civilization is in danger of crumbling”.

Na actualidade continúa a ser relativamente frecuente acharmos opinións similares ás apuntadas polos autores anglófonos. Así, en 2011 o diario *El mundo*³ facíase eco dunhas declaracións do premio Nobel Vargas Llosa, quen indicaba que “Internet ha acabado con la gramática, ha liquidado la gramática. De modo que se vive una especie de barbarie sintáctica”. En 2013 podemos achar tamén encabezamentos nos xornais como “el daño de las redes sociales a los idiomas”⁴. Neste mesmo ano realizamos un inquérito en que o 48% das persoas galegas entrevistadas consideraba, entre outras cousas, que esta modalidade gráfica atentaba contra a gramática, dificultaba a lectura, potenciaba tendencias de mal uso, pervertía a lingua e empobrecía a expresión escrita (Mosquera Castro 2013b: 69).

³ Véxase <http://www.elmundo.es/america/2011/04/28/noticias/1304016627.html> [05/11/2015]

⁴ Véxase <http://blog.quality-courses.com/es/el-dano-de-las-redes-sociales-a-los-idiomas> [05/11/2015]

Con todo, os recentes estudos sobre este fenómeno, como o levado a cabo en 2014 polo Centro Nacional de Investigacións Científicas (CNRS) francés⁵, veñen apoiar as nosas investigacións (Mosquera Castro 2013c) ao afirmar que o uso destes códigos non ten implicacións negativas no uso da variedade estándar e que, de ter algunha repercusión, sería en todo o caso positiva, na medida en que se experimenta coa lingua precisamente porque se coñece. Esta mesma postura é a que mantén a respecto da lingua galega Nel Vidal quen, nunha entrevista para *Praza Pública*⁶, afirma que esta linguaxe pode considerarse como un elemento creativo, dado que pon de manifesto a orixinalidade e a imaxinación da xente –nin sempre– nova e, sinala como un aspecto fundamental que a lingua galega fose quen de xerar tamén estes códigos abreviados, máis un sinal da súa vitalidade.

2. O discurso electrónico: innovación ou tradición?

A variedade escrita presente nas SMS, nas redes sociais ou nos sistemas de mensaxaría instantánea non é, por tanto, un fenómeno destrutivo, mais unha adaptación gráfica que se crea por dúas razóns fundamentais: por unha parte a expresividade e, por outra, a economía lingüística. A primeira, para superar a ausencia de linguaxe paraverbal e de expresividade xestual nuns medios esencialmente escritos. E a segunda, para paliar as limitacións tecnolóxicas do soporte –restricións de caracteres, pantalla e teclas de tamaño reducidos– e tamén as contextuais, pois trátase de conversas de natureza gráfica que procuran a fluidez típica das interaccións orais. E embora a primeira mereza tamén ser debidamente analizada, será esta última motivación a máis relevante para o caso que nos ocupa, polos fortes vínculos que mantén coa historia da lingua.

Así as cousas, nun ecosistema dixital en que as mensaxes están sometidas, entre outros, aos anteditos condicionantes, non resulta estraño que a brevidade se erixa como un elemento fundamental (Tascón / Abad 2011: 25). E, na mesma medida, viran tamén sorprendentes as críticas apocalípticas que sinalamos anteriormente, na medida en que lonxe de se tratar todas elas de actitudes gráficas novidosas, moitas das estratexias de simplificación presentes nestas tipoloxías textuais poden ser tamén documentadas en estadios moito anteriores da historia da escrita con finalidades certamente similares ou equiparábeis ás indicadas para a comunicación electrónica.

Sobre este particular, Borràs Castanyer (2005: 126) afirma que “las viejas formas reelaboradas en el presente muestran la vitalidad de la lengua y de sus usos y al mismo tiempo evidencian los estereotipos y las incrustaciones de sentido siempre al

⁵ Véxase <http://www2.cnrs.fr/presse/communique/3475.htm> [05/11/2015]

⁶ Véxase <http://praza.gal/opinion/1125/polo-d-m/> [05/11/2015]

acecho”. E o certo é que este tipo de augurios tamén estivo presente con motivo de desenvolvementos tecnolóxicos moito anteriores e, de igual modo, predicían toda unha serie de catástrofes lingüísticas: aconteceu coa chegada da prensa, considerada como unha invención do demo, e tamén co telégrafo e o teléfono (Crystal 2008: 9). Neste sentido, as tecnoloxías da comunicación constitúen máis un ítem que pasa a engrosar a listaxe de innovacións potencialmente perigosas para o devir lingüístico. Por esta razón, a memoria lingüística conforma un elemento de grande valor para analizarmos os novos roteiros virtuais por que transita a lingua galega.

A seguir, e apoiándonos nun corpus de 800 mensaxes de texto, trataremos de determinar o grao de débeda e de innovación dos recursos de simplificación gráfica utilizados no discurso electrónico en comparación coas estratexias e cos recursos empregados ao longo da historia da escrita.

2.1. Adopción e adaptación de mecanismos previos de escrita abreviada

Centrándonos a nosa atención exclusivamente nas estratexias de redución gráfica, un dos aspectos que máis chama a atención é o aforro de caracteres. Nalgúns medios como Twitter ou as SMS temos unha limitación de 140 e 160 caracteres respectivamente e noutros soportes de natureza sincrónica o que se nos presenta é a necesidade de manter un ritmo similar ao dunha conversa oral presencial, mais a través da escrita. Por tanto, en ambos os casos redixir mensaxes electrónicas é unha tarefa que, ao contrario do que se pensa, require moita atención, precisión no reconto e administración do espazo e do tempo. Por este motivo, o usuariado rebaña letras e números sempre que puiden. De acordo con Cortés Alonso (1990: 163), a abreviación foi sempre un dos recursos máis útiles e prácticos da escrita e resolveu en moitas ocasións problemas de espazo e de rapidez, sempre e cando esta non dificultase sobremaneira a comprensión do texto.

2.1.1. A elisión de caracteres

Así por exemplo, un recurso moi utilizado no contexto electrónico é a omisión de determinados caracteres, ben sexa no interior, no comezo ou no final do vocábulo. Neste sentido, a tendencia é que as grafías eliminadas sexan fundamentalmente vogais, aínda que non só. Isto responde a un principio básico da teoría da información que sinala que as consoantes presentan un valor informativo moito maior que o das vogais, a pesar de seren estas últimas, cando menos na lingua galega, as únicas con capacidade para formaren núcleo silábico e portaren particularidades prosódicas distintivas (Freixeiro Mato 2006, I: 65). De acordo con Tascón e Abad (2011: 36), o

usuariado sabe, de modo intuitivo, que na lectura a senda que proporcionan ao ollo as consoantes é máis importante e achega máis información sobre as palabras que as vogais, polo que moitas veces estas desaparecen, como mostran as seguintes mensaxes de texto:

(1) Jaja! Akbo d sair! Lvabaa pnsada xo ind asi fixn kmbios d ultim ora! Jeje! A intncion era q o mstr ns servis d algo nn? Algrom d q ch gustas tonti! Coidate pk!

(2) Dduzo q nn ims qdar knd nn avisachs ainda! Marcho pa kma. Boas noits.

(3) Obvmnt nn fixexs nda!o prblm e meu, e nn falo xq m costa m8 trballo cada frase. Nn tou bn (vaia nvidd...) e nn m aptc nda, nn se kmo xplikrxo. Sinto tar asi...bks!

Con todo, e como indica a seguinte anécdota que relata no seu libro Borràs Castanyer (2005: 131), a supresión de letras non é un fenómeno gráfico actual, mais remóntase a etapas moito anteriores, en que igual que na actualidade se tendía a adecuar os códigos ás necesidades propias do soporte en que estas se escribían:

Me maravilla ver cómo mi hija mayor [...] utiliza un código lingüístico nuevo, aparentemente no convencional [...]. Hay, en esta práctica, una necesidad de economía que se convierte en moda y rasgo distintivo de grupo. Una necesidad de economía que no es nueva, tampoco. Un domingo que paseaba por la Vall d'en Bas, en la comarca de la Garrotxa (Girona), me sorprendió una piedra que coronaba el portal de una casa de dos o tres siglos de antigüedad. En la piedra, estaba escrito el nombre del constructor y la fecha y esta inscripción: AE MRA SNS PCAT CNCBDA. Obsérvese cómo se escribían los mensajes en aquellas piedras de dintel –claro está que se hacían con cincel y martillo: unid la A y la E y podrá leerse AVE, e id siguiendo. Eso es, cosían letras y palabras, elidían vocales o todo aquello que el lector incorporaría sin esfuerzo, inconscientemente, al leer el mensaje.

2.1.2. Os silabogramas

Se reparamos nos exemplos até o de agora expostos, podemos observar que o carácter con máis tendencia para desaparecer é o “e”, embora nin sempre teña que ser esa a vogal reconstruída. A razón que xustifica esta relativa sistematicidade ten que ver, con toda seguranza, con que a súa pronuncia xa vén dada en moitos casos polo nome que a lingua galega dá ás consoantes: así o “c” lese *CE*, o “t” lese *TE*, o “p” lese *PE* etc. Esta estratexia xera, segundo Anis (2006), o fenómeno de creación de silabogramas, quere dicir, o emprego dunha única grafía –a consonántica– para representar o conxunto da unidade silábica, procedemento que se acha na base das escritas semíticas que, ou

ben eliminan por completo os elementos vocálicos ou ben os transcriben como sinais diacríticos (véxase tamén Cardona 1994: 43). En todo o caso, achamos que a formación de verdadeiros silabogramas –quere dicir, relativamente estandarizados– só se produce nalgúns contextos: acontece, por exemplo, cos pronomes persoais átonos correspondentes ás formas en singular: *me*, *te* e *se* que pasan respectivamente para *m*, *t* e *s*. Igualmente, as preposicións *de* e *en* e a partícula *que* en calquera das súas categorías morfolóxicas –*d*, *n* e *q* ou *k*– constitúen tres silabogramas moi estendidos no discurso electrónico, tamén como resultado da eliminación do “e”:

(4) Ola ptarda! Stou **n** ksa koa mmoria! A vr **s** avanzo algo. O find normaliyi. Xa falei kn cris esta tdo klaro. Pois si, vai avr **q** qdar! Bkos mona! Pasao bn!

(5) Tou mpaxadisima! a partr dagora vou facr peqnas catas da cmida **q m** ofrezas! a miña bedroom cheira a 1 mistura ntr pintura e dtrxnt (xa tño cortinas!!!!). Boas noits!

(6) Ou vas na playa por casualidd!!!! o dia 11**d** agsto e o cmple **d** xiana....xa **t** aviso pa **k** nn fagas planes!!!!

2.1.3. Os esqueletes consonánticos

A supresión sistemática de todas as vogais que forman unha determinada palabra dá lugar ao que algúns investigadores, cal Vela Delfa (2005: 694), denominan esqueletes consonánticos, isto é, textos en que as persoas destinatarias deben reconstruír a cadea fónica completa a través de inferencias contextuais ou apoiándose na pronuncia das consoantes que figuran representadas, o que lles permitirá restituíren o elemento vocálico elidido. Por tanto, concordamos con Torres i Vilatarsana (2004) en que “d’aquesta manera, qualsevol consonant pot tenir dos valors, el del seu so o el bifonemàtic”. No noso corpus documentamos mostras que levan até o extremo este tipo de prácticas de simplificación:

(7) Qrds qdar?

(8) Nn s prkpar XD

(9) kbp spzo cruñ ;)

Pois ben, sen abandonarmos o universo das escritas semíticas cómpre salientarmos que estas foron e son, polo xeral, contrarias á introdución sistemática dos signos vocálicos e prefíren colocalos, ben por riba, ben por baixo. Gelb (1982: 242) sinala, entre as razóns para esta adversión, a devoción ás grafías tradicionais dos libros sagrados e o feito de que “al dejar intacta la estructura consonántica y colocar los signos vocálicos encima o debajo de los consonánticos, se dejaba abierta la posibilidad

para cuantos deseasen continuar escribiendo las consonantes solas sin preocuparse de las vocales”. E se ben que na lingua galega non estamos acostumados a unha escrita consonántica, si sabemos que aínda hoxe en día existen idiomas, cal o árabe ou o hebreo, en que esta conforma un sistema perfectamente estábel.

2.1.4. As abreviaturas

Como indicabamos no caso citado por Borràs Castanyer (2005: 131), é relevante repararmos nos condicionamentos impostos polos distintos soportes en que estes códigos son e foron utilizados. E a economía dos materiais foi, neste sentido, unha das causas que motivaron a introdución de abreviaturas na escrita a través dos séculos. Pensemos en que o pergamiño e o resto de materiais con que se escribía na antigüidade eran moi custosos, non só pola súa rareza, mais tamén pola dificultade que implicaba a súa elaboración. Por esta razón, evitábanse expresións ou palabras que se puidesen entender con tan só as iniciar ou cando menos con as abreviar. Así, por exemplo, Díez Merino (1990: 124) constata para a lingua hebrea o emprego de abreviaturas desde o séc. vi a.d.n.e e desde o séc. v a.d.n.e para o arameo. Pola súa parte, Ostolaza Elizondo (1990: 253) afirma que o costume de abreviar os textos latinos remonta ao período clásico romano, embora non se utilizase con tanta profusión a abreviación como na escrita medieval.

A este respecto, tamén nos manuscritos dos textos medievais galego-portugueses documentamos o emprego habitual de diversas abreviaturas, tanto no referente aos códices que conteñen as cantigas medievais galego-portuguesas, como nos textos notariais ou tabeliónicos⁷: é frecuente que aparezan abreviautras para as consoantes nasais (‘) e para a conxunción *que* (q̃), ou outras cal p^r (para a preposición *por*), q^r (por *quer*), 9 (para a terminación *-os*, nalgúns casos tamén *-us*), L (para a secuencia fónica *uel* ou *ual*) ou o símbolo ^r para representar o desenvolvemento dunha vibrante simple acompañada dunha vogal ou viceversa.

Por outro lado, os anteditos autores tamén sinalan a economía de tempo como unha das razóns fundamentais do emprego de sistemas de escrita reducida, o que se pode observar se atendemos ao posterior desenvolvemento da taquigrafía e máis recentemente da estenotipia. En todas as épocas os taquígrafos quixeron avanzar moito en pouco tempo e o único recurso de que dispuñan era o acurtamento de palabras e a utilización de símbolos que representasen vocábulos ou mesmo enunciados completos. Na mesma liña simplificadora, tamén no contexto educativo se desenvolve-

⁷ Véxase Azevedo Maia (1986), onde figura un conxunto de 168 textos da Galiza e do norte de Portugal correspondentes ao período que vai do séc. XIII ao XVI, en que se pode constatar a frecuencia do emprego das abreviaturas. A respecto destas cuestións, véxase tamén Souto Cabo (2008) sobre os documentos galego-portugueses dos sécs. XII e XIII, en que tamén se verifica a complexidade do sistema de abreviaturas empregado.

ron outros mecanismos específicos favorecedores da escrita rápida para a tomada de apuntamentos. E aínda que nestes casos a escolla dos mecanismos de redución adoita ser moi persoal, xa que a persoa que toma as notas será ela propia a destinataria da mensaxe que codificou, grande parte das abreviaturas empregadas son sistematicamente empregadas por todo o alumnado.

Destacamos entre as máis frecuentes as seguintes: *xq* ('porque', 'por que'), *x* ('por'), *q* ('que') *xa* ('para'), *cnd* ('cando'), *qn* ('quen'), = ('igual'), *txt* ('texto'), o emprego de numerais ou símbolos, como + ('máis'/maior'), - ('menos'/menor') etc. Igualmente, tamén se dan simplificacións que combinan as abreviaturas e o sistema de signos, cal *+q* ('máis que'), e mesmo se utilizan para representar determinadas palabras ou secuencias fónicas de palabras: *m8* ('moito'), *imx* ('impor') etc., o que a coincidirmos con Crystal (2008:37) remite tamén para os sistemas de escrita logográfica, de igual modo que o uso de emotícones remite para a pictográfica.

Neste contexto, o usuariado do discurso electrónico, coñecedor da utilidade dos anteditos recursos, vainos utilizar tamén nas súas interaccións dixitais, de modo que non é inusual acharmos mensaxes como as que figuran a seguir:

(10) Grazs polo d hoxe, stba **m8** rikisimo tdo! Es **1sol!** Nn sei q faria sn ti!
Qtm8m8m8! Muaka! Chamam pa qdr maña e xa m kns **q** tal a peli. Bks

(11) Si. Grazas. E para un asunto do traballo. A ver se subo facr **1vsit st finde!**
Q tal todo? **Alg1a** novidade? Bikos

(12) E nn hai nada mais light? jajaja! Senn a dieta vai ir ao carallo! nn e **x**
-prezar os xixarros! jaja

2.1.5. Sintaxe telegráfica

A inmediatez na comunicación electrónica e, en moitos casos, as restricións técnicas dos diferentes soportes en que esta ten lugar provocaron o desenvolvemento de numerosas estratexias de simplificación e a creación de abreviaturas, nin sempre convencionais nas formas, mais con antecedentes nos procesos, como xa tivemos ocasión de observar. Estes condicionamentos afectaron igualmente a sintaxe, onde se detecta unha preferencia pola redución da complexidade sintáctica e unha propensión ao uso de enunciados simples. Neste sentido, a súa organización estrutural supedita a corrección a outros obxectivos, cal a transmisión da información. E embora na maioría dos casos as mensaxes presenten unha condensación de numerosas cláusulas independentes, fundamentalmente simples ou compostas⁸, noutras ocasións observamos que a tendencia redutora é levada ao límite

⁸ De acordo con Galán Rodríguez (2007: 71), "será inevitable que las frases sean cada vez más breves y se limiten a la expresión de la mera acción o estado y, en consecuencia, se suprimirán las oraciones más complejas".

Deste modo, non podemos referirnos unicamente a unha preferencia polas estruturas sintácticas simples, mais tamén ao desenvolvemento de determinadas estratexias que, a pesar de contrariar en moitos casos as regras textuais de cohesión, conexión e coherencia, contribúen para facer máis dinámicas e rápidas as interaccións. Así, o discurso electrónico elimina en ocasións todos aqueles elementos que poden sobreentenderse polo contexto: conxuncións, nexos, preposicións, verbos etc.⁹. Na maioría dos casos este recurso non opera de forma isolada, mais habitualmente converxen varias elisións nun mesmo texto. Eis algunhas mostras:

(13) Q tal d kmpras? Kurraxe m8? Dsknsa 1 pk anda, q o merecs! Eu tou [en] pntdeume e logo irei [a] ksa [de] papa! Muaka baby! Sta smana cofe?

(14) **stou kasa. Klqra kousa mbl.** Tño q lr e nn m aptcia ir xa ali. Bks

(15) **Fatura lixo buzón**

A pesar do chamativo e orixinal que poida resultar este tipo de estruturas, a elisión de determinados elementos gramaticais remiten, en ocasións, para a escrita telegráfica propia doutras épocas. Como os xéneros textuais electrónicos, o telégrafo obtivo un grande suceso na medida en que facilitaba a comunicación a distancia e reducía os límites espacio-temporais doutros sistemas comunicativos (Bahamonde Magro / Martínez Llorente / Otero Carvajal 1993: 138-139). No entanto, o envío de telegramas era bastante custoso, o que tamén tivo certa sorte de repercusións lingüísticas. Nestes medios, o seu estilo tende á concisión, á brevidade e ao emprego de enunciados recortados a través da supresión de todo aquilo que non é imprescindible: fórmulas de saúdo e de despedida e palabras gramaticais, cal os artigos, os adverbios, as preposicións e as conxuncións, entre os máis comúns. Como se pode notar, as similitudes son evidentes.

3. Conclusións

Nas páxinas que preceden esta observamos que o emprego de sistemas de simplificación se documenta xa desde tempos inmemoriais. O seu uso está xustificado polas necesidades de se adaptar ou ben a un soporte concreto ou ben ao contexto comunicativo de que se trate. A sobrevivencia, con variacións, deste mecanismo de escrita breve até os nosos días convida a pensarmos que se trata dun fenómeno lingüístico eficaz que produce máis vantaxes do que atrancos para a comunicación escrita. Con-

⁹ Na mesma liña, Anashia Ong'onda, Maina Matu e Anyango Oloo (2011: 4) achán resultados similares no seu corpus: "omission of pronouns and auxiliary verbs, omission of objects, omission of articles, omission of *to* infinitive, grammatical agreements, contractions and different word orders".

secuentemente, a súa utilidade parece compensar os posibles problemas de interpretación ou de comprensión que algúns enunciados puideren ocasionar debido ao descoñecemento dos seus mecanismos de redución.

Na actualidade, o contexto electrónico e a comunicación mediada por dispositivos dixitais están a revitalizar novamente os sistemas de escrita reducida. E a pesar de que o emprego de abreviacións é consubstancial á linguaxe e as súas orixes remóntanse, como se verificou, aos primordios da escrita, na escrita manual estas eran utilizadas de modo esporádico. Ao contrario, coa chegada das tecnoloxías e a aparición de novas formas de interacción baseadas en sistemas de escrita reducida (conxunción de letras, símbolos e números, fundamentalmente) as abreviacións convertéronse nun fenómeno de masas, o que tamén xustifica esas consideracións iniciais a que fixemos referencia.

Por tanto, consideramos que non se trata de actitudes gráficas novidosas, mais que, como xa se sinalou, o que as torna relevantes e o que as diferencia das anteriores é a maior visibilidade que outorga o contexto dixital — eminentemente público— a estratexias que até ese momento eran para moitas persoas descoñecidas ou, cando menos, exclusivas do dominio privado ou de esferas moi concretas. En último caso, a novidade radicaría na creatividade do usuariado que adopta e adapta estratexias lingüísticas anteriores para vencer ou, en todo o caso, paliar as limitacións impostas polo novo marco comunicativo e para se adecuar ao ritmo acelerado da vida actual, que exige cada vez máis, unha maior brevidade e concisión. Resultan, porén, innegábeis as repercusións lingüísticas deste fenómeno, mais en última instancia, será unha repercusión parcial nas formas, nas posibilidades técnicas, no sistema de representación gráfica, mais non na linguaxe.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANASHIA ONG'ONDA, Nancy / Perer MAINA MATU / Pamela ANYANGO OLOO (2011): "Syntactic Aspects in Text Messaging", *World Journal of English Language*, 1. <http://dx.doi.org/10.5430/wjel.v1n1p2>.
- ANIS, Jacques (2006): "Communication électronique scripturale et formes langagières: chats et SMS", *Actes des Quatrièmes Rencontres Technologiques*. Poitiers: Université de Poitiers. <http://rhrt.edel.univ-poitiers.fr/document.php?id=547>.
- BAHAMONDE MAGRO, Ángel (dir.) / Gaspar MARTÍNEZ LLORENTE / Luis Enrique OTERO CARVAJAL (1993): *Las comunicaciones en la construcción del Estado Contemporáneo en España: 1700-1936. El correo, el telégrafo y el teléfono*. Madrid: Ministerio de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente.
- BORRÀS CASTANYER, Laura (ed.) (2005): *Textualidades electrónicas. Nuevos escenarios para la literatura*. Barcelona: UOC.
- CARDONA, Giorgio Raimondo (1994): *Antropología de la escritura*. Barcelona: Gedisa.

- CORTÉS ALONSO, Vicenta (1990): “Las abreviaturas, ayer y hoy”, *Boletín de la ANABAD* 40 (4), 163-165.
- CRYSTAL, David (2008): *Txtng: The Gr8 Db8*. Oxford: Oxford University Press.
- DIEZ MERINO, Luis (1990): “Las abreviaturas: una clave de la cultura hebrea”, en Josefina Mateu Ibars (coord.), *Las abreviaturas en la enseñanza medieval y la transmisión del saber*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 111-147.
- FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón (2006) [1998-2002]: *Gramática da lingua galega. I. Fonética e Fonoloxía. II Morfosintaxe. III Semántica. IV Gramática do texto*. Vigo: A Nosa Terra.
- GALÁN RODRÍGUEZ, Carmen (2007): “Cncta kn nstrs: los SMS universitarios (Conecta con nosotros: los SMS universitarios)”, *Estudios de Juventud* 78, 63-73.
- GELB, Ignace (1982): *Historia de la escritura*. Madrid: Alianza.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1986): *História do galego portugués. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. (Com referència à situação do galego moderno)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica
- MOSQUERA CASTRO, Estefanía (2013a): “O discurso electrónico: a interacción comunicativa no contexto virtual”, *Revista Galega de Filoloxía* 14, 85-115.
- MOSQUERA CASTRO, Estefanía (2013b): “A escrita SMS desde a perspectiva dos seus utentes. Unha achega sobre a lingua galega”, *Madrygal. Revista de Estudios Gallegos* 16, 63-71. http://dx.doi.org/10.5209/rev_MADR.2013.v16.42989.
- MOSQUERA CASTRO, Estefanía (2013c): *Didáctica da lingua e novos soportes comunicativos: a linguaxe SMS*. A Coruña: AS-PG.
- OSTOLAZA ELIZONDO, María Isabel (1990): “Evolución de las abreviaturas en la documentación castellana bajomedieval: razones lingüísticas y paleográficas”, en Josefina Mateu Ibars (coord.), *Las abreviaturas en la enseñanza medieval y la transmisión del saber*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 253-262.
- SOUTO CABO, José Antonio (2008): *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII*. A Coruña: Área de Filoloxías Galega e Portuguesa.
- TASCÓN, Mario / Mar ABAD (2011): *Twittergrafía. El arte de la nueva escritura*. Madrid: Los libros de la Catarata.
- THURLOW, Crispin (2006): “From statistical panic to moral panic: The metadiscursive construction and popular exaggeration of new media language in the print media”, *Journal of Computer-Mediated Communication* 11 (3), 667-701 (Edición electrónica). <http://dx.doi.org/10.1111/j.1083-6101.2006.00031.x>.
- TORRES I VILATARSANA, Marta (2004): “Aproximació a l'escriptura ideofonemàtica o netspeak català”, en *Actes del 2n Congrés ONLINE “Cap a quina societat del coneixement?”*. Barcelona: Observatorio para la Cibersociedad. http://www.cibersociedad.net/congres2004/grups/fitxacom_publica2.php?grup=86&=es&id=671.
- VELA DELFA, Cristina (2005): *El Correo Electrónico: El nacimiento de un nuevo género*. Tese de doutoramento. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. http://www.galanet.eu/publication/fichiers/tesis_cristina_vela_delfa.pdf.

Tratamento da variación lingüística no *CORGA*

Eva María Domínguez Noya

Universidade de Santiago de Compostela / Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades
eva.dominguez.noya@gmail.com

María Sol López Martínez

Universidade de Santiago de Compostela / Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades
msol.lopez@usc.es

Treatment of linguistic variation in *CORGA*

Resumo

Este artigo céntrase na descrición dos distintos tipos de variación gráfica que se poden atopar no *Corpus de Referencia do Galego Actual (CORGA)*¹ e na creación do hiperlema como un parámetro máis de consulta que, na próxima versión do sistema de recuperación de información do corpus etiquetado, lle permitirá ao usuario, segundo o seu interese particular, a posibilidade de abstraerse á variación na lematización ou realizar as consultas tendo presentes todas as variantes. Pártese dunha panorámica sobre os distintos intentos de establecer unha normativa para a lingua galega e realízase un pequeno estudo contrastivo sobre as diferentes propostas gráficas. A variación ortográfica que presentan estas propostas xustifica, sen dúbida, a variación que se documenta nos textos do *CORGA* e cuxos principais tipos enumeramos en función do criterio de escolla do hiperlema. Indícase, así mesmo, onde e como se integra a información relativa ao hiperlema no sistema XIADA e algúns dos problemas que xorden á hora de establecelo. Dous son os feitos a destacar: 1) o *CORGA* é un reflexo do lento e progresivo camiñar cara á normativización do galego, e 2) o hiperlema incrementa substancialmente as posibilidades de recuperación de información cando a presenza da variación na lematización é considerable.

Palabras-chave

Galego, variación ortográfica, normativas, corpus, etiquetaxe, hiperlema

Sumario

1. Introducción. 2. Perspectiva histórica sobre as diferentes propostas normativas. 3. Diferenzas máis significativas entre as propostas normativas. 4. A variación no *CORGA*. 4.1. Contextualización. 4.2. Tipos de variación no *CORGA*. 4.2.1. Entre as variantes existe un lema normativo. 4.2.2. Existe máis dunha variante normativa. 4.3. Onde e como se establece o hiperlema no sistema XIADA. 4.4. Problemas para establecer un hiperlema. 5. Conclusións.

Abstract

This work focus on describing the different types of orthographical variation found in the *Corpus de Referencia do Galego Actual (CORGA)* and using hyperlemmas as a search parameter. In fact, it is planned that the next version of the information retrieval system of this tagged corpus will allow users to regard or disregard lemma variation in their searches according to their particular needs. The article presents an overview of the several attempts made in order to create a standard system for the Galician language and offers a contrastive analysis of the resulting orthographical variants. As this variation can be well observed in *CORGA* texts, the most significant types of variation found are outlined according to the hyperlemma selection criterion. It is also explained how the hyperlemma-related information is presented in the XIADA system and some of the issues arising from hyperlemma determination. Two findings are especially highlighted: 1) the *CORGA* corpus reflects the slow and progressive standardisation of the Galician language, and 2) in cases of significant lemma variation, hyperlemma enhances the information retrieval results.

Keywords

Galician, orthographical variation, standardisation, corpus, tagging, hyperlemma

Contents

1. Overview. 2. Historical perspective on the different standardisation approaches. 3. Main differences among standardisation approaches. 4. Variation in *CORGA*. 4.1. Contextualisation. 4.2. Variation types in *CORGA*. 4.2.1. Variants having one standardised lemma. 4.2.2. Variants having more than one standardised lemma. 4.3. Hyperlemma determination in the XIADA system. 4.4. Issues arising from hyperlemma determination. 5. Conclusions.

¹ <http://corpus.cirp.es/corga>

1. Introducción

Variación significa cambio, isto é, cambio que pode sufrir un elemento ben polo paso do tempo ou por calquera outro motivo. En lingüística a variación implica a existencia de distintas posibilidades na expresión para indicar un mesmo contido. Álvarez e Xove (2002: 14) sinalan que “a diversidade e a variación, maior ou menor segundo os casos, forman parte integrante da linguaxe humana e danse en tódolos falantes e en tódolos momentos históricos dunha lingua viva”. Dito doutro xeito, a variación é algo natural nas linguas. Nelas atopamos diferentes tipos de variación: xeográfica ou diatópica, diastrática ou relacionada con factores socioculturais, diafásica segundo a situación comunicativa dun mesmo falante e, naturalmente, tamén variación temporal; as linguas mudan ao longo do tempo.

A lingua galega actual, coma todas as linguas, tamén presenta os tipos de variación anteriores, pero ademais amosa outros fenómenos variacionais froito das dificultades que houbo para acadar un acordo normativo e, como non, da presión que exerce a lingua castelá. Os diversos intentos normativos que se produciron ao longo do século pasado deixan constancia da diversidade gráfica que reflicten os documentos producidos durante o século xx dos cales, unha pequena parte, foron seleccionados para constituír o *Corpus de Referencia do Galego Actual (CORGA)*. Este é un corpus documental aberto integrado por distintos tipos de textos representativos da lingua galega actual escrita (xornais, semanarios, revistas, ensaios, e textos de ficción (novela, relato curto e teatro)), codificados no estándar XML (*eXtensible Markup Language*) que abranguen temporalmente dende 1975 ata o momento actual, período no que a lingua presenta un grao de diversidade gráfica importante.

Nesta contribución dáse conta dos principais tipos de variación ortográfica existentes no *CORGA*, xurdindo estes en gran medida da diversidade gráfica provocada polas diferentes propostas normativas, e mais da creación do elemento que denominamos hiperlema como parámetro que operará no sistema de recuperación de información do corpus etiquetado para permitir subtraerse á variedade producida na lematización. É dicir, hiperlema xorde para agrupar variantes nos lemas no sistema de consultas; será un parámetro máis, e do mesmo xeito que se pode seleccionar, por exemplo, un período temporal ou unha área temática específica ou ben realizar a consulta sen ningún tipo de restricións, poderase escoller agrupar as variantes ou non.

2. Perspectiva histórica sobre as diferentes propostas normativas

Na lingua galega a variación presenta algúns aspectos específicos por mor da situación histórica na que viviu e segue a vivir. É ben coñecido que o galego non dispuxo dunha normativa oficial ata 1982. Con anterioridade a esta data e ao longo dese

século houbo intentos para unificar a lingua e tamén a ortografía, pero os resultados non foron moi exitosos.

O galego é unha lingua que estivo durante séculos apartada dos estamentos oficiais: administración, ensino, medios de comunicación etc. É unha lingua á que non se lle recoñeceu oficialidade ata o Estatuto de Autonomía de 1936¹ que, como é ben sabido, non chegou a entrar en vigor. Temos que esperar a 1981 para asistir ao recoñecemento de oficialidade que presenta hoxe. Ao longo dese período de non oficialidade, os estamentos oficiais, e máis concretamente a Real Academia Galega (RAG), non vían a necesidade de dispor dun código normativo que puidese servirilles de base a todas aquelas persoas que querían empregar nos seus escritos a nosa lingua. Aínda así, desde principios do século pasado houbo un interese crecente, por parte daquelas persoas máis comprometidas coa lingua galega, en promover orientacións ou propostas normativas que axudasen a unha unificación da lingua escrita. Así xustificaba o Seminario de Estudos Galegos (SEG) a publicación da súa proposta de normativa ortográfica para o galego:

É anxeio constante da maioría dos escritores galegos o coñecemento dunhas normas siquera ortográficas que desboten ou ao menos diminuen a anarquía que hoxe hai no escribir o noso idioma. O «Seminario de Estudos Galegos» dende os primeiros días da súa existencia agarimou esta idea e teimou varias veces levala a efecto sen resultados polo de agora positivos. Por coidar que cáis sexa mais factible este intuio pondo cada un da nosa parte o que poidamos é polo que a Sección de Filoloxía quer presentar á consideración do «Seminario» para uso particular del e sen rigurosas pretensións científicas estas breves normas baseadas todas elas na orientación que imos a espor (1933: 3).

En 1967, no seu discurso para a entrada na RAG, Piñeiro sinala que tanto a unificación da lingua escrita como a unificación ortográfica non eran problemas graves e estaban en vías de solución, xa que

o dialectalismo non é unha característica privativa do galego senón que no galego dase igual que nas demais línguas faladas. [...] O galego escrito, en cambio, aínda non ten esa unidade normativa e máis ben refreixa a diversidade do galego falado. Iste retraso do galego con respecto desas línguas que vimos tomando de modelo comparativo non atinxe a nada sustancial, ou seña, a nada que teña que ver coa súa capacidade expresiva ou comunicativa. Trátase dun retraso técnico que se poderá superar nun prazo corto, tan pronto como a nosa Academia considere fazedoreo establecer as normas da unificación i os nosos escritores as impoñan na língoa literaria (1967: 26-27).

Pero a realidade é que, malia dispor desas pautas ortográficas que propuxera no 1933 o SEG,

¹ No seu artigo 4º indícase que “serán idiomas oficiais en Galicia el castellano y el gallego”.

no ano 1967 aínda non había un modelo idiomático único: Fole escribía nun galego, Cunqueiro noutro, Celso Emilio noutro, García Sabell noutro, Ferrín noutro, Camilo Gonsar noutro, Manuel María noutro, o propio Piñeiro noutro [...]. Con todo, naquela época xa non se estaba nos inicios do rexurdimento e algún destes autores non poderíamos hoxe a través do seu galego, coa dialectoloxía de Fernández Rei na man, dicir se eran do Incio, de Mondoñedo, de Celanova, de Santiago ou de Vigo ou de Lánacara (entre outras razón porque algún nin sequera tiñan o galego como primeira lingua) (Santamarina 1998: 37-38).

Así pois, aínda que como sinala Santamarina (1998: 38) “cando Piñeiro escribiu o seu discurso xa o galego escrito chegara a un grao de elaboración nada desprezable”, a realidade é que a variación formal é a característica fundamental dos textos nese período que chega, con diferenzas, ata a momento actual.

A unificación ortográfica e da lingua segue a ser tema aberto, e no ano 1970, segundo a RAG, “o crecente desenrolo da literatura galega e o prestixio que a lingua está adquirindo en todos os seitores cultos da poboación, dentro e fora de Galicia, esixen urxentemente unha codificación da ortografía usual” (1970: 8). Así, en 1970, esta institución aproba as *Normas ortográficas do idioma galego*, completadas ao ano seguinte, 1971, cunhas “normas morfolóxicas” para seren publicadas, nese ano, como *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. Paralelamente, en maio deste mesmo ano créase o Instituto da Lingua Galega (ILG); este centro elabora e publica neses anos “un método práctico para el aprendizaje y perfeccionamiento del gallego”². No prólogo do primeiro volume (1971: 6-7) sinálase:

Adaptamos, en principio, las normas provisionales propuestas por la Real Academia Gallega. Las diferencias con ellas son, únicamente, las que se refieren a la segunda forma del artículo y al resultado de las contracciones de las preposiciones *a* y *para* con los artículos masculinos.

Sobre el primer punto, hemos preferido una solución más gramatical. La asimilación de la *-r* o *-s* finales de determinadas formas con la *l-* inicial del artículo o formas oblicuas del pronombre de tercera persona [...] es tan importante dentro de la lengua como para ser reflejada en la ortografía. La Academia registra esta asimilación cuando se trata del pronombre (*teño que levalo*), y no con el artículo (*teño que levar o neno á escola*). Nosotros utilizamos las grafías *teño que levalo*; *teño que leva-lo neno á escola*.

En el segundo caso, las normas académicas tienden a preferir *ao* y *á* y *para o*, *para a*. Nosotros hemos adoptado la grafía más utilizada por nuestros escritores: *ó, á, pró, prá*.

En la preferencia por estas grafías nos hemos guiado, en primer lugar, por la realidad fonética.

² Son tres volumes: *Gallego 1* (1971), *Gallego 2* (1972) e *Gallego 3* (1974).

As normas da RAG e as directrices que propón o ILG nos principios dos anos 70 non acadan o consenso nin o compromiso de usalas e promovelas por parte dos intelectuais galegos e, de feito, uns poucos anos máis tarde, en 1977, publícanse as *Bases prá unificación das normas lingüísticas do galego*, froito dunha serie de seminarios promovidos polo Instituto da Lingua Galega. Dous anos máis tarde, no 1979, a Asociación Socio-Pedagóxica elabora a súa propia normativa: *Orientacións para a escrita do noso idioma* (véxase RAG/ILG 2012: 5-7).

Cos cambios políticos que se producen no 1980 a lingua galega incorpórase ao sistema educativo e, dada a pouca ‘auctoritas’ das normas anteriores, considérase urxente volver sobre a ortografía do galego. Agora créase unha comisión³ co encargo de elaborar unhas normas. De novo neste caso, o resultado non é positivo; de feito, esta proposta nunca chegou a estar en vigor.

Un ano máis tarde, no 1981, apróbase o Estatuto de Autonomía no que se recoñece o galego como lingua oficial da comunidade. Isto supón un maior uso da lingua, tanto oral coma escrita, en espazos formais: administración, institucións autonómicas e locais, ensino etc. Faise pois urxente tratar de achegar unhas normas de uso que permitan a unificación ortográfica do galego para que poidan ser utilizadas polos diferentes estamentos da sociedade galega. En 1982 apróbanse mediante unha sesión conxunta, o 3 de xullo, as *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. Máis adiante fíxose unha revisión que foi aprobada pola RAG en 1995 e, por último, no 2003 aprobouse unha nova revisión que tivo como finalidade lograr un maior consenso na cuestión normativa.

Todos estes intentos deixan constancia das dificultades que houbo para lograr un acordo que favorecese a unificación léxica e ortográfica do galego. Así mesmo, os documentos que se producen en lingua galega ao longo do século XX e no que vai deste dan conta desta variación tanto léxica como ortográfica, sen dúbida resultado da ausencia dun acordo normativo ao que se lle engade o pouco prestixio social e, naturalmente, a presión que exerce o castelán sobre ela.

3. Diferenzas máis significativas entre as propostas normativas

De seguido imos describir aquelas diferenzas que nos parecen máis significativas entre as propostas normativas que se elaboraron ao longo do século pasado e principios deste. Esta comparativa non resulta fácil, dado que as propostas do SEG e da RAG (1971) son, fronte ás do ILG/RAG (1982/1995/2003), moi reducidas e de carácter, fundamentalmente, ortográfico. Centrarémonos nas diferenzas máis importantes que

³ A Comisión estaba formada por membros da Academia, Instituto da Lingua Galega e da Cátedra de Lingüística e Literatura da Universidade de Santiago. O resultado é o documento: *Normas ortográficas do idioma galego*.

amosan os diferentes códigos normativos e que teñen unha importante repercusión nos documentos que se incorporaron ao *CORGA*. Son as seguintes:

1. A representación gráfica do 'x' [ks]. Todas as propostas normativas aceptan o seu mantemento nos cultismos. Pero nas palabras 'enxebres' o SEG indica que esa grafía se converte en 'is' ou 'ns': *eisame/ensame*, e ante consoantes en 's': *estrano*. A RAG 1971 indica que se escriben con 's': *esame, esixencia*. Na RAG/ILG (1982) só se recomenda substituír 'x' por 's' cando na mesma palabra coinciden os dous valores de 'x': *esixencia*. Por último, na reforma do 2003 acéptanse as dúas grafías en igualdade de condicións: *esaxeración/exaxeración*.
2. No uso do 'h' o SEG propón o emprego etimolóxico sen excepcións, mentres que nas demais propostas acéptase a solución etimolóxica, coa excepción do termo *España*.
3. Nos grupos consonánticos o SEG só indica que hai que mantelos nos cultismos, sen máis explicación, pero na redacción da norma podemos atopar formas como: *seizón, perfeizón*. A RAG 1971 no tratamento dos grupos latinos iniciais: CL-, PL-, FL-, indica que hai que distinguir tres estratos (cultismos, semicultismos e patrimoniais), segundo a antigüidade das palabras. Tamén sinala os mesmos estratos para o grupo interior -CT-: "Primeiro estrato, solución -it-: *eito*. Segundo estrato solución -ut-: *doutor*. Terceiro estrato, mantéñese o grupo etimolóxico: *acto*." (1971: 28-29). Unha descrición máis pormenorizada aparece nas normas do 82 onde se propón como norma xeral manter os grupos nas palabras cultas, aínda que cando estes grupos van precedidos de 'i', 'u' permítese a supresión. Xa na revisión do 2003 propónse como norma a supresión da primeira consoante cando vai precedida de 'i', 'u': *conductor, conflito* etc. e tamén muda o 'c' en 'i' no caso de *reitor, reitoral, seita* etc. Con todo, o grupo mantense en formas como *adicto, ficción, veredicto* etc.
4. O sufixo *-bile*. Para a RAG 1971 este sufixo resólvese en *-bel (estábel)*, e indica tamén que as de incorporación moderna admiten a solución *-ble*. Esta proposta dupla mantense nas posteriores normativas, pero con algunhas diferenzas. Nas normas de 1982 dise que se poden usar as dúas solucións, pero a primeira, é dicir, *-bel*, non é recomendable. Posteriormente, na revisión do 2003 acéptanse as dúas en igualdade de condicións, malia que na redacción das normas a forma que se emprega é *-ble*.
5. As terminacións *-ción, -cio, -cia*. O SEG non dá ningunha instrución sobre estas terminacións, pero no texto das normas emprega formas como *soluzón, resistencia, terminazón* etc. A RAG 1971 sinala que "sería artificioso de máis manter nas voces cultas ou modernas os sufixos *-zon, -zo, -za* que deixaron de ter vitalidade" (1971: 26) e propón, nestes casos, as terminacións: *-ción, -cio, -cia*, agás nas palabras tradicionais *benzón, vezo, priguiza*. Acepta a forma arcaizante *Galiza* ao lado de *Galicia*. As normas do 82 manteñen formas patri-

- moniais como *andazo*, *cansazo*, *cobiza* etc., ao lado de *desprezio*, *espacio*, *servicio* ou *Galicia*. Na revisión do 2003 medra o número de formas que se propoñen para rematar en *-zo*, *-za*: *desprezo*, *espazo*, *servizo*, *licenza*, *presenza*, *diferenza* ou xunto con *Galicia*, *Galiza*.
6. Os sufixos *-aría* /*ería* aparecen descritos primeiramente nas normas do 82 e tamén na revisión do 2003. En ambos os dous casos acéptanse as dúas formas como normativas, pero na última revisión dásele preferencia á terminación *-aría*.
 7. Nos demostrativos as normas do 82 aceptaban para o neutro como normativas as dúas posibilidades: *esto/isto*, *eso/iso*, *aquelo/aquilo*. A última revisión prescinde das formas *esto*, *eso*, *aquelo* como normativas.
 8. Do mesmo xeito, no 82 eran válidas as formas *triple* e *triplo*; *cuádruple* e *cuádruplo*, pero no 2003 quedan apartadas da norma as variantes *triple* e *cuádruple*. Cámbiase tamén a ortografía dos cardinais do 21 ata o 29. Pasaron de escribirse xuntos *-vinteún*, *vintedous* etc.- no 82 a escribilos separados *-vinte e un*, *vinte e dous* etc.-, a partir do 2003.
 9. Acéptase na revisión do 2003, como preposición, a forma *até* ao lado de *ata*. Así mesmo incorpóranse como normativas as preposicións e locucións prepositivas *a respecto de*, *alén de*, *após*, *aquén de* e *canto a*. Tamén se aceptan as formas *alén* e *aquén* como adverbios de lugar, así como a forma *porén* como conxunción adversativa. Pola contra, rexéitanse como normativas na última revisión as conxuncións adversativas *nembargantes* e *sen embargo* e mais a concesiva *anque*.
 10. Os seguintes adverbios, que ata a última versión das normas se escribían separados, pasan a escribirse xuntos: *acotío*, *decontado*, *decontino*, *deseguida*, *decotío*, *deseguido*, *enseguida*, *apenas*, *amodo*, *devagar*, *talvez*.
 11. Formación de plural. Outra variación normativa dáse na formación do plural nalgúns tipos de substantivos e adxectivos. As diferenzas vémolos naqueles vocábulos que rematan en *-l*, son agudas e teñen máis dunha sílaba. Neste caso o SEG propón cambiar o *-l* por *-s*. Por exemplo: *caravés*, *dialectás*, *reás*; recolle como excepción a forma: *aqueles*. Na normativa do 71 indícase que nestes casos hai que substituír o *-l* por *-is*: *animáis*, *castrís*, *peróis*. As seguintes propostas normativas manteñen o mesmo criterio; a única diferenza ten lugar na norma que rexe o uso do acento.
 12. Variación na formación do feminino das palabras rematadas en *-án*<-ANU e *-á*<-ANE. As indicacións nas normas do SEG e da RAG 1971 son máis ben escasas. A norma do 82 dános para *-ANU* dous resultados: un patrimonial (*-án/á*: *aldeán/á*, *irmán/-á* etc., aínda que tamén se acepta no caso dalgúns xentilicios a terminación *-ao/á*: *lancarao/á*) e outro culto (*-ano/-ana*: *asturiano/a*, *paisano-a* etc.); ao mesmo tempo sinala que a terminación latina *-ANE* dá como resultado *-án* para o masculino e feminino, pero co tempo adquiriu flexión de xénero, sendo o resultado *-án/-ana*: *lacazán/-ana* (véxase 1982:

44). Na revisión do 2003 xeneralízase a terminación *-án/-á* para masculino e feminino non só naqueles que proceden etimoloxicamente de *-ANU* latino, senón tamén naquéloutros vocábulos que teñen o masculino rematado en *-án*: *aldeán/á, pagán/á*, agás os caracterizadores pexorativos. Segue tamén este modelo a formación de xentilicios: *ouresán/-á, fisterrán/-á* etc. Só se mantén a terminación *-ano/-ana* naquelas palabras que entraron na lingua con posterioridade: *cubano/a, decano/a, fulano/a* etc.

13. Acentuación. As propostas de acentuación gráfica presentan diferenzas nas distintas normativas. Destacan as seguintes:

- O SEG indica que as normas de acentuación son, en xeral, as do castelán. Deste xeito levan til as palabras agudas que rematan en vogal ou en ditongo decrecente. Este mesmo criterio rexe nas normas da RAG 1971. Así van con acento formas como *demáis, despoís, marchóu, coméu, animáis* etc. A partir das normas do 82 esta regra varía e deixan de acentuarse as agudas que rematan en ditongo decrecente. Teremos desde este momento formas como *demais, despois, marchou, comeu, animais* etc.

- Nos adverbios en *-mente*, fronte á proposta da RAG 1971 de manter a acentuación gráfica do adxectivo do que procede, por exemplo *fríamente*, a partir do 82 esta clase de palabra considérase grave e, en consecuencia, non leva til.

- Así mesmo, elimínase tamén a partir do 82 o til nas formas dos demostrativos cando son nucleares, así como nas formas *que, quen, onde, cal* etc. en interrogativas ou exclamativas directas.

- Para as formas das 1ª e 2ª persoas de plural do copretérito, pospretérito e antepretérito de indicativo e mais o pretérito de subxuntivo, nas normas do 82 coexisten a acentuación grave e esdrúxula, non obstante, recoméndase a grave por ser a máis tradicional. Na última revisión cambia a esdrúxula a acentuación do pretérito de subxuntivo: *andásemos*.

- Por último, cómpre destacar tamén, entre as máis significativas, a norma da RAG 1971 que indica que as formas verbais que levan acento consérvano cando se lle engade un clítico: *falóulle*. Así mesmo, levan til as unidades constituídas por forma verbal e clítico se os vocábulos resultantes son esdrúxulos ou sobresdrúxulos: *fixéronllo, fixéronllelo*. Pero a partir das normas do 82 esta regra cambia, e as formas verbais con clíticos ou con segunda forma do artigo compórtanse a efectos de acentuación como unha única palabra: *cóntame; cóme-la laranxa, come-la laranxa*. Só as formas verbais con til diacrítico o manteñen: *dálle; élle* etc.

Todas as alternativas gráficas que propoñen as diferentes normativas aparecen reflectidas de xeito bastante frecuente nos documentos que conforman o *CORGA*, debido a que este corpus recolle documentos desde o ano 1975 ata o momento actual. Isto quere dicir que os textos seleccionados para formar parte del poden corresponder:

1. ao período (1975-1981), nos que aínda non existía unha normativa oficial, pero si se dispuña de propostas normativas tanto do SEG (1933) coma da RAG (1971) ou mesmo do ILG;
2. ao período (1982-1994), xa con normativa oficial, aprobada conxuntamente pola RAG e o ILG nunha sesión conxunta o 3 de xullo de 1982;
3. ao período (1995-2002), que corresponde á revisión que foi aprobada polo Consello Científico do Instituto da Lingua Galega o día 11 de novembro de 1994 e en sesión extraordinaria da RAG o día 25 de febreiro de 1995 e;
4. ao período que vén desde o 2003 no que se aproba a actualización das normas, coa que se pretendía conseguir unha máis ampla aceptación e, sobre todo, un maior consenso.

4. A variación no *CORGA*

4.1. Contextualización

En xeral, é inevitable que cando escribimos cometamos algunha transgresión contra a lingua. Por moito que revisemos un texto, raro será que este non presente algunha errata. Nisto o galego non se diferencia das demais linguas. Mais non é un factor a ter en conta nas ferramentas de análise automática. Fronte a outras linguas, non obstante, os documentos do galego contemporáneo que se incorporaron ao *Corpus de Referencia do Galego Actual (CORGA)* presentan unha importante variación ortográfica resultado, como vimos de ver, da falta de unificación da lingua e da ortografía e, en segundo, da ausencia dunha proposta normativa estable e valorizada por parte da sociedade e empregada polos escritores.

O *CORGA* non só inclúe textos anteriores cronoloxicamente á publicación das primeiras normas ortográficas e morfolóxicas do galego oficializadas pola Xunta de Galicia (Decreto 173/1982, do 17 de novembro), co que iso implica, senón que os documentos posteriores a estas son un reflexo do lento e progresivo camiñar cara á normativización, e mesmo amosan fenómenos de variación relacionados con diferentes fenómenos: dialectalismos, castelanismos, hiperenxebrismos, lusismos, neoloxismos etc. Ata mesmo presenta alternancia de formas dobres aceptadas polas normas. Agora ben, esta variación non debe verse como unha pexa; ao contrario, a súa presenza no *CORGA*, un corpus textual amplo e equilibrado, representativo do uso lingüístico do galego actual, serve para estudar a fixación da normativa oficial, para avaliar o progreso da normativización, mesmo para intuír unha progresiva desaparición da variación lingüística provocada polos manuais de estilo e os revisores lingüísticos etc.

Cando se deseña o *CORGA* somos plenamente conscientes de que a variación ortográfica vai ser un dos elementos máis importantes a ter en conta no momento

de xestionar e procesar os documentos. Non obstante, entendemos que esta é determinante para explicar a historia da nosa lingua e decidimos non manipular os textos; polo tanto, nel non se modifican grafías, non se regularizan variantes, non se corrixen erratas etc. Así pois, os documentos do *CORGA*, quitando a codificación que se lles aplica para facilitar a posterior recuperación de información sobre eles⁴, reproducen o escrito polo seu autor respectivo, sen correccións pola nosa parte. Naturalmente, isto é un atranco para o procesamento automático, xa que aumenta a complexidade e a posibilidade de erro, mais é a realidade.

Agora ben, o desiderátum é construír un sistema de recuperación de información flexible, que satisfaga na medida do posible as demandas dos distintos usuarios, para o que é imprescindible etiquetar o corpus. Así, conscientes das limitacións que impoñen as consultas por forma ortográfica e das facilidades para a recuperación de información que supón contar con etiquetas e lemas, paralelamente á construción do *CORGA*, o Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades e o grupo COLE das universidades da Coruña e Vigo estivo traballando no desenvolvemento do Etiquetador/Lematizador do Galego Actual (*XIADA*), destinado a etiquetar automaticamente os documentos do *CORGA*⁵. Unha versión deste etiquetador, posuidor dunha alta taxa de acerto (Domínguez *et al.* 2009), está dispoñible en liña na web <http://corpus.cirp.es/xiada> en modo demostración.

Para servirlle de axuda ao etiquetador construíuse un corpus de adestramento, dito brevemente, o modelo a partir do cal infire a gramática do galego. Este subcorpus foi etiquetado automaticamente e revisado á man por unha lingüista (Domínguez 2013). A razón de ser deste subcorpus é servir de recurso de aprendizaxe para unha ferramenta automática mais, dado o seu tamaño e a minuciosidade da etiquetaxe practicada nel, consideráse que é de utilidade para o estudo de aspectos gramaticais, fundamentalmente. É por isto que o corpus de adestramento se puxo a disposición pública, co nome de *Corpus de Referencia do Galego Actual etiquetado* (*CORGAetq*), baixo un sistema de buscas que permite realizar consultas non só empregando formas ortográficas senón tamén lemas e etiquetas morfosintácticas. Este sistema está dispoñible en <http://corpus.cirp.es/corgaetq>.

Cando se comezou a etiquetar o corpus de adestramento, é dicir, a asignar unha etiqueta morfosintáctica e un lema a cada unha das unidades gramaticais do texto, houbo que tomar decisións, entre elas, que lema asignar nos casos de variación. A decisión que se tomou neste caso é acorde á tomada previamente para a constitu-

⁴ Para impedir que se produza ruído no cómputo de formas que constitúen o corpus ou na recuperación da información, o texto escrito nunha lingua distinta do galego non pode consultarse, aínda que si verse contextualmente, destacado no sistema de consultas en cor amarela.

⁵ Existe unha versión do *Corpus de Referencia do Galego Actual etiquetado automaticamente* (*CORGAetqa*), mais polo momento é só interna. Contamos, non obstante, con que estea en breve dispoñible para a súa consulta en liña.

ción do *CORGA*: etiquétase o que se presenta nos textos, sen ningún tipo de marcas⁶, independentemente de que as unidades sexan normativas ou non. Deste xeito, a etiquetaxe do *CORGA* etiquetado reflicte toda a heteroxeneidade ortográfica que amosan os documentos de traballo, e todos os fenómenos de variación teñen cabida no corpus etiquetado como entidades propias, cunha lematización diferenciada da variante canónica. Por poñer un exemplo, as seis variantes (destacadas en cursiva nas secuencias seguintes) para a invariante *comezar*, documentadas no *CORGA*, remíten-se, respectivamente, aos lemas *comezar*, *comenzar*, *escomezar*, *escomenzar*, *encomenzar* e *encomenzar*:

Este errado estado de conciencia, provocado polo desaxuste idiomático, *comeza* a se formar xa no período da infancia: [*CORGA*: M. A. Araúxo Iglesias, *A fe cristiá ante a cuestión da lingua galega*, Edicións do Adro, 1975]

Comenzou a chover. [*CORGA*: X. Fernández Ferreiro, *A morte de Frank González*, Edicións do Castro, 1975]

Dígoche, Narda, que todo *escomezou* entón, tantos anos atrás, naquíl relanzo do tempo. [*CORGA*: X. L. Méndez Ferrín, *Antón e os inocentes*, Xistral, 1976]

Sibila, a rapariga loira e fermosa, cuio carpo *escomenzaba* a frolecer, miraba i esperaba. [*CORGA*: X. Fernández Ferreiro, *A morte de Frank González*, Edicións do Castro, 1975]

“*Encomecemos*, pois, pola porta”, ordenou. [*CORGA*: Víctor F. Freixanes, *A cidade dos Césares*, Xerais, 1993]

A vida é unha aventura única, individual e intransferible que *encomenza* e remata alí onde *encomenzamos* e rematamos nós: na vida e na morte de cada quén. [*CORGA*: Víctor F. Freixanes, *O triángulo inscrito na circunferencia*, Galaxia, 1982]

Mais, desexamos un sistema de recuperación de información flexible, que satisfaga na medida do posible as demandas dos distintos usuarios, pois haberá quen necesite abstraerse de toda esa variedade gráfica reflectida tamén na lematización e traballar só coas invariantes, mentres que outros usuarios precisarán poder acceder ás variantes. Neste contexto é onde xorde o hiperlema como elemento que agrupa as distintas variantes ortográficas dunha mesma forma. Por continuar co exemplo anterior, se alguén quixese estudar o seu esquema argumental, poñamos por caso, agradecería recuperar todos os exemplos cunha soa consulta: a que se realizaría sobre o hiperlema *comezar*.

⁶ A excepción constitúena as secuencias escritas nunha lingua distinta do galego ou os poemas, que non se etiquetan.

Imos ver, pois, cales son os principais tipos de variación ortográfica existentes no *CORGA* que repercuten na lematización e como se produce a elección e implementación do hiperlema en XIADA.

4.2. Tipos de variación no *CORGA*

A variación que tratamos aquí do *CORGA* relaciónase coa modificación gráfica que sofre unha forma respecto da forma canónica correspondente coa que mantén unha relación clara de identidade.

Ante a problemática de establecer unha liña divisoria nas desviacións da norma entre o que se debe a erratas e a variación, preferimos pecar por defecto ca por exceso. E así entendemos que é variación calquera irregularidade susceptible de atribuírse á diversidade dialectal do galego, ao emprego consciente por parte dun autor ou a cuestións relacionadas coas diferentes escollas normativas como son til diacrítico, xénero dalgúns substantivos, acentuación conflictiva, a presenza de castelanismos, populismos etc.

A variación pode afectar á lematización, como ocorre, por exemplo, cos casos de *cara* preposición que provocan a aparición dun lema *cara* asociado á categoría gramatical preposición, ao lado de *cara a* locución prepositiva, ou afectarlles ás formas no interior do paradigma, sen que se alcance o lema. Sucede isto último coa acentuación dos ditongos decrecentes das terceiras persoas do singular das formas do pretérito de indicativo, coa acentuación esdrúxula das primeiras e segundas persoas do plural do copretérito, pospretérito e antepretérito de indicativo ou coa acentuación grave das primeiras e segundas persoas do plural do pretérito de subxuntivo. Dáse tamén, xa fóra da acentuación, por exemplo, nos plurais das palabras rematadas en *-n*: *ocasiós, cas...* Mais estes son casos de variación que teñen que ser tratados de distinto xeito, tanto para o recoñecemento automático -hai que actuar no interior do paradigma, incluíndo máis sufixos caracterizadores do número- como na recuperación de información -hai que acudir ás expresións regulares, non ter en conta acentos etc.-

Aquí imos centrarnos soamente na variación ortográfica que repercute na lematización porque, polas súas peculiaridades, creando un campo máis na base de datos que serve para o recoñecemento e caracterización das unidades léxicas dun texto, é posible reducir os lemas a un hiperlema e neutralizar así, que non eliminar, a variación na recuperación de información cando esta sexa un lastre.

Vexamos entón cales son os principais tipos de variación gráfica que repercuten na lematización agrupados en función da escolla do hiperlema. Limitámonos a enumeralos e recoller algún exemplo de cada, pois é imposible polo espazo do que dispoñemos detérmonos máis.

Como xa indicamos, a variación que achamos no *CORGA* está relacionada cos cambios que se produciron nas normas, pero tamén coa presenza de castellanismos, populismos, lusismos e dialectalismos. Tendo en conta esa diversidade, podemos distinguir *grosso modo* dous bloques: 1) entre todas as variantes existe un lema normativo e 2) existe máis dunha variante normativa.

4.2.1. Entre as variantes existe un lema normativo

Neste primeiro bloque, loxicamente, a variante que se eleva á categoría de hiperlema é a normativa, a que aparece recollida nos exemplos en primeiro lugar. Desagregamos a variación en función do tipo de modificación que se produce. Os exemplos sepáranse mediante comas, e o punto e coma entre eles indica que os exemplos que seguen corresponden á variación en sentido inverso.

1.1. Variacións no vocalismo.

1.1.1. Clases nominais: *mesmo/mismo, fociño/fuciño, ceo/ceu, gravidade/gravedade, cota/cuota, lerchán/larchán, caladoiro/caladeiro, semana/somana, remedio /romedio*

1.1.2. Clase verbal: *custar/costar, apuntar/apontar, combater/combatir, dicir/decir/decer/dicer, concibir/concebir, converter/convertir*

1.2. Variacións no consonantismo.

1.2.1. Flutuacións B/V: *voda/boda, avogado/abogado, vulto/bulto, covarde/cobarde; marabilla/maravilla, móbil/móvil*

1.2.2. Flutuacións S/X: *estraño/extraño, estranxeiro/extranxeiro, estender/extender, éxito/ésito, exacto/esacto, excesivo/escésivo, exceso/esceso*

1.2.3. Simplificación dos grupos cultos. Pode deberse á supresión da consoante inicial do grupo ou á vocalización desta:

1.2.3.1. Supresión: *estrutura/estructura, ditar/dictar, conflito/conflicto, descrición/descripción, condutor/conductor, substancia/sustancia, pneumonía/neumonía*

1.2.3.2. Vocalización: *perfecto/perfeuto, precepto/preceuto, aceptar/aceitar*

1.2.4. Adverbios en *-mentes*: *soamente/somentes, directamente/directamentes, simplemente/simplesmentes, casementel/casementes*

1.2.5. Flutuacións R/L: *praza/plaza, brando/blando, cumprir/cumplir, prato/plato; claridade/crarirade, planta/pranta*

1.2.6. Flutuacións H/-: *harmonía/armonía, harpía/arpía, ola/hola, ombro/hombro, España/Hespaña*

1.2.7. Flutuacións *-/N*: *ameaza/amenaza, lúa/luna, cadea/cadena, condenar/condear, zona/zoa*

1.2.8. Flutuacións *-/L*: *veo/velo, xeo/xelo, só/solo*

- 1.3. Variacións debidas á acentuación
 - 1.3.1. Adverbios en *-mente*: *facilmente/fácilmente, rapidamente/rápidamente, unicamente/únicamente, practicamente/prácticamente*
 - 1.3.2. Verbos vogal + ir: *oír/oir, saír/sair, distribuír/distribuir, incluír/incluir*
 - 1.3.3. Voces graves rematadas en ditongo crecente: *agrario/agrário, ciencia/ciência, comercio/comércio, importancia/importância, inicio/início, necesario/necesário*
 - 1.3.4. Voces agudas rematadas en ditongo decrecente: *demais/demais, despois/despois, Raxoi/Raxói*
 - 1.3.5. Hiatos: *ruído/ruido, xuíz/xuiz, fortuíto/fortuito, contribuínte/contribuinte*
 - 1.3.6. Acento diacrítico. Nuns casos debido á súa falta e noutros por engadilo cando non corresponde: *máis/mais, cómpre/compre, dá/da...* fronte a *si/sí, el/él, la/lá...* Este é o único grupo no que os exemplos non se corresponden todos eles con lemas, mais a variación si repercute na asignación de lema. Por exemplo, *cumprir/comprar*.
- 1.4. Variación na adscripción categorial: *cara* e *fronte* preposicións fronte ás locucións prepositivas *cara a, fronte a*. Neste grupo inclúense tamén as unidades de tipo adverbial que coa revisión da normativa de 2003 presentan variación na representación gráfica: *acotío/a cotío, decontado/de contado, devagar/de vagar, talvez/tal vez*.
- 1.5. Neoloxismos. Debido á complexidade propia destas formas preferimos tratalas nun grupo á parte, pois nelas adoitan darse ao tempo os distintos tipos de variación dos apartados anteriores: *whisky/wiski/wisky/whisqui/güisqui/uisqui, hóckey/hockey/hokey/hockey/hóquei/hoquei, hippy/hippi/hipi, coñac/coñá/coñaque, vermú/vermut/vermute, facebook/feisbu*.

4.2.2. Existe máis dunha variante normativa

Neste grupo a variante que se eleva ao estatus de hiperlema é a que segue o espírito da norma, ben porque aparece na redacción das *Normas* ben porque é a que se define no Dicionario da RAG.

- 1.1. Sufixos
 - 1.1.1. *-ble/-bel*: *amable/amábel, crible/críbel, ilexible/ilexíbel, terrible/terríbel, aceptable/aceptábel/aceitábel/aceitável*
 - 1.1.2. *-aría/-ería*: *cafetaría/cafetería, consellaría/consellería, enfermaría/enfermería*

- 1.2. Variación consonántica
 - 1.2.1. Flutuacións S/X: *esixir/exixir, esaxerar/exaxerar, osíxeno/oxíxeno; axexar/asexar, axexo/asexo*
 - 1.2.2. Variación na adscrición numérica, formas que se usan frecuentemente en plural para referir unha unidade: *tesoira/tesoiras, braga/bragas, pantalón/pantalóns*
- 1.3. Acurtamentos: *autobús/bus, película/peli, bicicleta/bici, pornográfico/porno, progresista/progre*

4.3. Onde e como se establece o hiperlema no sistema XIADA

Pasemos agora á parte de aplicación no sistema. Estivemos falando da variación presente no *CORGA*, e de reducila para facilitar a recuperación de información, mais non é posible nel empregar *hiperlema*. Isto débese a que o *CORGA* só é o punto de partida. O obxectivo final do proxecto é dispoñer de dous corpus paralelos, un *CORGA* sen ningún tipo de etiquetaxe e outro *CORGA* idéntico textualmente ao anterior pero etiquetado automaticamente co etiquetador de XIADA, no que hiperlema vai ser un parámetro máis de consulta igual ca lema, forma ou etiqueta morfosintáctica.

Pois ben, a información relativa a hiperlema, a semellanza da de lema, intégrase no lexicón de XIADA como un campo máis para cada entrada. O lexicón é o recurso principal do que se nutre o etiquetador para identificar as formas ortográficas presentes nun texto e caracterizalas morfosintacticamente. Mais nel non hai formas, estas teñen que ser xeradas a partir da información que figura en cada entrada. Vémosto na seguinte imaxe (Figura 1: Entrada do lexicón de XIADA para *cantar*), na que, se nos fixamos na entrada⁷ correspondente ao verbo *cantar*, a sinalada con 1, apreciamos unha única entrada que consta de raíz (parte común a todo o paradigma), subetiqueta (na que se indica a categoría morfolóxica), e un grupo de derivación, o V1, (no que figuran todas as terminacións que completan cada forma conxugada concreta e a caracterización morfolóxica para cada unha delas). É dicir, creáronse modelos formais para reducir a flexión nas categorías variables e facilitar deste xeito a introdución do léxico no lexicón. As vantaxes deste sistema son obvias, pois non só se subsumen nunha única entrada as 70 formas do paradigma de *cantar*, senón que tamén se remiten ao V1 os cerca de 4500 verbos que seguen este modelo.

⁷ En XIADA cada lema está asociado a unha categoría gramatical, de aí que na consulta ao lema *cantar* apareza tamén a entrada relativa ao substantivo.

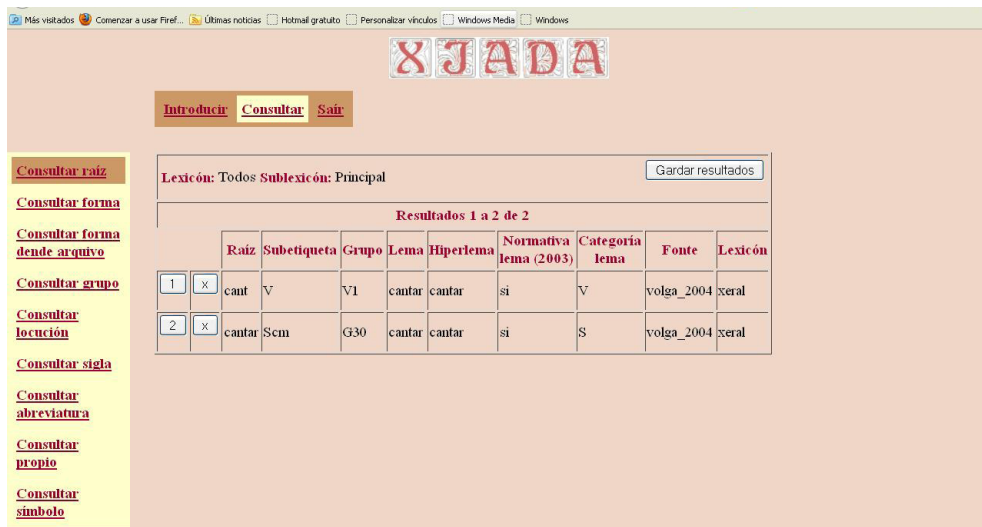


FIGURA 1. ENTRADA DO LEXICÓN DE XIADA PARA *CANTAR*

Pois ben, se *cantar* nos serve de modelo para amosar a estrutura do lexicón, *quizais* exemplifica a información de hiperlema (Figura 2: Entrada do lexicón de XIADA para o hiperlema *quizais*) e o que suporá a posibilidade de poder abstraerse á variación nun corpus etiquetado:

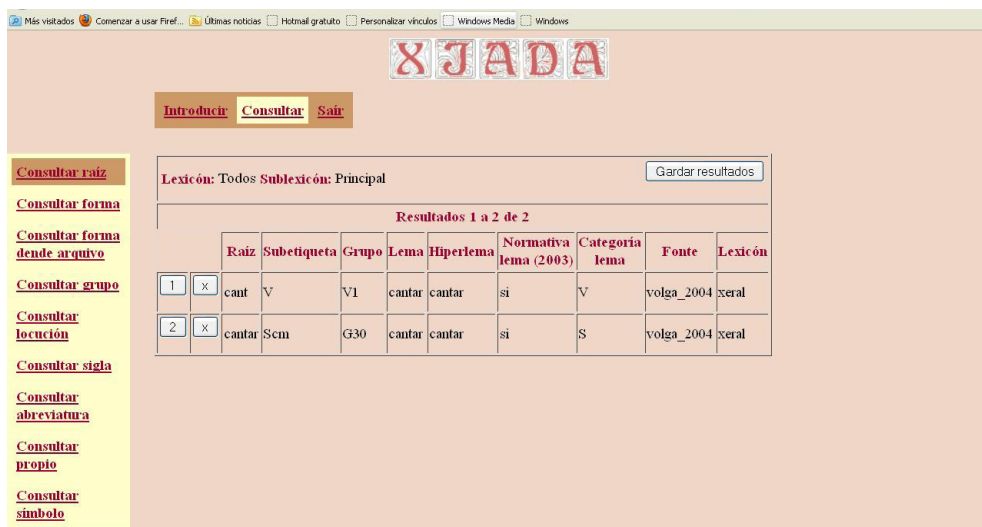


FIGURA 2. ENTRADA DO LEXICÓN DE XIADA PARA O HIPERLEMA *QUIZAI*S

Un hiperlema (*quizais*) que acolle catro lemas normativos (*quizais, quizabes, quizá, quizás*), aínda que dous deles son formas menos recomendables (*quizá, quizás*), unha variante non normativa con variación de tipo acentual (*quizáis*) e dúas variantes diferencialistas máis (*cecais, cicais*), todas elas con presenza no *CORGA*.

Porén, debe terse en conta que o lexicón non está completo, xa que só se implementaron nel as 100.000 formas máis frecuentes do *CORGA* e as entradas do *VOLGa*. É, polo tanto, un recurso aberto no que pouco a pouco se van incorporando novas entradas. Isto é importante subliñalo porque non toda a variación presente no *CORGA* se trasladou de momento ao lexicón. En que afecta isto ao hiperlema? Loxicamente implica que se o lema non se introduciu, na consulta por hiperlema na próxima versión do *CORGAetq*, non se poderán recuperar os casos para cuxos lemas non exista información no lexicón. Hai pois que seguir enriquecéndoo.

4.4. Problemas para establecer un hiperlema

A lematización abrangue todas as formas do corpus, sexan estas normativas ou non, e lematizar non presenta maiores problemas: o lema, *grosso modo*, correspóndese coa forma sen morfemas gramaticais. Agora ben, á hora de establecer hiperlemas si xorden interrogantes. É relativamente fácil, como vimos, decidir que hiperlema corresponde cando a variación é só ortográfica e un dos lemas é normativo, mais que debemos facer ante casos como os que recolleemos a continuación?

- Variantes léxicas. Non hai relación de semellanza gráfica entre a variante e a forma que debería empregarse. Debemos relacionar ambas formas mediante o hiperlema?: *corbata* vs. *gravata*, *desarrollo* vs. *desenvolvemento*, *correo electrónico* vs. *mail/email/e-mail*, *grifo* vs. *billa*, *tuit/tweets*⁸ vs. *chío*...
- Variantes semánticas. No sistema XIADA non introducimos acepcións e iso impídenos establecer o hiperlema para algunhas formas nas que non se dá unha correspondencia total. Por exemplo, para remitir o lema *aceitar* ao hiperlema *aceptar*, batemos coa existencia de *aceitar* equivalente de *engraxar* que nolo impide.
- Máis dun hiperlema posible segundo os dicionarios: *televisión?*~*televisor?*/*tele*, mais curiosamente *tele* emprégase sempre con feminino e *televisor* é masculino. Que facemos neste caso?
- Finalmente, todos os acurtamentos deben remitirse ao hiperlema con forma desenvolta? Por exemplo, a *moto* correspóndelle a forma desenvolta *motocicleta*, porén, que facer sabendo que a variante *moto* é, con moito, a forma máis usada e a única que se emprega na expresión *estar/andar/poñerse coma unha moto?*

⁸ É curioso como sobre os anglicismos se constrúen formas derivadas adaptadas ao galego: de *twitter*, *twittear*, *twiteiro*, *twitteirán*; de *chat*, *chatear* etc.

5. Conclusións

A lingua galega, como todas as linguas, presenta variación de diferentes tipos. Pero, ademais, no galego a variación amosa características propias, debido á situación histórica na que se desenvolveu e á ausencia dunhas directrices normativas oficiais ata finais do século pasado.

Ao longo do artigo puidemos ver un pequeno resumo das propostas normativas e das diferenzas que existen entre cada unha delas. A realidade é que non houbo un consenso e isto provocou que esa diversidade aparecera reflectida nos textos escritos en galego, non só nos anteriores ás normativas oficiais, senón mesmo nos posteriores. A variación que atopamos está relacionada con calquera modificación gráfica que sofre unha unidade respecto da forma canónica correspondente coa que mantén unha relación clara de identidade.

O *CORGA* é un corpus textual, representativo do galego actual, amplo e equilibrado, no que, naturalmente, atopamos esa variación gráfica, posto que está constituído por textos reais. Ao deseñalo eramos conscientes de que esa variación ortográfica ía ser un dos elementos importantes a ter en conta no momento de xestionar e procesar os documentos. Consideramos que manter esta variación no seu procesamento é fundamental para explicar a historia da nosa lingua na época actual e decidimos non manipular os textos. É dicir, non se modifican as grafías, non se regularizan as variantes e non se corrixen as erratas etc. Como resultado desta decisión, no momento de etiquetar os documentos, a lematización ha de reflectir a heteroxeneidade ortográfica, adxudicando un lema diferente para cada unha das variantes.

Ao mesmo tempo, pretendemos que o sistema de recuperación de información no *CORGA* sexa flexible e que satisfaga os intereses dos diferentes usuarios. De tal xeito, que haberá quen queira abstraerse de toda a variedade gráfica reflectida na lematización para traballar só coas invariantes, mentres que outros usuarios precisan acceder ás variantes ortográficas. Propomos aquí o termo 'hiperlema' como elemento que agrupa as distintas variantes ortográficas dunha mesma forma. Así pois, o termo hiperlema, ao igual que o de lema, ten que ver coa recuperación da información e non coa construción do corpus. A información relativa ao hiperlema, igual que ocorre coa do lema, intégrase no lexicón de *XIADA* como un campo máis para cada entrada.

A próxima versión do corpus etiquetado presentará un parámetro máis no sistema de buscas para facilitar a recuperación de información. Así, en función dos intereses de quen realice a consulta, poderá empregarse nas buscas ou non; do mesmo xeito que se pode seleccionar, por exemplo, un período temporal ou unha área temática específica ou ben realizar a consulta sen ningún tipo de restricións.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVAREZ BLANCO, Rosario / Xosé XOVE (2002): *Gramática da Lingua Galega*. Vigo: Galaxia.
- COMISIÓN DE LINGÜÍSTICA (1980): *Normas ortográficas do Idioma Galego*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- DOMÍNGUEZ NOYA, Eva María / Fco. Mario BARCALA RODRÍGUEZ / Miguel Ángel MOLINERO ÁLVAREZ (2009): “Avaliación dun etiquetador automático estatístico para o galego actual: Xiada”, *Cadernos de lingua* 30/31, 151-193.
- DOMÍNGUEZ NOYA, Eva María (2013): *Etiquetaxe e desambiguación automáticas en galego: o sistema XIADA*. Tese de doutoramento. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. <http://hdl.handle.net/10347/9587>.
- GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Manuel / Antón SANTAMARINA FERNÁNDEZ (coords.) (2004): *Vocabulario ortográfico da lingua galega*. A Coruña: Instituto da Lingua Galega / Real Academia Galega.
- INSTITUTO DA LINGUA GALEGA (1971): *Gallego 1*. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela.
- INSTITUTO DA LINGUA GALEGA (1972): *Gallego 2*. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela.
- INSTITUTO DA LINGUA GALEGA (1974): *Gallego 3*. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela.
- INSTITUTO DA LINGUA GALEGA (1977): *Bases pra unificación das Normas Lingüísticas do Galego*. Madrid: Universidade Santiago / Anaya. (ed. non venal).
- PIÑEIRO LÓPEZ, Ramón (1967): *A lingoaxe i as lingoas*. (Discurso lido o día 25 de novembro de 1967). Vigo: Galaxia.
- RÁBADE, Xoán Carlos (1980): *Normas ortográficas do idioma galego. Texto íntegro. Guía y comentarios*. A Coruña: La Voz de Galicia S.A.
- REAL ACADEMIA GALEGA (1970): *Normas ortográficas do idioma galego*. A Coruña: Real Academia Galega.
- REAL ACADEMIA GALEGA (1971): *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. A Coruña: Real Academia Galega.
- REAL ACADEMIA GALEGA / INSTITUTO DA LINGUA GALEGA (1982): *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego*. Vigo: Real Academia Galega / Instituto da Lingua Galega.
- REAL ACADEMIA GALEGA / INSTITUTO DA LINGUA GALEGA (1995¹²): *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego*, ed. revisada. Vigo: Real Academia Galega / Instituto da Lingua Galega.
- REAL ACADEMIA GALEGA / INSTITUTO DA LINGUA GALEGA (2003¹⁸): *Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego*, ed. revisada. Vigo: Real Academia Galega / Instituto da Lingua Galega.

SANTAMARINA FERNÁNDEZ, Antón (1998): *A linguaxe e as linguas. Ramón Piñeiro revisado ós 30 anos do seu ingreso na Real Academia galega*. (Discurso lido o día 24 de outubro de 1998). A Coruña.

SEMINARIO DE ESTUDOS GALEGOS (1933): *Algunhas Normas para a Unificación do Idioma Galego*. Santiago de Compostela: Nós.

O projeto *Tesouro do Léxico Patrimonial* no Paraná - Brasil: estágio atual dos trabalhos

Fabiane Cristina Altino

Universidade Estadual de Londrina
fabiane_altino@uol.com.br

Mariana Spagnolo Martins*

Universidade Estadual de Londrina
mariana.spagnolo@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem como propósitos (i) apresentar o Projeto de pesquisa interinstitucional e internacional *Tesouro do léxico patrimonial galego e português (TLPGP)*, sediado na Universidade de Santiago de Compostela e desenvolvido com a colaboração de pesquisadores da Galícia, Portugal e do Brasil e (ii) discutir os passos dados pela regional do Paraná, atualmente constituída por uma equipe de doutores, mestres e alunos de iniciação científica do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da Universidade Estadual de Londrina. O Projeto tem como meta catalogar o léxico registrado em 18 obras dialetais paranaenses e integrá-lo ao site do Instituto da Língua Galega (ILG). As obras foram selecionadas e estão sendo catalogadas de acordo com os critérios estabelecidos pelo ILG.

Palavras-chave

Léxico paranaense, pesquisa dialetológica, galego, português europeu, português brasileiro

Índice

1. Introdução: um panorama do sub-projeto no Paraná. 2. As obras catalogadas. 3. Algumas particularidades das obras. 3.1. Léxicos relacionados ao trabalho. 3.2. Léxicos relacionados à fala de uma localidade. 3.3. Léxico de um atlas lingüístico. 4. Qual a extensão do léxico catalogado no Paraná? 5. O estágio atual do projeto. 6. Conclusões.

The *Tesouro do Léxico Patrimonial* Project In Paraná - Brazil: Current Work Stage

Abstract

This paper aims to (i) present the interinstitutional and international research *Project Tesouro do léxico patrimonial galego e português (TLPGP)* (*Galician and Portuguese Heritage Lexicon Thesaurus*), based at the University of Santiago de Compostela and developed in cooperation with researchers from Galicia, Portugal and Brazil and (ii) to discuss the steps taken by the Paraná regional, currently composed by a team of doctors, master degree holders and undergraduate science students from the Department of Portuguese Language and Literature of Londrina State University. The Project aims to catalogue the lexicon registered in 18 Paraná dialectal works and include this on the website of the Instituto da Língua Galega (ILG) (Galician Language Institute). The works were selected and are being catalogued according to the criteria established by ILG.

Keywords

Paraná Lexicon, Dialectical Research, Galician, European Portuguese, Brazilian Portuguese

Contents

1. Introduction: an overview of the subproject in Paraná. 2. Catalogued works. 3. Some specifics of the works. 3.1. Work-related lexicons. 3.2. Lexicon related to the speech of a locality. 3.3. Lexicon of a linguistic atlas. 4. What is the extension of the lexicon catalogued in Paraná? 5. The current stage of the project. 6. Conclusions.

* Iniciação científica.

1. Introdução: um panorama do sub-projeto no paraná

O *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português: inventário paranaense* foi inserido a Universidade Estadual de Londrina no ano de 2012, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Vanderci Andrade Aguilera, como parte integrante de um projeto internacional *Tesouro do léxico patrimonial galego e português (TLPGP)* consiste na elaboração e disponibilização de uma base de dados lexical à informação contida em obras sobre o léxico dialetal das línguas galega e português (europeu e do Brasil), em parceria com a Universidade de Santiago de Compostela (USC) – idealizadora e coordenadora do projeto que teve seu início em 2009, Universidade de Coimbra (CELGA) e a Universidade de Lisboa (CLUL). No Brasil, os trabalhos são coordenados pela Prof.^a Dr.^a Silvia Figueiredo Brandão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O projeto, que mantém sua página em funcionamento desde 2014 (<http://ilg.usc.gal/Tesouro/>), permite a consulta rápida e fácil das informações contidas nas obras lexicográficas e dialetais catalogadas pelas equipes. O acervo é constantemente enriquecido pelos colaboradores de 20 universidades da Galícia, de Portugal e do Brasil.

A união entre as universidades caracteriza uma forte iniciativa para a conservação das duas línguas (galego e português) e de suas duas variedades (português europeu e português brasileiro). Assim o Projeto internacional e interinstitucional tem como objetivo integrar e registrar em um banco de dados *on-line* um material amplo de obras lexicográficas galegas, portuguesas e brasileiras, que trazem em seu conteúdo registros dialetais e referenciais geográficos.

O desenvolvimento deste Projeto no Paraná justifica-se pela tradição da Universidade Estadual de Londrina (UEL) em desenvolver pesquisas de caráter dialetológico, que culminaram com obras de naturezas diversas, desde monografias de cursos de Especialização, Dissertações, Teses e a publicação de livros que são referência nacional e internacional para as pesquisas nesta área do conhecimento, tais como o *Atlas Linguístico do Paraná* (Aguilera 1994), *Atlas Linguístico do Paraná II* (Altino 2007), *O léxico da cachaça em Morretes - PR: resgate e memória* (Lambach 2002), *O vocabulário da cultura do café* (Castro 2000), entre outras.

Além disso, os dados de outras obras publicadas no Paraná vão merecer a inclusão no TLPGP, como *Viagem ao país dos jesuítas* (Muricy 1975), *Vocabulário de Tibagi* (Toniolo 1981), o *Léxico da Pesca em Guaraqueçaba* (Mercer 1979), entre outros.

Para a elaboração dos trabalhos de catalogações das obras paranaenses, atualmente, nossa equipe conta com a participação de uma aluna de graduação, três de pós-graduação *strito sensu* e duas docentes. Embora com equipe reduzida o trabalho vem sendo desenvolvido no Instituto de Referências do Centro de Letras e Ciências Humanas desta universidade e tem seu trabalho em estágio avançado. No início de seu desenvolvimento o Projeto contava com a participação de alunos de graduação que realizavam a primeira etapa do trabalho de catalogação das obras, isto é, trans-

pô-las para o modelo de catalogação e etiquetagem padrão, seguindo o protocolo metodológico elaborado pelo Instituto de Língua Galega (USC).

Este trabalho consiste na inserção das obras nas planilhas de acordo o modelo fornecido pela coordenação do projeto e, nesta primeira fase de catalogação, feita a digitalização dos léxicos das obras selecionadas para compor o banco de dados paranaense. Há que se ressaltar o trabalho extenso que os alunos da graduação executaram com maestria, guardadas as proporções e necessidades de refacção natural de todo processo de catalogação.

A partir das obras já catalogadas começamos a dar forma às tabelas que posteriormente originaram o acervo digital do *Tesouro do léxico patrimonial galego e português*, já disponível no site citado.

2. As obras catalogadas

Os documentos paranaenses, objeto de estudo do *Léxico dialectal galego e português*, em número de 18, compreendem atualmente duas monografias de Especialização (ME), nove dissertações de Mestrado (DM), quatro teses de Doutorado (TD) e três livros (L), conforme se visualiza no Quadro 1.

FICHA COMPLETA DA OBRA	AUTORIA	TIPO	LOCAL
Viagem ao país dos jesuítas.	Muricy 1975	L	Extremo Oeste
Guaraqueçaba mar e mato	Alvar; Alvar 1979	L	Guaraqueçaba
Le lexique des pêcheurs de Guaraqueçaba	Mercer 1979	TD	Guaraqueçaba
Vocabulário de Tibagi	Toniolo 1981	L	Tibagi
Aspectos lingüísticos da fala londrinense: esboço de um atlas lingüístico de Londrina	Aguilera 1987	DM/L	Londrina
A linguagem dos trapicheiros	Leão 1990	DM	Jacarezinho
Atlas lingüístico do Paraná	Aguilera 1990/1994	TD/L	Paraná
A linguagem do apicultor nas regiões de Ponta Grossa e Prudentópolis: aspectos lexicais e fonéticos	Sozim 1992	DM	Ponta Grossa e Prudentópolis.
A linguagem do oleiro: uma abordagem lexical e fonética nas regiões de Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, Imbituva e Prudentópolis. Vol. II: Anexos	Sozim 1994	TD	Piraí do Sul (...) Prudentópolis.
A linguagem dos oleiros nas olarias rudimentares da microrregião de Campo Mourão - PR.	Fonseca 1996	DM	Campo Mourão
Esboço de um atlas lingüístico de Centenário do Sul	Pizolato 1997	ME	Centenário do Sul
Esboço de um atlas lingüístico de Tamarana	Fabris 1997	ME	Tamarana
O vocabulário da cultura do café	Castro 2000	DM	Londrina
Aspectos lingüísticos da fala de Cândido de Abreu: um estudo geosociolingüístico	Lino 2000	DM	Cândido de Abreu

FICHA COMPLETA DA OBRA	AUTORIA	TIPO	LOCAL
Pelos caminhos da geolinguística paranaense: um estudo do léxico popular de Adrianópolis	Altino 2001	DM	Adrianópolis
O léxico da cachaça em Morretes: resgate e memória.	Lambach 2002	DM	Morretes
Atlas lingüístico do Paraná- II- ALPR II	Altino 2007	TD	Paraná
Atlas geossociolingüístico de Londrina: um estudo em tempo real e tempo aparente	Romano 2011	DM	Londrina

QUADRO 1. DISPONÍVEL EM: [HTTP://ILG.USC.GAL/TESOURO/PT/CORPUS.HTML](http://ilg.usc.gal/tesouro/pt/corpus.html) [02/02/2016]

Viagem ao país dos jesuítas, de José Cândido de Andrade Muricy, que figura entre as obras inventariadas, não se caracteriza como trabalho acadêmico. O livro de Andrade Muricy é o relato de expedição de seu pai, o General José Cândido da Silva Muricy, em terras paranaenses. O general partiu de Curitiba rumo ao extremo oeste do estado em busca das ruínas da redução jesuítica de Vila Rica. Expedição iniciada em 1896, serviu de matéria prima para seu filho, em 1975, publicar o livro que se compõe do relato dos eventos da viagem e de um glossário constituído de 274 entradas (ou lemas). Este último é o foco do trabalho para o projeto do tesouro paranaense.

Das dezoito obras paranaenses, dez já estão disponíveis para consulta no site do *TLPGP*, como podemos observar no quadro II.

ÁREA	TERRIT.	REF.	OBRA	LOCALIZ.
PT-BR	Brasil [Sul]	Muricy 1975	Muricy, José Cândido da Silva (1975): <i>Viagem ao país dos jesuítas</i> . Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná.	Paraná [Oeste Paranaense; Noroeste Paranaense]
PT-BR	Brasil [Sul]	Toniolo 1981	Toniolo, Ennio José (1981): <i>Vocabulário de Tibagi</i> . Apucarana: Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.	Paraná [Centro Oriental Paranaense (Tibagi)]
PT-BR	Brasil [Sul]	Leão 1988	Leão, Rejane Maria Szkudlarek (1988): <i>A linguagem dos trapicheiros</i> . Dissertação de Mestrado. Assis-SP: Universidade Estadual Paulista.	Paraná [Norte Pioneiro Paranaense (Jacarezinho)]
PT-BR	Brasil [Sul]	Sozim 1991	Sozim, Miriam Martins (1991): <i>A linguagem do apicultor nas regiões de Ponta Grossa e Prudentópolis: aspectos lexicais e fonéticos</i> , Dissertação de Mestrado. Assis-SP: Universidade Estadual Paulista.	Paraná [Centro Oriental Paranaense (Ponta Grossa); Sudeste Paranaense (Prudentópolis)].
PT-BR	Brasil [Sul]	FonsecaS 1996	Fonseca, Valéria Sanches (1996): <i>A linguagem dos oleiros nas olarias rudimentares da microrregião de Campo Mourão — PR</i> . Dissertação de Mestrado. Assis-SP: Universidade Estadual Paulista.	Paraná [Centro Ocidental Paranaense (Campo Mourão)]

ÁREA	TERRIT.	REF.	OBRA	LOCALIZ.
PT-BR	Brasil [Sul]	Fabris 1997	Fabris, Simone Rosana (1997): <i>Esboço de um atlas lingüístico de Tamarana</i> . Monografia de Especialização em Língua Portuguesa. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.	Paraná [Norte Central Paranaense (Tamarana)]
PT-BR	Brasil [Sul]	Pizolato 1997	Pizolato, Tania Mara de Podestá (1997): <i>Esboço de um atlas lingüístico de Centenário do Sul</i> . Monografia de Especialização em Língua Portuguesa. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.	Paraná [Norte Central Paranaense (Centenário do Sul)]
PT-BR	Brasil [Sul]	Lino 2000	Lino, Fádua Maria Moisés (2000): <i>Aspectos lingüísticos da fala de Cândido de Abreu: um estudo geosociolingüístico</i> . Dissertação de Mestrado. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.	Paraná [Norte Central Paranaense (Cândido de Abreu)]
PT-BR	Brasil [Sul]	CastroD 2000	Castro, Cynthia Delmonaco de (2000). <i>O vocabulário da cultura do café</i> . Dissertação de Mestrado. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.	Paraná [Norte Central Paranaense (Londrina)]
PT-BR	Brasil [Sul]	Lambach 2002	Lambach, Jane Bernadete (2002): O léxico da cachaça em Morretes: resgate e memória. Dissertação de Mestrado, Londrina: Universidade Estadual de Londrina.	Paraná [Metropolitana de Curitiba do Paraná (Morretes)]

QUADRO 2. DISPONÍVEL EM: [HTTP://ILG.USC.GAL/TESOURO/PT/CORPUS.HTML](http://ilg.usc.gal/tesouro/pt/corpus.html) [02/02/2016]

Dando sequência aos trabalhos de correção de acordo com as normativas do *TLPGP*, temos:

- i. o livro *Viagem ao país dos jesuítas* (Muricy 1975), o *Le lexique des pêcheurs de Guaraqueçaba* (Mercer 1979), em fase de revisão e adequação às normas do Projeto,
- ii. outras três obras em andamento em estágio de catalogação: *Guaraqueçaba Mar e Mato* (Alvar / Alvar 1979), *A linguagem do apicultor: uma abordagem fonética e lexical nas regiões de Ponta Grossa e Prudentópolis* (Sozim 1991) e o *Aspectos lingüísticos da fala londrinense: esboço de um atlas lingüístico de Londrina* (Aguilera 1987),
- iii. as obras dialetológicas de cunho geolingüístico, *O Atlas lingüístico do Paraná* (Aguilera 1990/1994), *Pelos caminhos da geolingüística paranaense: um estudo do léxico popular de Adrianópolis* (Altino 2001), *Atlas lingüístico do Paraná- II-ALPR II* (Altino 2007), *Atlas geossociolingüístico de Londrina: um estudo em tempo real e tempo aparente* (Romano 2011) fecham o acervo no Paraná.

3. Algumas particularidades das obras

Como já mencionado, o *Tesouro* busca inserir ao acervo obras de cunho dialetológico e lexicográfico, que, *grosso modo*, têm como objetivo observar a relação entre o indivíduo e a linguagem. O acervo paranaense conta com a especificidade dos glossários que registram os aspectos linguísticos de determinadas localidades, léxicos relacionadas ao trabalho, à moradia, ao convívio social, atlas linguísticos e esboços de atlas, fazendo ressaltar as particularidades e curiosidades da língua falada em uma localidade.

Para uma melhor visualização das curiosidades das obras traremos a obra *Linguagem dos trapicheiros* (Leão 1988) como exemplo dos léxicos relacionados ao trabalho. Em seguida abordaremos as especificidades da obra *Guaraqueçaba mar e mato* (Alvar / Alvar 1979) e como exemplo de atlas abordaremos a obra *Aspectos linguísticos da fala londrinense: esboço de um atlas linguístico de Londrina* (Aguilera 1987).

3.1. Léxicos relacionados ao trabalho

Em *Linguagem dos trapicheiros* (Leão 1988) a autora faz seu estudo com moradores de Jacarezinho e região (Cambará, Ribeirão Claro, Andurá, Bandeirantes, Santo Antônio da Platina e Ribeirão do Pinhal) em busca do nome que as pessoas davam aos trabalhadores que carregavam e descarregavam caminhões e vagões.

Para a contextualização do trabalho, vale mencionar que a cidade de Jacarezinho produzia, à época da pesquisa, café e atividades relacionadas ao ramo da cafeicultura. Ainda hoje é uma forte exportadora de café para os portos de Paranaguá, e por conta dessa relação com os portos, a autora lança a hipótese da inserção do termo *trapicheiro* na região de Jacarezinho na década de 60. Como conclusão do seu trabalho, a autora confirma o desuso do termo, quando afirma: “os trabalhadores mais antigos, hoje inativos, usam com naturalidade a palavra *trapicheiro*, enquanto que os mais jovens a rejeitam como se fosse um termo depreciativo da profissão” (Leão 1988: 10). De acordo com Leão (1988) a variante faz parte da realidade dos moradores antigos, provavelmente os que já moravam na cidade na década de 60 no auge da profissão de carregador e descarregador de café nos portos de Paranaguá.

O estudo de Leão traz como acervo outros léxicos vernaculares que estão ligados a profissão de trapicheiro, como as variantes para AJUDANTE temos *cargueiro*, *fazedor de carga*, *puxador de carga* e *soltador de carga*. Isto é, palavras que definem o trabalhador que fica em cima do caminhão ajudando a carregar ou a descarregar (Leão 1988: 41).

Outra definição interessante está relacionada ao termo APAGÁ A LUZ, “expressão usada quando o ensacador pega a saca sozinho, sem ajuda. Diz-se: *Quando apaga a luz ninguém ajuda*” (Leão 1988: 43). Os sinônimos para esta expressão são *rampá no*

toro, pegar o touro e touro. Ou seja, o que é difícil e se faz sozinho. Pegar o touro é algo demorado e trabalhoso, assim como ensacar sacas sem ajuda. A relação entre a ação do trabalho e a expressão que é registrada nesta região mostra as particularidades que a língua exerce dentro das atividades relacionadas à trabalhos diversos.

Encontra-se registrada nesta obra a definição de um empregador preguiçoso: “Aquele que, no terno, não produz o necessário, lesando os outros. Aquele que ‘chupa o sangue’ dos companheiros” (Leão 1988: 97), este é chamado de MORCEGO e tem como termos de remissões, ou variações *chupança, roubar e chupar sangue*. Assim, também pode chamá-lo de GIMBA, visto que é aquele sujeito que não aguenta trabalhar e têm por variantes: *cansado, bagaço, molambo e pirangueiro*.

Nota-se que os jargões estão relacionados a uma função ou ação de indivíduos em seu ambiente de trabalho.

3.2. Léxicos relacionados à fala de uma localidade

A obra de Júlio Alvar e Janine Alvar, *Guaraqueçaba mar e mata* (1979), é a síntese do estudo realizado por estes pesquisadores, obra icônica de relevo histórico da cultura de um povo, aproximadamente dez mil habitantes, no município litorâneo de Guaraqueçaba. Os pontos abarcados na investigação dos léxicos são relacionados ao convívio social da população, juntamente com a agricultura, alimentação e trabalho.

O léxico da obra é muito extenso, com 2.317 registros lexicais; o livro é dividido em dois volumes, o primeiro traz a pesquisa (introdução, metodologia, desenvolvimento, conclusões e o glossário de itens lexicais registrados); o segundo volume é composto pelas lâminas (desenhos) de todos os objetos nomeados pelos habitantes do local, ou seja, todos os léxicos encontrados são representados por uma figura no volume etnográfico da obra.

Em relação ao trabalho e a cultura desse povo encontramos a variante ALÇAPÃO que designa a porta ou postigo que fecha de cima para baixo, cujas variações são: *açarvão, acervão, armadilhas para pássaros e arçapão*. Esse tipo de armadilha era utilizado para caçar pássaros; às vezes o intuito era de comê-los, outras vezes o objetivo era evitar que interferissem na produção das plantações.

Encontra-se registrado a denominação APARADEIRA como a mulher que ajuda o bebê a nascer, sendo uma parteira curiosa que não possui diploma. E em outra entrada a palavra APARADEIRA vem classificada como um adjetivo, visto que a definição que os autores registram para esta variante é ‘o mesmo que curiosa’ (Alvar / Alvar 1979: 64).

Sobre a habitação e costumes domésticos foi identificada a palavra CANECA com utilidades e definições diferentes. Primeiro, o termo *caneca* “Pequeno vaso cilíndrico, com asa, para líquidos” (Alvar / Alvar 1979: 69), por analogia pode-se compará

-la a uma xícara; a segunda definição é a de que a *caneca* serve para “beber água. Vaso com asa” (Alvar / Alvar 1979: 69). Como os autores trazem em entradas diferentes e com definições diferentes, suponhamos que são tipos de canecas divergentes. A terceira variação da palavra é CANECÃO: *cafeteira*, isto é, um recipiente maior que serve para armazenar o café pronto para beber. Por último o termo CANECO que é um tipo de “caneca alta e estreita; espécie de barril estreito para água” (Alvar / Alvar 1979: 69).

Nota-se a flexibilidade de uma palavra ter significados diferentes e ser representada por objetos divergentes, assim como ter várias funções, seja armazenar o líquido do café, ou ser um copo para água ou um barril para pegar água.

O mesmo ocorre com a variante CANO, que em um primeiro momento é definida como “Qualquer tubo para condução de gases ou de líquidos” (Alvar / Alvar 1979: 69). Na sequência, registra-se a definição de “chaminé”. A terceira definição é a descrição de uma parte da arma de fogo, um tubo cilíndrico das armas de fogo, e o quarto e último caso é a de um *cano* como um brinquedo feito de bambu por crianças: “Tubo de bambu correspondente à pistola com que brincam as crianças e feita por elas” (Alvar / Alvar 1979: 69).

Nesta obra é registrado o maior número possível de palavras que nomeiam objetos, ações culturais e costumes da comunidade de Guaraqueçaba. Embora muitos termos aqui sejam usados em outras localidades, é possível afirmar a particularidade do uso em diferentes momentos da vida dos guaraqueçabanos.

3.3. Léxico de um atlas linguístico

A obra de Vanderci Andrade Aguilera, *Aspectos linguísticos da fala londrinense: esboço de um atlas linguístico de Londrina* (1987), registra a fala londrinense de informantes não escolarizados ou com o mínimo de escolarização possível. O propósito da pesquisa é o de catalogar a língua em seu contexto real, isto é, a língua viva existente no falar da grande massa popular, registrando variedades linguísticas locais e regionais. Baseado no trabalho de Caruso no Estado de São Paulo, *Aspectos linguísticos da fala londrinense* relata a fala dos informantes londrinenses deixando registradas as peculiaridades fonéticas do Norte do Paraná.

Encontra-se na obra a palavra ALPARGATA com grande número de variações fonéticas, como segue: *paragata, aupargata, pargata, oupargata, apargata, opargata, auparagata, aupercata, paragatu, pergata, pragata e precata*. É perceptível a preocupação em registrar o léxico em sua forma oral, assim toda a obra consta de variações fonéticas e fonológicas de uma mesma variante.

A palavra EUCALIPTO na forma popular se desdobra em *calípiu, calípiu, eucalípiu, ocalípi, aucalípiu, calípidu, aucalípi, calípu, eucalípi, eucalípiu, ocalípiu, ocalípiu, ocalípiu, ocalípu, icalípu*.

A pesquisa é um grande aporte para foneticistas, dialetólogos e linguistas que têm a preocupação em desvendar a língua em sua multiplicidade. Por exemplo, a palavra VAGALUME traz uma sequência de variações que mexem com a estrutura fonética da palavra, como a alteração do léxico *vagalume* com a fricativa vozeada /v/ para uma oclusiva desvozeada /p/, *pagalu*. As variações trazem ainda o alçamento de [e] para [i] como em *vagalumi*, *bagalumi*, e o registro de *vagalu*, *bagalu*, *bagalua*, *bagaluma*, *pagalu*, *vagaluma*.

Estes são alguns dos exemplos dos itens catalogados pelo projeto, incorporados ao acervo do *Tesouro* obras que têm como princípios os registros dos léxicos de acordo com suas variantes, sejam fonéticas e fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas.

4. Qual a extensão do léxico catalogado no Paraná?

Os léxicos das obras são bastante extensos. Entre eles encontramos substantivos masculinos e femininos, locução substantiva masculina e feminina, locução adjetiva, locução verbal, locução adverbial, verbos, adjetivos, numerais e léxicos no plural.

Obras como *Aspectos Linguísticos da fala de Cândido de Abreu: um estudo geosocio-linguístico* (Lino 2000), *Esboço de um atlas lingüístico de Tamarana* (Fabris 1997) e *A linguagem dos trapicheiros* (Leão 1988), possuem um léxico aproximado a 250 palavras, são obras curtas, comparadas aos léxicos de *Aspectos linguísticos da fala londrinense: esboço de um atlas lingüístico de Londrina* (Aguilera 1987) e *Guaraqueçaba Mar e Mato* (Alvar / Alvar 1979). A primeira registra 966 variantes enquanto que a segunda 2.317 variantes. A obra que possui a menor extensão de léxicos é a de Altino (2001) *Pelos caminhos da geolinguística paranaense: um estudo do léxico popular de Adrianópolis*, com 41 palavras.

A Linguagem do apicultor nas regiões de Ponta Grossa e Prudentópolis: Aspectos lexicais e fonéticos (Sozim 1992) registra 582 vocábulos; *A linguagem dos oleiros nas olarias rudimentares da microrregião de Campo Mourão - PR* (Fonseca 1996) marca 332 palavras; *Esboço de um atlas lingüístico de Centenário do Sul* (Pizolato 1997) 429 variantes; a obra de Muricy (1975) *Viagem ao país dos jesuítas* registra 274 termos, enquanto que no *Vocabulário de Tibagi* (Toniolo 1981) são relatadas 835 palavras; em números próximos temos *Atlas linguístico do Paraná - ALPR II* (Altino 2007) com 926 palavras. *O vocabulário da cultura do café* (Castro 2000) possui 702; em número menor temos as obras de Sozim (1994) *A linguagem do oleiro: uma abordagem lexical e fonética nas regiões de Pirai do Sul, Castro, Ponta Grossa, Imbituva e Prudentópolis*, com 337 palavras, e a obra de Lambach (2002) *O léxico da cachaça em Morretes: resgate e memória*, que registra 316 palavras.

No cômputo geral, o que mais se registra nas obras são os substantivos femininos e masculinos, seguidos dos verbos e dos adjetivos; seguem as locuções (adverbiais, nominais, adjetivas), os numerais e os advérbios.

5. O estágio atual do projeto

Atualmente seis obras estão em andamento para a divulgação no acervo *on-line*: *Guaraqueçaba mar e mato* (Alvar /Alvar 1979), *A linguagem do apicultor: uma abordagem fonética e lexical nas regiões de Ponta Grossa e Prudentópolis* (Sozim 1991), *Aspectos lingüísticos da fala londrinense: esboço de um atlas lingüístico de Londrina* (Aguilera 1987), *Atlas geossociolingüístico de Londrina: um estudo em tempo real e tempo aparente* (Romano 2012), *Do presente ao passado: um olhar sobre o vocabulário de Tibagi* (Toniolo 2001) e *Pelos caminhos da geolingüística paranaense: um estudo do léxico popular de Adrianópolis* (Altino 2001).

O trabalho de catalogar as obras é realizado por partes:

- i. O registro das variantes na primeira coluna (conforme exemplo no Quadro 1).
- ii. A classificação gramatical.
- iii. A inserção das definições do léxico, na maioria das vezes o autor baseia-se em dicionários, como Aurélio, Houaiss, Cândido de Figueiredo, etc. Em alguns casos o autor traz o relato do informante, como eles descrevem ou nomeia determinado item lexical.
- iv. A inserção das páginas de acordo com a obra original e a citação bibliográfica.
- v. O código geográfico que é estipulado de acordo com as normas do Projeto (cada localidade recebe um código para facilitar a classificação da obra).
- vi. A inclusão do termo de remissão, isto é, a palavra que remete o mesmo significado ou sentido de outro léxico, que também está presente na obra.
- vii. A classificação semântica, que também é organizado por códigos, cada código representa um significado semântico. O léxico pode estar relacionado ao trabalho, ao homem, aos animais, ao cultivo de plantas, comércio, etc.
- viii. O lema, no campo 16, em que se repete o léxico, de acordo com as normas ortográficas vigentes (Ex.: das variantes fonéticas *abobra*, *açuca*, *alinhá*, *para abóbora*, *açúcar* e *alinhar*).
- ix. A repetição da classificação gramatical, de acordo com as normas do Projeto, no campo 17.
- x. Por fim, no campo 20, as alterações feitas pela equipe nas obras. Caso seja necessário abrir uma nova entrada para alguma variante, identifica-se esta abertura colocando um “s” no campo 20.

Podemos observar no Quadro 3 como é organizada a catalogação das obras.

Universidade Estadual de Londrina Aspectos linguísticos da fala de Cândido de Abreu. Lino, Fátua Maria Moisés Responsável: Ana Paula Yairo – setembro de 2010 Mariana Spagnolo Martins – fevereiro de 2014 Revisão: Hélen Cristina da Silva – março de 2014										
1 Variante	3 Classe e categoria	4 Definição	7 Página	10 Citação Bibliográfica	11 Código Geográfico	13 Termo de Remissão	9 Classificação o Semântica	16 Lema	17 Classe e categoria	20
aipim		Para {Augusto apud Imaguire}, do tupi <i>ai'pi</i> , raiz enxuta, a mandioca mansa. Mandioca.	83	Lino 2000	4103	mandioca	4.1	aipim	sm	
amendoim	sm	Para {Aurélio}, do tupi <i>mãdu'bi, mãdu'i</i> , com influência amêndoa.	83	Lino 2000	4103		3.2.9	amendoim	sm	

QUADRO 3. EXEMPLAR DA OBRA *ASPECTOS LINGUÍSTICOS DA FALA DE CÂNDIDO DE ABREU* (LINO 2000)

Terminado o trabalho pela equipe do Paraná, remete-se ao crivo dos coordenadores do projeto internacional e os colegas galegos fazem uma nova revisão. Caso necessário, a obra retorna à equipe de origem e os apontamentos são verificados e reenviados à equipe galega. Para que o trabalho seja considerado finalizado e a obra possa ser inserida e divulgada no site, todos os itens da tabela visualizada no Quadro 1, precisam estar rigorosamente revisados e atestados por vários pesquisadores das equipes envolvidas. Este rigor científico atesta o trabalho e respalda a publicação do dicionário digitalizado para a comunidade em geral.

6. Conclusões

Muito trabalho ainda precisa ser feito. As obras que estão em estágio de catalogação ou revisão demandarão o esforço da equipe e a finalização da meta proposta para esta equipe tem como data limite o primeiro trimestre de 2017. Além de tornar público o léxico paranaense, este projeto intenta o inventivo a discentes das várias esferas da vida acadêmica da Universidade Estadual de Londrina a se aventurarem nos trabalhos sobre o léxico, visando o aprendizado prático e teórico que os projetos de pesquisa possibilitam ao estudante. Levar para além dos muros da academia os trabalhos feitos sobre a língua falada, em especial para a UEL a do Paraná, é a meta maior deste grande projeto internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, Vanderci de Andrade (1987): *Aspectos lingüísticos da fala londrinense: esboço de um atlas lingüístico de Londrina. Vol. II: Cartas Linguísticas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Curitiba: Conselho de Ciência e Tecnologia do Paraná – CONCITEC.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade (1994): *Atlas lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná.
- ALTINO, Fabiane Cristina (1994): *Atlas lingüístico do Paraná- II- ALPR II*. Tese de Doutorado. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- ALTINO, Fabiane Cristina (2001): *Pelos caminhos da geolinguística paranaense: um estudo do léxico popular de Adrianópolis*. Dissertação de Mestrado. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- ALVAR, Júlio / Janine ALVAR (1979): *Guaraqueçaba mar e mato*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- ÁLVAREZ, Rosario (coord.): *Tesouro do léxico patrimonial galego e português*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. <http://ilg.usc.es/Tesouro/pt/inventario.html> [02/02/2016].
- CASTRO, Cynthia Delmônaco de (2000): *O vocabulário da cultura do café*. Dissertação de Mestrado. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- FABRIS, Simone Rosana (1997): *Esboço de um atlas lingüístico de Tamarana*. Monografia de Especialização em Língua Portuguesa. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- FONSECA, Valéria Sanches (1996): *A linguagem dos oleiros nas olarias rudimentares da microrregião de Campo Mourão – PR*. Dissertação de Mestrado. Assis-SP: Universidade Estadual Paulista.
- LAMBACH, Jane Bernadete (2002): *O léxico da cachaça em Morretes: resgate e memória*. Dissertação de Mestrado. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- LEÃO, Rejane Maria Szkudlarek (1988): *A linguagem dos trapicheiros*. Dissertação de Mestrado. Assis-SP: Universidade Estadual Paulista.
- LINO, Fádua Maria Moisés (2000): *Aspectos lingüísticos da fala de Cândido de Abreu: um estudo geossociolingüístico*. Dissertação de Mestrado. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- MERCER, José Luiz da Veiga (1979): *Le lexique des pêcheurs de Guaraqueçaba*. Tese de Doutorado. Toulouse: Université de Toulouse.
- MURICY, José Cândido da Silva (1975): *Viagem ao país dos jesuítas*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná.
- PIZOLATO, Tania Mara de Podestá (1997): *Esboço de um atlas lingüístico de Centenário do Sul*. Monografia de Especialização em Língua Portuguesa. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.

- ROMANO, Valter Pereira (2012): *Atlas geossociolinguístico de Londrina: um estudo em tempo real e tempo aparente. Vol. II Cartas linguísticas*. Dissertação de Mestrado. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- SOZIM, Miriam Martins (1991): *A linguagem do apicultor: uma abordagem fonética e lexical nas regiões de Ponta Grossa e Prudentópolis. Vol. I: Estudo e descrição do corpus*. Dissertação de Mestrado. Assis-SP: Universidade Estadual Paulista.
- SOZIM, Miriam Martins (1995): *A linguagem do oleiro: uma abordagem lexical e fonética nas regiões de Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, Imbituva e Prudentópolis*. Vol. I. Tese de Doutorado. Assis-SP: Universidade Estadual Paulista.
- TONIOLO, Ennio José (2001): *Do presente ao passado: um olhar sobre o vocabulário de Tibagi*. Dissertação de Mestrado. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.
- TONIOLO, Ennio José (1981): *Vocabulário de Tibagi*. Apucarana: Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

O léxico indígena no jornal escolar *O Aprendiz* (1944-1947)

Fátima Góes Santiago

Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia
fatisanti@hotmail.com

Maria Cecília de Paula Silva

Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia
cecilipaula@gmail.com

Indigenous Lexicon in the School Newspaper *O Aprendiz* (1944 – 1947)

Resumo

O Aprendiz foi um periódico escolar publicado por estudantes, professores e técnicos da velha Escola Técnica de Salvador (Bahia, Brasil) entre 1944 e 1947, durante a ditadura do chamado Estado Novo. A defesa do léxico indígena neste jornal relaciona-se ao contexto sócio-histórico do seu tempo, no qual se buscava afirmar a identidade nacional dos povos da América, utilizando-se da figura do índio como símbolo de nacionalidade. Por meio da pesquisa documental, tendo como objeto de análise os 26 números *d'O Aprendiz*, constituiu-se um corpus com palavras de origem tupi, que foi descrito, abordando-se a relação entre linguagem e cultura. Este artigo mostra a contradição entre essa vontade de reivindicar as palavras indígenas e a instituição escolar que ignora as culturas indígenas, e exemplifica-a na proposta de uso do vocábulo *poranduba*.

Palavras-chave

Léxico indígena, língua e escola, cultura brasileira, *poranduba*

Sumário

1. Introdução. 2. A herança lexical do português brasileiro. 3. O léxico indígena no jornal escolar *O Aprendiz*. 3.1. Por que *poranduba* em vez de *folclore*. 4. In-Conclusões.

Abstract

O Aprendiz was a school magazine edited by students, teachers and technicians of the Escola Técnica de Salvador (Bahia, Brasil) in 1944-1947, during the Estado Novo dictatorship. The newspaper advocates the use of indigenous lexicon, cohering with ideological context where “o índio” was a symbol of Brazilian national identity. Through documentary research on the 24 issues of *O Aprendiz*, we have built and described a corpus of words of Tupi origin, addressing the relationship between language and culture. In this article, we focus on the contradiction between a vindication of indigenous words as a feature of national identity and the educational establishment that ignores and disregards indigenous cultures, a contradiction exemplified by the proposed use of the indigenous term *poranduba*.

Keywords

Indigenous lexicon, language and school, Brazilian culture, *poranduba*

Contents

1. Introduction. 2. The lexical heritage of Brazilian Portuguese. 3. The indigenous lexicon in a school magazine, *O Aprendiz*. 3.1. Why *poranduba* instead of *folclore*? 4. In-Conclusions.

1. Introdução

História de guerra: Os tupis para exprimirem história, ou narrativa, diziam maranduba, conto de guerra, de *marã* – guerra, *nbeeng* – falar, e tuba – muito; falar muito de guerra.

Depois aplicaram os indígenas essa palavra a toda narrativa, se é que não criaram para as outras histórias o termo análogo de *poranduba*, composto de poro, nheeng e tuba – falar muito da gente.

Os índios eram muito apaixonados dessas narrações, em que mostravam sua natural eloquência. Informa-me o Dr. Coutinho, incansável explorador do vale do Amazonas, que ainda hoje nenhum índio chega de viagem, que não diga a sua *maranduba*, que é recito circunstanciado de quanto viu e lhe aconteceu no caminho.

Às vezes traduzo o termo; outras, o emprego original para mais incutir no livro o espírito indígena... (Alencar 1971/2000: 81)

Narrar histórias é compartilhar de um universo de saberes e experiências. E isso era e continua sendo tão importante para os indígenas brasileiros que os índios do tronco tupi tinham um nome específico para designar esse ato: *maranduba*. Criaram ainda um outro similar: *poranduba*, como supõe o escritor romântico brasileiro José de Alencar na nota acima. No Brasil pré-cabralino, ao contrário do narrador pós-moderno, silenciado pela vivência nos campos de batalha da guerra mundial, dos quais retorna pobre de “experiência comunicável”, segundo Walter Benjamin (1975: 63), os índios mostravam sua “eloquência” compartilhando os feitos heroicos e as aventuras vividas nas selvas brasileiras, conta Ubirajara, romance indianista do Alencar. No desenrolar da ação, o herói passa por “um processo de metamorfose social”, como mostra Silviano Santiago (Alencar 1971/2000: 7) no seu “Roteiro para uma leitura intertextual de Ubirajara”: de nobre caçador, Jaguarê - que recebe esse nome por ter caçado o mais feroz dos animais selvagens, o jaguar - ao combater e vencer Pojucã, torna-se Ubirajara (‘senhor da lança’). Porém, para ser completo, o guerreiro precisava ainda de esposa e de constituir família. Ao conquistar num torneio a virgem Araci (‘a estrela do dia’), Ubirajara passa a ser chamado Jurandir (‘trazido pela luz do céu’).

Assim viveram muitos dos índios que habitavam o Brasil antes da chegada dos portugueses, cultuando o hábito de narrar experiência - vista aqui no sentido filosófico como “aquilo que nos toca” (Larrosa 2003: 122), o que possibilita a “transformação e exposição do ser”, ao contrário do sentido positivista de experiência como ‘experimento’. A partir da invasão dos colonizadores, milhões de índios tupi que se encontravam na costa brasileira na época do “achamento” não puderam viver a “jornada do herói” e contar a sua “maranduba de guerra”, uma vez que foram dizimados em massa num combate perverso. E junto com eles desapareceram muitas línguas faladas no Brasil colônia. Como assinala Mattos e Silva (2004a: 57), o processo “glotocida”

iniciado no séc. XVI perpetua-se até hoje, uma vez que “a exploração econômica da sociedade dominante indica a perda progressiva das línguas indígenas e o avanço inexorável da língua majoritária do Brasil.” No entanto, como registra Alencar, por volta de 1874, ainda entre os milhares de índios que fugiram da costa e se refugiaram nas regiões do Cerrado e da Amazônia, “nenhum índio chega de viagem, que não diga a sua maranduba”, o que atesta a existência do ato de narrar histórias entre os indígenas do Brasil na segunda metade do séc. XIX. E remete à ‘roda de contação de histórias’, um dos significados atuais que se atribui ao termo *poranduba*, embora ainda não dicionarizado.

“A pesquisa d’O léxico indígena no jornal escolar *O Aprendiz*”, título da comunicação apresentada durante o *Gallæcia – III Congresso Internacional de Linguística Histórica*, realizado em Santiago de Compostela, em julho de 2015, surgiu ao nos depararmos com a leitura de um artigo escrito por um aluno, no qual o enunciador defende o uso da palavra indígena de origem tupi *poranduba* no lugar de *folclore*: “Por ser brasileiro e querer conservar tudo que é nosso, acho que deve ser usado o termo “Poranduba” em vez de folclore por ser uma palavra brasileira e que, sendo indígena, nos faz lembrar os índios, a nossa gente primitiva” (*O Aprendiz* 7, 1944: 8).

Nessa proposta de substituição do vocábulo indígena, *poranduba*, no lugar de *folclore*, de origem inglesa, podemos visualizar uma mudança semântica na denominação do primeiro vocábulo, o processo de ampliação do seu significado: *poranduba* originariamente significa “narrativa de fato histórico; história, notícia, narrativa. Etim. tupi *pora’nduwa* ‘notícia, pergunta’; cf. ‘maranduba” (Houaiss 2001, s.v.). No artigo intitulado “Poranduba” (*O Aprendiz* 7, 1944: 8), seu significado ampliou-se na medida em que passou a ter o sentido também de ‘folclore’, um termo mais geral que significa “conjunto de tradições, artes, conhecimentos e crenças populares de um povo ou grupo transmitido oralmente; cultura popular, populário” (Houaiss 2001, s.v.). Como vemos, a proposta de uso do vocábulo indígena pelo enunciador se justifica na questão da formação da identidade nacional, na valorização da nação brasileira por meio da preservação de “nossas tradições”. Isso é o que é enunciado, mas o que pode ser visibilizado no jornal, nos textos selecionados, é o desconhecimento pela escola, durante a primeira metade do séc. XX, da cultura dos povos indígenas, nomeados de “a nossa gente primitiva” e “gente sem cultura”, como também a desvalorização desses povos na formação da identidade nacional.

Observamos ainda que as demais palavras que compõe o léxico indígena n’*O Aprendiz* são em sua maioria topônimos de origem tupi, relacionados aos fatos da história oficial do Brasil, na qual o índio tem papel de menor importância. Este artigo, portanto, tem como objetivo descrever o uso do léxico indígena nesse periódico, abordando a relação entre linguagem e cultura numa perspectiva sócio-histórica. Para isso, situaremos inicialmente a contribuição dos povos que aqui chegaram na formação do léxico do português falado no Brasil. Em seguida, descreveremos o léxi-

co indígena coletado no jornal *O Aprendiz*, relacionando a presença desse léxico aos discursos que formam a cultura escolar.

2. A herança lexical do português brasileiro

A motivação para o uso de empréstimos linguísticos indígenas – os americanismos – pelos falantes do português durante o período colonial surgiu da necessidade de nomear realidades desconhecidas da cultura portuguesa, porém características da cultura brasileira. Para apreender a realidade e os objetos à sua volta, foi necessário aos portugueses entender e incorporar novos vocábulos. Como afirma Rodrigues (2010: 31):

Os nomes comuns e os topônimos são as aquisições mais naturais quando os falantes da língua receptora não têm nomes em sua língua para objetos culturais ou seres vivos que lhe são completamente estranhos, nem para os lugares que passam a conhecer.

Portanto, não há dúvida quanto à contribuição das línguas indígenas e, posteriormente, das africanas ao português do Brasil, no que diz respeito ao léxico, embora haja dúvidas quanto às características que “tipificam a fonética e a sintaxe brasileiras”, se elas advêm de “influências africanas” ou de “evolução natural”, como assinala Mattos e Silva (2004b: 19). Isso porque ainda não se conhecem bem as línguas indígenas e nem tampouco as africanas.

Pesquisas realizadas nos anos 80 do séc. xx apontam algumas certezas quanto à origem dos empréstimos lexicais presentes no português do Brasil: os africanismos em sua maioria são de origem banto, língua de maior percentual de falantes durante todo o período do tráfico negreiro (Mattos e Silva 2004b: 128). Já em relação aos empréstimos das línguas indígenas, muitos estudiosos vêm mostrando a contribuição, sobretudo, das línguas derivadas da família tupi-guarani. Dentre elas, atribuem ao tupi a fonte maior de empréstimos. Estamos usando esse termo como etnônimo para os índios com os quais os portugueses mantiveram contato no séc. xvi e para a língua falada por esse povo¹. Mas a riqueza lexical do português brasileiro contou também com os empréstimos das línguas dos emigrantes nos séculos posteriores ao descobrimento: franceses, italianos, japoneses, chineses, alemães etc. Como assinala Mattos e Silva (2004b: 146), a riqueza lexical do português brasileiro advêm ainda da “imaginação criativa” dos brasileiros na criação de novos antropônimos.

¹ Segundo Ayrton Rodrigues, o nome tupi designava no séc. xvi o povo indígena que vivia no litoral de São Vicente e, serra acima, na região de Piratininga e Alto do Rio Tietê, com o qual “os portugueses estabeleceram relações amigáveis” (2010: 27).

3. O léxico indígena no jornal escolar *O Aprendiz*

O jornal escolar *O Aprendiz* foi produzido na antiga Escola Técnica de Salvador. O nome remete à sua origem: a Escola de Aprendizes e Artífices da Bahia, fundada em 1909, com a função de abrigar os desvalidos da sorte. Seu primeiro ciclo de vida, provavelmente, correspondeu ao período de 1935 a 1939, quando foi criado nos “alicerces do civismo, trabalho e perseverança” (*O Aprendiz* 1, 1944: 2). Deixou de circular por 4 anos. Em seguida foi retomado pela bibliotecária da instituição, a professora Jane Ribeiro, como uma das ações do primeiro projeto de orientação educacional implementado na Bahia, que constou ainda da criação do Ciclo de Estudos da Escola Técnica de Salvador e da reestruturação da biblioteca da instituição.

O Aprendiz foi editado mensalmente pela professora Jane, com a colaboração de professores, técnicos e estudantes, de março de 1944 a março de 1947, como sendo o “Órgão dos Estudantes da Escola Técnica”. No seu segundo ciclo de vida, *O Aprendiz* renasce inspirado nos alicerces citados acima, “para atingir a finalidade de seu programa, que dadas as nossas possibilidades, terá de limitar-se a estímulo do estudo, do trabalho e do fiel cumprimento do dever” (*O Aprendiz* 1, 1944: 2). Nesse editorial de apresentação do jornal, são enunciados os três principais objetivos da educação profissional nas décadas de 30/40, isto é, a educação intelectual, profissional e moral.

O jornal foi um importante veículo de divulgação e defesa do ensino técnico-industrial e dos conhecimentos que eram ensinados dentro e fora de sala de aula. Como um veículo de sociabilidade, fez nascer em torno dele outros espaços de convivência dentro da escola. Registrou os discursos que circulavam na sociedade e no universo escolar no conjunto de suas 26 edições. Em onze textos publicados, há referências à cultura indígena. Todos foram escritos por alunos do curso ginasial, adolescentes de 11 a 14 anos de idade, do gênero masculino, filhos do proletariado baiano, moradores do bairro da Liberdade e do subúrbio ferroviário de Salvador. Como afirmou Dona Jane, em entrevista gravada, muitos desses alunos sequer eram alfabetizados. Então, nos dois primeiros anos de publicação do jornal, além de ela construir junto com eles o roteiro para a escrita dos artigos, ela corrigia os textos, buscando aproveitar e incentivar a escrita dos estudantes.

Os temas eram selecionados a partir do calendário cívico e escolar, das artes de ofício ensinados na escola e da cultura brasileira e mundial: lendas e fatos históricos, riquezas da fauna e da flora, descobertas científicas etc. Assim, compõem o corpus lexical indígena d’*O Aprendiz* palavras de origem tupi que designam pássaros, a exemplo de *inhuma*, *juriti* e *sabiá*; nomes de árvores: *taquara*, *jacarandá*, *peroba*, *buriti*, *ipê*, *mandioca*, *jataí*; nomes de frutas: *jenipapo*, *umbu*; nomes de utensílios: *oca*, *tabas*, *iguarassú*; etnônimos: *tupi*, *guarani*; gentílico: *paranaenses*; culinária: *pamonha*, *cauím*, *tapioca*, *iguape* (tipo de arroz).

Além do léxico comum, referido no parágrafo anterior, sobressaem os topônimos de origem tupi: *Aracaju, Acre, Ceará, Cuiabá, Curitiba, Goiás, Guaraní (Ilha), Avaí, Humaitá, Itaparica, Itu, Inhaúma* (cidade do Rio de Janeiro), *Igarepava, Itororo, Ipiranga, Iguassu, Itapoan, Parahíba/Paraíba, Paraguai, Pirajá, Piauí, Pernambuco, Pará, Piratininga, Manaus, Niágara, Paraná, Manáos, Niterói, Mauá, Jundaí, Uruguai, Tuiuti* (Tuiuti), *Tijuca, Itapemerim, Parobé, Sergipe*. Dentre esses topônimos alguns têm etimologia obscura, a exemplo de *Goiás*, que a tradição brasileira afirma ter se originado do nome *goyá*, povo indígena que teria vivido às margens do Rio Vermelho, mas do qual não há certeza de ter existido (Quintela 2003).

O topônimo que aparece em número maior de textos do jornal e em expressões distintas é *Ipiranga*. Remete ao episódio histórico da Independência do Brasil, o grito do Ipiranga (“Independência ou morte!”), dado por Dom Pedro às margens do rio de mesmo nome. Ele é usado sozinho e também nas seguintes expressões: *O Grito do Ipiranga, Grito do Ipiranga, rio Ipiranga, margens do Ipiranga, riacho do Ipiranga, riacho Ypiranga*. Ipiranga: “y ‘água ou rio’ + *piranga* ‘vermelho” (*Dicionário ilustrado tupiguarani, s.v.*). Esse rio ficou conhecido por ser citado na primeira frase do Hino Nacional Brasileiro: “Ouviram do Ipiranga as margens plácidas...”

3.1. Por que *poranduba* em vez de *folclore*

O uso de *poranduba* como sinônimo de *folclore* não aparece nos dicionários brasileiros consultados na pesquisa. A datação mais antiga da palavra encontra-se em Houaiss (2001, s.v.). Nele figura o ano de 1874, data de publicação do romance *Ubirajara*. No entanto, a palavra já aparece registrada no início do séc. XIX, no título da obra *Poranduba maranhense*, relato em 33 capítulos sobre a “Província do Maranhão”. O livro foi redigido em 1819-20 pelo frade capuchinho Francisco [de Nossa Senhora] dos Prazeres (1790-1852). Em nota ao leitor, o frade informa que o escreveu em 1819 na cidade de São Luiz (Prazeres 1819-20: 7). Como afirma Noll (2012: 71): “O subtítulo da obra indica que descreve os acontecimentos no Maranhão até 1820, ano no qual o frade regressou definitivamente a Portugal. Conforme o parecer publicado, o manuscrito foi aprovado pelo convento de São Francisco de Vila Real em 1826”. *Poranduba* não significa ‘folclore’, nesse caso, mas sim ‘notícia, narrativa de fatos’.

Já no título da obra *Poranduba amazonense*, a palavra é empregada para designar uma coletânea de lendas e canções. Este livro foi publicado em 1890 em Nheengatu (ou Língua Geral Amazônica), “com tradução interlinear ao português, seguida de tradução livre”. Esse uso é o que mais se aproxima do emprego de *poranduba* no artigo d’*O Aprendiz*:

Poranduba é sinônimo da palavra inglesa Folk-lore já aportuguêsada para folclore. O que quer dizer, sabem? É tudo que pode fazer conhecidas as nossas tradições, usos e costumes, através de lendas, canções, versos etc., unindo-nos aos povos de outras bandas e tornando-nos cada vez mais lembrados. O Brasil, tão grande e tão cheio de tradições não deve esquecer os costumes de sua gente.

A defesa do vocábulo indígena justifica-se, segundo o enunciador, na necessidade de preservação da tradição oral, dos costumes de “sua gente”. *Poranduba* é ainda considerada uma palavra “brasileira” por ser “indígena”. Portanto, o enunciador se posiciona contrário aos empréstimos linguísticos: “este Brasil, que tudo produz, tem e dá, não precisa de se utilizar do vocabulário estrangeiro para falar do que lhe é próprio” (*O Aprendiz* 7, 1944: 8).

Essa defesa do léxico indígena n’*O Aprendiz* relaciona-se com o contexto sócio-histórico e educacional da época. O nacionalismo da década de 30 e do início dos anos 40 contribuiu para a “reapropriação da figura dos índios pelos Estados nacionais, em particular no continente americano” (Funari / Piñón 2011: 93).

Assim, o 19 de abril, data do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México em 1940, foi sugerido como dia comemorativo do índio para o continente americano. Daí, o presidente Getúlio Vargas ter instituído, no Brasil, no ano de 1943, em plena ditadura do Estado Novo, o 19 de abril como Dia do Índio. Nesse tempo a temática indígena foi introduzida no calendário escolar brasileiro². Como mostram Funari e Piñón (2011: 95), na Era Vargas (1930-1945), os índios aparecem nos livros didáticos de geografia, história e português. E o maior contato dos estudantes com essa temática era por meio desta disciplina, cujas aulas eram ministradas durante todo o período escolar:

Na medida em que a língua ensinada incluía um grande vocabulário indígena, em especial palavras tupis, costumava haver a menção aos índios, ainda que fossem condenados como barbarismos lexicais os “tupinismos” e os “americanismos” como *guaçu*, *mirim* e até mesmo palavras como pipoca, peteca, mate, mandioca e chocolate! [...]

No contexto escolar, a menção aos indígenas já existia, embora as imagens veiculadas e reforçadas nesta época estivessem ligadas a aspectos negativos, seus hábitos eram vistos como bárbaros. Hoje, pode parecer absurdo condenar o uso de palavras corriqueiras como *chocolate* e *cacau*, mas devemos lembrar que, nessa mesma década de

² O jornal *O Aprendiz* comemorou esta data por dois anos consecutivos (1944 e 1945). Entretanto, não como dia do índio, e sim como natalício de Vargas. Em nenhum momento o 19 de abril é celebrado como Dia do Índio no jornal.

1940, a ditadura do Estado Novo tentava substituir palavras estrangeiras por inventos nacionais, com sucesso, em alguns casos (*menu* foi substituído por *cardápio*³), mas sem êxito, na maioria deles (como *ludopédio*, que nunca se impôs diante de *futebol*).

N’*O Aprendiz*, periódico reeditado na década de 40, dá-se o mesmo: defende-se o uso de *poranduba* em detrimento de *folclore*. Porém, a palavra inglesa é que permaneceu no português brasileiro com o sentido empregado n’*O Aprendiz*. Além disso, tanto na escola na década de 40 quanto no jornal, os índios são referendados sempre no passado. Exemplos: “Há séculos atrás os nossos índios já se utilizavam da Borracha.” (*O Aprendiz* 10, 1944: 9); “Certa vez, o chefe de uma tribo (sic.), impulsionado pelo desejo de saber que terra tão bela era este Brasil de hoje, mandou reunir todos os habitantes das tabas vizinhas diante de si...” (*O Aprendiz* 7, 1944: 8); já no texto “A Amazônia”, o enunciador manifesta o desejo de conhecer um índio, no presente, porém, com a perspectiva de conhecer o passado: “Li que nas selvas amazônicas ainda existe o índio com muitos usos e costumes dos primeiros habitantes do Brasil. Gostaria muito de ver um índio e o seu modo de viver” (*O Aprendiz* 8, 1945: 4).

Além de serem referendados no passado, os índios são representados n’*O Aprendiz* como coadjuvantes da história. No texto intitulado “Coisas da Bahia”, por exemplo, narra-se a história de “nossos amigos índios”, isto é, os índios que no tempo do Brasil Colônia tomaram o partido dos portugueses nas lutas pelo domínio do território brasileiro. Dá-se ênfase à trajetória de *Jaguarari*. Quando da invasão do Brasil pelos holandeses, esse cacique (a narrativa não informa de que tribo ele era), foi preso pelos holandeses por ter ficado do lado dos portugueses, os demais índios de sua tribo, denominados “os traidores” não sofreram penalidade alguma por terem lutado ao lado dos holandeses. “Tempos depois” os holandeses soltaram *Jaguarari*, porém esse “continuou o leal amigo dos portugueses”. Assim também agiram *Aragiboia*; *Mendicapuba*; *Tabira*, *Poti* “demonstrando já verdadeiro amor pátrio à nossa grande terra, o Brasil!”. Aqui invertem-se os papéis do colonizado e do colonizador: o português passa a ser o verdadeiro dono da terra brasileira, ao passo que os índios colaboraram com a conquista do território pelos portugueses.

Ratifica-se nesse texto “o mito do bom selvagem”, o índio é “leal”, capaz de “sentimentos nobres”. Porém esse discurso se contrapõe à representação dos índios “como inimigos implacáveis da República” (Funari / Piñón 2011: 86), “traidores”, “selvagens”, “sem cultura”.

Esse é o artigo que concentra antropônimos de origem tupi, uma vez que se trata da história de índios da época do Brasil Colônia. Porém, o jornal apresenta ainda outros nomes de origem indígena, a exemplo da *Sapucaia* (também nome de uma árvore), *Tabira*, *Ubirajara*, *Mauá*, *Jaciobá*.

³ Em alguns lugares do Brasil, a exemplo de Salvador-Bahia, essas variantes convivem.

O léxico indígena surge ainda em outras narrativas lendárias, nas quais fazem-se explicações etimológicas sem base científica alguma, a exemplo da origem do nome mandioca, na palavra indígena de origem tupi: *Manioca* “composta de *Mani* – nome de uma índia – e *Oca* – aldeia de índios –. (*O Aprendiz*, 8-9, 1945:7). E ainda na palavra *Pindorama*, que, segundo o enunciador do texto “Cousas de Ontem”, significa ‘terra das palmeiras’, e que de acordo com o lexicógrafo Francisco da Silveira Bueno (1968: s.v) não é uma palavra de origem tupi, mas sim uma palavra inventada “como sendo o nome do Brasil” nessa língua. Essas são etimologias inventadas, com base na imaginação e criação literária.

4. In – Conclusões

A reivindicação do léxico indígena por meio da palavra *poranduba* no jornal escolar *O Aprendiz* explica-se tanto pelos aspectos sócio-históricos e educacionais quanto pelos linguísticos, ou seja, a existência de duas palavras para um mesmo significado. Além disso, a mudança semântica no uso dessa palavra – o emprego de *poranduba* como sinônimo de folclore, isto é, o seu significado mais geral, não se encontra dicionarizado. Esse é um indício de que a proposta de defesa da palavra tupi, isto é, com a ampliação do seu significado, pode ser uma invenção individual que não vingou, não se incorporou ao vocábulo durante o séc. xx.

Quanto ao uso de topônimos, uma vez que não há um outro nome para designar uma dada localidade, não se reivindica o uso dessas palavras. O mesmo acontece com os nomes comuns que remetem à realidade desconhecida dos portugueses no período de contato entre esse povo e os índios brasileiros. Por outro lado, prevalece no corpus o topônimo Ipiranga porque os fatos históricos tematizados no corpo do jornal fazem parte da história oficial. Interessa observar que um dos textos publicados sob a responsabilidade da Redação reivindica o 2 de julho (Independência da Bahia) como sendo a data magna da Independência do Brasil, e não o 7 de setembro, quando Dom Pedro, às margens do Ipiranga, dá o célebre “grito”. Se observarmos também a iconografia do jornal, toda ela é voltada para a história oficial. Nem sequer o quadro “O último tamoio” (óleo sobre tela, Rodolfo Amoedo, 1883) que se encontra ilustrando livros didáticos de história da primeira metade do séc. xx, é publicado n’*O Aprendiz*. O herói cultuado, enunciado e visibilizado é Tiradentes.

Interessou-nos, no primeiro momento de nossa pesquisa, detectar e analisar a presença do léxico indígena no jornal escolar *O Aprendiz*. Das conclusões inconclusas podemos caracterizar uma possibilidade já anunciada por Hall (2005: 15) em estudos sobre a identidade cultural na atualidade. No caso específico analisado neste artigo, situando as demandas lexicais propostas pelos articulistas d’*O Aprendiz* quanto à perspectiva da identidade nacional, concordamos que, muitas vezes, esta possibilidade é

baseada, de forma simbólica, na idealização de um povo (ou parte dele), num folk puro, original, que, em realidade, não existe, pois “nas realidades do desenvolvimento nacional, é raramente esse povo (folk) primordial que persiste ou que exercita o poder”.

Como vimos, n’*O Aprendiz*, a defesa do léxico indígena se constitui numa visão idealizada dos índios brasileiros, vistos, prevalentemente, no passado, desconhecidos na sua diversidade de povos, etnias, línguas e dialetos. No embate de vozes que ora se aproximam e ora se distanciam formando a cultura escolar, o índio é visibilizado como um personagem mítico, idealizado, selvagem, primitivo, destituído de cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José de (1971/2000): *Ubirajara*. São Paulo: Editora Ática.
- APRENDIZ, O. Salvador: Gráfica da Escola Técnica de Salvador, 1944-1947.
- BENJAMIM, Walter (1975): *O narrador, observações acerca da obra de Nicolau Lescov*. São Paulo: Abril Cultural, 63-81 (Coleção Os pensadores, XLVIII).
- BUENO, Silveira (1968): *Vocabulário tupi-guarani-português*. São Paulo: Êfita.
- HALL, Stuart (2005): *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- HOUAISS, Antônio (2001): *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- FUNARI, Pedro Paulo / Ana PIÑÓN (2011): *A Temática Indígena na Escola: subsídios para os professores*. São Paulo: Contexto.
- LARROSA BONDÍA, Jorge (2002): “Notas sobre a experiência e o saber da experiência”, *Revista Brasileira de Educação*, nº 19, 20-28. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004a): *Os portugueses são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. São Paulo: Parábola.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (2004b): *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- NOLL, Volker (2012): “Para uma revisão do Dicionário Houaiss – vocabulário e datações”, *Confluência, revista do instituto de língua portuguesa*, 43, 68-77.
- PRAZERES, Frei Francisco dos (1981): «Poranduba maranhense ou Relação histórica da província do Maranhão», *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* 54, 4-281.
- QUINTELA, Antón Corbacho (2003): “O topônimo Goyaz”, *Signótica*, vol. 15, nº 2, 153-172.
- RODRIGUES, Ayrton (2010): “Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil”, em Volker Noll / Wolf Dietrich (orgs.): *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto.

As fórmulas textuais das cartas oficiais norte-rio-grandenses (1713-1931)

Felipe Morais de Melo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
felipemorais_m@yahoo

Resumo

Entre variação e mudança, como sabemos, não só as línguas, mas os textos, com suas estruturas, também sofrem mudanças ao longo do tempo. Este artigo tem como objetivo analisar mudanças observadas em fórmulas textuais de cartas dos sécs. XVIII, XIX e XX. Estes documentos integram o corpus denominado cartas oficiais norte-rio-grandenses, ligado ao projeto regional *História do Português Brasileiro no Rio Grande do Norte (PHPB-RN)* e ao projeto nacional *Para a História do Português Brasileiro (PHPB)*. Realizamos uma microanálise sobre essas cartas, partindo das ideias de base coseriana advindas dos estudos sobre as Tradições Discursivas (Koch 1997; Kabatek 2006), dentre as quais a de que os textos se configuram de modo a seguirem suas próprias tradições (Coseriu 2007). Após uma breve incursão sobre a natureza do gênero carta, concentramos nossa atenção em algumas microestruturas, como as expressões “suplicantes”, as de requerimento e as de *clausula* (fechos de despedida), dentre outras examinadas neste trabalho. Em nosso percurso, podemos tanto entrever camadas que se foram sobrepondo a algumas dessas tradições em análise ao longo dos três séculos até chegarem às fórmulas preconizadas para a redação dos documentos oficiais de hoje quanto podemos observar como algumas dinâmicas textuais constituídas nos documentos analisados refletiam, de modo significativo, processos de mudança nas dinâmicas sociais.

Palavras-chave

Variação e mudança, tradições discursivas, fórmulas textuais, cartas oficiais norte-rio-grandenses

Sumário

1. Considerações iniciais. 2. Da constituição das cartas oficiais norte-rio-grandenses. 3. Referencial teórico e metodologia. 3.1. As tradições discursivas. 3.2. Critérios para a identificação das microestruturas do tipo fórmulas textuais. 4. Análise dos dados. 4.1. Algumas fórmulas distintivas. 4.2. Fórmulas textuais de requerimento. 4.3. Outra expressão suplicante. 4.4. O caso da *clausula*. 5. Considerações finais.

Formulaic Expressions in the cartas oficiais norte-rio-grandenses (1713-1931)

Abstract

Between variation and change, texts (and not just languages) undergo changes over time in structural terms. This article aims to analyse textual changes observed in letters of the XVIII, XIX and XX centuries. These documents are part of the corpus called *Official Letters of Rio Grande do Norte* connected to the regional project *História do Para a História do Português Brasileiro (PHPB)*. A microanalysis is performed on these letters, based on the Coserian ideas derived from studies on discursive traditions (Koch 1997, Kabatek 2006) amongst which might be highlighted that of texts being shaped so as to follow their own tradition (Coseriu 2007). Firstly, the study focuses on the letter genre and some micro-structures, such as pleading and application expressions, as well as *clausula* (conclusion), amongst others examined in this work. Throughout, overlapping layers from some of these traditions studied over three centuries are examined. The present formulas recommended for the writing of official documents are considered as well as how some textual dynamics present in the analysed letters significantly reflect processes of change in social dynamics.

Keywords

Variation and change, discursive traditions, formulaic expressions, official letter of Rio Grande do Norte

Contents

1. Introduction. 2. On the constitution of cartas oficiais norte-rio-grandenses. 3. Theoretical background and methodology. 3.1. The discursive traditions. 3.2. Criteria for the identification of formulaic expressions micro-structures. 4. Data analysis. 4.1. Some distinctive formulaic expressions. 4.2. Application expressions. 4.3. Another pleading expression. 4.4. The case of *clausula*. 5. Final considerations.

1. Considerações iniciais

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.*
(CAMÕES 2001:127)

Abrimos nosso estudo com um excerto de um poema de Camões. A palavra *mudança*, em diferentes matizes significantes no texto camoniano, pareceu-nos uma forma grata na orientação de um texto que pretende levar ao público as características linguísticas de manuscritos de um tempo outro, – precisamente da primeira metade do séc. XVIII até a primeira do séc. XX – e apresentar material disponível a pesquisadores cujos estudos se fazem na esteira da diacronia. Oferecemos ao leitor uma miniatura analítica de um universo maior que foi desenvolvido, com maior profundidade, em Melo (2012). Os textos em estudo compõem o banco de dados do projeto *História do Português Brasileiro no Rio Grande do Norte (PHPB-RN)*. Alinhamo-nos, também, a outro grande projeto, o *Para a História do Português Brasileiro (PHPB)*, coordenado, atualmente, pelo professor Ataliba de Castilho (USP). O encontro dos dois projetos foi orquestrado pelos objetivos centrais de cada um: estabelecer um *corpus mínimo* comum essencial para as pesquisas linguísticas desenvolvidas no Rio Grande do Norte e contribuir com a construção de um banco de dados nacional – o *PHPB*.

Necessário se fez, assim, em um primeiro momento, montar um *corpus* que representasse a manufatura de um terreno empírico em cima do qual promover os estudos acerca do processo de tradição-inovação constitutivo de qualquer texto destacado na diacronia, por assim dizer, na história da língua. Diante da consciente constatação de Castilho, para quem, em se estando longe de conseguir montar uma história do português brasileiro em sua totalidade, “parece mais factível consagrar-se ao conhecimento diacrônico das variedades regionais do português brasileiro para, num segundo momento, obter-se a visão do conjunto” (Castilho 1998: 15), confiávamos que por meio desse encargo frente ao qual nos estávamos pondo, o de selecionar e transcrever cartas oficiais do estado do Rio Grande do Norte, poderíamos contribuir de alguma forma com o quinhão potiguar para a história do português brasileiro.

O *PHPB* decidiu trabalhar com a composição de um banco de dados, cuja discriminação acentua a formação de dois tipos de *corpora* que são comuns a todas as equipes filiadas ao projeto *PHPB*: o *corpus* comum mínimo – manuscritos e o *corpus* comum mínimo – impressos. Do primeiro grupo fazem parte os seguintes *agrupamentos de textos*: 1) testamentos; 2) processos-crime; 3) atas de câmara; 4) cartas particulares; 5) cartas da administração privada; 6) cartas oficiais. No segundo grupo

estão: 1) cartas de redatores/ editoriais; 2) cartas de leitores; 3) anúncios. Além desses dois *corpora*, há ainda um *corpus* comum diferencial, “a ser usado dependendo da disponibilidade regional e do tema” (Castilho 2010: 8), composto por: 1) inventários; 2) memórias/relatos históricos e diários históricos de viagem; 3) entremezes e outros textos teatrais; 4) inqueritos orais (NURC)¹ (cf. Hora / Silva 2010: 423).

Nossa pesquisa trabalha com um dos segmentos enfeixados pelo *corpus* comum mínimo – manuscrito, o de cartas oficiais, e atravessa de ponta a ponta o recorte temporal fixado pelo *PHPB*, que vai do séc. XVIII ao XX, cada um contando com uma subdivisão por metade de século. Nossa meta, guiada pelas demandas do *PHPB*, era conseguir 5.000 palavras para cada metade de século, da primeira metade do séc. XVIII até a segunda metade do séc. XX. Contudo, devido a só encontrarmos textos tipografados da segunda metade do séc. XX e estarmos empenhados apenas em manuscritos, abandonamos os textos de 1951 a 2000, criando novo dimensionamento temporal de nosso *corpus*, da primeira metade do séc. XVIII à primeira do séc. XX, totalizando cinco conjuntos de 50 anos numa soma de, no mínimo, 25.000 palavras.

O *corpus* é composto de cartas oficiais, uma categoria textual², uma vez que acomodam sob si vários gêneros textuais, cada qual com funcionalidade e estrutura: o ofício, a carta, a carta de registro, a carta régia, o aviso, o requerimento, a certidão, a consulta e a provisão.

Descritas, transcritas e editadas as cartas, partimos para uma busca central: descrever, investigar e analisar a macroestrutura dos gêneros textuais e as microestruturas, especialmente as do tipo *expressões formulaicas* (microestruturas estas que são o objeto de análise central deste artigo), tanto sincrônica, quanto diacronicamente, pois operaríamos no fio temporal que engendra a dinâmica manutenção-variação-mudança. Esta última, verificada no decurso temporal das cartas oficiais, reflete tanto camadas que se foram sobrepondo a algumas dessas tradições quanto as alterações na conjuntura

¹ NURC- Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta no Brasil, criado no ano de 1969, que tem como objetivo principal descrever os padrões reais de uso do português na comunicação oral por falantes com escolaridade de nível superior.

² Discriminamos *gêneros* e *categorias textuais* por existirem algumas demandas do *PHPB* que não se configuram como gênero, como as cartas da administração privada e as cartas oficiais, estas últimas concernindo às cartas que circularam na administração pública. Diferentemente de outras solicitações – a exemplo do testamento, do processo-crime, das cartas de leitores e dos inventários –, que são tradicionalmente enquadradas como gêneros, chamamos as cartas da administração privada e as cartas oficiais de *categorias textuais* por essas designações funcionarem como termos guarda-chuva, na medida em que cada um resguarda certo conjunto de gêneros. Sob o primeiro termo, à guisa de ilustração, estão o gênero circular ou o memorando, ao passo que à sombra do segundo surgem o ofício ou a carta régia. Consideramos igualmente categorias textuais a “demanda memórias/relatos históricos e diários de viagem”, que já explicitam pelo menos três gêneros; e o grupo “entremezes e outros textos teatrais”, que acobertam, por exemplo, além do próprio entremez, uma farsa, um auto, dentre outros gêneros em que predomine a sequência dialógica e que se incorpore ao *domínio discursivo* (cf. Marcuschi 2008: 158; Costa 2009: 27) do teatro.

social do Brasil, reflexos que transparecem de modo significativo em algumas expressões formulaicas, conforme se demonstrará ao longo do estudo que se segue.

2. Da constituição das *cartas oficiais norte-rio-grandenses*

Quando se abrem as portas de um trabalho com textos de sincronias passadas no intuito de constituir um *corpus* inédito, o primeiro passo é remar até fontes donde obter os dados a serem selecionados. Em se tratando de textos gestados na administração pública, a face esperada dessas fontes são os órgãos públicos, tais quais arquivos, câmaras, institutos etc. Assim, a caixa de Pandora inicial foi o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, um dos acervos de documentos históricos mais importantes do Estado, por onde começamos nossa procura, concentrada, inicialmente, no séc. XIX. Mas foi necessário recorrer a outros dados. Discriminamos, abaixo, o material que compõe o *corpus* e os meios utilizados em sua obtenção:

- a. *Textos do séc. XVIII*: transcritos a partir das fotografias de textos avulsos referentes à Capitania do Rio Grande encontrados nos documentos do Arquivo Ultramarino de Lisboa, catalogados por Lopes (2000), professora do departamento de História da UFRN, como parte do projeto Resgate Barão do Rio Branco.
- b. *Textos do séc. XIX*: ainda nos valem do *corpus* organizado por Lopes (2000) para abrir as cartas do séc. XIX. Todos os demais textos dessa primeira metade e todos da segunda metade do referido século são ofícios localizados no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, preservados em oito caixas de arquivo, havendo em cada uma delas subpastas organizadas por data. O ofício mais antigo de que dispusemos do Instituto em nosso *corpus* data de 1812, e o mais recente, de 1889. Esses documentos não estavam fotografados, como os do séc. XVIII, exigindo um trabalho de campo para conhecer o acervo, selecionar as cartas e fotografá-las a fim de transcrevê-las.
- c. *Textos do séc. XX*: transcritos por meio de fotos providas do Arquivo Municipal da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, adquiridas através de uma visita de campo feita pela equipe do *PHPB-RN* à cidade.

Inicialmente, procedemos à seleção dos documentos e posterior transcrição dos mesmos. No caso dos textos oriundos do Instituto Histórico, fotografamos um número considerável de cartas para procedermos à escolha. Quanto às cartas dos sécs. XVIII e XX, como tivemos acesso a uma grande quantidade de dados já fotografados, deles fizemos nossa seleção, sempre conduzidos pela trilha do legível.

As cartas oficiais editadas totalizam 107 documentos. Cada carta é representada pela letra C junto à sua numeração, indo desde a C 1, a primeira carta do séc.

xviii, de 1713, até a C 107, a última carta da primeira metade do séc. xx, de 1931. Cada metade de século é simbolizada pelo século em algarismo romano seguido por um ponto e o algarismo 1, indicando a primeira metade do século, ou 2, indicando sua segunda metade. As cartas estão distribuídas da seguinte maneira:

- xviii.1³ – 19 cartas, da C 1 até a C 19;
- xviii.2 – 15 cartas, da C 20 até a C 34;
- xix.1 – 23 cartas, da C 35 até a C 57;
- xix.2 – 29 cartas, da C 58 até a C 86;
- xx.1 – 21 cartas, da C 87 até a C 107.

Para a transcrição, seguimos as normas propostas pelo *PHPB*. O modelo de transcrição está disponível em Mattos e Silva (2001) e se intitula *Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português brasileiro*⁴. Em 2010, elas foram repassadas para todas as equipes regionais do Projeto, dentre as quais para o *PHPB-RN*, com algumas atualizações, sob o título *Normas de transcrição de documentos manuscritos e impressos*. O modelo direciona uma edição semidiplomática dos documentos, que Spina (1977) também chama de diplomático-interpretativa, na medida em que

vai mais longe na interpretação do original, pois já representa uma tentativa de melhoramento do texto, com a divisão das palavras, o desdobramento das abreviaturas (trazendo as letras, que não figuram no original, colocadas entre parênteses) e às vezes até com pontuação (Spina 1977: 79).

No caso dos critérios propostos pelo *PHPB*, não há inclusão de sinais de pontuação e as palavras que estão unidas por razões linguísticas, como a natureza clítica de algum termo, são mantidas, sendo separadas, contudo, aquelas unidas devido à morfologia das letras do original manuscrito, que, por apresentarem geralmente as extremidades alongadas, alcançam a palavra seguinte e a ela se ligam por seus ornatos. A transcrição do *corpus* foi um exercício de significativa importância, especialmente por, tendo aberto como que uma caixa de Pandora, podermos fazer ver manuscritos, corroídos pelo pó e pelo tempo, que suplicavam luzes que nos fariam ver as rotas que a língua e os textos percorriam do séc. xviii ao xx.

³ Agradecemos à professora Carmen Alveal, do Departamento de História da UFRN, e a seus bolsistas, por terem cedido a transcrição de quase 2.000 palavras para nosso *corpus* da primeira metade do séc. xviii.

⁴ Mattos e Silva (2001) informa que essas normas foram definidas no II Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia ocorrido em São Paulo em 16 e 17 de setembro de 1993, passando a vigorar a partir de então. Elas também podem ser encontradas em Berwanger e Leal (2008).

3. Referencial teórico e metodologia

A atividade capital que nos permitiu caracterizar as *cartas oficiais norte-rio-grandenses*, independente da via tomada para a caracterização, foi a leitura atenta de cada uma delas. Nesse percurso inevitável e fundamental, íamos ativando uma lente de alto grau para reconhecer possíveis microestruturas, as expressões formulaicas, encaradas, neste trabalho, como tradições discursivas (doravante TD), pelo que é mister, antes da análise dos dados, uma breve apresentação desse modelo teórico.

3.1. As tradições discursivas

Para Kabatek (2006), o traço definidor das TD é o da *repetição*. Não obstante, nem toda repetição se configura como TD, na medida em que uma TD tem de possuir valor de signo, ou seja, tem de representar algo que lhe é exterior, simbolizando-o. Para desenvolver a noção de repetição, Kabatek (2006) traz a de evocação, tomada de Coseriu. Uma TD repete-se quando é evocada por uma mesma constelação discursiva, de acordo com o esquema a seguir (2006: 511):

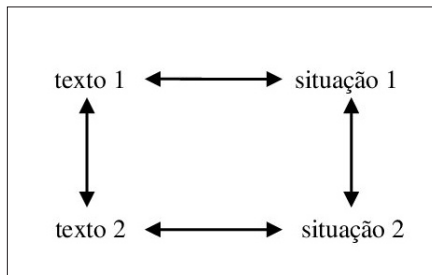


FIGURA 1. ESQUEMA DE KABATEK PARA A *EVOCACÃO*

Vemos, no esquema, que uma situação 1 (que é a constelação discursiva) evoca a produção de um texto 1. Para usarmos um exemplo de Kabatek (2006: 511), a situação de um encontro na rua evoca uma saudação (o texto, que é uma TD). Toda vez que essa constelação discursiva ocorrer novamente, ou seja, quando essa constelação se atualizar em outro momento histórico (numa situação 2, 3, 4...), a mesma TD será evocada. É importante notar, portanto, que, do ponto de vista da representação, tanto as situações 1 e 2 do esquema são as mesmas quanto os textos 1 e 2 são os mesmos. São, todavia, do ponto de vista da realização, diferentes, uma vez que cada situação vai ocorrer numa cronotopia (leia-se junção indissociável tempo-espço, portanto única e irrepitível) e cada texto vai ser enunciado nessa cronotopia, por isso nos parece melhor/mais límpido o uso do termo *atualização* que o de *repetição*.

Provavelmente, o conceito de TD mais referenciado no Brasil é o de Kabatek. O autor (Kabatek 2006: 512) define as TD como “a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto, é significável)”. Isso mostra o amplo domínio de estudos das TD: desde um ato de fala (de questionar, por exemplo), passando por um gênero (um requerimento, e. g.) até uma esfera mais abstrata, como é a do estilo (o estilo amoroso, e. g.).

Seguindo as ideias de Koch (1997), importante notar que as TDs fazem parte de tradições culturais, nunca nascem do nada – “nunca surgem *ex nihilo*” (1997: 17) – e sempre estão numa dinâmica de conservadorismo e inovação. Usamos abaixo, para comentar esses outros atributos das TD, um plano de representação que Koch, tomando de Strube (1989 *apud* Koch 1997: 16), apresenta.

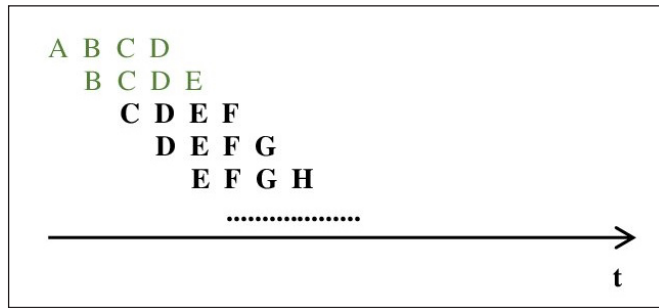


FIGURA 2. ESQUEMA, DE STRUBE, PARA *IDENTIDADE DIACRÔNICA*, RETOMADO POR KOCH

Por meio do esquema, percebe-se que a tradição ABCD legou três de seus traços para a seguinte, BCD. Ou seja, BCDE passou por um processo de inovação, trazendo um elemento novo desconhecido de sua tradição anterior, o E, mas preservou três que revelam seu conservadorismo. Com o passar do tempo (t), chegamos à tradição EFGH que, após várias inovações que foi recebendo, não mantém sequer um elemento de sua tradição original, ABCD. Vê-se, afora isso, que as tradições não nasceram do nada, mas vieram sempre de uma anterior. No caso da primeira delas, caso não tenha vindo de outra tradição discursiva, surgiu, certamente, de alguma tradição cultural.

3.2. Critérios para a identificação das microestruturas do tipo *fórmulas textuais*

Para a análise das fórmulas textuais – que são as microestruturas focalizadas por Melo (2012) – predominantes, partiu-se da leitura dos textos. À proporção que os íamos

lendo, averbávamos em tabela as formas textuais que nos pareciam possuir um novo caráter signico, isto é, expressões que recebiam, por sobre a camada denotativa de um significante para um significado, uma nova camada, na qual o significante passa a ganhar mais um significado; em outras palavras, registrávamos as possíveis TD. Ilustram o procedimento os seguintes exemplos: na primeira das cartas lidas, C 1, havia, logo após o *inscriptio*⁵, a expressão “Foi VMagestade servido ordenarme por carta | de coatro de febreiro deste anno, de [inint.] a rezão | que tinha”; e na C 77, iniciando o *narratio*, há “Inteirado pelo officio de V. Ex.^a de | hoje datado”. Tanto a construção “Foi VMagestade servido ordenarme” quanto “Inteirado pelo officio de V. Ex.^a de | hoje datado” ressoaram-nos como possíveis TD. No primeiro caso, pensamos na possibilidade de ser uma tradição textual evocada como menção de ordem prévia do Rei encabeçando o *narratio* e, no segundo, como uma estratégia para se iniciar o *narratio* com participio, gatilho a partir do qual se retomam informações das quais deriva o *dispositio*.

A algumas dessas realizações, foram-se ajuntando, com o passo de nossa leitura das cartas, outras formas, idênticas, parecidas ou diferentes, mas responsáveis pela expressão de um mesmo determinado sentido (evocadas por uma mesma constelação discursiva, conforme termos das TD). Isso se deu com a expressão “Foi VMagestade servido ordenarme”, que reaparece em forma idêntica em C 5; e pelas variantes “V. Magestade foi servido ordenarme” e “foy V. Magestade servido determi= | nar” em C 3 e C 19 respectivamente. Outras impressões, no entanto, não obtiveram pares provenientes de nossas cartas oficiais, pelo que foram excluídas da tabela, como o uso do participio de C 77. Contabilizamos, assim, como TD, apenas os elementos que se repetiram (isto é, os que apareceram em mais de uma carta), por serem os únicos que permitiram – de maneira empírica (não especulativa) e num exame circunscrito ao nosso *corpus* (sem recorrer a outros textos para verificar a repetibilidade pela evocação de uma mesma constelação discursiva) – a comprovação do novo valor signico adquirido.

4. Análise dos dados

Assim como os signos linguísticos se definem entre si por uma relação de oposição, sendo um signo x constituído por um conjunto fechado de traços que, com essa justa delimitação, não é encontrável em nenhum outro, podemos dizer que algumas das expressões formulaicas inventariadas nos apêndices supracitados desempenham exatamente o papel de traço distintivo, funcional, portanto, integrando os pontos que se aliam para delimitar que determinada carta oficial é uma TD e não outra. Outras,

⁵ Estamos tomando por base os termos da Diplomática empregados por Belloto (2002) e preferimos, por questão de estilo, os termos latinos que a autora registra aos vernaculares. Spina (1977), por exemplo, nomeia esses componentes apenas em português. Cada um desses termos e suas especificidades semânticas estão explorados a contento em Melo (2012).

por sua vez, funcionam como fórmulas mais genéricas, evocadas por determinadas constelações discursivas intratextuais passíveis de surgirem em mais de um gênero. Começemos por algumas expressões distintivas menos produtivas em nosso *corpus*, passando por outras mais recorrentes (como as fórmulas típicas dos requerimentos) e tratando, por fim, de algumas fórmulas (como a *clausula*) que frequentam as linhas de diferentes gêneros textuais.

4.1. Algumas fórmulas distintivas

Uma dessas fórmulas textuais é “Eu El Rey, vos envio | muito saudar”, uma TD evocada dentro de uma carta régia com função de *salutatio* pela divisa entre o protocolo e o texto. Toda vez em que, escrevendo uma carta régia, o Rei registrava o nome da pessoa a quem se endereçava a carta, o espaço imediatamente seguinte evocava a atualização dessa expressão. Diante da similaridade que ata o gênero carta régia aos gêneros carta e ofício, é essa TD um elemento textual distinguidor dessa espécie documental de fontes reais.

Situação semelhante ocorre com a expressão formulaica notada como Verbo “parecer” + opinador do parecer + parecer, atualizada em C 11 como “Pareceu ao Concelho”, em C 14 como “Pareceu ao Concelho” e em C 19 como “Pareceu ao Concelho”. Essa expressão é uma TD evocada pelo início do *dispositio* de uma consulta, logo após a narração da justificativa para a lavratura desse ato, isto é, logo depois do *narratio*. Nas três consultas presentes em nosso *corpus*, gênero de macroestrutura idêntica à da carta, a presença dessa fórmula textual iniciando o *dispositivo* configura-se, junto com suas características sócio-funcionais, qual emblema da consulta.

Algo equivalente ocorre com a provisão e com a certidão. No primeiro caso, a entrada do *narratio* (ou o fim do protocolo) evoca a atualização da expressão “Faço saber aos q’ esta provizaõ virem que”, forma com que aparece em C 29 e que se realiza como “Faço saber aos que esta minha provisam virem” em exemplo transcrito por Acioli (1994: 156), datado de 1658, revelando mais uma porção do histórico dessa TD. No caso da certidão, a insígnia desse gênero não é uma expressão formulaica, mas o ato de fala de certificar, sempre evocado como “Certifico” nas duas certidões de nosso *corpus*, tradição atualizada pela via da manutenção nas certidões de hoje, segundo exemplo apresentado por Medeiros (2006).

4.2. Fórmulas textuais do requerimento

O requerimento também se inclui como uma das espécies documentais que tem nas expressões formulaicas carimbos caracterizadores. Reservamos esta seção ape-

nas para as desse gênero por serem duas as fórmulas e devido ao desenvolvimento de sua análise.

A primeira delas foi simbolizada pela notação Verbo *dicendi* + identificação do requerente + *narratio*. Geralmente, junto à identificação do suplicante, vinha seu *intitulatio*. Alguns exemplos de como essa expressão foi atualizada no *corpus* são “Diz João de Teyve Barreto e Menezes fidalgo da caza de VMa | *gestade*, q VMagestade foy servido”, de C 17; “Diz Francisco Paulo Moreira, que o Governador, e Cappitam Gernal”, de C 25; e “Disem Saboya Albuquerque e Ci^a con- | tractantes da construcção do açude “Garga- | lheiras” no Municipio do Acary, d’este Estado, | que tendo de transportar”, de C 87. Essa TD é evocada pelo início do texto, dentro da parte do protocolo, ou após o *inscriptio*, quando ele está presente.

87,5% das atualizações (7 das 8 ocorrências) dessa expressão integram-se sintaticamente com o *narratio* por intermédio da conjunção integrante “que”. Apenas em C 27, a atualização quebra a unidade sintática, conforme se vê a seguir:

A Vossa Magestade se queixa Manoel *Francizco* homẽ branco esoldado | condestavel da Fortaleza desta cidade do Rio grande do norte, de Joaquim | Felix de Lima Capitam mor, e Governador desta mesma, comarca dada Para= | hýba donorte, e a rezaõ desua *queixa* aespoein pelos itenis *seguintes*.

O verbo *dicendi* desse caso é “queixar-se”, cujo sentido é retextualizado pela expressão “e a rezaõ desua *queixa* aespoein pelos itenis *seguintes*”, acompanhado por dois-pontos que introduzem um grande aposto, desenvolvido em quatro parágrafos, na função de *narratio*.

A outra expressão característica do requerimento é evocada dentro do escatocelo, sendo dele o único elemento em 66,6% dos requerimentos, e o primeiro dos componentes desse protocolo final em 100% dos casos: ERM e suas variantes, com valor de fecho. Flexor (2008), em seu dicionário de abreviatura, só registra “E receberá mercê” como significado para a entrada “ERMe” e suas variantes. Pareceu-nos, contudo, mais apropriado, considerando a natureza da carta oficial – um requerimento – o desenvolvimento da sigla encontrada em Acioli (1994) e Belloto (2002): “Espera receber mercê”.

Essa expressão, em geral, tem um alto grau de fixidez, é bastante cristalizada. “Espera” e “Receber” foram realizadas como sigla em 88,8% das ocorrências, que representa 8 dos 9 requerimentos. A alteração mínima que se deu nesses 88,8% incide apenas sobre “Mercê”, que segue a técnica da sigla em C 18 e C 25; que é abreviado por síncope, mantendo-se o “e” final da palavra sobreposto em C 17 e C 27; e igualmente por síncope, mas preservando a última sílaba, “ce”, sobreposta em C 28, C 30, C 54 e C 74.

Estabelecendo que essa expressão foi, nesses 8 requerimentos, atualizada pelo feixe de traços ABCD, sendo A “espera”, B “receber”, C “mercê” e D um pretenso

traço indicando sua independência e rigidez formal, vejamos o único caso que mais se afastou desse uso, os 11,1% pelos quais C 87 é responsável: “os requerintes esperam que V. *Excelen | cia se digne deferir a sua petição*”, passagem destacada em itálico do período abaixo.

Con- | siderando que este inconveniente, sendo | [fol. 1v] de natureza transitoria e facilmente evitavel com | alguma precauçaõ, torna-se pouco aprecia- | vel em relaçaõ ao valor do melhoramente a | realizar, *os requerintes esperam que V. Excelen | cia se digne deferir a sua petição* a Com | munnicar a [?]issima decisãõ de V. *Excelen | cia* as intendencias municipaes de Aca- | ry.

Essa C 87 é o único requerimento que faz parte da primeira metade do séc. xx, formado quase exclusivamente por ofícios. Poderíamos, no encaço dos traços ABC que deram corpo à expressão ERM no curso do séc. xviii e xix, ver nessa atualização de 1915 a manutenção apenas do verbo “esperar”, isto é, do traço A, ao qual se juntam outros, como a menção ao alvo do requerimento, “que V. *Excelen | cia*”, traço E, associado às ideias principais de “deferir” e “petição”, supostos traços F e G, além de não se desenhar mais como uma expressão mais congelada, senão estar integrada à sintaxe do final do *dispositivo*, pelo que perderia o traço D, engendrando, assim, uma expressão AEFG. Isso, uma vez mais, externa a interação entre tradição e inovação potencial das TD em geral e concreta dessa TD em particular. É bem verdade que, pela forma com que se apresenta em C 87, ela apresenta mais razões para não ser categorizada como uma expressão formulaica do que para sê-lo, porém decidimos resguardar essa classificação para pôr em evidência essa transmutação sob um mesmo teto, segundo a mesma perspectiva.

Observando o modelo de requerimento de hoje trazido por Medeiros (2006), nota-se que a primeira dessas fórmulas textuais (Verbo *dicendi* + identificação do requerente + *narratio*) é dissolvida parcialmente, uma vez que a anteposição do verbo *dicendi* desaparece, perdurando, contudo, a referência ao requerente, que é o próprio remetente da carta, como uma terceira pessoa. Quanto ao fecho, passa a ser empregado, com letras maiúsculas, “Nestes termos pede deferimento”, “Espera deferimento”, “Aguarda deferimento”, “Pede deferimento” ou “Termos em que pede deferimento”.

Uma das possibilidades dada por Medeiros (2006), “Espera deferimento”, reutiliza exatamente o mesmo traço A do fecho que surge em 1734 em C 17 em nosso *corpus*, “Espera”, e soma-se com um traço derivado do F, com a ideia de “deferir”, que aparece em 1915 em C 87 pela forma “deferimento”, sendo, portanto, fruto da mescla de traços surgidos em momentos históricos diferentes, mas evocados por uma mesma constelação discursiva, que é a da abertura do escatocolo de um requerimento. A opção “Aguarda deferimento” expressa o mesmo funcionamento, mas com o verbo

“aguardar”, que, modificado em forma, estreita-se semanticamente a “esperar”. As demais possibilidades não guardam vestígios desse traço primevo, mas lembram o substantivo “petição” de C 87 pelo verbo “pedir” e o verbo “deferir” na carta do início do séc. xx pelo substantivo “deferimento”, num matemático, e curioso, xadrez, que parece querer recordar-nos que a mudança só é sobre a esteira da tradição; que a tradição só escapa pela imutável mudança.

4.3. Outra expressão suplicante

Existe outra expressão formulaica encontrada em 77,7% dos requerimentos, mas que não foi exposta na seção acima por não ser exclusiva desse gênero, não podendo, portanto, ser tomada como um de seus distintivos. Representamos essa expressão pela notação Verbo optativo ou de solicitação (+ dativo alvo do desejo/pedido) + desejo/pedido. Essa TD é evocada pelo final do *dispositivo*, do qual é a conclusão, normalmente retomando o exposto e denunciando a ação de solicitar e é atualizada, à parte de nos requerimentos, em dois ofícios fundados sobre a intenção de solicitar algo, C 31 e C 34. A atualização dessa fórmula é bastante vária. É enunciada “*Deus a VMagestade lhe faça merce mandarlhe dar | huã ajuda [...]*” em C 17; “*Pede AV. Magestade sejaservido attendendo atodo oreferido, mandar que [...]*” em C 18; “*Pede a VossaMagestade lhefaça merce | mandar*” em C 25; “*Nosso Senhor anime a= | vossas Reverendíssimas p.^a nosajudar [...]*” no ofício C 31; “*Queira VEx.^a faserme amerce demandarme*” no ofício C 34; e “*esperamos, que*” em C 54, por exemplo.

Por meio desse elemento, é possível ampliar um pouco o escopo da análise feita na seção anterior sobre o fecho ERM e suas variantes. Percebe-se que nas realizações de Verbo optativo ou de solicitação (+ dativo alvo do desejo/pedido) + desejo/pedido já existe o ato de pedir, que emerge, substantivado, como “petição” em C 87 e que é retomado, em sua condição de verbo, em duas das possibilidades de fecho do requerimento atual apresentadas por Medeiros (2006), a saber: “*Pede deferimento*” ou “*Termos em que pede deferimento*”.

No que diz respeito aos ofícios, e também às cartas, pode-se dizer que, apesar da multiplicidade de propósitos comunicativos que lhes é peculiar, alguns propósitos plasmam formas textuais mais salientes, como é o caso da atualização da fórmula textual em questão nos dois ofícios C 31 e C 34, evidenciando a intenção comunicativa predominante desses documentos, que é a de solicitar; o mesmo sucede com os ofícios centrados na ação de expedição, marcando o início de seu *dispositio* pela forma “*remeto*” (C 41, C 43, C 73, C 76); ou das cartas e ofícios cuja finalidade comunicativa principal é a de ordenar, que evocam a forma “*ordeno*” na entrada de seu *dispositivo* (C 8, C 23, C 29, C 37, C 39).

4.4. O caso da *clausula*

Seguindo o percurso de expressões formulaicas não mais distintivas de um determinado gênero, mas circulantes entre, pelo menos, mais de um deles, apresentamos aqui a *clausula* (o fecho) que mais produtivamente é ativado em nosso *corpus*, representado pela notação Deus guarde (muitos anos) + nome do beneficiário (+ “para amparo dos vassalos” ou ideia afim, em algumas cartas do séc. XVIII). Ela é evocada pela abertura do protocolo final das cartas e atua como *clausula*. Esse modelo ocorre em 57 (65,5%) das 87 cartas que contêm *clausula* ou 53,2% do total das cartas oficiais. A atualização dessa expressão fixa vai acarretando variações com o passo do tempo. A primeira vez em que se efetua é na C 1 sob a forma “A Real Pessoae | VMagestade guarde Deos como todos seus vassallos avemos mister”, que se atualiza na C 3 pela reincidência da mesma forma. A ordem de disposição dos elementos dessa TD variam, vindo às vezes o verbo antes, como em “Guarde Deos aVMagestade | muitos annos”, na C 5, ou adicionando votos às guardas de Deus, como em C 15: “Deus a VMagestade guarde pormuitos efelises | annos, para bem, econsolação de seus vassa- | los fieis”.

Nessas ocorrências, como se nota, trata-se de cartas⁶, pois estão sendo remetidas ao Rei. Essa mesma TD, contudo, também se atualiza nos ofícios, para os quais funciona praticamente como uma insígnia por todo o séc. XIX. Aparece ainda como *clausula* do único aviso do *corpus*, sempre evocada pela constelação discursiva de finalização, marcada diplomaticamente pela seção do escatocolo. As estratégias quase barrocas das primeiras ocorrências vão cedendo espaço para variantes mais simples, até à lacônica “Deus guarde aVossa Excelência”, a variante que mais frequentemente atualiza a TD em questão, representando 43 das 57 aparições (75,4%). Essa fórmula que já foi atualizada pelo feixe de quatro traços – “Deus Guarde”, como traço A; “muitos anos”, B; nome do beneficiário, C; “para amparo dos vassalos” ou afim, D; gerando, portanto, uma TD ABCD – é atualizado em todo o séc. XIX mais concisamente, como AC.

Há ainda, no séc. XVIII, outra estratégia, que pode funcionar como *clausula*, expressa pela notação Referência a Deus + verbo *conceder* + beneficiário da graça divina + votos de felicidade + para amparo dos súditos e, em especial, do remetente. Ela surge no *dispositio* de C 32, sob a forma “o alticimo comceda aV. Ex.^a e juntamente acom | panhada de todas as felicidades dignas de sua | bem conhecida ver tude p.^a meu emparo e detodos | os que vivem debaixo da portecam deV. Ex.^a”, estando a *clausula* preenchida por “aVEx.^a q’ Deus guarde muitos annos”. A Carta C 26, contudo, prescinde dessa fórmula de fecho, de modo que podemos compreender “DEUS comceda

⁶ Tanto Belloto (2002) quanto Fonseca (2003) esclarecem que, nos textos coloniais, a *carta* era um gênero definido por comunicar algum assunto relativo à administração pública *ao Rei*, daí todas elas trazerem como *inscriptio* apenas o pronome de tratamento “Senhor” que, conforme coloca Fonseca (2003: 150) era pronome exclusivo para a autoridade real.

a V.Ex.^a aquelas feledidades que todos | os seus humildes subditos lhedesejaõ, e[cu] muito emparticular p.^a meu amparo”, que pode ser entendido como uma nova estratégia de fecho, principalmente por sua localização, o típico *locus* desse componente introdutor do escatocolo: no final da carta, imediatamente antes do *datatio*.

Com essa ocorrência, vemos como, mesmo dentro de uma sincronia, uma constelação discursiva pode evocar diferentes TDs ou, para ser mais exato, TDs de diferentes expressões, formalmente diferentes, mas, valorativamente, equivalentes; e como uma mesma expressão pode acumular camadas sígnicas em determinado texto, configurando TD, conforme se passa em C 26, ou ser expressão apenas de seu sentido denotado, como se dá em C 32.

A partir principalmente de XX.1, a mesma constelação discursiva que evocara “Deus guarde a” e suas variantes e “DEUS comceda a V.Ex.^a aquelas feledidades [...]” em C 26 passa a evocar outras TDs. Uma dela é a fórmula textual “Saúde e Fraternidade”, que representa 5,7% das *clausulae* das cartas oficiais e 4,6% de total dessas cartas; a outra é notada por (modificador +) a expressão *Saudações*, recorrente em 18,3% das *clausulae* e presente em 14,9% do *corpus*. Com essas novas TD, desaparecem todos os traços restantes, AC, e surgem novos traços, conformando novas TD: um E, “Saúde e Fraternidade”, representando uma TD; um F, a possibilidade de um modificador anteposto a “Saudações”, e G, “Saudações”, resultando, por exemplo, na tradição FG “Cordeaes saudações” em C 88 ou apenas G, “Saudações”, em C 89. Isso revela não mais a dinâmica de variação pela qual passam as TD, mas a da mudança.

Discorrendo sobre os fechos, o *Manual de redação da Presidência da República* (2002: 11) narra e recomenda:

O fecho das comunicações oficiais possui, além da finalidade óbvia de arrematar o texto, a de saudar o destinatário. Os modelos para fecho que vinham sendo utilizados foram regulados pela Portaria nº 1 do Ministério da Justiça, de 1937, que estabelecia quinze padrões. Com o fito de simplificá-los e uniformizá-los, este Manual estabelece o emprego de somente dois fechos diferentes de comunicação oficial:

para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República:

Respeitosamente,

para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior:

Atenciosamente.

Duas considerações podem ser inferidas desse trecho. A primeira diz respeito a um acaso e venturoso “achado” nas últimas cartas do *corpus*, uma vez que foi a legibilidade o norte para a seleção dos documentos. Para a TD que representamos como (modificador +) A expressão *saudações*, surgiu-nos, como fecho de C 102, a forma “Respeitosas saudações” e pontualmente a C 107, a carta oficial com que é arrematado nosso *corpus*, atualiza essa TD pela fórmula “Attenciosas saudações”. É irrefreável

a comparação desses dois fechos que aparecem em 1930 e 1931, respectivamente, com as recomendações de fecho “respeitosamente” e “atenciosamente” estabelecidas pela Presidência da República para as comunicações oficiais contemporâneas. O traço F que alegamos acima, a possibilidade de um modificador anteposto a “Saudações”, pode ser visto como um traço-fonte, de onde emanaram, modificados, os tão famigerados e familiares fechos nossos de cada dia: “respeitosamente” e “atenciosamente”. Poderíamos inclusive prefigurar o processo dessa modificação: “cordiais” e “atenciosas” perdem sua dependência como satélite adjetival da *clausula*, ganham estatuto adverbial em algum momento do séc. xx e passam a ser atualizados como fórmula fixa autônoma, emancipada, em cartas oficiais até serem valoradas, em determinada conjuntura político-social brasileira, como as formas ideais para se preencher o componente “fecho” nas cartas da administração pública.

A segunda consideração toca mais na sociedade e faz um apanhado geral de todas as *clausulae*. Observa-se, delineando um contraponto, mesmo que apenas referencial, com a história do Brasil, que a mudança da TD “Deus guarde a” para “saudações” ou “saúde e fraternidade” se dá no *corpus* pela primeira vez em C 84, de 1891, com “Saúde e Fraternidade”. É essa a primeira das cartas oficiais após 1889, sendo C 83 de 1887, ou seja, essa mudança sucede logo após a Proclamação da República, quando se institui um estado laico, em detrimento da Monarquia, forma de governo de cunho católico em boa parte da Europa e, portanto, pela esteira de Portugal, no Brasil. E a redução de possibilidades ora estatuída se harmoniza com uma cultura cada vez mais latente de objetividade e imparcialidade, principalmente, ao menos em teoria, nas instâncias do poder público. Essas mudanças estabelecidas deixam ver outra faceta das TD, que é o de seu leito sobre as tradições culturais. Segundo Koch (1997), as tradições discursivas nunca nascem *ex nihilo*, advindo sempre de outra TD ou de uma tradição cultural. Nesse caso, temos novas TD, “Saudações” e “Saúde e Fraternidade”, que derivam não apenas de uma constelação discursiva de natureza textual, qual seja a necessidade de uma *clausula* introduzindo o escatocolo, mas igualmente de novas tradições sócio-políticas que foram emergindo no Brasil.

Outras mudanças nas formas tradicionais de dizer dentro das correspondências da administração nesse sentido se evidenciam pela abolição de determinadas expressões nas cartas oficiais de hoje, a exemplo das expressões “cumpre-me”, atualizada em 9,3% das cartas, ou “tenho a honra de”, escrito em 8,4% delas. Ambas as formas são evocadas para introduzir a seção *dispositio*, depois apenas do *prologus*, se este ocorrer. Essas expressões representam um dos componentes diplomáticos, o *notificatio* ou *promulgatio*, que foi obliterado na partição analítica a que procedemos. O *Manual de redação*, sobre esses termos, coloca o seguinte: “Evite o uso das formas: ‘Tenho a honra de’, ‘Tenho o prazer de’, ‘Cumpre-me informar que’, empregue a forma direta” (2002: 12).

E as volutas e as dobras e as doirações: mermadas, feitas retas, opacas.

5. Considerações finais

*Look in thy glass, and tell the face thou viewest,
Now is the time that face should form another;*
(SHAKESPEARE 1970: 1043)

Na esteira do tempo, a face mirada, mudada; o tempo sendo tempo de nova geração, do novo, que é outro, mas herda, preserva lembranças, paternas, avoengas, ancestrais. Atavismo! É esse o mote da permanência-variação-mudança, o mote do que também na língua é da ordem do *repetível*.

Ao final de nosso estudo, acreditamos ter colocado em evidência a dinâmica acionada entre tradição e inovação, verificada pelo estudo das preservações-variações-mudanças por que algumas expressões formulaicas, essas modalidades de TD que integram as *cartas*, passaram ao longo dos sécs. XVIII, XIX e XX.

Enxergamos nessas formas textuais (as microestruturas, especialmente as expressões formulaicas), ou seja, enxergamos nessas TDs que compõem as *cartas oficiais norte-rio-grandenses* o denominador *lingüístico* que as une, na medida em que essas TD tecem uma grande rede de possibilidades estruturais, formais, cujas realizações, repetidas com o tempo, acabam funcionando como um elemento caracterizador das *cartas*. A existência – ainda que, nalguns casos, em potencialidade, haja vista, por exemplo, as fórmulas não aparecerem em todos os gêneros – das expressões de requerimento, da *clausula* como “Deus Guarde a” ou “Saudações” e das demais estruturas representam um critério *lingüístico, textual*, que, junto a critérios extralingüísticos, licenciam a conjunção de textos heterogêneos sob o termo único de “cartas oficiais”. Além disso, por esse raciocínio achamos que seja menos arriscado falar numa forma de linguagem burocrática ou, sendo mais acurado, num conjunto virtual de formas da linguagem burocrática.

As mudanças textuais podem transparecer as camadas de texto que se foram sobrepondo, que se foram renovando com o tempo, possibilitando-nos ver nas estruturas sincrônicas de hoje as tramas dos tecidos passados e, assim, permitindo-nos ouvir a história dos textos, de suas estruturas, alcançando uma re-visão, conforme nos revelaram as alterações nas expressões de requerimento e nas de *clausula*, por exemplo. Essas mudanças textuais podem ainda ecoar mudanças pelas quais foi passando a sociedade, como ficou patente na mudança da *clausula* “Deus Guarde a” pra “Saúde e Fraternidade” nos documentos de nosso *corpus* pós-Proclamação da República, dando-nos mais recursos para certificar como a história dos textos reflete – na refração que lhe é necessária e que lhe é peculiar – a história do homem. Sobre esse último ponto, suspeitamos inclusive que mudanças de natureza não lexical, como na macroestrutura dos gêneros, podem, num exame mais detido, revelar também esse influxo social.

Nossas análises e a constituição de nosso *corpus* – agora pertencente ao *PHPB-RN* – podem contribuir para o estudo de uma categoria sobre a qual Silveira (2007) afirma quase inexistirem estudos, que são os documentos oficiais. A autora declara que “esse tipo de produção escrita tem sido marginalizado tanto na escola básica como na universidade” (2007: 1) e apenas faz menção a dois trabalhos acadêmicos que tratam dos gêneros administrativos, um dos quais, alega, não cuida propriamente desses gêneros; trata do “burocratês”. Assim, nosso trabalho, de caráter textual e numa perspectiva diacrônica, junta-se a essa seara investigativa não tão fecunda no meio acadêmico, que é a dos textos burocráticos, mais precisamente, os da administração pública. Deve-se lembrar, contudo, que, para a história da língua, esses textos cumpriram um papel crucial, na medida em que marcaram, especialmente depois da década de 70, um novo modo de fazer diacronia da língua baseado não mais em textos literários, mas em textos notariais, fornecendo-nos dados que, se por um lado, pecam pela rotinização de alguns fórmulas, por outro lado apresentam uma faceta da língua livre da estilização, ferramenta *sine qua non* da literatura.

Não obstante, é no próprio “pecado” da rotinização de determinadas expressões que está parte da importância de um trabalho da natureza deste nosso: identificar que estruturas são rotinizadas (neste caso, na função de tradições discursivas) permite-nos separar o que é da ordem do texto do que é da ordem da língua. Um grande professor de História da Língua, no México, tratando das tendências gráficas, nos colocava a seguinte equação: ortografia = língua + tradição. Para se aproximar da “realidade da língua”, dizia ele, a matemática inversão: língua = ortografia - tradição. A mesma lógica se poderia aplicar aos textos: textos = língua + tradição. A língua estaria, portanto, nos textos subtraídas suas tradições. Quando se reconhecem os elementos que são tradições textuais (e a Diplomática se mostra como forte potencial para aliar-se à busca por esse reconhecimento), ou seja, quando se conhece melhor a história dos textos, pode-se ter um filtro importante para se fazer, de maneira mais exata, história da língua.

Esperamos, assim, que nosso labor possa deixar alguma contribuição para porvindouras pesquisas tanto sobre os textos oficiais quanto acerca da história dos textos, dando-nos essa margem de apoio, tão bem vinda, para as investigações em linguística diacrônica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACIOLI, Vera Lúcia Costa (1994): *A escrita no Brasil colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos*. Recife: FUNDAJ / Massangana / UFPE, Ed. Universitária.
- BELLOTO, Heloisa Liberalli (2002): *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado.

- BERWANGER, Ana Regina / João Eurípedes Franklin LEAL (2008): *Noções de paleografia e de diplomática*. Santa Maria: Editora da UFSM.
- CAMÕES, Luís de (2001): *Sonetos de Camões*. Edição comentada e anotada por Izeti Fragata Torralvo e Carlos Cortez Minchillo. Cotia: Ateliê Editorial.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (coord.) (1998): *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas / FAPESP.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (2010): “Historiando o português brasileiro”, em Aldo Malavasi (ed.), *Reunião Anual da SBPC*, 62. Natal: UFRN.
- COSERIU, Eugenio (2007): *Linguística del texto: introducción a la hermenéutica del sentido*. Madrid: Arco/Libros.
- COSTA, Sérgio Roberto (2009): *Dicionário de gêneros textuais*. Belo Horizonte: Autêntica.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi (2008): *Abreviaturas dos séculos XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto (2003): *Caracterização lingüística de cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX*. Tese de Doutorado. Recife-Pe: UFPE.
- HORA, Dermeval da / Camilo Rosa SILVA (coords.) (2010): *Para a história do português brasileiro: abordagens e perspectivas*. João Pessoa: Ideia.
- KABATEK, Johannes (2006): “Tradições discursivas e mudança lingüística”, em Tânia Lobo *et. al.* (coords.), *Para a história do português brasileiro*. Salvador: EDUFBA.
- KOCH, Peter (1997): “Tradições Discursivas: de seu status lingüístico-teórico e de sua dinâmica”, Tradução realizada por Alessandra Castilho da Costa a partir do original “Diskurs-traditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik”, em Barbara Frank / Thomas Haye / Doris Tophinke (eds.), *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 43-79.
- LOPES, Fátima Maria (coord.) (2000): *Catálogo de documentos avulsos da Capitania do Rio Grande do Norte (1623-1823)*. Natal: EDUFRN.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio (2008): *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola.
- MATTOS E SILVA (coord.) (2001): *Para a história do português brasileiro. Primeiros estudos*, vol. II. São Paulo: Humanitas / FAPESP.
- MEDEIROS, João Bosco (2006): *Correspondência: técnicas de comunicação criativa*. São Paulo: Atlas.
- MELO, Felipe Morais de (2012): *Cartas oficiais norte-riograndenses dos séculos XVIII, XIX e XX: constituição e caracterização de um corpus diacrônico*. Dissertação de Mestrado. Natal-RN: UFRN.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2002): *Manual de redação da Presidência da República*. Brasil: Presidência da República.
- SHAKESPEARE, William (1970): *The complete works of William Shakespeare*. London / New York / Sydney / Toronto: Spring Books.
- SILVEIRA, Maria Inês Matoso (2007): “Análise crítica e sócio-retórica dos elementos enunciativos do ofício – gênero textual da correspondência oficial”, em Adair Bonini *et. al.* (eds.), *Anais de 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais*. Tubarão: Universidade Federal de Santa Catarina.
- SPINA, Segismundo (1977): *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix / Ed. da Universidade de São Paulo.

Verbos exclusivos do galego-português moderno. História e metodologia

Fernando Venâncio

Universiteit van Amsterdam
fmvenancio@hotmail.com

Exclusive verbs in modern Galician-Portuguese. History and methodology

Resumo

Os estudos comparatistas de Galego e Português centram-se nas coincidências a nível dialectal ou nas divergências a nível normativo. Este artigo propõe uma comparação *positiva* das *normas* galega e portuguesa em terreno lexical, explorando a área dos verbos. As duas normas compartilham 225 verbos exclusivos, quer provenientes do Latim quer de criação autóctone. Existe uma elevada percentagem de verbos 'latinos' de étimo tão-só hipotético, e isto pede uma explicação, de que se formulam três aqui. Mais importante ainda: a considerável quantidade de verbos comuns e exclusivos de Galego e Português pressupõe um longo e complexo período de elaboração, portanto bem anterior à emergência de Portugal como entidade política.

Palabras-chave

Galego, português, latim, lingüística histórica, léxico

Sumario

1. Notas preliminares. 2. A perspectiva da história. 3. Verbos de criação autóctone. 4. Verbos 'latinos' incluídos na prospecção. 5. Verbos 'latinos' excluídos da prospecção. 6. Considerações históricas. 7. Anotações finais.

Abstract

Comparative studies on Galician and Portuguese concentrate on coincidences at dialectal level or differences at standard level. This article proposes a *positive* comparison of Galician and Portuguese *standards* on lexical ground, exploring the area of verbs. The two standards share 225 exclusive verbs, either from Latin either of autochthonic creation. There exists a high percentage of 'Latin' verbs of only hypothetical etymology and this demands an explanation, three of them are formulated here. More important: the considerable amount of common and exclusive verbs of Galician and Portuguese supposes an extended and complex elaboration period, indeed long before the emergence of Portugal as a political entity.

Keywords

Galician, Portuguese, Latin, historical linguistics, lexicon.

Contents

1. Preliminary notes. 2. The perspective of History. 3. Autochthonic creation verbs. 4. 'Latin' verbs included in the research. 5. 'Latin' verbs not included in the research. 6. Historical considerations. 7. Final commentaries.

1. Notas preliminares

Os estudos que, até hoje, compararam galego e português dedicaram-se, basicamente, a dois tipos de operação: (a) expor *coincidências* lexicais ou fonológicas a nível dialectal, e (b) identificar *contrastos* na fonologia, na morfologia e no léxico. São estudos, decerto, do maior interesse, que iluminam sectores muito relevantes dos dois conjuntos, e conduziram já a um notável aumento dos conhecimentos.

A abordagem *dialectal*, sendo habitualmente de natureza descontínua, ocupa-se de materiais que se encontram, quase sempre, nas margens do sistema, ou da geografia.

Por seu lado, a abordagem *contrastiva* é de carácter sobretudo contínuo e aponta ao próprio coração do sistema, identificando duas normas e comparando-as na sua divergência. Investigadores galegos, brasileiros e portugueses vêm, desde há décadas, mapeando aquilo em que galego e português divergem. Esta grande laboração teve, até ao momento, a sua melhor expressão em dois trabalhos: para um exame medieval, o volume de Esperança Cardeira, *Entre o português antigo e o português clássico* (2005), e, para um panorama alargado até hoje, o artigo de Henrique Monteagudo «Galego, português e brasileiro no tempo: achegas para unha diacronía comparada», inserido no volume que o autor organizou com Xoán Carlos Lagares (2012). Anote-se que Monteagudo aponta, igualmente, algumas convergências, mesmo posteriores ao século xv. Mas, fora isto, pode afirmar-se que as descrições comparatistas de galego e português se ativeram sempre ao contraste das normas, nunca à coincidência delas. O presente estudo vem propor uma comparação *positiva* das normas galega e portuguesa.

O meu projecto global centra-se no léxico que galego e português compartilham. Dentro desse extenso domínio, faço o levantamento daquilo que galego e português detêm *em exclusivo*. E, dentro dessa exclusividade, centro-me naquilo que constitui linguagem circulante, ou seja, aquele material vocabular utilizado e entendido sem esforço pelo utente médio informado. Em suma: trata-se de identificar, e descrever, o léxico exclusivo do *falante letrado actual* de galego e português.

Desse âmbito, ocupou-me particularmente o sector verbal. Nas circunstâncias acima descritas, reuni, até ao momento, 225 verbos.

A etiqueta *exclusivo* deve entender-se como abstraindo de toda a restante latitudinalidade. Vale isto para aqueles materiais que, pertencendo ao galego e ao português, não apresentam ponto de contacto com os doutro idioma românico, vizinho ou não, sendo certo que algum léxico galego-português, praticado na faixa ocidental das Astúrias, se acha inserido actualmente na norma oficial do asturiano.

Um esclarecimento, ainda, sobre o que denomino aqui *galego-português*. Não se trata do valor habitual, oitocentista, dessa designação, que sabemos ter sido, desde início, eufemística, e mesmo ideológica. O assunto está muito bem estudado, tanto numa tese de Beatriz García Turnes (2008), como num artigo de Ivo Castro

e Yara Frateschi Vieira (2009). Dou mais pormenores num artigo recente, «O passado galego do português» (Venâncio 2015). Na economia do presente trabalho, ‘galego-português’ não é, pois, uma língua, seja actual seja histórica. É um conceito operatório, que designa o *espaço de sobreposição*, particularmente o vocabular, de galego e português.

A opção pelo levantamento dos *verbos* comuns e exclusivos revelou-se, desde início, atraente. Trata-se dum terreno vasto, muito diversificado, e rico em implicações.

Na comparação das normas actuais de galego e português, são critério ‘material’ os dicionários e léxicos de referência. Para o português sirvo-me do dicionário *Houaiss*, brasileiro, produto lexicográfico da mais reputada qualidade. Sublinhe-se que, não obstante serem português europeu e português brasileiro realidades linguísticas irreduzíveis, eles podem ser tomados, neste terreno, como um todo uniforme. Para o galego valem o *Dicionario* da Real Academia Galega (DRAG) e o *Vocabulario Ortográfico da Língua Galega*, nesta matéria praticamente coincidentes. O próprio DRAG informa: «Este dicionario establece a norma da língua galega no referente ao léxico». Onde a lexicografia académica for omissa (e sabemos quanto os dicionários académicos tendem a ser restritivos), o dicionário *Xerais* constitui critério cabal. É ele que responde por um bom número de formas, como *aloirar* (ou *alourar*), *atordoar*, *ceifar*, *marullar*, *perscrutar*, *tresmallar* e *voltar*.

Servi-me, para o presente trabalho, de diversas bases de dados, históricas e actuais, assim como de várias obras lexicográficas. Vêm referidas na bibliografia final. Atente-se, ainda, nisto: a não ser que explicitamente referido, fornecerei sempre ‘exemplos’ e não listas exaustivas.

2. A perspectiva da história

Privilegiando um cenário actual, este estudo não perde de vista a informação histórica. Veja-se o caso de *marullar*, que os recursos da RAG não citam, ao contrário do *Xerais*, onde figuram também *marullada* e *marullo*. Este substantivo está dicionarizado na Galiza desde 1858, e pode supor-se que, em contexto galego, toda a família lexical se achava presente desde há muito.

Data de 1543 a primeira atestação de *marulho*, numa peça de Jorge Ferreira de Vasconcelos. É na obra deste dramaturgo que achamos um número considerável de primeiras ocorrências de materiais galego-portugueses. Isto não deve admirar-nos, já que é nessas peças que a *língua coloquial* entra de rompante na literatura portuguesa (em Gil Vicente já entrara, mas estilizada). Em matéria de verbos, Ferreira de Vasconcelos oferece-nos várias primeiras atestações: *amuar*, *arfar*, *esbarrar*, *gorar*, *marullar*, *orvalhar*, *praguejar*, *requintar*. E também, como já dito, *marulho*, que se suporia um deverbal regressivo, mas é a própria base do verbo.

Assinale-se, de passagem, que o dicionário da Real Academia Española regista *marullo* («movimiento de las olas que levanta el viento») como um lusismo. Tenha-se em conta, porém, que bastantes supostos lusismos do castelhano são, na realidade, galeguismos. A presença galega na Meseta foi sempre incomparavelmente mais importante que a portuguesa (Venâncio 2016).

A obra de Ferreira de Vasconcelos não é o único farto manancial quinhentista de materiais galego-portugueses. Igualmente elucidativo se revela o primeiro dicionário português, o *Dictionarium ex lusitanico in latinum sermonem*, de Jerónimo Cardoso, de 1562. Aí vêm atestados *aldrabar* (trancar), *depenicar*, *desentulhar*, *empoleirar*, *estourar* (em galego também *estoupar*), *faiscar*, *lambiscar*.

Tudo isto levanta a seguinte questão: como é que estes verbos, e tantos outros materiais de primeira atestação portuguesa já quinhentista, ou mesmo posterior, pertencem tanto ao português como ao galego? É pergunta a que não pode fugir-se. Trata-se de formações antiquíssimas, que Portugal achou feitas e adoptou. Voltarei ao assunto.

De momento, anote-se que, genericamente, as datações posteriores a 1500 procedem de fonte portuguesa. Conhecemos as circunstâncias históricas e textuais da Galiza que suficientemente o explicam. Mesmo assim, os dados reservam-nos surpresas. Para os sete verbos abaixo, a datação galega (a primeira) é anterior à portuguesa (a segunda). E é legítimo supor que, caso se dispusesse de maior documentação histórica galega, manuscrita ou impressa, mais seriam as anterioridades documentadas a norte do rio Minho.

<i>esfarelar</i>	1671	1836
<i>tamborilar</i>	1671	1881
<i>fungar</i>	1746	1759
<i>esga(r)zar</i>	1812	1836
<i>amorrinhar</i>	1840	1899
<i>moinar</i>	1863	1899
<i>mordiscar</i>	1877	1880

Anote-se que o galego *fungar* recebe frequentemente o valor de ‘soprar’ («funga o vento»). Sobre *moinar* há mais adiante um apontamento.

Uma palavra sobre datações. A primeira documentação numa forma informarnos tão-só dessa particular ocorrência. A forma, ela própria, pode ter circulado decénios, e mesmo séculos, antes. Tratando-se, como aqui, dum léxico frequentemente familiar, raramente posto por escrito, tem de atribuir-se às datações puro valor indicativo.

Importa ainda frisar que, mesmo quando combinamos dois ou mais recursos documentais, os dados disponíveis continuam a fornecer-nos um cenário aquém da realidade, quer histórica quer actual. Baste lembrar que a produção portuguesa de Seiscentos e Setecentos está longe de permitir um apuramento lexical confiável.

Muito em particular, dezenas de peças de teatro guardadas manuscritas poderiam lançar uma luz imensamente útil. De momento, reconstituímos tão-só a paisagem possível. Mas verdade é, também, que hoje dispomos de informações, e dum manejo delas, que os investigadores de há meio século nem podiam suspeitar.

Uma anotação geral: admitindo, nalgum pormenor, uma deficiente informação, fico grato por achegas e correcções. Quando se desbrava terreno, não são inteiramente evitáveis alguma distorção cronológica ou algum raciocínio *ex silentio*.

Irão ocupar-nos, primeiro, os verbos criados em fase já românica. Depois, examinaremos os verbos de étimo latino. Na exemplificação, utiliza-se, em princípio, a ortografia do galego.

3. Verbos de criação autóctone

Entre os verbos criados em ambiente já românico, figuram os derivados de substantivos e adjectivos autóctones, como

alicerce	<i>alicerzar</i>
cisma 'ideia'	<i>cismar</i>
faísca	<i>faiscar</i>
partilla	<i>partillar</i>
peneira	<i>peneirar</i>
sub+liña	<i>subliñar</i>
vinco	<i>vincar</i>
afouto	<i>afoutarse</i>
gago	<i>gaguexar</i>
lévedo	<i>levedar</i>
vadio	<i>vadiar</i>

Outros têm base não exclusiva do Noroeste peninsular:

abrollo	<i>abrollar</i>
agonía	<i>agoniar</i>
galgo	<i>galgar</i>
mirra	<i>mirrar</i>

Numerosos são, também, os verbos obtidos por prefixação, de que destaco novamente formações de base autóctone:

beirar	<i>abeirar</i>
pendurar	<i>dependurar</i>
entullar	<i>desentullar</i>

leixar	<i>arc. desleixar</i>
pentear	<i>despentear</i>
encher	<i>reencher</i>
moucho	<i>amouchar</i>
xeito	<i>axeitar</i>
poleiro	<i>empoleirar</i>
gaiola	<i>engaiolar</i>
sarillo	<i>ensarillar</i>
tala (<tabula)	<i>entalar</i>
vereda	<i>enveredar</i>
cangallo	<i>escangallar</i>
farelo	<i>esfarelar</i>
maga ‘residuo’	<i>esmagar</i>
palla	<i>espallar</i>
louro	<i>alourar</i>
morno	<i>amornar</i>

Note-se que o galego fez, em alguns destes verbos, uma re-semantização ‘cultá’. Assim, *engaiolar* adquiriu o valor de ‘seduzir’, ‘fascinar’, enquanto *espallar* se fez sinónimo de ‘divulgar’, ‘difundir’. Isto traz ao galego nítida vantagem ‘diferencialista’, como mostram também as derivações *engaiolante* ‘fascinante’ ou *espallamento* ‘difusão’. O mesmo se fizera já, tal como em português, com *alicerzar* ‘fundamentar’ e *peneirar* ‘seleccionar’.

Um bom número de verbos galego-portugueses continuam de origem desconhecida, ou controversa, como *acirrar*, *afastar*, *barafustar*, *cambalear*, *engrolar*, *murchar*, *zoar*.

Foi referido, há pouco, o verbo *moinar*. Ele pertence a um sector de verbos que, em contexto galego, poderão chamar-se ‘não-canónicos’, ao não figurarem quer na lexicografia académica quer no dicionário Xerais. Neste sector, observam-se algumas realidades perturbantes. O *Tesouro Informatizado da Língua Galega* (TILG) regista notáveis frequências de verbos galego-portugueses que aqueles recursos normativos ignoram. Alguns exemplos (menciona-se o número de ocorrências e o de obras diferentes):

<i>descer (decer)</i>	635	178
<i>tencionar</i>	250	108
<i>ultrapasar</i>	56	29
<i>(a)maldizoar</i>	53	43
<i>esmoer</i>	48	33
<i>beirar</i>	47	15

<i>compartillar</i>	40	21
<i>sobexar</i>	12	12

Anote-se que *tencionar*, maioritariamente um sinónimo de *tentar*, recebe também o valor (em português, quase único) de ‘ter como desígnio’ («Seguramente *tencionaba* matarme mentres eu dormía», «*Tencionaba* incorporar-se cando acabou a función»). Sublinhável é, igualmente, a ausência de *descer* (ou *decer*). O Xerais, que não lhe dedica verbete próprio, reenvia para *descender*, cuja primeira acepção («ir de arriba para baixo») o subalterniza a *baixar*, por sua vez fortemente evocador do castelhano *bajar*. E o *TILG* mostra como, em termos absolutos, *baixar* foi conquistando o pódio de frequências à custa de *descer*.

Ainda assim, a verdade é que, ao longo de todo o século xx, se deu no galego escrito uma consistente depuração vernacular, com o progressivo abandono de formas mais castelhanizantes e a revitalização de recursos próprios, não raro coincidentes com léxico português. É um processo que, por sua própria natureza, conduziu a uma convergência *objectiva* com a língua a sul do rio Minho. O *TILG* mostra esse movimento de modo perfeitamente convincente.

Outra verdade é que, durante toda a história do português, se assistiu a um processo conhecido por *desgaleguização*. Ela tem sido descrita predominantemente (quando não exclusivamente) em termos fonológicos e morfológicos, e Esperança Cardeira (2005) faz disso uma exposição detalhada. Mas a desgaleguização afectou também fortemente o léxico, sobretudo por acção de doutrinadores seiscentistas e setecentistas. Alguma informação a esse respeito é fornecida por Vázquez Corredoira (1998: 96-97). Pode presumir-se que, conhecessem esses rigoristas melhor o galego, teriam levado mais longe a purga. Por vezes, a ignorância salva.

4. Verbos ‘latinos’ incluídos na prospeccção

Chegamos, agora, à série possivelmente mais rica em implicações: a dos verbos exclusivos galego-portugueses de origem latina. Do total dos verbos identificados na minha prospeccção, 55 verbos estão nestas circunstâncias. Uma anterior lista de latinismos do Noroeste peninsular, elaborada por Serafim da Silva Neto (1952: 269-270), continha vários verbos de interesse, mas só dois (*arrefecer* e *estarrer*) satisfazem os critérios que aqui adopto, mormente o da pertença à normativa galega.

Citarei alguns dentre os mais conhecidos e cujo étimo não é problemático. Mais uma vez: as datações são as disponíveis, sendo certo que largamente tardias.

ACINARE	<i>acenar</i>	XIV
ADCALESCERE	<i>aquecer</i>	XIV
ADDURARE	<i>aturar</i>	XIII

BLATTERARE	<i>bradar</i>	XIII
FLAGRARE	<i>cheirar</i>	XIII
IMPLERE	<i>encher</i>	XIII
EXCOLARE	<i>escoar</i>	XV
EXCADESCERE	<i>esquecer</i>	XIII
MERGULIARE	<i>mergullar</i>	XIII
PULLARE	<i>pular</i>	XV
REIECTARE	<i>rexeitar</i>	XIV
SALICARE	<i>salgar</i>	XIII
SUGERE	<i>zugar</i>	XIV

São, porém, numerosas, naquele total de 55, as formas de étimo *hipotético*: nada menos que 21. Como adiante referirei, esta circunstância poderá não ser fortuita. Alguns exemplos:

*ADVALLARE	<i>abalar</i>	XIII	
*DISRENARE	<i>derrear</i>	XV	
*EXVOLUCRARE	<i>esbrugar</i>	XV	tb. <i>esburgar</i>
*EXTAURARE	<i>estourar</i>	1562	
*VOMITIARE	<i>golsar/bolçar</i>	XIV	
*PENDULARE	<i>pendurar</i>	999	
*RINGULARE	<i>rillar</i>	1647	

Um outro subgrupo dos verbos galego-portugueses de origem latina é o dos que conheceram evolução popular, com posterior reimportação de tipo culto, aqui coincidente com o castelhano e outras línguas românicas. Trata-se das chamadas *formas divergentes* dentro do galego-português. Reuni 18 verbos nestas condições, de que seguem exemplos. Tenha-se em atenção a *semântica patrimonial* das formas evoluídas.

COMPLICARE	<i>conchegar</i>	GP+E complicar
EXPLICITARE	<i>espreitar</i>	GP+E explicitar
EXPRIMERE	<i>espremer</i>	GP+E exprimir
INDICIARE	<i>inzar</i>	GP+E indiciar
LUBRICARE	<i>lobrigar</i>	GP+E lubricar
MACULARE	<i>magoar</i>	GP+E macular
PALPARE	<i>poupar</i>	GP+E palpar

5. Verbos 'latinos' excluídos da prospecção

A latinidade verbal do Noroeste é bem mais vasta do que o aí exposto. Mas um escrúpulo metodológico levou-me a desconsiderar vários tipos de verbos.

Excluíram-se, primeiro, as formas em que a evolução popular se deu tanto em âmbito galego-português como em castelhano. Sirvam de exemplo

AFFLARE	<i>achar</i>	fallar > <i>ballar</i>
*ALLUMINARE	<i>alumear / alumiar</i>	<i>alumbrar</i>
DEIECTARE	<i>deitar</i>	dechar > <i>desechar</i>
OFFOCARE	<i>ofegar</i>	afogar > <i>ahogar</i>
POSSIDERE	<i>pesoir > posuir</i>	<i>poseer</i>

Excluídas ficaram, igualmente, duas dezenas de verbos galego-portugueses de origem latina certa ou presumível, ao não estarem recolhidos nos recursos normativos galegos. Alguns deles (como *angariar*, *defiñar*, *devasar*, *ruir*, *sonegar*) levam hoje, na Galiza, uma existência quase só lexicográfica, em contraste com o âmbito português. De outros, porém, existe suficiente notícia tanto lexicográfica como textual. Alguns dados do *TILG* (menciona-se o número de ocorrências e o de obras diferentes):

*FINITARE	<i>findar</i>	178	76
*PROGREDIRE	<i>progredir</i>	19	13
ALLICIARE	<i>aliciar</i>	16	5
IMPINGERE	<i>impinxir/impingir</i>	12	2
FRÉMERE	<i>fremir</i>	9	6

Por maioria de razão, foram excluídos aqueles verbos de origem latina, certa ou duvidosa, que galego e português desenvolveram independentemente. Trata-se de formações introduzidas *por via popular*, portanto em época muito recuada, e não das de feitura posterior, erudita.

Assim, no português (as datações correspondem, repita-se, aos primeiros testemunhos escritos), encontram-se

*CAPRONEARE	<i>acabrunhar</i>	1712
*SUBBRACCHIARE	<i>açambarcar</i>	XV
*ANATIARE	<i>adejar</i>	1579
*GELICULARE	<i>engelhar</i>	XV
*EXPATEFARE	<i>espatifar</i>	1836
LABORARE?	<i>labutar</i>	XV
*LAESIARE	<i>lesar</i>	XIII
*VASCULEARE	<i>vasculhar</i>	XVI

No galego, o número desses latinismos populares é nitidamente superior. A ausência de documentação antiga fá-los, porém, dificilmente datáveis.

*APPLANARE	<i>achaiair</i>
*APPLANITIARE	<i>achanzar</i>
ADCOLLOCARE	<i>acougar</i>
AGGREMIARE	<i>agarimar</i>

AD-VIRIDIARE	<i>alverixar</i>	
PACIFICARE?	<i>apouvigar</i>	
*APPRESSIARE	<i>apreixar</i>	
ANHELARE	<i>arelar</i>	
ARTICULARE	<i>artellar</i>	dif. de P <i>artilhar</i> , E <i>artillar</i> <fr.
AD-RAPTARE	<i>arroutar</i>	dif. de GP <i>arroto</i> < eructare
OBTURARE	<i>atoar</i>	dif. de P <i>atoar</i> <a + toa + ar
CLAUDERE	<i>choer</i>	
DE-CAPTARE	<i>decatarse</i>	
*INADDERE	<i>engadir</i>	
INSUFLARE?	<i>enzoufar</i>	
NAUFRAGARE	<i>esnafrar</i>	
LATRARE	<i>latricar</i>	
*LUSTRICARE	<i>lostregar</i>	
PERSCRUTARI	<i>pesquidar</i>	
*REBULLITARE	<i>rebuldar</i>	
*SANITARE	<i>sandar</i>	dif. de GP <i>sarar/sanar</i> < sanare
*VERSICARE	<i>visgar</i>	dif. de P <i>visgar</i> < viscu
SEPARARE	<i>xebrar</i>	
*GERMULLARE	<i>xermolar</i>	

Poderia juntar-se-lhes *acadar* (<*ADCAPTARE), cedo abandonado pelo português, e frequentíssimo em galego.

Três dessas formas (*alverixar*, *apreixar* e *arroutar*) foram já avançadas por Joseph Piel (1981: 255), que sublinhou o interesse de «saber se seria possível restituir, através de uma análise do léxico tipicamente galego, antigo e moderno [...] vestígios palpáveis de um latim popular peculiar, ou pelo menos característico, da Galécia romana» (*Ib.*: 253). Sugere ainda Piel que «um exame sistemático dos vocabulários galegos, gerais e regionais, permitiria trazer à luz muitas dúzias de lexemas novos integráveis no latim provincial galaico» (*Ib.*: 254).

A desproporção galego vs português, patente nas duas listas acima, é seguramente representativa. Só por si, isso constituiria uma prova *documental* do Noroeste peninsular como território primordial do idioma. Sabe-se, e a estatística genética ensina-o bem, que os cenários iniciais são sempre os que concentram maior diversidade.

6. Considerações históricas

Tendo em conta que este estudo se limitou aos verbos, conclui-se ser vastíssimo o material latino próprio daquele território que Joseph Piel (Nogueira 1988) definiu

como a “Galécia Magna”, o espaço propriamente *galaico* dentro da vasta Gallaecia romana e que incluía os actuais Minho e Douro Litoral. Foi aí que se forjou o idioma, como o demonstra uma toponímia de teor fono-morfo-lexical, portanto, complexo.

Certo: os idiomas são representações mentais, fruto de cortes imaginários. Mas aqui observámos um caso de autêntica *descontinuidade* lexical, de delimitação linguística geográfica. A «unidade e especificidade» do Noroeste peninsular foi objecto dum sólido estudo do historiador Ramón Mariño Paz (2005). Estamos, pois, perante uma fronteira ‘não imaginada’.

Contudo, aqui chegados, um enigma se nos oferece, iniludível. Explico-me. Mesmo limitando-nos aos verbos de origem latina, certa ou hipotética, *comuns* a galego e português, mas incluindo agora os ‘não-normativos’ em contexto galego, atingimos um total que roça os 80. Se isto já é altamente assinalável, não o é menos estoutra circunstância: cerca de 30 verbos galego-portugueses apresentam a *hipótese* dum étimo latino. Trata-se de ignorância nossa? Talvez. Mas ela poderá ser tudo menos casual. Uma tão avantajada exclusividade latina dificilmente localizável, eis um cenário demasiado anómalo para ser deixado sem alguma explicação. Existem três possíveis.

A primeira é esta: o latim da Galécia foi bastante mais peculiar do que supomos, tão peculiar que um apreciável sector dele é de natureza ainda hoje desconhecida. Como escreveu Dieter Kremer (1992: 8), «Partindo da clara diferenciação regional hoje existente quanto ao léxico latino, podemos concluir da existência de toda uma multiplicidade de variantes locais na época clássica, ou melhor, latina. [...] Galiza, com a sua ‘latinidade’ característica, é um exemplo típico deste fenómeno». Enquanto não se elaborar uma prospecção exaustiva, valha o presente estudo para melhor identificar, pelo menos na área verbal, esse latim.

A segunda explicação é uma variante dessa primeira. Postula a existência dum latim alto-medieval (talvez de teor vulgar) exclusivo da Galécia. Forjado, portanto, já no próprio território. De novo Kremer: «Nestas inovações prolonga-se um trabalho já poderosamente encetado no próprio latim popular da época tardia, o qual se liberta dos moldes do latim literário e selecto» (*Ib.*: 15). Por seu lado, Piel (1975-1976: 388) declarou o vocabulário da Galécia «capaz de fazer frutificar o ‘talento’ lexical herdado, através de inúmeras inovações formais e semânticas».

A terceira explicação é mais sofisticada, mas também mais radical. É esta: muito daquilo que presumimos tenha sido ‘latim’ simplesmente não era latim. Este ponto de vista baseia-se na *Teoria da Continuidade Paleolítica* dos italianos Mario Alinei e Francesco Benozzo (ver www.continuitas.org). Existem duas teses centrais nessa teoria: (1) as grandes movimentações que supomos na Pré-História (migrações em massa, invasões, conquistas) são projecções modernas, tendo o factual cenário sido, antes, o duma generalizada estabilidade, e (2) os fenómenos linguísticos remontam, na sua generalidade, a épocas bastante mais remotas do que costumamos supor. No caso concreto: o latim da Galécia pode ter sido, em boa medida, contemporâneo do

latim do Lácio, sendo, um e outro, variantes dum *itálico* vastamente estendido pelo sul da Europa séculos antes do despontar político e cultural de Roma. Foi sobre essas variedades de itálico (variedades estáveis, e pouco comunicáveis entre si) que se veio disseminar, como um superstrato, a prestigiosa variante romana, criando uma relativa uniformização. Sendo assim, em vez de *latim* da Galécia, seria mais adequado falar em *itálico* da Galécia.

O facto é que, seja qual for para ele a explicação, os falantes do galego e das várias normas do português compartilham, hoje, em exclusivo, um considerável acervo de materiais léxicos antiquíssimos. Esse fundo foi, ao longo de séculos ágrafos, enriquecido por nova camada, marcadamente derivacional, de feitura autóctone.

Foi esse imenso léxico que o Reino de Portugal fez, naturalmente, seu. Depois, o enriquecimento mútuo da expressão diária terá prosseguido por sobre a fronteira política. Sabe-se como o comércio cultural e humano entre as duas comunidades, galega e portuguesa, continuou fluido, e não se alude só a fenómenos fronteiriços. Durante séculos, mantiveram-se contactos duradouros que diríamos 'institucionais'. Além disso, numerosas comunidades galegas habitaram, por longos períodos, importantes centros populacionais portugueses, mormente Lisboa, onde, em meados do século XVIII, um em cada cinco habitantes era galego. Compensando a secular desgalguização do padrão português, esses contactos terão sido linguisticamente eficazes, sobretudo no sentido Galiza-Portugal.

7. Anotações finais

Não existe razão nenhuma para supor 'primitiva' a nossa língua medieval. Processos complexos, morosos, multisseculares haviam conduzido à patente sofisticação fonomorfológica e fonolexical que a escrita do idioma demonstra no século XIII. A pretensa primitividade do idioma é uma racionalização anacrónica, só concebível no espírito desse actor então chegado à cena: o Reino de Portugal. Com efeito, o surgimento desta entidade política não acarretou durante muito tempo, porventura séculos, qualquer ruptura de importância no sistema linguístico. E não acarretou porque o novo reino *herdou*, com a maior das naturalidades, uma ferramenta comunicacional estruturalmente consolidada e comprovadamente eficaz. Como escreveu Ivo Castro (2007) a pretexto do português brasileiro e do português europeu: «Permanências e continuidades não precisam de explicação mais complicada do que a inércia». Tal como o Brasil faria séculos mais tarde, o Portugal nascente adoptou o idioma criado no Noroeste *porque era o que havia*. Além disso, funcionava bem.

Que não reste dúvida: as *estruturas* fundamentais da língua da Galiza altomedieval, aquelas que lhe davam uma feição irreduzível, encontravam-se definidas e a funcionar em pleno no momento em que surge a escrita e, por inteira coincidência,

Portugal. Essas estruturas apresentavam tamanha consistência, tamanha envergadura, e sobretudo tal complexidade, que a sua elaboração teve de ser longuíssima. O contexto humano e político era a isso propício, dada a notável estabilidade daquela que Carlos Baliñas, num estudo fundamental (2014), denomina «Galícia nuclear».

O paradigma de investigação que aqui deixo delineado estabelece que galego e português trazem, hoje ainda, fortes marcas duma laboração longínqua, e que é possível *reconstituir* os processos nisso implicados, por inferência, por uma extrapolação retroactiva. Particularmente fecunda será a reconstituição da complexíssima mas eficiente operação das sínopes de -L- e -N-, com os seus determinantes desenlaces fonológicos, morfológicos e lexicais. Importaria uma visão *integrada* do funcionamento desses e outros processos que revolveram o idioma da Galécia bem antes do início da escrita nele. Esta visão totalizante poderia oferecer novas e úteis perspectivas para os estudos galego-luso-brasileiros.

É certo que, como lembra Maria Clara Paixão de Sousa (2006: 29), «as ‘reconstituições do passado’» estão sujeitas a um «veneno», que é «terminar atribuindo aos fatos narrados uma linearidade que é, na verdade, atributo da *narrativa* dos fatos» (cursivo meu). Mas valerá sempre a pena tentar essa reconstituição, por mais que ela deva avance, efectivamente, aos tropeções.

Do lado português, tudo isso ditará, insistimos, alguma revisão no plano das percepções. A já referida coincidência temporal, e meramente fortuita, da primeira documentação escrita e da emergência do Estado português condicionou para sempre a visão portuguesa do idioma. Tudo se passa, na nossa percepção, como se a formação do *país* e a formação da *língua* fossem um e o mesmo processo, e que o idioma fosse portanto, quando necessário retroactivamente, obra portuguesa. Na realidade dos factos, aquilo que candidamente se designa como «período de formação do Português» não foi senão o da génese e afirmação do Galego. O Português é, historicamente, um fenómeno tardio.

Remeta-se, a este respeito, para um artigo fundamental de Xoán Lagares (2008), «Sobre a noção de galego-português». Muito esclarecedor é, também, o artigo de Marcos Bagno (2011), «O português não procede do latim». Um artigo meu (2015) expõe a visão portuguesa dominante nesta matéria.

Também em Portugal se vem questionando aquela linearidade de concepções, quer em trabalhos de Ivo Castro e Esperança Cardeira (ambos da universidade de Lisboa), quer em outros, mais recentes, de Maria do Rosário Ferreira (universidade de Coimbra) e José Carlos Ribeiro Miranda (universidade do Porto). Em artigos de 2012, estes dois últimos investigadores mostraram quão lentamente o romance ocidental foi, em território português, assumido como língua da Coroa.

Por junto, aquilo que um Portugal soberano acabou por fazer, e fazer bem, foi dar uma forte dimensão *política* ao idioma herdado, conservando-o, desenvolvendo-o a seu modo, o que só conseguiu porque já o achara robusto e adulto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALINEI, Mario / Francesco BENOZZO (2007): «A área galega na preistoria lingüística e cultural de Europa», *A Trabe de Ouro* 18, 333-359.
- ALINEI, Mario / Francesco BENOZZO (2008): *Alguns aspectos da Teoria da Continuidade Paleolítica aplicada à região galega*. Lisboa: Apenas Livros. http://www.continuitas.org/texts/alinei_benzo_oligos-aspectos.pdf
- BAGNO, Marcos (2011): «O português não procede do latim. Uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego», *Grial* 191, 34-39.
- BALIÑAS PÉREZ, Carlos (2014): «*A flumine mineo usque in tagum*: os camiños diverxentes de Galicia e Portugal na Alta Idade Media (700-1100)», em Xulio Sousa / Marta Negro Romero / Rosario Álvarez (eds.), *Lingua e identidade na fronteira galego-portuguesa*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 27-54. <http://consellodacultura.gal/mediateca/documento.php?id=2642>
- BENOZZO, Francesco / Mario ALINEI (2012): «Dalla linguistica romanza alla linguistica neoitalide», em F. Benozzo *et al.* (ed.), *Culture, livelli di cultura e ambienti nel Medioevo occidentale. Atti del IX Convegno della Società Italiana di Filologia Romanza (Bologna, 5-8 ottobre 2009)*. Roma: Aracne, 165-203.
- CARDEIRA, Esperança (2005): *Entre o português antigo e o português clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CARDEIRA, Esperança (2010): «Português médio: uma fase de transição ou uma transição de fase?», *Diacrítica* 24/1, 75-95.
- CASTRO, Ivo (2007): «Uma língua que veio de longe», em *Lusa - A matriz portuguesa*. Vol. II. São Paulo: Mag Mais Rede Cultural.
- CASTRO, Ivo / Yara FRATESCHI VIEIRA (2009): «Ideias e opiniões seladas: diálogo entre Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis sobre o galego-português», *Floema* 5, 83-102.
- FERREIRA, Maria do Rosário (2012): «As traduções do castelhano para galego-português e as políticas da língua nos séculos XIII-XIV», *e-Spania* 13. <https://e-spania.revues.org/21021>.
- GARCÍA TURNES, Beatriz (2008): *Ideas sobre o galego e as orixes do portugués na lingüística lusa do século XIX. Xénese e impacto en Galicia da hipótese celtista*. Tese de doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela.
- KREMER, Dieter (1984/1992): «Tradição e renovação no léxico latino-românico», *Verba* 19, 7-18.
- LAGARES Díez, Xoán Carlos (2008): «Sobre a noção de galego-português», *Cadernos de Letras da UFF (Dossiê: Patrimônio Cultural e Latinidade)* 35, 61-82.
- MARIÑO PAZ, Ramón (2005): «Linguas prelatinas e latinización do Noroeste ibérico», em Anxo Carrecedo / Gerardo Pereira (coords.), *Xenética e Historia no Noroeste Peninsular*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 79-96. <http://consellodacultura.gal/mediateca/documento.php?id=171>.
- MIRANDA, José Carlos Ribeiro (2012): «O galego-português e os seus detentores ao longo do século XIII», *e-Spania* 13. <https://e-spania.revues.org/21084>.

- MONTEAGUDO, Henrique (2012): «Galego, português e brasileiro no tempo: achegas para unha diacronía comparada», em Xoán Carlos Lagares / Henrique Monteagudo (orgs.), *Galego e Português Brasileiro: história, variação e mudança*. Niterói: Editora da UFF / Universidade de Santiago de Compostela, 37-104.
- NETO, Serafim da Silva (1952): *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- NOGUEIRA, Carlos Filipe (1988): «O conceito geográfico-linguístico de Galécia Maior», em Ivo Castro (ed.), *Sete ensaios sobre a obra de Joseph M. Piel*. Lisboa: Instituto de Linguística da Faculdade de Letras, 76-103.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara (2006): «Linguística Histórica», em Claudia Pfeiffer / José Horta Nunes (orgs.), *Introdução às Ciências das Linguagem: Língua, Sociedade e Conhecimento*. Vol. 3. Campinas: Pontes, 11-48.
- PIEL, Joseph-Maria (1975-1976): «Uma antiga latinidade vulgar galaica reflectida no léxico comum e toponímico de Entre-Douro-e-Minho e Galiza», *Revista Portuguesa de Filologia* 17, 387-395.
- PIEL, Joseph-Maria (1981): «Sobre a legitimidade do conceito de latinidade vulgar galaica», em M. C. Díaz y Díaz (ed.), *Primera reunión gallega de estudos clásicos (Santiago – Pontevedra, 2-4 julio 1979). Ponencias y comunicaciones*. Santiago de Compostela: USC, 253-258.
- VÁZQUEZ CORREDOIRA, Fernando (1998): *A construção da língua portuguesa frente ao castelhano. O galego como exemplo a contrario*. Santiago: Edicións Laiovento.
- VENÂNCIO, Fernando (2015): «O passado galego do português», *Grial* 206, 89-95.
- VENÂNCIO, Fernando (2016): «Lusismos y galleguismos en uso en español. Una revisión crítica», em *Español y portugués en contacto. Interferencias y préstamos léxicos*. Universidad de la Laguna (em preparação).

DICIONÁRIOS E BASES DE DADOS

- ÁLVAREZ, Rosario (dir.): *Tesouro do léxico patrimonial galego e português*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. <http://ilg.usc.gal/Tesouro/pt/>.
- CARBALLEIRA ANLLO, Xosé María *et al.* (2014⁹): *Dicionario Xerais da Lingua*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
- CENTRO de Linguística da Universidade de Lisboa: *Corpus de referência do português contemporâneo* (CRPC). <http://alfclul.clul.ul.pt/CQPnet/>.
- CENTRO de Linguística da Universidade Nova de Lisboa: *Corpus informatizado do português medieval* (CIPM). <http://cipm.fsh.unl.pt/>.
- CUNHA, Antônio Geraldo da: *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa (cd-rom).
- DAVIES, Mark / Michael J. FERREIRA: *O corpus do português*. <http://www.corpusdoportugues.org/>.

- GONZÁLEZ SEOANE, Ernesto / María ÁLVAREZ DE LA GRANJA / Ana Isabel BOULLÓN AGRELO: *Dicionario de dicionarios do galego medieval*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega (cd-rom). <http://sli.uvigo.es/DDGM/>.
- GRUPO de investigación lingüística e literaria galega (ILLA): *Glosario da poesía medieval profana galego-portuguesa*. <http://glossa.gal/>.
- HOUAISS, António / Mauro de Salles VILLAR: *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro (cd-rom).
- MACHADO, José Pedro (1977³): *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SANTAMARINA, Antón (dir.): *Dicionario de dicionarios*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. <http://sli.uvigo.es/ddd/index.html>.
- SANTAMARINA, Antón (dir.): *Tesouro informatizado da lingua galega* (TILG). Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. <http://ilg.usc.gal/TILG/>.
- UNIVERSIDADE de Aveiro / Centro de Linguística da Universidade de Lisboa: *Corpus Lexicográfico do Português* (DICI). <http://clp.dlc.ua.pt/DICIweb/>.
- UNIVERSIDADE de Coimbra: *Corpus Electrónico do CELGA - Português do Período Clássico* (CEC - PPC), <http://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc>.
- VARELA BARREIRO, Xavier (dir.): *Corpus Xelmírez. Corpus lingüístico da Galicia medieval* (Xelmírez). Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. <http://sli.uvigo.es/xelmirez/>.
- VARELA BARREIRO, Xavier (dir.): *Tesouro medieval Informatizado da lingua galega* (TMILG). Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. <https://ilg.usc.gal/tmilg/>.

Uma reflexão sobre a variação na concordância nominal de número na fala dos habitantes do alto Solimões (Amazonas/Brasil)

Flávia Santos Martins

Universidade Federal do Amazonas
flavinhaingrid@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão acerca dos resultados gerais da tese intitulada *Variação na concordância nominal de número na fala dos habitantes do alto Solimões (Amazonas)*. A fim de entender o funcionamento do objeto em estudo controlaram-se, na referida pesquisa, as seguintes variáveis independentes linguísticas: 'posição em relação ao núcleo/núcleo', 'posição linear', 'classe gramatical', 'saliência fônica', 'marcas precedentes', 'contexto fonético-fonológico subsequente' e 'características dos itens lexicais'; e as seguintes variáveis independentes extralinguísticas: 'idade', 'escolaridade', 'sexo/gênero', 'diatopia', 'ocupação', 'mobilidade' e 'localismo'. Quanto à amostra, cumpre destacar que foram entrevistados 57 informantes em cinco das nove localidades pertencentes à microrregião do alto Solimões. Foram transcritos das entrevistas um total de 4.458 SNs plurais dos cinco municípios investigados, resultando, após a devida categorização de cada elemento do SN, em um total de 7.270 dados submetidos ao programa estatístico Goldvarb 2001. Desses dados, 4.264 foram da variante "presença de marcas formais/informais de plural", correspondendo a 58% dos dados, e 3.006 foram da variante "ausência de marcas formais/informais de plural", correspondendo a 42% dos dados. Quanto às variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas controladas, considerando a rodada estatística sem a variável 'classe gramatical', todas se mostraram significativas na regra de funcionamento da concordância nominal de número na microrregião investigada. Esperamos com este artigo demonstrar como é realizada a *concordância nominal de número* na fala dos amazonenses entrevistados, assim como tornar evidente, a partir da análise das variáveis independentes, quais delas condicionam o uso da variante "presença de marcas formais/informais de plural".

A Reflection on Nominal Number Agreement in alto Solimões inhabitants' Speech (Amazonas/Brazil)

Abstract

The main objective of this research is to investigate the phenomenon of *nominal number agreement* in alto Solimões inhabitants' speech. In order to understand the function of the object studied, the following linguistic independent variables were employed in this research: 'position relative to the core/core', 'linear position', 'grammatical class', 'boss phonetic', 'previous marks', 'phonetic/phonological subsequent context' and 'lexical items characteristics'; and the following extralinguistic independent variables: 'age', 'education', 'sex', 'diatopy', 'occupation', 'mobility' and 'localism'. Regarding the sample, 57 informants were interviewed in five of the nine localities belonging to the alto Solimões micro-region. A total of 4458 plural Noun Phrases (NPs) were transcribed from the interviews in the five municipalities investigated, resulting, after proper categorisation of each element in the NP, a total of 7270 data items submitted to the Goldvarb 2001 statistical program. Amongst this data, 4264 items were the "presence of formal/informal plural marks" variant, corresponding to 58% of the data, and 3006 were the "absence of formal/informal plural marks" variant, corresponding to 42% of the data. In regard to the linguistic and extralinguistic independent variables managed, considering the statistical rounding without a *grammatical class* variable, all variables were statistically significant in the operating rule of nominal number agreement in alto Solimões micro-region. It is hoped that this research will demonstrate how nominal number agreement occurs in the speech of Amazon people interviewed, as well as provide evidence, from the analysis of independent variables, as to which of them condition the use of the "presence of formal/informal plural marks" variant.

Palavras-chave

Sociolinguística, concordância nominal de número, alto Solimões

Sumário

1. Introdução. 2. Sobre a concordância nominal de número no Brasil. 3. Reflexão sobre os resultados da variação na concordância nominal de número na fala dos habitantes do alto Solimões (Amazonas/Brasil). 3.1. As variáveis independentes linguísticas. 3.1.1. Posição dos elementos não nucleares em relação ao núcleo/núcleo e posição linear. 3.1.2. Processos morfofonológicos de formação de plural e tonicidade dos itens lexicais. 3.1.3. Marcas precedentes. 3.1.4. Contexto fonético-fonológico subsequente. 3.1.5. Características dos itens lexicais (substantivos e adjetivos). 3.2. As variáveis independentes extralinguísticas. 3.2.1. Escolaridade. 3.2.2. Diatopia. 3.2.3. Mobilidade. 3.2.4. Idade. 3.2.5. Localismo. 3.2.6. Ocupação. 3.2.7. Sexo/gênero. 4. Considerações finais.

Keywords

Sociolinguistics, nominal number agreement, alto Solimões

Contents

1. Introduction. 2. On the nominal number agreement in Brazil. 3. Reflection on the results of variation in nominal number agreement in the speech of the inhabitants of the alto Solimões (Amazonas/Brazil). 3.1. Linguistic independent variables. 3.1.1. Position relative to the core/core and linear position. 3.1.2. Morphophonological processes of plural formation and stress of lexical items. 3.1.3. Previous marks. 3.1.4. Phonetic/phonological subsequent context. 3.1.5. Lexical items characteristics (substantive and adjective). 3.2. Extralinguistic independent variables. 3.2.1. Education. 3.2.2. Diatopy. 3.2.3. Mobility. 3.2.4. Age. 3.2.5. Localism. 3.2.6. Occupation. 3.2.7. Sex. 4. Final considerations.

1. Introdução

À luz da Teoria da Variação e Mudança e da Dialetoлогия Pluridimensional, vários estudos no português do Brasil têm mostrado a variabilidade sistemática da *concordância nominal de número*, já que existe mais de uma forma de se referir a sintagmas nominais que denotam pluralidade: com “presença de marcas formais” em todos os itens lexicais flexionáveis (“As casas bonitas”) ou “com ausência de marcas formais” em alguns itens lexicais flexionáveis (“As casas bonitaØ”; “As casaØ bonitaØ”). Além disso, evidenciam que essa variação não é aleatória, pois existem grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos que a condicionam.

Apesar da existência de inúmeros trabalhos no Brasil, atestando a variabilidade do fenômeno em foco, muito há para se fazer ainda. No Amazonas, por exemplo, até 2010 só havia um trabalho, sob a perspectiva da Sociolinguística Variacionista e da Dialetoлогия Pluridimensional, a respeito desse fenômeno que investigou a fala de moradores do município de Benjamin Constant, localizado a oeste do Amazonas (Martins 2010). Com o objetivo de ampliar essa pesquisa, a mesma pesquisadora em sua tese de doutoramento investigou um maior número de municípios pertencentes à microrregião do alto Solimões do qual Benjamin Constant faz parte. Este artigo, por sua vez, objetiva refletir sobre os resultados gerais da referida tese.

No que se refere ao *corpus*, a referida pesquisa é constituída por 57 informantes, estratificados da seguinte forma: um homem e uma mulher, nas faixas etárias de 18 a 35 anos de idade, de 36 a 55 anos de idade e de 56 anos em diante, sendo controlados dois níveis de escolaridade: de quatro a oito anos e de nove a onze anos.

Para análise do fenômeno, foram controladas variáveis independentes que já mostraram atuar de maneira significativa em dados de fala de outros Estados do

Brasil a fim de verificar se atuavam ou não da mesma forma nos dados de fala aqui investigados, e também outras variáveis independentes que ainda não foram observadas nesse fenômeno específico, mas que se mostraram importantes em outros fenômenos variáveis correlacionados.

No nível linguístico foram controlados: ‘posição em relação ao núcleo/núcleo’, ‘classe gramatical’, ‘marcas precedentes’, ‘processos morfofonológicos de formação de plural e tonicidade dos itens lexicais’ e ‘contexto fonético-fonológico subsequente e características dos itens lexicais’. No âmbito extralinguístico, por sua vez, o controle se deu em relação a ‘idade’, ‘escolaridade’, ‘sexo/gênero’, ‘ocupação’, ‘diatopia’, ‘mobilidade’ e ‘localismo’ (redes sociais). Ressalta-se que foi utilizado o programa Goldvarb 2001 para realizar essa análise.

A seguir, será apresentado um panorama dos estudos realizados no Brasil sobre o fenômeno em discussão, assim como os resultados gerais encontrados por Martins (2013).

2. Sobre a concordância nominal de número no Brasil

Desde a década de 1970, a variação na concordância nominal de número vem sendo estudada à luz da Teoria da Variação e Mudança. Destaca-se o trabalho pioneiro de Scherre (1988) que investigou em sua tese de doutoramento a fala de moradores do Rio de Janeiro (RJ). No que se refere às variáveis linguísticas controladas nessa pesquisa, Scherre fez dois tipos de análises após a coleta dos SNs transcritos (7.193) das entrevistas: *atomística*, que consiste na observação da relação entre os elementos do SN, e *não atomística*, que consiste na observação da relação entre os SNs no plano oracional.

Na primeira análise, das dez variáveis linguísticas controladas e algumas correlações entre variáveis realizadas, as selecionadas pelo programa estatístico utilizado pela pesquisadora, por ordem de seleção, foram: ‘marcas precedentes em função da posição’, ‘saliência fônica’ (a partir da correlação entre processos morfofonológicos de formação de plural e tonicidade dos itens lexicais), ‘relação dos elementos não nucleares em função do núcleo e posição dos elementos nucleares no SN’, ‘formalidade dos substantivos e adjetivos’, ‘grau dos substantivos e adjetivos’, ‘animacidade dos substantivos’, ‘contexto fonético-fonológico seguinte’ e ‘função resumitiva’. As variáveis que não se mostraram significativas foram: ‘número de sílabas dos itens lexicais singulares’ e ‘processos morfofonológicos de formação de plural’. Nessa etapa foram obtidos 13.229 dados após a devida categorização. A análise, por sua vez, dos SNs na perspectiva *não atomística* constatou que apenas sete das nove variáveis controladas atuam nesse fenômeno. São elas: ‘pluralidade do contexto’, ‘configuração sintagmática do SN’, ‘saliência fônica’ (dimensão processos), ‘grau/ formalidade do SN’, ‘pluralidade do SN’, ‘função textual do SN’ e ‘localização do SN em relação ao verbo ou à

oração'. Não se mostraram significativas as variáveis: 'status informacional do SN' e 'animacidade do SN'. Nessa etapa foram obtidos 948 SNs de mais de dois elementos (Scherre 1994: 5). A análise das variáveis extralinguísticas, por sua vez, controladas de forma isolada, primeiramente, mostrou que 'sexo' e 'grau de escolaridade' exercem um papel importante no fenômeno estudado. A 'idade', no primeiro momento, não se mostrou tão relevante.

A seguir, no Quadro 1, ilustram-se algumas pesquisas sobre esse fenômeno no Brasil que replicaram as mesmas variáveis independentes discutidas por Scherre (1988):

Pesquisadores	Informações gerais sobre o estudo
Scherre e Braga (1976 <i>apud</i> Scherre 1988, 1994)	Analisaram a fala de sete moradores do Rio de Janeiro, controlando classe social e origem geográfica.
Braga (1977 <i>apud</i> Scherre 1988, 1994)	Analisou a fala de sete moradores do triângulo mineiro em sua dissertação de mestrado.
Scherre (1978 <i>apud</i> Scherre 1988, 1994)	Analisou a fala de dez moradores da zona urbana do Rio de Janeiro, em uma dissertação de mestrado, distribuídos em três níveis de escolaridade: semi-escolarizados (alunos do Movimento Brasileiro de Alfabetização-MOBRAL), com onze anos de escolarização e universitários.
Ponte (1979 <i>apud</i> Scherre 1988, 1994)	Analisou a fala de vinte moradores de Porto Alegre (RS), todos analfabetos, em sua dissertação de mestrado.
Nina (1980 <i>apud</i> Scherre 1988, 1994)	Estudou a fala de vinte moradores de Bragantina (PA) em sua dissertação de mestrado.
Guy (1981)	Analisou sob coordenação da professora Miriam Lemle dados da pesquisa <i>Competências Básicas</i> , cujo perfil dos informantes eram: vinte cariocas semi-escolarizados, da área urbana.
Scherre (1988)	Estudou a fala de moradores do Rio de Janeiro a fim de reanalisar esse fenômeno comparando com os resultados de outras pesquisas.
Dias (1993 <i>apud</i> Scherre 1994)	Estudou a fala de moradores de Brasília, distribuídos em zona urbana e rural, todos com 4 anos de escolarização.
Fernandes (1996)	Analisou a fala de moradores da Região Sul do Brasil em sua dissertação de mestrado, controlando <i>sexo, escolaridade, etnia e nível de formalidade</i> .
R. Carvalho (1997)	Investigou a fala de informantes de classe baixa da cidade de Rio Branco (AC), estratificados de acordo com <i>sexo e escolaridade</i> .
H. Carvalho (1997)	Analisou a fala de moradores de João Pessoa (PB), observando <i>idade, escolaridade e sexo/gênero</i> dos informantes.
Lopes (2001)	Estudou em sua tese de doutorado a fala dos moradores de Salvador (Bahia), controlando como variáveis sociais <i>idade, escolaridade, sexo/gênero e etnia</i> dos informantes.
Campos e Rodrigues (2002)	Analisaram a fala de informantes com nível superior completo ou em curso a partir dos dados coletados no Projeto Norma Urbana Culta (doravante NURC) que observa fatores como <i>idade, origem geográfica e nível de formalidade</i> .
Baxter (2009)	Investigou duas comunidades rurais de afrodescendentes, uma no Brasil: a comunidade de Helvécia (Bahia), e uma na África: a comunidade dos tongas, da roça Monte Café, na República de São Tomé e Príncipe. Os informantes dessas comunidades foram distribuídos de acordo com <i>faixa etária e gênero</i> .

Pesquisadores	Informações gerais sobre o estudo
Veis Ribeiro, Ribeiro e Loregian-Penkal (2009)	Investigaram a fala de nativos de Irati (PR), controlando <i>faixa etária, sexo e escolaridade</i> .
Santos (2010)	Analisou em sua dissertação de mestrado a fala de moradores do município Pedro Leopoldo (Minas Gerais), observando <i>idade, escolaridade, sexo e classe social</i> .
F. Martins (2010)	Analisou a fala de moradores do município amazonense Benjamin Constant, controlando <i>faixa etária, sexo/gênero e escolaridade</i> .
Silva (2011)	Investigou a fala de moradores de Vitória (ES), observando <i>idade, escolaridade e sexo/gênero</i> dos informantes.
Brandão (2011)	Investigou a fala de informantes de duas variedades urbanas do português, uma do Brasil (Nova Iguaçu-RJ) e outra em São Tomé e Príncipe, controlando <i>sexo, escolaridade e idade</i> dos informantes.
Castro e Pereira (2012)	Analisaram a fala de informantes com nível superior completo da cidade de Cuiabá (MT).

QUADRO 1. ALGUNS TRABALHOS REALIZADOS NO BRASIL SOBRE A VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO

A seguir, será realizada uma reflexão sobre os resultados gerais encontrados por Martins (2013). A referida pesquisadora replicou as variáveis controladas por Scherre (1988), assim como os demais pesquisadores que realizaram pesquisas sobre esse fenômeno no Brasil. Acrescentou o controle de mais duas variáveis independentes extralinguísticas ligadas à noção de redes sociais: ‘mobilidade’ e ‘localismo’ – que já foram controlados no estudo de outros fenômenos, como no de Monguilhott (2009) sobre a “concordância verbal de terceira pessoa do plural”.

3. Uma reflexão sobre os resultados

Nesta seção é apresentada uma discussão dos resultados gerais da rodada feita como todos os municípios investigados (SPO, STO, TNT, FB e JT¹). Destaca-se que a referida tese apresenta, além desses resultados, outros resultados de rodadas individuais realizadas para cada município investigado. De maneira sucinta, discutiremos os resultados das variáveis independentes que foram selecionados pelo programa Goldvarb (2001).

Nesta pesquisa foram transcritos um total de 4.458 SNs plurais dos cinco municípios investigados, resultando, após a devida categorização de cada elemento do SN, em um total de 7.270 dados submetidos ao programa estatístico Goldvarb 2001. Desses dados, 4.264 foram da variante “presença de marcas formais/informais de plural”, correspondendo a 58% dos dados, e 3.006 foram da variante “ausência de

¹ Para SPO, lê-se: São Paulo de Olivença; para STO: Santo Antônio do Içá; para TNT: Tonantins; para FB: Fonte Boa; para JT: Jutai.

marcas formais/informais de plural”, correspondendo a 42% dos dados, conforme ilustrado no Gráfico 1:

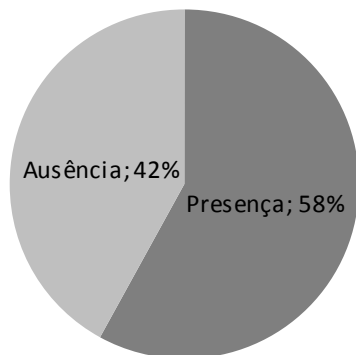


GRÁFICO 1. DISTRIBUIÇÃO DA VARIÁVEL DEPENDENTE *CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO* NA MICRORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES (AMAZONAS)

Como se verifica, os informantes entrevistados dessa microrregião utilizam com maior frequência a variante “presença de marcas formais/informais de plural”, embora a diferença entre as variantes em uso não seja tão significativa. Ressalta-se que o uso da variante mais frequente é bem baixo em relação às outras cidades onde esse fenômeno já foi estudado no Brasil, pelo menos nas áreas urbanas. A microrregião aqui em estudo comporta-se de maneira semelhante à região não urbana estudada por Baxter (2009) na Bahia, a comunidade de Helvécia, e também à cidade estudada por Santos (2010) em Minas Gerais, Pedro Leopoldo.

Como atestado por pesquisas realizadas no Brasil (*cf.* Quadro 1), a variação na concordância nominal de número é ordenada, pois há grupos de fatores linguísticos (como ‘posição relativa’, ‘saliência fônica’, ‘marcas precedentes’ etc.) e extralinguísticos (como ‘idade’, ‘sexo’, ‘escolaridade’, ‘ocupação’ etc.) influenciando no uso de uma ou outra variante dessa variável. Na pesquisa em discussão, observamos também que há fatores atuando para o uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural”, adotada como aplicação da regra na análise estatística utilizada.

Os resultados, considerando as variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas controladas nesta pesquisa ‘posição em relação ao núcleo/núcleo’, ‘processos morfofonológicos de formação de plural e tonicidade dos itens lexicais’, ‘posição linear ocupada no SN’, ‘marcas precedentes’, ‘contexto fonético-fonológico subsequente’, ‘características dos itens lexicais’ (substantivos e adjetivos), ‘idade’, ‘escolaridade’, ‘sexo/gênero’, ‘mobilidade’, ‘localismo’, ‘diatopia’ e ‘ocupação’, mostraram que todas

as variáveis controladas atuam de maneira significativa sobre a variação existente na concordância nominal de número na microrregião do alto Solimões.

A seguir, primeiramente, serão apresentados e discutidos os resultados referentes às variáveis linguísticas que atuam sobre o fenômeno em investigação e, depois, os resultados referentes às variáveis extralinguísticas.

Ressalta-se que para análise dos dados foi selecionada a rodada estatística sem a variável independente ‘classe gramatical’, uma vez que nas rodadas em que ela aparecia os resultados percentuais e os pesos relativos não apresentavam tanta regularidade. Lembramos que nos estudos discutidos na pesquisa em questão, essa variável ou não era selecionada pelo programa estatístico ou parecia apresentar sobreposição com a variável ‘posição relativa ou posição linear’, como nos resultados de Scherre (1988), já que a ‘posição relativa’, por exemplo, leva em conta, de certa forma, a ‘classe gramatical’ dos itens em análise, se nuclear ou não, se antepostos ou pospostos ao núcleo.

3.1. As variáveis independentes linguísticas

A análise da variável dependente, *concordância nominal de número*, nos municípios pertencentes à microrregião do alto Solimões mostrou que todas as variáveis linguísticas, consideradas na rodada estatística, atuam de maneira significativa na fala dos informantes entrevistados.

A seguir, apresentam-se e discutem-se os resultados estatísticos para cada variável independente na seguinte ordem de seleção estatística: ‘posição dos elementos não nucleares em relação ao núcleo/núcleo’, ‘processos morfofonológicos de formação de plural e tonicidade dos itens lexicais’, ‘marcas precedentes’, ‘contexto fonético-fonológico subsequente e características dos itens lexicais’ (substantivos e adjetivos) e ‘posição linear ocupada no SN’. Vale destacar que além das análises dessas variáveis de maneira isolada, também foram realizadas correlações entre elas que foram bem esclarecedoras para entender, sobretudo, a questão da variação e mudança do fenômeno em foco. No entanto, neste artigo não será possível apresentar a discussão de todas as correlações.

3.1.1. Posição dos elementos não nucleares em relação ao núcleo/núcleo e posição linear

No que diz respeito à variável ‘posição dos elementos não nucleares em relação ao núcleo/núcleo’, foi levantada a hipótese, a partir de alguns trabalhos realizados no Brasil sobre a concordância nominal de número, de que elementos não nucleares antepostos ao núcleo favorecessem a variante “presença de marcas formais/informais de plural”, enquanto elementos não nucleares pospostos a desfavorecessem, assim como núcleos na primeira posição favorecessem a “presença de marcas formais/informais de plural”,

enquanto nas demais a desfavorecessem (Scherre 1988; Fernandes 1996; H. Carvalho 1997; Lopes 2001; Baxter 2009; Santos 2010; Brandão 2011; Silva 2011). Nos dados em discussão, foi encontrado o seguinte resultado:

Fatores	Aplicação/ Total	%	P.R
Elementos não nucleares antepostos: ouvir <i>as</i> palavraØ de Deus (TNT 001 BM)	2900/3022	95%	0,78
Elementos não nucleares pospostos: hospitais <i>lotado</i> Ø (TNT 001 BM)	42/156	26%	0,31
Elementos nucleares: <i>as escola</i> Ø... (FTB 001 AM)	1322/4092	32%	0,28

Significância: 0,048
Input: 0,723

TABELA 1. FREQUÊNCIA E PROBABILIDADE DA VARIANTE “PRESENÇA DE MARCAS FORMAIS/INFORMAIS DE PLURAL”, SEGUNDO A VARIÁVEL POSIÇÃO DOS ELEMENTOS NÃO NUCLEARES EM RELAÇÃO AO NÚCLEO/NÚCLEO

Como se observa, a hipótese levantada é atestada, uma vez que na amostra de fala analisada também os elementos antepostos ao núcleo favorecem a aplicação da regra (0,78), enquanto os elementos pospostos ao núcleo, assim como o núcleo a desfavorecem (0,31 e 0,28, respectivamente). Vale lembrar que nas pesquisas que levaram em conta essa variável, geralmente, ela foi selecionada em primeiro lugar, assim como ocorreu na pesquisa em foco.

É importante ressaltar que os núcleos comportam-se de maneira diferente, conforme a posição ocupada no SN, assim como foi observado em outros trabalhos realizados sobre o PB. Isso pode ser observado melhor através do cruzamento entre as variáveis ‘posição dos elementos não nucleares em relação ao núcleo/núcleo’ e ‘posição linear’, a seguir:

Posição Relativa/ Posição linear	Oc.	Primeira	Oc.	Segunda	Oc.	Terceira	Oc.	Demais
Elementos não nucleares antepostos: ouvir <i>as</i> palavraØ de Deus (TNT 001 BM)	2733/2836	96%	163/179	91%	4/7	57%	0/0	—
Elementos não nucleares pospostos: hospitais <i>lotado</i> Ø (TNT 001 BM)	0/0	—	15/33	45%	27/112	24%	0/100	0%
Núcleo: <i>as escola</i> Ø... (FTB 001 AM)	44/46	96%	1107/3678	30%	108/347	31%	6/21	29%

TABELA 2. FREQUÊNCIA DA VARIANTE “PRESENÇA DE MARCAS FORMAIS/INFORMAIS DE PLURAL”, SEGUNDO AS VARIÁVEIS POSIÇÃO DOS ELEMENTOS NÃO NUCLEARES EM RELAÇÃO AO NÚCLEO E POSIÇÃO LINEAR

Como se observa na Tabela 2, os núcleos na primeira posição apresentam com mais frequência a variante “presença de marcas formais/informais de plural” (96%), enquanto os núcleos em outras posições apresentam com frequência semelhante a “ausência de marcas formais/informais de plural” (segunda: 30%; terceira: 31%; demais: 29%), atestando também a hipótese que foi levantada. Percebe-se, nesse cruzamento, que quanto mais à direita o elemento linguístico estiver no SN, sendo núcleo ou não, há um desfavorecimento maior no uso da aplicação da regra.

Se a variável *posição* for analisada de maneira isolada, assim como fizeram Scherre (1988), Fernandes (1996), H. Carvalho (1997), R. Carvalho (1997), Campos e Rodrigues (2002), Santos (2010) e F. Martins (2010), pode-se atestar o caráter funcional da língua, o de que se retêm a informação relevante no primeiro elemento, evitando, assim a redundância, como se observa a seguir.

Fatores	Aplicação/ Total	%	P.R
Primeira posição: foram <i>meus</i> amigoØ... (FTB 003 AF)	2778/2882	96%	0,79
Segunda posição: umas <i>médica</i> Ø também (FTB 003 AF)	1335/3890	34%	0,28
Terceira posição: meus pais <i>verdadeiro</i> Ø... (JT 001 AF)	145/466	31%	0,28
Demais: os prefeitoØ mais adiant/ mais <i>interessado</i> Ø... (SPO 003 AF), proØ meus irmãoØ mais <i>velho</i> Ø do que eu (STO 003 AM)	6/32	18%	0,20

Significância: 0,048

Input: 0,723

TABELA 3. FREQUÊNCIA E PROBABILIDADE DA VARIANTE “PRESENÇA DE MARCAS FORMAIS/INFORMAIS DE PLURAL”, SEGUNDO A VARIÁVEL POSIÇÃO LINEAR

Nos dados em discussão é também a primeira posição que favorece a aplicação da regra, enquanto as outras posições a desfavorecem. Portanto, percebe-se que quanto mais à direita o elemento linguístico estiver no SN, menos se apresenta a variante “presença de marcas formais/informais de plural”. Ressaltamos que essa variável foi selecionada em sétimo lugar.

Para a maioria dos trabalhos que investigou a variável ‘posição linear’ apenas de maneira isolada, como os de R. Carvalho (1997), Campos e Rodrigues (2002), Santos (2010) e F. Martins (2010), ela se mostra relevante para a interpretação do fenômeno. No entanto, na pesquisa de H. Carvalho (1997), essa variável não se revelou relevante, assim como nos estudos de Scherre (1988) e Fernandes (1996), cujos resultados evidenciam que olhar essa variável conforme a ‘posição que os elementos linguísticos ocupam em relação ao núcleo’ nos dá um melhor entendimento sobre o fenômeno.

Scherre (1988), que propôs essa nova maneira de estudar a variável ‘posição linear’, explica isso tendo em vista o grau de coesão dos elementos linguísticos dentro

dos SNs. Segundo a pesquisadora, “os únicos constituintes que aceitam elementos entre eles, modificadores ou não, são os substantivos e seus elementos pospostos [...]” (Scherre 1998b: 102), estabelecendo, portanto, relações menos coesas entre si e, conseqüentemente, inserindo menos a “presença de marcas formais/informais de plural”, ao passo que a relação entre substantivos e elementos antepostos aceita menos a inserção de elementos entre eles, estabelecendo, assim, uma relação mais coesa e, por isso, marcando “formalmente esta inseparabilidade através de mais inserção de plural” (Scherre 1998b: 102).

Nos dados em questão, embora não verificado estatisticamente, pode-se visualizar alguns exemplos que ilustram o que Scherre (1988) levanta como hipótese. Vale lembrar que são poucos os SNs nessa amostra que apresentam mais de três elementos, principalmente, depois do núcleo.

os prefeitoØ *mais* adiant/*mais* interessadoØ... (SPO 003 AF)
proØ meus irmãoØ *mais* velhoØ do que eu (STO 003 AM)

QUADRO 2. EXEMPLOS DE SNS PRODUZIDOS POR INFORMANTES DA MICRORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES

Uma outra explicação dada para a atuação da variável ‘posição dos elementos não nucleares em relação ao núcleo/núcleo’ é a proposta por Lopes (2001). Segundo a pesquisadora, essa variável deve ser investigada também, conforme o grau de adjacência dos elementos antepostos em relação ao núcleo, se mais à esquerda imediatamente seguidos do núcleo ou à esquerda não seguidos imediatamente do núcleo (*os garotos, os bons garotos*). Ela constata que os da esquerda adjacentes ao núcleo retêm mais a “presença de marcas formais de plural” do que os da esquerda, não adjacente ao núcleo. Isso é explicado pela teoria dos 4M que explicita que os elementos não nucleares imediatamente adjacentes ao núcleo por serem *morfemas gramaticais precoces*, ou melhor, por serem elementos que são gerados juntamente como os *morfemas de conteúdo* (o núcleo do SN), no nível funcional, tendem a não serem apagados, enquanto os demais não seguidos imediatamente do núcleo por serem *morfemas adquiridos posteriormente*, apresentam menor probabilidade da “presença de marcas formais de plural”, já que atendem apenas a estrutura sintática. Baxter (2009) também chega a essa mesma conclusão ao analisar a fala dos informantes de Helvécia (BA). Nos dados aqui discutidos, não se pôde verificar essa hipótese, uma vez que na codificação dos SNs não foi levado em conta o grau de adjacência dos elementos antepostos ao núcleo.

Enfim, observa-se também que olhar a ‘posição que o elemento ocupa em relação ao núcleo’ é mais explicativo do que olhar a ‘classe gramatical’ de maneira isolada. Estudos anteriores ao de Scherre (1988) evidenciaram que elementos de-

terminantes retêm mais a “presença de marcas formais de plural”, do que os substantivos e adjetivos. O que se verifica na verdade, assim como Scherre (1988) e demais pesquisadores tratados nesta pesquisa, é que, independentemente da classe gramatical do elemento analisado, o que explica o funcionamento da concordância nominal de número é olhar a relação das classes antepostas ou pospostas ao núcleo: determinantes na primeira posição à esquerda do núcleo são mais marcados na primeira posição do que nas demais e as outras classes gramaticais pospostas ao núcleo são menos marcadas que os antepostos, também conforme a posição. Enfim, o que importa não é a ‘classe’ nem a ‘posição’, mas a distribuição das classes não nucleares em relação ao núcleo do SN.

Na análise em foco quando se colocava a variável ‘classe gramatical’ nas rodadas aconteciam muitos enviesamentos de dados, por se sobrepor, provavelmente, à variável ‘posição relativa’, por isso, levamos em consideração na discussão dos nossos resultados a rodada que fizemos sem essa variável.

Ao se analisar a variável ‘posição dos elementos não nucleares em relação ao núcleo/núcleo’, o objetivo foi testar os resultados que já se haviam encontrado em relação à concordância nominal de número em alguns trabalhos anteriores realizados no PB, assim como efetuar comparações à luz das conclusões já encontradas para essa variável. Assim, pôde-se ratificar na amostra a hipótese levantada por Scherre em 1988, assim como os resultados que demais pesquisadores que levaram em consideração essa variável atestaram, já que se mostrou uma variável independente significativa para atuação do fenômeno. Observa-se, dessa forma, a regularidade que constitui o sistema linguístico.

3.1.2. Processos morfofonológicos de formação de plural e tonicidade dos itens lexicais

No que se refere à variável ‘processos morfofonológicos de formação de plural e tonicidade dos itens lexicais’, a hipótese levantada era a de que itens lexicais com formação de plural irregular por apresentarem a oposição singular/plural mais perceptível favorecessem mais a “presença de marcas formais de plural” nos elementos dos SNs, enquanto itens com formação de plural regular por apresentarem a oposição singular/plural menos perceptível a desfavorecessem (Scherre 1988; Fernandes 1996; H. Carvalho 1997; R. Carvalho 1997; Lopes 2001; F. Martins 2010; Brandão 2011; Silva 2011). Nesta amostra, os seguintes resultados foram encontrados:

	Fatores	Aplicação/ Total	%	P.R.
+ Saliente	Plural com alternância vocálica nos itens terminados em -l, podendo ou não haver inserção de -s: três <i>policial</i> Ø... (TNT 001 BF)	57/74	77%	0,90
	Plural nos itens terminados em -ão, que ao realizarem plural, sofrem alteração silábica quando a inserção do -s: as <i>apresentaçõe</i> ... mas não sei (STO 001 BF)	45/60	75%	0,86
	Plural dos itens terminados em -s com inserção de -e ou -es: ele 'tá uns quatro <i>meses</i> por aí... (STO 001 AF)	71/95	74%	0,86
	Plural nos itens terminados em -r, com inserção de -e ou -es: três <i>mulher</i> Ø...(FB 001 AM)	95/134	70%	0,85
	Plural duplo com alternância vocálica podendo ou não haver inserção de -s: nesses <i>pasto</i> Ø... (FBT 003 AF)	20/36	55%	0,75
- Saliente	Nomes regulares oxítonos e monossílabos tônicos: pelos <i>igarapés</i> aí (JT 001 BM), a criação dos <i>meus</i> pais... (JT 001 BM)	381/525	72%	0,62
	Regular paroxítono: as <i>criança</i> Ø... (SPO 002 AF)	1952/4558	42%	0,44
	Regulares proparoxítonos: os <i>católico</i> Ø... (STO 002 BF)	18/72	25%	0,37
Significância: 0,048 Input: 0,723				

TABELA 4. FREQUÊNCIA E PROBABILIDADE DA VARIANTE “PRESENÇA DE MARCAS FORMAIS/INFORMAIS DE PLURAL”, SEGUNDO A VARIÁVEL PROCESSOS MORFOFONOLÓGICOS DE FORMAÇÃO DE PLURAL E TONICIDADE DOS ITENS LEXICAIS

Como se observa na Tabela 4, a hipótese é atestada, pois, de maneira geral, os resultados mostram que itens com formação de plural irregular são os que mais favorecem a aplicação da regra, enquanto os de formação regular a desfavorecem. Assim, pôde-se observar também o que Scherre (1988) chama de Princípio da Saliência que explica que formas mais salientes por serem mais perceptíveis tendem a ser mais marcadas.

Esses resultados divergem dos de Scherre (1988) e de Fernandes (1996) no que diz respeito ao fator mais atuante na aplicação da regra. Para essas pesquisadoras, o fator ‘plural duplo’ foi o mais relevante, enquanto na pesquisa em discussão o fator ‘plural com alternância vocálica nos itens terminados em -l’ foi o mais atuante sobre a variante “presença de marcas formais/informais de plural”, semelhante ao resultado de Lopes (2001). Esse resultado também difere da pesquisa de H. Carvalho (1997) que mostrou o fator ‘nomes terminados em -s’ como o mais relevante.

Os resultados aqui discutidos diferem ainda dos de H. Carvalho (1997), Scherre (1988) e Lopes (2001) quanto ao fator menos atuante sobre a variante “presença de marcas formais/informais de plural”. Para as referidas pesquisadoras, o fator ‘regular paroxítono’ foi o menos relevante, enquanto nesta pesquisa foi o ‘regular proparoxítono’, convergindo, assim, para os resultados encontrados por Fernandes (1997).

A análise dessa variável teve como objetivo verificar os resultados já encontrados em alguns trabalhos realizados no Brasil sobre a variável dependente aqui em análise, assim como compará-los. Como se observou nos resultados encontrados, essa variável também se mostra relevante nos dados de fala dos informantes da microrregião do alto Solimões. Ela atua da mesma forma que na fala de informantes de outras regiões do país, uma vez que itens de formação irregular favorecem o uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural”, enquanto os de formação regular a desfavorecem. A única divergência que encontramos tem a ver com a hierarquia dos fatores atuantes sobre a aplicação da regra. Essa variável também foi analisada no trabalho em discussão considerando a correlação com a escolaridade, no entanto, neste artigo não foi possível ser elucidado esse aspecto.

3.1.3. Marcas precedentes

No que se refere à variável ‘marcas precedentes’, a hipótese era de que, assim como encontrado nos trabalhos de Scherre (1988), Fernandes (1997), H. Carvalho (1997) e Lopes (2001), em SNs de três ou mais elementos: marcas levassem a marcas e zeros levassem a zeros. Na amostra em análise foram encontrados os seguintes resultados:

Posição	Fatores	Aplicação/Total	%	P.R.
Segunda	Zero formal na primeira posição: doØ <i>meus</i> colegaØ quando (TNT 001 BM)	107/108	99%	0,97
	Numerais na primeira posição: vinte <i>anos...</i> (TNT 002 AM)	465/1162	40%	0,58
Terceira, quarta, etc.	Presença de marcas formais a partir da primeira posição: as primeiras <i>peessoas</i> eles moravam (JT 001 BF)	41/103	39%	0,53
	Mistura de marca com marca precedente: com aØ <i>minhaS amigas...</i> (JT 001 AF), até doS <i>doze anoØ</i> até (JT 001 AF)	97/298	32%	0,50
Segunda	Presença de “vários”: VÁRIOS remédio.	25/72	34%	0,50
	Presença de marca formal na primeira posição: daque-laS <i>árvore...</i> (FTB 003 BF)	740/2551	29%	0,43

Posição	Fatores	Aplicação/Total	%	P.R.
Terceira, quarta, etc.	Mistura de marca sem marca precedente: uns bichinhoØ <i>preto</i> Ø... (FTB 003 BF), esses bairroØ mais... <i>distante</i> Ø... (JT 001 BF)	11/94	11%	0,14
Significância: 0,048 Input: 0,723				

TABELA 5. FREQUÊNCIA E PROBABILIDADE DA VARIANTE “PRESENÇA DE MARCAS FORMAIS/INFORMAIS DE PLURAL”, SEGUNDO A VARIÁVEL *MARCAS PRECEDENTES*

Como se observa, a hipótese é atestada, uma vez que nos dados aqui discutidos, em SNs de três ou mais elementos a “presença de marca formal/informal de plural” anterior ao elemento em análise leva a “presença de marca formal/informal de plural” (aS primeiraS *pessoa*S, aØ minhaS *amiga*S), enquanto a “ausência de marca formal/informal de plural” anterior ao elemento em análise leva a “ausência de marca formal/informal de plural” (unS bichinhoØ *preto*Ø). Mas se observa que o favorecimento da aplicação da regra para o fator ‘presença de marca formal a partir da primeira posição’ é muito próximo ao ponto neutro, diferenciando dos resultados de Scherre (1988), Fernandes (1996), H. Carvalho (1997) que mostraram um maior favorecimento. E para o fator ‘mistura de marca com marca precedente’ fica no ponto neutro, diferenciando-se também dos resultados de Scherre (1988), Fernandes (1996) e H. Carvalho (1997) que evidenciaram também um favorecimento maior. É importante lembrar que essa variável foi selecionada em terceiro lugar na rodada estatística desta pesquisa.

Os resultados encontrados aproximam-se um pouco dos resultados de Baxter (2009) que investigou a comunidade de Helvécia em Salvador, pois ele mostrou que há um desfavorecimento da “presença de marcas formais de plural” na terceira posição tanto pelo fator ‘mistura de marcas com marca formal precedente’ (“aS meninaS bonitaØ”) quanto pelo fator ‘mistura de marca com zero formal precedente’ (“aS meninaØ bonitaØ”).

Segundo Scherre (1988), os resultados da variável ‘marcas precedentes’ não atestam a visão funcionalista da língua a qual mostra a tendência a se eliminar informação redundante. A autora prefere explicar os resultados dessa variável em função do Processamento com Paralelismo, princípio que subjaz a tendência de formas semelhantes na língua se agruparem.

Ainda, nos resultados, observaram-se os numerais favorecendo a “presença de marca formal/informal de plural” no elemento seguinte, convergindo para os resultados de Scherre (1988), Fernandes (1997), H. Carvalho (1997) e Lopes (2001). Verifica-se, então, que a presença de marca semântica de plural (“ausência de marca formal/informal de plural”, portanto) influencia a “presença de marca formal/informal de plural” no elemento seguinte.

Ao se analisar a variável ‘marcas precedentes’, conforme proposto por Scherre (1988), também se teve como objetivo testar os resultados encontrados por outros trabalhos que a levaram em consideração, assim como fazer uma comparação. Ratificou-se, pois, a hipótese para os SNs que possuem três ou mais elementos, pois também na fala dos informantes da pesquisa em discussão, “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros”, embora com um baixo favorecimento nos fatores ‘presença de marcas formais a partir da primeira posição’ (“as primeiras *peessoas* eles moravam”: 0,53) e ‘mistura de marca com marca precedente’ (“com aØ minha*S amigas*”: 0,50), comparado a outros estudos. Vale ressaltar que essa variável independente foi também discutida na pesquisa em análise do ponto de vista do vocábulo fonológico que mostrou uma tendência de se eliminar informações redundantes, atestando a hipótese funcionalista (*cf.* Martins 2013).

3.1.4. Contexto fonético-fonológico subsequente

No que diz respeito à variável *contexto fonético-fonológico subsequente*, a hipótese era a de que a *pausa* favorecesse mais a variante “presença de marcas formais/informais de plural”, enquanto a *consoante* e a *vogal* a desfavorecessem, assim como foi encontrado por Scherre (1988), Fernandes (1996) e Lopes (2001). Na análise dos dados, foram encontrados os seguintes resultados:

Fatores	Aplicação/Total	%	P.R.
Vogal: agora <i>as</i> outra minha irmã não... (STO 001 AF)	753/1134	66%	0,59
Pausa: com aqueles <i>caderno</i> Ø... (SPO 003 BF)	689/1911	36%	0,55
Consoante: aØ <i>minhas</i> peças e... (STO 001 BF).	2822/4225	66%	0,45

Significância: 0,048
Input: 0,723

TABELA 6. FREQUÊNCIA E PROBABILIDADE DA VARIANTE “PRESENÇA DE MARCAS FORMAIS/INFORMAIS DE PLURAL”, SEGUNDO A VARIÁVEL *CONTEXTO FONÉTICO-FONOLÓGICO SUBSEQUENTE*

Como se percebe, não se atestou a hipótese levantada, pois para os informantes das cidades investigadas pertencentes à microrregião do alto Solimões a ‘vogal’ é que favorece o uso da aplicação da regra (0,59), e, em seguida, a ‘pausa’ (0,55). E como fator desfavorecedor, temos a ‘consoante’ (0,45). Esse resultado, no entanto, é semelhante ao de F. Martins (2010) ao realizar essa mesma pesquisa com moradores da cidade de Benjamin Constant que também faz parte dessa microrregião².

² Vale lembrar que F. Martins (2010) não trabalhou com peso relativo.

Vale lembrar que a não atuação da ‘vogal’ sobre o uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural” nos dados de fala de outras pesquisas, como de Scherre (1988) e Fernandes (1996), era explicado pelo efeito da dissimilação, a haplologia sintática, principalmente nos itens terminados em /S/. Para elas, o que acontecia era uma tendência de se eliminar sílabas iguais ou semelhantes, como em “quantaz vez eu” (Scherre 1988: 251). No entanto, nos resultados aqui em análise não se atestou essa hipótese. O que parece haver é uma tendência à busca do padrão silábico (CV), por isso quando o contexto seguinte ao {-s} morfêmico é uma vogal há uma tendência a mantê-lo, havendo, pelo contrário, um processo de assimilação (“se atrepava naquelaS Árvores”, TNT 001 AF).

O objetivo de se analisar a variável *contexto fonético-fonológico subsequente* era o de observar se ela atua na amostra de dados de fala do alto Solimões da mesma forma que atuou em outros dados de fala do PB. A rodada estatística aqui em discussão mostrou que é uma variável importante na variação da *concordância nominal de número*, foi selecionada em sexto lugar, porém não se atestou a hipótese quanto ao fator mais atuante para o uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural”, pois foi a *vogal*, ao invés da *pausa*, que mais condicionou a utilização dessa variante na fala dos informantes entrevistados na microrregião do alto Solimões. Vale ressaltar que essa variável foi também analisada considerando traço de sonoridade e ponto de articulação, mas neste trabalho não foi possível serem mostrados os resultados.

3.1.5. Características dos itens lexicais (substantivos e adjetivos)

No que se refere à variável ‘características dos itens lexicais (substantivos e adjetivos)’, a hipótese era a de que o uso de substantivos e adjetivos com morfemas derivacionais no diminutivo e no aumentativo tendessem a não favorecer a “presença de marcas formais/informais de plural”, enquanto essas classes gramaticais sem esses morfemas a favorecessem, conforme encontrado por Scherre (1988), Fernandes (1996) e Campos e Rodrigues (2002). Vejamos o que foi encontrado no *corpus* em discussão:

Fatores	Aplicação/ Total	%	P.R.
Aumentativo: umas <i>barrigonas</i> de pano (SPO 001 AM)	2/5	40%	0,68
Normal: vem os <i>macaco</i> tal (SPO 001 AM)	1432/4251	33%	0,50
Diminutivo: os <i>meninozinho</i> entram (SPO 002 AF)	11/74	14%	0,32

Significância: 0,048
 Inpu: 0,723

TABELA 7. FREQUÊNCIA E PROBABILIDADE DA VARIANTE “PRESENÇA DE MARCAS FORMAIS/INFORMAIS DE PLURAL”, SEGUNDO A VARIÁVEL CARACTERÍSTICAS DOS ITENS LEXICAIS (SUBSTANTIVOS E ADJETIVOS)

Como se observa, atestou-se em parte a hipótese levantada, pois substantivos e adjetivos com morfemas indicando diminutivo desfavorecem a aplicação da regra (0,32). No entanto, os substantivos e adjetivos com morfemas indicando aumentativo favorecem (0,68). Para Scherre (1988), Fernandes (1996) e Campos e Rodrigues (2002), essas formas são consideradas menos formais e, portanto, apareceriam em situação de fala “informal”, como no caso de entrevistas de narrativas pessoais. Consequentemente, esperava-se que tanto o aumentativo quanto o diminutivo desfavorecessem a “presença de marcas formais/informais de plural”. Nos resultados em análise, essas formas aparecem muito pouco em relação à quantidade de dados codificados. E, talvez, as formas no aumentativo (cinco ocorrências apenas) acabam sendo mais perceptíveis para os informantes que, consequentemente, utilizam mais a “presença de marcas formais/informais de plural”.

A análise da variável ‘características dos itens lexicais (substantivos e adjetivos)’ teve como objetivo verificar os resultados encontrados em outras pesquisas sobre o PB que levaram em conta essa variável. Como se verificou, ela se mostrou atuante nos dados de fala investigados neste estudo, porém não se atestou em parte a hipótese levantada, pois foram os substantivos e adjetivos com morfemas indicando o aumentativo que favoreceram o uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural”, o que não era esperado, já que os resultados de estudos anteriores mostraram que essa forma é característica de situações mais “informais” de fala e, portanto, não favoreceria o uso dessa variante, utilizada numa situação mais “formal”. Destaca-se que essa variável também foi analisada em correlação à variável escolaridade (*cf.* Martins 2013).

3.2. As variáveis independentes extralinguísticas

A análise da variável dependente ‘concordância nominal de número’, nos municípios pertencentes à microrregião do alto Solimões, mostrou que todas as variáveis extralinguísticas, controladas nesta pesquisa, atuam de maneira significativa na fala dos informantes entrevistados.

A seguir, apresentam-se e discutem-se os resultados estatísticos para cada variável independente na seguinte ordem de seleção estatística: ‘escolaridade’, ‘diatopia’, ‘mobilidade’, ‘idade’, ‘localismo’, ‘ocupação’ e ‘sexo/gênero’.

3.2.1. Escolaridade

Em relação à variável ‘escolaridade’, a hipótese era a de que informantes com maior nível de escolaridade tendessem ao uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural”, assim como foi mostrado nos estudos de Scherre (1988),

Fernandes (1996), H. Carvalho (1997), R. Carvalho (1997), Lopes (2001), Campos e Rodrigues (2002), Veis Ribeiro e Loregian-Penkal (2009), Santos (2010), Brandão (2011) e Silva (2011). Na Tabela 12 ilustram-se os resultados que foram encontrados:

Fatores	Aplicação/ Total	%	P.R
9 a 11 anos	2124/3315	64%	0,57
4 a 8 anos	2140/3955	54%	0,43
Significância: 0,048 Input: 0,723			

TABELA 8. FREQUÊNCIA E PROBABILIDADE DA VARIANTE “PRESENÇA DE MARCAS FORMAIS/INFORMAIS DE PLURAL”, SEGUNDO A VARIÁVEL ESCOLARIDADE

Como se observa, atestou-se a hipótese levantada, uma vez que são os informantes com maior nível de escolaridade que favorecem o uso da variante “presença de marca formais/informais de plural” (0,57), enquanto os menos escolarizados a desfavorecem (0,43). Assim, atesta-se o que vários estudos sociolinguísticos têm mostrado em relação não só à variação na concordância nominal de número, mas em relação a outros níveis de análise linguística, que quanto mais tempo os falantes são expostos às regras da gramática normativa, mais tendem a usar as formas consideradas de maior “prestígio” na língua. Ressalta-se que essa variável foi selecionada em quarto lugar dentre as variáveis controladas nesta pesquisa.

A análise da variável ‘escolaridade’ teve como objetivo atestar ou não os resultados já encontrados para essa variável nas pesquisas referidas no primeiro capítulo. Como se verificou, atestou-se a hipótese levantada, tendo em vista que essa variável também se mostrou atuante na fala dos moradores entrevistados da microrregião do alto Solimões, assim como revelou que quanto maior o nível de escolaridade dos informantes, mais eles utilizam a variante privilegiada nas escolas, a “presença de marcas formais/informais de plural”. Ressalta-se que essa variável também foi análise considerando algumas correlações (*cf.* Martins 2013).

3.2.2. Diatopia

No que se refere à variável ‘diatopia’, a hipótese era a de encontrar semelhanças no uso da variável ‘concordância nominal de número’, já que cada uma das localidades investigadas apresenta um perfil sócio-histórico parecido, recebendo, dessa forma, influências externas semelhantes. Nos dados em discussão foram encontrados os seguintes resultados:

Fatores	Aplicação/Total	%	P.R.
São Paulo de Olivença	1191/1910	62%	0,57
Jutaí	781/1211	64%	0,54
Santo Antônio do Içá	895/1520	58%	0,51
Fonte Boa	754/1356	55%	0,42
Tonantins	643/1273	50%	0,41

Significância: 0,048
Input: 0,723

TABELA 9. FREQUÊNCIA E PROBABILIDADE DA VARIANTE “PRESENÇA DE MARCAS FORMAIS/INFORMAIS DE PLURAL”, SEGUNDO A VARIÁVEL *DLATOPIA*

Como se observa, a cidade de São Paulo de Olivença, Jutaí e Santo Antônio do Içá favorecem o uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural” (0,57, 0,54 e 0,51, respectivamente), enquanto Fonte Boa e Tonantins a desfavorecem (0,42 e 0,41, respectivamente). Vale lembrar que essa variável foi selecionada em quinto lugar dentre as variáveis controladas nesta pesquisa.

Chama a atenção nesses resultados que o favorecimento do uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural” nas cidades investigadas não é tão alto. Isso pode ser explicado por se tratarem de cidades que, em comparação com a capital Manaus (AM)- que é uma cidade mais desenvolvida (há faculdades, livrarias, Shoppings etc.), “exigindo”, dessa forma, o uso de variantes mais prestigiadas socialmente, podem ser consideradas menos urbanas, já que são menos desenvolvidas, por exemplo, no máximo, algumas cidades apresentavam há alguns anos atrás nível de escolaridade até o Ensino Médio, não têm livrarias, shoppings etc. E também podem ser consideradas mais isoladas, já que as pessoas não apresentam tanto grau de deslocamento para outras cidades, principalmente a capital cujo meio de acesso é quase exclusivamente através de barcos³, não sofrendo, dessa forma, tantas influências externas.

Comparando o resultado entre as cidades em estudo, as que favorecem o uso da variante mais prestigiada (São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá e Jutaí) já apresentam alguns cursos de nível superior que são realizados, geralmente, em período de recesso escolar (Normal Superior, oferecido pela Universidade do Estado do Amazonas) ou cursos técnicos (Enfermagem, oferecido por instituições particulares). Dessa forma, recebem em suas cidades pessoas que vêm, por exemplo, da capital do Estado para ministrar esses cursos, sendo, assim, mais suscetíveis a influências externas.

Tonantins que apresenta um desfavorecimento da aplicação da regra, dentre essas cidades investigadas, é que parece estar bem no início de desenvolvimento, apre-

³ Vale destacar que são viagens bem longas e cansativas. Por exemplo, de São Paulo de Olivença até Manaus, descendo o rio, a viagem dura, mais ou menos, uns três dias. De Manaus para São Paulo de Olivença, subindo o rio, uns cinco dias. De Fonte Boa até Manaus, descendo o rio, uns dois dias. De Manaus até Fonte Boa, subindo o rio, mais ou menos, uns três dias.

senta poucas escolas e o mercado de trabalho não exige tanto o uso de formas de prestígio, já que a maioria dos entrevistados vive da agricultura, pesca etc. Uma outra característica dessa cidade é seu isolamento. Os informantes entrevistados saem muito pouco de lá para outras cidades, mesmo que próximas, e, também, não existe tanto fluxo de pessoas de outras cidades, recebendo, assim, poucas influências externas. A maioria dos entrevistados, no máximo, sai para as comunidades ribeirinhas pertencentes à cidade que se caracterizam por serem bem pequenas e isoladas, o único acesso é através de barcos (canoas, principalmente).

Fonte Boa que também apresenta um desfavorecimento da variante considerada de prestígio caracteriza-se, diferentemente de Tonantins, por ter mais escolas e ser um pouco mais desenvolvida. Em período de recesso escolar, já recebeu curso superior oferecido pela Universidade do Estado do Amazonas, Normal Superior, e cursos técnicos (Tecnólogo em pesca, por exemplo, ofertada por Instituições particulares). Apresenta, assim, pelo menos em período de férias fluxo de pessoas de outras cidades, no caso, Manaus (Amazonas). A explicação para o baixo uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural” talvez se dê pela ‘ocupação’ dos entrevistados. Dos dez entrevistados, apenas três ocupavam profissão de cotação alta (professora aposentada, agente de saúde, funcionário público) e os demais de cotação média (motociclista, fazendeiro, comerciante) e baixa (dona de casa, manicure, cozinheira, aposentado). Ao se olhar, ainda, mais detalhadamente a variável ‘localismo’ neste artigo, observaremos que 100% dos entrevistados são considerados bem integrados à cidade, e, provavelmente, por isso, não são sujeitos tanto às influências externas das pessoas que lá aparecem esporadicamente ou das cidades que já conheceram ou moraram.

Ao se analisar a variável ‘diatopia’ teve-se como objetivo observar como ela influencia no uso das variantes da variável ‘concordância nominal de número’ e como essas variantes estão distribuídas no espaço. Atestou-se que é uma variável atuante na fala dos informantes entrevistados nesta pesquisa, assim como se observou que as cidades investigadas se comportam de maneira semelhante quanto ao uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural”, pois todas apresentam um baixo uso dessa variante em comparação a outras cidades já investigadas no PB. Os resultados das localidades que apresentam um desfavorecimento mais significativo podem ser explicados pelos seus perfis sócio-históricos, assim como pela influência de outras variáveis sociais. Assim, confirma-se o que estudos geolinguísticos vêm observando que cada localidade dependendo da influência externa a que está sujeita caracteriza-se pelo uso de uma ou outra variante linguística.

3.2.3. Mobilidade

No que se refere à ‘mobilidade’, a hipótese era a de que os informantes com alto grau de deslocamento do seu lugar de origem tendessem a adotar valores sociais e

linguísticos externos (quanto ao uso da variável ‘concordância nominal de número’ pode ser tanto a “presença de marcas formais/informais de plural” quanto a “ausência de marcas formais/informais de plural”), enquanto os que apresentam menor grau de deslocamento tendessem a adotar os valores linguísticos e sociais do local de origem (Milroy 2004; Battisti *et al.* 2007), no caso a “presença de marcas formais/informais de plural”. Na amostra em análise, encontram-se os resultados que seguem na Tabela 10:

Fatores	Aplicação/ Total	%	P.R.
Pouca	807/1182	68%	0,60
Informação não evidente	538/924	58%	0,59
Média	578/987	58%	0,46
Muita	2341/4177	56%	0,45

Significância: 0,048
Input: 0,723

TABELA 10. FREQUÊNCIA E PROBABILIDADE DA VARIANTE “PRESENÇA DE MARCAS FORMAIS/INFORMAIS DE PLURAL”, SEGUNDO A VARIÁVEL MOBILIDADE

Como se observa, atestou-se a hipótese levantada, tendo em vista que os informantes com ‘pouco grau de deslocamento’ são os que favorecem o uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural” (0,59), adotando, portanto, a variante linguística da ‘concordância nominal de número’ mais utilizada nessa região (“presença de marcas formais/informais de plural: 58%), em relação aos de ‘média’ e ‘muita mobilidade’ que a desfavorecem (0,46 e 0,45, respectivamente), os quais pelo alto grau de deslocamento, provavelmente, adotam valores linguísticos externos. Ressalta-se que essa variável foi selecionada em oitavo lugar dentre as variáveis controladas nesta pesquisa.

Vale lembrar que informantes considerados de ‘média’ e ‘muita mobilidade’ caracterizam-se na amostra em discussão, a grande maioria, por terem morado muito tempo em comunidades ribeirinhas pertencentes às cidades investigadas da microrregião do alto Solimões. Essas comunidades caracterizam-se por serem bem isoladas, pouco habitadas e bem pouco desenvolvidas. São áreas consideradas rurais e a maioria não tem escola ou quando tem apresentam até o quinto ano do ensino fundamental. E esse, por exemplo, foi o motivo de a maioria das pessoas ter se mudado dessas zonas rurais para as zonas urbanas.

Por se tratarem de áreas em que não se “exige” o uso de variantes prestigiadas socialmente, devem, provavelmente, adotar a variante “ausência de marcas formais/informais de plural” e, assim esses resultados refletem esses valores externos. Vale lembrar que alguns dos informantes de ‘média’ ou ‘muita mobilidade’ residiram em

Manaus também, mas foram muito poucos, uma vez que sair de sua cidade para a capital do Amazonas é um processo lento e de difícil acesso. A maioria dos que vão para Manaus acaba retornando a sua cidade e a valorizam ainda mais.

O objetivo de se analisar a variável ‘mobilidade’ era o de mostrar a importância de se olhar para variáveis sociais não clássicas a fim de atestar ou não se características mais peculiares dos indivíduos entrevistados influenciam no uso de uma ou outra variante. Através dos resultados aqui elucidados atesta-se que essa variável é atuante sobre o fenômeno em estudo, assim como foi na pesquisa de Milroy (2004), Battisti *et al.* (2007) e Monguilhott (2009). Dessa forma, não é só o ‘tipo social’ do informante (‘idade’, ‘escolaridade’, ‘sexo/gênero’) que explica o uso de uma ou outra variante, mas também características dele em relação à cidade a que pertencem: indivíduos que apresentam uma ‘maior mobilidade’ tendem ao uso de padrões linguísticos externos a sua localidade e indivíduos que apresentam ‘pouca mobilidade’ tendem a valorizar o uso de variantes linguísticas da cidade a que pertencem.

3.2.4. Idade

No que se refere à ‘idade’, a hipótese era a de que a ‘concordância nominal de número’ constituísse uma variação estável nos dados de fala analisados nesta pesquisa, já que F. Martins (2010) ao analisar a fala de parte dos informantes da microrregião aqui investigada mostrou uma frequência equilibrada de “presença de marcas formais/informais de plural” tanto na fala dos informantes mais jovens quanto na dos mais velhos. A análise estatística dos dados em análise mostrou os seguintes resultados:

Fatores	Aplicação/ Total	%	P.R.
18 a 35 anos	1281/2069	61%	0,55
36 a 55 anos	1399/2362	59%	0,50
mais de 56	1583/2838	55%	0,45

Significância: 0,048
Input: 0,723

TABELA 11. FREQUÊNCIA E PROBABILIDADE DA VARIANTE “PRESENÇA DE MARCAS FORMAIS/INFORMAIS DE PLURAL”, SEGUNDO A VARIÁVEL *IDADE*

Como se observa, não se atestou a hipótese levantada, pois o que se verificou é que são os jovens (18 a 35 anos) os mais favorecedores da variante “presença de marcas formais/informais de plural” (0,55), enquanto os mais velhos (mais de 56) a desfavorecem (0,45). Assim, constatamos uma possível mudança em progresso em direção a um sistema com a “presença de marcas formais/informais de plural”, como foi encontrado por H. Carvalho (1997) ao analisar a fala de moradores de João Pes-

soa (PB); por Baxter (2009) ao analisar a fala de moradores de um comunidade não urbana (Helvécia/BA); Veis Ribeiro e Loregian-Penkal (2009) ao analisar a fala de moradores de algumas cidades do Paraná; por Brandão (2011) ao analisar a fala de moradores de Nova Iguaçu (RJ) e Silva (2011) ao analisar a fala de moradores de Vitória (ES). Vale lembrar que essa variável foi selecionada em nono lugar dentre as variáveis controladas nesta pesquisa.

A análise da variável 'idade' teve como objetivo verificar as hipóteses levantadas nas pesquisas realizadas sobre o PB quanto à 'concordância nominal de número'. Para algumas pesquisas, ela se mostra uma variável atuante (depois das variáveis sociais 'escolaridade' e 'sexo/gênero'), enquanto para outras nem é selecionada pelo programa estatístico. Para aquelas que se mostrou relevante encontra-se ou um padrão curvilíneo indicando uma variação estável (Scherre 1988; F. Martins 2010) ou um padrão linear indicando uma possível mudança em progresso em direção a um sistema sem a "presença de marcas formais/informais de plural", principalmente quando correlacionado a outras variáveis (Scherre 1988; Fernandes 1996; Lopes 2001) ou em direção a um sistema com a "presença de marcas formais/informais de plural" (H. Carvalho 1997; Baxter 2009; Veis Ribeiro e Loregian-Penkal 2009; Brandão 2011; Silva 2011). Na fala dos moradores da microrregião aqui em estudo essa variável se mostrou relevante e parece haver um padrão linear indicando uma possível mudança em direção a um sistema com a variante "presença de marcas formais/informais de plural", quando se olha essa variável isoladamente. Ao se correlacionar à variável 'sexo/gênero', já não se encontra esse mesmo padrão (*cf.* Martins 2013).

3.2.5. Localismo

No que se refere à variável 'localismo', a hipótese era a de que os informantes que apresentam um maior sentimento de pertencimento ao seu local de origem tendessem a adotar os valores linguísticos e sociais dele, enquanto aqueles que não gostam do seu lugar de origem, desejando morar em outra localidade, tendessem a adotar valores linguísticos e sociais de um grupo externo de referência. Na amostra em discussão, os resultados encontrados foram os que seguem na Tabela 12.

Fatores	Aplicação/Total	%	P.R
Bem integrado	3531/5902	59%	0,51
Pouco integrado	186/311	59%	0,51
Mais ou menos integrado	547/1057	51%	0,39

Significância: 0,048
Input: 0,723

TABELA 12. FREQUÊNCIA E PROBABILIDADE DA VARIANTE "PRESENÇA DE MARCAS FORMAIS/INFORMAIS DE PLURAL", SEGUNDO A VARIÁVEL LOCALISMO

Como se observa, atestou-se em parte a hipótese levantada, uma vez que os informantes com um maior sentimento de pertencimento à cidade em que residem favorecem relativamente o uso da variante linguística do local de origem, “presença de marcas formais/informais de plural” (0,51). No entanto, observou-se também que os informantes considerados ‘pouco integrados’ à cidade em que residem favorecem também o uso da variante do seu local de origem (0,51), enquanto os considerados ‘mais ou menos integrados’ a desfavorecem (0,39). Pode-se pensar que alguns dos informantes, considerados ‘pouco integrados’ apresentem maior mobilidade e assim valorizem variantes externas que no caso também é a variante de maior prestígio social, como se observou na correlação entre ‘localismo’ e ‘mobilidade’ (cf. Martins 2013). Ressalta-se que a variável ‘localismo’ foi selecionada em décimo lugar dentre as variáveis controladas nesta pesquisa.

Ao se analisar a variável ‘localismo’ também teve-se como foco observar a importância de se olhar para características mais peculiares dos indivíduos entrevistados, além da ‘idade’, ‘escolaridade’ e ‘sexo/gênero’. Através da análise realizada com dados de falantes do alto Solimões, percebeu-se que é uma variável atuante, assim como foi nos trabalhos de Milroy (2004) e Monguilhott (2009). Os resultados aqui expostos evidenciaram que o sentimento de pertencimento ao local de origem influencia no uso de uma ou outra variante da variável ‘concordância nominal de número’.

3.2.6. Ocupação

No que se refere à variável ‘ocupação’, a hipótese era a de que os informantes que no mercado de trabalho estivessem envolvidos em ocupação que “exija” o uso de formas socialmente prestigiadas tendessem ao uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural”, assim como foi atestado por Scherre (1988), R. Carvalho (1997) e Baxter (2009). Na Tabela 13, a seguir, ilustra-se o que se encontrou a partir da análise estatística dos dados em discussão:

Fatores	Aplicação/Total	%	P.R.
Alta: Estudante, professor, professor aposentado, funcionário público, gestor, funcionário público saúde, agente de saúde, auxiliar de contabilidade, vereador, auxiliar administrativo.	1612/2553	63%	0,55
Média: Comerciante, autônomo, entregador, moto-táxi, fazendeiro, atendente.	1029/1691	60%	0,53
Baixa: Agricultor, carregador, dona de casa, auxiliar de serviços gerais, pescador, manicure, cozinheiro, aposentado.	1623/3026	53%	0,43
Significância: 0,048 Input: 0,723			

TABELA 13. FREQUÊNCIA E PROBABILIDADE DA VARIANTE “PRESENÇA DE MARCAS FORMAIS/INFORMAIS DE PLURAL”, SEGUNDO A VARIÁVEL OCUPAÇÃO

Como se observa, atestou-se a hipótese levantada, pois os informantes cuja ocupação no mercado de trabalho “exige” formas linguísticas prestigiadas socialmente são os favorecedores da aplicação da regra (alta: 0,55; média: 0,53), enquanto os informantes que estão envolvidos em ocupações que não “exijam” o uso da variante prestigiada socialmente desfavorecem a aplicação da regra (0,43). Vale lembrar que essa variável foi selecionada em décimo primeiro lugar dentre as variáveis controladas nesta pesquisa.

Ao se analisar a variável ‘ocupação’ teve-se como objetivo investigar o efeito de variáveis sociais consideradas por Scherre (1988) não clássicas. Viu-se na pesquisa em discussão que essa variável se mostrou importante na fala dos moradores entrevistados na microrregião do alto Solimões (Amazonas), atestando a hipótese de que informantes cuja ocupação exija o uso de formas mais privilegiadas socialmente tendam a usar variantes de prestígio. Confirma-se, então, a importância de não só olhar as variáveis clássicas (‘idade’, ‘sexo/gênero’, ‘escolaridade’) num estudo sociolinguístico, mas também outras variáveis que detalham mais o tipo social do informante. Ressalta-se que essa variável foi investigada também correlacionada à ‘idade’ e ao ‘sexo/gênero’ (cf. Martins 2013) mostrando resultados importantes.

3.2.7. Sexo/gênero

No que se refere à variável ‘sexo/gênero’, a hipótese era a de que as mulheres tendessem ao uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural”. Essa hipótese leva em consideração os resultados encontrados por F. Martins (2010) ao investigar um dos municípios pertencentes à microrregião do alto Solimões no Amazonas (Benjamin Constant). Tal resultado também foi encontrado por Scherre (1988), Fernandes (1996), Campos e Rodrigues (2002) e Santos (2010).

Fatores	Aplicação/Total	%	P.R.
Mulher	2442/4047	60%	0,52
Homem	1822/3223	56%	0,47

Significância: 0,048
Input: 0,723

TABELA 14. FREQUÊNCIA E PROBABILIDADE DA VARIANTE “PRESENÇA DE MARCAS FORMAIS/INFORMAIS DE PLURAL”, SEGUNDO A VARIÁVEL SEXO/GÊNERO

Como se verificou, atestou-se a hipótese levantada, uma vez que nos dados em análise são as mulheres que favorecem o uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural” (0,52), enquanto os homens a desfavorecem (0,47), embora de maneira não tão significativa, assim como foi encontrado nos trabalhos mencionados

no parágrafo anterior. Assim, atestou-se também a tendência, pelo menos, na organização social ocidental de as mulheres serem mais sensíveis às normas de prestígio pelo papel conservador que ocupam na sociedade (Paiva 2008). Vale lembrar que essa variável foi selecionada em penúltimo lugar dentre as variáveis controladas nesta pesquisa.

Ao se analisar a variável 'sexo/gênero' teve-se como objetivo atestar ou não os resultados encontrados em outros trabalhos, assim como compará-los. Ratificou-se a hipótese levantada de que as mulheres tendem ao uso da variante de prestígio, assim como foi encontrado nos trabalhos de Scherre (1988), Fernandes (1996), Campos e Rodrigues (2002), Santos (2010) e F. Martins (2010). Vale lembrar que na pesquisa de R. Carvalho (1997), Baxter (2009) e Silva (2011) foram os homens que utilizaram mais essa variante, resultado que é explicado pelos dois primeiros autores pelo efeito do mercado ocupacional. É importante salientar que essa variável também foi observada a partir da correlação com a 'escolaridade' e 'ocupação' (*cf.* Martins 2013).

4. Considerações finais

Uma das preocupações dos sociolinguistas, segundo Guy (2000), quando se discute o conceito de comunidade de fala, é buscar padrões de distribuições de diferenças que caracterizam uma comunidade de fala de outra. Assim, esses pesquisadores buscam entender como os efeitos das restrições variáveis se encaixam nesse processo e se a partir dos pesos relativos podem-se discernir padrões significativos ou interpretáveis.

A respeito da análise da concordância nominal de número na microrregião do alto Solimões realizada, os resultados mostram que a regra de funcionamento dessa variável não difere muito da de outros *corpora* do PB, principalmente no que diz respeito às variáveis independentes linguísticas.

Observa-se que os informantes da microrregião investigada apresentam os mesmos efeitos internos restritivos para essa variável, pois os grupos de fatores a 'posição em relação ao núcleo/núcleo', 'marcas precedentes', 'processos morfofonológicos de formação de plural e tonicidade dos itens lexicais' e 'contexto fonético-fonológico subsequente' mostraram-se relevantes para se entender esse fenômeno variável, assim como se mostraram nos resultados de fala do Rio de Janeiro (Scherre 1988), de Florianópolis (Fernandes 1996), de Chapecó (Fernandes 1996), de Panambi (Fernandes 1996), de Irati (Fernandes 1996), de João Pessoa (H. Carvalho 1997), de Rio Branco (R. Carvalho 1997), de Salvador (Lopes 2001), de Helvécia (Baxter 2009), de Pedro Leopoldo (Santos 2010), de Vitória (Silva 2011), de Nova Iguaçu (Brandão 2011). O que diverge de uma localidade para outra tem a ver com a hierarquia de fatores atuantes para algumas variáveis. Encontrou-se, principalmente, para as variáveis 'posição em relação ao núcleo/núcleo' e 'processos morfofonológicos de formação de plural e tonicidade dos itens lexicais' (de maneira geral) alta coerência sobre os efeitos dos

fatores, pois têm-se sempre ‘elementos não nucleares antepostos’ favorecendo o uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural” e ‘núcleos’ e ‘elementos não nucleares pospostos’ a desfavorecendo, e ‘itens de formação irregular de plural’ favorecendo a aplicação da regra e de ‘formação regular’ desfavorecendo. Observou-se, assim, que a microrregião do alto Solimões compartilha sistematicamente as mesmas restrições linguísticas sobre a variação aqui investigada, não parecendo, assim, se tratar de uma “comunidade de fala” distinta e sim fazendo parte de uma “comunidade de fala” maior que constitui o PB. Para Guy (2000: 21-22):

As comunidades estariam encaixadas umas dentro das outras como bonecas russas, e os falantes compartilhariam o maior número de características com seus vizinhos imediatos, seguidos por compatriotas regionais e nacionais, terminando com um mínimo de características compartilhadas com outros falantes da mesma língua onde quer que se encontrassem no globo terrestre. Outras comunidades, porém, podem estar interligadas: subcomunidades definidas por vizinhança e redes comunicativas pessoais, por classe social, etnia, religião, ocupação, etc., uniriam falantes a várias comunidades sobrepostas e cruzadas.

Para as variáveis independentes extralinguísticas, os informantes da microrregião do alto Solimões parecem compartilhar também dos mesmos traços que regem a variação na concordância nominal de número em outras localidades do Brasil, principalmente no que diz respeito às variáveis sociais consideradas clássicas (‘idade’, ‘sexo/gênero’, ‘escolaridade’). Quanto à ‘idade’, olhada de maneira isolada, a amostra aqui em discussão compartilha o mesmo efeito restritivo encontrado nos dados de fala de João Pessoa (H. Carvalho 1997), de Helvécia (Baxter 2009), do Paraná (Veis Ribeiro e Loregian-Penkall 2009), de Nova Iguaçu (Brandão 2011) e Vitória (Silva 2011), pois constatou-se também uma possível mudança em progresso em direção a um sistema com a “presença de marcas formais/informais de plural”. Quanto ao ‘sexo/gênero’, observou-se os informantes do alto Solimões compartilhando a mesma regra de funcionamento, como na maioria dos trabalhos realizados sobre o PB, pois encontrou-se as mulheres tendendo ao uso da variante de prestígio. Esse resultado somente diverge dos resultados de R. Carvalho (1997), Baxter (2009) e Silva (2011) que evidenciaram os homens tendendo ao uso dessa variante. Quanto à ‘escolaridade’, observou-se também a mesma regra de funcionamento para a concordância nominal de número que foi encontrada em outras localidades no Brasil, pois constatou-se os informantes mais escolarizados tendendo ao uso da variante “presença de marcas formais/informais de plural” e os menos escolarizados ao uso da variante “ausência de marcas formais/informais de plural”. No que se refere às variáveis sociais não clássicas, como ‘mobilidade’, ‘localismo’ e ‘ocupação’, os resultados aqui discutidos não diferem muito de outros trabalhos que levaram essas variáveis em consideração no estudo de outros fenômenos. Enfim, a análise das variáveis in-

dependentes extralingüísticas também mostra que a microrregião do alto Solimões não parece se tratar de uma “comunidade de fala” distinta já que compartilha os mesmos efeitos restritivos de uma “comunidade de fala” maior que podemos considerar que é o Brasil.

Espera-se, com este artigo, ter elucidado os principais resultados encontrados por Martins (2013) em sua tese de doutoramento, contribuindo, assim, para se entender a regra de funcionamento da “concordância nominal de número” no PB, especificamente, na fala dos habitantes do alto Solimões, no Amazonas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATTISTI, Elisa *et al.* (2007): “Palatalização das oclusivas alveolares e a rede social dos informantes”, *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVel*, vol. 5, nº 9, 1-29.
- BAXTER, Alan (2009): “A concordância de número”, em Dante Lucchesi / Alan Baxter / Ilza Ribeiro (orgs.), *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (2011): “Concordância nominal em duas variedades do português: convergências e divergências”, *Revista Veredas. Aemática* 1, 164-178.
- CAMPOS, Odette G. L. de Souza / Ângela C. S. RODRIGUES (2002⁴): “Flexão Nominal: indicação de pluralidade no sintagma nominal”, em Rodolfo Ilari (org.), *Gramática do português falado. Volume II: níveis de análise lingüística*. Campinas (SP): UNICAMP, 101-102.
- CARVALHO, Hebe (1997): *Concordância nominal: uma análise variacionista*. João Pessoa: UFPB.
- CARVALHO, Raimunda Coelho de (1997): *A concordância de número no sintagma nominal na fala urbana de Rio Branco*. Campinas: UNICAMP.
- FERNANDES, Marisa (1996): *Concordância nominal na região sul*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC.
- GUY, Gregory (2000): “A identidade lingüística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões de variação lingüística”, *Organon*, vol. 28/29. Porto Alegre: UFRG / Instituto de Letras.
- LOPES, Norma (2001): *Concordância nominal, contexto lingüístico e sociedade*. Salvador: UFBA.
- MARTINS, Flávia Santos (2010): “Uma abordagem da concordância nominal de número na fala dos habitantes do município amazonense de Benjamin Constant”, *Revistas Working papers em Lingüística*, nº esp., 45-56.
- MARTINS, Flávia Santos (2013): *Variação na concordância nominal de número na fala dos habitantes do alto Solimões (Amazonas)*. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC.
- MILROY, Lesley (2004): “Social Networks”, em Jack K. Chambers / Peter Trudgill / Natalie Schilling-Estes (eds.), *The handbook of language variation and change*. Oxford: Blackwell.

- MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva (2009): *Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE*. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC.
- PAIVA, Maria da Conceição de (2008³): “A variável gênero/sexo”, em Maria Cecília Mollica / Maria Luiza Braga (orgs.), *Introdução à Sociolinguística*. São Paulo: Contexto.
- SANTOS, Lília Soares Miranda (2010): *Sobre a ausência de concordância nominal no português falado em Pedro Leopoldo-MG: uma abordagem variacionista*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira (1988a): *Reanálise da concordância nominal em português*, 2 vols. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira (1998b²): “Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português”, em Giselle Machline de Oliveira Silva / Maria Marta Pereira Scherre, *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / UFRJ, 85-117.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira (1994): “Aspectos da concordância de número no português do Brasil”, *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP): Norma e variação do português*, 37-49.
- SILVA, Janaina Biancardi da (2011): “A concordância nominal na fala capixaba”, em Alessandro Rodrigues Meireles / Ana Cristina Carmelino / Lilian Coutinho Yacovenco (eds.), *Anais do Congresso Nacional de Estudos Linguísticos – CONEL*, vol. 1, nº 1. Vitória – ES: UFES. <http://periodicos.ufes.br/conel/article/view/2096>.
- VEIS Ribeiro, Vanessa / Loremi LOREGIAN-PENKAL (2009): “O fator faixa etária e a concordância nominal na linguagem falada na cidade de Irati, PR”, *Revista Analecta*, vol. 10, nº 1, 69-83.

Metáforas conceituais nas denominações de jogos e brincadeiras do universo infantil do Nordeste do Brasil

Flávia Pereira Serra

Universidade Federal do Maranhão
flaviapserra@gmail.com

Theciana Silva Silveira

Universidade Federal do Maranhão
thecisilveira@gmail.com

Luís Henrique Serra

Universidade Federal do Maranhão / Universidade de São Paulo
luis.ufma@gmail.com

Conceptual Metaphors on the Denominations of Children's toys and Games in the Infant Universe of Northeast Brazil

Resumo

A metáfora, segundo os estudos da Linguística Cognitiva, tem revelado muitas especificidades do papel da cognição no processo de uso e de concepção da linguagem. Nesse sentido, a metáfora é um interessante meio pelo qual a forma de ver e entender o mundo ficam bastante evidentes. Assim, este estudo é uma investigação do universo conceitual das brincadeiras infantis do Nordeste, sobretudo, do Maranhão. Desse modo, foram utilizados *corpora* de diferentes pesquisas sobre o português falado no Nordeste, principalmente no Maranhão, como o *Atlas Lingüístico do Brasil* e o trabalho de Souza (2007), e os três principais dicionários da Língua Portuguesa em sua variante brasileira: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), *Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (2011) e *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2010). Os dicionários serviram para auxiliar nas pistas sobre a origem e a presença das lexias em território brasileiro. Como base teórica, levaram-se em consideração os trabalhos produzidos no campo da Metáfora Cognitiva, sobretudo, os trabalhos de Lakoff e Johnson (2003), Berber Sardinha (2007) e de Kövecses (2010). O resultado mostra que as metáforas são muito utilizadas pelas crianças do Nordeste na denominação de seus brinquedos e jogos infantis. Foi possível organizar as denominações das brincadeiras e dos jogos em três grandes grupos: metáforas de objetos, de animais e de parte dos brinquedos e dos animais.

Palavras-chave

Metáforas, jogos e brincadeiras infantis, animais, objetos

Abstract

Metaphor, according to the studies of Cognitive Linguistics, has revealed many specificities regarding the role of cognition in the process of use and conception of language. Therefore, the metaphor is an interesting mechanism by which the way of seeing and understanding the world is quite evident. Hence, this study is an investigation into the conceptual universe of Northeast Brazilian children's games, especially on the reality of Maranhão. This study therefore refers to *corpora* of different studies on the Portuguese spoken in the Brazilian Northeast, especially in the state of Maranhão, such as the *Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB (Linguistic Atlas of Brazil)*, the work of Souza (2007), and the three main dictionaries of the Portuguese language in its Brazilian variant, which are *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), *Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (2011) and *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2010). Dictionaries have been used as part of the search for the origin and presence of lexies in Brazil. As a theoretical basis, we considered the works produced in the field of Cognitive Metaphor, mainly the work of Lakoff and Johnson (2003), Berber Sardinha (2007) and Kövecses (2010). The results show that the metaphors are constantly used by children from the Brazilian Northeast in the denomination of toys and children's games. It was possible to arrange the names of toys and games in three large groups: metaphors of objects, animals and parts of toys and animals.

Keywords

Metaphor, toys and children's play, animals, objects

Sumário

1. Introdução. 2. Metáfora: desvendando o olhar do outro. 2.1. O léxico metafórico. 3. Os dados e a análise. 4. As metáforas das brincadeiras maranhenses. 4.1. Campo objeto. 4.2. Campo animal. 5. Considerações finais.

Contents

1. Introduction. 2. Metaphor: uncovering the other's gaze. 2.1. The metaphoric lexicon. 3. Data and Analysis. 4. The metaphor of Maranhão children's games. 4.1. Field object. 4.2. Field animal. 5. Final Considerations.

1. Introdução

O universo infantil nordestino é um cosmo bastante curioso, visto que os elementos que o compõem são um conjunto de elementos próprios e universais. Nesse sentido, o léxico, como nível linguístico em que a cultura e a língua se fazem muito mais expressivas, é um modo de se perceber tais elementos regionais e universais. Assim, uma investigação linguística nesse universo é um importante meio de se estudar a cultura da região nordestina do Brasil. Uma rápida exposição ao universo das brincadeiras infantis nordestinas permite ver como as denominações metafóricas são muito utilizadas por esse povo para a produção das unidades lexicais desse âmbito da cultura nordestina.

O presente trabalho objetiva colocar em evidência o processo de comparação entre entidades diferentes para a denominação das brincadeiras infantis no Nordeste do Brasil. Parte-se do pressuposto que, no universo infantil, o povo do Nordeste busca outros universos conceituais para compreender os elementos desse universo. Nesse sentido, para entender qual a ligação feita entre os diferentes conceitos, comum no processo de metaforização, buscou-se a dicionarização dessas lexias nos principais dicionários gerais da língua portuguesa.

Para tanto, é necessário entender que o conhecimento da realidade linguística de uma comunidade nos dá importantes informações sobre o pensamento e a organização do universo humano. Como já afirmado, na língua, sobretudo no campo do léxico, podemos encontrar, mais evidentemente, marcas peculiares de cada sociedade. O estudo dos processos de formação de palavras, bem como o recorte do léxico do universo humano de uma determinada localidade fornecem *corpora* indispensáveis para o estudo do homem. Nesse sentido, no âmbito das brincadeiras infantis, o léxico guarda peculiaridades da realidade física e cultural de um povo, visto que é nele que a memória cognitiva e cultural se armazena.

Em se tratando de Brasil, país de extensão continental, essas peculiaridades se apresentam de forma bastante significativa, sobretudo na região Nordeste, região contemplada nesta investigação. Para esta averiguação, foi feita uma busca nos dados do Projeto *Atlas Linguístico do Brasil*, mais especificamente, no *Atlas Linguístico do Brasil – ALiB*, publicado em 2014, e no Projeto *Tesouro do léxico patrimonial galego e português*, em sua vertente maranhense, com o trabalho monográfico de Souza (2007), um glossário de termos que fazem parte do universo infantil.

A partir do *corpus* selecionado e analisado, foi possível observar o grande número de lexias metafóricas que fazem associação ao universo animal e objetos, por meio

de traço/características presentes nesses universos que, de algum modo, podem representar o universo das brincadeiras infantis. Buscou-se ainda o registro dessas lexias em dicionários gerais da língua portuguesa. A investigação em dicionários gerais da língua foi feita para que se possa ver o nível de regionalidade dessas unidades lexicais.

Os diferentes tópicos do trabalho aqui apresentado expõem reflexões sobre as metáforas e as diferentes formas de compreender o processo metafórico, sobretudo, pelo viés da Linguística Cognitiva e a sua importância na composição do acervo lexical do falante. O trabalho organiza-se em quatro partes: na primeira, são apresentadas as diferentes formas de conceber a metáfora e seu papel na criação lexical; na segunda, são abordadas questões relativas aos processos metodológicos adotados para seleção e análise do *corpus*; na terceira, são analisadas as lexias metafóricas e, na quarta (e última parte), são expostas reflexões acerca das discussões apresentadas em todo o trabalho sobre as metáforas.

2. Metáfora: desvendando o olhar do outro

No pensamento comum, a metáfora é vista como um recurso embelezador da linguagem. Em algumas áreas do conhecimento humano, a metáfora é concebida como um recurso de disfarce e de facilitação do discurso para ouvintes leigos. Na escola, para a gramática tradicional, a metáfora é uma figura de pensamento que consiste na comparação ou concepção de uma entidade por outra entidade que, aparentemente, não tenha alguma relação. Há algumas abordagens que entendem que a metáfora estaria ligada às expressões comparativas baseadas nos termos *como*, *é igual a*, *é parecido com*. Para alguns, a metáfora é um recurso retórico excessivamente difícil de ser usado, e, portanto, só as pessoas muito preparadas ou intelectualmente avançadas sabem utilizar esse recurso, como os poetas e os sofistas. Por outro lado, no âmbito da Linguística, a metáfora recebe um tratamento cognitivista, profundamente marcado pelas propostas cognitivistas que deram origem as muitas teorias linguísticas, como o gerativismo e as diversas abordagens comportamentais que a Linguística concebeu ao longo de sua história.

Nessa nova abordagem cognitivista, a metáfora saiu do tradicional âmbito discursivo e foi concebida como um recurso cognitivista pelo qual o homem concebe e percebe as coisas, sejam elas abstratas ou não. Desse modo, a comparação passou a ser um recurso cognitivo com o qual o homem concebe o universo e entende o mundo. Nessa outra perspectiva, a metáfora saiu do estrito âmbito do texto e passa a figurar no diverso âmbito da linguagem, abordando, com isso, os gestos, as cores entre outros âmbitos semióticos da realidade humana. Nesse sentido, a metáfora deixa de ser um recurso raro e passa a ser percebida no cotidiano. Essa nova abordagem passou a ser conhecida como *Teoria da Metáfora Conceitual*. Sobre a teoria, escreve Kövecses (2010: X):

Their conception has become known as the “cognitive linguistic view of metaphor.” Lakoff and Johnson challenged the deeply entrenched view of metaphor by claiming that (1) metaphor is a property of concepts, and not of words; (2) the function of metaphor is to better understand certain concepts, and not just some artistic or esthetic purpose; (3) metaphor is often not based on similarity; (4) metaphor is used effortlessly in everyday life by ordinary people, not just by special talented people; and (5) metaphor, far from being a superfluous though pleasing linguistic ornament, is an inevitable process of human thought and reasoning.¹

Como se observa, a metáfora é um recurso natural que o homem utiliza no dia-a-dia e, por ela, é possível perceber quais os valores de uma cultura, ou seja, a metáfora tem por base a cultura e os valores de uma sociedade. A metáfora, nesse sentido, pode ser encontrada nos diferentes discursos e nos diferentes âmbitos em que a linguagem humana se faz presente. Um caso bastante emblemático da presença da metáfora no cotidiano é visto por meio das expressões que utilizamos no nosso dia-a-dia, como a percebida por meio da expressão *não posso perder tempo com isso*. A expressão permite observar que, na cultura ocidental, o tempo é concebido como dinheiro ou alguma coisa de valor que pode ser trocada por outra coisa de valor. Desse modo, é possível observar uma metáfora primária, ou seja, um tipo de atividade cognitiva humana que compara entidades abstratas por meio de entidades concretas, *tempo é dinheiro*, porque ele pode ser gasto com alguma coisa. Essa expressão, que é conhecida como expressão metafórica, fundamenta um outro grande número de expressões utilizáveis no cotidiano, como *tempo é dinheiro, se eu perder tempo com você vou sofrer, vamos logo que não temos tempo a perder* etc.

Por meio das expressões metafóricas, é possível fazer o mapeamento das metáforas presentes em uma cultura. O mapeamento é a relação de duas entidades. A entidade de partida (input) é a entidade abstrata e a entidade de chegada (output) é a entidade concreta. Desse modo, a entidade abstrata (tempo, amor, saudade etc.) concebe ou substitui, cognitivamente, o conceito concreto (dinheiro, pedra, cadeira etc.).

A teoria da Metáfora Conceitual distingue quatro principais tipos de metáfora: estrutural, orientacional, ontológica e de personificação. O quadro 1 busca explicar essa tipologia.

¹ Tradução para: Sua concepção tornou-se conhecida como “visão cognitiva da metáfora”. Lakoff e Johnson desafiaram a visão profundamente enraizada da metáfora, alegando que (1) a metáfora é uma propriedade de conceitos, e não de palavras; (2) a função da metáfora é entender melhor certos conceitos, e não tem apenas um propósito artístico ou estético; (3) a metáfora muitas vezes não é baseada na similaridade; (4) a metáfora é usada sem esforço na vida cotidiana por pessoas comuns, não apenas por pessoas especialmente talentosas; e (5) a metáfora, longe de ser um supérfluo embora agradável ornamento linguístico, é um processo inevitável do pensamento e raciocínio humano.

TIPOS DE METÁFORA	
ESTRUTURAIS OU PRIMÁRIAS	São as metáforas que relacionam uma entidade abstrata com uma concreta. Ex.: Amor é uma viagem.
ORIENTACIONAIS	São aquelas que envolvem direção: Ex.: Bom é para cima. / Mau é para baixo.
ONTOLÓGICAS	São as metáforas que concretizam algo abstrato por meio da abstração com algo concreto, concebendo, este último, como uma coisa que pode ser concebida, fraccionada, medida ou personalizada. Ex.: Inflação em baixa.
PERSONIFICAÇÃO	São as metáforas que são concebidas como uma pessoa ou um animal. Ex.: a teoria diz que... / os fatos defendem um ponto.

QUADRO 1. TIPOS DE METÁFORAS (BERBER SARDINHA 2007)

As expressões metafóricas são o caminho pelo qual pode-se observar a presença da metáfora e desses tipos de metáforas no nosso cotidiano. Nesse sentido, a denominação é um meio pelo qual pode-se perceber a presença da metáfora na cultura de um povo, tendo em vista que a denominação (ou seja, o léxico de uma língua) é um meio pelo qual a realidade é cristalizada. É o que assevera Biderman (2001: 13): “O léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo”. Nesse sentido, no ato de denominar as coisas, a metáfora é um recurso cognitivo utilizado.

2.1. Criação lexical por meio das metáforas

O léxico é o caminho pelo qual se podem conhecer quais os valores que uma sociedade possui. Nesse sentido, é importante pensar que a denominação das entidades do universo humano é uma forma que o homem encontrou para cristalizar ou guardar o conhecimento e as experiências acumuladas ao longo da existência. Dessa forma, é possível afirmar que os elementos lexicais surgem pela necessidade de denominar novas realidades ou dar novas realidades; além disso, é também possível pensar que a denominação está ligada diretamente com o olhar e o valor que um povo tem sobre aquele objeto. Ao denominar um objeto, o homem deixa ficar evidente seu julgamento e seu ponto de vista sobre os seres, os objetos e os fenômenos que cercam a realidade humana. Não à toa, existem os sinônimos quase-perfeitos, que são os diferentes modos que uma mesma entidade é percebida ou concebida por um povo. De acordo com Carvalho e Oliveira (2010: 202): “O sistema lexical de uma língua reflete as experiências do povo que a fala, o que a caracteriza como um sistema aberto e em expansão, sendo assim, recria a realidade de acordo com as modificações e inovações da sociedade”.

Nesse sentido, a metáfora, tendo em conta seu caráter cultural, também é um meio pelo qual o homem cria unidades no léxico. Muitas unidades lexicais que pos-

suem um sentido recebem novo sentido por causa da semelhança entre os seres ou as entidades que elas denominam, por meio de processos de transferência de sentido, permitindo a criação de unidades lexicais metafóricas. Muitas são as palavras no nosso cotidiano que não têm, a princípio, alguma relação com o seu nome, como, por exemplo, no popular, a palavra *bonde*, que indica um grupo de pessoas. A semelhança entre o meio de transporte, que reúne pessoas em vagões, e os grupos humanos, que também reúne pessoas, permite a criação da unidade lexical metafórica. Alves (2010) considera esse tipo de processo como uma renovação semântica, que, muitas vezes, tem a metáfora como base. Nesse sentido, o estudo do léxico que tenha como foco a criação lexical deve levar em consideração as reflexões sobre a metáfora conceitual, tendo em vista que o léxico, em muitos âmbitos da realidade humana, apresenta muitas formas que podem ser consideradas metafóricas.

Levando em consideração essas ideias, este estudo busca investigar o papel da metáfora nas denominações do universo infantil do Maranhão, levando em consideração dados de dois grandes projetos em elaboração no Brasil, mas que já disponibilizam os dados, o projeto *Tesouro do léxico patrimonial galego e português* e o projeto *Atlas Lingüístico do Brasil*, que já publicou a primeira versão do *Atlas*.

3. Os dados e a análise

Para a realização do estudo sobre as metáforas conceituais, recorreu-se aos pressupostos da teoria da metáfora conceitual, objetivando analisar as presentes no léxico das brincadeiras infantis do Nordeste do Brasil. O *corpus* do presente estudo foi extraído do *Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB* –, para o que se realizaram inquéritos lingüísticos consistentes na aplicação *in loco* de questionários previamente elaborados, essenciais para a apreensão de dados empíricos, de modo coerente e sistemático, garantindo uma maior uniformidade nas entrevistas realizadas em todo o território nacional; e do banco de dados do Maranhão inserido no projeto *Tesouro do léxico patrimonial galego e português* – nesses momentos encontra-se em processo de elaboração o inventário das fontes do acervo maranhense de estudos lexicais de natureza dialetal. O *corpus* foi assim constituído:

Projeto ALiB

Localidades: 9 capitais de estados nordestinos.

Número de Informantes: 72 informantes.

Sexo: masculino e feminino.

Faixa Etária: 18 a 30 anos – 50 a 65 anos.

Escolaridade: Fundamental e Superior.

Cartas lingüísticas utilizadas para análise: L20A, L21B e L23B.

Questionário: semântico-lexical (QSL).
Campo semântico: Jogos e brincadeiras infantis.
Questões: 158, 159 e 167.

Para melhor visualização, observemos a Figura 1, que apresenta o mapa da região nordeste do Brasil.



FIGURA 1. MAPA COM AS CAPITAIS DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

Projeto *Tesouro*

Obra selecionada do inventário: *Jogos e brincadeiras infantis*, de Souza (2007).

CAMPO	OBRA
Ficha completa da obra	Souza, Rosemere Nunes de (2007): <i>Jogos e brincadeiras infantis no município de Pinheiro: um estudo semântico-lexical</i> . Trabalho Final de Curso (inédito). São Luís-MA: Universidade Federal do Maranhão.
Apelidos e nome (autor ou autores)	Rosemere Nunes de Souza
Referência Bibliográfica	Souza, 2007
Ano	2007
Tipo de Obra	TA
Localização Geográfica	Norte Maranhense [Pinheiro]
Códigos Geográficos	2101
Área Geográfica	Brasil
Número de entradas	63
Fundos	UFMA
Textos	Não
Transcrição fonética	Não
Imagens	Não

QUADRO 2. FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

O mapa a seguir mostra a visualização do município de Pinheiro no Maranhão.

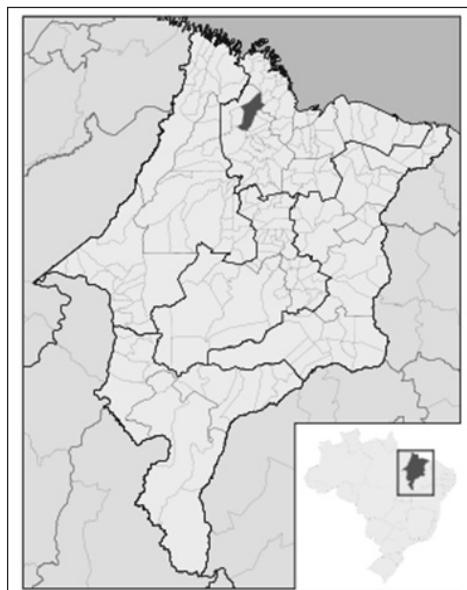


FIGURA 2. MAPA DO MARANHÃO COM A MARCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO

Para a seleção e análise dos dados, levaram-se em consideração as lexias metafóricas presentes no universo infantil maranhense e que fazem referência a outros universos como a seres vivos e objetos; buscou-se também a sua dicionarização, uma vez que o processo de metaforização faz parte de um universo particular. Para isso, recorreremos aos três principais dicionários gerais da língua portuguesa, a saber: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), *Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (2011) e o *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (2010). No total, foram analisadas 17 lexias.

4. As metáforas das brincadeiras maranhenses

A metáfora é um recurso discursivo e cognitivo importante para que se entendam os processos que a mente humana possui para organizar e categorizar a realidade. Como se observou anteriormente, a denominação, ou as expressões metafóricas, é o caminho pelo qual se podem observar esses processos mentais. Nesse sentido, buscando a categorização dos dados, foram feitos dois quadros nos quais as lexias foram organizadas por dois temas: *objeto* e *animal*. Os quadros apresentam as lexias encontradas no *corpus* de análise e mostram, por meio dos sinais O, X e # a presença, se com a acepção de brincadeira ou não, ou ausência das lexias nos dicionários. O sinal “O” indica que a lexia está dicionarizada, mas não como brincadeira ou brinquedo infantil; o sinal “X” indica que está dicionarizada com a concepção de brincadeira infantil, de acordo com os dicionários analisados; e o sinal “#” indica que não está dicionarizada. A análise da presença/ausência das lexias no dicionário permite perceber o nível de normatização das palavras de um campo, tendo em vista que o dicionário, conforme Pontes (2009: 24), “[...] descreve e instrumentaliza uma língua e, ainda hoje, é considerado um dos pilares de nosso saber metalinguístico”.

4.1. Campo objeto

Como se observa no quadro 3, no âmbito das brincadeiras que têm a denominação dicionarizada, no sentido de brincadeira infantil, podem ser observadas apenas duas lexias sinonímicas, mostrando que, no campo dos objetos, a grande parte das formas apresentam um caráter mais popular.

LEXIAS	HOUAISS	AULETE	AURÉLIO
ACADEMIA	X	X	X
AMARELINHA	X	X	X
ARMAÇÃO	O	O	O
AVIÃO	O	O	O
BARRIGA	O	O	O
CANCÃO	O	#	O
FLECHA	O	O	O

QUADRO 3. LEXIAS DO CAMPO OBJETO E SUA DICIONARIZAÇÃO

Na definição da lexia *amarelinha*, nos dicionários Houaiss e Aulete, por exemplo, aparecem a marca lexicográfica pragmática de ludicidade (lud) e as geográficas (RN) e (Bras), indicando, com isso, o caráter popular da lexia. A denominação *amarelinha*, segundo o Houaiss, vem de *marelle*, que, no séc. XII, era a denominação que se dava, em francês, ao peão e, também, por extensão, a brincadeira que se brincava com um peão. Ainda segundo esse dicionário, a brincadeira recebe esse nome no séc. XVII, quando denominava um jogo infantil brincado com um pedaço de madeira. Logo depois, o jogo, por etimologia popular, no Brasil, recebeu a designação que é um decalque decorrente da francesa.

Por outro lado, os dicionários Houaiss e Aulete afirmam que a denominação *academia*, sinônima de *amarelinha*, seria uma forma específica de denominar o jogo infantil no Rio Grande do Norte. No entanto, como se observa nos dados do *Atlas Linguístico do Brasil* (Cardoso *et al.* 2014), a lexia também pode ser encontrada nas capitais João Pessoa e Recife. Nesse sentido, é possível observar que há uma região específica, no Nordeste, em que a lexia pode ser encontrada. No Maranhão, a denominação não apareceu no *corpus*.

As lexias não dicionarizadas no sentido de brincadeira infantil: *armação*, *avião*, *barriga*, *canção* e *flecha* apresentam sentidos que, de algum modo, retomam a algum aspecto da brincadeira ou da forma, sobretudo pelo processo de metaforização. Por exemplo, *barriga*, segundo Souza (2007), designa no Maranhão a parte que controla o brinquedo papagaio quando ele está no ar. A denominação sugere uma metaforização por personificação, porque o brinquedo é concebido como uma pessoa, por apresentar uma parte similar a do corpo dos seres humanos, um abdômen. Vale ressaltar que Aurélio (2010: 273) dá a seguinte definição para a entrada *barriga*: “6. Tip. Defeito que torna a composição mais alta no centro”. Nesse sentido, é possível inferir que a denominação *barriga* seja dada pela forma que a linha que atravessa o papagaio apresenta quando ele está no ar.

Outra forma bastante curiosa dada ao papagaio é *avião*, que aparece no *Atlas Linguístico do Brasil* na região Nordeste, em duas capitais, Salvador e Maceió. É possível que a metáfora se dê pela proximidade entre as funções e o comportamento

dos dois objetos, que planam no ar. Em *flecha*, nome encontrado no Maranhão por Souza (2007), e que denomina o brinquedo com forma de uma forquilha, estilingue, a metáfora dá-se pelo mesmo motivo, a função, que é lançar um objeto em linha reta. Não se pode deixar de notar também a metaforização das lexias *armação*, que, geralmente, denomina “conjunto de peças ou elementos conectados que sustenta, reforça ou mantém unidas as várias partes de um todo” (Houaiss / Villar 2009), mas também denomina a estrutura feita com madeira de bambu, que serve para dar sustentação ao papagaio. Para a forma *canção*, que também não está dicionarizada, não foi possível encontrar uma origem ou um sentido que fosse próximo para justificar a denominação, comum no Maranhão, segundo os dados de Souza (2007).

É interessante observar, nesse campo, que o processo de metaforização na denominação das brincadeiras infantis é mais comum ou mais perceptível nas formas populares não-dicionarizadas. Das 7 lexias encontradas, 2 foram dicionarizadas (28,57%) e 5 não estão registradas nos dicionários com a acepção de brincadeira infantil (71,42%).

4.2. Campo animais

No campo animais, é possível observar que todas as lexias apresentam algum tipo de metaforização. Algumas estão relacionadas à forma dos brinquedos ou aos movimentos feitos pelos brinquedos.

LEXIAS	HOUAISS	AULETE	AURÉLIO
ARRAIA	X	X	X
CORUJA	O	O	O
CURICA	X	#	X
GATO	O	O	O
JAMANTA	X	X	X
MACACA	X	X	X
MACACÃO	O	O	O
MACACO	X	O	X
MACAQUINHO	O	O	O
PAPAGAIO	X	X	X

QUADRO 4. LEXIAS DO CAMPO ANIMAIS E DICIONARIZAÇÃO

No primeiro caso, a lexia *arraia* aparece no Maranhão e em Alagoas, segundo os dados de Souza (2007) e Cardoso (2014). O dicionário Houaiss (2009) oferece para a lexia duas marcas lexicográficas, *lud* e *bras*, mostrando ser uma forma comum em todo o Brasil, e o Caldas Aulete (2011) dá a informação lexicográfica *bras*, afirmando também ser essa forma comum em todo o país. No Houaiss, em uma de suas

acepções, define-se *arraia* como sinônimo de *papagaio*. Já o dicionário Caldas Aulete (2011: 149) dá, logo no início, a seguinte acepção “2. Pequeno papagaio ou pipa com o formato desse peixe [arraia]” Como se pode observar nessa acepção, a forma metaforizada se dá pela proximidade física entre o peixe e o brinquedo, dando origem à denominação metafórica.

A denominação *coruja* como variante de *papagaio*, específica da região Nordeste, segundo Cardoso *et al.* (2014), é comum no Rio Grande do Norte e na Paraíba, e completamente desconhecida dos dicionários analisados. É uma forma metaforizada porque, possivelmente, o animal strigiforme apresenta uma característica comum ao brinquedo, que é a capacidade de voar em silêncio, conforme se observa na definição do dicionário Caldas Aulete “1. Ave da família dos estígideos e dos titonídeos [...] capazes de voar em silêncio.” (Aulete 2011: 409, grifo não original). A capacidade de voar e em silêncio talvez seja o traço que aproxima os dois elementos, lembrando sempre que, no processo de metaforização, o traço mais comum e característico pode levar à metaforização de um elemento, seja ele concreto ou não.

Curica, por sua vez, que também se refere a uma ave psitaciforme, não foi registrada no Caldas Aulete e no Houaiss, a acepção de brinquedo aparece em sétimo lugar, com a marca lexicográfica pragmática de ludicidade. A informação geográfica do Houaiss afirma que a denominação é específica do estado do Pará, porém, como foi observado em Cardoso *et al.* (2014), *curica* não aparece no Pará, mas sim no Amapá e em Roraima. Como se observa, a denominação de brinquedos que voam, no imaginário popular e nos dicionários de língua, mostra que as pessoas comparam os brinquedos a animais voadores, como a coruja e a curica. Por outro lado, é possível observar que a forma dos animais também dá origem às denominações, como é o caso de *arraia*. Esses nomes deixam bastante claro que o processo de metaforização está na base das denominações dos brinquedos infantis do Nordeste.

Gato, também conhecido como *bode* em algumas localidades do Nordeste, é a denominação dada ao brinquedo feito de uma linha com um objeto pesado na ponta, que pode ser uma pedra ou pedaço de pau, com o qual as crianças brincam a cortar um a linha do outro. Possivelmente o nome seja dado porque a característica de competição feita de forma desonesta está presente no animal felídeo, desse modo, os traços de desonestidade, presentes na acepção popular do animal, se confundem com os do brinquedo, também utilizado para praticar atos desonestos, como o roubo. Nas acepções do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* e do *Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, por exemplo, é possível observar os seguintes traços, que corroboram com essa ideia “3 fig. p. ana. B N.E. indivíduo ligeiro, esperto” (Houaiss / Villar 2009: 1670) “9. *Bras Fig. Gír.* Gatuno, ladrão” (Aulete 2011: 702). Como se vê, os dicionários atribuem a marca lexicográfica geográfica *Bras e B.N.E.*, que indica que essa é uma forma própria do Brasil e, especificamente, do Nordeste. Outra marcação é a pragmática, que indica que essas são denominações populares em forma de gíria.

Outro nome curioso é *jamanta*, denominação dada a uma arraia de proporções grandes e que também denomina um brinquedo papagaio de grandes proporções, como se observa na definição do dicionário Houaiss (Houaiss / Villar 2009: 1434): “4. lud B. variedade de papagaio grande”. Nessa definição, a marca lexicográfica dá a informação que é um brasileirismo, no entanto, no *Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* (Aulete 2011: 821) afirma-se que é uma forma específica do Maranhão “4. MA lud. Certo tipo de papagaio (4) de grandes proporções.”, corroborando com os dados de Souza (2007). Vale ressaltar que *jamanta* também é, segundo Aurélio, um indivíduo grande e pesado, traços que são característicos do brinquedo *jamanta* do Maranhão. Essa proximidade de características é um outro caminho que permite a proximidade entre o peixe e o brinquedo.

As denominações *macaco*, *macaca*, *macaquinho* e *macacão* são formas variantes de *amarelinha* que, segundo Cardoso *et al.*, (2014), podem ser encontradas em algumas regiões do Nordeste, como Bahia, Alagoas e Ceará. É importante notar que todas essas formas, que não são distintas no sentido, porque são casos de flexões de uma só forma, *macaco*, foram consideradas, neste estudo, como uma só denominação, salvo no caso da flexão de gênero, que marca uma variação diatópica. Sobre esse aspecto, o dicionário Houaiss define *macaco* do seguinte modo: “21 lud B m.q. 2 amarelinha”, dando a informação diatópica de essa ser uma forma própria do Brasil. Por outro lado, os dicionários Caldas Aulete e Houaiss afirmam que a forma do feminino, *macaca*, é sinônima de *amarelinha*, conforme se lê a seguir: “9 lud P (Norte) jogo da amarelinha”, e acrescentam a esta forma a informação lexicográfica diatópica de esta ser própria do Norte de Portugal. Cumpre observar, baseado nos dados de Cardoso (2014), que *macaca* e *macaco* são muito mais comuns no Norte que no Nordeste do Brasil. Aurélio (2010: 114) registra: “2. Sin. *macaco*, *marela* e *maré* (MG e GO), *academia* (N. E. P.), *sapata* (RS), e (lus) *jogo-do-homem*, *macaca*, *pê-coxinho*”, pelo que acrescenta informações diatópicas, afirmando que a lexia *macaco* também pode ser encontrada no centro-oeste e no Nordeste, corroborando com os outros dicionários que afirmam que a forma no feminino de *macaco* é um lusitanismo. Uma hipótese que pode ser colocada para a atribuição dessa variante em uma das denominações da brincadeira infantil seja porque o primata é entendido como um animal que se desloca por meio de saltos. O traço do movimento por meio de saltos, comum tanto à brincadeira quanto ao símio, permite uma metaforização entre essas duas entidades.

Por fim, cumpre ressaltar que *papagaio*, a forma mais recorrente, é a variante que ocorre, juntamente com *pipa*, em todos os estados do Nordeste, conforme dados de Cardoso *et al.* (2014). A forma, do ponto de vista metafórico, assim como *curica* e *coruja*, retoma o aspecto físico e funcional do brinquedo, que remete ao formato das aves. É interessante notar que, no Houaiss, *papagaio*, em uma das últimas acepções, é dado da seguinte forma: “28. lud brinquedo que consiste numa armação leve de varetas, recoberta de papel fino, à qual ger. se prende uma tira, o rabo, que lhe dá certa

estabilidade quando empinado no ar por meio de uma linha; arraia, caiffa, pandorga, pipa, raia, quadrado”. O aspecto funcional (voar) e o aspecto físico (colorido) permitem a metaforização dos dois elementos.

Como se observou ao longo da análise, a metáfora é um processo muito comum no universo infantil. Comparar os brinquedos e os jogos infantis com animais e objetos é muito comum no processo mental de categorização da realidade das crianças maranhenses. As análises feitas neste estudo demonstram quais os traços característicos dos elementos (animais e objetos) que permitem a metaforização. Desse modo, fica claro que o estudo das metáforas no âmbito das brincadeiras infantis é um domínio interessante para que se analise a cultura e o modo de pensar de um povo.

5. Considerações finais

Como se observou, a metáfora é um recurso bastante presente na formação dos itens lexicais do universo infantil maranhense. Por meio da descrição das características dos seres e da análise da relação de semelhança entre as estruturas conceituais que formam as entidades nomeadas, foi possível observar o quanto a metáfora está presente na denominação do universo infantil no Maranhão e no Nordeste Brasileiro. A metáfora, como elemento que funciona como um evidenciador da cultura de um povo, através das expressões e denominações metafóricas, é um interessante meio pelo qual se pode investigar a relação entre cultura e linguagem. A pesquisa mostrou que, quando denominam os jogos e brincadeiras infantis, no Maranhão e em algumas localidades do Nordeste, a comparação por metaforização é muito utilizada.

O trabalho também evidenciou o quanto projetos como o *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português* e projeto *Atlas Lingüístico do Brasil* são importantes para o registro e o estudo da formação do léxico da língua portuguesa. Os dados desses projetos permitiram que fosse feita uma análise abrangente sobre a presença das lexias do universo infantil nordestino, em especial do Maranhão; também permitiram que fosse feita uma relação entre os traços evidentes que conjugam em uma metaforização.

É curioso o fato do *corpus* apresentar, no campo *objeto*, grande parte de lexias não dicionarizadas; por outro lado, o campo *animal* é o que agrupa o maior número de lexias dicionarizadas, marcando uma tendência de que, no universo das brincadeiras infantis, a comparação dos objetos e dos jogos com animais é mais recorrente. Cumpre notar também que, no Maranhão, por extensão, em algumas localidades do Nordeste, das 17 lexias analisadas, 2 (0, 34%) não foram encontradas em algum dicionário, apenas 8 (1,36%) são registradas nos dicionários analisados com o sentido de brincadeira infantil e 10 (1,7%) registradas sem ter alguma acepção de brincadeira infantil em algum dos dicionários analisados, mostrando que grande parte das lexias

metaforizadas das brincadeiras infantis não são dicionarizadas, ou seja, ainda fazem parte do registo popular da fala. Desse modo, é possível concluir que, nesse âmbito, os regionalismos, ou elementos próprios do léxico das comunidades, são formas que dão pistas do modo particular que cada povo tem de registrar a realidade.

É importante repetir que as pesquisas no âmbito do léxico das brincadeiras infantis é um caminho pelo qual pode ser visto o modo de olhar e de organizar a realidade de um povo, tendo em vista que a língua sempre representa o universo conceitual do homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Ieda Maria (2010): *Neologismo: criação lexical*. São Paulo: Ática.
- AULETE, Francisco Júlio de Caldas (2011): *Novíssimo Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon.
- BERBER SARDINHA, Tony (2007): *Metáfora*. São Paulo: Parábola.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo (2001): “As ciências do Léxico”, em Ana Maria Pinto Pires de Oliveira / Aparecida Negri Isquerdo (orgs), *As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Campo Grande: EDUFMS, 13-31.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva *et al.* (orgs.) (2014): *Atlas Lingüístico do Brasil*. Londrina: Eduel.
- CARVALHO, Nelly Medeiros de / Rebeca Lins Simões de OLIVEIRA, (2010): “Inovações lexicais na publicidade da mídia escrita e da mídia eletrônica – semelhanças e diferenças”, em Aparecida Negri Isquerdo / Maria José Bocony Finatto (orgs.), *As ciencias do léxico: lexicología, lexicografía, terminología*. Campo Grande/ Porto Alegre: EDUFMS / EDUFRGS, 199-209.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (2010): *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva.
- HOUAISS, Antônio / Mauro de Salles VILLAR (2009): *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- KÖVECSES, Zoltán (2010): *Metaphor: a practical introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- LAKOFF, George / Mark JOHNSON (2003): *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Mercado das Letras.
- PONTES, Antônio Luciano (2009): *Dicionário para o uso escolar: o que é como se lê*. Fortaleza: EdUECE.
- SOUZA, Rosemere Nunes de (2007): *Jogos e Brincadeiras infantis no município de Pinheiro: um estudo semântico-lexical*. São Luis – MA: Universidade Federal do Maranhão.

O Arquivo do Galego Oral: xénese e situación actual

Francisco Fernández Rei

Instituto da Lingua Galega - Universidade de Santiago de Compostela
ilgpaco.rei@usc.es

The Oral Galician Archive: Current Genesis and Situation

Resumo

O *Arquivo do Galego Oral (AGO)* é un proxecto do Instituto da Lingua Galega que ten como obxectivo inmediato poñer na rede un banco de textos co que configurar un atlas temático da oralidade de todo o dominio lingüístico. Neste artigo tratarase a xénese e o contido do *AGO*, con especial atención ó subarquivo de etnotextos de 1992 á actualidade por ser o máis completo e aberto e por ser a base dos audios que desde maio do 2011 figuran no sitio web <http://ilg.usc.gal/ago/>. Atenderase a aspectos da difusión e utilidade social do material e, sobre todo, ó seu aproveitamento polos investigadores do *AGO*, con referencia especial ó audio-libro *A nosa fala. Bloques e áreas lingüísticas do galego* (1996), unha dialectoloxía oral con material de varios subarquivos, publicación da que se mostran neste traballo tres fragmentos de etnotextos occidentais; e finalmente tratarase o estado actual do *AGO* en Internet e a temática dos audios pendurados na páxina <http://ilg.usc.gal/ago/> e os criterios da dobre transcripción deses audios (semifonolóxica e estandarizada), coa mostra das transcricións dun fragmento dun texto na rede.

Palabras-chave

Dialectoloxía, lingua galega, galego oral, arquivo dialectal, *AGO*, etnotexto

Sumario

1. O *Arquivo do Galego Oral* 1. 1. Subarquivos do *AGO* 1. 2. Tipoloxía temática dos textos 2. Subarquivo de textos de 1992 á actualidade 3. Divulgación e resultados do *AGO* 3.1. Divulgación do *AGO* e do seu material 3.2. Resultados e publicacións recentes 4. O audio-libro dos bloques e áreas da fala galega 5. Obxectivos do *AGO* 6. Textos do *AGO* na rede e a súa transcripción 7. Equipo actual do *AGO*

Abstract

The *Arquivo do Galego Oral (AGO)* is a project of the Galician Language Institute that aims to put on the network a database with texts and to set up a thematic atlas of orality of all the Galician linguistic proficiency. This article will examine the genesis and content of *AGO*, with particular focus on the sub-archive of ethnotexts from 1992 to the present, given that it is the most complete and open and the basis of audio material which, since May 2011, has appeared on the website <http://ilg.usc.gal/ago/>. This study will assess aspects of diffusion and social application of the material and, above all, its use by *AGO* researchers, with special reference to the audio book *A nosa fala. Bloques e áreas lingüísticas do galego* (1996), (1996), an oral dialectology with material from various sub-archives, a publication from which three fragments of Western ethnotexts are shown in this work. Finally, the current state of the *AGO* on the Internet and topics of audios stored on the webpage <http://ilg.usc.gal/ago/> is discussed, in addition to the criteria of the double transcription of these audios (semi phonological and standardised), with examples of transcripts of a text fragment on the network.

Keywords

Dialectology, Galician, oral Galician, dialectal file, *AGO*, ethnotext

Contents

1. The *Arquivo do Galego Oral*. 1. 1. Subarchives from *AGO*. 1.2. Thematic types of texts. 2. Subarchive texts from 1992 to the present. 3. Disclosure and results of *AGO*. 3.1 Disclosure of *AGO* and its material. 3.2. Results and recent publications. 4. The audio-book blocks and two speech areas of Galician. 5. Objectives of *AGO* 6. Texts of *AGO* on the network and its transcription. 7. Current team of *AGO*.

1. O *Arquivo do Galego Oral*

De xeito practicamente ininterrompido desde 1974 á actualidade, investigadores do Instituto da Lingua Galega (ILG) da Universidade de Santiago de Compostela realizaron gravacións, posteriormente dixitalizadas e transcritas, en moitos puntos do dominio lingüístico galego, á vez que dirixiron traballos académicos en que o material fundamental para analizar eran mostras do galego oral con un ou varios informantes da mesma ou de diversas xeracións.

Estas gravacións, xunto con outras moitas en depósito de xente allea ó Instituto, constitúen o proxecto *Arquivo do Galego Oral (AGO)* co que se pretende construír un corpus de interese multidisciplinar para estudar a situación da lingua oral e asemade contribuír a un mellor coñecemento da sociedade galega con mostras do rico patrimonio inmaterial.

Actualmente o *AGO* contén unhas 2.000 horas de gravacións, en gran parte dixitalizadas, con voces duns 8.000 informantes recollidas na totalidade dos 313 concellos de Galicia, en 31 concellos (dun total de 46) das comarcas galegófonas de Asturias, León e Zamora e nos 3 concellos dos somontes da Serra de Gata de Cáceres onde existen falares esencialmente galegos.

1.1. Subarquivos do *AGO*

O *AGO* contén tres subarquivos de etnotextos e un cuarto subarquivo de textos de rexistro culto¹:

1. Gravacións do *Atlas Lingüístico Galego (ALGa)* do período 1974-1977, con outras complementarias de puntos do atlas realizadas entre 1979 e 1983. Son unhas 30 horas, transcritas e dixitalizadas na súa totalidade, pero aínda sen clasificar tematicamente.
2. Gravacións da década de 1980. Son unhas 350-400 horas en 806 casetes de moi diversa calidade (305 da Coruña, 210 de Lugo, 84 de Ourense, 197 de Pontevedra e 10 do galego estremeiro) que corresponden a cerca de 800 puntos. A maioría delas son do período 1979-1985, pero hainas ata o 1991. Un bo quión están transcritas e un 50% dixitalizadas e catalogadas.
3. Gravacións de textos de 1992 á actualidade, que é o subarquivo máis completo e aberto, porque segue aumentando o número de gravacións. Tratarase con máis detalle na epígrafe 2.
4. Gravacións en rexistro culto desde 1996. Son unhas 400 horas, aínda sen catalogar, das que unhas 200 horas están dixitalizadas. Trátase especialmente de

¹ Información máis detallada sobre os subarquivos pode verse en Fernández Rei (2004a) e Fernández Rei / Hermida Gulías (2008: 154-158).

conferencias sobre temas diversos relacionados coa realidade sociocultural de Galicia a cargo de especialistas en política, historia, etnografía, lingua ou literatura, así como de presentacións de libros e diversos actos. Basicamente son gravacións feitas por investigadores do *AGO*, pero algunhas son de emisoras locais de radio, de televisións locais e dalgúns programas da TVG de interese lingüístico e etnográfico.

Ademais, no Instituto da Lingua Galega existe unha copia do *Cancioneiro Popular Galego* (1984-1995) de Schubarth / Santamarina (1984-1995), cunhas 350 horas de gravacións recollidas en 82 concellos de Galicia (27 da Coruña, 19 de Lugo, 10 de Pontevedra e 26 de Ourense) e en 13 concellos das comarcas galegófonas estremeiras (4 en Asturias, 8 en León e 1 en Zamora). A maior parte do material recolleuno Dorothé Schubarth entre 1978 e 1983, pero no *Cancioneiro* hai algunhas gravacións de diversas procedencias, entre outras, cantares e romances do 1975 do subarquivo do *ALGa*.

1.2. Tipoloxía temática dos textos

Para a clasificación temática dos etnotextos establecéronse 19 bloques con diversos subtemas:

1. Cultura popular
2. Crenzas
3. Festas, romarías e costumes
4. Nenez
5. Mocidade
6. Traballos e produtos agrícolas
7. Traballos e produtos do mar e do río
8. Outros traballos e actividades (50 subtemas)
9. Hábitat. Edificios e servizos. Monumentos. Xeografía. Flora e fauna
10. Acontecementos e personaxes históricos
11. Emigración
12. Historias de vida
13. Relacións persoais
14. Comidas e receitas
15. Saúde
16. Lecer: cultura, deporte, viaxes
17. Evolución dos usos e dos costumes. O progreso
18. Lingua galega e situación sociolingüística
19. Temas de actualidade

2. Subarquivo de textos do 1992 á actualidade

A DGICYT do Ministerio de Educación y Ciencia concedeu un proxecto que eu solicitara como investigador principal para a creación dun *Arquivo Dialectal da Lingua Galega* no seo do ILG, que debía realizarse entre xullo do 1992 e xullo do 1995. Posteriormente a Dirección Xeral de Universidades da Xunta de Galicia concedeu o proxecto *Actualización do Arquivo do Galego Oral* para o período 1996-1999.

A concesión destes dous proxectos fixo que se retomase e actualizase o *Arquivo do Galego Oral* que se fora formando no ILG desde mediados da década de 1970 de xeito espontáneo. Realizouse unha planificación co obxectivo de algún día poder contar, polo menos, cunha mostra das 3.768 parroquias de Galicia (tívose en conta a parroquia, e non o concello, como unidade fundamental), así como de todos os puntos galegófons das comarcas estremeiras; e na medida do posible ter gravacións de diversas xeracións en cada parroquia.

No 2007 iniciouse unha nova xeira no *AGO*, cando a Secretaría Xeral de Política Lingüística da Xunta de Galicia asinou co ILG un convenio de colaboración, que segue vixente na actualidade, e que permitiu continuar cos traballos do devandito arquivo, entre outros, a actualización, catalogación e transcripción dos fondos e a súa difusión, nomeadamente a través dunha páxina web.

O subarquivo con material desde 1992 contén máis de 1.000 horas de gravacións, dixitalizadas nun 95%, pero só un terzo están transcritas e clasificadas tematicamente. O número actual de informantes é de 6.007 (3.378 mulleres, 2.561 homes e 68 sen especificar o xénero), de varias xeracións e profesións (a maioría son voces da primeira xeración e do sector primario, tanto mulleres coma homes). En bastantes parroquias hai mostras de tres (ou de dúas) xeracións de falantes.

Actualmente cóntase con mostras da totalidade dos concellos de Galicia, de 28 dos 46 concellos galegófons das comarcas estremeiras e dos 3 concellos de fala “galega” de Cáceres, como se ve na táboa 1, onde se indica o número de informantes por provincias:

		Concellos	Informantes
Galicia	A Coruña	93 (de 93)	1938
	Lugo	67 (de 67)	1468
	Ourense	92 (de 92)	851
	Pontevedra	61 (de 61)	1663
Asturias: Eo-Navía		15 (de 18)	35
León: Os Ancares e O Bierzo		8 (de 23)	27
Zamora: As Portelas e A Seabra (só Calabor e Pedralba de la Pradería)		5 (de 5)	16
Terra de Xálíma (Cáceres)		3 (de 3)	9

TÁBOA 1. CONCELLOS CON GRAVACIÓNS E NÚMERO DE INFORMANTES

Máis dun terzo das gravacións deste subarquivo realizáronas membros do equipo do *AGO* desde 1992 ou investigadores (sobre todo do ILG) a quen se lles pediu colaboración. Case dous terzos proceden de traballos de curso ou ben de diversos traballos académicos de licenciatura e diplomatura, dirixidos todos por membros do actual equipo do *AGO*. Unha porcentaxe moi reducida ten outras procedencias.

3. Divulgación e resultados do *AGO*

3.1. Divulgación do *AGO* e do seu material

Material do *AGO* da década de 1990 empregouse eses anos na redacción de traballos de investigación de cursos de doutoramento (o recollido no Grove, na Estrada, en Padrón ou en Vilardevós) ou na redacción de memorias de licenciatura, ben co material dunha parroquia (O Hío-Cangas do Morrazo, Loureiro-Cotobade e Viceso-Brión) ou de varias parroquias dun concello (Forcarei, Frades, Barreiros, Foz e Lourenzá), e que case sempre se acompañaban dunha escolma de etnotextos de diversas xeracións. Todos eses traballos académicos dirixíronos membros do proxecto.

Moitos textos desas investigacións introducíronse no *Tesouro Informatizado da Lingua Galega (TILG)*, onde xa figuraban textos transcritos do *ALGa* e mais unha ampla escolma de textos de diversas áreas dos tres bloques lingüísticos do galego, que previamente se empregaran para traballos académicos. Moito léxico (e material gramatical) do *AGO* leva anos navegando entre o inmenso caudal léxico literario e científico do devandito *Tesouro*, de igual xeito que algún material formará parte do *Corpus Oral Informatizado da Lingua Galega (CORILGA)*, proxecto realizado no ILG, o mesmo có *TILG*.

Antes de pendurarse na rede mostras do *AGO*, membros do Consello Científico do ILG utilizaron etnotextos (éditos e inéditos) e gravacións en rexistro formal para prácticas de galego oral nas clases de titulacións das facultades compostelás de Filoloxía e de Ciencias da Comunicación e para investigacións. Desde hai uns anos a vía principal de difusión do proxecto é Internet, como máis abaixo se verá, ben para a docencia da lingua galega, ben para investigacións diversas cos textos na rede; pero á vez espállase a súa existencia con frecuentes visitas ó *AGO* no edificio do ILG, nas que se lles explican a orixe, a actualidade e a utilidade.

Visitárono persoas interesadas no galego oral, que nalgúns casos forneceron material gravado; con todo, o perfil maioritario son persoas estudosas da nosa ou doutras linguas, nomeadamente alumnado de Filoloxía e da Facultade de Ciencias da Comunicación do distrito universitario galego (ou persoas licenciadas, graduadas ou doutorandas) que queren consultar material para posibles traballos academicamente dirixidos, ben lingüísticos, ben etnográficos, entre estes últimos un TAD sobre as costureiras presentado no 2006 na facultade de Ciencias da Comunicación da USC. Tamén o visita alumnado dos *Cursos de verán de lingua e cultura galegas para persoas de*

fóra de Galicia que quere facer investigacións sobre o galego, como foron, entre outros, os casos de Franziska Werner M. A., da Universidade de Göttingen (Alemaña), ou de Ana Alicia Manso Flores, da Universidade de Estremadura, que se puxeron despois a redactar cadansúa tese de doutoramento sobre aspectos de sintaxe pronominal en galego e sobre léxico comparativo entre galego e valego (“galego” de Cáceres), baseándose, entre outro material, en textos en liña do *AGO*.

Ademais, o material usouse para finalidades alleas á docencia e á investigación. Así, hai ben anos a actriz Marisa Soto acudira para escoitar gravacións de falas occidentais con gheada e seseo para preparar a súa personaxe nunha obra do Centro Dramático Galego. Hai uns anos, o actor Luís Iglesia, cando preparaba o seu papel na película *Vilamor* (2012), dirixida por Ignacio Vilar, acudiu ó *AGO* para consultar textos da fala de Negueira de Muñiz (Lugo) onde se desenvolvía a acción; e recentemente o propio Ignacio Vilar, cando preparaba o guión de *Sicixia* (2016), o seu último filme, no que o protagonista ía percorrer localidades e lugares de Galicia na procura de sons, da xente e da natureza, visitou o *AGO* para documentarse sobre a técnica da recolleita de material oral; por outra parte, Concepción Álvarez Pousa fixo a adaptación lingüística á variedade do Valdeorras do guión da película *Pradolongo* (2008), que tamén dirixiu Ignacio Vilar.

A finais da década de 1990, antes de comezar a filmarse *Mareas vivas*, o seu director Antón Reixa e a persoa que se ocupou da corrección e asesoramento lingüístico, acudiron ó *AGO* para recadar de min información sobre a variación no galego da Costa da Morte, onde se ía desenvolver esa exitosa serie da TVG que introduciu en todos os fogares galegos non só o mar, senón tamén a gheada e o seseo nas diferentes realizacións; e en *Ben falado!*, microespazo divulgativo sobre a lingua galega que a TVG comezou a emitir no 2008 baixo a dirección de Xesús Ferro Ruibal, nos diversos programas en que se reflectiu o xeito de falar de áreas moi diversas do dominio galego contouse co meu asesoramento lingüístico, para o que tiveron moi en conta o rico material do *AGO*, sobre todo gravacións recentes. Xosé Henrique Costas González asesorou nese programa sobre o galego do Bierzo.

En abril do 2014, Ana García García impartiu unha conferencia na Universidade de Estremadura sobre os rexistros do galego oral e a utilidade do *AGO* para o seu coñecemento e estudo (García García 2014); e en novembro do 2016, nun coloquio na Universidade do Porto tratei a formación do *AGO* e os subarquivos que o conforman, así como a tipoloxía temática do material do *Arquivo* e, en particular, a dos audios que xa están pendurados na rede (Fernández Rei 2016).

3.2. Resultados e publicacións recentes

Investigadores do proxecto do *AGO* realizaron traballos baseados, en maior ou menor medida, en material de etnotextos do *AGO* ou ben en gravacións aínda non incor-

poradas ó arquivo. Entre os máis recentes cómpre salientar o artigo de Fernández Rei / Hermida Gulías / Tato Plaza (2004) sobre o léxico da parroquia compostelá do Castiñeiriño; os artigos de Fernández Rei (2004b, 2005) con material de gravacións recentes de léxico mariñeiro, particularmente de Cambados e de Fisterra, e de Fernández Rei (2007) con etnotextos do *ALGa* e outros recentes para estudar a vida mariñeira de Cambados. En libros recentes de investigación da historia local e familiar de xentes do concello de Teo (A Coruña), Carme Hermida Gulías realizou gravacións en puntos da parroquia de Calo (Hermida Gulías 2013) e da parroquia de San Cristovo de Reis (Hermida Gulías 2015b), que logo incorporou ó *AGO*; e para unha monografía semellante en Carballedo (Lugo) tivo en conta as gravacións dese concello do *Arquivo* (Hermida Gulías 2015a).

Xosé Henrique Costas González leva moitos anos gravando e analizando os falares do Val do Ellas con publicacións de moi diversos temas, entre as que recentemente figuran estudos da énclese pronominal (Costas González 2014a), da toponimia valega (Costas González 2014b), da dialectoloxía valega e a lingüística histórica (Costas González 2016a) e da hibridación forzosa no val (Costas González 2016b); ademais, en colaboración con Alicia Manso Flores, tratou aspectos léxicos deses falares esencialmente galegos (Manso Flores / Costas González 2015a, 2015b) e impartiu unha conferencia sobre as sibilantes do valego (Costas González 2016c). Tamén se ocupou do galego das comarcas estremeiras (Costas González 2010) e da variante xabresa de Calabor (Costas González 2014c).

Concepción Álvarez Pousa foi creando nos últimos anos un amplísimo corpus do galego oral do concello de Viana do Bolo, con abundantes mostras de todas as parroquias e xeracións, que completou con gravacións da zona das Frietas (A Gudiña e A Mezquita) e das Portelas de Zamora, particularmente do concello de Porto. O primeiro resultado dese corpus foi unha descrición da variedade vianesa a partir dunha ampla escolma de textos (Álvarez Pousa 2007); e recentemente, baseándose fundamentalmente no seu corpus oral e tendo en conta material do *Arquivo*, presentou comunicacións sobre o galego da Terra de Viana do Bolo (Álvarez Pousa 2016a, 2016d) e impartiu conferencias sobre as variedades vianesa e frietesa-portelá (Álvarez Pousa 2016b) e sobre o galego oriental e o vianés (Álvarez Pousa 2016c) nas que tamén analizou as similitudes do galego sudoriental co portugués, particularmente cos falares arraianos. Ademais, está a investigar o labor lingüístico e etnográfico de Laureano Prieto, e en particular a importancia dos seus *Contos vianeses* (1958) para o estudo da variedade de Viana do Bolo e das variedades orientais veciñas, por seren as primeiras probas dignas e fieis do vianés a través da tradición oral, material que compara co obtido no seu corpus oral. Unha mostra dese traballo poderase ver proximamente (Álvarez Pousa 2017).

En xullo do 2015, no *III CILH*, investigadores do *AGO* presentaron comunicacións baseadas en material propio e tamén en material do devandito arquivo. No

presente libro editáanse os traballos de Álvarez Pousa sobre a variación lingüística no concello de Viana do Bolo e de Costas González sobre a importancia dos textos valedos para a dialectoloxía galega e portuguesa. Nese mesmo congreso García García (2015) fixo unha viaxe pola Ribeira Sacra a través da fala do concello de Taboada, Hermida Gulías (2015c) tratou a importancia de etnotextos do concello de Teo para o galego e para outras disciplinas e e Xavier Varela Barreiro presentou unha caracterización do corpus do *Tesouro Oral Informatizado da Lingua Galega (TOILG)*, a partir de textos transcritos do *AGO* pendurados en Internet (Varela Barreiro 2015); por outra parte, estudou diatópica e diacronicamente os termos *pulpo* e *polbo* que tanta controversia teñen provocado nos últimos anos (Varela Barreiro 2016).

3.3. Recurso didáctico

A utilización do *AGO* como recurso didáctico por parte do profesorado de Lingua Galega e Literatura é unha constante en centros universitarios e de secundaria desde que no 2011 se pode consultar parte do fondo a través do web <http://ilg.usc.gal/ago/>. A utilidade dos textos dispoñibles é múltipla, tanto pola forma coma polo contido. Por outra banda, a narración de feitos históricos por parte dalgúns falantes protagonistas deles (en textos sobre a guerra civil, por exemplo) converte eses fragmentos en documentos tamén aproveitables para materias como a de Xeografía e a de Historia. Neste momento estamos a abrir no proxecto unha nova liña de traballo encamiñada a maximizar a devandita potencialidade para o exercicio docente, nomeadamente no ensino secundario.

4. O audio-libro dos bloques e áreas da fala galega

A publicación máis salientable (e antes da web do *AGO* a de maior utilidade e difusión) feita con material dos tres subarquivos de etnotextos foi o audio-libro *A nosa fala* (Fernández Rei / Hermida Gulías 1996), preparado para o Arquivo Sonoro de Galicia do Consello da Cultura Galega; ademais de distribuírse en librarías, fíxose unha edición para agasallar con ela as 700 persoas que participaron en setembro do 1996 no *I Congreso Internacional A Lingua Galega: Historia e Actualidade*, que o ILG organizou con motivo do 25 aniversario da súa creación. Na 2ª ed., do 2003, as tres casetes con tres horas de gravación foron substituídas por tres CDs; e no 2004 fíxose unha versión electrónica do libro e dos textos orais para consultar na rede (<http://consellodacultura.gal/arquivos/asg/anosafala.php>), que no 2005 xa tivera máis de 15.000 consultas.

Nesa obra figuran textos de diversas épocas e xeracións nos que se pode apreciar a variedade dialectal do galego, á vez que se dá unha mostra de como somos e de como estamos no mundo nós outros, os galegos. Como dicía Filgueira Valverde no limiar da obra, os textos “teñen non só interese como documento lingüístico senón

tamén como testemuños da vida mesma: tráxicos unhas veces, festivos outras, intranscendentes outras, pero sempre engaiolantes”.

Na transcripción das gravacións d’*A nosa fala* procurouse un compromiso entre a claridade necesaria para que un non lingüista poida ler os textos e o rigor preciso para fornecerlle a un lingüista a maior información fonética e fonolóxica posible. Tomouse como base a normativa vixente da lingua galega que elaboraran o Instituto da Lingua Galega e a Real Academia Galega e establecéronse unhas convencións gráficas relativas á abertura das vogais de grao medio, á representación da gheada e do seseo e outros fenómenos relevantes do galego oral, pero sen marcar tipograficamente ningún tipo de castellanismo nin outros empréstitos (Fernández Rei / Hermida Gulías 1996: 11-16, Fernández Rei 1997).

Na distribución areal dos textos seguiu-se a *Dialectoloxía* de Fernández Rei (1990), e procurouse que cada texto, á parte do contido etnográfico, antropolóxico, histórico ou sociolingüístico, contivese o maior número de trazos caracterizadores do bloque, área e subárea á que pertence. Son 15 textos do bloque occidental (90’ de gravación), 19 do bloque central (60’ de gravación) e 9 do bloque oriental (30’ de gravación).

Como mostra d’*A nosa fala* reproducécese o comezo da transcripción de tres etno-textos de áreas de seseo do bloque occidental, que se sinalan na figura 1.

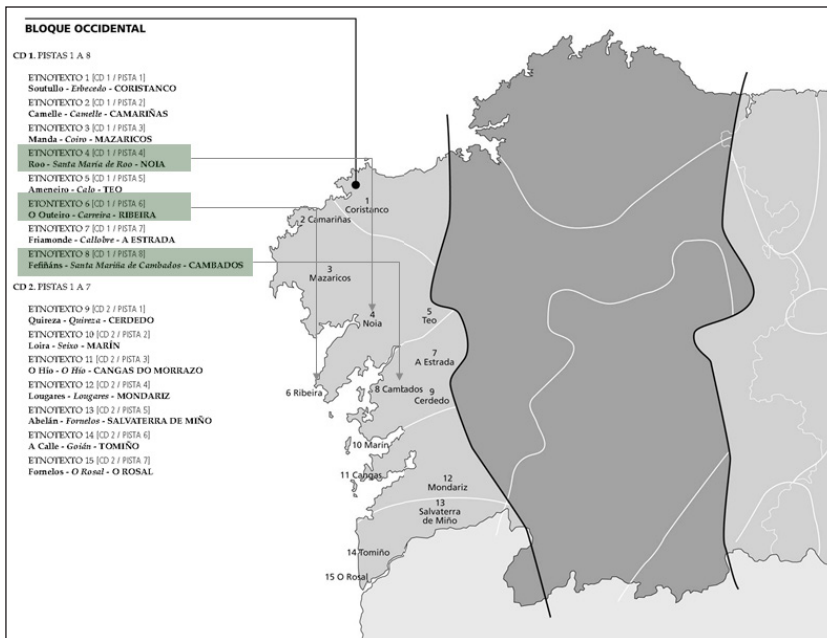


FIGURA 1. TEXTOS DO BLOQUE OCCIDENTAL
 (FERNÁNDEZ REI / HERMIDA GULÍAS 1996: 26-27)

O primeiro texto é de Roo-Noia (figura 2), o segundo de Carreira-Ribeira (figura 3) e o terceiro de Fefiñáns-Cambados (figura 4). Os de Noia e Cambados son gravacións do 1975, do subarquivo do *ALGa*, mentres que o de Ribeira é do 1995, do amplo subarquivo de 1992 á actualidade. Nas transcripcións dos textos que agora se presentan márcanse en amarelo os encontros vocálicos, en verde as realizacións das sibilantes, en vermello as realización da gheada (e tamén as da fricativa velar xorda dos castelanismos) e en azul os diversos castelanismos; pero na obra editada non se utilizan esas cores en ningún dos textos transcritos.

Roo-Roo (Noia)

Informante: un veciño, 76 anos, labrego.

Data: xullo do 1975

Gravación de Manuel González González

Transcripción de Francisco Fernández Rei

Fonte: *Atlas Lingüístico Galego*

As diversións e a mocidade de antes

È poise na, nas casas facían, formábase un baile nunha sa[la], nunha casa è coa mesma principiábaçe a toca-la pandèreta é veña baile: a ghòta, a muiñeira, o pasodòble, o valse. È en fin, tódolos bailes que había: dança, maçurca, todo que aghora non había estes bailes modemos de, de abraçarse tanto, de apretarse tanto. Eço non, çeparados un de outro. È entonçes si, aquilo daba gusto. Ademais, as mullères, daquèla íban coas saíñas asta ala abaixo, a casi a rastro do chan; però despois, este, a bailar, poise non nos freghábamos nada, estábamos separados, è, en fin. Non había bicos tampouco no baile. Eso, os bicos èran cando íbamos, por eghèmplo, íbamos así: è estábamos nun çitio tal; però cando çe lle daba un bico a unha mullèr xa era unha couça moi sèria: ¡Diòs nos libre deçò! Daquela a couça era, era un çaghrado. Hoxe non. Hoxe non çe, xa çe abraçan os moços è as moças, andan abraçados xa por aí adiante, á vista da xente. Nòs cando nos abraçábase nos aqueles nòs tempos tempos, hai çaçenta anos, çincuenta anos, daquèla daba ghusto, que cando mirábase pra nòça mòça non, ningúen lle podía chiscar ¡eh! ¡Coidadiño! Estábase mirando pra èla è mirábase como pra Diòs, non çe lle tropeçaba; asta cando era no agunto de, de pidi-la mòça, ¡ai!, daquèla çì, daquèla çì que daba ghusto. Cando lla daban a un, però cando lle dicián que non, ¡ai cando lle dicián que non!, entonçes si; entonçes que viña un, poñíanselle os pelos de punta.

FIGURA 2. TEXTO DE ROO-NOIA
(FERNÁNDEZ REI / HERMIDA GULÍAS 1996: 42)

O Outeiro – Carreira (Ribeira)

Informante: un veciño, 24 anos, mariñeiro.

Data: xullo do 1995

Gravación e transcrición de Xosé Antonio Pena Romai

Fonte: Traballo de doutoramento

A pesca no banco sahariano

È unha vida, bonita, si, o traballo è bonito, ves, tas no mar, unha vida moi, di^{kh}amos, dentro do que che pòde cansar o, o traballo pois, sose^{kh}ada. Personalmente a min pois, estar no mar, nave^{kh}ar, o sòl, ver as estrelas, ás veces ver unha puèsta de sòl na, na òna marroquí ou pola, polo sur das Canarias è moi diferente a como a podemos ver aquí; ver unha chuvia de meteòros con òielo estrellado no medio è medio do mar è, è impresionante, máis impresionante è ver unha tormenta, que che colla unha tormenta no medio do mar. Así como è impresionante è, aco^{kh}onante, lò.

Tamèn, pois si, è bonito eso, lò nave^{kh}ar, ver outros bárcose, ó teu lado è saludar á gente doitros barcos ou incluso falar pola telefonía con eles. È ^{kh}odido porque, moitas veces veste impotente, lò; estás, limitado aí nunha dimensión de, de madeira ou de ferro, nun habitáculo dentro do que pòde ser un barco ^{kh} grande na, na ^{kh} grande extensión do mar pois è moi pequeno. Cando hai, temporal, pois veste impotente porque non, veste impotente, que está o mar a, estás á mer^{kh}ede do mar è non pòdes fa^{er} nada pa, nin pa ir pa terra nin pa nada. Ás veces non, è, èche imposible nave^{kh}ar, polo mal tempo, pola, pola cantidá de vento è olea^{kh}ie que hai è non pòdes nave^{kh}ar porque o mar poder, pòdeche desfai^{er}-lo barco; è tète que quedar, á capa, lò. Á capa chámaselle cando hai mal tempo, a non poder nave^{kh}ar, lò; pois quedaste, è o que se lle chama atravesa[do], medio atravesado á viá, ao amparo do vento, lò, cortando así, medio de través da proa do barco. A proa è a parte dianteira do barco ¿non? È nin moi dereito ó vento nin moi atravesado, lò, pa, di^{kh}amos pa cortar o vento è as òlās, pa estar máis á mer^{kh} das òlās pa, o vaivén das òlās, lò, pa que non che, non che colla tan de cheo o, o òleak^{he} nin o vento, ¿non?

FIGURA 3. TEXTO DE CARREIRA-RIBEIRA
 (FERNÁNDEZ REI / HERMIDA GULÍAS 1996: 49-50)



FIGURA 5. PORTADA DA PÁXINA WEB DO AGO

A longo prazo outro obxectivo é a redacción dun corpus informatizado do galego oral para o estudo, fundamentalmente, do léxico e da gramática, que se construírá a partir de textos consultables na web do AGO, de textos transcritos do propio arquivo que non estean na rede e de coleccións de textos orais éditos ou inéditos. Ese corpus, o *Tesouro Oral Informatizado da Lingua Galega (TOILG)*, vai ser unha peza máis da rede de cörpera do Instituto da Lingua Galega integrada na plataforma interuniversitaria de *Recursos Integrados da Lingua Galega (RILG)*, da que actualmente xa forman parte o citado *Tesouro informatizado da lingua galega (TILG)* e o *Corpus Xelmírez - Corpus Lingüístico da Galicia Medieval*, e tamén o *Dicionario de Dicionarios* e o *Dicionario de Dicionarios do Galego Medieval*.

6. Textos do AGO na rede e a súa transcripción

Actualmente no sitio web <http://ilg.usc.gal/ago/> pendurouse unha escolma de 117 etnotextos correspondentes a 99 concellos (30 da Coruña, 24 de Lugo, 22 de Ponte-

vedra, 22 de Ourense e 1 de Asturias). O material corresponde a 12 bloques temáticos dos 19 temas en que se agrupou todo o material, como se ve na figura 6.

Acontecementos e personaxes históricos
A guerra civil e a posguerra
Comidas e receitas
Comidas
Crenzas
Compañía
Cultura popular
Cantigas
Contos
Lendas
Regueifas e desafíos
Festas, romarías e costumes
Casamento. Despedidas
Entroido
Hábitat. Edificios e servizos. Monumentos.
Xeografía. Árbores e animais
O lobo
Lingua. Comentarios sociolingüísticos. Idiomas
Represión lingüística
Mocidade
Mocear
Nenez
Xogos tradicionais
Outros traballos e actividades
A mina
Traballos e produtos agrícolas
Abellas e mel
Muíños. Fornos. Pan
Viña e derivados
Traballos e produtos do mar e do río
Actividade pesqueira

FIGURA 6. CONTIDOS TEMÁTICOS DAS GRAVACIÓNS DO *AGO* PENDURADAS NA REDE

O audio de cada texto do *AGO* acompáñase dunha transcripción semifonolóxica pensada para estudantes e investigadores da oralidade e para locutores dos medios de comunicación, dobradores, actores e outros profesionais que usan habitualmente o galego oral; e á vez figura unha transcripción estandarizada, pensada para estudantes, ensinantes e investigadores da lingua galega, pero tamén para etnógrafos, historiadores, sociólogos e outras persoas interesadas na Galicia anónima (a de onte e a de hoxe) e na situación sociocultural e sociolingüística presente en moi diversos etnotextos.

A transcripción semifonolóxica contén a maior información fonética e fonolóxica posible para tratar de reproducir a oralidade da forma máis aproximada, particularmente timbres das vogais, resultados de encontros vocálicos, fenómenos dialectais consonánticos relevantes (seseo, gheada, rotacismo...) e realización dalgúns fonemas consonánticos na cadea fónica. Para esta transcripción partiuse da normativa vixente (RAG-ILG 2012), pero adoptáronse unha serie de convencións gráficas semellantes ás das transcripcións do audio-libro *A nosa fala*.

A transcripción estandarizada é unha escrita normalizada, sen os convencionalismos gráficos da semifonolóxica e con estandarización morfolóxica, léxica e fraseolóxica. En xeral séguense as pautas codificadoras da normativa vixente (RAG-ILG 2012) e do *VOLGa* (2004) e moitas veces elimínanse reiteracións innecesarias para facilitar a lectura dos textos. No vocalismo non se marcan os timbres das vogais nin as crases vocálicas inusuais na escrita (*para esta, a unha festa* e non *pr'èsta* e *d'nha festa*), prescínlese de harmonizacións xerais de *e* ou *o* pretónicos, da palatalización de *ã* e do *-e* paragóxico; e no consonantismo non se sinalan marcadores sociolingüísticos como gheada, seseo e rotacismo e restáuranse os grupos cultos, consonte coa normativa vixente.

Como mostra, achégase o comezo das dúas transcripcións do texto de Castrelos-Vigo (figura 7). Na transcripción semifonolóxica márcanse en amarelo os encontros vocálicos, en verde as realizacións das sibilantes, en vermello as realización da gheada (e tamén as da fricativa velar xorda dos castelanismos) e en azul os diversos castelanismos. Úsanse idénticas cores nas formas correspondentes da transcripción estandarizada para que se aprecie como son esas mesmas formas no galego común. No texto pendurado na rede non se empregan cores para marcar eses fenómenos fonéticos nin as formas léxicas nas dúas transcripcións.

Castreliños-Castrelos-VIGO

(muller, 80 anos, gravada por Amparo Ramilo Costas, curso 92/93).

Transcripción semifonolóxica:

Pèro..., pasouse, **buèno**, pasouse..., **canutas**. **Canutas** porque..., pèro, claro, outros pasaron peor porque nòse sufrimos a pros**ghèrra** è sufrimos aquí a **ghèrra**, pèro non, non, non sufrimos a **ghèrra** aquí entre nòs, porque entre nòs non hubo **ghèrra**, porqu' a **ghèrra** estaba p' alá por Asturias è, è, a todo por España, pèro menos aquí en **Ghaliçia**, nò, aquí en **Ghaliçia**, non, non houbo **ghèrra** nin**kunha**. A **ghèrra** había que viñan os falan**k**histas è, è por calquèra detalle levaban os hòmes de noite è apare**ç**ían mortos no óutor día.

Nò, en Castrèlos non tuvémose queixa ningunha, o único que levaron foi o **C**orrilla da Còsta, por **voçèras**. Por **voçèras** porque..., bebía de máis è despoise prádicaba, poñías' **aí** na Còsta a prádicar aí, a, a balloar o que non debía, è por fin...

Transcripción estandarizada:

Pero pasáronse, **vaia**, pasáronse **estreitas**. **Estreitas** porque..., pero, claro, outros pasaron peor porque nós sufrimos a pos**guerra** e sufrimos aquí a **guerra**, pero non, non, non sufrimos a **guerra** aquí entre nós, porque entre nós non houbo **guerra**, porque a **guerra** estaba para alá por Asturias e, todo por España, pero menos aquí en **Galiçia**, **non**, aquí en **Galiçia** non houbo **guerra** nin**gunha**. A **guerra** había que viñan os falan**x**istas e por calquera detalle levaban os homes de noite e apare**ç**ían mortos no outro día.

Non, en Castrelos non tivemos queixa ningunha, o único que levaron foi o **Z**orrilla da Costa, por **bardallas**. Por **bardallas** porque bebía de máis e despois predicaba, poñíase **aí** na Costa a predicar aí, a balloar o que non debía, e por fin...

FIGURA 7. TEXTO DE CASTRELOS-VIGO

7. Equipo actual do *AGO*

Constitúeno os seguintes investigadores e persoal informático de apoio:

Director

Francisco Fernández Rei (1992-)

Subdirectora

Carme Hermida Gulías (1992-)

Investigadores/as

Concepción Álvarez Pousa (2014-)

Carme Ares Vázquez (1996-)

Xosé Henrique Costas González (2005-)

Ana García García (2007-)
Carme García Rodríguez (1996-)
Xavier Varela Barreiro (1992-2007, 2011-)

Dixitalización

Alberto Iglesias Cordero (2008-)

Administración do sistema informático

César Osorio Peláez (2008-2015)
Juan José Gómez Noya (2015-2016)
Noemí Varela Rodríguez (2017-)

No sitio <http://ilg.usc.gal/ago/>, no apartado dos subarquivos do *AGO*, dáse información precisa de quen no seo do ILG traballou na conformación do proxecto desde a súa creación, e moi particularmente das persoas que na década de 1990 traballaron na recolleita, transcripción e informatización dos etnotextos, unha década que é un esteo fundamental no conxunto do material deste arquivo da oralidade.

Agradecemento

O *Arquivo do Galego Oral* do Instituto da Lingua Galega existe mercé á xenerosidade de milleiros de galegofalantes que doaron as súas voces, e tamén á xenerosidade de centos de persoas que andaron mil e un camiños de Galicia e das comarcas estremeiras (e das terras do Val do Ellas) para recoller as voces que en audio e en transcripción estamos a devolverlle á sociedade que creou a lingua galega e, á vez, á comunidade científica para o estudo desta lingua minorizada e tradicionalmente ignorada na romanística.

Os investigadores do *AGO* queremos agradecer a informantes e a persoas que nos entregaron material seu gravado tanta xenerosidade.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVAREZ POUSA, Concepción (2007): *Consideracións sobre a fala do Concello de Viana do Bolo (Descrición e textos)*. Universidade de Vigo. Trballo de Investigación Tutelado inédito.
- ÁLVAREZ POUSA, Concepción (2016a): “Como é a variedade lingüística da Terra de Viana do Bolo?” Comunicación no *IV Encontro da Mocidade Investigadora (Santiago de Compostela, 9-10/06/2016)*. Escola de Doutoramento Internacional (EDI) - Universidade de Santiago de Compostela.

- ÁLVAREZ POUSA, Concepción (2016b): “A variedade vianesa e a frieiresa-portelá do galego oriental e as súas afinidades co portugués”. Conferencia no *IV Coloquio de Lingüística Histórica (Cáceres, 13-14/10/2016)*. Universidad de Extremadura.
- ÁLVAREZ POUSA, Concepción (2016c): “O galego oriental: o dialeto vianês e as suas afinidades com a língua portuguesa”. Conferencia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Porto, 9/11/2016).
- ÁLVAREZ POUSA, Concepción (2016d): “A variedade galega da Terra de Viana do Bolo (Ourense) e as súas afinidades co portugués”. Comunicación no *Colóquio comemorativo dos 40 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto (Porto, 24-25/10/2016)*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ÁLVAREZ POUSA, Concepción [2017]: “Laureano Prieto, mestre da vida e da cultura popular da Terra vianesa”, *A Trabe de Ouro* 105 (no prelo).
- COSTAS GONZÁLEZ, Xosé Henrique (2014a): “Um estranho caso de ênclise pronominal na fala do vale do rio Elhas ou de Xalma”, *Límite. Revista de estudos portugueses y de la lusofonía* 8, 363-374.
- COSTAS GONZÁLEZ, Xosé Henrique (2014b): “Sobre el origen de los topónimos valegos Xálima y Ellas”, *Quaderni de Semántica XXXV/2*, 75-84.
- COSTAS GONZÁLEZ, Xosé Henrique (2014c): “O galego de Seabra: o calaborés”, en Xosé María Gómez Clemente / Xosé Bieito Arias Freixedo / Gabriel Pérez Durán (eds.), *Sementar para os que veñan. Homenaxe a Camiño Noia*. Vigo: Universidade de Vigo, 337-357.
- COSTAS GONZÁLEZ, Xosé Henrique (2016a): “A dialectoloxía valega na lingüística histórica galega”, en Alexandre Rodríguez Guerra (ed.), *Lingüística histórica e dialectoloxía: coordenadas de cambio lingüístico*. Vigo: Universidade, Servizo de Publicacións, 59-68.
- COSTAS GONZÁLEZ, Xosé Henrique (2016b): “As falas do Ellas: ausencia na escola e hibridación forzada”. Comunicación no *1º Encontro de Línguas Ibéricas (Covilhã, 16-17/09/2016)*. Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior.
- COSTAS GONZÁLEZ, Xosé Henrique (2016c): “Orixe e evolución das sibilantes nas falas do val do río Ellas”. Conferencia no *IV Coloquio de Lingüística Histórica (Cáceres, 13-14/10/2016)*. Universidad de EXtremadura.
- COSTAS GONZÁLEZ, Xosé-Henrique (2010): “Galjeski govori izvan Galicije / Das falas do galego exterior”, en *Hieronymus. Commentarii romanicae classicae philologiae onomasticae fovendis*. Zadar: Universidade de Zadar, 3-17.
- FERNÁNDEZ REI, Francisco (1990): *Dialectoloxía da lingua galega*. Vigo: Xerais.
- FERNÁNDEZ REI, Francisco (1997): “Normas para a transcripción de etnotextos do *Arquivo do Galego Oral*”, *Revista de Filoloxía Románica* 14, 225-240.
- FERNÁNDEZ REI, Francisco (2004a): “O *Arquivo do Galego Oral* do Instituto da Lingua Galega”, en Cristina Pujales (coord.), *Actas I, II e III Encontros O Son da Memoria*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 63-79.
- FERNÁNDEZ REI, Francisco (2004b): “*Andisías e rutías: mar de mar e mar de vento na Arousa e na Costa da Morte*”, *Ardentía. Revista Galega de Cultura Marítima e Fluvial* 1, 47-52.

- FERNÁNDEZ REI, Francisco (2005): “*Cardumes, barrias e manchas de peixe en galego e portugués*”, en Ana Isabel Boullón Agrelo / Xosé Luís Couceiro Pérez / Francisco Fernández Rei (eds.), *As tebras alumeadas. Estudos filolóxicos ofrecidos en homenaxe a Ramón Lorenzo*. Santiago de Compostela: Universidade, Servizo de Publicacións, 347-363.
- FERNÁNDEZ REI, Francisco (2007): “Unha vida entre peixe e salitre do mar da Arousa”, *Ardentia. Revista Galega de Cultura Marítima e Fluvial* 4, 22-29.
- FERNÁNDEZ REI, Francisco (2016): “O Arquivo do Galego Oral do Instituto da Lingua Galega”. Comunicación no *Colóquio comemorativo dos 40 anos do Centro de Lingüística da Universidade do Porto (Porto, 24-25/11/2016)*. Facultade de Letras da Universidade do Porto.
- FERNÁNDEZ REI, Francisco / Carme HERMIDA GULÍAS (2008): “O Arquivo do Galego Oral e o seu aproveitamento lexicográfico”, en Ernesto González Seoane / Antón Santamarina / Xavier Varela Barreiro (eds.), *A lexicografía galega do século XXI*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega / Consello da Cultura Galega, 153-166.
- FERNÁNDEZ REI, Francisco / Carme HERMIDA GULÍAS / Fernando R. TATO PLAZA (2004): “Historias de vida e léxico do Castiñeiriño (Santiago de Compostela)”, en Rosario Álvarez / Antón Santamarina (eds.), *(Dis)curso da escrita. Estudos de filoloxía galega ofrecidos en memoria de Fernando R. Tato Plaza*. A Coruña: Fundación Barrié / Instituto da Lingua Galega, 141-182.
- FERNÁNDEZ REI, Francisco / Carme HERMIDA GULÍAS (1996): *A nosa fala. Bloques e áreas lingüísticas do galego*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega [libro e 3 casetes] <http://consellodacultura.gal/arquivos/asg/anosafala.php>.
- GARCÍA GARCÍA, Ana (2014): *Unha ecografía sonora de Galiza: o Arquivo do Galego Oral*. Conferencia. Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Extremadura (Cáceres, 11/04/2014).
- GARCÍA GARCÍA, Ana (2015): “Unha viaxe á Ribeira Sacra a través da oralidade: a fala do concello de Taboada no Arquivo do Galego Oral”. Comunicación no *III CILH (Santiago de Compostela, 27-30/07/2015)*. Instituto da Lingua Galega da Universidade de Santiago de Compostela / Universidade de São Paulo / Universidade Federal da Bahia.
- HERMIDA GULÍAS, Carme (2013): *Marisa Mirás Gómez ou a importancia de ser de Calo*. Santiago de Compostela: Imprenta Paredes.
- HERMIDA GULÍAS, Carme (2015a): *Un século na historia de Galicia. Os Hermida de Sever*. [Santiago de Compostela]: Meubook.
- HERMIDA GULÍAS, Carme (2015b): *Daniel Pernas. Unha ponte cara ó futuro*. [Santiago de Compostela]: Meubook.
- HERMIDA GULÍAS, Carme (2015c): “Os textos orais do concello de Teo e a súa importancia para o galego e para outras disciplinas”. Comunicación no *III CILH (Santiago de Compostela, 27-30/07/2015)*. Instituto da Lingua Galega da Universidade de Santiago de Compostela / Universidade de São Paulo / Universidade Federal da Bahia.
- MANSO FLORES, Ana Alicia / Xosé Henrique COSTAS GONZÁLEZ (2015a): “A recuperación léxica do galego do val do río Ellas (Cáceres)”. Comunicación no *II Congreso Internacional RELEX (Santiago de Compostela, 05-07/10/2015)*. Universidade de Santiago de Compostela / Rede de Lexicografía (RELEX).

- MANSO FLORES, Ana Alicia / Xosé Henrique COSTAS GONZÁLEZ (2015b): “Achegas á procedencia do léxico do val do río Ellas (Cáceres)”. Comunicación no *IV Congreso de la Sociedad Extremeña de Estudos Portugueses y de la Lusofonía (Cáceres, 11-13/11/2015)*. SEEPLU / Universidad de Extremadura.
- RAG-ILG (2012²³): *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*. A Coruña / Santiago de Compostela: Real Academia Galega / Instituto da Lingua Galega <http://academia.gal/documents/10157/704901/Normas+ortogr%C3%A1ficas+e+morfol%C3%B3xicas+do+idioma+galego.pdf>.
- RILG = Gómez Guinovar, Xavier (coord.): *Recursos Integrados da Lingua Galega*. Vigo: Seminario de Lingüística Informática - Grupo TALG / Instituto da Lingua Galega. <http://sli.uvigo.gal/RILG/>.
- SCHUBARTH, Dorothé / Antón SANTAMARINA (1984-1995): *Cancioneiro Popular Galego*. 7 vols. [A Coruña]: Fundación Barrié.
- TILG = Santamarina, Antón (coord.): *Tesouro informatizado da lingua galega*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. <http://ilg.usc.gal/TILG/>.
- VARELA BARREIRO, Xavier (2015): “O *Tesouro Oral Informatizado da Lingua Galega (TOILG)*: caracterización do corpus”. Comunicación no *III CILH (Santiago de Compostela, 27-30/07/2015)*. Instituto da Lingua Galega da Universidade de Santiago de Compostela / Universidade de São Paulo / Universidade Federal da Bahia.
- VARELA BARREIRO, Xavier (2016): “*Pulpo e polbo*. Voces motivadoras dunha fugaz controversia coas coordenadas diatópica e diacrónica como pano de fondo”, en Alexandre Rodríguez Guerra: *Lingüística histórica e dialectoloxía: coordenadas do cambio lingüístico*. Vigo: Universidade, Servizo de Publicacións, 211-235.
- VOLGa (2004) = González González, Manuel / Antón Santamarina Fernández (coords.): *Vocabulario ortográfico da lingua galega (VOLGa)*. A Coruña / Santiago de Compostela: Real Academia Galega / Instituto da Lingua Galega. <http://academia.gal/recursos-volg#http://academia.gal/Volga/>.

Percursos geopolíticos e perfis sociolinguísticos: mapeando a história social do diassistema galego-português

Francisco Javier Calvo del Olmo

Universidade Federal do Paraná
francisco.olmo@ufpr.br

Karine Marielly Rocha da Cunha

Universidade Federal do Paraná
francisco.olmo@ufpr.br

Resumo

O objetivo do nosso trabalho é enunciar e debater uma série de questões fundamentais para a elaboração da história social do diassistema galego-português, inscrevendo tais vicissitudes na esfera das línguas românicas. Para tanto, partimos da vasta bibliografia que as universidades brasileiras, galegas, portuguesas e africanas produziram nas últimas décadas, nos âmbitos do estudo da variação, na gramática descritiva e na história da língua. Em seguida, apresentamos os conceitos fundamentais do nosso objeto de pesquisa e propomos uma abordagem interdisciplinar que estabeleça interfaces com outros campos do saber como a história, a geografia, a sociologia e a demografia. Em terceiro lugar, traçamos o percurso histórico do diassistema galego-português vinculado às cisões e continuidades, à expansão ou ao retrocesso social, comercial, político, econômico e cultural das comunidades que falam ou falam alguma de suas variedades. Assim, a nossa exposição não se detém no estudo aprofundado de determinada questão, mas visa fazer um mapeamento global e integrador. Desse modo, esperamos incentivar um debate que reúna, de forma cabal, os esforços que desde diferentes âmbitos vêm se fazendo para conhecer melhor os percursos geopolíticos e os perfis sociolinguísticos do galego-português, atrelados ao devir das suas comunidades de falantes.

Palavras-chave

Abordagem interdisciplinar, diassistema galego-português, história social da língua

Sumário

1. Introdução. 2. A história social da língua: mapeando um objeto de pesquisa interdisciplinar. 3. Proposta de índice. 4. A modo de conclusão.

Geopolitical Itineraries and Sociolinguistic Profiles: Mapping the Social History of the Galician-Portuguese Diasystem

Abstract

This paper aims to formulate and discuss a number of key issues for the preparation of the social history of the Galician-Portuguese diasystem, placing such events in the sphere of Romance languages. The starting point is the vast bibliography produced, in recent decades, by Brazilian, Galician, Portuguese and Lusophone-African universities in the areas of variety studies, linguistic descriptions and language histories. The key concepts of our research subject is then presented, where we propose an interdisciplinary approach in order to establish interfaces with other fields of knowledge such as history, geography, sociology and demography. We outline the historical background of the Galician-Portuguese diasystem linked to divisions and continuities, the political expansion or social regression and economic and cultural transformations of the communities which spoke or speak any of their varieties. Our assessment does not therefore dwell on the in-depth study of a specific question, but aims to produce a global and integrative mapping. In this way, we hope to encourage a debate by bringing together efforts from different areas in order to better understand the geopolitical itineraries and the sociolinguistic profiles of the Galician-Portuguese diasystem, linked to fate of their speech communities.

Keywords

Interdisciplinary approaches, Galician-Portuguese diasystem, social history of language

Contents

1. Introduction. 2. The social language history: mapping an interdisciplinary research subject. 3. Proposal for an index of contents. 4. Conclusions.

1. Introdução

Nas últimas décadas, os departamentos de letras e linguística das universidades dos diferentes países lusófonos realizaram um significativo número de pesquisas nas quais aplicaram as teorias contemporâneas para a descrição do diassistema galego-português¹. No conjunto de tais obras, cabe salientar não só a quantidade e a qualidade das publicações, mas também a diversidade de enfoques e abordagens constatada. Podemos tomar como marco inicial desse ingente labor descritivo a aparição da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* do professor brasileiro Celso Cunha, publicada em coautoria com o filólogo lusitano Luis Filipe Lindley Cintra e lançada pela editora Nova Fronteira em 1985. No prefácio da obra, os dois autores expõem os interesses e objetivos comuns que nortearam a redação da gramática: “Sentiamo-la como uma urgente necessidade para o ensino da língua portuguesa não só em Portugal, no Brasil e nas nações lusófonas da África, mas em todos os países em que se estuda o nosso idioma” (Cunha / Cintra 1985: XIII). Observamos aqui o desejo de fornecer uma descrição da língua tanto para os seus falantes – localizados principalmente no Brasil, em Portugal e na África – como para as comunidades que estudam português quer como língua de herança, quer como língua estrangeira ou como segunda língua. Consequentemente, essa obra não se dedica a determinada variedade, mas espera devir “uma descrição do português contemporâneo que levasse em conta, simultaneamente, as diversas normas vigentes dentro do seu vasto domínio geográfico” (Cunha / Cintra 1985: XIII). Certamente, outros autores (como Matoso Câmara Jr, Oscar Lopes, Maria Helena Mira Mateus ou Pilar Vázquez Cuesta) já tinham começado esse percurso antes da publicação desta obra e, nos anos sucessivos, incrementou-se o número de trabalhos.

Assim, as universidades do Brasil desenvolveram projetos, muitas vezes coletivos, voltados ao estudo minucioso do português brasileiro. Os oito volumes da *Gramática do Português Falado*, publicados na virada do século pela editora da Unicamp, provam a abrangência e o aprofundamento desses trabalhos e serviram de base para a elaboração de uma gramática referencial da variante culta do português brasileiro que, de fato, saiu publicada na sequência. A *Nova Gramática do Português Brasileiro* de Ataliba Teixeira de Castilho (2014) insere-se no marco traçado assim

¹ Ao longo da nossa exposição, empregaremos o termo *diassistema galego-português* de acordo como a definição que faz a linguística românica (Cano 2007: 98-99); isto é, o romance continuador do latim vulgar praticado no noroeste da Península Ibérica e diferenciado das falas vizinhas (asturo-leonês, castelhano e moçárabe) que pelos processos de expansão (Reconquista, colonialismo, navegações e escravatura) foi levado a vastas regiões da América, África e Ásia e entrou em contato com outras línguas praticadas nesses territórios. Estamos cientes da existência de outros termos mais ou menos análogos, porém escolhemos esse pela sua abrangência e transparência de acordo com a definição dada.

como os estudos de Mário Perini, autor da *Gramática do Português Brasileiro* (2010). Completam esse quadro de obras emanadas das universidades brasileiras a *Gramática de Usos do Português* de Maria Helena de Moura Neves (2000), *O Português Afrobrasileiro* de Dante Lucchesi, Alan Baxter e Ilza Ribeiro (2009) e a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro* de Marcos Bagno (2011) que problematizam especificamente a formação histórica da língua em solo brasileiro e os seus usos para além do ensino tradicional de uma norma culta engessada e, por vezes, alheia à língua falada no Brasil e cultivada na literatura nacional.

Por sua vez, Portugal também produziu número significativo de obras. A já citada autora Maria Helena Mira Mateus publicou a *Gramática da Língua Portuguesa* junto a Inês Duarte e Isabel Hub Faria em 1983, texto que foi reeditado e ampliado em anos sucessivos. Mais recentemente, a *Gramática do Português* (Raposo *et alii* 2013)² se propõe a ser uma obra de referência apresentando, de maneira descritiva e explicativa, os principais aspectos lexicais, sintáticos, semânticos, fonético-fonológicos, morfológicos e pragmáticos do português na sua variedade europeia contemporânea. No entanto, também dedica vários capítulos às variedades africanas, ao português brasileiro e aos chamados crioulos de base portuguesa. Por outro lado, a descrição da história da língua encontra sólida base nos trabalhos do professor Ivo Castro (1991, 2006). Esse impulso descritivo, também atirou o interesse de pesquisadores das variedades africanas, como Perpétua Gonçalves (2010) e Dulce Pereira (2007) dentre outros.

Igualmente, após a democratização do país e a oficialização da língua, as universidades da Galiza empreenderam pesquisas sobre o galego e em galego dotando a língua de elementos descritivos, corpus e publicações comparáveis às de outros idiomas nacionais e/ou hegemônicos³. Cabe citar obras como a *Gramática Galega* de Rosario Álvarez, Henrique Monteagudo e Xosé Luís Regueira (1986), a *Gramática da Língua Galega* de Xosé Xove e Rosario Álvarez (2002) e a *Historia Social da Língua Galega* de Henrique Monteagudo (1999). Por último, pesquisadores e universidades de fora do espaço lusófono também manifestaram o seu interesse pelo estudo do diassistema galego-português e fizeram importantes contribuições; desde o linguista francês Paul Teyssier, autor da *História da Língua Portuguesa* (2007), ao filólogo alemão Volker Noll, autor de *O Português brasileiro: formação e contrastes* (2008).

Em síntese, as obras que brevemente listamos têm em comum o fato de abordar, desde diferentes posicionamentos teóricos e metodológicos, a descrição do dias-

² Em 2013 foram publicados os dois primeiros volumes, o terceiro continuava em preparação no momento da redação do presente artigo.

³ O fato mesmo da Universidade de Santiago de Compostela (USC) sediar o III Congresso Internacional de Linguística Histórica em homenagem a dois professores dessa instituição, Ramón Lorenzo e Antón Santamarina, é boa prova da integração da Galiza nas redes de pesquisa internacionais e lusófonas.

sistema galego-português inscrito nas sociedades que o falam e que modelaram as suas atuais variações. O elenco apresentado não espera ser exaustivo; ao contrário, estamos cientes do risco de não citarmos outras obras importantes⁴. Em todo caso, evidenciamos que o conjunto desses trabalhos fornece uma sólida base para novas pesquisas. Uma dessas possibilidades passa por estabelecer diálogos entre os autores e as publicações existentes. Nesse aspecto, a proposta que desenvolveremos nas próximas seções partirá do conhecimento acumulado nos últimos anos para mapear os antecedentes e o devir histórico desta comunidade de falantes. Cabe dizer que, ao longo de nosso estudo, empregaremos o termo *comunidade de falantes* para nomear os usuários de uma, ou mais, variedades de galego-português evitando outras vozes que também indicam coletividade, mas que apresentam uma difícil interpretação unívoca. Além disso, adotamos uma abordagem interdisciplinar com o objetivo de despertar o interesse de um público amplo.

2. A história social da língua: mapeando um objeto de pesquisa interdisciplinar

O nosso trabalho se propõe a mapear a história dos indivíduos – das comunidades e sociedades – falantes de uma língua histórica: o diassistema galego-português; refazer os seus percursos, plurais e multidirecionais, aqueles que a escritora Nélide Piñon formulava de maneira concisa num discurso proferido com motivo do centenário da Academia Brasileira de Letras:

Vinda de tantos recantos do hemisfério, a língua aderiu por inteiro à fábula de uma nação. Esteve na amada Galícia, onde ali conheceu o irrenunciável sentimento oriundo do Finisterre, – extremidade da Terra –, cruzou o Minho, deixou o Tejo para trás, nos idos de março de 1500, estendeu suas ramas à África e Ásia, com o intuito de florescer, até ancorar afinal no outro lado do Atlântico. [...] Esta magnífica língua lusa, falada por obra dos homens em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, leva no bojo o discurso da ruptura, as emendas que engrandecem a jornada dos homens⁵.

O nosso objeto de pesquisa coloca-se, assim, próximo dos estudos de história da língua, os quais possuem uma tradição significativa entre os trabalhos descritivos

⁴ Foram também desenvolvidos grandes projetos de Atlas lingüísticos, aqui não citados, no período do nosso recorte.

⁵ [http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D290/Discurso%20proferido%20no%20I%20Centen%C3%A1rio%20da%20Academia%20Brasileira%20de%20Letras%20\[25/10/2015\].](http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D290/Discurso%20proferido%20no%20I%20Centen%C3%A1rio%20da%20Academia%20Brasileira%20de%20Letras%20[25/10/2015].)

aplicados às línguas românicas. Tradicionalmente, a história das línguas costumava-se dividir entre história interna, isto é, a descrição diacrônica das mudanças ocorridas nos diferentes níveis morfossintáticos, fonéticos, pragmáticos e léxicos; e história externa, ou seja, os fatos políticos, sociais, culturais e econômicos que condicionaram o devir da comunidade – ou comunidades – de falantes. Os dois âmbitos eram necessários para alcançar um relato completo da história da língua como foi apontado por Basso / Gonçalves (2014: 17):

Não é possível entender a história de uma língua sem levarmos em conta os eventos políticos e históricos pelos quais passou o povo que falava essa língua. Usando os termos da linguística histórica, para entender a história interna de uma língua (i.e., as mudanças estruturais que uma língua sofreu ao longo do tempo), é imprescindível que levemos em conta sua história externa (i.e., eventos de ordem não linguística – políticos, econômicos, bélicos etc. – que influenciaram a língua em questão).

A nosso ver, a análise de eventos de ordem não linguística fazia-se relevante para a história da língua na medida em que contribuísse a esclarecer os fatos linguísticos (por exemplo, a influências de substrato, abstrato e superestrato, os contatos linguísticos ou os empréstimos lexicais); ou seja, a história externa ficava subordinada à descrição da história interna e servia de base para justificar e sustentar determinadas teorias de mudança linguística. Porém, ao traçar os percursos geopolíticos de um diassistema, ao se interessar pela história social de uma língua, é preciso mudar o foco deslocando a centralidade do estudo para os aspectos socioculturais e políticos das suas comunidades de falantes. Vale dizer que a perspectiva aqui apresentada nem tem a intenção de fazer uma crítica ao estudo da história das línguas centrado na história interna nem representa uma novidade absoluta no âmbito da sociolinguística; mas sim se propõe a dialogar com questões levantadas por pesquisadores precedentes como podemos observar na seguinte passagem de Monteagudo (1999: 6):

O título da presente obra, *Historia social da lingua galega*, marca conscientemente distancias respecto da denominación tradicional da disciplina ‘Historia externa da lingua’, e pretende ter, xa que logo, un carácter programático. Esas distancias márcanse en dous sentidos: en primeiro lugar, coidamos que falar de ‘historia’ dunha lingua é lícito só se se emprega a palabra historia de xeito figurado; en segundo lugar, a perspectiva que adoptamos aquí privilexia os aspectos socioculturais sobre os propiamente lingüísticos. En efecto, falar de historia ‘externa’ dunha lingua implica unha concepción do campo de estudos correspondente en que a propia lingua constitúe o centro de atención. Esta podería ser contemplada en dúas perspectivas: unha sería a da investigación da súa historia interna, habitualmente considerada como principal, que correspondería á gramática ou lingüística históricas, e outra a da investigación da súa historia externa, complementaria ou auxiliar da anterior, que na práctica non correspon-

de a ningunha disciplina en particular, e que habitualmente vai pouco máis alá da compilación asistemática de datos e observacións de diverso tipo sobre a súa ‘fortuna histórica’.

Do parágrafo citado, destacamos a falta de uma *disciplina específica em particular* que dê conta da história externa da língua. Como resposta a essa carência lembraremos que, nos últimos anos, o diálogo entre diversos campos do saber alcançou uma posição protagonista para resolver questões e problemas no âmbito das ciências humanas. Essa abordagem recebe o nome de “interdisciplinar”, pois, reconhecendo o percurso histórico de cada ciência, visa estabelecer interfaces entre elas. Vários linguistas chamaram a atenção para essas novas perspectivas, como Badia (2007: 41-42), no que tange ao estudo das línguas românicas. Nesse sentido, acrescentam-se às pesquisas de cunho lingüístico outras ciências humanas e sociais como a história, a geografia, a antropologia, a sociologia, a demografia e os estudos culturais. Em síntese, uma abordagem interdisciplinar contribui à elaboração da história social da língua na medida em que permite combinar metodologias e experiências de vários campos do saber integrados numa mesma interface. A figura 1 condensa o arcabouço teórico-metodológico que aqui foi demarcado:



FIGURA 1. ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A interface da história social da língua requer reflexão autônoma e, nesse sentido, faz-se necessário definir sistematicamente as questões que nossa pesquisa deve abordar. O objetivo de nossa proposta visa descrever o percurso das comunidades falantes do diassistema galego-português através dos séculos; um *continuum* que os referenciais teóricos anunciados nos permitem traçar, além das inúmeras cisões his-

tóricas, políticas, geográficas e linguísticas dessas comunidades. Já assinalamos a definição de diassistema galego-português que norteia nosso estudo, de acordo com a classificação das línguas românicas, mas aqui salientamos o conteúdo social e político que para nós assume o termo língua de acordo com Álvarez / Xove (2002: 13):

Unha lingua é unha noción social e político-institucional, a súa existencia e “autonomía lingüística” non dependen automaticamente da maior ou menor distancia lingüística coas linguas veciñas, nin sequera da súa maior ou menor cohesión interna, pois a realidade lingüística demostra que na maior parte dos casos non hai fronteiras precisas entre variedades faladas en países veciños.

Assim, o galego-português constitui um diassistema, ou seja, um sistema linguístico que possui identidade⁶ e continuidade quando comparado com outras línguas românicas, mas que ao seu interno apresenta diversidade e segue modelos de língua padrão derivados de desenvolvimentos históricos e culturais diferentes. A nosso ver, essa possibilidade de conter a pluralidade e a cisão, por um lado, e a identidade e a continuidade, por outro, é precisamente o que torna o diassistema galego-português um objeto de estudo especialmente valioso. Nesse sentido, as diferenças e os contrastes proporcionam a medida das dinâmicas paralelas, convergentes ou divergentes entre as várias comunidades de falantes de galego-português ao longo dos séculos; enquanto a comparação do devir deste diassistema com a fortuna histórica de outras línguas (da família românica ou não) contribui a traçar linhas contínuas em situações que, de outra forma, se julgariam isoladas ou sem conexão aparente.

Dedicaremos a última parte da presente seção a levantarmos algumas dificuldades de caráter metodológico que acarreta a realização do presente projeto. Primeiramente, a interface de vários campos do saber aplicados ao estudo de uma comunidade espalhada sobre quatro continentes ao longo de mais de um milênio fornece um volume de dados enorme e obriga a fazer um elevado número de abstrações separando assim as vicissitudes e circunstâncias pontuais de determinado lugar ou época das tendências gerais. Certamente, essa dificuldade não é exclusiva de nosso objeto de estudo e outros trabalhos (tais como a elaboração de enciclopédias temáticas, a redação de obras coletivas etc.), publicados recentemente na linguística e em outras ciências humanas, demonstram que projetos desse tipo são efetíveis. Ao mesmo tempo, podemos nos beneficiar da experiência acumulada examinando quais das abordagens metodológicas empregadas em tais projetos resultariam mais eficientes para os fins de nossa pesquisa. A princípio, a participação, direta ou indireta, de vários autores ou equipes permitiria abranger as diversas questões do projeto mesmo que esses autores possam fazer, por vezes, análises divergentes.

⁶ Em nossa exposição, empregamos o termo *identidade* em sentido etimológico (derivado de *idem*), ou seja, o conjunto de traços de uma coletividade (no caso, linguística) que a caracteriza frente a outras. Assim, falamos de identidade e não de unidade, voz que tornaria essa língua indivisível.

Vale mencionar que o caráter relativamente pioneiro do nosso trabalho presta-se a uma avaliação positiva já que representa uma renovação tanto nas questões estudadas em nossas instituições acadêmicas quanto na aplicação de abordagens interdisciplinares, propiciando o diálogo frente à segmentação dos saberes. Por último, o presente projeto é de cunho eminentemente pedagógico e divulgador, portanto, a presença de mapas, tabelas, quadros e todos os demais elementos infográficas fariam parte da pesquisa, servindo como tesselas para compor esse grande mosaico.

3. Proposta de índice

Consideramos que, ainda hoje, perdura uma visão do desenvolvimento histórico do diassistema galego-português atrelada, quase exclusivamente, a dois países lusófonos onde essa língua é hegemônica sob duas normas nacionais: o Brasil e Portugal. A partir dessa perspectiva, o Brasil adotou o português como *herança* do império colonial, *conservada* e *mantida* através de uma norma padrão lusitanizante. Além disso, o nexo de união linguística entre dois países é colocado no chamado português clássico, *encarnado* pela figura canônica de Camões. Por sua vez, o português clássico se legitima como língua áulica por descender do latim, do latim clássico documentado nas fontes literárias, refazendo assim a famosa estrofe 33 do primeiro canto de *Os Lusíadas*: “Sustentava contra ele Vênus bela, / Afeiçoada à gente Lusitana, / Por quantas qualidades via nela / Da antiga, tão amada sua, Romana; / Nos fortes corações, na grande estrela, / Que mostraram na terra Tingitana, / E na língua, na qual quando imagina, / Com pouca corrupção crê que é a Latina” (Camões 1572 / 2009: 28). A figura 2 representa a triangulação com que essa genealogia, de cunho tradicional, explica o percurso histórico do diassistema galego-português.

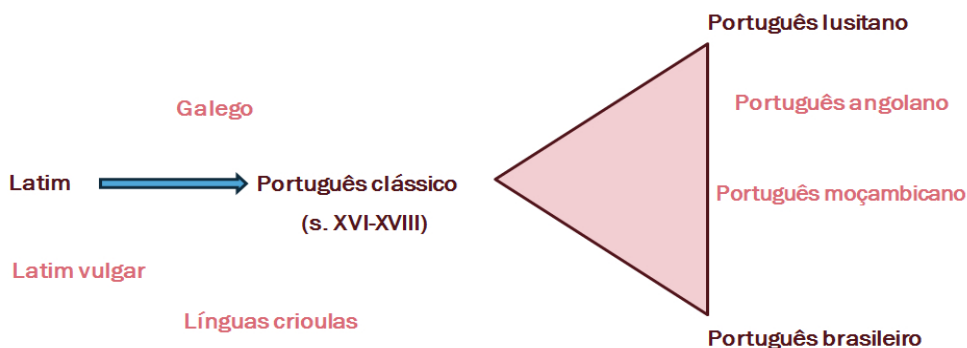


FIGURA 2. VISÃO TRIANGULAR DA HISTÓRIA DO DIASSISTEMA GALEGO-PORTUGUÊS

Certamente, ela não dá conta de outros idiomas e variedades emanados desse tronco linguístico tais como o latim vulgar, base de todas as línguas românicas; o galego, após o desmembramento político dos territórios setentrionais onde a língua se originou; as chamadas línguas crioulas de base lexical portuguesa, originadas nas situações de contato entre colonizadores e vários povos da África e da Ásia como resultado da escravatura; assim como as outras normas padrão nacionais de português que vigoram em Angola, Moçambique ou nos demais países de língua oficial portuguesa. Por todos esses motivos, devemos considerar ultrapassada essa classificação e de pouco valor científico. Mais ainda quando dispomos de um ingente corpus de pesquisas aprofundadas, plurais e bem estruturadas como já foi mencionado na introdução que nos permite avançar na formulação dessas questões.

Assim, a nossa proposta reúne tanto os espaços onde o diassistema galego-português fez-se hegemônico como aqueles onde ocupa posições minoritárias ou minorizadas. Igualmente, entendemos que a descrição a ser realizada não fornece uma imagem congelada e definitiva do diassistema, mas traça o retrato de uma situação dinâmica em constante mudança. Nesse aspecto, salientamos a importância dos intercâmbios culturais e demográficos que aconteceram entre as várias comunidades falantes de galego-português e que continuam ocorrendo na atualidade. Em outras palavras, embora o galego e o português se afastaram em torno ao séc. XIV, migrações e influências mútuas continuaram acontecendo entre os dois territórios vizinhos após essa data. O mesmo é válido para a divisão entre o português brasileiro e o português lusitano, não só pela atual circulação de conteúdos audiovisuais brasileiros (MPB, novelas ou filmes) em Portugal ou a presença da literatura portuguesa no sistema cultural brasileiro, mas pelas viagens atlânticas de ida e volta que permeiam a história dos dois países como ilustram Basso / Gonçalves (2014: 231):

As constantes idas e vindas de portugueses e brasileiros – estes, uma vez ricos, iam à Metrópole para desfrutar da sua repentina riqueza (uma figura que aparece, por exemplo, no romance *A brasileira de prazins* (1882), de Camilo Castelo Branco) – permitiram um maior contraste entre as variedades faladas dos dois lados do Atlântico, pois os dois portugueses eram ouvidos aqui e lá com maior regularidade.

Assim, a nossa análise deverá levar em conta os contatos entre as comunidades lusófonas que nunca se interromperam e que, no atual contexto de globalização e constantes deslocamentos populacionais, tendem a se reforçar.

A figura 3 representa as comunidades lusófonas espalhadas no mapa-múndi. Como se pode observar, a gama de tons serve para descrever as diferentes situações de uso da língua. Assim o verde mais escuro indica aqueles países onde a língua é hegemônica (oficial além de materna para a maioria da população), isto é, o Brasil e Portugal; em verde mais claro aparecem os países onde o português é língua oficial

e administrativa, porém convive com línguas nacionais (maternas para uma parte significativa de sua população), caso dos PALOPs (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e do Timor-Leste; em um tom ainda mais claro aparecem as comunidades onde a língua se encontra em situação de diglossia, caso da Galiza ver se vai deixar mesmo essa grafia, Macau, Goa e das diásporas lusófonas no Japão, no Canadá, nos EUA, na Austrália e em vários países europeus; o amarelo serve para representar as chamadas de línguas crioulas de base lexical portuguesa; e, por último, o verde mate indica a presença de comunidades lusófonas historicamente assentadas em países vizinhos como seria o caso dos brasiguaios, os falantes de português do norte do Uruguai e da Argentina ou os moçambicanos e angolanos que moram e trabalham na África do Sul e na Namíbia. As duas setas que cruzam o mapa assinalam os contínuos movimentos dessas populações e representam a interação entre elas.



FIGURA 3. COMUNIDADES FALANTES DO DIASSISTEMA GALEGO-PORTUGUÊS NO INÍCIO DO SÉC. XXI

Outra questão que merece a nossa análise é a periodização da língua já que, em trabalhos precedentes, fazia-se coincidir determinado período histórico com determinado estágio cronológico da história interna. Assim, por exemplo, Teyssier (2007: 22-29) faz corresponder o período histórico da Baixa Idade Média com o galego-português medieval, atestado por textos literários e notariais que apresentam diferenças a respeito de estágios diacrônicos posteriores (história interna). Certamente, estabelecer a periodização de qualquer língua histórica é uma tarefa de grande dificuldade, pois se devem escolher uns acontecimentos frente a outros respondendo ao posicionamento científico (e também ideológico) dos autores. Fato que provoca controvérsias e debates. Sem invalidar os trabalhos precedentes, nosso recorte baseia a periodização em fatos atrelados ao devir das comunidades de falantes de modo que, por um lado, conseguimos sistematizar os eventos escolhidos como marcos e, por outro lado, descrever marcos com início e final inscritos em um contexto sócio-histórico.

Em síntese, damos prioridade àqueles eventos que balizam, de forma positiva ou negativa, as condições materiais e culturais das comunidades de falantes. Assim, nossa proposta divide a história social do diassistema galego-português em duas partes. A primeira apresenta os fatos que fizeram que o dialeto românico formado no noroeste peninsular se afirmasse frente a outras variedades e se focalizasse como língua literária e da chancelaria passando mais tarde a servir de veículo do comércio ultramarino. Nesse amplo período, distinguimos várias fases:

1. Proto-história do galego-português (séc. I a XII). Abrange os processos seculares de latinização, romanização e cristianização da província da *Gallaecia*; a exodiglossia complexa e a assimilação linguística massiva; e, por fim, as invasões de suevos e árabes e a conformação dos reinos do noroeste peninsular na Alta Idade Média. Essa primeira fase examina a continuidade linguística e cultural das populações pré-romanas, a província romana e o reino suevo que possibilitaram o surgimento de uma variedade românica própria no mencionado território.
2. O galego-português língua de reis, chancelarias e trovadores (séc. XII a XIV). Compreende a consolidação política do Reino de Galiza e do Reino de Portugal e coincide com a passagem do vernáculo à escrita e a aparição dos primeiros documentos notariais; a formação de uma literatura em galego-português vinculada à lírica trovadoresca; e, por fim, o devir do Reino da Galiza até as Guerras Irmandinhas e expansão militar do Reino de Portugal para o sul.
3. O português, língua franca de um império mercantilista (1415-1580). Como em outras periodizações, a tomada militar da cidade magrebina de Ceuta em 1415, serve de marco para o início da expansão do Reino de Portugal além das suas fronteiras peninsulares. Nesse período, constata-se o deslocamento do centro político e cultural para o Sul; contrapondo a pujança do eixo Coimbra – Lisboa e o declive da Galiza; a criação de uma rede de enclaves mercantilistas portugueses na África e na Ásia que fez do português uma *língua franca* comercial; a gênese das chamadas de línguas crioulas de base lexical portuguesa; a chegada de Cabral ao Brasil em 1500; e, por último, a defesa e ilustração da língua portuguesa, mediante a criação de uma literatura nacional.
4. Recesso linguístico e cultural (1580-1663). A conclusão da primeira parte abraça um período em que a hegemonia do diassistema galego-português se encontra em litígio na prática totalidade dos territórios onde era falado a causa da crise dinástica e a união de Portugal à Coroa Hispânica, de 1580 a 1640. Nesses anos ocorrem as Guerras Luso-Holandesas (de 1595 a 1663); a perda

da maior parte dos enclaves de Portugal na Ásia e na bacia do Pacífico; por último, a Galiza vive uma época de declive político e diglossia linguística e cultural chamada de Séculos Escuros, que tinha começado no séc. XVI e se prolonga até o séc. XVIII.

A segunda parte da história social começa com a Restauração da Independência do Reino de Portugal que supõe, a meio prazo, o fim do bilinguismo castelhano-português e a expansão do português como instrumento de comunicação de um Império colonial. Essa segunda parte chega até a atualidade onde o diassistema galego-português se perfila como um dos idiomas do mundo com maior número de falantes e, ao mesmo tempo, como língua plural na qual coexistem várias normas e padrões. Assim como fizemos na primeira parte, distinguem-se várias fases também neste período:

1. Língua do estado despótico português (1663-1808). Abrange a Restauração da Independência portuguesa e a influência política e cultural de novas potências europeias em expansão, Inglaterra e França; o papel das academias na consolidação da língua nacional; o papel da língua no comércio e no sistema escravagista; a Ilustração e o Despotismo; a figura do Marquês de Pombal no império português; e, por fim, os efeitos da Ilustração e da obra de Frei Martin Sarmiento na Galiza.
2. Cisão política, nacionalismo e projetos imperiais (1808-1890). Para essa fase tomamos como marco uma data de consenso em estudos precedentes: a viagem da família real portuguesa ao Rio por causa das Guerras Napoleônicas e a inversão da metrópole. Essa fase abrange a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, como tentativa de atualização do Império Português; e a proclamação da independência do Brasil. Além disso, o Império do Brasil constitui um projeto expansionista voltado para o interior enquanto o Império Português é um projeto expansionista que participa da partilha da África pelas dinastias europeias. Já o *Rexurdimento* galego, inscrito no Nacionalismo e no Romantismo, marca uma trajetória de recuperação literária, histórica cultural e política. Outras questões para se estudar são o avanço do letramento no séc. XIX e o papel da imprensa.
3. Estado Novo, ditadura e revoluções (1890-1974). Tomamos como início desse período o *freio* que os impérios brasileiro e português recebem com, por um lado, a proclamação da república no Rio de Janeiro em 1889 e o ultimato britânico aos interesses expansionistas portugueses na África, desenhados no Mapa Cor-de-Rosa. Mais tarde, a proclamação da República Portuguesa põe

fim às monarquias lusas em ambas as margens do Atlântico. A seguir, constata-se o surgimento do Estado Novo como regime autoritário, autocrata e corporativista em Portugal e no Brasil. Igualmente observam-se os impactos da II República Espanhola e o Franquismo na Galiza. Outros assuntos a serem estudados são: o avanço do letramento; a indústria editorial e as reformas ortográficas; a urbanização e crescimento demográfico; as guerras coloniais na África portuguesa; o golpe de Estado no Brasil e, em 1964 a ditadura; e as migrações e diásporas lusófonas.

4. Democratização, descolonização e globalização (1974-2016). Por último, a Revolução dos Cravos em Portugal e a sua entrada na União Europeia, as independências dos PALOPs, e o fim da ditadura no Brasil servem de marco para o começo da última fase da nossa história, fase que chega até a atualidade. Ela abraça questões como a evolução do uso da língua galega na Comunidade Autónoma da Galiza; a criação da CPLP e suas ampliações sucessivas; as Guerras civis da Angola e Moçambique nos anos oitenta e noventa; a aprovação e aplicação (ou não) do acordo ortográfico de 1990; e o atual papel das universidades, a ciência e a pesquisa lusófonas. Assim, como as mais recentes mudanças no espaço lusófono como a devolução de Macau à China em 1999; o fim da ocupação indonesiana do Timor-Leste em 2002; a criação dos BRICS e a influência do universo digital sobre a língua.

A formulação do índice da história social do diassistema galego-português é necessariamente resumida e esquemática já que só desse modo podemos condensar períodos de tempo tão vastos. De igual maneira, ela é provisória e fica aberta a mudanças e emendas. Em todo caso, valoramos positivamente a sua articulação como ponto de partida que permite uma visão panóptica do nosso objeto de pesquisa ficando essa, aberta ao debate.

4. A modo de conclusão

Observamos o passado desde a varanda do presente, e estudamos os sucessivos estágios pretéritos para compreender a colocação dos diversos elementos que conformam a atualidade. Em outras palavras, através do que *fomos* esperamos conhecer o que *somos*. De acordo com dados da CPLP⁷, as primeiras décadas do séc. XXI encontram o diassistema galego-português espalhado pelos continentes africano, americano, asiático e europeu sobre 10.742.000km², o qual representa 7,2% da superfície terrestre

⁷ <http://www.cplp.org/> [11/12/2015].

do planeta. Idioma usado também pelas diásporas nos países de acolhimento, língua oficial de organismos internacionais⁸ e, em diversos graus, implementada nos currículos escolares do Uruguai, da Argentina, da Espanha, da França, da Venezuela, da Zâmbia, do Congo, do Senegal, da Namíbia, da Suazilândia, da Costa de Marfim e da África do Sul. Entretanto, essa possível fotografia oficial de um espaço de convergência transnacional baseado na língua não passaria de mero exercício tecnocrata se não se propusesse a problematizar as condições materiais, culturais e linguísticas do grupo em análise.

O Brasil é o principal país lusófono por número de falantes e se perfila como potência regional em um mundo multipolar, mas é também, ainda de certa forma, um país com uma sociedade secularmente polarizada entre uma elite branca, detentora dos meios de produção, e a maior parte da população negra, índia, mestiça (assim como as mulheres) excluída historicamente da vida pública. As mudanças sociais estimuladas nos últimos anos pelos governos de esquerda estão fazendo com que essa população tenha assumido maior protagonismo e conseqüentemente a norma linguística padrão, estabelecida e perpetuada pelas elites, hoje começa a ser questionada. O Brasil é um país à procura da sua identidade genuína que, em parte, passa pela ampliação e reformulação da norma padrão; o processo não está concluído e é criticado desde posicionamentos conservadores e elitistas⁹. Por sua vez, Portugal, antiga metrópole, origem da expansão do idioma, hoje é um pequeno país da Europa com a sua soberania nacional limitada pelas instituições de Bruxelas e submetido à pressão de outras culturas vizinhas de economias mais pujantes fato que, unido à forte migração dos jovens, provoca um certo apagamento da língua e da cultura portuguesas frente ao inglês, ao francês, ao alemão ou mesmo ao espanhol. Já a Angola e Moçambique, os dois grandes países lusófonos da África, representam na atualidade fronteiras na expansão do Capitalismo que se consolida velozmente nesses territórios comprovando as elevadas cifras anuais de crescimento do PIB. A vernacularização da língua portuguesa, principalmente em cidades como Luanda, Maputo, Benguela ou Beira, avança junto à expansão econômica e a ocidentalização do modo de vida; mas, no processo, aumentam as desigualdades sociais e se coloca em risco o patrimônio cultural, linguístico e ecológico desses povos. Além desses países, os outros três membros dos PALOPs (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são pequenos territórios onde o português convive com línguas crioulas de base lexical portuguesa em um profundo grau de hibridação

⁸ Basso / Gonçalves oferecem a seguinte lista “União Africana, União Europeia, Unasul (União das Nações Sul-americanas), Mercosul, OEA (Organização dos Estados Americanos), CPLP e União Latina, há ainda um movimento que reivindica o português como língua oficial da ONU” (2014: 170).

⁹ Como as críticas que recebeu o volume *Por uma vida melhor* da coleção *Viver e Aprender*, licitado pelo MEC dentro do Programa Nacional do Livro Didático; acusado de ensinar a ‘falar errado’ por apresentar exemplos da norma popular brasileira.

não isento de conflito. Em 2014, ingressou na CPLP a Guiné Equatorial, ex-colônia espanhola, onde a *fá d'Ambô* ou língua anobonense teve uma presença histórica. Igualmente, o Timor Leste, na bacia pacífica, declarou o português como língua oficial ao atingir a sua independência em 2002 e, a partir dessa data, vem aumentando o conhecimento do idioma em um complexo habitat nacional onde convive com o tétum, o bahasa indonésio, o inglês e outras línguas locais. Em todo caso, esses cinco países possuem territórios exíguos e populações que beiram o milhão de habitantes; e, por causa da sua posição periférica, dependem em grande medida das dinâmicas de países maiores e potências regionais ou globais. Por fim, na Galiza, território (juntamente com o norte de Portugal) onde a língua se originou, o galego convive desde o séc. xv com o castelhano em uma situação de diglossia e, de acordo com Monteagudo (1999) a partir de 1963 se interrompeu de forma maciça a transmissão intergeracional da língua. Há certamente outros espaços geográficos regionais ou locais onde esse diassistema esteve ou está presente como Macau ou Goa e também faz parte da identidade das diásporas brasileiras, cabo-verdianas, portuguesas etc. espalhadas por diferentes países da Europa, da América do Norte e também do Japão.

Desse modo, o diassistema galego-português, esboçado nestas páginas, é utilizado hoje tanto em contextos onde é hegemônico como em situações em que ele ocupa posições subalternas ou minorizadas, em sociedades permeadas pelo multilinguismo e a diglossia. A diversidade assumida pela língua é tal que inclusive faz parte dos atuais debates a unidade ou não do idioma. Contrastando com essas dinâmicas centrífugas, algumas ações empreendidas pelos governos dos países lusófonos dirigem-se a promoção da unidade do idioma (mediante a imposição de uma ortografia comum) e a aplicação de políticas linguísticas consensuais como expressa o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa, formulado na I Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial em 2010. Por todos esses motivos, parece-nos razoável definir a Lusofonia como uma comunidade em *estado de emergência*, nas duas acepções que contempla a palavra¹⁰; emergência como momento crítico, grave ou perigoso devido à situação de precariedade registrada nos países lusófonos, enquadrados no sul global; mas, ao mesmo tempo, emergência como comunidade nascente, ainda em formação.

Assim, o diassistema galego-português constitui um objeto de pesquisa que pode ser analisado sob abordagens interdisciplinares para entender, não apenas a trajetória histórica das suas comunidades de falantes, mas também as atuais transformações socioculturais e o seu devir glotopolítico. Alcançar uma visão global, por cima das inúmeras cisões, permitiria traçar um percurso que se proponha a ser base de projetos de integração futuros. Pois, assim como ao arguirmos quem *fomos*, encontramos alicerces para entender quem *somos*, ao pesquisar *qui eramus* (ou seja, quem éramos),

¹⁰ <http://www.aulete.com.br/emergência> [11/12/2015].

achamos ferramentas para construir *qui erimus* (quem seremos). Se entendermos a sorte da língua atrelada à sorte dos seus falantes, algumas medidas importantes deveriam ser tomadas no seio dessa comunidade para a construção da Lusofonia no séc. XXI; tais como superar o analfabetismo, democratizar a educação, promover a língua de herança das diásporas, respeitar e proteger as outras línguas presentes nos países lusófonos ou procurar países e regiões parceiras que se interessem pelo conhecimento do português e a incorporação dessa língua na sua vida pública das mais diversas maneiras¹¹. Pois, garantindo as condições materiais e culturais das sociedades lusófonas, poderemos iluminar um futuro para as palavras do amanhã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVAREZ BLANCO, Rosario / Henrique MONTEAGUDO / Xosé Luis REGUEIRA (1986): *Gramática Galega*. Vigo: Galaxia.
- ÁLVAREZ, Rosario / Xosé XOVE (2002): *Gramática da Língua Galega*. Vigo: Galaxia.
- BADIA I MARGARIT, Antonio Maria (2007): “Génesis de la Romania y genio de la romanística”, en José Enrique Gargallo Gil / María Reina Bastardas (orgs.), *Manual de lingüística románica*. Barcelona: Ariel, 25-44.
- BAGNO, Marcos (2011): *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- BASSO, Renato Miguel / Rodrigo Tadeu GONÇALVES (2014): *História concisa da língua portuguesa*. Petrópolis RJ: Vozes.
- CAMÕES, Luiz Vaz de (ed.) (1572 / 2009): *Os Lusíadas. Organização, apresentação, notas e cronologia de Jane Tutikian*. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- CANO, Ana (2007): “Del latín vulgar a los primeros romances. Aparición del romance em en la escritura”, en José Enrique Gargallo Gil / María Reina Bastardas (orgs.), *Manual de lingüística románica*. Barcelona: Ariel, 81-120.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira (2014): *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira (org.) (1996): *Gramática do Português Falado. Vol. I, A Ordem*. Campinas: Editora da Unicamp / FAPESP.
- CASTRO, Ivo (1999): *Curso de história da língua portuguesa: leituras complementares*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CASTRO, Ivo (2006): *Introdução à história do português*. Lisboa: Colibri.
- CPLP (2010): *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*. http://www.conferencialp.org/files/plano_brasilia_mar_2010.pdf.

¹¹ Podemos tomar como exemplo desses possíveis projetos a entrada da Geórgia, do Japão, da Namíbia, do Senegal, e da Turquia como membros observadores da CPLP na Cimeira de Díli em 2014 e a aprovação da *Lei Valentín Paz-Andrade para o aproveitamento da língua portuguesa e vínculos com a lusofonia* na Galiza no mesmo ano.

- CUNHA, Celso / Luís Filipe Lindley CINTRA (1985): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- GONÇALVES, Perpétua (2010): *A génese do Português de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- LUCCHESI, Dante / Alan BAXTER / Ilza RIBEIRO (orgs.) (2009): *O Português Afrobrasileiro*. Salvador: EDUFBA (edição eletrônica).
- MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* (2003^s): *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- MONTEAGUDO, Henrique (1999): *Historia Social da Língua Galega: idioma, sociedade e cultura a través do tempo*. Galaxia: Vigo: Galaxia.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2000): *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: UNESP.
- NOLL, Volker (2008): *O Português brasileiro: formação e contrastes*. São Paulo: Globo.
- PEREIRA, Dulce (2007): *Crioulos de Base Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- PERINI, Mário A. (2010): *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- PIÑON, Nélida (1997): *A pátria do verbo. Discurso proferido no I Centenário da Academia Brasileira de Letras*. <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D290/Discurso%20proferido%20no%20I%20Centen%20C3%A1rio%20da%20Academia%20Brasileira%20de%20Letras>.
- Raposo, Eduardo Buzaglo Paiva *et al.* (2013): *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TEYSSIER, Paul (2007): *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.

Varição semântico-lexical entre dois estados brasileiros – Bahia e Paraná: fenômenos atmosféricos nos dados do *Atlas Linguístico do Brasil*

Genivaldo da Conceição Oliveira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
valdooli@yahoo.com.br

Semantic-lexical Variation Between Two Brazilian
States – Bahia and Paraná: Atmospheric Phenomena
in the Data of the Linguistic Atlas of Brazil

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados da análise das denominações registradas, nos estados da Bahia e do Paraná, no campo *fenômenos atmosféricos* com o objetivo geral de colaborar para um melhor conhecimento do Português Brasileiro, tal como se apresenta nas cidades que constituem a rede de pontos do Projeto *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)* nesses dois estados. Baseia-se nos princípios teóricos da Dialetoлогия, Sociolingüística, Lexicologia e Lexicografia. O *corpus* está conformado por um extrato dos dados do Projeto *ALiB*, relativo aos estados da Bahia e do Paraná, constituído das perguntas 17 à 20 do Questionário Semântico-Lexical (QSL), referentes à área semântica fenômenos atmosféricos e utiliza-se do método da Geolingüística para a análise espacial dos dados. Enfatiza-se o aspecto diatópico, contudo recorre-se, de maneira periférica, à análise de outras variáveis como a diastrática e a diageracional. O estudo comparativo entre os dados dos dois estados permite mostrar as coincidências entre as duas áreas, apontar as divergências e, assim, caracterizar cada uma delas quanto às suas especificidades de uso. Além disso, fornece elementos que possam contribuir para os estudos lexicológicos e lexicográficos, indicando aos dicionários da língua portuguesa novos itens lexicais que venham a ampliar a sua informação.

Palavras-chave

Dialetoлогия, Geolingüística, Português Brasileiro, variação

Sumário

1. Introdução. 2. Estudos dialetológicos. 2.1. Variação lingüística. 3. Metodologia. 3.1. Corpus. 3.1.1. Localidades da Bahia. 3.1.2. Localidades do Paraná. 3.2. Informantes. 3.3. Questionário. 4. Análise de dados. 4.1. Salvador e Curitiba. 4.2. A realidade do interior dos dois estados. 4.2.1. O interior da Bahia. 4.2.2. O interior do Paraná. 5. Dados lexicográficos. 5.1. Um olhar sociolingüístico sobre o tema. 5.1.1. As duas capitais. 5.1.2. O interior dos dois estados. 6. Considerações finais.

Abstract

This study presents the results of the analysis of the registered names, in the states of Bahia and Paraná, in the field *atmospheric phenomena*. It has the general objective of collaborating for better knowledge of the Brazilian Portuguese, as it is presented in the cities that make up the network of localities of the *Linguistic Atlas of Brazil (ALiB - Atlas Linguístico do Brasil)* in both states. It is based on theoretical principles of Dialectology, Sociolinguistics, Lexicology and Lexicography. The corpus, which is an extract of ALiB concerning the states of Bahia and Paraná, consists of questions 17 to 20 of the Semantic-Lexical Questionnaire (QSL – Questionário Semântico-Lexical), which refer to atmospheric phenomena. It uses the Geolinguistic method for the spatial analysis of the data. It focuses on the diatopic aspect. However, it turns, in a peripheral way, to the analysis of other variables such as diastratic and diagenational. The comparative study between the data of both states allows to show the coincidences between the two areas, to point out the divergences, and, thus, to characterize each of them as to their specificities of use. In addition, it provides elements that can contribute to lexicological and lexicographical studies, indicating to dictionaries of the Portuguese Language new lexical items that might expand their information.

Keywords

Dialectology, Geolinguistics, Brazilian Portuguese, Variation

Contents

1. Introduction. 2. Dialectological studies. 2.1. Linguistic variation. 3. Methodology. 3.1. Corpus. 3.1.1. Localities in Bahia. 3.1.2. Localities in Paraná. 3.2. Informants. 3.3. Questionnaire. 4. Data analysis. 4.1. Salvador and Curitiba. 4.2. The reality in the interior of both states. 4.2.1. Interior of Bahia. 4.2.2. Interior of Paraná. 5. Lexicographical data. 5.1. A Sociolinguistic look at the topic. 5.1.1. Both capitals. 5.1.2. The Interior of both states. 6. Final considerations.

1. Introdução

Descoberto em 1500, o Brasil só começou propriamente a ser colonizado em 1534 com o regime das capitanias hereditárias. A partir desta data tem-se a efetiva introdução da língua portuguesa.

Como é sabido e assinalam diferentes autores, a língua portuguesa no Brasil, no curso da sua história, vem passando por muitas modificações, realidade para a qual, nos meados do séc. xx, já chamava a atenção de Nascentes (1953: 9-10) ao registrar que:

A língua portuguesa no Brasil sofreu grandes alterações porque teve de ser aprendida por homens de duas raças que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa do tipo flexional. O índio foi o primeiro que aprendeu o português; é natural, pois foi o povo autóctone. Só mais tarde aparece o outro fator etnográfico, o negro. [...] A escravidão vermelha precedeu à negra e daquela já se fala em 1531, quando Martim Afonso concedeu a Pedro de Góis permissão de levar para Europa dezessete escravos índios; mas desde cedo na capitania de S. Vicente são escravos negros que trabalham na agricultura da cana.

Podemos ver que o falar brasileiro, apesar de sua relativa uniformidade, apresenta variação bem característica e os estudos dialetológicos, calcados na perspectiva da Geografia Linguística, ajudam-nos a entendê-la.

2. Estudos dialetológicos

A Dialectologia identifica, descreve e situa os usos diferentes em que a língua varia de acordo com sua disposição espacial, histórica e sociocultural, respondendo a um pensamento mais amplo, pois, como afirma Cardoso (2010: 27),

O interesse pelo estudo da diversidade de usos da língua e a evidência de certa preocupação universal com as diferenças dialetais perpassam a história dos povos em todos os momentos, ora como simples constatação, ora como instrumento político, ora como mecanismo de descrição das línguas.

A Dialectologia é, como a própria palavra sugere, o estudo dos dialetos. Contudo, precisamos definir o que é um dialeto. Na linguagem coloquial, diz-se que um dialeto é uma língua não padrão, que geralmente se associa a grupos que não ostentam prestígio ou uma língua que não tem tradição escrita.

Esta disciplina era vista nos seus primórdios sob uma perspectiva preponderantemente diatópica. Os primeiros estudos dialetológicos eram predominantemente focalizados dentro de um espaço e tinham uma abordagem monodimensional. Aos

poucos, a monodimensionalidade foi perdendo sua hegemonia para um estudo mais pluridimensional. De acordo com Cardoso (2010: 15), “a Dialetoлогия é um ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, socio-cultural e cronológica”. Podemos afirmar que o estudo dialetológico obedece a três passos importantes: identificar, descrever e situar a variação linguística. Após a realização do primeiro passo, que é a identificação do fenômeno linguístico, passa-se a descrevê-lo fazendo o levantamento das variantes. Descrever é enumerar as variantes lexicais possíveis e que tenham o mesmo valor de verdade. Como há formas variantes de dizer o mesmo, como em *macaxeira*, *aipim* e *mandioca*, a Dialetoлогия inventaria, sistematiza e descreve estas variações.

O espaço físico exhibe variedades linguísticas que ocorrem de uma região para outra. O interesse por este tipo de informação não está apenas em registrar dados intercomparáveis, mas também em registrar a ausência de tais dados. Podemos, então, dizer que são intercomparáveis tanto os dados presentes em uma região e outros presentes em outras, como também os dados existentes em uma região comparados à sua ausência em outra.

Com base em Cardoso (2010), observamos que há duas características importantes na origem da Dialetoлогия, independentemente do princípio metodológico usado: a primeira é o reconhecimento das diferenças ou das semelhanças que a língua transmite; a segunda é o estabelecimento das relações entre as diversas manifestações linguísticas documentadas ou entre elas e a ausência de dados registrados, circunscritos a espaços e realidades prefixados. A Dialetoлогия não pode desconsiderar fatores extralinguísticos, próprios do falante, da mesma maneira que não pode desconsiderar as implicações que estes fatores acarretam nos atos da fala. De maneira que idade, gênero, escolaridade e características socioculturais tornam-se elementos de pesquisa que convivem com a busca de identificação de áreas dialetais. Neste ponto, é possível ver uma confluência de propósitos entre a Dialetoлогия e a Sociolinguística uma vez que ambas as disciplinas perseguem a variação linguística.

2.1. Variação linguística

Formas linguísticas em variação estão presentes em todas as comunidades de fala. Estas formas são chamadas de variantes que são, na verdade, maneiras diferentes de falar a mesma coisa no mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. Estas variantes, por sua vez, estão sempre competindo dentro da comunidade de fala à qual pertencem. Desta maneira, temos as variantes padrão e não padrão, aquelas que são conservadoras contra as que são inovadoras e, finalmente, as variantes que recebem algum tipo de estigma em oposição àquelas de prestígio. Geralmente, uma variante

padrão é considerada conservadora e possui maior importância sociolinguística dentro da comunidade. Em contrapartida, uma variante inovadora tende ser não-padrão e é, portanto, estigmatizada pelos falantes da comunidade a que pertence. A título de ilustração, trazemos a presença do segmento fônico /s/ como marca de plural no sintagma nominal que é a forma padrão, conservadora e, portanto, de prestígio. Ao passo que a não marcação do plural /s/ no sintagma nominal é estigmatizada.

Labov (2008: 260) observa que “no curso da evolução linguística, a mudança caminha para se completar, e regras variáveis se tornam invariantes. Quando isso acontece, há outra mudança estrutural que compensa a perda de informação envolvida”. Isto significa dizer que se uma regra variável for constante, ela oferece aos aprendizes da língua informação suficiente para manter as distinções básicas e as formas subjacentes. Tarallo (1997) comenta que nem tudo que varia sofre mudança e que toda mudança linguística pressupõe variação uma vez que mudança é variação. Para Coseriu (1979: 64), a língua não muda completamente, porque se refaz. O falante não cria integralmente a sua expressão, mas utiliza o sistema que lhe é oferecido pela comunidade, além disso, aceita também a realização que a norma tradicional lhe fornece. Ele não inventa totalmente sua expressão, mas utiliza modelos anteriores porque este indivíduo é um ser histórico e porque a língua pertence a sua historicidade. Isto quer dizer que a expressão que é usada pelo falante tem uma história que a precede.

Variável linguística é o elemento, traço ou unidade linguística que pode se apresentar de maneiras diferentes, isto é, de forma variável. Portanto, uma variável linguística é um conjunto de expressões do mesmo elemento e cada uma das manifestações ou expressões de uma variável recebe o nome de variante linguística. A variação pode ser determinada e explicada por fatores sociais, bem como por fatores geográficos (variação geolinguística), situacionais (variação estilística), históricos (variação histórica) e pode ser encontrada quase que em todos os níveis da língua desde o mais concreto – fonético/fonológico – ao mais vasto – discurso – atravessando a gramática e o léxico.

A diversidade linguística está relacionada não apenas com a questão territorial, mas também com a questão da desigualdade social. Bagno (2000: 16) observa que:

No Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país – que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito – mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo mundo. São essas graves diferenças de status social que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo linguístico entre falantes das variedades não-padrão de português brasileiro – que são a maioria de nossa população – e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola.

A variedade linguística depende de variedades geográficas ou diatópicas, bem como de variedades socioculturais ou diastráticas. As variedades diatópicas, os regionalismos, acontecem em um plano horizontal da língua e se originam dos dialetos ou falares locais, que se mostram por meio de uma linguagem aparentemente comum do ponto de vista geográfico. Estas variedades se distinguem em linguagem urbana e linguagem rural. A linguagem urbana é influenciada por fatores culturais como a escola, meios de comunicação de massa e literatura e está mais próxima da linguagem comum. A linguagem rural é mais isolada e conservadora e vem desaparecendo com a chegada da civilização. Entretanto, a Dialectologia e a Geografia Linguística tem se empenhado em catalogar e analisar as particularidades linguísticas de comunidades rurais. As variedades socioculturais ou diastráticas surgem em um plano vertical dentro de uma comunidade urbana ou rural e podem estar atreladas a fatores relacionados ao falante – ou ao grupo a que pertence – ou à situação ou a ambos ao mesmo tempo.

Idade, sexo, raça (ou cultura), profissão, posição social e grau de escolaridade são alguns dos fatores que desencadeiam variedade linguística. Para Preti (2003), as variantes decorrentes de faixas etárias, considerando o locutor adulto, restringem-se mais ao vocabulário. Para ele, a chamada linguagem jovem se refere a um vocabulário gírio, cujos limites são meio vagos. Este autor diz que a oposição entre a linguagem do homem e a linguagem da mulher pode indicar diferenças evidentes, sobretudo no léxico por conta de tabus morais. Contudo, aponta que essa oposição vem perdendo sua significação, especialmente nas cidades grandes, porque os meios de comunicação de massa, o teatro, a transformação dos costumes e padrões morais têm exercido um papel nivelador expressivo. Outro fator é a profissão do indivíduo que funciona no campo da linguagem técnica em que os falantes usam um vocabulário condizente com sua atividade. Além disso, a posição social requer que o falante tenha um cuidado especial com a linguagem que usa visando ter destaque dentro do grupo em que atua. Preti afirma que a influência de todos esses fatores de diversidade linguística geralmente se acentuam mais no léxico, porém é expressiva na fonologia, mas diminuta na morfossintaxe.

3. Metodologia

Este trabalho fundamenta-se na metodologia e no *corpus* do *Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)* no que tange à área semântica fenômenos atmosféricos do Questionário Semântico-lexical (QSL). Neste estudo priorizamos a variação diatópica, mas, seguindo os passos da Geolinguística Pluridimensional, também consideramos aspectos relativos às variações diastrática, diageracional e diagenérica.

3.1. *Corpus*

O *corpus* está constituído pelas respostas às questões 17, 18, 19 e 20 do Questionário Semântico Lexical do *Atlas Linguístico do Brasil* aplicado em 22 cidades na Bahia e 17 no Paraná. Na Bahia, há um total de 92 informantes, dos quais oito estão na capital e 84 no interior. Do mesmo modo, o Paraná tem um total de 72 informantes, dos quais 64 estão no interior e oito na capital. Para a constituição do *corpus* partimos da leitura e exame das transcrições de todas as questões de 17 a 20 do QSL¹, complementadas pela audição dos registos dos inqueritos linguísticos considerados.

Como se trata de um estudo cujo enfoque é o aspecto semântico-lexical, adotamos, para os registos no corpo do estudo, a transcrição grafemática representativa da forma padrão, considerando, no entanto, para a análise, variantes fonéticas das lexias ou expressões fraseológicas que podem revelar variações de cunho diastrático, diageracional ou diagenérico.

3.1.1. Localidades da Bahia

As localidades da Bahia, que perfazem o total de 22 pontos, estão assim distribuídas em suas mesorregiões:

- Mesorregião Centro Norte Baiano – Itaberaba (090)², Jacobina (086), Irecê (085);
- Mesorregião Centro Sul Baiano – Caetité (096), Itapetinga (100), Jequié (095), Seabra (089), Vitória da Conquista (098);
- Mesorregião Extremo Oeste Baiano – Barreiras (087), Santana (092);
- Mesorregião Metropolitana de Salvador – Capital – Salvador (093), Santo Amaro (091);
- Mesorregião Nordeste Baiano – Alagoinhas (088), Euclides da Cunha (083), Jeremoabo (082);
- Mesorregião Sul Baiano – Caravelas (102), Ilhéus (099), Santa Cruz de Cabrália (101), Valença (094);
- Mesorregião Vale São-Franciscano da Bahia – Barra (084), Carinhanha (097), Juazeiro (081).

3.1.2. Localidades do Paraná

O conjunto de localidades do Paraná, que perfaz o total de 17 pontos, está assim distribuído em suas mesorregiões:

¹ Servimo-nos das transcrições realizadas pelas equipas do Projeto *ALiB* na Bahia e no Paraná, no que concerne a dados das capitais e do interior.

² O número entre parênteses refere-se ao atribuído à localidade na rede de pontos do *ALiB*.

- Mesorregião Centro Ocidental Paranaense – Campo Mourão (212), Terra Boa (209);
- Mesorregião Centro Oriental Paranaense – Pirai do Sul (214);
- Mesorregião Centro-sul – Guarapuava (219);
- Mesorregião Metropolitana de Curitiba – Capital – Curitiba (220), Adrianópolis (216), Lapa (222), Morretes (221);
- Mesorregião Noroeste Paranaense – Nova Londrina (207), Umuarama (210);
- Mesorregião Norte Central Paranaense – Cândido de Abreu (213), Londrina (208);
- Mesorregião Norte Pioneiro Paranaense – Tomazina (211);
- Mesorregião Oeste Paranaense – São Miguel do Iguau (217), Toledo (215);
- Mesorregião Sudeste Paranaense – Imbituva (218);
- Mesorregião Sudoeste Paranaense – Barracão (223).

3.2. Informantes

Em cada ponto de inquérito, no interior dos dois estados, foram entrevistados quatro informantes, dois homens e duas mulheres em duas faixas-etárias (18-30 anos e 50-65 anos). Nas capitais dos estados foram entrevistados oito informantes, quatro dos quais têm nível universitário. Como é de praxe na pesquisa geolinguística, os informantes são naturais da localidade sob investigação onde o inquérito foi realizado e filhos de pais também da mesma localidade ou da mesma área linguística.

Os informantes deste trabalho, que integram o corpo de informantes do *ALiB*, têm as seguintes características: (i) são naturais da localidade perscrutada, têm pais desta mesma localidade e não devem ter-se ausentado dela por períodos longos durante sua vida, evitando-se informantes cujas profissões requerem deslocamentos frequentes, como comissários de bordo ou caminhoneiros; (ii) os mais jovens têm idade compreendida entre 18 e 30 anos e os mais velhos entre 50 e 65 anos; (iii) são, em representação equitativa, do sexo masculino e feminino; (iv) devem ser alfabetizados com ensino fundamental completo ou incompleto nas cidades do interior, e, nas capitais, quatro dos oito informantes têm que possuir nível universitário.

3.3. Questionário

O *corpus* desta pesquisa se fundamenta nos dados originados da aplicação do Questionário Semântico-Lexical (QSL) integrante dos *Questionários 2001* (Comitê Nacional 2001) e constituído de 207 questões divididas em quinze áreas semânticas das quais selecionamos a área semântica fenômenos atmosféricos. O questionário

semântico-lexical, diferentemente do que ocorre com outros tipos de questionário como o fonético-fonológico, busca a obtenção de um leque maior de informação sobre as possibilidades de ocorrências de itens lexicais que recubram o mesmo conceito.

O resultado da análise dos itens lexicais referentes às questões 17 a 20 do QSL é apresentado no capítulo que trata da análise de dados. A análise inicialmente aborda uma visão diatópica de uso das lexias encontradas e, em seguida, damos um enfoque sociolingüístico.

No quadro 1, disposto em quatro colunas, apresentamos o conjunto de questões utilizadas, com a seguinte distribuição: a primeira coluna mostra o número da questão; a segunda exhibe o item semântico-lexical que se busca; a terceira coluna indica a maneira como foi formulada a pergunta; e, finalmente, na quarta vem indicada a área semântica a que se refere cada pergunta.

17	Arco-íris...	Quase sempre, depois de uma chuva, aparece no céu uma faixa com listras coloridas e curvas (mímica). Que nomes dão a essa faixa?	FENÔMENOS ATMOSFÉRICOS
18	Garoa...	Uma chuva bem fininha?	
19	Terra umedecida pela chuva...	Depois de uma chuva bem fininha, quando a terra não fica nem seca, nem molhada, como é que se diz que a terra fica?	
20	Orvalho/sereno...	De manhã cedo, a grama geralmente está molhada. Como chamam aquilo que molha a grama?	

QUADRO 1. QUESTÕES UTILIZADAS NA PESQUISA

4. Análise dos dados

4.1. Salvador e Curitiba

Para o conceito referente a *uma faixa com listras coloridas e curvas que quase sempre, depois de uma chuva, aparece no céu*, na questão 17, obtivemos a variante *arco-íris* de maneira hegemônica nas duas capitais representando 100% das ocorrências.

A questão 18 apura denominações para *uma chuva bem fininha*. Registramos *garoa* como resposta com maior produtividade nas duas capitais, embora um informante em Salvador a use, mas diga que tal lexia é uma variante diatópica característica do sul do país, como vemos na fala transcrita a seguir:

INF: *Garoa*, eu já digo mais por conta de amigos paulistas, não cresci ouvindo nada disso. Diz *chuvisco*, aqui se dizia *chuvisco* que minha família dizia era um *chuvisco*, *garoa* já é coisa do sul, dos amigos do sul. (093/7)

Em Curitiba, embora não tenha ocorrido *chuvisco*, o informante 220/5 menciona *tá chuviscando*, como se vê no trecho a seguir transcrito:

INQ.: E como é que vocês chamam uma chuva bem fininha?

INF.: *Garoa, garoa* ou falam *tá chu... tá chuviscando* também. (220/5)

Embora o informante tenha usado a expressão verbal *está chuviscando*, consideramos que a lexia *chuvisco* também está presente no ponto 220 não apresentando variação diatópica. Houve 17 ocorrências para esta questão. *Garoa* obteve 14 ocorrências, das quais seis aconteceram em Salvador e oito em Curitiba, representando 82,4% do total das ocorrências. *Chuvisco* – considerando *está chuviscando* também – foi fornecido por dois informantes em Salvador e um informante em Curitiba representando 17,6% do total. Na questão 19, os informantes foram perguntados *como é que se diz como a terra fica depois de uma chuva bem fininha, quando a terra não fica nem seca, nem molhada. Úmida* teve predominância, com cinco ocorrências em Salvador e sete em Curitiba, representando 100% dos registros na tabela. Todavia, o informante 093/3 forneceu a expressão *salpicou a terra* e o informante 220/4 a lexia *fofa*, não computadas por serem apenas descritivas. Para a questão 20 – *de manhã cedo, a grama geralmente está molhada. Como chamam aquilo que molha a grama?* – não se documentou variação diatópica, pois as 15 ocorrências trazem as lexias *sereno* e *orvalho* distribuídas tanto em Salvador quanto em Curitiba. Há uma leve preponderância de *sereno* sobre *orvalho*. *Sereno* foi fornecido por quatro informantes de Salvador e quatro de Curitiba, correspondendo a 53,4% do total das ocorrências. *Orvalho* teve três registros em Salvador e quatro registros em Curitiba, correspondendo a 46,6% do total. Um informante não soube responder no ponto 093.

4.2. A realidade do interior dos dois estados

O recorte que aqui trazemos é fruto de uma reflexão sobre a melhor maneira de apresentar os dados fornecidos pelos 148 informantes nas 37 cidades que constituem os pontos do ALiB no interior destes dois estados, o que fazemos com o agrupamento por mesorregiões.

4.2.1. O interior da Bahia

Para a questão 17 registraram-se 86 ocorrências, observando-se que 82 dos 84 informantes do interior da Bahia forneceram *arco-íris* como sua resposta principal, o que representa 95,4% do total das ocorrências. Os informantes 096/4, 098/2 e 083/4 apresentam outras variantes como *arco da velha* e *olho de boi*. Apenas o informante 102/4 respondeu *arco da velha* como primeira resposta. Há apenas uma abstenção

para a questão 17. *Arco da velha*, com 3 registros, representa 3,5% ao passo que *olho de boi*, com apenas um registro, indica 1,1% do total das ocorrências.

As sete mesorregiões da Bahia trazem 71 ocorrências e 15 abstenções para a questão 18. A lexia *garoa* tem preponderância em todas as regiões com 32 registros, representando 45,1% das ocorrências. Em segundo lugar, temos *chuvisco* com 15 registros, correspondendo a 21,2%. Para 10 informantes, uma chuva bem fininha é a *neblina*, o que indica 14,1% das ocorrências. Com um número de registros muito menor, temos a expressão *chuva de inverno* com três ocorrências, representando 4,2% do total. *Sereno* representa uma porcentagem um pouco maior com quatro registros: 5,6%. *Chuva de peneira* ou *peneirinha*, como diz o informante 102/4, vem com duas ocorrências, o que corresponde a 2,8% do total. Consideramos *dar uns pinguinhos* e *pingar* como uma variante só. O que consideramos aqui é o verbo *pingar* para a contagem do número de ocorrências, uma vez que o vemos no substantivo *pinguinho*, usado no diminutivo. Temos, então, três ocorrências para *pingar*, o que representa 4,2%. As variantes *poeira de chuva* e *chuva fraca* receberam um registro cada uma, portanto, cada uma delas corresponde 1,4% do total das 69 ocorrências.

A questão 19 contou com 64 ocorrências e 20 abstenções. A lexia *úmida* conta com 55 registros e aparece hegemonicamente em todas as mesorregiões da Bahia, representando, assim, 85,9% do total das ocorrências. *Borrifada* e *sarolha* aparecem com quatro ocorrências, com percentual de 6,3% para cada. Tivemos apenas um registro para *esfarelada*, o que corresponde a 1,5% do total das ocorrências.

Na questão 20, a variante mais produtiva foi *sereno* com 45 registros das 75 ocorrências, o que corresponde a 60%. *Orvalho* vem em segundo lugar, com menos da metade dos registros revelados para *sereno*, ocorrendo 20 vezes no interior da Bahia, o que representa 26,7% do total. Ainda temos *neve* e *garoa* com três registros cada – 4% cada – e *neblina* com quatro, representando 5,3% das ocorrências. Houve apenas nove abstenções para esta questão, um 10,7% do total.

4.2.2. O interior do Paraná

Há 61 ocorrências e seis abstenções para a questão 17. *Arco-íris* está documentado em todas as regiões do Paraná com 58 registros, representando 95,1% das ocorrências. *Arco da velha* representa apenas 4,9% do total das 61 ocorrências.

Para a questão 18, registramos 56 ocorrências e nove abstenções (14%). *Garoa* apresenta maior produtividade com 48 ocorrências e representa 85,8% do total. *Chuviscar* – ou *chuvisco* – conta com sete registros e corresponde a 12,5% do total. *Neblina* aparece com um registro e indica 1,7% do total das 56 ocorrências.

A questão 19 apresentou como única resposta *úmida* e contou com o total de 59 ocorrências e apenas 5 abstenções.

A questão 20 teve *orvalho* como variante mais produtiva com 37 registros, o que representa 62,7% das 59 ocorrências. *Sereno* aparece em segundo lugar com 22 ocorrências, correspondendo a 37,3% do total. Houve apenas cinco abstenções (7,8%) para esta questão.

5. Dados lexicográficos

Arco-íris está registrado com a mesma acepção nos três dicionários. Para Aurélio trata-se de um uso metonímico que leva o sentido da mitologia para fora do seu ambiente mitológico ao fazer referência a Íris – mensageira da deusa Juno – que vinha do Céu caminhando por este arco (Aurélio 1986:159). Define *arco-íris* como “um fenômeno resultante da dispersão de luz solar em gotículas de água suspensas na atmosfera, que é observado como um conjunto de arcos de circunferência coloridos com as cores do espectro solar” e traz a expressão *arco-da-velha* como um sinônimo para *arco-íris*. Em Houaiss (2001), *arco-íris* está dicionarizado como “arco luminoso multicolorido produzido quando a luz solar é refletida por gotículas de água provenientes da chuva”. Luft (2006), assim como Aurélio, diz que *arco-íris* é sinônimo de *arco-da-velha*. Para ele trata-se de um “fenômeno luminoso da atmosfera que se mostra em forma de arco e com cores do espectro solar”. Parece-nos claro que se trata da mesma acepção sobre este arco que aparece no céu depois de uma chuva.

Garoa e *chuvisco*, bem como o verbo *pingar*, são as variantes utilizadas para expressar uma chuva bem fininha e todas elas se encontram dicionarizadas. Para Aurélio, *garoa* é uma “chuva muito fina”. Houaiss e Luft apresentam uma definição semelhante; para eles trata-se de uma “chuva miúda e contínua, persistente”. Todos eles trazem *chuvisco* como sinônimo de *garoa*. O verbo *pingar* aparece nos três dicionários com uma acepção aproximada a acepção da questão. Aurélio é o que traz uma definição mais próxima dentro do campo semântico de fenômenos atmosféricos, neste caso, diferentes manifestações de chuva. Para ele *pingar* pode significar “começar a chover, chover brandamente, peneirar”. Para Houaiss e Luft, este verbo significa “cair aos pingos, gotejar”, mas não fazem referência à chuva. Contudo, é possível ver nestas definições uma analogia com a forma como a água cai ao passar por uma peneira que se assemelha àquilo que aqui denominamos de *garoa* ou *chuvisco*. Como registra Aurélio (1986), já mencionado, *pingar* é o mesmo que *peneirar*. Referindo-se à chuva, podemos afirmar que se trata de uma chuva bem fininha.

Úmido está registrado nos dicionários com a mesma acepção da questão. Os três lexicógrafos definem *úmido* como “evente molhado” Houaiss e Luft não fazem referência à terra, que é o foco da pergunta. Contudo, Aurélio traz a frase *terra úmida* nas suas abonações. A variante *sarolha* não se encontra em nenhum dos dicionários consultados. Tentando encontrar uma explicação para justificar a ocorrência desta

variante na Bahia, consultamos Cardoso e Rolemberg (1988) que, ao final dos anos 60 do séc. xx, mais precisamente entre 1966 e 1967, recolheram em Sergipe a forma *sarolha* para indicar terra úmida e a trazem no seu artigo intitulado *A vitalidade de sarolha nos falares baianos*. As autoras comentam que as informações sobre a etimologia de *sarolha* eram escassas, mas fazem referência a *zarolho* (provincianismo brasileiro) e a *sorolhento* (provincianismo alentejano) ‘mal sazonado, verde’, como possíveis empréstimos ao castelhano, e a *zarolha* (provincianismo minhoto) ‘roupa mal enxuta’. Também mencionam *zarollo* (galego, leonês, murciano) e *sorroyo* (andaluz), utilizados para messes que no momento da ceifa ainda estão um pouco verdes, talvez oriundos de *azarolla* (possivelmente do Latim *cereola*), que se relaciona ao sabor desta fruta. Além disso, citam *zorollo*, que se aplica a um alimento meio cru (Almeria). Estas são apenas algumas das formas arroladas no artigo com a tentativa de explicar a variante *sarolha* para indicar terra úmida. Após trazerem estas lexias, Cardoso e Rolemberg (1988: 48) chegam à seguinte conclusão:

A abordagem da documentação de Sergipe, o exame da carta 22 do APFB e dos léxicos e dicionários etimológicos disponíveis levam-nos a concluir que na significação de *sarolha* e variantes persiste um traço constante, o de estado intermediário, incompleto, imperfeito, que designa a terra nem seca nem molhada, um tipo de farofa ligeiramente molhada, um tipo de beiju umedecido, frutos e cereais em geral mal amadurecidos, ou ainda, roupa mal enxuta.

Sereno está registrado em Aurélio como um “tênue vapor atmosférico noturno”, e acrescenta que também pode ser uma “chuva fina e pouco duradoura”. Houaiss apresenta *sereno* como “o ar livre ao crepúsculo ou à noite” e traz *orvalho* como sinônimo. Luft diz que *sereno* é a “umidade noturna”. Outra variante para expressar esta ideia é *orvalho*. *Orvalho* está dicionarizado em Aurélio como “umidade atmosférica, que se condensa (principalmente durante a noite) e se deposita, em forma de gotículas, sobre qualquer superfície fria”. Assinala que *orvalho* também pode ser entendido como uma “chuva muito miúda, chuvisco”. Houaiss apresenta uma definição semelhante e traz *orvalho* como a “umidade atmosférica condensada que se deposita, em forma de gotinhas, sobre superfícies frias, pela manhã e à noite”. Também diz que *orvalho* poder ser uma “chuva fina”. “Gotículas resultantes da liquefação do vapor da água contido na atmosfera e que se precipitam, especialmente, durante a madrugada” é a acepção trazida por Luft para *orvalho*. Informantes no interior da Bahia usaram o termo *garoa* para expressar esta ideia. Vemos que este uso coincide com o que registram Aurélio e Houaiss, pois eles indicam que as variantes *sereno* e *orvalho* podem ser entendidas como uma chuva fina. Diante do que expomos aqui neste parágrafo, podemos dizer que aquilo que molha a grama durante a noite pode ser expresso pelas variantes *sereno* e *orvalho*.

As variantes *neblina*, *nevoeiro*, *cerração* e *névoa* são utilizadas para um nevoeiro baixo. Estas quatro variantes estão registradas nos três dicionários que usamos para

este estudo. Aurélio caracteriza *neblina* como “névoa densa e rasteira” e para Houaiss *neblina* é sinônimo de *nevoeiro*, que Luft completa com “nevoeiro baixo, pouco denso”. A segunda variante para nossa avaliação lexicográfica com essa acepção é *nevoeiro*. Para Aurélio, *nevoeiro* se constitui da palavra *névoa* + *eiro* e é a “nebulosidade que se forma nas camadas inferiores da atmosfera, próxima ao solo, constituída de grande número de gotículas de água em suspensão no ar, do que resulta ficar muito reduzida a visibilidade”. Houaiss define *nevoeiro* como “névoa baixa e fechada” e traça uma relação de sinonímia com *neblina*. Luft traz *nevoeiro* como “névoa densa; neblina ou cerração espessa”. *Cerração* aparece em Aurélio, em Houaiss e em Luft como “nevoeiro espesso, denso”. Finalmente, chegamos ao conceito de *névoa*. Em Aurélio, *névoa* é a “turvação atmosférica, menos intensa que a cerração, e que não reduz a visibilidade a menos de um quilômetro”. Houaiss traz a mesma definição que Aurélio, para quem *névoa* é o “vapor atmosférico menos denso que a cerração”, sinônimo de *neblina*. Luft afirma que *névoa* é a “turvação das camadas de ar próximo à superfície terrestre” e oferece *cerração* e *neblina* como sinônimos de *névoa*. Este entrelaçamento de significados entre estas variantes convergindo para o mesmo ponto nos faz entender que as variantes *neblina*, *nevoeiro*, *cerração* e *névoa* estão dicionarizadas na acepção da questão, portanto são intercambiáveis.

5.1. Um olhar sociolinguístico sobre o tema

5.1.1. As duas capitais

As duas capitais não apresentam variação social nas seguintes variantes: *arco-íris*, *garoa*, *chuvisco*, *úmida*, *orvalho*, *sereno*, *neblina*.

Sereno foi fornecida por 093/1-2-3-4 e 220/1-3-4-6. Poderíamos dizer que é uma variante diastrática fornecida por informantes com baixa escolaridade se não fosse pelo informante 220/6. Por outro lado, podemos observar, por conta destes dados, que a variante *sereno* é mais indicativa de baixa escolaridade, especialmente porque o informante escolarizado que a forneceu não estava inicialmente seguro sobre sua resposta quando indagado. A seguir temos um diálogo para ratificar esta assertiva:

INQ.: De manhã cedo, a grama geralmente tá molhada. Como chamam aquilo que molha a grama?

INF.: É... *neblina*?

INQ.: É? fica umas gotinhas assim na grama

INF.: É ... ai é... como que é o negócio da noite que me falaram (risos).

INQ.: Da noite.

INF.: *Sereno*.

INQ.: Ah...

INF.: É o *sereno* né que cai ali e fica molhado. (220/6)

Cerração, que aparece como uma variante diatópica, mostra-se também como uma variante diastrática e diageracional em Curitiba. Diastrática porque foi fornecida por um homem e uma mulher de nível fundamental. Diageracional porque este homem e esta mulher pertencem ao segundo grupo etário: 50 – 65 anos. *Cerração* parece ser uma variante mais conservadora que *neblina*. O informante 220/3 ilustra bem esta condição:

INQ.: *Muitas vezes, principalmente de manhã cedo a gente quase não pode enxergar porque tem uma coisa que parece uma fumaça...*

INF.: *Cerração. Cerração ou neblina, né.*

INQ.: *É o mesmo?*

INF.: *É o mesmo. A gente já... Antigamente também dizia cerração.*

INQ.: *E agora o senhor acha que...?*

INF.: *Atualmente é chamado de neblina, né. "Tá uma neblina forte". Antigamente não. "Oh, caiu uma cerração forte aí".*

INQ.: *Mudou um pouco né o jeito de falar. (220/3)*

5.1.2. O interior dos dois estados

No interior dos dois estados não apresentam variação social as variantes: *arco-íris*, *garoa*, *úmida*, *sereno*, *neblina*.

Para o conceito "faixa com listras coloridas e curvas que aparecem no céu", seis informantes forneceram a expressão *arco da velha*. Destes seis informantes, quatro são da segunda faixa etária, o que nos dá a ideia de certo conservadorismo para esta expressão. Segundo os informantes 211/1 e 216/3, *arco da velha* era usado pelo "pessoal antigo". Temos a seguir os diálogos entre os inquiridores do ALiB e estes informantes:

INF.: *Arco-íris.*

INQ.: *Tem algum outro nome? Não? Você não ouviu nenhuma pessoa mais antiga falando de outro nome?*

INF.: *Um arco da velha.*

AUX.: *É, tem esse nome também.*

INQ.: *Mas é só as pessoas mais antigas que falam ou o pessoal às vezes fala?*

INF.: *Não, as crianças sempre que... o pessoal mais velho vão falano. (211/1).*

INF.: *Arco-íris.*

INQ.: *Tem outros nomes?*

INF.: *Qu'eu saiba também não, pode até tê, mais eu num conheço.*

INQ.: *Quando o senhor era mais novo o senhor nunca ouviu um nome diferente das pessoas assim...*

INF.: *Arco da vêia, arco da vêia, arco de vêio, num sei como que é.*

INQ.: Quem chamava assim?

INF.: Um pessoal mais antigo, né, mais a gente já aprendeu que era *arco-íris* né. Que eles dizia que bebia água lá em tal lugar, num sei que lá.

INQ.: Como que é que eu não conheço?

INF.: O povo contava, né, a história né, que diz que tava bebendo água lá no tal córrego, outro lá que ele faz assim e cáí né, dá a impressão que ele caia n'água, mais acho que num é nada. Acho que é o reflexo da água. Da própria água que faz aquilo, né. (216/3).

6. Considerações finais

Ao iniciarmos este estudo imaginávamos encontrar diversos africanismos no léxico documentado na Bahia por razão dos diversos povos africanos que coabitaram com os portugueses e indígenas por alguns séculos durante o comércio transatlântico de escravos negros e por conta da enorme população afrodescendente oriunda desse processo de escravidão. Da mesma maneira, pensávamos encontrar vários estrangeirismos no Paraná por conta das várias levas imigratórias que adentraram o estado no início do séc. xx. Considerávamos, também, a probabilidade de encontrar muitos indigenismos em ambos os estados pela forte presença do índio na formação da população brasileira. No entanto, no tocante à etimologia das variantes registradas nessas áreas semânticas consideradas, não se cumpriu nossa expectativa. As variantes que têm origem no latim representam 100% do total ficando evidente o não registro de africanismos, indigenismos e estrangeirismos pelo menos nesse extrato do *corpus* do *ALiB*.

Verificamos que no plano da análise diatópica, podemos destacar como resultado mais relevante o fato de a distribuição das variantes terem um caráter mais homogêneo do que heterogêneo considerando os dados de Salvador e Curitiba bem como de todas as cidades do interior dos dois estados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos (2000): *Preconceito Linguístico – O que é, como se faz*. São Paulo: Loyola.
- CARDOSO, Suzana Alice (2010): *Geolinguística: Tradição e Modernidade*. São Paulo: Parábola.
- CARDOSO, Suzana / Vera ROLLEMBERG (1988): “A vitalidade de sarolha nos falares baianos”, em Carlota Ferreira *et al.* (org.), *Diversidade do Português do Brasil. Estudos de Dialectologia Rural e Outros*. Salvador: UFBA.
- COSERIU, Eugenio (1979): *Sincronia, Diacronia e História: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1986): *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- HOUAISS, Antônio / Mauro de Salles VILLAR / Francisco Manoel de Mello FRANCO (2001): *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- LABOV, William (2008): *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola.
- LUFT, Celso Pedro (2006): *Minidicionário Luft*. São Paulo: Ática.
- NASCENTES, Antenor (1953²): *O Linguajar Carioca*. Rio de Janeiro: Organizações Simões.
- PRETI, Dino (2003): *Sociolinguística: os níveis de fala*. São Paulo: Edusp.
- QSL = Comitê Nacional do Projeto *Alib* – Atlas Linguístico do Brasil (2001): *Questionário Semântico-Lexical*. Londrina: UEL.
- TARALLO, Fernando (1997): *A Pesquisa Socio-Linguística*. São Paulo: Ática.

A variedade lexical do *reggae* maranhense na constituição do patrimônio galego-português

Georgiana Márcia Oliveira Santos

Universidade Federal do Maranhão1

gsantos_23@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho – recorte da nossa dissertação de Mestrado em Linguística/UFC – descreve e analisa, sob uma perspectiva socioterminológica, o léxico do *reggae* enquanto gênero musical, movimento artístico-cultural e atividade socioeconômica maranhense. Por registrar as especificidades do léxico de um grupo com a importância sociocultural que o *reggae* representa para o Maranhão e por ter resultado na elaboração de um glossário socioterminológico do *reggae* ludovicense, com vistas a contribuir para a visibilidade, valorização e preservação dessa variedade regional maranhense, este trabalho está entre as obras do acervo maranhense de estudos lexicais de natureza dialetológica que embasam a análise do projeto *Tesouro do léxico patrimonial galego e português*, realizado em regime de colaboração entre a Universidade de Santiago de Compostela e a Universidade Federal do Maranhão. Para a produção desse trabalho, analisamos um *corpus* de língua falada, constituído de vinte e duas entrevistas realizadas com pessoas pertencentes a segmentos que compõem a estrutura do *reggae*, atualmente, na capital maranhense: apresentadores de programas de rádio e de TV, cantores, colecionadores, dançarinos, empresários, investidores, radioleiros, DJs, produtores musicais, promotores de festas e de eventos. O glossário socioterminológico do *reggae* ludovicense completo é composto por 115 unidades terminológicas distribuídas, em ordem alfabética, nos seguintes campos conceituais: música, tratamento, equipamento, processo e/ou ação, dança, vestuário, penteado, espaço, evento, alucinógeno. Dessa forma, este estudo colabora para a concretização de um dos principais objetivos do projeto *Tesouro* – integrar, em uma única base de dados, materiais lexicográficos do universo galego-português, procedentes de diferentes fontes – contribuindo, assim, com os dados fornecidos sobre as particularidades lexicais do universo do *reggae* maranhense, tanto para a ampliação da base informatizada do *Tesouro* quanto para uma visibilidade de maior alcance dessa variedade maranhense, o que poderá desencadear, entre outros, estudos valiosos feitos a partir da comparação lexical entre diversas áreas.

The Lexical Variety of *reggae* from Maranhão in the Formation of Galician-Portuguese Heritage

Abstract

The present study – snippet of our Master's degree dissertation in Linguistics/UFC – describes and analyses, according to a perspective of the Socioterminology, the lexicon from *reggae* while a musical genre, artistic and cultural movement and socioeconomic activity from the Brazilian state of Maranhão. For registering the specificities of the lexicon from a group with the sociocultural importance that the *reggae* represents for the Maranhão and for the possibility to elaborate a terminological glossary of the *reggae* from São Luís, capital of the state, aiming to contribute for visibility, valorization and preservation of this regional variety from Maranhão, this study is part of the works of the collection from Maranhão lexicon studies of dialectological nature that are basis for the analysis of the *Tesouro do léxico patrimonial galego e português*, conducted in collaboration between the University of Santiago de Compostela and the Federal University of Maranhão. For the construction of this study, we analyse a *corpus* from spoken language, composed for 22 interviews, performed for people who belongs to the *reggae* structure in the capital of Maranhão nowadays: presenters from radio and television, singers, dancers, businesspeople, investors, the people who works selecting the songs during the *reggae* concerts – called *radioleiros*, DJs, musical producers, promoters of parties and events. The complete socioterminological glossary of *reggae* from São Luís is composed for 115 socioterminological units, distributed in alphabetical order in the following conceptual fields: music, treatment, equipment, process and/or action, dance, costume, hairstyle, space, event, hallucinogen. This way, this study collaborates for the concretion of the main aims of the *Tesouro* – integrating, in just one database, lexicographical materials of the universe Galician-portuguese, from different sources contributing with the data provided about the lexical particularities of the universe of the *reggae* from Maranhão, as for the enlargement of the computerized database of the *Tesouro* as for a bigger visibility of this variety from Maranhão, what could afford, among others, valuable studies made according to the lexical comparison among several areas.

O termo *reggae*, neste trabalho, é empregado ora para designar gênero musical, ora movimento social, ora manifestação artístico-cultural, ora atividade socioeconômica e política e, na maioria das vezes, para designar tudo isso simultaneamente.

Palavras-chave

Socioterminologia, glossário, projeto *Tesouro do léxico patrimonial galego e português, reggae*

Sumário

1. Introdução. 2. A terminologia do *reggae* ludovicense. 3. A variação na terminologia do *reggae* ludovicense. 4. Conclusão.

Keywords

Socioterminology, glossary, *Tesouro do léxico patrimonial galego e português, reggae*

Contents

1. Introduction. 2. The terminology of the *reggae* from São Luís. 3. The variation in the terminology of the *reggae* from São Luis. 4. Conclusion.

1. Introdução

Em toda e qualquer área em que se dá a interação humana, seja ela científica, tecnológica ou cultural, é latente a necessidade que homens e mulheres têm de (re)nomear conceitos e/ou de (re)conceptualizar denominações, dadas as novas e renovadas situações de intercâmbio que vivenciam em razão de diferentes propósitos comunicativos, perfis de interlocutores, condições de tempo e espaço.

Esse ininterrupto processo de (re)nomeação e/ou de (re)conceptualização (re) delinea constantemente o léxico de uma língua, sistema em constante expansão – que pode ter um uso comum, geral, ou adquirir usos muito específicos – caracterizado por um fluxo permanente de formação e de renovação de suas partes constitutivas, consequência das diversificadas experiências científicas, tecnológicas ou culturais que o ser humano vai construindo no mundo.

A dinâmica (re)constituição do léxico de uma língua em uso especializado, por exemplo, pode ser observada, em São Luís – MA, no ambiente discursivo do *reggae* – gênero musical jamaicano que conquistou, no Maranhão, espaço notável entre as manifestações artístico-culturais mais tradicionais, bem como entre as atividades socioeconômicas mais vitais do Estado.

Nesse contexto, insere-se o presente trabalho que tem como objetivo principal apresentar a terminologia do *reggae* em São Luís/MA, bem como alguns dos fatores que condicionam a ocorrência de variação nessa terminologia, a partir da análise do glossário socioterminológico do *reggae* ludovicense¹ e, conseqüentemente, fornecer subsídios para a ampliação da base informatizada do projeto *Tesouro do léxico patrimonial galego e português*.

¹ O glossário socioterminológico do *reggae* ludovicense foi elaborado por ocasião da realização da nossa dissertação, intitulada *A terminologia do reggae ludovicense: uma abordagem socioterminológica* (Santos 2009). Esse glossário é composto por 115 unidades terminológicas distribuídas, em ordem alfabética, nos seguintes campos conceituais: música, tratamento, equipamento, processo e/ou ação, dança vestuário, penteado, espaço, evento, alucinógeno. Para tanto, à luz dos estudos da Socioterminologia, analisamos um *corpus* de língua falada, constituído de vinte e duas entrevistas realizadas com pessoas pertencentes a segmentos que compõem a estrutura do *reggae*, atualmente, na capital maranhense, a saber: apresentadores de programas de rádio e de TV, cantores, colecionadores, dançarinos, empresários, investidores, radiotelevisores, *DJs*, produtores musicais, promotores de festas e de eventos.

2. A terminologia do *reggae* ludovicense

As pesquisas que, inicialmente, realizamos como integrante da equipe de pesquisadores do projeto *Atlas Linguístico do Maranhão – ALiMA*, desde 2000, depois como aluna do Mestrado em Linguística, da Universidade Federal do Ceará – UFC (2007-2009), bem como as experiências que adquirimos como membro da Comissão Integrada do *Reggae – CIR*, desde 2006, permitiram-nos perceber que a importância do *reggae* como gênero musical, movimento social, manifestação artístico-cultural e como atividade socioeconômica, no Maranhão, se confirma, ainda, pela linguagem gerada pelos regueiros ludovicenses em razão das relações que mantêm.

Nesse sentido, importa-nos enfatizar que, ao longo desses anos de investigação sobre as especificidades linguísticas do *reggae* em São Luís, percebemos que a multiplicidade de papéis, atividades e envolvimento que o *reggae* promoveu/promove em diferentes momentos e espaços, em São Luís, poderiam ser responsáveis pelo desenvolvimento de especificidades linguísticas que constituíram a terminologia do *reggae* ludovicense, uma vez que essas especificidades linguísticas foram adquirindo determinadas características temáticas, propósitos pragmáticos e condições específicas de uso para atender às necessidades sociointeracionais dos regueiros na capital maranhense.

O movimento foi crescendo, diálogos, eh..., gírias, eh..., buscamos colegas com colegas, e..., vamos ver..., entrosamento de regueiros com regueiros, troca... trocando idéias, aí foi surgindo esse... esse linguajar (...), sem dúvida nenhuma, isso foi do próprio movimento *reggae*, no dia-a-dia, no bate-papo com a galera, com o regueiro, com o radialista, com o dançarino, com o proprietário de radiola, com o proprietário de clube. (B. M. O. / dan. / 1f).²

Essa terminologia possibilita-nos constatar que, de fato, a dinâmica da língua, em uso especializado, manifesta-se especialmente no plano do léxico e é explicitada, sobretudo, pelo fenômeno da variação linguística. No caso da terminologia do *reggae* ludovicense, essa dinâmica é constatada pela expressiva quantidade de variantes denominativas e conceituais que compõem essa terminologia na tentativa de recobrir tudo aquilo que emerge das diversificadas situações de interação vivenciadas pelos regueiros ludovicenses.

² Com o objetivo de favorecer a identificação e a análise dos fatores que condicionam a variação na terminologia do *reggae* em São Luís usamos, nos trechos retirados das entrevistas que fizemos, as iniciais do nome do informante, seguidas de siglas ou abreviaturas que indicam a função do informante no *reggae* e por último a fase do *reggae* a qual ele pertence. Para maiores esclarecimentos dessas e de outras informações que aparecerão a partir de agora, consulte-se a tabela do apêndice.

3. A variação na terminologia do *reggae* ludovicense

Sabemos que, na realidade, são muitos, diversificados e, por vezes, complexos, os fatores que podem condicionar a ocorrência tanto de variantes denominativas quanto de variantes conceituais em uma dada terminologia. Para Faulstich (1995: 285), por exemplo, um estudo de variantes terminológicas precisa levar “em conta os contextos social, situacional, espacial e lingüístico em que os termos circulam”.

Trabalhamos, nesse sentido, com a hipótese principal de que as variantes denominativas e/ou conceituais ocorrentes na terminologia do *reggae* em São Luís de- vem-se, sobretudo, ao *fator temporal*, uma vez que visualizamos, até o momento, duas distintas fases do *reggae* ludovicense: uma *fase*, que denominamos *inicial* ou *primeira fase*, referente, aproximadamente, à segunda metade da década de 1970, à década de 1980 e a meados da década de 1990 do séc. xx, fortemente marcada pela influência do gênero musical *reggae* produzido, principalmente, na Jamaica e em Londres; e outra fase, que denominamos atual ou segunda fase, correspondente ao final da última década do séc. xx e à primeira do séc. xxi – 1990/2000, caracterizada pela acentuação das produções maranhenses eletrônicas de *reggae*, chamadas, popularmente, de *reg-gaes* eletrônicos e pela revelação de cantores-solo maranhenses.

Dessa forma, faz-se necessário esclarecermos, nesse momento, que as *variantes concorrentes* são

aquelas que podem concorrer entre si, ou que podem concorrer para a mudança [...]. As concorrentes são variantes formais. A variante formal é uma forma lingüística ou forma exclusiva de registro que corresponde a uma das alternativas de denominação para um mesmo referente, podendo concorrer num contexto determinado. Classificam-se em variantes terminológicas lingüísticas e variantes terminológicas de registro (Faulstich 1999: 97).

É oportuno aclararmos, também, que Faulstich (1997: 1) atribui, em uma outra proposta, uma classificação específica às *variantes concorrentes ou formais*, subdividindo-as em *variantes lingüísticas* – em que o fenômeno propriamente lingüístico determina o processo de variação – e *variantes de registro* – em que fatores decorrentes do ambiente de ocorrência ocasionam a variação no plano horizontal, no plano vertical e no plano temporal em que se dão os usos lingüísticos. Entre as *variantes de registro*, importa ressaltarmos que a

Variante terminológica temporal, [é] aquela que se configura como preferida no processo de variação e de mudança, em que duas formas (X e Y) concorrem durante um tempo, até que uma se fixe como forma preferida. Por exemplo, o termo já em desuso, da área de biologia, macrogameta, que foi substituído por gameta masculino, assim como microgameta que cedeu lugar para gameta feminino (Faulstich 1997: 4) (grifos originais).

Tomando por base o anteriormente exposto, constatamos, quando da realização das entrevistas, que várias ocorrências de uso da terminologia do *reggae* ludovicense confirmam a nossa hipótese principal, isto é, a ocorrência de variantes denominativas e conceituais na terminologia do *reggae* ludovicense está condicionada à questão temporal, ou seja, decorrem principalmente da interferência de fatores cronológicos.

Assim, comparando os usos da terminologia em questão nos dois grupos controlados – a) 18-35 anos – 2ª fase do *reggae* – 2f (1990/2000) e b) 40-70 anos – 1ª fase do *reggae* – 1f (1970/1980/1990) – constatamos que, de fato, variantes terminológicas emergiram das influências do fator temporal: “A gente chama *pedra*, hoje, também de *torpedo*.” (J. B. C. J./ DJ/ 2f); “Aí, antigamente tinha (inint.) eh..., *tijolo*, essas coisa, vou tocar uma *tijolada*. Aqui, até botaram o apelido de Carlinhos, Tijolada, porque ele gostava muito de falar isso, mas a *pedra* mesmo foi que consagrou (...) *pedra de resposta*.” (B. A. / col. / 1f).

Os exemplos acima citados, entre tantos outros ocorridos, evidenciam que, ao longo dos anos, muitas variantes terminológicas do *reggae* ludovicense surgiram em função da necessidade de (re)nomear conceitos e/ou (re)conceitualizar denominações que emergiram das situações de interação instauradas pelas fases que constituem o *reggae* em São Luís. Situações essas que envolvem novos e antigos papéis, atividades e funções, desempenhadas por novos e antigos usuários dessa terminologia.

De forma geral, podemos dizer que a maioria dos trechos retirados das falas dos entrevistados atesta que as variantes regueiras identificadas decorrem, sobremaneira, de fatores temporais, ou seja, atesta que pelo menos duas variantes do *reggae*, em São Luís, concorrem por um tempo – como acontece no momento, por exemplo, com *pedra* e *torpedo* – até que uma se fixe como unidade terminológica – como aconteceu, por exemplo, com *pedra* e *tijolo*.

O que acontece, como pudemos perceber, é que os conceitos que emergem, com o tempo, tanto das novas experiências quanto das experiências em algum aspecto renovadas no/pelo *reggae* em São Luís, precisam ir sendo, inevitável e necessariamente, (re)nomeados.

Ainda tomando por base o fator temporal, investigamos, nesta pesquisa, a ocorrência de variantes conceituais na terminologia do *reggae* ludovicense. Por falta de orientações metodológicas especificamente desenvolvidas, no âmbito da Socioterminologia, para o tratamento das variantes de natureza conceitual, usamos, por extensão e ocasionalmente, algumas orientações fornecidas por Fauslich (1995, 1997, 1999) – explicitamente restritas à sistematização das variantes denominativas – também para as variantes conceituais identificadas na terminologia do *reggae* ludovicense, oriundas dos processos de polissemia e de homonímia.

Assim sendo, entre os casos de polissemia – processo que ocorre quando uma unidade de um dado campo conceitual possui vários significados, ou melhor, quando há uma relação cognitiva e semântica entre os possíveis significados de

uma unidade terminológica, relação essa derivada, portanto, da presença de um conteúdo sêmico ou arquissêmico comum – encontrados na terminologia do *reggae* ludovicense, destacamos:

roots adj./s.m.

1. *Reggae* produzido, sobretudo, na Jamaica e em Londres, nas décadas de 60 e 70 do século xx, com banda e instrumentos à vera, cujas letras, em geral, abordam temas de relevância social, religião. [*O que que faz a música <roots>?, o que que.. o que que realmente identifica a música como <roots>? A letra da música, o que ela fala. O <roots> fala da religião, da situação socioeconômica do país, do povo (...) esse é o <roots>, não é a velocidade da música, é a... o conteúdo da letra*] (J. R. L. / can.; comp.; PM / 2f); [*as festas de <roots> reggae, só toca música... só <roots> mesmo, só reggae de banda mesmo, reggae, assim, de banda, assim, que eu falo é, assim, ó, reggae com equipamento mesmo, sem ser... sem ser o reggae eletrônico*] (B. M. O. / dan. / 1f) 2. *Reggae* antigo produzido, sobretudo, na Jamaica, nas décadas de 60, 70 e 80 do século xx, que marcou a primeira fase do *reggae* em São Luís. [*um reggae muito antigo a gente também identifica como <roots>*] (J. E. S. / dan. / 1f); [*o pessoal utiliza sempre o termo <roots> como se tratando a música produzida na... na Jamaica*] (C. H. S. F. L. / des.; i.; PM / 2f) 3. *Reggae*, em geral, de cadência lenta, no qual o som do contrabaixo se sobressai, ideal para dançar, em geral, a dois. [*uma música mais <roots> pra dançar agarrado, agarradinho (...) é uma música que é pra dançar a dois, apesar de que, não só de dançar a dois, mais uma coisa mais romântica, mais leve, mais suave, mais cadenciado (...) uma cadência mais leve*] (J. M. F. L. / DJ; i. / 2f); [*o <roots> é um estilo que... que a maioria das pessoas confunde, <roots> com outro estilo, porque, o que que eles entendem por <roots>? Eles entendem por <roots>, a música lenta, né, quando a música é lenta, pra eles, eh..., pra maioria do povo, é <roots>]* (J. R. L. / can.; comp.; PM / 2f) 4. *Reggae* de estilo oposto ao do *robozinho*. [*se ele é muito agitado, é a pegada robô, se ele é lento, é romântico, é a pegada < roots> (...) é o estilo do reggae, se ele é <roots> ou se ele é robô*] (D. R. R. B. / dan. / 2f) 5. *Reggae* produzido no exterior, eletronicamente ou com banda e instrumentos à vera, que se opõe ao *reggae* produzido eletronicamente no Maranhão. [*é uma música que nós chamamos de melô do amor, é um reggae produzido lá /na Europa/, que eles que chamam de eletrônico, aceitam como reggae <roots>, e pra eles, não é eletrônico, mas é um reggae que é eletrônico, produzido, praticamente, da mesma forma como o nosso reggae (...) eles aceitam esse reggae como o reggae <roots>, mas não querem aceitar o nosso reggae <roots>, com a mesma pegada, como um reggae <roots> (...) eles aceitam porque não é um maranhense que canta*] (J. M. F. L. / DJ; i. / 2f).

Ver: *robozinho*

Var. T. (2f): retro

Var. Coc.: *reggae* de raiz, recordação, das antigas, *reggae in culture*, *reggae* velho, clássico, do vinil, da bolachinha, do fundo do baú, que marcou época, do arquivo secreto, do passado, raridade, barba branca, pra dançar agarradinho (3.), *reggae* de marcação (3.), pedra manhosa (3.) (Santos 2009: 101-102).

No caso acima, constatamos que o fator tempo foi decisivo para a multiplicidade de significados atribuídos à unidade terminológica *roots* os quais sinalizam, entre outros, as mudanças que definiram as duas fases que constituem o *reggae* em São Luís, até o momento: a fase inicial (1970/1980/1990) e a fase atual (1990/2000). Mais especificamente, podemos dizer que a expressiva quantidade de significados, com traços conceituais comuns, atribuídos a *roots* marca a fase inicial do *reggae* em São Luís, já que evidencia a importância e a influência do *reggae* sobretudo jamaicano nessa fase e, conseqüentemente, a diferencia da fase atual.

Também identificamos, na terminologia do *reggae* ludovicense, a ocorrência de casos de homonímia – ausência de qualquer conteúdo sêmico ou arquissêmico entre duas ou mais unidades terminológicas, as quais, conseqüentemente, pertencem a campos conceituais diferentes – a exemplo de *pedra*, nos campos conceituais *música* e *tratamento*.

pedra s.f.

Reggae de destaque, de sucesso, que teve boa aceitação, bonito, impactante. [uma <pedra> é aquele *reggae* que, eu como DJ e como investidor, desde aquele... daquele primeiro momento que eu escutei, eu sei que vai ser sucesso, quando toca no salão é sucesso, todo mundo gosta, todo mundo dança (...)] é um *reggae* bonito, uma aceitação muito grande] (J. M. F. L. / DJ; i. / 2f)

Var. T. (1f): banda, chicotada, chinelada, pedrada, murro, tijolo, tijolada cacetada

Var. T. (2f): panca, potência, torpedo

Var. Coc.: choque, paulada, pauleira, lapada, pancada, pancadão, varada, pedra preciosa, pedra massa, pedra de resposta, pedra considerada, *hit*, clássico (Santos 2009: 98).

pedra adj.

1. Mulher bonita, interessante, atraente. [há outros empregos (...) de <pedra>, que, isso aí, é muito, assim, no cotidiano mesmo, as pessoas, eh..., por exemplo, olham uma mulher bonita, 'ah, aquela menina, ali, é uma <pedra>'] (C. H. S. F. L. / des.; i.; PM / 2f)

2. Coisa boa. ['Rapaz, essa roupa... (...) esse tênis é <pedra >, gostei, gostei', entendeu (...) pra coisas boas... boas, de modo geral] (C. H. S. F. L. / des.; i.; PM / 2f)

Var. Coc.: disco (1.), gata massa (1.), pancada (1.) (Santos 2009: 110-111).

Pedra é uma unidade terminológica central, porque vital, na terminologia do *reggae* em São Luís, assim sendo, é compreensível que, inicialmente usada apenas para designar um *reggae* muito bom, com o tempo, tenha sido usada, também, para (re)conceitualizar outros elementos importantes nesse universo como, por exemplo, a *mulher*.

Nesta pesquisa, trabalhamos, ainda, com a hipótese de que a ocorrência/uso de variantes denominativas na terminologia regueira ludovicense está relacionada a

questões de discurso, mais especificamente, ao *continuum de monitoração estilística*³ decorrente da maior/menor pressão comunicativa exercida pelas relações, papéis e atividades desempenhados pelos regueiros nos ambientes e situações de interação que vivenciam.

A monitoração estilística divide os usuários da terminologia regueira em dois grupos: um que, acreditamos, por estar, sobretudo em atividade, mais exposto publicamente, em razão de ocupar espaços de destaque nos meios de comunicação (rádio, TV, radiola), monitora mais seu uso, restringindo, assim, em quantidade e variedade, o uso de variantes – nesse grupo estão, em tese, os *DJs*, os apresentadores de programas de televisão e de rádio⁴; e outro que, por não ter a responsabilidade de estar à frente do público regueiro e de servir-lhe de referência, sobretudo em atividade, usa a terminologia regueira de forma semimonitorada ou não-monitorada e, portanto, mais espontânea, fazendo uso, conseqüentemente, não só de um número maior e mais diversificado de variantes, como, principalmente, de variantes estigmatizadas – nesse grupo estão, em tese, os demais segmentos regueiros selecionados: cantores⁵, colecionadores, dançarinos, empresários, investidores, radioleiros, produtores musicais, promotores de festas e de eventos.

Nesse sentido, é necessário esclarecermos que

Variante terminológica de discurso, [é] a que decorre da sintonia que se estabelece entre elaborador e usuários de textos mais formais ou menos formais, como parotidite epidêmica que é um termo específico do discurso científico, da área de medicina; junta de descarga, termo próprio do discurso técnico, da área de mecânica de automóveis; planta de proveta, termo próprio do discurso de vulgarização científica, da área de melhoramento genético de plantas. Esse tipo de variante ocorre no plano vertical do discurso de especialidade (Faulstich 1997: 3-4) (grifos originais).

É importante elucidarmos, ainda, que consideramos indispensáveis as contribuições de Bortoni-Ricardo (2005), sobre o *continuum de monitoração estilística*, para a análise da interferência do aumento/diminuição da pressão comunicativa na

³ O *continuum de monitoração estilística* revela os estilos *monitorado*, *semimonitorado* e *não-monitorado* que estão condicionados, segundo Bortoni-Ricardo (2005: 69): a) à acomodação do falante a seu interlocutor; b) ao apoio contextual na produção de enunciados; c) à complexidade cognitiva envolvida na produção linguística; d) à familiaridade do falante com a tarefa comunicativa que está sendo desenvolvida. Essas condições, de acordo com a autora, municiam o falante com recursos em diferentes graus, propiciando a adoção de um ou de outro estilo de monitoração.

⁴ Os segmentos do universo regueiro de São Luís que mais monitoram sua fala serão sinalizados com um sublinhado embaixo de suas abreviaturas ou siglas.

⁵ Como os cantores, quando estão expostos publicamente, em geral, apenas cantam, foram incluídos no grupo que semimonitora ou não-monitora o uso da terminologia regueira ludovicense.

inibição, motivação ou permissão da ocorrência de certas variantes denominativas da terminologia do *reggae* ludovicense.

Dessa maneira, destacamos que a variante terminológica *boqueiro*⁶, mais do que qualquer outra ocorrência, nos permite confirmar nossa segunda hipótese, ou seja, que a ocorrência/uso de variantes denominativas na terminologia regueira ludovicense está, entre outros, relacionada a *questões de discurso*, mais especificamente, ao *continuum de monitoração estilística* decorrente da maior/menor pressão comunicativa exercida pelas relações, papéis e atividades desempenhados pelos regueiros nos ambientes e situações de interação que vivenciam.

Assim, atestamos que, em geral, os entrevistados pertencentes aos segmentos regueiros cujas atividades revelam a adoção do estilo semimonitorado ou do não-monitorado, por usarem, geralmente, a terminologia do *reggae* ludovicense de forma mais espontânea, usam preferencialmente a popular e estigmatizada variante *boqueiro* para se referir a um *investidor*:

E vem o item, princi... principal, que é um dos principais, também, o *boqueiro*, é o *boqueiro* que, em outra linguagem, *boqueiro* é o *boqueiro* que vende drogas, né, mas, aqui no *reggae*, também, tem o *boqueiro*, o *boqueiro* de *reggae* (...) o *boqueiro* é o cara..., é o seguinte, é o cara que fica carimbando músicas pra vender] (C. A. B. M. / can.; comp. / 2f).

Podemos afirmar que, notoriamente, esse entrevistado – um cantor em permanente contato com as pessoas que desempenham as funções de um *boqueiro*, já que essas pessoas são, atualmente, as principais responsáveis pela divulgação e pela venda das músicas que ele canta – vivencia, no diálogo do dia-a-dia com *boqueiros*, condições de uso típicas dos ESNM; razão por que usou, apenas e tão somente, a estigmatizada variante *boqueiro*. Vale lembrar que entre essas condições estão a acomodação do falante ao interlocutor, um grau mínimo de complexidade cognitiva envolvida na produção linguística, grande familiaridade do falante com a tarefa comunicativa que está sendo desenvolvida.

Um outro entrevistado, entretanto, ao iniciar sua fala sobre as atividades desempenhadas por um *investidor* no *reggae*, refere-se a essa pessoa, primeiro, como *boqueiro*; depois, na tentativa de acomodar-se a seu interlocutor naquele momento (uma pesquisadora desconhecida), estando envolvido numa atividade que requer um elevado grau de complexidade cognitiva na produção linguística (entrevista gravada em áudio), retoma sua fala e usa a partir de então a unidade terminológica *investidor*: “os *boqueiros* que..., ou *investidores* do *reggae*, né, porque é um termo mais... um termo... um termo mais aceito, os *investidores* de *reggae*” (D. R. R. B. / dan. / 2f).

⁶ *Boqueiro* é uma variante terminológica de *investidor* – negociante que paga pela produção, geralmente exclusiva, de um *reggae* e, lucra com a revenda dessa música a outras pessoas, em geral, após colocar vinhetas.

Percebemos, assim, que os informantes mais expostos publicamente, sobretudo no exercício de suas atividades – *DJs*, apresentadores de programas de rádio e de TV – ou, na situação em questão, os que são investidores, geralmente evitam o uso da variante *boqueiro*:

Já recebeu um outro nome, *boqueiro*, mas a gente..., né, a gente já acabou com essa terminologia, e hoje ficou *investidor*, eu acho que, todo mundo... todo mundo gostou também (J. M. F. L. / *DJ*; i. / 2f).

Eh... esse nome, *investidor*, na verdade, apesar de tá sendo utilizado, no momento, acredito não ser o nome mais adequado pra expressar, eh..., as atividades que são desenvolvidas por nós, mas foi uma forma de maquiagem, eh... de... de disfarçar um pouco, uma... um... um... uma expressão, que seria pior ainda, e que era pejorativa, (...) que era (inint.) a expressão de *boqueiro* (C. H. S. F. L. / des.; i.; PM 2f).

Pelo exposto, depreendemos que, de forma geral, os regueiros que estão mais expostos publicamente, sobretudo no exercício de suas atividades, ou seja, que exercem posições de liderança e de referência e que estão à frente da mídia do *reggae* ludovicense, não usam ou evitam usar certas variantes em determinados contextos de uso; empregando, sempre que submetidos às condições de uso do estilo monitorado, as unidades e/ou variantes terminológicas que não são estereotipadas.

Em contraposição, constatamos que os entrevistados cujos papéis e atividades exigem pouca ou nenhuma exposição pública, usam a terminologia regueira de forma semimonitorada ou não-monitorada e, portanto, mais espontânea. Tais informantes, conseqüentemente, fazem uso de um número maior e mais diversificado de variantes, inclusive e principalmente, de variantes estigmatizadas.

4. Conclusão

Nesta pesquisa, partindo do fato de que a linguagem do *reggae* em São Luís constitui uma terminologia – dotada de determinadas características temáticas, propósitos pragmáticos e condições específicas de uso para atender às necessidades sociointeracionais específicas dos regueiros da capital maranhense – constatamos, à luz dos fundamentos e orientações metodológicas da Socioterminologia, que a terminologia do *reggae* em São Luís é heterogênea, pois sujeita a variações decorrentes, principalmente, do tempo, ou mais especificamente, das diferentes fases do *reggae* em São Luís, bem como da interferência do aumento/diminuição da pressão comunicativa oriunda da diversidade de atividades, papéis e funções desempenhados no universo regueiro.

Outrossim, este estudo busca colaborar para a concretização de um dos principais objetivos do projeto *Tesouro* – integrar, em uma única base de dados, mate-

riais lexicográficos do universo galego-português, procedentes de diferentes fontes – contribuindo, assim, com os dados fornecidos sobre as particularidades lexicais do universo do *reggae* maranhense, tanto para a ampliação da base informatizada do *Tesouro* quanto para uma visibilidade de maior alcance dessa variedade maranhense, o que poderá desencadear, entre outros, estudos valiosos feitos a partir da comparação lexical entre diversas áreas.

Como a obra de Santos (2009), que gerou este artigo, constitui uma das obras selecionadas para ser catalogada, e conseqüentemente, para fornecer dados para o banco de dados do *Tesouro*, após o cumprimento de todos os procedimentos de catalogação exigidos pelo projeto, poderá apontar como possibilidade de estudo comparativo entre o português europeu, o português brasileiro e o galego, as semelhanças e/ou diferenças semânticas apresentadas nessas macrovariedades linguísticas considerando as unidades terminológicas que caracterizam o universo do *reggae* ludovicense, no Maranhão.

Assim, e considerando as heranças históricas, linguísticas e culturais compartilhadas pelos falantes do galego e do português, poderíamos comparar, entre essas macrovariedades, por exemplo, a lematização de *pedra*, para verificarmos se em alguma das obras catalogadas do projeto, quer referente ao português europeu, ao português brasileiro ou ao galego, encontramos características semânticas semelhantes às que essa unidade terminológica possui dentro do universo do *reggae* maranhense. Não havendo semelhanças, seria importante demarcar as diferenças semânticas e correlacioná-las aos fatores sociais, culturais, geográficos e históricos que caracterizam essas macrovariedades.

Apêndice

APTR	apresentador de programa de televisão ou de rádio	PFE	promotor de festas e eventos
col.	coleccionador	PM	produtor musical
comp.	compositor	r.	radioleiro
dan.	dançarino	s.f.	substantivo feminino
des.	<i>designer</i>	s.m.	substantivo masculino
DHLP	<i>Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa</i>	s.m./ adj.	substantivo masculino ou adjetivo
e.	empresário	TDSD	termo dicionarizado com significado diferente
EM	estilo monitorado	TDSE	termo dicionarizado com significado equivalente
ESNM	estilo semimonitorado e/ou não-monitorado	TND	termo não-dicionarizado
fr. n.	fraseologia nominal	v.	verbo
fr. v.	fraseologia verbal	Var. Coc.	variante co-ocorrente
i.	investidor	Var. T.	variante concorrente de registo temporal
inint.	ininteligível	1f	primeira fase do <i>reggae</i> ludovicense (1970-1990)
NDA	<i>Novo Dicionário Aurélio</i>	2f	segunda fase do <i>reggae</i> ludovicense (1990-2000)
PE	proprietário de espaço de <i>reggae</i>		

TABELA 1. ABREVIATURAS E SIGLAS USADAS NO TRABALHO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVAREZ, Rosario (coord.): *Tesouro do léxico patrimonial galego e portugués*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. <http://ilg.usc.es/Tesouro>.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2005): *Nós chegemu na escola, e agora?: sociolingüística e educação*. São Paulo: Parábola.
- FAULSTICH, Enilde (1999): “Princípios formais e funcionais de variação em terminologia”. Apresentação no *Seminário de Terminologia Teórica* (Barcelona, 28-29/01/1999). http://lilla2.unice.fr/labo_fr/Coll&Ouv/Colloques/termino96/enilde.htm.
- FAULSTICH, Enilde (1997): *Variações terminológicas: princípios linguísticos de análise e método de recolha*. http://lilla2.unice.fr/labo_fr/Coll&Ouv/Colloques/termino96/enilde.htm.
- FAULSTICH, Enilde (1995): “Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina”, *Ciência da Informação*, vol. 24, n° 3, 281-288.
- SANTOS, Georgiana Márcia Oliveira (2009): *A terminologia do reggae ludovicense: uma abordagem socioterminológica*. Dissertação de Mestrado. São Luís: Universidade Federal do Ceará.

Arquive ou *Arquive-se*? Expressão do imperativo em textos burocráticos na passagem do século XIX ao XX

Giovanna Ike Coan

Universidade de São Paulo
gikecoan@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objeto de análise construções com verbo no modo imperativo seguido do pronome de terceira pessoa *se* – por exemplo, *Arquive-se*. O *corpus* selecionado são ofícios ligados à organização burocrática da instrução pública paulista, na passagem do séc. XIX ao XX, textos nos quais é possível notar a representação escrita de atos de comando. Buscamos motivações semânticas e pragmáticas para a inserção do *se* nesse contexto, já que o pronome exprime a indeterminação do agente verbal, e, sob o enfoque da História Social da Língua Portuguesa, procuramos articular os resultados linguísticos encontrados às circunstâncias sócio-históricas de produção do material. O exame dos dados revelou que a inserção do *se* ao verbo imperativo serve para remeter o comando a um alocutário indeterminado, de modo que as ações delegadas pelo locutor, que ocupa cargo superior, possam ser realizadas por qualquer um de seus funcionários, e não por um indivíduo específico. Essa conclusão é corroborada pelas características de autoridade hierárquica e ordenação impessoal que, segundo Max Weber, são inerentes ao conceito de burocracia.

Palavras-chave

Português brasileiro, imperativo, pronome *se*, burocracia

Sumário

1. Introdução. 2. Imperativo + *se*: um comando para quem? 2.1. Atos ilocutórios diretivos. 2.2. O pronome *se*. 3. A expressão do imperativo na burocracia paulista. 3.1. Sobre o *corpus*. 3.2. As construções de *imperativo* + *se* no *corpus*. 3.3. Eixo semântico-pragmático: Por que + *se*? 3.4. Eixo sócio-histórico: Por que o *imperativo* + *se* nos atos de comando da burocracia paulista? 4. Considerações finais.

Arquive or *Arquive-se*? The Expression of the Imperative in Bureaucratic Texts from the Nineteenth to the Twentieth Century

Abstract

This paper analyses constructions with the verb in the imperative mood followed by the third-person pronoun *se* (for example, *Arquive-se*). The corpus is composed of documents linked to the bureaucratic organisation of public education in São Paulo at the turn of the 20th century, as these are texts in which the written representation of command acts can be found. The semantic and pragmatic motivations for the insertion of *se* in that context are examined, since the pronoun expresses an unspecified verbal agent, and, from the perspective of the Social History of Portuguese, this study aims to we intend to articulate linguistic findings in terms of the socio-historical circumstances of the texts' production. The data analysis reveals that the insertion of *se* after the imperative verb indicates that the command is aimed at an indeterminate interlocutor, so that the actions delegated by the locutor, who occupies a higher position, can be performed by any of his employees, and not by a specific individual. This conclusion is supported by the characteristics of hierarchical authority and impersonal order that, according to Max Weber, are inherent in the concept of bureaucracy.

Keywords

Brazilian Portuguese, imperative forms, pronoun *se*, bureaucracy

Contents

1. Introduction. 2. Imperative + *se*: a command to whom? 2.1. Directive illocutionary acts. 2.2. The pronoun *se*. 3. The expression of the imperative within bureaucracy in São Paulo. 3.1. About the *corpus*. 3.2. The constructions of *imperative* + *se* in the *corpus*. 3.3. Semantic-pragmatic axis: Why + *se*? 3.4. Socio-historical axis: Why the *imperative* + *se* in bureaucratic command acts in São Paulo? 4. Final remarks.

1. Introdução

A expressão gramatical do imperativo tem sido objeto de diversos estudos sobre o português brasileiro (PB), sobretudo no que concerne à variação entre as formas do chamado *imperativo verdadeiro* (o imperativo com morfologia e sintaxe próprias, e.g., *canta, bebe*) e as do *imperativo supletivo* (derivado do subjuntivo, e.g., *Cante, beba*), nas perspectivas sincrônica e diacrônica e, mormente, com recorte diatópico (cf. Scherre 2005; Cardoso 2006; Scherre *et al.* 2007, entre outros)¹.

No entanto, tais investigações não têm enfocado um tipo de expressão imperativa muito comum na escrita e na fala do PB: o imperativo seguido do pronome *se* – por exemplo, *Leia-se, veja-se, imagine-se, “durma-se com um barulho desses!”* –, fenômeno mencionado por Hawad (2002) ao tratar da voz passiva e da indeterminação do agente em português. Esse tipo de construção, a que denominamos *imperativo + se*, nos desperta interesse porque não é devidamente abordado nem por linguistas nem por gramáticos, embora seja frequente e se estructure através de uma aparente “mistura de pessoas do discurso”: um verbo que exprime uma ordem do locutor ao alocutário, isto é, um comando da primeira à segunda pessoa, combinado com um pronome de terceira pessoa, o *se*.

Soma-se a isso o fato de que, na dimensão semântica, o *se* constitui a terceira pessoa de valor *indeterminado*, pela razão de “nem implicar nem incluir necessariamente qualquer das três pessoas do discurso”² (Ilari *et al.* 1996: 108), por exemplo, na frase “Vive-se bem aqui”. Logo, se assumimos que o *se* provê uma referenciação indeterminada, como explicar o seu uso no contexto do imperativo, uma vez que, nesse modo verbal, o locutor se dirige a um interlocutor que é, em geral, um indivíduo específico, determinado³?

Evidencia-se, pois, uma lacuna relevante tanto nos estudos sobre as formas imperativas, que não voltam atenção à presença desse *se* e suas implicações morfológicas e/ou semântico-pragmáticas na construção, quanto nas pesquisas que abordam

¹ Utilizamos os termos *imperativo verdadeiro* e *imperativo supletivo* com base na nomenclatura gerativa adotada por Cardoso (2006) e Scherre *et al.* (2007). Esse contraste, porém, não é estranho à Gramática Tradicional (GT), que prescreve que o imperativo tem “formas próprias” somente para as segundas pessoas (*tu* e *vós*), enquanto que as demais pessoas (e também o imperativo negativo) são expressas pelas formas correspondentes do presente do subjuntivo (Bechara 2002; Cunha / Cintra 2008), ou seja, por “formas supletivas”.

² Distinguindo-se, pois, da terceira pessoa determinada, expressa pelo pronome *ele(a)*.

³ Conforme prescreve a GT, “Como no imperativo o indivíduo que fala se dirige a um interlocutor, só admite este modo as pessoas que indicam *aquele a quem se fala*, isto é: a) as 2^{as}. pessoas do singular e do plural; b) as 3^{as}. pessoas do singular e do plural, quando o sujeito é expresso por pronome de tratamento, como *você, o senhor, Vossa Senhoria* etc.; c) a 1^a. pessoa do plural [com valor inclusivo]” (Cunha / Cintra 2008: 490).

as construções com *se* na história do PB, pois estas não têm elencado o imperativo como objeto de análise.

Já em relação às amostras de língua selecionadas para os trabalhos feitos sobre o modo imperativo, nota-se a preferência por materiais mais próximos do vernáculo, enfocando a oralidade (gravação de conversas, peças teatrais) ou a escrita coloquial (cartas pessoais, publicidade, histórias em quadrinhos etc.). Essas escolhas, porém, deixam de lado o exame do fenômeno através de um olhar mais pautado nas relações sociais e que busque observar de que forma o imperativo se manifesta em contextos nos quais se espera a expressão de atos de comando, *i.e.*, de atos ilocutórios diretivos (Mateus *et al.* 1983), como, por exemplo, nas esferas do governo e da burocracia.

Se burocracia significa administração da coisa pública, não é de surpreender que, no Brasil, o trabalho burocrático ganharia nova dimensão após a proclamação da República, em 1889, pois esta é a organização política que, ao menos em teoria, visa a servir à coisa pública (em latim *res publica*), ao interesse comum. No caso do Estado de São Paulo, houve um movimento em direção à racionalização e burocratização de sua estrutura administrativa já nos primeiros anos do novo regime (Paulo 2007), inclusive no que se refere à fiscalização do aparelho escolar paulista.

Os republicanos tomariam a *escola* como símbolo do seu governo, pois ela seria “um centro multiplicador das luzes, que colocam as ideias em marcha, impulsionando a história em direção ao progresso e à liberdade” (Monarcha 1999: 172). Dessa forma, tencionariam reverter a situação de precariedade do ensino público em geral, promovendo uma grande reforma. No transcorrer da década de 1890, São Paulo organizou e instaurou seu sistema educacional público, abrangendo: a Escola Normal e a Escola-Modelo, anexa a ela; o jardim de infância; o ensino primário e os Grupos Escolares; o ensino secundário, com os Ginásios de Estado⁴; e o ensino superior.

O órgão responsável pela instrução pública em São Paulo era a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, que servia de destinatário para os ofícios enviados pelas instituições escolares para comunicar assuntos diversos, relacionados ao seu funcionamento e à gestão do corpo docente e administrativo.

Foi examinando ofícios do Ginásio de Estado de Campinas que nos deparamos com construções do tipo *Arquive-se*, que dá nome a este artigo. Conforme exploraremos ao longo do texto, assumimos que essa estrutura com o *se* é imperativa – portanto, não propicia leitura reflexiva ou passiva, como pode parecer à primeira vista –, e o *se* cumpre o papel de indeterminar a referência do agente verbal, denotando que a ação pode ser realizada por “qualquer pessoa” e não por um indivíduo particular.

De fato, segundo Sérgio Buarque de Holanda (1969), no Brasil da virada do séc. XIX ao XX, as relações de sociabilidade pessoais e cordiais, típicas do mundo

⁴ O governo do Estado de São Paulo criou três estabelecimentos oficiais de ensino secundário: o Ginásio de Estado da Capital (criado em 1892), o Ginásio de Estado de Campinas (criado em 1896) e o Ginásio de Estado de Ribeirão Preto (criado em 1906).

patriarcal, dividiam espaço com formas pautadas na racionalidade do capital e, com o advento do governo republicano, na ordenação impessoal do Estado burocrático. É de se inferir que, sendo estrutural, a coexistência de marcas pessoais e impessoais também contagiaria a língua – em especial, a expressão de atos de comando.

É a partir desse quadro multifacetado que, neste artigo, propomos investigar os usos do *imperativo + se* em textos burocráticos, procurando responder às seguintes perguntas, divididas em dois eixos⁵:

- No eixo semântico-pragmático: Quais as motivações semânticas e pragmáticas para a inserção do *se* nesse contexto?
- No eixo sócio-histórico: Qual a relação entre o imperativo + *se* e a expressão de ato de comando no âmbito da Secretaria de Estado de Negócios do Interior, de São Paulo, na passagem do séc. XIX ao XX?

O presente trabalho visa a analisar construções com imperativo seguido de *se* em textos ligados à organização administrativo-burocrática da instrução pública paulista no período de 1896 a 1910. Especificamente, examinam-se ofícios recebidos e arquivados pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, nos quais é possível notar a representação escrita de atos de comando que partiam do Secretário para serem cumpridos por seus subalternos.

Apresentaremos uma análise qualitativa dos dados, uma vez que nossa pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento⁶. O foco neste momento não está em quantificar os dados, mas em descrever suas características e analisá-los em função de seu contexto externo de produção. Assim, o trabalho pertence ao grande quadro da Linguística Histórica, mas é conduzido sob o enfoque da História Social da Língua Portuguesa – área dos estudos da linguagem cujo olhar se fixa nos usos linguísticos inseridos nas relações sociais e articulados intrinsecamente às circunstâncias históricas, culturais e ideológicas.

O artigo está organizado nas seguintes partes: inicialmente, apresentamos uma breve revisão sobre dois temas importantes para a compreensão do nosso objeto: os atos ilocutórios diretivos e o pronome *se*. Em seguida, descrevemos o *corpus* do estudo e levantamos as construções de imperativo + *se* presentes nele, a partir das quais elaboramos possíveis respostas para as perguntas mencionadas acima, enfocando os eixos semântico-pragmático e sócio-histórico. Por fim, esboçamos as Considerações Finais.

⁵ Uma discussão voltada ao eixo morfossintático está em processo e será apresentada futuramente.

⁶ O presente trabalho se vincula à pesquisa de Doutorado que venho conduzindo na Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), sob a orientação da Profa. Dra. Marilza de Oliveira.

2. Imperativo + *se*: um comando para quem?

2.1. Atos ilocutórios diretivos

De acordo com a teoria dos atos de fala de Austin (*apud* Fiorin 2004), quando se diz alguma coisa, realizam-se três atos: o ato locucionário (que se realiza enunciando os elementos linguísticos componentes de uma frase), o ato ilocucionário (que se realiza *na* linguagem) e o ato perlocucionário (que se realiza *pela* linguagem).

O ato ilocutório se realiza *na* linguagem quando o falante afirma, ordena, deseja ou faz uma crítica ou advertência a seu interlocutor. Pertencem a ele os atos de comando, ou *atos ilocutórios diretivos*, que têm como objetivo “tentar que o alocutário realize futuramente um ato verbal ou não verbal que reflete o reconhecimento, por parte desse mesmo alocutário, do conteúdo proposicional do enunciado proferido pelo locutor” (Mateus *et al.* 1983: 168)⁷.

Em português, atos ilocutórios diretivos realizam-se a partir de: (i) frases imperativas ou seus substitutos⁸; (ii) verbos ilocutórios diretivos –por exemplo, *Eu exijo / mando / obrigo / espero / peço* etc. Logo, o ato ilocutório diretivo pode expressar não apenas uma ordem ou comando, mas também um pedido, uma súplica, uma sugestão, um conselho, um convite, os quais são marcados diferentemente quanto à forma e ao conteúdo semântico. Essa gradação de sentidos depende da intenção comunicativa dos interlocutores assim como do tipo de controle exercido pelo locutor sobre o alocutário, isto é, da relação social locutor-alocutário (Mateus *et al.* 1983), que está relacionada à legitimidade do ato.

Na representação linguística da relação locutor-alocutário, esta pode ser de dois tipos:

- relação em que o alocutário é, no processo de interação, uma categoria específica e determinada (*tu, vós, vocês*), situação que permite a produção de frases simples de expressão de ordem com sujeitos nulos, e onde a flexão verbal exprime uma modalidade com referência ao alocutário;
- relação em que o alocutário não é uma categoria específica e determinada, na situação de interação, o que implica a produção de frases simples de expressão de ordem com sujeitos plenos (*alguém, ninguém*) onde a flexão verbal é regulada pela semântica do respectivo sujeito (Mateus *et al.* 1983:378).

⁷ Dessa forma, o conteúdo proposicional de qualquer ato diretivo não é suscetível de ser interpretado, por si só, como verdadeiro ou falso, mas seu valor de verdade é inteiramente dependente da sua realização futura por parte do alocutário (Mateus *et al.* 1983). Além dos atos ilocutórios diretivos, há os atos ilocutórios representativos, comissivos, expressivos e as declarações.

⁸ Os substitutos podem ser uma frase nominal (*Silêncio!*), com o infinitivo (*Não fumar*), o gerúndio (*Andando!*), ou frases interrogativas (*Poderia servir o jantar?*) (Cardoso 2006).

Esses dois tipos de relação podem ser exemplificados pelas seguintes construções imperativas⁹:

1. Come a sopa!
2. Come a sopa, Joana!
3. Joana, come a sopa!
4. Alguém (que) beba qualquer coisa!
5. Ninguém arreda pé!

Nas frases com sujeito nulo (2) e (3), nota-se a presença de um vocativo, que funciona como uma âncora discursiva ou operador pragmático (Scherre *et al.* 2007) e serve de referente para o sujeito nulo. Já no caso (1), a ausência do vocativo não interfere na interpretação de que a ordem é dirigida a um indivíduo específico, situado na interação verbal.

Quanto aos exemplos (4) e (5), Mateus *et al.* (1983) definem que o recurso ao sujeito pleno representado pelos pronomes indefinidos *alguém* e *ninguém* seria a única maneira de expressar o fato de o alocutário não ser “uma categoria específica e determinada”, isto é, de ele ter referência indeterminada. Embora o trabalho de Mateus *et al.* tenha sido realizado há mais de três décadas, a definição que limita o alocutário indeterminado no imperativo aos sujeitos plenos *alguém* e *ninguém* não tem sido explorada nem questionada nos últimos anos.

Isso nos intriga a refletir sobre a contribuição semântico-pragmática do *se* na expressão do imperativo em casos como os copiados abaixo, pois, tal como os pronomes indefinidos, o *se* deixa vaga a referência do agente verbal, que pode incluir genericamente qualquer das pessoas do discurso.

6. Leia-*se*
7. Durma-*se* com um barulho desses!
8. Arquive-*se*

2.2. O pronome *se*

Conforme vimos anteriormente, ao descreverem o quadro pronominal do PB, Ilari *et al.* (1996) fazem distinções no interior da terceira pessoa – ou “não-pessoa”, nos termos de Benveniste (1995) –, subcategorizando-a na dimensão semântica. Assim, o pronome *ele* constitui a *não-pessoa determinada* e se opõe ao *se*, a *não-pessoa indeterminada*, já que este pode abranger, indistintamente, as três pessoas do discurso, denotando um “quem quer que seja” ou “seja quem for” (Ilari *et al.* 1996). Os autores

⁹ Exemplos coletados de Mateus *et al.* (1983: 378-383).

dão como exemplo frases do tipo “Come-*se* bem aqui”, “Falava-*se* muito sobre o alto custo de vida”.

O esquema abaixo, adaptado de Ilari *et al.* (1996) ilustra essa proposta de categorização das pessoas do discurso¹⁰:

- *pessoa* - primeira: *eu*
 - segunda: *você / tu*
- *não-pessoa* - determinada: *ele*
 - indeterminada: *se*

Construções com verbo na terceira pessoa do singular ligado ao pronome *se* configuram, portanto, enunciados com alto grau de indeterminação, não encerrando qualquer marcação de pessoa, isto é, dispensando o falante da obrigatoriedade de decidir pela inclusão de alguma das pessoas do discurso (Hawad 2002). Desse modo, justifica-se o emprego do *se* em situações discursivas nas quais *aquele que exerce a ação* (o *agente*) não é ou não deve ser especificado, individuado. Isso se dá tanto em contextos mais genéricos, como nos exemplos de Ilari *et al.* (1996), quanto nos casos em que a ação verbal é executada por indivíduos (no sentido de “qualquer pessoa”) dentro de um universo referencial (e social) delimitado (Coan 2011)¹¹.

Paralelamente à dimensão semântico-pragmática, as construções com *se* têm sido objeto de diversos estudos com viés morfossintático, em perspectivas sincrônicas e diacrônicas. A passagem do séc. XIX para o XX foi palco de grandes mudanças na sintaxe do português brasileiro (Tarallo 1993) e um instante de grande efervescência no que diz respeito a dois tipos de construção com “o famigerado *se*” (segundo a designação dada por Nunes (1990)): de um lado, a construção que traz concordância entre o verbo e o argumento interno plural, *e.g.*, “Vendem-*se* móveis”, e, de outro, aquela em que não há concordância, *e.g.*, “Vende-*se* móveis”.

Como é de se supor, os gramáticos de então prescreviam a concordância, pois, no seu entender, a conjugação é passiva e tem o mesmo sentido da estrutura analítica (*cf.* Ribeiro 1889; Pereira 1907), *e.g.*, “Afinam-*se* pianos (= pianos são afinados)”. Entretanto, no PB, a não concordância provocada pela leitura ativa da sentença ganhava peso, sendo vista como tendência e caracterizando o vernáculo (Said Ali 1908). Polêmicas à parte, independentemente de haver concordância ou não, o fato é que, em tais construções, o *se* designa um agente indeterminado.

¹⁰ Esse esquema é eficaz para localizar o *se* entre os pronomes pessoais, mas, como os próprios autores esclarecem, esconde o fato de a referência indeterminada poder atingir também a primeira e a segunda pessoas, em enunciados de interpretação genérica com *nós*, *a gente* e *você*, por exemplo.

¹¹ Isso ocorre, por exemplo, quando lemos o enunciado “Aceita(m)-*se* encomendas”, em um anúncio de estabelecimento comercial, e entendemos que a ação de aceitar encomendas é realizada por qualquer pessoa que trabalhe naquela loja específica, não importando quem seja. Devido a essa delimitação de universo referencial, distinguimos esses casos daqueles que propiciam a leitura genérica.

Além disso, outro fenômeno interessante é observado no período entresséculos: a inserção do pronome *se* junto a verbos infinitivos – e.g., “É impossível *se* estudar aqui” vs. “É impossível Ø estudar aqui” (cf. Nunes 1990; Galves 2001; Cavalcante 2006; Duarte 2008) –, para marcar a referência indeterminada e romper o elo referencial entre a categoria vazia e um antecedente dado no discurso¹².

Logo, aventamos a hipótese de que os casos de imperativo + *se*, foco do presente artigo, também façam parte do cenário linguístico de efervescência em que se encontram as construções com *se* no PB, na passagem do séc. XIX ao XX. O exame dos dados coletados nos textos burocráticos paulistas, como o *Arquive-se*, poderá fornecer pistas para a compreensão desse quadro.

3. A expressão do imperativo na burocracia paulista

3.1. Sobre o *corpus*

Neste trabalho, utilizamos como *corpus* ofícios produzidos no espaço do Ginásio de Campinas e enviados à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, órgão responsável pela instrução pública no Estado de São Paulo, no período de 1896 a 1910¹³.

Os ofícios são escritos em letra cursiva preta por amanuenses, isto é, funcionários públicos contratados para manter a escrita e os registros dos documentos em ordem, e vêm assinados pelo Diretor da instituição ou, em alguns casos, por seu Secretário. É o Diretor que estabelece o objetivo da escrita dos ofícios, comunicando, pedindo, remetendo ou acusando recebimento (Stella 2006).

Os assuntos abordados nos ofícios vão desde o informe da frequência e/ou alteração do corpo docente e administrativo, o requerimento de materiais para as aulas, a prestação de contas dos gastos do estabelecimento, a solicitação de recursos financeiros para a realização de obras, a informação sobre concursos para provimento de cadeiras, o relato de ocorrências diversas, até o convite às autoridades para comparecerem a eventos solenes no colégio¹⁴.

O texto abaixo é um exemplo do conteúdo registrado em ofícios do Ginásio de Campinas:

¹² Vale ressaltar que a construção com *se* + infinitivo não é uma inovação brasileira do séc. XIX, mas, conforme atesta Cavalcante (2006), existe desde o Português Clássico (a partir do séc. XVI).

¹³ Acervo consultado: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

¹⁴ Para uma análise discursiva de ofícios escolares no período inicial da República, recomendamos a leitura de Stella (2006).

Directoria do Gymnasio de Campinas

15 de Janeiro de 1906

Illustre Cidadão

Sendo de urgente necessidade alguns melhoramentos no edificio, em que funciona este Gymnasio, taes como rebocamento e pintura da parte externa das paredes principaes; empapelamento das paredes e pintura do tecto, portas e batentes de algumas salas de aula; [embouçamento] de parte do telhado; construcção de um pavilhão para abrigo dos alumnos; e o fechamento, a muro de tijollos, de todo o terreno pertencente ao Gymnasio, assim como outros pequenos reparos, - solicito-vos apellando para a vossa reconhecida dedicação á causa do ensino, as necessarias providencias, afim de serem executadas, com brevidade, taes obras.

Saúde e fraternidade

Ao Illustre Cidadão Dr. J. Cardoso de Almeida, D. D. Secretario dos Negocios do Interior.

Arnaldo de Oliveira Barreto,

Director

Os officios eram remetidos à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e deveriam chegar às mãos de seu destinatário, o Secretário dos Negócios do Interior, que teria o encargo de despachar as resoluções necessárias. No entanto, o Secretário não trabalhava sozinho em sua repartição. Como todo órgão burocrático, sua secretaria era composta por um corpo de funcionários encarregado de mover a coisa pública, onde cada um teria atribuições próprias, mas todos atuariam juntos para administrar e fiscalizar o aparelho escolar paulista da forma mais efetiva – do Secretário ao contínuo, passando por chefes de seção, oficiais, arquivistas, entre outros (Paulo 2007).

Baseando-se em um sistema com hierarquia de cargos e organizado na relação de *mando e subordinação*, característico da *burocracia* (Weber 1982), o espaço social da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior se mostra um contexto ideal para investigarmos a expressão de atos de comando, isto é, das formas de imperativo no PB, e a contribuição semântico-pragmática do *se* nesses casos.

3.2. As construções de *imperativo + se* no corpus

Nos materiais coletados, a representação linguística dos atos de comando (ou atos ilocutórios diretivos) geralmente se dá através de anotações curtas escritas em letra cursiva azul, que se destacam graficamente na folha do ofício. Muitas das anotações são compostas apenas pela expressão de comando (como a construção de imperativo + *se*), sem nenhum outro comentário, exigência ou detalhamento sobre a ação ordenada, e seguem datadas e rubricadas pelo Secretário¹⁵.

Essa descrição é ilustrada pela seguinte imagem:

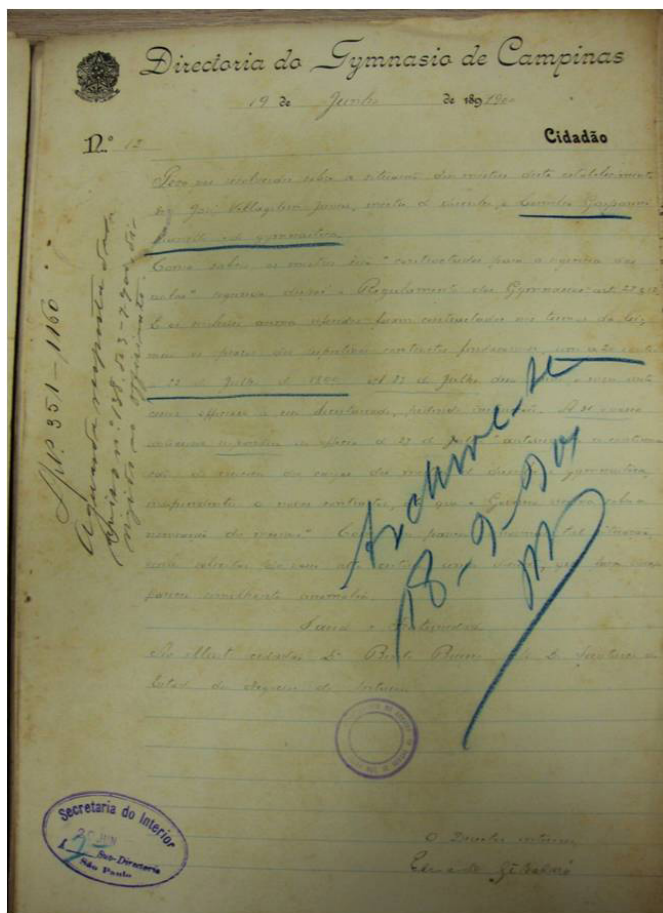


FIGURA 1. OFÍCIO DO GINÁSIO DE CAMPINAS

¹⁵ De fato, é a rubrica que nos permite identificar que a escrita foi feita pelo Secretário de Negócios do Interior, pois, na maioria dos casos, ela é formada pelas iniciais do nome do sujeito.

Transcrevendo o texto em azul, lemos:

Arquive-se
18-9-900
[rubrica]

No exemplo acima, além de grafar a construção imperativa, o lápis azul sublinha passagens do ofício, como a destacar informações consideradas importantes pelo leitor/ Secretário. Ademais, o *Arquive-se* ganhou bastante ênfase pelo tamanho da letra em que está escrito e pela localização na página.

Observemos mais um caso de expressão de ato diretivo com o *se*, desta vez referente ao documento reproduzido abaixo:

Directoria do Gymnasio de Campinas

21 de Dezembro de 1896

Cidadão

Tenho a honra de levar a vosso conhecimento que em data de 20 do corrente mez de Dezembro demitti, á pedido, o cidadão Antonio Ferreira de Godoy do lugar de servente deste Gymnasio de Campinas e em igual data nomeei para seu lugar o cidadão Nunes Gonçalves o qual tomou posse e entrou em exercicio na mesma data supra.

Estes meus actos forão praticados de accordo com o §16 do art. 25 do Regulamento dos Gymnasios – Dec. n. 293 de 22 de Maio de 1895; para elles vos solicito a necessaria approvação e providencias.

Saúde e fraternidade

Ao Illustre Cidadão Doutor Antonio Dino da Costa Bueno M. D. Secretario de Estado dos Negocios do Interior

O Director

Mario Bulcão

Diante do conteúdo desse ofício, em que o Diretor do Ginásio comunica a troca de funcionário no cargo de servente do colégio, o Secretário dos Negócios do Interior redige suas ordens no canto superior esquerdo da página, como vemos na imagem a seguir:

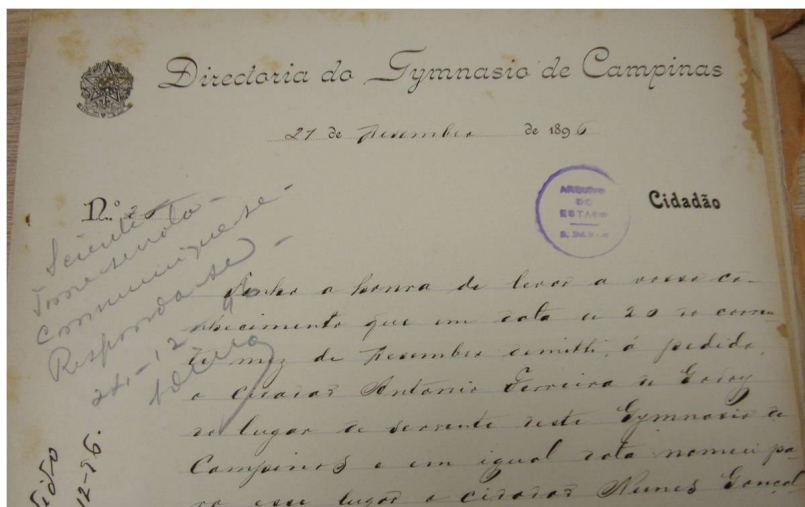


FIGURA 2. DETALHE EM OFÍCIO DO GINÁSIO DE CAMPINAS

Transcrevendo o texto, lemos:

Sciende –
Tome-se nota –
Communique-se –
Responda-se –
22-12-96
[rubrica]

Nesse caso, as anotações iniciam não com a construção imperativa, mas com a palavra *Sciende*. Esta funciona como se fosse uma “assinatura” (ou rubrica) comprovando que o leitor/ Secretário tomou conhecimento do conteúdo do ofício. Mas, mais do que isso, o leitor em questão também ordena ações relativas a esse conteúdo a seus subordinados, e o faz mediante o *imperativo + se*.

Essas ações vêm em resposta ao pedido do remetente do ofício, o Diretor do Ginásio de Campinas: “[...] vos solicito a necessaria aprovação e providencias”. Apesar de essa solicitação partir de um locutor específico, Mario Bulcão (o Diretor), e se dirigir a um alocutário igualmente específico, Antonio Dino da Costa Bueno (o Secretário), as construções imperativas com *se* revelam que o Secretário, de fato, delega a incumbência da aprovação do ato e da resposta ao documento a outro(s) funcionário(s), ao invés de ele mesmo as realizar. Instaurando uma nova enunciação, o Secretário assume-se como locutor e dá as ordens a alocutários indeterminados, haja vista o recurso ao pronome *se*.

Ademais, uma vez que o cargo de Secretário representa o topo da hierarquia laboral na repartição pública, ou seja, a posição de *mando*, esses funcionários só poderiam ocupar postos inferiores ao de Bueno, ou seja, posições de *subordinação*.

O exame das “escritas em azul” presentes nos ofícios revelou que as construções com *imperativo + se* são bastante frequentes nesse tipo de material e ocorrem com diferentes verbos, na expressão de comando do Secretário a seus subalternos, tais como:

9. *Communique-se*
10. *Responda-se*
11. *Archive-se*
12. *Agradeça-se*
13. *Tome-se nota*
14. *Autorize-se a aquisição*
15. *Requisite-se o pagamento*

Nesta análise inicial e qualitativa dos dados, podemos atestar que os verbos empregados nos casos de imperativo seguido de *se* pertencem a categorias semânticas diversas, têm complemento expresso ou nulo recuperável pelo contexto, e ocorrem apenas com o chamado “imperativo supletivo” (aquele derivado do subjuntivo). As próximas etapas da pesquisa possibilitarão o aprofundamento desses pontos. Por ora, buscamos entender o fenômeno por meio dos eixos semântico-pragmático e sócio-histórico.

3.3. Eixo semântico-pragmático: Por que *+se*?

Vimos que, no âmbito da Secretaria de Estado de Negócios do Interior, a leitura dos ofícios pelo Secretário levava-o a redigir um novo enunciado na folha, geralmente em letras azuis, no qual expressava a ciência da informação relatada e/ou delegava a outrem atos para o cumprimento das solicitações do documento – e/ou simplesmente ordenava que o ofício fosse arquivado.

Os exemplos mencionados na seção anterior demonstram que tais comandos poderiam ser expressos através de construções de *imperativo + se*. Para compreender a contribuição semântica do *se* nesse contexto, comparemos os pares a seguir, em que os itens em (b) são aqueles já apresentados:

- 16a. *Arquive*
- 16b. *Arquive-se*
- 17a. *Responda*
- 17b. *Responda-se*
- 18a. *Requisite o pagamento*
- 18b. *Requisite-se o pagamento*

Os casos em (a) são formas típicas de imperativo em que o locutor se dirige ao alocutário para expressar uma ordem, e esse alocutário é, no processo de interação, uma categoria específica e determinada (Mateus *et. al.* 1983). No contexto da Secretaria de Negócios do Interior, seria como se os comandos que partissem “das mãos” do Secretário tivessem um único destinatário (*i.e.*, um “funcionário X”), que, por seu turno, reconheceria o conteúdo proposicional do enunciado proferido pelo locutor e realizaria devidamente a ação.

Todavia, a presença do *se* nos enunciados (b) bloqueia essa interpretação, pois o pronome constitui a *não-pessoa indeterminada* e, assim, deixa vaga a referência do agente verbal. Logo, o *se* ligado ao imperativo remete o comando a um alocutário indeterminado, um “quem quer que seja”, um “alguém” (*i.e.*, um “funcionário X, Y ou Z”), dentro do universo referencial (e social) delimitado pela repartição pública, que é uma instância da *burocracia*. Essa relação está ilustrada na figura abaixo:

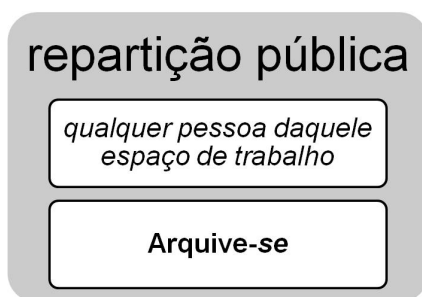


FIGURA 3. BUROCRACIA E EXPRESSÃO DO IMPERATIVO (I)

Por outro lado, a justificativa para a inserção do *se* nessas construções imperativas pode ir além do valor semântico do pronome e de aspectos pragmáticos da situação de comunicação, se considerarmos o fenômeno inserido em seu contexto sócio-histórico de produção, isto é, levando em conta características da esfera burocrática e da estrutura administrativa paulista na passagem do séc. XIX ao XX.

3.4. Eixo sócio-histórico: Por que o *imperativo* + *se* nos atos de comando da burocracia paulista?

No Estado de São Paulo, um movimento em direção à racionalização e burocratização de sua estrutura administrativa ganhou força nos primeiros anos da República, criando secretarias, dividindo responsabilidades e explicitando a hierarquização entre os setores (Paulo 2007). Portanto, ao lado da *escola*, a *burocracia* se tornaria mais um símbolo do novo regime.

De acordo com Max Weber (1982), as atividades regulares conduzidas nas organizações burocráticas são distribuídas de forma fixa como deveres oficiais, enquanto que a autoridade de dar ordens necessárias à execução desses deveres se distribui de modo estável, exigindo medidas metódicas que garantam a sua realização contínua e a execução dos direitos correspondentes. Para o autor, esses elementos constituem a *autoridade burocrática*.

Na burocracia, também vigoram os princípios da *hierarquia de postos* e dos níveis de autoridades, que se concretizam num sistema de *mando e subordinação*, no qual há a supervisão dos postos inferiores pelos superiores. A administração de um cargo se baseia em documentos escritos e preservados em *arquivos*. Esses arquivos, juntamente com o quadro de funcionários, constituem uma *repartição pública*, que é, por sua vez, totalmente separada da esfera da vida privada.

Ainda segundo Weber (1982), a atividade burocrática pressupõe um treinamento especializado e completo (*especialização das funções*), de modo a garantir o bom desempenho do cargo por parte do funcionário, uma vez que ele deve se dedicar plena e exclusivamente à profissão – embora o tempo de permanência na repartição seja rigorosamente delimitado.

Quanto ao caráter das relações sociais nesse contexto, a lealdade moderna ao cargo é dedicada a finalidades *impessoais* e funcionais, diferindo das configurações feudais e patriarcais: “O cumprimento ‘objetivo’ das tarefas significa [...] um cumprimento de tarefas segundo *regras calculáveis* e ‘sem relação com pessoas’” (Weber 1982: 250).

Outras características do aparato burocrático apontadas por Weber dizem respeito a *disciplina* e *controle* rigorosos dos trabalhos e à geração de sentimentos de *prestígio estamental*. Em suas palavras,

Uma forte consciência estamental entre os funcionários não só concorda com a disposição destes de se subordinarem ao chefe, sem manifestar qualquer vontade própria, mas também – como ocorre entre os oficiais – a consciência estamental é a consequência dessa subordinação, pois internamente ela compensa os sentimentos de dignidade pessoal do funcionário. O caráter impessoal do trabalho burocrático, com sua separação entre a esfera privada e a esfera oficial do cargo, facilita a integração do funcionário nas condições funcionais objetivas dadas para sempre pelo mecanismo baseado na disciplina (Weber 1982: 242-243).

Essas definições de Weber corroboram as análises que vimos fazendo sobre a expressão dos atos de comando no âmbito da Secretaria de Estado de Negócios do Interior, pois destacam aspectos que identificamos nos ofícios, envolvendo a relação entre o Secretário e seus subordinados. Esses aspectos seriam, entre outros: a autoridade, a hierarquia dos postos, a especialização das funções, e, sobretudo, o sistema

de *mando e subordinação* e a *ordenação impessoal*. Em nosso material, os últimos se manifestaram linguisticamente através das construções de *imperativo + se*.

Vale salientar também a relevância que a organização burocrática confere à escrita e à preservação dos documentos (como os ofícios) em arquivos, com vistas a reunir e conservar para o futuro todos os registros de tarefas executadas na e pela repartição. Nesse sentido, pode-se justificar a frequência com que o enunciado *Arquive-se* apareceu em nosso material.

4. Considerações finais

Nossa primeira intenção neste trabalho foi demonstrar que o modo imperativo em português possibilita uma ampla gama de pesquisas, a partir de perspectivas teórico-metodológicas diversas. A análise que desenvolvemos recaiu sobre um tipo de expressão imperativa e um tipo de amostra de língua que ultimamente têm sido “deixados de lado” pelos estudos sobre o PB: as construções com *imperativo + se* no contexto da *burocracia*.

Sob o enfoque da História Social da Língua Portuguesa, procuramos articular os resultados linguísticos encontrados às circunstâncias sócio-históricas de produção do *corpus*, sobretudo no que tange ao papel da organização burocrática no período inicial da República. Assim, interpretamos o imperativo + *se* à luz da relação social estabelecida entre os interlocutores (locutor-alocutário) no contexto em questão.

Com base em estudos anteriores, assumimos que o pronome *se* representa a *não-pessoa indeterminada* e seu emprego se justifica em situações discursivas nas quais o *agente* não é ou não deve ser especificado, individuado. Portanto, em casos como *Arquive-se* e *Responda-se*, o *se* ligado ao verbo no imperativo remete o comando a um alocutário indeterminado, um “quem quer que seja” (*i.e.*, um “funcionário X, Y ou Z”), dentro do universo referencial (e social) delimitado pela repartição pública.

Ademais, interligando as características da burocracia elencadas por Weber (1982) ao conteúdo semântico-pragmático do *imperativo + se*, temos, de um lado, o âmbito da *autoridade hierárquica*, pautado na hierarquia de postos e no sistema de mando e subordinação, e, de outro, o domínio da *ordenação impessoal*, que regula o tipo de relacionamento possível entre o corpo de funcionários.

O esquema abaixo ilustra o alinhamento entre o social e o linguístico na burocracia:



FIGURA 4. BUROCRACIA E EXPRESSÃO DO IMPERATIVO (II)

Para concluir, salientamos a necessidade de aprofundamento do tema em pesquisas futuras e, com base em nossos resultados, reiteramos a hipótese de que os casos de *imperativo + se* também devam fazer parte do cenário linguístico de efervescência em que se encontram as construções com *se* no PB, na passagem do séc. XIX ao XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, Evanildo (2002): *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- BENVENISTE, Émile (1995): *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes.
- CARDOSO, Daisy Borges (2006): "O imperativo gramatical no português brasileiro", *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 14 (2), 317-340. <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.14.2.317-340>.
- CAVALCANTE, Sílvia (2006): *O uso de se com infinitivo na história do português*. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.
- COAN, Giovanna Ike (2011): *Construções-se em anúncios publicitários de revistas paulistanas*. Dissertação (Mestrado em Letras). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CUNHA, Celso / Luís Filipe Lindley CINTRA (2008): *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon.
- DUARTE, Maria Eugênia (2008): "O sujeito de referência indeterminada em sentenças infinitivas", *Revista do GEL*, vol. 5 (1), 9-30.
- FIORIN, José Luiz (2004): "A linguagem em uso", em José Luiz Fiorin (org.), *Introdução à Linguística – I. Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 165-186.
- GALVES, Charlotte (2001). *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp.

- HAWAD, Helena (2002): *Tema, Sujeito e Agente: A voz passiva portuguesa em perspectiva sistêmico-funcional*. Tese (Doutorado em Letras). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- HOLANDA, Sérgio Buarque (1969): *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- ILARI, Rodolfo / Carlos FRANCHI / Maria Helena Moura NEVES (1996): “Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise”, em Ataliba Castilho / Margarida Basílio (orgs.), *Gramática do Português Falado*, vol. IV. Campinas: Ed. Unicamp / São Paulo: FAPESP, 79-166.
- MATEUS, Maria Helena M. et al. (1983): *Gramática da Língua Portuguesa – Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português atual*. Coimbra: Livraria Almedina.
- MONARCHA, Carlos (1999): *Escola Normal da Praça – o lado noturno das luzes*. Campinas: Editora da Unicamp.
- NUNES, Jairo (1990): *O famigerado “se”: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.
- PAULO, Marco Antonio (2007): *A organização administrativo-burocrática da instrução pública paulista: estudo sobre o Regulamento da Diretoria Geral de 1910*. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- PEREIRA, Eduardo Carlos (1907): *Grammatica Expositiva – Adaptada ao 1º, 2º. e 3º. anno dos Gymnasios*. São Paulo: Weiszflog Irmãos & Co.
- RIBEIRO, João (1889): *Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- SAID ALI, Manuel (1908): *Difficuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro / São Paulo: Laemmert & C. Livreiros.
- SCHERRE, Maria Marta (2005): “A norma do imperativo e o imperativo da norma: Uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro”, em *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 115-143.
- SCHERRE, Maria Marta et al. (2007): “Reflexões sobre o Imperativo Português”, *DELTA*, vol. 23 (esp.), 193-241. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502007000300010>.
- STELLA, Paulo Rogério (2006): *Ordem? Qual ordem? A circulação de valores em um arquivo de correspondências de um grupo escolar (1905-1911)*. Tese (Doutorado em Letras). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TARALLO, Fernando (1993): “Diagnosticando uma Gramática Brasileira: O Português d’aquém e d’além-mar ao final do século XIX”, em Ian Roberts / Mary Kato (orgs.), *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 69-105.
- WEBER, Max (1982): *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC Editora.

Compostos do tipo *saca-rolhas* em português e galego, comparação com outras línguas românicas

Ildikó Szijj

Universidade Eötvös Loránd
szijj.ildiko@btk.elte.hu

Compounds such as *saca-rolhas* in Portuguese and Galician, comparison with other Romance languages

Resumo

O meu objetivo é observar a forma do primeiro elemento dos compostos do tipo *saca-rolhas* em português e galego, com referências a outras línguas românicas. Resumo as diferentes hipóteses sobre a categoria morfológica deste elemento (imperativo, presente do indicativo, tema verbal, nome deverbal regressivo) e indico os casos portugueses e galegos que podem aportar informações para a questão, em primeiro lugar os elementos galegos procedentes de verbos da 2ª e da 3ª conjugação, com vogal radical *e* ou *u/o*. Alguns autores pensam que este tipo de composto está relacionado com certos outros compostos e derivados (port. *pisca-pisca*, *busca*). Vou observar se esta relação existe no caso do português e do galego. Segundo os dados, a comparação das diferentes línguas românicas não oferece uma imagem uniforme; certos exemplos do português mostram que os nomes deverbais regressivos não parecem estar relacionados com o primeiro elemento dos compostos do tipo *saca-rolhas*; alguns exemplos românicos, como port. *torricolo*, parecem indicar que o elemento em questão é o tema verbal.

Palabras-chave

Comparação românica, palavras compostas N + V, palavras compostas V + V, derivação regressiva

Sumário

1. Introdução. 2. Hipóteses. 2.1. Categoria do primeiro elemento do composto. 2.2. Relação com outros tipos de compostos e derivados. 3. Observações sobre os compostos do tipo *saca-rolhas* e outras palavras compostas e derivadas em galego e em português. 3.1. Exemplos galegos. 3.2. Exemplos portugueses. 3.3. Conclusão sobre os exemplos galegos e portugueses. 4. Outras línguas românicas. 5. Conclusões finais.

Abstract

My aim is to examine the form of the first element of compounds such as Port. *saca-rolhas* in Portuguese and Galician, with reference to other Romance languages. I outline the different hypotheses about the morphologic category of this element (imperative, present indicative, verbal theme, regressive deverbal noun) and indicate the Portuguese and Galician cases that can provide some information about the topic (e.g. Galician verbs of 1st and 2nd conjugation with *e* or *u/o* stem vowels). Some linguists suggest that this kind of composition is related to other processes of word-formation (Port. *pisca-pisca*, *busca*). I will analyse if this relationship exists in Portuguese and Galician cases. I point out that comparison among Romance languages does not solve the problem of determining the category of the first element of compounds such as *saca-rolhas*; some Portuguese examples show that regressive deverbal nouns have no connection with the first element in this kind of compounds; some Romance examples, such as Port. *torricolo*, seem to indicate that the element is the verbal theme.

Keywords

Romance comparison, N + V compounds, V + V compounds, regressive derivation

Contents

1. Introduction. 2. Hypotheses. 2.1. Category of the first element of the compound. 2.2. Relationship with other kinds of compound and derivated lexemes. 3. Observations about compounds such as *saca-rolhas* and other compound and derivated lexemes in Galician and Portuguese. 3.1. Examples from Galician. 3.2. Examples from Portuguese. 3.3. Conclusion about examples from Galician and Portuguese. 4. Other Romance languages. 5. Final conclusions.

1. Introdução

O meu tema será o primeiro elemento dos compostos nominais constituídos por uma forma aparentemente verbal e um nome (p. ex. *saca* em *saca-rolhas*). Vou considerar os compostos do português e do galego. Este tipo de composto é frequente nas línguas novilatinas e, entre outros aspetos, a questão da origem do primeiro elemento tem ampla literatura na linguística românica.

Existem diferentes hipóteses para explicar a origem e a forma do primeiro elemento, tanto do ponto de vista diacrónico como sincrónico. Os autores que consideram que se trata de uma forma verbal propõem diferentes possibilidades: 3ª pessoa do presente do indicativo, imperativo singular ou tema verbal. Outros consideram que se trata de uma forma nominal. Há autores que relacionam esta forma com outros tipos de compostos ou certo tipo de derivados.

Neste artigo, tenciono tratar a forma dos compostos, sem dedicar atenção ao significado. Interessa-me saber se há qualquer indício formal que nos possa ajudar a determinar com maior certeza a forma do primeiro elemento do composto. Se observamos os compostos do português, a questão é difícil, porque a forma da 3ª pessoa do presente do indicativo coincide com a forma do imperativo singular. No entanto, em galego os verbos com vogal radical *e* e *u/o* da 2ª e 3ª conjugações têm formas diferentes. Irei observar os compostos que contêm um elemento relacionável com estas formas, assim como os outros tipos de compostos semelhantes e os derivados com que certos autores relacionam o tipo *saca-rolhas*.

Gostaria de fazer referência também a outras línguas românicas, sobretudo àquelas em que há diferença entre a forma da 3ª pessoa do singular do presente do indicativo e o imperativo singular.

2. Hipóteses

2.1. Categoria do primeiro elemento do composto

Como se trata de um tipo de composto panromânico, podem ser interessantes as hipóteses referentes a qualquer língua românica. Em várias obras encontramos um resumo das diferentes opiniões. A título de exemplo, Iordan e Manoliu (1972: II, 54-58), no seu manual de linguística românica, resumem a posição dos romanistas e dão exemplos das diferentes línguas novilatinas, Val Álvaro (1999: 4789) dá um panorama exaustivo para o espanhol, com referências a outras línguas românicas. Aqui só pretendo apresentar as possibilidades e as opiniões de forma muito sucinta e com especial atenção às fontes portuguesas e galegas.

Segundo as obras de linguística clássica, a origem é o imperativo singular (p. ex. Meyer-Lübke 1972: 581; Bourciez 1956: 203, 323). Estes compostos apareceram já na primeira época das línguas românicas, tratando-se de nomes próprios, criados de forma humorística. Quando estes nomes eram traduzidos para o latim, usava-se claramente uma forma de imperativo (Nyrop 1979: 287). Contudo, mais tarde o sentido de imperativo perdeu-se (p. ex. Tekavčić 1972: 208; Iordan-Manoliu 1972: 56).

Outra possibilidade é interpretar o primeiro elemento como 3ª pessoa do singular do presente do indicativo. Segundo Val Álvaro (1999: 4789) um dos argumentos é que estes compostos podem ser parafrazeados com uma forma verbal em indicativo (esp. *recoge-pelotas*: *persona que recoge pelotas*).

A terceira possibilidade é analisar o elemento como simples tema verbal, isto é, um elemento não conjugado, que intervém na formação da palavra composta. Como vamos ver, segundo Scalise (1994: 205), o mesmo tema verbal intervém também nos derivados deverbais.

Além destas análises, há autores, como por exemplo Coseriu (1978: 260-264) ou Varela (1992: 116-117, 2005: 80, 2012: 219) que pensam que o primeiro elemento é um nome deverbal, formado por sufixação zero (Coseriu indica que se trata do tema verbal, mas do ponto de vista funcional é um substantivo). Por conseguinte, o primeiro elemento funciona como núcleo da composição, isto é, estes compostos seriam endocêntricos. Segundo Varela, uma prova é que há palavras compostas cujo primeiro elemento pode aparecer de forma independente: *caza* (*cazabombardero*), *okupa* (*okupalocales*), *limpia* (*limpiabotas*), etc. (Varela 1992: 117).

Certos autores combinam diferentes posições. Lang (1992: 106), no seu livro sobre formação de palavras em espanhol, considera que o elemento em questão é uma forma do presente do indicativo, que em perspetiva diacrónica pode interpretar-se como imperativo.

Nas obras portuguesas e galegas podemos encontrar todas estas análises. Entre as gramáticas históricas do português, Said Ali (1931: II. 42-43) opina que se trata de uma forma de indicativo. Segundo Nunes (1989: 391-392), ainda que à primeira vista pareça uma forma de indicativo, a comparação com outras línguas mostra claramente que se trata do imperativo. Câmara (1985: 213) diz simplesmente que é “uma forma verbal”. Também afirma: “A forma verbal é rizotônica e apresenta o radical completado pela vogal do tema”; “Explica-se em regra esse modelo de composição pelo emprego substantivado de um imperativo verbal da 2ª pessoa singular com o seu complemento; mas se foi esta a origem, a expansão da estrutura foi condicionada por nova interpretação semântica”. Deste modo, menciona a origem, mas fala de tema verbal e de emprego substantivado.

Entre as obras sincrónicas, Villalva (2003: 983) considera a forma uma 3ª pessoa do presente do indicativo. Segundo Vilela (1994: 92) o elemento pode ser interpretado como forma de indicativo ou de imperativo, mas na realidade é uma derivação regressiva, com sufixo nulo, correspondente ao *nomen agentis/instrumenti*. Esta análise coincide com a de Coseriu ou Varela.

Segundo a gramática histórica do galego de Ferreira (1997: 226) trata-se de uma forma verbal, mas o autor não especifica mais. De acordo com a gramática de Álvarez e Xove (2002: 746-747) os compostos contêm a forma do imperativo, mas na realidade trata-se do tema verbal.

2.2. Relação com outros tipos de compostos e derivados

Certos autores, ao falar sobre os compostos do tipo *saca-rolhas*, estabelecem paralelismo com outros tipos de compostos ou derivados.

Segundo Meyer-Lübke (1972: 582), são semelhantes os seguintes tipos de compostos: imperativo + grupo preposicional (fr. *fouille-au-pot*), imperativo + advérbio (it. *battifuori*), imperativos duplos (it. *saliscendi*). Como vemos, o autor considera que o primeiro elemento é, em todos os casos, um imperativo.

Álvarez e Xove (2002: 746-747) consideram que são parecidos os compostos que contêm duas formas verbais: *ruxerruxe, fuxefuxe*.

Vimos que Varela (1992: 116-117; 2005: 80; 2012: 219) e Vilela (1994: 92) supõem que o primeiro elemento do composto é um nome deverbal, com significado de agente ou de instrumento. Não especificam se este nome deverbal é formado pelo mesmo processo derivacional que forma os substantivos verbais que significam ação ou resultado (p. ex. *buscar: busca*) ou se são dois processos diferentes. É mais explícito Val Álvaro (1999: 4792): “El mismo procedimiento formal que da lugar a nombres de acción y resultado (*el corte, la busca*), permite también la formación de *el guía, el espía, el escucha*”. Assim sendo, os derivados verbais regressivos podem significar ação/resultado ou agente/instrumento. Em síntese, segundo esta teoria o mesmo processo derivacional pode gerar as formas *busca, guía, saca(-rolhas)*.

Mais para a frente vamos ver que Scalise compara os compostos do tipo *saca-rolhas* com palavras derivadas e tira a conclusão de que em italiano o primeiro elemento do composto tem a mesma forma que a base dos derivados com sufixo.

Em resumo, há duas propostas que se repetem em diferentes obras: os compostos do tipo *saca-rolhas* estão relacionados com os compostos constituídos por duas formas verbais, como *pisca-pisca*, e com os derivados regressivos, como *busca*.

3. Observações sobre os compostos do tipo *saca-rolhas* e outras palavras compostas e derivadas em galego e em português

Seguidamente, vou dedicar a minha atenção aos compostos do galego e do português. Vou começar com o galego, porque esta língua apresenta maior interesse para poder determinar a categoria do primeiro elemento. Vou considerar o composto que é tema desta comunicação (*saca-rolhas*) e os tipos de compostos e derivados que certos autores relacionam com estes elementos, de que falamos no ponto anterior (*pisca-pisca*, *busca*).

3.1. Exemplos galegos

Para começar, vejamos uma característica do sistema verbal galego. Na 2ª e 3ª conjugações não coincidem a 3ª pessoa do presente do indicativo e o imperativo singular nos verbos cuja vogal radical é *e* ou *u/o*. Por exemplo, nos verbos *beber*, *comer*, *sentir* e *dormir* o presente é *bEbe*, *cOme*, *sErve* e *dOrme*, enquanto o imperativo é *bebe*, *come*, *sirve* e *durme*. Santamarina (1974: 33) explica a evolução da seguinte maneira: “... el imperativo no es otra cosa que un Subj. I que funciona sintagmáticamente sin referendo, por lo tanto es lógico que el vocalismo del Subj. I e Imp. se uniformen. Así conforme a *non corras y corra (usté)*, se espera *corre (tu)*”. Encontramos a mesma explicação em Ferreiro (1996: 312–313). Para simplificar, indico com maiúsculas o *e* e o *o* abertos.

Assim, no caso de encontrarmos compostos e derivados dos tipos *saca-rolhas*, *pisca-pisca* ou *busca*, relacionados com verbos da 2ª ou da 3ª conjugação, com vogal radical *e* ou *u/o*, podemos comprovar se o elemento verbal coincide com a forma do indicativo ou do imperativo.

Os compostos do primeiro tipo que consegui encontrar (Regueira 2010) são *comecartos / comemerda* e *tollemerendas* para a 2ª conjugação, *lucecú* para a 3ª conjugação. Outra palavra documentada para a 3ª conjugação é *cubrepés* (Álvarez-Xove 2002: 746). A vogal radical do primeiro elemento é fechada, portanto a forma coincide com o imperativo. (O verbo *lucir* no indicativo tem a conjugação *luzo*, *loces*, *loce*, *lucimos*, *lucides*, *locen*.)

O número dos exemplos é reduzido, o que se deve, em primeiro lugar, ao facto de os verbos da 2ª e 3ª conjugação serem muito menos frequentes do que os da 1ª conjugação. Ao mesmo tempo, podemos considerar exemplos hipotéticos, em que o primeiro elemento é a forma de verbos como p. ex. *recoller*, *vender*, *morder*, *coller*, *beber*, *mover*, *romper*, *torcer*, *verter*. No espanhol existem palavras como *recogepelotas*, *rompecabezas / rompecorazonas / rompehielos*, *torcecuello(s)*, *vierteaguas* (Clave 1997), *Correcaminos* (personagem de desenhos animados). Poderíamos pensar em palavras

galegas potenciais como *recollepelotas*, *rompexeo*, etc., em que a vogal radical do primeiro elemento também seria fechada.

Como compostos constituídos por duas formas verbais encontrei *bulebule*, *fu-xefuxe*, *ru-xerruxe*. A forma é aqui também a do imperativo (verbos: *bulir*, *fuxir*, *ru-xir*, indicativo: *bole*, *foxe*, *roxe*; imperativo: *bule*, *fuxe*, *ru-xe*).

Encontramos maior número de derivados que parecem deverbais regressivos: *acorro*, *colla*, *consumo*, *cuspe*, *devezo*, *encolla*, *escolla*, *fenda*, *foda*, *recendo*, *recolla*, *pErda*, *prema*, *renda*, *repelo*, *socorro*, *sorbo*, *suba*, *tOse*, *venda* (Regueira 2010). A maioria das palavras tem vogal radical fechada, exceto *pErda* e *tOse*, que vêm diretamente do latim (PERDITAM, TUSSIM), como em português, não tendo portanto nascido por derivação galega. A vogal do nome *tOse* evoluiu talvez por influência da forma verbal (Williams 1975: 50). As formas verbais dos verbos correspondentes são as seguintes (fonte da pronúncia das formas conjugadas: página web da Real Academia Galega, em primeiro lugar indico a forma do indicativo, em segundo lugar a do imperativo): *acOrre/acorre*, *cOlle/colle*, *consOme/consume*, *cOspe/cuspe*, *devece/devece*, *encOlle/encolle*, *escOlle/escolle*, *fEnde/fende*, *fOde/fode*, *recEnde/recende*, *recOlle/recolle*, *pErde/perde*, *prEme/preme*, *rEnde/rende*, *repEle/repele*, *socOrre/socorre*, *sOrbe/sorbe*, *sObe/sube*, *tOse/tuse*, *vEnde/vende*.

Também podemos observar os derivados regressivos da 1ª conjugação. Nestes verbos não há diferença entre a forma da 3ª pessoa do singular do presente do indicativo e o imperativo singular, mas pode-se verificar se a vogal radical do derivado regressivo é a mesma que aparece na forma verbal. Vejamos alguns exemplos: *peche* com vogal final *e*; *abandono*, *aceno*, *acErto*, *acordo*, *acoso*, *acocho*, *achego*, *cerco*, *consOlo*, *gobErno*, *rOgo*, *vOto* com vogal final *o*; *achega*, *bota*, *fOlga*, *poda*, *roza*, *sEga*, *sobra/sO-bra*, *tOma*, *veda* com vogal final *a* (Regueira 2010). Os mais interessantes são os nomes com vogal final *a*, porque o primeiro elemento dos compostos também tem esta vogal final, assim a comparação é mais explícita. As formas verbais correspondentes são as seguintes: *achega*, *bota*, *fOlga*, *poda*, *roza*, *sEga*, *sobra*, *tOma*, *veda*. Estes dados indicam, portanto, que no caso dos verbos da 1ª conjugação, como no caso das outras duas, o primeiro elemento dos compostos do tipo *saca-rolhas* e os derivados deverbais regressivos são semelhantes.

Em resumo, os casos do galego indicam que tanto nas palavras tipo *saca-rolhas*, como nos tipos *pisca-pisca* e *busca*, a forma que nos interessa coincide com a do imperativo.

3.2. Exemplos portugueses

Em português a 3ª pessoa do presente do indicativo e o imperativo singular coincidem, portanto nos compostos do tipo *saca-rolhas* não podemos saber, segundo o critério da forma, qual é a categoria do primeiro elemento. Acontece o mesmo nos

casos em que o verbo é da 2ª ou 3ª conjugação e a vogal radical é *e* ou *o*: *bEbe-água*, *bEbe-em-branco*, *bEbe-fumo*, *bEbe-gás*, *bEbe-o-vento*, *cObre-leito*, *cOme-aranha*, *cOme-calado*, *cOme-cobra*, *cOrre-campo*, *mOrre-joão*, *rompe-gibão*, *rompe-saias*, *tOrce-cabelo*, *dOrme-maria*, *dOrme-nenê*, *dOrme-sujo* (Houaiss 2009 e versão eletrônica). O dicionário não contém a pronúncia, mas os falantes indicam claramente que a vogal radical é aberta. (Nalguns casos o composto contém também o artigo definido ou uma preposição. Outros compostos são também especiais porque o segundo elemento não é objeto direto, mas vocativo.) Primeiro vamos ter em conta também os compostos cujo primeiro elemento é formado a partir de um verbo da 2ª ou 3ª conjugação, com vogal radical *e* ou *o*.

Podem ser interessantes os compostos *corrimão* e *torcicolo* (Academia 2001), porque o primeiro elemento acaba em *i*, o que vai ser interessante quando compararmos as formas portuguesas com as italianas. Contudo, é preciso observar que *torcicolo* é uma palavra de origem italiana, pelo que a comparação entre as duas línguas neste caso não é feliz por a origem ser comum. Nas duas palavras mencionadas, a vogal radical do primeiro elemento fica reduzida (p. ex. [tursikolu]), o que indica que são compostos especiais, em que os dois elementos têm uma ligação mais estreita do que nos compostos normais. O dicionário Houaiss (2009 e versão eletrônica) indica também as seguintes palavras: *cobricama* (com a marca “obsoleto”); *corricoché*, *batibarba*, *baticum*, *batissela*. Os comentários etimológicos do autor são os seguintes: *cobricama*: “agl. do snt. *cobre cama* determinada pela perda de tonicidade do el. *cobre*, o que levou a ser grafado com *-i* em lugar de *-e*”; *corricoché*: “el. antepositivo do v. *correr*”; *batibarba*: “*bate+i+barba*”; *batissela*: “agl. de *bate* (v. *bater*) + *sela*”. Os comentários não são homogêneos, portanto não fica muito claro qual é a explicação do autor. Ao mesmo tempo, o verbo *bater* tem também os seguintes compostos (Houaiss 2009 e versão eletrônica): *bate-barba*, *bate-bico*, *bate-boca*, *bate-bola*, *bate-chinela*, *bate-coxa*, *bate-cu* (também *batecum*), *bate-enxuga*, *bate-estaca*, *bate-folha*, *bate-orelha*, *bate-papo*, *bate-pau*, *bate-pé* (*bate-pronto*), *bate-saco*, *bate-sela*, *bate-testa*, *bate-virilha*. Isto mostra que em português há alguns casos em que a vogal temática é *i*, mas é muito mais frequente a vogal temática *e*. Voltaremos a falar desta vogal no ponto seguinte, em comparação com outras línguas românicas.

Vejam agora compostos constituídos por duas formas verbais: *cOrre-cOrre*, *luze-luze*, *ruge-ruge*, *cOme-e-dOrme*, *dEve-haver* (Academia 2001), *cOrre-vai-di-lo*, *cOspe-cOspe*, *dOrme-dOrme*, *fEde-fEde*, *fEde-fEde-da-soja*, *fOge-fOge*, *mExe-mExe*, *pErde-ganha*, *sObe-e-dEsce* (Houaiss 2009 e versão eletrônica). Como antes, a forma não permite saber a categoria do primeiro elemento, já que a 3ª pessoa do presente do indicativo e o imperativo singular são homónimos. Os compostos são de diferentes tipos: verbo+verbo, frásicos, etc.

Observemos os derivados que à primeira vista podemos considerar como regressivos. Começamos com a 2ª e a 3ª conjugação: *consumo*, *cuspo* / *cuspe*, *dEve*, *enco-*

lha, escolha, fenda, pErda, prenda, recolha/recolho, renda, socorro, sorvo, tOsse (Academia 2001), *foda, suba* (Houaiss 2009 e versão eletrónica). Parece pertencer a esta categoria também *cOmes e bEbes*. Devemos excluir as formas com vogal radical nasal, porque esta vogal é sempre fechada. Encontramos formas com vogal aberta (p. ex. *dEve*), ou com vogal fechada (p. ex. *encolha*). Vejamos as etimologias dadas pelo *Dicionário da Academia*: *consumo* derivado regressivo, *cuspo/cuspe* derivado regressivo, *dEve* “de *dever*”, *encolha* derivado regressivo, *escolha* derivado regressivo, *pErda* do latim *PERDITAM*, *recolha/recolho* derivado regressivo, *socorro* derivado regressivo, *sorvo* derivado regressivo, *tOsse* do latim *TUSSIM*, *foda* derivado regressivo, *suba* “fl. *subir*”, *cOmes e bEbes* “de forma do verbo *comer*”, “de *beber*” (nos verbetes *comer* e *beber*). As formas indicadas no dicionário como derivados regressivos contêm vogal fechada (*consumo, cuspo/cuspe, encolha, escolha, recolha/recolho, socorro, sorvo, foda*), isto é, não é a mesma vogal que aparece nos compostos do tipo *saca-rolhas*. As palavras não consideradas como derivados regressivos vêm do latim: *pErda, tOsse*; ou provavelmente são formas de 3ª pessoa do presente do indicativo: *dEve, cOmes e bEbes*. A conclusão é que este grupo de palavras não é uniforme, parecendo haver diferença entre derivados regressivos e formas de 2ª ou 3ª pessoa do presente do indicativo que sofreram derivação imprópria.

Se comparamos as palavras *cOspe-cOspe* e *cuspe/cuspo*, vemos claramente a diferença: o composto constituído por duas formas verbais contém um elemento reduplicado com vogal radical aberta, que coincide com a forma da 3ª pessoa do presente do indicativo ou com o imperativo singular, enquanto o derivado regressivo tem vogal fechada.

Na 1ª conjugação encontramos mais derivados regressivos com vogal radical *e* ou *o*, como por exemplo *cOrte, impOrte, pOrte* com vogal final *e*; *demOra, engOrda, mEdra, mErca, mOstra, pEsca, pOda, quEbra, rEga, rEza, rOça, rocEga, sEca, sEga, sOva, tOma, trOca, trOça, vOga* com vogal final *a*; *abandono, aceno, acerto, acordo, aferro, amojo, apego, apelo, aperto, apodo, apoio, arrojo, arrolho, aterro, cobro, começo, choro, desenredo, despego, destempero, desterro, enterro, esforço, roço, rogo, sopro, tempero, troco; bErro, protEsto* com vogal final *o* (Academia 2001). A tendência parece ser que os nomes acabados em *a* têm vogal radical aberta, os nomes acabados em *o* vogal fechada, sendo as exceções *bErro* e *protEsto*. Comparem-se os seguintes pares, em que ambas as palavras procedem do mesmo verbo: *rOça-roço, trOca-troco*. Se tivermos em conta que a vogal radical do primeiro elemento dos compostos do tipo *saca-rolhas* é sempre aberta (p. ex. *trOca-tintas*), podemos comprovar que a vogal radical do composto e do derivado deverbal muitas vezes não coincide. No entanto, estes dados não são decisivos, porque a vogal radical pode ter sido influenciada pela metafofia, já que a diferença na vogal radical aparece quando o derivado deverbal acaba em *o* (p. ex. forma verbal *rOga*, nome *rogo*).

Em síntese, observando os dados portugueses, em primeiro lugar o caso dos verbos da 2ª e da 3ª conjugação, não parece certo estabelecer correspondência entre o primeiro elemento dos compostos tipo *saca-rolhas* e os derivados regressivos.

3.3. Conclusão sobre os exemplos galegos e portugueses

Para começar, devemos excluir as formas deverbais regressivas da nossa análise, por causa dos dados do português.

No que diz respeito ao primeiro elemento do composto do tipo *saca-rolhas*, os exemplos galegos mostram que o primeiro elemento não é uma forma de indicativo.

Acabou por ser interessante encontrarmos alguns exemplos portugueses em que a vogal temática da forma é *i*. São casos em que os dois elementos do composto formam uma união mais estreita, sendo que no português europeu a vogal radical fica reduzida. Estes exemplos mostram que a forma não pode ser nem o imperativo, nem o indicativo.

4. Outras línguas românicas

Vejamos as formas de outras línguas românicas que nos podem ajudar na interpretação da categoria do primeiro elemento. Também vamos ver se algumas análises propostas podem ser válidas para o português e para o galego. Primeiro iremos observar se o primeiro elemento coincide com a 3ª pessoa do presente do indicativo ou com o imperativo singular, caso haja diferença entre as duas formas.

Em italiano o imperativo singular nem sempre tem a mesma forma que a 3ª pessoa do singular do presente do indicativo. Se o verbo é da 2ª ou da 3ª conjugação, temos compostos como *accendigas*, *apriscatole* (Tekavčić 1972: 208), *battipanni*, *rompiscatole*, *battiscopa*, *battimano* (Salvi / Vanelli 2004: 345). Em ambas as conjugações a vogal temática na 3ª pessoa do presente do indicativo é *e*, enquanto no imperativo é *i*: ind. *accende*, *apre*, imp. *accendi*, *apri*. O primeiro elemento do composto coincide, portanto, com o imperativo.

Scalise (1994: 205) considera que é possível analisar as palavras compostas e derivadas conjuntamente: *lavoratore*, *bevitore*, *cucitore*:

coniugazione	1	2	3
vocale tematica	a	e	i
imperativo	a	i	i
ind. 3 sing.	a	e	e
composizione	a	i	i
derivazione	a	i	i

Como já vimos, em português também existem casos em que o primeiro elemento acaba em *i*. No espanhol existem também *batiboja* (Clave 1997), *baticabeza*, *baticola*, *baticulo*, *cundiamor/cundeamor* (Val Álvaro 1999: 4790). Mas a maioria

dos compostos tem vogal *e*, como em português: *abrebotellas, abrecartas, cubrebañera, cubrecadena, cubrecama, escurreplatos, parteluz*. Também há compostos semelhantes com *i* em catalão: *cobricel, cobriespatlles* (*Diccionari de la llengua catalana* 1983). Dardel e Zamboni (1999: 447-448) indicam exemplos semelhantes também para o francês, o provençal e o sardo. O facto de nestas outras línguas haver também exemplos com vogal *i* é um contra-argumento para a hipótese do imperativo em italiano. Dardel e Zamboni (1999) consideram que esta vogal *i* está relacionada com outros tipos diferentes de composição românica (p. ex. port. *altibaixos, boquiaberto*, etc.).

A análise proposta para o italiano, segundo a qual os compostos podem ser relacionados com palavras derivadas com sufixo, não é válida para o português. Podemos observar as palavras derivadas portuguesas *trabalhador, bebedor, servidor*. Se comparamos a vogal temática com a dos compostos (p. ex. *saca-rolhas, bate-papo, dorme-maria*), vemos que na 3ª conjugação o tema verbal é diferente.

Vejam agora o romeno, em que também existe este tipo de compostos. A forma do imperativo singular nem sempre coincide com a 3ª pessoa do presente do indicativo: 2ª conjugação 3ª pess. do pres. do ind. *pare*, imp. *pari*; em certos verbos da 3ª conjugação 3ª pess. do pres. do ind. *rãmâne*, imp. *rãmâi*; certos verbos da 4ª conjugação 3ª pess. do pres. do ind. *fuge*, imp. *fugi*. Infelizmente não encontrei nenhum exemplo de composto cujo primeiro elemento corresponda a um verbo que tenha formas diferentes para o imperativo singular e para a 3ª pessoa do presente do indicativo, não aparecendo também nenhum exemplo deste tipo no artigo de Schapira (1985). Existem muitos empréstimos do francês, como por exemplo *paşaport, abajur, tirbuşon*, etc. (Schapira 1985: 20). Deste modo, também foram adaptados compostos cujo primeiro elemento em francês era *porte-*: *portvizit, portfigaret*, etc. São empréstimos evidentes, pois o segundo elemento aparece numa forma diferente do substantivo independente, *vizită, figaretă*. No entanto, existem outros compostos, cujo segundo elemento é um substantivo romeno, como *portunealtă, portdrapel*, etc. (Schapira 1985: 21). Neste caso poderíamos observar se o primeiro elemento pode ser interpretado como elemento romeno. A forma *port* não coincide com a forma homónima da 3ª pessoa do presente do indicativo e o imperativo singular (*poartă*) e também não é formada a partir do infinitivo (*a purta*), mas poderia tratar-se de uma forma abstrata, podendo portanto ser um derivado regressivo deverbal (as formas conjugadas do presente do indicativo são: *port, porţi, poartă, ...*).

Em sardo, a 3ª pessoa do presente do indicativo acaba em *t* (p. ex. logudorês *cantat, timet, dormit*), enquanto a forma do imperativo singular não: *canta, time, dormi* (Blasco Ferrer 1994: 156). Alguns compostos são *cagalati, cagapani, buffalati, papamerda, arropapaneri* (396). Como se pode comprovar, o *t* não aparece, pelo que a forma coincide com a do imperativo.

Em francês só se pode mencionar uma diferença (hoje) ortográfica: em *abat-jour, rabat-joie, tord-fil*, etc. O primeiro elemento coincide com a forma do indicativo,

porque o imperativo seria com *s* final. Segundo Nyrop (1979: 287), este exemplo mostra que os falantes já não têm consciência da etimologia original da forma e interpretam-na como forma de indicativo.

Val Álvaro (1999: 4789) indica que no espanhol há verbos irregulares em que diferem as formas de imperativo e de presente, como *tener* e os seus derivados com prefixo, como *entretener*, *mantener*, *retener*, *sostener*. Não existem compostos com estes verbos, mas segundo o autor, se houvesse um composto, seria p. ex. *entretieneniños* (palavra hipotética) e não *entretenniños*. Isto significa que o primeiro elemento do composto coincidiria com a 3ª pessoa do singular do presente do indicativo. Contudo, pode-se objetar a esta argumentação que no exemplo se trata de um imperativo irregular, e talvez se produza a regularização desta forma ao criar uma palavra composta.

Iordan e Manoliu (1972, II: 56) mencionam ainda falas franco-provençais da Suíça, em que aparece a forma do imperativo no nosso tipo de composto.

Em resumo, observando a oposição das formas, a diferença entre a 3ª pessoa do presente do indicativo e do imperativo singular pode manifestar-se na vogal temática (it. *accende – accendi*), na vogal radical (gal. *cobre – cubre*) ou na consoante final (sardo *buffat – buffa*). Se quisermos determinar a categoria do primeiro elemento dos compostos do tipo *saca-rolhas*, encontramos casos contraditórios: o espanhol (forma hipotética) e o francês (ortografia) mostram que a forma do composto coincide com o indicativo, enquanto em italiano e sardo coincide com o imperativo, tal como no galego. No entanto, nem todos os casos são igualmente convincentes. Em francês a diferença é só ortográfica, em espanhol os exemplos são hipotéticos e trata-se de verbos irregulares, em que podemos supor que se produz regularização. Em francês também se pode dar outra explicação, que também seria válida para o sardo: o primeiro elemento do composto é a forma verbal mais simples.

Por outro lado, no espanhol podemos considerar o fenómeno da ditongação. Tanto o imperativo singular como a 3ª pessoa do singular do presente do indicativo têm ditongo, existindo porém alguns elementos em que o primeiro elemento do composto não o apresenta: *torcecuello* (Clave 1997), *fregaplatos/friegaplatos*, *rodapié*, *tentabuey* (Val Álvaro 1999: 4790), e outros exemplos que não aparecem em Clave. Mas na maioria das palavras aparece o ditongo: *cuentagotas*, *cuentakilómetros*, *friegaplatos* (Clave 1997). Os exemplos sem ditongo parecem mostrar que se trata de tema verbal, em que o elemento aparece na sua forma arrizotónica. Ao mesmo tempo, podemos ver que na maior parte dos casos aparece o ditongo.

5. Conclusões finais

Nas línguas românicas em que o imperativo singular não coincide com a 3ª pessoa do presente do indicativo, o primeiro elemento dos compostos do tipo *saca-rolhas* em

certas línguas coincide com a forma do indicativo, noutras com a do imperativo. No galego o elemento coincide com o imperativo. Há também escassos casos que mostram que a forma não pode ser nem do indicativo nem do imperativo (port. *corrimão*, esp. *torcecuello*). Por isso, a interpretação mais acertada é a de tema verbal, que ora coincide com a forma do indicativo, ora com a do imperativo.

Os exemplos do português mostraram que o primeiro elemento dos compostos do tipo *saca-rolhas* não está relacionado com a derivação deverbal regressiva, contrariamente ao que afirmam certos autores.

Ao falar sobre este tipo de compostos, os livros de linguística românica mencionam exemplos de diferentes línguas para mostrar a categoria do primeiro elemento, mas não exemplos do galego. Porém, os dados desta língua são muito interessantes neste contexto.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (2001): *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Verbo.
- ALI, Manuel Said (1931): *Grammatica Historica da Língua Portuguesa*. São Paulo / Cayeiras / Rio: Comp. Melhoramentos de São Paulo.
- ÁLVAREZ, Rosario / Xosé XOVE (2002): *Gramática da lingua galega*. Vigo: Galaxia.
- BLASCO Ferrer, Eduardo (1994): *Ello ellus, Grammatica della lingua sarda*. Nuoro: Poliedro.
- BOURCIEZ, Édouard (1956): *Éléments de linguistique romane*. Paris: Klincksieck.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1985): *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- CLAVE, *Diccionario de uso del español actual* (1997). Madrid: SM.
- COSERIU, Eugenio (1978): *Gramática, semántica, universales*. Madrid: Gredos.
- DARDEL, Robert de / Alberto ZAMBONI (1999): “L’interfixe -i- dans les composés protoromans. Une hypothèse de travail”, *Revue de Linguistique Romane* 63, 439-469.
- DICCIONARI de la llengua catalana (1983). Barcelona: Enciclopèdia Catalana.
- FERREIRO, Manuel (1996): *Gramática histórica galega I. Fonética e morfoloxía*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.
- FERREIRO, Manuel (1997): *Gramática histórica galega II. Lexicoloxía*. Santiago de Compostela: Edicións Laiovento.
- HOUAISS, António (2009): *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão eletrónica (CD-ROM) 1.0.5.
- JORDAN, Iorgu / Maria MANOLIU (1972): *Manual de lingüística românica*. Madrid: Gredos.
- LANG, Mervyn F. (1992): *Formación de palabras en español*. Madrid: Cátedra.
- MEYER-LÜBKE, Wilhelm (1972): *Grammatik der Romanischen Sprachen*. Hildesheim / New York: Georg Olms Verlag.

- NUNES, José Joaquim (1989^o): *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Lisboa: Clássica Editora.
- NYROP, Christopher (1979): *Grammaire historique de la langue française*. Genève: Slatkine Reprints.
- REGUEIRA, Xosé Luís (2010): *Dicionario de pronuncia da lingua galega*. A Coruña: Instituto da Lingua Galega, Real Academia Galega.
- SALVI, Giampaolo / Laura VANELLI (2004): *Nuova grammatica italiana*. Bologna: Il Mulino.
- SANTAMARINA, Antón (1974): *El verbo gallego. Verba*, Anexo 4.
- SCALISE, Sergio (1994): *Morfología*. Bologna: Il Mulino.
- SCHAPIRA, Charlotte (1985): “Les composés roumains à thème verbal, et leur place dans l’ensemble des langues romanes”, *Revue de Linguistique Romane* 49, 15-26. <http://dx.doi.org/10.5169/seals-399766>.
- TEKAVČIĆ, Pavao (1972): *Grammatica storica dell’italiano*. Bologna: Il Mulino.
- VAL ÁLVARO, José Francisco (1999): “La composición”, en Bosque, Ignacio / Violeta Demonte (eds.): *Gramática descriptiva de la lengua española* 3. Madrid: Espasa Calpe, 4757-4841.
- VARELA, Soledad (1992): *Fundamentos de morfología*. Madrid: Síntesis.
- VARELA, Soledad (2005): *Morfología léxica: la formación de palabras*. Madrid: Gredos.
- VARELA, Soledad (2012): “Derivation and Compounding”, en Hualde, José Ignacio / Antxon Olarrea / Erin O’Rourke (eds.): *The Handbook of Hispanic Linguistics*. Hoboken: Wiley Blackwell, 209-226. dx.doi.org/10.1002/9781118228098.ch11.
- VILELA, Mário (1994): *Estudos de Lexicologia Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- VILLALVA, Alina (2003): “Morfología”, en Mateus, Maria Helena Mira / Ana Maria Brito / Inês Duarte / Isabel Hub Faria (eds.): *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- WILLIAMS, Edwin B. (1975): *Do latim ao português*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro.

Proposta didática: ensino de Português Língua Estrangeira em diferentes níveis da língua

Iva Svobodová

Universidade de Masaryk (República Checa)
9255@mail.muni.cz

Resumo

O principal objetivo do presente texto é chamar a atenção para a complexidade do comportamento do artigo em diferentes níveis da língua portuguesa e disponibilizar uma fonte que ajude a elaborar materiais didáticos relativos a esta classe lexical sendo levada em consideração, sobretudo, a questão de sua variabilidade linguística. Esta, de facto, implica uma grande série de situações num vasto espectro de contextos. Além disso, permitimos constatar que o problema do uso correcto e adequado do artigo a diferentes níveis de língua portuguesa (fonético, morfológico, sintático, semântico e geográfico) existe não apenas no caso dos alunos de Português Língua Estrangeira (PLE) como também no dos alunos de PL2. Por exemplo, segundo uma pesquisa que fizemos há uns anos atrás numa escola portuguesa em Genebra, na Suíça, foi verificado um uso literalmente acidental do artigo por parte dos falantes de PL2 e pressupomos que este problema transcende em todas as direções a fronteira deste pequeno território, sendo uma questão geral e palpante. Por isso, desejaríamos contribuir, com o nosso estudo para melhorar a situação didática e para facilitar, com base em situações descritas nas seguintes linhas, as explicações de usos concretos deste pequeno vocábulo, o qual, apesar de possuir de *uma* *a* três letras, pode realmente causar grandes confusões na compreensão.

Palavras-chave

Português Língua Estrangeira, fonética, sintaxe, semântica, morfologia

Índice

1. Novas tendências de ensino das línguas românicas. 2. Enquadramento no projeto comum dos romanistas checos. 3. Objetivos principais. 4. Artigo como estilema em diferentes planos linguísticos. 4.1. Especificidades do artigo no texto oral e a nível fonético-fonológico. 4.2. Especificidades do artigo no plano morfológico. 4.2.1. Relevância morfológica do artigo. 4.3. Plano lexical – formação de palavras: derivação imprópria. 4.4. Plano sintático: o papel do artigo em sintagmas nominais. 4.5. Plano semântico. 5. Conclusão.

A Didactic Proposal: the Teaching of Portuguese as a Foreign Language at Different Language Levels

Abstract

The principal aim of this study is to focus attention on a complexity of the behaviour of the Portuguese article at different language levels and to provide a source that could help to elaborate didactic materials concerning this lexical category, in which principally its linguistic variability is taken into consideration. This implicates a series of situations across a broad spectrum of contexts. At the same time, it can be affirmed that the problem of the correct and adequate usage of the article at different language levels (phonetic, morphological, syntactic, semantic and geographic) exists not only in the case of students of Portuguese as a Foreign Language (PLE), but also in that of students of Portuguese as a Second Language (PL2). For instance, according to one investigation undertaken by the author some years ago, in one Portuguese school in Geneva in Switzerland, a literally arbitrary usage of article in the case of students of Portuguese as the Second Language was verified. It is supposed that this problem transcends the frontier of this small school in all directions, therefore it is assumed that it is a generally palpitate question. This is the rationale behind this study's intention to contribute to the improvement of the didactic situation and to facilitate (on the basis of specific constructions and situations) interpretations of different types of usage of the article which, in spite of its reduced dimension (*o/a, um/uma*), can cause considerably large confusion in terms of comprehension.

Keywords

Portuguese as a Foreign Language, Phonetics, Syntax, Semantics, Morphology

Contents

1. New trends of the teaching languages in the Czech Republic. 2. Inclusion of our study in the context of Didactics in the Czech Republic. 3. Principal aims of the study. 4. Article as *stilema* in different levels of language. 4.1. Specific proprieties of the article in the oral text and in the phonetical level. 4.2. Specific proprieties of the article in the morphological level. 4.2.1. Morphological relevancy of the article. 4.3. Lexical level: word-formation and improper derivation. 4.4. Syntactic level: the function of the article in the nominal *syntagmas*. 4.5. Semantic level. 5. Conclusion.

1. Novas tendências de ensino das línguas românicas

O presente estudo tem por objetivo analisar a variabilidade gramatical, semântica e sócio-estilística dos determinantes *o/a, um/uma* em Português Europeu e chamar a atenção para aqueles fenômenos que se mostraram, durante o ensino de PLE, problemáticos. No caso de PLE aprendido por alunos checos e eslovacos, a competência gramatical não pertence, paradoxalmente, aos pontos mais complicados. Muito mais difícil, no processo de aprendizagem, é atingir a competência sócio-estilística e semântica. Esta é a razão de o Instituto de Línguas e Literaturas Românicas da Universidade de Masaryk em Brno, na República Checa, ter orientado, ultimamente, as atividades investigativas (anteriormente de cunho predominantemente normativo) para o estudo de fenômenos pragmáticos. Vários estudos com este objetivo têm surgido paralelamente em diferentes centros de filologia que fazem parte do Instituto de Línguas e Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Masaryk em Brno, na República Checa. Uma atenção especial tem sido dedicada aos factores relativos à variabilidade social sendo o objetivo principal criar tais atividades didáticas dos sub-padrões que contribuam para desenvolver as competências sócio-estilísticas, socioculturais e “interpessoais” dos aprendentes em diferentes níveis da língua, sobretudo na área de lexicologia e lexicografia (Polická-Podhorná 2010).

2. Enquadramento no projeto comum dos romanistas checos

O tema dos determinantes merece também uma atenção especial, já que constitui uma dificuldade palpitante não só para os aprendentes das línguas que carecem do determinante em questão, como também para as línguas em que o artigo existe. Estas dificuldades devem-se ao facto de que, em português, os matizes estilísticos que o artigo é capaz de implicar no âmbito de cada enunciação, apresentam variabilidades dificilmente descodificáveis pelos falantes não nativos e não podem ser explicitadas apenas em base dos processos de determinação.

A nossa pesquisa tem como principal objetivo encontrar as possíveis marcações estilísticas do artigo na língua portuguesa e contribuir, assim, para a “competência socioestilística” (Polická 2010) dos aprendentes. A necessidade de esquematizar, sistematizar e analisar as construções sintagmáticas com o artigo é muito urgente, sendo que a língua materna (L1) não nos oferece nenhum meio linguístico “de guia” (a não ser os pronomes demonstrativos, os quais, não obstante, nos podem servir apenas como base de criação de um número muito limitado de frases). A falta desta categoria gramatical na L1 levou-nos a observar, minuciosamente, todas as possíveis ocorrências do artigo, a recolher diferentes construções segundo os critérios previamente estabelecidos (Svobodová 2010).

3. Objetivos principais

O principal objetivo do presente trabalho será descrever as características do artigo em diferentes níveis da língua, sendo destacados os diferentes valores funcionais do mesmo. Com esta nossa contribuição pretendemos contribuir para a elaboração de um método mais completo de ensino das questões relativas ao artigo no âmbito dos processos de determinação.

Relembre-se que a influência da L1 no processo de aquisição de português língua segunda (PL2) ou de aprendizagem de língua estrangeira (PLE) nem sempre traz benefícios. Ao contrário do que se pode pressupor, no caso do artigo, por exemplo, quando a L1 é o espanhol e a LE o português, o uso do artigo é muitas vezes heterogêneo, o que pode levar a construções incorretas. Por exemplo, no caso dos antropónimos, em alguns dialetos do espanhol, quando acompanhado do artigo, a construção resulta pejorativa e, em outros dialetos, como incorreta. Relembremos ainda a incoerência registada no uso do artigo com os nomes toponímicos. De facto, a transferência dos parâmetros morfo-sintático-semânticos da L1 para a PLE é absolutamente impossível no caso de a L1 ser representada por línguas de origem eslava, línguas que não nos oferecem quase nenhuns exemplos paralelos da determinação operada pelo artigo.

4. Artigo como estilema em diferentes planos linguísticos

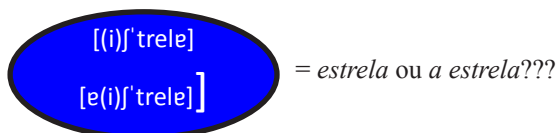
4.1. Especificidades do artigo no texto oral e a nível fonético-fonológico

O alvo principal neste plano linguístico é resumir as realizações fonético-fonológicas dos fonemas representados pelos grafemas *o/a, os/as, um/uma, uns/umas* e chamar a atenção para a variabilidade individual das realizações fonéticas das construções *determinante+nome*. A necessidade de analisar as possíveis variações do artigo, que se antepõe ao nome, deve-se ao facto de este fazer parte inerente do sintagma nominal, sendo muitas vezes enfraquecida não só a sua realização fonética como, aparentemente, também a sua função. No caso de a língua L1 carecer do artigo (como é, no nosso caso, a língua checa), o processo auditivo desempenha uma extrema importância na aprendizagem. Por isso, pretendemos contribuir, com a presente análise das possíveis realizações fonéticas, a uma descrição mais completa das especificidades que o artigo apresenta na linguagem falada. Analisámos, para este fim, gravações autênticas da língua portuguesa, estudamos as diferentes pronúncias do artigo que faz parte dos sintagmas nominais e procurámos aquelas “componentes pragmáticas” da comunicação (expressão de uma atitude subjetiva ou emotiva, uso regional e individual) que podem causar desvio à norma.

Como veremos, o artigo, no plano fonético-fonológico, apresenta também valores expressivos, invisíveis em textos escritos que podem ser de carácter tanto individual como supra-individual (Tláskal 2006). Por exemplo, a ênfase do artigo na pronúncia (que ocorre não raras vezes), pode intensificar a ênfase colocada no nome seguinte e, claro, influenciar a sua realização fonética. Um outro exemplo do seu uso pragmático-estilístico podemos encontrar na sua realização repetitiva (pleonástica), a qual pode sinalizar a espontaneidade do texto falado com a qual se prende o seguimento não previamente hierarquizado dos lexemas.

- (1) Na sua opinião, *os, os* homens não necessitam usar os produtos de beleza...
- (2) Olhe *o*, tenho *a* impressão que o primeiro é o fator económico...
- (3) Se todos se reunissem e fossem [homoge...] uma, uma educação homogénea, mas não...

Como já foi adiantado, no âmbito da nossa análise, partimos do padrão fonético-fonológico da língua portuguesa do artigo *a* [α] e *uma* [umα]. No caso de o artigo fazer parte de um sintagma nominal, registam-se especificidades fonéticas nos seguintes casos: 1. entre duas palavras, das quais a primeira termina e a segunda começa em *a* [α+α], como por exemplo, *a anatomia*. 2. entre duas palavras das quais uma termina em *a* (artigo) e a segunda começa numa vogal diferente: [α+V; umα+V], por exemplo: *a estrela, uma estrela*.



Podemos pressupor que entre as especificidades da realização fonética do artigo, podem ser contadas as seguintes situações:

1. A pronúncia da combinação do artigo *a* e da seguinte vogal que começa em *a* átona, ou seja, a pronúncia de [α+α] pode ter, como resultado, *a* aberto [a] (Tláskal 2006:120). Esta situação ocorre no caso de articulação pouco cuidada, de um ritmo rápido e pode ser ligada também à “proeminência lógica ou emotiva” da oração e servir para enfatizar a significação do nome, no texto da enunciação.
2. A realização de duas vogais átonas como hiato (artigo+vogal átona), que pode ocorrer num ritmo mais cuidadoso. Estas realizações fonéticas são, porém, menos frequentes. Pelo contrário, no caso de um ritmo mais rápido, foi registada, muitas vezes, a sinalefa, ou seja, elisão do artigo na pronúncia da primeira vogal Tláskal (2006:120).

Deduza-se que, naturalmente, o caso da sinalefa implica uma percepção inexata por parte dos aprendentes (falantes não nativos), o que dificulta, conseqüentemente, a percepção do artigo como categoria gramatical. Este facto pode influenciar significativamente o processo de descodificação do significado transmitido.

A pronúncia do artigo *os, as, umas*, eventualmente da variante *uns*, na sua forma isolada, seria [uš, aš, ũňš, umaš]. Fundindo-se com outras palavras que começam com consoante, conforme se a consoante é sonora ou surda, o *s* final será realizado ou como [š], caso a consoante seja surda como, por exemplo, em: *os primos* [uš 'primuš], ou como sonora [ž], caso a consoante seja sonora como, por exemplo, em: *os brutos* [už 'brutuš]. No caso das palavras que começam em vogais, a variante seria [z], como se vê no caso de *adolescentes* [uzaduleš'sětiš], *umas amigas* [umaz'amigaš]. É sobretudo este último caso que implica uma série de dificuldades. A aquisição do PLE ou PL2 torna-se mais difícil quando a língua *input* não é o português. Os falantes não nativos dificilmente aprendem a pronunciar e a perceber as construções: *artigo+nome* sobretudo quando pronunciadas a um ritmo mais rápido.

De destacar, não obstante, que a realização da desinência *-s* pode ainda desviar-se da norma padrão, sendo pronunciada como [š] mesmo que a seguinte palavra comece em vogal. Tal situação foi registada em dois casos: 1. quando se pretende criar uma pausa entre o artigo e o nome, quando o locutor pretende subconscientemente ou conscientemente destacar ou enfatizar o sentido do nome, acompanhado pelo artigo: [uš] [aduleš'sětiš], 2. no caso de uso individual, isto é, há falantes que pronunciam os sintagmas com *os, as, uns+nome* sempre [š]. Pressupomos, porém, que esta realização pode ser também diatopicamente influenciada.

O fenómeno neutral é uma realização átona do artigo. O efeito pragmático ocorre quando é destacada a sua realização ou quando é criada uma pausa entre ele e o nome. Ao mesmo tempo foram verificados casos periféricos de uso individual ou diatopicamente restringido.

4.2. Especificidades do artigo no plano morfológico

4.2.1. Relevância morfológica do artigo¹

A *marcação* morfológica do artigo, que ocorre no nível do sistema de *la langue*, depreende-se da sua função de *exponente*². O artigo, como exponente, como já foi refe-

¹ A secção 4.2.1 resume as principais ideias do estudo de Svobodová (2015) em J. P. Pereira e L. M. do Nascimento (2015).

² *Exponente* é um termo que foi estabelecido por Vladimír Skalička, membro do Círculo de Praga. É definido como o meio linguístico capaz de exprimir (expor) uma ou mais categorias gramaticais (Zavadil / Čermák 2010). Nas teorias relativas à tipologia das línguas e estabelecida pelo Círculo de Praga, o termo *exponente*, muitas vezes, substitui o termo *morfema gramatical* ou *gramema*.

artigo indefinido pode reforçar a intensidade de representação. Em nossa opinião, esta função de valorizar o nome é muito mais visível quando o artigo indefinido figura na frase como uma unidade isolada. Ao mesmo tempo, as formas não contraídas podem refletir um ritmo mais lento e um discurso mais cuidadoso do interlocutor. Neste sentido, as formas não cráticas podem ser consideradas como enfatizantes e estilisticamente marcadas, opostas à natureza neutral das formas contraídas, como mostra o seguinte quadro:

forma não contraída	▶	<i>de um/uma</i>	gramaticalmente correto	estilisticamente activa
forma contraída	▶	<i>dum/duma</i>	gramaticalmente correto	estilisticamente não activa

TABELA 6. A GRAMATICALIDADE E ACTIVIDADE ESTILÍSTICA DAS FORMAS CONTRAÍDAS E NÃO CONTRAÍDAS(SVOBODOVÁ 2013)

Ora, do ponto de vista morfológico e textual são curiosas, mas não raras, as ocorrências das formas morfológicamente marcadas e agramaticais, que, por um uso tão frequente, podem ser, em nossa opinião, consideradas desvios à norma. A forma contraída nos dois casos excepcionais, isto é, quando o artigo integra o título de obras ou quando pertence ao sujeito do infinitivo pessoal, foi verificada não só na linguagem falada como, também, na linguagem escrita (jornalística).

forma não contraída	▶	<i>de o(s)/de a(s)</i>	gramaticalmente correto	estilisticamente não marcada
forma contraída	▶	<i>dô(s)/da(s)</i>	agramatical	estilisticamente marcada

TABELA 7. A GRAMATICALIDADE E A MARCAÇÃO ESTILÍSTICA DAS FORMAS CONTRAÍDAS E NÃO CONTRAÍDAS(SVOBODOVÁ 2013)

(4) [...] *é o facto dos* alunos que frequentam colégios particulares, conseguirem alcançar médias que nunca conseguiriam alcançar no ensino público [...] (Nascimento 2001).

(5) A referida placa só será inaugurada em 1911, quando em Lisboa decorreu um conjunto de iniciativas dedicado ao *autor dos Lusíadas*⁸.

(6) Sintoma da gravidade da situação é o facto *dos* militares estarem divididos entre as duas facções⁹.

⁸ CETEM Público, linguatca.pt: *par=ext1281121-soc-97b-2*

⁹ CETEM Público, linguatca.pt: *par=ext525938-pol-92a-2*

4.3. Plano lexical – formação de palavras: derivação imprópria

No plano lexical, caso percebamos a lexicologia como disciplina que tem como o principal objetivo o estudo da formação de palavras, pouca atenção tem sido dedicada aos processos da derivação imprópria, a qual consiste no facto de uma determinada palavra ou frase (“Agradeço-lhe *o ter-me* convidado para os Dias de Cultura.”), sem sofrer qualquer acréscimo ou supressão em sua forma, mudar de classe gramatical.

Para exemplificarmos este fenómeno, mencionamos os seguintes casos, que foram encontrados nos corpora Linguatca (Santos 2008).

- Conjunções (complementadores): *o porquê, o quando*.

(7) “Correr para Viver Melhor” responde a questões tão indispensáveis como são *o onde, o quando, o como* ou *o porquê de* correr, e ajudará, sem dúvida, a uma mais correta iniciação nesta atividade, bem como a diminuir o grau de incerteza em que vai vivendo a corrida de muitos atletas...¹⁰

- Partículas: *o sim, o não*.

(8) O dirigente do PP acredita que «*o não* a esta regionalização é a resposta que o país precisa»¹¹.

(9) O «*sim*» de Pequim vem reforçar a estratégia de Murdoch no continente asiático, depois de, em 1995, adquirir a totalidade das ações da Star TV, empresa de difusão via satélite sediada em Hong Kong, com uma audiência de 260 milhões de espetadores em cerca de 53 países, numa faixa que se estende do Egito às ilhas Filipinas e indonésias¹².

- Preposições: *os prós, os contras*.

(10) Pesei *os prós e os contras*¹³.

- Advérbios: *o bem, o mal*.

(11) Se população imaginasse *o bem que faz* ao pagar a taxa, não reclamaria¹⁴.

¹⁰ CETEM Público, linguatca.pt: *cetempar=ext1419145-des-91b-2*

¹¹ CETEM Público, linguatca.pt: *par=ext13034-nd-98b-2*

¹² CETEM Público, linguatca.pt: *par=ext449017-nd-98a-2*

¹³ CETEM Público, linguatca.pt: *par=ext28095-pol-98a-1*

¹⁴ CETEM Público, linguatca.pt: *par=ext28095-pol-98a-1*

- Interjeições: *o oxalá*.

(12) Oxaguian é *o oxalá* guerreiro, cheio de vitalidade, símbolo da mocidade, às vezes sincretizado como Menino...¹⁵

Pressupomos que, no nível de estilo, as construções substantivadas podem ser caracterizadas do ponto de vista semântico como iconizadas e, portanto, semanticamente unívocas, mas, por outro lado, evocam certo choque pela sua anomalia gramatical, contribuindo para um perfil peculiar, dinâmico e atraente do texto, comparativamente com os seus equivalentes: *o sim= o acordo; o não= o desacordo; o onde= o lugar; o quando= o tempo; o pró= a vantagem; o porquê= a causa; o contra= a desvantagem* etc. (Svobodová 2015: 211).

4.4. Plano sintático: o papel do artigo em sintagmas nominais

No plano sintático, o artigo pode resultar relevante na indicação da função sintática e semântica em diferentes construções. Chegámos, assim, a diferentes conclusões.

A primeira delas é que o artigo pode determinar a função sintática do nome como exemplificam as seguintes duas frases, na primeira das quais o nome funciona como objeto oblíquo e na segunda como oblíquo facultativo. Veja-se os seguintes exemplos:

(13) Falámos em terça-feira (questão de controle: Em (sobre) o que é que falaram?).
Oblíquo.

(14) Falámos *na* terça-feira (questão de controle: Quando é que falaram?).
Oblíquo facultativo.

Ao mesmo tempo, verificaram-se especificidades na função da predicação secundária. A presença ou não do artigo nesta construção predicativa leva a diferentes interpretações estilísticas: caso o nome seja usado no sentido qualitativo, designando, por exemplo, profissão e nacionalidade, no sentido neutral, o artigo é omitido. Por outro lado, quando usado com o artigo, a frase torna-se estilisticamente mais ativa.

Compare-se:

(15) Ela é professora.
Artigo zero – leitura nocional.

(16) Ela é *a* professora!
Artigo definido – leitura expressiva.

¹⁵ CETEM Público, linguatca.pt: *par=ext28095-pol-98a-1*

Um caso peculiar dá-se na predicação secundária representada pelos nomes massivos, que apresentam o seu carácter massivo apenas quando o artigo é omitido. Por outro lado, quando usados com o artigo, a categoria de contabilidade muda para [contável+]. Nestes dois casos, os nomes são desacompanhados do artigo, sendo que, no caso oposto, o seu uso é marcado:

(17) Isto é pão.
 Artigo zero – massivo não contável.

(18) Isto é o pão.
 Artigo definido – contável.

Caso o nome massivo desempenhe a função do sujeito, aparece, contudo, com o artigo conservando a sua propriedade [contável-] e é só nesta função que se mantém a propriedade de [massivo+].

Observe-se o comportamento do artigo em conformidade com a função sintática:

(19) A água é saudável.
 Sujeito: [artigo+] → [massivo+] [contável-]

(20) Isto é água.
 Predicação secundária: [artigo-] → [massivo+] [contável-]

(21) Bebemos o vinho.
 Complemento direto: [artigo+] → [massivo-] [contável+]

O artigo que acompanha o nome em função do sujeito **às vezes também** apresenta uso anómalo, como prova o caso de toponímia. Relembremos tais nomes geográficos como são: Espanha, França, Inglaterra, Itália e África, que, nos sintagmas preposicionais, maioritariamente são usados sem o artigo, enquanto que na função de sujeito o artigo ocorre quase regularmente. Quaisquer desvios a esta tendência já podem ser ou estilisticamente ou semanticamente marcados, sendo o uso oposto sinal de um uso familiar, popular ou regional (Svobodová 2011).

Vejam-se os seguintes exemplos do *corpus* Linguateca (Santos 2010):

- Sintagma nominal na função de sujeito:

(22) Para já só a *Espanha* iguala a série de três vitórias da seleção portuguesa...¹⁶
 Artigo definido- nocional.

(23) *Espanha*, nem bom vento, nem bom casamento.
 Artigo omitido – pragmema – trata-se de aforismo, usado na linguagem familiar, popular, coloquial.

¹⁶ CETEM Público, linguateca.pt: *par=ext2739-des-95a-1*

- Sintagma preposicional:

(24) Os problemas também existem *em Espanha*.
Artigo zero= informema.

(25) *Na Espanha* a gente bebe muito vinho.
Artigo= estilema: popular / familiar / coloquial / informal.

O artigo, na função de aposto explicativo (do qual é típica a omissão do artigo), ganha também um matiz expressivo, sendo que no eixo paradigmático, novamente, temos duas opções em dicotomia: a componente nocional denominada *informema*, e a expressiva, denominada *pragmema*. Comparem-se os seguintes exemplos:

(26) Camões, *o* grande poeta português, morreu pobre (Lapa 1984:75).
Artigo- pragmema.

(27) Carlos Luís Figueira, *líder* regional dos comunistas, lançou um desafio aos socialistas, no sentido de se unirem à CDU para essa convocatória¹⁷.
Artigo- informema.

No caso de enumeração, tanto o artigo definido como indefinido podem ser compreendidos de duas maneiras diferentes. Cada uma das variantes implica, segundo a nossa opinião, nuances semânticas diferentes. Neves (2003:491) propõe que com o artigo omitido se consegue um efeito de comunicação que consiste em evocar uma sensação de acumulação dos referentes. Deduza-se, portanto, que o artigo definido serve para a “desacumulação”. A repetição do artigo serve para realçar a importância de cada um dos referentes das sequências, individualizando cada elemento:

Compare-se as seguintes frases:

(28) Para norte há o abandono das aldeias,
a casa em ruínas,
a infância, o cais, as pedras... (Baptista 2006: 5)

(29) Samuel..., pôs-se a morder e a mastigar tudo: lápis, borrachas, pedacinhos de pau, gomos de cana de açúcar... (Cunha / Cintra 1999: 174).

(30) Milhões de pessoas, em milhares de cidades, acordam diariamente a bordo de um gigantesco carrocel: filas, ônibus, semáforos, engarrafamentos, pressa, relógio, trabalho, elevador, compra, venda, fome, almoço, sanduíche, jornal, conversa, cagezino, olhares, cobiça, criança, escola... (Neves 2003: 491).

¹⁷ CETEM Público, linguatca.pt: *par=ext2739-des-95a-1*

Em sintagmas preposicionais na função de oblíquo facultativo, o artigo é também capaz de transformar um nome classificador num identificador (Neves 2000: 394 *apud* Ramos 2011) como se vê nos seguintes casos:

- (31) lágrimas de Ø Virgem / lágrimas *da* Virgem.
- (32) orçamento de Ø Estado / orçamento *do* Estado.
- (33) choro de Ø criança / choro *da* criança.
- (34) abrir com chave / abrir com *a* chave.

4.5. Plano semântico

No que ao carácter semântico diz respeito, as frases abaixo apresentadas provam o carácter polissémico das diferentes formas do artigo e mostram que, em alguns casos, existe entre elas uma relação de sinonímia parcial. Como vemos, tanto o artigo definido como o indefinido podem ser operadores dos processos de quantificação e de generalização e, também, ambos podem exprimir um valor enfático. Tal como ocorre em outros planos da língua, as três formas do artigo exibem também um forte carácter textual quando o seu uso é dependente do registo.

1. Artigo definido

- (35) *O* bebé foi morto no Fundão.
Processo de definitização – função referencial.
- (36) *O* jogador que mais golos marcar, receberá um prémio do melhor marcador de golos.
Processo de definitização - função atributiva.
- (37) *O* homem não é o mesmo que dizer herói nem santo.
Processo de generalização (aforismos).
- (38) *O* Português é um espírito muito emocional. O cliente deve ser atendido a tempo.
Operação da determinação dos coletivos.
- (39) Comprei *o* pão.
Processo de quantificação.
- (40) Conhece-o como *a* palma da mão.
Processo de generalização (frases comparativas).

(41) Não era uma loja qualquer, era *A Loja*.
Processo de definitização (função enfática).

2. Artigo indefinido

(42) *Um* bebé foi morto no Fundão.
Processo de indefinitização – uso específico.

(43) Queria *uma* casa perto da praia.
Processo de indefinitização – uso não específico.

(44) *Um* pardal é a ave mais promíscua do mundo.
Processo de generalização.

(45) Bebemos *um* vinho.
Processo de quantificação.

(46) Nada que nem *um* prego.
Processo de generalização (frases comparativas).

(47) Ele é que é *um* homem!!!
Processo de descrição valorativa – enfática.

3. Artigo zero

(48) Bebé morto no Fundão.
Função textual / agramaticalidade em títulos jornalísticos.

(49) (-) Homem prevenido vale por dois.
Processo de generalização.

(50) (-) Claro como água.
Processo de generalização (idiomatismos).

(51) Isto é (-) pão.
Processo de determinação de matérias não contáveis.

A polissemia dos artigos definido, indefinido e zero, levou-nos a esquematizar todas as funções no eixo paradigmático, todas as possibilidades de exprimir os diferentes processos de determinação e dos aspetos com estes relacionados. O primeiro fator que consideramos importante no âmbito dos processos de determinação, é o tipo do referente. Tanto a operação com definidos, como com indefinidos, divide o tipo do referente em concreto (existente) e não concreto (inexistente). Este facto é muitas vezes desapercebido por parte dos aprendentes de PLE no contexto eslavo que atribuem erroneamente ao artigo definido um referente concreto e ao artigo indefinido um referente não concreto.

Referente concreto:

- (52) *O* bebé foi morto no Fundão.
- (53) *Um* bebé foi morto no Fundão.
- (54) *Bebé* morto no Fundão.

No primeiro caso, “o bebé”, participa na descrição definida, e representa a leitura referencial, constituindo o referente do discurso, enquanto que no caso de “um bebé” o artigo participa na descrição indefinida, não individualizável (descodificável) pelo interlocutor, mas representando a leitura específica e implicando a existência cujo referente não pode ser negado. O uso do terceiro caso já se vê influenciado pelo tipo do texto: a omissão do artigo é típica dos títulos de textos jornalísticos de notícias.

No caso de o referente ser inexistente, poderão ser usadas as seguintes frases:

- (55) *O* jogador que mais golos marcar, receberá um prémio do melhor marcador de golos.
- (56) Queria *uma* casa perto da praia.

Em ambos os casos, que se manifestam opostos do ponto de vista do tipo da operação de determinação, a existência do referente no contexto tanto linguístico (verbal) como extra-linguístico pode ser negada. Ao mesmo tempo, se pode ser negada, não é descodificável pelo interlocutor. No caso da não existência do referente e da possibilidade da sua negação, falamos sobre a leitura “atributiva” do artigo definido e sobre a leitura “intensional” do artigo indefinido (Mateus *et. al.* 2003: 224):

Ela (a leitura atributiva) define intensionalmente um dado conjunto e indica que, se esse conjunto não for vazio, o discurso tem como referente o indivíduo que satisfaça as propriedades expressas pela descrição definida. Neste caso, não está envolvida pressuposição de existência do possível referente...

Para já, podemos pressupor que a função atributiva é restringida à construção [N+frase subordinada relativa] e depende também do modo verbal, sendo que, por exemplo, o conjuntivo, pelo seu carácter inerente, é capaz de negar a existência do referente, opostamente ao indicativo, o qual indica e pressupõe a existência de um referente concreto.

A leitura intensional, por outro lado, abrange as expressões singulares indefinidas que ocorrem numa interrogativa de sim ou não, ou numa declarativa negativa com predicado positivo, com predicado no futuro de imperfeito ou com verbos de mundos possíveis como (desejar, esperar ou querer) ou alguns verbos modais (*dever, poder, ter de*). Nestes casos, o artigo têm um valor específico (Mateus *et al.* 2003: 226).

(57) A Ana conhece um cineasta?
Interrogativa de sim ou não

(58) O João não tem uma casa de praia.
Declarativa negativa

(59) Desejaria um carro. Queria um carro.
Verbo modal

Os desvios a esta norma e erros, cometidos por parte dos falantes não nativos (PLE), ocorrem na confusão dos dois artigos em questão e em insuficiente percepção dos diferentes tipos de leitura que os artigos apresentam. Compare-se a gramaticalidade/agramaticalidade* (habitual no caso da aprendizagem) das seguintes frases:

(60) O/*um senhor que conseguir resolver este problema, será um génio.

(61) Vou comprar o /*um perfume que eu quiser.

(62) Procuramos uma/*a secretária que saiba falar inglês.

Um interessante caso de sinonímia foi verificado entre *o/um/-* nas frases caracterizadoras gnómicas, como exemplifica o seguinte caso:

(63) *O/Um cliente* deve ser atendido a tempo.

(64) *O/Um pardal* é a ave mais promíscua do mundo.

Ao afirmarmos que “um pardal é a ave mais promíscua do mundo” ou que “o cliente deve ser atendido a tempo”, depreendemos que “todos os pardais são as aves mais promíscuas do mundo” e que “todos os clientes devem ser atendidos a tempo” (Duarte & Oliveira 2003: 231-232). Contudo, esta universalidade é dada de um modo próprio, através de uma leitura distributiva – para cada pardal, deve verificar-se se é verdade “ser uma ave”, para cada cliente deve verificar-se, no âmbito do contexto sociocultural, a verdade de que “deve ser atendido a tempo”. Por conseguinte, atribui-se uma propriedade distributivamente a todo o elemento do conjunto “ave” (*ibidem*). Bolinger (1980: 25) sugere que, quando se usa o artigo indefinido numa frase genérica (como em “A beaver builds a dam”), o artigo indefinido é usado para representar a espécie através da sinédoque, invocando-se a parte pelo todo, ou seja, um representante da espécie por toda a espécie.

Na leitura genérica, há a reiteração da extração, percorrendo-se toda a classe de indivíduos para verificar a variável (*idem*). Expressa-se uma regularidade por oposição a uma simples ocorrência (Oliveira 1996: 355, *apud* Silva 2009).

No âmbito das frases genéricas, podem ainda ser identificadas as frases caracterizadoras, representadas parcialmente também, pelos idiomatismos. Repare-se que a ocorrência do artigo neste tipo de frases é muito variável, razão que nos levou a dividir e analisar as construções de acordo com a forma do artigo presente. Chegámos, por conseguinte, a dividir as frases idiomáticas em três grupos:

No primeiro deles ocorre o uso intensional do artigo indefinido que sinaliza a existência de um referente, representante de valores genéricos, das propriedades semânticas típicas da espécie, através da sinédoque, invocando-se a parte pelo todo, ou seja, um representante da espécie por toda a espécie como exemplificam os seguintes casos: “nadar que *nem um prego*”, “comer *como uma friteira*”, “rir-se *como um perdido*”, “fumar que *nem uma chaminé*”, “trabalhar que *nem um mouro*”, “beber que *nem uma esponja*”, “cair *como uma bomba*”, “assentar *como uma luva*”, “dormir *como um justo*”.

No segundo grupo o artigo definido, por mais raro que pareça, acompanha nomes massivos (*o gelo, o fel, a ferrugem, o mel*), nomes abstratos (*a noite, a morte*), partes do corpo (*a palma da mão*) ou os toponímicos (*a Sé de Braga*), como mostram os seguintes exemplos: “conhecer *como a palma da mão*”, “frio *como o gelo*”, “amargo *como o fel*”, “branco *como a parede*”, “chato *como a ferrugem*”, “velho *como a Sé de Braga*”, “doce *como o mel*”, “feia *como a noite*”.

No terceiro grupo, como vemos, o artigo não ocorre, situação análoga aos nomes massivos, não contáveis (e às vezes com os notes bíblicos): “arder *como palha*”, “calhar *como ginjas*”, “tremeer *como varas verdes*”, “macio *como veludo*”, “claro *como água*”, “pesado *como chumbo*”, “preto *como azeviche*”, “falso *como Judas*”, “pobre *como Job*”, “ir-se *como fumo*”.

5. Conclusão

O objetivo do presente trabalho foi mostrar o caráter polifuncional e poliestructural do artigo, que pode desempenhar diferentes funções e valores textuais a diferentes níveis da hierarquia linguística. Tentámos apontar para as diferentes propriedades estilísticas do artigo no plano fonético, morfológico, sintático, lexical e semântico, com o objetivo de incentivar os autores de futuros trabalhos didáticos, orientados para o ensino de PLE, a aprofundarem o método de ensino desta área.

O nosso trabalho não oferece exercícios concretos, mas pode ser utilizado como fonte para a sua elaboração a partir dos exemplos concretos que acompanham o texto. Consideramos, de facto, relevante que a compreensão do uso do artigo português seja aprofundada no caso dos falantes de PLE e do PL2. Porque, como já foi dito no início e como já se pode deduzir do nosso estudo, apesar de ser uma palavra tão pequena, ela pode causar imensas dificuldades de interpretação contextual, o que pode levar a situações de comunicação às vezes pouco transparentes.

Para finalizar as nossas reflexões, queria destacar ainda, mais uma vez, que em muitos dos casos a língua materna dos aprendentes de PLE não possui o artigo e a situação da aprendizagem no que diz respeito ao problema de determinação é, realmente, muito difícil. Por isso, gostaríamos de destacar que o nosso trabalho é destinado também àqueles aprendentes que estão à procura de qualquer fonte que lhes facilite a perceção desta problemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA, José (2006): *Agostinho: Além-Mar*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- CUNHA, Celso / Lindley CINTRA (1999): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: João Sá de Costa.
- GOUVEIA, Maria Carmen de Frias (2007): “Ainda sobre o género gramatical dos substantivos e adjectivos em Portugal e no Brasil”, *Biblos. Revista da Faculdade de Letras. Universidade – um passado com futuro*, vol. V (II série). Coimbra: FLUC, 263-276.
- LAPA, Manuel Rodrigues (1984): *Estilística da Língua Portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora Lda.
- MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* (eds.) (2003): *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do (coord.) (2001): *Português falado: Documentos autênticos (Gravações áudio com transcrição alinhada)*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa / Instituto Camões.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2003): *Guia de Uso do Português – Confrontando regras e usos*. São Paulo: Editora Unesp.
- SANTOS, Ana Sofia Rodrigues (2008): “A influência da L1 no processo de aquisição de L2: um estudo sobre a transferência de parâmetros morfológicos e sintácticos”, em Alexandra Fiéis / Maria Antónia Coutinho, *Actas do XXIV Encontro Nacional da APL*. Braga: APL, 467-481. <http://www.apl.org.pt/docs/24-textos-seleccionados/32-Santos.pdf>.
- SILVA, Cláudia Alexandra Moreira da (2009): *Contextos de (in)formalidade – os artigos indefinidos nas crónicas e nos chats*. Tese de doutoramento inédita. <http://www.apl.org.pt/docs/actas-25-encontro/46-C1%C3%A1udia%20Alexandra.pdf>.
- SVOBODOVÁ, Iva (2010): *Stylisticko-pragmatické faktory použití členu v současné portugalštině*. Brno: Universidade de Masaryk. https://www.researchgate.net/publication/47152452_Stylisticko-pragmaticke_faktory_pouziti_clenu_v_soucasne_portugalstine.
- SVOBODOVÁ, Iva (2011): “Artigo definido e nulo com os antropónimos e topónimos”, *Étude Romanes de Brno* vol. 32/1. Brno: Universidade de Masaryk, 157-169. https://digilib.phil.muni.cz/bitstream/handle/11222.digilib/114903/1_EtudesRomanesDeBrno_41-2011-1_18.pdf?sequence=1.

- SVOBODOVÁ, Iva (2013): “Componente como substantivo uniforme de dois géneros”, *Diacrítica. Revista do Centro de Estudos Romanísticos. Série Ciências de Linguagem*, vol. 27/1 Braga: Universidade do Minho / Centro de Estudos Humanísticos, 239-267. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672013000100010.
- SVOBODOVÁ, Iva (2015): “Dupla marcação do artigo”, em José Pereira da Silva / Luciana Marino do Nascimento (orgs.), *Textos de Memória. A Memória dos Textos. Homenagem à Professora Ângela Vaz de Leão*. Rio de Janeiro: LetraCapital, 206-217. https://www.researchgate.net/publication/291349461_Dupla_marcacao_do_artigodocx.
- TLÁSKAL, Jaromír (2006): *Fonetika a fonologie současné evropské portugalského*. Praga: Karolinum.
- ZAVADIL, Bohumil / Petr ČERMÁK (2010): *Mluvnice současné španělského*, *Lingvistický interpretací přístup*. Praga: Karolinum.

Escravidão e domínio linguístico - perspectivas para uma história social da *Arte da Língua de Angola* (1697)

Ivana Stolze Lima

Fundação Casa de Rui Barbosa (Brasil)*
ivanastolze@gmail.com

Slavery and Linguistic Power - Perspectives for a Social History of *Arte da Língua de Angola* (1697)

Resumo

Esse trabalho se insere em uma linha de investigação sobre a história social da língua nacional e das línguas africanas no Brasil, discutindo as formas de comunidade linguística relacionadas à construção da ordem escravista e ao tráfico de africanos no mundo atlântico. Dentre múltiplos campos documentais que vêm sendo explorados (Lima 2006, 2007, 2008a, 2012a, 2012b; Lima / Carmo 2008b, 2014), o desafio específico enfrentado nessa etapa do projeto é investigar a elaboração, publicação em 1697, e circulação da obra *Arte da Língua de Angola*. No presente artigo, a obra é tomada como um ponto de decolagem, produto e sinal de uma ampla arena de forças, discutida a partir de campos documentais produzidos por autoridades coloniais, leigas e missionárias, e de referências historiográficas e teóricas, particularmente no campo do império colonial português e da história linguística. As noções de domínio linguístico, de práticas dialógicas e de política linguística serão exploradas. Se o objetivo explícito e declarado da *Arte* era doutrinar os escravos africanos na fé católica, é essencial entender os interesses e tensões em jogo, relacionados à construção de um domínio linguístico sobre os africanos que, naquele contexto, estavam mais diretamente envolvidos pela montagem da ordem escravista, pelo tráfico de escravos e pelos interesses mercantis e religiosos do império luso no espaço do Atlântico Sul.

Palavras-chave

História linguística do Brasil, mundo atlântico, política linguística, línguas africanas, escravidão africana

Sumário

1. A *Arte da Língua de Angola*: práticas dialógicas. 2. O quimbundo como língua das interações portuguesas no Reino de Angola. 3. O domínio sobre a língua de Angola no Brasil. 4. Domínio linguístico e construção da ordem escravista. 5. Outras falas.

Abstract

This paper is part of a research project on the social history of the national language and the African languages in Brazil as a way to discuss the forms of linguistic community related to slavery and the Atlantic slave trade. Among multiple document fields that have been explored (Lima 2006, 2007, 2008a, 2012a, 2012b; Lima / Carmo 2008b, 2014), the specific challenge faced in this stage of the project is to investigate the preparation, publication in 1697, and circulation of the work *Arte da Língua Angola*. In this article, the work is considered as a sign of a wider arena discussed with documents produced by lay and missionary colonial authorities, and with historiographical and theoretical references, especially the history of the Portuguese empire and linguistic history. The notions of linguistic power, dialogic practices and language policy will be discussed throughout the paper. On one hand, the explicit and declared objective of the *Arte da Língua de Angola* was to indoctrinate African slaves in the Catholic Faith. On the other, however, it is essential to understand this work as one that is motivated by interests and tensions involved in slavery, the slave trade, and the commercial and religious interests of the Portuguese empire in the South Atlantic space.

Keywords

Brazilian linguistic history, Atlantic world, language policy, African languages, African slavery

Contents

1. *Arte da Língua de Angola*: dialogic practices. 2. Kimbundu as a language of Portuguese interactions in the Kingdom of Angola. 3. The linguistic power over the language of Angola in Brazil. 4. Linguistic power and slavery. 5. Other voices.

* O trabalho conta com recursos do Cnpq, Capes e Faperj.

1. *A Arte da Língua de Angola*: práticas dialógicas

Produto do problema da comunicação entre diferentes e desiguais, a *Arte da Língua de Angola* é apontada como uma bem sucedida descrição gramatical do quimbundo, a primeira a ter sido elaborada, sendo um marco no conhecimento lingüístico sobre as línguas africanas (Bonvini 1996: 141, Chatelain 1888-1889: XVI). O espaço de sua elaboração é muito mais amplo do que as regiões em que seu autor, o padre jesuíta Pedro Dias, viveu e atuou (Rio de Janeiro, Olinda, Salvador), abrangendo as múltiplas relações estabelecidas tanto pelas ações e instituições portuguesas como pelas ordens religiosas missionárias no Atlântico Sul (Alencastro 2000). Escrita em português, a gramática se abre pelas observações sobre “como se há de ler e escrever esta língua” (Dias 1697: 1), que revelam os esforços para a transcrição e transposição lingüística da mesma. Dentre os aspectos gramaticais, como os pronomes, a conjugação de verbos (a parte mais extensa), incluiu sob o título “Nominativos” uma complexa descrição das classes nominais, características das línguas do grupo banto (Bonvini 2008: 37). Repleta de explicações, notas, observações e comentários do autor para as características que descreve, a obra sugere uma forte preocupação com a compreensão do leitor, de fato um manual para o entendimento do quimbundo. Se por um lado o trabalho foi modelado pela gramática latina então utilizada nos colégios jesuítas (Rosa 2013: 63-70), por outro lado transparece a atenção com as particularidades e variações (Buescu 1983:9), o que nos leva a pensar nas práticas dialógicas que estiveram envolvidas. A edição impressa em 1697 é de pequenina dimensão (cerca de 9 centímetros de largura por 14,5 de altura) e contém, além das licenças das autoridades para sua publicação, apenas 48 páginas, sugerindo a facilidade de ser carregada e manuseada.

Na perspectiva aqui apresentada para uma história social da *Arte da Língua de Angola*, seria empobrecedor essencializar o quimbundo em uma única variante, constituindo-se uma falsa questão identificar a língua descrita por Pedro Dias como própria de um local específico, como a Bahia ou o Rio de Janeiro, ou Luanda. A dinâmica dos sujeitos históricos envolvidos, bem como a dinâmica das próprias trocas lingüísticas foram entrevistas pelo próprio autor que em diferentes passagens observa variações e distintas possibilidades de usos da língua dos ambundos. Além disso, o nome “língua de Angola” carrega as representações históricas que dificilmente corresponderiam com exatidão a uma identificação precisa (Calvet 2007: 78). A própria representação, de certa forma exterior e estrangeira, é em si mesma significativa, tanto de uma vontade de compreensão e de estabelecer uma comunicação como de uma proposta de unificar diversidades. O nome da língua carrega assim um projeto de unificação, de domínio a ser implementado. Por outro lado tal projeto, sempre inacabado, ancora-se em práticas de comunicação que se impõem nas relações sociais.

Sobre a circulação da *Arte da Língua de Angola* nos contextos para os quais foi planejada, há ainda toda uma vertente de investigações a ser aprofundada e que, por-

tanto, não caberá discutir nesse texto. Relacionada a essa circulação, está a sua fortuna crítica. Trata-se de uma obra pouco referenciada, afora menções vindas de pesquisas mais aprofundadas, como as feitas por Nina Rodrigues (1977), Cannecatim (1804) e Chatelain (1889-1889), além da importante análise de Bonvini (1996, 2008). Merece ser comentada ainda a menção feita por Alencastro (2000), na sua extensa e cuidadosa investigação sobre o que conceitua como a formação do Atlântico Sul. Esse quadro vem se alterando (Reginaldo 2005; Santos 2008; Zwartjes 2011; Rosa 2013, dentre outros), ajudando a cristalizar a importância e singularidade dessa obra.

A obra em foco relaciona-se ao amplo movimento designado por Sylvain Auroux como a revolução da gramatização das línguas do mundo, constitutiva da formação do mundo moderno, marcada por um novo regime epistemológico acerca do conhecimento e circulação da diversidade linguística (Auroux 1996; Bonvini 2011: 6-9). Mais especificamente, no contexto em que veio à luz, a *Arte da Língua de Angola* era mais uma dentre inúmeras gramáticas, vocabulários e catecismos que vinham sendo elaborados e publicados, dedicados às línguas da América e, no caso da África, particularmente a duas línguas vizinhas, o quimbundo e o quicongo. Ao longo sobretudo do séc. xvii, o ritmo de produção dessas obras pode ser acompanhado por diversos registros: as diferentes edições, traduções, cópias, compilações que circulavam em formatos manuscritos e impressos, que indicam uma grande demanda pelo domínio linguístico na região Congo-Angola, movido por instituições e agentes europeus, como a coroa portuguesa, a Companhia de Jesus e a Ordem dos Frades Menores Capuchinhos. É de suma importância por isso considerar a *Arte da Língua de Angola* como parte de uma série de obras dedicadas ao conhecimento das línguas do Congo e de Angola (Lima [2015], Bonvini 1996, Almeida 2009). A linguística missionária envolveu decisivamente inúmeros sujeitos locais, por nós desconhecidos salvo uma ou outra menção, colocando para a historiografia a instigante questão sobre os contatos travados por seus autores com os falantes das línguas que se buscava decodificar.

Seguindo a sugestão de Olabiyi Yai (2000), uma perspectiva enriquecedora é considerar como os informantes anônimos moldaram e deixaram suas marcas nos vocabulários, gramáticas e documentos similares. A partir de que práticas dialógicas e experiências Pedro Dias chegou a esse resultado? Tendo nascido em Portugal e chegado bem jovem ao Brasil, onde seguiu uma carreira central na Companhia de Jesus, atuando nas regiões do Rio de Janeiro, Olinda, Espírito Santo, Porto Seguro e Salvador, perguntemo-nos quem eram seus “informantes”, quem eram os falantes de quimbundo que o puseram em contato e o fizeram apreender e elaborar a gramática daquela língua? Como amplamente conhecido, o tráfico com a região de Angola era já muito intenso¹, com grande predomínio de africanos que embarcavam a partir de

¹ Segundo as estimativas do Trans-Atlantic Slave Trade Database, no decorrer do séc. xvii, dos 784.000 africanos desembarcados no Brasil, 9.000 vieram da Senegâmbia, 10.000 da Costa do Ouro, 53.000

um sistema de tráfico do qual Luanda era um ponto chave, concentrando-se nas regiões de produção açucareira da América Portuguesa. O contato de Pedro Dias com os escravos viria tanto da possibilidade de atuar como doutrinador, como também de ter sido administrador de propriedades jesuítas onde havia trabalho escravo africano. Algo especialmente importante na sua biografia foi o fato de ter dispensado cuidados médicos aos escravos. Seu *ouvido* médico teria propiciado uma disposição de comunicação, talvez uma atenção mais aberta². Além disso, os falantes de quimbundo com os quais teve contato não eram apenas os escravizados, e incluiu irmãos e padres da ordem. É interessante pensar em uma autoria múltipla, que carrega as práticas dialógicas entre os padres tidos como peritos naquela língua e os falantes nativos. Essa perspectiva aparece também na série de gramáticas, catecismos e vocabulários que envolve a *Arte*. Francisco Paccônio (1642), o autor do catecismo em quimbundo *Gentio de Angola suficientemente instruído*, e que foi uma das referências de Pedro Dias (1697: 9), foi responsável pela catequese e batismo do rei do Ndongo e familiares, nos idos de 1626 a 1628, capítulo decisivo das articulações portuguesas na região³. Um padre nascido em Angola, Antônio Couto, atuou na elaboração desse catecismo, tendo sido um agente estratégico tanto na construção do domínio linguístico como, de forma mais ampla, na presença portuguesa na região (Lima [2015]).

Assim, é preciso ter ouvidos atentos para o quimbundo e as formas de interação desses padres e de muitos outros irmãos, catequistas, peritos e *línguas* que doutrinavam em quimbundo, fosse por serem nascidos em Angola, fosse por o terem aprendido nas terras americanas dos engenhos, cidades, vilas e colégios jesuítas. Havia claramente uma rede constituída para aprender o quimbundo, dado seu papel essencial na construção da ordem escravista.

2. O quimbundo como língua das interações portuguesas no Reino de Angola

Atualmente o quimbundo é uma das línguas de ampla comunicação de Angola, com 4 milhões de falantes, 25% da população do país, que conta com quase 40 línguas, como o umbundo, o quicongo, e o português, que é a língua nacional constitucional. Possui variações regionais, bem como outros nomes. É uma das línguas do grupo banto, a maior família de línguas da África (Ethnologue⁴; Bonvini 2011: 148-151).

da Baía do Benim, 14.000 da Baía de Biafra, 7.000 do sudoeste da África e ilhas do Índico e 688.000 da África Centro-Occidental. www.slavevoyages.org [10/03/2015].

² Explorei com mais cuidado parte dos dados disponíveis sobre a biografia de Pedro Dias em outro artigo, onde se podem encontrar as referências detalhadas (Lima [2015]).

³ Carta de Fernão de Souza a El Rei, 21/2/1626, doc. 137. Transcrito por Brásio (1956: 417).

⁴ <https://www.ethnologue.com/country/AO> e <https://www.ethnologue.com/country/AO/languages>.

Nos registros em língua portuguesa, já foi chamado, por exemplo, de língua bunda, ambunda, ou imbunda.

A então chamada língua de Angola era a língua falada pelos ambundos (mbundus) no antigo reino do Ndongo, bem como por outros povos independentes. Com as relações estabelecidas com os portugueses a partir do séc. XVI, especialmente com a fundação da cidade de São Paulo de Assunção de Luanda, em 1576, e a estratégia de conquista e domínio, veio a se tornar a língua corrente da cidade, e terminou por se espalhar ao longo do rio Cuanza. Assim, em Angola (denominação então genérica e à qual não se deve projetar uma unidade política no contexto do séc. XVII) em meio a muitas outras línguas africanas, o quimbundo passou a ter uma história de uso como língua geral, ou seja, de contato intercultural e de comércio, muito ligado à presença portuguesa, ao tráfico de escravos, e à administração (Ferreira 2012: 126-165). Na vida doméstica das famílias luso-angolanas, senhoras, crianças, mucamas, todos falavam quimbundo. Como afirmado por Jan Vansina (2001), seria esse o destino da conquista portuguesa em Angola: muito mais do que pela imposição da língua da metrópole, foi marcada pela disseminação do quimbundo. Héli Chatelain (1888-1889: XI), no final do séc. XIX, dizia que essa era a “língua geral do antigo reino de Angola” e do “moderno distrito de Luanda”. Esse autor apresentou o quimbundo como um grupo que incluía dialetos de outras regiões, com duas variantes mais importantes, a de Luanda e a dos sertões.

O dialeto de Luanda é falado no concelho deste nome, isto é, na capital e nos seus arredores imediatos, e em toda a província pelas pessoas oriundas da metrópole, que acompanham ou precedem os brancos como criados, oficiais, caixeiros, funcionários públicos, traficantes ou aventureiros independentes (Chatelain 1888-1889: XIV).

Dessa forma, por muitos séculos de presença portuguesa, o quimbundo, enquanto uma língua geral compartilhada, colocou em funcionamento a própria lógica metropolitana naquela área. Se no Brasil o sabiam e usavam alguns poucos padres e os falantes nativos escravizados, no reino de Angola as principais interações entre portugueses e os povos com que se envolveram se davam nessa língua.

Pode-se dimensionar a importância do quimbundo a partir das práticas judiciais travadas na conquista. Roquinaldo Ferreira (2012: 99-107) oferece um quadro extremamente rico para pensar como a atuação portuguesa em Angola se articulava a instituições locais (dentre as quais, a língua). Trata-se dos chamados tribunais de mucano, em que as leis costumeiras se impunham ao sistema legal português, em audiências para solucionar ou encaminhar conflitos cada vez mais frequentes com a expansão do negócio negreiro. Concorrendo com o ouvidor, autoridade administrativa do império luso, o juiz do mucano não agia com um sistema uniforme de regras, mas sim em negociação com as práticas localmente legítimas. Tratavam-se de cortes pre-

dominantemente orais, apesar da tentativa do governo português de criar um registro escrito. As contendas giravam em torno de feitiçarias, dívidas, roubos, assassinatos, mas sobretudo de escravizações ilegais que eram ali questionadas, sendo os tribunais de mucanos ocasiões em que as línguas locais e o português se confrontavam, e os juízes (que podiam ser sobas africanos ou capitães mores) e os “inquiridores de liberdades”, que agiam como intérpretes, tinham que saber transitar entre as mesmas, de forma a criar uma legitimidade ainda que mínima para o funcionamento do comércio escravista e das relações sociais em Angola. Não bastava que o inquiridor (em geral um padre), ou o juiz soubessem quimbundo, podia ser necessário contratar ainda terceiros intérpretes para a comunicação com falantes de outras línguas africanas (Ferreira 2012: 104-107).

Na medida em que havia outras línguas em circulação, e diferentes povos submetidos direta ou indiretamente ao tráfico de escravos e às atividades econômicas envolvidas, um escravo que dominasse o quimbundo era visto como ladino, uma vez que essa era a língua corrente. Um contraponto interessante ao uso do termo no Brasil onde, como é sabido, era uma das classificações do mundo escravista, e denotava, entre outros atributos, falar português.

Excluamos, pela exiguidade do espaço disponível, as questões políticas envolvendo autoridades leigas e os missionários em torno das disputas entre o português e o uso do quimbundo. Remetemos assim para outros textos em que o argumento é desenvolvido (Lima [2015]; Vansina 2001; Roquinaldo 2012). A política pombalina tomou parte de tais disputas. Mas todo esse quadro tendeu a se alterar a partir do séc. XIX, onde o confronto entre o quimbundo e o português, em meio às demais línguas, adquiriu uma dinâmica diferente, dadas as condições econômicas, políticas e intelectuais em Luanda (Marzano 2014).

3. O DOMÍNIO SOBRE A LÍNGUA DE ANGOLA NO BRASIL

Entender melhor os usos e funções do quimbundo e sua relação com a história de Angola tornou evidente que tal língua não se impôs na América apenas por sua importância quantitativa no tráfico atlântico. Tratou-se, mais ainda, de uma língua geral, de uma língua de contato e comércio, cujo domínio seria estratégico por ser a partir dela que se organizavam as relações entre os distintos povos e agentes no chamado Reino de Angola. Afinal, segundo um testemunho de 1686, quem não entendesse a “linguagem abunda, que é a mais fácil de todas as daquele gentio” seria “consequentemente ignorante da dos Congos, Munjolos, Muviris e Benguelas, de cujas nações consta a carga dos navios que vêm ao Brasil”⁵.

É possível vislumbrar uma política linguística em relação à escravidão africana. Entende-se aqui por política linguística as ações e medidas de diferente cunho, de

⁵ Carta a El Rei sobre os capelães (1686). Transcrito por Brásio (1985: 34-36).

autoridades leigas, religiosas e de outros atores sociais, incluindo os africanos escravizados, não necessariamente coordenadas entre si, e que podem evidenciar o jogo de forças relacionado ao regime de comunicação estabelecido nas áreas de escravidão africana. Nos primeiros séculos da colonização, a chamada língua de Angola foi seu principal foco. Por volta do final do séc. XVII, uma então chamada “língua da Costa da Mina” foi incluída no campo de preocupações das autoridades, tópico que será desenvolvido mais adiante nesse artigo. É importante salientar que se trata de representações genéricas e exteriores, que têm como fonte mais as relações comerciais e políticas estabelecidas nas diferentes localidades do que identificações linguísticas precisas, que de resto eram desconhecidas da imensa maioria das autoridades coloniais.

Como amplamente sabido, os missionários foram os principais agentes da questão do domínio linguístico na construção da ordem colonial, no sentido de construir instrumentos de descrição e conhecimento acerca das línguas dos povos envolvidos (Bessa-Freire 2004, Mariani 2004). Em 1583, o visitador jesuíta Cristóvão de Gouveia pensou em enviar a Angola dois irmãos para aprenderem a mesma. Na sua missão na Bahia, Gouveia se fazia acompanhar por intérpretes, pela necessidade de comunicação com os africanos. Em 1584, em Pernambuco, em episódio relatado por Fernão Cardim, havia um irmão de 14 anos que fez uma oração na “língua de Angola” causando grande devoção entre os padres reunidos no colégio jesuíta. Em 1588 o padre geral recomendou ao provincial do Brasil que se aprendesse não só o tupi, mas também “a língua de Angola”, dizendo que “V.^a R.^a verá os meios que para isto se podem tomar; e nos avisará do que lhe parecer, se for preciso dar-se de cá remédio a isso”⁶. O provincial Inácio Tolosa propunha explicitamente “era necessário que Angola ficasse missão do Brasil, para virem de lá Padres línguas, aptos a tratarem com os negros”, o que acabou por não se concretizar (Leite 1938, vol. 2: 353). Um pouco mais tarde, em 1596, o provincial Pero Rodrigues, que foi também visitador em Angola, reforça a ideia de que os estudos da língua indígena no Brasil deveriam servir de exemplo para as missões em Angola (Leite 1938, vol. 2: 353).

O domínio da língua de Angola era construído de forma relativamente complementar ao extenso processo de codificação das principais línguas ameríndias que vinham se impondo à comunicação no mundo colonial. A doutrinação religiosa era uma forma de transformar africanos em escravos, de incorporá-los à ordem escravista. Como apontado por Vanicléia Silva Santos (2008), fazia parte da proposta jesuíta que a doutrinação antecederesse ao batismo, para que esse não ocorresse na ignorância da fé, o que coloca claramente a questão da comunicação. Assim, alguns padres jesuítas se dedicaram a aprendê-la. Serafim Leite elenca vários nomes de padres nascidos em Portugal ou no Brasil que sabiam a língua de Angola: Domingos Nunes,

⁶ Carta de 21 de Março de 1588, *Archivium Romanum Societatis Iesu*, *Bras.* 2, 57 v. Citado por Leite, vol. 2: 353.

Pedro da Mota, da Bahia, “língua da terra e de Angola”, além de Mateus de Aguiar, “confessor na língua da terra e de Angola” e de Francisco Álvares. Menciona ainda Tomás de Sousa, de Pernambuco, “Apóstolo e Pai dos Negros”, e Antônio Cardoso, português que morou em Pernambuco, e que sabia a língua de Angola (Leite 1949, vol. 7: 275). Todos eles ingressaram na Companhia de Jesus entre as últimas décadas do séc. xvi e as primeiras do séc. xvii. Segundo Leite, esses jesuítas aprenderam a língua “na meninice com as amas negras” (1949, vol. 7: 275), “em meninos, com os escravos negros das casas em que se criavam” (1940: 254), ou ainda, “de modo empírico” (1949, vol. 7: 276). A situação mudaria com a gramática de Pedro Dias, exaltado por possibilitar um instrumento que sistematizaria tal aprendizado.

O quadro de padres que vinham aprendendo o quimbundo foi reforçado com um grupo relativamente significativo de indivíduos oriundos de Angola, que vieram para o Brasil, onde se tornaram irmãos e padres da Companhia de Jesus, na segunda metade do séc. xvii (Leite 1940; Brasio 1973; Santos 2008: 155; Bonvini 2008: 36; Lima [2015]). Constituem, assim como Pedro Dias, peças que indicam o contexto do contato e domínio a ser travado com o quimbundo.

Um deles foi Miguel Cardoso, referido na carta com que Pedro Dias apresentou sua obra para que fosse autorizada pela ordem, como tendo revisto a mesma⁷, e que foi um dos que assinaram as licenças na publicação impressa em 1697. O colégio da Bahia, onde Pedro Dias passou seus últimos anos de vida, após o período em que foi Reitor do colégio de Olinda (1683-1690), pode ter sido o local em que conviveu com mais proximidade com Miguel Cardoso, apresentado como “Catequista dos Negros e Administrador” (Leite 1949, vol. 8: 141), e que “Por saber admiravelmente a língua de Angola, tinha a seu cuidado os escravos negros e visitava os engenhos e navios ao chegarem de África ao mesmo tempo era procurador das Missões” (Leite 1945, vol. 6: 124-125). Nascido em Luanda, em 1659, Miguel Cardoso foi admitido no Colégio da Bahia em 1674. Pedro Dias, mais velho, e Miguel Cardoso compartilhavam portanto o cuidado com os engenhos e missões. Seria bem mais do que um “informante”, uma vez que ele próprio era jesuíta e formado em Letras, Filosofia, Teologia. Pouco depois, foi reitor do colégio de Recife em 1702 e mais tarde do colégio do Rio de Janeiro, em 1716. Não sabemos por quanto tempo ficou na Bahia mas, pelas datas conhecidas, pode ter ficado por lá desde a sua chegada, jovem, até depois da morte de Pedro Dias, que ocorreu em 1700. Miguel Cardoso seguiu uma carreira importante dentro da ordem, tendo sido procurador em Roma e depois ficou dez anos em Lisboa, como procurador do Brasil. Voltando ao Rio de Janeiro, foi mais uma vez reitor do colégio e depois acede ao cargo máximo de provincial, de 1719 até seu falecimento, em Santos, em 1721 (Leite 1945, vol. 6: 124-125).

⁷ Carta do Padre Pedro Dias ao Padre Geral Tirso Gonzales, da Bahia, 3 de Agosto de 1694. *Archivium Romanum Societatis Iesu*, Bras. 3 (2), 337.

Outro homem que nasceu em Angola e se estabeleceu no Brasil foi Antônio Cardoso. Segundo Brásio (1973: 903), ele seria irmão de Miguel, e teriam um terceiro irmão, João Cardoso, religioso secular em Angola, apontado como filho legítimo do capitão João Cardoso e D. Violante Ferreira Pereira. Antônio Cardoso era dez anos mais jovem e entrou no Colégio da Bahia em 1684. Atuou como catequista dos negros nos engenhos de Pernambuco. Já ordenado, foi procurador dos jesuítas em Lisboa, tendo cuidado do tombamento dos bens da Companhia. Os procuradores das missões eram cargos criados para auxiliar o funcionamento do que Alden (1996: 302-303) chama “empresa” jesuítica, envolvendo laços com os membros das elites, recrutando novos agentes, e supondo o tratamento dos negócios econômicos pertinentes. Antônio Cardoso foi ainda reitor do Colégio do Rio de Janeiro, onde faleceu em 1749 (Leite, 1949, vol. 8: 138). Na condição de superior jesuíta no Brasil, assina a primeira licença de impressão à *Arte da Língua de Angola*, escrevendo:

[...] revi este livrinho... e não achei em todo ele cousa que encontre a nossa Santa Fé [...] antes tem regras muito próprias e conformes ao idioma da dita língua, que serão sem dúvida de grande utilidade para os principiantes, e por isso digno de se imprimir (Dias 1697: ii).

Há ainda uma série de nomes de percurso semelhante, vindos de Angola, participando de missões e atuando na catequese dos escravos, e convivendo com os demais jesuítas nos colégios. A essa altura, as autoridades metropolitanas buscam meios de incrementar a catequese de africanos, ampliando o alcance não mais apenas para a língua de Angola, mas para a que era denominada a língua da Costa da Mina, como será explorado no tópico a seguir.

4. DOMÍNIO LINGUÍSTICO E CONSTRUÇÃO DA ORDEM ESCRAVISTA

Além das ações específicas dos missionários, as autoridades civis estavam também empenhadas com a candente questão da comunicação com os africanos. Disso dependia a constituição de um domínio senhorial (Lara 2002). No período que se estende aproximadamente entre o final do séc. xvii e primeiras décadas do séc. xviii, diferentes ações das autoridades do mundo colonial visaram a questão. O escopo de suas ações não deve ser reduzido ao Brasil, mas antes pensado no âmbito do império ultramarino, no qual circulavam, pondo em evidência os diferentes interesses e inserções com as realidades locais (Alencastro 2000). Em 1684, o rei D. Pedro II faz uma provisão com a proposta de criar em Luanda, sob o encargo do colégio da Companhia de Jesus, um seminário para formação de um clero local, escolhido entre os filhos dos sobas.

[...] vendo que pela vastidão dos sertões de Angola, intemperança do clima, e variedade de línguas não é possível a compreensão de todos, querendo prover de remédio conveniente a salvação de tantas almas, e parecendo-me que o mais próprio e adequado para o intento poderia ser fazendo-se capazes alguns sujeitos da gente negra, para eles mesmos serem os que recebendo com particular cuidado a doutrina cristã a possam ensinar aos outros que a ignoram e conservar nela aos que voluntariamente a receberem e tiverem recebido⁸.

Esse projeto terminou por não ser concluído. Além das dificuldades de ordem material, a formação do clero africano esbarrava em questões mais fundas, como o exíguo e frágil controle da Igreja sobre as formas e resultados da doutrinação, a questão da exigência de pureza de sangue, entre outras (Brásio 1973; Marcussi 2012).

Em 1700, João de Lencastre, governador geral do Brasil que havia sido governador de Angola e que naquele mesmo ano participara dos funerais do padre Pedro Dias em Salvador, demonstrava estar preocupado também com a “doutrina dos negros da Costa da Mina”, pelo motivo de “se ignorar a diversidade de suas línguas, assim naquela Ilha [de São Tomé] como nesta cidade”. A ilha era um entreposto para o comércio de africanos oriundos de diferentes regiões e o tráfico com a Costa da Mina vinha se aprofundando nas últimas décadas do séc. xvii⁹. O tráfico com O governador arquiteta um plano para enfrentar esse problema, envolvendo o arcebispo, párocos e moradores, para que estes “os façam doutrinar e catequisar pelos intérpretes”¹⁰. Ações visando a formação de catequistas também foram planejadas. O Conselho Ultramarino propunha que “se devem procurar dos negros os que melhor possam servir para catequistas ensinando-os e doutrinando-os a este fim”. Envolvendo ainda a Junta das Missões e os próprios “senhores dos negros”, a proposta distribuía tarefas e responsabilidades entre os agentes coloniais: caberia ao colégio da Companhia de Jesus a formação dos catequistas. Além disso, o bispo de São Tomé deveria se esforçar para catequisar os africanos que se detivessem na ilha antes de embarcarem para a Bahia. Para a doutrina daqueles que viessem diretamente da Costa da Mina, deve-

8 Carta Régia de 11 de abril de 1684. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Arquivo Histórico Ultramarino. Angola, cx. 13. doc. 19, cx 12, doc. 147. Carta do reitor do colégio da Companhia de Jesus em Luanda ao rei D. Pedro II. 11 de dezembro de 1684. Arquivo Histórico Ultramarino, cx 12, doc. 166.

9 As estimativas disponíveis para xviii acentuam ainda mais a diversidade de origens que marcou o tráfico negreiro. Foram desembarcados 59.000 da Senegâmbia, 50.000 da Costa do Ouro, 595.000 provenientes da Baía do Benim, 36.000 da Baía de Biafra e 1.230.000 escravizados da região da África Centro Ocidental, que continuou predominante. Quase dois milhões de africanos desembarcaram no Brasil entre 1701 e 1800. Transatlantic Slave Trade Database: www.slavevoyages.org [10/03/2015].

10 Consulta do conselho ultramarino ao rei D. Pedro II acerca do recrutamento de catequistas entre os negros forros da Bahia para doutrinar os negros da Costa da Mina. Lisboa, 23 de fevereiro de 1701. AHU, Bahia, Caixa 3, doc. 314.

riam ser empregados os “negros forros práticos na sua mesma língua”, que aprenderiam o ofício de catequistas com os padres jesuítas. Estipulava-se que a Fazenda Real deveria adquirir escravos, escolhendo aqueles que pudessem “dar conta de si neste ministério”. A matéria gerou ainda uma carta régia em que, além do que foi exposto, se dispunha que a fazenda real pagaria os catequistas, mas os senhores dos escravos pagariam um salário maior “para que com esta esperança se possam capacitar mais facilmente para o seu ministério”¹¹.

Esse conjunto de medidas demonstra como havia uma demanda por “negros práticos na sua mesma língua” e como, por diferentes caminhos, as autoridades buscavam atraí-los para sua esfera. Parece claro também que o papel da Companhia seria ensinar o teor religioso, mas o saber linguístico buscado era o dos negros. Segundo Russel-Wood, a proposta acabou sendo rejeitada pelo arcebispo de Salvador, por esbarrar no medo de influência inadequada desses catequistas, já que os missionários, que na sua maioria não sabiam as línguas africanas, perderiam o controle sobre a doutrinação (Russel-Wood 2002: 80).

Em 1719, novo exemplo de uma autoridade central envolvida com o problema. O governador da capitania de Minas Gerais, Pedro de Almeida, o Conde de Assumar, que já tinha atuado na questão de Palmares como governador de Pernambuco, oficia ao rei sobre a “desordem que se experimenta em todo esse governo na mesma doutrina dos negros”, elencando para isso dois motivos. O primeiro seria que os “senhores” não os liberariam para a doutrinação. O segundo seria o mais essencial: “é porque vindo a maior parte deles já adultos de Angola e da Costa da Mina, dificilmente aprendem a falar a língua portuguesa”. Para sanar isso, seria necessário “saberem os vigários as línguas de Angola e da Costa de Mina com os dialetos”. Tarefa que não seria “invencível porque assim como nos colégios dos Padres da Companhia da América não professam estes sem saberem a língua geral da terra para estarem hábeis para as missões dos índios, muitos dos ditos padres sabem a língua de Angola e da Costa da Mina”. Ele propõe que houvesse “classes em que os clérigos aprendessem as ditas línguas”. Pedro de Almeida faz também um interessante comentário sobre a proporção do número de negros nos domínios portugueses “destes é o maior número que os habitam”¹².

A igreja e especialmente os espaços das irmandades católicas assegurariam um contexto de assimilação através da língua e da cultura. Por outro lado, porém, as irmandades eram espaços de memórias, religiões e línguas africanas. Russel-Wood aponta para o Brasil colonial como uma “sociedade poliglota” e as irmandades como locais de congregação de africanos que falavam apenas línguas africanas, ou que tinham escasso conhecimento de português (2002: 157-160).

¹¹ Carta régia de 7 de março de 1701. Transcrito por Lara (2000: 217).

¹² Governador Assumar ao Rei. Vila do Carmo 4 de outubro de 1719. Registro de alvarás, ordens, cartas régias e ofícios dos Governadores ao Rei. Arquivo Público Mineiro. SC-04.

5. Outras falas

No fundo todo esse empenho era uma questão delicada e tensa que tocava a soberania do rei e a ordem colonial. O domínio linguístico foi mais projetado do que concretizado, e dependeu das práticas dialógicas possíveis em uma sociedade escravista sempre instável. Há um correspondente não dito, e na maior parte das vezes oculto e silenciado: o combate à proliferação constante e intensa dos quilombos, que ocorreu em todas as regiões de escravidão africana no Brasil, em diferentes épocas (Reis / Gomes 1996; Ramos 1996: 189).

No caso específico do séc. xvii havia uma preocupação urgente com os mocambos da Serra da Barriga, na capitania de Pernambuco, há décadas inquietando e gerando ações e medidas, e onde o quimbundo, o quicongo e outras línguas africanas faziam parte do dia-a-dia. Essas comunidades de escravos fugitivos se desenvolveram nas primeiras décadas do século e se tornaram um crônico problema para as autoridades coloniais.

Ao perceberem que as expedições militares estavam fadadas ao fracasso, buscaram-se negociações com os fugitivos através de tratados e diplomacia com os seus chefes e líderes. Como mostrou Silvia Lara (2007) em relação ao acordo que as autoridades coloniais propõem aos palmarinos, em 1678, o reconhecimento da soberania dos chefes africanos é o elemento que subjaz ao tratado firmado com Ganga Zumba, no quadro de um domínio colonial a ser forjado, onde a experiência das relações com as chefias na região Congo-Angola foram decisivas. Assim, soldados valentes e honrados, experientes na língua, foram enviados a negociar com Ganga Zumba. Como aponta Lara, os *línguas* foram agentes frequentes e necessários dos acordos de paz, sendo esse um dos elementos do reconhecimento de sua soberania. Na mensagem aos palmarinos, essa atitude está clara, como se vê nesse documento:

[...] E para que vós vejais a estimação que nós fazemos da gente preta que obra debaixo da nossa obediência vos mando esses dois, um sargento maior e outro capitão de infantaria, soldados mui honrados e mui antigos porque como vos sabem a língua melhor vos explicarão as vossas conveniências, e a firmeza de todo este papel (Lara, sem data: 6).

Mas, por diferentes motivos, os conflitos continuaram e as comunidades de fugitivos permaneceram ameaçando a ordem colonial. Em 1691, o padre Antônio Vieira foi consultado sobre uma proposta de enviar missionários a Palmares. Tal proposta havia sido feita, anonimamente, por um religioso. Não se conhece o seu teor exato: seria para catequisar os palmarinos, ou para tentar um novo acordo? Na resposta, Vieira afirma que os padres peritos seriam inúteis: “é matéria alheia de todo fundamento e esperança”, não pela falta de comunicação, pois os fugitivos “deles se fiam e os entendem como de sua própria pátria e língua”, mas porque afinal o que estava em jogo era a própria ordem escravista pois “esta mesma liberdade seria a total destruição do Brasil” (Vainfas 1996: 76).

Se o domínio linguístico foi estratégico para a consolidação da escravidão de africanos, é importante transpor a fronteira, de forma a refletir também sobre os escravos, africanos e crioulos, e suas possibilidades de forjar comunidades linguísticas. Ao desembarcar em distintos pontos da América Portuguesa, os africanos passam a fazer parte de um meio-ambiente linguístico próprio, influenciando e sendo influenciados por novas formas de ouvir e se comunicar (Mello 1996; Lee 2005; Silva 2004; Galves 2009; Avelar / López 2015). Assim, entender as especificidades dos ambientes e possibilidades de comunicação linguística, que variaram em função de contextos histórico-sociais, é um pressuposto teórico-metodológico essencial. Muito mais importante que as estatísticas demográficas amplas e genéricas, de resto indisponíveis para quase todo o período colonial, é entender as particularidades e formas específicas de interação, as línguas correntes, os diferentes espaços, usos e estatutos das várias línguas em circulação (Calvet 2007). O diálogo entre a história social e a história linguística deve manter ainda o cuidado para evitar o uso de categorias sociais anacrônicas. No universo da escravidão de africanos e descendentes há uma grande variação social, a começar pelas mais básicas: as diferentes origens étnicas dos africanos, as distintas categorias e hierarquizações no seio da comunidade escrava (ladinos, boçais, crioulos, além das distinções sociais ligadas a ofícios, atividades econômicas, laços familiares, acesso à alforria etc.). Da mesma forma, usar as categorias raciais como negros e brancos de forma essencializada é uma atitude equivocada, uma vez que a mesma cor da pele poderia ser alocada socialmente em um amplo leque de possibilidades, em pertencimento a círculos sociais distintos e com significados políticos e históricos variados (Lara 2012; Lima 2003), o que conseqüentemente implicava em usos diferenciados das línguas disponíveis.

O potencial de comunicação dos quilombolas foi objeto de uma reflexão rica por Richard Price (1996), que compara Palmares às comunidades de escravos fugitivos do Suriname, os Saramacas, que por terem sobrevivido por séculos chegaram a formar uma língua própria, o saramacano, crioulo anglo-português, atualmente com cerca de 20.000 locutores. Palmares terminou por ser controlado, embora distintas comunidades de fugitivos tenham marcado toda a escravidão. Se houve uma “política linguística africana”, no sentido de manter em funcionamento palavras, noções e conceitos próprios, Palmares pode ter sido uma de suas mais completas realizações. Mas certamente não foi a única. As comunidades de fala estabelecidas em diferentes línguas africanas, ou através da apropriação das línguas correntes por africanos e descendentes, vêm sendo exploradas cada vez mais pela historiografia (Slenes 1992; Abreu 2012; Lima 2012). Nesse artigo, procuramos entender um momento da complexa história linguística do Brasil. Partindo de uma obra dedicada à descrição gramatical do quimbundo, encontramos uma densa teia que, se por um lado revela o esforço de domínio linguístico, aponta também para as práticas dialógicas e formas de resistência que marcam a experiência da escravidão africana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marcos (2012): *Ladinos e boçais: o regime de línguas do contrabando de africanos (1831-c.1850)*. Unicamp. Dissertação de Mestrado.
- ALDEN, Dauril (1996): *The Making of an Enterprise: the Society of Jesus in Portugal, its empire and beyond. 1540-1750*. Califórnia: Stanford University Press.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe (2000): *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ALMEIDA, Carlos (2009): *Uma infelicidade feliz. A imagem de África e dos Africanos na literatura missionária sobre o Kongo e a região mbundu (meados do século XVI - primeiro quartel do século XVIII)*. Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.
- AVELAR, Juanito de Ornelas / Laura ÁLVAREZ LOPEZ (eds.) (2015): *Dinâmicas Afro-Latinas. Língua(s) e História(s)*. Frankfurt am Main: Peter Lang.
- AUROUX, Sylvain (1996): *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora Unicamp.
- BESSA-FREIRE, José Ribamar (2004): *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Eduerj.
- BONVINI, Emilio (1996): “Repères pour une histoire des connaissances linguistiques des langues africaines”, *Histoire Épistémologie Langage*, vol. 18, n 2, 127-148.
- BONVINI, Emilio (2008): “Línguas africanas e português falado no Brasil”, em José Luis Fiorin / Margarida Petter (eds.), *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto.
- BONVINI, Emilio / Joëlle BUSUTTIL / Alain PEYRAUBE (eds.) (2011): *Dictionnaire des langues*. Paris: PUF.
- BRÁSIO, António (1952-2004). *Monumenta Missionária Africana*, 15 vols. Lisboa: Agência Geral do Ultramar / Academia Portuguesa de História / Universidade de Lisboa.
- BRÁSIO, António (1973): “A promoção sacerdotal do africano”, em António Brásio, *História e missiologia. Inéditos e esparsos*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 886-925.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1983): *O estudo das línguas exóticas no século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - Ministério da Educação.
- CALVET, Louis-Jean (2007): *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial.
- CANNECATTIM, Bernardo Maria de (1804): *Diccionario da lingua bunda ou angolense*. Lisboa: Impressão Régia.
- CHATELAIN, Héli (1888-1889): *Grammatica Elementar do Kimbundu ou Língua de Angola*. Genebra: Charles de Schuchardt.
- DIAS, Pedro (1697): *Arte da Língua de Angola oferecida a virgem senhora N. Do Rosario, mãe, & senhora dos mesmos Pretos*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes.
- DIAS, Pedro (2006): *Arte da Língua de Angola*. Ed. Facsmilar. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.
- DIAS, Pedro. *Arte da Língua de Angola*. Edição de José Barbosa Machado. Edições Versial, s.d. Disponível mediante pagamento em www.wook.pt.
- Ethnologue. Languages of the World*. www.ethnologue.com [03/03/2015].

- FERREIRA, Roquinaldo (2012): *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World*. New York: Cambridge University Press.
- GALVES, Charlotte *et al.* (eds) (2009): *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora Unicamp.
- GOMES, Flávio dos Santos / João José REIS (eds.) (1996): *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LARA, Sílvia (2000): “Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa”, em José Andrés-Gallego (coord.), *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica*. Madrid: Tavera (CD-ROM).
- LARA, Sílvia (2002): “Linguagem, domínio senhorial e identidade étnica nas Minas Gerais de meados do século XVIII”, em Cristiana Bastos / Miguel Vale de Almeida / Bela Feldman-Bianco (eds.), *Trânsitos Coloniais. Diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: ICS.
- LARA, Sílvia (sem data): “Palmares e as autoridades coloniais: dimensões políticas de uma negociação de paz”. <http://people.ufpr.br/~lgeraldo/LaraSHPalmaresasautoridades.pdf> [03/03/2015].
- LARA, Sílvia (2007): “Marronnage et pouvoir colonial. Palmares, Cuaçu et les frontières de la liberté au Pernambouc à la fin du XVII e siècle”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, vol. 62 (3), 639-662.
- LARA, Sílvia (2012): “No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América Portuguesa setecentista”, em Regina Xavier (ed.), *Escravidão e Liberdade. Temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda.
- LEE, Kittiya (2005): *Conversing in Colony. The Brasília and the Vulgar in Portuguese America, 1500-1759*. Johns Hopkins University. Tese de doutoramento inédita.
- LEITE, Serafim (1938-1950): *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 vols. Rio de Janeiro / Lisboa: Instituto Nacional do Livro / Portugal.
- LEITE, Serafim (1940): “Jesuítas do Brasil, naturais de Angola”, *Brotéria* 31, 254-261.
- LEITE, Serafim (1947): “Padre Pedro Dias, Autor da *Arte da Língua de Angola*, apóstolo dos negros no Brasil (Nota bibliográfica)”, *Portugal em África* IV, 9-11.
- LIMA, Ivana Stolze (2003): *Cores, marcas e falas - sentidos de mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- LIMA, Ivana Stolze (2006): “Luís Maria da Silva Pinto e o Dicionário da Língua Brasileira (Ouro Preto, 1832)”, *Humanas* 28 (1), 33-67.
- LIMA, Ivana Stolze (2007): “Entre a língua nacional e a fala caçanje. Representações sociais sobre a língua no Rio de Janeiro Imperial”, em Cecília Sales Oliveira / Wilma Costa (eds.), *De um império a outro. Estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: FAPESP / HUCITEC, 63-99.
- LIMA, Ivana Stolze (2008a): “Língua nacional, histórias de um velho surrão”, em Ivana Stolze Lima / Laura do Carmo (eds.), *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 215-245.
- LIMA, Ivana Stolze / Laura do Carmo (eds.) (2008): *História Social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa. http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/aj/FCRB_Historia_social_da_lingua_nacional.pdf.
- LIMA, Ivana Stolze (2012a): “Por uma história social da língua nacional: algumas questões teóricas e metodológicas”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 454, 273-284.

- LIMA, Ivana Stolze (2012b): “Escravos bem falantes e nacionalização linguística no Brasil - uma perspectiva histórica”, *Estudos Históricos*, vol. 25, n 50, 352-369.
- LIMA, Ivana Stolze / Laura DO CARMO (eds.) (2014): *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: Faperj / Nau.
- LIMA, Ivana Stolze [2015]: “Língua e comunicação no mundo atlântico: em torno da língua de Angola, século XVII”, em Regiane de Mattos (ed.), *Áfricas: histórias, identidades e narrativas* (no prelo).
- LUCCHESI, Dante (2008): “Africanos, crioulos e a língua portuguesa no Brasil”, em Ivana Stolze Lima / Laura do Carmo (eds.), *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 151-180.
- MARIANI, Bethania (2004): *Colonização lingüística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes.
- MARCUSSI, Alexandre Almeida (2012): “A formação do clero africano nativo no Império Português nos séculos XVI e XVII”, *Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, vol. 4 (2), 38-61.
- MARZANO, Andrea (2014): “Cantigas desaforadas e outras injúrias: o português e o quimbundo em Luanda (1870-1930)”, em Ivana Stolze Lima / Laura do Carmo (eds.), *História Social da Língua Nacional II. Diáspora Africana*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 105-119.
- MELLO, Heliana (1996): *The Genesis and Development of Brazilian Vernacular Portuguese*. The City University of New York. Tese de Doutorado inédita.
- PACCÔNIO, Francisco (1642): *Genio de Angola suficientemente instruído nos mysterios de nossa santa Fé*. Lisboa: Domingos Lopes Rosa.
- PRICE, Richard (1996): “Palmares como poderia ter sido”, em Flávio dos Santos / João José Reis (eds.), *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 52-59.
- RAMOS, Donald (1996): “O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais”, em Flávio dos Santos / João José Reis (eds.), *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 164-192.
- REGINALDO, Lucilene (2005): *Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Unicamp. Tese de doutoramento.
- RODRIGUES, Raimundo Nina (1977): *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- ROSA, Maria Carlota (2013): *Uma língua africana no Brasil colônia de Seiscentos. O quimbundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias, s.j.* Rio de Janeiro: Faperj / 7Letras.
- RUSSEL-WOOD, Anthony (2002): *Slavery and Freedom in Colonial Brazil*. Oxford: Oneworld Publications.
- SANTOS, Vanicléia Silva (2008): *As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: Século XVIII*. Universidade de São Paulo. Tese de doutoramento.
- SILVA, Rosa Virgínia Maria (2004): *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo, Parábola Editorial.
- SLEMES, Robert (1992): “Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil”, *Revista USP* 12, 48-67.
- VAINFAS, Ronaldo (1996): “Deus contra Palmares”, em Flávio dos Santos / João José Reis (eds.), *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 60-80.

- VANSINA, Jan (2001): “Portuguese vs kimbundu: language use in the colony of Angola (1575-c.1845)”, *Bulletin des Séances Académie Royale des Sciences d’Outre-Mer* 47, 267-281.
- YAI, Olabiyi (2000): “Texts of enslavement: Fon and Yoruba Vocabularies from Eighteenth and Nineteenth-century Brazil”, em Paul Lovejoy (ed.), *Identity in the shadow of slavery*. London: Continuum.
- ZWARTJES, Otto (2011): *Portuguese missionary grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam: John Benjamins Publishing.

O corpus do Projeto Para a História do Português Brasileiro: a constituição de corpora históricos baseada em critérios de tradições discursivas*

José da Silva Simões

Universidade de São Paulo (Brasil)

jssimoes@uol.com.br

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar um breve histórico de constituição dos corpora do *Projeto História do Português Brasileiro* (PHPB). Com este trabalho pretende-se apresentar os critérios de seleção e coleta de documentos a partir de pressupostos do modelo de Tradições Discursivas e dos elementos da Linguística de Corpus aplicados à construção de corpora diacrônicos. Tais critérios permitiram às equipes regionais do PHPB operar um levantamento mais fidedigno das variedades de registro da língua portuguesa no Brasil nas diferentes sincronias da língua. O estudo procura evidenciar como determinadas características textuais podem auxiliar os pesquisadores na investigação de fenômenos linguísticos de várias sortes: sintaxe, semântica, discurso, morfologia etc. Entre os fatores utilizados para a coleta de documentos estão elementos associados a) à história social da língua portuguesa no Brasil, b) ao contato linguístico entre o Português Europeu com o Espanhol Peninsular e também e, principalmente, com as línguas indígenas, com as línguas africanas e mais tardiamente com as comunidades de outras línguas, como o italiano e o alemão e, também, c) às normas linguísticas em competição (p. ex. a tensão entre oralidade e escrita presente nas normas escritas de sincronias passadas).

Palavras-chave

Português brasileiro, corpora diacrônicos, tradições discursivas, linguística de corpus

Sumário

1. Introdução. 2. Pressupostos da pesquisa diacrônica baseada na coleta e seleção de textos representativos do português brasileiro. 2.1. *Corpus Mínimo Comum do PHPB: em busca de critérios relevantes para a seleção de documentos*. 3. Considerações finais.

The Corpus of the Project Para a História do Português Brasileiro: the Constitution of Historical Corpora Based on Criteria of Discourse Traditions

Abstract

This work aims to present a brief history of the constitution of corpora of *Projeto História do Português Brasileiro* (PHPB). This study is intended to discuss the criteria for selection and collection of documents from the assumptions of the Discursive Traditions and Corpus Linguistics model applied to the construction of diachronic text corpora. These criteria allowed the regional PHPB teams to operate a more reliable survey of several registers of varieties of Brazilian Portuguese in different synchronicities of this language. The study seeks to show how certain textual features can help researchers in the investigation of linguistic phenomena: syntax, semantics, discourse, morphology etc. Among the factors used to collect documents are elements associated with a) the social history of the Portuguese language in Brazil, b) language contact between European Portuguese with Peninsular Spanish and also (and especially) with indigenous and African languages, and later with other language communities, such as Italian and German and also c) the language rules in competition.

Keywords

Brazilian portuguese, diachronic corpora, discourse traditions, corpus linguistics

Contents

1. Introduction. 2. Assumptions of diachronic research based on the collection and selection of representative texts of Brazilian Portuguese 2.2. Minimum corpus of PHPB: in search of relevant criteria for the selection of documents. 3. Final observations.

* Este trabalho é decorrente de pesquisas realizadas no bojo do *Projeto História do Português Paulista II* (Projeto Temático FAPESP 2011/51787-5) e foi apresentado no *Simpósio Corpus linguísticos e gramática histórica: Gallæcia – III Congresso Internacional de Linguística Histórica*, realizado de 27 a 30 de julho de 2015, na Universidade de Santiago de Compostela (Galiza – Espanha).

1. Introdução

Iniciado em 1997, o Projeto História do Português Brasileiro (PHPB) conta hoje com 15 equipes regionais. O objetivo principal dos pesquisadores é investigar a história da Língua Portuguesa no Brasil e a Sociolinguística do Português Brasileiro. As várias equipes regionais assumiram a tarefa de constituir um corpus relativamente homogêneo tanto no que se refere a um equilíbrio quantitativo dos exemplares de textos como do ponto de vista de sua distribuição por gêneros textuais. A coleta assim pensada leva em conta aspectos associados a) à história social da língua portuguesa no Brasil; b) ao contato linguístico entre o Português Europeu com o Espanhol Peninsular e também e, principalmente, com as línguas indígenas, com as línguas africanas e mais tardiamente com as comunidades de outras línguas, como o italiano e o alemão; c) às normas linguísticas em competição (p. ex. a tensão entre oralidade e escrita presente nas normas escritas de sincronias passadas), e d) à importância dos conceitos de Tradições Discursivas para a constituição dos corpora, levando em conta a importância da história dos gêneros textuais e de sua circulação no Brasil ao longo da história do país, privilegiando assim as práticas de leitura e escrita operadas em cada um dos séculos. Para isto, foram criadas três grandes categorias de famílias de textos: a) um Corpus Comum Mínimo de Manuscritos (testamentos, processos-crime, atas da câmara, cartas particulares, cartas de administração privada e cartas oficiais), b) um Corpus Comum Mínimo de Impressos (cartas de redatores, cartas de leitores, anúncios e notícias) e c) um Corpus Comum Diferencial (memórias históricas, entremezes e peças de teatro, folhetins, editoriais e inquéritos orais).

O presente texto trata da associação de pressupostos do modelo de Tradições Discursivas e dos elementos da Linguística de Corpus aplicados à construção de corpora diacrônicos do Português Brasileiro (PB) e que possam servir de base para um levantamento mais fidedigno das variedades de registro de uma língua coexistentes nas diferentes sincronias da língua.

2. Pressupostos da pesquisa diacrônica baseada na coleta e seleção de textos representativos do português brasileiro

Um dos objetivos básicos do *Projeto Para a História do Português Brasileiro* (PHPB), ao reconstituir a história do português brasileiro, é fazê-lo analisando documentos escritos que ofereçam uma maior proximidade com o vernáculo ou com os falares cotidianos. Acredita-se que as análises linguísticas podem ser tanto baseadas em textos oficiais, e, portanto, mais formulaicos, mas também em textos mais particulares, menos formulaicos e mais próximos da oralidade. Porém, é fato que quanto maior for

o “recheio de informalidade” de um texto, muito mais profícua e menos enviesada será a análise linguística.

Para o *corpus* da equipe paulista do PHPB, os pesquisadores (Kewitz 2007; Simões 2007 e 2012; Simões/Kewitz 2006a, 2006b, 2009a, 2009b e 2009c) procuraram estabelecer um controle dos elementos composicionais dos exemplares de textos para proceder à seleção dos documentos, levando em conta vários critérios não apenas gramaticais, mas também de caráter tanto de história social e espaços comunicativos onde foram produzidos os textos, como também de fatores discursivos, tais como a finalidade comunicativa que fez gerar o documento e a própria constituição do gênero *carta* e seus subgêneros. Nesses trabalhos (Simões; Kewitz, *op. cit.*), defendemos que a constituição dos gêneros textuais e os processos de mudança dos elementos composicionais que resultam de acomodações desses mesmos gêneros textuais às comunidades linguísticas nas quais são veiculados são de grande importância para a análise de fenômenos linguísticos, pois acreditamos que não é adequado afirmar se houve algum tipo de mudança gramatical em uma língua, levando em conta apenas um gênero textual específico ou um conjunto desordenado de exemplares de textos, sejam eles do mesmo gênero ou de tipologia textual diferenciada. No caso específico da diacronia das orações de gerúndio em PB (Simões 2007), uma melhor distinção entre os subgêneros das *cartas* e uma compreensão de que índices discursivos estão presentes nas *memórias históricas* permitiu entender a abundância ou escassez de ocorrência desses itens tanto nesses dois gêneros como nos registros de uma língua oral concepcional de séculos anteriores, registrada, por exemplo, nos *entremezes* e nas *peças teatrais*.

Os romanistas da Alemanha (Schlieben-Lange 1983; Koch 1988, 1997, 2008; Koch / Oesterreicher 1990; Kabatek 2005a e 2006; cf. Coseriu 1994; Oesterreicher 1997, 2008, entre outros) chamaram à atenção para a problemática que envolve os processos de evocação e atualização de gêneros textuais e de modos de dizer em geral a partir de conceitos que foram reunidos sob o rótulo de Tradições Discursivas (TDs), agregando-se, assim, um novo tópico à agenda do PHPB.

2.1. *Corpus* Mínimo Comum do PHPB: em busca de critérios relevantes para a seleção de documentos

De acordo com estudos já realizados, como as reflexões de Mattos e Silva (2002), acerca da constituição de *corpora* para o PHPB¹, é possível perceber uma preocupação

¹ Vários dos *corpora* descritos neste texto podem ser encontrados nos seguintes repositórios da internet: *Corpus do Projeto História do Português Brasileiro* <<https://sites.google.com/site/corporaphpb/>>, *Corpus do Projeto História do Português Paulista* <<http://phpp.fflch.usp.br/corpus>> e *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS)* <<http://www.tycho.iel.unicamp.br/cedohs/corpora.html>> [28.03.2016].

por editar documentos que mantenham um caráter mais próximo da oralidade. Os primeiros materiais editados pelas equipes regionais (Guedes / Berlinck 2000; Barbosa / Lopes 2006) foram sendo aos poucos incrementados por novas descobertas. Isso é o que as várias equipes regionais do PHPB vêm tentando fazer:

Na UFRJ, o grupo de trabalho do PHPB-RJ (Barbosa 1999; Lopes 2005; Marcotulio 2010; Rumeu, 2004) tem editado documentos da administração pública, documentos da administração privada (cartas de comércio), cartas particulares, textos literários e outros textos com traços mais próximos da oralidade como as cartas de leitor e de editor publicadas em jornais do séc. XIX.

Em Salvador, a equipe do PHPB-BA (Gandra 2010; Lobo 2001; Oliveira 2003, 2006; entre outros) também tem procurado levantar uma documentação que evidencie pistas de uma norma mais cotidiana em sincronias passadas.

Em São Paulo, vários materiais vêm sendo disponibilizados na página do *Projeto História do Português Paulista* (<http://phpp.fflch.usp.br/corpus>).

A equipe da Paraíba já reuniu vários exemplares de textos jornalísticos (Aldrigue / Nicolau 2010), como também cartas oficiais dos sécs. XVIII e XIX (Fonseca 2010).

Ao longo do *VIII Seminário do Projeto Para a História do Português Brasileiro* em João Pessoa/PB (junho 2010), várias equipes regionais enriqueceram o debate a respeito da constituição dos *corpora* a ser compartilhados pelos pesquisadores.

Tania Lobo e sua equipe (Lobo *et al.* 2010) agregaram à discussão as dificuldades e possibilidades de identificação dos escribas dos documentos coletados. Alertaram, ainda, para a necessidade de esclarecer a nacionalidade dos autores (portugueses, portugueses no Brasil ou brasileiros natos).

Para a equipe da Paraíba, Dermeval da Hora (Hora / Telles 2010) apresentou outros critérios que convergem com aqueles defendidos por Tânia Lobo e sua equipe (2010): a) dimensão textual; b) dimensão temporal; c) dimensão social; c) dimensão espacial e d) dimensão de representatividade.

O grupo do Rio de Janeiro (Lopes / Rumeu / Marcotúlio / Lima 2010) defende a pesquisa envolvendo a) a trajetória de vida dos escribas; b) os contextos de produção; c) o mapeamento e a descrição de redes de escrita; d) a identificação das categorias sociais; e) as relações de hierarquia político-administrativas (no Brasil colônia); f) as esferas do privado e do público; g) e a reconstituição de laços (de família) através de genealogias, como forma de suprir o levantamento dos fatores sociais labovianos que somente adaptados ao estudo diacrônico teriam sentido, a exemplo do que fizeram Afranio Barbosa (2002 e 2007), que entende a grafia etimológica de latinismos como um critério de erudição presente em determinados textos, e Marcia Rumeu (2008), que levou em consideração as categorias sociais na organização de seus *corpora*.

Em comunicação com Verena Kewitz (Simões / Kewitz 2010a, 2010b), procuramos reunir os aspectos relevantes apontados por cada uma das equipes, e a partir

daí propor uma agenda de coleta de um *corpus* mínimo compartilhado. Notou-se que há um consenso em relação à constituição de um *corpus* equilibrado por tipologia textual diversificada, preocupação com os diversos registros das várias sincronias, levando em conta, assim, as diversas normas possíveis de serem detectadas (norma popular, cotidiana, culta etc.). Observou-se ainda que é muito importante articular esses *corpora* em função da história social específica de cada região, pois textos transitam de forma diferente em determinados grupos sociais – alguns mais frequentemente, outros mais esporadicamente.

Em vários trabalhos, Simões e Kewitz (2006a, 2006b, 2009a, 2009b e 2009c) já apontaram para aspectos que devem ser considerados no levantamento desses *corpora*. Na tentativa de identificar as normas inerentes a cada um dos documentos, estabelecemos critérios de coleta e organização de material para a equipe de São Paulo, que estão orientados por categorias linguístico-discursivas, entre elas: a) *grau de publicidade do documento* (particular, semiparticular ou público); b) *grau de simetria entre emissor e receptor* (ascendente, horizontal ou descendente); c) *fixidez temática* (sem fixidez, núcleo temático fixo ou tema altamente fixo); d) *dimensões da ação comunicativa* ou objetivos do texto (narrar, exigir, repreender, reclamar, confirmar, agradecer, atacar etc.); e) *grau de planejamento do texto* (livre, semicontrolado ou altamente controlado). Castilho da Costa (2012) apresenta critérios análogos a estes e que complementam o quadro de filtros necessários à análise dos documentos incorporados aos *corpora*.

Em Simões e Kewitz (2010a e 2010b), reiteramos que é preciso levar em conta outros aspectos relevantes, associados, principalmente: a) a história social da língua portuguesa no Brasil; b) o contato linguístico; c) as normas linguísticas; d) a importância dos conceitos de Tradições Discursivas para a constituição dos *corpora*, assim como já apontávamos em Simões e Kewitz (2006a, 2006b, 2009a e 2009b). Nesses trabalhos, enumeramos algumas reflexões a respeito de alguns fatores determinantes da produção de textos paulistas ao longo de cinco séculos: a) a diversidade linguística existente anteriormente ao Decreto de Pombal; b) as formas de aquisição do português após o Decreto, incluindo-se aí a aquisição de português como norma padrão; c) o papel efetivo das escolas primárias, secundárias e superiores no Estado de SP enquanto propagadores de norma culta; d) o papel da imprensa enquanto possível modelo de norma culta a partir do século XIX, tanto na cidade de São Paulo, quanto no interior; e) o perfil das pessoas letradas, possíveis detentoras de norma culta ao longo de toda a história do território paulista; f) a mobilidade social como fator de divulgação de normas (cultas, populares), escritas e faladas norma culta (falada e escrita) em todo o território paulista; g) as possíveis influências de normas de territórios vizinhos, como Rio de Janeiro, Minas Gerais etc.; h) a mudança de uma norma em relação a outra norma, sob quais condições; i) o conservadorismo ou renovação de tradições: mudança linguística veiculada por determinados gêneros textuais.

Levando em conta a lição que cada uma das equipes regionais do PHPB tem trazido como contribuição, Simões e Kewitz (2010a e 2010b) apresentaram uma sugestão de *corpus* mínimo compartilhado que foi discutida exaustivamente ainda ao longo do *VIII Seminário do PHPB* em João Pessoa/PB. A partir dessas considerações, os participantes da reunião discutiram a viabilidade de distribuir a coleta de materiais respeitando a disponibilidade e representatividade das tipologias textuais em cada uma das 15 regiões que compõem o Projeto PHPB. Nesse sentido, a opção foi de compor três conjuntos de textos divididos em um *corpus* comum mínimo de manuscritos e impressos e um *corpus* diferencial, muitas vezes exclusivo de uma determinada região, que tenha sido coletado pelos pesquisadores para o estudo mais abrangente de um fenômeno específico.

a. *Corpus* comum mínimo – manuscritos

1. Testamentos
2. Processos-crime
3. Atas da Câmara
Cartas
4. Cartas particulares
5. Cartas da administração privada
6. Cartas oficiais

b. *Corpus* comum mínimo – impressos

Textos jornalísticos a partir do séc. XIX

7. Cartas de redatores/editorais
8. Cartas de leitores
9. Anúncios

c. *Corpus* comum diferencial

10. Inventários
11. Memórias históricas e diários
12. Entremezes e outros textos teatrais
13. Inquéritos orais

Essa empreitada das variadas equipes do PHPB procura levar em conta que contextos discursivos distintos podem permitir a interpretação de fenômenos lingüísticos submetidos a filtros que vão desde o caráter público/particular, simetria/assimetria entre autor/leitor, gêneros textuais construídos através de Tradições Discursivas do português (carta particular, carta de comércio, carta de leitor, carta de editor, texto literário, petição, requerimento, inventário, devassa, autos criminais, diálogos entre dois interlocutores, aula expositiva etc.).

Kabatek (2005a) aponta para o risco de se enviesar a análise de mudança lingüística, quando não se levam em conta as diferentes tipologias textuais:

Pode-se responder a este problema escolhendo-se textos da mesma tradição discursiva, mas aí o que se investigará não será a história da língua, mas sim a história de um gênero concreto, com o perigo de que este gênero contenha elementos praticamente ausentes em outras tradições (pensemos, por exemplo, na história do futuro do subjuntivo e o gênero jurídico castelhano). Se, a contrário, escolhemos textos de gêneros diversos, sempre existirá o perigo de que a quantidade de elementos varie muito pelas características do texto em questão. Se se quiser investigar a gramaticalização de perífrases verbais temporais, por exemplo, os resultados obtidos nas crônicas serão muito variados, se comparados com os textos jurídicos, muito variados. Uma consequência destas observações poderia ser a refutação completa de toda mudança linguística mais além da investigação da evolução dos enunciados ou textos. A língua e sua evolução diacrônica seriam ficções construídas pelos linguistas, e na realidade não haveria mais que textos com suas respectivas tradições, com gramáticas emergentes, casualmente sem nenhuma história própria (Kabatek 2005a)².

Mais adiante, o autor enumera as questões que considera centrais na análise dos fenômenos linguísticos na perspectiva da diacronia, se se levar em conta os condicionamentos impostos pelas Tradições Discursivas: i) O que varia segundo as tradições discursivas em questão e o que não varia, já que além de toda diversidade textual há elementos no sistema de uma língua que se mantêm bastante estáveis através das Tradições Discursivas?; ii) que elementos variam através das tradições discursivas?; e iii) qual é a possível relação (sincrônica e diacrônica) entre aquilo que é próprio das Tradições Discursivas e o que é próprio do sistema linguístico?

Se um trabalho, por exemplo, fala da diacronia de uma forma verbal, é preciso ter em conta a historicidade dos textos analisados. Kabatek retoma Coseriu (1994) que diferencia a historicidade em três níveis: i) a historicidade linguística no sentido próprio (historicidade da língua em particular); ii) a historicidade da tradição (repetição) de determinados textos ou de determinadas formas de textos; e iii) a historicidade genérica no sentido de uma “*Zur-Geschichte-Geborens*” (pertença à história).

² Tradução minha: “A este problema se puede responder eligiendo textos de la misma tradición discursiva, pero entonces lo que se investigará no será la historia de la lengua sino la historia de un género concreto, con el peligro de que este género contenga elementos prácticamente ausentes en otras tradiciones (pensemos, por ejemplo, en la historia del futuro de subjuntivo y el género jurídico castellano). Si por el contrario elegimos textos de géneros diversos, siempre existirá el peligro de que la cantidad de elementos varíe mucho por las características del texto en cuestión. Si se quiere investigar la gramaticalización de perífrasis verbales temporales, por ejemplo, los resultados obtenidos en las crónicas serán, frente a los textos jurídicos, muy variados. Consecuencia de estas observaciones podría ser el rechazo completo de toda investigación del cambio lingüístico *más allá de la investigación de la evolución de los enunciados o textos*. La lengua y su evolución diacrónica serían ficciones construidas por los lingüistas, y en realidad no habría más que textos con sus respectivas tradiciones, con gramáticas emergentes casualmente sin historia propia alguna”.

Quando fala da *historicidade da língua em particular*, o autor reflete a respeito do caráter individual que define a alteridade, a transferência de um para o outro do bem comum que é a língua. Isso se daria num nível primário da historicidade. O segundo tipo de historicidade refere-se a todas as demonstrações culturais, inclusive as linguísticas. A repetição de objetos culturais, ao mesmo tempo que mantém esquemas predeterminados, força as mudanças:

A repetição de formas textuais compreende uma escala contínua de marcas de tradição mínimas – quase como de uma determinada marca textual ou de uma determinada fórmula em um texto ainda não fixado – através de uma contínua organização formal até uma completa fixidez do texto (Kabatek 2005a).

Entendo isso como uma forma de interpretar as mudanças linguísticas não só em função de usos individuais e necessidades pragmáticas imediatas, mas sim como uma mudança dependente também dos contextos em que os fenômenos linguísticos estão inseridos.

Tradições discursivas são, como já pontuamos (1.1.), uma representação de historicidade linguística que é independente das línguas em particular. Elas estão ligadas a grupos culturais, que se definem por critérios artísticos, econômicos, entre outros e que, quando muito, coincidem com as comunidades linguísticas (Koch 1988: 343).³

No entanto, é preciso tomar cuidado com a confusão que correntemente se faz ao se tentar definir o que seriam as TD. Muitos incorrem no erro de defini-las simplesmente no plano da escrita como sendo os próprios gêneros textuais ou suas tipologias internas. Peter Koch (1997) foi mal interpretado quando em uma nota de rodapé de seu texto afirma:

a consequência de uma diferenciação entre discurso individual/atual e tradição discursiva histórica ainda não será feita. Não me parece aceitável que se paralelize a relação de gênero discursivo e texto (Discurso) (117) [cf. Coseriu 1981]: o 'gênero' (definido por mim a partir daqui como 'tradição discursiva') localiza-se no mesmo nível (histórico) que a língua em particular" (Koch 1997: itálico meu).⁴

³ Tradução minha: Diskurstraditionen sind, wie schon betont (1.1.); eine einzelsprachunabhängige Ausprägung sprachlicher Historizität. Sie sind an kulturelle Gruppengebunden, die sich nach künstlerischen, wirtschaftlichen u. a. Kriterien definieren und sich allenfalls zufällig mit Sprachgemeinschaften decken.

⁴ Tradução minha: Die Konsequenz einer Unterscheidung zwischen individuell/aktuellem Diskurs und historischer Diskurstradition wird jedoch noch nicht gezogen. Nicht akzeptabel erscheint es mir, wenn das Verhältnis von Sprachtyp und Einzelsprache mit dem Verhältnis von Textsorte und Text (Diskurs) parallelisiert wird (117) [Cf. Coseriu 1981]: die Textsorte (von mir imfolgenden als Diskurstradition bezeichnet) steht ja gerade auf derselben (historischen) Ebene wie die Einzelsprache (Koch, 1997, p. 45, grifo meu).

O conceito de TD perpassa a noção de gênero, mas não se reduz apenas a esse rótulo. O procedimento metodológico proposto nas seções seguintes é, portanto, a tentativa de agregar as contribuições da Romanística de Tübingen para o estudo das TD. Em suma, propõe-se aqui que os critérios de seleção dos *corpora* devem ter em conta (i) a historicidade linguística no sentido próprio (historicidade da língua em particular), (ii) a historicidade da tradição (repetição) dos gêneros (*carta, anúncios, atas paroquiais, memórias históricas, entremezes e peças teatrais* etc) e (iii) a historicidade genérica dos elementos discursivos constantes desses textos. É, portanto, uma descrição teórica da seleção do *corpus*, pelos critérios expostos aqui expostos.

Segundo Kabatek (2006), o conceito de TD apresenta alguns traços definidores: 1) um texto estabelece uma relação com outro texto ou textos anteriores em um determinado momento da história. O autor entende a *repetição* como um desses traços definidores da tradição. Alerta, no entanto, que a *repetição* pode referir-se a um ou mais elementos da TD de base; 2) existem algumas condições para que se entenda um exemplar textual, ou um elemento composicional do mesmo texto, como uma TD: a) a condição de que uma TD deve ser sempre discursiva, embora haja outros tipos de tradições culturais, tal como descreve Peter Koch (1997); b) a segunda condição refere-se ao fato de que nem toda repetição forma uma TD. Os elementos constitutivos do nível histórico de uma língua particular como a repetição de artigos ou determinados elementos de coesão (advérbios, conjunções etc.) não podem formar sozinhas uma TD. Por outro lado, determinadas escolhas feitas no nível histórico de uma língua podem compor uma TD, como é o caso da escolha pelas construções passivas em receitas, o uso do futuro do subjuntivo nas orações condicionais presentes em textos jurídicos etc. A repetição pode dar-se na escolha por determinadas estruturas sintáticas: Weinrich (*cf.* Ataliba Teixeira de Castilho em comunicação pessoal) já tinha reconhecido que a relação de tempos distingue o esquema textual “comentário” do esquema “narração”; c) a terceira condição está ligada ao conceito de *evocação* e refere-se ao conteúdo dos textos, ou seja, a *evocação* é a repetição dos conteúdos temáticos que são tratados nos textos, isto é, a hierarquia temática da linguagem específica de um texto, como é o caso dos sermões que sempre evocam textos bíblicos e outros textos religiosos, tais como as crônicas de vidas de santos etc.

4. Considerações finais

Iniciei este trabalho expondo a preocupação técnica de organizar um *corpus* devidamente equilibrado pela distribuição de gêneros e seus subgêneros e pela quantidade de texto. Essa metodologia apoiou-se nos pressupostos teóricos do modelo de Tradições Discursivas, que alia o estudo das tipologias textuais à análise de fenômenos gramaticais específicos. Baseado nisso, analisei as características constitutivas dos

gêneros e subgêneros escolhidos, procurando identificar o seu canal de tradição. Ao longo deste trabalho, também procuramos enumerar algumas contribuições que a Linguística de Texto pode oferecer para a análise dos variados gêneros textuais, estabelecendo uma interface entre os estudos linguísticos e os trabalhos de história social. Embora determinada documentação oficial ofereça algumas limitações do ponto de vista linguístico (Simões / Castilho da Costa 2009), decorrentes da estrutura rígida do texto, que não permite entrever marcas de uma norma linguística cotidiana e, também, embora restrinjam a análise da argumentatividade, em função de uma malha sintática e uma tessitura textual muito rasas, é possível verificar a manutenção e os movimentos na evolução da norma culta do português falado no Brasil ao longo dos séculos, mesmo levando em conta estas restrições. A exemplo do que se tem feito nos estudos de Linguística Histórica, observamos que a análise da história do gênero vai além dos limites da língua particular e que é necessário investigar a gênese dos textos e sua relação com outras línguas e tradições culturais. Notamos, ainda, que as mudanças na organização social ajudam os linguistas a compreenderem mudanças nos processos comunicativos.

Os textos reunidos como *corpora* de estudo da diacronia da língua portuguesa no Brasil representam um bem cultural de grande importância. Sua divulgação tem sido feita através de páginas da internet e em exposições virtuais e em instalações artísticas no Museu da Língua Portuguesa em São Paulo. Este trabalho vislumbra funcionar como uma contribuição à divulgação dos estudos de língua portuguesa no Brasil. Os textos reunidos como *corpora* de estudo da diacronia da língua portuguesa no Brasil representam um bem cultural de grande importância tanto para leigos como para pesquisadores da área de História e da Linguística. Para os primeiros, a sua divulgação tem sido feita através de exposições virtuais e em instalações artísticas no Museu da Língua Portuguesa em São Paulo. Para os historiadores da língua portuguesa no Brasil, é necessária uma seleção de exemplares da escrita que sirvam como depoimentos de variantes em competição nas sincronias passadas. Defende-se, portanto, a necessidade de que sejam adotados critérios consistentes e relevantes tanto para a coleta desses documentos como para as análises.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDRIGUE, Ana Cristina de Sousa / Roseane Batista Feitosa NICOLAU (orgs.) (2010): *Quem o pretender comprar dirija-se a...: coletânea de anúncios paraibanos do século XIX.* João Pessoa: Ideia / Edições ProLING.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves (1999): *Para uma História do Português Colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio.* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- BARBOSA, Afrânio Gonçalves (2002): “O Contexto dos textos coloniais”, em Tânia Maria Alkmin (org.), *Para a História do Português Brasileiro*, vol. III: novos estudos. Campinas: Humanitas / FFLCH-Universidade de São Paulo, 421-431.
- BARBOSA, Afrânio Gonçalves (2007): “Normas cultas e normas vernáculas: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre o português brasileiro”, em Ataliba Teixeira de Castilho *et al.*, *Descrição, história e aquisição*. São Paulo: Fontes / FAPESP, 483-498.
- BARBOSA, Afrânio / Célia Regina dos Santos LOPES (orgs.) (2006): *Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ / FAPERJ.
- CASTILHO DA COSTA, Alessandra (2012): “Ação – formulação – tradição: a correspondência de Câmara Cascudo a Mário de Andrade de 1924 a 1944, entre proximidade e distância comunicativa”, em Marco Antonio Martins / Maria Alice Tavares (orgs.), *História do português brasileiro no Rio Grande do Norte: análise linguística e textual da correspondência de Luís da Câmara Cascudo a Mário de Andrade – 1924 a 1944*. Natal, RN: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 143-212.
- COSERIU, Eugenio (1994): *Textlinguistik: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr.
- FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto (org.) (2010): *Cartas oficiais da Paraíba dos séculos XVIII e XIX*. João Pessoa: Ideia.
- GRANDA, Ana Sartori (2010): *Cartas de amor na Bahia do século XX: normas linguísticas, práticas de letramento e tradições do discurso epistolar*. Dissertação de Mestrado. Salvador da Bahia: Universidade Federal da Bahia.
- GUEDES, Marymarcia / Rosane de Andrade BERLINCK (orgs.) (2000): *E os preços eram commodos...: anúncios de jornais brasileiros – século XIX*. São Paulo: Humanitas.
- HORA, Demerval da / Stella TELLES (2010): “A metátese no Português Brasileiro: descrição e análise”, em Demerval da Hora / Camilo Rosa da Silva (orgs.), *Para a História do Português Brasileiro: abordagens e perspectivas*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 64-73.
- KABATEK, Johannes (2005a): “Tradiciones discursivas y cambio lingüístico”, *Lexis* 29/2, 151-177.
- KABATEK, Johannes (2005b): “Sobre a historicidade de textos”, *Linha d’água* 17, 159-172.
- KABATEK, Johannes (2006): “Tradições discursivas e mudança linguística”, em Tânia Lobo *et al.* (orgs.), *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 505-530.
- KABATEK, Johannes (org.) (2008): *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid: Iberoamericana.
- KEWITZ, Verena (2007): *Gramaticalização e semanticização das preposições a e para no português brasileiro (séculos XIX e XX)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- KOCH, Peter (1988): “Norm und Sprache“, em Jörn Albrecht / Jens Lüdtke / Harald Thun (eds.), *Energie und Ergon. Sprachliche Variation – Sprachgeschichte – Sprachtypologie. Studia in honorem Eugenio Coseriu*, 3 vols. Tübingen: Narr, 327-354. (Tübingen Beiträge zur Linguistik, 300).
- KOCH, Peter (1997): “Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und zu ihrer Dynamik”, em Barbara Franck / Thomas Haye / Doris Tophinke (orgs.), *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Gunter Narr, 43-79. (ScriptOra 99).

- KOCH, Peter (2008): “Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: El ejemplo del tratamiento *vuestra merced* en español”, em Johannes Kabatek (coord.), *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico. Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid: Iberoamericana, 53-88.
- KOCH, Peter/ Wulf Oesterreicher (1990): *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*. Tübingen: Niemeyer. (Romanistische Arbeitshefte, 31).
- LOBO, Tânia (org.) (2001): *Cartas baianas setecentistas*. São Paulo: Humanitas.
- LOBO, Tânia / Klebson OLIVEIRA / Zenaide CARNEIRO (2010): “Metodologias para a identificação de perfis socioculturais de redatores em *corpora* históricos”. Comunicação apresentada ao *VIII Seminário do Projeto Para a História do Português Brasileiro: abordagens e perspectivas*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.
- LOPES, Célia Regina dos Santos (org.) (2005): *A norma brasileira em construção: fatos lingüísticos em cartas pessoais do século 19*. Rio de Janeiro: FAPERJ / UFRJ.
- LOPES, Célia *et al.* (2010): “Metodologias para a identificação de perfis socioculturais de redatores em *corpora* históricos”. Comunicação apresentada ao *VIII Seminário do Projeto Para a História do Português Brasileiro: abordagens e perspectivas*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.
- MARCOTULIO, Leonardo Lennertz (2010): *Língua e história: o 2º. Marquês do Lavradio e as estratégias lingüísticas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ítaca.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2002): “Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa”, em Tânia Maria Alkmin (org.), *Para a História do Português Brasileiro*, vol. III, novos estudos. São Paulo: Humanitas / Unicamp / Universidade de São Paulo, 443-464.
- OESTERREICHER, Wulf (1997): “Zur Fundierung von Diskurstraditionen”, em Barbara Franck / Thomas Haye / Doris Tophinke (orgs.), *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 19-41 (ScriptOralia 99).
- OESTERREICHER, Wulf (2008): “Dinámica de estructuras actanciales en los Siglos de Oro: El ejemplo del verbo *encabalar*”, em Johannes Kabatek (org.), *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid: Iberoamericana, 225-248.
- OESTERREICHER, Wulf (2011): “Conquistas metodológicas en la lingüística diacrónica actual. La historicidad del lenguaje: lenguas, variedades y tradiciones discursivas em el marco de una semiótica social”, em Mónica Castillo Lluch / Lola Pons (orgs.), *Nuevas tendencias en la investigación del cambio lingüístico em español*. Berna: Peter Lang, 305-334.
- OLIVEIRA, Klebson (2003): *Textos escritos por africanos e afro-descendentes na Bahia do século XIX: fontes do nosso 'latim vulgar'*, 3 vols. Dissertação de Mestrado. Salvador da Bahia: Universidade Federal da Bahia.
- OLIVEIRA, Klebson (2006): *Negros e escrita no século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico*. 3 vols. Tese de Doutorado. Salvador da Bahia: Universidade Federal da Bahia.
- RUMEU, Márcia Cristina de Brito (2004): *Para uma História do Português no Brasil: formas pronominais e nominais de tratamento em cartas setecentistas e oitocentistas*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- RUMEU, Márcia Cristina de Brito (2008): *A implementação do 'Você' no Português Brasileiro Oitocentista e Novecentista: Um Estudo de Painel*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte (1983): *Tradition des Sprechens. Elemente einer pragmatischen Sprachgeschichtsschreibung*. Stuttgart / Berlin / Köln / Mainz: Kohlhammer.
- SIMÕES, José da Silva (2007): *Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- SIMÕES, José da Silva (2012): “A importância da história dos gêneros para a constituição de *corpora* diacrônicos”, em Marco Antonio Martins / Maria Alice Tavares (orgs.), *História do português brasileiro no Rio Grande do Norte: análise linguística e textual da correspondência de Luís da Câmara Cascudo a Mário de Andrade – 1924 a 1944*. Natal, RN: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 55-94.
- SIMÕES, José da Silva / Alessandra Castilho DA COSTA (2009): “As atas paroquiais de batismo, casamento e óbito como gêneros discursivos”, em Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi / Tarcísio R. Botelho (orgs.), *Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 35-58.
- SIMÕES, José da Silva / Verena KEWITZ (2006a): “Traços linguístico-discursivos em *corpora* do português brasileiro”, *Estudos Linguísticos* XXXV, 1018-1027.
- SIMÕES, José da Silva / Verena KEWITZ (orgs.) (2006b): *Cartas paulistas dos séculos XVIII e XIX: uma contribuição para os corpora do PHPB*. São Paulo: Humanitas / FFLCH – Universidade de São Paulo.
- SIMÕES, José da Silva / Verena KEWITZ (2009a): “Tradições discursivas e organização de *corpora*”, em Vanderci Aguilera (org.), *Para a história do português brasileiro*, vol. VII. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 467-558.
- SIMÕES, José da Silva / Verena KEWITZ (2009b): “Normas linguísticas, história social, contatos linguísticos e tradições discursivas: transformando encruzilhadas em novos caminhos para a constituição de *corpora* diacrônicos”, em Ataliba Teixeira de Castilho (org.), *História do Português Paulista*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem / Universidade Estadual de Campinas, 699-720. (Série Estudos, 1).
- SIMÕES, José da Silva / Verena KEWITZ (2009c): “A constituição de *corpora* diacrônicos do Português Brasileiro e seus traços linguístico-discursivos”, em Eberhard Gärtner (org.), *Brasilianisches Portugiesisch: Geschichte, System und Variation*. Frankfurt: Valentia Verlag / Bibliotheca Romanica et Latina / Band 8, 31-48.
- SIMÕES, José da Silva / Verena KEWITZ (2010a): “Recortes temáticos e mapeamento de Tradições Discursivas no corpus PHPB”, em Demerval da Hora / Camilo Rosa Silva (orgs.), *Para a História do Português Brasileiro: abordagens e perspectivas*, vol. VIII. João Pessoa: Ideia / Editora da UFPB, 2010, 21-28.

O português brasileiro do séc. XVIII: evidências de uma norma em construção

José da Silva Simões

Universidade de São Paulo (Brasil)
jssimoes@uol.com.br

Patrícia Simone Ferucio Manoel

Universidade de São Paulo (Brasil)
tricasimone@gmail.com

Resumo

Este trabalho discute a suposição de que a variante brasileira do português já podia ser identificada ao longo do séc. XVIII. Este trabalho tem como objetivo principal a análise de fenômenos de gramaticalização do português em contraste, entre o Português Europeu e o Português Brasileiro do séc. XVIII. Para este trabalho foram utilizadas como *corpora* as memórias históricas de Frei Gaspar da Madre de Deus e de Marcelino Pereira Cleto. Nesta pesquisa, parte-se da hipótese de que tradições discursivas ligadas ao universo discursivo da História contribuíram para a circulação e habitualização de rotinas textuais, modelos estruturais da arquitetura dos textos históricos que circulavam tanto em língua espanhola como em língua portuguesa e que serviram como modelos dessas mesmas rotinas para a construção de novas rotinas de escrita em textos brasileiros.

Palavras-chave

Português brasileiro, corpora diacrônicos, tradições discursivas, lingüística de corpus, gramaticalização

Sumário

1. Introdução. 2. Memórias históricas: fontes de pesquisa para a investigação da norma culta no Brasil do séc. XVIII. 2.1. A retexualização das memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus. 2.2. Fenômenos de competição entre gramáticas do português: a construção de uma norma culta no Brasil. 3. Considerações finais.

The Brazilian Portuguese of the 18th century: evidence of a linguistic norm under construction

Abstract

This paper discusses the assumption that the Brazilian variant of Portuguese could already be identified throughout the 18th century. This work has as main objective the analysis of grammaticalization phenomena in contrast between the European Portuguese and Brazilian Portuguese. For this study were used as corpora historical memories of Frei Gaspar Mother of God and Marcelino Pereira Cleto. In this research, we start from the assumption that discursive traditions linked to the discursive universe of history contributed to the circulation and habitualization textual routines, structural models of the architecture of the historical texts that circulated both in Spanish and in English and served as models these same routines for the construction of new routines written in Brazilian texts.

Keywords

Brazilian portuguese, diachronic corpora, discourse traditions, corpus linguistics, grammaticalization

Contents

1. Introduction. 2. Historical Memoirs: research sources to research the cultural norms in the 18th century in Brazil. 2.1. The retexualization of memoirs of Frei Gaspar da Madre de Deus. 2.2. Phenomena of competition between grammars of Portuguese: the construction of a cultural norm in Brazil. 3. Final observations.

* Este trabalho é decorrente de pesquisas realizadas no bojo do Projeto História do Português Paulista II (Projeto Temático FAPESP 2011/51787-5) e foi apresentado no Gallæcia – III Congresso Internacional de Lingüística Histórica, realizado de 27 a 30 de julho de 2015 na Universidade de Santiago de Compostela (Galiza – Espanha).

1. Introdução

Estudos mais recentes de manuscritos produzidos no Brasil ao longo do séc. XVIII têm demonstrado que uma variante brasileira do português já podia ser identificada àquela altura. Este trabalho tem como objetivo principal a análise de fenômenos de gramaticalização do português em contraste, entre o Português Europeu e o Português Brasileiro do séc. XVIII. Para este trabalho foram utilizadas como corpora as memórias históricas de Frei Gaspar da Madre de Deus (Códice 11107 da Biblioteca Nacional de Lisboa de 1780, o códice Códice 9, Avulsos, 3-9 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa, datado de 1780, e também a versão impressa de 1797) e de Marcelino Pereira Cleto (Códice 13 MF 1997, da Coleção Papéis do Brasil do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa). A pesquisa genealógica evidenciou a naturalidade brasileira de Frei Gaspar da Madre de Deus, nascido em Santos em 1715 e a naturalidade portuguesa de Marcelino Pereira Cleto, nascido em Leiria, Portugal em 1745, radicado no Brasil desde 1778, onde exerceu a função de magistrado régio. Parte-se do princípio de que o texto de Cleto (178?) é uma tentativa de retextualização dos textos de Frei Gaspar da Madre de Deus (1780a e 1780b) para a variante do português europeu daquela época. Através da análise de ocorrências coletadas nesses corpora, pretende-se demonstrar que fenômenos emergentes da variante brasileira do português, tais como as estratégias de apagamento ou preenchimento de especificadores, de objetos indiretos e de sujeitos, bem como a escolha por uma determinada posição dos adjetivos (anteposição ou posposição) em sintagmas, o preenchimento ou apagamento de advérbios e de referentes, uso de técnicas de junção através de orações reduzidas de infinitivo e gerúndio, preferência pelo uso de preposições complexas e até mesmo a variação da posição de clíticos em relação à norma europeia, atestada mais tardiamente em estudos anteriores, já eram identificáveis no português brasileiro setecentista. Este trabalho toma como referencial teórico-metodológico os pressupostos das Tradições Discursivas (Coseriu 1994, Koch 1997, Oesterreicher 1997, Kabatek 2006) e representa uma ampliação dos estudos que tiveram desdobramentos para a constituição dos corpora do Projeto Para a História do Português Brasileiro e do Projeto História do Português Paulista (Simões / Kewitz 2006a, 2006b, 2009a; Simões 2007, 2012). Nesta pesquisa, parto da hipótese de que tradições discursivas ligadas ao universo discursivo da História (Schlieben-Lange 1983) contribuíram para a circulação e habitualização (Koch 2008) de rotinas textuais, modelos estruturais da arquitetura dos textos históricos que circulavam tanto em língua espanhola como em língua portuguesa e que serviram como modelos dessas mesmas rotinas para a construção de novas rotinas de escrita em textos brasileiros.

Este trabalho tem ainda como objetivo apresentar alguns critérios para a seleção de documentos históricos do português brasileiro (PB), tais como as memórias históricas *Dissertação sobre as Capitanias de Santo Amaro e São Vicente* (1780) e *Fun-*

dação das Capitânicas de S. Vicente e Santo Amaro e seus progressos até o tempo em que se criou e separou a do Rio de Janeiro (179?) de Frei Gaspar da Madre de Deus (1780), manuscritos da Torre do Tombo de Lisboa. Com base nesses textos, serão analisadas como determinadas tradições discursivas da narrativa histórica foram incorporadas aos textos brasileiros do séc. XVIII e que características sintáticas e discursivas esses textos adotam como representantes da língua portuguesa no Brasil desse século.

2. Memórias históricas: fontes de pesquisa para a investigação da norma culta no Brasil do séc. XVIII

Desde 2006, a equipe responsável pela coleta, edição e organização de corpora do Projeto História do Português Paulista vem reunindo documentos históricos bastante relevantes para a descrição das várias normas dessa variante do português brasileiro. Desde o início leva-se em consideração os pressupostos teóricos do modelo de Tradições Discursivas (Coseriu 1994; Kabatek 2006; Schlieben-Lange 1983; Koch 1997 e Oesterreicher 1997 e 2008). Os procedimentos metodológicos adotados pelos pesquisadores deste subprojeto para a constituição do *Corpus Histórico do Português Brasileiro* foram refinados (Simões / Kewitz, 2006a, 2006b, 2009a, 2009b, 2009c; Simões 2007, 2012). A constatação de que um corpus histórico de textos de uma determinada língua deve ser constituído a partir de um equilíbrio na seleção e organização dos textos de acordo com uma tipologia textual diversificada foi apresentada e discutida por especialistas em contextos diversos, e permanece válida a preocupação de que através da coleta de diversos registros das várias sincronias deve levar em conta as diversas normas possíveis de serem detectadas (norma popular, cotidiana, culta, etc.).

Tendo em vista este cenário prévio, a equipe responsável pela constituição do *Corpus Histórico do Português Paulista* tem procurado novos materiais escritos interessantes para a História do Português Paulista que sejam portadores de categorias linguístico-discursivas já evidenciadas em textos orais, tais como a) *grau de publicidade do documento* (particular, semiparticular ou público); b) *grau de simetria entre emissor e receptor* (ascendente, horizontal ou descendente); c) *fixidez temática* (sem fixidez, núcleo temático fixo ou tema altamente fixo); d) *dimensões da ação comunicativa* ou objetivos do texto (narrar, exigir, repreender, reclamar, confirmar, agradecer, atacar etc.) e e) *grau de planejamento do texto* (livre, semicontrolado ou altamente controlado). Estas categorias foram incorporadas a partir das propostas de Koch / Oesterreicher (2007 [1990]) que identificam em seu trabalho germinal um *continuum* entre oralidade e escrita, no qual podem ser dispostos os textos, de acordo com suas características discursivas que os aproximam ou do eixo da *distância comunicativa* ou da *imediatez comunicativa*.

Esta equipe de São Paulo dedica-se à ampliação dos materiais a serem considerados como *Corpus Mínimo Comum de Manuscritos* e de *Corpus Mínimo Comum de Impressos*, além de incorporar novos materiais considerados como *Corpus Comum Diferencial de Manuscritos e Impressos* do *Corpus Histórico do Português Paulista*. As investigações relacionadas às memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus têm sido publicadas por Manoel (2013 e 2014), Simões *et al.* (2013 e 2014) e Nicolette (2015).

2.1. A retextualização das memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus

Em Simões (2007), em um capítulo que versa sobre critérios de seleção, coleta e edição de materiais relevantes para a constituição de corpora diacrônicos do português brasileiro (PB), argumentei que a constituição dos gêneros textuais é fruto de adaptações e inovações de outros gêneros. A partir das considerações de Koch (1997), defendi que o *avviso* da tradição epistolar italiana dividiu-se em *notícia* e *romance epistolar*. Destes surgiram os *diários de navegação* ao final do séc. xv e a partir do xvi, dando conta aos monarcas dos novos descobrimentos. Na tradição portuguesa, das *cartas notícia* e dos *diários*, como é o caso da *Carta de Pero Vaz de Caminha* (1500) e do *Diário de Viagem de Pero Lopes* (1530), chegamos às *notícias práticas*, relatos escritos por bandeirantes e outros desbravadores, que registravam a progressão de suas viagens e seus feitos, numa mescla entre *carta* e *diário*. Paralelamente, à medida que se constituía uma nova identidade luso-brasileira, foi preciso registrar a diacronia dos fatos históricos que demarcavam eventos e feitos significativos da história do Brasil. Nesse momento surgem as *memórias históricas*, algumas ufanistas, como a de Frei Gaspar da Madre de Deus (1797), outras mais críticas, como a *Dissertação* de Marcelino Pereira Cleto (1781).

Um estudo recente de Renata Ferreira Costa (2012) acerca da publicação das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente* de Frei Gaspar da Madre de Deus (1797) discute os conceitos de autoria e plágio a partir da análise de um manuscrito depositado no Arquivo do Estado de São Paulo, assinado por Manuel Cardoso de Abreu. Taunay (1975:19) foi o primeiro autor a problematizar sobre a questão, observando que “Não fôra a iniciativa dos irmãos Arouche e a modéstia do velho monge teria permitido que se consumasse inaudito atentado, o mais indecorosos [sic] caso de sic vos non vobis”. Os irmãos Arouche fizeram com que fosse publicada em Lisboa. Isso se deu tardiamente, uma vez que o religioso fosse avesso ao alarde e não se preocupava em publicar suas obras, tendo-se perdido muito de seus escritos por esse motivo.

O suposto plágio de Manuel Cardoso de Abreu, oferecido a Luz Pinto de Souza Coutinho, com o título adulterado para *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*, envolve outra figura histórica do Brasil, Marcelino Pereira Cleto, o Juiz da Alfândega e Juiz de Fora da Vila de Santos, posteriormente ouvidor no Rio de Janeiro, ninguém menos que o escrivão da Devassa de Minas Gerais, responsável pelo processo movido contra o Tiradentes e membro da Relação da Bahia. Em correspondência à Rainha D. Maria I, Cleto dá conta da situação da Capitania de São Paulo, com base em informações de Manuel Cardoso de Abreu, ali chamado de Manoel de Abreu Fialho¹. Nesse documento (Carta de Marcelino Pereira Cleto à Rainha D. Maria I, de 9 de setembro de 1778, Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Lisboa, Papéis do Brasil, COD. 13, MF 1997) um determinado trecho prova ao mesmo tempo a nacionalidade brasileira de Manuel Cardoso de Abreu e a possível identidade brasileira também de Marcelino Pereira Cleto, uma vez que na carta cita a ligação de amizade entre os dois desde o período da alfabetização.

O certo é que o próprio Marcelino Pereira Cleto escreveu sua *Dissertação da Capitania de São Paulo* já em 1781, publicada em 1977 na Coleção Paulística (Cleto 1781) ao lado do *Divertimento Admirável* do próprio Manuel Cardoso de Abreu (1977). Uma edição cuidadosa dos manuscritos de Marcelino Pereira Cleto, incluindo o rascunho de 1781 depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa talvez possa trazer luz ao percurso de construção, reformulação e transposições do texto original e talvez possa ajudar a desvendar se a abundância de memórias histórias escritas por esses três autores envolve um plágio de Cleto do próprio plágio de Cardoso de Abreu. Para o estudo da Linguística Brasileira, a contraposição desses documentos pode revelar interessantes recursos de paráfrase e reformulação para uma época de que temos tão pouca documentação dessa natureza. Defendo que a partir de excertos da *Memoria Historica da Capitania de São Paulo e de todos os seus memoráveis sucessos, desde o anno de 1531* de Cardoso de Abreu (1797?) e da *Dizertação a respeito da capitania de São Paulo e sua decadência* de Marcelino Pereira Cleto (1781) em oposição aos textos de Frei Gaspar da Madre de Deus é possível reconstruir essa trajetória de tradições discursivas que estão incorporadas às memórias históricas em questão.

¹ Em um estudo sobre os autores coloniais publicado no vol. II dos Anais do Museu Paulista (1925), A. Taunay reconhece Manoel de Abreu Fialho como sendo o Manoel Cardoso de Abreu. A troca do nome era comum nesse século, ora identificando-se o sobrenome do pai, ora o da mãe. Na Genealogia Paulista de Silva Leme (1903-1905, vol. III, p. 237) consta: “Joanna Maria casada em 1762 em Mogi-mirim com Ignacio Vieira de Abreu, natural de Santo Antonio do Jaraguá, Meia Ponte, Goiás, f.º de Manoel de Abreu Fialho, de Santo Amaro, e de Theresa de Jesus, de S. Paulo, n. p. de José de Abreu Fialho, de Lisboa, e Izabel Vieira Antunes, de S. Paulo, n. m. de João Rodrigues Nogueira, de Mogi das Cruzes, e de Francisca Moraes Cavalcanti, da mesma vila.”

Na perspectiva contrastiva, a análise dos elementos constitutivos do gênero *memória histórica* e seus sub-gêneros, escritos em espanhol e português, pode ajudar a reconstituir traços de norma culta do português brasileiro em seu processo de elaboração, no sentido klossiano de *Abstandsprache* (língua de distanciamento), uma vez que serviram de base para posterior publicação impressa. Entre os traços linguísticos que podem ser ali evidenciados, destaco as seguintes características:

1. Embora as *memórias* e os *diários de viagem* tenham se tornado públicos através de sua impressão, até o final do séc. XIX elas tinham em vista um leitor a quem a obra era oferecida. Porém, é natural supor que eram fruto de uma produção mais controlada e passível de revisões. Além disso, o fato de ser um produto linguisticamente controlado aproxima o documento da norma culta padrão de cada sincronia a ser analisada.
2. As *memórias* e os *diários de viagem* escolhidos para o conjunto de textos de tipologia diferencial do *Projeto História do Português Paulista (PHPP)* e do *Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB)* têm como fio condutor a história da Capitania de São Paulo. A idéia de manter o foco sobre a história do território de São Paulo tem por objetivo a uniformidade na centração tópica a fim de poder controlar melhor o uso de determinados fenômenos lingüísticos presentes nesse tipo de texto e auxiliar na análise desses mesmos itens (*cf.* Simões 2007; Kewitz 2007). Além disso, procurei identificar a naturalidade paulista dos dois autores dos documentos de forma a atender as demandas da equipe paulista do *PHPB*.

Frei Gaspar nasceu em 1715 em Santos com o nome de Gaspar Teixeira de Azevedo (1715-1800). Conhecido como Frei Gaspar da Madre de Deus, o cronista era filho de Domingos Teixeira de Azevedo e Ana de Siqueira e Mendonça. Silva (2011) assim descreve o religioso:

Herdeiro de uma família de proprietários de terras, gente rica e de pequena nobreza vinda de Portugal, fazia parte da ordem beneditina desde a juventude, sendo educado no Mosteiro de São Bento na Bahia. Estudante de filosofia e teologia tornou-se doutor em 1749. José Honório Rodrigues destaca que a carreira de Madre de Deus na ordem beneditina foi reveladora de seus méritos pessoais: Abade do mosteiro de São Bento em São Paulo 1752, Definidor 1756, Abade 1763 – do mosteiro do Rio de Janeiro –, e, em 1776, Abade provincial, fazendo, como tal, todas as visitas canônicas às cinco abadias, três priorados e seis presidências, que contava a Ordem do Brasil, de Santos à Paraíba (Silva 2011: 19).

Ao estudar a história de uma língua, deparamo-nos com diversos desafios, dentre eles as fontes para a coleta dos dados linguísticos. Esse problema refere-se ao

grau de proximidade com o vernáculo ou falares cotidianos presentes nos textos de sincronias passadas. No entanto, acredita-se que as análises possam se basear tanto em textos oficiais, mais formulaicos, com alto grau de controle, quanto em textos mais particulares, menos formulaicos e, portanto, mais próximos da oralidade. Tendo esses dois polos como parâmetro, pode-se assegurar uma exploração dos textos e de suas respectivas marcas linguísticas com maior precisão e cuidado.

O modelo das Tradições Discursivas, ao lado da Filologia, fornece subsídios para melhor entender a história dos textos. É preciso ter esse aspecto em mente de modo que não se confundam história da língua e história dos textos. A título de ilustração, certas expressões linguísticas podem aparecer num determinado tipo de texto, mas não em outro, simplesmente porque nesse não há motivo e espaço para tais expressões.

Tanto no âmbito do *PHPB*, quanto do *PHPP*, algumas propostas foram elaboradas para a constituição de *corpora* representativos das variedades regionais. Notam-se um consenso em relação à constituição de corpora de tipologia textual diversificada e uma preocupação com os diversos registros de várias sincronias, levando em conta, assim, as diversas normas presentes nos textos. Nesse quesito, é muito importante atentar para a história social específica de cada região e sub-região, pois os textos transitam de maneira diversa em determinados grupos sociais, no que se refere à frequência e à tipologia.

Simões e Kewitz (2010) chamam a atenção para outros aspectos relevantes na constituição de *corpora* diversos: (i) a história social da língua portuguesa no Brasil; (ii) o contato linguístico; (iii) as normas linguísticas e (iv) a importância dos conceitos de Tradições Discursivas para a constituição dos *corpora*, conforme atestam Simões e Kewitz (2006a, 2006b, 2009a e 2009b). Nesses trabalhos enumeramos algumas reflexões a respeito de alguns fatores determinantes da produção de textos paulistas ao longo de cinco séculos, tais como a diversidade linguística presente antes do Decreto de Pombal, o papel efetivo das escolas primárias, secundárias e superiores no Estado de SP enquanto propagadores de norma culta, o papel da imprensa enquanto possível modelo de norma culta a partir do séc. XIX, o perfil das pessoas letradas, a mobilidade social como fator de divulgação de normas escritas e faladas (cultas, populares), o conservadorismo ou renovação de tradições: mudança linguística veiculada por determinados gêneros textuais, entre outros fatores.

2.2. Fenômenos de competição entre gramáticas do português: a construção de uma norma culta no Brasil

A análise em contraste das duas versões das memórias históricas denuncia fenômenos interessantes para a investigação da construção da norma culta do português brasileiro no séc. XVIII, apresentados na tabela 1.

<i>Memorias para a Historia da Capitania de São Vicente</i> Frei Gaspar da Madre de Deus (1797 [1780])		<i>Fundação da Capitania de S. Amaro no tempo do Govemo de Pedro Lopes de Souza, contendas que houverão sobre os seus limites, e como passou para a Coroa</i> Marcelino Pereira Cleto (Códice 13 ANNT [178?:])	
Apagamento de especificadores	dando-lhe principio mais antigo, do que o anno de 1530., na qual seu Fundador (p. 1)	dandolhe principio mais antigo, do que o anno de 1530. no qual o Seo Fundador (f. 4)	Acréscimo de especificadores
Apagamento de objetos indiretos: dativos	Assim se collige do titulo, que dá [oi, ø] o Tabelliaõ de S. Vicente (p. 10)	ASSim se Collige do titulo, que lhe da o Tabaliaõ de Saõ Vicente (f. 20)	Preenchimento de objetos indiretos: dativos
Apagamento do sujeito	e no primeiro de Janeiro de 1531 [suj] divisou hum boqueiraõ por todos os lados cercado de horriveis penhascos (p. 14)	e no primeiro de Ianeiro de mil quinhentos e trinta e hum divizouse hum buqueiraõ por todos os lados cerrado de horriveis penhascos (f. 25)	Preenchimento de marcas de indeterminação do sujeito
Ausência de especificadores delimitadores	descobririaõs Minas Geraes; as de Goiazes (p. 3)	descobririaõ as Minas Geraes; as dos Guaiazes (f. 5)	Preenchimento de especificadores delimitadores
Explicitação do ato perlocutivo: preenchimento do sujeito e da ação perlocutiva	A Villa do <i>Porto de Santos</i> , segundo as recentes observações do Astronomo de S. Magestade Francisco de Oliveira Barbosa , demora na latitude Austral de 23° 56'. e na longitude de 331° 39'. contados da ponta mais occidental da Ilha do Ferro (p. 96)	A Villa do Porto de Santos [V _{dizer} ø] demora na latitude de vinte e tres graos, e sincoente e oito minutos, e na longitude de trezentos e trinta e nove graos e quarenta e Seis minutos (f. 54)	Explicitação do ato perlocutivo: apagamento do sujeito e da ação perlocutiva
Explicitação do ato perlocutivo: preenchimento do sujeito e do verbo de dizer	justificou a sua qualidade em <i>S. Vicente</i> , vindo a esta Villa de correição o Doutor Braz Fragozo, Ouvidor geral de todo o Brazil, o qual deu a sentença seguinte a 2 de Outubro de 1564 (p. 48)	justificou a Sua qualidade em Saõ Vicente, vindo a esta Villa da Conceição o Doutor Braz Fragozo, Ouvidor Geral de todo o Brazil [V _{dizer} ø]. (f. 53)	Explicitação do ato perlocutivo: apagamento do sujeito e do verbo de dizer
Explicitação do ato perlocutivo: preenchimento do Sujeito e do verbo de dizer	a quantos esta minha Carta vi-rem, faço saber , que para que as terras (p. 9)	a quantos esta minha Carta vi-rem, [V _{dizer} ø] que para que as terras (f. 20)	Explicitação do ato perlocutivo: apagamento do Sujeito e do verbo de dizer
Explicitação do ato perlocutivo: preenchimento do sujeito e do verbo de dizer	que o dito P. Vasconcellos faz menção de huma Aldêa situada junto á Fortaleza da Bertioga, onde diz o mesmo A. , succedeu o caso das luzes (p. 27)	que o dito Padre Vasconcellos faz menção de huma Aldea situada junto a Fortaleza da Bertioga; onde [V _{dizer} ø] succedeu o Cazo das Luzes (f. 36)	Explicitação do ato perlocutivo: apagamento do sujeito e do verbo de dizer
Posição dos adjetivos: anteposição	e exercido postos dignos de seu illustre sangue (p. 8)	e exercido postos dignos de Seo Sangue illustriSsimo (f. 19)	Posição dos adjetivos: posposição
Posição dos adjetivos: anteposição	e dali sahiaõ como enxames de abelhas a extrahir do lodo os testaceos maritimos (p. 19)	e dali sahiaõ como enchames de abelhas, a Extrahir do lodo viventes testaceos (f. 29)	Posição dos adjetivos: posposição

Posição dos clíticos: ênclise absoluta por regras de atração	"Que Martim Affonso de Souza do meu Conselho achar, ou descobrir na terra do Brazil, <i>onde o Eu envio</i> " (p. 11)	Que Martim Affonso de Souza do meo Conselho achar, ou descobrir na terra do Brazil, onde eu o envio (f. 22)	Posição dos clíticos: ênclise ao SV
Posição dos especificadores: quantificadores + pronomes	assim como se equivocaraõ todos elles em ordem á Povoação de S. Vicente (p. 1)	a Ssim como se equivocaraõ elles todos em Ordem a povoação de São Vicente (f. 11)	Posição dos especificadores: pronomes + quantificadores
Preenchimento do advérbio	por nenhum modo se infere, que tambem errou a época verdadeira do successo relatado (p. 5)	por nenhum modo Se pode inferir, que [adv o] errou a epoca verdadeira do SuccesSo relatado (f. 7)	Apagamento do advérbio
Preenchimento de advérbio: modo	ou entradas para huma bahia, que terá de diametro como 8 legoas, e 24 de circunferencia, na qual desagoaõ muitos rios (p. 14)	ou entradas, para huma bahia, que terá de diometro [adv o] 8 leguas; e 24 de circunferencia na qual dezaguaõ muitos Rios (f. 25)	Ausência de advérbio
Preenchimento de especificadores delimitadores	como nesse tempo ainda não havia colonia alguma regular de Portuguezes nno Brazil, ninguem quereria embarcar sua familia para Região taõ distante (p. 40)	como neSse tempo ainda não havia Colonia alguã [del o] de Portuguezes no Brazil, ninguem quereria embarcar sua familia para Região taõ distante (f. 49)	Ausência de especificadores delimitadores
Preenchimento de especificadores delimitadores	mas não são verdadeiras as épocas das suas fundações, a respeito das quaes se enganaraõ os ditos Authores (p. 1)	mas eu duvido, que Sejaõ verdadeiras as epocas das Suas fundaçãoens, a respeito das quaes, me parece, que se enganaraõ os [del o] Authores (f. 4)	Ausência de especificadores delimitadores
Preenchimento de especificadores delimitadores	hoje conhecida com o nome de <i>Campos dos Guaitacazes</i> (p. 2)	hoje conheci<<conheci>>da com o nome de Campos de [del o] Guaitacazes (f. 4-5)	Ausência de especificadores delimitadores
Preenchimento de especificadores delimitadores	os espoliou da sua Villa Capital, e outras muitas (p. 3)	os espoliou da Sua Villa Capetal, e mais alguãs (f. 6)	Ausência de especificadores delimitadores
Preenchimento de especificadores: artigos	e para o Norte (só pelo Sertaõ) até á altura do Cabo de S. Agostinho pouco mais, ou menos (p. 2)	e para o Norte (..Só pelo Sertaõ) ate altura do Cabo de Santo Agostinho, pouco mais, ou menos (f. 5)	Apagamento de especificadores: artigos
Preenchimento de especificadores: numerais	O tal segundo documento he a Sesmaria das terras, onde ao depois se fez, e agora existe a Fortaleza grande de S. Amaro (p. 23)	O tal [ref_{num} o] documento he a Sesma das terras, onde ao depois se fes, e agora existe a Fortaleza grande de Santo Amaro (f. 33)	Apagamento do referente: numerais
Preenchimento de objetos indiretos: dativos	Nesta parte não lhe acho razaõ (p. 5)	nesta parte não [oi_i o] axo razaõ (f. 7)	Apagamento de objetos indiretos: dativos

Preenchimento do referente: nome	Com prospera, e breve navegação chegou a 23 grãos , ou 23, e 11 minutos de latitude meridional (p. 14)	Com prospera e breve navegação chegou a vinte e três [ref_N ø], ou a 23 e 11 minutos de latitude meridional (f. 25)	Apagamento do referente: nome
Preenchimento do referente: nome	He opiniaõ, ou erro commum, que a Esquadra de Martim Affonso entrou pela emcnionada Barra de <i>S. Vicente</i> (f. 31)	He opiniaõ, ou erro co'mum, que [ref_N ø] Martim Affonço entrou pella mencionada barra de <i>São Vicente</i> (f. 31)	Apagamento do referente: nome
Preenchimento do referente	levantou a Villa no fim da praia de <i>Tararé</i> junto ao mar em sitio alguma cousa distante do porto de <i>Tumiarú</i> (p. 37)	levantou a Villa no fim da praia de Tararé, junto ao Mar em Sitio alguma couza distante [ref_N ø] de Tumiarû (f. 46)	Apagamento do referente
Preenchimento do referente	Termo da Villa de <i>Sorocaba desta Capitania</i> , mas em quantidade taõ diminuta, e de lugar taõ profundo, que naõ fazia conta aquella Mina (p. 114)	termo da <i>Villa</i> de Sorocaba [ref_N ø], mas em quantidade taõ diminuta e de lugar taõ profundo; que naõ fazia conta aquella Mina (f. 56)	Apagamento do referente
Preenchimento do referente	se chegasse a imprimir-se a <i>Nobiliarchia Historica, e Genealogica da Capitania de S. Paulo</i> , que deixou incompleta o Sargento mór Pedro Taques de Almeida Paes Leme por seu fallecimento em Janeiro de 1777 , depois de haver empregado na sua composição, e em outros muitos preciosos Ms. concernentes á Capitania de S. Vicente, e de S. Paulo , alguns 50 annos (p. 38)	Se chegase a imprimir se a Historia Genealogica Paulipolitana [ref_N ø], que deixou em perfeita o Sargento Mór Pedro Taques de Almeida Paes Leme depois de haver empregado na Sua Composição alguns sincoenta annos (f. 47)	Apagamento do referente
Explicitação do ato perlocutivo: ausência do referente do Sujeito e preenchimento do verbo de dizer	nem traz a sua criação do principio assignado pelos Authores Estrangeiros, que fallaõ na dita Cidade (p. 113)	nem traz a sua criação do principio assignado por alguns Francezes [ref_N ø] (f. 57)	Explicitação do ato perlocutivo: apagamento do referente do sujeito e do verbo de dizer
Preenchimento do sujeito	Para que se veja a pouca exacção, com que elles escrevem a respeito desta Capitania, principalmente dos Paulistas, eu vou copiar o que delles, e de toda a Capitania dizem Vaissette, e Charlevoix (p.113)	cujas palavras [N_{suj} ø] vou copiar para, que Se veja a pouca exacção com que os Estrangeiros escrevem a respeito desta Capitania, principalmente dos Paulistas (f. 57)	Sujeito nulo
Preenchimento do sujeito	ElRei D. João III. sempre fez delle grande apreço (p. 8)	e [N_{suj} ø] Sempre foi delle grande apreço (f. 18)	Sujeito nulo
Preenchimento do verbo auxiliar	quando escreveu o dito Ozorio , que neste anno enviara ElRei a Gonçallo Coelho (p. 5)	quando escreveo [N_{suj} ø], que neste anno enviara ElRey a Gonçalo Coelho (f. 7)	Apagamento do verbo auxiliar
Sujeito nulo	Se falla [N_{suj} ø] de Minas descobertas, como parece fallar, enganou-se certamente (p. 114)	Se o Padre falla de Minas descobertas, como parece falar, enganouse Sertamente (f. 56)	Preenchimento do Sujeito

Técnicas de junção: construção alternativa	depois que o Conde de Monsanto por erro, ou malícia (p. 3)	depois que o Marquês de Cascaes por erro, etaõbem Malícia (f. 13)	Técnicas de junção: construção aditiva
Técnicas de junção	por onde se dividiaõ as Capitánias dos dous Irmãos, entre cujos Descendentes Donatarios houve grandes controversias, que tem havido por cauza da tal baliza (p. 26)	por onde se devidem as Capitánias dos dous Irmaons, esarem as controversias, que tem havido por cauza da tal baliza (f. 35)	Técnicas de junção: orações infinitivas
Técnicas de junção: advérbio	Perto de Tebyreçá morava Joaõ Ramalho, aquelle Portuguez, que aquí chegára muitos annos antes (p. 30)	Perto de Tebyreçá morava Ioaõ Ramalho, a quelle Portuguez, que aquí chegara, antes de se ter na Europa conhecimento algum da quarta parte do mundo (f. 39)	Técnicas de junção: orações infinitivas
Técnicas de junção: conjunção	A primeira parte mais septentrional era de 55 legoas, e partia com a Capitania de S. Thomé (p. 2)	a primeira parte mais Septentrional era de 55 legoas; [conj ø] partia com a Capitania de São Thomé (f. 4)	Técnicas de junção: junção por justaposição
Técnicas de junção: nominalização	Este foi o escolhido para Comandante daquella importante Esquadra, e para Fundador da 1ª Colonia regular do Brazil (p. 8)	Este foi o Escolhido para Co'mandar a Esquadra conquistadora de São Vicente (f. 18)	Técnicas de junção: orações infinitivas
Técnicas de junção: orações adverbiais	que pela terceira barra podem entrar, como entravaõ antigamente , segundo o lugar citado de Gandavo, anchas, sumaquinhas e outros vasos menores (p. 25)	que pella terceira barra podem entrar, mas taõbem persuadome, que entrarão varias vezes lanchas, Sumaquinhas, e outros vazos menores (f. 35)	Técnicas de junção: orações substantivas
Técnicas de junção: orações infinitivas	Este Capitaõ examinou parte da Costa Brazilica, e depois de gastar alguns annos em dar execuçaõ ás ordens Regias , voltou para a Corte (p. 5)	Este Capitaõ exxaminou parte da costa Brazilica, e de pois de ter gasto alguns mezes na execuçaõ das Ordens Regias , voltou para a Corte (f. 7)	Técnicas de junção: preposição + SN deverbal
Técnicas de junção: orações infinitivas	e tambem a primeira, que se povoou, naõ obstante satisfazerem-se alguns Historiadores com a pôrem na classe das tres mais antigas. (p. 1)	e taõbem a primeira, que Se povoou na opiniaõ de alguns Autores, a inda, que outros Somente acollocaõ na claSse das 3 mais antigas. (f. 4)	Técnicas de junção: preposição + SN deverbal
Técnicas de junção: orações participiais	que ao depois se mudou em Brazil, nome proprio de certas arvores assim denominadas pelos Portuguezes, os quaes lhes deraõ este nome, depois que de seus troncos extrahiraõ huma muito estimada tinta vermelha, na côr semelhante á das brazas (p. 4)	que ao depois Se mudou em Brazil, mostrando nesta troca a avareza dos homens, que antepunha as tintas vermelhas ao Sangue, com que o Filho de Deos rubricou o lenho da noSsa Redempçaõ (f. 6-7)	Técnicas de junção: orações de gerúndio
Técnicas de junção: preposições complexas	assim como se equivocaraõ todos elles em ordem á Povoação de S. Vicente (p. 1)	aSsim, como se equivocaraõ todos elles com a povoação de <i>Saõ</i> Vicente (f. 4)	Técnicas de junção: preposições simples

Técnicas de junção: preposições de ESPAÇO	a qual no principio lhe pareceo Ilha (p. 4)	aqual ao principio lhe pareceo Ilha (f. 6)	Técnicas de junção: preposições de ESPAÇO
Técnicas de junção: topicalização da oração subordinada	Para que se veja a pouca exacção, com que elles escrevem a respeito desta Capitania, principalmente dos Paulistas , eu vou copiar o que delles, e de toda a Capitania dizem Vaissette, e Charlevoix; e ao mesmo tempo hirei mostrando os seus erros, e convencendo de falsas quasi todas as suas proposições. Deste modo conhecerão os Leitores a futilidade, e o ridiculo de tudo quanto se tem escrito, e se escrever arbitrariamente desta Capitania (p. 113)	cuas palavras vou copiar para, que Se veja a pouca exacção com que os Estrangeiros escrevem a respeito desta Capitania, principalmente dos Paulistas (f. 57)	Técnicas de junção: posição canónica (posposição) da oração subordinada
Técnicas de junção: uso de preposições complexas + SN agente	por isso despachou ElRei ao mesmo fim huma Esquadra de 6 náos, e por Commandante dellas a Gonçallo Coelho (p. 5)	por iSso despachou ElRey ao mesmo fim huã Esquadra de 6 Naos das quaes foi Capitão Mór Gonçalo Coelho (f. 7)	Técnicas de junção: orações relativas
Técnicas de junção: uso de preposições complexas + SN agente	Fundação da Capitania de S. Vicente por Martim Affonso de Souza, seu Primeiro Donatario (p. 1)	Fundação da Capitania de São Vicente, e Acçoens de Martim Affonso de Souza no Brazil (f. 11)	Técnicas de junção: uso de preposições complexas + SN deverbal
Uso de especificadores simples	e neste dia appresentou Braz Eanes na [esp. Ø] Camara de S. Vicente huma Provisaõ do Capitaõ mór Francisco de Moraes (p. 137)	e neste dia apresentou Braz Eanes na propria Camara de São Vicente huma Provisaõ do Capitaõ mór Francisco de Moraes (f. 52)	Uso de especificadores complexos: delimitadores
Uso de especificadores simples	a quem toda a nação dos <i>Guaianazes</i> dava alguma obediencia (p. 29)	a quem toda a naSsaõ dos Goianazes dava algum genero de obediencia (f. 39)	Uso de especificadores complexos: delimitadores

3. Considerações finais

A breve descrição dos fenômenos apontados no contraste entre a retextualização das memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus feita por Marcelino Pereira Cleto denunciam pistas importantes sobre a constituição de uma norma culta do séc. XVIII exclusivamente brasileira. Estudos futuros deverão aclarar esta questão através da aposição de outros tipos de documentos retextualizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CLETO, Marcelino Pereira (178?): “*Fundação da Capitania de S. Amaro no tempo do Governo de Pedro Lopes de Souza, contendas que houverão sobre os seus limites, e como passou para a Coroa*”, em José da Silva Simões *et al.* (orgs.) (2013).
- COSERIU, Eugenio (1994): *Textlinguistik: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr.
- COSTA, Renata Ferreira (2012): *Um caso de apropriação de fontes textuais: Memória Histórica da Capitania de São Paulo, de Manuel Cardoso de Abreu, 1796*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- KABATEK, Johannes (2005a): “Tradiciones discursivas y cambio lingüístico”, *Lexis* 29/2, 151-177.
- KABATEK, Johannes (2005b): “Sobre a historicidade de textos”, *Linha d’água* 17, 159-172.
- KABATEK, Johannes (2006): “Tradições discursivas e mudança linguística”, em Tânia Lobo *et al.* (orgs.), *Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 505-530.
- KABATEK, Johannes (org.) (2008): *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas*. Madrid: Iberoamericana.
- KOCH, Peter (1997): “Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und zu ihrer Dynamik”, em Barbarar Franck / Thomas Haye / Doris Tophinke (orgs.), *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 43-79 (ScriptOralia, 99).
- KOCH, Peter (2008): “Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: El ejemplo del tratamiento *vuestra merced* en español”, em Johannes Kabatek (org.), 53-88.
- KOCH, Peter / Wulf Oesterreicher (1990): *Gesprochene Sprache in der Romania: Französisch, Italienisch, Spanisch*. Tübingen: Niemeyer (Romanistische Arbeitshefte, 31).
- MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da (1780a): “Dissertação sobre as Capitánias de Santo Amaro e São Vicente”, em José da Silva Simões *et al.* (orgs.) (2013).
- MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da (1780b): “*Dissertação sobre as Capitánias de Santo Amaro e São Vicente*”, em José da Silva Simões *et al.* (orgs.) (2013).
- MANOEL, Patricia Simone Ferucio (2013): *Edição de memórias históricas e diários de viagem dos séculos XVI a XVIII: Projeto História do Português Paulista*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo.
- MANOEL, Patricia Simone Ferucio (2014): *Edição de memórias históricas e diários de viagem dos séculos XVI a XVIII: Projeto História do Português Paulista*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo.
- NICOLETTE, Carlos (2015): *O nativismo na Dissertação de Marcelino Pereira Cleto: cultura letrada na América portuguesa*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo.

- OESTERREICHER, Wulf (1997): “Zur Fundierung von Diskurstraditionen”, em Barbara Franck / Thomas Haye / Doris Tophinke (orgs.), *Gattungenmittelalterlicher Schriftlichkeit*. Tübingen: Narr, 19-41 (ScriptOralia, 99).
- OESTERREICHER, Wulf (2008): “Dinámica de estructuras actanciales en los Siglos de Oro: El ejemplo del verbo *encabalar*”, em Johannes Kabatek (org.), 225-248.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte (1983): *Traditiones Sprechens. Elemente einer pragmatischen Sprachgeschichtsschreibung*. Stuttgart / Berlin / Köln / Mainz: Kohlhammer.
- SILVA, Bruno (2011): *Negros, índios e mestiços nas crônicas de Pernambuco e São Paulo setecentistas*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- SIMÕES, José da Silva (2007): *Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP.
- SIMÕES, José da Silva (2012): “A importância da história dos gêneros para a constituição de *corpora* diacrônicos”, em Marco Antonio Martins / Maria Alice Tavares (orgs.), *História do português brasileiro no Rio Grande do Norte: análise linguística e textual da correspondência de Luís da Câmara Cascudo a Mário de Andrade – 1924 a 1944*. Natal, RN: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 55-94.
- SIMÕES, José da Silva / Verena Kewitz (2006a): “Traços linguístico-discursivos em *corpora* do português brasileiro”, *Estudos Linguísticos* XXXV, 1018-1027.
- SIMÕES, José da Silva / Verena Kewitz (orgs.) (2006b): *Cartas paulistas dos séculos XVIII e XIX: uma contribuição para os corpora do PHPB*. São Paulo: Humanitas / USP.
- SIMÕES, José da Silva / Verena Kewitz (2009a): “Tradições discursivas e organização de *corpora*”, em Vanderaci Aguilera (org.), *Para a história do português brasileiro*, vol. VII. Londrina: UEL, 467-558.
- SIMÕES, José da Silva / Verena Kewitz (2009b): “Normas linguísticas, história social, contatos linguísticos e tradições discursivas: transformando encruzilhadas em novos caminhos para a constituição de *corpora* diacrônicos”, em Ataliba Teixeira de Castilho (org.), *História do Português Paulista*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem / Universidade Estadual de Campinas, 699-720 (Série Estudos, 1).
- SIMÕES, José da Silva / Verena Kewitz (2009c): “A constituição de *corpora* diacrônicos do Português Brasileiro e seus traços linguístico-discursivos”, em Eberhard Gärtner (org.), *Brasilianisches Portugiesisch: Geschichte, System und Variation*. Frankfurt: Valentia Verlag, 31-48 (Bibliotheca Romanica et Latina; Band 8).
- Simões, José da Silva / Verena Kewitz (2010): “Recortes temáticos e mapeamento de Tradições Discursivas no *corpus* PHPB” em Demerval da Hora / Camilo Rosa Silva (orgs.), *Para a História do Português Brasileiro: abordagens e perspectivas*, vol. VIII. João Pessoa: Ideia / Editora da Universidade Federal da Paraíba, 21-28.
- Simões, José da Silva et al. (orgs.) (2013): *Projeto História do Português Paulista: Edição de Memórias Históricas e Diários de Viagem*. São Paulo: USP.
- Simões, José da Silva et al. (orgs.) (2014): *Projeto História do Português Paulista: Edição de Memórias Históricas e Diários de Viagem*. São Paulo: USP.

Taunay, Affonso de E. (1975): “Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800) – Súmula Biográfica”, em Frei Gaspar da Madre de Deus (1797), *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Ed. da Universidade de São Paulo, 7-23.

A expansão de perífrases de gerúndio no português brasileiro

Jucilene Oliveira Sousa Basilio

Universidade Federal do Espírito Santo
jucilenem3@hotmail.com

Maria Marta Pereira Scherre

Universidade Federal do Espírito Santo / Universidade de Brasília
mscherre@gmail.com

The Expansion of Gerund Periphrases in Brazilian Portuguese

Resumo

Neste artigo, analisamos a presença de perífrases *estar*+gerúndio no português brasileiro em alternância (1) com o *presente frequentativo* (ele sempre *tá* perguntando por você/ele sempre *pergunta* por você); (2) com o *infinitivo* (não tem hábito de *tá* escutando mesmo/não tem hábito de *escutar* mesmo); e (3) com o *ir*+infinitivo (nós *vamos tá* discutindo aqui/nós *vamos discutir* aqui). Com base na Sociolinguística Variacionista, analisamos 26 amostras com 717 dados variáveis da fala natural em ambientes formais. No campo do presente frequentativo, as perífrases *estar*+gerúndio emergem mais no contexto *irrealis*, ou seja, no âmbito da modalidade, que codifica a atitude do falante em relação à proposição. No campo do infinitivo, emergem com maior naturalidade em construções de subordinação (completivas nominais, subjetivas e adjetivas) e em relatos de procedimento e de opinião, apontando relação entre mais material fônico e formalidade discursiva. No campo do *ir*+infinitivo, emergem mais com o aspecto durativo, mas ocorrem também de forma considerável com verbos pontuais, contrariando expectativas da associação tradicional entre a perífrase *estar*+gerúndio e o aspecto imperfectivo. Assim, trata-se de configurações sintáticas e discursivas que indicam dimensões estilísticas, funcionando como um selecionador do modelo comunicativo cabível a cada situação. A expansão dos usos de *estar*+gerúndio atinge o campo da modalidade discursiva na interação social e recebe uma dimensão mais subjetiva, de atenuação de relações discursivas.

Palavras-chave

Português brasileiro, perífrases *estar*+gerúndio, variação linguística, gênero discursivo, contexto da situação

Sumário

1. Introdução. 2. A expansão da perífrase *estar*+gerúndio. 3. Perspectivas teóricas. 3.1. O gênero discursivo e o contexto de situação. 4. Sobre o aspecto verbal. 4.1. O aspecto no campo do presente frequentativo. 4.2. O aspecto no campo do infinitivo. 4.3. O aspecto no campo do *ir*+infinitivo. 5. Análises. 5.1. Resultados para o campo do *presente frequentativo*. 5.2. Resultados para o campo do infinitivo. 5.3. Resultados para o campo do *ir*+infinitivo. 6. Palavras finais.

Abstract

In this article, we analyse the presence of the periphrasis *estar*+gerúndio 'be+gerund' in Brazilian Portuguese, alternating with (1) the frequentative present tense (he's always asking about you / he always asks for you); (2) the infinitive (he doesn't have the habit of listening, really / he is not in the habit of listening, really); and (3) *ir*+infinitivo 'go+infinitive' (we'll be discussing here / we will discuss here). Based on Variationist Sociolinguistics, we analysed 26 samples with 717 variable items of natural speech in formal settings. In the field of the frequentative present tense, the periphrasis *estar*+gerúndio emerge more in *irrealis* context, within the modality scope, which encodes the speaker's attitude in relation to the proposition. In the infinitive context, it emerges more naturally in subordination constructions (nominal completeive; subjective and adjective) and in reports of procedures and opinion, underlining the relationship between more phonics material and discursive formality. In the *go*+infinitive context, it emerges more with a durative aspect, but also occurs considerably with punctual verbs, contradicting expectations of the traditional association between the periphrasis *ir*+infinitivo and the imperfective aspect. They are therefore syntactic and discursive settings that indicate stylistic dimensions, functioning as a selector of the communicative model appropriate to each situation. The expansion of the periphrasis *estar*+gerúndio reaches the context of discursive modality in social interaction and acquires a more subjective dimension of attenuation of the discursive relations.

Keywords

Brazilian Portuguese, periphrasis *estar*+gerúndio 'be+gerund', linguistic variation, discursive genre, interactional context

Contents

1. Introduction. 2. The expansion of periphrasis *estar*+gerúndio 'be+gerund'. 3. Theoretical perspectives. 3.1. The discursive genre and the context of the situation. 4. About verbal aspect. 4.1. The aspect of the frequentative present tense. 4.2. The aspect on the infinitive sentence. 4.3. The aspect on the *ir*+infinitive 'go+infinitive'. 5. The analysis. 5.1. Results on frequentative present tense. 5.2. Results on the infinitive. 5.3. Results on the *ir*+infinitive 'go+infinitive'. 6. Final remarks.

1. Introdução

Apresentamos, neste artigo, alguns resultados decorrentes da análise da expansão da perífrase *estar+gerúndio* no português brasileiro (PB): (1) no campo do presente frequentativo; (2) no campo do infinitivo e (3) no campo do *ir+infinitivo*.

Assumindo princípios teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista (Labov 1975/2008, 2001; Weinreich / Labov / Herzog 1968/2006), avaliamos que este fenômeno variável integra os eventos discursivos da comunidade de fala e emerge em situações de interações mais formais e/ou mais modalizadores, uma espécie de estratégia que visa garantir o sucesso da comunicação entre os indivíduos.

Embora haja avaliações negativas das perífrases de *estar+gerúndio*, pejorativamente rotuladas de *gerundismo*, em especial no campo de *ir+infinitivo*, pouco se tem discutido sobre a sua situação atual, bem como sua forma, função e expansão na fala de várias classes sociais e/ou grupos profissionais. O principal trabalho que trata o fenômeno objetivamente é o de Santos (2008), no campo de *ir+infinitivo*, em amostras de fala e de escrita.

O número de pesquisas linguísticas sobre as perífrases de *estar+gerúndio* ainda é pequeno, o que pode ser atribuído à dificuldade de captá-las na fala casual ou em entrevistas labovianas, ou ao fato de se tratar de um fenômeno com implicações semânticas e pragmáticas, cuja utilização ganhou configuração pejorativa que, infelizmente, ainda hoje pode desencadear atitudes de preconceito e intolerância linguística (Santos 2008: 83-93 e Anexos 1 a 10). O presente trabalho busca suprir parte desta lacuna.

2. A expansão da perífrase *estar+gerúndio*

O uso do *estar+gerúndio*, criando ou ampliando perífrases no PB, tem sido considerado impróprio, fruto da influência de tradução de manuais americanos para treinamento de profissionais de telemarketing. Em verdade, o telemarketing é apenas um dos contextos interacionais prototípicos de uso desta construção, uma espécie de estufa, por exigir maior modalização nas relações com os consumidores, pelo seu caráter invasivo. Outros contextos interacionais de uso destas construções são as relações comerciais de serviço, em especial as recepções hoteleiras. O fato é que estas construções, que herdaram do telemarketing seu forte traço negativo, passaram a ser percebidas na fala brasileira nos últimos 20 anos (Santos 2008: 5-18).

Nos termos de Labov (2001: 514), a não aceitação de uma variante inovadora implica partilhar da metáfora da *idade de ouro*, utilizada para se referir à crença em um estado puro da língua. Assim, o *Gold Age Principle*, o princípio mais geral e mais profundo sobre a língua, subjaz ao sentimento comum de que:

Em algum momento no passado, a língua estava em um estado de perfeição.

Entende-se que, neste estado, cada som era correto e bonito, e cada palavra e expressão era acurada, e apropriada. Além disso, o declínio deste estado é regular e persistente, de tal forma que cada mudança representa um distanciamento da idade de ouro, e não um retorno a ela. Cada novo som será ouvido como grosseiro e cada nova expressão será ouvida como imprópria, não acurada e inapropriada. Dado este princípio, é claro que a mudança linguística deve ser interpretada como uma ruptura com as normas estabelecidas e que as pessoas rejeitarão mudanças na estrutura da língua quando tomam consciência delas (Labov 2001: 514).

Avaliamos que a percepção da perífrase *estar*+gerúndio, inserida em outras construções verbais perifrásticas, em especial com *ir*+infinitivo, favoreceu a percepção da coexistência das variantes linguísticas, que, no contexto das interações discursivas, por vezes, são consideradas inadequadas ou desnecessárias, de forma bastante generalizada, até mesmo por linguistas que discutem avaliações negativas da mídia. Todavia, na busca de um entendimento mais amplo do fenômeno, consideramos, nesta pesquisa, três construções como inovadoras:

- a perífrase *estar*+gerúndio em alternância com o *presente frequentativo* (exemplos em 1 e 2):
 1. dados de notas... não dá o retorno pra gente do jeito que o relatório nos dá... por que aqui eu tenho o nome das famílias que *está recebendo* toda semana.
 2. a gente pode fazer isso terminou de preencher o relatório a cada décimo dia do mês cês mandam pra gente.... então quem *recebe* mensal... é primeiro mês, segundo mês, terceiro mês... acabou de preencher aqui ó pode mandar pra gente...?
- a perífrase *estar*+gerúndio em alternância com o *infinitivo* (exemplos em 3, 4 e 5):
 3. somente pelo telefone você terá a certeza de *estar adquirindo* um produto original.
 4. Algumas pessoas aqui já me conhecem, outras eu sei que ainda não... eu vou ter a oportunidade de *adquirir* um pouco mais com essa convivência, né?
 5. Bom... eu posso *tá ajudando*... não posso assumir esse compromisso... eu posso tá filmando a atividade dos alunos, acompanhar fazendo fotos e filmagens... só preciso ser avisado com antecedência... pra eu poder trazer a minha máquina... é isso... eu só posso *ajudar* assim.

- a perífrase *ir+estar+gerúndio* em alternância com *ir+infinitivo* (exemplos em 6):
 6. a gente *vai estar discutindo* o que que foi feito no ano de 2009 e o que que nós podemos fazer neste ano de 2010... é por isso que aqui a gente só chamou comunidades... aqui só tem instituição que faz atendimento a famílias... aqui não tem instituição que faz atendimento a criança, não tem instituição que faz trabalhos com idoso... que a gente atende também... aqui só tem instituição que faz atendimento a famílias... então nós *vamos discutir* isso, nós vamos fazer uma troca de experiências...

Nos moldes *labovianos*, buscamos entender um pouco das motivações (o *quando*, o *onde* e o *como*) de cada uma destas variantes linguísticas. Basilio (2011: 47-53) constatou que as perífrases de *estar+gerúndio* analisadas não ocorrem com frequência em entrevistas sociolinguísticas. Por isto, empreendeu uma coleta de dados por meio de gravações que retratam a escolha do falante em ocasiões de fala natural, mas em ambientes formais, que caracterizam contextos e gêneros discursivos como relatos de procedimento, de opinião e de acontecimentos. Com base em orientações metodológicas de Labov (1975/2008: 88; 246), Basilio (2011: 53) gravou reuniões de planejamento escolar, momentos informativos em ambientes religiosos, reuniões de departamento, reuniões em organizações institucionais, debates, anúncios orais públicos, reuniões escolares e intervenções pedagógicas, e outros contextos argumentativos tais como propagandas, vendas, atendimentos a clientes e noticiários de jornal. São 26 amostras com aproximadamente 17 horas de gravações totalizando 784 dados pertinentes à nossa análise.

Não fazem parte da nossa análise estruturas tradicionais do PB com *estar+gerúndio* com semântica de continuidade, naturais e usuais (*estamos escrevendo* este texto), paralelas a construções com infinitivo (*estamos a escrever* este texto) em variedades do português europeu.

3. Perspectivas teóricas

Utilizamos a Teoria da Variação e Mudança Linguística de base laboviana em nossa investigação (Labov 1975/2008, 2001; Weinreich / Labov / Herzog 1968/2006) por esta teoria ponderar a atuação do indivíduo no interior de uma comunidade de fala, ao aderir ou não a um conjunto de normas linguísticas partilhadas, e evidenciar que essa possibilidade de escolhas ressalta a existência de formas alternativas em variação, ou seja, com o mesmo valor de verdade. Temos por comunidade de fala o seguinte conceito laboviano:

A comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso. De igual modo, por meio de observações do comportamento linguístico, é possível fazer estudos detalhados da estrutura de estratificação de classe numa dada comunidade (Labov 1975/2008: 150).

Partilhamos da perspectiva de que é impossível entender o desenvolvimento de variação e mudança linguística fora da vida social da comunidade, já que pressões sociais estão continuamente operando sobre a linguagem, facilmente notadas na forma de participação do indivíduo em um conjunto de normas. Essas normas podem ser observadas no comportamento avaliativo e pela uniformidade dos padrões abstratos de variação, que refletem a heterogeneidade ordenada.

O conceito da heterogeneidade ordenada deve ser levado em conta porque revela a influência das forças sociais na escolha dos usos linguísticos do indivíduo e, por sua vez, os usos linguísticos do indivíduo revelam seus verdadeiros sentimentos em relação à língua.

A percepção do falante em relação a sua fala colabora para uma atitude de avaliação, que tende a levá-lo a um posicionamento na defesa da forma anterior ou no apego ao fato inovador. Neste ponto, destacamos a possibilidade de estarmos diante de um fenômeno que, segundo Weireich, Labov e Herzog (1968/2006: 125), pode acelerar os processos de implementação linguística.

Em adesão a movimentos de aproximação entre abordagens teóricas, apoiamos também na Teoria Sócio-semiótica da linguagem hallidayana abordada por Meurer, Bonini e Motta-Roth (2005), para maior compreensão das ocorrências de *estar+gerúndio* na fala em determinadas situações. Nesta aproximação, buscamos soluções complementares, conforme a proposta de Oliveira (1999: 300-318), para as análises dos dados coletados nessa pesquisa. Para a autora, ainda que haja nuances distintas entre as teorias, há a possibilidade de ‘casamentos teóricos’, que consistem justamente no diálogo entre as teorias.

3.1. O gênero discursivo e o contexto de situação

Entre as muitas aplicações do estudo do gênero discursivo, fizemos uma análise que engloba uma visão descritiva da língua e da sociedade no intuito de resolver a questão de natureza sociocultural no uso da linguagem, regendo a expansão de perífrases *estar+gerúndio* no PB no campo do *presente frequentativo*, do infinitivo e do *ir+infinitivo*.

Neste sentido, Bakhtin (1979/1992: 293) apresenta os gêneros como correspondentes a situações típicas da comunicação discursiva, e Marcuschi (2008: 190) afirma que “os gêneros são padrões comunicativos socialmente utilizados, e funcionam como uma espécie de modelo comunicativo global que representa um conhecimento social localizado em situações concretas”. São formas culturais e cognitivas de ação social. Cada falante domina as formas linguísticas e por meio dela se comunica para alcançar objetivos específicos em cada situação de uso social. Marcuschi (2008: 194) esclarece que:

É justamente pelas distintas práticas sociais desenvolvidas nos diversos domínios discursivos que sabemos que nosso comportamento discursivo num circo não pode ser o mesmo que numa igreja e que nossa produção textual na universidade e numa revista de variedades não será a mesma. Consequentemente, os domínios discursivos operam como enquadres globais de superordenação comunicativa, subordinando práticas sociodiscursivas orais e escritas que resultam nos gêneros.

Neste ponto, a noção de *prática social*, bem como outros conceitos básicos para o tratamento dos gêneros discursivos, se torna comparável ao conceito de língua ditado no interior da perspectiva sociolinguística. A noção de gênero discursivo se transforma em modelos correspondentes a formas sociais reconhecíveis em algumas situações de comunicação, originadas no momento histórico-sociocultural em que surgem e circulam.

As estruturas utilizadas na interação não podem ser vistas como construções mal elaboradas, ou fruto de invenções individuais. Elas são formas socialmente maturadas em uso na fala natural. Conforme Bakhtin (1979/1992), as estruturas pertinentes a cada gênero são apreendidas no curso de nossas vidas como membros de alguma comunidade. Assim, as estruturas com *estar+gerúndio* são formas culturais e cognitivas de ação social, também corporificadas na linguagem como entidades dinâmicas disponíveis, cuja escolha é motivada conforme o grau de formalidade ou a natureza dos temas. O falante identifica o gênero como nossa fala natural, o que, por um lado, impõe restrições e padronizações, mas, por outro lado, é um convite a escolhas, estilos, criatividade e variação.

4. Sobre o aspecto verbal

O Aspecto é uma categoria linguística ainda pouco contemplada nos estudos variacionistas clássicos do PB. Por vezes, o aspecto é notado sem antes ser identificado. Não raro, nas discussões a respeito dos tempos verbais, notamos justificativas que apontam o aspecto com uma nuance de ‘significação’. O aspecto verbal, apesar de

também ter por referência a categoria linguística de tempo, contempla a noção semântica contida no ‘tempo interno’ do verbo. Em linhas gerais, as noções semânticas do âmbito do Aspecto apontam *duração, instantaneidade, começo, desenvolvimento e fim*. Nesta pesquisa, consideramos a categoria de Aspecto, segundo as tipologias propostas por Vendler (1967) e Borba (1972), em especial, neste texto, a tipologia do segundo autor.

4.1. O aspecto no campo do presente frequentativo

Para compreensão da codificação do aspecto das construções no campo no *presente frequentativo*, analisamos as caracterizações verbais segundo Perini (2010: 221), ao apresentar a categoria tempo Presente como o ambiente da expressão dos eventos ou estados atuais que geralmente exprime uma verdade geral que independe do tempo. Assim como vários outros autores, Perini (2010: 221) aborda o presente simples usado também para exprimir um evento habitual, ao considerar que, em *Meu pai trabalha na oficina*, tem-se a possibilidade semântica que equivale dizer que “meu pai é um empregado da oficina”, e não se refere a alguma coisa que está fazendo no momento da fala.

O autor menciona que, para exprimir um evento que se dá no momento da fala, o ideal é usar o presente progressivo (*estar+gerúndio*) “Meu pai está trabalhando na oficina”, embora, pela análise de nossos dados, esta construção também seja usada para expressar um evento habitual (exemplo 1 na seção 2). O próprio Perini (2010: 221) afirma que o presente progressivo “pode ter alguma extensão no passado e no presente, ou ser habitual”.

Em referência ao aspecto habitual, Said Ali (1971: 310) apresenta a denominação *presente frequentativo* como uma das formas de aplicação do presente do indicativo. O fenômeno consiste numa série de atos da mesma espécie, que se repetem em intervalos mais ou menos longos. O *presente frequentativo* não se refere necessariamente ao que agora se está fazendo, e sim aquilo que se costuma fazer. Nessa perspectiva, tem-se habitualidade do fato verbal que ocorre de modo idêntico e repetido no tempo (exemplo 2 na seção 2).

O verbo *receber* em 7 expressa habitualidade por iteração, visto que o fato verbal se dá de modo idêntico no tempo marcado pelo adjunto adverbial *toda semana*. Costa (1997: 27) afirma que, neste caso, estamos diante de *um fato verbal de Número plural*, que se distribui de forma idêntica no tempo. Embora, a modalidade de eventos epistêmicos seja tratada com mais propriedade nos resultados da análise na seção 5.1, adiantamos que, conforme Costa (1997), a habitualidade do ato verbal se dá por iteração ou por continuidade e pode expressar o Aspecto contido na distinção da modalidade de eventos epistêmicos reais ou irrealis.

7. quem *recebe* alimento toda a semana... pode mandar isso pra mim mensal... porque é muito fácil preencher isso aqui...né? porque esse relatório aqui ó... primeira semana, segunda semana, terceira semana, quarta semana...

4.2. O aspecto no campo do *infinitivo*

Tradicionalmente os verbos envolvidos na formação de perífrases são chamados de auxiliares quando associados às formas nominais gerúndio e participípio. Essa associação origina as perífrases que expressam Aspecto e Voz.

De acordo com Travaglia (1985: 214), “todas as perífrases de estar marcam exatamente os mesmos aspectos que o verbo estar”. Assim, para Travaglia, as perífrases de *estar* marcam os aspectos imperfectivo, cursivo, não-acabado e durativo em todos os tempos flexionais e formas nominais, com exceção nos pretéritos perfeitos e mais-que-perfeito do indicativo, que indicam, respectivamente, o aspecto perfectivo, acabado, e o durativo. O verbo *estar* assume perspectiva dinâmica integrante dos operadores aspectuais, pois coloca o fato verbal num fragmento de tempo usado quando sua temporalidade é limitada. Essa característica pode ser associada ao traço durativo e ao de incompletude para atribuir ao fato verbal um período de vigência. A limitação temporal, para Travaglia, não se dá no fato verbal (*fazer*), mas no auxiliar *estar*, que indicaria a situação como ainda em curso.

Aqui nosso propósito é considerar a expressão do Aspecto na conjugação perifrástica e não perifrástica. Assim, consideramos relevantes as noções de aspecto codificadas pela significação verbal dos elementos principais das perífrases formadas com *estar*+gerúndio como no exemplo 8:

8. nós não temos condições de *tá recebendo* oito turmas de 5ª série no vespertino...

O verbo principal *receber*, em 8, é considerado como possuidor do aspecto pontual, que, segundo Travaglia (1985), se combinado com o auxiliar *estar* (*tá recebendo*), assumiria leitura aspectual de uma situação ainda em curso. Porém, de acordo a informação contida no dado, oito turmas de 5ª série chegam exatamente à escola no turno vespertino. Com o uso dessa estrutura, a diretora afirma a falta de condições para recebê-las. Assim, a presença de delimitação temporal, no contexto apresentado, não pode ser vista como indicativo de repetição do ato de receber, pois sabemos que é impossível existir uma escola que receba oito turmas de 5ª séries no turno vespertino todos os dias. Esse fato justifica e respalda o fenômeno da variação entre a perífrase *tá recebendo* e o infinitivo receber.

4.3. O aspecto no campo do *ir*+infinitivo

Ao considerar a categoria de Aspecto, Cunha e Cintra (2007: 397) abordam a oposição aspectual pontual/durativo, contínuo/descontínuo, e também as oposições entre formas simples e perífrases durativas. Sobre elas, afirmam que as perífrases de *estar*+gerúndio (ou infinitivo precedido da preposição *a*) designam “o aspecto do momento rigoroso”, e estendem-se a todos os modos e tempos do sistema verbal.

Ao pensar no tempo gasto na realização de uma ação, é preciso lembrar que toda ação tem princípio, meio e fim; um tempo antes de seu princípio, em que ela é não começada, e um tempo depois de seu fim, em que ela é considerada como acabada. Said Ali (1966) reconhece a combinação do verbo *ir*+infinitivo para designar locomoção, desejo de realizar algo ou um fato que não tardará a realizar-se. Cunha e Cintra (2007: 411) afirmam que a forma perifrástica de *ir*+infinitivo é usada como substituta do futuro do presente e indica uma ação futura imediata.

Nos exemplos 9 e 10, temos o uso da perífrase *ir*+*estar*+gerúndio, uma forma alternativa de *ir*+infinitivo:

9. A gente *vai tá pensando* aqui, refletindo junto...

10. Nós *vamos tá passando* pra vocês agora alguns alimentos...

No exemplo 9, a estrutura temporal interna é marcada por uma situação que acontecerá no futuro e pela forma como esse acontecimento se dará. *Pensar* e *refletir* são verbos que indicam ações de características semânticas durativas. Já no exemplo 10, o valor aspectual é marcado pelo modificador adverbial de tempo *agora*, no nível do aspecto externo, fora da significação do verbo. Pela literatura sobre as perífrases com o verbo *estar*+gerúndio, seria esperado que *nós vamos tá passando* indicasse uma situação contínua que acontecerá no futuro, porém, ao considerar as marcas aspectuais externas, nota-se que a ação verbal se dá imediatamente após o ato da fala.

As aspectualidades interna e externa compõem o aspecto da estrutura, porém, além da estrutura, há o aspecto codificado no contexto. O aspecto da estrutura é o que pode ser mensurado na estrutura verbal da perífrase, já a influência do contexto pode apenas ser observada por meio de inferências contidas ao redor da estrutura verbal.

Considerando a noção composicional de aspecto, uma situação pode ter leitura episódica no nível da frase ou às vezes precisa ser analisada nas demais classes de palavras. É preciso considerar que os valores aspectuais podem se sobrepor no plano estrutural, sendo desambiguizados pelo contexto, como no exemplo 11:

11. e na hora que chegar aqui *vai tá recebendo* isso tudo e todas as informações inclusive com o regimento interno do conselho estadual...

A estrutura em destaque no exemplo 11 é possuidora de nuance aspectual, que fornece informações de como se dará a realização do ato. Apesar de o verbo princi-

pal *receber* ser classificado, no quadro das características semânticas verbais de Costa (1997: 14), como um ato de pouca duração, a combinação de *tá+recebendo* deveria indicar duratividade na realização do ato verbal. A perífrase *vai tá recebendo* pode indicar um ato de realização futura que se dará de forma progressiva, mas, no momento da fala, este enunciado foi usado para marcar um ato instantâneo.

5. Análises

Para efetuar o tratamento dos dados, utilizamos duas ferramentas de forma complementar: o *pacote* Varbrul (Pintzuk 1988), para as buscas complexas de dados; o GoldVarb X (Sankoff / Tagliamonte / Smith 2005), para o tratamento estatístico das variáveis independentes nos três campos de investigação, analisados separadamente.

Os percentuais de uso da perífrase, com os 717 dados em contextos variáveis, estão na Tabela 1.

Os três campos de investigação	Frequência	Percentual
Campo do presente frequentativo	30/145	20,7%
Campo do infinitivo	94/420	22,4%
Campo do ir+infinitivo	34/152	22,4%
TOTAL	158/717	22,0%

TABELA 1. USO GERAL DE PERÍFRASES *ESTAR*+GERÚNDIO EM TRÊS CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO

Independentemente da rejeição das estruturas de *estar*+gerúndio ter se dado no PB em contextos de *ir*+infinitivo, o percentual de uso da perífrase é praticamente o mesmo em cada um dos campos analisados: 20,7%, no campo do presente frequentativo, 22,4% no campo do infinitivo e 22,4% no campo de *ir*+infinitivo, o que evidencia a regularidade da ocorrência das perífrases *estar*+gerúndio em usos discursivos formais de fala natural.

Na busca de um entendimento mais global da heterogeneidade ordenada, vamos, nas seções subsequentes, descrever os efeitos das restrições ou variáveis independentes estatisticamente significativas segundo critérios de análise de regressão múltipla, em que pesos relativos são atribuídos aos fatores das variáveis independentes analisadas: quanto maior o peso relativo, maior seu efeito sobre variante sob foco, no caso a perífrase *estar*+gerúndio; quanto menor o peso, menor o efeito. As percentagens de uso devem interpretadas em termos de desvios em relação à média (Naro 1981: 67-73; Sankoff 1988).

5.1 Resultados para o campo do *presente frequentativo*

No campo do *presente frequentativo*, a modalidade *realis/irrealis* foi apontada como significativa do ponto de vista estatístico. Na modalidade dos eventos controlamos a distinção da codificação semântico-pragmática na modalidade epistêmica, que, nos termos givonianos, estão respectivamente associados ao fato tido como real, verdadeiro ou à possibilidade de o fato se realizar.

A modalidade, conforme Givón (1995: 112-114), codifica a atitude do falante em relação à proposição na interação comunicativa, com relação ao seu julgamento epistêmico, em termos de ‘verdade factual’ ou ‘verdade possível’ de eventos verbais. Nessa perspectiva, evidenciamos a percepção e a atuação da modalidade de eventos na formação da perífrase *estar+gerúndio* no campo do presente frequentativo.

A. Modalidade *realis*

12. os produtos que caem no chão... eles ali... eles estão bons, caíram no chão mais estão bons pra ser consumidos...e as vezes eles deixam pra trás e vem outro carro depois e passa por cima, então as próprias instituições que *estão indo* lá buscar elas tem que se conscientizar disso...

No dado 12, temos uma situação no campo do presente frequentativo relatando um acontecimento habitual do fato de algumas instituições, no momento do manuseio das doações, deixarem alimentos caírem no chão e serem desperdiçados. Aqui ressalta-se a necessidade de que as instituições que habitualmente *vão/estão indo* lá buscar os alimentos se conscientizem de que as doações de alimentos são uma campanha contra o desperdício.

B. Modalidade *irrealis*

13. então o mundo hoje é assim... a mídia coloca isso... eles vão lá... fazem campanha... fazem passeatas e a população vai crescendo achando que isso é normal... então a gente tem que prestar muita atenção por que às vezes sem querer nós *estamos participando* dessa concordância do mundo com relação a essas questões..

Com o dado 13, ilustramos um evento costumeiro/habitual e expressamos uma verdade possível, que codifica uma situação *irrealis* que frequentemente pode ou não acontecer.

Nossos resultados na Tabela 2 revelam uma direção bastante curiosa na atuação dos verbos que expressam a modalidade de eventos *irrealis*. Os fatos, que nos termos givonianos, são tidos por potenciais foram apontados como favorecedores na formação de perífrases (peso relativo de 0,809), no campo de predominância da

modalidade realis (123/145=85%). Assim, o epistêmico de possibilidade, no campo de um tempo habitual, mais favorecedor da perífrase *estar+gerúndio*, pode assegurar a manutenção da expressão da habitualidade, possivelmente atenuada com a forma de presente simples na modalidade irrealis: pesquisas futuras, com mais dados, dirão se apontamos a direção certa.

Modalidade de eventos	Frequência	Percentual	Peso relativo
Irrealis	11/22	50,0%	0,809
Realis	19/123	16,4%	0,436
TOTAL	30/145	20,7%	

TABELA 2. USO DE PERÍFRASES *ESTAR+GERÚNDIO* NO CAMPO DO PRESENTE FREQUENTATIVO EM FUNÇÃO DA MODALIDADE DE EVENTOS

O fato é que a codificação da modalidade dos eventos evidencia o contraste entre os eventos reais (peso de 0,436) e irrealis (peso de 0,809) neste processo de escolha.

O exemplo 14 ilustra que a modalidade *irrealis* pode expressar um evento costumeiro/habitual, que contém uma verdade possível, comum às situações que frequentemente podem ou não acontecer.

14. quais as dificuldades que nós temos aqui, às vezes a gente *tá doando* um produto que às vezes tem que ter consumo mais rápido... né? às vezes recebe um leite que vai ter que consumir em 3 dias...

5.2 Resultados para o campo do *infinitivo*

As perífrases *estar+gerúndio*, no contexto do *infinitivo*, apontam um aspecto sintático digno de nota (Tabela 3): emergem com maior força em estruturas subordinadas substantivas (subjativas: 0,659: completivas nominais: 0,798) e adjetivas (0,769). A exceção do efeito fortemente favorecedor dos termos oracionais integrantes fica por conta das orações objetivas, com peso relativo relativamente mais baixo (0,464).

Configuração sintática	Frequência	Percentual	Peso relativo
Justapostas	1/20	5,0%	0,142
Absolutas	5/31	16,1%	0,392
Principais	7/56	12,6%	0,364
Coordenadas	20/114	17,5%	0,464
Condicionais	4/21	19,0%	0,467
Finais	20/73	27,4%	0,596
Objetivas	7/33	21,2%	0,464
Subjetivas	10/28	35,7%	0,659
Completivas nominais	15/30	50,0%	0,798
Adjetivas	5/14	35,7%	0,769
TOTAL	94/420	22,4%	0,142

TABELA 3. USO DE PERÍFRASES *ESTAR*+GERÚNDIO NO CAMPO INFINITIVO EM FUNÇÃO DO TIPO DE CONFIGURAÇÃO SINTÁTICA

É interessante ressaltar que os usos de *estar*+gerúndio, no contexto do infinitivo, emergem com maior naturalidade nas completivas nominais (exemplo 15):

15. a gente precisa deste compromisso... de ligar e dizer – olha! eu não vou poder ir buscar.... não tenho como ir buscar... ai... a gente tem um tempo hábil de *tá mandando* estes produtos pra outra instituição...

Merece também destaque o efeito favorecedor das finais (0,596), no campo das subordinadas adverbiais, tendo em vista que há outras adverbiais que não apresentam casos com *estar*+gerúndio, a saber, as causais (11 dados) e as temporais (quatro dados), que não constam da Tabela 3, por indicarem contextos invariantes. Todos os casos de não subordinadas desfavorecem a presença da perífrase: justapostas (0,142), absolutas (0,392), absolutas (0,364), principais (0,364) e coordenadas (0,464).

Assim, nesse mapeamento sintático, vimos que há uso das perífrases em configurações mais encaixadas e/ou mais complexas, aspecto a ser futuramente explorado, na relação com a formalidade dos atos discursivos no interior de cada fala.

A configuração discursiva aponta o relato de procedimento e o relato de opinião como gêneros que tomam dimensões estilísticas, sociais, e discursivos, funcionando como um selecionador do modelo comunicativo apropriado a cada situação (Tabela 4).

Configuração discursiva	Frequência	Percentual	Peso relativo
Relato de procedimento	50/204	24,5%	0,560
Relato de opinião	29/105	27,6%	0,564
Relato de acontecimento	15/111	13,5%	0,335
TOTAL	94/420	22,4%	

TABELA 4. USO DE PERÍFRASES *ESTAR*+GERÚNDIO NO CAMPO DO INFINITIVO EM FUNÇÃO DA CONFIGURAÇÃO DISCURSIVA

Os relatos de procedimento e de opinião foram apontados como situações relativamente favorecedoras à realização das perífrases *estar*+gerúndio (0,558 e 0559). Nestas configurações discursivas, em geral, temos o discurso com estruturas mais complexas ou com mais material fônico, direcionado a uma situação interativa mais formal, exemplificado pelo relato de opinião no exemplo 16 e de procedimento no exemplo 17.

16. Bom... eu posso *tá ajudando*... não posso assumir esse compromisso... eu posso *tá filmando* a atividade dos alunos, acompanhar fazendo fotos e filmagens... só preciso ser avisado com antecedência...pra eu poder trazer a minha máquina...
17. está aqui ó... “para informações sobre o regulamento e premiação visite o site”... ai você tem que entrar neste site para saber o regulamento do concurso para você *tá participando*, tá?

No futuro será importante explorar a eventual relação entre as configurações discursivas e os modalizadores, em especial em construções com verbo *poder*.

5.3. Resultados para o campo de *ir*+infinitivo

Pelos resultados da configuração sintática no campo do *ir*+infinitivo (Tabela 6), embora menos regulares do que nos casos de *infinitivo* (Tabela 3), vislumbramos pistas das configurações do uso da perífrase *ir+estar*+gerúndio. As orações subordinadas adjetivas apresentaram peso relativo de 0,836, as mais favorecedoras da perífrase. Esses resultados apontam claramente a existência de uma configuração sintática em que a perífrase *ir+estar*+gerúndio é tida como estrutura potencial para expressar uma atividade futura (exemplos 18 e 19).

18. na semana passada nós tivemos uma reunião aqui na escola... com os diretores que *vão estar apresentando* no dia...
19. na última reunião do dia 13 quando a gente falou sobre jovens... é... um projeto... também né?...chama-se “primeiro passo”... são jovens empreendedores que *vão estar participando* nesse projeto...

Configuração sintática	Frequência	Percentual	Peso relativo
Orações absolutas e justapostas	03/44	6,8%	0,242
Principais	09/32	22,0%	0,514
Coordenadas	15/44	34,1 %	0,732
Subordinadas objetivas, causais e condicionais	01/13	7,7%	0,273
Subordinadas adjetivas	06/10	60,0%	0,836
TOTAL	34/152	22,4%	

TABELA 5. USO DE PERÍFRASES *ESTAR*+GERÚNDIO NO CAMPO DO *IR*+INFINITIVO EM FUNÇÃO DO TIPO DE CONFIGURAÇÃO SINTÁTICA

O comportamento das orações coordenadas, fortemente favorecedor da perífrase (0,732), sugere, por sua vez, uma volta aos dados, a fim de possamos verificar que fator está realmente em jogo, antes que levantemos alguma hipótese interpretativa, tendo em vista que as orações absolutas e justapostas evidenciam efeito desfavorecedor (0,242), bem como as subordinadas objetivas, causais e condicionais (0,273), de forma semelhante ao uso da perífrase no campo do infinitivo (Tabela 4).

O significado do verbo, segundo a tipologia aspectual de Borba (1972), foi outra variável estatisticamente significativa para o uso de *ir+estar+gerúndio* (Tabela 6). Os verbos de aspecto durativo são os mais favorecedores desta perífrase (0,727), apesar de muitas vezes serem apontados como justificativa ao estigma de inadequação na expansão da perífrase de futuro. O efeito dos verbos de aspecto durativo tem sua compreensão na noção que rege a distribuição das formas verbais mensurando seu grau de desenvolvimento da ação verbal. Há compatibilidade entre a semântica dos verbos durativo e a perífrase de gerúndio, como no exemplo 20:

20. primeiro é sobre o seminário... né?... que a gente *vai estar falando*.

Significação verbal	Frequência	Peso relativo
Durativo	20/53= 37,7%	0,727
Inceptivo	3/14= 21,4%	0,602
Permansivo	3/48 = 6,2%	0,215
Pontual	8/37 = 21,6%	0,530
TOTAL	34/152=22,4%	

TABELA 6. USO DE PERÍFRASES NO INFINITIVO FUTURO EM FUNÇÃO A SIGNIFICAÇÃO VERBAL

Enfatizamos que a duração verbal é mencionada nas discussões em torno da expansão da perífrase *ir+gerúndio*, pois a leitura do aspecto verbal muitas vezes é apontada como justificativa ao estigma de inadequação atribuído por causa do suposto erro de aplicação dos usos verbais na expansão da perífrase de futuro. Todavia, o

efeito dos verbos inceptivos (0,602) é também compatível com a noção aspectual de início de um processo, de duração menor (exemplo 21).

21. fizemos um... um diploma né?... aquelas pessoas que saíram... *vai tá recebendo...* né? esse diploma...

Com os verbos de aspecto permansivo, que expressam um estado permanente, temos o menor efeito de uso da perífrase *ir+estar+gerúndio* (0,215), o que indica coerência semântica entre menor noção de duração aspectual e menor uso da perífrase. Nesta linha de raciocínio, seria esperado que os verbos pontuais desfavorecem também de forma forte a perífrase *ir+estar+gerúndio*, porque estes verbos expressam um processo realizado de maneira súbita, quase sem duração (exemplo 22):

22. Vocês vão tá falando como vocês fizeram pra superar ou quem tem essa dificuldade vai... *vai tá colocando* que tem essa dificuldade.

Todavia, os verbos pontuais se colocam no meio da escala em termos de pesos relativos (0,530), indicando um efeito relativamente maior, mais próximo ao efeito dos verbos inceptivos (0,602) do que ao efeito dos verbos permansivos (0,215). Evidencia-se, assim, indubitavelmente, a expansão de usos da perífrase para um tipo semântico de verbo que se considera incompatível com a perífrase de *estar+gerúndio*.

Neste campo, em especial quando os verbos da perífrase *ir+infinitivo* não indicam duração ou indicam pouca duração, é que houve a maior percepção das perífrases *ir+estar+gerúndio*, e maior rejeição explícita a elas, embora se observe que a perífrase *estar+gerúndio* se expande, em um processo de mudança sem volta, porque já faz parte do PB.

6. Palavras finais

Iniciamos nossa investigação sobre os usos das perífrases de *estar+gerúndio* no campo do aspecto, mas é fato que seu uso atinge o campo da modalidade: são usos motivados por uma série de escolhas discursivas possíveis em determinada configuração contextual, realizadas no nível do registro. Os usos de *estar+gerúndio* nas construções verbais ocorrem conforme o contexto da situação em que a interação social recebe uma dimensão mais subjetiva capaz de, em nível comunicacional, direcionar o modo de produção do ato da fala.

Essas escolhas foram identificadas por Vian e Lopes (*apud* Meurer / Bonini / Motta-Roth 2005: 32) como *contexto situacional*, no qual a ocasião determina o gênero de fala possível para cada contexto (Meurer / Bonini / Motta-Roth 2005: 32).

Tem-se, nesta perspectiva, a existência de vários contextos situacionais, assim como existem várias situações de usos linguísticos e cabe ao falante possuir a habi-

lidade de compreender cada uma das formas de usos disponíveis em uma determinada língua, conforme Weinreich, Labov e Herzog (1968/2006). Essa variação, para Hasan (1989), parece ser determinada e controlada pelo modo de organização dos significados estabelecidos nas relações sociais.

Por ora, pode-se afirmar que as escolhas pelos usos das perífrases *estar*+gerúndio são motivadas pela organização individual do contexto, que, de acordo com o grau de formalidade, determinam a seleção de tratamento mais formal com estruturas de maior extensão e mais modalizadoras.

As construções aqui apresentadas são estruturas formais já usadas livremente por falantes de várias classes sociais, idade, grupo profissional em diversas situações de usos linguísticos conforme pode ser ilustrado nos casos de 23 a 39:

23. Primeiro é sobre o seminário, né?... que a gente *vai estar falando*... é... na reunião do dia 26/04 eu tive uma reunião com o secretário da equipe de educação e falamos deste seminário... é... pra... *tá passando... tá falando* pra elas da necessidade de todo mundo... estar ciente deste projeto que tá acontecendo. (Diretora)
24. ou o diretor, ou o coordenador vai *tá explicando* o porque tá liberando, as vezes não *escuta*... porque não tem hábito de *tá escutando* mesmo. (Pedagoga)
25. Fazem campanha... fazem passeatas e a população vai crescendo achando que isso é normal... então a gente tem que prestar muita atenção por que às vezes sem querer nós *estamos participando* dessa concordância do mundo com relação a essas questões. (Motorista)
26. Agora o governo *vai mexer* na popança... como fez o governo Collor e o PPS *vai estar lutando* para que isto não aconteça. (Político)
27. A associação de preocupa não só em ensinar a produzir... tá incentivando a produção, mas também *mostrar* os vários pratos que podem *tá sendo* feito à base de tilápia... e... mostrando que ele é um peixe que tá rico no cardápio. (Jornalista)
28. logo após a programação nós teremos o almoço... nós *vamos estar nos concentrando* no salão aqui a minha esquerda... (Orador)
29. entendeu? então início de outubro, no dia primeiro entre o dia primeiro ao dia dez de outubro vocês *vão estar recebendo* a primeira parcela. (Assistente técnico)
30. Eu só... to esperando esses cara se organizar pra começar... pra não ficar insistindo com ninguém... você sabe que eu não gosto de *tá insintindo* nada com ninguém... (Pedreiro)
31. É uma propaganda... por que tem que entrar assim a propaganda da loja os produtos que tem na loja... vamos supor e... e... também lembrando...

- fazendo uma observação que a loja *vai tá fazendo* esse evento dia vinte e seis de novembro... entendeu? (Designer)
32. Boa tarde... nos queremos informar que... o secretario veio ai pra *poder tá assinando*... e... ainda fizemos uma... um diploma né... aquelas pessoas que saíram *vai ta recebendo*... né esse diploma... né e como todos sabem... a... participação no conselho é de relevância... ai a gente tem também que *tá diplomando* aquelas pessoas que saíram da... da... deste contexto. (Secretária)
33. Uma boa noite pra você que nos ouve em sua casa em seu trabalho... está começando agora o seu programa imperdível de todas as noites... saúde total... este programa *vem trazendo* muitas dicas pra você de saúde...orientações sobre fitoterapia... (Radialista)
34. Tem umas coisas que a gente *vai tá passando* aqui... que são informações que são importantes... que são questões que acontecem e tem acontecido e a própria comunidade tem trazido pra gente na demanda pra gente *tá tentando resolver* a qualquer época... então é melhor a gente já *tá tratando* com todo mundo junto né? (Assistente social)
35. Você sabe que quando precisar pode tá contando comigo, ... a gente sempre *tá fazendo* alguma coisa uma pela outra... você tem essa mania de não querer tá falando as coisas e se afastar da gente... isso eu toda a vida *tô falando* com você... as coisas não se resolvem assim. (Enfermeira)
36. Bom dia pessoal... eu sei que é chato eu *tá perturbando*... assim logo cedo, mas eu peço a ajuda de vocês porque... chegando aqui na rodoviária, fui assaltado... perdi todos os meus documentos e o dinheiro... preciso da colaboração de vocês pra *tá comprando* a passagem e poder tá voltando para minha casa... Qualquer ajuda... *vai tá sendo* bem vinda. Deus abençoe. (Pedinte)
37. A senhora pode *tá comprando* esta rifa pra me ajudar? (Adolescente em cidade do interior vendendo rifa em praça pública)
38. Eu posso *tá colocando* o selo de troca? (Vendedor em loja de departamento em Brasília)
39. Eu posso *tá retirando* os pratos? (Garçonete de evento em cidade de interior)

As nuances semânticas e aspetuais apontadas nas discussões e o estigma de inadequação presente na argumentação de tantos ‘defensores’ da língua são frutos de uma compreensão equivocada que, em geral, toma-se por base apenas o Aspecto do auxiliar (*estar*) desconsiderando os demais verbos presentes na perífrase *estar+gerúndio*. Não encontramos objetivos sutis além do ato da fala, no uso da perífrase *estar+gerúndio*. Até por que, um falante pode perfeitamente chegar ao fim de sua formação

escolar e universitária, sem ter conhecimento da categoria linguística de Aspecto. Assim, o falante não tem a consciência e seleciona as estruturas sintáticas de sua fala a partir da intenção discursiva ou pretensão de cumprir ou não um compromisso.

O apego as nuances aspectuais de um dos verbos da construção, como estruturas autônomas, para conceituar o aspecto de toda a estrutura, ignora seu uso real, as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística de toda uma comunidade de fala.

Há, pois, uma pressuposição de que o comportamento linguístico dos indivíduos reflete regularidades ligadas ao fato de que em geral os falantes aderem às normas de seus respectivos grupos sociais e mesmo que, de forma inconsciente, compartilha seus padrões normativos.

A perífrase *estar*+gerúndio hoje é compreendida como uma estrutura que emerge em situações de relacionamentos mais formais, e é motivada pela organização individual do contexto, que, de acordo com o grau de formalidade, determinam a seleção de tratamento mais formal com estruturas de maior extensão e mais modalizadoras, mas a sua expansão linguística e social é evidente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail (1979/1992): *Estética da criação verbal*. Moscovo: Edições Iskustvo / São Paulo: Martins Pontes.
- BASILIO, Jucilene Oliveira Sousa (2011): *A expansão das perífrases de gerúndio no português brasileiro*. Universidade Federal do Espírito Santo. Dissertação de Mestrado inédita.
- BORBA, Francisco da Silva (1972³): *Introdução aos estudos linguísticos*. São Paulo: Nacional.
- COSTA, Sônia Bastos Barbosa (1997). *O aspecto em português*. São Paulo: Contexto.
- CUNHA, Celso / Luís Filipe Lindley CINTRA (2007). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- GIVÓN, Talmy (1995): *Functionalism and Grammar*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.
- HASAN, Ruqaiya (1989): “Parte B”, em Michael Alexander Kirkwood Halliday / Ruqaiya Hasan, *Language, Context, and Text: aspects of language in a Social-semiotic Perspective*. Oxford: OUP.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood (1985): *An introduction to functional grammar*. London: Edward / Arnold Publishers.
- LABOV, Willian (1975/2008): *Padrões Sociolinguísticos*; tradução Marcos Bagno / Maria Marta Pereira Scherre / Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola.
- LABOV, Willian (2001): *Principles of Linguistic Change: Social Factors*. Oxford: Blackwell.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio (2008²): *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial.

- MEURER, José Luís / Adair BONINI / Désirée MOTTA-ROTH (eds.) (2005): *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial.
- NARO, Anthony Julius (1981): "The social and structural dimensions of a syntactic change", *Language*, 57, 63-98.
- OLIVEIRA, Roberta Pires de (1999): *Uma história de delimitações teóricas: 30 anos de semântica no Brasil*. D.E.L.T.A., vol. 15, especial, 291-321.
- PERINI, Mário Alberto (2010): *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
- PINTZUK, Susan (1988): *Varbrul programs*. Inédito.
- SAID ALI, M. (1966): *Gramática Secundária da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.
- SAID ALI, M. (1971): *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- SANKOFF, David (1988): "Variable rules", em Ulrich Ammon *et al.* (ed.), *Berlin Sociolinguistics: An International Handbook of the Science of Language and Society*, vol. 2. Berlin / New York: Walter de Gruyter, 984-998.
- SANKOFF, David / Sali TAGLIAMONTE / Eric SMITH (2005): *Goldvarb X: A multivariate analysis application*. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics. [http://individual.utoronto.ca/tagliamonte /Goldvarb/GV_index.htm#ref](http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref).
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1985): *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Edição revisada U.F.U.
- VENDLER, Zeno (1967): *Linguistics in philosophy*. Ithaca (NY): Cornell University Press.
- WEINREICH, Uriel / William LABOV / Marvin HERZOG (1968/2006): *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola.

Estudio de la vitalidad de la lengua pemón en Venezuela: las comunidades de San Antonio del Morichal y Waramasén

Julia Kuhn

Friedrich-Schiller-Universität Jena
julia.kuhn@uni-jena.de

Rafael Eduardo Matos

Friedrich-Schiller-Universität Jena (Alemania)
rafael-eduardo.matos@uni-jena.de

Thoughts on the Vitality of the “Pemon” Language in Venezuela: the Communities of San Antonio del Morichal and Waramasén

Resumen

El presente trabajo se inscribe dentro de una serie que estudia la vitalidad de la lengua pemón en diferentes comunidades indígenas de Venezuela. El pemón es una lengua indígena de la familia caribe hablada en el sur de Venezuela, en el norte de Brasil y en Guyana. Para evaluar la vitalidad, se aplicó un cuestionario sobre la situación lingüística en general, siguiendo la metodología de Terborg y García Landa (2011). En él se preguntó sobre el nivel de conocimiento del español y de la lengua indígena, la transmisión de la lengua hacia las nuevas generaciones y sobre la lengua de uso según diferentes dominios.

Los resultados muestran dos comunidades bastante diferenciadas desde el punto de vista del uso lingüístico. Waramasén se presenta como una comunidad bilingüe con una gran competencia en la lengua indígena y San Antonio del Morichal luce más volcada hacia el español. En ambos casos, la competencia en la lengua indígena crece a medida que aumenta la edad. Igualmente, según la edad de la persona con quien se habla, la lengua indígena es más utilizada a medida que aumenta la edad del interlocutor. Al observar los dominios de uso se encuentra que en Waramasén la lengua indígena predomina en los dominios privados (familia, amigos, iglesia) y en la asamblea comunitaria; ninguna en la escuela. En San Antonio del Morichal predomina el uso del español en casi todos los dominios.

Palabras-chave

Sociolingüística, minoría lingüística, lengua vernácula, lengua indígena, vitalidad, pemón

Sumario

1. Introducción. 2. Los pemón. 3. Datos empíricos. 4. Conclusiones.

Abstract

The present analysis is part of a series of studies considering the vitality of the Pemon language in various indigenous communities in Venezuela. Pemon is an indigenous language belonging to the family of Caribbean languages and is spoken in the south of Venezuela, in the north of Brazil and in Guyana. To evaluate the vitality of the language in the various areas, we applied a sociolinguistic questionnaire following the methodology of Terborg / García Landa (2011), containing amongst others questions on the level of knowledge of Spanish and the indigenous language, the passing on of the language to the following generations and language use in different domains.

The results show that the two communities are quite different from the linguistic perspective. Waramasén is a bilingual community, where the knowledge of the indigenous language is high. San Antonio del Morichal shows a tendency towards Spanish. In both cases, the knowledge of the indigenous language increases with the age of the speaker as well as with the age of the interlocutor. By examining usage domains, it can be shown that in Waramasén the indigenous language dominates in private domains (family, friends and church) and in the local assembly, whereas at school the indigenous language is not used. In San Antonio del Morichal, the use of Spanish dominates nearly all fields.

Keywords

Sociolinguistics, Minority language, Vernacular languages, Indigenous languages, pemon

Contents

1. Introduction. 2. The pemon. 3. Empirical data. 4. Conclusion.

1. Introducción

En este trabajo, inscrito dentro de una serie (Kuhn / Matos 2014, 2015) que estudia la vitalidad de la lengua pemón en diferentes comunidades indígenas de Venezuela, analizamos la situación lingüística de dos comunidades del sur del país: Waramasén y San Antonio del Morichal. La población es bilingüe; habla la lengua indígena pemón y el español como lengua nacional. La lengua indígena es hablada de menos en menos y la vitalidad se reduce. En el cuadro del modelo de “ecología de presiones” de Terborg (2006) se señalan factores, que actúan sobre los individuos o grupos de hablantes, determinantes en la utilización de la lengua. Entre esos factores se encuentran las condiciones de poder, el interés personal y la competencia lingüística (Terborg / García Landa 2011: 29 ss.), los cuales interactúan entre sí. La competencia lingüística puede provocar conflictos, porque una competencia desequilibrada puede originar relaciones de poder que implican fenómenos de control. Van Dijk (1999) considera el poder social como el control que un grupo tiene o ejerce sobre otro. El poder es definido como una relación específica entre grupos, en la que el control juega un rol importante porque determina el comportamiento, como, por ejemplo, el uso de otra lengua en un grupo. Van Dijk (1999: 206) compara esto con la opresión y explotación colonialista, la opresión socioeconómica, el machismo y el racismo. Las “presiones” y los modelos de conducta son motivados por los intereses, que tienen un efecto sobre la *joint action* (Clark 1996), sobre la comunicación. Las relaciones de poder dependen del conflicto de las “presiones”, aunque estas resultan tanto de los intereses personales como de las condiciones generales (aún de naturaleza política).

Hymes (1981) considera la competencia comunicativa como un proceso dinámico dependiente de la determinación del hablante. La comunicación puede lograrse o fracasar, aunque el fracaso puede ser provocado por una falta de competencia lingüística o por juicios de valor (como la discriminación de las personas que tienen un acento determinado) y por conflictos ideológicos. Según Van Dijk (1999: 178) las ideologías sirven para legitimar el poder y la desigualdad. Si en situaciones bilingües el fracaso en la comunicación es permanente, entonces hay un problema lingüístico que puede ser mejorado, no sólo aumentando la competencia lingüística, sino también con un cambio de ideología. Las políticas lingüísticas deben partir de este punto y no solo buscar influir en la competencia lingüística. Esta influencia sobre las ideologías pasa por la formación de los maestros de nivel pre-escolar y escolar y el reflejo de las identidades discursivas en los medios de comunicación.

2. Los pemón

Los pemón son un pueblo indígena que habita una región compartida entre Venezuela, Brasil y Guyana. Sin embargo, la gran mayoría de los pobladores se encuen-

tran en Venezuela, por lo que las informaciones que siguen se refieren a este país. El mapa a continuación (Figura 1) muestra el territorio venezolano y la zona en la que se localiza este grupo indígena.

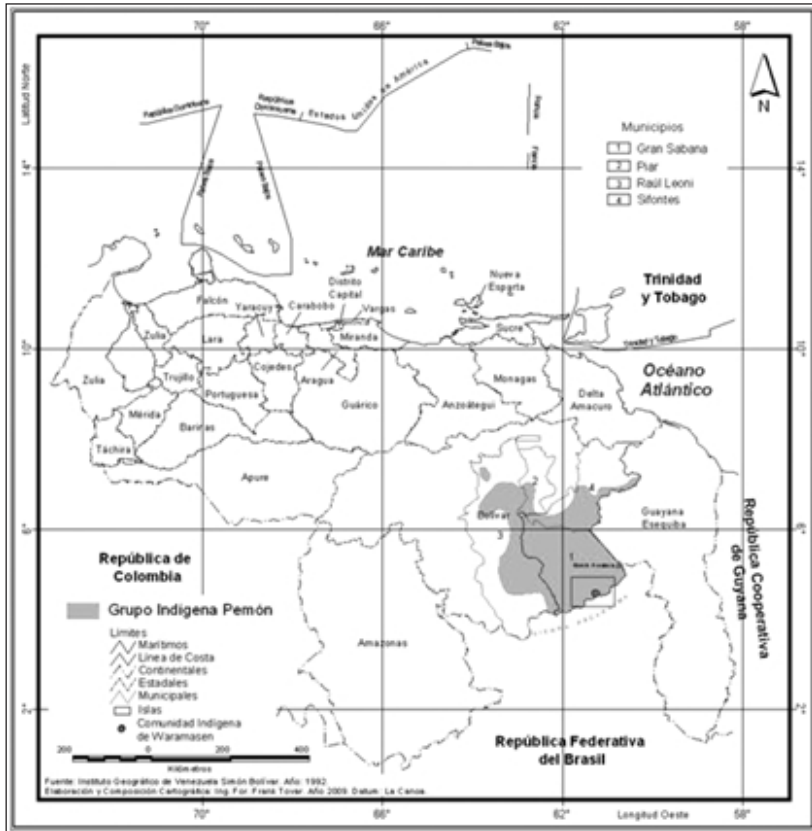


FIGURA 1. MAPA DE VENEZUELA INDICANDO LA LOCALIZACIÓN DEL GRUPO INDÍGENA PEMÓN (TOMADO DE ROJAS LÓPEZ Y TOVAR 2011: 116)

El territorio que habitan los pemón comprende dos zonas ecológicas: una de sabana, donde predomina una topografía ligeramente ondulada, interrumpida por montañas abruptas cubiertas de bosques y lechos de ríos y caños, y una de selva fluvial.

La ocupación de los diversos territorios se realizó entre el siglo XVIII y comienzos del siglo XX. Hasta principios del siglo pasado, fueron mínimos los contactos continuos y directos con los pemón, tanto con venezolanos, brasileños, guyaneses y europeos. El relativo aislamiento fue roto en ese entonces con la instalación de misiones religiosas (capuchinos y adventistas) y la llegada de mineros a las zonas diamantíferas. Los capuchinos crearon diversas misiones, la primera en Santa Elena, en 1931,

y luego en otras regiones como Kavanayén (1942) y Kamarata (1954). Las primeras incursiones de las misiones adventistas comenzaron en 1911, siendo más importantes las que sucedieron entre 1927 y 1930, cuando se establecieron en Santa Elena. La influencia de la minería, que se limita mayormente al siglo xx, es considerable a partir de 1945, año a partir del cual se intensifica (Thomas 1983: 313-317).

Este pueblo habla una lengua de la familia caribe que se conserva sin mayores alteraciones lingüísticas, con la excepción de algunos individuos muy criollizados (Benavides 2000: 493). La palabra “pemón” significa ‘gente’ y el término se utiliza para designar a quienes pertenecen a este grupo étnico, diferenciándolos de criollos y otros indígenas. Tradicionalmente, se distinguen tres dialectos mutuamente inteligibles: el kamarakoto, el arekuna y el taurepán (Thomas 1983: 310). Estos dialectos se ubican en territorios relativamente bien delimitados: si se traza una línea en dirección este-oeste, a través del río Mauruk, afluente del Karuai, se encontraría que el arekuna se ubica al norte, el kamarakoto en el centro-oeste (en las zonas de Kamarata y Urimán) y el taurepán al sur. Sin embargo, y dadas las considerables similitudes entre el taurepán y el arekuna, algunos autores (véase Benavides 2000: 494) consideran que debe hablarse de sólo dos variantes geográficas, el kamarakoto y el taurepán-arekuna, agregando que el primero se ha ido aproximando al segundo en las últimas generaciones.

En Brasil, el pueblo pemón es conocido como taurepang. Los pobladores se encuentran en la parte norte del estado de Roraima, en la frontera con Venezuela y Guyana. Las comunidades se encuentran en las Tierras Indígenas “Raposa Serra do Sol” y “São Marcos”, donde coinciden con otros grupos indígenas. Para el 2010, la población se estimaba en 673 personas (Andrello 2013). En Guyana, son identificados como amerindios del grupo lingüístico arekuna y se ubican mayormente al norte de la Sierra de Pacaraima, en la Aldea de Paruima. Para el 2002, la población se estimaba en 500 personas (Sichra 2009: 411). En Venezuela, habitan una extensa zona en la región sureste del país, en el Estado Bolívar, principalmente en el municipio Gran Sabana. Según los resultados del último censo de población (INE 2013), los pemón corresponden al cuarto pueblo indígena, según el número de habitantes, con una población de 30.455 personas (el 4,2% del total). El censo anterior (INE 2010) registró un nivel de bilingüismo del 51,9% y una tasa de alfabetismo del 74,6% en castellano y del 52,2% en pemón. Igualmente, encontró 296 comunidades de este pueblo.

La distribución de las comunidades en el territorio venezolano es heterogénea. En algunos casos, la comunidad se ubica en un contexto suburbano de fácil acceso, contando con carreteras asfaltadas y transporte público. En otros, la comunidad se localiza en un contexto rural de difícil acceso, dándose el caso de comunidades que cuentan sólo con acceso fluvial o aéreo. En este mismo sentido varían la variedad de los servicios públicos y el acceso a los medios de comunicación.

Las comunidades de San Antonio del Morichal y Waramasén están ubicadas en el municipio Gran Sabana del Estado Bolívar. San Antonio del Morichal se en-

cuentra a unos 15 km de la ciudad, siguiendo la carretera que lleva a Brasil y desviándose unos 5 km por una pista de tierra. Waramasén se encuentra a unos 45 km de la capital del municipio, Santa Elena de Uairén. Para llegar a ella, desde la ciudad, hay que seguir unos 35 km por una carretera asfaltada y luego continuar por una vía de tierra bastante accidentada. A pesar de ello, el acceso a la comunidad no es muy difícil y está conectada con el centro de la ciudad a través de un transporte colectivo de funcionamiento irregular, lo que la inscribe dentro de un contexto rural de fácil acceso.

Según informaciones de los respectivos capitanes de cada comunidad, en San Antonio del Morichal la población ronda los 250 habitantes, de mayoría católica. En Waramasén, la población ronda los 900 habitantes, la mayoría de ellos perteneciente a la Iglesia Adventista del Séptimo Día.

3. Datos empíricos

Para conocer la situación actual de la lengua pemón se ha realizado una investigación de campo en Venezuela. Allí se ha encuestado a un grupo de habitantes de dos comunidades de habla pemón: San Antonio del Morichal y Waramasén.

La metodología, incluyendo la construcción del cuestionario, se realizó siguiendo las consideraciones y lineamientos de Terborg y García Landa (2011: 11-28). El cuestionario se aplicó oralmente, en español, visitando las casas de la comunidad. A los habitantes se les preguntó según los siguientes criterios: conocimiento del pemón y del español, lengua de uso en el hogar, edad de los interlocutores y utilización en diferentes dominios: con la familia y los amigos; en el comercio, la escuela, la iglesia, la asamblea comunitaria y en las relaciones con el Estado.

La muestra quedó constituida por 96 aplicaciones en San Antonio del Morichal (56 de género femenino y 40 de masculino) y 94 en Waramasén (49 femenino y 45 masculino). La distribución de la muestra, según la edad y el género, aparece en la Tabla 1.

		San Antonio		Total	Waramasén		Total
		F	M		F	M	
Grupos de edad	menos de 12	3	7	10	5	1	6
	12-19	13	8	21	11	11	22
	20-35	24	14	38	17	15	32
	36-49	9	5	14	7	6	13
	50 o más	7	6	13	9	12	21
Total		56	40	96	49	45	94

TABLA 1. FRECUENCIA POR GÉNERO Y GRUPOS DE EDAD SEGÚN LA COMUNIDAD

En cuanto a la competencia lingüística, la siguiente tabla (Tabla 2) muestra los resultados de la lengua indígena en cada comunidad.

		Comunidad		Total
		San Antonio del Morichal	Waramasén	
Lengua: Pemón	Bien	45,80%	89,50%	74,20%
	Poco	4,20%	3,20%	2,90%
	Sólo entiende	31,30%	6,30%	15,00%
	Nada	18,80%	1,10%	7,90%
Total		100,00%	100,00%	100,00%

TABLA 2. LENGUA PEMÓN POR COMUNIDAD

Como se observa, los resultados son bastantes contrastados. En San Antonio del Morichal en poco menos de la mitad de los encuestados (45,8%) se ha encontrado un buen nivel de conocimiento de la lengua indígena. Un tercio dice sólo entenderla (31,3%) y la quinta parte (18,8%) no sabe nada. En Waramasén, en la gran mayoría (89,5%) se ha encontrado un buen nivel de conocimiento en pemón.

A continuación, vemos una nueva tabla (Tabla 3) con estos resultados en lengua indígena, pero esta vez según los grupos de edad.

Comunidad			Lengua: Pemón			
			Bien	Poco	Sólo entiende	Nada
San Antonio del Morichal	Grupos de edad	menos de 12		10,0%	40,0%	50,0%
		12-19	14,3%		57,1%	28,6%
		20-35	42,1%	5,3%	34,2%	18,4%
		36-49	85,7%	7,1%	7,1%	
		50 o más	100,0%			
Waramasén	Grupos de edad	menos de 12	66,7%	16,7%	16,7%	
		12-19	81,8%	4,5%	13,6%	
		20-35	87,5%	3,1%	6,3%	3,1%
		36-49	100,0%			
		50 o más	100,0%			

TABLA 3. LENGUA PEMÓN POR COMUNIDAD, SEGÚN GRUPOS DE EDAD

Como se observa, en ambas comunidades crece la competencia en lengua indígena a medida que aumenta el grupo de edad. En San Antonio del Morichal el 10% del grupo de menores de 12 años dice hablarlo un poco; el 14,3% del grupo de 12 a 19 años dice hablarlo bien; este porcentaje aumenta a 42,1% en el grupo de 20 a 35 años; pasa a 85,7% en el grupo de 36 a 49 años; y llega al 100% en los mayores de 50 años. En Waramasén todos los porcentajes son mayores. Comienza con un 66,7% en el grupo de menores de 12 años, alcanza el 81,8% en el grupo siguiente, de 12 a 19 años, y llega al 100% en el grupo de 36 a 49 años.

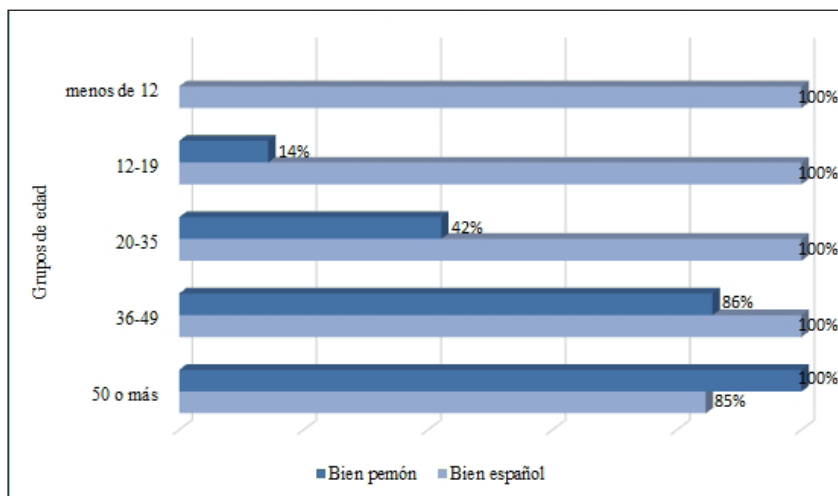
En cuanto a la competencia lingüística en español, la Tabla 4 nos muestra estos resultados en cada comunidad.

		Comunidad		Total
		San Antonio del Morichal	Waramasén	
Lengua: Español	Bien	97,9%	66,3%	71,3%
	Poco	1,0%	20,0%	12,9%
	Sólo entiende		12,6%	13,3%
	Nada	1,0%	1,1%	2,5%
Total		100,0%	100,0%	100,0%

TABLA 4. LENGUA ESPAÑOL POR COMUNIDAD

En cuanto a la competencia en español, en San Antonio del Morichal casi la totalidad de los encuestados tiene un buen nivel (97,9%). En Waramasén, las dos terceras partes tiene un buen nivel (66,3%), una quinta parte dice hablarlo poco (20%) y el 12% sólo lo entiende.

Los resultados, en cuanto a la competencia lingüística según la edad de los entrevistados, se muestran en los gráficos 1 y 2.



**GRÁFICO 1. SAN ANTONIO DEL MORICHAL:
COMPETENCIA LINGÜÍSTICA POR EDAD**

En San Antonio del Morichal, como lo muestra el gráfico 1, la competencia en pemón tiende a aumentar a medida que aumenta la edad. En un cambio lineal pasa del 0% en los menores de 12 años al 100% en los mayores de 50. La competencia en español es total, salvo en los mayores de 50 años, en donde baja levemente al 85%.

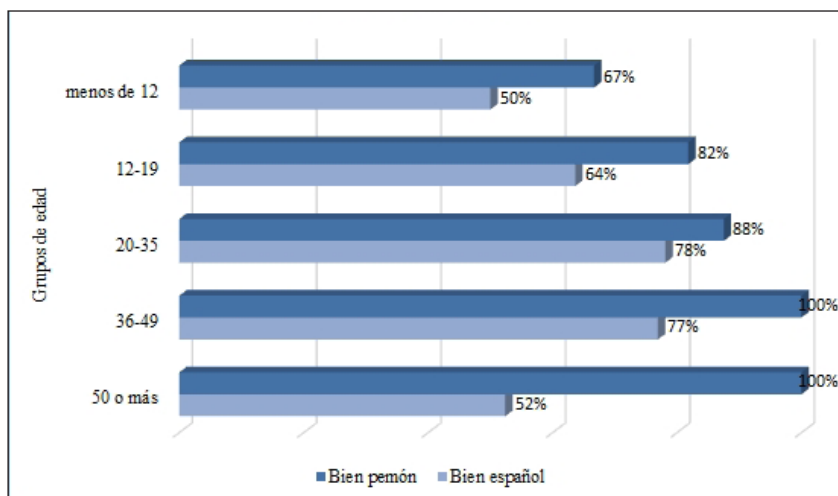
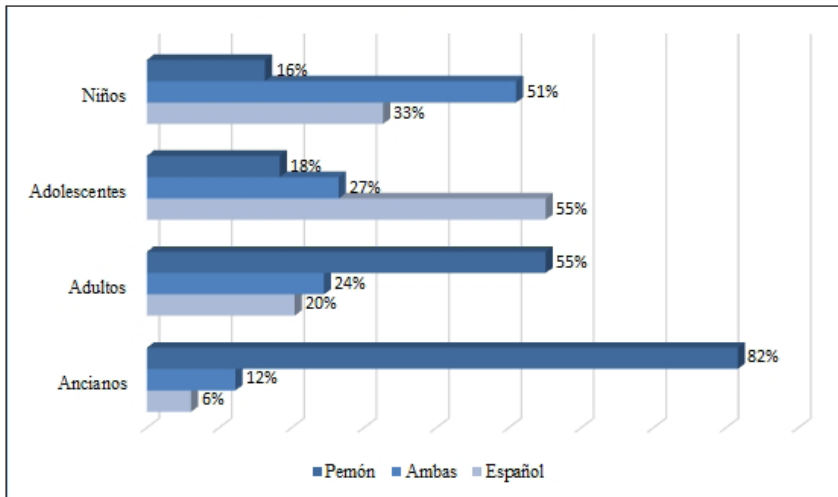


GRÁFICO 2. WARAMASÉN: COMPETENCIA LINGÜÍSTICA POR EDAD

En Waramasén, igualmente la competencia en pemón tiende a aumentar a medida que aumenta la edad, pasando del 67% en los menores de 12 años al 100% en los mayores de 36 años. La competencia en español crece hasta los 20-35 años, llegando al 78%, y luego retrocede en los grupos mayores, hasta un 52%. Estos resultados los vemos en el gráfico 2.

A continuación, en los gráficos 3 y 4, veremos los resultados de la lengua hablada según la edad del interlocutor, es decir, según éste sea un niño, un adolescente, un adulto o un anciano.



**GRÁFICO 3. SAN ANTONIO DEL MORICHAL:
 LENGUA HABLADA SEGÚN EL INTERLOCUTOR**

Como lo muestra el gráfico 3, en San Antonio del Morichal, el uso de la lengua indígena aumenta linealmente a medida que aumenta la edad del interlocutor. Para niños y adolescentes se mantiene en torno al 18%, para luego aumentar al 55% con los adultos y al 82% con los ancianos. El uso del español aumenta del 33% con los niños al 55% con los adolescentes, para luego bajar mientras aumenta la edad. El uso de ambas lenguas disminuye linealmente, pasando del 51% con los niños al 12% con los ancianos.

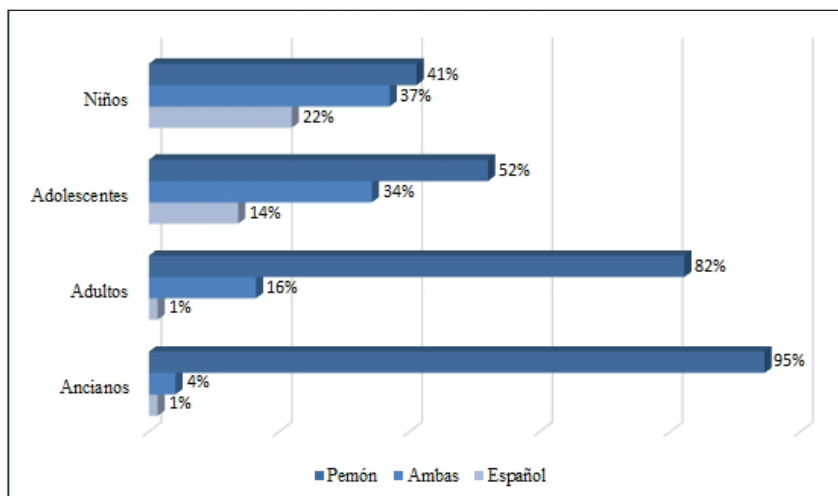


GRÁFICO 4. WARAMASÉN: LENGUA HABLADA SEGÚN EL INTERLOCUTOR

En Waramasén, como vemos en el gráfico 4, los cambios son siempre lineales. La proporción de uso del pemón igualmente aumenta con la edad del interlocutor; va del 41% con los niños al 95% con los ancianos. El uso del español disminuye con la edad del interlocutor; pasa del 22% con los niños a casi cero con los adultos y ancianos. El uso de ambas lenguas va del 37% con niños al 4% con ancianos.

Los resultados en cuanto a los diferentes dominios de uso lo podemos apreciar en los gráficos 5 y 6.

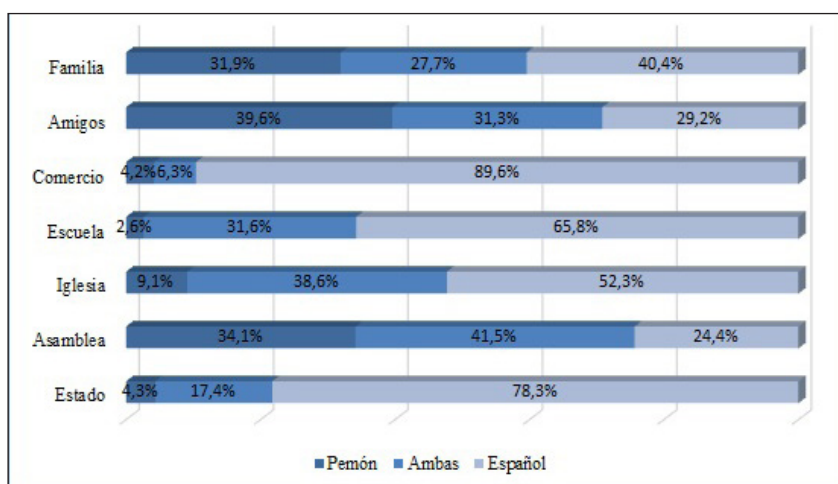


GRÁFICO 5. SAN ANTONIO DEL MORICHAL: RESULTADOS POR DOMINIO DE USO

En San Antonio del Morichal, como luce en el gráfico 5, la lengua indígena no predomina en ningún dominio de uso. El español predomina ampliamente en el comercio (89,6%) y en las relaciones con el Estado (78,3%), así como en la escuela (65,8) y, ligeramente, en la iglesia (52,3%). En el ámbito familiar y con los amigos las proporciones son parecidas, aunque en el primer caso predomina ligeramente el español y en el segundo, el pemón. Algo similar ocurre en la asamblea, donde predomina el uso de ambas lenguas.

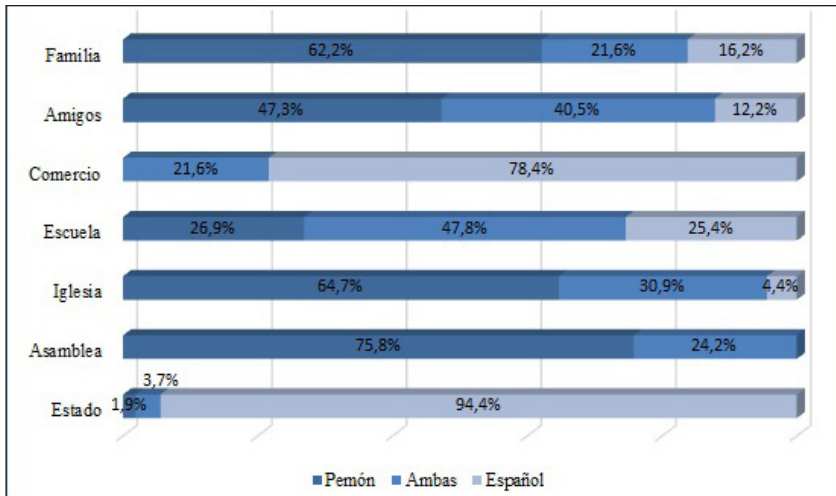


GRÁFICO 6. WARAMASÉN: RESULTADOS POR DOMINIO DE USO

En Waramasén, como el gráfico 6 nos muestra, el español predomina ampliamente en el comercio (78,4%) y en las relaciones con el Estado (94,4%). La lengua indígena predomina en el ámbito familiar (62,2%), la iglesia (64,7%), la asamblea comunitaria (75,8%) y, en menor medida, con los amigos (47,3%). En la escuela, en cerca de la mitad de los casos (47,8%), se utilizan ambas lenguas.

4. Conclusiones

Como acabamos de ver, en ambas comunidades se encontraron diferencias en cuanto al desempeño lingüístico. Los resultados de Waramasén nos muestran una comunidad bilingüe con una gran competencia en la lengua indígena. Por su parte, San Antonio del Morichal luce más volcada hacia el español.

El uso de la lengua indígena es mucho mayor en Waramasén que en San Antonio del Morichal; inversamente, la competencia en español es mayor en esta última.

Pero, además de los valores absolutos, se encontró que la competencia en la lengua indígena crece a medida que aumenta la edad. Esto resulta válido en ambas comunidades, donde se encuentra una relación lineal creciente entre los grupos de edad más bajos hasta los mayores. En el caso de San Antonio del Morichal se observa que el crecimiento de la competencia en la lengua indígena contrasta con el dominio absoluto del español desde las más bajas edades, mientras que en Waramasén se observa también un crecimiento de la competencia en español, aunque disminuye a partir de los 36 años.

Si consideramos la edad de la persona con quien se habla, se observa que la lengua indígena es cada vez más utilizada a medida que aumenta la edad del interlocutor. En San Antonio del Morichal la proporción resulta importante sólo en adultos y ancianos; mientras que en Waramasén lo es en cada categoría.

Si observamos los dominios de uso, el panorama es bastante diferente según la comunidad. En Waramasén la lengua indígena predomina en los dominios privados (familia, amigos, iglesia) y en la asamblea comunitaria, pero no en la escuela. En San Antonio del Morichal predomina el uso del español en casi todos los dominios. Es de destacar que en ambas comunidades el español predomina ampliamente en los dominios comercio y Estado, quizá porque no se ofrece alternativa en lengua indígena.

Es posible que parte de estas diferencias entre las comunidades puedan explicarse por la ubicación geográfica de cada una de ellas con respecto a la ciudad capital del municipio, Santa Elena de Uairén. San Antonio del Morichal es fácilmente accesible y en poco tiempo, lo que facilita los contactos con la ciudad. En cuanto a Waramasén, el viaje de ida y vuelta a la ciudad implica dedicarle a ello casi todo el día.

Se han encontrado, pues, diferencias en el uso lingüístico entre los hablantes de ambas comunidades y especialmente entre los más jóvenes. Estas diferencias pueden tener diversos orígenes: ideológicos, económicos etc., de modo que estos influyen en las actitudes de las personas hacia su lengua. En ulteriores trabajos se precisa delimitar estos elementos que resultan esenciales para el mantenimiento de la lengua indígena y de este modo poder prevenir su desaparición.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRELLO, Geraldo (2013): "Taurepang", en Instituto Socioambiental (ISA), *Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil*. <http://pib.socioambiental.org/es/povo/taurepang/print>.
- BENAVIDES, Basilio (2000): "Pemón", en Esteban Emilio Mosonyi / Jorge Carlos Mosonyi (eds.), *Manual de las lenguas indígenas de Venezuela*. Caracas: Fundación Bigott, 493-543.
- CLARK, Herbert H. (1996): *Using language*. Cambridge: Cambridge University Press.

- HYMES, Dell (1981): *Foundation in Sociolinguistics: An Ethnographic Approach*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- INE (2010): “Síntesis estadística: Bolívar. Instituto Nacional de Estadística”. <http://www.ine.gov.ve/documentos/see/sintesisestadistica2011/estados/Bolivar/index.htm> [19/06/2013].
- INE (2013): “Primeros Resultados de Población Indígena. Instituto Nacional de Estadística”. http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=category&cid=95&Itemid=9#.
- KUHN, Julia / Rafael MATOS (2015): “Estudio de la vitalidad de la lengua indígena pemón, en el sureste de Venezuela: el caso de la comunidad de Santo Domingo de Turacén”, en Wolfgang Dahmen *et al.*, *Romanische Kleinsprachen heute: Romanistisches Kolloquium XXVII*. Tübingen: Narr Francke Attempto.
- KUHN, Julia / Rafael MATOS (2014): “Estudio de la vitalidad de la lengua pemón en Venezuela: las comunidades de Maurak y Manak-Krü”, Bohdan Ulasin (ed.), *¿Quo vadis, Romanistica?*. Bratislava: Univerzita Komenského v Bratislave, 131-141.
- ROJAS LÓPEZ, José Jesús / Frank TOVAR Z. (2011): “Lectura etnogeográfica del territorio Pemón-Taurepan en la frontera sureste de la Guayana Venezolana”, *Revista Venezolana de Ciencia Política* 39, 113-134.
- SICHTA, Inge (coord.) (2009): *Atlas sociolingüístico de pueblos indígenas en América Latina*. Cochabamba (Bolivia): UNICEF / FUNPROEIB Andes. http://www.unicef.org/lac/media_17194.htm.
- TERBERG, Roland (2006): “La ‘ecología de presiones’ en el desplazamiento de las lenguas indígenas por el español. Presentación de un modelo”, *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, 7 (4). <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs0604396>.
- TERBERG, Roland / Laura GARCÍA LANDA (2011): *Muerte y vitalidad de lenguas indígenas y las presiones sobre sus hablantes*. México, DF: Universidad Nacional Autónoma de México.
- THOMAS, David J. (1983): “Los Pemón”, en Roberto Lizarralde / Haydée Seijas (eds.), *Los Aborígenes de Venezuela*. Caracas: Fundación La Salle de Ciencias naturales - Instituto Caribe de Antropología y Sociología, 303-379.
- VAN DIJK, Teun A. (1999): *Ideología. Una aproximación multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa.

O galego no léxico de Rosa: *veredas*

Lucio Menezes Valentim*

Universidade Federal do Rio de Janeiro

lucio.menezesvalentim@gmail.com

Galician in Rosa's Lexicon: *veredas*

Resumo

Este ensaio tem por finalidade uma especulação acerca da tessitura da *palavra* roseana em seu vínculo profundo com as raízes da língua que sedimenta sua base: o galego. Nossa abordagem visa trazer à tona o arcabouço léxico que inspira e constitui o grosso da prosa do autor de *Grande sertão: veredas*: *veredas*, contrariando – em sua minúcia – aborda-gens outras, para as quais a *palavra* de Guimarães Rosa remeteria por fim ao puro e simples arcaísmo, mesclado a neologismos vários, entre outras invenções. Outrossim, sob nosso ponto de vista, o léxico de Rosa mais radical se retroalimenta, com frequência, em águas tão longínquas quanto correntes em nossa língua – e que jorram do Noroeste da península ibérica: a Galícia.

Palavras-chave

Guimarães Rosa, léxico, etimologia, prosa, galego, português

Sumário

1. Introdução. 2. Vereda I. 3. Vereda II. 4. Vereda III.

Abstract

This objective of this essay is to speculate about Guimarães Rosa's tessitura of words and its deep bonds with the language roots that consolidate its grounding – Galician. This study seeks to highlight the lexical framework that inspires and constitutes most of *Grande sertão*: the prose of the *veredas* author, contradicting – in its essence – other approaches where Rosa's approach tends towards pure and simple archaism, combined with various neologisms, amongst other inventions. Furthermore, from our point of view, Rosa's most radical lexicon frequently reverts back to distant yet fluid currents from the Northwest of the Iberian Peninsula: from Galicia.

Keywords

Guimarães Rosa, lexicon, etymology, prose, Galician, Portuguese

Contents

1. Introduction. 2. Vereda I. 3. Vereda II. 4. Vereda III

* Pesquisador Visitante do Programa de Pós-doutorado da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa Avançado de Cultura Contemporânea – PACC/UFRJ.

1. Introdução

Creio não ser desnecessária uma breve apresentação do Rosa que titula este texto – sobretudo quando se pensa no leitor estrangeiro. Aliás, se um autor deve ser mencionado pelo nome ou pseudônimo com o qual passa a se tornar conhecido, entre nós este Rosa sempre remeterá ao fenômeno Guimarães Rosa, muito embora, a despeito disto, o conterrâneo Drummond o tenha referido pelo primeiro nome – dois dias após a súbita morte do amigo –, em poema cujos versos aqui citamos, nesta espécie de antiapresentação:

João era fabulista?
Fabuloso?
Fábula?
Sertão místico disparando
no exílio da linguagem comum?

De fato, considerado por toda a crítica especializada um dos mais inventivos prosadores brasileiros do séc. xx, ainda que relevadas as ousadias de Clarice Lispector, Lygia Fagundes Teles ou de Murilo Rubião, João Guimarães Rosa permanece sendo uma incógnita, e sua prosa – haja vista a vastidão de especulações que ainda evoca – continua suscitando olhares múltiplos e díspares ao largo do séc. XXI:

Projetava na gravatinha
a quinta face das coisas,
inenarrável narrada?
Um estranho chamado João
para disfarçar, para farçar
o que não ousamos compreender?

No refluxo de duas grandes guerras mundiais, na decadência e no apogeu de Vargas; mas também no rastro de Carroll, Joyce e de Pound, a linguagem rosiana foi inaugurando nas letras locais – no intervalo situado entre os anos de 1940 e 1960 –, vasta novidade narrativa, desafiando e desafiando o coro, e o cânone, da periférica expressão ficcional de língua portuguesa ora praticada aqui, no trópico:

Tinha pastos, buritis plantados
no apartamento?
no peito?
Vegetal ele era ou passarinho
sob a robusta ossatura com pinta
de boi risonho?

De dicção arduamente peculiar, toda essa prosa conseguiu superar as meras convencionalidades de construção de enredo e de personagens então experimentadas e, ao mesmo tempo em que parecia reivindicar certo *status* histórico da língua, bus-

cava reconstituir também aspectos estéticos do léxico, na construção desse (de)*sertão* – que é mundo de linguagem:

Era um teatro
e todos os artistas
no mesmo papel,
ciranda multívoca?
João era tudo?
tudo escondido, florindo
como flor é flor, mesmo não semeada?
Mapa com acidentes
deslizando para fora, falando?

Médico, diplomata, matuto, capitão, místico e poliglota – não necessariamente nesta ordem – Rosa externaria na prosa, então, a face múltipla de sua personalidade, o que afinal levou o poeta e amigo Drummond a concluir dessa forma o tal poema-epitáfio:

Ficamos sem saber o que era João
e se João existiu
de se pegar.

Neste texto, portanto, o que se explorará, o que se buscará ‘pegar’ do João, serão variados *caminhos*, *atascos* e *desvãos* que conduzam à voluptuosidade da língua-tecido do Rosa; desmembrar, remontar suas “pegadas” – e, para tanto, (per)seguiu-se o rastro das três seguintes *vias* – numa estratégia mesmo *trivial*:

- Uma que considera de fato o *texto* enquanto *língua* em *ação* pegará a via que supostamente levaria às estruturas narrativas profundas do texto rosiano, aquelas que formariam sua teia, seu tecido, e que *viabilizariam* a constituição de parte de suas tramas. Este *atasco* alude – quer pelo trato da sintaxe, quer pela referência aos paradigmas narrativos – a toda fortuna narrativa ocidental, às fontes, enfim, tendo em vista o que há na prosa de Rosa de trágico, de cômico e de épico; também o que há das cantigas e das novelas de cavalaria; e, mais efetivamente, dos fluxos de consciência, das alusões livres e associações indébitas – de Joyce; dos neologismos, arcaísmos e jogos plurilíngues – de Carroll; e dos ideogramas, epigramas e arabescos – de Pound. Relevando-se, sobretudo, os reflexos do mito do *Fausto* que circundam o *Grande sertão: veredas*.
- Enquanto herança linguística, sabe-se que uma profusão de línguas perpassa a língua que Rosa representa e reimplanta: o latim, o tupi, o grego, o alemão, o japonês, o croata etc., todas de considerável influência e de profundíssimas marcas na criação de seu léxico. Como exemplos dispersos na obra, citam-se:

do grego, *akmé* ('clímax, fase crítica'), "sabia-se num *acme*. Todo o ódio que podia experimentar..." (*Noites do Sertão*); do árabe, *ad-duuar* ('acampamento de mouros'), "cidadezinha doadamente, nova, um *aduar* de branca..." (*Ave, Palavra*); do inglês, *o'clock*, "O relógio – seus *ocloques*..." (*Tutaméia*); do tupi, *mbi gwa* ('pé redondo'), "passamos outra *vazantezinha*; se espantaram *biguás* e *curicicas*, mas ficaram barulhando e se amando..." (*Estas Estórias*); do latim, *bilbo-ere* ('ruído de água'), "Ainda viu o derradeiro fiapo d'água escorrer, estilar, cair degrau de altura de palmo a derradeira gota, o *bilbar*..." (*Manuelzão e Miguilim*). Daí ser essa – a das línguas – sempre uma explicação "viável" e uma das fontes inesgotáveis da vocação de Rosa para os vocábulos, que resultam de sua produção experimental com a linguagem.

- E, finalmente, a *via* que reconduz à própria língua-mãe, à língua de domínio, numa espécie de "antropologia da palavra", – sempre partindo das perguntas -enigmas: que língua é essa, afinal, que aos olhos do brasileiro médio, escolarizado, usuário do registro de prestígio, causa tanto estranhamento?, soando sempre como uma espécie de português menor, errado, de segunda e, por conseguinte, relegado e subjugado a determinados estamentos considerados bastardos da sociedade? Configuram, de fato, variantes *diatráticas* (aquelas com fundamento nas diferenças de classes sociais), termos como *alembrar?*; ou *diacrônicas* (aquelas perdidas no tempo da língua), termos como *alevantar?*; ou, antes, não seriam apenas variações *diatópicas*, isto é, aquelas que se valem de recursos e formações que a língua já oferece –, se consideramos, transhistoricamente, a variante europeia de acento galego que antecede e circunda o português falado nos *sítios* frequentados pela prosa de Rosa?

Conforme bem apontara Paulo Ronai (1907-1992), "desde os nomes das pessoas e dos lugares até os provérbios aos rifões as semelhanças saltam à vista": como a Galiza e o Sertão, tão afastados no mapa, formam duas províncias próximas da mesma esfera suprarreal e ultrageográfica, reatualizando um léxico que se revigora no espaço sertanejo enigmático. Eis a nossa principal *vereda*.

2. Vereda I

Pouco se tem falado, nos ensaios e biografias, a respeito das leituras de Guimarães Rosa, sobre quais seriam suas predileções literárias, sobre sua biblioteca, enfim. De Machado de Assis, por exemplo, sabe-se que lia Swift, Sterne, Dante e Shakespeare e, em função do exercício da crítica, mantinha-se antenado também com o que de mais atual havia nas letras nacionais. Em contrapartida, de Rosa, exploram-se quase tão-somente suas predileções e aptidões precoces para as línguas. Em entrevista a Lenice Guimarães, o próprio Rosa declararia:

Eu falo: português, alemão, francês, inglês, espanhol, italiano, esperanto, um pouco de russo; leio: sueco, holandês, latim e grego (mas com o dicionário agarado); entendo alguns dialetos alemães; estudei a gramática: do húngaro, do árabe, do sânscrito, do lituano, do polonês, do tupi, do hebraico, do japonês, do checo, do finlandês, do dinamarquês; bisbilhotei um pouco a respeito de outras. Mas tudo mal. E acho que *estudar o espírito e o mecanismo de outras línguas ajuda muito à compreensão mais profunda do idioma nacional*. [grifos nossos]

É bem verdade que, segundo revela Suzi Frankl Sperber (1976), em pesquisas pioneiras à biblioteca do autor, Rosa não possuía muito apego aos livros enquanto entidades físicas, daí a quantidade ínfima de volumes ali encontrados – cerca de 2.477 –, supondo-se que muitos tenham ficado nas cidades em que esteve a serviço diplomático: Paris, Bogotá, Hamburgo, ou em suas andanças pelo sertão.

Nota-se, entretanto, dentre variados assuntos, uma seleção de textos de temática religiosa e/ou esotérica, temas que, de acordo com Sperber (1976: 32), compunham boa parte dos interesses literários de Rosa, o que confirma sua forte inclinação mística:

As leituras de Guimarães Rosa durante sua trajetória de vida não estão literalmente citadas, nem sequer são mencionadas, mas contribuíram na sua formação. A biblioteca-espólio de GR demonstra o interesse do escritor em *leituras espirituais*, que respondia a duas necessidades: ‘à pessoal na busca da transcendência; à profissional, i.e., literária, na conversão das características doutrinárias em processos narrativos’.

Chegam a ser contundentes e assustadores, por exemplo, os depoimentos vivos de dois especialistas na obra de Rosa, Antônio Cândido¹ (1918) e Haroldo de Campos² (1929–2003), sobre este que era o assunto que compunha grande parte da biblioteca do autor de *Tutameia*: a questão místico-esotérica.

Campos relata que Rosa dizia manter relação íntima com o *Demo*, e com *Ele* tinha ardorosos embates físicos, em noites pactárias; Cândido lembra que em certo debate sobre questões ideológicas e políticas, em Congresso internacional, Rosa dissera peremptoriamente ser a justiça entre os homens algo de irrefutável importância, mas que a questão crucial mesmo, a pergunta/resposta maior do homem humano era saber se Deus existe ou não.

Nos depoimentos de ambos os críticos perpassa o impacto das palavras e das convicções de Rosa acerca do tema – mote incontestado do romance obra-prima *Grande Sertão: veredas*.

¹ A entrevista foi realizada no programa *Grande Sertão Veredas: sobre Guimarães Rosa*. <https://m.youtube.com/watch?v=nn9YMb6S7VQ>.

² A entrevista foi realizada no programa *Grande Sertão Veredas: sobre Guimarães Rosa*. <https://m.youtube.com/watch?v=tVTSZbWiyZA>.

A proximidade de Rosa com a cultura alemã – uma vez mais – iria colaborar na confecção de cenário do *Fausto* sertanejo refletido no personagem-símbolo Riobaldo.

Em entrevista concedida a Günter Lorenz, em janeiro de 1965, o próprio João afirmaria:

Conheço bastante bem a literatura alemã. Por exemplo, o *Simplicissimus* é para mim muito importante. Amo Goethe, admiro e venero Thomas Mann, Robert Musil, Franz Kafka, a musicalidade de pensamento de Rilke, a importância monstruosa, espantosa de Freud. Todos estes autores me impressionaram e me influenciaram muito intensamente, sem dúvida.

Roberto Schwarz (1981) foi pioneiro ao relacionar o Riobaldo de Rosa ao mito do Fausto, reatualizando essa profícua e profunda relação transhistórica que ronda também o universo do cangaço: a pactância com o demo, este diabólico produto do imaginário humano, pós-medieval, já desmaterializado no cotidiano, e que é força resultante dos embates do *homem* com o *mundo*. Sobre o *pacto* de Riobaldo, diz Schwarz (1981:46):

Esse diabo residual, que poderia ser confundido com a espontaneidade do indivíduo, lembra o demônio como princípio cósmico, de Goethe, a soprar os foles do harmônio universal tocado por Deus. É o espírito da negação, interior ao homem, diabo encarnado que não precisa de convocação para comparecer.

Nessa lógica, o demônio do jagunço-filósofo Riobaldo é o mesmo Mefistófeles que assolou as almas dos personagens de Thomas Mann e Goethe: fáusticos, cada qual tem algo a cumprir, para além de suas capacidades; incapazes de levar adiante sua missão, por intermédio do tal pacto demoníaco, fazem o escambo da *alma* – na *fala*.

Do *Arquivo* de Rosa emerge seu processo de leitura dos clássicos, revelado em cadernos de minuciosas anotações. Nestes cadernos, por exemplo, Rosa reuniu notas acerca de Homero, La Fontaine e Dante, que fazem antever na fala dos jagunços entrelaçados o mesmo pensamento que revestiu a fala clássica. Nos indícios de leituras vê-se que Rosa, em textos como *A Hora e a Vez de Augusto Matraga*, p. ex., consegue “traduzir Homero numa linguagem do sertão” (1997: 47):

estabelecemos o período em que o caderno *Homero* foi produzido: em Paris, possivelmente no final de 1950. Em relação à obra de Guimarães Rosa, esse período está situado justamente entre *Sagarana*, de 1946, e *Corpo de Baile e Grande Sertão Veredas*, ambos de 1956.

Mas, se quanto a Homero não restam dúvidas, não se pode afirmar que Rosa tenha lido o *Fannegans Wake* ou o *Ulisses*. Sua prosa, ainda assim, tem a ver com a

coisa de Joyce e, em concomitância com a exuberante linguagem, ficam outras coincidências inefáveis em relação a certos tiques e truques estruturais. De acordo com Luiz Roncari (2004:15), Rosa

estava experimentando várias formas arcaicas da narrativa, como as dos *Contos da cantuária*, da picaresca, do fabulário, da vida dos santos, dos causos. Ao mesmo tempo percebia-se que ele acompanhava todos os avanços da literatura moderna.

Considerando-se a natureza cíclica, cronotópica, que circunda e convencionam as estruturas das narrativas, as interseções entre o *Finnegans Wake* e o *Grande sertão: veredas* se materializam, e demarcam a dimensão transhistórica do fenômeno.

Não seria mera coincidência então o texto de Joyce iniciar com a primeira sentença na última página e a última sentença na primeira, tornando o livro uma grande narrativa em ciclo – na tradução brasileira, a proposta do título remete a *fim + início*: logo, *Finnegans Wake* resulta em *Finnicius Revém*, ideia que se verifica também na referência ao título original (*fin-again*, ‘fim-de-novo’) – e o *Grande sertão*, que começando pelo famoso *nonada*, também joga com as palavras (*não, no, non, nada*), e termina com o símbolo do infinito: ∞.

O que se quer dizer é que, neste sentido, a prosa maior de Rosa encontrava-se profundamente afinada com a vanguarda universal dos grandes inventores/interventores da linguagem, tanto no referente à tradição ocidental quanto ao que de ponta ocorria nas letras locais.

No entanto, queda a pergunta: pode-se (ou não) afirmar que o léxico de Rosa se confunde com os artifícios morfofonológicos de Carol, Joyce, Pound ou Goethe, numa espécie de *make it new*? O próprio Rosa, ao falar de si, responde:

Se tem que me colocar com relação à *palavra* digam que eu sou o *reacionário* da palavra porque eu quero buscar lá no seu *primitivismo*, naquele momento inicial onde a linguagem mal se descolou da coisa e ainda guarda com a coisa uma relação mais próxima. [grifos nossos]

E, na entrevista a Lorenz, por fim, diria: “aprendi algumas línguas estrangeiras apenas para enriquecer a minha...”.

3. Vereda II

Em *Metáforas, ex-metáforas, pseudometáforas*, Harri Meier (1974:17) nos ensina ser a *criação metafórica* a fonte mais importante de renovação do léxico de uma língua. E isto frequentemente ocorre quando algumas expressões

perdem geralmente seu papel de figura retórica ou afetiva e a marca do seu significado é transferido, e de metáforas passam a ser ex-metáforas. Assim o port. *testa* ‘fronte’ e o fr. *tête* ‘cabeça’ representam autênticas ex-metáforas baseadas no lat. *testa* ‘barro cozido, telha, loiça de barro, concha, caco’ ...) nascidas segundo uma comparação popular e algo grosseira, que já tomou a sua origem na baixa latinidade, quando se empregava *testa* para ‘crânio, cachola’, e para a qual temos casos paralelos no it. *coccia* e *copa*, no sardo *conca* ‘cabeça’ e no alemão *kopf* que ainda significava ‘taça’, ‘cálice’ no antigo alto alemão.

No entanto, há que se desconfiar sempre da explicação etimológica mais *adequada*. Em lugar dos supostos neologismos, arcaísmos e metáforas, com frequência tratam-se de famílias e genealogias já existentes no decurso da língua – no caso de Guimarães Rosa – apenas remasterizadas e re-definidas dentro dos três clássicos critérios linguísticos: os sintáticos, os semânticos e os fonológicos.

Daí certas correntes linguísticas, relacionando o *léxico* à *parole* saussureana, compreenderem que o *léxico* se mantém e atualiza na *fala*. E, uma vez que não constitui sistema homogêneo, mas, antes, um conjunto de subsistemas, nele, efetivamente, tudo cabe e coexiste: coloquialismos, neologismos, arcaísmos, estrangeirismos.

Dentre os elementos que constituem uma língua, o lexical é também aquele que reflete com mais eficácia todas as transformações linguísticas – sobretudo quando caracteriza e localiza pessoas, situa lugares e comportamentos –, traduzindo as mutações socioculturais de uma civilização. Concluindo com Souza (2008:13):

Os estudos lexicográficos são uma linha de pesquisa que tem chamado a atenção dos estudiosos e pesquisadores exatamente devido ao fato de relacionar a *língua* com a *cultura*. [...] Sabemos que a língua está intimamente relacionada com a cultura de um povo, e por meio dela todo o conhecimento, valores e crenças adquiridas ao longo do tempo são transmitidos de geração a geração. É por meio do *léxico* que os *traços culturais* de um povo mais se evidenciam.

Repare-se que, na língua alemã, por exemplo – que muito serviu de mote à intuição rosiana –, são muito comuns as composições de palavras, do tipo: *Volkswagen* ‘carro do povo’; *Krankenwagen* ‘o carro que leva o doente’ (*ambulância*); *Rettungswagen* ‘carro de resgate’; *Krankenhaus* ‘a casa do doente’ (*hospital*) *Hauptbahnhof* ‘estação de trem principal’; *Fremdsprache* ‘língua estrangeira’; ou *Stadtzentrum* ‘centro da cidade’. Este fenômeno é bastante comum também no português, em palavras como *girassol* ou *passatempo*; o título do primeiro livro de contos de Guimarães Rosa, *Sagarana* (1946) – que causou variado estranhamento à época –, constrói-se a partir deste recurso bilíngue e ambivalente da composição: *saga*, do proto-germano, e *rana*, do tupi, já evidenciando toda sua paixão pelo mistério – e pela mistura – das línguas.

Luiz Carlos Rocha (1998), para abordar o mecanismo de formação lexical do autor de *Sagarana*, utilizou a metáfora das *margens* – em alusão ao conto *A terceira*

margem do rio. De acordo com Rocha, as três *margens* distintas de formação do léxico rosiano estariam assim distribuídas:

- a primeira *margem* atenderia a formações que a língua *oferece*, para a qual se podem destacar vocábulos como: *desnevado*, *esmar*, *esmiar*, *abandonado*, *bimbar*, *delamber*, *emparo*, *empicar*, *adir*, *abar* (*desabar*);
- a segunda *margem* atenderia a formações que a língua *permite*, para a qual se podem destacar vocábulos como: *gastejar* (de *gastar*); *abornalado* (de *embornalado*); *abinício* (de *ab initio*); *abirado* (de *ab irato*); *abreviã*, *capiscar* (do it. *capisco*);
- a terceira *margem* atenderia à *criação* do autor, para a qual se podem destacar vocábulos como: *gatimanhas* (de *gato* + *manha*), *gaturamosabiãssanhaço* (de *gaturamos* + *sabiãs* + *sanhaços*), *sagarana*, *moimeichego* (moi + me+ ich + ego), *ababelo*, *ababelar* (de transformar numa Babel).

Três *margens*, três *vias* por onde o *verbo* rosiano ancora e escorre, em sua profusão de metáforas, ex-metáforas e pseudometáforas; de palavras *oferecidas*, *permitidas* e *recriadas*, termos que enriquecem e reatualizam o léxico, mas que também confundem a etimologia rasa e desatenta à natureza vária, morfofonológica e semântica, do diasistema que circunda o léxico sem fronteiras de Rosa.

4. Vereda III

Pilar Vázquez Cuesta (1996: 5), em seu libreto *O que um falante de português deve saber acerca do galego: pequena achega*, adverte o básico:

Nascido como uma forma inovadora de falar latim na antiga Gallaecia romana (que abrangia, além da Galiza de hoje, as actuais províncias portuguesas de Minho e Trás-os-Montes), [...] – autóctone a norte do Douro, língua de colonização além desse rio – (o *galego*) iria perder na zona centro-meridional do país algumas das suas características nortenhas e, unificado por nivelação de localismos, converter-se no *português* [...] (grifos nossos).

Com o passar dos séculos e dos fatos, enquanto o português se foi expandindo e notabilizando como língua de cultura intercontinental, o galego – pelas mesmas razões históricas –, ficaria confinado à

língua autóctone aos meios camponeses, artesãos e marinheiros, e sendo apenas utilizada pelas camadas sociais média e alta no âmbito doméstico e das relações informais, em momentos de especial afectividade ou irritação, e para se entenderem com os inferiores (1996: 7).

Somada a outras culturas adjacentes ao diassistema lingüístico galaico, a saber: a leonesa, a mirandesa ou a asturiana, a galega – embora subjugada e subalterna –, serviu de mão de obra aos propósitos do maquinário expansionista da colonização. Dentre os homens bravos e desbravadores que vieram perfazendo as tropas de enfrentamento da nossa primeira colonização partiram da Península marinheiros e pesqueiros, minhotos e nortistas, – e falando línguas tão comuns quanto permeáveis.

Um dos indícios mais evidentes de nossa herança *celtibera* talvez esteja na chamada *certidão de nascimento* do Brasil. Em sua *Carta*, Pero Vaz de Caminha, reportando-se ao momento inédito da confraternização entre colonizado e colonizador, faz referência ao instrumento usado na música ali proposta aos nativos pelos alienígenas que chegavam às margens do sul da Bahia:

E além do rio andavam muitos deles dançando e folgando, uns diante os outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então para a outra banda do rio Diogo Diaz, que fora almoxarife de Sacavém [...]. E levou consigo um *gaitero* nosso com sua *gaita*. Depois de dançarem fez ali muitas voltas ligeiras, andando no chão, e salto real, de que se eles espantavam e riam e folgavam muito. [grifos nossos]

A gaita referida – a gaita-de-foles – é símbolo incontestado da cultura céltico-galaica, e de uso corriqueiro nas festas do eixo Extremadura – Minho acima. De acordo com a *certidão de nascimento* do Brasil, de fato, a gaita-de-foles consta como o primeiríssimo instrumento europeu a desembarcar nessas paragens tropicais. E, considerando-se que àquela altura da história o instrumento estivesse já incorporado à boa parte da cultura europeia, exercendo, aliás, até fins da Idade média e inícios do Renascimento, enorme prestígio e admiração não somente junto às elites, mas também no contexto popular, pode-se concluir *galaica* a origem daquele anônimo gaitero – e a música daquele domingo, possivelmente fosse uma *muñeira*, uma *rianxeira* ou, quiçá, um *alalá*.

Contudo, conforme se afirmou antes, as tais razões históricas levaram o *registro* vernáculo galego à discriminação, tanto no contexto europeu quanto no tropical, rebaixando-o à “língua de segunda”, de gente inculta. Não à toa o próprio gentílico *galego* concomitantemente se pejorativizava e desvalorizava, quer no entorno da Península quer nas Américas – a demonstrar que o episódio da expansão pôs em evidência apenas as duas culturas do Poder: a castelhana e a portuguesa.

Desta forma, percebe-se que é também transhistórica a dialética entre a ignorância relativa às gentes e às culturas e a ignorância relativa aos fatos da língua. Em outras palavras, quanto mais se exageram as diferenças entre as línguas, quanto mais se revelam ignorâncias em relação à *etimologia* e ao *léxico* que as envolvem – o galego e o português – quanto menos se reconhecem as culturas que as produzem e divulgam.

Conforme Valentín Paz-Andrade (1970: 103): “La circunstancia de que la evolución morfológica entre la rama gallega y la lusitana no haya sido sincrónica representa menos de lo que parece”.

Ilustre-se o acima dito com os esparsos exemplos abaixo:

adourar > *adorar*, *afrixir* > *afligir*, *brilante* > *brillante*, *cencia* > *ciência*, *destiño* > *destino*, *eisempro* > *exemplo*, *estranu* > *estranho*, *hourizante* > *horizonte*, *ñorancia* > *ignorância*, *perfeito* > *perfeito*, *próximo* > *próximo*, *republican* > *republicano*, *significado* > *significado*, *técnica* > *técnica*, *cosciente* > *consciente* etc.

Embora a advertência de Pilar Vázquez Cuesta identifique a filiação direta do português ao galego, em ambos os contextos linguísticos, não há consensos. Deve-se admitir, outrossim, que todo o *acento* que envolve morfologia e fonética similares à galega adquire eco na maneira de falar do português brasileiro: das variantes pertinentes às áreas adjacentes ao diassistema galaico-português – a saber, a *leonesa* (*arguyu*), ou a *mirandesa* (*causo*, *sumana*, *andentro*, *cunfiórun*, *scribida*, *perséncia*, *stubimos*) ou mesmo a *asturiana* (*otres*, *antigos*) – de todas o português disfruta.

Tomemos os exemplos em contexto mais amplo, e comparativo ao português:

1. **Leonês:** *Muitas llinguas tien arguyu de los sous pergaminos antigos, de la lliteratura escrita hai cientos d'años y d'escriutores enforma famosos; guei bandeiras d'eisas llinguas. Peru hai outras que nun pueden tenere arguyu de nada d'eisu, comu ye'l casu de la llingua mirandesa.*
2. **Mirandês:** *Muitas lhénguas ténen proua de ls sous pergaminos antigos, de la lhiteratura screbida hai cientos d'anhos i de scritores hai muito afamados, hoije bandeiras dessas lhénguas. Mas outras hai que nun puoden tener proua de nada desso, cumo ye l causo de la lhéngua mirandesa.*
3. **Asturiano:** *Munches llingües tienen arguyu de los sos pergaminos antiguos, de la lliteratura escrito hai cientos d'años y d'escriutores perfamosos, anguaño banderes d'eses llingües. Pero hai otras que nun puen tener arguyu de nada d'eso, como ye el casu de la llingua mirandesa.*
4. **Galego:** *Muitas linguas teñen orgullo dos seus pergaminhos antigos, da literatura escrita hai centos de anos e dos seus escritores famosos, hoxe símbolos dessas linguas. Porén hai otras que non podem ter orgullo de nada disso, como é o caso da lingua mirandesa.*
5. **Português:** *Muitas línguas têm orgulho dos seus pergaminhos antigos, da literatura escrita há centenas de anos e dos seus escritores famosos, hoje símbolos dessas línguas. Porém há outras que não podem ter orgulho de nada disso, como é o caso da língua mirandesa.*

Sem maiores pretensões analíticas, não é difícil reparar nas semelhanças morfofonológicas que envolvem o léxico das línguas em questão. Portanto, não se pode simplesmente classificar como *neologismos* ou *arcaísmos*, quer no contexto rural – e até mesmo no urbano – expressões como *hoxe*, *antonte*, *home*, *arguyu*, *xente*, *andentro* ou *sumana*, sobretudo se consideramos que a expressão “português arcaico” remete ao sistema e às respectivas variantes circunscritas ao contexto da Idade média, portanto históricas, *diacrônicas*; e aqui, estamos lidando com um léxico que considera a *sincronia* da língua, numa variação eminentemente *diatópica* – no sentido sertão-Galiza.

Ocorre é que os estudos nas duas vias – daqui para lá, de lá para cá – são precários e há uma ignorância residual média, midiática, programada e recíproca que, superficializando as línguas, faz desidentificar – no fundo –, as culturas. Importantíssimas fontes de consulta do léxico que abrange as *variantes* brasileira, portuguesa e galega, como o *Tesouro do léxico patrimonial galego e português*, por exemplo, nem sempre reconhecem enquanto patrimônio comum expressões corriqueiras aos dois sistemas, como *descabaçar* ou *cabaço*, por exemplo.

Da mesma maneira, *O Léxico de Guimarães Rosa* (Martins 2001), completo e imponente estudo da *palavra* rosiana, desconsidera alguns étimos galaico-portugueses espalhados no sertão de Rosa.

Sempre intermediados pelo auxílio do *Dicionário de Dicionários da Língua Galega* (DdD), vejamos os casos seguintes:

- *Abandoar*, *bimbar*, *esmiar* e *malvaz*

A forma *abandoar*, no *Léxico*, é classificada como *neologismo* da expressão *formar bando*, no contexto seguinte de *Grande Sertão: Veredas*: “[...] a diversos que passavam abandonados [...]”. Porém, o narrador, apenas reiterando a imagem da solidão e da desolação do sertão, utiliza-se do cunho vernáculo do vocábulo *abandoar* > *abandonar*, propondo um jogo sonoro com a proximidade entre os termos; os jagunços estavam em *bandos*, mas *abandonados*, essa a face da poesia que a palavra encontra em Rosa.

Bimbar, no contexto de *Grande Sertão: Veredas*: “[...] e [relatei] o que debaixo de Zé Bebelo fomos fazendo, bimbando vitórias [...]”, é classificada como onomatopeia de ‘festejar, celebrar alegremente como se tocando sinos’. Quando *bimbar* – o mesmo que *imbar* – significa ‘tragar sem mastigar, engolir’, o que na trama referida quer dizer que o bando vem galgando/engolindo vitórias às pressas, à esmo. E *bimbar* > *tragar sem mastigar, engolir* ganha mais sentido ainda quando lembramos o que aquele que conta havia anteriormente dito: “[...] e foi assim que a gente principiou a tristonha história de tantas caminhadas e vagos combates, e sofrimentos [...]” – trecho que revela e reitera todo o tédio do ex-jagunço-narrador que, àquelas alturas, já não *curte* com paixão a jagunçagem que narra.

Esmiar, no contexto de *Noites do Sertão*: “[...] era uma visão: Doralda vestida de vermelho... como se esmiasse e latisse.”, é classificado como variação de *miar*, com

acrécimo do prefixo *-es*. Rosa aproveita-se da proximidade para propor um efeito mais sonoro que propriamente semântico, entre os vocábulos *esmiasse* e *latisse*. Na verdade, *esmiar* significa ‘rasgar a roupa’ – o que confere inclusive mais sentido à visionária cena –, muito embora se possa deduzir que Doralda – gata e cachorra àquele momento – também pudesse *miar* e *latir* em vazão à sua fúria de amor.

Malvaz, no contexto de *Grande Sertão Veredas*: “[...] e a mulher de Hermógenes, montada também, magra malvaz [...]”, é classificado como de *sentido obscuro*, ou relacionado a *neologismo* em “referência às folhas de malva”. Quando *malvaz* significa simplesmente ‘malvado, a’; o que faz todo sentido no contexto, afinal à mulher do chefe do bando mais odiado pelo protagonista da trama atribuem-se também qualidades inimigas. Rosa uma vez mais joga com a sonoridade da aliteração dos termos *magra-malvaz*.

- *Arre, Maria!*

Curioso também é o caso da expressão *arre* – de amplo uso nas variantes do sertão –, a que Martins (2001) diz tratar-se de “interjeição intensificadora da frase, do vocativo ou do adjetivo”, como ocorre em *arre, não posso mais lutar!*; *arre, égua!*; *arre, carallo!* ou ainda *arre de bom!* etc. Termo amplamente empregado na obra rosiana – do qual aqui segue exemplo plural: “Compadre Quelemém é quem muito me consola – Quelemém de Góis. Mas ele tem de morar longe daqui, no Jijuã, Vereda do Buriti Pardo... *Arres*, me deixa lá, que – em endemoninhamento ou com encosto – o senhor mesmo deverá de ter conhecido diversos homens, mulheres”.

Arre, a respeito do efeito e da funcionalidade interjectiva e vocativa apontada no *Léxico*, é mais que mero neologismo ou criação do “falar inculto” sertanejo. Trata-se, antes, de fenômeno comum ao âmbito das variantes – diatópicas e diastráticas –, de aspiração do /v/ na fala popular, exposta em casos como: *lerrô* < *levou*; *centarro* < *centavo*; *tarra* < *tava*; *ram'bora* < *vam'bora*. Ou, em outras palavras: fenômeno fonético-fonológico, peculiar a ambas as variantes da língua, conforme comprova Aluiza Alves de Araújo, nos estudos: “Tarra onde, menina réa?” ou “Arre, Maria!, tu num lerrô nada?”.

- O prefixo *des-*

As palavras formadas a partir do prefixo *des-* são usadas à exaustão ao longo da obra de Rosa, e essa formação desde sempre se verificou na língua portuguesa, muito embora algumas formas, por sua natureza diastrática, nem sempre sejam reconhecidas pelo falante médio do português padrão brasileiro. Representam, contudo, construção de uso bastante frequente no sertão e na Galiza expressões como: *desafear*, *desamigar*, *desdeixar*, *desflorar*, *desmamar*, *desengordar*, *desar*, *desdar* ou *desentristecer*, muitas delas também consideradas neologismos, arcaísmos ou brasileirismos – como é o caso de *desadorar*, definido no *Léxico* como ‘brasilismo que admite várias acepções’ (sic); ou

desacoitar, que no contexto “Drede, aonde ele fora, para a desacoitar [...]” o *Léxico* interpreta como ‘fazer sair do abrigo, do esconderijo’, enquanto o vocábulo – de acordo com o *DdD* –, significa ‘tranquilizar o que sofre’. No contexto “No lugar durava ainda aquela visão: o desliz do corpo, os seios pontudos, a cinturinha entrada estreita [...]” o *Léxico* dá *desliz* – certamente pela proximidade sonora e semântica – como “variante de *deslize*”, quando na verdade o *desliz* diz respeito ao corpo *fraquejado*, desfalecido de lascívia da moça. Assim como os termos epentéticos: *alemberrar*, *alevantar*, *alumiar*, *avooar*, *assoprar* etc., fenômeno metaplásmico que também se mantém na variante do português do campo brasileiro, e de uso corrente na *variante* galega, todo este léxico – sincrônico e vernacular – obedece a formações e ocorrências que a língua já *oferece*.

- Palavras, provérbios e *refrâns*

Embora em nenhum momento o *Léxico* refira à origem, Valentín Paz-Andrade, na obra que lhe daria acesso à Real Academia Galega, foi pioneiro em enfatizar a relação Galícia-sertão rosiano – no que tange às expressões e termos fortemente *galegos* que dessa prosa emergem –, nos lembrando uma vez mais o que há de comum entre essa “língua que ainda se fala hoxe no grande sertão, como se fala na Galiza”; e destaca as expressões, tais quais: *amojar*, *arco da velha*, *arranjar*, *chirimia*, *orvalho*, *sol-pôr*, *lusco-fusco*, *fura-bolos*, *folgar-se de*, *lonjão*, *mata-piolhos*, *meninho*, *noitinha*, *pendão*, *queixume*, *sanfona*, *sovela*, *verter água*.

Confrontem-se, por sua vez, os *refrâns* galegos e os adágios rosianos, tomados ao esmo e misturados, em sua semântica – mas, sobretudo, em seu léxico: [...] *para bezerro mal desmamado, cauda de vaca é maminha* (O *burrinho pedrês*); *Boi que non vai ó mercado, non pode ser vendido nin comprado*; *En terra allea, a vaca ó boi cornea*; *A grama que burro não come, não presta pra gado nenhum* (Dão-Lalalão); *Becerro manso, mama a súa nai e a outras catro*; *Potro, de potrela*; *becerro, de vaca vella*; *Não se toca boi à força, nem para o pasto melhor* (A *estória de Lélío e Lina*); *Tira-se leite é onde há pasto* (A *estória de Lélío e Lina*); *Boi vezado, volve ó prado*; *A vaca da miña veciña dá mais leite que a miña*.

Ou ainda: [...] *o que não é casório, é falatório* (O *recado do morro*); *Home moi falador, nunca foi bo cavador*; *Quem fala muito, dá bom dia a cavalo* (Minha gente); *O moito falar é vicio*; *Quen fala o que non debe, oi o que non quere*; *Coice de égua não machuca cavalo* (A *estória de Lélío e Lina*); *Couce de égoas non matan poldros*; *Quem não tem dente, não toca berrante* (Uma *estória de amor*); *Quen ten mal dente, ten mal parente*; *A boa sacola aumenta a esmola* (A *estória de Lélío e Lina*); *Cando deas a esmola non toques a trompa*; *Deus nunca desmente* (Grande Sertão: *Veredas*); [...] *o home pón, Deus dispón*.

E os já clássicos no eixo sertão-Galiza: *Poñer os bois antes do carro*; *Unha anduriña soila non fai verán*; *A cabalo dado non lle mires o dente*; *O ollo do amo engorda o cabalo*; *Para abaixo, tódolos santos axudan*; *Achégate ós bos e serás um deles*; *Home que madruga, Dios o axuda*.

- Nomes e *alcumes*

Outro tópic importante neste vínculo lexical entre Rosa e a Galiza é o dos *alcumes* (alculhas). De acordo com Torres Regueiro e Cuns Lousa (1989: 9):

As orixes do alcume son variadas e practicamente as mesmas dos nomes e dos apelidos. Poden estar nunha virtude, defecto, ou particularidade do individuo ou familia en cuestión, en determinados gustos ou afeizóns, nalguns ofícios ou profesións, delatando a procedencia xeográfica, un acontecemento especial...; e moitas veces non teñen unha causa determinada ou ben perdeuse a memoria da causa ou suceso que os motivou.

Sabe-se, outrossim, que a tradición do *alcume* mantém carácter aldeão e rural, propia a pequenos grupos e às relacións de parentesco e vizinhança. Daí originar-se com frequência e naturalidade da imaginação, do humor, da ironia e da criatividade populares.

Numa subdivisão elementar entre tipos de *alcumes*, e que nos serve aqui de propósito, há: a) os que têm origem ou semelhança com animais; b) os que têm origem em coisas pelas que o *alcumado* tem predileção; c) os que têm origem em qualidades físicas ou morais; d) os que têm origem em circunstâncias da vida do *alcumado*.

Há uma relação estreita jagunçagem - *alcumes*. Desde o *Famigerado* ou *Oh, homem, oh - alcumes* do mesmo conto -, aos *Mão de Lixa*, *Freitas Macho*, *Tipote*, *Preto Mangaba*, *Coscorão*, *Diadorim*, *Jiribibe*, *Moçambicão*, *Rasga-em-Baixo*, *Joãosinho Bem-Bem*, *Dimas Doido*, *Compadre Quelemém*, que pelos textos se espalham.

A certa altura, Riobaldo pondera: “Eu não podia imaginar que ia entrar em fogo contra os Bebelos”. Os nomes dos chefes da jagunçagem tornam-se também *alcumes*, quando servem para designar nos companheiros a linhagem a que pertencem: os *Alaripes* (‘lugar onde começa o dia’), os *Hermógenes* (‘fechado’, ‘longínquo’), os *Medeiros-vazes* (‘meeiro basco’), os *(ri)Cardões* (‘reino’, ‘rico’ ou ‘pessoa de caráter agressivo’), os *Riobaldos* (‘rio incompleto, rio inutilizado’) e outros tantos plenos de significados. Contudo, “hai quen, ó mellor, non admite que o chamen polo alcume [...] e atópase moi fachendoso co seu apelido”, por ser o significado ou a origem do *alcume* fruto de constrangimento para o *alcumado*, como *Calaza* (‘farrapo’, ‘carniza’); *Couceiro* (‘que dá couces’); *Famigerado* (vale a pena a leitura do fragmento em que o interlocutor-narrador faz milagre léxico-etimológico para explicar ao sanguinário cangaceiro o[s] significado[s] de seu *alcume*); *Coscorão*; *Mão-de-Lixa* etc. E, a título de curiosidade, num cotejo com alguns *alcumes* de Bembrive, como os *Arrecarallo*, os *Caramba*, os *Cu de pote*, os *Carallete*, os *Manuel de Pedro*, os *Manuel da otra*, os *Constante ‘O Toro’*, os *Marmanxos*, os *Setehomes*, os *Cascarrañota*, os *Barriga Verde*, os *Bo-canegra*, os *Cabezotorta*, os *Mincarallos* ou os *Raspaqueixo*, percebe-se que todos bem podiam figurar no universo sanguinário e cangaceiro de Guimarães Rosa.

• Os *alcumes* do diabo

Nunca se deve refutar a profusão de *alcumes* atribuídos na prosa de Rosa ao diabo: o *Cujo*, o *Oculto*, o *Tal*, o *Que-Diga*, o *Não-sei-que-Diga*, o *Que-não-Fala*, o *Que-não-Ri*, o *Que-nunca-se-Ri*, o *Sem-Gracejos*, o *Tristonho*, o *Muito-Sério*, o *Sempre-Sério*, o *Austero*, o *Severo-Mor*, o *Galhardo*, o *Romãozinho* (um diabo-menino), o *Rapaz*, o *Homem*, o *Indivíduo*, *Dião*, *Dianho*, *Diogo*, o *Pai-da-Mentira*, o *Pai-do-Mal*, o *Maligno*, o *Coisa-Ruim*, o *Tendeiro*, o *Mafarro*, o *Manfarri*, o *Canho*, o *Coxo*, o *Capeta*, o *Capiroto*, o *Das-trevas*, o *Tisnado*, o *Pé-Preto*, o *Pé-de-Pato*, o *Bode-Preto*, o *Cão*, o *Morcego*, o *Gramulhão*, o *Xu*, o *Temba*, o *Dubá-Dubá*, o *Azarape*, o *Dê*, o *Dado*, o *Danado*, o *Danador*, o *Arrenegado*, o *Diá*, o *Diacho*, o *Diabo*, o *Debo*, o *Rei-Diabo*, o *Demo*, o *Demônio*, o *Drão*, o *Demonião*, *Barzabu*, *Lúcifer*, *Satanás*, *Satanazim*, *Satanão*, *Sujo* (...), o *Dos-Fins*, o *Solto-Eu*, o *Outro*, o *Ele*, o *O, Ele*, o *Anbagão*, *Bute*, o *Cabrobó*, o *Ocultador*, o *Mal-encarado*..., além de outros *alcumes*.

Repare-se que, curiosamente (ou não), o diabo se encaixa em todas as modalidades dos *alcumes*:

- a. os de origem ou semelhança com animais: o *Pé-de-Pato*, o *Bode preto*, o *Cão*, o *Morcego*;
- b. os de origem em coisas pelas que o *alcumado* tem predileção: o *Pai-da-Mentira*, o *Pai-do-Mal*;
- c. os de origem em qualidades físicas ou morais: o *Coxo*, o *Mal-encarado*, o *Coisa-Ruim*;
- d. os de origem em circunstâncias da vida do *alcumado*: o *Das-trevas*, o *Arrenegado*, o *Tristonho*, o *Sujo*.

Por fim, duas palavras acerca do étimo de *veredas*, que via o latim *veredus* ('cavalos de carga, de viagens') deu a significar – por metáforas, metonímias ou extensão – 'trilha, caminho' etc. O termo adquire ainda uma relação semântica muito forte com certos tipos de vegetação local, assim como a *savana*, o *árido*, ou o *agreste*.

Étimos à parte, vale lembrar – a título quiçá jocoso – que o termo *vereador* já era conhecido na Península séculos antes de o Brasil ser descoberto. Donde o verbo *verear*, com o significado primitivo de 'administrar as estradas e os caminhos'. E em galego, *verea* ou *bereda* tanto pode significar 'caminho estreito, tosco' – ou 'caminho real': *veredas*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ, Rosario (coord.): *Tesouro do léxico patrimonial galego e português*. Santiago de Compostela: Instituto da Língua Galega. <http://ilg.usc.es/Tesouro> [25/02/2016].

- ALVES DE ARAÚJO, Aluiza (2014): “Tarra onde, menina réa?”, *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 22, nº 2.
- ALVES DE ARAÚJO, Aluiza (2015): “Arre, Maria!, tu num lerrô nada?”. Comunicación no *Gallécia – III Congreso Internacional de Linguística Histórica (Santiago de Compostela, 27-30/07/2015)*. Universidade de Santiago de Compostela.
- LORENZ, Günter (1973): *Diálogos com a América Latina*. São Paulo: EPU.
- JOYCE, James (2004): *Finnegans Wake*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- MARTINS, Nilce Sant’Anna (2001): *O Léxico de Guimarães Rosa*. São Paulo: Edusp.
- MEIER, Harri (1974): “Metáforas, ex-metáforas, pseudometáforas”, *Littera*, nº 10.
- PAZ-ANDRADE, Valentín (1970): *La marginación de Galicia*. Madrid: Ed. Siglo XXI.
- PAZ-ANDRADE, Valentín (1983): *A galeguidade na obra de Guimarães Rosa*. São Paulo: Difel.
- ROCHA, Luiz Carlos (1988): “Guimarães Rosa e terceira margem da criação lexical”, em Lauro Belchior Mendes / Luiz Cláudio Vieira de Oliveira (orgs.), *A astúcia das palavras – ensaios sobre Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Rd. UFMG, 185-193.
- RONCARI, Luiz (2004): *O Brasil de Rosa: mito e história no universo rosiano: o amor e o poder*. São Paulo: UNESP.2
- SCHWARZ, Roberto (1981): “A Fala e Grande Sertão e Dr. Faustus”, *A sereia e o Desconfiado: Ensaios Críticos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 37-51.
- SOUZA, Vander Lucio de (2008): *Caminho do boi, caminho do homem* [manuscrito]: *o léxico de Águas Vermelhas – Norte de Minas*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG.
- SPERBER, Suzi Frankl (1976): *Caos e cosmos – Leituras de Guimarães Rosa*. São Paulo: Livraria Duas Cidades.
- TORRES REGUEIRO, Xesús / Xulio CUNS LOUSA (1989): *Alcumes recollidos en Betanzos*. Betanzos: Concello de Betanzos.
- VÁZQUEZ CUESTA, Pilar (1996): *O que um falante de português deve saber acerca do galego: pequena chegada, Colóquio. Letras*, 139.

Expectativa e comunicação*

Luiz Carlos Cagliari

Universidade Estadual Paulista

cagliari@fclar.unesp.br

Expectation and Communication

Resumo

Embora a palavra *expectativa* seja de uso antigo e comum, há poucos estudos semânticos sobre sua natureza e função. Com as novas perspectivas da Semântica Cognitiva, criou-se uma metodologia que permite novas abordagens sobre o tema. A linguagem reflete a mente, e, assim, possibilita determinar sua estrutura e funcionamento. Há muitas palavras e expressões que introduzem expectativas, como “eu acho que”. No presente estudo, o termo *comunicação* significa o que o falante quer transmitir em termos linguísticos e o que o seu interlocutor entende do que ouve ou lê. A expectativa está mais ligada à intenção do falante e à interpretação do ouvinte do que à fala. Não há nenhuma comunicação que não nasça de uma expectativa. O falante espera que seu interlocutor entenda não apenas o literal, como também algumas informações não reveladas na fala. Todavia, a ideia de expectativa deste trabalho difere das pressuposições, conotações e de outras formas pragmáticas de interpretar o discurso. Não apenas o locutor, mas também o interlocutor pode criar suas próprias expectativas, a partir do que lhe foi comunicado. A expectativa, objeto deste estudo, é um pensamento que é processado na mente do falante ou do ouvinte, acrescentando uma informação não dita. A ideia de expectativa refere-se a algo do futuro ou do passado, nunca do presente da enunciação. A ideia de expectativa é motivadora do pensamento e da fala. Pode ser um fato individual, de um grupo, da sociedade e da história. Interpretamos tudo dentro de um quadro de expectativas.

Palavras-chave

Expectativa, comunicação, semântica cognitiva

Sumário

1. Preliminares. 2. A ideia de expectativa. 3. Introdutores da ideia de expectativa. 4. Conclusão.

Abstract

The use of the word *expectation* is both long and widespread: it is a common lexical item. However, there are scarce studies on the nature and functions of the word. New perspectives on Cognitive Semantics have created methodologies that enable new approaches to the theme: language is a mirror of the mind and the language in use allows us to see how the mind functions. In this paper, *communication* means what the speaker wants to transmit in linguistic terms as well as what the hearer understands with what he or she has heard or read. Expectation is linked more closely with the speaker's intention and the hearer's interpretation than to a literal utterance. All communication process must be settled previously on some expectation. The speaker hopes that the interlocutor understands not only the literal discourse, but also all untold information according to the social use of the language. However, in this paper, the idea of expectation differs from the presuppositions, connotations and other pragmatic forms for interpreting discourse. Both the speaker and the interlocutor may create their own expectations, in the communicative process. Expectation as an object of this study is a thought that is processed in the speaker's mind by adding some unuttered information; it refers to an idea in the future or in the past but never in the present. The idea of expectation is the motivation for all kinds of thinking and speaking: it may emerge as an individual, a community, a social or a historical fact, and we interpret every language within a frame of expectations.

Keywords

Expectation, communication, cognitive semantics

Contents

1. Preliminaries. 2. The Idea of Expectation. 3. Introducing expectation. 4. Conclusion.

1. Preliminares

Embora a palavra *expectativa* seja de uso antigo e comum, há poucos estudos semânticos sobre sua natureza e função. Com as novas perspectivas da Semântica Cognitiva, criou-se uma teoria semântica com uma metodologia própria (Lakoff / Johnson 1980, Fillmore 1982, Langacker 1987, Fauconnier 1999, Fauconnier / Turner 2002) que permite uma abordagem não lexical, à moda da semântica antiga (Lyons 1996), na qual os fenômenos de significação são tratados como produtos da mente. A linguagem reflete a mente e, assim, possibilita determinar a estrutura e o funcionamento da mente. O presente estudo encaixa-se dentro dessa perspectiva semântica.

Na década de 70, Michael Burgoon e Gerald R. Miller (Burgoon / Miller 1985, Burgoon 1995) desenvolveram uma teoria que chamaram de LET (Language Expectancy Theory). Essa teoria insere-se no quadro dos estudos retóricos e procurava dar conta de como há regras no processo de comunicação que precisam ser levar em conta pelo emissor e pelo receptor. As regras gerais são as que o sistema da língua estabelece. Porém, há outras regras, não explícitas, que fazem parte de um conjunto de expectativas que todo discurso tem. Desconhecer ou desrespeitar essas regras socializadas historicamente implicam em introduzir “ruídos” na comunicação, comprometendo a boa transmissão e interpretação da mensagem. A partir desse trabalho, outros pesquisadores procuraram desenvolver o tema (Averbeck 2010). Esse tipo de abordagem da expectativa não é objeto de estudo no presente trabalho.

O termo *comunicação* abrange inúmeros significados e matizes de significação. No presente estudo, comunicação significa o conteúdo semântico de enunciados, ou seja, o que o falante quer transmitir em termos linguísticos e o que o seu interlocutor entende do que ouve ou lê. O processo de comunicação linguística estabelece-se mais tipicamente no discurso, ou seja, num texto (Plebe / Emanuele 1992). Palavras isoladas são interpretadas como parte de um contexto discursivo maior (Koch 1989, Koch / Travaglia 1989). Enunciados como provérbios e outros de curta extensão prestam-se ao presente estudo enquanto fazem parte de um conhecimento de mundo compartilhado pelas pessoas.

Na linguagem, há muitas informações ditas literalmente e muitas não ditas explicitamente, como as pressuposições argumentativas, conotações estilísticas ou derivadas das atitudes do falante, declarações de atos de fala, e outras informações pragmáticas e discursivas (Ducrot 1972, Austin 1975, Searle 1992). Em grande parte, essas informações dependem do conhecimento de mundo que os falantes têm. Todas essas informações declaram explicitamente ou indiretamente uma intenção do falante. Nesses casos, o falante espera que seu interlocutor entenda o literal e o não literal do que ele diz.

- (1) João parou de trabalhar de alfaiate.
- (2) Eu prometo ser breve.
- (3) Antônio comprou um moderno iate.

No exemplo (1), o verbo *parar* introduz um pressuposto (João trabalhava de alfaiate antes) que não foi dito, mas tem que ser do conhecimento do interlocutor para que o exemplo faça sentido. Um pressuposto não é uma expectativa porque não pode ser deixado de lado na comunicação. Em (2), o verbo *prometer* na primeira pessoa do presente do indicativo cria uma promessa. Essa informação também não pode ser excluída do enunciado e, assim, é mais do que uma expectativa. No enunciado (3), o fato de Antônio ter comprado um moderno iate traz a ideia de que ele é rico ou se tornou rico. Conotações não são expectativas, mas deduções que se tira de um enunciado a partir de um conhecimento de mundo.

- (4) Olavo é um barril que bebe Heineken em excesso.

Metáforas e metonímias não são expectativas, mas comparações que se fazem juntando ideias impossíveis através de um processo de transferência de propriedades e não do referente como tal. Assim, em (4), o termo *barril* é usado metaforicamente para indicar que Antônio é um grande consumidor de bebidas alcoólicas. O nome Heineken é uma marca de cerveja, e seu uso em (4) é metonímico. Em ambos os casos, não há uma expectativa, mas uma afirmação. As ideias de metáfora e de metonímia foram bastante exploradas na Linguística cognitiva, principalmente nos trabalhos de Lakoff / Johnson (1980) e de Fauconnier (1999).

Um *script* é um roteiro de ações que costumam acontecer em função de determinada tradição cultural (Kovecses 2006: 70; Abreu 2010: 40). Vivemos em uma ordem linear e cronológica em grande parte do tempo. Não sentamos à mesa de jantar e depois entramos na sala de jantar: há uma ordem, um *script* de ações a serem seguidas. Essa noção se distingue da ideia de expectativa do presente trabalho.

A noção de *frame*, que é uma das mais antigas noções discutidas pela Linguística Cognitiva, é a que mais se aproxima da ideia de expectativa. Deborah Tannen (1979), fez um levantamento da ideia de expectativa e chegou à conclusão de que ela se constituía como um suporte da noção de *frame*. A noção de *frame* sofreu redefinições. Expressões como *background*, *conhecimento de mundo*, *script*, *categorização*, *pensamento complexo*, *imaginação* etc. têm sido usadas para definir um *frame*. De acordo com uma definição de Kövecses (2006: 69), os *frames* são “construtos de nossa imaginação e não representações mentais que se adéquam diretamente a uma realidade objetiva preexistente. Ou seja, *frames* são mecanismos imaginativos da mente” (traduzido de citação em Abreu 2010: 37). Vista nessa abordagem, podemos dizer que a noção de expectativa compartilha de perto a noção de *frame*, no sentido de que

ambas são “mecanismos imaginativos”. A ideia de expectativa, nessa abordagem, é uma espécie de detalhamento da noção de *frame*.

2. A ideia de expectativa

A expectativa, objeto deste estudo, é um pensamento imaginativo que é processado na mente do falante ou do ouvinte, acrescentando uma informação não literal. Essa informação pode ser sinalizada por palavras ou expressões introdutoras de expectativa, por exemplo, quando dizemos (5):

(5) Minha expectativa é que chova amanhã.

O enunciado (5) pode ser recebido de vários modos pelos interlocutores. Um meteorologista pode pensar que o locutor está errado porque não há chance de chuva naquele dia. Outro pode pensar que vai ser uma desgraça a festa no quintal da casa. Essas deduções não são expectativas do interlocutor. Mas este pode criar suas próprias expectativas, a partir do que ouve, pensando algo particular, como em (6):

(6) A minha expectativa, diferente da dele, é de que não chova amanhã.

No uso comum da linguagem, estamos sempre inserindo expectativas ou acrescentando expectativas pessoais quando ouvimos uma fala. A interpretação literal só acontece quando não se pode admitir outro tipo de interpretação, nem mesmo do tipo de uma expectativa. Informações científicas são desse tipo. É por isso que elas parecem sempre verdadeiras. Para se quebrar uma afirmação científica, o primeiro passo é colocá-la como uma expectativa falsa: fulano achava X, ou seja, pensava que o mundo era daquele jeito, mas essa expectativa (declarada) é falsa, por causa de Y. Então, Z, ou seja, uma nova formulação científica, tida como verdadeira na sua literalidade. Dentro desse quadro argumentativo, vê-se que declarações científicas não podem ser introduzidas por marcadores de expectativa, como *eu acho que... eu penso que...* que deixam o literal sob suspeita de não ser verdade.

A teoria dos espaços mentais proposta por Fauconnier (1994) diz que um enunciado sempre precisa estar inserido em um “espaço mental” e que, portanto, o sentido literal nunca ocorre, de fato, sem o acréscimo de outros significados que complementam aquele “espaço mental”. A teoria usa principalmente os conhecimentos subjacentes de mundo, pressupostos ou auxiliares, para dar sentido a enunciados, em geral, isolados de um contexto discursivo mais amplo. Alguns exemplos dessa teoria usa a ideia de expectativa como um elemento construtor de espaços mentais. Por exemplo, Abreu (2010: 87) explica esse modelo dizendo: “É também o caso de orações como *ele pensa, ele acha, é possível, é provável*, de auxiliares como

dever, poder e de modalizadores como *possivelmente, aparentemente*". Certamente, a ideia de expectativa é uma espécie de *construtor de espaço mental*, embora não seja a única maneira de construí-lo. Todavia, a ideia de expectativa tem características que não se esgotam na ideia de espaço mental. A expectativa não é um simples recurso para deixar enunciados inteligíveis, do tipo apresentado por Abreu (2010: 83), como em (7, 7a) e (8, 8a). Trata-se de um processo mental mais amplo e mais importante na comunicação.

- (7) A Terra é quadrada.
- (7a) Luís acha que a Terra é quadrada.
- (8) Ele é mais alto do que ele é.
- (8a) Luís pensa que é mais alto do que ele é.

Nos exemplos acima (7) e (8), Luís tem uma expectativa com relação ao formato da Terra e com relação à própria altura. Sem os verbos *achar* e *pensar*, teríamos apenas uma informação errada, entendida como tal não pelo que o enunciado diz, mas pelo conhecimento de mundo a respeito do formato da Terra e da estatura do Luís. Sem o *construtor de espaço mental*, neste caso, também introdutor de expectativa, os enunciados (7) e (8) seriam falsos, contraditórios ou apenas estranhos. Porém, em (7a) e (8a), os enunciados tornam-se possíveis, porque afirmam uma suposição.

A ideia de expectativa costuma aparecer relacionada com algumas noções semânticas, porque a expectativa é um construto da mente dos falantes, uma forma de acrescentar informações ao que é comunicado, mas, nem sempre tem a função de tornar um enunciado estranho em um enunciado aceitável. Os introdutores de expectativa não são exatamente da mesma natureza e dimensão semântica dos construtores de espaços mentais,

3. Introdutores da ideia de expectativa

Nas línguas, há palavras que introduzem a ideia de expectativa: *eu acho que... eu penso que... minha expectativa é que... Deus queira que...* A ideia de expectativa refere-se a algo do futuro ou do passado, nunca do presente da enunciação. A ideia de expectativa é motivadora do pensamento e da fala. Pode ser um fato individual, de um grupo, da sociedade e da história. Interpretamos tudo dentro de um quadro de expectativas.

Podemos categorizar os introdutores de expectativa em grandes grupos de palavras, de expressões, de enunciados ou mesmo de textos. Alguns casos são apresentados a seguir:

1. Substantivos: *expectativa, desejo, esperança, admiração, suspense, confiança, otimismo, desapontamento, ilusão, desilusão, previsão...*

2. Verbos: *pensar, achar, desejar, esperar, admirar, iludir, acreditar, notar, ver, prever, lamentar, rejeitar, especular...*
3. Adjetivos: *inacreditável, inesperado, rejeitado, esperançoso, confiante, iludido...*
4. Advérbios: *de repente, até, incredivelmente, inesperadamente, lamentavelmente...*
5. Conjunções:
 - a. Condicionais (hipotéticas): *se, caso, dado que, desde que...*
 - b. Concessivas: *embora, posto que, se bem que, apesar de que*
 - c. Temporais: *quando, depois que, todas as vezes que, enquanto, até que*
 - d. Finais: *para que, a fim de que*
6. Crenças, credences, superstição, profecias, augúrios, provérbios, piadas...
7. Alguns padrões prosódicos que indicam perguntas ou revelam as atitudes do falante.
8. Um texto de autoajuda, de religião, de filosofia, de culinária, fábulas...

Alguns exemplos desses introdutores são apresentados a seguir.

- (09) Desejo a todos umas boas férias.
- (10) Ela achava que o penteado ia impressionar o namorado.
- (11) A esperança é a última que morre.
- (12) Acredito que a economia se recupera rapidamente.
- (13) Aquele foi um presente inesperado.
- (14) O acidente aconteceu de repente.
- (15a) Traga sua irmã, se você vier para a festa.
- (15b) A inflação aumentou muito, se bem que o Governo avisou.
- (15c) Toda vez que chove, aparecem as goteiras na cozinha.
- (15d) Maria estava a fim de arrumar um namorado.
- (16a) Tomar leite com manga faz mal.
- (16b) Deus queira que haja novas eleições sem breve.
- (16c) Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.
- (17a) Você comprou um novo computador?
- (17b) Dia de chuva é bom para tiririca!...

Nos exemplos acima, através de vários mecanismos linguísticos, podemos reconhecer nos enunciados que, além do sentido literal e de uma informação transmitida, esconde-se uma expectativa. É um sentido a mais que ocorre no processo de comunicação. Os exemplos acima mostram a ideia de expectativa na mente dos falantes e que ele espera esteja presente também na mente do interlocutor. Em situações dialógicas, as ocorrências de expectativas são mais frequentes. O interlocutor pode também criar expectativas na sua mente, que não foram necessariamente pensadas pelo locutor. Por exemplo, o locutor diz (18) e o interlocutor acrescenta (19) ao sentido de (18):

(18) A sua nota da prova é 8,5.

(19) Eu pensava que ia ganhar 10 porque eu acertei todas as questões!!...

A ideia de expectativa depende das expressões de tempo da linguagem. Sua formulação mental seja na mente do locutor seja na mente do interlocutor é sempre uma hipótese que remete ao passado ou ao futuro, nunca ao presente da enunciação. Quando ocorre uma expressão introdutora de expectativa, apesar de ocorrer um verbo no tempo presente, a ideia de expectativa é futura, como em (20). O exemplo (21) mostra que no passado a construção da ideia de expectativa não apresenta problemas. No tempo presente da enunciação, (20) traz uma expectativa positiva para o futuro. Porém, em (21) a expectativa é interpretada como frustração.

(20) Há muita expectativa com relação à Petrobrás.

(21) Havia muita expectativa a respeito do governo de FHC.

Os mal-entendidos podem ter vários tipos de causa, como a ambiguidade e a vagueza. Porém, quando provenientes de expectativas mal interpretadas são mais sutis e mais difíceis de serem discutidos. Nestes casos, não basta discutir palavras, é preciso discutir intenções.

A expectativa pode ser uma ação individual do locutor ou do interlocutor, mas pode ser uma ação coletiva, socialmente estabelecida. Toda ideologia política, crença religiosa, moralismo, cultura e arte e até as leis carregam consigo fortes expectativas que unem as pessoas em torno de determinadas ideias e ideais. Não somos criadores dessas expectativas, mas apenas nos vemos envolvidos nelas. Existe uma mente coletiva que controla as dimensões dessas expectativas.

4. Conclusão

A ideia de expectativa ajuda a pensar como a mente funciona. Embora todo pensamento só exista numa forma linguística, nem tudo o que pensamos nós falamos. Portanto, há processos linguísticos na mente que não aparecem explicitamente na fala, mas devem ser deduzidos por razões especiais. Todavia, a fala deve motivar a existência dessas informações mentais. Quando a expectativa fica só na mente do falante ou do interlocutor, ela existe porque poderia ser falada, explicitada no discurso. Uma expectativa é sempre uma hipótese. Um discurso não começa nem acaba nas palavras de um enunciado. Há um processo anterior de avaliação e de complementação semântica ao sentido literal. Grande parte dessa atividade está nas expectativas do falante e do seu interlocutor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Antônio Suárez (2010): *Linguística Cognitiva: uma visão geral e aplicada*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- AUSTIN, J. L. (1975²): *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press.
- AVERBECK, Josh (2010): “Irony and Language Expectancy Theory: Evaluations of Expectancy Violation Outcomes”, *Communication Studies* 61, 3, 356-372. <http://dx.doi.org/10.1080/10510971003776147>.
- BURGOON, Michael (1995): “Language expectancy theory: elaboration, explication and extension”, em Charles R. Berger / Michael Burgoon (eds.), *Communication and Social Influence Processes*. Michigan: State University USA, 29-51.
- BURGOON, Michael / Gerald R. MILLER (1985): “An expectancy Interpretation of language and persuasion”, em Howard Giles / Ronald St Claire (eds.), *Recent Advances in Language Communication and Social Psychology*. London: Lawrence Erlbaum, 199-229.
- DUCROT, Oswald (1972): *Dire et ne pas Dire: principes de sémantique linguistique*. Paris: Hermann.
- FAUCONNIER, Gilles (1994): *Mental Spaces*. Cambridge: MIT Press.
- FAUCONNIER, Gilles (1999): *Mapping in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FAUCONNIER, Gilles / Mark TURNER (2002): *The way we think*. New York: Basic Books.
- FILLMORE, Charles J. (1982): “Frame semantics”, em Linguistic Society of Korea (eds.), *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin, 111-137. http://brenocon.com/Fillmore%201982_2up.pdf [27/11/2015].
- KOCH, Ingedore G. V. (1989): *A Coesão Textual*. São Paulo: Editora Contexto.
- KOCH, Ingedore G. V. / Luiz Carlos TRAVAGLIA (1989): *Texto e Coerência*. São Paulo: Editora Cortez.
- KÖVECSES, Zoltán (2006): *Language, Mind and Culture*. Oxford: Oxford University Press.
- LANGACKER, Ronald (1987): *Foundations of Cognitive Grammar*. Stanford: Stanford University Press.
- LAKOFF, George / Mark JOHNSON (1980): *Metaphors we Live by*. Chicago: The University of Chicago Press.
- LAKOFF, Robin Tolmach (2000): *The Language War*. London: The University of California Press.
- LYONS, John (1996): *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PLEBE, Armando / Pietro EMANUELE (1992): *Manual de Retórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- SEARLE, John (1992): *The Rediscovery of the Mind*. Cambridge / Mass: A Bradford Book / The M.I.T. Press.
- TANNEN, Deborah (1979): “What’s in a Frame? surface evidence for underlying expectations”, em Roy O. Freedle (ed.), *New Directions in Discourse Processing*. Norwood, NJ: Ablex, 137-181. <http://faculty.georgetown.edu/tannend/TANNEN%20ARTICLES/PDFs%20of%20Tannen%20Articles/1979/what's%20in%20a%20frame.pdf> [27/11/2015].

Sufixo e vogal temática: uma visão construcional sobre os verbos estativos latinos

Luiz Pedro da Silva Barbosa

Universidade Federal Fluminense

lp0lp@hotmail.com / luizpdsbarbosa@yahoo.com.br

The suffix and thematic vowel: a constructional view of Latin stative verbs

Resumo

Este trabalho dá continuidade aos estudos desenvolvidos durante o curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, no Instituto de Letras da UFF. O objeto focado é o morfema *-ē*, formador de verbos com valor de estado – estativos – em Latim. O ponto de partida desses estudos é a aparente interseção entre as categorias de sufixo derivacional e vogal temática em que se encontra o referido morfema, o qual é tratado de modo bastante raso por boa parte das gramáticas: classificado como vogal temática, é usado meramente para organizar a abordagem didática que separa os verbos latinos em quatro grupos, chamados conjugações, de acordo com a vogal pré-desinencial de cada verbo. Estudos de Morfologia Diacrônica do Latim mostram que esse sufixo tem uma trajetória relativamente complexa como desenvolvimento de um formador de temas aorísticos indoeuropeus. Como a permanência é inerente à mudança, o Latim mostra diversos traços desse antigo paradigma flexional. Assim, em trabalhos anteriores, já mostramos o papel do sufixo nas propriedades formais e na semântica das orações em que é inserido; mostramos também que as principais variedades estão relacionadas ou à frequência de uso ou à ausência do morfema *-ē*. Deste modo, a presente amostragem vem apresentar o referencial teórico em que se apoia – a perspectiva construcional de Traugott e Trousdale (2013) –, bem como apresentar uma proposta de abordagem para os verbos estativos, assumindo que o morfema estudado é um sufixo derivacional. O *corpus* utilizado nos estudos em que serão mostrados esses verbos são as comédias de Plauto, autor do período arcaico da Literatura Latina. A escolha do autor se deu pelo caráter “popular” de sua obra e pelas numerosas marcas de oralidade em seus textos, o que leva a crer que eram próximos do falar vernáculo da época.

Palavras-chave

Verbos de estado, transitividade, morfologia histórica

Abstract

This work has been developed for the Master course in Language Studies at the UFF Institute of Letters. The subject matter is the morpheme *-ē*, which forms verbs with state value - statives - in Latin. The starting point of the studies is an apparent intersection between categories of derivative suffix and thematic vowel in which the morpheme is placed, which has been treated fairly superficially by most grammars: classified as a thematic vowel, it is solely used to organise a didactic schema that separates Latin verbs into four groups, called conjugations, according to a pre-desinential vowel of each verb. Studies of Latin Diachronic Morphology show that this suffix has a relatively complex trajectory in its development as a composer of Indo-European aoristic themes. As permanence is inherent to change, Latin shows several traces of this old inflectional paradigm. Therefore, in previous works, I have already shown the role of the suffix in the properties and semantics of the sentences in which it is inserted. Moreover, the main variables are related to either the frequency of use or the absence of the morpheme *-ē*. In this way, the present study will present the theoretical framework on which it is based -a constructional perspective of Traugott and Trousdale (2013) - as well as present a proposal as to how to approach the verbs, on the assumption, that the studied morpheme is a derivational suffix. The corpus used in the studies in which these verbs are shown are like the comedies of Plautus. The choice of the author was due to the ‘popular’ character of his work and orality in his texts, which leads this study to conclude that it is close to the vernacular of that period.

Keywords

Stative verbs, transitivity, historical morphology

Sumário

1. Sumário. 2. Breve histórico e descrição do objeto. 3. Pressupostos teóricos: a visão saussuriana da Linguagem e a Linguística Funcional. 3.1. Linguística centrada no uso. 3.2. Gramática de Construções. 3.3. Verbos estativos em uma visão construcional. 3.4. Transitividade Oracional. 4. Destaque das análises das amostras: aspecto morfológico e aspecto lexical. 5. Considerações Finais - Hipóteses de Mudança.

Contents

1. Introduction. 2. Brief history and description of the object. 3. Theoretical assumptions: saussurean view of Language and Functional Linguistics. 3.1. Usage-based Linguistics. 3.2. Grammar Construction. 3.3. Stative verbs in a constructional view. 3.4. Clause Transitivity. 4. Highlights of sample analysis: morphologic aspect and lexical aspect. 5. Final considerations – change hypotheses.

1. Introdução

Este trabalho é uma amostra da pesquisa desenvolvida durante o curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro, Brasil. Muitos dos conhecimentos preliminares, dos pressupostos teóricos e metodológicos e dos resultados aqui apresentados fazem parte da dissertação defendida em Fevereiro de 2016, que foi publicada e disponibilizada para acesso em Abril do mesmo ano.

O *corpus* de trabalho desta pesquisa consiste em três obras do comediógrafo Plauto (*Titus Maccius Plautus*, 254? – 184? a.C.), autor do período arcaico da Literatura Latina. Suas obras se dirigiam a um público de baixo prestígio na sociedade romana da época (escravos, parasitas, prostitutas e estrangeiros), fato que incidia diretamente nas características de seu texto. Podemos observar que o texto plautino é repleto de jogos de palavras, trocadilhos, aliterações, neologismos e ofensas. Esses fatores, que são marcantes no texto de Plauto, permitem afirmar que suas obras estavam bastante próximas a um falar vernáculo da época, o que vai ao encontro dos pressupostos básicos funcionalistas, que prezam por estudos baseados em amostras reais de uso (*cf.* Meillet 1977: 176). Contribui ainda para esta afirmação a métrica de suas peças, que, na maior parte dos versos, é uma versificação iambo-trocaica, que também se aproximava de língua oral. Assim, todos os exemplos do Latim aqui utilizados são desse autor. As peças escolhidas foram *Mostellaria*, *Persa* e *Amphytruo*.

2. Breve histórico e descrição do objeto

A língua latina tem, tradicionalmente, seus verbos divididos em categorias chamadas conjugações (primeira, segunda, terceira e quarta), de acordo com a vogal temática pré-desinencial, que se mostra clara nos infinitivos. Assim, os verbos latinos se apresentam divididos da seguinte forma:

- 1ª conjugação, formada pela vogal temática *-ā*, como *amo*, *-as*, *-āre*, *-āui*, *-ātum*
- 2ª conjugação, formada pela vogal temática *-ē*, como *habeo*, *-es*, *-ēre*, *-ui*, *-itum*

- 3ª conjugação, formada pela vogal temática *-ĕ*, como *facio*, *-is*, *-ĕre*, *feci*, *factum*
- 4ª conjugação, formada pela vogal temática *-ī*, como *seruio*, *-is*, *-īre*, *-īui*, *-ītum*
(*amar*, *ter*, *fazer* e *servir*, respectivamente)

Esses quatro grupos são resultados de uma relativamente complexa série de processos de formação (talvez uma “feliz coincidência”), que fez com que aquelas quatro vogais estivessem ligadas entre a raiz e as desinências. Existe um pequeno número de verbos que não possuem essa vogal temática, como *uolo*, *uis*, *uelle*, *uolui* (sem supino) ou *sum*, *es*, *esse*, *fui* (sem supino) (‘querer’ e ‘ser’, respectivamente).

Essas quatro categorias levam em conta apenas os temas de *infectum* em um recorte sincrônico do Latim Clássico. Assim, nem os temas de *perfectum*, nem os processos formadores de cada verbo são levados em conta para essa classificação.

Dentre os vários tipos de derivação sufixal formadora de verbos em Latim, destacamos aqui os verbos estativos, formados pelo sufixo *-ĕ*, pertencentes à segunda conjugação. São verbos do tipo *areo*, *caleo*, *frigeo* (‘estar seco’, ‘estar quente’, ‘estar frio’). O seu sufixo formador possui uma história relativamente complexa, desde o estágio indoeuropeu até o Latim, cuja trajetória apresentamos a seguir.

A conjugação verbal indoeuropeia se baseia, morfológicamente, em uma oposição aspectual. Isso quer dizer que cada verbo possui diferentes temas aspectuais, cada um com seus processos de formação peculiares; a conjugação de tempo, modo, pessoa, número e de voz se dava sobre cada um desses temas. Assim, a variação aspectual precedia as demais, sendo, portanto, mais importante. Como explica Monteil (1974: 266-267), o Indoeuropeu possuía um aspecto dinâmico e progressivo, correspondente ao presente; um aspecto estático e concluído, correspondente ao perfeito; e, um aspecto nem dinâmico nem estático, um aspecto “zero”, correspondente ao aoristo.

Nesse paradigma, o sufixo *-ĕ* servia para formar temas de aoristo. A aproximação da noção aorística ao valor de estado, semanticamente, se devia pelo aoristo exprimir uma ação que atingiu determinado estado (*cf.* Meillet 1948: 184).

No Latim, não há tema de aoristo, apenas uma oposição entre *infectum* e *perfectum*, guardando este os vestígios das formações de aoristo. No entanto, o sufixo estativo *-ĕ* aparece no Latim apenas nos temas de *infectum* (presente), o que, por um lado, morfológicamente, constitui uma grande inovação (*cf.* Monteil 1974: 293), mas, por outro, semanticamente, constitui a permanência da noção de um prolongamento do referido estado no tempo.

Esses verbos são prototipicamente monoargumentais, aliás, o são desde o Indoeuropeu (*cf.* Chantraine 1984: 161). Então, o morfema estativo parece estar diretamente relacionado à intransitividade verbal. Contudo, o Latim apresenta alguns usos biargumentais desses verbos, especialmente de um restrito grupo de verbos, cujos

principais representantes são *habeo* e *teneo* (que, em sua origem, significam ‘estar contido’), que não só foram perdendo seu uso estativo intransitivo original, como também passaram por processos bastante peculiares de mudança.

É oportuno observar alguns exemplos de uso dos verbos estativos nos textos arcaicos latinos:

(1)

- [...] *madeo* metu. (*Mostellaria*, v. 395)
- [...] estou molhado de medo.

(2)

- Post se derisum *dolet* (*Mostellaria*, v.10)
- Ele sofre após ter sido zombado.

Os dois primeiros exemplos mostram usos bastante prototípicos dos verbos de estado. Segundo um estudo preliminar (Barbosa 2014), esses exemplos apresentam baixíssima transitividade (de acordo com os parâmetros de Hopper e Thompson 1980).

São orações com apenas um participante, não têm cinesa nem pontualidade, seus sujeitos não são agentes e não possuem intenção sobre o verbo, e o aspecto das orações é imperfectivo. Todos esses fatores apontam para intransitividade verbal.

(3)

- At te Iuppiter / Dique omnes perdant! <Fufae!> *Oboluisti* alium (*Mostellaria*, v. 39)
- Mas que Júpiter e todos os deuses te destruíam! <Ugh!> Fedeste a alho!

A frase 3 mostra um uso mais afastado do protótipo. Ela já apresenta dois participantes: um sujeito e um complemento, que, mesmo entendido como dotado de uma ideia circunstancial de comparação, formalmente é um complemento do verbo. Outra diferença marcante é o fato de o verbo estar no aspecto perfeito, o que confere maior transitividade à oração, no entanto, essa mudança aspectual não inclui o sufixo *-ē* na formação do perfeito.

(4)

- nam muliones mulos clitellarios
habent, at ego *habeo* homines clitellarios. (*Mostellaria*, v. 781)
- Pois os arrieiros têm machos de carga,
mas eu tenho homens de carga.

O quarto excerto é bastante afastado do protótipo, pois não apenas tem um objeto, mas também tem um sujeito intencional e agentivo, além de cinesa e pon-

tualidade. Como já foi dito, o verbo *habeo*, assim como o verbo *teneo*, têm trajetórias bastante peculiares. Os textos arcaicos já mostram usos muito distantes do protótipo de verbo de estado, amostras que se aproximam até mesmo dos usos como auxiliar:

(5)

- Satis iam dictum *habeo*. (*Persa*, v. 214)

- Já tenho dito o suficiente.

A oração 5, por si só, suscitaria muitos estudos, mas, aqui, detenhamo-nos a observar apenas como ela se afasta do valor de estado.

Esses foram alguns exemplos de verbos estativos em textos arcaicos. Após esta introdução ao objeto, passemos à perspectiva teórica, para uma abordagem construcional.

3. Pressupostos teóricos: a visão saussuriana da Linguagem e a Linguística Funcional

Este estudo se insere na corrente teórica funcionalista. Para descrevê-la, é oportuno voltar aos pressupostos básicos de Saussure, pois eles fundaram o que hoje concebemos como a ciência Linguística, integrada por uma série de correntes chamadas formalistas, das quais as funcionalistas, muito frequentemente, sobretudo na origem, procuraram se diferenciar.

Em seu *Curso de linguística geral*, o professor genebrino logo busca a definição fundamental do objeto de sua ciência. Assim, ele estabelece a primeira de suas clássicas “dicotomias saussurianas”: língua e fala. Em seguida, estabelece que o objeto da Linguística é a língua, não a fala. Entre diversas razões, isso se dá também porque a fala é um ato individual, relativo a cada falante, enquanto a língua é o sistema subjacente aos processos comunicativos, comum a todos os falantes de um idioma.

Há, entre a visão de Saussure e a Linguística Funcional, uma diferença fundamental em relação à delimitação que fazem de seu objeto. Para a segunda, o sistema da língua pode ser diferenciado da materialidade de sua manifestação, porém eles não podem ser estudados separadamente, como supunha a primeira (Saussure 1955: 31). O Funcionalismo concebe seu objeto como a língua em uso, logo as propriedades formais não podem ser isoladas daquelas contextuais. Assim é, porque elas se relacionam intimamente e dependem uma da outra para que os falantes se comuniquem. Aliás, nessa perspectiva, a língua é vista como meio e resultado das interações sociais. Assim, cada indivíduo usa a gramática da língua segundo motivações pragmáticas e de modo a satisfazer seus propósitos comunicativos. Essa razão explica por que são indissociáveis os estudos da gramática e os do discurso. Aliás, necessário se faz definir discurso e gramática, segundo a nossa perspectiva:

Assim, o primeiro termo [discurso] passa a se referir às estratégias criativas dos usuários na organização de sua produção linguística, aos modos individuais com que cada membro da comunidade elabora suas formas de expressão verbal. Por outro lado, o termo *gramática* é concebido como o conjunto das regularidades linguísticas, como o modo ritualizado ou comunitário do uso; se ao discurso cabe a liberdade e a autonomia de expressão, à gramática compete a sistematização e a regularização (Oliveira / Votre 2012: 158).

Ao longo do trabalho, veremos diversos exemplos em que se pode observar com clareza como motivações externas ao sistema linguístico fazem o usuário moldar a gramática de que dispõe.

3.1. Linguística centrada no uso

Nas últimas décadas de sua trajetória, a Linguística Funcional tem estabelecido uma série de diálogos com outra corrente – a Linguística Cognitiva. Esta

...vê o comportamento linguístico como reflexo de capacidades cognitivas que dizem respeito aos princípios de categorização, à organização conceptual, aos aspectos ligados ao pensamento linguístico e, sobretudo, à experiência humana no contexto de suas atividades individuais, sociointeracionais e culturais. (Furtado da Cunha / Bispo / Silva 2013: 14).

Uma das principais razões para o êxito dos diálogos entre funcionalistas e cognitivistas é o compartilhamento de vários pressupostos teórico-metodológicos. Dentre eles, destacamos aqui a estreita relação entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes dela fazem nas situações de comunicação, fator que leva à concepção de que os dados linguísticos são aqueles que ocorrem em situações reais de uso. Uma vez que a gramática é vista como fruto das experiências dos indivíduos, ela pode ser moldada pelo uso linguístico.

O termo *usage-based* (baseado no uso) foi introduzido pelo cognitivista Ronald Langacker em 1987, apesar de ter havido muitos modelos baseados no uso (*cf.* Barlow / Kemmer 2006: 1). Esse termo foi utilizado para designar a corrente funcionalista enriquecida do contato com o Cognitivismo, resultando assim na Linguística Funcional Centrada no Uso.

É importante ter em mente que, segundo uma visão funcionalista da linguagem, é sempre preferível que a pesquisa linguística tenha como objeto manifestações concretas, em situações reais de uso. Com isso, o estudo de uma língua antiga poderia ter um problema em relação à seleção de *corpus*, mas não tem. Assim é, porque o Latim não deixou de ser falado, tendo se modificado e dado origem a diversas línguas neolatinas, e também porque a língua antiga possui um acervo de textos da época

passada, capazes de transmitir importantes valores, pensamentos e características gerais da sociedade da época. Portanto, o texto escrito constitui-se como *corpus* de pesquisa da língua antiga, pois é, tanto quanto o texto falado, língua em uso.

3.2. Gramática de construções

O termo “construção” tem tido uma frequência bastante alta nos estudos linguísticos. Na sua mais antiga (e talvez mais frequente) acepção, designa meramente um aglomerado sintático ou um sintagma oracional. Seria, portanto, um epifenômeno, causado pela simples interação sintática.

Eis que, no entanto, observações de diversos estudiosos mostravam que um padrão de organização sintática possuía implicações diretas sobre a semântica de uma frase. Assim, as construções não seriam um mero epifenômeno, pois, frequentemente, a semântica de uma construção não é apenas a soma de seus constituintes. Com essas observações, chegou-se a uma definição cognitivista para “construção”:

C é uma construção se e somente se C é um par forma-sentido <F, S> de modo que algum aspecto de F, ou algum aspecto de S, não é rigidamente previsível das partes que compõem C ou de outras construções previamente estabelecias (Goldberg 1995: 4)¹.

Desde então, várias “gramáticas de construções” foram desenvolvidas. Viemos aqui apresentar outra, que será a principal para este estudo. Não descreveremos com mais detalhes a visão de Goldberg sobre as construções. No entanto, a principal diferença (entre inúmeras semelhanças) entre esta e a de Traugott e Trousdale (2013) é que a primeira tem seu foco sobre construções complexas, como sintagmas, orações e até períodos; já a segunda inclui em sua abrangência as construções atômicas, que não podem ser decompostas em partes conteudísticas, que podem ser morfemas.

Uma vez que o objeto de estudo aqui é um sufixo, a visão de Traugott e Trousdale, que utilizamos, se mostra mais adequada à pesquisa, mas isso, em hipótese alguma, desqualifica as demais. É oportuno observar também que a presente definição de construção tem uma ligeira diferença das demais, é mais simples. A construção é definida simplesmente como pareamento convencionalizado de forma e função “[[F] ↔ [M]]” (Traugott / Trousdale 2013: 8).

De modo geral, as abordagens construcionais, além da de Traugott & Trousdale (2013), também concebem a construção como um pareamento convencional de forma e sentido, e a construção é a unidade básica da língua. Numa abordagem centrada no

¹ C is a construction iff_{det} C is a form-meaning pair <F, S> such that some aspect of F, or some aspect of S, is not strictly predictable from C’s component parts or from other previously established constructions.

uso, as línguas são uma rede de nós e ligações entre esses nós. Outro ponto em comum é que a estrutura da língua é moldada pelo uso e, portanto, a mudança é mudança em uso, pois este instancia e convencionaliza as inovações que emergem na língua.

A assunção de uma relação de interdependência entre forma e sentido significa uma relação entre propriedades da função – Semântica, Pragmática e Discurso – e propriedades da forma – Fonologia, Morfologia, Sintaxe. Uma alteração em uma das propriedades da forma ou da função pode causar mudanças apenas nas outras do mesmo eixo, o que será chamado “mudança construcional”, ou em ambos, criando um novo pareamento de forma e sentido, uma nova construção, o que será chamado “construcionalização” (cf. Traugott / Trousdale 2013: 1).

O pareamento de forma e função pode ser concebido em diversas dimensões. Traugott e Trousdale (2013) o concebem de acordo com três dimensões: tamanho, especificidade fonológica e conceito. O tamanho varia entre atômico e complexo, de modo que a construção atômica é a que não pode ser decomposta e a construção complexa pode ser decomposta em elementos analisáveis; já a especificidade fonológica varia entre substantiva e esquemática, de modo que a construção substantiva é composta em sua totalidade por itens fonologicamente salientes, enquanto que a construção esquemática é uma abstração em um esquema; e o conceito varia entre conteudístico e procedural, de modo que

Material “conteudístico” pode ser usado referencialmente; na dimensão formal, é associado com categorias esquemáticas, substantivo, verbo e adjetivo. Material “procedural” tem significado abstrato, que sinaliza relações linguísticas, perspectivas e orientações dêiticas [...] (Traugott / Trousdale 2013: 12)².

Tamanho	Atômica	Complexa	Intermediária
	red, -s	pull strings, on top of	bonfire
Especificidade	Substancial	Esquemática	Intermediária
	dropout, -dom	N, SAI	V-ment
Conceito	Conteudística	Procedural	Intermediária
	red, N	-s, SAI	way-construction

TABELA 1. DIMENSÕES DAS CONSTRUÇÕES³

Os autores discutem ainda três fatores relacionados às construções: a) esquematicidade é a propriedade de abstração de uma construção em esquemas, ou seja, em generalizações taxionômicas (por exemplo, S-V-O seria um esquema de oração

² ‘Contentful’ material can be used referentially; on the formal dimension it is associated with the schematic categories N, V, and ADJ. ‘Procedural’ material has abstract meaning that signals linguistic relations, perspectives and deictic orientation.

³ Traugott / Trousdale 2013: 13.

transitiva); b) produtividade é a possibilidade de novos construtos serem produzidos com base em um mesmo esquema; c) composicionalidade é a nitidez da separação das partes que compõem um todo. Concretamente, a manifestação de cada construção em amostras reais de uso é chamada de construto.

3.3. Verbos estativos em uma visão construcional

Para dar início a esta seção, voltemos à definição inicial de construção – um pareamento convencional de forma e sentido. Esta definição amplia o conjunto de possibilidades de objetos que podem nela se enquadrar.

Assim, quando se fala em construções com verbos estativos, o conceito de construção pode se aplicar tanto ao morfema, quanto à oração. A rede formada pela relação entre as diferentes construções possui uma organização hierárquica, de modo que certas construções podem conter outras.

Partindo de um nível mais amplo, oracional, identificamos uma macroconstrução de verbos estativos que consiste na própria oração monoargumental. Ela é composta de um sujeito e um verbo, como no exemplo em destaque:

Construto:

- (6) Post se derisum, *dolet*
Após ser zombado, [*ele*] *sofre*

Esquema: [S+V_e]

Com os estudos preliminares, de gramáticas de línguas antigas (sobretudo Chantraine 1984 e Meillet 1948), que associam os verbos estativos a orações monoargumentais, tais construções seriam, em teoria, as mais prototípicas com esse tipo de verbo.

Frequentemente, essa macroconstrução é constituída por um sujeito oracional, de modo que se produz uma mesoconstrução composta por sujeito oracional e verbo estativo:

Construto:

- (7) Prodigum te fuisse *oportet* olim in adulescentia.
Convém teres sido pródigo outrora na adolescência.
- (8) Tuos sum,/ proinde ut commodumst et *lubet* quidque facias;
Sou teu,/ assim como for cômodo e *é agradável* que faças cada coisa.

Subesquema: [S_{or}+V_e]

Os dois exemplos do subesquema mostram a mesoconstrução com sujeitos oracionais. Sua frequência é tão grande, que dicionários os notam apenas na terceira pessoa do singular, classificando-os como impessoais.

Os excertos diferem em relação ao modo do verbo da oração subjetiva, que em (7) é infinitivo e em (3) é subjuntivo, sem conectivo. Não conseguimos concluir ainda se o uso de cada um desses modos constitui uma microconstrução, um nível esquemático inferior ao das construções com sujeitos oracionais. Podemos apenas observar que, no Latim Arcaico, o uso de orações subordinadas substantivas justapostas (sem conectivo, com verbo no infinitivo) é mais frequente que em outras fases (*cf.* Faria 1957: 404; Vasconcellos 2013: 43).

Em contrapartida, um grupo restrito de verbos estativos parece ter sido recrutado para figurar em uma macroconstrução diferente da que consideramos mais prototípica. Trata-se de uma construção biargumental, na qual o verbo incide sobre um objeto:

- (9) [...] at ego *habeo* homines clitellarios.
[...] mas eu *tenho* homens de carga.

Esquema: [S+V_e+O]

A construção biargumental implica mudança em alguns atributos dos verbos estativos, que estudamos ao longo da pesquisa. Além dos verbos *habeo* e *teneo* (ambos: ‘ter’), são raros os usos de outros verbos nessas construções. Aliás, esses dois verbos têm trajetórias bastante peculiares ao longo da história do Latim e das línguas que dele se originaram.

Identificamos algumas ocorrências de um padrão construcional semelhante ao subesquema das construções monoargumentais que tem seu sujeito oracional. Podemos destacar um subesquema da construção biargumental que também tem uma oração como um de seus argumentos, porém, dessa vez, trata-se do objeto. Os principais verbos que figuram nessas construções são *gaudeo* (‘estar alegre’) e *soleo* (‘estar acostumado’).

- (10)
TR. O Theopropides, ere, salve, saluom te aduenisse *gaudeo*. usquin ualuisti?
(*Mostellaria*, 446-9)

TR – Oh Teopropides, meu senhor, salve! Alegro-me de teres chegado salvo.
Passaste suficientemente bem?

Subesquema: [S+V_e+O_{or}]

Vemos, no exemplo 10, o verbo *gaudeo* sendo complementado por uma oração reduzida de infinitivo, que desempenha a função de objeto do verbo *gaudeo*. No entanto, o mesmo verbo transita pelos dois padrões, o biargumental e o monoargumental:

- (11)
TR. Quid tibi visum est mercimoni? TH – ** *totus gaudeo*. (*Mostellaria*, 904)
TR – Qual tua opinião sobre a transação? TH – ** Estou todo alegre!

Já o verbo *soleo* ocorre de modo mais convencionalizado com um complemento oracional. Em verdade, a ligação do verbo *soleo* com seu complemento parece tão forte, que aponta para a formação de uma microconstrução com uma locução verbal, após uma neoanálise da mesoconstrução.

(12)

AMPH. Quia salutare aduenientem me *solebas* antidhac. (*Amphytruo*, 711)

ANF – Porque costumavas me saudar, antes disso, quando eu chegava.

No entanto, o principal padrão que figura entre todas as construções biargumentais é aquele que expressa a posse, com verbos *habeo* e *teneo*. Originalmente estativos (significando ‘estar contido’), esses verbos parecem ter sofrido uma drástica mudança do ponto de vista do praticante da ação, o que os fez ser recrutados para figurar em uma construção biargumental, a envolver um participante a mais.

Quando passamos a um nível morfológico, é possível identificar que a língua estudada neste trabalho, mesmo que em seu período arcaico, já apresenta os verbos formados com o sufixo estativo no final de um processo de mudança, que remonta ao Indoeuropeu, sobre o qual discorreremos nos itens iniciais.

Com base nos estudos de gramática histórica, observa-se que o sufixo tem uma origem flexional, formador de temas de aoristo, donde passa a sufixo derivacional, formador de verbos estativos. No entanto, não há dados desse tipo uso, uma vez que ele remonta à pré-história linguística, carente de registros escritos.

Poderíamos aventar a hipótese de que a construção mais prototípica (como *madeo* – ‘estar molhado’), que seria mais composicional, teria dado origem à construção menos prototípica (como *habeo* – ‘ter’), menos composicional, isto é, nesses verbos, em algum momento, o sufixo passa a ser analisado de modo diferente, provocando uma neoanálise no verbo. Um esquema formado por raiz [verbal+sufixo] de estado passa a apenas [raiz verbal], com aquele morf fonema que outrora era um sufixo derivacional passando a integrar o radical do verbo:

[√+ē]	<i>madeo</i>	[mad+e]
[√]	<i>habeo</i>	[habe]

De fato, ao olharmos testemunhos da Antiguidade Tardia, podemos observar que dois gramáticos do séc. iv d.C., Donato e Dositeu, não analisam verbos estativos como compostos por derivação sufixal, mas como formas “absolutas” ou “perfeitas”, como designam os verbos sem afixos, usando o verbo *horreo* (‘estar amedrontado’) como exemplo.

Se os verbos estativos forem analisados como compostos por derivação sufixal, seria esperado encontrar exemplos de verbos com a mesma raiz, mas sem o sufixo. As reflexões baseadas na análise de dados figurarão mais adiante.

3.4. Transitividade Oracional

Esta subseção parte do artigo de Hopper e Thompson (1980), no qual os autores propõem que a transitividade não é uma propriedade apenas do verbo, senão de toda a oração. Propõem também que essa propriedade não pode ser auferida de modo binário – transitivo/intransitivo, uma vez que é um *continuum*. Portanto, não se fala sobre transitividade ou intransitividade, mas sobre maior ou menor transitividade da oração. Essa visão de transitividade se aplica às macroconstruções – orações com verbos estativos –, que seriam tanto as mais prototípicas, quanto as menos.

Desse modo, os autores isolam 10 parâmetros que compõem a transitividade oracional, que foram traduzidos e estudados por Furtado da Cunha e Souza (2007: 37) na seguinte tabela:

Parâmetros de Transitividade	Transitividade Alta	Transitividade Baixa
1- Participantes	Dois ou mais	Um
2- Cinese	Ação	Não-ação
3- Aspecto	Perfectivo	Não-perfectivo
4- Pontualidade	Pontual	Não-pontual
5- Intencionalidade	Intencional	Não-intencional
6- Afirmação	Afirmativa	Negativa
7- Modo	Modo <i>realis</i>	Modo <i>irrealis</i>
8- Agentividade	Agentivo	Não-agentivo
9- Afetamento do objeto	Afetado	Não-afetado
10- Indivuação do objeto	Individuado	Não-individuado

TABELA 2. PARÂMETROS DE TRANSITIVIDADE ORACIONAL

4. Destaque das análises das amostras: aspecto morfológico e aspecto lexical

As conclusões relativas aos parâmetros cinese, aspecto e pontualidade a que chegamos nas análises de transitividade oracional estão diretamente associadas aos padrões construcionais identificados para o verbo estativo. De acordo com essa associação, os dois elementos da construção “verbo de estado” – o radical do verbo e o sufixo – estão associados, respectivamente, ao aspecto e à pontualidade. O resultado dessa união implica em ausência de cinese.

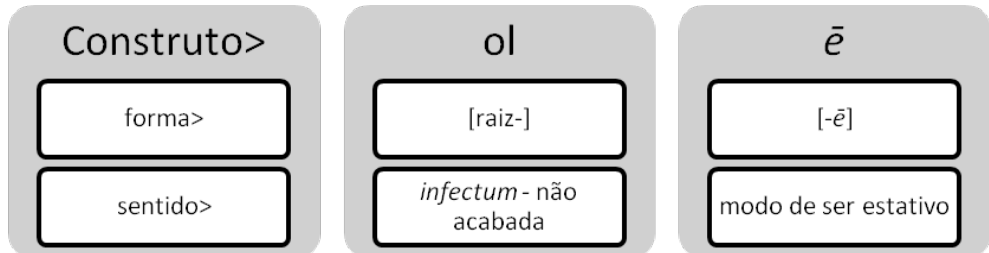
Assim, chegamos a duas categorias, respaldadas pela composição morfológica do verbo. Uma delas, já sabemos, é o aspecto, que trata da telicidade da ação/estado verbal, categoria esta consagrada e conhecida de todas as gramáticas de língua latina. Quanto à outra categoria, que trata do transcórre da ação, encontramos-na nos estudos de Laroca (em Abraçado / Kennedy 2014) e, sobretudo, nos de Corôa (2005).

Utiliza-se o termo *aktionsart* para fazer referência a um aspecto lexical do verbo, ou um “modo de ser da ação” verbal (cf. Abraçado / Kennedy 2014: 81). Para Klein (*apud* Corôa 2005), o aspecto é uma categoria gramatical, enquanto que o modo de ser é uma categoria léxico-semântica. Assim, teríamos dois aspectos, um gramatical e um léxico-semântico, ou *aktionsart*.

Esta última categoria esclarece a relação entre o sufixo estativo e o tema aspectual do verbo latino. No entanto, observando os dois tipos de aspecto nos verbos estativos encontrados, concluímos que as definições que apresentamos no parágrafo anterior não se aplicam com exatidão aos dados do Latim.

O que vimos ao longo das análises, sobretudo quando as análises de transitividade chegaram aos parâmetros de cinese, aspecto e pontualidade, é que ambos – o aspecto propriamente dito e o *aktionsart* – são, ao mesmo tempo, gramaticais e léxico-semânticos. Ambos têm implicações na semântica do tempo da ação/estado verbal, incidindo o aspecto sobre a conclusão e o *aktionsart* sobre o transcorrer da ação; ambos têm um correspondente formal, morfológico, que são o radical do verbo para o aspecto e, como vimos, o sufixo *-ē* para o *aktionsart*.

Chegamos, assim, às propriedades do sentido relativas à forma das construções identificadas em um nível morfológico, exemplificado no quadro a seguir com um construto do *corpus*. O construto do verbo *oleo* pode ser esquematizado da seguinte maneira, o aspecto incidindo sobre a raiz e o modo de ser incidindo sobre o sufixo:



QUADRO 1. PAREAMENTO DE FORMA E FUNÇÃO PARA VERBOS DE ESTADO

5. Considerações Finais - Hipóteses de Mudança

Os estudos já realizados levaram a algumas conclusões:

- As análises de transitividade oracional mostram que, apesar de as construções apontarem para baixíssima transitividade, o sufixo estativo parece se relacionar a um traço específico – a ausência de pontualidade. Esse traço, em uma definição

mais ampla, pode ser relacionado a um conceito que gramáticos antigos chamavam de *qualitas uerbi* – qualidade do verbo. Trata-se de um “modo de ser” da ação, que, no caso, é um modo de ser estativo.

- O processo morfológico desse sufixo parece estar situado num espaço entre a flexão e a derivação. Os verbos estativos não têm seu *perfectum* próprio, tomam-no emprestado a outros verbos de mesma raiz e sem o sufixo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAÇADO, Jussara / Eduardo KENEDY (orgs.) (2014): *Transitividade traço a traço*. Niterói: UFF.
- BARBOSA, Luiz Pedro da Silva (2014a): “Propriedades morfossintáticas dos verbos estativos: um olhar sobre o sistema verbal latino”, em Angelita Marques Visalli / Pamela Wanessa Godoi / André Pelegrinelli (orgs.), *Anais do X Ciclo de Estudos Antigos e Medievais*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 350-361.
- BARBOSA, Luiz Pedro da Silva (2014b): “Variedade de formas e funções nos verbos estativos latinos”, em *Anais do V Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 283-292.
- BARLOW, Michael / Suzanne KEMMER (2006): “A Usage-Based Conception of Language”, *Applied and Interdisciplinary Papers*. Paper nº 295, 1-22.
- CHANTRAINE, Pierre (1984): *Morphologie Historique Du Grec*. Paris: Klincksieck.
- CORÔA, Maria Luíza Monteiro Sales (2005): *O tempo nos verbos do Português*. São Paulo: Parábola.
- FARIA, Ernesto (1957²): *Gramática da língua latina*. Brasília: FAE, 1995.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica / Edvaldo Balduino BISPO / José Romerito SILVA (2013): “Linguística Funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas”, em Maria Maura Cezario / Maria Angélica Furtado da Cunha (orgs.), *Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad / FAPERJ.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica / Maria Medianeira de SOUZA (2007): *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- GOLDBERG, Adele E. (1995): *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press.
- HOPPER, Paul J. / Sandra A. THOMPSON (1980): “Transitivity in Grammar and Discourse”, *Language*, vol. 56, nº 2, 251-299.
- MEILLET, A (1977): *Esquisse d’une histoire de la Langue Latine*. Paris: Klincksieck.
- MEILLET, A / VENDRYES, J (1948²): *Traité de grammaire comparée des langues classiques*. Paris: H. Champion.
- MONTEIL, Pierre (1974): *Éléments de Phonétique e Morphologie du Latin*. Paris: Nathan.

- OLIVEIRA, Mariangela Rios de / Sebastião Josué VOTRE (2012): “A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista”, em Sebastião Josué Votre (org.), *Construção da gramática*. Niterói: UFF.
- SAUSSURE, Ferdinand (1955): *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs / Graeme TROUSDALE (2013): *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press.
- VASCONCELLOS, Paulo Sérgio de (2013): *Sintaxe do período subordinado latino*. São Paulo: Editora FAP-Unesp.

FONTES PRIMÁRIAS

- PLAUTE (1933a): *Comédies: Mostellaria – Persa – Poenulus*, t. v. Paris: Les Belles Lettres.
- PLAUTE (1933b): *Comédies: Amphitryon – Asinaria – Aulularia*, t. i. Paris: Les Belles Lettres.

O falar da Bahia: em busca da delimitação de áreas dialetais

Márcia Verônica Ramos de Macêdo

Universidade Federal do Acre
marciavestrela@uol.com.br

Bahia Speech: in Search of the Delimitation of Dialectal Areas

Resumo

Neste artigo, apresentam-se a delimitação de áreas dialetais propostas para o Brasil e algumas considerações sobre três subáreas no Estado da Bahia, estabelecidas a partir da análise do conjunto das cartas linguísticas apresentadas no *Atlas Prévio do Falares Baianos*, com base em fatores linguísticos como a classificação morfológica, campo semântico e a etimologia. Tais áreas foram propostas tomando por base a divisão por macrorregiões do Estado, tendo como orientação metodológica os princípios da Geografia Linguística e vêm ilustradas com traçado de isoglossas. As quarenta e quatro cartas léxicas de *subáreas* permitiram a identificação de subáreas e apresentaremos três delas: isoléxicas baianas A, C e F. Observou-se que muitas palavras caem de uso, à medida que os objetos são retirados do convívio, dando oportunidade ao surgimento de novas denominações. A diversidade de campos semânticos (atividades agropastoris, corpo humano, fauna e vestuário e acessórios), permitiram o reconhecimento de manifestações da cultura da área e de lexias próprias da região da Bahia.

Palavras-chave

Dialectologia, Geografia Linguística, áreas dialetais

Sumário

1. Introdução. 2. Breve retrospectiva. 3. Delimitando as subáreas lexicais baianas. 4. A natureza dos itens lexicais das 3 subáreas. 5. Palavras finais.

Abstract

This article introduces the delimitation of dialectal areas proposed for Brazil and some considerations on three subareas in the state of Bahia. These were established from the analysis of a set of linguistic maps presented in the previous linguistic map of Bahia speakers. They are also based on linguistic factors such as morphological classification, semantics, and etymology, and consider the division of regions of the state, such as the areas proposed. These areas were proposed based on the division by macroregions of the State, having as methodological orientation the principles of Linguistic Geography and are illustrated with isogloss. The forty-four lexical sub-area maps enable the identification of sub-areas and three are presented in this article: isolexical maps from Bahia A, C and F. It has been observed that many words were out of use as the objects are removed from social interaction, providing an opportunity for new denominations to emerge. The diversity of semantic fields appear (such as agriculture, the human body, fauna, animals, clothing, and accessories) allowed the recognition of cultural manifestations from Bahia and its specific lexical items from this region.

Keywords

Dialectology, geographical distribution of dialects, dialectal areas

Contents

1. Introduction. 2. Brief retrospective. 3. Bordering Bahian lexical subareas. 4. The nature of the lexical items of the three subareas. 5. Final words.

1. Introdução

Entre os objetivos que se propõem atingir os estudos dialetológicos, destaca-se o referente à delimitação de áreas dialetais. No Brasil, os estudos com esse enfoque começaram com Amadeu Amaral, em 1920, quando na introdução de *O Dialeto Caipira* o estudioso salientou:

Fala-se muito num “dialeto brasileiro”, expressão já consagrada até por autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialeção, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados, enquanto não se fizerem estudos sérios, positivos, minuciosos, limitados a determinadas regiões.

O falar do Norte do país não é o mesmo que o do Centro ou o do Sul. O de São Paulo não é igual ao de Minas. No próprio interior deste Estado se podem distinguir sem grandes esforços zonas de diferentes matizes dialetal – o Litoral, o chamado Norte, o Sul, a parte confinante com o Triângulo Mineiro (1920: 43).

Deve-se mencionar que a diversidade linguística existente entre as regiões brasileiras espelha uma vasta pluralidade responsável pela diversidade dos usos expressa pelos falantes de cada região e decorrente de processos históricos e sociais que caracterizam a formação da nação. Se lembrarmos a época em que se deu a colonização, a origem dos colonizadores e as consequências linguísticas de um contato heterogêneo, perceberemos que são aspectos que devem ser levados em consideração.

Ao longo dos anos, surgiram várias tentativas de traçar áreas dialetais brasileiras, com base em critérios diversos. Entre aquelas que adotaram o critério geográfico, citam-se as do filólogo Júlio Ribeiro, do dialetólogo Antenor Nascentes, do africanista Renato Mendonça e a do cientista social, Manuel Diegues Jr., entre outras. O que há de comum entre essas “tentativas” é o fato de que “partem sempre de fatos históricos e/ou socioculturais, sem um levantamento de traços linguísticos diferenciadores” (Leite / Callou 2005: 18). O único que conseguiu convencer os estudiosos acerca do assunto, até os dias atuais, foi Nascentes por ser uma divisão de base estritamente linguística. Com a feitura do *Atlas Lingüístico do Brasil – AliB* quem sabe se ter-se-á nova delimitação com base nos dados descritos e uma nova realidade se apresente.

Sendo assim, com base na divisão de áreas dialetais de Nascentes do falar baiano, e na perspectiva da Dialetoлогия, da Sociolinguística e da Geolinguística, buscou-se definir algumas subáreas dialetais desse “falar” e identificar possíveis fronteiras dialetais nas áreas pesquisadas, fornecendo resultados em cartas de isoléxicas.

2. Breve retrospectiva

Entre as diversas tentativas de delimitação, feitas até o presente, destaca-se a proposta de Antenor Nascentes (1953: 25-26), que vem servindo de parâmetro para os estudos geolinguísticos brasileiros e norteia, também, essa pesquisa cuja finalidade é a delimitação de subáreas dialetais na região da Bahia.

Nascentes propôs a divisão do “falar brasileiro” em seis subfalares: 1. amazônico, 2. nordestino, 3. baiano, 4. fluminense, 5. mineiro e 6. sulista. Tais subfalares foram todos reunidos em dois grandes grupos: os falares do Norte e os falares do Sul. O autor justifica a delimitação com base em dois critérios: o primeiro, de *natureza prosódica*, o que chamou de *cadência*, e o segundo, da *pronúncia das vogais antes do acento* (prétônicas), ressaltando que as vogais abertas são características dos falantes da região norte e as vogais fechadas, características dos falantes da região Sul.

Para o “falar baiano” – o que interessa, particularmente, neste artigo – o autor indica, como integrantes, os estados de Sergipe, Bahia, parte de Minas Gerais (Norte, Nordeste e Noroeste) e parte de Goiás (atualmente Goiás e Tocantins).

Estudos têm sido feitos tendo em vista examinar essa proposta de divisão dialetal de Nascente, confrontando-a com dados, colhidos *in loco* já disponíveis. Na feitura deste artigo procurou-se responder às seguintes perguntas:

1. As três subáreas dialetais definidas na região da Bahia se configuram de que forma?
2. Quais as influências sofridas por estas subáreas - do ponto de vista linguístico - no *falar* baiano?

Esclarece-se que este artigo se fundamenta na Tese de Macêdo, defendida na Universidade Federal da Bahia, em 2012, na qual tomou, num primeiro momento, os dados constituídos com base no conjunto de 154 cartas semântico-lexicais do *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*, as quais geraram o *corpus* do texto. A partir deste, foram elaboradas 54 cartas léxicas, das quais 10 foram denominadas de cartas *gerais* (aquelas que apresentam distribuição diatópica de maior amplitude) de uma determinada lexia e 44 cartas *de subáreas* (aquelas que apresentam dados específicos distribuídos de forma a configurar certa continuidade em determinada(s) área(s) da rede de pontos). A partir destas últimas, foi possível a elaboração de cartas com traçado de isoglossas, foco da pesquisa. Para isso, foram utilizados somente os dados constantes dessas 44 cartas léxicas de subáreas, as quais reúnem um total de 61 ocorrências em função da variação léxica dos termos. Para o estabelecimento dos traçados de isoglossas foram considerados os seguintes critérios:

- a. a concentração da lexia destacada na(s) subárea(s) específica(s);
- b. a ocorrência da lexia destacada em, no máximo, 29 pontos de inquéritos;

- c. o registro de, no mínimo, duas ocorrências por mesorregião integrante da subárea linguística;
- d. a correlação das áreas linguísticas (A, B, C, D, E, F, G, H, I) com as mesorregiões geográficas (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7) estabelecidas;
- e. o registro das lexias destacadas no Glossário (vol. 3 da Tese) e no Quadro 6 - Cartas Léxicas de Subáreas (vol. 2 da Tese);
- f. a continuidade das formas no mesmo espaço geográfico.

E, a partir dos agrupamentos das etapas anteriores, empreendeu-se o estabelecimento de subáreas dialetais, buscando-se, para isso, correlacionar os usos linguísticos às mesorregiões do Estado da Bahia, assim definidas: 1- Metropolitana de Salvador, 2- Nordeste baiano, 3- Centro Norte baiano, 4- Vale São-Franciscano da Bahia, 5- Extremo Oeste baiano, 6- Centro Sul baiano e 7- Sul baiano, aqui denominadas, de forma aleatória, de *Subáreas A, B, C, D, E, F, G, H e I*, conforme o quadro 1 a seguir. Ressalta-se que foram delimitados 50 pontos de inquérito no *APFB*.

Mesorregiões Linguísticas	Mesorregião Geográfica - IBGE	Pontos de inquéritos - <i>APFB</i>
1	Metropolitana de Salvador	3, 4, 5
2	Nordeste baiano	1, 2, 13, 14, 15, 16, 17
3	Centro Norte baiano	18, 19, 20, 26, 27, 28, 29, 30, 32
4	Vale São-Franciscano da Bahia	37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45
5	Extremo Oeste baiano	44, 46, 47, 48, 49
6	Centro Sul baiano	21, 22, 23, 24, 25, 31, 33, 34, 35, 36
7	Sul baiano	6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 50

QUADRO 1. MESORREGIÕES LINGÜÍSTICAS E GEOGRÁFICAS / PONTOS DE INQUÉRITOS - *APFB*. ELABORAÇÃO: MACÊDO (2012)

Desse modo, partindo-se da coincidência de usos em uma dada região, agruparam-se as lexias com vistas a identificar a constituição de áreas específicas, delimitadas conforme o quadro 2:

Subáreas	Mesorregião Linguística	Mesorregião Geográfica
A	1, 2, 3, 6, 7	Metropolitana de Salvador, Nordeste baiano, Centro Norte baiano, Centro Sul baiano e Sul baiano.
B	2, 3, 6, 7	Nordeste baiano, Centro Norte baiano, Centro Sul baiano e Sul baiano.
C	1, 2, 3, 7	Metropolitana de Salvador, Nordeste baiano, Centro Norte baiano, Sul baiano.
D	1, 2, 3;	Metropolitana de Salvador, Nordeste baiano, Centro Norte baiano.
E	6, 7	Centro Norte baiano, Sul baiano.
F	7	Sul baiano
G	3, 4, 6, 7	Centro Norte baiano, Vale São-Franciscano da Bahia, Centro Sul baiano, Sul baiano.
H	3, 4, 5, 6, 7	Centro Norte baiano, Vale São-Franciscano da Bahia, Extremo Oeste baiano, Centro Norte Sul, Sul baiano.
I	3, 4	Centro Norte baiano, Vale São-Franciscano da Bahia.

**QUADRO 2 – SUBÁREAS E MESORREGIÕES LINGUÍSTICAS E GEOGRÁFICAS.
 ELABORAÇÃO: MACÊDO (2012)**

Neste artigo analisam-se somente três dessas subáreas: **A, C e F**.

Tomando por base os dados, observou-se que em função da natureza do questionário semântico-lexical proposto pelo *APFB* o perfil das respostas está, supostamente, delineado quanto à categoria morfológica – palavra-coisa. Por exemplo, para os 44 itens semântico-lexicais referentes às cartas de *subáreas*, 61 respostas foram registradas. Dessas, 53 são substantivos, 7 são adjetivos e verificou-se o registro de somente 1 verbo. Com relação à etimologia das lexias de *subáreas* verificamos que: 21 provêm do latim; 8 de línguas africanas; 5 de línguas neolatinas; 4 do tupi; 12 são de origem controversa / obscura; e 2 constituem formas expressivas, identificadas nos dicionários, 1 como palavra de formação expressiva (*ginge*) e outra como vocábulo onomatopéico (*conquém*). As lexias de subáreas que não estão registradas nos dicionários de Língua Portuguesa pesquisados somam um total de 9, são elas: *mussuca*, *quiquio*, *mazá*, *barredeira*, *cobé*, *naruega*, *saqué*, *taruíra* e *jornadeiro*.

Os campos semânticos selecionados para o estudo foram: astros e tempo, fauna, atividades agropastoris, ciclos da vida, fenômenos atmosféricos, convivência e comportamento social, corpo humano, acidente geográfico e vestuário e acessórios.

Em relação ao campo semântico das lexias de *subáreas*, constatou-se que os 61 itens lexicais estudados referem-se aos seguintes campos semânticos:

- Atividade agropastoril - 16 (*arataca*, *pataqueiro*, *macaqueiro*, *lavrador*, *sabugo*, *mussuca*, *cascabulho*, *batueira*, *moleque*, *rodete*, *garajau*, *gigo*, *capoeira*, *cacumbu*, *diarista*, *jornadeiro*);

- Corpo humano - 13 (*quiquio, argueiro, ovo-de-peru, xambouqueiro, capenga, coxé, coxo, náfego, borquilha, cambota, ginge, quipá, cafubira*);
- Convívio e comportamento social - 9 (*binga, mandraqueiro, macumbeiro, cobé, curador, barredeira, vassoura, rapariga, somar*);
- Fauna - 8 (*mazá, saqué, guiné, cocar, conquém, catende, taruíra, catueiro*);
- Fenômenos atmosféricos - 6 (*arco celeste, arco da velha, arco da aliança, cambueiro, neblina, naruega*);
- Vestuário e acessórios - 4 (*pincenê, califom, corpete, corpinho*);
- Astros e tempos - 3 (*zelação/velação, planeta, (as) matinas*);
- Acidentes geográficos - 2 (*carneiro d'água, marola*).

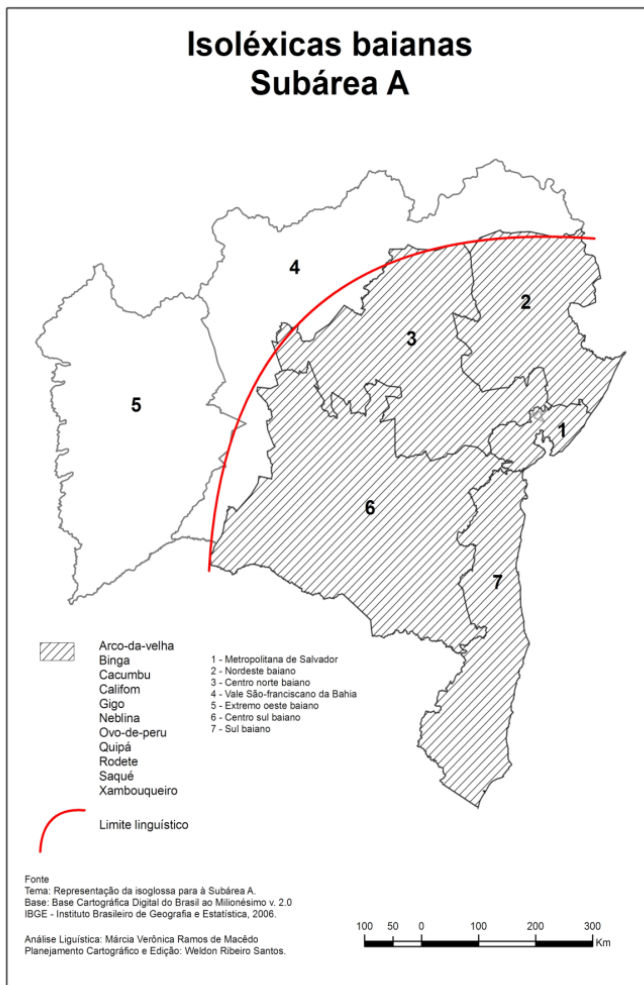
3. Delimitando as subáreas lexicais baianas

Para o estabelecimento das subáreas linguísticas, tomaram-se por base as mesorregiões geográficas do Estado da Bahia. Tendo a perfeita clareza de que os limites linguísticos não coincidem, necessariamente, com os limites político-administrativos e geográficos, mas com a finalidade de delimitar as subáreas linguísticas na região da Bahia, tomou-se como ponto de partida a divisão política proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que estabelece sete mesorregiões homogêneas, conforme o quadro 1.

À época da elaboração do *APFB*, vigorava a divisão regional em Zonas Fisiográficas que se definem como “uma das várias divisões de um País, região ou Estado e que guarda certos caracteres próprios, distintos dos demais” (Terravision 2010). A partir da década de 70, passou a vigorar o sistema de divisão em Mesorregiões de acordo com dados do IBGE. No caso específico da Bahia, as Zonas Fisiográficas passaram a corresponder a 7 mesorregiões e a 32 microrregiões. Deste modo, partindo-se da coincidência de usos em uma dada região, agruparam-se as lexias com vistas a identificar a constituição de áreas específicas, do que resultou o estabelecimento de três subáreas para este artigo, assim, delimitadas: Subárea A – mesorregiões 1, 2, 3, 6, 7; Subárea C – mesorregiões 1, 2, 3, 7; Subárea F – mesorregião 7.

A **Subárea A** abrange as mesorregiões 1, 2, 3, 6, 7 (Metropolitana de Salvador, Nordeste baiano, Centro Norte baiano, Centro Sul baiano e Sul baiano), conforme se observa no Mapa 1. As lexias encontradas nesta subárea foram: *arco-da-velha, binga, cacumbu, califom, gigo, neblina, ovo-de-peru, quipá, rodete, saqué e xambouqueiro*, assim descritas, com base num modelo de verbete elaborado por Macêdo (2012) o que gerou um segundo volume, o Glossário, na Tese e cuja etiqueta se demonstra abaixo, através desses dois exemplos:

1. ARCO-DA-VELHA. s.m. Arco-íris (1, 4, 5, 8, 9, 11, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 29, 31, 32, 33, 45, 48): *vergão que forma no céu, meio avermelhado e azul* (48). “m.q. arco-íris”. De *arco* (do latim *arcu*) e *velha* (feminino substantivado de *velho*), do latim *vetulu*. *Fenômenos atmosféricos*.
2. BINGA. s.m. Recipiente onde se guarda rapé (2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 31): *onde guardam o pó* (27). ‘Estojo para guardar um isqueiro feito com a ponta de um chifre e uma lasca de pedra’. Do quimbundo *mbinga* ‘chifre’. *Convívio e comportamento social*.



MAPA 1. ISOLÉXICAS BAIANAS. SUBÁREA A

De acordo com os dados, a **Subárea A** apresentou a seguinte configuração:

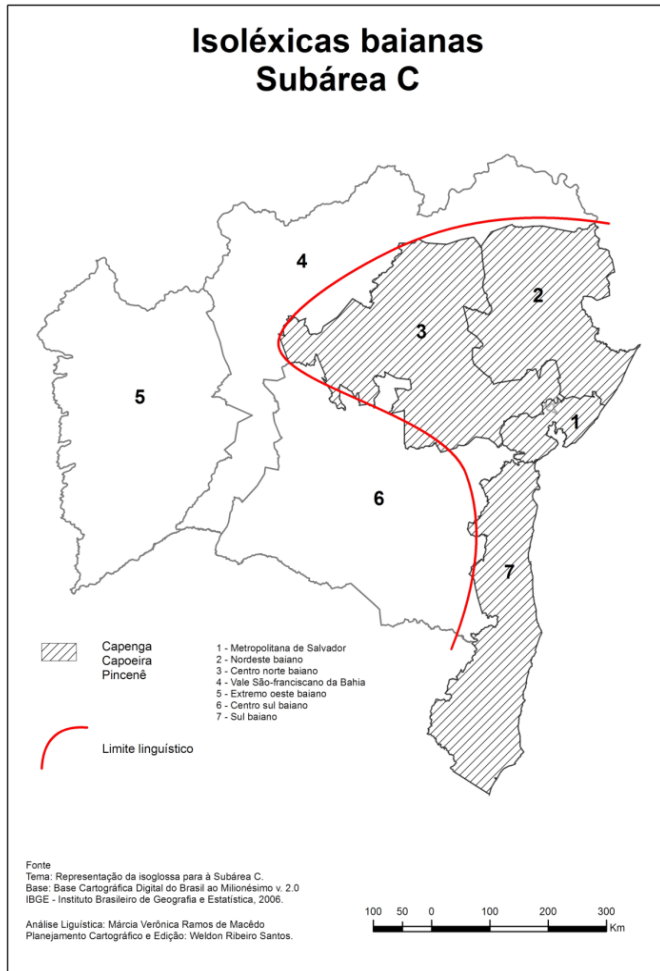
- a. Do ponto de vista da categoria morfológica dos itens lexicais nela contidos, observa-se que 10 são substantivos (90,9%) e 1 é adjetivo (9,1%);
- b. Quanto à etimologia dos itens lexicais nela contidos, observa-se que 3 são do latim (27,3%), 3 são de origem desconhecida / duvidosa (27,3%), 2 do quimbundo (18,1%), 1 do espanhol (9,1%) e 1 do tupi (9,1%). Além disso, tem-se 1 item (9,1%) que não se encontra registrado nos dicionários;
- c. No que se refere ao campo semântico verifica-se que 3 itens lexicais estão relacionados às atividades agropastoris (27,3%), 3 ao corpo humano (27,3%), 2 aos fenômenos atmosféricos (18,1%), 1 ao convívio e comportamento social (9,1%), 1 à fauna (9,1%) e 1 ao vestuário (9,1%).

Por sua vez, a **Subárea C** (Mapa 2) compreende as mesorregiões 1, 2, 3, 7 (Metropolitana de Salvador, Nordeste baiano, Centro Norte baiano e Sul baiano). As lexias encontradas foram: *capenga*, *capoeira*, *picenê*, a seguir definidas:

1. CAPENGA. adj. Pessoa que tem a perna mais curta que a outra (1, 3, 4, 5, 6, 7, 12, 15, 16, 17, 19, 28, 29, 49). 'Regionalismo: Brasil. Aquele que capenga, puxa da perna; coxo, manco, pernetá'. De origem controversa. *Corpo humano*.
2. CAPOEIRA. s.m. Cesto para transportar ou prender galinhas (3, 4, 5, 6, 7, 9, 15, 17, 19, 20, 27, 28, 33). 'Espécie de cesto de varas, emborcado, usado para guardar capões e outras aves'. De *capão* e sufixo *-eira*. Cesto com a boca para baixo, onde se metem *capões*. Capão (frango) do lat. vulg. **cappone* por *capone*. *Atividades agropastoris*.
3. PINCENÊ. s.m. Óculos (1, 3, 5, 6, 7, 13, 15, 30, 32, 38). 'Óculos sem haste que se prende ao nariz por meio de uma mola'. Do fr. *pince-nez*. *Vestuário e acessórios*.

Assim, a **Subárea C** apresentou a seguinte configuração:

- a. Do ponto de vista da categoria morfológica dos itens lexicais nela contidos, observa-se que 2 são substantivos (66,7%) e 1 é adjetivo (33,3%);
- b. Quanto à etimologia dos itens lexicais nela contidos, verifica-se que 1 é do latim (33,3%), 1 de origem desconhecida/duvidosa (33,3%) e 1 do francês (33,3%);
- c. No que se refere ao campo semântico, observa-se que 1 item lexical está relacionado ao corpo humano (33,3%), 1 às atividades agropastoris (33,3%) e 1 ao vestuário e acessório (33,3%).

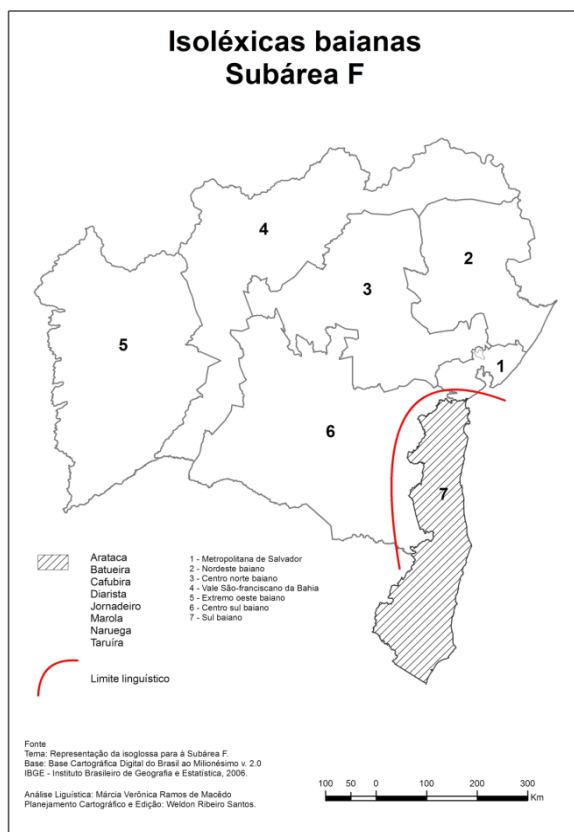


MAPA 2. ISOLÉXICAS BAIANAS. SUBÁREA C

A **Subárea F** (Mapa 3) compreende a mesorregião 7 (Sul baiano). As lexias encontradas foram: *arataca*, *batueira*, *cafubira*, *diarista*, *jornadeiro*, *marola*, *naruega* e *taruíra*, entre as quais definimos:

1. ARATACA. s.f. Tipo de armadilha de caça (7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 21, 39): *para pegar preá* (13). 'Armadilha para caçar animais silvestres; arapuca'. Do tupi *ara'taka* 'o que cai estalando'. *Atividades agropastoris*.
2. BATUEIRA. s.f. Sabugo de milho (11, 12, 50). 'Regionalismo: Brasil. m.q. *batuera*; sabugo de milho'. Do tupi *aba'ti* 'milho' e *ɨwera* pret. de *ser. Atividades agropastoris*.

3. CAFUBIRA. s.f. Coceira muito forte (10, 12, 25). 'Regionalismo: Minas Gerais, Goiás. prurido, coceira muito forte'. Segundo Nei Lopes, provavelmente de orig. banta, comparativo do quicongo *fibila*, com o umbundo *fumbila*. *Corpo humano*.
4. DIARISTA. s.m. Trabalhador de enxada em roça alheia (7, 9, 12). 'Que ou quem não tem salário fixo, ganhando apenas os dias trabalhados (diz-se de ou trabalhador)'. De *diária* (latim *diarius*)+ *-ista*. *Atividades agropastoris*.
5. JORNADEIRO. s.m. Trabalhador de enxada em roça alheia (6, 8, 9, 10, 22). [ND]. *Atividades agropastoris*.
6. MAROLA. s.f. Onda (9, 12, 50). 'Regionalismo: Brasil. Ondulação natural na água do mar'. De *mar* + *-ola*. Mar, do latim *mare*. *Acidentes geográficos*.
7. NARUEGA. s.f. Nevoeiro. (10, 25, 50). [N.D.]. *Fenômenos atmosféricos*.
8. TARUÍRA. s.f. Lagartixa (9, 11, 12). [ND]. *Fauna*.



MAPA 3. ISOLÉXICAS BAIANAS. SUBÁREA F

A **Subárea F**, por sua vez, apresentou a seguinte configuração:

- a. Do ponto de vista da categoria morfológica dos itens lexicais nela contidos, observa-se que os 8 itens levantados são substantivos;
- b. Quanto à etimologia dos itens lexicais nela contidos, nota-se que 2 são do tupi (25%), 2 do latim (25%) e 1 do banto (12,5%). Além disso, temos 3 itens que não se encontram registrados nos dicionários (37,5%);
- c. No que se refere ao campo semântico, constata-se que 4 itens lexicais estão relacionados às atividades agropastoris (50%), 1 à fauna (12,5%), 1 a acidentes geográficos (12,5%), 1 ao corpo humano (12,5%) e 1 item a fenômenos atmosféricos (12,5%).

4. A natureza dos itens lexicais das três subáreas

Uma vez delimitadas as nove subáreas lexicais baianas, verifica-se que, em alguns casos, ocorreu concentração de formas em determinada região da subárea, o que poderia sinalizar a existência de uma região específica. Far-se-á uma análise, no momento, apenas das três subáreas propostas para este artigo, tendo em vista os critérios estabelecidos. Pode-se sintetizar, desse modo, que dos 22 itens lexicais levantados nas subáreas A, C e D, em relação à **classificação morfológica**, 20 itens constituem-se de substantivos e apenas 2 adjetivos (*xamboqueiro*, *capenga*). No que se refere à etimologia, constatou-se que 6 são do latim (*arco-da-velha*, *ovo-de-peru*, *rodete*, *diarista*, *capoeira* e *marola*); 4 de origem duvidosa / obscura (*califom*, *gigo*, *xamboqueiro*, *capenga*); 3 do tupi (*quipá*, *arataca*, *batueira*); 2 do quimbundo (*binga*, *cacumbu*), 1 do espanhol (*neblina*), 1 do francês (*pincenê*) e 1 do banta (*cafubira*).

Em relação ao **campo semântico**, verifica-se que 8 referem-se às atividades agropastoris (*cacumbu*, *gigo*, *rodete*, *capoeira*, *arataca*, *batueira*, *diarista*, *jornadeiro*); 5 ao corpo humano (*ovo-de-peru*, *quipá*, *xamboqueiro*, *capenga*, *cafubira*); 3 à fenômenos atmosféricos (*arco-da-velha*, *neblina*, *naruega*); 2 ao vestuário e acessório (*pincenê*, *califom*); 2 à fauna (*taruíra*, *saqué*); 1 à acidentes geográficos (*marola*) e 1 ao convívio e comportamento social (*binga*).

Em relação à dicionarização e/ou não dos itens lexicais, apenas 4 não estão dicionarizados (*saqué*, *jornadeiro*, *naruega*, *taruíra*).

Como se vê o campo semântico de maior representatividade foi o da **atividade agropastoril**, o que se justifica pelo fato de os informantes residirem na zona rural e estarem ligados às atividades produtivas de *plantar*, *colher*, *caçar* e *armazenar os alimentos*, bem como ao fato de o questionário semântico lexical abordar a relação *palavra* e *coisa*, uma vez que os informantes foram inquiridos sobre questões relativas a essas atividades.

Em relação ao limite linguístico das 22 lexias arroladas para este estudo, constatou-se que todas as lexias são comuns à mesorregião 7 (Sul baiano). Porém, ne-

nhuma delas está arrolada nas mesorregiões 4 e 5 (Vale São Franciscano e Extremo oeste baiano), o que é um dado interessante, pois permite inferir que, em função da área 4 encontrar-se localizada na região do rio São Francisco, pode-se refletir que o rio é uma espécie de “divisor das lexias”, pois nenhuma delas ultrapassou os limites geográficos das águas e, conseqüentemente, os linguísticos. Por outro lado, a região 5 era na época uma região longínqua (ainda é, faz fronteira com o Estado de Minas) e os pesquisadores devem ter tido inúmeras dificuldades para chegar até lá, pois este “vazio linguístico”, como denominou Cardoso (2000), pode ser justificado pela ausência de dados em função da distância.

Além disso, 14 das lexias foram coletadas nas mesorregiões 1, 2, 3 e 7 (Metropolitana de Salvador, Nordeste baiano, Centro norte baiano e Sul baiano, respectivamente), 11 aparecem nas mesorregiões 1, 2, 3, 6 (Centro Sul) e 7, sendo que dessas somente 3 são comuns nas áreas 1, 2, 3 e 7 (*capenga*, *capoeira*, *pincenê*), conforme as Cartas isoléxicas apresentadas.

Por fim, é mister considerar que a mesorregião do Sul baiano é a que apresenta maior riqueza vocabular, seguida das mesorregiões Metropolitana, Nordeste e Centro Norte do Estado da Bahia e da região 6 Centro sul baiano, próximo ao Sul da Bahia, determinando uma região limite de isoglossas, pois as mesorregiões 4 e 5 se mostraram isoladas nesta análise pela falta dos dados neste estudo selecionados.

5. Palavras finais

Neste artigo, buscou-se retomar as áreas delimitadas por Nascentes (1953) no falar do Estado da Bahia, integrante da região do “falar baiano”. Para tal, tomou-se por base o *Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB*, publicado em 1966. Após ter completado seus 50 anos de publicação, ainda nos parece um ponto de partida para a elaboração de inúmeros atlas linguísticos já publicados e em andamento, dando vazão, inclusive para a elaboração de minha Tese, de 2012, na qual elaborei nove cartas com traçado de isoglossas, as isoléxicas baianas, nomeadas de A a I, porém neste artigo demonstraram-se os resultados das cartas linguísticas A, C e F.

Além disso, estudando a linguagem do homem e da mulher baianos, nos campos semânticos delimitados pela pesquisa do *APFB*, termina-se por fotografar as pessoas envolvidas no seu universo peculiar, com culturas bem mescladas em função da colonização nas regiões litorâneas, como a dos europeus e dos índios, que já habitavam a terra na época da colonização e foi, de algum modo, servil aos colonizadores. E da influência africana, que originários do continente africano, “serviram” de mão de obra escrava, no entanto, contribuíram, sobremaneira, para a constituição do léxico do português brasileiro.

Os traços lexicais, documentados nas cartas, são importantes para a história da língua portuguesa, em particular da feição regional, que o tempo e a modernidade se encarregam de modificar, transformar, apagar. E nesse ponto, reside a principal importância da geografia linguística, sobretudo na região da Bahia, onde raças, línguas e costumes se unem numa dialeção, que o uniforme tende a nivelar todas as outras nuances do dialeto baiano.

No exame dos dados revelados pelas cartas linguísticas estudadas percebeu-se que há uma grande variedade de uso de lexias em relação aos itens semântico-lexicais e, em determinados espaços, por outro lado, verificou-se também que há uma concentração de algumas lexias em determinadas regiões como na região do Sul baiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Amadeu (1920): *O dialeto caipira: gramática, vocabulário*. São Paulo: O Livro.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino / Carlota da Silveira FERREIRA (2000): *O léxico rural: glossário, comentários*. Salvador: EDUFBA.
- LEITE, Yonne / Dinah CALLOU (2005³): *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- MACÊDO, Márcia Verônica Ramos de (2012): *A Constituição de Subáreas Dialetais no falar da Bahia*. Tese de Doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia.
- NASCENTES, Antenor (1958, 1961): *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, vol. I e II. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.
- ROSSI, Nelson (1965): *Atlas Prévio dos Falares Baianos. Introdução. Questionário comentado. Elenco das respostas transcritas*. Rio de Janeiro: MEC-INL.
- ROSSI, Nelson / Carlota FERREIRA / Dinah ISENSEE (1963): *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL.

A variación lingüística galega en textos orais do Concello de Viana do Bolo

María Concepción Álvarez Pousa

Instituto da Lingua Galega – Universidade de Santiago de Compostela
alvarezpousa@yahoo.es

Resumo

O presente traballo ten por base a comunicación ofrecida no *Gallaecia- III Congreso Internacional de Lingüística Histórica*, que tratou de asentar unha aproximación ás bases constitutivas do galego oral da Terra de Viana do Bolo. Os seus obxectivos principais son tres: presentar o caudal de etnotextos e a súa utilidade, achegar unha mostra de tres xeracións de falantes e facer unha caracterización do vianés dentro do galego oriental. No tocante á metodoloxía, baséome no corpus oral do Concello de Viana do Bolo, formado nestes momentos por 281 etnotextos pertencentes a tres fontes e épocas diferentes: ao material do *Arquivo do Galego Oral (AGO)*, ao do meu Traballo de Investigación Tutelado (TIT) e ao da investigación da tese de doutoramento que estou a realizar (ITD). Verbo dos resultados, os datos fornecidos no artigo proceden dos exemplos das tres mostras orais transcritas tras estudar a fonética, a morfosintaxe e o léxico en tres xeracións de falantes, pero tamén do conxunto do corpus oral. Conclúo que a variedade temática dos textos orais é de interese para os diversos eidos e que en xeral presentan as características do galego oriental, agás pequenos matices. Asemade, perfile cales son as distintas particularidades fonéticas, morfosintácticas e léxicas da microsubárea O Bolo-Viana. Varias destas peculiaridades lingüísticas son compartidas co galego da área zamorana, e o léxico resulta de vital importancia, por canto seguen vivos moitos dos vocábulos recollidos no seu día por Laureano Prieto. Algunhas singularidades lingüísticas pérdense nos falantes máis novos debido ao cambio lingüístico.

Palabras-chave

Lingua, dialectoloxía, galego oriental, microsubárea O Bolo-Viana, cambio lingüístico, Laureano Prieto

Sumario

1. Introducción. 2. Corpus oral da variedade vianesa. 2.1. Distribución parroquial dos etnotextos. 2.2. Utilidade do material do corpus. 2.3. Tres mostras xeracionais. 3. O galego oral de Viana do Bolo. 3.1. A fonética. 3.2. A morfosintaxe. 3.3. O léxico. 4. O cambio lingüístico. 5. Conclusión.

Galician Linguistic Variation in Oral Texts of Viana do Bolo Area

Abstract

This work is based on a paper presented at *Gallaecia- III Congreso Internacional de Lingüística Histórica*, which tried to establish an approach to the constituent bases of oral Galician in the Viana do Bolo area. Its three main objectives are: to present the volume of ethno-texts and its usefulness, to provide a sample of three generations of speakers and to provide a characterisation of Viana Galician in the context of Eastern Galician. Regarding methodology, I have taken as a basis the oral corpus of the Viana do Bolo area; this is formed by 281 ethno-texts, belonging to three different sources and times: the material of the *Oral Galician Archive (AGO)*, my Supervised Research Project (TIT) and my doctoral research (ITD). In terms of results, the data provided in the article comes from the examples of the three oral transcribed samples after analysing the phonetics, morphosyntax and lexicon in three generations of speakers, but also of the whole oral corpus. I conclude the thematic variety of oral texts is of interest to different fields and they generally exhibit the characteristics of Eastern Galician, except for small aspects. Furthermore, I define the different phonetic, lexical and morphosyntactic particularities of the O Bolo-Viana micro-subarea. Several of these linguistic peculiarities are shared with the Galician of the Zamora area and the lexicon is vital, because many of the terms included by Laureano Prieto are still in use, whereas some linguistic singularities are lost in younger speakers due to linguistic change.

Keywords

Language, dialectology, eastern Galician variety, O Bolo-Viana micro-subarea, linguistic change, Laureano Prieto

Contents

1. Introduction. 2. Oral corpus of the Viana speech variety. 2.1. Parochial distribution of ethno-texts. 2.2. Utility of corpus material. 2.3. Three generational samples. 3. Viana do Bolo's Galician speech variety. 3.1. Phonetics. 3.2. Morphosyntax. 3.3. Lexicon. 4. Linguistic change. 5. Conclusion.

1. Introducción

O concello de Viana do Bolo forma parte da comarca ourensá de Viana na que se insiren tres municipios máis, o de Vilarinho de Conso, A Gudiña e A Mezquita. Está situado no leste da provincia de Ourense e pertence á diocese de Astorga. Polo norte limita cos concellos do Bolo e da Veiga, polo oeste con Vilarinho de Conso, polo sur coa Gudiña e A Mezquita e polo leste co concello zamorano de Porto. É o segundo municipio ourensán máis extenso, con 270,4 km², tras o municipio veciño da Veiga, con 290,5 km². Conta con 3.037 habitantes (IGE 2015), distribuídos en 35 parroquias, nun total de 52 aldeas.

Como comento noutro traballo (Álvarez Pousa 2012), o municipio presenta na actualidade unha economía de base rudimentaria centrada principalmente na gandería e na agricultura. Cunha taxa de despoboamento importante en diversas aldeas e unha incipiente concentración de persoas maiores no núcleo da vila, o concello emerxe coas principais actividades arredor do sector terciario dos servizos, seguido do sector secundario da industria e da construción e, por último, do sector primario da agricultura. Os movementos migratorios a diferentes puntos son constantes, cun importante éxodo para os núcleos e cidades máis industrializadas.

No tocante ao galego oral do Concello de Viana do Bolo, este encádrase dentro do bloque lingüístico oriental. Fundamentalmente, a partir de exemplos de tres mostras orais de diferentes xeracións que van ser penduradas no futuro na páxina web do *Arquivo do Galego Oral*¹ do Instituto da Lingua Galega, perfilaranse as características dialectais a nivel fonético, morfosintáctico e léxico. Deste xeito, a análise dos exemplos correspondentes a esas tres mostras, xunto con outros fornecidos por moi diversos etnotextos que recollín e en parte transcribín, permitirán facer algunhas consideracións sobre o cambio lingüístico e delimitar a variedade vianesa dun xeito amplo. Asemade, o conxunto dos textos achega información importante para diferentes disciplinas pola súa variedade temática nos eidos das humanidades e das ciencias sociais.

2. Corpus oral da variedade vianesa

Como se sinalou, para falar do corpus oral do municipio, pártese de tres mostras principais de distinta orixe. Primeiramente, tómase unha mostra do material oral contido nas gravacións existentes no *Arquivo do Galego Oral (AGO)* recollidas entre os anos 1997 e 2002. A mostra ten un total de 5 etnotextos, orixinarios de tres parroquias, da xeración baixa, de 0-30 anos. En segundo lugar, utilizamos unha mostra

¹ <http://ilg.usc.gal/ago/> [08/02/2016].

do material oral da investigación da tese de doutoramento (ITD) que estou a realizar, formada por 252 etnotextos recollidos entre os anos 2012-2015, correspondentes a 25 parroquias. A mostra é da xeración media, de 30-60 anos. Por último, collo unha mostra do material oral do Traballo de Investigación Tutelado (TIT) da miña autoría conformado por 24 etnotextos pertencentes aos anos 2006-2007, recollidos en 7 parroquias. A mostra é da xeración alta, de 60-90 anos.

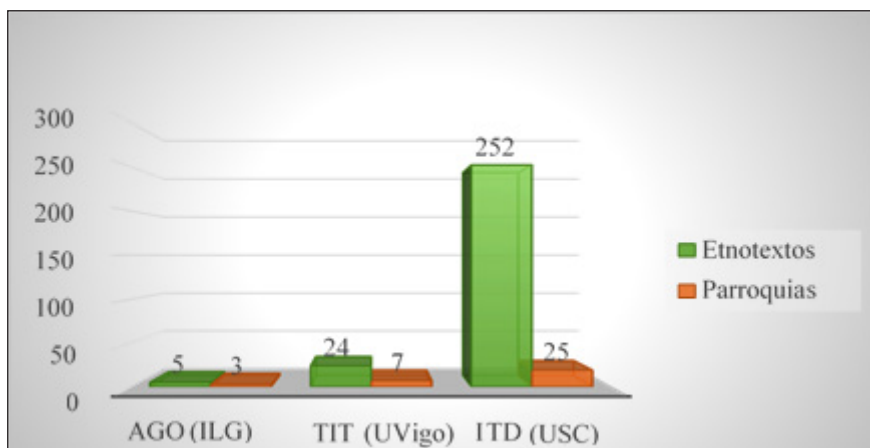


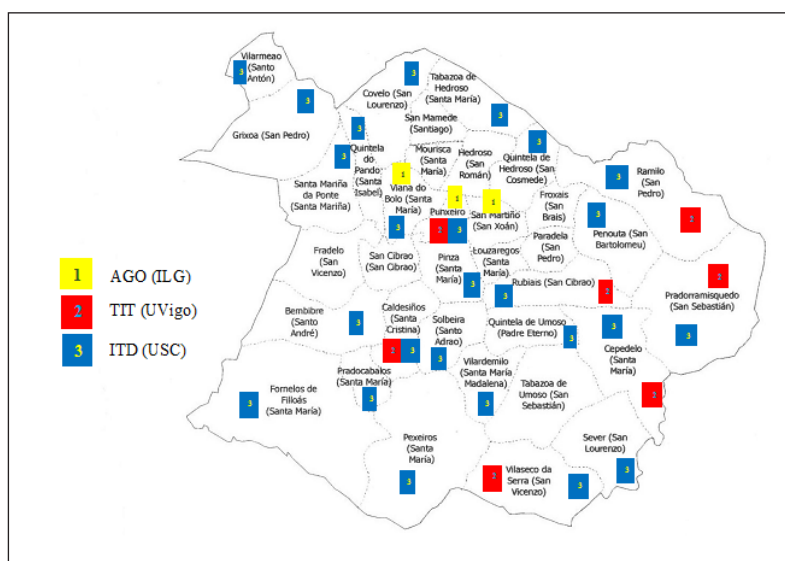
GRÁFICO 1. CORPUS ORAL DA VARIEDADE VIANESA

Aínda que o presente traballo constitúe un estudo sincrónico por analizar textos orais actuais do Concello de Viana do Bolo e non centrarse na comparativa con estudos da fala anteriores, convén facer referencia tamén ás primeiras mostras orais recollidas neste municipio e citar tres estudos pioneiros. En primeiro lugar, o traballo de Hervella Courel, que xa no ano 1909 tiña preparados para a súa edición máis de 100 romances de diferente tipoloxía (Mariño Ferro e Carlos L. Bernárdez 2002) e que editou postumamente (Mariño Ferro e Carlos L. Bernárdez 2011). Seguidamente, débese destacar o traballo de García Paz (1935), onde como sinala Carballo Calero (1981: 723-724) a xeito de epopea represéntase a fala local do dialecto vianés. Como sinalei nalgún traballo meu (Álvarez Pousa 2005), é preciso lembrar a figura do mestre Laureano Prieto (Carracedo da Serra, 1907 - Ourense, 1977), principal iniciador e estudoso das características da variedade vianesa, quen elaborou un amplo traballo sobre o léxico da zona e recolleu exhaustivamente distinto material etnográfico, e grazas a quen hoxe conservamos tan importante patrimonio lingüístico. Coa súa obra *Contos Vianeses* (1958) e outros artigos (Prieto Rodríguez 1948 e 1978), recolle ao pé da literatura de tradición oral as características lingüísticas da variedade vianesa e un amplo glosario de termos da zona (1973). É de importancia, ademais, o punto O.17 do *ALGa*, no que se recolle diversa información sobre trazos orais do concello.

2.1. Distribución parroquial dos etnotextos

No tocante á distribución parroquial² dos textos orais, as mostras do *Arquivo do Galego Oral (AGO)* foron recollidas nas parroquias de San Martiño, Punxeiro e Viana do Bolo. Respecto das mostras do Traballo de Investigación Tutelado (TIT-UVigo), estas pertencen ás parroquias de Caldesiños, Cepedelo, Punxeiro, Ramilo, Rubiais, Pradorramisquedo e Vilaseco. Verbo das mostras da investigación actual da tese de doutoramento (ITD-USC), estas son das parroquias de Bembibre, Caldesiños, Cepedelo, Covelo, Fornelos de Filloás, Grixoa, Penouta, Pinza, Pixeiros, Pradocabalos, Pradorramisquedo, Punxeiro, Quintela de Hedroso, Quintela do Pando, Quintela de Umoso, Ramilo, Rubiais, Santa Mariña da Ponte, Sever, Solveira, Tabazona de Hedroso, Viana do Bolo, Vilardemilo, Vilarmeao e Vilaseco.

Para falar, xa que logo, da variación lingüística en textos orais do Concello de Viana do Bolo, o presente traballo céntrase no estudo de 26 parroquias diferentes das 35 coas que conta o municipio.



MAPA 1. MAPA DE DISTRIBUCIÓN PARROQUIAL DOS ETNOTEXTOS

2.2. Utilidade do material do corpus

No ámbito das humanidades, ademais da importancia evidente dos etnotextos no eido da lingüística galega para analizar aspectos fonéticos, gramaticais e léxicos; as

² O mapa parroquial foi tirado de Ledo Cabido *et al.* (2005).

mostras achegan información sobre a variación e a situación sociolingüística, a fra-seoloxía e a toponimia.

Verbo da literatura estes etnotextos son de interese, xa que agrupan un abano de contos populares de diferente tipoloxía, lendas da zona ou adiviñas. Na música, xa que se recollen diversas mostras de romances e cantares. No ámbito da historia porque se identifican mostras sobre relatos da República, da guerra e da posguerra; na historia local a través do contrabando cara a Portugal ou a construción do encoro do Vao. Na arte, a través da existencia de pazos coma o de Umoso³ ou o de Grixoa⁴, castros coma o de Vila de Sen⁵ e o relato de diferentes vestixios romanos. No eido da economía da zona, co antigo comercio da leña e da pataca, a explotación aurífera das Médulas⁶, a mina de Penouta ou o funcionamento da caleira de Seoane.

Nas ciencias sociais son de relevancia na cultura agraria e gandeira a través do gando e os traballos cotiáns do campo. Desde o punto de vista da gastronomía, a través da elaboración de produtos artesanais, pratos e sobremesas típicas da zona e na etnografía, mediante oficios tradicionais coma o das festas populares. Tamén é de destacar a cultura popular a través de textos que lembran supersticións como a bruxería, os espíritos, remedios dos curandeiros, valores medicinais de plantas da zona, antigos costumes coma o do noivado, xogos populares tradicionais ou romarías. Concretamente, nas tres mostras que se ofrecen, das diferentes faixas etarias e fontes, no tocante á primeira, a importancia do relato é menor dado que a informante fala dos seus entretamentos nunha pequena aldea vianesa cando se xunta cos seus amigos. No entanto, o seu valor lingüístico é importante para obtérense datos na xeración baixa.

No segundo caso, a mostra do informante da xeración media é de gran relevancia dado que nos introduce na etnografía a través do Entroido e de todos os seus elementos, xa que fala dos diferentes compoñentes, como a máscara, o traxe ou a recuperación desta manifestación cultural⁷. A información encádrase no eido da cultura, pero tamén no da historia. Tal e como destaca Sotelino Losada (2010: 13): “O Entroido é unha das festas que se pode vivir en Galicia durante o ano e comparte coas demais o carácter lúdico pero cun peso social, cultural e histórico moi importante”. Ademais do seu valor histórico-cultural, tamén é símbolo identificador, como refire este mesmo autor:

³ O pazo está relacionado co señorito de Umoso, presente en *Merlín e familia* (1955), de Cunqueiro.

⁴ A historia do pazo de Grixoa está vinculada á infancia de Blanco Amor e á súa obra *Los miedos* (1963).

⁵ Este castro atópase na parroquia de Bembibre e sobre el circula unha lenda.

⁶ As Médulas de Caldesiños, antiga explotación aurífera xunto coa mina de Penouta, de onde se extraían estaño e volfrámio hai décadas, foron os principais motores da minería da zona.

⁷ Logo de sete décadas conseguen recuperar as coplas, un dos elementos máis importantes antigamente no Entroido vianés: http://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/sociedad/2016/02/06/pueblo-viana-recupera-coplas-verso-tras-70-anos/0003_201602G6P26993.htm [Data de consulta: 06/02/2016].

[...] non só se vive como propio, senón que esta festa reforza tamén a identidade comunitaria e de pertenza cun territorio. A identidade cultural constitúese a partir de todos aqueles referentes e/ou representacións que identifican aos individuos dunha sociedade, país ou territorio [...], e polo tanto, no marco da identidade cultural estarían as tradicións e crenzas ata o mesmo idioma dun pobo (Sotelino Losada 2010: 13).

O Entroido, tamén chamado *Entrudio*⁸ na variedade vianesa, é hoxe unha das manifestacións culturais máis importantes que perdura desde séculos pasados e que non foi interrompida durante a época franquista. Castells Vila (1963) e Tenorio (1982) falan dos elementos do Entroido vianés por entón⁹; algúns deles co paso do tempo foron perdéndose e outros mantéñense practicamente só na vila. É a xuntanza festiva na que máis tempo e traballo se inviste, tal e como destaca Pinza García (2009: 231), xa que os preparativos comezan despois das festas de Nadal, concretamente ao remataren os Reis. Nas súas similitudes co teatro medieval, o Entroido vianés garda unha serie de elementos que o informante da xeración media nos ofrece no seu relato.

A terceira mostra é relevante porque o informante de 80 anos comenta como foi o proceso de extracción do ouro nas antigas minas das Médulas, na aldea de Caldesiños, as lendas que a rodean e o funcionamento das antigas telleiras próximas a esa zona, hoxe xa desaparecidas. A información contida no audio sitúase no eido da historia, pero tamén da literatura oral, e describe a importancia do seu funcionamento para a economía non só da zona. Tal e como destaca Xusto Rodríguez (1987: 118):

A súa existencia si habría que enmarcala no importante proceso romanizador sufrido pola zona vianesa e que sería a mostra do gran interese que pola zona tería Roma, en canto que, como di FARIÑA, este sector do Bibeí-Camba, xunto coa zona de Valdeorras e O Caurel serían o núcleo máis importante das explotacións auríferas [...].

2.3. Tres mostras xeracionais

Facendo énfase no estudo do que se trata, é preciso remitir aos tres exemplos de mostras orais pertencentes á xeración baixa, media e alta de falantes, dos que se inclúe un fragmento para a mellor comprensión das características dos textos vianeses.

⁸ Castells Vila (1967: 177) fala das variantes *Intrudio*, *Antroido* ou *Antruejo* para designar o martes de Carnaval. Tenorio (1982: 121) menciona o *martes de Intrudio*.

⁹ Castells Vila (1967) e Tenorio (1982) recollen antigas tradicións de Entroido coma *o Rei de Galos*, *o Domingo das fareladas*, *as comparsas*, *a mula* e *o maragato*, *o folión*, *o zamarreiro*, *a vella*, *a fariña* e *o compadre* e *a comadre*, entre outras. Destas tradicións existen hoxe *os folións*, *a fariña*, *a mula*, e *o compadre* e *a comadre*, que pasou a denominarse *lardeiro* e *lardeira*. Agás a tradición dos folións, que permanece en varias aldeas e na vila, o resto de costumes devanditos, practicamente só se manteñen na vila.

(1) Mostra oral 1, *Arquivo do Galego Oral*, ILG (1999)¹⁰
Informante (0-30): Muller (6 anos), San Martiño (Viana do Bolo)

Os meus entretementos

I. — Èh..., estudio mui bèn, aunque fun algo traste no còle. Teño un pèrro qu'ê mui malo. Meu tiu ê un... tonto. A ver, xa cho conto eu. Meu pai está louco, non sei o que quère decir pèro meu pai quère ter outro hermanito è... teño unha barbi maquillakhe, que tèn maquillakhe en tres chirmes. Teñ'un primo qu'ê mui traste, que pèga muto.

E. — Cando vas a San Lourenzo, que fas cando vas a San Lourenzo?

E. — È... xogar co meu primo, xogar co Jónatan, ca Tamara è ca Nerea è ca Paulita, que teño unha primaña è...o día do pai ficêmosll'un gusano con un... que puña feliz cum<ple> “feliz... día del padre”, è lògo cunha mazá picámosll'un buraco è lògo por detrás tiña cartulina amarilla è metémorll'o gusano, poñémoll'unha tira è sacábamolo pola cabeza o pai. Èntonces, pèro enseñeillo á miña mai i-antes o día do pai pois... o día do pai antes, antes do vièrnes, enseñeillo. Entònces por eso agora meu pai está... un pouco enfadau connigo. Non sei que lle pasa pèro teño un pèrriño dunha hucha que bèn o ven, que bèn o ven, vein olí, alí. Meu pai tèn unha minicadena, a min a irmá da Laura d'abaixo, a Marina deixoum'unha cinta dos Pitufos è p'ò ano que vèn xa vou en primeiro. Inda non sei leer pèro sei cantar, sei xogar sin tira-las cousas è estropealas, sei escribir tres nòmbres, un que se chama Emilio, unha Inara, un Òlga, i-outro, cuatro!, i-outro Tomás.

(2) Mostra oral 2, Investigación actual da Tese de Doutoramento, USC (2015)
Informante (30-60): Home (33 anos), Quintela do Pando (Viana do Bolo)

O foliòn de Quintela do Pando

I. — Bièn, non sei, a ver o fuliòn estivo perdido digamos durante unhes anos, é decir, foi dos poucos puèblos que dicen que aguantou a Ditzadura, que aguantou a posguèrra e toda a historia, seguían tocando o fuliòn, è sin embargo despois cuando a xente, a malloría tuvèron que emigrar pa traballar e tod'a historia, pois claro, ô non haber xente perdeuse durante unhes anos, non sei os anos esaztamente que foron. Nòs cuando eramos pequenos solo tocabamos cuando viña así algún veciño ... è pouco máis. Empezamos tocando con outros puèblos eu i-ò meu irmau e buèno ibamos por aí. Despois un ano pois, falamos ca xente e decidiuse volver a recuperalo como se..., como se facía antigualmente.

¹⁰ A mostra recollérona no ano 1999 Noelia Ríos Gayoso, Alejandra Fernández e María Carballo.

Que pasa? Que... buèno cambiáronse cousas, por ekhèmplo or boteiros que había eiquí, non èran exaxtamente como son agora, èran máis bèn parecidos, digamos, a Vilar ou a Buxán.

E. — E como eran os de Vilar e Buxán?

I. — Pois o traxe blanco cas cintas de cores, o carapucho como se fora un cono, digamos, a máscara si qu'èra de madeira, eso si que.. Temos algunha por aí inda que se consèrva porque èra unha cousa un pouco familiar o tema, è decir, non èra “Temos unha careta do puèblo”, nò. O que tiña cuartos, digamos, a casa que tiña pasta, qu'èran adineraus, eses tiñan unha máscara deles, guardábana eles è eles faciáns'o seu traxe. Cuando chegaba a època do Carnaval pois iban ô curral, quitábanll'as esquilas ár vacas, facián o cinto, facián o traxe no momento, non èra un traxe que tuvèran feito... púñanlle os lazos, toda a historia e despois ô acabar o Entroido devolvíase todo. Agora non, como nós cuando empezamos a cousa estaba un pouco perdida, empezamos indo tamèn con outros puèblos, pois o traxe que se fixo è máis parecido, digamos, ô de Viana, qu'èra o que había naquel momento, è, o que se, o que tèn todo o mundo, è estamos intentando è volver outra ve a facelos como èran è, a ter o boteiro que de verdá èra d'eiquí. O que pasa que claro.

(3) Mostra oral 3, Traballo de Investigación Tutelado, UVigo (2006)
 Informante (60-90): Home (80 anos), Caldesiños (Viana do Bolo)

As Mèdulas de Caldesiños

I. — As Mèdulas, èra mui rico en ouro porque temos unhas Mèdulas eiquí neste puèblo que, unhas minas que ficèron os, os mouros, mouros lle chamaban daquela, non sei se èran mòros se mouros, mouros èran porque decían o tear da moura que había aí. Buèno, entònces viña unha presa derd'o ríu de Pías, unha presa de auga pra lava-lo ouro eiquí nas Mèdulas, viñ'a presa verde Pías, èh! È lavaban o ouro aí nas, nas, nas, nas Mèdulas, que lle chamamos nós as Mèdulas. Nós chamámosll'or Barreiros pèro son ar Mèdulas i-había aí un sitio que decían que unha moura que tiña aí un tear, tear de ouro, buscaron non sei, os antepasados, non sei si o encontrarían nin si non, pero'e un sitio, xa viñèron de moitos lados a mirar, dicen que claro... o bon que xa o levaron pèro que inda hai ouro, que parèce que, querían explotar eso inda. Agora ficèron unhos miradores aí preciosos, dous miradores pra mirar todo eso, tèn vido xente importante a mirar, desta xente que sabe, como se dice eso, de..., da..., dos produtos que salen. Viñèron xa a mirar aí, è o puèblo èra mui rico, resulta que despois como eso desapareceu, buèno, pois agora despois ficèron unhas fábricas de tella á mau, tella á mau, faciána, facián tella a mau, facián ladrillos, facián desto de, baldòsas do..., facián de todo eso. Amasában-o barro con vacas, sacában-o barro que aí hai barro tamèn; despois de ouro, hai barro pra facer moitas cousas que fain de barro, había tamèn eiquí no puèblo un señor que se dedicaba a facer

cacharros, olas, esto xarras de barro, mutas cousas de barro è tiñan un forno aí è curtiano aí. Este puèblo èra rico, èh!

Ahora, a xente pois eso foio deixando, agora parèce que volve...a xente parèce que quèren facer, eu non sei que quèrerán facer aí, algo quèren facer. Buèno, esas telleiras, que che digo que facían ladrillo è tella è todo eso, agora, aquelas morreron. Aquela xente morreu i-òs que quedaron pois unhos marchárons'a Barzalona, a Madriz, salíronse do puèblo, eiquí quedamos pouca xente; però sacábanses o seu sustento porque facían eses, èra como se fora unha fábrika, solamente que èra unha fábrika â mau, facían a tella á mau, facían os bloques â mau, todo a mau; lò cocíanos nun forno con muta leña, dábanlle fuègo, è cocían eso todo è despois eso vendíano pra cubri-las casas de tella è todo eso, buèno

E nós como eramos rapaces ibamos co ganau pr'ái, porque anduvèmos mutto tèmpo co ganau è claro tiñamos mèdo porque decían que salía a moura, que, dicen que antigamente que lles salira a moura, a moura que lle salira a unha pastora è que lle dèra unhas, un escremento, un escremento das cabras. ¿Sabes o que ê eso?

3. O galego oral de Viana do Bolo

Cando Laureano Prieto traza as características da fala vianesa, comenta as seguintes peculiaridades respecto do vianés:

O vianés fálase na mór parte do partido xudicial de Viana do Bolo e nalgúis pobos do partido do Barco de Valdeorras. O freirés¹¹ esténdese polo axuntamento da Mezquita, algúis pobos da Gudiña e dous ou tres lugares do axuntamento de Viana.

As terras en que se fala o vianés pódense deslindar así: Polo Norte a Serra do Eixe, dereito a Portomourisco, xa de fala valdeorresa. Polo Sul chega á raia de Portugal i ó partido de Verín, onde son geístas¹², sendo curioso que, somentes, Parada da Serra e Veigas de Camba, os dous do partido de Viana, estean contamiñados do geísmo. Polo Nascente áchanse as terras do axuntamento da Mezquita, ou terras das Frieiras, onde se fala o freirés; podéndoos deslindar por istes pobos de fala vianesa, inda: Barxa, Pentes, A Gudiña, A Bouza, Piexeiros, Solveira e Dradelo. Os pobos de Cepedelo e Pradorramisquedo están un pouco influenciados polo frieirés. E polo Oeste temos as terras de Trives un pouco influenciadas, nas lindes, polo vianés. O valdeorrés fálase, polo menos, en todo o partido Do Barco de Valdeorras, e perce que se estende por León e mais por Lugo; pro esas lindes nonas estudiamos (Prieto Rodríguez 1973: 3)

¹¹ O dialecto é o *frieirés*, propio das Frieiras que, neste caso, comprende o concello ourensán da Mezquita. Ás veces, por erro, aparece a forma *frieirés*.

¹² Co termo *geístas*, o autor fai referencia aos falantes con gheada, que el denomina *geísmo*.

Atendendo a estudos dialectolóxicos máis recentes e de maior relevancia, o galego oral de Viana do Bolo encádrase na área oriental-central, sen terminación *-íus*, *-ías*, sen vocalismo nasal e sen as formas *collí*, *partí* e *fice*. Esta área é propia do bloque oriental, que tal e como destaca Fernández Rei (1990: 141): “presenta unha grande unidade na totalidade das falas, sexan do leste de Lugo e de Ourense ou do galego exterior (occidente de Asturias, de León e de Zamora)”. Este galego presenta como trazos os xerais do galego oriental que, como sinala este mesmo autor (1990: 157), son: ditongos *-ua-* (*cuatro*, *guardar*), *-oi-* (*moito*, *coiro*) e *-ui-* (*muito*, *truíta*, *escuita*) ou ausencia de ditongo (*muto/mutío*, *truta/trutia*, *escuta /escutia*); formas con *aix* (*baixo*, *caixa*) fronte a *baxo*, *caxa* do centro-norte do galego oriental; terminación *ín* (*camín*, *padrín*), excepto na zona sur (*camiño*, *padriño*); plural *-is* nas palabras terminadas en *-n* (*caís*, *ladroís*, sg. *can*, *ladrón*) e en *-l* (*animais*, *caracois*; sg. *animal*, *caracol*), excepto na área asturiana, que mantén o *-l-*; perfectos *cantein* e *cantén*, futuros *cantarein* e *cantarén* e SNP *-is* na P5 dos tempos verbais, agás no pretérito (*cantais*, *cantabais*, *canteis*...). Ademais, a variedade vianesa insírese na subárea Valdeorras-Viana coa terminación *-iño* (*camiño*, *padriño*) e o pronome *llo* e na microsubárea O Bolo-Viana con *muto*.

MAPA 2. MAPA DIALECTAL DA LINGUA GALEGA

3.1. A fonética

Como riscos xerais destacan os seguintes: no vocalismo tónico a realización pechada etimolóxica do timbre nos pronomes persoais *nós* e *vós*, trazo común ao galego da área zamorana; e no vocalismo átono a palatalización de *a* en formas como *ási* ou *äixada*, fenómeno característico tamén do galego zamorano de Porto e Hermisende. Neste último concello rexístrase ademais a palatalización de *a* tónico en *bränco* ou *crävvo*. Reflicítese a alternancia dos ditongos *oi* e *ou* en *noite/noute*, característica común ao galego zamorano nesta voz, e noutras palabras como en *dois-dous* e *despois-despous*. Destaca a presenza do ditongo *-ui-* en *cuítelo*, *escuita*, *muito* ou a súa ausencia en *cutelo*, *escuta*, *muto/mutío*, ao igual que nas voces *enxuito*, *fruíta*, *truíta* fronte a *enxuto*, *fruta* e *truta/trutia*. Outros trazos son a epéntese do *i* en formas verbais como *salío* ou *valío*¹³; o mantemento dos grupos *cua-* e *gua-* en *quando*, *cuatro*, *guárdabase*; a terminación *-u* en ditongo nos substantivos rematados en *-o*¹⁴: *friu*, *riu*, *tiu*.; e a creación do ditongo *-au* nos substantivos, adxectivos e participios en *-ado*¹⁵: *ganau*, *enfadau* e *daban mallau*, respectivamente.

¹³ Para a distribución de *salío* véxase o mapa 161 do *ALGa I* e para a de *valío*, o mapa 121 do *ALGa I*.

¹⁴ Esporadicamente rexístranse voces en *-o* coma *río*. Con todo, o frecuente na fala é a pechazón da vogal.

¹⁵ No caso dos participios é máis vital na variedade vianesa o uso en *-ado*: *Daban chegado*.

Verbo do consonantismo, os textos orais non presentan a gheada e o seseo, os fenómenos máis característicos da dialectoloxía galega e importantes marcadores sociolingüísticos. Cando Prieto Rodríguez describe as características do vianés no seu traballo *Notas en col da fala vianesa* (1973: 3), menciona o risco dialectal do *geísmo* para identificar a gheada e sitúao en Verín e na raia con Portugal. No caso de Viana, comenta que Parada da Serra e Veigas de Camba¹⁶ son os únicos puntos do partido xudicial de Viana contaminados por esta peculiaridade e achega nos seus textos algunha mostra¹⁷. Na actualidade, a variedade vianesa non conta con este trazo dialectal e Prieto Rodríguez comenta que no partido de Verín son *geístas*¹⁸.

Fernández Rei (1990: 173-175) refire que nos puntos do galego oriental investigados para o *ALGa* non se rexistrou gheada e que no galego exterior só se ten sinalado a existencia deste innovador fenómeno fonético nos Ancares de León e co que se anchea polo oriente a *lagoa do Cebreiro*. No referente a este trazo, destaca Freixeiro Mato (2006b: 156):

Resulta xa un lugar común afirmarmos que a zona máis castelanizada de Galiza é a costeira e a menos o interior das provincias de Lugo e Ourense, onde hoxe fica moi pouco da gheada, pois parece lóxico pensar que, perante unha reacción xeral contraria ao fenómeno, este é moito máis fácil de erradicar alí onde a súa implantación foi menor. Por iso hoxe a gheada pervive nas provincias da Coruña e Pontevedra e está en total recuamento nas de Lugo e Ourense.

No tocante ás alteracións do *s* implosivo, o fenómeno máis común na fala é o rotacismo, risco dialectal moi habitual nas diferentes xeracións de falantes. Prieto Rodríguez (1973: 4), cando explica as características da fala vianesa xa dá conta del aínda que non precisa o nome. Pódense atopar nos textos orais as seguintes mostras: ante consoante sonora en *or Barreiros, or detalles, cor grandes*; ante nasal en *chirme, cor nenos*; ante lateral en *or lunes, metémorlle*; ante consoante xorda fricativa en *ar formas* ou *nar xestas*.

Na xeración de falantes media (30-60 anos) rexístrase ocasionalmente aspiración do *s* implosivo, tanto en posición final de palabra como non final, en formas como *despoigh, dough* ou *mághcara*. É común, ademais, a realización interdental do grupo culto *-ct-* en *dixtadura, exaxtamente, intaxta, produxtos*. En posición explosiva

¹⁶ A parroquia de Parada da Serra pertence ao concello da Gudiña e a de Veigas de Camba, que desappareceu baixo as augas do encoro das Portas en 1974, ao de Vilariño de Conso.

¹⁷ «Eu o que vou facer e ir hasta a casa da miña mai e perguntar se Dominjo Domínjez está na casa. Se Dominjo Domínjez está na casa estonces eu non sei quen ero eu» (1958: 154).

¹⁸ Taboada Cid (1979: 56) recolle este fenómeno na fala do val de Verín, que se centra no estudo lingüístico de trinta puntos, algúns deles na estrema con Portugal e algún pertencente á área oriental de transición como Oímbra, aínda que comenta que non é doado precisar a súa distribución. Alonso Núñez (2011: 117) rexistra gheada na variedade central de Castrelo do Val, pero refire que non se trata dun fenómeno sistemático.

reflictese a caída do *-d* final en formas como *Madrí* ou a realización como interdental en *Madriz* e a caída da interdental final, que alterna co seu uso en *rapá, ve*. Este non é un fenómeno sistemático tampouco noutras variedades ourensás. Alonso Núñez (1995: 110), refire que nun mesmo falante se poden dar as dúas opcións. Trátase dun risco dialectal común no galego zamorano de Porto e que chega a Portugal, na estrema coa provincia ourensá, e que tamén se pode rexistrar en falas do sur e do oeste ourensán (*ALGa III*: 172-174)¹⁹.

A conxunción *e* en contacto con vogal pasa a ser asilábica (*i-outro, i-eu, i-antes*), trazo que o vianés comparte con moitas falas do galego central e oriental.

3.2. A morfosintaxe

Ao longo deste apartado vanse comentar as características importantes da variedade vianesa, algunhas delas comúns ao resto do bloque oriental e que serán as máis visibles. Tal e como destaca Álvarez (1996: 160): “A morfoloxía nominal, sobre todo no tocante á formación do plural, é posiblemente a característica máis rechamante do galego oriental”.

Verbo do número, nas palabras agudas rematas en *-l* atopamos a solución en *-les* ou en *-is*, sendo maioritaria a primeira: *animales, azules*; sg. en *-al*: *animales/animais*; sg. en *-el*: *papeles/papeis*; sg. en *-il*: *funiles/funís*; sg. en *-ol*: *caracoles/caracois*; sg. en *-ul*: *baúles/baúis*. No plural das formas en *-n*, a solución é a propia do bloque oriental. Deste xeito, a formación é a seguinte: sg. en *-an*: *alemais, cais*; sg. en *-en*: *sarteis*; sg. en *-in*: *choupís*; sg. en *-on*: *fuliois*; sg. en *-un*: *algúis*, que alterna con *algúns*. Como resultado das terminacións latinas *-ANUM*, *-ANAM* a solución que ofrecen os textos é a de *mau-maus, irmau-irmaus*. No caso das formas rematadas en *-INUM* a solución é *-iño, veciño* ou *camíño* e non *-in* propia doutras falas orientais. A terminación *-TATEM* ofrece como resultados *-ai* e *-á*: *mitai, verdai* (pl. *verdais, mitais*), que alternan con *mitá, verdá*. Outras formas son *mocedá, casualidá*. Na zona veciña de Porto, na área zamorana, á parte deste plural, é común tamén o plural do tipo *peis* (sing. *pé*). Nos nomes rematadas en *-TUTEM*, a solución nos textos vianeses resólvese coa redución vulgar: *juventú, virtú*.

O artigo indeterminado masculino *un* realízase no plural coas variantes *unhos/unhes* e no feminino alternan as formas *unha/úa*. Este fenómeno é común tamén no galego da área asturiana, en falas próximas con Galicia.

No pronome de 2ª persoa o trazo común, propio do bloque oriental é *tu*, a modalidade de cortesía sería *usté* por influxo do castelán, e *tiu* ou *señor*. Prieto Rodríguez (1973: 6) destaca que nas terras do sur do partido xudicial de Viana se emprega *osté*

¹⁹ As diferentes indicacións seguidas tras o volume do *ALGa* fan alusión ao número dos mapas.

e nas do norte, *vostede*²⁰. Álvarez (1999: 221), cando fala das formas de tratamento a partir da análise de contos populares, menciona *tiu* para designar as persoas maiores da aldea e refire que establece un grao de xerarquización determinado pola idade. Atópanse nos textos vianeses exemplos coma os seguintes: *tiu Bernardino* ou *tía Carolina*. O seu uso é maior na xeración media e alta.

Nos pronomes átonos de obxecto directo de 3ª persoa aparece o alomorfo *o* tras forma verbal rematada en ditongo no canto de *no* do galego común: *deixouo, faias, foio, partiuo e pechoua* compartido tamén co galego da área zamorana.

Nos indefinidos *algún, ningún dáse a variante algüis/algunhos; ningüis/ningunhos* (feminino *algunha/algúa, ningunha/ningúa*) e rexístrase ocasionalmente *ningüi*.

No tocante ás formas verbais, o SNP é *-i* na P5 do Imperativo: *entrai, comei, vivíi*²¹ e *-is*, na P5 do presente de Indicativo: *chamais, bebeis, dicíis* e na P5 dos restantes tempos de Indicativo, agás o perfecto. Tamén no presente e pretérito de Subxuntivo en *faleis, leais, escribais e contáseis, créseis e sentíseis*, respectivamente.

Ademais, salientase o uso das formas temáticas *fáis, fain* (ALGa I: 255 e 257); *pois, poin* (ALGa I: 317 e 321); *teis, tein* (ALGa I: 371 e 374); *veis, vei* e *vein* de *ver* (ALGa I: 398) e *veis, vein* de *vir* (ALGa I: 405 e 408). Nos textos orais destácase P2 *veis* e P6 *vein* con *e* pechado, do mesmo xeito que en *veis* e *vein* de *ver*. Xunto á P6 *vein* rexístrase a forma *veñen*²² (ALGa I: 408).

A P1 do pretérito dos verbos regulares en *-ar* e do irregular *dar* incrementase cun *-n*: *cantein, dein*²³ (ALGa I: 6 e 223). Prieto Rodríguez (1958: 15) recolle esta característica dentro dos riscos da variedade vianesa.

No tema de pretérito do verbo *facere* o común nas xeracións media e alta é o radical arcaico *fic-*, aínda que pode rexistrarse a forma moderna do galego estándar *fix-*: *fizo/fixo* (ALGa I: 261), *ficeron e ficesen* (ALGa I: 264 e 269).

O infinitivo *traquer* concorre co estándar *traer* (ALGa I: 394), e o radical *trag-* dáse en todos os tempos do Indicativo á par de *tra-*, agás no tema de pretérito, onde o radical é *troug-*: *trougo* (ALGa I: 385 e 386), que alterna con *troux-*.

A P1 do pretérito dos verbos *ser* (ALGa I: 359) e *ir* presenta as variantes *fui/fuin*, que alternan coa estándar *fun*. Este é un risco dialectal recollido por Prieto Rodríguez (1973: 5) e común tamén no galego da área zamorana.

No presente de Subxuntivo as formas *día* de *dar* (ALGa I: 230), *esteia* de *estar* (ALGa I: 248) e *podia* de *poder* (ALGa I: 314) alternan con *dea, estea e poda*; e no presente de Indicativo de *poder* concorren *podio* (ALGa I: 309) e *podó*.

²⁰ Rodríguez Lago (1974: 5) comenta que a forma que se emprega no galego zamorano de Porto é *ustedede*.

²¹ Para o Imperativo das tres conxugacións véxase ALGa I, 26 *canta, -ade*; 69 *colle, -ede*; 156 *parte, -ide*.

²² En Prieto Rodríguez (1978) rexístrase a forma *veñen* (19.10) tamén de *vir*.

²³ Carballo Calero (1981: 115) refire tamén esta característica: “Tamén o vianés coñece as formas *deixéin, traballéin*, así como os plurais en *-is, curráis, papéis, azúis, capitáis, sartéis, remendóis, algúis*”.

No copretérito a acentuación rexistrada na xeración alta e media é paroxítónica en *chegabamos, aprendiamos* e na xeración baixa dáse a acentuación proparoxítónica *falábamos, comíamos*. Este non é un fenómeno sistemático nas diferentes xeracións.

Fronte ao seu desuso nas xeracións baixa e media, destaca na alta un uso común do infinitivo conxugado en casos como *xantarmos, chegarmos* na P4 e *iren e roubaren* na P6.

No adverbio, destacan as formas de lugar *eiquí, eí, elí*; o adverbio *lo (logo, entón)* e o uso de *inantas* como variante de *antes*. Como adverbio de cantidade, cómpre salientar *cuase* e a existencia, á par do castelanismo *muchísimo*, da variante *mutísimo*.

Resultante da contracción da preposición *con* e do pronome persoal ou demostrativo salíéntanse nos textos formas como *cueles, cuelas, cuesto, cueso*. No tocante ás conxuncións, destaca o uso da disxuntiva *ora... ora: Ora lle bñilaban por un lado, ora lle bñilaba polo outro*, e a causativa *pola mor de: Quedei pola mor da mai*.

No ámbito da sintaxe, débese resaltar a ausencia de artigo en estruturas como *en casa, en cama* e a presenza do teísmo: *Non te direi muito máis* ou *Co veciño que te caía millor*. Este fenómeno rexístrase só na parroquia vianesa de Vilaseco da Serra, no límite coa provincia de Zamora. É tamén un risco común co galego zamorano da subárea da Mezquita-Lubián. Prieto Rodríguez (1973: 6) fai referencia a que o pronome reflexivo *che* doutros lugares, que neste caso non sería reflexivo, senón átono coa función de CI, en frieirés é *te: Dóute de comer, dóuto*. A expresión está recollida na aldea de Pentes (A Gudiña), comprendida actualmente nas Frieiras²⁴.

3.3. O léxico

Entre as principais interferencias lingüísticas pódese falar de diversos castelanismos, entre os que destacan principalmente os morfolóxicos, como *a cárcele* ou *o puente*, e castelanismos léxicos do tipo *acertijos* ou *falangistas*. É común no caso da nomenclatura animal, que cando se dan a voz galega e a castelá na fala, en casos concretos prevalece a do castelán: *perro* alterna con *can*; *cerdo* con *cocho* e *marrau*. No caso de *jabalí* só se rexistra este castelanismo xunto coa variante *jabalín*.

Non obstante, os textos orais tamén presentan unha riqueza léxica propia a través dos dialectalismos. Moitos xa foron documentados por Prieto Rodríguez (1958 e 1973) e algúns deles tamén foron recollidos por Crespo Pozo (1963). Nos casos nos que a voz aparece documentada refírese *DRAG* (2012) ou *DdD* (2006-2013).

²⁴ A Terra das Frieiras comprende na actualidade os concellos da Gudiña e da Mezquita, pero cando Prieto Rodríguez (1973: 3) comenta as características da fala vianesa separa por un lado o vianés que comprendería, á parte das parroquias de Viana, tamén A Gudiña e as parroquias *gudiñás* de Pentes e Barxa e refire que se estende ata a raia de Portugal e o partido de Verín. No frieirés encadraría unicamente a fala da Mezquita.

1. Aixoga²⁵: s.f. Ferramenta que se emprega en traballos de carpintería e que se usa, por ex., na elaboración das máscaras do Entroido ou outros labores coa madeira: [...] *Abrilo ó medio, despois ca aixoga vacialo, ca navalla rebaixar a madeira [...]* (G2).²⁶
2. Boteiro²⁷: s.m. Máscara característica do Entroido de Viana do Bolo e Vilariño de Conso, de deseño diferente nestes dous concellos: *Por ekhemplo, or boteiros que había eiquí non eran exaxtamente como son agora, [...]* (T2).
3. Bullote²⁸: s.m. Castaña como nome xenérico: *Bebiamos ó millor un trago de viño e asabamos unhos bullotes cuando era tempo deso e bueno.*
4. Cireixal²⁹: s.m. Árbore da familia das rosáceas de tronco liso e flores brancas, que dá como froito a cereixa, na variedade vianesa *cireixa*: *E alí tiñan desto cireixales e nós dedicabámonos a collerlle as cireixas.* No galego común, *cerdeira* (G3).
5. Concheira³⁰: s.f. Árbore xeralmente moi alta, de madeira de calidade e que dá por froito o concho: *Facíase de concheira ou de bedul.* No galego común, *nogueira* (G2).
6. Chitar³¹: v.i. Calar, non dicir nada nin replicar: [...] *E nada nin un perro chitou, [...]*.
7. Enfusar³²: v.t. Meter algo para dentro, introducir: *E polas tuberías tes que lle enfusar a palla que ten cerca do ollo.*
8. Esquila³³: s.f. Campá que porta o gando, xeralmente as vacas: *Cuando chegaba a época do Carnaval pois iban ó curral, quitábanlle as esquilas ár vacas* (T2).

²⁵ Prieto Rodríguez (1973: 16) recolle este termo como *eixoga*, aínda que a forma común é *aixoga*, que por palatalización do *a* átono pasa a *eixoga* nalgúns falantes, o mesmo que acontece con outra ferramenta onde o nome corrente é *aixada*, que se realiza comunmente como *eixada*.

²⁶ Nos casos nos que as mostras pertencen aos fragmentos seleccionados, identifícase co texto (T1, T2 ou T3); se o termo pertence á gravación deses tres textos transcritos, pero non aparece no fragmento seleccionado indícase G1, G2 ou G3, segundo corresponda. En caso contrario, cando a mostra é do conxunto do corpus, a indicación non se cobre.

²⁷ No *DdD* figura a forma *boteiro* para designar un tipo de máscara do Entroido (Rivas Quintas 2001).

²⁸ Segundo a súa variedade e forma de preparación, o *bullote* recibe diferentes denominacións como *bolécora*, *burgazo*, *mamota* ou *seca*. Prieto Rodríguez (1958: 12) recolle tamén a forma *bulló*: *Eisí aos de Val de Conso chámanlle mamoteiros e culáus porque comen mutos bullós cocidos (mamotas)...* No *ALGa VI* (256-267) aparecen as formas *bullós* e *billós*, pero non *bullotes*. O volume trata dun xeito amplo a castaña, a cor e a variedade. Vázquez Santamaría (1974: 104) recolle a forma *bulló* no concello próximo da Gudiña. No *DRAG castaña e bullote* aparecen como sinónimos, mentres que no *DdD* nas diferentes referencias léxicas a forma *bullote* aparece como castaña asada e pelada. García González (1985) recolle esta acepción para referirse á castaña verde con pel. *VCP* (169-170): *bullote / billote*.

²⁹ O *ALGa VI*: 232 recolle a forma *cireixal* no punto O.17. No *DdD* aparece *cireixal* (Rivas Quintas 2001).

³⁰ No *ALGa VI*: 251 aparece a palabra *concheira* no punto O.17 e tamén no *DdD* (varias fontes).

³¹ No *DdD* recóllese esta voz (Acevedo y Huelves / Fernández y Fernández 1932).

³² O *DdD* rexistra esta forma (VV. AA. 1961 / Franco Grande 1972).

³³ Nas diferentes fontes lexicográficas do *DdD* figura esta voz.

9. Fulión³⁴: s.m. Banda musical que caracteriza o Entroido vianés e cuxos integrantes van tocando instrumentos como aixadas e bombos para facer un son distintivo de cada aldea: *O fulión estuvo perdido digamos durante unbes anos, é decir, foi dos poucos pueblos que dicen que aguantou a Diztadura* (T2).
10. Galocristo³⁵: s.m. Clase de planta empregada para extraer algunha broza do ollo: *En Gobia onde está agora de galoscristos [...]*.
11. Gurgullo³⁶: s.m. Nobelo de lá: *As mulleres devanaban, facían gurgullos [...]*.
12. Lardeiro³⁷: s.m. Un dos elementos característicos do Entroido vianés³⁸, que consiste nun boneco que se coloca no alto dun poste en representación dos mozos o *xoves de compadres* e o mesmo se fai coa lardeira o *xoves de comadres* en representación das mozas, ata a súa queima o martes de Entroido, como peche. Este ritual, moi característico das parroquias, hoxe practicamente só se realiza na vila. [...] *Facían or lardeiros, cuando iban a colgar [...]*. Emprégase tamén como adxectivo para designar unha persoa moi alta (G2).
13. Muradella³⁹: s.f. Conxunto de pedras amoreadas resultantes de limpar unha finca coa finalidade de traballala: *Alí onde están as muradellas*.
14. Orcear: v. i. Observar con atención sen ser visto, espreitar: *Andaba sempre orceando*.
15. Papavello⁴⁰: s.m. Puré feito de castañas: *E facíamos o papavello*.
16. Quicho: s.m. Enfado, estar de quicho ou enquichado: *Púxose todo enquichado*.
17. Rixelo⁴¹: s.m. Cría da ovella: *Estaban no monte, collían un rixelo [...]*.
18. Zampanazo: s.m. Golpe dado sobre algo ou alguén: *E dáballe unhos zampañazos*.

³⁴ No DRAG (2012) figura a voz *folión*. No DdD, aparece *folión* ou *fulión*.

³⁵ O ALGa VI: 124 recolle o termo *galo cristo* referido a *saramago* no punto O.11 (Montederramo) e non no punto O.17, para o que refire *meldrasto*. Na variedade vianesa *galocristo*, *leitarega*, *meldrasto* e *saramago* son plantas diferentes. O DdD rexistra a voz *galocristo* (Rivas Quintas 1988).

³⁶ O DdD inclúe esta voz (VV. AA. 1961 / Franco Grande 1972).

³⁷ O DRAG recolle esta forma, pero só facendo referencia ao *Domingo lardeiro* e ao adxectivo que alude á calidade de ter moita carne. No DdD aparece esta voz para designar tamén o *Domingo lardeiro* (Franco Grande, 1972 / Carré Alvarellos, 1951 e 1979).

³⁸ Castells Vila (1967: 176) comenta que para facer o lardeiro reuníanse as mulleres solteiras e con enganos e argucias subtraíanlle roupa aos amigos para facer o boneco, que colocaban nun balcón o *xoves de compadres*. Unha semana máis tarde eran os mozos os que entraban nas casas para subtraeren roupas femininas e colocar a lardeira o *xoves de comadres*. O *xoves de compadres* e o *xoves de comadres* representan esa rivalidade entre mozos e mozas, que segue persistindo hoxe co ritual de botar fariña.

³⁹ O DdD rexistra esta forma nas diferentes fontes lexicográficas.

⁴⁰ No DdD esta voz designa a masa semilíquida feita coas moras ou calquera outra froita cando se esmagan (Pereda Álvarez, 1953).

⁴¹ O DRAG recolle como forma recomendada a palabra *roxelo*. No DdD, as diferentes fontes lexicográficas recollen a voz *rixelo* e nalgún caso como variante, *roxelo*.

4. O cambio lingüístico

A evolución da lingua e o coñecemento do estándar fan que nas xeracións máis novas se perdan as formas orais máis tradicionais. Tal e como destaca Rodríguez Neira (1991: 185): “As xeracións xoves mostran menor tendencia a mante-la lingua dos seus pais ca estes a dos avós. Os procesos de cambio acentúanse na última xeración”. Non obstante, os cambios son naturais e non entorpecen o eido da comunicación, como refire Aitchison (1993: 248): “Que la lengua cambie continuamente es natural e inevitable, y se debe a una combinación de factores psicolingüísticos y sociolingüísticos”.

As principais marcas de mudanza lingüística danse polo coñecemento do estándar, por maior afinidade cun determinado grupo de falantes ou ás veces, por moda. Nos textos orais as principais pegadas do cambio reflíctense en formas tradicionais propias da variedade vianesa, como *noute*, *ningúa*, *fizo* ou *tragner*, que empezan a ser desprazadas polas voces estandarizadas *noite*, *ningunha*, *fixo* ou *traer* e o uso de palabras como *catro* ou *vez*, mais non é algo sistemático. No léxico, na xeración baixa tamén van desaparecendo algúns termos, como *quicho* ou *papavello*, ou conviven as dúas formas, segundo os contextos.

5. Conclusión

O corpus oral formado por 281 textos vianeses destacan ademais de polo carácter lingüístico pola abonda información que ofrecen respecto das humanidades e das ciencias sociais.

En canto á variación, as mostras presentan en xeral os trazos do bloque do galego oriental, agás no caso dos plurais en *-l* onde nos ofrecen a variante en *-les*, de uso maioritario, ou *-is*. Na microsubárea O Bolo-Viana os textos presentan as variantes *muto/muito*. Ademais, como distintivos fonéticos pódese falar da realización pechada etimolóxica do timbre nos pronomes persoais *nós* e *vós*, a palatalización do *a* átono, alternancia dos ditongos *oi* e *ou*, presenza e ausencia do ditongo *ui*, iode epentético en determinadas formas verbais, mantemento dos grupos *cua-* e *gua-*, terminación *-u* nos nomes rematados en *-o*, creación do ditongo *-au* nos substantivos, adxectivos e participios en *-ado*, rotacismo, aspiración non sistemática do *s* implosivo, realización interdental do primeiro elemento do grupo *-ct-*, caída do *-d* final ou realización como interdental.

No eido da morfosintaxe, encontramos plurais das palabras rematadas en *-l* coas variantes *-les* e *-is*, a terminación *-iño*, a solución *-ai* e *-á* nos nomes en *-TATEM*, os artigos indeterminados *unhos/unhes/uis*; *unha/úa*, o pronome de 2ª persoa *tu* e como forma de tratamento *usté*, *tiu* e *señor*, o alomorfo *-o* tras forma verbal

rematada en ditongo, as formas verbais temáticas *fais* e *fain*, formas incrementadas cun *-n* no perfecto da CI, os radicais actuais *fix-*, *troux-* convivindo cos radicais arcaicos *fix-* e *troug-*, acentuación proparoxítona e paroxítona no copretérito, uso do infinitivo conxugado, formas *cuel*, *cuesto* e construcións coa preposición *en* sen o artigo e teísmo.

Verbo do léxico é común a presenza de interferencias lingüísticas coma os castellanismos, maioritariamente morfolóxicos e léxicos. Non obstante, destacan un amplo abano de dialectalismos como *bullotes* ou *zampanazo*, que enriquecen a variedade vianesa e que centran a importancia do que Prieto Rodríguez (1973) denominou a fala vianesa.

Os tres fragmentos achegados das diferentes mostras xeracionais fornecen os principais riscos da variedade vianesa. Na primeira mostra, onde a informante ten só seis anos, rexístrase rotacismo (*chirme*), terminacións en *-u* (*riu*) ou o mantemento do grupo *cua-* (*cuatro*). No caso da segunda mostra, salienta a realización pechada etimolóxica da vogal tónica dos pronomes *nós* e *vós*, a terminación *-au* (*adineraus*) nos substantivos e adxectivos en *-ado* ou a perda da interdental final (*ve*). Respecto da terceira, destaca o uso das variantes *muto/muito*, a palatalización do *a* átono (*ái*) ou a pronuncia como interdental do grupo culto *-ct-* (*produzto*), xunto ao uso do alomorfo *o* (*foio*) no canto de *no* do galego común.

Os principais cambios lingüísticos danse na xeración baixa de falantes. Varias das peculiaridades lingüísticas son compartidas co galego zamorano, como a realización pechada etimolóxica de *nós* e *vós*, a palatalización do *a* átono, a alternancia dos ditongos *oi* e *ou*, a caída da interdental final, a *solución* *-ai* e *-á* nos nomes rematados en *-TATEM*, o uso do alomorfo *-o* tras forma verbal rematada en ditongo ou o teísmo.

Remato cunhas palabras da *Guía de Galicia* do xeógrafo e “patriarca das letras galegas” Otero Pedrayo (1926: 291), nas que deixaba xa hai moitos anos constancia do interese lingüístico, etnográfico e paisaxístico da Terra de Viana:

Las tierras de Viana son en alto grado interesantes para el estudio de la lengua y las costumbres arcaicas de Galicia. En ellas se siente la Galicia brava y montañosa, dotada de grandes bellezas bien diferentes de las que caracterizan las tierras ribereñas y mariñanas.

Agradecementos

A miña fonda gratitude a todos os informantes do Concello de Viana do Bolo por transmitírenme con xentileza os seus coñecementos e a súa fala. Sen a súa inestimable colaboración o presente traballo non sería posible.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGO = FERNÁNDEZ REI, Francisco (dir.) (2010-): *Arquivo do Galego Oral*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. <http://ilg.usc.es/ago/> [08/02/2016].
- AITCHISON, Jean (1993): *El cambio en las lenguas: ¿progreso o decadencia?*. Barcelona: Ariel Lingüística.
- ALGa I (1990) = Fernández Rei, Francisco (coord.): *Atlas Lingüístico Galego. Vol. I. Tomos 1 e 2. Morfoloxía verbal*. Santiago de Compostela / A Coruña: Instituto da Lingua Galega / Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa.
- ALGa III (1999) = González González, Manuel (coord.): *Atlas Lingüístico Galego. Vol. III. Fonética*. Santiago de Compostela / A Coruña: Instituto da Lingua Galega / Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa.
- ALGa VI (2015) = Fernández Rei, Francisco (coord.): *Atlas Lingüístico Galego. Vol. VI. Léxico. Terra, plantas e árbores*. Santiago de Compostela / A Coruña: Instituto da Lingua Galega / USC / Fundación Barrié.
- ALONSO NÚÑEZ, Aquilino Santiago (1995): “Notas sobre a fala de Campobecerros”, *Cadernos de lingua* 11. A Coruña: Real Academia Galega, 103-127.
- ALONSO NÚÑEZ, Aquilino Santiago (2011): *A fala de Castrelo do Val*. Tese de doutoramento inédita. Santiago de Compostela: USC.
- ÁLVAREZ, Rosario (1996): “Na estrema do galego: a lingua do Bierzo Baixo transmitida por Fernández y Morales”, en Ramón Lorenzo / Rosario Álvarez (coords.), *Homenaxe á profesora Pilar Vázquez Cuesta*. Santiago de Compostela: USC, 157-202.
- ÁLVAREZ, Rosario (1999): “Porque non todos somos iguais. Achega ó Estudio do tratamento en galego”, en Rosario Álvarez / Dolores Vilavedra (eds.), *Cinguidos por unha arela común: homenaxe ó profesor Xesús Alonso Montero*, vol. I. Santiago de Compostela: USC, 207-228. <http://www.gbv.de/dms/sub-hamburg/347747779.pdf> [09/02/2016].
- ÁLVAREZ POUSA, Concepción (2005): “Breves trazos da fala vianesa”, *Xornal O Sil* (Especial Festas de Viana, agosto de 2005), 10.
- ÁLVAREZ POUSA, Concepción (2007): *Consideracións sobre a fala do Concello de Viana do Bolo (Descrición e textos)*. Traballo de Investigación Tutelado inédito. Vigo: Universidade de Vigo.
- ÁLVAREZ POUSA, Concepción (2012): “Santa Cristina e San Bartolomeu: espazos naturais e reserva de recursos mineiros”, *Xornal O Sil* (Especial Nadal, decembro de 2012), 30.
- BLANCO AMOR, Eduardo (1963): *Los miedos*. Barcelona: Destino.
- CARBALLO CALERO, Ricardo (1981³): *Historia da literatura galega contemporánea*. Vigo: Galaxia.
- CASTELLS VILA, María del Rosario (1967): *La comarca natural de Viana del Bollo*. A Coruña: Imp. Moret.
- CUNQUEIRO, Álvaro (1955): *Merlín e familia i outras historias*. Vigo: Galaxia.

- DdD = SANTAMARINA, Antón (coord.) (2006-2013): *Dicionario de Dicionarios. Corpus lexicográfico da lingua galega*. Vigo / Santiago de Compostela: Seminario de Lingüística Informática - Grupo TALG / Instituto da Lingua Galega. <http://sli.uvigo.es/DdD/> [18/02/2016].
- DRAG = REAL ACADEMIA GALEGA (2012): *Dicionario da Real Academia Galega*. A Coruña: RAG. <http://academia.gal/dicionario> [17/02/2016].
- FERNÁNDEZ REI, FRANCISCO (1990): *Dialectoloxía da lingua galega*. Vigo: Xerais.
- FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón (2006a): *Manual de gramática galega*. Vigo: A Nosa Terra.
- FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón (2006b): *Gramática da lingua galega. Fonética e fonoloxía*. Vol. I. Vigo: A Nosa Terra.
- GARCÍA PAZ, Manuel (1935): *IV Melodía: Desfile de campesiñada galega*. Ourense: La Industrial.
- HERVELLA COUREL, Alfonso (2011): *Romances populares gallegos recogidos de la tradición oral*, en Xosé Ramón Mariño Ferro / Carlos L. Bernárdez (eds.). Sabarís (Pontevedra): NigraTrea.
- IGE = Instituto Galego de Estatística. <http://www.ige.eu/web/index.jsp?paxina=001&idioma=gl> [3/02/2016].
- LEDO CABIDO, Bieito (edit. e dir.) *et al.* (2005): *Verín e Viana*. Vigo: Ir Indo (*Galicia en comarcas* 28).
- MARIÑO FERRO, Xosé Ramón / Carlos L. BERNÁRDEZ (2002): *Romanceiro en lingua galega*. Vigo: Xerais.
- OTERO PEDRAYO, Ramón (1926): *Guía de Galicia: geografía, historia, vida económica, literatura y arte, itinerarios completos por ferrocarril y carretera*. Madrid: Espasa Calpe.
- PINZA GARCÍA, Juan Antonio (2009): “As caras do Entroido da comarca de Viana. Viana do Bolo”, en Xosé Antón Fidalgo Santamariña (coord.), *As caras do entroido ourensán*. Ourense / A Coruña: Deputación Provincial de Ourense / Fundación Caixa Galicia, 231-238.
- PRIETO RODRÍGUEZ, Laureano (1948): “Cuentos de animales, La Gudiña (Orense)”, en *Revista de Dialectología y Tradiciones populares*, IV. Madrid: Instituto Miguel de Cervantes de Filología Hispánica, 123-148.
- PRIETO RODRÍGUEZ, Laureano (1958): *Contos Vianeses*. Vigo: Editorial Galaxia.
- PRIETO RODRÍGUEZ, Laureano (1973): *Notas en col da fala vianesa*. Separata do Tomo III do *Boletín Auriense*. Ourense: Museo Arqueolóxico Provincial, 1-27.
- PRIETO RODRÍGUEZ, Laureano (1978): “Contos de cregos. Terra de Viana do Bolo”. *Boletín Auriense*, VIII. Ourense: Museo Arqueolóxico Provincial, 13-48.
- RODRÍGUEZ LAGO, María del Carmen (1974): *Léxico y costumbres dialectales de Porto*. USC. Memoria de licenciatura inédita.
- RODRÍGUEZ NEIRA, Modesto Aníbal (1991): “Outra contribución á cuantificación do cambio lingüístico en Galicia”, en Mercedes Brea / Francisco Fernández Rei (coords.), *Homenaxe ó profesor Constantino García*, vol. II. Santiago de Compostela: USC, 179-194.

- SOTELINO LOSADA, Alexandre (2010): “O Entroido como parte da identidade dun pobo. Análise desde unha perspectiva sociocomunitaria”, en X. Antón Fidalgo Santamaría / Xosé Manuel Cid Fernández / Mariló Fernández Senra / Xulio Fernández Senra (coords.), *Actas do III Congreso de patrimonio etnográfico. O ciclo do Entroido: De práctica social comunitaria a obxecto de estudo etnolóxico*. Ourense: Deputación de Ourense. file:///D:/Usuario/Downloads/ACTAS%20III%20CONGRESO%20ETNOGRAFIA%20(1).pdf [07/02/2016].
- TABOADA CID, Manuel (1979): *El habla del Valle de Verín. Verba* 15. Santiago de Compostela: USC.
- TENORIO, Nicolás (1982): *La aldea Gallega*. Vigo: Edicións Xerais.
- VÁZQUEZ SANTAMARÍA, María Ester (1971): *El habla de la Gudiña*. Memoria de licenciatura inédita. Santiago de Compostela: USC.
- VCP = CRESPO POZO, José Santiago (1963): *Contribución a un Vocabulario Castellano-Gallego: (con indicación de fuentes)*. Madrid: Revista “Estudios”.
- XUSTO RODRÍGUEZ, Manuel (1987): “Algunhas consideracións sobre a explotación aurífera romana de “As Borreas” ou “As Barreiras” de Caldesiños (Viana do Bolo, Ourense)”. *Boletín Auriense* 17. Ourense: Museo Arqueolóxico Provincial, 109-124.

Sintatização, semantização e discursivização do *não obstante* na história do Português

Maria do Carmo Viegas

Universidade Federal de Minas Gerais
mariadocarmo.viegas@gmail.com

Pâmella Alves Pereira

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
pamellaalvespereira@gmail.com

Syntacticisation, Semantisation and Discoursivisation of *não obstante* in the History of Portuguese

Resumo

Na análise da expressão *não obstante* ao longo da história do português, utilizamos o *corpus* de Davies e Ferreira (2006) e consideramos a hipótese de que tal construção teria passado por um processo de gramaticalização na língua, segundo Hopper e Traugott (1993). Quanto à semantização, constatamos dois sentidos do *não obstante* ao longo dos séculos: primeiramente o de concessão e, em seguida, o de adversidade. Quanto à sintatização, verificamos que o *não obstante* aparece inicialmente com referência a um SN simples; em seguida, precedendo uma oração com verbo no infinitivo; depois aparece imediatamente seguido pelo elemento *que*. No séc. XVIII, o *não obstante* incorpora o *que*, funcionando como locução conjuntiva concessiva com o mesmo valor de *embora* e selecionando verbo no subjuntivo. Quanto à discursivização, observamos que o *não obstante* também se apresenta com sentido adversativo, com mobilidade na sentença, trilhando, nesses casos, um caminho em direção a um valor adverbial que marca uma relação textual. Além disso, mostramos uma possível interferência de um processo de variação (Labov 1972) no percurso da gramaticalização do *não obstante*.

Palavras-chave

Não obstante, gramaticalização, semantização, sintatização, discursivização

Sumário

1. Introdução. 2. Modelo teórico-metodológico. 3. Gramaticalização do *não obstante*. 3.1. Coleta e análise dos dados. 3.1.1. Semantização. 3.1.2. Sintatização. 3.1.3. Discursivização. 4. Gramaticalização e variação. 4.1. *Não obstante - embora*. 4.2. *Não obstante - apesar de*. 4.3. *Não obstante - no entanto*. 5. Conclusão.

Abstract

In the analysis of the expression *não obstante* throughout the history of Portuguese, we used the corpus of Davies and Ferreira (2006) and considered the hypothesis that such construction would have gone through a grammaticalisation process in the language, according to Hopper and Traugott (1993). As for semantisation, we found two meanings of *não obstante* over the centuries: first of concession and, then, of adversity. As for syntacticisation, we found that *não obstante* initially appears referring to a simple NP; subsequently, preceding a sentence with verb in infinitive form; then it appears immediately followed by the *que* element. In the eighteenth century, *não obstante* incorporates *que*, functioning as concessive conjunctive expression with the same value of *embora* and selected verb in the subjunctive. As for discoursivisation, we found that *não obstante* also appears with adversative meaning, with mobility in the sentence, moving, in such cases, toward an adverbial value, which marks a textual relationship. Additionally, we show a possible interference of a variation process (Labov 1972) in the grammaticalisation path of *não obstante*.

Keywords

Não obstante, grammaticalisation, semantisation, syntacticisation, discoursivisation

Contents

1. Introduction. 2. Theoretical and methodology model. 3. Grammaticalisation of *não obstante*. 3.1. Collecting and analyzing data. 3.1.1. Semantisation. 3.1.2. Syntacticisation. 3.1.3. Discoursivisation. 4. Grammaticalisation and variation. 4.1. *Não obstante - embora*. 4.2. *Não obstante - apesar de*. 4.3. *Não obstante - no entanto*. 5. Conclusion.

1. Introdução

Este trabalho objetiva apresentar uma análise da expressão *não obstante* na história do português, tendo em vista aspectos sintáticos, semânticos e discursivos. Para isso, lançamos mão do *corpus* Davies e Ferreira (2006), disponível em www.corpusdopor-tugues.org (doravante *Corpus do Português*). Observamos os pressupostos da Gramaticalização, conforme Hopper e Traugott (1993), e utilizamos testes de *qui-quadrado* na análise estatística dos dados. Além disso, pretendemos mostrar uma possível interferência de um processo de variação (Labov 1972) no percurso da gramaticalização.

2. Modelo teórico-metodológico

Gramaticalização, segundo Hopper e Traugott (1993), é um processo por meio do qual itens lexicais e construções passam a exercer, em certos contextos linguísticos, funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, podem continuar a desenvolver funções ainda mais gramaticais. São itens lexicais aqueles cujas propriedades fazem referência a dados do universo bio-psíquico-social, designando entidades, ações, processos, estados e qualidades; já os termos mais gramaticais, também chamados itens funcionais, são aqueles cujas propriedades tratam de organizar os elementos de conteúdo no discurso, ligar palavras, orações e partes do texto, marcar noções de tempo, aspecto, modo etc.

Ao considerar o processo de mudança em que um item passa a desempenhar uma função mais gramatical ao longo do tempo, Hopper e Traugott admitem que esse item em processo de gramaticalização segue um percurso de mudança, como o seguinte esquema:

content item > grammatical word > clitic > inflectional affix (Hopper e Traugott 1993: 7).

Hopper e Traugott explicam que o processo de gramaticalização pode apresentar como consequência a perda de complexidade semântica, de liberdade sintática e de substância fonética, com a contraparte de ganho em significação morfossintática. Segundo esses autores, a passagem de categoria lexical para gramatical não é direta, mas, dentro do processo, o item deve, primeiramente, ser semanticamente mais geral e cumprir funções necessariamente discursivas. Ele, então, torna-se sintaticamente mais fixo e, posteriormente, pode vir a constituir um morfema.

Relaciona-se à Gramaticalização a Teoria da Variação e Mudança Linguística (Weinreich, Labov e Herzog 1968; Labov 1972). Embora gramaticalização e variação sejam processos de natureza distinta, veremos que há pontos de interseção entre eles. A Teoria da Variação e Mudança surge com o objetivo de descrever a variação e a mudança linguística, levando em conta o contexto social e os aspectos linguísticos envolvidos, ou seja, observando o uso da língua dentro da comunidade de fala. Segundo essa teoria,

a língua muda com o tempo, seja por razões sociais (provenientes de diferenças de classe social, sexo, escolaridade, etnia, região, contexto situacional, nível de formalidade), seja por questões linguísticas (semânticas, sintáticas, morfológicas, fonético-fonológicas). E essa mudança deve-se ao fato de que a língua é um fato social, é dinâmica e, por isso, apresenta variações em seu sistema. Afirmar que a língua é variável significa que pode haver maneiras alternativas de dizer a mesma coisa no mesmo contexto. As formas variantes são, portanto, formas distintas que apresentam o mesmo valor de verdade no mesmo contexto, e o emprego dessas formas configura um processo variável. Esse processo, por sua vez, não ocorre aleatoriamente, mas é decorrente de circunstâncias linguísticas e sociais, isto é, favorecido por fatores internos ao sistema da língua e por fatores de natureza social. Na gramaticalização, por outro lado, a mudança é resultado do uso mais gramatical de uma forma lexical. Uma evidência disso seria, por exemplo, a comparação de dois períodos da língua: teríamos, inicialmente, uma forma com função lexical e essa forma com função gramatical em outro momento. Nesse sentido, temos, a princípio, processos de mudança de natureza diferente num e noutro caso. No primeiro, temos duas ou mais formas com o mesmo significado no mesmo contexto; no segundo, podemos ter uma só forma desempenhando funções distintas.

É possível encontrar alguns pontos de interseção. Na Teoria da Variação, a forma vencedora pode substituir a forma perdedora de um processo variável ou pode haver a especialização de uma das formas, o que resultaria na coexistência de ambas com funções diferentes. Esse último resultado está mais próximo da mudança verificada através do processo de gramaticalização, porque neste também não há necessidade de desaparecer a forma lexical quando surge outra de valor mais gramatical, conforme o princípio da divergência apresentado por Hopper (1991). Na gramaticalização, é possível haver uma redução fonético-fonológica da forma, havendo, assim, duas formas diferentes, com a tendência de a forma mais reduzida ser mais gramaticalizada. Se observarmos, ainda, o princípio da estratificação apresentado por Hopper, poderíamos, talvez, identificar aí um processo de variação segundo a Teoria da Variação: por um determinado tempo, o item gramatical gerado pelo processo de gramaticalização e outro item gramatical que desempenha a mesma função na língua coexistem. Mas, nos processos de variação, isso deve ocorrer no mesmo contexto, o que nem sempre se verifica com os itens envolvidos no processo de gramaticalização.

3. Gramaticalização do *não obstante*

O processo de gramaticalização do *não obstante* apresentaria a partícula *não* seguida do adjetivo *obstante* – forma originada do particípio presente do verbo *obstar* –, que teria o sentido de ‘impedidor’, segundo a definição apresentada em Houaiss (2001). Na formação da locução *não obstante*, temos significados distintos da expressão – concessão e adversidade – e diferentes contextos sintáticos em que a expressão pode ocorrer.

A questão que surge é se se trata de um processo de gramaticalização. Uma locução conjuntiva seria mais gramatical que um adjetivo? Em caso positivo, qual seria o percurso trilhado pelo *não obstante* ao longo da história da língua?

Nossa hipótese é a de que a estrutura constituída pelo *não* seguido do particípio presente do verbo *obstar* estaria envolvida em um processo de gramaticalização ao longo da história da língua e teria assumido a função de locução conjuntiva concessiva. Como locução concessiva, a expressão *não obstante* pode reger o modo verbal, não apresenta flexão e tem função de estabelecer uma relação de hipotaxe entre orações. Nesse sentido, a presente análise do *não obstante* situa-se entre os estudos de gramaticalização que se relacionam aos processos de combinação de orações, considerando a proposta apresentada em Hopper e Traugott (1993) a respeito da organização das orações complexas em parataxe > hipotaxe > subordinação e do *cline* que estabelece ser mais gramatical o padrão oracional mais à direita do que o à esquerda.

3.1. Coleta e análise dos dados

A busca no *Corpus do Português* foi feita a partir da sintaxe de consulta *obstante*/obstãte**, que significa que procuramos por todos os casos da palavra *obstante*, independentemente da grafia, com ou sem flexão. Essa pesquisa resultou em 822 ocorrências válidas¹ desta palavra. Além desse número, constam ainda 1 caso da palavra *obstante* sem a presença do elemento *não* anteposto e 1 ocorrência de *nada obstante*. Todos os demais casos são da expressão *não obstante*.

Para este estudo, consideramos apenas os casos de *não obstante*, e o total de ocorrências encontradas está distribuído entre os sécs. xv e xx, ou seja, dos períodos da história do português disponíveis no *Corpus do Português*, apenas o séc. xiv não apresenta ocorrências da palavra *obstante*. Vejamos:

Período	Total de palavras do <i>corpus</i> em cada século	Ocorrências	Frequência de <i>não obstante</i> em 10 milhões de palavras
Séc. xv	2.875.653	2	7
Séc. xvi	4.132.087	10	24
Séc. xvii	2.147.240	30	140
Séc. xviii	2.234.951	63	282
Séc. xix	9.659.332	444	460
Séc. xx	20.747.712	273	132
Total	41.796.975	822	197

TABELA 1. PONDERAÇÃO DA FREQUÊNCIA DE *NÃO OBSTANTE* EM 10.000.000 DE PALAVRAS

¹ Foram consideradas ocorrências válidas aquelas que estavam em textos de língua portuguesa. Excluímos, ainda, dados que se repetiam no resultado da busca.

Analisando a tabela 1 acima, podemos dizer, inicialmente, que os percentuais de *não obstante* aumentam, gradativamente, do séc. xv ao séc. xix, sendo este século o mais produtivo quanto ao uso da expressão em análise. Já no séc. xx, ocorre um decréscimo no percentual de *não obstante*.

Neste trabalho, apresentaremos a análise do *não obstante* a partir dos aspectos semântico, sintático e discursivo. Sob o ponto de vista semântico, veremos os diferentes sentidos adquiridos pelo *não obstante* ao longo do tempo, estabelecidos a partir de um critério de paráfrase². Na análise sintática, mostraremos os diferentes contextos em que o *não obstante* ocorre, indicando o caminho em direção a uma maior limitação sintática. E, na análise discursiva, veremos os contextos em que o *não obstante* se apresenta com maior mobilidade na sentença, desempenhando funções mais discursivas.

3.1.1. Semantização

Semantização é um conjunto de alterações semânticas pelas quais passa um item. No caso da expressão *não obstante*, além do sentido de não impedor inicial para a interpretação do sentido de concessão, determinou-se a possibilidade de paráfrase da expressão *não obstante* com *apesar de* (cf. exemplo 1) ou com *embora* (cf. exemplo 2). Essas duas expressões (*apesar de* e *embora*) podem ser interpretadas como locução e conjunção, respectivamente, sendo ambas de mesmo valor concessivo.

1. Vemos que *não obstante* tantos desenganos, os Principes se acomodão a me-
near suas expediencias, e negocios, antes por mão dos especulativos, que dos
práticos, não fazendo algum caso dos exemplos [Título: *Epanaphora política*
primeira. Autor: Francisco Manuel de Melo. Data: 1637]
2. Os anjos funcionam como agentes diretos da vontade de Deus, *não obstante*
permaneçam anônimos e sem uma personalidade definida. [Título: *Anjo*. Tipo
de texto: acadêmico. Data: séc. xx]

O sentido de adversidade da expressão *não obstante* foi determinado pela possi-
bilidade de substituição dessa expressão por *no entanto*. Vejamos os exemplos (3) e (4):

3. Bem sei que é coisa mui odiosa a que vou dizer; mas, *não obstante*, hei- de dizê-la.
Entre tantos milhares de pessoas, não pode haver um cento que se salve, e até
destes duvido. [Título: *Nova Floresta*. Autor: Manuel Bernardes. Data: 1688]

² É importante ressaltar que essa análise semântica a partir de paráfrases foi feita conside-
rando uma interpretação contemporânea sobre os dados históricos do português e que
reconhecemos a limitação para se estabelecer um critério semântico quando se trabalha
com textos de diferentes épocas.

4. Para o uso contínuo, que dellas se póde fazer, ainda, *naõ obstante*, que esta dê huma [6,I] pequena noção, pelo que sómente permite a brevidade. [Título: *Compendio*. Autor: Padre José Amaro da Silva]

Confirma-se, assim, a polissemia do *naõ obstante* hoje: a expressão pode ter sentido concessivo e funcionar como conectivo, ou pode ter sentido adversativo, em que é questionável o seu funcionamento como conectivo.

Analisando os dados em relação à expansão semântica, percebe-se que o sentido inicial de não impedidor passa a *apesar de* (concessão) e, só depois, para *no entanto* (adversidade).

Período	Número de palavras do corpus em cada século	Concessão		Adversidade	
		Ocorrências	Frequência ponderada	Ocorrências	Frequência ponderada
Séc. xv	2.875.653	2	7	0	0
Séc. xvi	4.132.087	10	24	0	0
Séc. xvii	2.147.240	27	126	3	14
Séc. xviii	2.234.951	55	246	8	36
Séc. xix	9.659.332	221	229	223	231
Séc. xx	20.747.712	172	83	101	49
Total	41.796.975	487	117	335	80

TABELA 2. PONDERAÇÃO DA FREQUÊNCIA DE *NÃO OBTANTE* CONCESSIVO E ADVERSATIVO EM 10.000.000 DE PALAVRAS

Vejamos o gráfico a seguir:

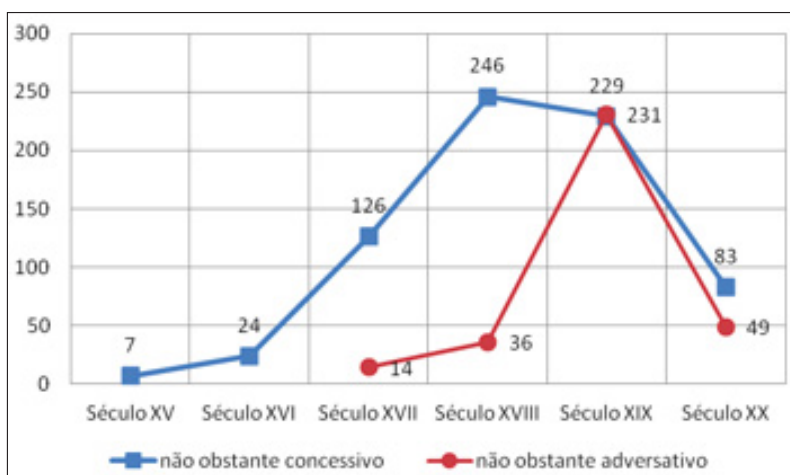


GRÁFICO 1. PERCURSO DE *NÃO OBTANTE* CONCESSIVO E ADVERSATIVO AO LONGO DA HISTÓRIA DA LÍNGUA

Podemos afirmar que o sentido adversativo da expressão *não obstante* é mais recente que o sentido concessivo. E a frequência de *não obstante* com ambos os sentidos cresce ao longo da história da língua até determinado período – *não obstante* com sentido concessivo cresce do séc. xv ao séc. xviii e *não obstante* adversativo cresce do séc. xvii ao séc. xix. Ambos caem no séc. xx.

O *não obstante* com sentido concessivo começou a diminuir sua frequência antes do sentido adversativo. E a queda de um ocorreu exatamente na época em que houve um aumento significativo do outro.

Considerando a proposta de que a combinação de orações em si pode ser tratada no âmbito da gramaticalização, teríamos um *clípe* de mudança seguindo a trajetória parataxe > hipotaxe > subordinação, em que o padrão oracional à direita (subordinação) seria mais gramatical que o padrão oracional à esquerda (parataxe). Nesse sentido, conforme a hipótese de unidirecionalidade da gramaticalização, uma estrutura de hipotaxe seria mais gramatical e viria depois de uma estrutura de parataxe. Nossa análise da construção *não obstante* mostra que o *não obstante* concessivo (hipotaxe) ocorre paralelamente ao *não obstante* adversativo (parataxe).

3.1.2. Sintatização

Consideramos que a menor variabilidade sintagmática indica maior grau de sintatização. A variabilidade sintagmática diminui à medida que o processo de gramaticalização avança, ou seja, há uma tendência à ordem mais fixa em alto grau de gramaticalização.

Para análise dos dados no âmbito sintático, foram identificadas as seguintes situações:

- A expressão *não obstante* seguida por um SN simples. Nessa situação, o *não obstante* pode ser parafraseado por *apesar de*.
 5. Antes que nenhum falasse, resolveu El-Rei com maior facilidade que uma jornada das Caldas; porém, *não obstante* aquela resolução, sempre votaram que era ditada pelo espírito da soberba e da ambição. [Título: *Cartas*. Autor: Alexandre Gusmão. Data: 1735]
- A expressão *não obstante* seguida por uma oração (sem o elemento *que*) com verbo na forma infinitiva. Essa situação permite que o *não obstante* seja parafraseado apenas por *apesar de*.
 6. Bispo de Avranches, e segundo Mestre do Delfim de Fransa, que nam *obstante* ser bem versado na dita Filozofia, contudo nas suas obras mais

mimozas, como sam as [...] [Título: *Introdução à Gramatica latina*. Autor: Verney. Data: séc. xvi]

- A expressão *não obstante* seguida imediatamente pelo elemento *que*. Nesses casos, o *não obstante* também só pode ser substituído por *apesar de*.
 7. Direi sòmente o que pertence ao meu argumento. Não *obstante* que eu há muitos anos viva nesta opinião que a Ortografia comum é muito má [Título: *Verdadeiro Método de Estudar*. Data: 1765]
- A expressão *não obstante* seguida por uma oração (sem o elemento *que*) com verbo no modo subjuntivo. Essa situação permite que o *não obstante* seja parafraseado apenas por *embora*.
 8. Em Portugal, os eléctricos nunca deixaram de estar em uso, se bem que a sua importância relativa nas redes de transportes de Lisboa e do Porto tenha vindo a diminuir, *não obstante* a rede se tenha expandido de forma consistente durante décadas. [Título: eléctrico. Data: séc. xx]

O gráfico a seguir mostra o percurso da frequência de *não obstante* seguido por um SN simples ao longo da história da língua:

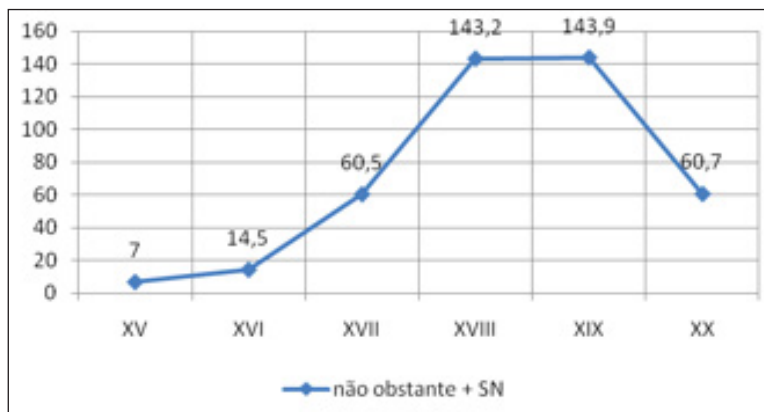


GRÁFICO 2. PERCURSO DE *NÃO OBSTANTE* SEGUIDO POR UM SN SIMPLES AO LONGO DA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS

É importante ressaltar que esse SN a que o *não obstante* faz referência pode apresentar-se no singular ou no plural. No *corpus* analisado, foram encontrados casos em que o adjetivo *obstante* estabelece concordância de número com o SN no plural a que se refere e casos em que esse tipo de concordância não ocorre. Vejamos os exemplos:

9. A qual constituição queremos que se cumpra & se pratique nas nosas audiências *nõ obstãte* as ditas constituições de nossos predeçores abseruãcia dellas de que como dissemos se siguiã gastos. [14: Sousa: Bispado]
10. Como dizia Jesu Christo nosso senhor: *Nam obstantes* estas rezões outros tem o feito por licito & meritorio: porque se os senhores [...] [Autor: Antonio Pinheiro. Data: 1551]

Assim, a expressão *não obstante* seguida por um SN simples seria a forma mais lexical de que temos registro no *corpus* analisado. Esses casos seriam mais lexicais, pois mantêm a referência a um SN, e a palavra *obstante* apresenta, em alguns casos, flexão de número, estabelecendo a concordância entre o adjetivo e o SN a que faz referência. Além disso, trata-se das primeiras ocorrências da construção *não obstante* que encontramos, conforme a pesquisa realizada no *Corpus do Português*.

Vale ressaltar que, no séc. xv, primeiro período em que aparecem casos da expressão *não obstante*, há apenas um caso com SN no plural e, neste único caso, o *não obstante* não apresenta flexão de número, conforme ilustra o exemplo (9) anterior. No séc. xvi, aparecem os primeiros casos de *não obstante* no plural concordando com o SN a que faz referência, conforme o exemplo (10). Esses casos ocorrem, porém, apenas nos sécs. xvi e xvii, e juntamente ocorrem também casos de *não obstante* no singular com SN no plural nesses períodos. A partir do séc. xviii, não há mais flexão do *não obstante* no *Corpus do Português*.

A partir do séc. xvi, começam a aparecer casos da expressão *não obstante* seguida por oração com verbo no infinitivo: seriam casos de SNs em forma de oração nominal com sentido concessivo e que permitem a paráfrase com *apesar de*. O gráfico 3 a seguir mostra o percurso da frequência desses casos na história da língua:

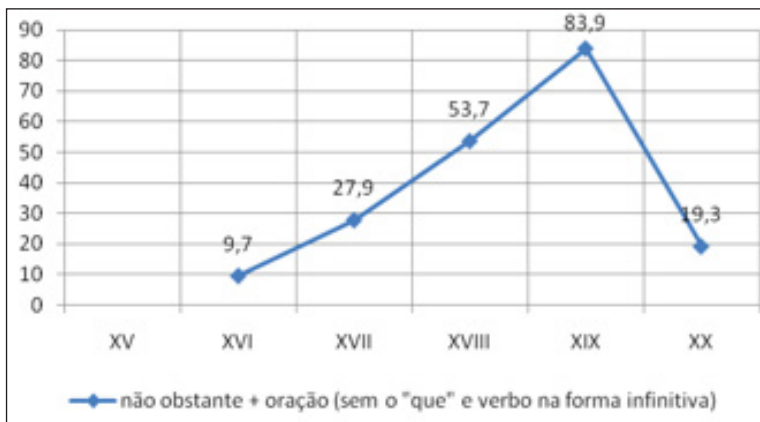


GRÁFICO 3. PERCURSO DE *NÃO OBSTANTE* SEGUIDO POR ORAÇÃO (SEM O ELEMENTO *QUE*) COM VERBO NO INFINITIVO AO LONGO DA HISTÓRIA DA LÍNGUA

Esses casos de *não obstante* mostram o início do uso da expressão encabeçando uma oração. O adjetivo *obstante*, nesses casos, perde a flexão, mas mantém a referência a um SN oracional, caracterizado por apresentar verbos no infinitivo. Trata-se, assim, de um caso intermediário entre a forma mais lexical e a mais gramatical da expressão.

Há, ainda, os casos em que o *não obstante* é imediatamente seguido pela partícula *que*. Trata-se de um uso da expressão que contribui para o estatuto de locução conjuntiva do *não obstante*, já que esta se encontra unida a uma conjunção, como ocorre com outras locuções conjuntivas do português, como: *apesar de que*, *mesmo que*, *ainda que* etc. O uso de *não obstante que* iniciou-se no séc. XVII, aumentou sua frequência no séc. XVIII e, a partir daí, não mais se teve registro desses casos no *Corpus do Português*.

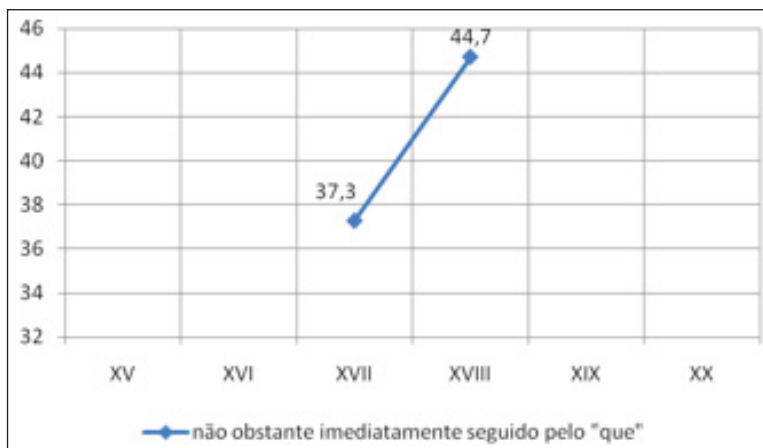


GRÁFICO 4. PERCURSO DE *NÃO OBSTANTE* IMEDIATAMENTE SEGUIDO PELO ELEMENTO *QUE* AO LONGO DA HISTÓRIA DA LÍNGUA

Os casos de *não obstante que* verificados no séc. XVII introduzem orações com verbos flexionados apenas no modo indicativo. No séc. XVIII, porém, registramos dez ocorrências de *não obstante que*, e apenas duas introduzem orações com verbos flexionados no modo indicativo; nas outras oito ocorrências, o *não obstante que* inicia uma oração com verbo flexionado no modo subjuntivo.

Esses casos de *não obstante que* parecem compor mais um estágio intermediário entre as formas mais lexicais, isto é, *não obstante* seguido por um SN, e mais gramaticais, pois o *não obstante* seguido pela partícula *que* não se flexiona e introduz o uso do verbo no modo subjuntivo, contribuindo para o estabelecimento do caráter de locução conjuntiva da expressão em análise. Não tratamos esses casos como sendo os mais gramaticais, já que o *não obstante* não constitui, sozinho, a locução conjuntiva, mas apenas a íntegra.

O uso de *não obstante* (sem o elemento *que*) diante de uma oração com verbo no modo subjuntivo parece ser o emprego mais gramatical da expressão, uma vez que temos as seguintes características: trata-se de uma locução que inicia uma oração subordinada concessiva, apresenta uma posição sintática fixa; nesses casos, a paráfrase só é permitida com a conjunção *embora* e há uma restrição quanto ao modo verbal, ou seja, a expressão *não obstante* rege o modo subjuntivo do verbo da oração que introduz, isto é, apresenta mais uma especificação gramatical, tornando-a, por hipótese, mais gramatical em relação aos casos citados anteriormente. Conforme vimos, o *não obstante que*, com o verbo opcionalmente no subjuntivo, foi o gatilho para esses casos de *não obstante* com valor de *embora*.

Vejam os gráfico a seguir, que mostra a trajetória da frequência dessa forma de *não obstante* ao longo dos séculos:



GRÁFICO 5. PERCURSO DE *NÃO OBSTANTE* SEGUIDO POR ORAÇÃO (SEM O ELEMENTO *QUE*) COM VERBO NO MODO SUBJUNTIVO AO LONGO DA HISTÓRIA DA LÍNGUA

Vejam os, então, a figura a seguir:



FIGURA 1. ESQUEMA DO PERCURSO DA SINTATIZAÇÃO DO *NÃO OBSTANTE*

No percurso esquematizado na figura 1, a etapa mais lexical seria a do *não obstante* + SN, a partir do séc. xv, com valor concessivo de *apesar de*. A etapa mais

gramatical da expressão teria iniciado no séc. XVIII, quando a expressão *não obstante* passa a desempenhar uma função de conectivo concessivo, com valor de *embora*, seleccionando o verbo no subjuntivo numa estrutura de hipotaxe. Trata-se, portanto, da gramaticalização determinada pela maior limitação sintática.

3.1.3. Discursivização

Entre os contextos sintáticos em que o *não obstante* pode ocorrer, constatamos que a expressão pode vir em uma posição destacada na frase, geralmente entre vírgulas, com possível mobilidade na sentença. Nesses casos, é possível a paráfrase com *no entanto*, e o *não obstante* apresenta certa mobilidade, avaliada na contemporaneidade, indicando um uso diferenciado em relação aos casos anteriores. Entendemos que se trata de funções mais discursivas desempenhadas pela expressão *não obstante*, na medida em que ela se apresenta com maior liberdade em relação às imposições léxico-gramaticais.

Observem-se os exemplos a seguir:

11. Ignorase quem fosse o primeiro. Porém crêmos, *naõ obstante*, que a Arca de Noé, em que se salvou do Diluvio o Genero Humano, foi o primeiro Navio [...] [Título: *Compendio*. Autor: Padre José Amaro da Silva. Data: séc. XIX]
12. O grande Bossuet, *naõ obstante*, tem delineado o primeiro debuxo de huma Historia Univerſal, na qual elle mostra que Deos tem regulado sempre todos os acontecimentos humanos com relação ao Reino do Messias. [Título: *Compendio*. Autor: Padre José Amaro da Silva. Data: séc. XIX]
13. Muitos organismos usam a intensa e variável energia física como subsídio. *Não obstante*, todas estas mudanças impõem “stress” considerável nos organismos estuarinos [...] [Título: *Estuário*. Tipo de texto: académico. Data: séc. XX]

Nos exemplos acima, temos a expressão *não obstante* com sentido adversativo de *no entanto*, mas, em cada caso, ela encontra-se em uma posição diferente na frase: em (11), a expressão está entre o verbo e seu complemento; em (12), o *não obstante* encontra-se entre o sujeito e o predicado da frase e, em (13), a expressão inicia o período.

Veja-se nos exemplos (14) a (16) a seguir que, em todos os casos acima, a locução *não obstante* poderia ter sua posição alterada na sentença sem que houvesse alteração de sentido hoje:

14. [...] *não obstante* cremos que a Arca de Noé, em que se salvou do Diluvio o Genero Humano, foi o primeiro Navio [...]

15. O grande Bossuet tem, *não obstante*, delineado o primeiro debuxo de huma Historia Univerversal [...]
16. Muitos organismos usam a intensa e variável energia física como subsídio. Todas estas mudanças, *não obstante*, impõem “stress” considerável nos organismos estuarinos [...]

A trajetória dessa forma do *não obstante* pode ser visualizada no gráfico a seguir:

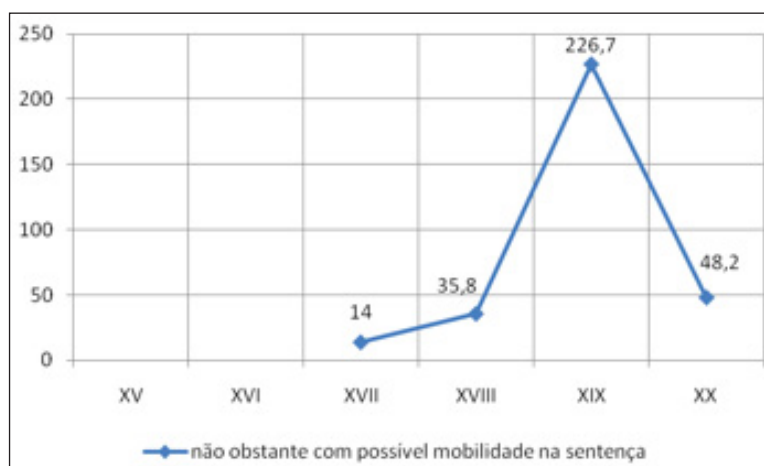


GRÁFICO 6. PERCURSO DE *NÃO OBSTANTE* EM POSIÇÃO DESTACADA, COM POSSÍVEL MOBILIDADE NA SENTENÇA, AO LONGO DA HISTÓRIA DA LÍNGUA

Nesses casos, a expressão *não obstante* parece significar o mesmo que *apesar disso/disto*, ou seja, a própria expressão engloba o sentido do SN simples ou oracional a que se refere no contexto. Nos exemplos (11), (12) e (13), podemos perceber que o SN *isso* a que a expressão *apesar de* faria referência na sentença pode ser inferido na própria locução *não obstante*.

Tais casos, porém, não fazem parte do percurso da gramaticalização em que a forma adquire características mais gramaticais ao longo do tempo. Conforme tal percurso (*cf.* figura 1), a expressão trilharia um caminho em direção a uma maior limitação sintática, ao passo que esses casos de *não obstante* com valor de *no entanto* mostram uma característica oposta: uma maior mobilidade na sentença. Trata-se, conforme apresenta Bechara (2001: 322), de uma locução com valor adverbial que marca uma relação textual e não desempenha o papel de conector.

Encontramos, ainda, a expressão *não obstante* antecedida por um SN simples, especificamente as palavras *isso* ou *isto*. Nas ocorrências desse tipo, o *não obstante*, jun-

tamente com os pronomes *isso* ou *isto*, parece formar uma expressão adversativa que poderia ser parafraseada por *apesar disso*. Vejamos:

17. [...] mandando um camarada escarranchar-se no extremo mais fino do madeiro, o que diminuiu os movimentos. Isso não *obstante*, a ascensão foi lenta e penosa. Quando o gruneiro apareceu, oscilando sobre o abismo, estava pálido, como un defunto. [Título: *Maria Dusá*. Autor: Lindolfo Rocha. Data: 1980]

No *corpus*, encontramos quatro ocorrências desses casos no séc. XIX e apenas uma ocorrência no séc. XX. Nos demais séculos, não apareceu a expressão *não obstante* antecedida por *isso* ou *isto*.

Podemos acrescentar à figura 1 a discursivização do *não obstante* da seguinte maneira:

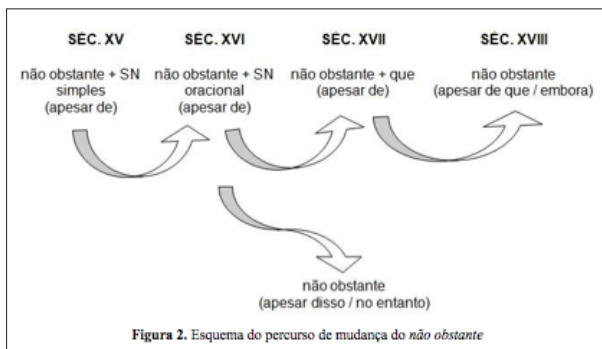


FIGURA 2. ESQUEMA DO PERCURSO DE MUDANÇA DO *NÃO OBTANTE*

4. Gramaticalização e variação

Na análise da frequência do *não obstante* ao longo da história da língua, observamos que, de forma geral, os casos de *não obstante* apresentam uma queda no séc. XX, e isso não parece acontecer por acaso. Esse fato pode estar relacionado à concorrência do *não obstante* com outras expressões de mesmo valor semântico que cresceram no português principalmente nos sécs. XIX e XX. Entre essas expressões, podemos citar, exatamente, a conjunção *embora* e as locuções *apesar de* e *no entanto*.

4.1. *Não obstante* ~ *embora*

O *não obstante* mais gramatical, isto é, com valor de locução conjuntiva concessiva, apresentando maior limitação sintática, surge no séc. XVIII, mas, no séc. XIX, sua fre-

quência de ocorrência diminui, e depois cresce no séc. xx. Se compararmos os sécs. xviii e xx, no entanto, não verificamos um aumento na frequência da expressão ao longo desse período: a frequência de *não obstante* mais gramatical no séc. xx é menor que a frequência registrada no séc. xviii.

É possível que tenha ocorrido interferência de um processo de variação entre o *não obstante* mais gramatical e outro item com mesma função e valor semântico. A competição entre essas formas pode ter influenciado a queda na frequência do *não obstante* mais gramatical no séc. xix. Assim, analisamos a produtividade de *não obstante* em sua forma mais gramatical, verificando sua frequência comparativamente ao item *embora* como locução conjuntiva concessiva, isto é, um item que desempenha o mesmo valor de *não obstante* em sua forma mais gramatical.

Para essa análise, realizamos uma coleta dos dados de *embora* como conjunção concessiva no português. Buscamos no *Corpus do Português* pelo item *embora* e selecionamos apenas os casos que nos interessavam: como a palavra *embora* passou por um provável processo de gramaticalização na língua (cf. Felício 2008), foi necessário observar cada caso e considerar apenas aqueles em que o item desempenha o papel de conjunção concessiva. Excluímos, assim, qualquer outra função apresentada por *embora* ao longo da história da língua. Encontramos, então, ocorrências dessa conjunção concessiva nos sécs. xix e xx. Vejamos:

Período	Número de palavras do corpus em cada século	<i>Não obstante</i> mais gramatical		Item <i>embora</i> como conjunção concessiva	
		Ocorrências	Frequência ponderada	Ocorrências	Frequência ponderada
Séc. xvii	2.147.240	0	0	0	0
Séc. xviii	2.234.951	1	4	0	0
Séc. xix	9.659.332	1	1	608	629
Séc. xx	20.747.712	6	3	4.187	2.018
Total	34.789.235	8	2	4.795	1.378

TABELA 3. PONDERAÇÃO DA FREQUÊNCIA DE *NÃO OBSTANTE* MAIS GRAMATICAL E O ITEM *EMBORA* EM 10.000.000 DE PALAVRAS

	Séc. xviii	Séc. xix	Séc. xx	Total
<i>não obstante</i> mais gramatical	4	1	3	8
Item <i>embora</i>	0	629	2.018	2.647
Total	4	630	2.021	2.566

Período	P-valor
Séculos xviii e xix	0,00
Séculos xix e xx	0,95
Séculos xviii e xx	0,00

TABELA 4. *NÃO OBSTANTE* MAIS GRAMATICAL E O ITEM *EMBORA*. VALOR PONDERADO EM 10.000.000 DE PALAVRAS – TESTE QUI-QUADRADO

Diante do que se observa nas tabelas 3 e 4, podemos dizer que, no séc. XIX, há um aumento significativo do item *embora* como locução conjuntiva concessiva, enquanto o *não obstante* mais gramatical não apresenta alterações. Na comparação dos sécs. XVIII e XIX, observamos que há significância estatística (p-valor menos que 0,05) nas ocorrências de *não obstante* mais gramatical e *embora*, ou seja, um indício de que havia variação entre essas formas, e que o item *embora* estivesse ganhando a competição nesse período. Isso explicaria a queda observada na produtividade do *não obstante* mais gramatical no séc. XIX em relação ao *embora*.

Quando comparamos os sécs. XIX e XX, observamos que o p-valor é 0,95, indicando que não há significância estatística na variação entre *não obstante* mais gramatical e o item *embora* nesse período. De acordo com esse dado, é possível dizer que, no séc. XX, a expressão *não obstante* mais gramatical e o item *embora* se encontram em um processo de competição, e que o *embora* ainda não pode ser considerado vencedor, ou seja, talvez possamos falar de uma variação estável.

4.2. *Não obstante* ~ *apesar de*

A locução prepositiva *apesar de*, como conhecemos hoje, tem origem na expressão formada pelo substantivo *pesar*: *a pesar de*. (cf. Neves 2001). Consideramos, aqui, a forma *apesar de*, exatamente com essa grafia, e realizamos a pesquisa no *Corpus do Português* a partir da seguinte sintaxe de busca: *apesar d**. Assim, encontramos casos dessa locução prepositiva desde o séc. XIV até o séc. XX, como mostra o gráfico o seguir:

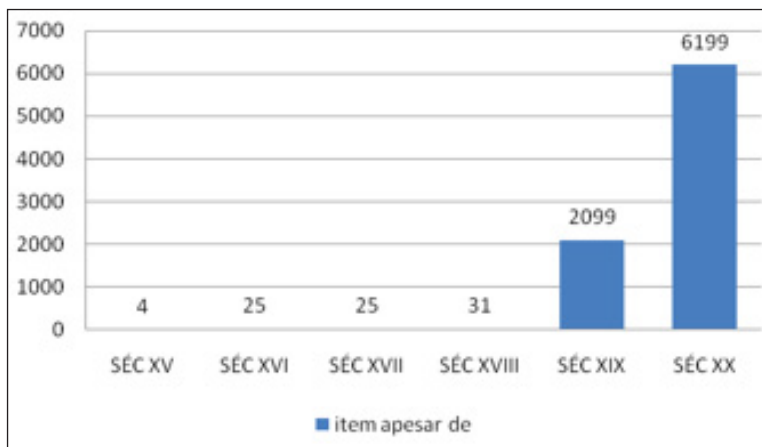


GRÁFICO 7. OCORRÊNCIAS DE *APESAR DE* AO LONGO DA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS

Ao analisarmos cada caso de *apesar de* ao longo dos séculos, verificamos que, em todos os períodos da história da língua, a expressão apresentou um valor concessivo, da mesma maneira como a interpretamos na contemporaneidade.

Vejam, então, a comparação entre as expressões *apesar de* e *não obstante* com sentido concessivo de *apesar de*:

Período	Número de palavras do corpus em cada século	<i>Não obstante</i> com sentido de <i>apesar de</i>		Expressão <i>apesar de</i>	
		Ocorrências	Frequência ponderada	Ocorrências	Frequência ponderada
Séc. xv	2.875.653	2	7	4	14
Séc. xvi	4.132.087	10	24	25	61
Séc. xvii	2.147.240	27	126	25	116
Séc. xviii	2.234.951	54	242	31	139
Séc. xix	9.659.332	221	229	2.099	2.173
Séc. xx	20.747.712	172	83	6.199	2.988
Total	34.789.235	486	116	8.356	1.999

TABELA 5. PONDERAÇÃO DA FREQUÊNCIA DE *NÃO OBSTANTE* COM SENTIDO DE *APESAR DE* E DA EXPRESSÃO *APESAR DE* EM 10.000.000 DE PALAVRAS

	SÉC. XVIII	SÉC. XIX	SÉC. XX	Total
<i>não obstante</i> (apesar de)	242	229	83	554
apesar de	116	2.173	2.988	5.277
Total	358	2.402	3.071	5.831

Período	P-valor
Séculos xviii e xix	0,00
Séculos xix e xx	0,00
Séculos xviii e xx	0,00

TABELA 6. *NÃO OBSTANTE* COM SENTIDO DE *APESAR DE* E A EXPRESSÃO *APESAR DE*. VALOR PONDERADO EM 10.000.000 DE PALAVRAS – TESTE QUI-QUADRADO

As ocorrências da expressão *não obstante* com o mesmo sentido de *apesar de* aumentam até o séc. xix e caem no séc. xx. Já a locução *apesar de* apresenta um aumento significativo no séc. xix e mantém o aumento em suas ocorrências no séc. xx. Pelo teste de *qui-quadrado* da tabela 6, verificamos que há relevância significativa no número de ocorrências das formas em questão entre cada século considerado. Podemos afirmar, portanto, que a locução *apesar de* está ganhando, no séc. xx, a competição com a expressão *não obstante*.

4.3. *Não obstante* ~ *no entanto*

A locução conjuntiva *no entanto* forma-se da preposição *em* + indefinido *tanto* (do indefinido latino *tantu-*) e, depois, *no entanto*. Trata-se de uma expressão, hoje, com valor adversativo, que também passou por um processo de gramaticalização na língua (cf. Rocha 2006).

Na pesquisa feita no *Corpus do Português*, encontramos ocorrências de *no entanto* apenas nos sécs. XIX e XX, todas com sentido adversativo. Vejamos:

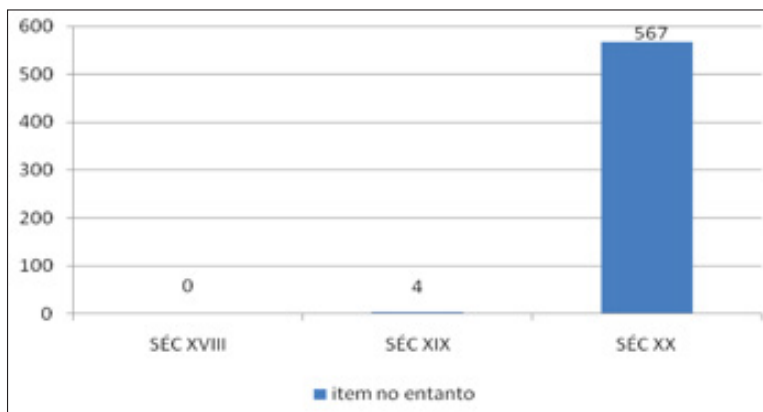


GRÁFICO 8. OCORRÊNCIAS DE *NO ENTANTO* AO LONGO DA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS

Vejamos, então, a comparação entre o *no entanto* e a expressão *não obstante* com sentido adversativo de *no entanto*:

Período	Número de palavras do corpus em cada século	<i>Não obstante</i> com sentido de <i>no entanto</i>		Expressão <i>no entanto</i>	
		Ocorrências	Frequência ponderada	Ocorrências	Frequência ponderada
Séc. xvii	2.147.240	3	14	0	0
Séc. xviii	2.234.951	8	36	4	18
Séc. xix	9.659.332	219	227	567	587
Séc. xx	20.747.712	100	48	4.725	2.277
Total	34.789.235	330	95	5.296	1.522

TABELA 7. PONDERAÇÃO DA FREQUÊNCIA DE *NÃO OBSTANTE* COM SENTIDO DE *NO ENTANTO* E DA EXPRESSÃO *NO ENTANTO* EM 10.000.000 DE PALAVRAS

	Séc. xviii	Séc. xix	Séc. xx	Total
<i>não obstante</i> (no entanto)	38	227	48	311
no entanto	18	587	2.277	2.882
Total	54	814	2.325	3.193
Período	P-valor			
Séculos xviii e xix	0,00			
Séculos xix e xx	0,00			
Séculos xviii e xx	0,00			

TABELA 8. *NÃO OBSTANTE* COM SENTIDO DE *NO ENTANTO* E A EXPRESSÃO *NO ENTANTO*. VALOR PONDERADO EM 10.000.000 DE PALAVRAS – TESTE *QUI-QUADRADO*

A respeito da análise do *não obstante* com sentido adversativo em comparação com a locução *no entanto*, verificamos que há significância na diferença da proporção do número de ocorrências das formas em questão entre todos os séculos. Como o *não obstante* apresenta uma queda no séc. xx, enquanto o *no entanto* aumenta seu número de ocorrências nesse mesmo período, podemos afirmar que o *não obstante* está perdendo a competição nesse caso.

5. Conclusão

Quando um item se torna mais gramatical, uma das consequências é a alteração em sua distribuição sintática, que passa a ser mais restrita, e essa restrição aumenta à medida que o item se torna ainda mais gramatical. Outra questão é a alteração no significado: a gramaticalização também traz consequências em relação ao conteúdo do item. Assim, se estamos diante de um processo em que uma forma passa a apresentar alterações no significado (polissemia) e, além disso, adquire certas restrições sintáticas, podemos chamar esse processo de gramaticalização.

Poderíamos afirmar que a expressão *não obstante*, após o séc. xvi, trilha caminhos distintos: em um, ela adquire um sentido adversativo ao englobar o SN a que se refere (*não obstante* = *no entanto* ou *apesar disso*); em outro, num caminho paralelo, da referência à oração com verbo em sua forma infinitiva, o *não obstante* aparece imediatamente seguido pelo elemento *que* e passa a iniciar uma oração com verbo ora no modo indicativo ora no modo subjuntivo; mais tarde, ainda nesse caminho, o *não obstante* engloba o *que* e passa a selecionar verbos exclusivamente no modo subjuntivo, determinando, assim, uma locução conjuntiva concessiva com maior limitação sintática. Confirmamos, assim, que, conforme Hopper e Traugott, o item é primeiramente semanticamente mais geral (*não impedidor* > *apesar de* – valor concessivo). Depois, ele passa a cumprir funções discursivas (*não obstante* com valor de *no entanto*). Ele, então, torna-se sintaticamente mais fixo (*não obstante* com valor de *embora*).

É importante ressaltar que à medida que o *não obstante* passa a ser empregado de uma maneira distinta, os contextos sintáticos anteriores não deixaram de existir. De maneira geral, porém, a frequência de ocorrência da expressão caiu no séc. xx, e esse fato pode estar relacionado a uma possível concorrência do *não obstante* com outras formas de mesmo valor semântico e função: o *não obstante* parece ter perdido essa concorrência no séc. xx em certos casos.

Sobre o *não obstante* mais gramatical, verificamos uma queda em sua frequência no séc. xix e aumento no séc. xx. A variação com o item *embora* parece ter influenciado a produtividade do *não obstante*, embora ainda estejam essas formas em variação no séc. xx. Interessante é notar que a forma mais gramatical do *não obstante* é o único caso aqui analisado em que não podemos falar ainda em mudança em progresso em vias de conclusão em favor da outra forma com o mesmo valor semântico e mesma função, pois o *não obstante* mais gramatical não mostra indícios de que esteja perdendo a competição para outra forma variante quando analisamos a comparação do xix com o xx.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, Evanildo (2001): *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- DAVIES, Mark / Michael J. FERREIRA (2006): *O corpus do Português* [online]. <http://www.corpusdoportugues.org>.
- FELÍCIO, Carla Patrícia (2008): *A gramaticalização da conjunção concessiva embora*. Dissertação de Mestrado. São José do Rio Preto: UNESP.
- HOPPER, Paul J. (1991): "On Some Principles of Grammaticalization", em Elizabeth Traugott / Bernd Heine (eds.), *Approches to Grammaticalization I*. Amsterdã: John Benjamins, 17-35.
- HOPPER, Paul J. / Elizabeth TRAUGOTT (1993): *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOUAISS, Antonio (2001): *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss de lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva.
- LABOV, William (1972): *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2001): "A gramaticalização e a organização dos enunciados", *SCRIPTA*, vol. 5, nº 9, 13-22.
- ROCHA, Ana Paula Antunes (2006): *Gramaticalização de conjunções adversativas em português: em busca da motivação conceptual do processo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC-RJ.
- WEINREICH, Uriel / William LABOV / Marvin I. HERZOG (1968): "Empirical Foundations of Theory of Language Change", em Paul Lehmann / Malkiel, Yakov. (eds.) *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press: 95-195.

Gramática: registros e implicações em atividades no material didático

Maria Fabíola Vasconcelos Lopes

Universidade Federal do Ceará
fabiolalopes.ufc@gmail.com

Grammar: Records and Implications in Activities in Teaching Material

Resumo

Muitos problemas enfrentados entre diversos professores no ensino de gramática de língua portuguesa, no Ensino Fundamental e Médio se agravam ainda mais no ensino de língua inglesa. Assim, as aulas podem se desenrolar de duas maneiras. Na primeira, o ensino de gramática pode ocorrer sob uma perspectiva estrutural, cujo foco é a forma. Tal escolha pode resultar no estabelecimento de regras, fazendo com que os alunos as apliquem mecanicamente. Conejo (2009) destaca que exercícios meramente estruturais e mecânicos não levam o aluno a produzir linguagem espontaneamente. Dessa forma, se faz necessária que uma abordagem mais comunicativa possa ser escolhida para fazer tais alunos compreenderem e usarem o que lhes foi apresentado em sala em situações reais. Uma segunda maneira que pode ser adotada no ensino da gramática pode ocorrer de forma contextualizada, ou seja, pelo Funcionalismo. Nesse âmbito, buscamos ilustrar o tratamento dado a gramática por meio de duas vertentes: funcionalista e estruturalista. Os tipos de atividades de três livros diferentes do Ensino Médio da escola pública: *Inglês Doorway*, *English for all* e *Log In to English I* foram consideradas. Nos livros um total de 54% de atividades de preenchimento de lacunas foi encontrado, 28% de compreensão literal, 12% de atividades de numeração de colunas e 6% de desmembramento de frases, as quais se caracterizam como estruturalistas. Os resultados apontam para atividades de cunho mecanicista. A fundamentação teórica repousa sobre os autores respeitados como Neves (2012), Halliday (1994) e Conejo (2009), entre outros autores funcionalistas e estruturalistas.

Palavras-chave

Gramática, material didático, atividades

Sumário

1. Introdução. 2. Direcionamentos sobre a língua e o ensino de língua estrangeira. 3. Atividades de gramática: algumas reflexões. 4. Discussão e tipologia das atividades. 5. Dicas de atividades. 6. Conclusões.

Abstract

Many problems faced by different teachers in the teaching of Portuguese grammar in middle and high school may worsen in the teaching of English. Classes could therefore be developed in two forms. The first one may occur under a structural perspective whose focus is on form, and such a choice may result in the establishing of rules and their mechanical application by students. Conejo (2009) points out that structure-based exercises do not lead the students to produce spontaneous language. It is therefore essential that a more communicative approach be chosen to make such students understand and use what is presented in real situations in class. A second possible way to be adopted could occur in a contextualised form; that is to say, through Functionalism. In this context, I try to illustrate the treatment given to grammar via two perspectives: functionalist and structuralist. The types of activities in the three different books of high school from public school: *Inglês Doorway*, *English for all* and *Log in to English I* were considered. In the books referred to, a total of 54% of "fill in the blank" activities were found, 28% of literal comprehension, 12% of matching columns activities and 6% of scrambled sentences, all of which characterized by the structuralist perspective. The results lead to activities of a mechanistic nature. The theoretical background lies on the respected writers like Neves (2012), Halliday (1994), Conejo (2009) among others functionalist and structuralist.

Keywords

Grammar, teaching material, activities

Contents

1. Introduction. 2. Directions about language and the teaching of foreign language. 3. Grammar activities: some reflections. 4. Discussion and typology of activities. 5. Activity tips. 6. Final considerations.

1. Introdução

Muitas são as reclamações por parte de diversos professores de língua portuguesa que destacam que o ensino da referida língua trata questões gramaticais de modo artificial, distante mesmo de situações de uso e que, por esse motivo, o ensino de gramática acaba por deixar de lado aspectos importantes como considerar que as relações entre formas e funções dependem da gama de fatores que interferem a cada interação comunicativa, como bem ressaltam Furtado da Cunha e Tavares (2007: 157).

Assim considerando,

[...] A gramática apresentada aos alunos não costuma de passar de uma coleção de rótulos e propriedades de itens gramaticais (verbos, nomes, pronomes, conjunções, orações coordenadas e subordinadas etc.) e os papéis sintáticos vinculados a eles (sujeito, predicado, adjunto etc.), realizando-se atividades de identificação e classificação, mas raramente utilizando e analisando tais itens e funções em seu *habitat*, o discurso, a interação entre seres humanos (Furtado da Cunha e Tavares 2007: 157).

Do mesmo modo que ocorrem problemas no ensino de língua portuguesa, processo semelhante também acontece no inglês. Críticas são feitas acerca do material didático encontrado para servir de apoio ao ensino dessa língua. Além de outras coisas, inúmeros professores se queixam das atividades propostas nos livros. As queixas incidem sobre o fato de tais atividades não convergirem na direção de aplicabilidades centradas no uso. Por esse motivo, vários professores, nem sempre demonstram estarem satisfeitos com o livro escolhido pela escola que, por vezes, trata a gramática descontextualizada como o ainda típico exercício de complete as sentenças, presente nos materiais de ensino utilizados em sala.

Dessa forma, desenvolver estudos com o olhar para preocupações com as atividades do livro didático, a nosso ver, torna-se imprescindível haja vista que, corroborando com Furtado da Cunha e Tavares (2007), entendemos que estudar os tópicos gramaticais no âmbito de orações isoladas não oportunizam ao aluno entender que as relações de sentido perpassam todo o texto.

Nesse prisma, o estudo, comprometido com uma visão funcionalista, vem discutir as atividades propostas aos estudantes contidas nos livros didáticos para saber em que proporção as atividades ditas estruturalistas se apresentam. A amostra de análise apresentada parte da cuidadosa análise das atividades nos livros *Inglês Doorway* (2004), *Log In to English I* (2009) e *English for All* (2010), usados em escolas da rede pública do ensino médio da cidade de Fortaleza. O que discutimos aqui, corrobora com o que destaca Neves (2012) e, com isso, entendemos que o estudo não se filia a nenhuma corrente teórica funcionalista particular, apenas se vincula à proposta geral de contemplar os usos linguísticos para o exame da funcionalidade da linguagem.

2. Direcionamentos sobre a língua e o ensino de língua estrangeira

A fim de adentrarmos a discussão arrolada a partir da análise, primeiro veremos o entendimento sobre língua uma vez que nossa investigação se volta para atividades desenvolvidas para o ensino de língua inglesa como língua estrangeira. De acordo com Lopes (2008: 76), a noção saussuriana de língua compreende um sistema de regras que “determinam o emprego dos sons, das formas e relações sintáticas, necessárias para a produção dos significados”, sendo um sistema pré-existente ao falante e independente dele (“em si e por si”). A língua seria a linguagem menos o discurso. Segundo Hengenveld (1989: 229), a língua é concebida como instrumento de interação social. Assim, é usada com o primeiro intuito de estabelecer relações comunicativas entre os falantes (Dik 1997: 5). O uso da língua requer no mínimo, dois participantes, um falante um ouvinte.

Na visão de Neves (1994: 113), na perspectiva formal, a análise da forma linguística é primária, deixando em segundo plano aspectos funcionais. A língua é considerada um sistema abstrato e autônomo, sendo estudada sem considerar o contexto de uso. Daí, surgem muitos ataques ao estruturalismo, que por sua vez, vigora até os dias atuais em algumas atividades. Destacamos dentre as críticas, uma que encontra amparo no que destaca Ilary (2009) em que o papel do sujeito na língua é negligenciado.

Para Halliday (1973: 7 *apud* Givón 2001),

Uma abordagem funcional da língua significa, primeiramente, investigar como a língua é usada; tentando descobrir quais os propósitos aos quais a língua nos serve, e como somos capazes de alcançar estes propósitos por meio da fala e da audição, da leitura e da escrita. Mas também significa mais que isso. Significa procurar explicar a natureza da língua em termos funcionais: vendo se a própria língua foi moldada pelo uso, e assim sendo, de que maneira – a forma da língua tem sido determinada pela função a qual está envolvida a servir [...]¹ (tradução da autora).

Reforçando o que asseveramos anteriormente, uma outra forma diferente da abordagem formal; a abordagem funcional, é destacada por Lock (1996: 1), como aquela que vê a língua, primeiramente, como um sistema de comunicação e analisa a gramática no intuito de descobrir como esta, se organiza para permitir aos falan-

¹ “A functional approach to language means, first of all, investigating how language is used: trying to find out what are the purposes that language serves us, and how we are able to achieve these purposes through speaking and listening, Reading and writing. But it also means more than this. It means seeking to explain the nature of language in functional terms: seeing whether language itself has been shaped by use, and if so, in what ways – how the form of language has been determined by the function it has evolved to serve...” (Halliday 1973: 7).

tes e escritores fazerem trocas de significados. Nesse caso, o foco é, se a forma está apropriada para um propósito comunicativo em um contexto em particular. Podemos considerar pois que, a primeira preocupação é com as funções das estruturas e seus constituintes e com seus sentidos no contexto. As duas abordagens não são excludentes. Uma análise formal, deve cuidar do significado e da função em algum momento. Já uma análise funcional deve, em algum ponto, se ocupar da forma.

Se tomarmos o exemplo a seguir dado por Lock (1996: 2), poderemos estabelecer a diferença entre a abordagem formal e funcional.

- I had also been rejected.

Ao analisarmos o exemplo, e concentrando-nos na voz da sentença, percebermos que esta, se encontra na voz passiva. Ao vê-la pela perspectiva formal, as regras apareceriam no sentido de mostrar como a sentença foi derivada de uma outra sentença (Lock 1996: 2) como a que temos a seguir:

- The law faculty had also rejected me.

Ainda no que diz respeito ao exemplo supracitado, tais regras especificariam o deslocamento do constituinte *the law faculty* para uma posição no final da sentença seguida de uma preposição (*by*). O movimento do constituinte *me* deslocado para o início da sentença, e, sua alteração na forma para *I*, também pode ser observado. E por fim, observamos a alteração de *had... rejected* (forma do verbo na ativa) para *had... been rejected* (forma do verbo na voz passiva).

Contudo, se tentarmos olhar para o exemplo de Lock, na perspectiva funcional, também perceberemos as diferenças formais entre a estrutura da voz ativa e passiva; ou seja, os aspectos formais não são descartados. Contudo, nos preocuparíamos muito mais com questões que se voltem para como o efeito comunicativo da mensagem na sentença difere quando esta, começa com *I* no lugar de nos preocuparmos com *the Law faculty*. Também, nos concentraríamos em saber qual o efeito de inserirmos *the Law faculty* no final da sentença e, procuraríamos compreender quais as características do contexto que levaram o escritor a selecionar a passiva no lugar da ativa. Desse modo, por meio de perguntas dessa natureza, na abordagem funcionalista, seríamos levados a considerar o papel do sistema de voz na organização da informação dentro das sentenças e dentro do texto e na contribuição de uma comunicação coerente.

Retomando o ensino de língua, Celce-Murcia e Larsen-Freeman (1999), destacam que o ensino de língua pode e deve englobar tanto a forma quanto a função. Tanto o contexto social quanto a análise da estrutura lingüística seriam relevantes para o entendimento do ato comunicativo. Em se tratando de contexto de uso, podemos destacar o estudo de Lopes (2014), sobre os modalizadores, que comprova a importância do contexto em excertos vistos em contexto real de ensino na interação

entre os falantes professor e aluno. A partir do entendimento dos diferentes contextos de usos, em particular dos modais, a autora fornece uma proposta tipológica para compreensão dos graus de persuasão em sala de aula. Os diversos significados apontados no estudo são úteis quando do desenvolvimento de atividades que valorizem o estudo gramatical dando-lhe um sentido funcional.

Segundo Larsen-Freeman (2000) há três dimensões do aprendizado que são explicitados pela autora em forma de pizza (*pie chart*): *Form* (forma), *Meaning* (significado) e *Use* (uso). Tal modelo, faz o falante compreender as razões pelas quais as formas gramaticais são como são na língua inglesa, foco em nossa investigação. Assim, concentramo-nos no inglês, indagando sobre o uso de *there is* acompanhado de um artigo indefinido, como no caso dado pela autora a seguir:

- There is a book on the table.

No contexto referido anteriormente, e levando o aluno a refletir sobre a informação nova que é apresentada, qual seria, então, a distinção entre *there is a book on the table* e *a book is on the table*? Em ambos os casos, o sentido é mais ou menos o mesmo. Contudo, *there* é usado com a função de introduzir uma informação nova. Em inglês, uma informação nova, quando apresentada pela primeira vez, será marcada com o uso do artigo indefinido. O que acontece no segundo caso é que temos um uso mais restrito.

Diante do exposto e corroborando com Larsen-Freeman (2000), ensinar com base em uma abordagem do ensino de gramática, que se volte mais para as razões ou justificativas do que para as regras, auxilia o falante a adquirir a habilidade para usar o que sabe para se comunicar de forma acurada e com sentido. Atrelado a isso, considerar o contexto de uso, se faz imprescindível.

Tendo em vista tais direcionamentos sobre a língua e o ensino de inglês como língua estrangeira (EFL), delimitamos os seguintes objetivos a seguir:

- observar como se dão as atividades em livros didáticos de inglês como língua estrangeira (EFL);
- constatar se a corrente tradicional (estruturalista) está presente nesses livros;
- observar se há algum sinal de uma abordagem diferente como a funcionalista;
- analisar as questões propostas aos estudantes para saber em que proporção as atividades estruturalistas se apresentam.

A constituição do *corpus* se deu por meio das atividades contidas no livro didático que contemplam a forma ou o uso, ou que trabalham com contextualização de aspectos gramaticais no texto. Desta feita, a busca é por atividades de cunho estruturalista e sinais de atividades voltadas para uma abordagem diferente desta. No estudo, tínhamos a expectativa de algum prenúncio de cunho funcionalista.

3. Atividades de gramática: algumas reflexões

O estudo faz reflexões sobre as atividades de gramática no livro base/didático, a partir dos tipos de atividades encontradas e do reconhecimento da teoria pela qual se orientam as atividades. Nesse sentido, foram analisadas 14 unidades do livro *Inglês Doorway*, 16 do *Log in English I* e 10 do *English for all*.

A ocorrência de atividades estruturalistas se deu em 100% dos casos observados, sendo computada a porcentagem de 54,4% de atividades estruturalistas no livro *Inglês Doorway*, 25% no livro *Log in English I* e 20,6%, no *English for all*. Percebemos um percentual mais elevado de atividades estruturalistas no livro *Inglês Doorway* (39,5%). Contudo, podemos dizer que há um certo equilíbrio entre os três livros no uso de atividades estruturais do tipo de preenchimento de lacunas. Então, com base nos dados estatísticos, há ainda, nos dias atuais, uma manutenção de atividades nos livros didáticos que priorizam as unidades gramaticais trabalhadas de modo fragmentado.

Cabe salientar que por atividades estruturais entendemos aquelas centradas na forma, como as encontradas no estudo, caracterizadas por serem de desembaralhamento de frases, preenchimento de lacunas, numeração de colunas, dentre outras, que não levam o aprendiz a nenhum tipo de reflexão sobre o que está aprendendo nem tampouco o leva a compreender quando ocorre uma violação de uma determinada regra.

Uma vez que, nosso foco são as atividades de gramática, nosso olhar se volta para as seções de gramática exclusivamente. Preocupa-nos o que dizer ao aprendiz quando uma regra é quebrada, pois tal qual Larsen-Freeman (2000), acreditamos que não é possível inserir tudo dentro do grupo das exceções, como fazem os que privilegiam somente a norma. Ao contrário, se levássemos o aluno a indagar sobre o porquê de tal uso naquele contexto específico, ou se está ocorrendo um novo uso ali ou, ainda, se perguntarmos sobre a razão que dá conta do que parece ser uma exceção, não seria melhor? Ou seja, não estaríamos levando o aprendiz a compreender os porquês ao invés de fazê-lo somente repetir regras ou decorá-las?

Um exemplo elucidativo dado pela autora vem ao encontro do que dizemos. Observemos o seguinte:

- Everyone should do their own homework.

No caso dado anteriormente, temos uma sentença que parece violar a regra, já que no inglês, um pronome indefinido como *everyone* só pode ser usado com um pronome no singular; ou seja, o uso deve ser o pronome *his* e não *their*. Vimos que, se nos apoiarmos na regra, esta é bastante clara, haja vista que só há uma possibilidade a

seguir: o pronome no singular *his*. Contudo, a opção pelo *their* pode ocorrer quando a intenção é se referir a membros de ambos os sexos evitando o uso da 3ª pessoa do singular. Daí, ser importante entendermos os porquês, as razões por trás das regras e, por conseguinte, dando conta das exceções na língua.

4. Discussão e tipologia das atividades

Algumas características acerca dos livros analisados são essenciais para o entendimento de nosso procedimento metodológico. Iniciaremos pelo livro *Inglês Doorway*. Este se encontra dividido em seções de leitura e gramática, acompanhadas de uma seção intitulada prática. A seção de leitura engloba tabelas com vocabulário em inglês e a seção de gramática foi denominada “gramática no uso” (*Grammar in use*), no entanto, não há nenhum contexto de uso. A gramática é sempre apresentada em tabelas com as estruturas do ponto gramatical desenvolvido. Já, a seção de prática, envolve atividades com perguntas em português e, em sua maioria, contempla questões de múltipla escolha; ou seja, são exercícios voltados para memorização de regras.

O livro *Log In to English I* contempla seções de compreensão de texto, acompanhada de vocabulário na língua inglesa, compreensão auditiva e gramática. Todavia, o enfoque na gramática é dado dentro das atividades, não havendo uma seção específica para a gramática abordada.

No *English for All*, as seções encontram-se divididas em compreensão de texto, vocabulário e língua em uso (*Language in use*). Diferentemente dos demais supracitados, o livro mescla os enunciados das questões, intercalando a língua portuguesa e o inglês.

Feita essa breve explanação acerca dos livros alvo em nossa investigação, passaremos aos procedimentos metodológicos propriamente ditos. A investigação se deu tendo em vista as atividades que envolviam a gramática exclusivamente. Assim, levando em consideração o que foi apresentado até então, sobre o uso de atividades com foco na forma e nas razões que justificam as regras, bem como nos contextos de usos, podemos asseverar que, no estudo, as atividades encontradas se concentram no viés estruturalista. Tal presença, reflete autores muito presos à forma.

Nos materiais didáticos analisados, os seguintes valores percentuais foram constatados: 52,2% de compreensão literal, 38,4% de preenchimento de lacunas, 6,3% de numeração de colunas e 3,1% de desembaralhamento de frases. A seguir, é possível observar a distribuição em termos percentuais por tipo de atividade nos materiais avaliados no Gráfico 1.

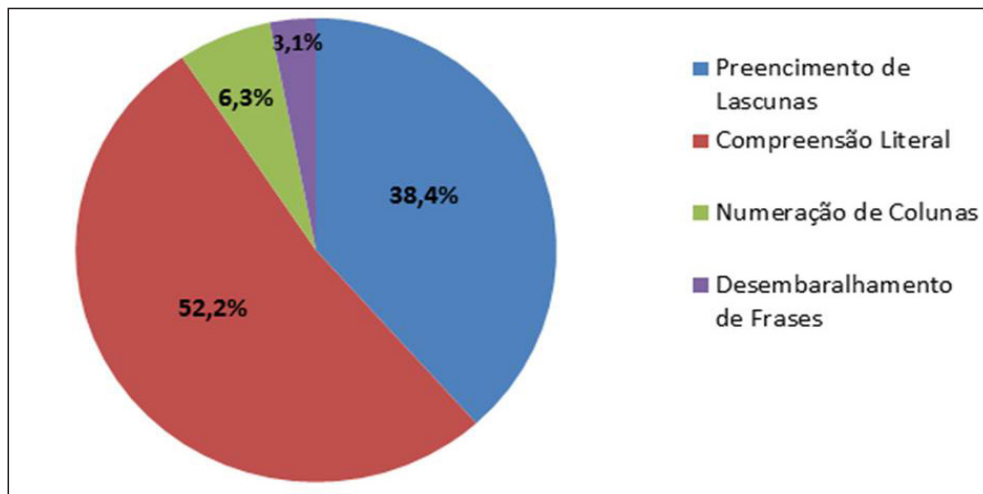


GRÁFICO 1. DISTRIBUIÇÃO DE ATIVIDADES

Dentre as estruturalistas, chama-nos a atenção o tipo mais recorrente: o de preenchimento de lacunas com 14,1% no *Log In to English I* e 10,4% no *English for All*. Entretanto, as atividades de compreensão literal foram as de maior destaque, com 39,5%, presentes no livro *Inglês Doorway*. Enquanto que as de maior número, entre as de numeração de colunas, deram-se no livro *Log In to English I* com 3,5%, sendo as do tipo desembaralhamento de frases mais comum no *Log In English I* com 2,1%. Na sequência, os dados distribuídos por livro encontram-se organizados na Tabela 1.

A partir dos percentuais apresentados fica claro o foco em atividades estruturais. E, tendo em vista a tipologia aqui encontrada, cumpre-nos discorrer um pouco acerca de cada uma das manifestações tipológicas. Cabe ressaltar que, as atividades estruturalistas do tipo preenchimento de lacunas são aquelas que priorizam completar uma sentença com uma palavra dada e que geralmente vem entre parênteses. Geralmente, tais sentenças aparecem soltas, portanto, desprovidas de um contexto.

TIPOS	INGLÊS DOORWAY	LOG IN TO ENGLISH I	ENGLISH FOR ALL	TOTAL
Desembaralhamento de frases	0%	2,1%	1%	3,1%
Preenchimento de lacunas	13,9%	14,1%	10,4%	38,4%
Compreensão literal	39,5%	5,3%	7,4%	52,2%
Numeração de colunas	1%	3,5%	1,8%	6,3%
Total percentual	54,4%	25%	20,6%	100%

TABELA 1. NÚMERO DE ATIVIDADES POR LIVRO VS. PERCENTUAL TOTAL

As de compreensão literal são as típicas atividades com texto, acompanhadas de perguntas que não exigem nenhum esforço por parte do aprendiz em localizar a resposta no texto. Não precisa sequer entendê-lo, uma vez que, ele localiza a informação porque as perguntas se apresentam em sequência ou simplesmente porque uma sequência de palavras a denunciam, bastando para isso, passar os olhos no texto. Lembrando que, para efeitos em nosso estudo, foram consideradas as que se voltavam para gramática.

Já as de numeração de colunas levam o aprendiz a associar uma coluna posicionada à direita com outra coluna posicionada à esquerda. A correspondência pode ocorrer com partes de uma sentença ou outro tipo. Contudo, esse tipo de atividade não apresenta contexto anterior ou texto.

Por fim, as atividades de desembaralhamento de frases solicitam do aprendiz que sejam arrumadas algumas sentenças que aparecem fora de ordem. Todavia, ao desembaralhá-las e montá-las na ordem, não quer dizer que o aprendiz compreenda o que montou. A atividade apenas mostra que ele é capaz de entender o posicionamento de constituintes ou elementos (partes integrantes) de uma oração, na referida língua. No caso do inglês, por exemplo, ele pode saber que primeiro vem um sujeito no início da frase e que este, é seguido de um verbo e um complemento. Ademais, quem realiza a tarefa pode identificar o nome *James* como sujeito e arrumar a sentença em uma ordem correta, mas isso, não significa saber o que é dito desse sujeito.

A partir do que asseveramos anteriormente, não queremos dizer que a estrutura não seja importante para a compreensão da língua estrangeira. Entendemos que, praticar a estrutura, auxilia na sua automatização. Porém, em uma aula de língua estrangeira, é esperado que o discente alcance um elevado nível de proficiência e se comunique de forma espontânea ou mais natural possível. Corroborando com Conejo (2009: 1243), não seria suficiente o material didático listar os usos de uma determinada estrutura, mas, se faz necessário que o aluno a use empiricamente para obter resultados satisfatórios.

Ilustramos, na sequência, uma das atividades com o segundo mais alto índice encontrado na investigação: a de preenchimento de lacunas. Cabe antes dizer que, dos 38,6%, obtivemos três diferentes tipos: lacuna com palavras, com expressões e sem contexto explícito. Exemplificamos o tipo mais comumente usado de lacuna na figura que se segue.

C Complete the sentences with the given adjectives in the **superlative**.

1. This is _____ computer of them all. (expensive)
2. This is _____ book in the store. (new)
3. This is _____ house on the street. (small)
4. Carol is _____ girl in the school. (polite)
5. This is _____ dog on the street. (smart)
6. My brother is _____ boy I know. (careful)

FIGURA 1. EXERCÍCIO DE LACUNAS COM PALAVRAS
(AUN / MORAES / SANSANOVICZ 2010: 143)

Em outro exemplo que passamos a retratar (figura 2), o autor até tenta prover um contexto mas, sem êxito. Ao aluno, inicialmente, é apresentada uma lista de preposições, seguida de uma tabela com os destinos e horários de saída dos voos. No entanto, o aluno não precisa fazer uso dela para responder a questão, haja vista que deverá completar com as preposições. A atividade objetiva somente a aplicação da regra das preposições, o que a torna mecanicista. Dessa forma, o exercício passa a ser uma simples repetição de formas já dadas.

7 Write sentences about the flights leaving New York's JFK airport. Use the prepositions in the box.

at at to to from along

FLIGHT NUMBER	DESTINATION	DEPARTURE TIME	GATE	STATUS
AA 4209	MEXICO CITY	AUG 15 2:30 P.M.	15	NOW BOARDING
BA 4015	CARACAS	AUG 15 2:30 P.M.	2	DELAYED
MA 6805	MIAMI	AUG 15 2:35 P.M.	23	NOW BOARDING
AA 8456	SÃO PAULO	AUG 15 4:54 P.M.	5	ON TIME
AF 9036	SAN DIEGO	AUG 15 4:55 P.M.	11	CANCELLED

- Flight AA 4209 leaves NY _____ at _____ two-thirty for Mexico City.
- Flight BA 4015 goes _____ from _____ NY _____ to _____ Caracas.
- Flight MA 6805 is now boarding _____ at _____ Gate 23.
- To get to Gate 5, go _____ along _____ this corridor and turn left.
- The flight _____ to _____ San Diego is cancelled.

Want more?
Go to Word Log - Unit 5 (p. 99)

FIGURA 2. EXERCÍCIO DE LACUNAS (CHAVES 2009: 57)

Segundo Salzano (2004), o princípio do exercício de lacuna é propor um paradigma de certas situações de língua ao aluno para fazê-lo empregar o adequado (poderiam ser morfemas, palavras, sintagmas, frases, ou mesmo parágrafos), na lacuna dada. Assim, os exercícios de lacuna também podem se apresentar a partir de um diálogo, como o exemplo da figura 3, em que temos duas pessoas conversando ao telefone e a atividade pede que o aluno encontre a expressão que é usada ao atender uma ligação. No caso escolhido para exemplificação, o aluno precisa apenas localizar a expressão *hello* que abre o diálogo e importá-la para a lacuna e assim sucessivamente com os demais itens a completar *what's up* (*Qual o problema?*) e *I'm sorry* (*Sinto muito*). Esse tipo de atividade pressupõe certos contextos, mas sem explicitá-los.

3 Read the dialogue again and find expressions that we use:

- 1 when we answer the phone. Hello.
- 2 when we ask someone what the problem is. What's up?
- 3 when we do something wrong or forget to do something. I'm so sorry.

FIGURA 3. EXERCÍCIO DE LACUNA – COM EXPRESSÕES (CHAVES 2009: 21)

Como já dito, observamos no estudo, também, o tipo cruzadinha como pertencendo ao grupo das lacunas. Nesse caso, basta que o aluno reconheça algumas letras e descubra a palavra sem necessariamente saber seu sentido, como se ilustra na figura 4.

Practice 4

1 Complete a cruzadinha com os dias da semana.

			T		W				F	
			H		E				R	
	S	A	T	U	R	D	A	Y	I	
			R		N				D	
		M	S		E				A	
		O	D		S	U	N	D	A	Y
		N	A		D					
T	U	E	S	D	A	Y				
			A							
			Y							

FIGURA 4. EXERCÍCIO CRUZADINHA (LIBERATO 2004: 16)

Destacamos um outro modelo de atividade que se apresenta no estudo, típico da corrente estruturalista, uma vez que o educando tem apenas que localizar determinada informação. Trata-se do exercício de ligar números ou associar colunas como pode ser visto na figura 5.

D Match the columns.

1. When I phoned Peter yesterday	() when I went into their bedroom.
2. What were you doing while	() while her brother was playing polo?
3. They weren't sleeping	() I was out walking?
4. Was Sally playing tennis	() when our mother called us.
5. We were watching a film	() he was reading a story.

FIGURA 5. EXERCÍCIO DE ASSOCIAR (AUN / MORAES / SANSANOVICZ 2010: 139)

Como podemos notar, tanto os exercícios de lacuna como os de ligar ou associar colunas não exigem raciocínio do educando. Em um estudo sobre o livro didático em língua portuguesa, Salzano (2004: 291) constata 14,57% de exercícios de lacunas e ressalta que, a fim de obtermos um bom aproveitamento desse tipo de atividade, deveríamos estabelecer paradigmas não fechados; ou seja, a partir de uma contextualização. Por esse motivo, entendemos ser importante uma discussão arrolada sobre as atividades que recheiam os livros didáticos, voltados para a língua inglesa como língua estrangeira, uma vez que, tais atividades devem servir de reforço no entendimento da língua. Contudo, nos livros analisados em língua inglesa como língua estrangeira em nosso estudo, não encontramos atividades de gramática com inclinação a outro tipo de abordagem de ensino que não fosse o tradicional, ou seja, com foco na estrutura.

É importante destacar que o uso frequente ou excessivo de atividades que são puramente de cunho estruturalista pode dificultar a compreensão da gramática, já que atividades moldadas, vislumbrando a forma, levam o aprendiz à mera identificação de termos. Isso implica dizer que, estaríamos treinando os aprendizes para repetirem modelos prontos e fora de contexto.

Tanto o é que, se dermos ao aluno uma sentença imaginária como, por exemplo, *pio nargon hio ke meri num* e pedirmos ao educando para passá-la para a interrogativa ou negativa em inglês, ele será capaz de fazê-lo. Ora, isso porque, em se tratando do primeiro caso, terá aprendido que para fazer a interrogativa é necessário apenas a inversão do auxiliar ou verbo principal com o sujeito, no caso do presente simples. Já, em se tratando da negativa, bastaria inserir a partícula negativa após o sujeito. Então, o educando poderia apresentar a possível opção *nargon pio hio ke*

meri num? para a interrogativa e *pio does not nargon hio ke meri num* para a negativa. Como podemos verificar, o contexto que acabamos de apresentar revela que o aluno memorizou a regra, pois soube aplicá-la. Contudo, não significa que ele entendeu o que está sendo dito.

O educando não poderá usar as frases *nargon pio hio ke meri num?* *pio does not nargon hio ke meri num* em contexto oral ou escrito, haja vista que, ele estaria trabalhando somente transformações ou organizações possíveis dentro de uma frase sem sentido. E é, pois, nessa perspectiva, que tentamos evitar apenas a aplicação de uma regra sem refletir sobre seu uso. Se centrarmos exclusivamente na forma, poderemos ter frases ou textos improváveis de serem usados em situações reais de comunicação. Vislumbrando isso, é preciso levar em conta que a língua é um sistema dinâmico em processo contínuo de mudança e que seu uso, varia com o contexto. Dessa forma, nem todos os seus usos serão contemplados pela gramática.

Cabe salientar que, não estamos descartando a forma ou o seu ensino, já que a forma é necessária para entendermos um determinado contexto. Só estamos reforçando que não haja nos livros apenas um modelo metalinguístico a ser seguido. Pensamos que é interessante oportunizar ao aluno diferentes contextos que a forma não cobre, quando se trata das exceções na língua.

É importante destacar, de acordo com Givón (2001), que o sistema linguístico tem natureza adaptativa, pois é sensível às pressões do uso, sendo a língua um sistema para produção de significados (Halliday: 2004). Nesse sentido, consideremos o contexto social a seguir a partir do que asseveramos anteriormente.

- Você tem que provar esse brownie com sorvete!

O verbo modal *must* do inglês, que encontra em português o correspondente *ter que*, expressa no sentido mais amplo, o sentido de obrigação ou forte probabilidade. Todavia, se nos reportarmos a um contexto social em que ocorre uma festa e, em que um convidado após ter experimentado uma sobremesa qualquer, como um *brownie*, diz ao outro que deve prová-la, sem dúvida não teríamos um caso de obrigação. O que ocorre nessa situação da festa é que o convidado está elogiando o *brownie* por ser delicioso, por sua consistência ou algo do tipo. Dessa forma, nesse caso, o sentido é de polidez. E, quando alguém diz a outra pessoa: você tem que provar esse *brownie*, o convidado está tentando dizer ao outro que ele não pode sair da festa sem prová-lo, pois estaria perdendo algo precioso. Por fim, o convidado que prova o *brownie* inicialmente, está elogiando o *brownie* preparado para a festa e, por ser muito saboroso, seu desejo é compartilhar com os outros convidados. Vimos que, o contexto foi importante para definir o sentido real de *must* no exemplo supracitado. Assim, desconsiderar o contexto de uso pode nos levar a interpretações de sentidos diferentes, principalmente, quando estamos no campo dos modais. Estes, de acordo com Neves (2000) e Bybee (1995) inserem certa plurissignificatividade.

De acordo com uma perspectiva mais atual, e corroborando com Halliday (1994) e Droga e Humphrey (2005), compreendemos a gramática com foco na interação e expectativa. Também a entendemos, a partir de Larsen-Freeman (2000), com foco no contexto de uso. Daí dizermos que o exemplo do *brownie* que acabamos de ver deve ser compreendido tanto nas relações que se estabelecem no momento da interação (por meio da conversa entre os convidados), quanto na expectativa enquanto falante (a expectativa do convidado inicial em relação ao outro que comprovará o mesmo que o primeiro: que o *brownie* é delicioso), nos leva a constatar que o contexto social, ou seja, a festa, foi decisivo para o significado gerado para *must*.

No início desse artigo e apoiados em Lopes (2014), destacamos a importância do contexto, principalmente, na interpretação dos multisignificados dos modais. Contudo, cabe lembrar que não se pode considerar somente o contexto linguístico, haja vista que, outras marcas modais como os advérbios circundam os sentidos (nesse estudo de Lopes em particular envolvendo os sentidos deônticos), mas também os reforçam. Em Lopes (2011: 84), no caso envolvendo *ter que*, explicitado no trecho que se segue, expressa obrigação. O mesmo recebe o reforço do advérbio de negação *nunca*, registrando-se por meio de *nunca*, um marcador de asseveração que aumenta a força ilocucionária tornando a regra para o uso do verbo, que é transmitida na situação na fala do professor (P), mais assertiva.

- P: Lembra o que eu falei desta estrutura? *Tem que prestar sempre atenção p'ra* como a gente forma a frase sem sujeito, *o verbo nunca pode ter adjetivo...* (grifos da autora).

Também, com base em Lopes (2011: 86-87), destacamos um outro excerto que ilustra o sentido de obrigação. Contudo, Lopes nos apresenta formas verbais como *retiro* e *coloco* que envolvem a obrigação interna. Por obrigação interna entendemos aquela que pode marcar uma regra. No caso em destaque, temos o contexto de ensinar a língua. A fim de ensiná-la, o professor se coloca como modelo, uma vez que utiliza a primeira pessoa do singular. Nesse caso, *retiro* e *coloco* funcionam como modais de procedimento, indicando os passos ou as regras a serem seguidas para formar o passado na língua que está sendo ensinada, o inglês. Isso sem falar no caráter impositivo que *olhe* traz ao contexto.

- P: *Olhe* aí! Então ontem eu não perdi o trem, *I* eu colocando o verbo *to miss* aí no passado regular da afirmativa. *Retiro* o *to*, não é isso? *Coloco* o *quê* no final, o *-ed*. (grifos da autora).

Com o exposto, queremos dizer que os sentidos, nos casos ilustrados aqui dos modais, estão relacionados a todo um complexo, ou seja, dependem dos elementos que os circundam. Por isso, é relevante o contexto na interpretação de seus significados.

5. Dicas de atividade

Com esse texto buscamos apresentar uma sugestão de atividade que tenta responder ao desafio de não trabalhar sem refletir sobre a língua que usamos em nossas vivências diárias. De maneira que, usando textos reais, tentamos levar o aluno a perceber a adequação de certos empregos em determinadas situações de uso da língua, tendo em mente a situação de uso e os participantes envolvidos. Tencionamos que, o aluno reflita sobre o que emprega e porque o faz. Na sequência, ilustramos a atividade. Iniciamos pela leitura do texto apresentado na seguinte figura e inserimos a atividade propriamente dita no Quadro 1.

Como se observa, a atividade, ao explorar as motivações que ocorrem por meio da fala de cada participante, mostra que é possível trabalhar itens gramaticais para obter efeitos, sejam estes sintáticos ou semântico-pragmáticos, mas, vistos de forma integrada.

NO PAÍS DO FUTEBOL (Novais 1977:27)	
<p>No início do segundo tempo um cidadão que não se interessava por futebol (um dos 18 que a cidade abriga) foi pedindo licença à galera e com muita dificuldade conseguiu entrar na loja. O gerente foi ao seu encontro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Senhor deseja algo? - Um aparelho de televisão. - Por que o Senhor não leva aquele? - Qual? - Aquele que está ligado ali na porta? - É bom? - O Senhor ainda pergunta? Acha que haveria 200 pessoas diante dele se não tivesse uma boa imagem? - Bem... - E não é só isso – completou o gerente aproveitando a euforia do público com 	<p>um gol do Brasil – que outro aparelho transmite emoções tão fortes?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Essa gritaria toda foi diante do aparelho? - Lógico. Esse é o novo televisor AP -007 dotado de controle de emoção. Só este televisor pode levá-lo do choro compulsivo à completa euforia. - É mesmo? E se eu desejar vê-lo sentado - Quietinho na poltrona? <p>Também pode, mas é aconselhável desligar o botão, senão o senhor não vai conseguir ficar quietinho na poltrona.</p> <p>O cidadão convenceu-se. Disse que ia levá-lo. O gerente, precavido, pediu-lhe para ir à porta da loja apanhá-lo. O cidadão não teve dúvidas... Foi lá tranquilamente e <i>click</i>. Desligou-o.</p> <p>O que aconteceu depois eu deixo por conta da imaginação de vocês.</p>

FIGURA 6. “NO PAÍS DO FUTEBOL” (NOVAIS 1977: 27)

<p>➤ Explique a <i>motivação/intenção</i> entre conteúdo e expressão de cada participante envolvido na situação do texto lido.</p>	
<p>Contexto:</p> <p>... e com <u>muita</u> dificuldade conseguiu entrar na loja.</p> <p>Intenção: mostrar a dificuldade</p> <p>Intensificador: muita</p>	<p><i>Muita</i> reflete a dificuldade que um espectador que não assiste futebol teve de passar entre os espectadores concentrados no jogo. <i>Muita</i> situa a estória.</p>
<p>Contexto:</p> <p>E não é <u>só</u> isso – completou o gerente aproveitando a euforia do público com um gol do Brasil – que outro aparelho transmite emoções <u>tão</u> fortes?</p> <p>Intenção: mostrar não apenas uma única qualidade do produto e sim outras;</p> <p>Mostrar de forma escalar outra característica do produto; provoca muita emoção.</p> <p>Advérbio: só e tão</p>	<p><i>Só</i> insere a ideia de exclusão. Mas, acompanhado da negativa insere a ideia de <i>apenas</i>. Assim, há outras características do televisor e não apenas aquela já mencionada pelo vendedor (boa imagem). O vendedor destaca que a TV transmite também emoções. As emoções são reforçadas por <i>tão</i> que mostra em que grau ou em que quantidade essa emoção é medida.</p>

QUADRO 1. ATIVIDADE (LOPES 2016)

6. Considerações finais

A análise revela que a tradição de levar o aluno a aprender nomenclaturas, sendo a norma culta colocada como a única ou a principal forma de se escrever e falar, é ainda muito presente nos livros didáticos analisados aqui (100%). É necessário que haja não somente uma reflexão por parte de professores no que diz respeito ao ensino da gramática, mas, se faz necessário empregar atividades que favoreçam a reflexão sobre o uso da gramática ali empregada, pois bem sabemos que a língua não é imutável, estanque, nem possui apenas uma norma correta.

Como afirma Bagno (2010), a língua, sendo uma instituição social, é completamente dependente de seu contexto sociocultural e histórico, de modo que as variações são inevitáveis. Cabe à escola, também por meio da escolha de seus livros base, mostrar que a norma culta é importante e proporcionar seu aprendizado pelos alunos. Contudo, sem desconsiderar a enorme complexidade da língua. Como explica Lopes (2008), a norma é uma esfera maior que a fala (individual), porém menor que a língua (coletiva e comum a todos os falantes). Portanto, a norma culta faz parte da língua, mas não a constitui como um todo. Diante desse prisma, é importante que os alunos sejam expostos a um ensino contextualizado para que não tenham uma visão limitada sobre a língua e possam refletir sobre o que leem, evitando que se tornem sujeitos meramente passivos no processo de aprendizagem.

A atividade que exemplificamos tentou apontar esse direcionamento, considerando o contexto comunicativo e levando o aluno a compreender melhor o que é usado em cada contexto, entendendo como os participantes da interação o usam e porque o fazem. Em suma, apoiando-nos em Lock (1996), a atividade tentou fazer o aluno refletir sobre a língua que usa e a empregar itens gramaticais em funções distintas. Apresentamos, nesta oportunidade, uma atividade centrada na escrita padrão. E, embora haja momentos de diálogos, estes, mostram uma atitude formal entre vendedor e cliente. Contudo, entendemos que as atividades não devem se restringir exclusivamente a textos escritos. Também, textos dos mais variados possíveis e que contemplem a realidade linguística são importantes de serem usados até mesmo para efeitos comparativos entre a oralidade e a língua padrão.

Diante do exposto e retomando Celce-Murcia e Larsen-Freeman (1999) e Lock (1996), acreditamos que forma e função podem caminhar juntas, pois ambas auxiliam no entendimento do ato comunicativo. Tal qual Lock (1996: 8-10), entendemos que, a fim de compreender a gramática como fonte de trocas de significados, é preciso explorar o que se entende por significado. Nesse âmbito, os três tipos de significados dentro das estruturas gramaticais podem ser identificadas pelo significado experiencial, interpessoal e textual discutidos. No nível experiencial, concentram-se nossas experiências do mundo, nossos pensamentos e sentimentos. O nível interpessoal, diz respeito às maneiras pelas quais nós agimos uns com os outros por meio da língua. E o nível textual, lida com a organização interna e a natureza comunicativa do texto.

Por fim, verificamos, com o percentual de 100% de atividades estruturais presentes nos livros didáticos, que o ensino de língua materna e estrangeira ainda se encontra muito enraizado à orientação normativo-prescritiva. Outro problema também é a distância, ainda muito grande, entre língua escrita formal e oralidade, presentes em nossas interações comunicativas diárias e que não são comumente contempladas nos livros. Destacamos ainda que, muitos estudos recentes se voltam para estudos de fenômenos, mas que não passam do ambiente de pesquisa. E, dessa forma, fica o professor de língua estrangeira ensinando uma língua sem levar em consideração seu funcionamento porque simplesmente não sabe como fazê-lo.

Por isso, acreditamos que a discussão, apresentada neste artigo, contribua para o desenvolvimento de atividades que prestigiem o funcionamento da língua em situação de comunicação. A sugestão é o estudo da gramática a partir de textos, haja vista que a gramática só existe quando utilizada (Furtado da Cunha e Tavares 2007: 157). E ainda corroborando com as autoras, é no texto que encontramos as unidades gramaticais, local onde podem ser analisadas suas múltiplas possibilidades. É certo que precisamos adotar uma concepção de língua enquanto atividade social, embasada no uso comunicativo, em situação de comunicação de uso real em que falantes reais interagem. Enquanto isso não acontece, estudos centrados na forma continua-

rão sendo perpetuados. E isso não se justifica, uma vez que a forma associa-se a um significado e está à serviço do propósito no qual é empregado e depende do contexto de interação. Por último, queremos lembrar a necessidade em se voltar para a forma de abordar a gramática que precisa estar calcada nos usos e suas diferentes funções em que os alunos leiam e criem textos de gêneros variados, tanto orais como escritos. Faz-se necessário contemplar os aspectos formais e informais, promovendo reflexões sobre o que o uso de um determinado item traz consigo em termos de efeitos semântico-pragmático-discursivos e morfossintáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUN, Eliana / Maria Clara PRETE DE MORAES / Neuza Bília SANSANOVICZ (2010): *English for All*, vol. 1. São Paulo: Saraiva S.A.
- BAGNO, Marcos (2010): *Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
- BYBEE, Joan L. (1995): “The semantic development of past tense modals in English”, em Joan Bybee / Suzanne Fleischman (eds.), *Modality in Grammar and discourse*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 503-517.
- CELCE-MURCIA, Marianne / Diane LARSEN-FREEMAN (1999²): *The grammar book: an ESL/EFL teacher’s course*. Boston: Heinle & Heinle.
- CONEJO, Cássia Rita (2009): “O estruturalismo e o ensino de línguas”, em Alice Áurea Penteadó Martha *et al.* (coord.), *Anais do colóquio de estudos linguísticos e literários*, 3. Maringá: UEM-PLE, 1233-1244.
- CHAVES, Carla (2009): *Log in to English 1*. São Paulo: Moderna.
- DIK, Simon C. (1997): *The theory of functional Grammar. Part I: The structure of the clause*. Dordrecht: Foris.
- DROGA, Louise / Sally HUMPRHEY (2005): *Grammar and Meaning*. Australia: Target Texts.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica / Maria Alice TAVARES (2007): *Ensino de gramática com base no texto: subsídios funcionalistas*. Natal: EDUFRN, 156-162.
- GIVÓN, Talmy (2001): *Syntax*. Amsterdam: John Benjamins.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood (1994): *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold.
- HENGEVELD, Kees (1989): “Layers and operators in functional Grammar”, *J. Linguistics* 25, 127-157.
- ILARY, Rodolfo (2009⁴): “O Estruturalismo Linguístico: alguns caminhos”, em Fernanda Mussalim / Anna Christina Bentes (eds.), *Introdução à Linguística: Fundamentos Epistemológicos*, vol. 3. São Paulo: Cortez.
- LARSEN-FREEMAN, Diane (2000): “Grammar: rules and reasons working together”, *ESL Magazine*, vol. 3, nº 1, 10-12.

- LIBERATO, Wilson A. (2004): *Inglês Doorway*. São Paulo: FTD.
- LOCK, Graham (1996): *Functional English Grammar: An Introduction for Second Language Teachers*. Cambridge: CUP.
- LOPES, Edward (2008²⁰): *Fundamentos da Linguística Contemporânea*. São Paulo: Cultrix.
- LOPES, Maria Fabiola Vasconcelos (2014): *Gramática de significados*. Fortaleza: Edições UFC.
- LOPES, Maria Fabiola Vasconcelos (2011): “Relação modal no discurso do professor”, em Márcia Teixeira Nogueira / Maria Fabiola Vasconcelos Lopes (eds.), *Modo e modalidade: gramática, discurso e interação*. Fortaleza: UFC.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2012): “A análise funcionalista e o estabelecimento de quadros categoriais na gramática”, *Revista de Estudos da Linguagem*, vol. 20, nº 1, 99-117.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2000): “A polissemia dos verbos modais: ou falando de ambiguidade”, *ALFA Revista de Linguística*, vol. 44, 115-145.
- NEVES, Maria Helena de Moura (1994): “Uma visão geral da gramática”, *ALFA Revista de Linguística*, vol. 38, 109-127.
- NOVAIS, Carlos Eduardo (1977): “No País do Futebol”, em *Juvenal Ouriço Repórter*. Rio de Janeiro: Editora Nórdica.
- SALZANO, Josefa Tapia (2004): “Análise de um livro didático em língua portuguesa”, *Integração*, nº 42, 285-293. ftp://www.usjt.br/pub/revint/285_42.pdf.

Mudança e variação na realização de preposição introduzindo orações finitas do português

Maria Francisca Xavier

Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa
mf.xavier@fesh.unl.pt

Change and Variation in the Preposition Usage through the Introduction of Finite Sentences of the Portuguese

Resumo

Tendo em consideração, por um lado, que na diacronia do Português e nas suas variedades linguísticas contemporâneas existem orações finitas introduzidas por preposições e que estas nem sempre são as mesmas nas diferentes gramáticas e, por outro lado, que também a realização de preposição é opcional em determinados contextos, pretende-se apresentar explicações para as referidas variações e mudanças linguísticas tendo por base quer pressupostos teóricos de natureza lexical e sintática (Chomsky 1980 e seguintes) quer relativos à maior ou menor importância semântica de algumas preposições em diversos contextos frásicos. Nestes termos, nos dados analisados de textos medievais portugueses e de três variedades do Português contemporâneo, Português de Portugal, Português do Brasil e Português de Moçambique, observa-se que apenas preposições semanticamente fracas podem ser omitidas, ou ser realizadas em excesso. A opcionalidade na ocorrência de preposições pode ser explicada por estas serem sintaticamente desnecessárias para legitimar orações complemento, ao contrário do que acontece tanto relativamente aos nomes complemento de categorias lexicais, cuja legitimidade depende de uma preposição, como quanto às orações introduzidas por preposições semanticamente fortes. Assim, a introdução à esquerda da conjunção *que* de uma preposição semanticamente fraca, não selecionada obrigatoriamente, a qual não contribui para o significado da oração nem é imprescindível estruturalmente, resultará de um processo analógico e idiossincrático, variável nas produções dos falantes das três variedades do Português. É de notar que este fenómeno não se encontra atestado nos textos medievais portugueses observados, embora seja uma característica facilmente observável no Português Contemporâneo.

Palavras-chave

Português, mudança, variação, orações finitas preposicionadas

Sumário

1. Introdução. 2. Pressupostos teóricos. 2.1. De natureza lexical. 2.2. De natureza sintática e semântica. 3. Metodologia. 3.1. Os dados. 3.1.1. Orações finitas complementos de verbos. 3.1.2. Orações finitas adverbiais. 4. Conclusão.

Abstract

Taking into consideration, on one hand, that in the diachrony of Portuguese and in its linguistic contemporary varieties there are finite clauses headed by prepositions and these are not always the same in different grammars; and on the other hand, that the use of a preposition is optional in certain contexts, the main objective of this paper is to explain linguistic variation and change on the basis of theoretical assumptions of a lexical, syntactic and semantic nature (Chomsky 1980). Therefore, in the analysed data from Medieval Portuguese texts and three varieties of contemporary Portuguese (Portugal, Brazil and Mozambique), it is observed that only semantically weak prepositions can be omitted or employed excessively. The possibility of inserting prepositions heading clauses can be explained by the fact that these are syntactically irrelevant licence clauses, contrary to what occurs both with names, complements selected by lexical categories which obligatorily need a preposition to be structurally licensed, and clauses introduced by semantically strong prepositions. Consequently, the introduction on the left of the subordinate conjunction “*que*” (that) of a semantically weak preposition, that is not obligatorily selected, and neither contributes to the meaning of the clause nor is structurally necessary, seems to result from an analogic and idiosyncratic process, which varies in the speakers’ productions of these three varieties of Portuguese. It is worth mentioning that this particularity is not found in the Medieval Portuguese texts assessed in spite of being an easily observable characteristic in Contemporary Portuguese.

Keywords

Portuguese, change, variation, prepositional finite clauses

Contents

1. Introduction. 2. Theoretical assumptions. 2.1. Of a lexical nature. 2.2. Of syntactic and semantic nature. 3. Methodology. 3.1 Data. 3.1.1. Finite complement clauses of verbs. 3.1.2. Finite adverbial clauses. 4. Conclusion.

1. Introdução

A observação de que, nas variedades do Português Contemporâneo, é variável a realização de preposição à esquerda da conjunção “que” introduzindo orações completivas finitas conduziu ao interesse em procurar compreender o comportamento desta propriedade da língua portuguesa.

Para o efeito, foi decidido observar produções escritas de falantes de diferentes variedades linguísticas do Português. Na escolha das variedades linguísticas do Português foram considerados aspetos que permitem distinguir, claramente, a formação de cada uma delas. Assim, foram selecionadas as variedades existentes em três países geograficamente afastados: Portugal, Brasil e Moçambique, cuja formação resulta de socioculturas marcadamente distintas e, também, de diferentes contactos linguísticos.

Visando atingir o objetivo de compreender e explicar a oscilação na realização de preposição no início de orações subordinadas finitas do Português, a investigação que aqui se apresenta procura responder a duas questões fundamentais:

- i. Em que contextos é obrigatória ou facultativa a realização de preposição a introduzir orações finitas?
- ii. Como se explica tanto a variabilidade como a obrigatoriedade ou a opcionalidade da realização de preposição a introduzir orações finitas?

Tratando-se de um fenómeno linguístico que se verifica no Português falado e escrito de países de diferentes continentes, Europa, América e África, em que o contacto da língua portuguesa com outras línguas é intenso e diverso, foi considerado relevante observar, também, dados do início da História do Português. Através destes dados, pretende-se investigar se o fenómeno em causa resulta de um desenvolvimento diacrónico ou, pelo contrário, sempre existiu na língua portuguesa.

Deste modo, os factos linguísticos considerados neste estudo serão ilustrados com dados do Português Contemporâneo de Portugal (PP), do Brasil (PB) e de Moçambique (PM) a par de dados do Português Antigo (PA) constantes em textos portugueses dos sécs. XII a XVI do *Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM)*.

O estudo comparado de orações finitas subordinadas com/sem preposição, extraídas de textos antigos e daquelas variedades contemporâneas do Português, bem como as explicações que se apresentam no final fundamentam-se nos pressupostos da teoria generativa de Chomsky (1981 e seguintes), em particular, no que se refere à abordagem do léxico e da teoria do Caso proposta por Rouveret & Vergnaud (1980), que se sintetiza a seguir, na secção 2. A metodologia adotada e a exemplificação dos dados analisados em cada uma das variedades e no Português Antigo bem como a respetiva síntese comparativa dos contextos de ocorrência de preposição encontram-se na secção 3. No final, em 4, resumem-se as conclusões do trabalho desenvolvido até agora sobre este assunto.

2. Pressupostos teóricos

Assume-se que o quadro teórico generativista permite analisar e explicar a variabilidade das preposições a introduzir orações finitas subordinadas tendo em consideração aspetos de diferente natureza, necessariamente implicados nestas construções. Trata-se de um fenómeno complexo que envolve propriedades de natureza lexical e de natureza sintática e semântica.

2.1. De natureza lexical

Os falantes de Português possuem no seu léxico um conjunto de preposições, correspondendo a uma classe fechada de palavras invariáveis, as quais precedem um complemento que é maioritariamente um sintagma nominal, mas pode ainda ser uma oração.

As preposições têm os seus significados próprios, mas algumas funcionam, frequentemente, como elementos gramaticais sem valor semântico relevante. Efetivamente, a importância do seu significado é determinada pelos contextos em que ocorrem, o que permite considerar dois grupos. Um grupo em que as preposições funcionam como categorias:

- i. funcionais, ou semanticamente fracas

Em Português, estas são tipicamente as preposições *A* e *DE* (cf. Xavier 1989, entre outros). Contudo, em PB e PM a preposição *PARA* substitui, frequentemente, a preposição *A*.

Outro grupo em que as preposições são categorias:

- ii. lexicais, ou semanticamente fortes

Embora as primeiras possam também funcionar como lexicais, as restantes lexicais não funcionam como funcionais. As preposições lexicais são em muito maior número do que as funcionais, sendo as principais, denominadas essenciais por Cunha e Cintra (1984 p. 552): *ante, após, até, com, contra, desde, em, entre, para, por, sem, sob, sobre*. Outras lexicais são consideradas por Cunha e Cintra “preposições acidentais” por pertencerem a outras classes de palavras, para além de funcionarem como preposições, por exemplo: *afora, conforme, consoante, durante, excepto, fora, mediante, menos, salvo, segundo, senão, visto*.

Ao contrário do que acontece com estas preposições, que exemplificam o grupo das lexicais e nunca funcionam como gramaticais, as preposições *a* e *de*, que são exemplos típicos do primeiro grupo, têm também os seus significados e ao funcionarem como lexicais selecionam os seus argumentos com interpretações determinadas por elas. As preposições *a* e *de* podem, por exemplo, introduzir tanto os argumentos com a *interpretação* do início (origem) e do fim (alvo) de uma deslocação ou mo-

vimento de um indivíduo ou objeto, como uma localização temporal: *De Lisboa ao Algarve, de/à noite, podemos demorar duas horas.* Com um verbo como *vir* a origem e o alvo do movimento são introduzidos pelas preposições que atribuem as respetivas interpretações aos argumentos – *de* corresponde à origem do movimento e *a* ao alvo: *O João veio de Lisboa ontem; A Maria veio a Lisboa ontem.*

2.2. De natureza sintática e semântica

As preposições estabelecem a relação entre dois objetos linguísticos. Como se sabe, no Português, uma língua sem caso morfológico, as preposições realizam o Caso estrutural necessário à legitimação dos nomes argumentos de categorias plenas, complementos de verbos, nomes, adjetivos e advérbios, assim como dos seus próprios argumentos. Estes contextos, a omissão de preposição tem como resultado sequências mal formadas (marcadas por *). Por exemplo:

- (1) a. Telefonei *a/para* o João.
b. *Telefonei *o* João.
- (2) a. Fiz um telefonema *a/para* o João.
b. *Fiz um telefonema *o* João.
- (3) a. A Maria está ciente *do* problema.
b. *A Maria está ciente *o* problema.
- (4) a. Independentemente *das* dificuldades, é preciso não desistir.
b. *Independentemente *as* dificuldades, é preciso não desistir.
- (5) a. Esse é um carro ótimo *para* a Maria.
b. *Esse é um carro ótimo *a* Maria.

Nos exemplos (1) a (4), a categoria que a preposição rege será um argumento objeto indireto ou complemento oblíquo, ou seja preposicionado, porque não é regido diretamente pela categoria que o seleciona, mas é estruturalmente o complemento direto da preposição. No entanto, uma categoria regida diretamente por preposição pode ser selecionada como argumento da própria preposição, como se pode ver no exemplo (5a).

A preposição pode também estabelecer a relação entre duas orações, como é o caso da relação existente entre as orações principais e as subordinadas adverbiais finitas ou infinitivas introduzidas por preposição. Por exemplo:

- (6) a. Telefonei ao João *para* que me contasse o que se passa.
b. *Telefonei ao João que me contasse o que se passa.
c. Telefonei ao João *para* me contar o que se passa.
d. *Telefonei ao João me contar o que se passa.

A preposição *PARA* é, nas frases (6a) e (6c), semanticamente forte, uma vez que atribui às orações subordinadas adverbiais das orações principais um significado específico (*Telefonei ao João* com a finalidade de *que ele me contasse o que se passa / ele me*

contar o que se passa), o que torna a sua realização indispensável e permite relacionar a oração subordinada com a principal.

Verifica-se, contudo, que, mesmo sendo argumentos-complementos indiretos de categorias lexicais, nem sempre as orações finitas têm de ser introduzidas por preposição, porque não necessitam de Caso, contrariamente aos nomes argumentos (*cf.* Chomsky 1981; Emonds 1985; 2000, entre outros). Por exemplo:

- (7) a. O patrão informou o João que podia ter de ficar em casa.
 b. O patrão informou o João *de* que podia ter de ficar em casa.

Assim, é claro que, nas orações subordinadas acima, as preposições lexicais que introduzem orações, porque contribuem para o significado destas, estão impedidas de ser omitidas, o que se ilustra nos exemplos de (6), enquanto as preposições funcionais, porque não têm valor semântico relevante para as orações que introduzem, podem ser realizadas ou omitidas, como mostram os exemplos de (7).

3. Metodologia

Sendo o objeto desta investigação o estudo da variabilidade, da obrigatoriedade ou da opcionalidade na realização de preposição no início de orações finitas em textos portugueses dos primeiros séculos e das referidas variedades do Português Contemporâneo, tornou-se evidente que, em primeiro lugar, seria necessário decidir em que construções se deveriam procurar os dados relevantes, dada a amplitude dos fenómenos e a impossibilidade de observar todos os contextos em que estes se podem verificar. Para o efeito, foram escolhidos dois contextos frásicos em que seria provável encontrar evidência dos fenómenos em causa. Assim, o levantamento dos dados a analisar deveria incidir sobre:

- i. orações finitas complementos de verbos;
- ii. orações finitas adverbiais introduzidas por preposição.

Em segundo lugar, tornou-se necessário incidir a pesquisa das orações finitas a observar, tendo em consideração um conjunto de verbos e um conjunto de preposições, que previsivelmente introduziriam complementos oracionais que constituíssem dados merecedores de serem analisados nesta investigação tanto do Português Antigo como das diferentes variedades do Português Contemporâneo.

Finalmente, foram selecionadas as fontes necessárias para a recolha dos dados, que se encontram disponíveis na Internet. Relativamente ao Português Antigo, os dados obtidos são dos textos do *Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM)* e do *Dicionário de Verbos do Português Medieval (DVPM)* (Xavier *et al.* 1993-). A maioria dos dados do Português de Portugal foi levantada do Corpus de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público (*CETEMPUBLICO*), através da Linguatca. Alguns foram produzidos pela autora. Os dados do Português do Brasil foram extraídos do Corpus de Extractos de Textos Electrónicos NILC/Folha de São Paulo (*CETEN-*

Folha), também através da Linguateca. O *CORPUS do Português de Moçambique* e o *Dicionário de Regências de Verbos do Português de Moçambique* (Gonçalves e Justino 1986-2013) constituíram as fontes dos dados do Português de Moçambique.

3.1. Os dados

A partir de uma primeira e extensa recolha de dados, feita a partir dos recursos digitais mencionados anteriormente, decidiu-se quais seriam os verbos e as preposições que poderiam introduzir orações finitas subordinadas com a conjunção *que* nos diferentes *corpora*. Para além da necessidade de delimitar as construções a considerar, impunha-se que estas se encontrassem atestadas naqueles recursos linguísticos informatizados.

Deste modo, o conjunto de verbos que foi estabelecido compreende: *dizer*, *falar*, *imaginar*, *informar*, *mostrar* e *apelar*. Este último verbo não se encontra abonado com a construção relevante para este estudo nos textos do *CIPM*, pelo que, em sua substituição, foi selecionado o verbo *aficar*. Atualmente inexistente no Português, *aficar* significava ‘pressionar’ e tinha uma sintaxe semelhante à do verbo *apelar*, o que justifica a sua escolha para substituir este.

O conjunto de preposições a introduzir orações completivas finitas inclui: *a*, *de* e *para*; o conjunto de preposições que introduz subordinadas adverbiais finitas é composto por: *até*, *desde*, *para*, *por* e *sem*¹. Embora esta última não tenha sido encontrada no início das referidas construções, nos textos do *CIPM*, não foi considerado necessário substituí-la por outra, uma vez que o comportamento destas preposições é homogéneo e a escolha de outra não traria qualquer informação diferente sobre o seu funcionamento.

3.1.1. Orações finitas complementos de verbos²

Observe-se, em seguida, a exemplificação relativa às orações completivas finitas dos verbos: *dizer*, *falar*, *imaginar*, *informar*, *mostrar* e *apelar* atestadas nos textos do Português Antigo (PA) e de cada variedade do Português aqui considerada: Português de Portugal (PP), Português do Brasil (PB) e Português de Moçambique (PM).

¹ Com o intuito de comparar as orações introduzidas pelas mesmas preposições, são aqui consideradas semelhantes as sequências P(reposição) + C(onjunção) que introduzem orações adverbiais finitas, denominadas locuções conjuncionais e as sequências P + C que introduzem as completivas finitas. Embora não tenham funcionamentos idênticos, uma vez que a preposição das completivas finitas é semanticamente fraca e pode ser omitida, ao contrário do que acontece com as preposições que fazem parte das locuções, a justificação para as considerar semelhantes resulta da comparação das orações finitas adverbiais com as infinitivas respetivas, assunto que se retoma mais adiante.

² Para uma descrição desenvolvida destas orações em Português veja-se Barbosa (2014).

(i) *DIZER*

• PA

- (8) a. ena qual carta nos mandou *dizer que* nos fossemos departir & demarcar os termyos dantre nos. (1265 CA04 Pao)
 b. ca algũns ha hi que por temor de *dezerẽ delles que* som singulares e apartados da uida comũ dos homens leyxam a uyda uirtuosa. (séc. xv OE)

• PP

- (9) *Dizes que* tens saudades dele.

• PB

- (10) A Brigada Militar *diz que* são 9 mil pessoas.

• PM

- (11) a. *dizes de que* tens saudades dele.
 b. *Disseram para que* aguardasse a nomeação vinda de Maputo.

(ii) *FALAR*

• PA

- (12) a. Tomadas forõ as leys deste liuro de duas cousas: a hũa das pa-lauras dos santos que *falarõ* spiritualmẽte *que* conuijnha aa bondade do corpo e a saluamẽto da alma. (1350? PP)
 b. E o iffante veo e entrou no curral hu fora *falado que* entrassem. (séc. xiv CAXL)

• PP

- (13) Ele *fala que* quer comprar.³

• PB

- (14) cliente nos procura e *fala que* quer comprar um avião.

• PM

- (15) a. *falou de que* faltavam apenas cinco minutos para ir dar uma aula.
 b. alguém *falou-me de que* a pessoa numa caminhada pode viver cinco dias sem comer nada.

(iii) *IMAGINAR*

• PA

- (16) Aqui se deve a devota pessoa deteer e *inmaginar* bem *que*, des ora de meio dia ataa noa, forom treevas per todo o mundo sobre a terra. (séc. xiv CI)

³ Neste contexto, em PP, seria mais utilizado o verbo *dizer* em vez de *falar*, ao contrário do que se passa nas outras variedades do Português. No entanto, ambos os verbos ocorrem em todas as variedades e têm completivas idênticas. Em PM, porém, estas orações são introduzidas por preposição, o que não acontece nas outras variedades nem no PA.

- PP
(17) É interessante *imaginar que* compostos orgânicos mais complexos tenham podido concentrar-se neles e - por que não?
- PB
(18) Se você nada soubesse a respeito da queda dos corpos, teria todo o direito de *imaginar que* alguma coisa os empurra para baixo.
- PM
(19) a pessoa nem *imagina de que* está na ilha

(iv) *INFORMAR*

- PA
(20) a. E jssso meesmo dos outros offiços de ssua casa dos quaaes ella querera seer bem *emformada. que* aquelles a que os der sejam bõõs & de booa uída. (1453? LTV)
b. vos rrogamos que secretamente da nossa parte, *emformees* o Papa *como* o dito casamento seria nom licito e desiguall (séc. xv CDJI1)
- PP
(21) a. queremos *informar* o Sr. Raul *de que* estamos aqui
b. o reitor da Universidade de Aveiro *informou que* «haverá certas dificuldades nas rubricas de funcionamento e de capital, (...)».
- PB
(22) a. A polícia não *informou de que* foram eles que teriam participado do crime.
b. A Companhia do Metropolitano de São Paulo *informou que* o prejuízo causado pela greve de ontem deveria chegar a R\$ 2 milhões.
- PM
(23) a. *informando* aos mais novos *que* só devemos ter uma parceira
b. queremos *informar* ao sr. Raul *que* estamos aqui

(v) *MOSTRAR*

- PA
(24) Salvos som os traedores quantos os castelos derom; / *mostrarom-lhi* em escrito *que* foi bem quanto fezerom (1247 CEM088)
- PP
(25) A necessidade de a Casa Branca «*mostrar* ao mundo» *que* age de maneira diferente da Europa

- PB
 - (26) Queremos *mostrar* ao mundo *que* a Indy proporciona uma competição mais justa e acirrada.
 - PM
 - (27) o presidente da Renamo já *mostrou* ao mundo e ao povo *de que* a sua direcção é forte
- (vi) *APELAR*
- PA⁴
 - (28) pregūtārō lhe por que razom auia tomado tam gram trabalho e andado tanto caminho des Hocidente ataa Roma, *aficando-o que* lhes disese o que lhe pregutauõ, como se elles nõ soubessem. (séc. xv OE)
 - PP
 - (29) a. quero *apelar*-lhes *para que* não venham a fazer uma coisa igual
 b. as Nações Unidas *apelaram* à Frente Polisário e Marrocos *para que* iniciem conversações directas
 - PB
 - (30) a. Clinton *apelou* ao público *para que* apóie sua decisão de atacar o Iraque, quando ela for tomada.
 b. Ao final, *apela* aos seus pares *que* indiquem o mais breve possível os membros que farão parte da comissão
 - PM
 - (31) a. para os bufos, quero [lhes] *apelar para que* não venham a fazer uma coisa igual
 b. as Nações Unidas *apelaram* a Frente Polisário e Marrocos *que* iniciem conversações directas

3.1.2. Orações finitas adverbiais introduzidas por preposição

Exemplificam-se a seguir as orações finitas adverbiais preposicionadas por: *até*, *desde*, *para*, *por* e *sem* que se encontram nos textos do Português Antigo (PA) e de cada variedade do Português aqui considerada: Português de Portugal (PP), Português do Brasil (PB) e Português de Moçambique (PM).

⁴ Como foi dito anteriormente, na secção 3.1., inclui-se aqui um exemplo com *aficar* ('pressionar') por não existir, no *CIPM*, nenhuma completiva finita de *apelar*.

(i) *ATÉ*

• PA

- (32) a. Item mãda nosso Senhor el Rej (...) que nõ façã mal nas Egreias nõ nos Moesteiros. nõ pousen hj *ata que* demãden per de-rejito aquela cousa. que en elas atãden á áuer (1261 DN066)
b. O .xvij. o marido deue seer complido e aprimido de dar o debito ha sua molher e consumir o matrimonio, ajnda que despoys que se casou com ella por palauras de presête *ate que* a conheçese ou touese de fazer com algũa sua parêta. (1488 S)

• PP

- (33) Fico a ver televisão *até que* os meus filhos cheguem.

• PB

- (34) Todos os corpos mantêm seu estado de repouso ou de movimento, *até que* uma força atue sobre eles.

• PM

- (35) Percorri toda a baixa da cidade, não tendo conseguido encontrar, *até que* um companheiro de viagem ligou para mim.

(ii) *DESDE*

• PA

- (36) a. e sse nõ quiserẽ partir *des que* hũu da Geeraçõ filhar o seruiço, o óutro nõ demãde o seruiço (1261 DN066)
b. E *des que* o saçerdote e os ministros se tornam aa ygreja deuẽ queymar as pellas dalgodom ou estopa dentro na pya e lauar o uaso com auga quente e lançala nella. (1488 S)

• PP

- (37) *Desde que* me avisem com antecedência, podem vir todos jantar.

• PB

- (38) Por isso, *desde que* a alimentação seja equilibrada, não é necessário o uso de medicamentos, como os complexos vitamínicos.

• PM

- (39) *Desde que* o mundo é mundo e tendo em conta as vicissitudes que o desenvolvimento científico e tecnológico tem-nos trazido, a questão do desemprego está longe de ser resolvida pela geração contemporânea.

(iii) *PARA*

• PA

- (40) a. & dedes ende a nos cada hũ anno en saluo ena vila de Milide cento & çincoenta mrs d' alffonsiũs ou a valia deles des dia de

Santa Maria de Feuereyro ata dia de Pascoa para pitaça para o convento para dia de Sa..ne. *para que* fforum dados esses lugares & herdamentos ia ditos & que os teñades toda uia (1300 HGP008)

b. E alguõs dizem que o sabado foy dado ao pouoo de Isrrael *para que* çessasse de trabalhar, *pera que* a figura fosse ã folgança. (1488 S)

- PP

(41) *Para que* a festa seja um sucesso, foi tudo preparado com todos os cuidados.

- PB

(42) A carta é indispensável *para que* o país feche um acordo.

- PM

(43) *Para que* as capacidades acima tenham sucesso é indispensável a instrução formal, pois o grau de literacia adquire-se à medida que o indivíduo progride na sua carreira estudantil.

(iii) *POR*

- PA

(44) a. “Santa Maria, que me fuste fazer / en dar-m’este fill’ e logo mio toller, / *por que* non podesse con ele goyr? (séc. XIII CSM021)

b. E que o estado que ella Reçeebo nom he senom hũõ offiço de que lhe convijnra em breue tempo dar conta. *porque* sua uída em esguardo do perpetual mundo nom he senom hũõ trespasso pequeno. (1453? LTV)

- PP

(45) Não vou nadar *porque* a água está gelada.

- PB

(46) A família concordou com o passeio *porque* sabia que ele amava aquele grupo.

- PM

(47) E ficava mais triste *porque* sabia que o meu pai sempre vinha para ver-me e os meus tios trancavam-me no quarto.

(iv) *SEM*

- PA

Sem abonações no CIPM

- PP

(48) O João ía-se sempre deitar, *sem que* tivéssemos de lhe dizer.

- PB
(49) O desaparecimento desse ecossistema se deu porque o pinheiro-do-paraná foi explorado pelas companhias madeireiras *sem que* houvesse qualquer preocupação com o reflorestamento.
- PM
(50) *Sem que* ninguém desse conta, um passageiro levantou-se do seu assento e dirigiu-se a uma hospedeira.

Com base nos dados exemplificados acima apresenta-se, em primeiro lugar, uma síntese relativa ao que se verifica relativamente à ocorrência de preposição nas orações completivas finitas (I) e, em seguida, o que se observa nas orações finitas adverbiais (II).

I- A variação na realização de preposição a introduzir orações completivas finitas dos verbos considerados neste estudo foi ilustrada pelos exemplos apresentados na secção 3.1.1. Naquela exemplificação verifica-se o seguinte:

- i. Nos dados do Português Antigo não foi encontrada preposição à esquerda da conjunção *que* das orações completivas finitas dos verbos *dizer, falar, imaginar, informar, mostrar* e *aficar*, este em substituição de *apelar* uma vez que, como foi dito anteriormente, não se encontram atestadas nos textos do *CIPM* orações completivas deste verbo.
- ii. Nos dados de Português de Portugal e de Português do Brasil a situação é idêntica relativamente à variação na ocorrência de preposição antes da conjunção “que” das completivas de:
 - *dizer, falar, imaginar* e *mostrar* que ocorrem sem preposição (*dizer que...; falar que...*)
 - *informar* que ocorre com e sem preposição (*informar (de) que...*)
- iii. Nos dados de Português de Portugal a preposição *PARA* ocorre sempre nas completivas de:
 - *apelar* (*apelar para que...*)
- iv. Nos dados do Português do Brasil, tal como nos do Português de Moçambique, a preposição *para* pode não ocorrer nas completivas de:
 - *apelar* (*apelar (para) que...*)
- v. Nos dados de Português de Moçambique a situação diferencia-se mais daquela que se verifica nas outras duas variedades, uma vez que ocorre preposição em completivas em que não existe em PP e em PB e não ocorre preposição em completivas em que é opcional nas outras duas variedades. Para além disso, a preposição *para* pode alternar com a preposição *de* (*dizer de/para que ...*), o que não se verifica em PP e PB nas construções observadas. Assim, as completivas dos verbos:

- *dizer, falar, imaginar* e *mostrar* ocorrem sempre com preposição (*dizer de/ para que ...; falar de que ...; imaginar de que...; mostrar de que...*)
- *informar* nunca ocorre com preposição (*informar que...*)

II- A exemplificação em 3.1.2., ilustrando o que acontece relativamente à ocorrência de preposição nas orações finitas adverbiais, mostra, como seria de esperar, que a preposição que introduz estas orações não pode ser omitida, porque é responsável por atribuir à oração adverbial um significado próprio⁵:

- *até* significa fim temporal
- *desde* significa início temporal
- *para* significa finalidade
- *por* significa causa
- *sem* significa circunstância negativa

Efetivamente, embora nas orações finitas façam parte de locuções conjuncionais, que são fixas, estas preposições que as compõem não podem ser omitidas porque são semanticamente fortes, ao contrário do que acontece com as preposições funcionais que introduzem orações completivas finitas. No entanto, o facto de nas orações infinitivas adverbiais as preposições não fazerem parte de locuções, nem terem sido gramaticalizadas como conjunções como aconteceu com “porque”, e surgirem isoladas mostra que são as preposições que determinam o significado das orações que introduzem e que a conjunção “que” é apenas um marcador das orações finitas, como se pode ver nos exemplos (32) a (35) e (45) a (47) aqui repetidos a par das orações infinitivas equivalentes:

- PP
 - (51) a. Fico a ver televisão *até que* os meus filhos cheguem.
 - b. Fico a ver televisão *até* os meus filhos chegarem.
 - (52) a. Não vou nadar *porque* a água está gelada.
 - b. Não vou nadar *por* a água estar gelada.
- PB
 - (53) a. Todos os corpos mantêm seu estado de repouso ou de movimento, *até que* uma força atue sobre eles.
 - b. Todos os corpos mantêm seu estado de repouso ou de movimento, *até* uma força atuar sobre eles.
 - (54) a. A família concordou com o passeio *porque* sabia que ele amava aquele grupo.
 - b. A família concordou com o passeio *por* saber que ele amava aquele grupo.

⁵ Sobre a sintaxe e semântica das orações subordinadas adverbiais cf. Lobo (2014).

• PM

- (55) a. Percorri toda a baixa da cidade, não tendo conseguido encontrar, *até que* um companheiro de viagem ligou para mim.
b. Percorri toda a baixa da cidade, não tendo conseguido encontrar, *até* um companheiro de viagem ligar para mim.
- (56) a. E ficava mais triste *porque* sabia que o meu pai sempre vinha para ver-me e os meus tios trancavam-me no quarto.
b. E ficava mais triste *porque* sabia que o meu pai sempre vinha para ver-me e os meus tios trancavam-me no quarto.

É de notar que, do conjunto de preposições lexicais acima, apenas a preposição *para* tem um estatuto duplo, uma vez que esta funciona como lexical, ocorrendo com um valor semântico forte nas orações adverbiais, onde não pode ser omitida, e também como funcional em orações completivas, pois ser omitida em PB e em PM. Esta pode ainda alternar, em PM, com *DE*, a preposição gramatical mais típica do Português.

4. Conclusão

Neste texto, pretendeu-se iniciar uma reflexão sobre dados de diferentes variedades linguísticas do Português, produzidos por diversos falantes em tempos, lugares e situações múltiplas, o que permite contribuir para compreender uma parte da extensão da variabilidade, da obrigatoriedade ou da opcionabilidade da realização de preposição introduzindo orações finitas do Português. Destas apenas foram contempladas orações subordinadas completivas de seis verbos e adjuntas adverbiais encabeçadas por cinco preposições.

Efetivamente, os dados observados nos *corpora* do PA e das três variedades do Português Contemporâneo, aqui consideradas, revelam, por um lado, que a ocorrência de preposição no início das orações finitas complementos de verbos poderá não ter existido no início da História do Português, uma vez que não foram encontrados dados que atestem o contrário. Por outro lado, embora a variação de ocorrência de preposição se verifique nestas três variedades contemporâneas do Português, nota-se que a produtividade na ocorrência das preposições *de* e *para* a introduzir, com regularidade, as referidas orações é superior no Português de Moçambique. De facto, verifica-se, nos dados do Português de Moçambique, que ocorre sempre preposição, contrariamente ao que acontece em PP e PB, não apenas nas completivas finitas exemplificadas acima - *dizer de/para que ...; falar de que...; imaginar de que...; mostrar de que... -*, mas também nas completivas de outros verbos, por exemplo: *recordar de que...; recomendar para que...* Tanto a seleção de preposição como a escolha de uma

ou de outra preposição nas completivas destes e de outros verbos correspondem a valores semânticos característicos das suas idiosincrasias. Assim, no PM, a preposição associada ao complemento de *recordar*, o qual remete para um evento passado, é *de*, enquanto a preposição *para* do complemento oracional selecionado por *recomendar* aponta para um evento futuro.

Embora este trabalho não esgote o fenómeno em foco, sintetizado nas duas questões enunciadas na Introdução, ele permite responder parcialmente a ambas as questões.

Relativamente à primeira questão - Em que contextos é obrigatória ou facultativa a realização de preposição a introduzir orações finitas? - foram considerados, tanto no PA como nas três variedades do Português Contemporâneo -PP, PB e PM-, dois contextos sintáticos (I e II), os quais têm comportamentos distintos quanto à ocorrência de preposição:

I - Introduzindo orações finitas complementos de verbos, as preposições podem ser opcionais, obrigatórias ou inexistentes quando são funcionais.

II - A introduzir orações finitas adverbiais, as preposições são obrigatórias porque são semanticamente necessárias para o significado das respetivas orações.

Relativamente à segunda questão - Como se explica tanto a variabilidade como a obrigatoriedade ou a opcionalidade da realização de preposição a introduzir orações finitas? - é possível avançar com uma resposta, teoricamente sustentada, que abrange todas as situações, mesmo aquelas que não foram tratadas neste trabalho:

As orações finitas não têm de ser introduzidas por preposição, mas podem ser, porque são de tipo nominal. Sintaticamente, as orações são objetos complexos de tipo nominal, que podem funcionar como sujeito, complemento de V, N, A e Adv ou como adjunto. Semanticamente, as orações podem ser argumentos ou modificadores. É na função de complemento de verbo que se observa que preposições funcionais a introduzir orações finitas podem ser opcionais, obrigatórias ou inexistentes e é na função de adjunto que as preposições que encabeçam as orações finitas adverbiais não podem ser omitidas.

O facto de nos textos do Português Antigo do *CIPM* não terem sido encontradas ocorrências de preposições funcionais encabeçando as referidas orações completivas finitas leva a considerar a hipótese de esta característica ter tido início mais tarde. Assim, a pesquisa em textos do período entre o Português Antigo e o Português Contemporâneo, assim como a observação de contextos de complementação oracional de nome, de adjetivo e de advérbio deverão constituir objetivos a prosseguir para se obter uma maior compreensão deste tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Pilar (2014): “Subordinação argumental finita”, em Eduardo Raposo *et al.* (orgs.), *Gramática do Português*, vol. 2, cap. 36. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CHOMSKY, Noam (1981): *Lectures on government and binding. The Pisa Lectures*. Dordrecht: Foris.
- CUNHA, Celso / Luís Filipe Lindley CINTRA (1984): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- EMONDS, Joseph E. (1985): *A Unified Theory of Syntactic Categories*. Dordrecht: Foris Publications.
- EMONDS, Joseph E. (2000): *Lexicon and Grammar: the English Syntacticon*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- LOBO, Maria (2014): “Subordinação adverbial”, em Eduardo Raposo *et al.* (orgs.), *Gramática do Português*, vol. 2, cap. 38. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- RAPOSO, Eduardo / Maria Francisca XAVIER (2014): “A preposição e o sintagma preposicional”, em Eduardo Raposo *et al.* (orgs.), *Gramática do Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, vol. 2, cap. 32.
- ROUVERET, Alain / Jean-Roger VERGNAUD (1980): “Specifying reference to the Subject: French Causatives and Conditions on Representations”, *Linguistic Inquiry* 11.1: 97-202.
- XAVIER, Maria Francisca (1989): *Complementos preposicionados em construções verbais. Um estudo contrastivo das preposições A, DE e TO, FROM*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Recursos

- CETEMPúblico = Corpus de Extractos de Textos Electrónicos MCT/Público. /<http://www.linguateca.pt/CETEMPúblico/>.
- CETENFolha = Corpus de Extractos de Textos Electrónicos NILC/Folha de São Paulo. /<http://www.linguateca.pt/cgi-bin/aceso.pl/>.
- CIPM = Xavier, Maria Francisca *et al.* (1993a-): *Corpus Informatizado do Português Medieval*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. /<http://cipm.fcsh.unl.pt/>.
- DVPM = Xavier, Maria Francisca *et al.* (1993b-): *Dicionário de Verbos do Português Medieval*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. /<http://cipm.fcsh.unl.pt/>.
- GONÇALVES, Perpétua / Victor JUSTINO (1986-2013a): *CORPUS do Português de Moçambique*. /<http://www.catedraportugues.uem.mz/lib/docs/CORPUS/>.

GONÇALVES, Perpétua / Victor JUSTINO (1986-2013b): *Dicionário de Regências de Verbos do Português de Moçambique*. /http://www.catedraportugues.uem.br/lib/docs/DR-VPM_Contextos_3Versao_FINAL_OUTUBRO2014.pdf.

REFERÊNCIAS DAS FONTES TEXTUAIS MEDIEVAIS

- CSM = (séc. XIII) Cantigas de Santa Maria, em Walter Mettman (ed.) (1981): *Afonso X, o Sabio. Cantigas de Santa María*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia. Apud *Tesouro Medieval Informatizado da Língua Galega*, cedido por Xavier Varela para o CIPM.
- CEM = (1247) Cantiga de Escárnio e Maldizer, em Graça Videira Lopes (2002): *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses*. Edição digitalizada, cedida pela editora para o CIPM.
- DN = (1261) Documento Notarial, em Ana Maria Martins (ed.) (2000): *Documentos Notariais dos Séculos XII a XVI*. Edição digitalizada, cedida pela editora para o CIPM.
- CA = (1265) Documento da Chancelaria de D. Afonso III, em Luiz Fagundes Duarte (1986): *Os Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III (Edição)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 68-295. Edição digitalizada para o CIPM.
- HGP = (1300) Documento Notarial, em Clarinda de Azevedo Maia (1986): *História do Galego-Português*. Coimbra: INIC, 19-295. Edição digitalizada para o CIPM.
- PP = (ca. 1350) Primeyra Partida, em José Azevedo Ferreira (1980): *Alphonse X, Primeyra Partida*. Braga: INIC, 3-580. Edição digitalizada para o CIPM.
- CAXL = (séc. XIV) Crónica de Afonso X (manuscrito L), em Luís Filipe Lindley Cintra (ed.) (1951): *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: INCM. Edição digitalizada para o CIPM.
- CI = (anónima dos fins do séc. XIV) Corte Imperial, em Adelino de Almeida Calado (ed.) (2000): *Corte enperial*. Universidade de Aveiro. Edição digitalizada, cedida pelo editor, através de Têlmo Verdelho, para o CIPM.
- LTV = (1453?) Livro das Tres Vertudes, em Maria de Lourdes Crispim (ed.) (1995): *O livro das tres Vertudes ou O Espello de Cristina*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Versão paradiplomática digitalizada, cedida pela editora para o CIPM.
- OE = (séc. XV) Orto do Esposo, em Bertil Maler (ed.) (1956): *Orto do Esposo*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. Edição digitalizada para o CIPM.
- S = (1488) Sacramental, em José Barbosa Machado (ed.) (2005): *Clemente Sánchez de Vercial. Sacramental*. Minho: Pena Perfeita. Edição digitalizada, cedida pelo editor para o CIPM.

A realização das vogais médias pretônicas no Amazonas: um recorte baseado no *Atlas Lingüístico do Amazonas - ALAM*

Maria Luiza de Carvalho Cruz-Cardoso

Universidade Federal do Amazonas

luizacr@uol.com.br

Resumo

Este trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida para o *Atlas Lingüístico do Amazonas - ALAM* e visa a apresentar o resultado dos dados referentes à realização das vogais médias pretônicas no Amazonas. O *ALAM* foi desenvolvido como tese de Doutorado e apresentado em 2004, na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. É um atlas que se encontra em fase de publicação e registra a fala de nove municípios representativos de nove microrregiões do Estado do Amazonas: Barcelos, Tefé, Benjamin Constant, Eirunepé, Lábrea, Humaitá, Manacapuru, Itacoatiara e Parintins. Foi elaborado na perspectiva da Geolinguística e da Sociolinguística Variacionista, em que apresenta o registro de forma sistemática das variáveis gênero e faixa etária. No *ALAM* foram investigados 54 informantes, seis em cada um dos nove municípios, sendo um homem e uma mulher, cobrindo rigorosamente as faixas etárias de 18 a 35 anos, de 36 a 55 anos e de 56 em diante, com nível de instrução até no máximo da 4ª série do Ensino Fundamental ou analfabetos. Dentre os vários fenômenos lingüísticos investigados no *ALAM*, apresenta-se neste trabalho um recorte sobre a realização das vogais médias pretônicas no Estado do Amazonas. De acordo com a pesquisa, as vogais médias pretônicas tendem a ser realizadas como abertas [ɛ, ɔ], confirmando-se a característica apontada por Antenor Nascentes como tipificadora do falar do norte do Brasil. No entanto, essas vogais abertas não foram realizadas de forma categórica na região, pois foram também registradas variantes fechadas [e, o] e altas [i, u], com significativos índices de frequência, inclusive categóricos, em alguns vocábulos. A partir do desenvolvimento do atlas do Amazonas, outras pesquisas foram desenvolvidas, apresentando os mesmos resultados do *ALAM*, inclusive com dados analisados em conversação livre.

Palavras-chave

Sociolinguística, Dialectologia, *Atlas Lingüístico do Amazonas*

The Usage of Pre-median Vowels in Amazonas: a Profile Based on the *Atlas Lingüístico do Amazonas - ALAM*

Abstract

This work is part of the research developed for the *Atlas Lingüístico do Amazonas - ALAM* and aims to present the result of the data referring to the realisation of the premedian vowels in the Amazonas. The *ALAM* was developed as a Ph.D. thesis and presented in 2004 at the Federal University of Rio de Janeiro - UFRJ. It is an atlas that is in the publication phase and registers the speech of nine representative municipalities of nine micro-regions of the State of Amazonas: Barcelos, Tefe, Benjamin Constant, Eirunepé, Lábrea, Humaitá, Manacapuru, Itacoatiara and Parintins. It was developed from the perspective of Geolinguistics and Variationist Sociolinguistics, in which it presents the systematic record of the variables gender and age group. In the *ALAM*, 54 informants were investigated, six in each of the nine municipalities, one man, and one woman, strictly covering the age groups of 18 to 35 years, from 36 to 55 years and from 56 years old, with an educational level up to the 4th grade of Elementary School, or illiterate. Among the several linguistic phenomena investigated in the *ALAM*, this work presents a profile of the use of premedian vowels in the state of Amazonas. According to research, the premedian vowels tend to be performed as open [ɛ, ɔ], confirming the characteristic pointed out by Antenor Nascentes as typifying the talk of the north of Brazil. However, these open vowels were not categorically performed in the region, since closed variants [e, o] and high [i, u] were also recorded, with significant frequency indices, including categorical ones, in some words. From the development of the Amazonas Atlas, other studies were developed, presenting the same *ALAM* results, including data analysed in free conversation.

Keywords

Sociolinguistic, Dialectology, *Atlas Lingüístico of the Amazon*

Este trabalho é proveniente dos dados da pesquisa desenvolvida para o *Atlas Lingüístico do Amazonas – ALAM*, desenvolvido como tese de Doutorado, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2004, e visa a apresentar o resultado dos dados referentes à realização das vogais médias pretônicas no Amazonas.

O *ALAM* é um atlas que se encontra em fase de publicação e registra a fala de nove municípios representativos de nove microrregiões do Estado do Amazonas. Foi elaborado na perspectiva da Geografia Linguística e da Sociolinguística Variacionista, com a preocupação de se fazer um controle, de forma sistemática, das variáveis gênero e faixa etária.

O Estado do Amazonas está inserido na Região Norte e é considerado o maior do país, representando 45% do território brasileiro e abrangendo 40,77% dessa região, sendo, portanto, um ótimo espaço para pesquisas dialetais.

Por ser uma pesquisa de campo, que demanda tempo, com ônus e considerando a vasta extensão territorial que abrange essa região, bem como a extrema necessidade de pesquisas dialetológicas no Amazonas, foram selecionados nove municípios de maior representatividade para esse Estado, segundo critérios de natureza histórica, geográfica, demográfica e socioeconômica. Foram também considerados seis pontos de inquérito sugeridos por Nascentes (1958); dois pontos sugeridos pelo *Atlas Lingüístico do Brasil – AliB* e a divisão político-administrativa do Estado, de 05/10/1989, que dividiu o Estado em nove microrregiões homogêneas, com base nas bacias hidrográficas dos principais afluentes do Rio Amazonas. Foram então selecionados para o *ALAM*, os seguintes municípios: *Barcelos* (microrregião do Alto Rio Negro), *Tefé* (microrregião do Jutai-Solimões-Juruá), *Benjamin Constant* (microrregião do Alto Solimões), *Eirunepé* (microrregião do Juruá), *Lábrea* (microrregião do Purus), *Humaitá* (microrregião do Madeira), *Manacapuru* (microrregião do Rio Negro-Solimões), *Itacoatiara* (microrregião do Médio Amazonas) e *Parintins* (microrregião do Baixo Amazonas), conforme ilustração abaixo:



FIGURA 1. MICRORREGIÕES DO ESTADO DO AMAZONAS (AUTORIA PRÓPRIA)

Vale ressaltar que, nesse Estado, encontra-se o Amazonas, considerado o rio que tem o maior volume d'água do mundo, com 6.840 km de extensão. Com seus afluentes, constitui a Bacia Hidrográfica Amazônica, que contém aproximadamente 25% da água doce da Terra, em uma área de cerca de 6,5 milhões de km² em território brasileiro.

Para a realização do *ALAM*, foram entrevistados seis informantes por ponto de inquérito, totalizando 54, sendo um homem e uma mulher em cada uma das seguintes faixas etárias: de 18-35 anos, de 36-55 anos e de 56 em diante. Os informantes tinham, no máximo, até a 4ª série do Ensino Fundamental, eram naturais das localidades selecionadas e tinham pais e cônjuges da região em estudo. Observou-se, também, o fato de não terem se afastado da localidade por mais de 1/3 de suas vidas.

Foi elaborado um questionário com 483 questões, divididas em duas seções: questionário fonético-fonológico (QFF), com 156 questões, e questionário semântico-lexical (QSL), com 327 perguntas. No QFF, procurou-se observar todos os fenômenos que dizem respeito às realizações dos fonemas vocálicos em todas as posições do vocábulo. Em relação aos fonemas consonantais, entre outros aspectos, procurou-se registrar a realização das vibrantes, das laterais e do /S/, em todos os seus contextos. Os dados fonéticos foram transcritos utilizando-se o Alfabeto Fonético Internacional (IPA) e todas as transcrições foram realizadas pela própria pesquisadora. Em caso de dúvida, era solicitada a audição da fita para seus orientadores.

Foram também realizadas elocuições livres, semidirigidas, com o objetivo de constituir um banco de dados para a realização de estudos morfossintáticos e de prosódia, dentre outros. Esse banco de dados já foi elaborado, através do trabalho de bolsistas PIBIC/UFAM, e se encontra à disposição para consulta.

O *ALAM* dispôs de um programa computacional específico – *ALAM/MVL* (Mapeamento de Variação Lingüística) –, com um banco de dados, que permitiu inserir todos os conceitos, dados dos informantes, das localidades e todas as respostas obtidas, tanto fonéticas quanto lexicais. Todos os dados foram inseridos no programa computacional, obtendo-se um total de 18.324 registros. As questões do *ALAM* culminaram na elaboração de 257 cartas linguísticas, sendo 107 cartas fonéticas e 150 cartas semântico-lexicais.

Este atlas não teve por objetivo interpretar os resultados obtidos por meio das cartas, mas pôde apresentar um panorama de alguns traços que tipificam o conjunto dos falares amazonenses. Dentre os traços observados, chama atenção a realização das vogais médias pretônicas, tema bastante discutido e analisado na literatura, como a realização em *tesoura* ~ *t[i]soura* e *tomate* ~ *t[u]mate*.

Nascentes (1953), ao propor uma divisão do país em áreas dialetais, apontou o comportamento das pretônicas como elemento primordial para distinguir os falares do Norte e do Sul, os primeiros caracterizados pela concretização aberta das pretônicas, os últimos por sua realização fechada.

No *ALAM*, as médias pretônicas são focalizadas em 53 cartas fonéticas, 21 pertinentes à vogal anterior, 31 à posterior, e uma (n° 47) que contém ambas as variáveis, como se expõe no quadro a seguir:

Média anterior		Média posterior	
Carta Fonética N°	Vocábulo	Carta Fonética N°	Vocábulo
7	d(e)pois	5	t(o)mate
6	b(e)bida	28	c(o)lheita
8	(e)ducação	31	leil(o)eiro
9	m(en)tira	39	b(o)tinho
14	(e)stragada	40	n(o)tícia
15	(e)sgoto	41	(o)brigado
16	(e)spinha	42	af(o)gar
17	p(e)scoço	43	c(on)versando
18	t(e)soura	44	c(o)nheço
19	pr(e)sente	46	m(o)squito
20	m(e)lancia	45	c(o)mer
21	m(e)lhor	47	des(o)var
22	p(e)rfume	48	tr(o)vão
23	p(e)rdido	49	in(o)cente
32	r(e)al	50	p(o)lvilho
33	r(e)ais	51	ch(o)rão
47	d(e)sovar	52	m(o)rreu
66	dir(e)tora	53	ass(o)alho
82	r(e)sultado	54	c(o)ador
101	d(e)vagar	55	g(o)iaba
103	r(e)médio	56	pr(o)ibido
105	m(e)dicina	57	(o)itenta
		58	mag(o)ado
		64	can(o)inha
		75	(o)relha
		76	c(o)ração
		77	j(o)elho
		78	c(o)madre
		79	b(o)nito
		87	ass(o)bio
		90	s(o)ldado
		98	adv(o)gado

TABELA 1. VOCÁBULOS QUE APRESENTAM VOGAIS MÉDIAS PRETÔNICAS NAS CARTAS FONÉTICAS DO *ALAM*

Assim, em relação à **vogal média anterior**, observa-se o seguinte:

- a. Em situação pretônica, pode-se realizar como [ɛ], [e] e [i];

2. Em vocábulos que apresentam vogal tônica aberta, observa-se tendência ao abaixamento – [ɛ] –, que é categórico em *r[ɛ]al* e *r[ɛ]ais*, bem expressivos em *resultado* (92%) e predominante (68%) em *m[ɛ]lhor*, também produzido como *m[e]lhor* (32%). Neste último vocábulo, não se registrou nenhum caso de alteamento, o que não ocorreu em *desovar* e *devagar* em que [i], com respectivamente 76% e 69% de ocorrências, suplantou a outra variante [e]. O caso de *desovar* não surpreende, tendo em vista que trabalhos variacionistas (Callou *et al.* 1995) têm indicado a presença da média anterior no prefixo *des-* como um dos fatores condicionantes da elevação da vogal.

Carta Nº	Vocábulos	[e]	[ɛ]	[i]
21	melhor		68%	32%
32	real		100%	
33	reais		100%	
47	desovar	24%		76%
82	resultado	92%	8%	
101	devagar	31%		69%
103	remédio	63%	37%	
Percentuais gerais		30%	44,72%	25,28

TABELA 2. PERCENTUAIS REFERENTES ÀS CONCRETIZAÇÕES DA VOGAL MÉDIA ANTERIOR EM CONTEXTO PRETÔNICO EM VOCÁBULOS COM VOGAL TÔNICA ABERTA

- c. Em vocábulos cuja vogal tônica é fechada, predomina, majoritariamente, a média fechada, que é categórica em *dir[e]tora* e *p[e]scoço* (100% de ocorrências). A vogal fechada é a variante mais frequente em *t[e]soura* (68%), em que a vogal também foi realizada como alta, *t[i]soura* (32%). No vocábulo *depois*, a norma é também a média fechada (90%), seguida de 7,5% de alteamento, sendo que dois informantes não produziram a primeira sílaba (2,5%).
- d. Quando a média antecede –S em coda silábica, quer este se concretize como [s], [z] ou [ʃ], [ʒ], a norma parece ser o alteamento, presente em 97% das ocorrências relativas a *[i]stragada* e em 87% e 74% dos dados referentes, respectivamente, a *esgoto* e *espinha*, vocábulos em que a outra variante é [e].
- e. Nos vocábulos que apresentam vogal tônica alta, que em outros falares, normalmente, atua como um fator condicionante do alteamento, o que se verifica, no total da área pesquisada e com base em cinco cartas, é o leve predomínio de [e] (53%) no *corpus*, seguido de [ɛ] (42%) e de [i], este com apenas 5% de ocorrências, todas no vocábulo *bebida* (19%), conforme se demonstra na tabela abaixo. Quando se trata de média nasalizada, caso do vocábulo *mentira*, já se observa um maior índice de alteamento (43%).

Carta Nº	Vocábulos	[e]	[ɛ]	[i]
6	bebida	81%		19%
20	melancia	8%	82%	
22	perfume	70%	30%	
23	perdido	45%	55%	
	medicina	57%	43%	
	Percentuais gerais	53%	42%	5%

TABELA 3. PERCENTUAIS REFERENTES ÀS CONCRETIZAÇÕES DA VOGAL MÉDIA ANTERIOR EM CONTEXTO PRETÔNICO EM VOCÁBULOS COM VOGAL TÔNICA ALTA

- f. Nos vocábulos que apresentam vogal tônica com nasalidade de natureza fonológica, ora há predomínio da variante aberta, ora da fechada. No primeiro caso, encontra-se o vocábulo *presente*, em que se registram 83% de ocorrências de [ɛ] contra apenas 17% de [e]. No segundo, inscreve-se o vocábulo *educação*, com 67% de frequência de [e], 28% de [ɛ] e 2,5% de [i], tendo ocorrido, ainda, cancelamento da vogal (2,5%).

Em relação à **vogal média posterior**, observa-se o seguinte:

- a. Em situação pretônica, pode realizar-se como [ɔ], [o] ou [u];
 b. Em vocábulos que apresentam vogal tônica aberta, a tendência geral parece ser a pretônica média aberta (61,70%), com dois casos em que ela se dá de forma categórica (*afogar*, *advogado*) ou quase categórica (*desovar*). Exceções a tal tendência ocorrem em *goiaba* e *tomate*, em que prevalece o [o], e em *comadre*, em que o alteamento é a norma.

Carta Nº	Vocábulos	[o]	[ɔ]	[u]
5	tomate	64%	8%	28%
41	obrigado	23%	72%	5%
42	afogar		100%	
47	desovar	3%	97%	
55	goiaba	70%	30%	
78	comadre	30%	10%	60%
90	soldado	23%	77%	
98	advogado		100%	
	Percentuais gerais	26,60%	61,70%	11,70%

TABELA 4. PERCENTUAIS REFERENTES ÀS CONCRETIZAÇÕES DA VOGAL MÉDIA POSTERIOR EM CONTEXTO PRETÔNICO EM VOCÁBULOS COM VOGAL TÔNICA ABERTA

- c. Quando a vogal tônica é fechada, como se pode verificar na tabela 4, a norma é a concretização da pretônica como fechada, com altos índices de frequência. Pelo que demonstram alguns estudos variacionistas, a presença de consoante labial ou velar em contexto precedente funciona como um forte condicionador do alteamento da média posterior, o que, talvez, justifique o fato de [u] apresentar maior frequência que [ɔ].

Carta Nº	Vocábulos	[o]	[ɔ]	[u]
28	colheita	91%		9%
44	conheço	75%	6%	19%
45	comer	68%		32%
52	morreu	100%		
75	orelha	90%		10%
Percentuais gerais		84,80	1,20%	14,00%

TABELA 5. PERCENTUAIS REFERENTES ÀS CONCRETIZAÇÕES DA VOGAL MÉDIA POSTERIOR EM CONTEXTO PRETÔNICO EM VOCÁBULOS COM VOGAL TÔNICA FECHADA

- d. Nos vocábulos que apresentam vogal tônica alta, a tendência é ocorrer a média fechada (49,34%), apesar de a alta, como se verifica na tabela a seguir, apresentar índices bem próximos (45,16%) daquele. Observe-se, ainda, que quatro dos vocábulos em que ocorre a vogal alta apresentam consoante labial no contexto antecedente, considerado, como já se disse, um forte fator condicionante desse processo.

O vocábulo *polvilho* merece ser considerado à parte, pois, na sílaba pretônica, ora ocorre ditongo – [ow] ou [ɔw] – por conta da vocalização de /l/, que é categórica nos falares amazonenses, ora monotongo – [o] ou [ɔ] –, isto é, redução do ditongo, o que parece justificar a não ocorrência da variante alta.

Carta Nº	Vocábulos	[o]	[ɔ]	[u]	[ɔ]
40	notícia	46%		54%	
46	mosquito	30%		64%	6%
39	botinho	100%			
50	polvilho	75%	25%		
79	bonito	18%		82%	
87	assobio	27%		71%	2%
Percentuais gerais		49,34%	4,16%	45,16%	1,34%

TABELA 6. PERCENTUAIS REFERENTES ÀS CONCRETIZAÇÕES DA VOGAL MÉDIA POSTERIOR EM CONTEXTO PRETÔNICO EM VOCÁBULOS COM VOGAL TÔNICA ALTA

- e. Quando a média posterior se encontra em contexto de hiato, a norma é o alteamento, quer mantendo o hiato, quer propiciando a ditongação, processo que prevalece nos dados registrados, como demonstra a tabela a seguir. Registre-se, ainda, a presença, respectivamente, de média aberta e de vogal com timbre intermediário entre [o] e [ɔ], de baixa frequência – [ɔ].

Carta Nº	Vocábulos	[o]	[ɔ]	[u] / [w]	[ɔ]
31	leiloeiro	36%		64%	
53	assoalho	24%	5%	71%	
54	coador	14%	6%	74%	6%
56	proibido	72%	22%	3%	3%
58	magoadado	16%		84%	
64	canoinha	97,5%*		2,5%	
77	joelho	31%		69%	
Percentuais gerais		41,50%	4,70%	52,50%	1,30%

*Desse índice, 47,5% correspondem à vogal fechada com ditongação ([ow]).

TABELA 7. PERCENTUAIS REFERENTES ÀS CONCRETIZAÇÕES DA VOGAL PRETÔNICA MÉDIA POSTERIOR EM CONTEXTO DE HIATO

- f. Nos vocábulos que apresentam vogal tônica fonologicamente nasal, a pretônica média posterior tende a ser produzida como aberta (43,50%), embora, isoladamente, se observe o caso categórico de [o] em *oitenta*, e o índice significativo (57%) de alta em *trovão*, variante que suplanta a fechada.

Carta Nº	Vocábulos	[o]	[ɔ]	[u] / [w]	[ɔ]
48	trovão	39%	2%	57%	2%
49	inocente	27,5%	27,5%	45%	
51	chorão	12%	88%		
57	oitenta	100%			
76	coração		100%		
Percentuais gerais		35,70%	43,50%	20,40%	0,40%

TABELA 8. PERCENTUAIS REFERENTES ÀS CONCRETIZAÇÕES DA VOGAL PRETÔNICA MÉDIA POSTERIOR EM VOCÁBULOS COM VOGAL TÔNICA NASAL

Quando a vogal média posterior apresenta nasalidade de cunho fonológico, caso de *conversando*, mantém-se, categoricamente, a média fechada [õ], o que parece ser uma tendência em diversos outros falares. As pesquisas mostram que há maior probabilidade de a média anterior nasalizada sofrer alteamento do que a posterior, o que se pôde observar no item (c), com relação à carta fonética *mentira*.

Conforme os dados acima, pode-se afirmar, mais uma vez, a exemplo do que já tinha sido confirmado por Cardoso (1996), em artigo sobre o falar baiano, que Nas-

centes tinha razão. Na fala do Amazonas, também se observa a concretização aberta das médias pretônicas, embora se verifiquem, também, contextos em que predominem as realizações [e] e [o], bem como o alteamento [i] e [u].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALLOU, Dinah. *et al.* (1995): “Um problema na fonologia do português: as vogais pretônicas na fala culta carioca”, em Cilene da Cunha Pereira / Paulo Roberto Dias Pereira (orgs.), *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 59-70.
- CRUZ, Maria Luiza de Carvalho (2004): *Atlas Linguístico do Amazonas - ALAM*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (org.) (1996): *Caminhos e perspectivas para a Geolinguística no Brasil. Seminário Nacional*. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Instituto de Letras.
- NASCENTES, Antenor (1953²): *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Org. Simões.

Entre galego-português e castelhano: sobre a *marginalia* da tradução dos Salmos no manuscrito R da *General Estoria* de Afonso X

Mariana Leite

École Normale Supérieure de Lyon / Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade
mariana0leite@gmail.com

Between Galician-Portuguese and Castilian: on the *marginalia* of the Psalms in the R manuscript of Alfonso X's *General Estoria*

Resumo

Um dos mais antigos testemunhos da *General Estoria* de Afonso X, o manuscrito CXXV 2/3 da Biblioteca Pública Municipal de Évora, designado pela crítica como R, comprova a existência de um projecto de cópia selectiva da história universal alfonsina, apenas preservando a matéria bíblica. Neste códice do séc. xiv os capítulos reservados à tradução do *Saltério*, em castelhano, apresentam um número abundante de correcções, em letra gótica librária de uma cronologia próxima da letra do corpo do texto. Estas correcções surpreendem sobretudo pela ambiguidade linguística que apresentam: algumas palavras em castelhano grafadas conforme hábitos portugueses e vice-versa, estruturas sintácticas bilingues, e uma interessante ausência de correcção a partir do texto em latim. Este estudo apresenta uma selecção destes comentários de cariz linguisticamente compósito, observando como se aproximam ou afastam da Vulgata latina e dos outros testemunhos castelhanos para compreender as circunstâncias em que foram elaboradas as *marginalia* bilingues do testemunho R da *General Estoria*.

Palavras-chave

Literatura medieval, *General Estoria*, tradução, plurilinguismo, tradição manuscrita

Abstract

One of the oldest testimonies of Alfonso X's *General Estoria*, manuscript CXXV 2/3 in the Biblioteca Pública de Évora, known as R, proves the existence of a project of selective copying from this universal chronicle, since it only transmits Biblical material. In this 14th-century codex, the chapters reserved for translations of the Psalms into Castilian contain a large number of corrections, written in a gothic *libraria* script which closely resembles the script of the main text. These corrections are surprising in their linguistic ambiguity: some words in Castilian are written with Portuguese orthography and vice-versa; syntactic structures from one language are transposed into another; and there is a curious absence of corrections based on the Latin source text. This article presents a selection of these linguistically composite comments, observing how they resemble or deviate from the Latin Vulgate and the other witnesses to the *General Estoria*. Studying these bilingual *marginalia* will allow us to understand more clearly the circumstances in which they were produced.

Keywords

Medieval literature, *General Estoria*, translation, multilingualism, manuscript traditions

A *General Estoria*, história universal composta de e para Afonso X de Castela, reveste-se de uma grande complexidade de transmissão textual. Redigida a partir de 1274 até à morte do seu promotor em 1284, a obra insere-se na tradição das histórias universais da Idade Média europeia, começando na criação do mundo e propondo-se chegar até à vida do monarca. Para tal, seguir-se-á a narrativa bíblica, a par da matéria pagã – de Tróia ou de Roma – incluindo-se assim traduções integrais de várias fontes, como é o caso da própria Vulgata¹ mas também de autores latinos, como Ovídio² e Lucano, ou de romances inteiros, como os *Roman de Troie*³, *de Thèbes*⁴ ou *d’Alixandre*⁵. A proposta de contar toda a história da humanidade, fazendo-o em grande medida pela inclusão de traduções integrais, manifesta a visão alfonsina da narrativa historiográfica – contar a história é também registar tudo o que se pode compreender como legado histórico – o que fará da *General Estoria* um projecto que ultrapassa em grande medida qualquer outro projecto de historiografia universal coevo. Talvez apenas o *opus magnum* de Vincent de Beauvais, que compõe, no início do séc. XIII, o seu *Speculum Maius*, que inclui um *Speculum Historiale* de cariz universal, para o rei S. Luís de França, se possa aproximar em dimensões, mas enquanto o texto do autor francês está composto na tradicional língua de cultura, o Latim, a *General Estoria* é inteiramente redigida em castelhano, língua do rei que a promove e que reclama a autoria da obra, e propõe-se incluir toda a informação disponível sobre a história da humanidade até ao reinado do Afonso X. A morte do monarca em 1284 ditará o fim do projecto no início da sexta parte⁶, onde se iria começar a narrar a vida de Santa Maria, levando também à rápida dispersão dos testemunhos e à difusão de cópias bastante peculiares.

Com efeito, dos quarenta e dois testemunhos⁷ que transmitem matéria da *General Estoria*, nenhum inclui integralmente a obra alfonsina – tarefa difícil dadas as dimensões do texto – e apenas dois foram produzidos ainda na corte régia: um testemunho da primeira⁸ e outro da quarta⁹ parte. Ao mesmo tempo, a rápida dispersão de testemunhos ditará a fortuna editorial da obra, apenas editada integralmente em

¹ Os estudos sobre o papel da Bíblia na redacção da *General Estoria* são os mais numerosos. Vejam-se os estudos de Morreale (1982, 1984) e Menéndez Peláez (1977); além destes trabalhos, indicamos as considerações de Sánchez-Prieto Borja (2001, 2009).

² Sobre a presença deste autor latino na obra alfonsina, é indispensável a consulta da tese de doutoramento de Salvo García (2012).

³ Vejam-se os estudos de Solalinde (1916) e Casas Rigall (1999).

⁴ Gracia, Paloma (2003).

⁵ Willis, Raymond Smith (1934, 1935).

⁶ São as indicações do prólogo à sexta parte da obra, único vestígio desta secção do projecto, conforme se pode consultar na edição utilizada de 2009.

⁷ O elenco e estudo dos manuscritos podem ser consultados em Fernández-Ordóñez (2002).

⁸ Trata-se do manuscrito 816 da Biblioteca Nacional de España, conhecido como A.

⁹ Designado pela crítica como U, o manuscrito Urb. lat. 539 encontra-se na Biblioteca Apostólica Vaticana, Roma.

dez volumes no ano de 2009, levando à difusão do texto através de cópias parciais e à colocação de problemas editoriais complexos.

Tal é o caso da terceira parte da obra. Relatando a história do mundo entre o final do reinado de Salomão até ao fim do exílio na Babilónia, a terceira parte da *General Estoria* inclui, no que é uma inovação em relação às histórias universais suas contemporâneas, uma tradução integral dos livros sapienciais bíblicos, ou seja, dos livros atribuídos a David e a Salomão. A inclusão destas traduções revela o propósito alfonsino de nada deixar por contar: se por um lado se traduzem os textos de David e Salomão, modelos do poder régio com os quais Afonso X se identifica – nomeadamente pela produção literária/ jurídica – para que nada fique por dizer, por outro lado a tradução integral da Vulgata sublinha a concepção de que nada do texto sagrado poderia ser excluído. Em grande medida, a tradução integral do texto bíblico terá levado ao uso da *General Estoria* como uma história universal que também é uma bíblia romanceada e historiada, ou seja, uma tradução da Vulgata para uma língua vulgar que poderá incluir pequenos apontamentos de cariz historiográfico ou explicações teológicas de certas passagens. Este é o caso dos testemunhos CXXV 2/3 da Biblioteca Pública de Évora, que continua no manuscrito I.I.2 da Real Biblioteca de San Lorenzo del Escorial¹⁰.

O manuscrito preservado na biblioteca eborense, denominado pela crítica como R, apresenta uma série de complexidades que o tornam um dos testemunhos mais surpreendentes da *General Estoria*. Com efeito, apenas se pode adiantar que é um manuscrito da primeira metade do séc. XIV – pelo que o estado da língua e o estudo paleográfico deixam constatar¹¹ – que teve acesso a um testemunho integral da *General Estoria* – a inclusão de alguns elementos da matéria pagã comprovam o recurso a um testemunho anterior que incluiria o texto completo – que descende de um estado arquetípico da obra¹². É um manuscrito pergamináceo de grande luxo, composto por 261 fólios, embora incompleto, como se pode verificar pela profusão de imagens e capitais ornamentadas, na sua maioria inacabadas¹³.

A sua produção e aparência estética aproximam-no da escola alfonsina, embora o estado da língua revele alguma posterioridade em relação ao castelhano do séc. XIII¹⁴. Ao mesmo tempo, é um manuscrito que, revelando um cuidadoso labor gráfico, não deixa de transmitir uma série de erros e incoerências de cópia que manifestam

¹⁰ Este manuscrito é descrito e estudado por Trujillo Belso (2009).

¹¹ A proximidade entre R e os manuscritos alfonsinos é já indicada no estudo introdutório à primeira edição da segunda parte da obra de Alfonso X (García Solalinde / Kasten / Oelschäger 1957-1961).

¹² Seguimos as propostas indicadas por Fernández-Ordóñez (2002: 53).

¹³ A descrição deste manuscrito pode ser consultada no catálogo *online* da plataforma *Philobiblon* (ManId 1062): http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/beta_en.html.

¹⁴ Sánchez-Prieto Borja (2009: CXXIV) enuncia o seguinte sobre o testemunho: “Hemos situado R en los primeros años del siglo XIV. Mantiene bien ciertos rasgos de la lengua alfonsí, pero, con todo, se aprecia una notable modernización (...). Incluso presenta algún rasgo innovador, que sirven

a maior importância atribuída ao valor estético do objecto. Finalmente, é um dos testemunhos da *General Estoria* que transmite de forma parcial a história universal alfonsina, seleccionando apenas a matéria bíblica¹⁵. Todas estas facetas do manuscrito R contribuem para a dificuldade em compreender quer as circunstâncias em que o manuscrito foi produzido¹⁶, quer as razões para a sua fortuna.

Ao mesmo tempo que nada de seguro se pode saber sobre as circunstâncias que levaram à produção de R, também o seu destino se apresenta enigmático. As margens do manuscrito, especialmente para a tradução do livro dos Salmos¹⁷, estão repletas de anotações, correcções e apontamentos de leitura peculiares. Ao longo das mais de trezentas correcções que não se resumem à rasura ou acrescento de letras¹⁸, apenas duas notas não estão redigidas na mesma grafia, embora possam ser contemporâneas dos outros comentários. Ainda assim, manifesta-se a tendência para o hibridismo linguístico¹⁹.

D/escendera como la lluuja en el uelloscino e como/ destelleznos que destellan sobre la tierra nacera en os dias dele iustiça, auondança de paz ataa que seia tirada a/ lūa/ E asenhorarse a de lo mar ataa o mar e de lo rrio ataa os termos do/ mundo das terras/ deante dele cairam os etyopios e os emigos dele lamberam a terra Los/ Reyes de tharso (R, 95rI, 48-51)²⁰

El segundo fizo ezechias madado de samuel/ Rey de juda e es este el que dizen en latin/ Ego dixi in dimidio dierus meorum Et el/ terceiro fizo otrossi anna (R, 106rI, 51-54)²¹

Exceptuando estes dois apontamentos em escrita gótica mais cursiva, encontramos correcções elaboradas numa elegante letra gótica librária, bastante próxima da do corpo do texto, numa tonalidade de tinta mais escura, mas que nitidamente pertence sempre ao mesmo copista. De facto, esta *marginalia* sobressai não só pela abundância e pelo facto de corrigir sem cuidados estéticos um manuscrito de grande qualidade, mas também, e sobretudo, pela língua, ou línguas, em que os comentários estão redigidos.

para insertarlo en el espacio castellano norteño (...) [um elemento linguístico] parece situarlo en el oriente de Castilla”.

¹⁵ O mesmo fenómeno ocorre com o testemunho I.I.2; já o manuscrito Res. 279 da Biblioteca Nacional de España, do séc. XVI, descrito em Sánchez-Prieto Borja (2000).

¹⁶ Algumas hipóteses levantadas em Leite (2012: 27-30) são reavaliadas no presente estudo.

¹⁷ Matéria compreendida entre os fólhos 85r a 107v.

¹⁸ Um *corpus* de 317 correcções foi apresentado em Leite (2012: 34-139); os critérios de transcrição para os fragmentos podem ser consultados no mesmo trabalho (2012: 31-32).

¹⁹ Os elementos a destacar estão assinalados a negrito. Marcou-se a sublinhado todo o comentário, a par do texto a que corresponde em castelhano; mantiveram-se os itálicos que assinalam o desenvolvimento de abreviaturas.

²⁰ Leite (2012: 75).

²¹ Leite (2012: 128).

Na verdade, será difícil determinar qual a língua de partida do corrector das margens de R: a diglosia do autor da *marginalia* verifica-se pela flutuação ortográfica e lexical entre o castelhano e o galego-português, o que levou a que, num primeiro momento de pesquisa, fosse difícil determinar se estamos perante um corrector português que procura corrigir com anotações em castelhano ou um corrector castelhano demasiado contaminado por hábitos de escrita portugueses. Seja qual for o caso, parece nítido que as correcções foram executadas em contexto português, ou pelo menos em meios familiarizados com os hábitos de escrita chancelaresca introduzidos em Portugal a partir do reinado de Afonso III²².

Foram seleccionados do extenso *corpus* de correcções e anotações apenas alguns exemplos para cada uma das circunstâncias em que a língua do seu autor apresenta flutuações linguísticas. Considerem-se primeiramente algumas anotações com abreviaturas cujo desenvolvimento implica a formação de uma palavra em galego-português. Nestes casos, o uso da abreviatura que, em latim, corresponde a *us*, leva à formação de nomes e pronomes que se afastam do castelhano:

en la çiudad del/ nuestro dios **deus** la fundo para en siempre (R, 92rI, 9-10)²³

Sacrifica a dios sa/crificio de alabança e da **teus uotos** todos sacrificios al muy/alto (R, 92rII, 21-23)²⁴

Menbreme de los **teus juizos** mandados del/ siglo aca sennor e conorteme Desfallesçi/mjento me touo por los peccadores que desenpara/uan la tu ley (R, 102vI, 8-11)²⁵

Os três exemplos seguintes revelam a aproximação à Vulgata latina pelo recurso a correcções que se aproximam, quer etimológica, quer semanticamente, do latim. Estes exemplos devem ser vistos em comparação com os outros dois testemunhos, mais tardios, da terceira parte da *General Estoria* que também transmitem os Salmos²⁶.

No primeiro caso, o corrector rasura “alegratvos”, para o substituir pelo verbo “gloriar”, derivado do verbo em latim. Os outros dois testemunhos apresentam uma tradução mais afastada do texto latino:

laetamini in Domino et exultate iusti et **gloriamini** omnes recti corde (Sal. 31: 11)²⁷

²² A este propósito, remetemos para Moreira (2012).

²³ Leite (2012: 59).

²⁴ Leite (2012: 60).

²⁵ Leite (2012: 108).

²⁶ Os dois manuscritos usados para confronto são o Y-I-8 da Real Biblioteca de San Lorenzo del Escorial, ou Y8, e o 7563 da Biblioteca Nacional de España, ou BN.

²⁷ Utilizou-se a edição da Bíblia Vulgata integralmente disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/bible.html> (Março 2016), versão digital da edição de Estugarda.

Alegratuos en el señor et/ exalçatuos los iustos exalçatuos los iustos ~~e alegratuos~~
e gloriadeuos todos/ los derechos de coraçon (R, 89vI, 21-23)²⁸

alegraduos en el señor los/ justos a los derecheros con/ujene el alabamjento
(Y8, 10vI, 36-38)

[a]llegradvos enl señor/ los justos a los dereche/ros conviene el alaba/mjento
(BN, 14vI, 11-14)

O segundo exemplo apresentado demonstra, tal como no caso anterior, a escolha de um nome derivado do original em latim, afastando-se assim da opção inicial, provavelmente presente já no arquétipo, *mandados*. Embora não haja rasura do nome, a nota indica que o termo mais adequado, segundo o corrector, seria *juízos* e não *mandados*.

confige timore tuo carnes meas a iudiciis enim; tuis timui ain feci **iudicium**
(Sal. 118: 120-121)

Apega/ las mis carnes con el tu dedo miedo ca me temi/ de los tus mandados
juízos (R, 103rI, 10-12)²⁹

apega las/ mjs carnes con el tu mjedo ca me/ temj de los tus **mandados** (Y8,
34rI, 29-31)

Apega las mjs carnes/ con el tu mjedo Ca me temj/ de los tus **mandados** (BN,
46rI, 30-32)

Finalmente, o terceiro exemplo apresentado revela a consciência linguística do corrector. Se na Vulgata latina se menciona a presença sob o olhar de Deus (*in conspectu*), naturalmente que a conjunção *como*, presente no arquétipo, que implica uma comparação, não será considerada pelo corrector opção mais adequada para a tradução.

quia non iustificabitur **in conspectu** tuo omnis vivens (Sal. 142: 2)

ca non sera fecho ius/to **ante** como ti ningun uiujente (R, 105rII, 8-9)³⁰

ca non sera/ fecho justo como tu njnguno biuiente (Y8, 38rI, 16-17)

ca/ non sera fecho justo commo tu njnguno/ bjbjente (BN, 51vI, 37-51vII, 2)

O último conjunto de exemplos apresentados é constituído por casos em que ocorre a introdução de morfemas ou estruturas sintagmáticas do galego-português. Se em alguns exemplos, como os primeiros, se encontram sintagmas completos em

²⁸ Leite (2012: 47).

²⁹ Leite (2012: 112).

³⁰ Leite (2012:123).

galego-português, nos exemplos seguintes pode verificar-se a flutuação entre línguas no corpo de um mesmo sintagma, prova do hibridismo linguístico do corrector.

Como exemplo, atente-se na contracção de proposição e artigo, apenas possível no galego-português, assim como a forma feminina do determinante possessivo; os outros dois testemunhos castelhanos omitem o sintagma nominal.

enfermaran ellos e perescran **da tua face** Ca/ feziste tu el mi juyso (R, 86rII, 29-30)³¹

enfermeran ellos y perescran/ Ca feziste tu el mi juyso (Y8, 5rI, 30-31)

enfermeran ellos e pe/rescran Ca feziste tu el mi// juizio (BN, 6vI, 31-32)

Um fenómeno similar ocorre com o exemplo seguinte:

Espera en el señor e faz ua/ronilmente e sosten al señor tu coraçon/ esforçado **o teu coração** esforçare (R, 88vII, 44-46)³²

Espera al señor faz varo/njl mente y sosten al señor. (Y8, 9vI, 7-8)

espera al señor/ faz baronjilmente e sosten al señor (BN, 12vII, 21-22)

O terceiro caso, similar aos anteriores, apresenta também o determinante possessivo na sua forma feminina, que não existe em castelhano:

Manda dios a la **tua** uirtut con/firma dios a la tu uirtud esto que obreste en nos (R, 94vI, 8-9)³³

Manda dios/ a la **tu** vjrtud confirma dios esto que/ obreste en nos (Y8, 19rII, 33-35)

manda dios a la/ **tu** virtud confirma dios esto que obre/ste en nos (BN, 26rII, 6-8)

O segundo conjunto de exemplos é constituído por ocorrências em que se procede à redacção das consoantes palatais usando grafias características da escrita em português após meados do séc. XIII. Encontramos assim ocorrências do uso dos dígrafos <lh> e <nh> para representar as consoantes palatais lateral [ʎ] e nasal [ɲ], respectivamente. Estes dados são especialmente interessantes por coexistirem, para a representação da consoante palatal nasal, o uso das formas <ñ>, <nn> e <nh> na escrita do corrector:

³¹ Leite (2012: 36).

³² Leite (2012: 44).

³³ Leite (2012: 70).

Monte quando **qualhado**/ monte grueso porque catedes suso a los montes/
qualhados querades (R, 94rII, 42-44)³⁴

Et firio/ las **ujnhas** uelans e las figueras dellos e quebranto los/ sus aruoles de
los sus termjnos (R, 100rI, 38-40)³⁵

Senhor libra la mj alma/ misericordioso e iusto **el senhor**/ e el nuestro dios a
mercet (R, 101vII, 19-21)³⁶

Finalmente, é ainda possível encontrar algumas estruturas frásicas mais longas onde a tendência para a diglosia do corrector é mais evidente. Tal é o caso dos exemplos indicados, onde palavras e grafias galego-portuguesas convivem com palavras e grafias castelhanas, nomeadamente os determinantes artigos galego-portugueses a par dos castelhanos.

e seet alçadas puertas/ perdurables e entrara el Rey de gloria Quien es este re/
de gloria **senho**[...]/ forte e poderoso/ **podero**/ so/ en **batalha** Alto/ Alcad los
principe/ uostras portas/ sed alcad as po[...]/tas durabres/ tem el rey de gl [...]/
Quien/ es este Rey de gloria el senhor de la gloria e el/ senhor de las uirtudes
esse es el Rey de gloria (R, 88rII, 44-47)³⁷

La casa de israel espero en el senhor ayudador dellos/ e defendedor dellos es
A casa de arom esperou en el **senhor** su ayudador/ e su defendedor es/ los que
temem al **senhor** esperarom en el **senhor** su aju/dador e su defendedor es El
señor se membro de/ nos e bendixo a nos (R, 101vI, 53-56)³⁸

Interessantes também são as estruturas que podem ser consideradas completamente redigidas em galego-português; menos correntes, estes casos não deixam de colocar interrogações sobre a compreensão linguística do autor das correcções ao manuscrito R:

E assento alli los que aujen fam/bre e establecieron cidade para/ **morar** fruto de
su nacimiento natural/ E semearom canpos e prantaron **ujnhas** e/ **fezerom fru-**
tu naturalmente E bendixolos e son amuchiguados mucho (R, 100vII, 19-21)³⁹

Enuie/ yo la mi oraçion en la uista del e digo mio/ quebranto a el **En desfa-**
lecendo de mim o meu spiritu e tu conheceste/ as minhas carreiras En esta
carrera que yo/ andaua me ascondieron lazo los soberuios (R, 105rI, 49-52)⁴⁰

³⁴ Leite (2012: 70).

³⁵ Leite (2012: 94).

³⁶ Leite (2012: 102).

³⁷ Leite (2012: 41).

³⁸ Leite (2012: 102).

³⁹ Leite (2012: 99).

⁴⁰ Leite (2012: 122).

Ley Egem pon a mi señor en la carrera de/ las tus derechuras e demandar la he yo/ siempre Cdame entendimiento e es/codrinne la tu ley e guardar la he em todo meu coraçom/ todo en todo Guya me e adume a la/ carrera de los tus mandados ca essa quis/ Humjlla el mj coraçon em los tus testimonjos et/ non auaricia Torna los mjos oios a outra par/te porque non uean uanidat (R, 102rII, 33-41)⁴¹

A análise mais atenta destes exemplos – que, note-se, são uma amostra pequena mas significativa de um *corpus* muito mais extenso – pode levar a ponderar algumas hipóteses sobre as circunstâncias de correcção do manuscrito e, através delas, das circunstâncias da sua chegada a Portugal.

Como é possível verificar, o corrector em questão faz uso de hábitos de escrita afins aos da chancelaria régia portuguesa. Sendo o manuscrito R da primeira metade do séc. XIV, e comparando o tipo de letra do corpo do texto com as *marginalia*, nota-se a proximidade paleográfica entre ambas as mãos, o que sugere a proximidade cronológica entre a redacção do manuscrito em castelhano e as correcções híbridas de português e castelhano. Por outro lado, é necessário voltar a sublinhar o contraste entre o estatuto luxuoso do manuscrito e as correcções abruptas e sem atenção estética. Estamos assim perante um corrector que está autorizado – ou que se autoriza – a inscrever no manuscrito a sua versão da tradução dos Salmos sem problemas. Finalmente, é nítida a flutuação entre línguas e grafias de que o corrector sofre.

Ao debruçarmo-nos sobre as estratégias de escrita e, sobretudo, aos erros do corrector, torna-se possível delinear o seu perfil. Trata-se de alguém com conhecimentos de latim, conhecedor dos Salmos de cor; eventualmente, a imagem que surge no verso do fólio 94 será um autorretrato. Será seguramente alguém de formação eclesiástica, possivelmente um membro do clero, com autoridade suficiente para proceder à correcção do manuscrito. Às características paleográficas acresce a linha chanceleresca seguida pelo corrector: é alguém com formação na escola portuguesa, habituado às grafias em uso na corte de Portugal desde a segunda metade do séc. XIII. Poder-se-á assim colocar o corrector em meios ligados à corte portuguesa, eventualmente um clérigo que ou herdou ou, mais provavelmente, tem acesso a uma biblioteca régia. Finalmente, o tipo de erros cometidos demonstra que o seu conhecimento de castelhano será passivo. A diglossia do corrector sugere que não estejamos perante um falante propriamente bilingue, uma vez que há uma clara tendência para corrigir em castelhano mas acabar por redigir em galego-português. Ora, este fenómeno apenas faz sentido se estivermos perante um autor português que tenta corrigir o texto na língua em que este está redigido mas que, involuntariamente, acaba por denunciar a sua língua materna nos erros de castelhano que comete. Neste sentido, poderemos determinar que o corrector é um nativo de gale-

⁴¹ Leite (2012: 107).

go-português, fluente em latim e provavelmente conhecedor passivo do castelhano, ou seja, alguém capaz de ler e compreender perfeitamente a língua do texto, mas que comete lapsos ao escrever nessa mesma língua. Tendo o texto em latim memorizado, o corrector tenderá a recorrer à sua língua materna, o galego-português, no processo de tradução para o castelhano, o que provoca os fenómenos de hibridismo lingüístico assinalados.

A obra maior de Afonso X, a *General Estoria*, apresenta ainda muitos enigmas por decifrar. As circunstâncias da sua produção encerram tantas questões como a sua fortuna. A rápida dispersão de testemunhos, a par da produção de cópias selectivas como a de R, dificultam a identificação de quem terá encomendado cópias. No caso do testemunho R, elaborado num período tão recuado – é o testemunho mais antigo, com excepção dos manuscritos régios – mais indagações se poderia fazer. Podemos, contudo, determinar que, se não a *General Estoria* na sua totalidade, pelo menos o manuscrito R já se encontrava em Portugal no séc. XIV, sendo lido e corrigido por nativos galego-portugueses. Aguarda-se, assim, a confirmação da existência de outros leitores da obra alfonsina durante este período⁴².

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GARCÍA SOLALINDE, Antonio / Lloyd A. KASTEN / Víctor OELSCHÄGER (eds.) (1957-1961): Alfonso X. *General Estoria. Segunda Parte*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas / Instituto Miguel de Cervantes.
- SÁNCHEZ-PRieto BORJA, Pedro (coord.): Alfonso X el Sabio. *General Estoria*. Madrid: Fundación José António de Castro.
- CASAS RIGALL, Juan (1999): *La materia de Troya en las letras romances del siglo XIII hispano*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- FERNÁNDEZ-ORDOÑEZ, Inés (2002): “General Estoria”, em Carlos Alvar / José Manuel Lucía Megías (eds.), *Diccionario Filológico de Literatura Medieval Española*. Madrid: Castalia.
- GRACIA, Paloma (2003): “Singularidad y extrañeza en algunos lugares de la “Estoria de Tebas” (General estoria, Parte II), a la luz de la *Histoire ancienne jusqu’à César*”, *Bulletin Hispanique*, t. 105, n.º 1, 7-17.
- LEITE, Mariana (2012): *A General Estoria de Afonso X em Portugal: as múltiplas formas de recepção do texto alfonsino entre os séculos XIV e XVI*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MENÉNDEZ Peláez, Jesús (1977): “Las biblias romanceadas y su influencia en la *General Estoria*”, *Studium ovetense*, v, 37-65.

⁴² Possibilidade levantada por Miranda (2015).

- MIRANDA, José Carlos (2015): “A *Crónica de 1344* e a *General Estoria*: Hércules e a Fundação da Monarquia Ibérica”, em Marta Haro (ed.), *Literatura y Ficción: ‘estorias’, aventuras y poesía en la Edad Media*. Valência: Universitat de València, 209-224.
- MOREIRA, Filipe Alves (2012): “Notas sobre a convivência de línguas em Portugal no século XV e a tradução da *Crónica de Alfonso X*”, *e-Spania* [Online], 13.
- MORREALE, Margherita (1982): “La *General Estoria* de Alfonso X como Biblia”, em G. Bellini (ed.), *Actas del Séptimo Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas (Venecia, 1980)*, vol. I. Roma: Bulzoni editore, 767-773.
- MORREALE, Margherita (1984): “La fraseología bíblica en la *General Estoria*: observaciones para su estudio”, em A. Crisafulli (ed.), *Linguistic and Literary Studies in honor of Helmut A. Hatzfeld*. Washington D.C.: The Catholic University of America Press, 269-278.
- SALVO GARCÍA, Irene (2012): *Ovidio en la General Estoria de Alfonso X*. Lyon: École Normale Supérieure de Lyon / Universidad Autónoma de Madrid
- SÁNCHEZ-PRieto BORJA, Pedro (2000): “Hallazgo de un nuevo manuscrito con segmentos desconocidos de la Tercera Parte de la *General estoria*”, *Revista de Literatura Medieval XII*, 247-272.
- SÁNCHEZ-PRieto BORJA, Pedro (2001): “Introducción”, em Pedro Sánchez-Prieto Borja (coord.), *General Estoria. Primera Parte, vol. I, Génesis. vol. II, Éxodo, Levítico, Números, Deuteronomio*. Madrid: Fundación José Antonio de Castro.
- SÁNCHEZ-PRieto BORJA, Pedro (2009): “Introducción”, em *General Estoria de Alfonso X. Primera Parte*. Madrid: Fundación José António de Castro.
- SÁNCHEZ-PRieto BORJA, Pedro (2009): “Introducción”, em Pedro Sánchez-Prieto Borja (coord.), *General Estoria. Tercera Parte*. Madrid: Fundación José Antonio de Castro, CXXIV.
- SOLALINDE, Antonio (1916): “Las versiones españolas del *Roman de Troie*”, *Revista de Filología Española*, vol. III, 121-165.
- TRUJILLO BELSO, Elena (2009): *Edición de los Libros de los Macabeos de la Quinta Parte de la General Estoria*. Tesis Doctoral. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.
- WILLIS, Raymond Smith (1934): *The relationship of the Spanish Libro de Alexandre to the Alexandreis of Gautier de Châtillon*. Princeton: Princeton University Press.
- WILLIS, Raymond Smith (1935): *The debt of the Spanish Libro de Alexandre to the French Roman d’Alexandre*. Princeton: Princeton University Press.

A Geometria de Traços na representação das fricativas sibilantes nas *Cantigas de Santa Maria**

Mariana Moretto Gementi*

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
mariana_moretto@hotmail.com

Feature Geometry in the Representation of Sibilant Fricatives in the *Cantigas de Santa Maria*

Resumo

O principal objetivo do presente trabalho é estudar as fricativas sibilantes a partir das relações entre letras e sons, e as possíveis grafias nas *Cantigas de Santa Maria*. Foram escolhidas as consoantes fricativas, pois há controvérsias quanto à consideração da oposição acerca das fricativas entre os autores que vêm estudando o assunto. Além disso, a grande produtividade das fricativas na lírica medieval galego-portuguesa é de considerável relevância. A metodologia baseia-se na observação da possibilidade (ou não) de variação gráfica na representação das consoantes e na consideração da possibilidade (ou não) de rima entre essas palavras específicas para determinar sua possível realização fonética naquela época. A análise do sistema consonantal do Português Arcaico especificamente no que concerne às fricativas sibilantes, foi embasada na teoria fonológica não linear, especialmente o modelo de Geometria de Traços (Clements / Hume 1995) - e para o Português Brasileiro, Cagliari (1998a). Por meio desta pesquisa pretendemos mostrar se as ocorrências das fricativas sibilantes no Português Arcaico apresentam as mesmas características que encontramos hoje no Português Brasileiro ou não.

Palavras-chave

Fricativas sibilantes, Português Arcaico, *Cantigas de Santa Maria*

Sumário

1. Introdução. 2. Corpus: *Cantigas de Santa Maria*. 3. Subsídios teóricos. 4. Procedimentos metodológicos. 5. Análise dos dados. 6. Considerações finais.

Abstract

The main objective of this work is to study the sibilant fricatives from the relationships between letters and sounds, and their possible spellings, in the *Cantigas de Santa Maria*. Fricative consonants have been chosen because there are controversies regarding the consideration of the opposition concerning fricatives among the authors who have studied this subject. In addition, the high occurrence of fricatives in the Galician-Portuguese medieval lyric is of considerable relevance. The methodology is based on the observation of the possibility (or not) of graphic variation in the representation of consonants and on the consideration of the possibility (or not) of rhyme between these specific words to determine their possible phonetic character at that time. The analysis of the Archaic Portuguese consonantal system, specifically concerning the sibilant fricatives, was based on non-linear phonological theory, especially the model of Feature Geometry (Clements / Hume 1995), and also considering the Brazilian Portuguese, Cagliari (1998a). Through this research, we intend to show if the occurrences of sibilant fricatives in Archaic Portuguese present or not the same characteristics that we find today in Brazilian Portuguese.

Keywords

Fricative sibilants, Archaic Portuguese, *Cantigas de Santa Maria*

Contents

1. Introduction. 2. Corpus: *Cantigas de Santa Maria*. 3. Theory. 4. Methodological procedures. 5. Analysis. 6. Final considerations.

* O presente trabalho vincula-se ao grupo de pesquisa *Fonologia do Português: Arcaico & Brasileiro*, que congrega um grupo de estudantes de Graduação e de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Araraquara, Brasil, e é coordenado pela Prof^a. Dr^a. Gladis Massini-Cagliari.

** Bolsista CAPES.

1. Introdução

As reflexões que apresentamos neste artigo estão centradas nas fricativas sibilantes nas *Cantigas de Santa Maria (CSM)* e na observação de se existem ou não as oposições apontadas pelos estudiosos entre fricativas surdas e sonoras e entre dentais e alveolares em todas as posições silábicas, ou se essas oposições são condicionadas pela posição da consoante na sílaba. Portanto, este estudo pretende investigar se, em todas as posições, as palavras contendo consoantes grafadas com <s>, <z> e <x>, e também as grafadas com <c>, <ç>, <sc>, <ss> podiam alternar graficamente ou rimar entre si ou não, estabelecendo se, no Português Arcaico (PA), havia ou não oposição entre os fonemas representados por esses grafemas nos contextos de início e de final de sílaba.

A escolha das cantigas religiosas como *corpus* do trabalho deve-se ao fato de que, por meio da análise das rimas, é possível obter pistas satisfatórias sobre a realização fônica de vogais e consoantes em momentos passados da língua, dos quais não se têm registros orais.

Dessa forma, mapeamos e analisamos todas as rimas encontradas nas *CSM*. Levando em consideração que uma única letra pode estar associada a mais de um fonema, analisamos e observamos as possibilidades de rima no *corpus* selecionado, entre as fricativas sibilantes, para alcançarmos os resultados pretendidos.

Ressaltamos que, ao buscarmos informações sobre os sons da época, não partimos da simples hipótese de que dados da escrita sejam mera transcrição da fala. Acreditamos que a falta de normalização ortográfica oferecia condições favoráveis para que elementos da fala fossem reproduzidos na escrita. Sobre o assunto, Mattos e Silva (2006: 42) argumenta:

Discute-se muito sobre a relação entre os dados que a documentação medieval fornece e a língua então falada. Isto é, discute-se se é possível chegar, através da documentação escrita, ao português corrente. Há até quem defenda que sobre a documentação arcaica só se possam construir gramáticas de textos, nunca uma gramática de um estado de língua passado [...]. Consideraremos, contudo, que, sendo a documentação escrita que permanece, e sendo esta uma representação convencional da fala, desta teremos nos documentos um reflexo que permite tirar conclusões até certo ponto seguras, no nível fônico-mórfico [...]. Do mesmo modo, se o que está escrito procura espelhar a voz e esta nos falta, pelo escrito se pode deprender, embora não integralmente, a língua no seu uso primeiro, em qualquer dos níveis em que se pode estruturá-la: fônico, mórfico, sintático, discursivo.

Segundo Maia (1997²: 303), apesar de haver discussões sobre a relação entre grafema e fonemas, na interpretação dos textos do português antigo,

algumas -ou mesmo muitas- formas da língua falada escaparam na transcrição de documentos desse teor [escritos] e, através da sua análise e interpretação, muitos dados se podem obter e algumas conclusões se podem formular.

É importante ressaltar que consideramos as palavras de Mattos e Silva (2006) e de Maia (1997²), quando utilizamos a grafia do *corpus* para análise e como espelho do português falado na época trovadoresca.

Maia (1997²: 304) salienta também que, para interpretar os textos antigos no que se refere às relações entre grafemas e fonemas, é necessário conhecer o estado fonológico da língua, estudar e conhecer as gramáticas coevas ou de épocas ligeiramente posteriores, para, então, observar o processo evolutivo da língua. Além disso, a autora afirma que muitas vezes, para esclarecer dúvidas concretas, os textos poéticos da época fornecem alguns dados, sobretudo no que se refere às formas que, pelo fato de aparecerem em rima, nos oferecem informações bastante seguras sobre aspectos da pronúncia do período arcaico. Então, considerando essa afirmação sobre as rimas, procuramos nelas as informações sobre as consoantes fricativas sibilantes no PA.

2. Corpus: Cantigas de Santa Maria

As *CSM* foram escolhidas como *corpus* deste trabalho porque, além de fazerem parte do *corpus* do grupo de pesquisa ao qual este projeto está vinculado, são uma das fontes mais ricas do galego-português (cf. Mettmann 1986, 1988, 1989, 1972; Parkinson 1998; Leão 2002).

Através da observação de textos poéticos podemos levantar questões sobre aspectos da pronúncia da língua daquele período, sobretudo com relação à prosódia. Massini-Cagliari e Cagliari (1998: 83) exemplificam esta importância quando se trata de uma análise linguística de línguas antigas: “A tradição da análise poética tem mostrado que a poesia pode revelar a duração das sílabas, a localização do acento e pausas (cesuras) e um valor melódico/rítmico de natureza acústica”.

As *CSM* são a maior coletânea medieval de poesias em louvor à Virgem Maria. Encomendadas pelo então rei de Leão e Castela, D. Afonso X¹, as cantigas medievais

¹ De acordo com Filgueira Valverde (1985), Afonso X nasceu em 22 de novembro de 1221, na cidade de Toledo. Foi filho primogênito de Fernando e Beatriz Suabia e passou parte de sua infância na Galícia. Em 1246, casou-se com a princesa Yolanda e, algum tempo depois, começou seu reinado, em 1251. De acordo com Vieira (1987: 141), Afonso X teve “um governo atribulado, cheio de conflitos externos e internos, que culminaram com a revolta de seu filho D. Sancho, o qual procurou apossar-se do trono, em 1282, abandonado por todos, inclusive por seu neto, D. Dinis, rei de Portu-

religiosas foram escritas na segunda metade do séc. XIII, em galego-português. A obra mariana é um documento literário, musical e artístico da mais elevada importância (Parkinson 1998: 179) e o mais rico da Idade Média (Mettmann 1986b: 7, Bertolucci Pizzorusso 2002: 142). Para Lapa (1993: iii), a coletânea afonsina é “um dos mais primorosos monumentos da língua e literatura galego-portuguesa”.

O conjunto das cantigas afonsinas é composto por 420 poemas marianos musicados, divididos entre cantigas narrativas ou de milagres, as quais contam os feitos milagrosos da Virgem Santa Maria, a respeito de ajuda com enfermidades, socorro e perigos, ou também na ajuda às decisões do Rei D. Afonso X, e cantigas líricas, de louvor à Virgem Maria como auxiliadora, mediadora e interventora (Bertolucci Pizzorusso 2002: 143).

As *CSM* encontram-se distribuídas em quatro manuscritos provenientes do final do séc. XIII. Segundo Parkinson (1998, p. 180), dos quatro manuscritos, o menor e o mais antigo é o *códice de Toledo* (To), o mais rico em conteúdo artístico é o *códice rico* de El Escorial (T), que, juntamente com o *códice de Florença* (F), formam os chamados *códices das histórias*, e o mais completo é o *códice dos músicos* de El Escorial (E). Schaffer (2000: 207) afirma que o *códice* de To é o único que foi terminado, os demais (T, F e E) estão inacabados.

Todas as *CSM* são escritas em galego-português e quase todas contêm notação musical, acompanhadas por pautas musicais que eram cantadas². A autoria é atribuída geralmente a Afonso X, o Rei Sábio, porém, a autoria do total das cantigas pelo rei é contestada por diversos estudiosos. Além da notação musical, as cantigas contêm, também, iluminuras - desenhos miniaturizados que representam o conteúdo que está sendo narrado na respectiva cantiga.

Mongelli (2009: 287) considera “o repertório afonsino um dos mais esplêndidos documentos musicográficos da Idade Média”. Sobre o assunto, Bertolucci Pizzorusso (2002: 144) salienta que a coletânea das cantigas trovadorescas é uma obra para ser vista e ouvida, na qual “uma milagristica por imagens junta-se à milagristica em versos”. Há um perfeito equilíbrio entre texto, melodias e pintura e, assim, Mettmann (1986b: 8) afirma que as *CSM* ocupam um lugar privilegiado na literatura medieval e revelam que, para seu principal idealizador, o Rei Afonso X, a música e a pintura não eram menos importantes do que o “contar”, o “trovar” e o “rimar”. Sobre esse assunto, Leão (2007: 30-31) declara:

gal, acabou sendo socorrido pelo rei mouro de Marrocos”. O Rei Sábio morreu em Sevilha, em 4 de abril de 1284, aos 63 anos, tendo sido rei até sua morte. Durante todo esse período, “sua figura está no centro da atividade poética ibérica do século XIII” (Bertolucci Pizzorusso 2002: 37).

² O *códice de Firenze* não contém notação musical, apenas o espaço destinado a colocá-la posteriormente; mas infelizmente, isto nunca chegou a acontecer.

Conforme se reconhece hoje, os textos, as iluminuras e as notações musicais, em conjunto, fazem das Cantigas de Santa Maria uma das mais ricas de toda a Idade Média - o que justifica que tenha sido caracterizada por Menéndez y Pelayo como “a Bíblia estética do século XIII”.

Após o conteúdo exposto, podemos reforçar o argumento de que a escolha das *CSM* como *corpus* deste trabalho é muito pertinente, pois representam a linguagem dos trovadores e os costumes da época. Além disso, a obra mariana possui uma imensa riqueza lexical. Segundo Leão (2007: 152-153), as *CSM* apresentam uma grande riqueza, pois não se limita à tópica amorosa como as cantigas de amigo e de amor.

Pode-se observar também que a versificação das *CSM* é extremamente sofisticada, tanto na escolha e combinação dos metros, quanto na construção das estrofes e na disposição das rimas, deixando longe a simplicidade estrutural das cantigas de amigo e mesmo das cantigas de amor.

Portanto, a obra afonsina é considerada um precioso documento linguístico e verdadeira obra de arte literária, iconográfica e musical, e também uma valiosafonte histórica para o conhecimento do viver e do morrer da época.

3. Subsídios teóricos

A análise do sistema consonantal do Português Arcaico, especialmente no que concerne às fricativas sibilantes, foi embasada nas teorias fonológicas não lineares, especialmente nos modelos de Geometria de Traços (Clements / Hume 1995). A abordagem inicial dos dados, para estabelecer se havia ou não oposição entre os sons representados pelos grafemas focalizados, foi tomada a partir do modelo estruturalista de Pike (1947a, 1947b).

4. Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada baseia-se na observação da possibilidade (ou não) de variação gráfica na representação das consoantes e na consideração da possibilidade (ou não) de rima entre palavras específicas para determinar sua possível realização fonética naquela época. Faz parte dos procedimentos metodológicos de nossa pesquisa a consulta a glossários e dicionários do português medieval, a fim de auxiliar no mapeamento das ocorrências nas cantigas medievais. Dentre os glossários e dicionários utilizados, citamos: o glossário de Mettmann (1972) e o rimário de Betti (1997).

As ocorrências de cada grafema específico representativo de consoantes fricativas no PA foram quantificadas de acordo com a posição em que ocorrem na sílaba (*onset* ou *coda*). Abaixo, como ilustração, apresenta-se um exemplo dos procedimentos de mapeamento dos dados propostos para esta pesquisa. O exemplo citado é um fragmento da *Cantiga de Santa Maria* de número nove (*CSM* 9). As palavras que possuem fricativas serão grafadas em negrito:

(1)
Cantiga 9
O monge da dona | non foi **connoçudo**,
onde **prazer** ouve, | e ir-**se quisera**;
logo da capela | u era metudo
non viu end´a porta | nen per u veera.
“Por que non **leixamos**.”
contra **ssi dizia**,
“e **sen demorança**,
esta que **conpramos**,
e **Deus** tiraria
nos desta balança?”
Por que nos ajamos...
[...]

Conforme podemos observar abaixo, depois de mapeadas as ocorrências das fricativas, foram elaborados quadros, nos quais os grafemas foram divididos entre *onset* (início e meio de palavra) e *coda* (meio e fim de palavra); assim, pudemos observar e quantificar todas as ocorrências das fricativas sibilantes nas *CSM*. Os resultados das ocorrências serão analisados tanto quantitativa, quanto qualitativamente.

CANTIGAS DE SANTA MARIA		
Consoantes Sibilantes	Quantidades	Percentual (≈)
Onset	3.636	51,00 %
Coda	3.520	49,00 %
Total	7.156	100,00 %

QUADRO 1. QUANTIFICAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DAS CONSOANTES FRICATIVAS SIBILANTES MAPEADAS NAS *CSM*

Após o levantamento quantitativo, os dados foram analisados com base na variação dos grafemas representativos de cada fonema, visando estabelecer as relações entre letras e sons, para as fricativas, naquele período específico da língua.

5. Análise dos dados

Na posição de *onset*, observamos que os segmentos representados pelos grafemas <s>, <z>, <c>, <ç> e <ss> estão em oposição fonológica. No caso, o grafema <ss> está em oposição com <s> no contexto intervocálico, já os grafemas <c> e <ç> representam o mesmo som, não estando em oposição. Exemplo disso é a configuração das rimas da vigésima *CSM*.³

(2)

Cantiga 20

Virga de **Jesse**, 2

quen te **soubesse** 3

loar como **mereces**, 4

e sen **ouvesse** 5

per que **dissesse** 6

quanto por nos **padeces!** 7

Na cantiga acima, podemos observar que o grafema <ss> não rima com <c> diante de <e>. O grafema <ss> só rima com o que está grafado com <ss>. Algo semelhante acontece com o grafema <c>, que só rima com o que está grafado com <c> e <ç>. No terceiro e sexto versos ocorre o acréscimo, no final da palavra, de um <s>, como em *mereces* e *padeces* que, por sua vez, rimam entre si. Na posição de *onset* da rima, ocorre a oposição entre a fricativa sonora e surda, de modo semelhante ao que ocorre na posição de *onset* em outros contextos.

No mesmo contexto, por exemplo, diante de vogal, a letra <z> representa o som de /z/ e as ocorrências das letras <s> e <ss> representam a realização do fonema /s/, como ocorre em meio de palavra em posição de *onset*. Como podemos observar no exemplo (3), abaixo, *pobreza* rima com *riqueza*, em que <z> representa o som de /z/.

(3)

Cantiga 75

Omildade con **pobreza** 4

que a Virgen corõada, 5

mais d'orgullo com **riqueza** 6

é ela mui despegada. 7

Já os exemplos em (4) mostram que palavras com sibilantes grafadas com <c, ç, z> podem rimar entre si, porém não rimam com palavras grafadas com <s, ss>. Este fato comprova que, muito provavelmente, esses grafemas representam uma fricativa diferente de /s/, talvez uma dental /θ/.

³ Segundo Mettmann (1986a), na Cantiga 20, o sistema rimário é constituído por: AABAAB. As sílabas finais, em posição de rima, trazem no *onset* o som [s], representado ora por <ss> ora por <c>.

(4)

Cantiga 28

Onde daquesta **razon** 5
 un miragre vos quero 6
 contar mui de **coraçon** 7
 que fez mui grand'e fero 8
 a Virgen que nin á par, 9
 que nin quis me perdudo 10
 foss'ó poboo qu eguardar 11
 avia, nen vençudo. 12
 Todo logar mui ben pode | seer deffendudo... 13

Cantiga 65

Respos a Virgen con paravoas **doces**; 170
 “Vay ora mui quedo e non t' **alvoroçes**; 171
 e o que t' escomungou, se o **connoçes**, 172
 chama-o ante mi, e serás soltado.” 173
 A creer devemos que todo pecado... 174

Na posição de coda, encontramos diferentes grafias de uma mesma palavra como podemos observar no quadro 2:

Cantigas	Grafias
CSM	prez (CSM 5-128) –significa ‘preço’ pres (CSM 5-160) –refere-se ao verbo <i>prender</i>
	fis (CSM 5-181) –significa ‘certo, seguro’ fiz (CSM 5-8) e fix (CSM 124-35) –referem-se ao verbo <i>fazer</i>
	quis (CSM 4-83) –refere-se ao verbo <i>querer</i> e/ou ao pronome indefinido <i>cada um</i> quix (CSM 84-8) –refere-se ao verbo <i>querer</i>
	diz (CSM 9-135) –refere-se ao verbo <i>dizer</i> dix (CSM 148-8) –refere-se ao verbo <i>dizer</i>

QUADRO 2. DIFERENTES REALIZAÇÕES GRÁFICAS
 NA POSIÇÃO DE CODA NAS CSM

Gementi (2013: 125) demonstra que nas CSM, apesar de os significados das palavras se alterarem, não havia oposição fonológica na posição de coda, pois não foram encontrados pares mínimos que indicassem oposição, conforme se pode observar no exemplo seguir:

(5)

Cantiga 5

E desto vos quer'eu ora contar, segund'a letra diz, 5
 un mui gran miragre que fazer quis póla Enperadriz 6

de Roma, segund'eu contar oý, per nome Beatriz, 7
 Santa Maria, a Madre de Deus, ond'este cantar **fiz**, 8
 que a guardou do mundo, que lle foi mal joyz, 9
 e do demo que, por tentar, a cuydou vencer. 10
Quenas coitas deste mundo ben quiser sofrer... 11
 [...]

Per nulla ren que ll'ó Emperadr dissesse, nunca quis 180
 a dona tornar a el; ante lle disse que fosse **fis** 181
 que ao segre non ficaria nunca, par San Denis, 182
 nen ar vestiria pano de seda nen pena de gris, 183
 mas hũa cela faria d'obra de Paris, 184
 u se metesse por mays o mund'avorrecer. 185
Quenas coytas deste mundo ben quiser soffrer... 186

Cantiga 124

Un crerigo mi aduzede, | a que diga quanto **fix** 35
 de mal, de que pëdença | de meus pecados non prix. 36
 E pois ll' esto feit'ouveron, | diss': "Amigo, sempr'eu quix 37

Neste exemplo, encontram-se, na posição focalizada, finalizadas por grafemas representativos de consoantes fricativas, as palavras *fiz*, *fis* e *fix*. Observamos que entre as palavras destacadas no exemplo acima não ocorre diferença fonológica, mas há diferença de significado. A palavra *fis* é um adjetivo, e significa 'certo, seguro' (Mettmann 1972: 147), enquanto as grafias *fiz* e *fix* referem-se ao verbo fazer, na 1ª pessoa do singular.

As diferentes realizações escritas (<s>, <z> e <x>) poderiam indicar algumas variantes fonéticas. Por exemplo, poderíamos achar uma diferença de sonoridade entre (<s> e <z>) ou uma diferença de articulação entre <s>/<z> (fricativa alveolar) e <x> (fricativa alveopalatal). Levantamos a hipótese inicial de que as letras correspondem a um arquifonema fricativo /S/. Como no *corpus* das CSM não aparece qualquer fricativa alveopalatal em posição de coda, concluímos que a letra <x> não corresponde a uma fricativa alveopalatal. Verificou-se que a diferença de sonoridade entre <s> e <z> só tem sido atestada em posição de *onset* e não na posição de coda silábica, por isso, a pronúncia mais provável é [fis] e a representação fonológica é /fɨs/ (Gementi 2013: 125).

Além disso, em Gementi (2013: 125), argumentou-se que as diferentes realizações gráficas poderiam estar ligadas ao contexto em que estão inseridas, ou seja, no contexto de coda final em que todos os versos da estrofe apresentam o grafema <s>, a palavra *fis* está escrita com <s> como em *quis*, *Denis*, *gris*, *Paris*, para ressaltar a rima. O mesmo ocorre com o grafema <z>, como em *diz*, *Enperadriz*, *Beatriz*, *joyz*, e com o grafema <x>, como em *prix*, *quix*. A realização gráfica das palavras que apresentam

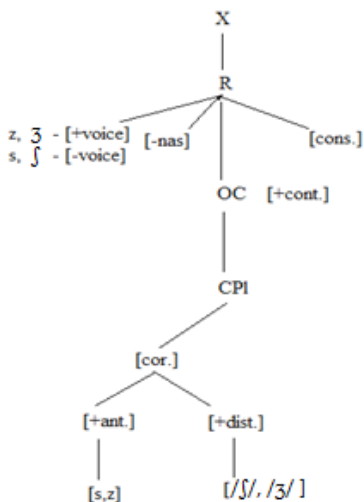
os grafemas <s>, <x> ou <z> em posição de coda final depende do contexto em que está inserida para compor a rima da estrofe. Como pode ser comprovado, na posição de *onset*, há oposição fonêmica entre /s/ e /z/ e entre /ʃ/ e /ʒ/.

Traços	s	z	ʃ	ʒ
Consonantal	+	+	+	+
Sonoro	-	+	-	+
Nasal	-	-	-	-
Contínuo	+	+	+	+
Labial	-	-	-	-
Coronal	+	+	+	+
Anterior	+	+	-	-
Distribuído	-	-	+	+
Dorsal	-	-	-	-

QUADRO 3. MATRIZ DOS TRAÇOS DAS CONSOANTES

Todas essas consoantes são plenamente especificadas na posição de *onset*. Na matriz e na árvore que definem os segmentos, os traços distintivos são apresentados com os valores + ou -. Os quatro segmentos são consonantais, contínuos e coronais. Dois deles são anteriores e dois são distribuídos. Dois deles são sonoros e dois deles são surdos. Desse modo, todos os segmentos são plenamente especificados uns em oposição aos outros. A representação na forma de árvore, abaixo, mostra a configuração de traços dessas consoantes:

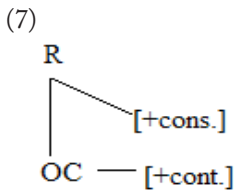
(6)



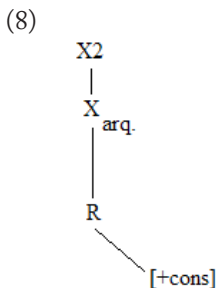
Assim como ocorre no Português Brasileiro (PB) atual, as fricativas do português arcaico são apenas seis: /s/, /z/, /ʃ/, /ʒ/, /f/ e /v/⁴. Em termos da geometria de traços, as fricativas da coda do português medieval são quatro ([s], [z], [ʃ], [ʒ]), definidas como [+cons], [+cont], [+cor], [-nas] e [-lab]. Essas quatro fricativas se distribuem em dois grupos, um [cor] [ant] ([s] e [z]) e outro [cor] [dist] ([ʃ] e [ʒ]). As fricativas também se opõem quanto ao vozeamento [+voice]: [z] e [ʒ]; [-voice]: [s] e [ʃ].

Na posição de coda, não há oposição entre os quatro segmentos fricativos apresentados anteriormente. Temos, então, um caso de neutralização da oposição verificada na posição de *onset*, que, na abordagem da geometria de traços, pode corresponder a um caso de subespecificação. Os valores negativos ficam de fora, ou seja, ficam subespecificados, por serem de alguma forma redundantes, uma vez que a fonologia da geometria de traços trabalha com o limite máximo de eliminação das redundâncias, próprio do modelo de subespecificação (Cagliari 1997: 18).

A árvore que define a posição de coda é simplificada, porque os traços relativos ao vozeamento e ao ponto de articulação são neutralizados. No lugar das quatro fricativas surge um arquifonema, cuja especificação fonológica é ser apenas [+cons], [+cont], como podemos ver na representação:



Na posição de coda, a consoante já é simplificada na forma de base, como pode ser visto no exemplo (8), com a representação da consoante [s]. Vale lembrar que nas demais consoantes, isso ocorre de forma semelhante.



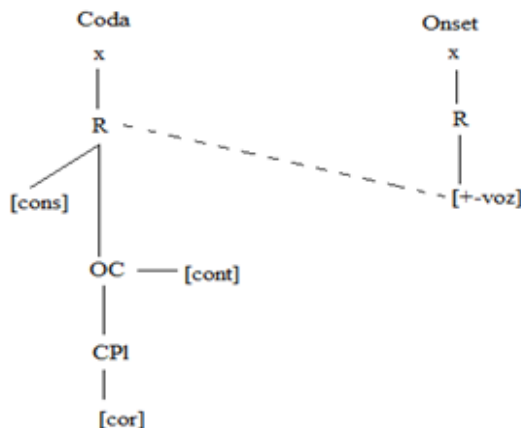
⁴ Considera-se que as fricativas dentais e alveolares (ou apicoalveolares, conforme classificam Lindley Cintra (1984), Gonçalves (1985) e Maia (1997) não se encontram em oposição no PA, sendo, portanto, realizações fonéticas de dois fonemas fricativos, desvozeado e vozeado, que, nesta dissertação, são representados por /s, z/.

Portanto, verifica-se que, no PA, acontece com as fricativas em posição de coda o mesmo que Cagliari (1997: 60) já verificara para o PB:

No Português, a fricativa alveolar, que ocupa a posição de Coda, é um arquifonema não especificado quanto à sonoridade e ao traço $[\pm ant]$. A sonoridade depende da consoante que ocupa a posição de Onset na sílaba imediatamente seguinte. O traço anterior é definido em função do dialeto. Assim, no dialeto carioca, e em alguns outros ocorre o alofone palatoalveolar e nos demais, ocorre o alofone alveolar.

Dependendo do dialeto do português brasileiro, o arquifonema /S/ se realizará foneticamente como uma fricativa alveolar ($[+cor]$ $[+ant]$) ou palatoalveolar ($[+cor]$ $[+dist]$). A sonoridade virá através do espriamento do segmento seguinte (Cagliari 1997: 33), como podemos ver abaixo:

(9)



Dado o fato de que ocorria no PA o mesmo tipo de neutralização entre as fricativas na coda que se verifica em PB, pode ser que, já naquela época, se verificasse o processo de espriamento do vozeamento descrito acima.

No PB atual, a posição consonantal final de sílaba, ou seja, a coda, é preenchida não apenas pelas fricativas indicadas acima, mas também por outras consoantes. A esse respeito, Cagliari (1997: 34) diz que:

É importante constatar que os elementos /N, L, R, S/ representam grandes classes de modo de articulação de uma consoante: nasal, lateral, vibrante, fricativa. Há líquidas: /L, R/, sonorantes (vozeamento intrínseco), /N, L, R/ e um segmento tipicamente surdo /S/. Além disto, todos são coronais (em princípio, embora não estejam definidos quanto ao lugar de articulação na forma básica). Neste quadro, pode-se entender melhor por que, na Geome-

tria de Traços, é preferível interpretar as laterais como [+cont] e as vibrantes como [-cont]. Estas últimas seriam uma espécie de oclusivas múltiplas que se realizam na mesma duração de uma consoante qualquer da língua (embora, no caso do tepe, o que se encontra é um segmento muito mais breve do que qualquer outra consoante).

6. Considerações finais

Ao final desta análise, pode-se concluir que, embora haja dúvidas quanto às possibilidades de realizações fonéticas das fricativas em posição de *onset* (cf. 134 dentais, apicoalveolares ou alveolares) e em posição de coda no PA, do ponto de vista fonológico, pode-se verificar que o sistema consonantal da época, no que concerne às fricativas, já se encontrava estabilizado da mesma maneira que se apresenta até os dias de hoje no PB, ou seja, com oposições no início da sílaba, que se neutralizam, a partir de segmentos subespecificados, no travamento silábico.

É importante ressaltar que este trabalho, além de trazer informações sobre a realização das sibilantes no PA, traz reflexões sobre a relação que se pode estabelecer entre a forma fonética, a fonológica e a ortográfica. Além disso, mostra como é possível obter resultados satisfatórios a partir da relação entre letras e sons com relação às grafias possíveis da lírica medieval.

Para finalizar, podemos afirmar que este estudo contribuiu para compreendermos parte da história do português, partindo da análise da descrição fonológica das fricativas sibilantes do PA. Constatamos que, através de estudos do passado da língua portuguesa, podemos ter um maior entendimento da estrutura do português atual e da identidade dos falantes desta língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTOLUCCI PIZZORUSSO, Valeria (2002): “Afonso X”, em Giulia Lanciani. / Giuseppe Tavani (orgs.), *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 36-41 e 142-146.
- BETTI, Maria Pia (1997): *Rimario e Lessico in Rima delle Cantigas de Santa Maria di Alfonso X di Castiglia*. Pisa: Pacini Editore.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (1998a): *Fonologia do Português: análise pela Geometria de Traços*. Campinas: Edição do Autor.
- CAGLIARI, Luiz Carlos (1998b): “A escrita do português arcaico e a falsa noção de ortografia fonética”, em Thomas Foster Earle (org.), *Actas do V Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*. Coimbra: AIL, 57-69.

- CAGLIARI, Luiz Carlos (1997): *Fonologia do Português: análise pela Geometria de Traços e Traços e pela Fonologia Lexical*. Campinas: Edição do autor.
- CLEMENTS, George Nick / Elizabeth V. HUME (1995): “The internal organization of speech sounds”, em John A. Goldsmith, *The handbook of Phonological Theory*. Cambridge MA / Oxford UK: Blackwell, 245-306.
- FILGUEIRA VALVERDE, Xosé (1985): “Introducción”, em Alfonso X el Sabio, *Cantigas de Santa María: Códice Rico de El Escorial*. Madrid: Castalia, XI-LXIII.
- GEMENTI, Mariana Moretto (2013): *Estudo das sibilantes nas Cantigas de Santa Maria*. Dissertação de Mestrado. Araraquara: FCL / UNESP.
- GONÇALVES, Elsa (1985²): “Apresentação crítica”, em Elsa Gonçalves / Maria Ana Ramos, *A Lírica Galego-Portuguesa (Textos Escolhidos)*. Lisboa: J. A. Rosado Flores, 13-125.
- LAPA, Manuel (1993): “Introdução”, em Afonso X, o Sábio, *Cantigas de Santa Maria* editadas por Rodrigues Lapa. Lisboa: Imprensa Nacional, III-VIII.
- LEÃO, Ângela Vaz (2007): *Cantigas de Santa Maria, de Afonso X, o Sábio: aspectos culturais e literários*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários.
- LEÃO, Ângela Vaz (2002): “Questões de linguagem nas *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso X, o Sábio”, em *Ensaio – Associação Internacional de Lusitanistas*. www.pucrs.br/fale/pos/ail/leao/01.htm (17/01/2005).
- LINDLEY CINTRA, Luis F. (1984): *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MAIA, Clarinda de Azevedo (1997²): *História do Galego-Português*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta de Investigação Científica e Tecnológica. [Reimpressão da edição do INIC, 1986.]
- MASSINI-CAGLIARI, Gladis (1998): “Quantidade e duração silábicas em português”. *D.E.L. TA*, vol. 14, 47-59.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2006): *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- METTMANN, Walter (ed.) (1989): *Afonso X, el Sabio. Cantigas de Santa Maria (Cantigas 261 a 427)*, III. Madrid: Castalia.
- METTMANN, Walter (ed.) (1988): *Afonso X, el Sabio. Cantigas de Santa Maria (Cantigas 101 a 260)*, II. Madrid: Castalia.
- METTMANN, Walter (ed.) (1986): *Afonso X, el Sabio. Cantigas de Santa Maria (Cantigas 1 a 100)*, I. Madrid: Castalia.
- METTMANN, Walter (ed.) (1972): “Glossário”, em Afonso X, O Sábio. *Cantigas de Santa Maria*, IV. Coimbra: Universidade, 1-324.
- MONGELLI, Lênia Márcia (2009): *Fremosos cantares: antologia da lírica medieval galego-portuguesa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- PARKINSON, Stephen (1998): “As *Cantigas de Santa Maria*: estado das questões textuais”, em *Anuário de Estudos Literários Galegos*, 179-205.
- PIKE, Kenneth (1947a): *Phonemics: A technique for reducing languages to writing*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.

- PIKE, Kenneth / Eunic PIKE (1947b): “Immediate constituents of Mazateco syllables”, *International Journal of Applied Linguistics*, 78-91.
- SCHAFFER, Martha E. (2000): “The *Evolution* of the *Cantigas de Santa Maria*: The Relationships between Manuscripts T, F and E”, em Stephen Parkinson (ed.), *Cobras e Son: Papers on the Text Music and Manuscripts of the “Cantigas de Santa Maria”*. Oxford: Legenda / University of Oxford, 186-213.
- VIEIRA, Yara (1987): “Afonso X”, em Yara Vieira (org.), *Poesia medieval: literatura portuguesa*. São Paulo: Global, 141-142.

Ensino de língua e formação de conceitos fundamentais da lingüística moderna (monumentos portugueses anteriores a Port-Royal: obras de Amaro de Roboredo e gramáticas missionárias)

Marina Kossarik

Universidade Estatal de Moscovo Lomonosov
olissipo@yandex.ru

Language Teaching and the Development of Fundamental Principles of Modern Linguistics (Pre-Port-Royal Portuguese Tradition: Works by Amaro de Roboredo and Missionary Grammars)

Resumo

Nas obras de Roboredo, Anchieta, Figueira, Estêvão, Bento Pereira, criadas para ensinar latim a principiantes, línguas “exóticas” a missionários e português a estrangeiros, elaboram-se conceitos actuais para a lingüística moderna. O conjunto de manuais escolares de Roboredo, autor do *Methodo grammatical para todas as linguas*, primeira gramática universal racional proclamada como tal, testemunha que a ideia da apologia de línguas concretas evolui ao princípio da defesa da língua materna em geral, universaliza-se, destruindo a hierarquia de línguas. As ideias da gramática universal racional fixam a base da concepção linguodidática aplicável a qualquer língua, muito próxima da metodologia de hoje. A tarefa de descrever línguas vivas para ensinar a comunicação exitosa nas condições de contactos reais faz Anchieta, Figueira, Estêvão e Bento Pereira dirigir-se à problemática do discurso, traçando, ao nível empírico, aspectos importantes desta área. Os gramáticos seleccionam grupos de palavras que têm funções discursivas e prestam atenção às particularidades de seu uso: à organização do discurso dialogal; salientam os meios da expressão de acordo, discordo, confirmação, desgosto; dão exemplos de marcadores do final e da incitação da enunciação, marcadores que servem para manter o contacto, mostrar a atitude para com o interlocutor ou o tema de comunicação; descrevem meios de incentivar uma acção, de exprimir um pedido, mandato, proibição, permissão. O exposto mais uma vez demonstra a contribuição da tradição portuguesa, subestimada fora do mundo lusófono, na consolidação de ideias científicas e comprova a necessidade de estudar todo o corpo de monumentos para ter um quadro adequado da história da lingüística.

Abstract

In the works of Roboredo, Anchieta, Figueira, Estêvão, B. Pereira designed for teaching Latin to beginners, exotic languages to missionaries and Portuguese to foreigners, one can trace the development of certain concepts that have become important for modern linguistics. The collection of manuals by A. de Roboredo, author of *Methodo grammatical para todas as linguas* – the first universal rational grammar proclaimed as such – shows how the idea of languages’ apology, originating from the defence of a mother tongue, is gradually universalised to the point of destroying the hierarchy of languages. Universal grammar ideas are therefore applied to develop language teaching principles in many ways similar to those in use today. The task of describing living languages in order to ensure successful communication in various contexts causes Anchieta, Figueira, Estêvão and Pereira to address discourse problems, empirically highlighting some important concepts in this area. The grammarians select the words that have discourse value and write about their usage patterns: structuring dialogue; expressing agreement, disagreement, pleasure and displeasure; marking the end of utterance and encouragement to respond; expressing modalities; using phatic markers. They also write about means of encouraging the interlocutor to do something, about formulating requests, orders, prohibition, and permission. All this shows that the Portuguese linguistic tradition, still underestimated outside the Portuguese-speaking world, has made a major contribution to the consolidation of certain ideas, and the role of Portuguese grammarians can be adequately assessed by studying the entire corpus of their writings.

Palavras-chave

Língua portuguesa, história da linguística, historiografia linguística, ensino de línguas, estudos do discurso, gramáticas missionárias

Sumário

1. Introdução. 2. Contexto sócio-cultural. 3. Concepção linguodidáctica baseada nas ideias de gramática universal: obras de Amaro de Roboredo. 4. Problemática do discurso nas gramáticas missionárias. 5. Conclusão.

Keywords

Portuguese language, history of linguistics, linguistic historiography, language teaching, discourse studies, missionary grammars

Contents

1. Introduction. 2. Socio-cultural context. 3. Universal grammar-based linguodidactic conception: works by Amaro de Roboredo. 4. Discourse problems in missionary grammars. 5. Conclusion.

1. Introdução

A tradição portuguesa dos sécs. XVI e XVII, representada por uma série de obras, contém muitas ideias inovadoras, importantes para a formação da linguística como ciência madura. De entre tais obras, salientam-se Oliveira (1536), Barros (1540), Gândavo (1574), Leão (1576, 1606), Faria (1624), Vera (1631), Bento Pereira (1666, 1672), Cavaleiro (1516), Sousa (1535), Alvares (1572), Clenardo (1538), Resende (1540), Frutuoso Pereira (1643), Roboredo (1619, 1621, 1623, 1625), Távora (1566), Anchieta (1595), Figueira (1621) ou Estêvão (1640). A filologia portuguesa ainda não está apreciada devidamente pela historiografia linguística fora do mundo lusófono, apesar dos estudos intensivos de que foi objeto nas últimas décadas: Altman (2011), Assunção (2000), Assunção e Fernandes (2007), Buescu (1983, 1984), Fávero (1996), Fernandes (2002, 2004, 2008), Gonçalves (2003, 2006), Kemmler, Schäfer-Priess e Schönberger (2002), Kossarik (2002, 2003, 2015, 2016a, 2016b), Leite (2007, 2011), Ponce (2008, 2009, 1996), Schäfer-Priess (2000), Zwartjes (2011), Косарик (1995, 2013a, 2013b), entre outros. Os monumentos linguísticos portugueses merecem a continuação de esforços dos seus investigadores.

Neste artigo, analisam-se obras que, diferindo em objeto da descrição (línguas latina, portuguesa, tupi, canarim, ou concani), coincidem nos objetivos (ensino de línguas) e na exposição, pelos seus autores, de ideias importantíssimas para a linguística dos séculos posteriores.

2. Contexto sócio-cultural

As especificidades da linguística portuguesa são resultado da específica situação sócio-cultural do Portugal da época. Nos países ibéricos reuniram-se, de um lado, as inovações do Renascimento e ideias da Idade Média graças, por um lado, às tendências conservadoras da Contra Reforma. A coexistência de factores diversos abriu caminho para as atitudes muito variadas face à língua, fomentando inovações em várias áreas, inclusive no ensino de línguas:

- ideias da apologia da língua materna e a compreensão da importância do estudo dela (este aspecto é bem forte nas obras de Oliveira e de Roboredo);
- a tarefa de ensino de línguas estrangeiras com o objetivo principal de comunicação, a que se dedicavam gramáticas missionárias e a gramática do português como língua estrangeira de B. Pereira. Faria escreve que até à gramática de Barros “deu ocasião a conversão dos Malavares, [...] donde vierão a este Reyno quatro dos principaes aprêder a lingua Portuguesa” (1624: 32v-33v).
- compreensão da necessidade de intensificar o ensino, por exemplo, do latim, para reduzir o período de muitos anos do estudo realizado com base de metodologia tradicional;
- o processo da diversificação do cânone gramatical e geração de vários tipos de gramáticas, da universal e da particular, entre outros.

3. Concepção linguodidáctica baseada nas ideias de gramática universal: obras de Amaro de Roboredo

A obra de Amaro de Roboredo apresenta uma concepção linguodidáctica, formulando novos princípios de ensino que anteciparam as ideias das Luzes (um século antes da obra de Verney) e até dos nossos dias. Ele não só criou todo um conjunto de obras que serviam de manuais, mas foi o primeiro na tradição portuguesa e, talvez, europeia, a explicitar consequentemente os fundamentos da metodologia do ensino da língua.

O conjunto pedagógico de Roboredo contém obras de gêneros diferentes:

- manuais de gramática, um dos quais, *Methodo grammatical para todas as línguas* (Roboredo: 1619). Além da parte teórica, contém a parte prática: sentenças que servem como material de exercícios. A edição separada destes microtextos, *Porta de línguas ou método muito acomodado para as entender* (Roboredo: 1623), antecipa a ideia de livro de leitura, anexo ao manual;
- dicionário *Raizes da lingua latina mostrados em um tratado e dicionário*, que contém um anexo dedicado à derivação (Roboredo: 1621);
- Este conjunto completava uma descrição de ortografia, infelizmente perdida, da qual só é conhecida a reedição tardia.

O ponto de partida da concepção didáctica de Roboredo foi o desenvolvimento da ideia da importância da língua materna para o estudo do latim nas obras dos autores dos quinhentos. O gramático setecentista amplia a visão do problema e sublinha a ideia, só traçada pelos antecessores, do papel do estudo da gramática da língua materna como base para o estudo de qualquer língua. É a passagem à universalização

da ideia do papel da língua materna no ensino de idiomas estrangeiros. No prólogo do “Methodo grammatical”, Roboredo insiste na necessidade de, primeiro, ensinar a língua materna e só depois outras línguas, e não aceita as técnicas de ensino, “como se os meninos foram Latinos” (Roboredo 1619: b3v).

O desprezo deste princípio é uma razão da crítica, por parte de Roboredo, dos gramáticos anteriores, particularmente de Álvares (Roboredo 1619: b3v). Assim é Roboredo, precursor das ideias de Verney e do seu *Verdadeiro método de estudar* (1746), quem dá início à polémica que, no fim de contas, acaba com a reforma do ensino em Portugal.

Segundo Roboredo, é preciso ensinar a língua materna no nível teórico, para que se propõe organizar cadeiras universitárias. Ele escreve:

ignorárom a necessidade que há de se reduzir primeiro a arte da lingua Mater-na & logo a Latina, Grega & Hebrêa & as mais, que quiserem aprender mui correspondentes no mesmo Methodo. E a lingua Materna se há primeiro de ensinar per arte aos mininos. Para o que fora de muita importancia crearse hũa cadeira da lingua Materna ao menos nas Cortes & Universidades; ou cõverter hũa das Latinas (Roboredo 1619: a3v-a4).

Segundo Roboredo, o estudo teórico, com base de gramática (“per arte”) ajuda a saber melhor a língua materna, enriquecer o vocabulário, graças ao conhecimento da derivação, a aprender o uso correto de palavras:

Saberão os principiantes per arte em poucos anos & melhor a lingua Mater-na, que sem arte sabê mal per muitos anos [...] terão mais copia de palavras, & usarão dellas com mais propriedade. [...]. Saberão per regras de compor & derivar ampliar a lingua Materna, & ajuntarlhe palavras externas (Roboredo 1619: a4).

As particularidades da língua estudada, inclusive a latina, devem demonstrar-se ao aluno em comparação com a língua materna. Deste modo, a apologia da língua materna leva o autor do Methodo grammatical para todas as línguas à descrição comparada de línguas (o que revela a formação das ideias do universalismo linguístico).

Uma importante característica da doutrina do autor português do início do séc. xvii é a declaração da possibilidade de aplicar o seu método a qualquer língua (notemos que, na tradição francesa, a ideia só foi declarada no séc. xviii por Beauzée). Deste modo, da gramática universal resulta a ideia de elaborar os princípios universais da linguodidáctica:

E o que mais podia estimar, he ficar com os prinípios comüs para saber facilmente outras línguas (Roboredo 1619: c4v). Passar per este Methodo para as outras línguas [...] reduzindo a lingua dos Barbaros [...] ao mesmo Methodo [...], cõunicãdolhes pelo mesmo a nossa (Roboredo 1619: a4v).

Roboredo aplicou ao ensino da língua ideias da cognição expostas na escolástica portuguesa (Fonseca 1965: 51-53). Ele fala sobre o papel da indução e dedução no ensino, escreve que o Mestre deve ter em conta a diferença entre a explicação do material e a compreensão dele pelo aluno. Destas ideias de cognição resulta a importância da escolha do material e da sua exposição na gramática escolar, a necessidade de separar as gramáticas dirigidas ao professor e ao aluno. Apesar de não realizar o intento de criar uma gramática especial para o professor, o princípio de separação dos dois tipos de gramáticas é respeitado nas obras editadas de Roboredo: na gramática latina há indicação que ela está escrita para o aluno, e o *Methodo* tem umas notas especiais e vários tipos de caracteres para separar as partes escritas para o aluno e para o professor (como podem ver nas edições facsímile).

O racionalismo do método de ensino está determinado pela compreensão da base racional da própria gramática, proclamada como tal (como evidenciam os títulos do *Methodo grammatical para todas as linguas e da sua primeira parte*, “Grammatica exemplificada na Portuguesa e Latina” – o que significa que a gramática aparece como uma abstracção que pode ser demonstrada por exemplos de várias línguas concretas, no nosso caso, por exemplos do português e do laim).

É de notar que a problemática da língua universal está presente nas gramáticas escolares de Roboredo, e é mais um testemunho da consolidação das ideias da língua universal já para o início do séc. XVII (vale a pena lembrar que mais tarde a gramática de Port-Royal também seria criada como um manual escolar). Este traço distancia muito o autor português da tradição medieval, na qual as ideias da língua universal não aparecem nos manuais. Em tradicionais gramáticas latinas de Villa Dei ou Pastrana, só as achamos nos tratados de modistas, que são gramáticas especulativas, teóricas. Roboredo, pelo contrário, nos manuais de iniciantes demonstra aos alunos a diferença entre estruturas profundas e superficiais, entre a oração e a frase, que pertencem a áreas diferentes: à gramática e à retórica.

Methodo grammatical para todas as linguas. Consta de tres partes. 1. Grammatica exemplificada na Portuguesa, & Latina. 2. Cópia de palavras exemplificada nas Latinas, artificio experimentado para entender Latim em poucos meses. 3. Frase exemplificada na Latina, em que se exercitão as syntaxes ordinarias, & collocação rhetorica [...] (Roboredo 1619: título). O Mestre que destas sentenças usar accomodandose aa rudeza dos principiantes, deve ditalhes, se lhe parecer a tradução vulgar com o numero sobre cada palavra, correspondente ao que levão as Latinas. Porque assi levão no caderno a voz do Mestre para em casa lhes dizer, quando quiserem, a significação das palavras, construção, & frase (Roboredo 1619: 80). A Frase pois, que he hũa das propriedades de cada lingua, muitas vezes se não pode interpretar em outra lingua palavra por palavra (Roboredo 1619: c). Frase he um particular modo de fallar de cada lingua segundo a pronunçiação e ajuntamento de palavras per certa collocação dellas

(Roboredo 1619: 182). As palavras da Oração do Grammatico põe o Rhetorico em sitio quase opposto. Porque o Grammatico segue a ordem natural [...]. Porem o Rhetorico como pretende enfeitar esta Oração, colloca as palavras no sitio, que melhor harmonia faz aa orelha: & nesta harmonia consiste seu elegante ornamento, hora alongando, hora abbreviando, hora levando as palavras fora de sua propria significação (Roboredo 1619: 203-204). Muitas figuras Ellipses desta maneira, que admite a Latina, não admite a Portuguesa, nem a Castellhana: por tanto, com as palavras, que se hão de supprir, se descobrem defronte as figuras. E per esta via notarás de passagem a differença da frase destas tres linguas (Roboredo 1623: 28). Os numeros de algarismo mostram a ordem direita da Grammatica em tomar as palavras na explicação Grammatical [...]. A figura Ellipse [...] he mui frequente; a qual pode logo o principiante ir conhecendo per estes numeros. Porque na Sentença em que faltar numero, mostra que neste lugar falta palavra, que se deve supprir de fora para enteirar a Grammatica (Roboredo 1619: 81-82).

As ideias da gramática universal, racional, revelam-se claramente na metodologia de Roboredo. As suas recomendações têm como objetivo a compreensão pelo aluno da correspondência, correlação entre o significado e os meios que possui a língua estrangeira para exprimir este significado. As explicações do professor, primeiro, devem ajudar o aluno a entender, com o apoio na língua materna, o significado gramatical da forma ou da construção estrangeira, e logo aprender os meios característicos da expressão deste significado na língua estrangeira. É por isso que o autor incorpora na descrição gramatical muitos exemplos que ajudam o aluno compreender as regras elaboradas na base racional.

Daqui é a grande atenção que o autor do *Methodo* presta a vários tipos de tradução. Roboredo sublinha o papel dela na compreensão de diferenças estruturais e estilísticas dos meios de exprimir o mesmo significado na língua materna e na estrangeira:

A primeira tradução faz se de tal maneira ao pee da letra; que toda a frase da lingua, que traduzimos, se observa. [...] As palavras são Portuguesas, a frase Latina, A tradução absurda. A segunda tradução he quasi atada aas palavras, na qual a frase da lingua, em que traduzimos se observa não totalmente, mas pela maior parte; e algum tanto se arrasta [...]. Advirte de caminho nestas sentenças, como para o mesmo conceito usa hũa lingua de mais palavras que a outra: e pelo diverso sitio de palavras, e pelo numero de particulas considéra a diversa, e particular frase de cada hũa. Porque a Portugues, e Castellhana teem articulos a modo dos Gregos, e Preposições de Genitivo, e Dativo, aos quaes articulos, e Preposições não responde a Latina. A terceira tradução he per clausulas guardando cada lingua suas palavras, e frases, e concordando com a outra nas palavras, e frases em que pode concordar. Esta he mais elegante, a qual pede hũa sollicita intelligencia assi dos conceitos, como de ambas as linguas. [...] Da quar-

ta [...] respeita sômente o conceito do periodo, quer uses da mesma frase, quer de diversa: hora exluas algũas palavras, hora ajuntas mais. Chamase tradução parafrastica (Roboredo 1623: 23-24).

Mais uma importante base do ensino, segundo Roboredo, é o sensorialismo (explica a própria necessidade do manual pelo princípio de visualização). Daqui vem grande número de exemplos, a ideia de áudio e visualização revela-se na organização das suas gramáticas: paradigmas que claramente demonstram as estruturas das formas e diferença das duas línguas (latina e portuguesa), emprego de vários tipos de caracteres, um sistema de comentários interlineares e marginais, etc.

Porem a necessidade [...] me obrigou a entregar estes borrões da primeira mão aa impressão de algũs exemplares pera hũa duzia de ouvintes, em que ajustasse a spiculação com a experiencia (Roboredo 1619: a1v). mais facilmente colhe o entendimento a regra do exemplo que o exemplo da regra. Notorio é ser o entendimento naturalmente tão dependente em seu obrar dos cinco sentidos corporaes [...]. De modo que ao discipulo convem primeiro subir assim das partes ao todo, isto he, dos exemplos para as regras, a q chamam metodo da Natureza; e ao Mestre convem o descer desse todo para suas partes, isto he da regra para os exemplos, a que chamão metodo de Doutrina (Roboredo 1625: 1v-2v). Daqui o succeder bem em nossas grammaticas passar da muita explicação do livro para as regras da arte e começar naquella a intelligencia destas: As quaes se sabem despois melhor dando volta pelo Methodo doutrinal despois o principiante ter a primeira ajuda sensual. Como, se mostro em hum livro muitos exemplos da mesma regra, que em cada hum repito em summa, & nelles mostro o caso, tempo, concordia, regencia, as conversões de vozes activas em passivas, acrescentando, tirando, variado, arrimado o principiante ao livro colhe algũa cousa; & fazendo as mesmas orações de bocca sem livro, ia colhe menos; & explicandolhe as regras sem livro, nem orações, nada colhe. Porque lhe faltão as figuras das letras no papel, a palavra, & oração, como objectos dos sentidos, mediante os quaes hão ellas de subir ao entendimento (Roboredo 1619: b2-b2v).

Não estão esquecidos os aspectos psicológicos do ensino: a necessidade de manter o interesse que ajuda o aluno a aprender o material, ter em conta o nível do aluno, compreender a importância de louvor, crítica, competição.

E se o gosto de entender allevia o trabalho: (porque o homem naturalmente deseja saber) a mesma intelligencia serve de Mestre na interpretação da palavra, & frase. E quando o aprendiz for mais aproveitado dará volta aas irregularidades dissimuladas. Fica logo clara a obrigação [...] de me accomodar aa rudeza pueril (Roboredo 1619: b2v). A emulação entre os Discípulos importa espertar ao menos com louvores e vitupérios (Roboredo 1619: 83).

O ensino de língua compreende-se como um processo recíproco. É muito importante o diálogo entre o professor e o aluno, cada um deles deve ter certas qualidades.

Discipulo [...] ha de trazer de casa [...] cinco principios; Idade discursiva: Expedição no ler, & screver: Ingenho: Applicação continua: Fee devida aa arte, & Mestre. [...] correspondendo no Mestre sufficiencia, bondade e benevolencia, não deve faltar a fee benevola do Discipulo (Roboredo 1619: c4).

Roboredo acentua que a metodologia dele se baseia no experimento.

Experimentei, que o discipulo, que souber estas sentenças com destrexa, entenderá qualquer livro Latino de conceito claro, & muito melhor sabendo derivar, & compor. Muitas palavras sabe per este excellento artificio em poucos meses (Roboredo 1619: 79). Nos [...] cinco meses os ouvintes, que compriram com as condições acima, sabem declinar, & conjugar destramente, Genero, Preteritos, & Syntaxe [..], fazem orações per voz activa, & passiva (Roboredo 1619: c4v).

O interesse pela metodologia do ensino, traço inovador dos trabalhos de Roboredo, causa atenção aos aspectos técnicos do ensino e revela-se na elaboração de um programa e de horário de estudos, do complexo de exercícios que visam tanto o conhecimento do sistema da língua estudada, como o domínio da fala. No *Methodo grammatical* nós achamos um protótipo de programas, planos de ensino anuais e mensais. O autor indica a quantidade de aulas e horas necessárias para o estudo de temas gramaticais, programa de leitura de textos, medita na intensificação do curso, propõe todo um sistema de exercícios de treino que incluem tradução, ditados, composições, insiste no treino complexo de vários aspectos (ortografia, morfologia, sintaxe), trabalho de alunos em pares, etc. A etapa final do estudo de cada tema consta da leitura de textos de vários tipos e da composição (redação) de um discurso, carta, poesia.

cada mes hum per outro de 19. dias de licção sômente, & os mais são folgas. E dos 19. são 4. de recordações; para o progresso das licções ficão pouco mais, ou menos 15. que multiplicados per 12. são 180. que dão 360. licções matinais, & vespertinas, em que se ha de repartir a materia dos dittos tres graos, com o exercicio de declinar, conjugar, orações, themes, repetições, explicações de livros &c. & que as licções hão de ser continuas sem faltas (Roboredo 1619: c3v). De hum Vocabulario, ou das Sentenças pode o Mestre tirar muitos exemplos em que se exercitem as regras do Genero, & Declinações juntamente, & os Nomes exceituados no Genero: & pode no cabo dar hum scritto com algũs Adjectivos commũs, & outros irregulares, com que vão exercitando a pena, & emendando a Orthographia: pois o que se screve fica melhor na memoria. O Verbo que se encontrar nas sentenças poderão os Discipulos conjugar, & fazer per elle Orações

arrimadas aa frase da Sentença (Roboredo 1619: 82-83). Todos os seguintes [verbos] se devem conjugar no mesmo dia em que se trazem da lição; e depois se tornarão a conjugar os irregulares atras (Roboredo 1625, 69). Os livros, que no principio se irão acrescentando, sejam primeiramente de conceito, & frase clara: como os Dialogos de Vives, ou doutros semelhantes, cujo exercicio de memoria fazendo as figuras, não importa pouco: algũas epistolas claras de Cicero: algum Historiador, que parecer: & sendo ja melhorados os Discipulos, & começando a entender Latim, teem ja bom lugar as mais obras de Cicero, Terencio, Virgilio, &c. (Roboredo 1619: 83).

Na *Porta de linguas*, que pode servir de protótipo de manual autodidático, Roboredo esboça um género de programa para este tipo de estudos:

Em todo o tempo, e lugar podes ter contigo este novo e fiel repetidor, que sem nenhum gasto sem nenhum aparato, sô com tua propria voz te fixará fielmente na memoria a copia de palavras cõ sua syntaxe. E se não podias executar o desejo da lingua Latina por te faltar tempo para frequentar as Escolas, ou dinheiro, para pagar ao mestre, ou por teres pejo de te encorporares com mininos sendo ja mancebo, ou homem, esse desejo podes agora por em execução: sem que alguém atente por tua ocupação (Roboredo 1623, 22-23).

O acima exposto dá razões para afirmar que a ideia de universalismo linguístico, que é característica essencial da doutrina do autor do “Methodo grammatical de todas as línguas”, levou A. de Roboredo à elaboração dos princípios universais do ensino de línguas estrangeiras, que se aproximam da metodologia moderna, e que Roboredo foi um dos fundadores desta.

4. Problemática do discurso nas gramáticas missionárias

Um outro aspecto do ensino de línguas é apresentado nas gramáticas missionárias de Anchieta (1595)¹, Figueira (1621) e Estêvão (1640)². Descrevendo línguas “exóticas” por razões de ensino, os autores tocam pontos nevrálgicos da problemática discursiva. Diferentemente da linguodidática, já elaborada por Roboredo como uma concepção, o processo da formação de noções do discurso na linguística da época ainda está na etapa inicial.

Uma importante característica da linguística missionária é o destacamento de grupos de palavras discursivas (cf. Zwartjes 2002: 51). Figueira agrupa “advérbios

¹ Anchieta presta menos atenção a este tema do que Figueira e Estêvão.

² O objetivo deste estudo não é analisar a própria descrição das línguas “exóticas” nas gramáticas missionárias, mas ver a contribuição dos seus autores na formação de conceitos importantes para a linguística de hoje.

diversos”, que desempenham várias funções discursivas, numa vasta lista de palavras e expressões de diversa atribuição categorial: “Adverbios diversos. Irõ? Pois? Vedes já. [...] Ipó, Por ventura, Na verdade. [...] Tenhé. Debalde. [...] Aémo? E com tudo isso? [...] Corícoriãúb [...] Muito de pressa” (Figueira 1687: 138-146).

Na gramática de Estêvão não há uma parte especial dedicada a questões de discursos: os comentários dedicados a este tema estão espalhados por toda a obra. Ao examinar o vocativo na descrição da declinação nominal, o autor detém-se nas partículas vocativas, ou interjeições, estudando minuciosamente a sua posição sintáctica em relação ao nome, o uso independente / absoluto delas, ressaltando diversos valores específicos e dando variantes posicionais (Estêvão 1640: 16-16 v).

As gramáticas missionárias, em geral, prestam atenção à organização do discurso dialogal. Os autores salientam os meios da expressão de acordo, desacordo, confirmação edesgosto.

[Adverbios] Affirmativos. Pá, Sim do homem somente. [...] Assi he. Emoná, Emonàracó. Dessa maneira (Figueira 1687: 133-134). Niã, hê hũa confirmação do que se diz, ut Açoniã, Vado igitur (Figueira 1687: 144). [Adverbios] Negativos. Aán, Aáni [...], Naõ. [...] Erãma, Naõ. Absit. Aánangái, De nenhuma maneira, l, Aáni. [...] Anhéraupé, l, Manheraupe, He zombaria (Figueira 1687: 134). [...] Naipotárangái, de nenhuã maneira quero (Figueira 1687:146).

Estêvão, caracterizando conjunções, descreve o emprego de *αθηαυα* como réplica dialogal que significa acordo, confirmação (Estêvão 1640: 77). Também demonstra meios de exprimir o acordo a descrever interjeição “A aspiração hũ, interdentales he de quem vay confirmando, & assentindo ao que se lhe vay dizendo” (Estêvão 1640: 77). Na parte da Syntaxis dá réplicas-reacções com o significado de discordo (Estêvão 1640: 83 v).

Dá exemplos de marcadores do final da enunciação: “quando hũ vai contando algũa couza, acabando diz, itulenchi, [...] ou itulychi matu, [...] que vẽ formar o sentido da lingoagẽ tenho dito naõ tenho mais que dizer” (Estêvão 1640: 83-83 v).

Achamos exemplos de marcadores do final da enunciação, de incitação da enunciação, marcadores que servem para manter o contacto.

Tari pronunciado por sy so, depois de hũ ouvir algũa couza que outro vay dizendo lhe responde como fazemos no latim *cõ ergo ut tari tuca* quite *dissõra?* pois vos que cuidaveis: do qual tari uzaõ tambem por sy so, quando algũa pessoa esta esperando por outra que foi saber de algũa couza, aquelle depois de chegar lhe dis o q̃ estava esperando tari? que he o mesmo que dizer; pois que temos? [...] deste tari repetido se uza per modo de ronqua; quando hũ vay porfiando, & outro refutando, aquelle que parece vay de vencida, diz no cabo, com impeto tari, tari, q̃ he o mesmo q̃ dizer, vos que cuidaveis, que vos parecia? (Estêvão

1640: 106-106 v). Ou, he de quẽ responde, a quẽ o chamaõ, ã, de quẽ responde perguntando, por não ouvir, ou entender bem (Estevão 1640: 77-77 v).

Os autores missionários apresentam marcadores de significados modais, eles prestam atenção aos meios de provocar, permitir ou proibir a acção, aos meios de exprimir o pedido, a ordem.

Incitativos. Sing. Nēi. Plur. Pēi, I, Penēi. Hora fus, applicaivos. Keremé. Depressa fazei. [...] Outra vez tornai a fazer. Prohibitivos. Aujé, Aujeranhé, Basta já. Nanhó, Nanhóranhé, Basta. Aáni, Aániã, Isso naõ. Aánumé. Naõ seja assi. [...] Teinhé, Deixa isso; cessa de fazer. [...] Permissivos. Nei Aujebéte, Seja embora. Iepé, Seja, mas de balde. [...] Teinhé, Deixa o fazer (Figueira 1687: 135-136).

Comentando a possibilidade de empregar o Indicativo em função do Imperativo negativo, Figueira parte dos significados importantes para o discurso, e indica os instrumentos de exprimi-los.

Notese que de duas maneiras mandamos a alguem que não faça algũa cousa polo Imperativo, Eimonhangumé, não façás, ou pola segunda pessoa do presente do Indicativo, Nderemoháng-i; & este segundo modo tem força de ameaça, ou grande cautella, [...] ut Guarte, não façás; Nderemoháng-i. Nderári, guarte não caias (Figueira 1687: 93).

Estevão dá exemplos de marcadores que mostram a atitude para com o interlocutor. Ele indica uma “aspiração” que serve para exprimir a atitude negativa à acção do interlocutor. O comentário do emprego de uma outra “aspiração” parece aludir à articulação ou ao comportamento não verbal: “Esta aspiração ha se repete, duas, ou tres vezes juntas com ãmpito, contra aquelle que quer dar noutrẽ, [...] pera ã o não faça. A mesma aspiração, hũ, também entre dentes serve as vezes pera mostrar afastamento, & aborrecimento” (Estevão 1640: 77).

O gramático descreve os meios de incentivar uma acção; meios de expressão de pedido, mandato, proibição, permissão.

Quando se falla mandando com persuasão & rogos usão do futuro em, dus, em lugar de imperativo (Estevão 1640: 34 v). Quando na oração dizemos traxei outro vinho, ou agoa, ou qualquer couza semelhante, se mandamos trazer mais alem doutro ja trazido, ha se de uzar do adjectivo, anniyccu, i, α, & também de agallo, y, e, ou Choddu, i, α, & αdicu, i, α, inda que anniyccu, i, α (Estevão 1640: 82 v).

Não estão postos de lado os meios de expressividade. Figueira escreve dos formantes que dão “energia a algũas palavras” e da reduplicação.

A, com til, ã, dá energia a algũas palavras: ut Açóã, Eisme vou. Aániã, Aáriã, isso naõ. Guarda. [...] Açóãúb, vou, mas de má vontade. [...] E se o verbo atraz se repete, tem mais força: ut Aço açóãúb, folgo que vou [...] ¶ Quando se repete a dição, significa grande desejo. Açóãúúb, vou com grande desejo, & pressa. [...] Çoér, Ndoér, Xoér. [...] significaõ a mesma frequencia na acção dalgũa pessoa (Figueira 1687: 138-140).

Estêvão, descrevendo pronomes, indica a reduplicação deles como um dos instrumentos de expressividade. Na parte dedicada à sintaxe atribui papel da expressividade, ênfase, à partícula *che* e à “letra” *ĩ*.

uzaõ de dous Dativos que tẽ a mesma significaçaõ de hũ, mas so tẽ mais algũ encarecimento, & efficacia no dizer, ut maca Padrica tu dy nãssi (Estêvão 1640: 23). A particula *,che*, se acrescenta ao cabo de algũa dição pera mayor emphasis, ut yecuchi huso naõ mais, cainchi nã, nada nada. [...] Esta letra *,ĩ*, se acrescenta aos nomes, & pronomes, & segnifica nos affirmativos tambem, & nos negativos nẽ, ut Pedrui. Pedro tambem. (Estêvão 1640: 106 v-107).

Os missionários indicam meios de apreciação. Estêvão escreve sobre o emprego de diminutivos e da reduplicação deles nesta função.

Ha nesta lingua deminutivos que se fazẽ de algũs adjectivos aos quaes redobrando as primeiras duas syllabas ficaõ diminutivos, ut ahaculo, *y, e*, quer dizer couza piquena, & dakhu dak hu&dlo, *y, e*, quer dizer couza pequenina, tanulo, *y, e*, quer dizer couza tenra de crianças, Tanutanuli, *y, e*, quer dizer couza muito tenrinha, idulo, *y, e*, quer dizer couza pequenina, iduidulo, *y, e*, quer dizer couza muyto pequenina, et sic de cæteris nos quais puder vir esta conjunção [Estêvão 1640, 81 v].

Nas gramáticas expõem-se meios de apreciação positiva e negativa, marcadores que mostram a atitude para com o interlocutor ou para com o tema de comunicação.

tambem por desprezo, & fanfaronia [se uza quito, *y, e*], diz hũ ao outro, a que despreza, tu quito vlaunca, & que sois vos pera falar (Estêvão 1640: 82 v-83). [Adverbios] Laudativos. Icatú [...], Muito bem. Matúeté [...] Está muy bem feito. Iã, Iamurú, Folgo que lhe aconteceu mal. Aeboé, Mui a proposito. [...] Naeté [...] Grandemente (Figueira 1687: 136).

Achamos nas gramáticas meios de características sociais (especialmente *gender*) dos participantes da comunicação. Os autores indicam formas admissíveis na fala de homens e de mulheres, bem como as não marcadas.

Todos os [...] vocativos [...] se denotaõ com esta particula Guí, l, Gué, que he o mesmo, que O, no Portuguez; [...] Xerúbgué. As molheres porẽm em lugar de Gui, ou Gué, dizem Iú, ou Ió, Xe cyg jú, ò minha mãy (Figueira 1687: 9).

[Adverbios] Affirmativos. Pá, Sim do homem somente. Hehe, Sim, da molher, & tambem do homem. [Adverbios] negativos. Aán, Aáni [...], Naõ. Aánireá, Dos homês sos. Aáni ri. Das molheres . Naõ he assi. Eám, l, Eámæ, Naõ, das molheres sós. Eráma, Naõ. Absit. [...] Ca) Dos homês somente. Quayg) das molheres sómente. [...] Açóne cá, Açópecá, diz o homem; Açónequyg, diz a molher (Figueira 1687: 133-139).

Anchieta descreve diferenças no uso dos possessivos nas frases apelativas de acordo com as relações familiares e sociais dos participantes da comunicação.

Alguns outros nomes ha que [...] tem subintellecto o adjectivo meus em todos os casos, ut Aí, minha mãy. O macho chama à irmã peí, guaupíra, minha irmã, e a minha sobrinha itô, titô, guaitô [...], a irmã ao irmão, aí, guaitá [...], o pai e mãi ao filho macho piá [...] Todos os mais maxime vocando nunca se poem sem o adjectivo meus, noster expresso, ut pai, mestre, tio, mãy, &c. xêrüb, xemboeçára, xêtutir, xecíg, &c. [...] O senhor, o pay, o mestre, &c. fas, dizem, Acêjára, o senhor de homem, & não jára sómente, senão quando de si mesmo são absolutos (Anchieta 1595: 14 v-15).

Estevão, ao examinar o vocativo na descrição da declinação nominal, detém-se nas partículas vocativas, ou interjeições, estudando minuciosamente a sua posição sintáctica em relação ao nome, o uso independente / absoluto delas, ressaltando diversos valores específicos e dando variantes posicionais. Aqui nós estamos perante uma tendência de descrição que não parte de classes gramaticais de palavras mas do seu valor, das funções aos meios de expressão.

Nõ: seja junta aos vocat. do Pl., ut Mõnnussano, o homês. Gheddeano. o mininos. Tãõbê se ajûta ao vocat. sing. por acusa de honra: como sennõino; sõr mestre. Padrino sõr Padre. [...] re, senaõ are [...] serve també particula de Repreder, ou mostra sentimento ou agastamento [...]. Quando referimos pessoas mui graves, & authorizadas na oração uzamos de hũa particula, sri, ut sry IESU suami o senhor IESU (Estêvão 1640: 16-16 v).

Pereira ressalta particularidades, relacionadas com a etiqueta conversacional, que se detectam no uso de pronomes e de substitutos pronominais que indicam o interlocutor, apresentando um sistema bastante completo de formas de tratamento: tu, vós, Vossa Mercê, Senhor, Senhoria, Excellencia, Vossa Alteza, &c. (Pereira 1672: 37-38).

O facto de estar presente, na gramática de Bento Pereira, primeira gramática de português como língua estrangeira³, a problemática do discurso (embora menos do que nas obras missionárias), merece um comentário.

³ É por isso que a gramática, escrita no latim, tem alguns elementos da gramática comparada (entre português e latim, às vezes, entre português e italiano).

Eo, quo semper exarsi meæ nationes amore dolebam vehementer quòd cum omnes ferè Europæ nationis habuerunt dictionaria satis locupletia, sola natio Lusitana, quæ nulli sive literarum, sive armorum exercitiis fecunda est, proindeque nostra lingua quæ fanè vocabulorum opulentissima est, non sine decore inops reputaretur. Cùm verò in me patriæ amor, [...] quiescere, haberéque commercium cum omni natione quæ sub coelo est, [...] vehementèr dolui carere Lusitanos arte, qua suam linguam exteris addiscendam proponant. [...] ex facilitate addiscendæ nostræ linguæ, ut exteri, sive mercatores suis opibus nos ditent, & nostris ditentur, sive concionatores pervadant usque ad fines Orbis, seu Lusitani imperij, ubi nationes barbaras veris Evangelij divitiis locupletent (Pereira 1672: â6-â6v).

O paralelismo do interesse pela problemática do discurso entre os missionários e Pereira não é casual, explica-se pelos objetivos parecidos destas obras. São gramáticas destinadas a ensinar uma língua estrangeira para assegurar aos seus destinatários o domínio de língua suficiente para a comunicação bem sucedida em quaisquer situações reais. De um lado, isto difere as obras dos missionários e de Pereira das gramáticas que codificam o vernáculo e se destinam ao falante nativo que não precisa de aprender os meios discursivos; ele domina-os perfeitamente. Do outro lado, as gramáticas das línguas “exóticas” e do português como língua estrangeira diferem dos manuais do latim: embora o estudo dele visasse, naquela época, a possibilidade de comunicação oral, esta se realizava em poucas situações bastante padronizadas, que exigiam um conhecimento de meios comunicativos limitados, típicos de poucos estilos funcionais. Só os autores das gramáticas que ensinavam os alunos a contactar com vários grupos sociais, falar em situações não sempre previsíveis, deviam estar atentos aos mais variados aspectos do discurso.

5. Conclusão

No período inicial da tradição linguística portuguesa, anterior à gramática de Port-Royal, Amaro de Roboredo, José de Anchieta, Luis Figueira, Tomás Estêvão, Bento Pereira, autores de obras criadas como manuais (para ensinar latim aos principiantes; português aos estrangeiros com os fins práticos; línguas exóticas para os futuros colegas missionários), elaboram conceitos e atitudes à língua actuais para a linguística de hoje.

A doutrina de Roboredo, autor do *Methodo grammatical para todas as línguas*, gramática universal racional proclamada como tal 40 anos antes de Port-Royal, contribuiu muito para o desenvolvimento das ideias de apologia da língua materna, de gramática universal e tipologia, para a elaboração da teoria e prática do ensino da língua. O conjunto de manuais escolares de Roboredo testemunha que a ideia da

apologia de línguas concretas evolui ao princípio da defesa da língua materna em geral, universaliza-se, destruindo a hierarquia de línguas. A concepção da gramática universal racional fixa a base do método de ensino aplicável a qualquer língua, e determina os princípios do ensino (expostos um século antes de Beauzée e Verney), muito próximos da metodologia dos nossos dias.

Mais dois tipos de gramáticas analisadas neste artigo, diferindo bastante, têm um importante traço comum: a tarefa de descrever línguas para ensinar a comunicação bem sucedida em situações reais fez os seus autores dirigirem-se à problemática do discurso e traçarem, embora ao nível empírico, alguns aspectos importantes desta área. Os gramáticos selecionam grupos de palavras que têm funções discursivas e prestam atenção às particularidades de seu uso, à organização do discurso dialogal; salientam os meios da expressão de acordo, desacordo, confirmação e desgosto; dão exemplos de marcadores do final da enunciação, de incitação da enunciação, marcadores que servem para manter o contacto, mostrar a atitude para com o interlocutor ou para com o tema de comunicação; descrevem os meios de incentivar uma acção, de exprimir um pedido, mandato, proibição, permissão.

O exposto mais uma vez comprova um importante papel da tradição portuguesa dos sécs. XVI e XVII, que continua subestimada fora do mundo lusófono, e a necessidade de estudar todo o corpo dos monumentos para formar um quadro adequado da história das ideias linguísticas.

Agradecimentos

Este artigo está no contexto dos estudos que eu comecei nos anos 80, em Moscovo, e continuei em 1995 como bolsista do Instituto Camões.

Expresso meus mais profundos e cordiais agradecimentos ao Prof. Ivo Castro que apoiou a ideia de re-editar e fez um enorme trabalho, organizando a edição fac-simile da obra de A. de Roboredo na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, em 2002.

Agradeço de todo o coração à Doutora Isadel Cepêda, então Chefe dos Reservados da BNP, ao Prof. Ivo Castro e ao Prof. Luís Fagundes Duarte, que me ajudaram imenso nas pesquisas da tradição linguística na Biblioteca Nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMAN, Maria Cristina (2011): "A descrição das línguas 'exóticas' e a tarefa de escrever a história da linguística", *ABRALIN*, 10(3), 209-230.
- ÁLVARES, Manuel (1572): *Emmanuelis Alvaresi [...] grammatica libri tres*. Olyssipone: Ioannes Barrerius.

- ANCHIETA, José de (1595): *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil* [...]. Coimbra: Antonio de Mariz.
- ASSUNÇÃO, Carlos (2000): *A arte da grammatica da lingua Portugueza de António José dos Reis Lobato: estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- ASSUNÇÃO, Carlos / Gonçalo FERNANDES (2007): “Amaro de Roboredo, gramático e pedagogo português seiscentista, pioneiro na didáctica das línguas e nos estudos linguísticos”, em Amaro de Roboredo, *Methodo grammatical para todas as linguas. Prefácio e estudo introdutório Carlos Assunção, Gonçalo Fernandes*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, XI-CII.
- BARROS, João de (1540): *Grammatica da lingua portuguesa. Dialogo em louvor da nossa linguagem*. Olyssipone: Apud Lodovicum Rotorigiũ.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1983): *Babel ou a Ruptura do Signo: A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1984): *Historiografia da língua portuguesa: século XVI*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. (Coleção Nova Universidade. Lingüística, 11).
- CAVALEIRO, Estêvão (1516): *Nova grammaticae Marie Matris Dei Virginis ars*. Lisboa: Valentim Fernandes.
- CLENARDO, Nicolau (1538): *Institutiones grammaticae latinae*. Bracara: Sumptibus Guillermi a Traiecto.
- ESTÊVÃO, Tomás (1640): *Arte da lingua Canarim* [...]. Rachol: Collegio de S. Ignacio da Companhia de Jesu.
- FARIA, Manuel Severim de (1624): *Discursos varios politicos* [...]. Évora: Manoel Carvalho.
- FÁVERO, Leonor Lopes (1996): *As concepções lingüísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- Fernandes, Gonçalo (2002): *Amaro de Roboredo, um Pioneiro nos Estudos Linguísticos e na Didáctica das Línguas*. Tese de Doutoramento inédita. Vila Real: UTAD.
- FERNANDES, Gonçalo (2004): “A Ianua Linguarum dos Jesuítas Irlandeses (Salamanca, 1611) e a Porta de Linguas de Amaro de Roboredo (Lisboa, 1623)”, *Boletim de Estudos Clássicos* 42, 165-181.
- FERNANDES, Gonçalo (2008): “As gramáticas do português de Fernão de Oliveira (1536) e de Bento Pereira (1672)”, *Confluência. Revista do Instituto da Língua Portuguesa* 33/34, 127-141.
- FIGUEIRA, Luis (1621?): *Arte da lingua brasilica*. [...]. Lisboa: Manuel da Silva.
- FIGUEIRA, Luis (1687): *Arte de grammatica da lingua brasilica*. [...]. Lisboa: Miguel Deslandes.
- FONSECA, Pedro da (1965): *Isagoge filosófica. Introd., ed. do texto latino e trad. por Joaquim Ferreira Gomes*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Instituto de estudos filosóficos.
- GÂNDAVO, Pero Magalhães de (1574): *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da lingua portuguesa com um Dialogo* [...] em defensam da mesma lingua. Lisboa: Antonio Gonsalvez.

- GONÇALVES, Maria Filomena (2003): *As ideias ortográficas em Portugal – De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- GONÇALVES, Maria Filomena (2006): “Treinta años de Historiografía Lingüística del portugués”, em Milka Villayandre Llamazares (ed.), *Actas del XXXV Simposio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística*. León: Universidad de León, Dpto. de Filología Hispánica y Clásica, 732-753. <http://fhyc.unileon.es/SEL/actas/Goncalves.pdf>.
- KEMMLER, Rolf / Barbara SCHÄFER-PIRISS / Axel SCHÖNBERGER (2002): *Estudos de história da gramaticografia e lexicografia portuguesas*. Frankfurt am Main DEE: Domus Ed. Europea (Beihefte zu Lusorama, 9).
- KOSSARIK, Marina (2002): “A obra de Amaro de Roboredo. Questões de historiografia linguística portuguesa”, em Amaro de Roboredo, *Methodo Grammatical para todas as Linguas*. Edição de Marina A. Kossarik. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 7-63.
- KOSSARIK, Marina (2003): “Monumentos Linguísticos Portugueses dos Séculos XVI e XVII”, *Confluência. Revista do Instituto da Língua Portuguesa*, 25 e 26, 93-174.
- KOSSARIK, Marina (2015): “Universalização de conceitos linguísticos como etapa da consolidação da ciência – contribuição dos filólogos portugueses”, *Confluência. Revista do Instituto da Língua Portuguesa* 49, 162-200.
- KOSSARIK, Marina (2016a): “Early Portuguese treatises and the case of scientific paradigms. Interparadigmatic periods and the two hyperparadigms in linguistic history”, em Carlos Assunção / Gonçalo Fernandes / Rolf Kemmler (eds.), *Tradition and Innovation in the History of Linguistics: Contributions from the 13th International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS XIII), Vila Real, 25-29 August 2014*. Münster: Nodus Publikationen, 176-185.
- KOSSARIK, Marina [2016b]: “Concepciones pre-coserianas en los monumentos lingüísticos portugueses de los siglos XVI y XVII” em Gerda Hassler / Thomas Stehl (eds.), *Actas de la Conferencia Internacional Competencia – Función – Variación. Lingüística Coseriana V, Potsdam del 08 al 10 de octubre 2015*. Münster: Nodus Publikationen (no prelo).
- LEÃO, Duarte Nunes de (1576): *Orthographia da lingoa portuguesa [...]*. Lisboa: João Barreira.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1606): *Origem da lingoa portuguesa [...]*. Lisboa: Pedro Graesbeck.
- LEITE, Marli Quadros (2007): *O nascimento da Gramática Portuguesa: Uso & Normas*. São Paulo: Humanitas / Paulistana.
- LEITE, Marli Quadros (2011): “Considerações sobre uso e norma na Gramática Portuguesa – O Methodo Grammatical para todas as Linguas (1619), de Amaro de Roboredo”, *Filologia e Lingüística Portuguesa* 13 (2), 337-368.
- OLIVEIRA, Fernão de (1536): *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Germam Galhardo.

- PEREIRA, Bento (1666): *Regras gerays breves & comprehensivas da melhor ortografia [...]*. Lisboa: Domingos Carneiro.
- PEREIRA, Bento (1672): *Ars grammaticae pro lingua Lusitana addiscenda latino idiomate*. Lugduni: Laurentius Anisson.
- PEREIRA, Frutuoso (1643): *Arte de grammatica latina Portugueza Benedictina*. Lisboa: Lourenço de Anueres.
- PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio (1996): “La pedagogía del latín en Portugal durante la primera mitad del siglo XVII: cuatro gramáticos lusitanos”, *Cuadernos de filología clásica: Estudios latinos* 10, 217-228.
- PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio (2008): “Fuentes españolas en la primera gramática latina de Amaro de Roboredo”, em Marina Maqueira León / María Dolores Martínez Gavilán (eds.), *Gamma-Temas 3: España y Portugal en la tradición gramatical*. León: Universidad de León, Centro de Estudios Metodológicos e Interdisciplinares, 239-265. (Colección Contextos, 18).
- PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio (2009): “Gramaticografia e lexicografia em Portugal durante o século XVI: do Latim ao Português”, *Limite: Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonía* 3, 45-65.
- RESENDE, André de (1540): *L. Andreae Resendii de verboru(m) coniugatione commentarius*. Olissipone: Apud Lodovicū Rhotorigium.
- ROBOREDO, Amaro de (1619): *Methodo grammatical para todas as linguas [...]*. Lisboa: Pedro Graesbeeck.
- ROBOREDO, Amaro de (1621): *Raizes da lingua latina mostrados em um tratado e dicionario [...]*. Lisboa: Pedro Graesbeeck.
- ROBOREDO, Amaro de (1623): *Porta de linguas ou metodo muito accomodado para as entender [...]*. Lisboa: Antonio Alvarez.
- ROBOREDO, Amaro de (1625): *Grammatica latina de Amaro de Roboredo mais breve e fácil que as publicadas até agora na qual precedem os exemplos aas regras [...]*. Lisboa: Antonio Alvares.
- SCHÄFER-PIESS, Barbara (2000): *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*. Tübingen: Niemeyer (Beihefte zur Zeitschrift für romanische Philologie, 300).
- SOUSA, Máximo de (1535): *Institutiones tum lucide, tum compendiose, latinarum literarum, tradite dialogo [...]*. Coimbra: Caenobium Dive Crucis.
- TÁVORA, Francisco de (1566): *Grammatica hebraea novissime [...]*. Conimbricæ: Apud Ioanem Aluarum.
- VERA, Álvaro Ferreira de (1631): *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa [...]. Breves louvores da lingua portuguesa com notáveis exemplos da muita semelhança que tem com a língua latina*. Lisboa: Mathias Rodriguez.
- VERNEY, Luís António (1746): *Verdadeiro método de estudar [...]*. Valensa (Nápoles): Na oficina de Antonio Balle.

- ZWARTJES, Otto (2002): “The description of the indigenous languages of Portuguese America by the jesuits during the colonial period: The impact of the latin grammar of Manuel Álvares”, *Historiographia linguistica* 29 (1-2), 19-70.
- ZWARTJES, Otto (2011): *Portuguese missionary grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam / Philadelphia: J. Benjamins.
- КОСАРИК, Марина (1995): “К проблеме традиции и инновации в истории языкознания. Ренессансная и современная лингвистические парадигмы – связь эпох”, *Вестник МГУ. Серия 9. Филология* 5, 104-116.
- КОСАРИК, Марина (2013а): *Описание языковой системы в ранних лингвистических памятниках Португалии*, t. I. Фонетика. Морфемика. Морфология именных частей речи. Москва: МАКС Пресс.
- КОСАРИК, Марина (2013b): *Социолингвистическая проблематика в ранних португальских сочинениях о языке*. Москва: МАКС Пресс.

Complementos infinitivos num corpus de Português Clássico

Miguel Magalhães

Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa

migmaglit@yahoo.com

Infinitival complementation in Classic Portuguese

Resumo

Este trabalho pretende contribuir para uma melhor compreensão do infinitivo flexionado em português clássico. Em trabalhos como Martins (2006) e Fiéis e Madeira (2014) observou-se que a distribuição de infinitivo flexionado alterou-se do Português Antigo até ao Português Contemporâneo. Com base num corpus de um arquivo particular, proveniente do distrito de Braga, com textos notariais do século XVII (1650-1700), vamos descrever o uso do infinitivo flexionado em complementação infinitiva, mostrando as condições que permitiram o seu alargamento a outros contextos do Português Contemporâneo.

Palavras-chave

Infinitivo flexionado, português clássico, complementos infinitivos, diacronia, sintaxe

Sumário

1. Objetivo. 2. Enquadramento teórico. 3. Constituição do *corpus*. 4. Levantamento das ocorrências. 5. Verbos ECM, fazer-Infinitivo e estruturas de controlo. 6. Primeiras conclusões.

Abstract

This paper aims to contribute to a better understanding of inflected infinitive in Classic Portuguese. In works such as Martins (2006) and Fiéis & Madeira (2014), it can be observed that the distribution of inflected infinitive changes from Old to Modern Portuguese. Based on a corpus from an archive located in the Braga district, with notarial texts from the XVII century (1650-1700), we will describe the use of the inflected infinitive in infinitival complementation during this period, assessing the conditions that allowed its widening to other contexts in Modern Portuguese.

Keywords

Inflected infinitive, classic Portuguese, infinitival complementation, diachrony, syntax

Summary

1. Objective. 2. Theoretical background. 3. *Corpus* of analysis. 4. Data analysis. 5. ECM constructions, *faire*-infinitive and control verbs. 6. First conclusions.

1. Objetivo

Este trabalho tem como objetivo descrever algumas estruturas de complementação infinitiva em português clássico (PCI). Para isso, partimos da análise dos contextos em que ocorre o infinitivo flexionado (InfFlex) e, de acordo com os resultados alcançados, iremos observar os complementos infinitivos num *corpus* constituído para esse efeito. O ponto de partida desta análise justifica-se pelo facto de o InfFlex ser uma opção gramatical que apenas ocorre em português, galego e sardo. Na primeira secção deste trabalho, vamos fazer o levantamento das ocorrências do InfFlex de acordo com as conclusões já alcançadas em bibliografia específica. Esta primeira secção irá dar conta das ocorrências mas também de algumas ausências e irá introduzir o levantamento de domínios infinitivos como complemento de verbos causativos e perceptivos em estruturas de controlo, mais especificamente com verbos ECM e em construções *fazer*-infinitivo.

Serão também apresentadas algumas análises existentes em trabalhos sobre o InfFlex em estados mais antigos da língua, nomeadamente os trabalhos de Martins (sobretudo 2004 e posteriores) e o estudo e sistematização de Fiéis & Madeira (2014) sobre a diacronia do InfFlex no português; na secção 2, apresentaremos a constituição do *corpus* de análise e a metodologia de seleção de dados; na secção 3, analisaremos os dados extraídos do *corpus* e apresentaremos uma reflexão teórica relativamente aos contextos estudados; e, finalmente, na secção 4, apresentaremos as conclusões.

2. Enquadramento teórico

Em trabalhos como Martins (2006) e Fiéis & Madeira (2014), observamos que a distribuição do InfFlex alterou-se desde o Português Antigo (PA) até ao Português Europeu Contemporâneo (PEC). Algumas estruturas atestadas no PA (como as orações independentes com valor imperativo/optativo e coordenadas com conjuntivo) desaparecem no PCI. Outras emergem e mantêm-se até ao PEC (orações complemento de verbos declarativos, epistémicos, perceptivos e de controlo de objecto); e outras surgem em PCI mas não se mantêm até ao PEC (construções com verbos aspectuais e de controlo de objeto). E que pode ser resumido no quadro 1.

Tal como está referido em Fiéis & Madeira (2014), o InfFlex é uma opção gramatical que, nas línguas românicas contemporâneas, apenas ocorre em português, galego e sardo, embora com propriedades diferentes entre si.

A diacronia mostra que esta era uma opção disponível desde o PA, mas em contextos diferentes do PEC. Em PA surge associado, por exemplo, a domínios independentes de carácter imperativo/optativo, em alternância com o conjuntivo, o

que não é possível em PEC. Segundo Martins (2006) e Fiéis & Madeira (2014), estes domínios independentes começam a desaparecer por volta do séc. xvi à medida que começam a ocorrer como complementos de verbos causativos e perceptivos, associados a outras propriedades que começam a ocorrer também neste momento (nomeadamente a possibilidade de negação e de ocorrência de clíticos no domínio infinitivo).

PA	PCI	PEC
Orações independentes com valor imperativo/optativo e coordenadas com conjuntivo	✗	✗
Orações complemento adverbiais introduzidas por preposição (ou locuções prepositivas)	✓	✓
Orações de sujeito	✓	✓
Orações coordenadas com infinitivo impessoal	✓	✓
✗	Construções com verbos aspetuais e de controlo de sujeito (com e sem coordenação)	✗
✗	Orações complemento de verbos declarativos, epistémicos, perceptivos, de controlo de objeto e factivos	✓

QUADRO 1. DIACRONIA DO INFINITIVO FLEXIONADO A PARTIR DE FIÉIS E MADEIRA (2014)

Em PA ocorre ainda em orações introduzidas pela conjunção copulativa *e*, e em orações coordenadas (alternando orações conjuntivas com orações de infinitivo não flexionado). Finalmente, podem encontrar-se ocorrências em orações introduzidas por preposições (adverbiais e complementos de adjetivos), e também em orações de sujeito e em complementos de verbos. Estes contextos, ao contrário dos domínios independentes que ocorriam em PA, como já referimos, não desaparecem em PCI.

Em relação a outros contextos possíveis em PEC tais como complementos de verbos epistémicos, factivos, controlo de objeto, das orações predicativas, comparativas e completivas de nome e de adjetivo, não existem dados suficientes sobre a sua origem.

3. Constituição do *corpus*

Para perceber a evolução destas formas, uma vez que os estudos anteriores incidem particularmente no PA, pretendemos averiguar a sua evolução num período mais tardio. Para esse efeito, decidimos constituir um *corpus* com documentos notariais uma vez que estudos anteriores baseavam-se sobretudo em textos literários.

Deste modo, foi constituído um corpus com cerca de 10 textos notariais (cartas de venda, prazo, doação, entre outros) da 2ª metade do séc. xvii (1650 a 1700). Os documentos são provenientes de um arquivo particular e foram, na sua maioria, produzidos no distrito de Braga, no Norte de Portugal. Lembramos que este é um corpus de documentos notariais, geograficamente localizado, e que pretende acrescentar dados aos estudos sobre o InfFlex neste período e não fazer uma descrição do PCI.

Fez-se depois, com o auxílio de um programa de concordâncias, o levantamento das ocorrências do InfFlex e das construções com verbos de controlo, ECM e *fazer*-infinitivo, e procedeu-se à sua análise.

4. Levantamento das ocorrências

Em relação às ocorrências do InfFlex, em domínios independentes com valor imperativo/optativo e orações coordenadas com conjuntivo, confirma-se a sua ausência em PCI, tal como constataam Martins (2006) e Fiéis & Madeira (2014).

Comparando o InfFlex em PA e PCI, mantêm-se em contextos que já ocorriam em PA como as orações complemento e adverbiais, introduzidas por preposições ou locuções prepositivas tanto causais como finais, como podemos ver nos exemplos seguintes:

Causais:

1. as ditas (...) rogarã asinase por ellas por ellas *serem* mulheres e nã *saberem* asinar (CG-7, 1694)
2. *em razam de* serem molheres doncellas de calidade por nom *poderem* hoo? acignar (CG-13, 1678)

Finais:

3. e acabadas as tres uidas deste prazo ficara uaguo liure e desembarguado [f10] desembarguado ao dito colegio como couza sua propria que hee contadas? as bem feitorias que nelle ouuer *pera o darem e emprazarem* a quem lhes parecer e mais for de dreito e iustiça (CG-13, 1678)
4. e *lloguo* alj por elles ditos reuerendos padres foj dito que *pera efeito de fazerem* prazo aellas sobreditas maria de souza e uentura machada se fes uedorria da ditta quinta da granja (CG-13, 1678)

É também atestado em orações coordenadas com infinitivo impessoal como no exemplo seguinte:

5. e por *serem* uezinhos e parentes e *escuzar* as ditas duvidas e malquezias? e demandas se vierã a compor todos pella maneira seguinte (CG-7, 1674)

Não foram, no entanto, encontradas ocorrências em orações de sujeito.

Em relação a contextos surgidos no PCI, de acordo com o levantamento feito por Fiéis & Madeira (2014), o InfFlex pode ocorrer noutros contextos que não foram encontrados neste *corpus*, a saber: coordenado com um DP (pronomes demonstrativos, pronomes pessoais, artigos, quantificadores, elementos-QU ou por um elemento vazio); introduzido por um determinante; orações comparativas e predicativas e complementos de nomes. O mesmo ocorre com os contextos específicos do PCI (que não ocorriam em PA e que desapareceram em PEC) como são as construções com verbos aspetuais e de controlo de sujeito (com e sem coordenação).

Por outro lado, é também neste período que o InfFlex surge em contextos que se mantiveram em PEC como são os casos das orações complemento de verbos declarativos (6), epistémicos (7), controlo de objeto (8) ou perceptivos (este último não atestado).

6. os quoaais *comfearaõ* elles uendedores *terem* ja em sj recebidos em moeda corente deste rejno sem quebra nem demonuisam alguma dos quoaais dicercaõ elles uendedores dauaõ ao comprador e a seus eerdeiros por quites e livres e desobrigados doie p[ar]a todo sempre (CG-12, 1692)
7. e todas partes [+] testemunhas sam pesoas que [eu+]tabaliam *conheco serem* os mesmos e elles reconhecidos hũns dos outros eu? estacio ca[ldei+]ra da ueiga taballiã que [o+] [es+]creuy (CG-7, 1674)
8. foi dito que elles a fazer este instramento de contrato bom e de pas pera sempre *obreiguauã* suas pesoas e todos seus bens moveis e de rais auidos e por auer e tercos de suas almas a numqua emconstrar nem impedir este instramento e troqua e concerto pera sempre e numqua ho *reuoguaem* parte nem em todo pera sempre por si nem por outras pesoas (CG-7, 1674)

O exemplo (9) mostra ainda uma contrução onde ocorre a subida do sujeito do InfFlex para a posição de sujeito da frase passiva, que não é possível em PEC:

9. apareserom maria de souza loba e uentura machada solteiras moradoras na quinta da granja da freiguezia de santo andre de uilla nune deste concelho de cabeseiras de basto, *pesoas* por mim tabaliam bem conhecidas *serem* as proprias que se nomeiam e lloguo alj por elles ditos reuerendos padres foj dito que pera efeito de fazerem prazo aellas sobreditas maria de souza e uentura machada se fes uedoria da ditta quinta da granja (CG-13, 1678)

Sendo o InfFlex selecionado pelo verbo *conhecer*.

5. Verbos ECM, fazer-infinitivo e estruturas de controlo

Se atendermos a aspetos quantitativos, o uso do InfFlex, neste corpus, é mais comum em orações adverbiais introduzidas por preposição, sendo o uso em estruturas de complementação pouco produtivo. Não são encontrados, por exemplo, InfFlex em complementos de verbos causativos e perceptivos, contextos que surgiram em PCI e que se mantiveram em PEC. Trata-se de uma construção que, de acordo com os trabalhos já citados, tornam-se comuns neste estado da língua. A ausência destas construções neste *corpus* levou-nos a analisar as construções com verbos causativos (não ocorrem verbos perceptivos neste *corpus*) para tentar perceber se existe algum factor que possa explicar a ausência destas estruturas num momento da língua em que deveriam ser mais comuns.

Recordamos, muito brevemente, que as construções com verbos causativos e perceptivos ocorrem sobretudo com verbos de Marcação Excepcional de Caso (ECM) e construções de *fazer*-infinitivo (União de Orações).

Embora estas estruturas estivessem disponíveis desde o PA, estas tinham características diferentes, em relação ao PEC, que não cabe neste trabalho especificar. No entanto, como Martins (2004 e sucessivos) demonstra, o infinitivo dependente de verbos ECM torna-se comum, de forma clara, a partir do séc. XVI, como já referimos anteriormente. Relembramos também (remetendo para as mesmas referências) que o InfFlex como complemento de verbos causativos e perceptivos é uma opção do PEC mas não se encontra atestada em PA e que o desaparecimento das orações infinitivas independentes começa a ocorrer à medida que as estruturas ECM se tornam mais comuns.

Segundo Martins (2006) existem três elementos que revelam o processo de desgramaticalização dos verbos ECM e de controlo e elevação: a emergência do InfFlex que passa a estar em variação com o infinitivo simples; a legitimação da negação predicativa das orações infinitivas selecionadas e, finalmente, a opção pela cliticização no interior da oração infinitiva em estruturas com verbos matriz potenciadores de subida do clítico.

Recupero, a este propósito, os exemplos (5) e (8). No exemplo (5) encontramos uma oração adverbial introduzida por uma preposição, em que o InfFlex está coordenado com um infinitivo simples. Enquanto no exemplo (8), a construção de controlo de objecto, exhibe também uma estrutura coordenada com infinitivo simples, já atestada em PA.

5. e por *serem* uezinhos e parentes e *escuzar* as ditas duvidas e malquezias? e demandas se vierã a compor todos pella maneira seguinte (CG-7, 1674)
8. foi dito que elles a *fazer* este instramento de contrato bom e de pas pera sempre *obreiguauã* suas pesoas e todos seus bens moveis e de rais auidos e por auer e tercós de suas almas a numqua emcontrar nem empedir este ins-

tromento e troqua e concerto pera sempre e numqua ho *reuoguem* parte nem em todo pera sempre por si nem por outras pesoas (CG-7, 1674)

O exemplo (8) mostra como, em estruturas coordenadas de orações infinitivas dependentes de um verbo finito, o argumento causado (o DP controlado pelo verbo superior) é estruturalmente o sujeito do verbo infinitivo, embora receba caso acusativo do verbo que o controla. Repare-se que tal só é possível porque as especificações de pessoa e número do verbo superior e do InfFlex são idênticas.

Se considerarmos o exemplo (10), observamos que um processo parecido ocorre em construções *fazer*-infinitivo:

10. e *mandarã* a mim tabaliã *fazer* este publico instromento nesta nota (CG-7, 1674)

Mas neste exemplo, é atribuído caso dativo ao sujeito do verbo infinitivo através da preposição *a* e que é reforçada pela presença do pronome pessoal oblíquo que lhe sucede.

Mais uma vez necessitamos de observar as ocorrências destas estruturas de controlo em termos quantitativos: neste corpus, observamos uma preferência clara pelo uso de construções *fazer*-infinitivo uma vez que não ocorrem construções com verbos ECM. Deste modo, encontramos neste corpus as seguintes estruturas:

(a) Construções *fazer*-infinitivo com dativização do sujeito

10. e *mandarã* a mim tabaliã fa[f6 v] *fazer* este publico instromento nesta nota (CG-7, 1674)

11. e por asi serem de parte e parte contentes *mandaraõ* a mim tabaliaõ *fazer* este publico instromento (CG-15, 1692)

12. e *mandarãõ* a mim tabaliaõ e escriuaõ do tõbo e prazos delle *fazer* este publico estromento de nouo emprazamẽto ã meu liuro de notas (CG-1, 1656)

(b) Construções *fazer*-infinitivo

13. poderaõ elles ssenhorio? *mandar sitar demandar dobrigar* aele cazeiro emprazante (CG-1, 1656)

14. poderam elles senhorios *mandar citar e obrigar* a ellas cazeiras emprazantes (CG-13, 1678)

(c) Construções *fazer*-infinitivo com atribuição de caso acusativo ao objeto direto

11. e delle *mandaraõ* dar hũ treslado pera o cartorio do collégio (CG-1, 1656)

- (d) Construções *fazer*-infinitivo com movimento do clítico para o verbo superior:
12. e as *faraõ pouoar* e *cultiuar* fazendo nellas todas as bemfeitorias que fazer puderẽ (CG-1, 1656)
 13. [...] a *fês escreuer* (CG-8, 1699)
 14. e elles o *prometeraõ fazer* asi (CG-15, 1692)

Não irei fazer uma análise detalhada destas estruturas porque não está no âmbito deste trabalho, mas parece-me importante refletir sobre se a sua ocorrência está relacionada ou não com a ausência do InfFlex nas estruturas de complementação dos verbos causativos e perceptivos. Ana Maria Martins (2015), baseada em dados e análises sólidos, tem proposto que as estruturas com verbos ECM derivam das construções *fazer*-infinitivo, apesar de ambas coocorrerem no PA. De acordo com trabalhos recentes feitos com o PEC (citados em Martins 2015), apesar das estruturas com verbos ECM serem preferidas no PEC padrão escrito, as construções *fazer*-infinitivo estão distribuídas por todo o território, enquanto as construções com verbos ECM estão restritas a áreas específicas. Isto, por si só, não explica a ausência do InfFlex como complemento de verbos causativos e perceptivos, uma vez que as estruturas ECM estavam disponíveis desde o PA, como já referimos. Mas se consideramos que tanto as construções com verbos ECM como o InfFlex tem em comum o facto das completivas não finitas constituírem domínios com sujeitos independentes (diferenciando-se no facto de nas ECM o sujeito receber caso acusativo, enquanto no InfFlex recebe caso nominativo), então é seguro considerar que a ausência das estruturas com verbos ECM está diretamente ligada à ausência de InfFlex como complemento de verbos causativos e perceptivos neste *corpus*.

6. Primeiras conclusões

A nossa análise teve como primeiro objetivo descrever algumas construções de complementação infinitiva num corpus de português clássico. Partindo do levantamento das ocorrências do InfFlex neste *corpus*, procuramos enquadrá-las na diacronia do InfFlex, mostrando as condições que permitiram o seu alargamento a um maior número de contextos em PEC. De acordo com a diacronia do InfFlex feita por Fiéis & Madeira (2014), o InfFlex ocorre nas estruturas esperadas neste período da língua. O facto de não encontrarmos em alguns contextos, como complemento de verbos causativos e perceptivos, levou-nos a procurar nos verbos de Controlo, ECM e construções de *fazer*-infinitivo, pistas que pudessem clarificar esta ausência, uma vez que é nestas construções que eles ocorrem com mais frequência em PEC.

O levantamento que foi feito mostra-nos que relativamente a verbos de controlo, o InfFlex ocorria em coordenação com o infinitivo simples, tal como vimos no

exemplo (8). Em relação a verbos ECM e construções *fazer*-infinitivo, as construções analisadas mostraram que neste corpus há uma preferência clara por construções *fazer*-infinitivo, não sendo encontrada nenhuma construção com verbos ECM. Esta ausência leva-nos a formular algumas interrogações sobre o comportamento das estruturas de controlo e a sua função nesta diacronia. E também se o facto de ser um corpus geográfica e tipologicamente restrito influencia estes resultados preliminares. Em trabalhos futuros esperamos fazer um levantamento dos verbos de controlo e as construções que originam e, inevitavelmente, ampliar o corpus de análise, dentro da mesma tipologia textual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUARTE, Inês / Anabela GONÇALVES / Ana Lúcia SANTOS (2012): “Infinitivo flexionado, independência temporal e controlo”, *Textos Seleccionados, XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 217-234.
- FIÉIS, Alexandra / Ana MADEIRA (2014): “O infinitivo flexionado na diacronia do português”, em João Veloso *et al.* (orgs.), *Textos seleccionados. XXIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto: APL, 255-264.
- GONÇALVES, Anabela (1999): *Predicados Complexos Verbais em Contextos de Infinitivo não Preposicionado do Português Europeu*. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MARTINS, Ana Maria (2004): “Ambiguidade estrutural e mudança linguística: A emergência do infinitivo flexionado nas orações complemento de verbos causativos e perceptivos”, em Ana Maria Brito / Olívia Figueiredo / Clara Barros (orgs.), *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*. Porto: Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 197-225.
- MARTINS, Ana Maria (2006): “Aspects of Infinitival Constructions in the History of Portuguese”, em Randall Gess / Deborah Arteaga (eds.), *Historical Romance Linguistics: Retrospective and Perspectives*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 327-355.
- MARTINS, Ana Maria (2012): “Coordination, gapping, and the Portuguese inflected infinitive: The role of structural ambiguity in syntactic change”, em Dianne Jonas / John Whitman / Andrew Garrett (eds.), *Grammatical Change: Origins, Nature, Outcomes*. Oxford / New York: Oxford University Press, 274-291.
- MARTINS, Ana Maria [2015]: “Infinitival complements of causative/perception verbs in a diachronic perspective”, em Anabela Gonçalves / Ana Lúcia Santos (eds.), *Complement clauses in Portuguese: Syntax and Acquisition*. Amsterdam: John Benjamins (no prelo).

Estudo cognitivo-funcional da formação da construção [XQUE]_{CONNECT} no Português

Monique Petin K. dos Santos*

Universidade Federal do Rio de Janeiro
moniquepks@gmail.com

Maria Maura Cezario**

Universidade Federal do Rio de Janeiro / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
mmcezario@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar e analisar as construções *já que*, *uma vez que* e *assim que* por meio de uma abordagem diacrônica com base nos pressupostos da Linguística Centrada no Uso. A formação dessas construções fundamenta-se nos princípios da Mudança Construcional e da Construcionalização, conforme postulam Traugott e Trousdale (2013). Além disso, a partir da análise histórica das construções estudadas, o artigo mostra a organização da rede [Xque]_{CONNECT} em português. Essa explicação segue os pressupostos teóricos do Modelo da Gramática das Construções, a fim de comprovar o dinamismo linguístico e a mudança da rede linguística, vista como um conjunto de nós, ou seja, um conjunto de construções (que são pareamentos entre forma e sentido) interligados. Os dados foram coletados a partir do Corpus do Português entre os séculos XIII e XVII, disponibilizados eletronicamente pela Biblioteca de Lisboa.

Palavras-chave

Linguística Centrada no Uso, construcionalização, mudança construcional, formação de conectivos

Sumário

Introdução. 2. Aporte teórico. 2.1. Linguística centrada no uso. 2.2. Mudança construcional e construcionalização. 2.3. Rede construcional e construção. 2.4. Metodologia e análise. 3. Considerações finais.

Cognitive-functional study construction [XQUE]_{CONNECT} formation in Portuguese

Abstract

This paper aims to present and to analyze the constructions *já que*, *uma vez que* and *assim que* through a diachronic approach based on assumptions of Usage-based Linguistic. The formation of these constructions is based on the principles of Constructional Changes and Construcionalization as postulated by Traugott and Trousdale (2013). In addition, from the historical analysis of the constructions studied above, the article shows the organisation of [Xque]_{CONNECT} network in portuguese. This explanation follows the theoretical assumptions of the Construction Grammar Model in order to demonstrate the linguistic dynamism and change of the language network, seen as a set of nodes, i.e, a set of interconnected constructions (pairings of form and meaning). Data has been collected from *Corpus do Português*: texts written between the thirteenth and seventeenth centuries, and available in electronic format at the Library of Lisbon.

Keywords

Usage-based Linguistic, construcionalisation, construcional change, formation of the connector

Contents

1. Introduction. 2. Theoretical Contribution. 2.1. Usage Based-Language Linguistic. 2.2. Constructional Changes and Construcionalisation. 2.3. Constructional Network and Construction. 2.4. Methodology and Analysis. 3. Final Considerations.

* Doutoranda em Linguística - UFRJ.

** Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ. Pesquisadora Nível 2 do CNPq. Coordenadora do Projeto Discurso e Gramática- UFRJ e Integrante do Projeto para a História do Português Brasileiro.

1. Introdução

O presente artigo objetiva apresentar uma proposta de análise da formação dos conectivos *uma vez que*, *já que* e *assim que* (conectivos que fazem parte da construção que denominamos [*Xque*]_{CONNECT}), com base numa visão construcionista para mudança, conforme a Linguística Funcional Centrada no Uso¹. Trabalhamos especificamente com o modelo apresentado em Traugott (2015) e Traugott / Trousdale (2013), segundo os quais as construções linguísticas são formadas a partir de outras construções por meio de vários processos que levam a mudanças construcionais. Quando ocorrem mudanças na forma e na função de uma construção, temos uma nova construção, fenômeno denominado construcionalização pelos autores. A nova construção é um novo signo na língua, um novo nó na rede construcional da gramática.

Dessa maneira, mostraremos a distribuição dos usos conectivos em questão mediante uma rede cognitiva² e a relação entre o grau de parentesco (ou de familiaridade) e suas relações de vizinha. Procuraremos explicar o modelo teórico, que é diferente do modelo da gramaticalização, pois insere conhecimentos das ciências cognitivas, e apresentar uma análise ainda preliminar da formação desses conectivos no português com base nesses pressupostos, a partir da análise de textos escritos em português nos sécs. XV e XVII.

De acordo com a abordagem construcional, construções são unidades simbólicas convencionais de forma e sentido (cf. Goldberg 1995). E, por serem partilhadas entre falantes de uma comunidade linguística, tornam-se arbitrarias. Com base em Traugott e Trousdale (2013), as *mudanças construcionais* podem ocorrer ou na forma ou na função. Quando ocorrem nos dois planos – forma e função – temos uma nova construção. Assim, o pesquisador precisa procurar os contextos críticos (cf. Diewald 2006) que devem ter permitido que novas associações de forma e sentido ocorressem, explicar todas as mudanças construcionais ocorridas até a convencionalização da nova construção e verificar a expansão dos contextos de usos e a relação dessa construção com outras na rede construcional da língua. Quando ocorre a formação de uma construção nova (ou novo nó na rede), há a *construcionalização*. A gramática, segundo Bybee (2010), é entendida como uma organização cognitiva da língua e certas instâncias particulares de construções afetam as representações cognitivas. Dessa maneira, a gramática é moldada e mudada pelo uso da linguagem, pela frequência alta ou baixa das construções.

¹ Conforme cita Martelotta (2011), em países do exterior, aplica-se o termo *usage-based model* para designar modelos teóricos que privilegiam o uso da língua.

² Hudson (2007) considera que a linguagem equivalha a um sistema cognitivo, visto que a mesma mantém um alto grau de similaridades no que tange ao nível organizacional em relação a outros conhecimentos cognitivos. Em outras palavras, concebe a linguagem como uma rede formada por nós (ou construções) que se conectam por intermédio de links.

Como o modelo da construcionalização/ mudança construcional (Traugott / Trousdale 2013) é novo, embora incorpore os conhecimentos que tínhamos acerca de gramaticalização (*cf.* Heine 1991, 2003; Hopper 1991; Bybee 2003, 2010), lexicalização (*cf.* Brinton / Traugott 2005) e gramática de construção (*cf.* Goldberg 1995, 2006), também é parte dos objetivos deste artigo divulgar os pressupostos teóricos desse modelo, que é, na verdade, uma teoria de mudança linguística e não de tipos particulares de mudanças, como era o caso do que era estudado em gramaticalização e lexicalização. Para explicar as mudanças construcionais que aconteceram na formação de alguns dos conectivos em português na forma [Xque]_{CONNECT} (*assim que, uma vez que etc.*), precisamos compreender também os processos cognitivos que estão sempre por trás tanto da mudança como da variação linguística. Assim, vamos abordar também conceitos importantes presentes na obra de Bybee (2010).

2. Aporte teórico

2.1. Linguística centrada no uso

A Linguística Funcional baseia-se no princípio de que a linguagem é um processo de interação social, não se limitando apenas aos seus aspectos formais. De acordo com essa abordagem, aspectos culturais não deveriam ser considerados menos importantes dentro dos estudos linguísticos, uma vez que o uso da linguagem não se restringe a certas habilidades cognitivas. Nos estudos formalistas, a sintaxe, por exemplo, é compreendida como um módulo independente dos demais. Em contrapartida, sob a ótica cognitivo-funcional, não há como desvincular sintaxe e semântica. Além disso, para que a atividade compartilhada ocorra, uma série de processos cognitivos entra em cena, tais como inferência, capacidade de se colocar no lugar do outro, analogia, além de aspectos ligados à memória, ao conhecimento de mundo e a aspectos psicológicos.

Neste século, a Linguística funcional (*cf.* Bybee 2010; Heine 2003; Traugott 2012, 2010; dentre outros) se aproximou muito da linguística cognitiva (*cf.* Goldberg 1995, 2006; Croft 2001; Lakoff 2003; Geerats 2007; dentre outros), razão pela qual ganha um novo rótulo: Linguística Funcional Centrada no Uso.

Embora o uso de determinadas expressões dependa de certas motivações comunicativas e do sentido negociado entre falante e ouvinte, a língua não se modifica de forma irregular e aleatória. Segundo Bybee (2010: 1), podemos comparar a mudança linguística com dunas, já que estas possuem aparente forma na regularidade e na estrutura, mas são maleáveis. A linguagem em sua superfície também mantém certa estabilidade, porém, ao mesmo tempo, mostra variações em todos os seus níveis, o que explica também o fato de haver um contínuo entre as categorias linguísticas. Por exemplo, com relação ao nosso fenômeno, sabemos que há um contínuo categorial en-

tre advérbio/locução adverbial e conectivo tanto na sincronia (é comum usarmos advérbios para unirmos partes do texto, como unimos orações com conectivo) como na diacronia, com conectivos sendo formados a partir de advérbios (*cf.* Martelotta 1996).

Baseadas nos pressupostos cognitivo-funcionais, assinalamos, em termos gerais, certas habilidades cognitivas (*cf.* Bybee 2010) importantes para a estruturação e modificação da língua, dentre elas: (a) categorização; (b) *chunking*; (c) memória rica; (d) analogia e (e) associação transmodal. A primeira refere-se ao processo de similaridade ou de correspondência na identificação, que ocorre quando palavras, sintagmas e outros elementos linguísticos são reconhecidos e combinados em representações armazenadas na memória. O segundo relaciona-se ao processo pelo qual sequências de unidades são utilizadas em conjunto para formar unidades mais complexas. Assim, as sequências repetidas das palavras (ou dos morfemas) são associadas conjuntamente na cognição e transformam-se apenas em uma unidade. A memória rica constitui-se nos exemplares que são arquivados em formas de representações. Os falantes estocam detalhes fonéticos, estruturas, significados e inferências associados aos enunciados. Quanto mais uma forma é usada, mais forte ela fica na representação da memória (o contrário também é verdadeiro). A analogia designa o processo pelo qual novos enunciados são produzidos, baseados em enunciados prévios. A associação transmodal relaciona-se à habilidade de conexão que os usuários executam entre forma e significado (Bybee 2010: 7). Além disso, sabemos que a frequência de uso também é fundamental tanto para explicar a estrutura linguística sincrônica, como a variação e a mudança linguística.

A partir do momento em que duas ou mais palavras são empregadas juntas frequentemente, elas desenvolvem uma relação sequencial, denominada *chunking*. A força desencadeadora dessas relações é determinada pela frequência (repetição) com que essas unidades ocorrem no texto. Por esta razão, julgamos que o *chunking* seja uma das habilidades cognitivas mais importantes, uma vez que a sequência de certas unidades compõe um todo de forma e de sentido, conforme aconteceu com a formação, por exemplo, dos advérbios em *-mente*, em que adjetivos e o substantivo *mente* foram tomados como uma única unidade representacional, formando a construção [Xmente], quando não há mais reconhecimento do *-mente* como substantivo e novos elementos puderam ser usados no *slot*³ X (*cf.* Campos 2013; Campos, Cezario, Alonso, inédito).

2.2. Mudança construcional e construcionalização

Embora os modelos de Gramática das Construções contenham uma base amplamente sincrônica, em estudos mais recentes, a dimensão histórica foi adicionada

³ Tradução livre.

como ferramenta para análise diacrônica (Traugott 2012), a fim de um maior entendimento do processo de mudança das construções.

De acordo com Traugott e Trousdale (2013), como a mudança é o resultado da língua em uso, as microinovações, que decorrem por meio dos *tokens* (construtos)⁴, podem dar origem a novos signos ou não. Conforme o modelo construcional de mudança de Traugott (2010, 2012) e de Traugott e Trousdale (2013), é importante fazer a diferenciação entre o desenvolvimento das novas construções (construcionalização) e o processo de mudança dos subcomponentes da construção (mudança construcional).

Segundo os autores, a mudança construcional afeta os subcomponentes da construção, ou seja, pode haver mudanças apenas na forma ou apenas no conteúdo. Mas, quando as mudanças são na forma e no conteúdo, há um novo pareamento forma-função. Neste caso, temos a construcionalização.

Ainda de acordo com Traugott (2015), as microinovações ocorrem no nível do construto (ou *token*), mas somente são consideradas mudanças quando se alastram entre os falantes. Dessa maneira, a inovação inclui a reinterpretação da construção por parte do ouvinte, diferenciando-se da análise feita pelo falante. Ao reutilizar os novos sentidos atribuídos ao construto, o falante gera novas relações lógicas e, a partir daí, o usuário reutiliza a construção com outro significado. Neste estágio, porém, as inovações não são visualizadas como microconstruções, uma vez que a nova associação entre forma do construto e significado não está convencionalizada.

A convencionalização somente começa quando outros ouvintes passam por processos similares. Traugott (2015) afirma que, como resultado da repetição dessas associações, os falantes implicitamente aceitam a relação entre a estrutura original e o novo significado. Este processo permite a combinação entre a morfossintaxe da construção original e a dos novos construtos⁵.

A construcionalização, assim, decorre da neoanálise da forma morfossintática dos construtos. Quando novas propriedades semânticas são partilhadas entre indivíduos de uma mesma comunidade, novas microconstruções são adicionadas à rede mediante uma nova unidade simbólica convencional. A partir deste ponto, um novo tipo surge e a construcionalização se estabelece.

⁴ Segundo Traugott e Trousdale (2013), os construtos referem-se às construções empiricamente comprovadas.

⁵ Tradução livre. Change starts with micro-innovations at the level of the 'construct' or token utterance, but can be consist to be change only when the innovation has spread to others speakers. [...] The hearer who has (re)analysed this construct, and created a tenuous link between the construct and a part of the constructional network become a speaker and reuses the construct with the new meaning [...]. At this stage, there is no micro-construction because the new form associated with the reanalysis of the construct is not conventionally associated with a new meaning. Conventionalization begins when: Others hearers go through similar processes. As a result of repeated associations, groups of speakers tacitly a on conventional relationship between the original form and a newly analyzed meaning. This leads to mismatch between the morphosyntax of the original construction and the new constructs.

Consoante Traugott (2010, 2015) e Traugott e Trousdale (2010, 2013), podemos definir a reanálise morfossintática como uma mudança na estrutura da expressão ou em uma classe de expressões que não envolve nenhuma modificação intrínseca na estrutura superficial (Langacker 1977: 58)⁶.

Contudo, embora em textos mais antigos, os autores abordem terminologicamente a mudança descrita acima como reanálise, algumas ponderações devem ser colocadas. Em obras mais atuais, Traugott (2015) e Traugott e Trousdale (2010, 2013) questionam o uso do termo ‘reanálise’ ao invés de ‘neoanálise’. Traugott enfatiza que a neoanálise pressupõe não somente a mudança de forma da estrutura, mas também uma nova interpretação por parte do leitor/ouvinte, ou seja, a mudança reside tanto na alteração das fronteiras sintáticas quanto no aspecto semântico. Diferentemente do que ocorre com a reanálise apenas formal, o mecanismo de mudança linguística procede de forma gradual, ou melhor, durante o processo de mudança construcional, as sucessivas neoanálises dar-se-ão de maneira progressiva, por efeito de micropassos. Dessa maneira, a nomenclatura mais adequada a este fenômeno seria ‘neoanálise’. De acordo com a perspectiva construcional, a neoanálise transforma-se em um fator importante para a mudança linguística, uma vez que, como toda mudança implica a neoanálise, ela se torna o principal mecanismo de mudança.

Ademais, a teoria cognitivo-funcional difere da abordagem instituída pela Linguística Funcional Clássica. Enquanto esta exprime uma visão linear e unidirecional da trajetória dos itens, aquela estuda não somente a mudança das construções, mas também concebe a gramática como rede com nós conectados de modo hierárquico. Segundo a Linguística Centrada no Uso, a língua estabelece-se a partir de construções, desde as mais simples até as mais complexas, que são formadas por uma unidade simbólica de forma e de significado. Assim, não caberia o estudo da gramaticalização de um elemento, visto que, em tal processo, um elemento passa a assumir, no curso do tempo, um novo *status* gramatical, tendendo a se tornar mais regular e previsível na língua. Desta forma, poderíamos assinalar que diante da visão (macro) da teoria da mudança construcional e construcionalização, os processos de gramaticalização e de lexicalização também são englobados, mas agora temos uma visão ainda mais completa, porque podemos explicar a formação de construções mais esquemáticas dentro de uma rede construcional.

2.3. Rede construcional e construção

De acordo com a Gramática das Construções, a “noção do nosso conhecimento de linguagem é capturada por uma rede conceptual de construções” (Croft 2001). Ain-

⁶ Tradução livre. A definition given by Langacker for reanalysis in morphosyntactic change has proved foundational: ‘change in the structure of an expression or a class of expressions that does not involve any immediate or intrinsic modification of its surface manifestation’.

da segundo Hudson (2007), a linguagem é uma rede conceptual, dado que o termo conceptual refere-se à cognição, enquanto o termo rede remete a um sistema de entidades interconectadas. Dessa maneira, podemos definir a estrutura da linguagem como uma rede organizada por meio de nós (também denominados nódulos), cujas instanciações são representadas por construções, de variados graus de complexidade, partindo das construções menos complexas, desde morfemas, até construções mais complexas e abstratas, como as expressões *assim que*, *uma vez que* e *já que*.

Postulamos que essas construções nasceram de outras construções, no caso uma expressão que indica tempo ou modo, mais o item *que*. Quando surge a construção formada por [Xque]_{CONNECT} já temos uma nova rede no português. O paradigma de conectivos é ampliado. Dessa forma, o conectivo *assim que* passa a concorrer com outras formas do paradigma, como com a forma *quando* e *logo que*; *uma vez que* concorre na nossa sincronia com *já que*. Os elementos linguísticos estão conectados em rede e qualquer alteração no pareamento forma-sentido leva à alteração de toda a rede. Como a língua está mudando o tempo todo, a rede é como uma duna (cf. Bybee 2010) que está sempre se movendo, mas que nos dá a impressão de que forma uma estrutura rígida quando a observamos sem levar em consideração o tempo que passa.

2.4. Metodologia e análise

Realizamos, em textos dos sécs. XIII ao XVII (*Corpus* do Português) uma pequena análise da formação dos conectivos *assim que*, *uma vez que* e *já que* com o intuito de verificar como essas microconstruções se formaram e como foi criada a construção mais abstrata [Xque]_{CONNECT}. Nosso objetivo é compreender a formação dessa construção, aplicando os pressupostos do modelo da construcionalização e mudança construcional, exposto acima. Para isso, analisamos uma amostra formada por vários textos escritos em língua portuguesa, disponibilizados pela Biblioteca de Lisboa, a saber:

- Cantigas da Idade Média – séc. XIII
- *Orto do Esposo* – sécs. XIV ou XV
- Cartas: informações, fragmentos históricos sermões – séc. XVI

Observamos todos os usos de *assim*, *já* e *uma vez*, buscando verificar as primeiras ocorrências dos conectivos. Não encontramos os conectivos *assim que*, *já que* e *uma vez que* formados antes do séc. XVII. Como as gramáticas do latim apontam que já havia no latim *antequam* (antes que) e *postquam* (depois que), concebemos que essas foram as formas que deram origem à construção. Mas, como no latim só havia estas formas isoladas⁷, podemos dizer que a construção abstrata [Xque]_{CONNECT}

⁷ Havia ainda a forma *priusquam*, que era muito rara.

ainda não existia. Encontramos os primeiros usos de *uma vez que* como conectivo na obra intitulada *Cartas do Padre Antonio Vieira* (elaboradas entre 1646 e 1661), do Pe. Antonio Vieira.

Para entendermos como o conectivo foi formado, demonstrar os processos cognitivos envolvidos e apresentar as mudanças construcionais, precisamos procurar os contextos críticos, ou seja, aqueles contextos que propiciaram a neónalise por parte do ouvinte para a compreensão de um novo uso e posterior propagação.

Pela análise dos dados, vimos que no *Orto do Esposo* (fim do séc. XIV ou início do XV) não havia ainda o conectivo *uma vez que*, por exemplo, mas havia contextos que podem ter sido os contextos que levaram à formação da construção. Observemos o exemplo seguinte, com uma locução temporal (*uma vez*) na oração principal e um pronome relativo *que* na oração subordinada:

(1) E ento~ decendeo o enperador do cauuallo co~ piedade e fez aly justiça da morte daquel filho da viuua. E outrossy aco~teceu {*bu~a [uez]*} {*que*} o filho deste enperador Trayano hya correndo pella uilla e~ hu~u~ cauuallo e per aquecime~to, sem seu grado, matou hu~u~ filho de hu~a viuua, e ella queyxou-se ao enperador, chorando (*O Orto do Esposo*, séc. XV).

Com base na investigação da obra *Cartas – Informações, fragmentos históricos e sermões* (Pe. Anchieta, séc. XVI), encontramos a locução temporal *uma vez*, seguida do elemento *só* e do pronome *que*. Nesse caso, constatamos ainda que não há a formação do conectivo *uma vez que*, porém podemos dizer que esse é o contexto crítico (cf. Traugott / Trausdale 2013; Diewald 2006) que deve ter propiciado a formação da nova construção, conforme ilustra o trecho (2):

(2) A outra variedade denominam bóicininga, que quer dizer, “cobra que tine”, porque tem na cauda uma espécie de chocalho, com o qual sôa quando assalta alguém. Vivem nos campos, em buracos subterrâneos; quando estão ocupadas na procreação atacam a gente; andam pela grama em saltos de tal modo apressados, que os índios dizem que elas voam; *uma só vez que* mordam, não ha mais remédio: paralizam-se a vista, o ouvido, o andar e todas as ações do corpo, ficando somente a dôr e o sentimento do veneno espalhados pelo corpo todo, até que no fim de vinte e quatro horas se expira (*Cartas – Informações, fragmentos históricos e sermões*, séc. XVI).

Nos fragmentos (1) e (2), não existe ainda uma construção conectiva, posto que não houve um *chunking* unindo a locução temporal (*uma vez*) e o pronome (*que*). Normalmente, as locuções adverbiais ou circunstanciadores residem no final das orações, enquanto o pronome *que* encontra-se no começo da segunda oração. A frequência de uso dessa ordem deve também ter ajudado a formar mais tarde a construção [*Xque*]_{CONNECT}. Mas, antes do séc. XVII, pela análise de dados feita, *uma vez* e *que* não

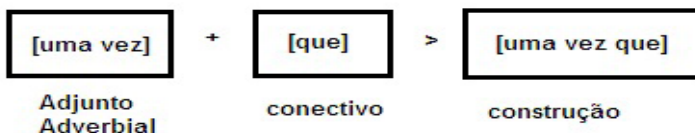
constituem um todo de forma e de sentido, são duas construções separadas, estão em duas orações diferentes.

De acordo com Bybee (2010), as mudanças linguísticas sucedem conforme os falantes utilizam a língua e todos os mecanismos de mudança, dentre eles, a analogização. O mecanismo analógico corresponde ao uso de novos padrões (virtualidades possíveis) no sistema linguístico com base em exemplares previamente estocados. Essas novas formas são empregadas com outros itens, gerando novas construções por influência de exemplares já experienciados pelos falantes. Assim, novos elementos podem mudar de categoria por analogia. Nossa hipótese é que construções como *uma vez que*, tenham formado a construção mais abstrata [Xque]_{CONNECT}, inicialmente com o X sendo preenchido por palavra que denota tempo, (como *vez, logo, já*), e que por analogia outras palavras foram colocadas no slot X, como *assim que, mesmo que, se bem*, dentre outras.

Diante do aumento da repetição e da frequência, o valor expresso por essas expressões podem se alterar, como ilustra o excerto abaixo:

(3) Verdadeiramente, eu não vejo de onde isto possa vir, salvo por milagre. E é muito de notar e reparar neste ponto que, *uma vez que* faltemos a França com o prometido, bastará para que ela justifique o rompimento da liga, e para tomar pretexto de nos não guardar o capitulado, sem fazer caso de nossa necessidade, por extrema que seja, como se viu na do ano passado, em que disse Lanier que tinha ordem de se tornar para França se lhe negavam os três navios: resolução verdadeiramente cruel, e que é bem nos não saia da memória (*Cartas do Padre António Vieira*, séc. XVII).

Em (3), a construção *uma vez que* apresenta um valor conectivo ao contexto. De acordo com a nossa análise, o conectivo *uma vez que* teve sua origem na união de duas construções – [uma vez], presente na oração principal e [que], presente na oração subordinada – e, através de vários processos de mudança, passou a ser um *chunk*, uma só unidade linguística. Podemos dizer que houve construcionalização, pois a mesma agora consiste em um todo de forma e sentido.



Com base no modelo de estrutura simbólica da construção (Croft 2001), propomos aqui a visão elaborada por Oliveira (2013: 5) para um melhor esclarecimento dos fatores que são alterados no processo de mudança construcional e na construcionalização.

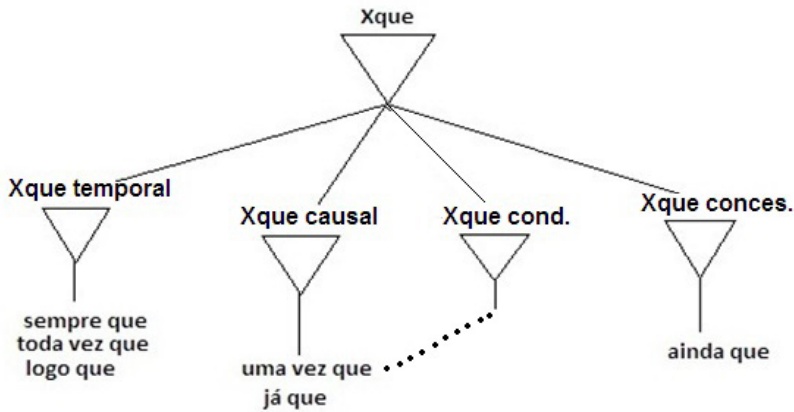
POLO	PROPRIEDADE	PARÂMETROS*
FORMA	Sintática	1) Liberdade de posição; 2) (In)dependência de referência temporal; 3) Sujeito sintático/falante; 4) Perda de propriedades sintáticas do verbo; 5) Ordenação/função do temporal; 6) Marcação de pausa por sinal de pontuação; 7) Inserção de elemento; 8) Negação; 9) Expansão sintática (Himmelman 2004)
	Fonológica	1) Redução de material fônico; 2) Formação de grupo de força
	Morfológica	1) Cristalização da estrutura (pessoa do discurso, configuração modo-temporal); 2) Possibilidade de variação do locativo; 3) Contrações
SENTIDO	Semântica	1) Abstratização do sentido original: processos de (inter)subjetificação; 2) Atuação dos princípios de Hopper (1991); 3) Nível de integração do locativo com as formas verbais; 4) Relação <i>frame</i> ; 5) Renovação de categorias já existentes (marcadores discursivos)
	Pragmática	1) Atuação dos mecanismos de inferência sugerida, metonimização e reanálise, metaforização e analogia (Traugott / Dasher 2005); 2) Expansão <i>host-class</i> e semântico-pragmática (Himmelman 2004); 3) Mudança funcional vinculada a contextos específicos
	Discursivo-funcional	1) Motivação das sequências tipológicas (Bonini 2005; Travaglia 2007) e do gênero textual (Marcuschi 2002); 2) Fatores extralinguísticos: tipo de autor/falante: papel social, grau de prestígio ou de representatividade na comunidade linguística, nível de habilidade ou letramento (Barbosa 2007), propósito comunicativo, tipo de destinatário, suporte do gênero

* A palavra parâmetro não tem relação com o termo técnico da linha gerativa.

QUADRO1. PARÂMETRO DE ANÁLISE CONTEXTUAL PARA A CONSTRUÇÃO [XQUE]_{CONNECT}

Com base nas análises teóricas e nos exemplos acima, podemos reafirmar que as construções *uma vez que*, *assim que* e *já que* passaram por mudanças construcionais na forma e na função, o que levou a uma construcionalização. Em relação à construcionalização, as construções *uma vez que*, *já que* e *assim que*, apesar de manterem seu valor tradicionalmente temporal, em determinados contextos, apresentam funções conclusiva, condicional e causal. No que tange às mudanças construcionais, verificamos que os subcomponentes da construção são afetados, posto que as locuções adverbiais formadoras das construções (*uma vez, já e assim*), juntamente com o item *que*, expressam funções conectivas. Por sua vez, essas mudanças semântica, sintática e morfológica levam à formação da construção [Xque]_{CONNECT} (construcionalização).

Com base nos estudos propostos por Hudson (2007), Traugott (2010) e por Traugott e Trousdale (2013) acerca da relação entre as construções e a rede construcional, postulamos que a distribuição da rede construcional [Xque]_{CONNECT} (rede esta que será explicada logo abaixo) seja a seguinte no português atual:



ESQUEMA 1. ORGANIZAÇÃO DA REDE CONSTRUCIONAL [XQUE]_{CONNECT}

Segundo o trabalho desenvolvido por Hudson (2007) sobre rede construcional na abordagem denominada Word Grammar, a base do triângulo encontra-se ao lado da supercategoria, enquanto o ápice aponta para a subcategoria. As retas representam uma forte ligação entre uma instância e uma categoria mais abstrata (ou esquemática), assinalando as construções mais prototípicas de cada categoria. A justificativa da construção *já que*, por exemplo, estabelecer um *link* com a categoria mais ampla da função causal revela que a construção *já que* pertence a um dos membros centrais dessa categoria, ao contrário da construção *uma vez que*, que não denota um bom exemplo da categoria expressa pela função causal, embora compartilhe algumas propriedades com membros centrais da mesma. Dessa maneira, a construção *uma vez que* apresenta-se na categoria dos causais mediante uma linha pontilhada, por ser um membro não-prototípico ou mais marginal da categoria. Contudo, a mesma construção, *uma vez que*, enquadra-se como um membro prototípico da categoria dos condicionais, conforme exemplificam os trechos abaixo:

(4) Mas *uma vez que* os índios estiverem independentes dos governadores, arancada esta raiz, que é o pecado capital e original deste Estado, cessarão também todos os outros que dele se seguem, e Deus terá mais motivo de nos fazer mercê (*Cartas do Padre António Vieira*, séc. XVII).

(5) O equivalente a um grão de ervilha é o suficiente, *uma vez que* a parte importante da limpeza é o uso adequado da escova⁸.

⁸ Fonte: http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2010/08/escovar-os-dentes-corretamente-pode-prevenir-doencas-cardiacas.html?keepThis=true&TB_iframe=true&height=650&width=850 (05/01/2015).

No quarto caso, detectamos a construção *uma vez que* com função condicional, pois, além de constituir-se em um todo de forma e de significado, verificamos que a construção poderia ser substituída pela construção *desde que*.

Ainda conforme Neves (2012: 77) enfatiza, “a construção ‘*uma vez que*’ assume valor concessivo, visto que a locução ‘*uma vez*’ tem como ponto no passado, mas, no caso, das construções condicionais, essa ligação com o passado se ‘corrige’ com o subjuntivo dos verbos”. No que se refere ao exemplo (5), a construção *uma vez que* exibe função causal, porque a construção *já que* pode permutar com a construção *uma vez que* sem qualquer modificação importante no sentido. Porém, confrontando os exemplos acima, constatamos certas distinções entre o contexto da construção e a função apontada pela mesma.

Nos trechos (1) e (4), subsequente à construção *uma vez que*, encontram-se verbos no modo subjuntivo, entretanto, em (5), o verbo presente na oração pertence ao modo indicativo. Esta análise preliminar mostra que existe uma correspondência direta entre o valor expresso pela construção e o contexto no qual a construção está inserida. Em (1) e (4), a construção funciona como uma conjunção condicional, enquanto, em (5), ela se comporta como conector causal. Assim, constatamos que, diante de uma perspectiva histórica, a construção acima ocupa novas funções conectivas.

A partir dos dados observamos ainda que certas construções ocorrem em contextos específicos, ou seja, o contexto determina o surgimento de uma ou de outra função da construção. Assim, em determinados contextos que sucedem uma forma, geralmente a outra não sucede, conforme corroboram os exemplos (6), (7) e (8):

(6) [...] o que peço muito a V- Rev.a nos queira aprovar e confirmar com sua autoridade, para que ela nos anime mais a todos a o ter assim por bem, e a o observar. Sigamos a Cristo deixadas as redes, *já que* a nossa vocação é de apóstolos, que também estas não são as com que se pescam os homens (*Cartas do Padre António Vieira*, séc. XVII).

(7) E, como depois do sucesso de Nápoles V. Ex.a nos escreveu que aquela máquina ou seus fundamentos haviam caído, por isso nas cartas seguintes instei a V. Ex.a que, deste dinheiro, se podia acudir a Holanda, para que não se perdessem ambas as negociações, *já que* uma não sucedesse (*Cartas do Padre António Vieira*, séc. XVII).

(8) Agora, dizem, mandam procuradores a esse Reino, e que levam alguns índios seus confidentes, que, por serem de abominável vida, não querem a doutrina e sujeição dos padres: e todos dirão e levarão escrito e jurado contra a verdade o que lhes ditar a paixão, o ódio e o interesse injusto e cego. *Assim que*, Senhor, por guardarmos as leis de V. M., e porque damos conta a V. M. dos

excessos com que são desprezadas, e porque defendemos a liberdade- e justiça dos miseráveis índios cristãos e que de presente se vão convertendo, e sobretudo porque somos estorvo aos infinitos pecados de injustiça que neste Estado se cometiam, somos afrontados, presos e lançados fora dele (*Cartas do Padre António Vieira*, séc. XVII).

Nos trechos (6) e (7), a construção *já que* exerce diferentes funções. Enquanto, em (6), a construção mantém um caráter causal; em (7), possui valor condicional. Dessa maneira, verificamos que tanto o contexto quanto o tempo verbal presente nas orações definem o valor das construções e distinguem suas atribuições no contexto. Entretanto, nos *corpora* estudados até o momento, a construção *assim que* funciona apenas como conectivo conclusivo, conforme exemplificado em (8). Porém, este resultado preliminar não anula a possibilidade de nos depararmos, em outros materiais, com a construção *assim que* assumindo outras funções.

No mais, averiguamos que, pelo mecanismo de mudança da analogização, novas construções são geradas, como demonstra a construção *por causa que*, não aceita nas nossas gramáticas normativas. Essa construção manifesta-se a partir de outras construções pré-existentes e, embora não seja aceita ainda pela gramática normativa, tem alta frequência na modalidade falada. Por enquanto, a construção *por causa que* torna-se um nó provisório na rede, tendo a possibilidade de se fixar, em virtude do crescente uso por parte dos falantes.

Conforme apontam Goldberg (2006) e Croft (2001), define-se nó como uma construção. Entretanto, esse pareamento segue de forma gradiente, devido ao grau de complexidade das construções. Ainda segundo Traugott e Trousdale (2013:13), existem fatores que são imprescindíveis para a melhor compreensão e categorização da gramática, dentre eles a esquematicidade.

A esquematicidade corresponde à propriedade de categorização que envolve crucialmente a abstração. Na visão linguística, a abstração relaciona-se diretamente com a esquematicidade. Se observarmos atentamente o Esquema (1), comprovaremos essa relação a partir dos graus de esquematicidade presentes na rede construcional. De acordo com a representação, quanto mais abstrata a construção maior torna-se o grau de esquematicidade da construção. Verificamos que, na construção [Xque]_{CONNECT} muitos elementos cabem no lugar indicado por X. Portanto, a possibilidade de preenchimento deste *slot* torna-se enorme. Entretanto, se seguirmos os subníveis da rede, verificaremos que, nas construções *Xque* causal e *Xque* condicional, há um menor grau de esquematicidade, devido à restrição de certos elementos em ocuparem o *slot* de causa e condição. Dessa maneira, certificamo-nos de que a hierarquia da rede construcional se equipara diretamente com o grau de abstratização do *slot*, ou seja, com o nível de esquematicidade da construção.

3. Considerações finais

Com este artigo, buscamos um maior esclarecimento acerca da construcionalização, dos processos de mudança construcional, bem como um melhor entendimento do modelo de rede construcional. Para tanto, analisamos o percurso histórico das construções *uma vez que*, *já que* e *assim que* e examinamos os contextos deflagradores das novas construções $[Xque]_{CONNECT}$. Verificamos que essas novas construções geram novas mudanças na rede, porém essas mudanças ocorrem de maneira gradual, gerando a criação de novos nós. Assim, a partir de uma visão diacrônica da língua, constatamos a redistribuição de nós e *links* na rede. Além disso, por meio da investigação da rede construcional da construção $[Xque]_{CONNECT}$, traçamos o grau de esquematicidade (parentesco) das construções, constatando a presença dos mecanismos de mudança (analogização e neanálise) na etapa da construcionalização.

Em relação à teoria, a apresentação feita poderá auxiliar os estudos linguísticos, principalmente para a Linguística Funcional Centrada no Uso, no que concerne à explicação do processo de mudança linguística, tendo em vista os usos das expressões atrelados a fatores cognitivos, como analogização, categorização e *chunking*. Embora existam muitos trabalhos sobre os pressupostos do modelo de gramaticalização e de lexicalização (Cezario *et al.* 2004, Martelotta 2008, 2011; Amorim 2013), poucos estudos seguem a visão construcional para entender mudança linguística, visto que ainda são muitos recentes.

Agradecimentos

Agradecemos ao CNPq pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Fabrício da Silva (2013): “O conector *por causa de que*: gramaticalização e análise de propriedades gramaticais e semântico-discursivas”, *Filologia e Linguística Portuguesa*, vol. 15 (1), 47-66.
- ANCHIETA, José de (1931): *Cartas: informações, fragmentos históricos sermões [1554-1594]*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ANCHIETA, José de (1895): *A conversão de São Paulo [1568]*. São Paulo: Oficinas Salesianas.
- BONINI, A. (2005): “A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam”, em A. J. Meurer / Adair Bonini / Désirée Motta-Roth (orgs.), *Gêneros: teorias, métodos, debates*, vol. 1. São Paulo: Parábola Editorial, 208-236.

- BARBOSA, Afrânio G. (2007): “Normas cultas e normas vernáculas: a encruzilhada histórico-diacrônica nos estudos sobre português brasileiro”, em Ataliba T de Castilho *et al.* (org.), *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: FAPESP / Pontes, 483-498.
- BRINTON, Laurel J. / Elizabeth Closs TRAUOGOTT (2005): *Lexicalization and Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BYBEE, Joan (2010): *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BYBEE, Joan (2003): “Mechanisms of change in grammaticization: The role of frequency”, em Brian Joseph /, Richard Janda (eds.), *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackweel.
- CAMPOS, Júlia Langer (2003): *A Gramaticalização da Construção Xmente: Uma história do Latim ao Português*. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de mestrado.
- CAMPOS, Júlia Langer / Maria Maura CEZARIO / Karen Sampaio ALONSO: “Formação da construção Xmente”. *DELTA. Documentação de estudos em Linguística teórica e aplicada* (no prelo).
- CEZARIO, Maria Maura *et al.* (2004): “Ordenação de advérbios em textos religiosos”, *Matraga*, vol. 1, 127-142.
- CROFT, William (2001): *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- DIEWALD, Gabriele (2006): “Context types in grammaticalization as constructions”, *Constructions* SV1-9. <http://elanguage.net/journals/index.php/constructions/article/viewFile/24/29> [janeiro 2015].
- GEERARTS, Dirk / Hubert CUYCKENS (2007): *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. New York: Oxford University Press.
- GOLDBERG, Adele E. (2006): *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press.
- GOLDBERG, Adele E. (1995): *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago / London: The University of Chicago Press.
- HEINE, Bernd (2003): “Grammaticalization”, em Brian D. Joseph / Richard D. Janda, *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell.
- HEINE, Bernd / Ulrike CLAUDI / Friederike HÜNNEMEYER (1991): *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press.
- HIMMELMANN, Nikolaus P. (2004): “Lexicalization and grammaticalization: opposite or orthogonal?”, em Walter Bisang / Björn Wiemer / Nikolaus P. Himmelmann (eds.), *What makes grammaticalization?* Berlin: Mouton de Gruyter, 21-42.
- HOPPER, Paul (1991): “On Some Principles of Grammaticization”, em Elizabeth Closs Trauogott / Bernd Heine (eds.), *Approaches to Grammaticalization*, vol. 1. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 17-36.
- HUDSON, Richard (2006): *Language Networks: The new Word Grammar*. Oxford: The Oxford University Press.

- LAKOFF, George / Mark JOHNSON (2003): *Metaphors we live by*. London: The University of Chicago.
- LANGACKER, Ronald W. (1977): “Syntactic Reanalysis”, em Charles Li (ed.), *Mechanisms of Syntactic Change*. Austin: University of Texas Press, 57-139.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio (2002): “Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade”, em Ângela Paiva Dionísio / Ana Rachel Machado / Maria Auxiliadora Bezerra (orgs.), *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 19-36.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo T. (2011): *Mudança lingüística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo T. (2008): “Gramaticalização de conectivos portugueses: uma trajetória do espaço para o texto”, *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies* 2, 41-60.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo T. (1996): *Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional*. Rio de Janeiro: UFRJ. http://www.discursioagramatica.letas.ufrj.br/download/tese_doutorado_martelotta.pdf.
- NEVES, Maria Helena de Moura (2012): *A Gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de (2013) “Gramaticalização de construções como tendência atual dos estudos funcionalistas”, *Estudos Linguísticos*, vol. 42 (1), 148-162.
- TRAUOGOTT, Elizabeth Closs (2015): “Toward a Coherent Account of Grammatical Constructionalization”, em Jóhanna Barðdal *et al.* (ed.), *Historical Construction Grammar*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 51-80.
- TRAUOGOTT, Elizabeth Closs (2012): “The status of onset contexts in analysis of micro-changes”, em Merja Kytö (ed.), *English Corpus Linguistics: Crossing Paths*. Amsterdam: Rodopi, 221-255.
- TRAUOGOTT, Elizabeth Closs (2010) “(Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment”, em K. Davidse *et al.* (org.), *Subjetification, intersubjetification and grammaticalisation*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 29-74.
- TRAUOGOTT, Elizabeth Closs / Richard B. DASHER (2005): *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TRAUOGOTT, Elizabeth Closs / Graeme TROUSDALE (2013): *Construcionalization and Constructional Changes*. Oxford: University Press.
- TRAUOGOTT, Elizabeth Closs / Graeme TROUSDALE (2010): “Gradience, gradualness and grammaticalization: how do they intersect?”, em Elizabeth Closs Traugott / Graeme Trousdale (eds.), *Gradience, gradualness and grammaticalization*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos (2007): “Tipeamentos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos”, em Leonor Lopes Fávero / Neusa Barbosa Bastos / Sueli Cristina Marquesi (orgs.), *Língua Portuguesa pesquisa e ensino*, vol. 2. São Paulo: EDUC, 97-117.
- VIEIRA, Antônio (1925): *Cartas do Padre Antônio Vieira coordenadas e anotadas por J. Lúcio d’Azevedo*, t. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Os estudos de onomástica en Galicia: da Idade Media aos nosos días

Paulo Martínez Lema

Universidade de Santiago de Compostela
paulo.lema@gmail.com

Studies of Onomastics in Galicia: from the Middle Ages to the Present

Resumo

No presente traballo trazaremos unha visión panorámica da historia dos estudos onomásticos desenvolvidos en Galicia, adoptando para tal efecto un criterio cronolóxico liñal. Deste xeito, comezaremos o noso percurso nos períodos históricos previos á configuración da onomástica como disciplina científica, poremos en destaque as imprescindíbeis aproximacións do padre Sarmiento á materia e aínda revisaremos os contributos realizados en tempos máis recentes por diferentes investigadores que, con maior ou menor preparación filolóxica, contribuíron para un mellor coñecemento do sistema toponímico e antroponímico galego. Finalmente, completaremos a nosa viaxe cunha valorización das achegas máis actuais, tanto as de carácter individual como aquelas que están a ser desenvolvidas ao abrigo de diferentes proxectos de investigación (fundamentalmente no ámbito universitario, mais non só).

Palabras-chave

Galicia, lingüística, onomástica, toponimia, antroponimia

Sumario

1. Introducción. 2. Onomástica e etimoloxía precientífica. 3. Nos primordios da onomástica científica: frei Martín Sarmiento. 4. A onomástica galega no século xx. 5. Do ano 2000 á actualidade: tempos de consolidación e diversificación. 6. Conclusións.

Abstract

This paper will draw an overview of the history of onomastic studies developed in Galicia, adopting for this purpose a linear chronological criterion. The journey through the historical periods prior to the configuration of onomastics as a scientific discipline will highlight the essential approaches of Sarmiento to the matter. This study will review the contributions made in more recent times by different researchers who, with varying philological training, contributed to a better knowledge of the Galician toponymical and anthroponomical system. Finally, we will complete our journey with an appreciation of the most current works, both individual and those that are being developed under different research projects (primarily but not exclusively in universities).

Keywords

Galicia, linguistics, onomastics, toponymy, anthroponomies

Contents

1. Introduction. 2. Onomastics and pre-scientific etymology. 3. In the beginning of scientific onomastics: father Martin Sarmiento. 4. Galician onomastics in the 20th century. 5. From 2000 to the present: a period of consolidation and diversification. 6. Conclusions.

1. Introducción

Diversos factores físicos e antropolóxicos tales como a orografía, a dispersión e antigüidade da poboación ou a xeneralización do minifundio, entre outros, fixeron de Galicia un dos territorios toponimicamente máis densos, ricos e interesantes de toda a Europa. Se confrontarmos a toponimia galega (e aínda a do norte de Portugal, continuación lóxica da anterior) coa do resto da península Ibérica, o contraste resulta aínda máis rechamante, e non só do punto de vista cuantitativo (é ben coñecido o dato segundo o cal Galicia posúe, ou chegou a posuír, pouco menos de 1/3 do total de entidades de poboación existentes en España), mais tamén en termos cualitativos, tal e como patentiza a diversidade de estruturas formativas e de estratos lingüísticos que concorren na configuración do noso sistema toponímico. Sintetízao á perfección o profesor Antón Santamarina (2002: 10) cando di: “Those of us who work with the Galician nomenclature know very well that monotony is not precisely its most characteristic aspect”.

Así sendo, non admira que a toponimia galega (e, en menor medida, a antroponimia, como teremos ocasión de sinalar) chamase a atención dos especialistas na materia, quer galegos quer foráneos. É certo que, con demasiada frecuencia (e sobre todo en alturas máis recuadas en que a onomástica carecía aínda dunha consideración plenamente científica), o estudo destes dominios ficou nas mans de autores non necesariamente formados en lingüística e / ou en filoloxía, con resultados de interese moitas veces nulo ou moi limitado. Por tanto, resulta até certo punto lóxico que viñese a prevalecer durante algún tempo unha certa concepción da onomástica como extravagancia propia de eruditos, ou aínda como unha especie de “caixón de xastre” onde cabe calquera hipótese, sempre e cando exista algunha homonimia ou paronimia máis ou menos fortuíta sobre a cal edificar unha explicación que, a miúdo, carece duns mínimos apoios históricos ou lingüísticos. É difícil lidar con isto, e éo porque a onomástica, e moi especialmente a toponimia, constitúen sen dúbida un dos eidos da investigación lingüística que maior interese levanta entre o público xeral non especializado, e co cal maior grao de familiaridade pode chegar a adquirir. A fin de contas, a toponimia está por todas partes e integra, quer queiramos quer non, moitas das nosas experiencias vitais: quen non desexa coñecer, mesmo que só sexa por curiosidade, a orixe do nome da vila onde naceu, ou dalgún dos apelidos da súa familia? Non fican moi lonxe desta relación tan estreita coa onomástica algúns fenómenos que teremos ocasión de comentar, como a tantas veces nomeada “etimoloxía popular”.

Por sorte, contamos desde hai décadas con contributos e liñas de traballo moi interesantes e concibidas en termos máis estritamente científicos. A elas nos referiremos ao longo das vindeiras liñas mais, antes diso, recuaremos varios séculos para asistir a aquilo que poderíamos chamar de “prehistoria da onomástica”.

2. Onomástica e etimoloxía precientífica

Durante moitos séculos, o máis semellante que poderíamos encontrar con aquilo que hoxe chamamos de *onomástica* foron as etimoloxías e pseudo-etimoloxías da tradición medieval, para as cales (polo menos no noso ámbito cultural inmediato de referencia) podemos identificar como principal precedente e texto fundacional as *Etymologiae* de Isidoro de Sevilla (c. 560-636), auténtico repositorio da cultura clásica occidental cuxa validade se prolongou durante practicamente toda a Idade Media. Malia trátase dunha obra amplamente ultrapasada en moitos sentidos, non nos resistimos a rescatar e a comentar brevemente as palabras con que Isidoro de Sevilla introducía o apartado *De etymologia*, e que serven como primeirísima definición dunha disciplina que durante moito tempo (e aínda en boa medida na actualidade) constituíu a columna vertebral dos estudos onomásticos en xeral, e dos toponímicos en particular:

Etimoloxía é a orixe dos vocábulos cando a forza do verbo ou do nome se deduce pola súa interpretación [...] Por exemplo, *flumen* chámase así porque se formou de *fluere*. A miúdo é preciso empregar este coñecemento para a interpretación das palabras, pois así que adiviñas de onde é que o nome procede, entendes mellor cal é a súa forza. Con certeza, resulta máis doada a averiguación de calquera cousa así que lle coñeces a etimoloxía (*Etym.* I: 29).

De resto, as *Etymologiae* de Isidoro de Sevilla son unha obra que tamén toca de xeito moi directo a Galicia e á onomástica galega, por ser nela onde encontramos unha das formulacións máis antigas, coñecidas e persistentes no tempo (coas súas lóxicas variantes e mutacións) acerca da orixe quer do topónimo *Gallaecia* quer do etnónimo *galego*. Estamos a nos referir, certamente, a aquela que vincula a raíz de ambos os dous termos (e aínda a do etnónimo *Galli* ‘galo, habitante da Galia’) co grego γάλα ‘leite’, de tal maneira que os habitantes do Noroeste peninsular “son chamados de *galegos* pola brancura, ao igual que os galos. Con certeza, salientan pola súa brancura sobre os demais pobos de España” (*Etym.* IX, 2: 110).

Un trazo que convén pór en destaque nas reflexións de Isidoro de Sevilla vén coincidir cunha das fontes de frustración máis recorrentes no traballo dos onomásticos, moi especialmente cando o obxecto de estudo pertence a camadas lingüísticas anteriores ao latín: referímonos á existencia dunha porcentaxe necesariamente elevada de ítems cuxa etimoloxía resulta imposible de esclarecer, limitación que Isidoro atribúe ao feito de esas formas ficaren de fóra das pautas sistemáticas definidas e establecidas para a súa descodificación:

No entanto, non todos os nomes foron postos polos antigos, senón que algúns tamén o foron segundo o capricho, da mesma maneira que nós, ás veces, lles damos aos nosos escravos e ás nosas pertenzas nomes que agradan á nosa vontade. Así sendo, non se encontran as etimoloxías de todos os nomes, desde que

algúns tomaron as súas formas non consonte á cualidade con que foron enxendrados, mais de acordo co arbitrio da vontade humana (*Etym.* I: 29).

Con certeza, cómpre non infravalorarmos o papel que pode chegar a xogar o acaso (ou circunstancias difíciles de predicir por causa da súa asistematicidade) na deriva semántica de non poucos lexemas, un aspecto do cal podemos ficar conscientes con só dar unha ollada a algunhas formas e expresións de uso cotián nos nosos días. Un esclarecedor exemplo disto, especialmente aplicábel no estudo da etimoloxía de elementos onomásticos prelatinos, é o que desenvolve García Alonso (2009: 164) cando di:

Los verbos *colocar* y *colgar* del castellano moderno derivan del latín *collocare*, literal o etimológicamente ‘poner al lado de’. Ninguno de los dos derivados refleja exactamente el valor primigenio, aun sin haberse ido demasiado lejos. Pero lo que a ningún lingüista futuro se le hubiera ocurrido imaginar es las derivaciones semánticas que encontramos en las expresiones *estar colgado* o *estar colocado*.

Sexa como for, a tradición etimolóxica derivada do texto isidoriano ofrece algunhas características recoñecíbeis:

- a. En primeiro lugar, as explicacións dadas para a orixe dos termos en foco adoitan alimentarse do imaxinario mítico-relixioso e interactúa cos referentes historiográficos vigorantes na altura, uns referentes aínda non sometidos á crítica científica e á discriminación entre *ciencia* e *mito* de que serán obxecto a partir do séc. XVIII, co Iluminismo e o nacemento da historiografía moderna.
- b. De resto, do que vimos de dicir dedúcese aínda unha outra característica deste tipo de construtos intelectuais: a súa intención, consciente ou inconsciente, non é outra que xustificar ou lexitimar uns determinados discursos políticos, sociais e culturais que informan e vertebran o *statu quo* da época. Esta é unha das razóns de a etimoloxía constituír un dos ingredientes máis habituais dos cronicóns, das lendas heráldicas e doutros textos semellantes.
- c. É por iso que moitas desas etimoloxías lembran sen excesivo esforzo o que vulgarmente coñecemos como *etimoloxías populares*, baseadas a miúdo en fenómenos de paronimia e homonimia máis ou menos fortuítas e que, como algúns autores xa teñen sinalado de maneira moi atinada (Terrado Pablo 1999: 52), acostuman ser frecuentemente etimoloxías eruditas creadas ao abrigo do contexto cultural e histórico que estamos a comentar e que, por diversos motivos, viñeron a se popularizar.

Un exemplo ben ilustrativo no cal conflúen varias das liñas que vimos de enunciar é este que retiramos da *Historia del Apóstol de Iesus Christo Santiago Zebedeo* (1610), obra de Mauro Castellá Ferrer en que se explica nos termos seguintes a orixe

do topónimo *Ons*¹, nome dunha localidade do concello de Brión onde existiu unha ponte romana sobre o río Tambre que, segundo a tradición xacobeá, desabou inmediatamente despois de ser atravesada polos discípulos do apóstolo Santiago mentres fuxían dos soldados da raíña Lupa:

Llámase la puente de Oys, porque espantó tanto aquel milagro a los Gentiles, que le quedó este nombre, porque en lengua gallega, qua[n]do se espantan ó avisan con espanto de alguna cosa, dizen, oy miray esto: avísobos desto (*Apóstol* II, f. 130v).

Resulta evidente, por tanto, que estas etimoloxías non poden ser entendidas en sentido estrito como expresións dun coñecemento lingüístico ou filolóxico (sendo este o cadro en que a onomástica moderna debe ser entendida), senón, na mellor e máis benévola das interpretacións, como os rudimentos dunha disciplina que aínda demoraría tempo a se conformar plenamente como tal.

3. Nos primordios da onomástica científica: frei Martín Sarmiento

Non é por acaso que os alicerces dunha concepción racional e científica da onomástica fosen postos polo padre Martín Sarmiento (Vilafranca, 1695 – Madrid, 1772), sen dúbida un dos cumios do pensamento e da praxe iluministas na cultura galega. No tocante ao noso ámbito de estudo particular, moitas das reflexións e consideracións realizadas polo frade bieito no seu *Onomástico Etimológico de la Lengua Gallega* (só por citar aquela das súas obras máis estreita e explicitamente vinculada, xa desde o propio título, co estudo dos nomes propios) continúan a ser hoxe en día dignas dunha lectura atenta, cando non plenamente válidas e asumíbeis. Como é ben sabido, é nesa mesma obra que encontramos a primeira proposta taxonómica para o corpus toponímico galego, exemplificada con materiais concretos que Sarmiento recompilou nas súas viaxes a Galicia e practicamente idéntica (quer nas categorías que se establecen, quer na caracterización feita para cada unha delas) ás clasificacións de natureza semántica (fitotoponimia, zootoponimia, orotoponimia etc.) aínda hoxe fortemente implantadas e implementadas na pesquisa toponímica:

Permítaseme que a mi modo distribuya todos los nombres geográficos de Galicia en las clases siguientes:

Iº. De los nombres de la Historia Natural, exceptuando los de Botánica.

IIº. De los nombres tomados de vegetables.

IIIº. De los nombres impuestos por la disposición del terreno.

¹ Para este topónimo, os seus rexistros na documentación medieval e a súa probábel etimoloxía, vid. Martínez Lema (2010: 70-71).

- IVº. De los nombres puestos por las cercanías a otros objetos.
- Vº. De los nombres que aluden al fundador o poseedor del sitio, si ha sido romano.
- VIº. De los nombres que aluden al poseedor o fundador, si fue suevo o godo.
- VIIº. De los nombres que aluden al fundador o poseedor, si ha sido gallego posterior.
- VIIIº. De los nombres de los sitios marítimos, que aluden a cosa de mar.
- IXº. De los nombres que aluden a algún edificio antiguo o moderno.
- Xº. De los nombres sueltos, sin atarse a clase. (*Onom.*: 111-112)

Reparemos en que nesta clasificación o factor propiamente semántico (implícito na utilización da secuencia “nombres... que aluden a”) é atravesado tamén por unha variábel glotolóxica máis ou menos ben definida, a mesma que permite diferenciar nos grupos 5, 6 e 7 (que hoxe chamariamos de “antropotopónimos” ou “topónimos deantroponímicos”) a camada lingüística latina, a xermánica e a propiamente románica, respectivamente. Como bo investigador, o padre Sarmiento habilita tamén unha categoría á cal os estudosos da toponimia estamos moito máis habitados do que nos gustaría (a número 10), e rubrica aínda esta proposta taxonómica cunhas palabras que nos colocan máis unha vez perante as limitacións inherentes á nosa disciplina: “A estas diez clases se podrán reducir todos los nombres de los sitios geográficos de Galicia, separando a un lado los antiquísimos”. Acerca destes xa tiña apuntado nun parágrafo anterior que “De los nombres de los sitios geográficos de Galicia hay unos antiquísimos y anteriores a los romanos en Galicia. De estos hablaré poco o nada, pues no gusto gastar el tiempo en averiguar lo que ya es inaverguizable” (*Onom.*: 109). É evidente que nos últimos dous séculos os coñecementos acerca do estado lingüístico da península Ibérica previo á romanización avanzaron sensibelmente, e hoxe somos capaces de interpretar (ou, no mínimo, de contextualizar e comparar cun grao importante de fiabilidade) elementos onomásticos que afunden as súas raíces en alturas históricas practicamente inaccesíbeis a través doutras parcelas da lingua. Mesmo así, o exercicio de consciencia crítica que fai o padre Sarmiento nestas palabras non deixa de ser digno de eloxio, e desde logo calquera toponimista actual debería telas moi presentes á hora de enfrontar materiais antigos, de semántica moitas veces opaca e, infelizmente, xa imposíbeis de descodificar no estado actual dos nosos coñecementos.

Mais, para alén disto, o padre Sarmiento incorpora actitudes e pautas que virán a se tornar constitutivas dunha concepción propiamente científica da onomástica en particular e da lingüística en xeral. Para xa, o feito de se centrar nos termos patri-moniais, pondo de parte os cultismos e empréstitos recentes, constitúe “un acerto metodolóxico de extraordinaria importancia [...] que lle vai permitir descubrir regularidades no paso do latín ó romance e establecer leis de evolución fonética” (Navaza 2007: 88). Dunha perspectiva máis xeral, resulta de grande interese (pola

súa modernidade) como estes principios metodolóxicos o conducen, por exemplo, a cuestionar abertamente o principio de *auctoritas* ou mesmo a relativizar o valor que pode ter a opinión dos propios falantes acerca da súa lingua. Neste sentido, xulgamos particularmente interesante o seguinte excerto do *Discurso crítico sobre el origen de los maragatos*: “No hay que citarme autores modernos por estirados que sean; y menos á los mismos Maragatos, aunque lo crean, y lo digan; dicenlo, porque sus emulos se lo han hecho creer”. O certo é que na devandita obra existen parágrafos enteiros nos cales latexan (nun estado menos embrionario do que poderíamos pensar atendendo á altura histórica en que escribe o padre Sarmiento) algúns dos puntos fundamentais e incontornábeis de calquera programa de pesquisa toponímica seria e rigorosa. Eis o caso dos tres requisitos que impón a calquera erudito interesado en deitar luz sobre a orixe do etnónimo *maragato*:

El primero es haber registrado y reflexionado el Archivo de la santa Iglesia de Astorga, y la de otros Monasterios circunvecinos. El segundo es haber paseado y pateado el País de la Maragatería, acompañado de prácticos del país [...] Se deben ver, registrar y observar todas las Parroquias, lugares, y sitios del país, coordinando sus distancias, y apuntando todos los nombres. Asimismo deben recoger todos los nombres de los montes, peñas, valles, rios, fuentes, y lagunas de la Maragatería, y formar un Mapa Geografico [...] También sería muy del caso que se cogiesen las tradiciones comunes, las costumbres que parezcan ridiculas, y las que se usan en los casamientos, bautismos, y funerales, sin omitir las frases y expresiones de la lengua que parezcan exóticas. Todos los tres requisitos podrán contribuir mucho para escribir con algun fundamento sobre el origen de los Maragatos, comparándolos con otras naciones de las que han venido á España (*Discurso*: 176-178).

Non resulta difícil recoñecer neste fragmento a importancia da documentación medieval no esclarecemento da orixe dos topónimos (a través do asentamento das súas primitivas formas), a relevancia concedida ao traballo de campo (levantamento de material toponímico sobre o terreo e visualización dos datos obtidos nun soporte cartográfico) e aínda o carácter transversal da onomástica, patente na súa interrelación con outras disciplinas como a xeografía lingüística, a etnografía ou a antropoloxía. Tres grandes pautas metodolóxicas cuxa simple enunciación afasta a toponomástica dos malabarismos intelectuais propios daqueles cenáculos eruditos en que viñera sendo cultivada nos séculos inmediatamente anteriores².

Tras o pasamento do padre Sarmiento, e adentrándonos xa no séc. XIX, non deixamos de encontrar contributos á temática onomástica en diversas publicacións. Esas achegas, en termos xerais, continúan marcadas por unha orientación netamente

² Para un afondamento maior na dimensión toponomástica da obra de Sarmiento, recomendamos a lectura de Navaza (2007).

etimoloxista, adoitan facer parte de textos máis amplos de natureza historiográfica e patentean (polo menos na inmensa maioría dos casos) carencias metodolóxicas gritantes, nunha altura en que a lingüística (e, dentro dela, a Lingüística Indoeuropea) comeza a atinxir, dentro do seu estado embrionario, graos de desenvolvemento cada vez máis notábeis. Exemplos de todo isto poden ser as diversas aproximacións realizadas polos historiadores decimonónicos (desde Martínez Padín a Manuel Murguía, pasando por Benito Vicetto, Vereá e Aguiar e outros) ás orixes do corónimo *Galicia*, unhas aproximacións que combinan a reprodución case sistemática dos tópicos, inercias e inexactitudes tiradas da tradición etimoloxista precedente co propio ambiente ideolóxico do Rexurdimento e o seu programa de dignificación do país³. No entanto, son escasos (por non dicir inexistentes) os traballos monográficos, focados estritamente na onomástica como obxecto de estudo *per se* e non como ferramenta auxiliar doutras disciplinas⁴.

4. A onomástica galega no século xx

Unha data significativa para a onomástica galega contemporánea é 1926, ano en que o xeógrafo e escritor Fernando Martínez Morás (A Coruña, 1885 – León, 1937) ingresa na Real Academia Galega co seu discurso *La toponimia de Galicia*. O texto ofrece interese por varios motivos, entre eles polo diagnóstico desolador que realiza do estado en que se encontra o estudo da toponimia en Galicia e pola ausencia dunhas infraestruturas intelectuais e materiais mínimas a posibilitaren o seu despegue:

nuestra región, en la que por los dedos se cuentan los autores de obras históricas que merezcan pleno crédito, en la que los estudios lingüísticos se han tratado por los más con el menor fundamento, donde existen muchos millares de documentos que nadie ha leído y se han dado a la prensa otros ligeramente transcritos de originales o vertidos confiadamente de modernas copias llenas de errores (*Toponimia*: 9).

Para alén deste ton crítico, Martínez Morás dedica liñas certamente lúcidas ao fenómeno da etimoloxía popular, que el interpreta como consecuencia da necesidade dos falantes de (re)motivaren os nomes de lugar e, ao mesmo tempo, como un factor

³ Para unha revisión crítica e exhaustiva destas etimoloxías defendidas ao longo da historia para o topónimo *Galicia* e as súas variantes, desde a Antigüidade até mediados do séc. xx, recomendamos a lectura de Moralejo Álvarez (2008: 113 e ss.).

⁴ Podemos rescatar (máis polo seu carácter “inaugural” do que polas súas explícitas virtudes científicas) o artigo “Etimoloxías dalgúns nomes xeográficos de *Queixumes dos pinos*”, publicado por Paulino Pedret Casado na revista *Nós* en 1935.

distorsionador da dimensión formal dos topónimos que, por tanto, pode chegar mesmo a dificultar o seu estudo etimolóxico:

En el lenguaje del pueblo [...] hay mucho de este género de mitología vulgar que nace de una tendencia muy natural y generalizada, mejor, de una convicción, de que cada nombre ha de tener su significado propio. Si el real y originario se ha perdido [...] se asigna a la palabra alterada una nueva significación (*Toponimia*: 12-13).

Do punto de vista metodolóxico, Martínez Morás realiza achegas dignas de mención nas cales non deixamos de observar algunhas reminiscencias sarmientanas. Deste xeito, o autor coruñés chama a atención para a necesidade de se cinxir exclusivamente aos datos dispoñíbeis, para a implementación duns métodos científicos en que as leis fonéticas e a documentación histórica gocen dunha posición de primacía e para o rexeitamento, en fin, das especulacións e conxecturas gratuítas, mesmo sendo consciente de que “las falsas etimologías resultan para la mayoría más atrayentes que las verdaderas” (*Toponimia*, p. 17). De resto, o autor exemplifica algunhas das categorías en que a toponimia galega pode ser clasificada atendendo a un criterio glotolóxico (toponimia prerromana, latina, xermánica e árabe), establecendo matices interesantes no tocante a cada unha delas e achegando un volume notábel de exemplos (na súa maioría atinados) a ilustraren cada un dos apartados en foco.

Algunhas das cuestións desenvolvidas por Martínez Morás no seu discurso encontran eco e prolongación na réplica que lle dá Eladio Rodríguez (Leiro, 1864 – A Coruña, 1949). Son varias as liñas que o lexicógrafo ourensán dedica neste texto a salientar o valor identitario da toponimia, contextualizando o seu estudo e reivindicación dentro do que poderíamos definir como “programa de rexeneración integral” da cultura galega:

El día que eso [a confección dun vocabulario toponímico de Galicia] se haga y se logre, habremos dado un gigantesco paso en la redentora labor de conocer nuestras cosas, que es la mejor manera de saber, al fin, conocernos a nosotros mismos (*Toponimia*: 43-44).

Ao igual que Martínez Morás (e coherentemente con esta perspectiva de reivindicación da toponimia como patrimonio identitario), Eladio Rodríguez denuncia os gritantes casos de castelanización de nomes de lugar en termos que, por desgraza, aínda nos resultan moi familiares na actualidade, e fornece exemplos que ilustran de maneira eficaz as diferentes formas en que se concreta esa adulteración lingüística:

Así se da el caso anómalo de que se titule hoy pomposamente calle de *Caballos* la antigua *rúa dos alcabaleiros*, donde antes existía la recaudación de las alcabalas, a la entrada de nuestra capital [...] veréis que muchos cultiparlistas, enemigos de todo lo que es gallego, llaman enfáticamente *Gaitera* a la popular

barriada de la *Gaiteira*; y así se ha dado al inmediato lugar de *Pedralonga* la híbrida denominación de *Piedralonga*, vocablo que ni es todo gallego ni es todo castellano” (*Toponimia*: 42).

Mais, en calquera caso, os desiderátums e as propostas formuladas por Martínez Morás e Eladio Rodríguez non gozarán de continuidade, polo menos de xeito inmediato. Pode afirmarse que, a nivel global, a onomástica comeza a adquirir feitío de disciplina científica á medida que se van desenvolvendo e consolidando os estudos de filoloxía románica, o cal acontece fundamentalmente entre as derradeiras décadas do séc. XIX e as primeiras do séc. XX. O interese da romanística pola onomástica (e, máis aínda, polas súas conexións primarias coas áreas da etimoloxía e do léxico) pode ser rastrexado xa nas súas obras auroras, e desde aquela non deixa de ficar patente en varios dos seus grandes vultos, desde Meyer-Lübke (é só lembrar o seu *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*, publicado entre 1911 e 1920) até Paul Aebischer (cuxos traballos monográficos sobre a antroponimia e a toponimia catalás son ben coñecidos), pasando por Menéndez Pidal⁵, Gerhard Rohlfs e outros moitos.

Para o noso dominio lingüístico e cultural en particular (a área galego-portuguesa), e aínda para os territorios contiguos de lingua astur-leonesa e castelá, o primeiro grande nome que vén á tona é, sen dúbida, o dun discípulo de Meyer-Lübke como foi o tamén alemán Joseph-Maria Piel (Mörchingen, 1903-Trier, 1992), autor dunha vastísima obra espallada por monografías, revistas e libros de actas e publicada ao longo de case seis décadas. Nunha produción tan alargada resulta especialmente difícil e até arriscado salientar uns títulos e obviar outros, mais, aínda así, xulgamos que certos contributos son merecentes dunha especial atención. Por exemplo, nunha altura en que a antroponimia (polo menos no ámbito galego-portugués) carecía dun tratamento específico, Piel realizou achegas voltadas para a identificación e inventariado do corpus antroponímico altomedieval a través da súa concreción no rexistro toponímico: velaí os *Nomes de possessores latino-cristãos na toponímia ásturo-galego-portuguesa* (1948), os *Nomes dos santos tradicionais hispânicos na toponímia peninsular* (1950) e aínda o imprescindible *Hispano-gotisches Namenbuch* (1976), realizado este último en parceria co seu discípulo Dieter Kremer e que xa contara cun precedente claro na obra *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa* (1937-1945). É evidente que varios destes textos presentan limitacións e carencias, algunhas delas atribuíbeis ao propio avance da disciplina e/ou á disponibilidad cada vez maior de novos materiais que foran descoñecidos para o autor no seu momento. Mesmo así, hoxe conti-

⁵ De feito, Menéndez Pidal (A Coruña, 1869 – Madrid, 1968) deu ao prelo estudos específicos e ben coñecidos sobre toponimia, como “El elemento *-obre* en la toponimia gallega” (1946), onde realiza unha primeira aproximación a unha cuestión da nosa onomástica prerromana na cal posteriormente recuncarán outros autores como Abelardo Moralejo Lasso (*vid. infra*). E sen esquecermos, é claro, a colectánea de artigos acerca da mesma materia que veu a configurar o volume *Toponimia prerrománica hispana* (1968).

núan a ser obras de referencia ou, no mínimo, de obrigada consulta á hora de abordar o estudo de practicamente calquera parcela da onomástica galego-portuguesa.

Contemporáneo e aínda coevo de Piel foi un outro autor foráneo cuxa obra, no entanto, aparece citada sistematicamente en calquera publicación de onomástica galega que se pretender seria e rigorosa. Estamos a falar de Joan Coromines (Barcelona, 1905-1997), cuxo interese pola onomástica en xeral (e pola do dominio lingüístico catalán en particular) patentean achegas ben coñecidas como os *Estudis de toponímia catalana* (1965-1970), *Tópica hespérica* (1972) ou o monumental *Onomasticon Cataloniae* (1994), entre outras. A súa relevancia para a onomástica galega explícase a través do *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico* (1991-1997), elaborado e publicado en colaboración con José Antonio Pascual, e no cal os datos toponímicos, fundamentalmente, atinxen unha posición de destaque.

Porén, será a partir da década de 70 que comecen a proliferar no noso país os estudos relacionados coa onomástica, cun especial protagonismo para a toponimia e unha posición máis secundaria para a antroponimia, cuxa eclosión demorou máis tempo a se producir e que nesta altura aínda era utilizada basicamente como un auxiliar do estudo toponímico. Quizais haxa que procurar as causas deste momento de efervescencia na redescuberta da identidade propia que, coincidindo coa fin da ditadura franquista, tentan levar a cabo pobos como o galego. Ou esa, cando menos, era a hipótese colocada polo profesor Abelardo Moralejo Lasso (Zamora, 1898 – Santiago de Compostela, 1983) no prefacio de *Toponimia gallega y leonesa* (1977), un dos fitos incontornábeis da toponomástica galega moderna e, alén do máis, unha óptima porta de entrada a diversos temas e liñas de traballo que se tornaran recorrentes no estudo dos nosos nomes de lugar. Efectivamente, nesta colectánea de artigos Moralejo Lasso aborda cuestións que van desde os topónimos galegos co elemento *-obre* (dos cales realiza un levantamento exhaustivo e unha proposta explicativa) até outros aspectos máis próximos da sociolingüística ou da xestión do patrimonio onomástico, como a castellanización da toponimia patrimonial galega.

Cómpre lembrar que o interese de Moralejo Lasso por unha das parcelas máis complexas (e, mesmo así, máis fascinantes) da nosa toponimia, como é o estudo da hidronimia prelatina, viuse prolongado e aínda actualizado na obra do seu fillo Juan José Moralejo Álvarez (Santiago de Compostela, 1941-2012). Profundísimo coñecedor das dúas camadas lingüísticas máis relevantes para comprendermos o sistema toponímico galego (o latín e, por suposto, o substrato indoeuropeo previo á romanización da Callaicia), practicamente todos os seus textos de temática onomástica encóntranse reunidos no volume *Callaica Nomina* (2007).

Mais, se falarmos en hidronimia prerromana, un dos nomes que non pode ficar ausente desta panorámica é o de Edelmiro Bascuas (Castroverde, 1931 – A Coruña, 2011), a quen corresponde o mérito de ter implementado o concepto de *Alteuropäisch* (traducido xeralmente na bibliografía hispánica como “antigo europeo”, aínda que o

noso autor preferiu sistematicamente o termo “paleoeuropeo”). Este termo, como é sabido, foi acuñado polo alemán Hans Krahe hai preto de cinco décadas para designar o suposto idioma indoeuropeo que se estendeu por todo o continente por volta do segundo milenio antes da nosa era, e que sería por tanto anterior á cristalización das linguas xermánicas, célticas ou itálicas pertencentes a esa mesma familia. Krahe inferiu a existencia do dito *Alteuropäisch* a partir dos nomes dun nutrido conxunto de hidrónimos entre os cales se encontrarían varios exemplos galegos. As achegas de Bascuas (concretadas fundamentalmente nas tres obras monográficas sobre o tema que citamos na bibliografía) constitúen unha profunda e exhaustiva pesquisa na pervivencia dese substrato paleoeuropeo na toponimia galega, e aínda na doutros dominios lingüísticos e culturais estreitamente relacionados co noso. Con certeza, na lectura dos seus textos poderemos depararnos ás veces con hipóteses talvez arriscadas aos ollos dun investigador escéptico, mais mesmo así resulta innegábel que Bascuas se move nunhas referencias metodolóxicas sólidas e ben calibradas, ao tempo que se serve dun corpus de exemplos moi amplo e contrastado.

Serían moitos máis os nomes que poderíamos engadir ao censo de autores que realizan contributos de interese á toponomástica galega durante as décadas de 70, 80 e 90, mais, para alén diso, xulgamos quizais máis interesante salientar unha serie de características que, lonxe de seren recorrentes ou sistemáticas, si resultan moi habituais nos estudos toponomásticos de envergadura e calidade publicados ao longo dese período:

- a. A perspectiva predominante continúa a ser a netamente etimolóxica, é dicir, téntase definir a orixe e o significado dos nomes de lugar. De maneira tanxencial ou colateral poden concorrer aspectos de carácter sociolingüístico, histórico etc.
- b. Así sendo, a toponomástica continúa a interactuar fundamentalmente coa lingüística histórica (que proporciona o cadro explicativo de referencia para a análise da evolución formal e semántica dos topónimos) e a se nutrir das achegas dos grandes nomes da filoloxía románica.
- c. Obsérvase a preferencia polo estudo do material toponímico contido en pequenos dominios, que adoitan coincidir con áreas delimitadas xeográfica e/ou institucionalmente (concellos, sobre todo). Trátase con certeza dun formato práctico e eficaz, que facilita sensibelmente a confección dun corpus de formas toponómicas, e ao cal se acollen boa parte das obras toponomásticas máis salientábeis deste período: velái os traballos de Nicandro Ares Vázquez sobre a toponimia dos diferentes concellos da provincia de Lugo (publicados nas páxinas de *Lucensia*), a *Toponimia de Marín* de Elixio Rivas Quintas, a *Toponimia del concejo de Pontedeume* de Isidoro Millán etc. Aínda en tempos máis recentes este esquema continúa a ser implementado con éxito, con títulos como *Topo-*

nimia de Catoira (2007), de Gonzalo Navaza, ou *Toponimia de Trabada* (2004), de Xulia Marqués Valea, entre outros.

- d. Quizais unha das principais carencias decorra do feito de a onomástica ficar fóra dos ámbitos académicos, no sentido de non xerar grupos de pesquisa estábeis e, por tanto, continuar a depender de esforzos e intereses individuais. Isto, á súa vez, contribúe para manter neses mesmos ámbitos unha certa percepción da onomástica como unha especie de “entretenemento de eruditos”, cuxos resultados, en termos estritamente científicos, adoitan arrastrar a sospeita dunha escasa fiabilidade. Alén diso (e exceptuando talvez algunhas páxinas da xa mencionada *Toponimia gallega y leonesa* de Moralejo Lasso) tampouco se desenvolven traballos de síntese e sistematización das achegas realizadas polos diferentes autores, de maneira a ofrecer unha visión máis sistémica da toponimia galega e/ou construír algo semellante a un *common ground* teórico e terminolóxico (por exemplo, no tocante ás diferentes propostas taxonómicas que podemos encontrar aplicadas ao estudo da toponimia).

5. Do ano 2000 á actualidade: tempos de consolidación e diversificación

Desde o virar do século, os traballos onomásticos teñen experimentado en Galicia un auxe notábel, ben como unha transformación evidente dalgunhas das características que a opinión común (habituada a acceder aos contidos desta disciplina por vías indirectas) adoitaba asociarlles.

Talvez non resulte errado considerar como pistolazo de saída destas mudanzas dous eventos científicos que decorreron no noso país (en Santiago de Compostela, concretamente) e que, ademais, tiveron lugar nun curto período de tempo. O primeiro deles foi a celebración, en 1999, do vixésimo congreso do ICOS (*Internacional Council of Onomastic Sciences*), que reuniu máis de douscentos expertos de todo o mundo á volta de diversos aspectos relacionados, en última instancia, co estudo do nome propio nas súas diferentes facetas. Foi precisamente ao abrigo deste congreso que o profesor Antón Santamarina (na altura director do Instituto da Lingua Galega) pronunciou unha conferencia plenaria que, baixo o título “A journey through Galician onomastics”, constitúe unha das pezas de síntese da toponimia e da antroponimia galegas (desde a perspectiva diacrónica e sincrónica) máis referenciadas e valiosas con que contamos na actualidade, malia ser definida polo propio autor no seu apartado introdutorio como “a sort of tourist guide to the Galician onomastic landscape” (Santamarina 2002: 4). Só tres anos máis tarde, en 2002, a capital de Galicia volvía ser o escenario escollido para un novo evento focado na onomástica, coa celebración do I Congreso Internacional de Onomástica Galega “Padre Sarmiento”

a iniciativa da AGOn (Asociación Galega de Onomástica)⁶. Se dermos unha vista de ollos ao índice do libro de actas en que se recolleron os textos presentados a este congreso, repararemos en que a nota dominante é, con certeza, a diversificación dos contidos e a ramificación nas propostas de pesquisa: canda á toponimia diacrónica e a etimoloxía encontramos tamén onomástica literaria, reflexións acerca da normalización da toponimia ao abrigo do proceso de normalización lingüística, sociolingüística dos antropónimos, nomes de casa ou de animais domésticos etc.

Dalgunha maneira, é neste tramo inicial de século que se perfilarán algunhas das características observábeis actualmente na onomástica galega, quer na súa vertente máis propiamente académica ou científica, quer noutras dimensións que, como veremos a seguir, non resultan menos relevantes e teñen moito a ver no interese suscitado por esta disciplina en certos sectores sociais do país. Esas características poden ser sintetizadas en tres puntos principais, fortemente interconectados como poderemos comprobar:

- a. Un maior acceso da toponimia en particular, e da onomástica en xeral, aos planos formativos universitarios, principalmente ao abrigo de programas de doutoramento. Isto explica non só a aparición regular e sostida desde hai uns anos de traballos de pesquisa (TIT's, tesinas, teses...) voltados para a nosa disciplina, mais tamén a celebración de simposios, cursos de verán e outras actividades similares promovidas desde instancias universitarias. De feito, foi nestes círculos que se xeraron algúns traballos fulcrais para o estudo da nosa antroponimia antiga e medieval, como por exemplo a *Antroponimia medieval galega* (1999) de Ana Isabel Boullón (unha das autoras máis activas no ámbito da onomástica persoal) ou o máis recente e igualmente exhaustivo *Hispano-romanisches Namenbuch* (2009) de Lidia Becker, ambos desenvolvidos dentro do proxecto PatRom (*Patronimia Romanica*).
- b. O artellamento de proxectos colectivos de levantamento, codificación e sistematización dos materiais onomásticos existentes en diversas fontes, quer orais quer documentais. Por exemplo, o proxecto *Toponimia de Galicia*, impulsado pola Comisión de Toponimia da Xunta de Galicia e o Sistema de Información Territorial de Galicia (SITGA), e que, en parcería con concellos e asociacións do país, aspira a recoller a totalidade do material toponímico existente en Galicia (con especial atención para a toponimia menor, a que maior risco de desaparición está a atravesar na actualidade), estandarizar a súa forma gráfica e aínda localizalo no correspondente soporte cartográfico⁷. Nunhas coordenadas diferentes, mais complementarias, é que se encontra o *Inventario Toponímico da Galicia Medieval* (ITGM), proxecto desenvolvido no Instituto da Lingua Galega que

⁶ Este evento gozou de continuidade coa celebración do II Congreso Internacional de Onomástica Galega, que decorreu en Pontevedra en 2006 e cuxas actas, no entanto, aínda non foron publicadas.

⁷ Pódese acceder a través do web <http://toponimia.xunta.es>.

visa colocar ao dispor dos usuarios o conxunto do material toponímico rexistrado na documentación galega medieval (con independencia da lingua en que se encontrar escrita), organizándoo conforme a determinados criterios lingüísticos e ofrecendo aínda un contexto xeográfico-administrativo o máis exhaustivo posible⁸. A xénese do ITGM encóntrase no alargado corpus documental xa procesado para a elaboración do TMILG (*Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega*), unha aplicación que permite explorar un total de 16000 textos distribuídos ao longo de 82 obras. Esta meirande accesibilidade a materiais de interese para o estudo toponímico (neste caso, e aínda no doutras plataformas homologábeis como o CODOLGa, á riquísima documentación medieval galega portuguesa en lingua latina e en romance) supón, efectivamente, un salto cualitativo de suma importancia que optimiza os traballos de pesquisa.

Xa no ámbito da antroponimia, constitúe un recurso de grande interese e utilidade a *Cartografía dos Apelidos de Galicia*, tamén creado no seo do Instituto da Lingua Galega e cuxa finalidade é dar a coñecer, grazas a un sistema de información xeográfica que combina a estatística coa análise espacial, a distribución territorial dos apelidos na Galicia actual⁹.

- c. Unha reformulación dos estudos toponímicos (e, nomeadamente, do traballo de campo) que os aproxima de discursos relacionados co conservacionismo e a revalorización do patrimonio inmaterial. Isto resulta máis perceptíbel cando falamos da recolleita de material microtoponímico e das problemáticas derivadas da conservación deste subcorpus de nomes de lugar, ameazado de morte por circunstancias relacionadas, basicamente, co despoboamento rural e unha expansión ás veces agresiva e irresponsábel (mesmo en termos culturais) dos hábitats urbanos. Magnífico exemplo do que vimos de sinalar é o proxecto de recuperación da talasonimia do Val Miñor promovido desde o Instituto de Estudos Miñoranos e que visa, mediante a explotación de fontes orais e documentais, a recuperación dun “precioso patrimonio inmaterial conformado por nomes as máis das veces só pronunciados, nunca escritos, e que só son coñecidos polos que explotan o medio mariño” (Vilar Pedreira 2010: 321). Nesta mesma liña, ofrecen tamén un especial interese as tentativas de divulgar a me-

⁸ Pódese acceder a máis información sobre o proxecto no web <http://ilg.usc.es/gl/proxectos/inventario-toponimico-da-galicia-medieval-itgm>. A través desta mesma ligazón pódese acceder tamén a unha versión provisoria e parcial do interface que permitirá realizar pesquisas no corpus, ben como a diferentes artigos e contributos dos membros do equipo de investigación en que se describen as características do proxecto. Ao abrigo do ITGM viñeron aparecendo ao longo dos últimos anos diversos traballos de doutoramento voltados para o inventariado e a identificación de material toponímico contido nas fontes medievais, algúns dos cales até chegaron a ser publicados, como o *Inventario Toponímico do Tombo de Toxos Outos* (2008), de Paulo Martínez Lema.

⁹ Pódese acceder no web <http://ilg.usc.es/cag>.

todo loxía específica do traballo do campo en determinados niveis educativos mediante actividades cun importante contido lúdico: velaí obras como *A toponimia na escola: guía para a recollida, catalogación e estudo dos nomes tradicionais de lugar* (2003) e *Enredando nos topónimos con Rodari* (2008), ambos da autoría de Xulia Marqués Valea, ou o xogo interactivo *Atopando Compostela*, lanzado en 2011 pola Asociación Galega de Onomástica e o Concello de Santiago de Compostela. Até unha das familias máis coñecidas e queridas polos nenos galegos, *Os Bolechas*, contan cun libro especificamente dedicado ás orixes dos nomes de lugar¹⁰, aspecto que resulta, ao noso xuízo, moi significativo.

6. Cabo

Como vimos de comprobar nas páxinas precedentes, a onomástica en Galicia viviu historicamente unha especie de condición dual: se ben se mantivo un interese máis ou menos constante por temáticas e contidos vinculadas a ela, tamén é certo que a súa integración plena nas ciencias lingüísticas (malia as bases metodolóxicas sentadas polo padre Sarmiento) demorou máis tempo a se producir, sobre todo se confrontarmos o caso da toponomástica e da antroponomástica con áreas como a lexicografía ou a dialectoloxía, cuxa consolidación e desenvolvemento foron moito maiores. Sendo verdade que perviven algúns vicios e inercias nocivas para a disciplina (algúns deles derivados, paradoxalmente, do interese que adoita despertar entre o público xeral non especializado), non o é menos que, ao longo destas case dúas décadas que levamos de século, a onomástica experimentou en Galicia unha importante diversificación nas súas liñas de traballo, cunha maior atención para aspectos que até o de agora viñeran carecendo dun desenvolvemento importante. Alén diso, produciuse (ou estase a producir, de feito) unha capilarización dos contidos onomásticos (sobre todo dos topónimicos) en ámbitos sociais nos cales hai uns anos sería impensábel que puidese xerar un mínimo interese. A converxencia destes factores fannos pensar que os estudos onomásticos contan no noso país cun presente satisfactorio, en termos xerais, e aínda cun futuro prometedor.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AEBISCHER, Paul (1926): *Études de toponymie catalane*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans.
- AEBISCHER, Paul (1948): *Estudios de toponimia y lexicografía románica*. Barcelona: Instituto Antonio de Nebrija.

¹⁰ Carreiro, Pepe (2010): *Os Bolechas queren saber... a orixe dos nomes dos lugares*. Vigo: A Nosa Terra.

- APÓSTOL = XUNTA DE GALICIA (2010): *Historia del Apóstol de Iesus Christo Sanctiago Zebedeo Patrón y Capitan General de las Españas / Mauro Castellá Ferrer* (ed. facs.). Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- BECKER, Lidia (2009): *Hispano-romanisches Namenbuch: Untersuchung der Personennamen vorrömischer, griechischer und lateinisch-romanischer Etymologie auf der Iberischen Halbinsel im Mittelalter (6. 12. Jahrhundert)*. Tübingen: Max Niemeyer.
- BASCUAS LÓPEZ, Edelmiro (2002): *Estudios de hidronimia paleoeuropea gallega*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela (Anexo 51 de *Verba*).
- BASCUAS LÓPEZ, Edelmiro (2006): *Hidronimia y léxico de origen paleoeuropeo en Galicia*. Sada (A Coruña): Edicións do Castro.
- BASCUAS LÓPEZ, Edelmiro (2014): *Novos estudos de hidronimia paleoeuropea galega*. Vigo: Universidade de Vigo.
- BOULLÓN AGRELO, Ana (1999): *Antroponimia medieval galega (séculos VIII-XIII)*. Tübingen: Max Niemeyer.
- BOULLÓN AGRELO, Ana (ed.) (2002): *Actas do XX Congreso Internacional de Ciencias Onomásticas (Santiago de Compostela, 20-25 setembro 1999)*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- BOULLÓN AGRELO, Ana / Xulio SOUSA FERNÁNDEZ (coord.) (2005-): *Cartografía dos apelidos de Galicia*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. <http://ilg.usc.es/cag/>
- CARREIRO, Pepe (2010): *Os Bolechas queren saber... a orixe dos nomes dos lugares*. Vigo: A Nosa Terra.
- COROMINES, Joan (1965): *Estudis de toponímia catalana*. Barcelona: Barcino, 2 vols.
- COROMINES, Joan (1972): *Tópica Hespérica. Estudios sobre los antiguos dialectos*. Madrid: Gredos.
- COROMINES, Joan / José Antonio PASCUAL (1980-1991): *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos.
- DISCURSO = SARMIENTO, Martín (1787): “Discurso crítico sobre el origen de los maragatos”, en Antonio Valladares de Sotomayor (ed.), *Semanario erudito que comprende varias obras inéditas, críticas, morales, instructivas, políticas, históricas, satíricas, y jocosas de nuestros mejores autores antiguos, y modernos*, vol. 5 . Madrid, 175-214. http://www.consellodacultura.gal/sarmiento/files/2009/10/semanario_erudito_v.pdf
- ETYM. = VALASTRO CANALE, Angelo (ed.) (2006): *Etimologie o Origini / Isidoro di Sivi-glia*. Torino: UTET.
- GARCÍA ALONSO, Juan Luis (2009): “Lenguas indoeuropeas prerromanas en el Noroeste peninsular”, *Palaeohispanica* 9, 163-174.
- ITGM = Inventario Toponímico da Galicia Medieval. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. <http://ilg.usc.es/itgm/>
- MARQUÉS VALEA, Xulia (2003): *A toponimia na escola. Guía para a recollida, catalogación e estudio dos nomes tradicionais de lugar*. Santiago de Compostela: Dirección Xeral de Política Lingüística.

- MARQUÉS VALEA, Xulia (2004): *A toponimia de Trabada*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- MARQUÉS VALEA, Xulia (2008): *Enredando nos topónimos con Rodari*. Santiago de Compostela: Secretaría Xeral de Política Lingüística.
- MARTÍNEZ LEMA, Paulo (2008): *Inventario toponímico do Tombo de Toxos Outos*. Noia: Toxosoutos.
- MARTÍNEZ LEMA, Paulo (2010): *A toponimia das comarcas de Bergantiños, Fisterra, Soneira e Xallas na documentación do Tombo de Toxos Outos (séculos XII-XIV)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. (Servizo de Publicacións e Intercambio Científico). https://dspace.usc.es/bitstream/10347/2870/1/9788498875782_content.pdf.
- MÉNDEZ, Luz / Gonzalo NAVAZA BLANCO (eds.): *Actas do I Congreso Internacional de Onomástica "Frei Martín Sarmiento" (Santiago de Compostela, 2, 3 e 4 de setembro de 2002)*. Santiago de Compostela: Asociación Galega de Onomástica / Real Academia Galega / Instituto da Lingua Galega
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (1946): "El elemento *-obre* en la toponimia gallega", *Cuadernos de Estudios Gallegos* 5, 1-6.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (1968): *Toponimia prerrománica hispana*. Madrid: Gredos.
- MEYER-LÜBKE, Wilhelm (1930-1935): *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*. Heidelberg: Carl Winter.
- MILLÁN GONZÁLEZ-PARDO, Isidoro (1987): *Toponimia del concejo de Pontedeume y cartas reales de su puebla y alfoz*. A Coruña: Deputación Provincial da Coruña.
- MORALEJO ÁLVAREZ, Juan José (2007): *Callaica Nomina. Estudios de onomástica gallega*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- MORALEJO LASSO, Abelardo (1977): *Toponimia gallega y leonesa*. Santiago de Compostela: Pico Sacro.
- NAVAZA BLANCO, Gonzalo (2007): "Sarmiento toponomástico. O topónimo *Mezquita*", en Luz Méndez / Navaza Blanco, Gonzalo (eds.), *Actas do I Congreso Internacional de Onomástica "Frei Martín Sarmiento" (Santiago de Compostela, 2, 3 e 4 de setembro de 2002)*. Santiago de Compostela: Asociación Galega de Onomástica / Real Academia Galega / Instituto da Lingua Galega, 87-96.
- NAVAZA BLANCO, Gonzalo (2007): *Toponimia de Catoira*. Catoira: Concello de Catoira.
- ONOM. = PENSADO TOMÉ, José Luis (ed.) (1999): *Onomástico etimológico de la lengua gallega / F. Martín Sarmiento*, vol. 2. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- PEDRET CASADO, Paulino (1935): "Etimoloxías dalgúns nomes xeográficos de *Queixumes dos pinos*", *Nós* 134, 31-33.
- PIEL, Joseph-Maria (1937): *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa (I. Adães-Novegilde)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PIEL, Joseph-Maria (1945): *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa (II. Oldrões-Zendo)*. Lisboa: Jorge Fernandes Ltda.
- PIEL, Joseph-Maria (1948): *Nomes de "possesores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

- PIEL, Joseph-Maria (1950): *Os nomes dos santos tradicionais hispânicos na toponímia peninsular*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- PIEL, Joseph-Maria / Dieter KREMER (1976): *Hispano-gotisches Namenbuch*. Heidelberg: Carl Winter.
- RIVAS Quintas, Elixio (1982): *Toponimia de Marín*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela (Anexo 18 de *Verba*).
- SANTAMARINA FERNÁNDEZ, Antón (2002): “A journey through Galician onomastics”, en Boullón Agrelo, Ana Isabel (ed.): *Actas do XX Congreso Internacional de Ciencias Onomásticas (Santiago de Compostela, 20-25 de setembro 1999)*, vol. 1. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 3-30.
- TERRADO PABLO, Xavier (1999): *Metodología de la investigación en toponimia*. Zaragoza: INO Reproducciones.
- TOPONIMIA = MARTÍNEZ MORÁS, Fernando (1962): *La toponimia de Galicia. Discurso leído en el acto de su recepción por Fernando Martínez Morás, y contestado por Eladio Rodríguez González*. La Habana: Asociación Iniciadora y Protectora de la Real Academia Gallega. <http://academia.gal/documents/10157/26ad8096-f652-4f63-a2af-992d8cd9228d>.
- VILAR PEDREIRA, Xosé Lois (2010): “Os nomes do mar. Talasonimia na costa sur galega”, en Xulio Sousa Fernández (ed.), *Toponimia e cartografía*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Instituto da Lingua Galega, 309-338.

A necessidade de uma edição crítica das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus

Renata Ferreira Costa

Universidade Federal de Sergipe
renataferreiracosta@yahoo.com.br

Resumo

O historiador Frei Gaspar da Madre de Deus trabalhou intensamente até avançada idade e possuía diversos escritos, mas até 1797 ainda não havia publicado nada, por isso, Diogo de Toledo Lara Ordonhes, ouvidor em Cuiabá e sócio correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa, apresentou os manuscritos dos dois primeiros livros de *Fundação da Capitania de São Vicente e ações de Martim Afonso de Souza no Brasil* ao exame da Academia. A obra foi aceita para a publicação e, após algumas modificações formais exigidas pela instituição, em especial a alteração do seu título para *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo do Estado do Brasil*, foi publicada, configurando-se como obra de referência para a história colonial brasileira. Do exame do manuscrito original evidenciam-se supressões de palavras, enunciados e até parágrafos inteiros, além de diversas emendas inseridas por outro punho. Considerando que muito provavelmente Frei Gaspar não teve acesso a essas alterações, o que se conhece atualmente de suas memórias não é exatamente o que o autor planejou levar a público. Desta forma, justifica-se a necessidade de estudo da tradição da obra, com apurada análise do manuscrito de imprensa em contraste com sua edição *princeps*, obtendo como resultado uma edição crítica, que, além de promover a preservação de dados históricos, trará a pesquisadores e ao público em geral a genuinidade do texto de Frei Gaspar, permitindo, inclusive, conhecer aspectos da história do Brasil alterados ou ocultados pelas emendas inseridas.

Palavras-chave

Crítica textual, edição crítica, Frei Gaspar da Madre de Deus, história colonial brasileira

Sumario

1. Introdução. 2. Recomendações para a publicação da obra. 3. Tradição manuscrita e impressa das *Memórias*. 3.1. Tradição manuscrita. 3.2. Tradição impressa. 4. Escolha do texto-base. 5. Camadas textuais no manuscrito autógrafa. 6. Considerações finais.

The need for a critical edition of *Memórias para a História da Capitania de São Vicente* of Frei Gaspar da Madre de Deus

Abstract

The historian Frei Gaspar da Madre de Deus worked intensively into old age and produced a large body of work, but until 1797 had not yet published anything. Diogo de Toledo Lara Ordonhes, ombudsman in Cuiaba and corresponding member of the Royal Academy of Sciences of Lisbon, therefore submitted the manuscripts of the first two books of Madre de Deus' *Fundação da Capitania de São Vicente e ações de Martim Afonso de Souza no Brasil* to the Academy. The work was accepted for publication and, after some formal changes required by the institution, especially the change of the title to *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo do Estado do Brasil*, has been published and is a reference work for Brazilian colonial history. The examination of the original manuscript reveals deletions of words, utterances and even whole paragraphs, as well as several amendments inserted by another hand. Frei Gaspar probably had no access to these changes, and what is currently known as his memoirs is not exactly what the author planned to publish. Therefore, the need for study of the work's history, with detailed analysis of the autograph manuscript in contrast to his *princeps* edition, is required, a critical edition that will promote the preservation of historical data and will give researchers and the general public the authenticity of Frei Gaspar's text, allowing us to know aspects of the history of Brazil that have been altered or hidden by the inserted amendments.

Keywords

Textual criticism, critical edition, Frei Gaspar da Madre de Deus, Brazilian colonial history

Contents

1. Introduction. 2. Recommendations for the publication of the work. 3. Tradition handwritten and printed *Memórias*. 3.1. Manuscript tradition. 3.2. Printed tradition. 4. Select the text-based. 5. Textual layers in the autograph manuscript. 6. Final considerations.

1. Introdução

As *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo do Estado do Brasil*, a obra mais conhecida do historiador Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800), a única publicada em vida, conta com seis edições, das quais todas as subsequentes foram publicadas tendo a edição *princeps*, de 1797, a cargo da então Academia Real de Ciências de Lisboa, como fonte. Desta forma, a versão das *Memórias* que chegou aos nossos dias, que é referência para os estudos sobre a história colonial brasileira, provém de sua primeira edição, sem que tivesse havido tempo para revisões autorais.

Um breve cotejo entre os textos impressos e o manuscrito enviado pelo autor como modelo para a publicação, salvaguardado no arquivo da Academia de Ciências, revela uma quantidade considerável de divergências. Apenas essa informação não seria suficiente para garantir que o texto conhecido e difundido por três séculos não é genuíno, se não fosse o fato de que todas as variantes que afastam a edição *princeps* do manuscrito de imprensa foram introduzidas por outro punho, sem provas de que Frei Gaspar tenha aprovado tais intervenções antes de sua publicação.

Uma obra com essa importância, cujo autor se destaca como grande expoente dos estudos sobre o Brasil colonial, e cuja história textual e editorial pode ser reconstruída, merece ser revisitada com um olhar crítico, de modo a fornecer aos leitores e pesquisadores sua redação original, um texto fidedigno, que espelhe a última vontade de seu autor. Esse tipo de texto somente a crítica textual pode oferecer, resultando em uma edição crítica, que, segundo Lanciani e Tavani (2000: 229), é um “processo através do qual – utilizando os instrumentos elaborados pela crítica textual – a filologia intenta eliminar as alterações que os séculos, as vicissitudes históricas, os agentes físicos [...] introduziram num texto determinado”.

Este artigo, portanto, tem como finalidade discorrer sobre as recomendações da Academia de Ciências de Lisboa para a publicação das *Memórias* de Frei Gaspar, apresentar suas tradições manuscrita e impressa, descrever o testemunho manuscrito de imprensa, que contém duas camadas textuais, e propor uma edição crítica dessa obra.

2. Recomendações para a publicação da obra

Frei Gaspar trabalhou intensamente até avançada idade e possuía diversos escritos, mas até 1797 ainda não havia publicado nada, assim, seu amigo Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, ouvidor em Cuiabá e sócio correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa, apresentou, no ano de 1795, os manuscritos dos dois primeiros livros de *Fundação da Capitania de São Vicente e acçoens de Martim Affonso de Souza no Brazil* ao exame da Academia. A obra foi analisada e aprovada para publicação com a

condição de que fossem inseridas algumas alterações formais, de modo a adequar-se aos parâmetros editoriais da instituição e à “norma” linguística portuguesa.

Em 23 de fevereiro de 1796, foi enviado a Diogo de Ordonhes, responsável pelos manuscritos da obra, um parecer do vice-presidente da Academia comunicando as alterações necessárias¹, como:

- a mudança do título original para *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*;
- o deslocamento dos parágrafos 13 e 14 para notas fora do corpo do texto;
- a omissão ou mudança de adjetivos como “doutissimo” e “erudito”, referentes a alguns autores citados no texto, entre eles o Padre Santa Maria;
- a substituição do adjetivo “novatos” dado aos portugueses recém-chegados ao Brasil;
- a substituição da palavra “bugres” ou a explicação do seu significado, porque não seria um termo próprio da língua portuguesa, configurando-se como um “brasileirismo”, e
- a correção de todas as frases em que o verbo *haver impessoal* aparecesse no plural, como, por exemplo, “Contendas que *ouverão*” para “Contendas que *ouve*”, o que, de acordo com o parecer, configura-se como um idiotismo.

As mudanças deveriam ser comunicadas a Frei Gaspar para obterem sua aprovação – “O que participo a V. mce remetendo lhe o M. S. para que se digne comunicarme a sua ultima resolução, ou a do A. da Obra, cazo que elle haja de ser ouvido nesta materia” (Stockler 1896: 26). No entanto, não há informações que indiquem como se deu tal comunicação, se é que ela realmente aconteceu. O que se pode afirmar é que o manuscrito original foi alterado por Diogo de Toledo Lara e Ordonhes² e a obra foi publicada em 1797.

As variantes encontradas na edição *princeps*, portanto, são adequações editoriais inseridas no manuscrito de imprensa, mas podem configurar também intervenções próprias de Diogo Ordonhes, levantando ainda mais a hipótese de que o autor original não tomou conhecimento das alterações em sua obra.

Desta forma, é necessário e urgente que se proceda ao estabelecimento do texto, objetivo da crítica textual, recorrendo-se ao labor filológico de transcrição e emenda, de modo a:

preparar para uso do leitor uma cópia de determinado texto, geralmente sob a forma de edição crítica: por um lado, são eliminados os erros introduzidos no

¹ Cf. Stockler (1896: 25-26). Também há trechos desse parecer no volume 2 dos *Anais do Museu Paulista* (1925: 167).

² As alterações inseridas no texto foram feitas pelo punho de Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, o que se comprovou pelo confronto da letra das alterações com a letra de seus manuscritos.

decurso da transmissão textual e, por outro, são mantidos todos os traços que, sendo coerentes entre si e coerentes com o sentido e a natureza do texto (tal como o filólogo o entende), se presume sejam de origem autoral. Se se quiser, estabelecer um texto consiste em preparar, a partir de um seu exemplar cuidadosamente escolhido, uma cópia em que alternam a reprodução de elementos gráficos atribuíveis ao autor (transcrição) e a substituição dos elementos reputados não-autorais (erros) pelos seus correspondentes conjecturadamente originais (emenda) (Castro 1995b: § III).

Levanta ainda mais interesse estudar essa obra quando se sabe que na história da transmissão desse texto, de certo modo complexa, há, além de uma tradição impressa que não espelha o texto que saiu das mãos do autor, interrogações em relação à existência de uma terceira parte, reputada perdida ou roubada, e um caso do que atualmente se reconheceria como plágio.

3. Tradição manuscrita e impressa das *Memórias*

Nas *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, Frei Gaspar da Madre de Deus celebra Martim Afonso de Sousa como um herói, põe em destaque a nobreza e o valor dos primeiros povoadores de São Vicente, cujas raízes se encontram na mistura do sangue dos mais ilustres portugueses e indígenas, como João Ramalho e Tibiriçá, descreve as expedições paulistas, que fundamentaram a expansão territorial da Capitania de São Vicente, trata da aclamação de Amador Bueno, dos limites entre as capitanias de São Vicente e de Santo Amaro e da questão judiciária entre Monsanto e Vimieiro. Seu objetivo maior é recontar a história do Brasil e, mais especificamente, da Capitania de São Vicente, sob um ponto de vista crítico, de modo a corrigir a história até então contada.

Da pesquisa empreendida em nossa tese de doutorado (*cf.* Costa 2012), foram localizados três testemunhos da tradição manuscrita e seis da tradição impressa da obra. Esses dados, naturalmente, não são conclusivos, já que, com novas pesquisas, é possível que se localizem outras versões. Segue uma descrição detalhada dos testemunhos manuscritos e impressos do texto.

3.1. Tradição manuscrita

Até o momento, contam-se quatro testemunhos manuscritos das *Memórias*, dois deles salvaguardados em arquivos de Portugal (Academia de Ciências de Lisboa e Arquivo Nacional da Torre do Tombo) e dois em arquivos do Brasil (Biblioteca Nacional e Arquivo Público do Estado de São Paulo). O testemunho da Academia de Ciências

O códice, que está em ótimo estado de conservação, é composto por 299 fólhos escritos em frente e verso, com exceção do primeiro, escrito somente no lado recto, e do último fólho, em branco. O primeiro fólho, que é o frontispício da obra, foi escrito por um punho diferente do punho do restante da obra, em uma letra provavelmente do início do séc. xx, com tinta preta de caneta tinteiro. Além do título da obra e do nome do autor, esse fólho apresenta um carimbo da Biblioteca da Academia Real das Ciências de Lisboa, com a inscrição “(Publ. pela Acad^a em 1797)”. Esse e o último fólho apresentam as mesmas características em relação ao papel: coloração bege-clara, diferente da do papel que contém a obra, e melhor conservado, com sete pontusais dispostos verticalmente na folha e duas marcas d’água: ALMASSO e PRADO.

Os fólhos redigidos por Frei Gaspar são todos numerados de 1 a 297 nos lados recto e verso. São folhas que medem 31 cm por 20,5 cm, compostas de um papel espesso, de boa qualidade, coloração amarelada e com manchas castanhas provocadas pela ação do tempo. Nos lugares em que houve deterioração do papel, especialmente nas aparas, houve a recuperação dos fólhos por adição de polpa de papel. As folhas apresentam oito pontusais dispostos verticalmente e dois tipos de marca d’água: a inscrição PORRATA e um escudo de difícil visualização, com a sigla GAP.

A obra foi escrita com tinta ferrogálica, apresentando coloração castanha, em alguns fólhos mais clara que em outros. A mancha do texto foi delimitada a lápis em alguns fólhos e contém em média 28 linhas. As margens, que aparecem geralmente junto à costura do códice, medem 3,5 cm e foram delimitadas através de uma dobradura a partir das dobras.

Dentro do códice algumas folhas se destacam do conjunto por ter uma qualidade diferente das outras, apresentando as marcas d’água: ALMASSO e um brasão com uma águia no centro e a inscrição GIOR MAGNANI, e por sua coloração levemente esverdeada. São os fólhos 167 a 174, que, além disso, foram escritas por punho diferente do das *Memórias*.

A encadernação do códice, posterior a sua realização, provavelmente de meados do séc. xx, é composta de pastas de cartão que medem 31 cm por 21,5 cm e são cobertas por dois tipos de papel: um papel fino e branco e sobre esse um papel marmoreado em tons de castanho e bege. Na lombada, que mede 31 cm por 3,4 cm, além de uma etiqueta adesiva branca com moldura azul quase ao pé, de 2,4 cm por 3 cm, que traz a cota do códice, “1751”, há um rótulo vermelho com filetes dourados, onde se encontram o título da obra e o nome do autor em letras capitais douradas, que é um indício de que havia uma encadernação anterior, provavelmente de fins do séc. xix ou início do xx, que foi substituída pela atual. É possível observar que há seis nervos que ligam os quinze cadernos do códice.

O interior das pastas é recoberto pelos mesmos papéis da capa, além das folhas de guarda. As guardas iniciais e as guardas finais constituem bifólhos que, a um lado, são colocados nas pastas. São folhas muito finas, de papel pardo de má

qualidade, com a marca d'água c.skp&c^a. As guardas finais não possuem nenhuma inscrição, diferentemente das guardas iniciais, que trazem um carimbo com a palavra “Manuscritos”, uma etiqueta adesiva branca com moldura azul, igual a da lombada, com a cota “1751”, e as inscrições a lápis: “Origem 32” e “Já impressa”, a que se segue uma frase ilegível.

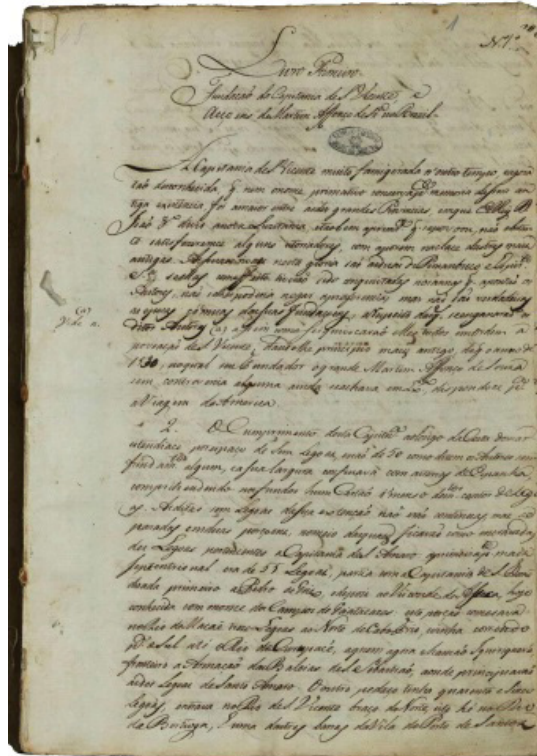


FIGURA 2. LISBOA, ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, COLEÇÃO MANUSCRITOS DO BRASIL, NÚMERO 48 (FRAGMENTO)

O manuscrito intitulado *Fundação da Capitania de S. Vicente, e ações de Martim Affonso de Souza no Brazil*, pertencente ao ANTT, junta-se a outros documentos sobre o Brasil no livro nº 48 da coleção Manuscritos do Brasil, entre os fólhos 1 e 35.

Compondo-se de apenas 35 fólhos escritos em frente e verso, com exceção do último fólho, e numerados a lápis apenas no lado recto, o manuscrito constituiu-se como uma cópia incompleta, em letra do séc. XVIII, mas sem indicação de datação.

O suporte é em papel de trapo de coloração bege-escura. É um papel de textura espessa e de boa qualidade, que apresenta, em média, oito pontusais dispostos verticalmente na folha e vergaturas horizontais. As folhas medem 31,7 cm por 21,7

cm e apresentam marcas d'água de dois tipos: a inscrição AL MASSO e um brasão acompanhado da sigla GM, de Gior Magnani.

O manuscrito encontra-se em ótimo estado de conservação, apresentando apenas pequenas marcas de papirófagos. Foi escrito com tinta ferrogálica castanho-escura, em uma letra bem cuidada, que no fim do manuscrito vai ficando menor e relaxada. Apresenta algumas rasuras e emendas, além de algumas inscrições tardias a lápis.

A encadernação, que está bem deteriorada, é composta de pastas de cartão cobertas por um papel decorado com desenhos floridos, medindo 32,7 cm por 23 cm. Ao pé da lombada, que mede 32,7 cm por 2,8 cm, há uma etiqueta adesiva com o número 48 impresso.

O interior das pastas é recoberto por fólhos de guarda de papel da mesma qualidade do utilizado na escrita dos textos, que se encontram no início e no fim do códice. A guarda inicial colada à capa traz a inscrição manuscrita a lápis “48. Manuscritos do Brasil”. As guardas finais trazem as inscrições, à tinta castanha, “Auttos de *Manoel Alvarez* da [Neiva] Guarda Mor [de Xipetim]. Ioaõ *Teixeira*” e “Derame este mss. em Coimbra que o tinha o III^{mo} Reitor do Collegio Episcopal Vicente [Pereira] de [riscado]. T^e [Gregorio] Nunes Cardoso”.

Em todo códice aparece apenas o carimbo do “Arquivo Nacional da Torre do Tombo”.

A partir da lombada, deteriorada, é possível observar que há três nervos que ligam os dezessete cadernos do códice. Cada caderno é composto por cinco bifólios.

O códice 09, 03, 008 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sob o título *Fundação da Capitania de São Vicente e açoens de Martim Affonso de Souza no Brazil*, de Frei Gaspar da Madre de Deus, é um manuscrito apógrafo, em letra do séc. XVIII, sem indicação de datação ou de autoria³, e que pertenceu à coleção da biblioteca dos marqueses de Castelo Melhor⁴.

O manuscrito compõe-se de 270 fólhos escritos em frente e verso, com exceção do primeiro e do último. Não há numeração dos fólhos e nem reclames ou qualquer outro sistema que permita acompanhar a sequência do texto. A dimensão das folhas é de 33,5 cm por 21,6 cm. O suporte é composto de papel de trapo de coloração bege-escura, quase castanha. É um papel de textura espessa e de boa qualidade, que apresenta, em média, oito pontusais dispostos verticalmente na folha e vergaturas horizontais. As marcas d'água são de dois tipos: a inscrição HCWend & Zoonen e a

³ Embora haja no site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a indicação de que o manuscrito seria de 1794.

⁴ O manuscrito está indicado no número 162 do *Catálogo dos preciosos manuscritos da biblioteca da casa dos Marqueses de Castelo Melhor* (1878: 29). Esse catálogo foi preparado para a venda pública da coleção dos marqueses, realizada no início do ano de 1879, em Lisboa. Dessa forma, infere-se que o manuscrito de Frei Gaspar foi adquirido a essa época pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

mesma inscrição acompanhada de um brasão com uma árvore no topo, que identificam o papel como proveniente da Holanda.

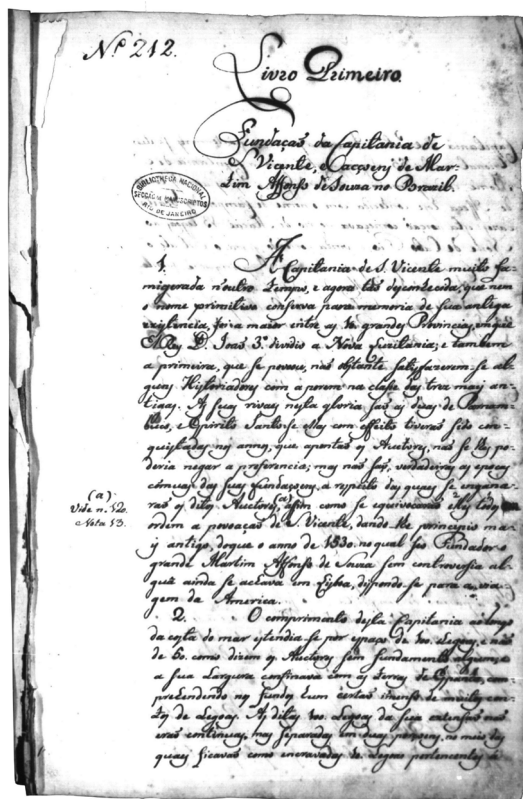


FIGURA 3. RIO DE JANEIRO, BIBLIOTECA NACIONAL, COTA 09, 03, 008

O códice encontra-se em ótimo estado de conservação, não apresentando defeitos no papel ou marcas de papirófagos. Há apenas algumas pequenas manchas esbranquiçadas e castanhas provocadas pela ação do tempo.

Percebe-se que, para delimitar a largura da mancha do texto, foi feita uma dobradura à mão, da dobra do caderno em direção ao centro da folha. Desse modo, as margens próximas à dobra do livro possuem 5,3 cm, enquanto a mancha possui 28 cm por 16,6 cm, ocupadas por 32 linhas, com exceção do primeiro e do último fólio, com 30 e 28 linhas, respectivamente.

O manuscrito foi escrito com tinta ferrogálica castanho-escura.

No corpo do manuscrito não há nenhuma datação, nem a autoria da obra. No entanto, no primeiro fólio escrito, encontra-se solto um pedaço de papel liso, bege,

medindo 10,1 cm por 13,4 cm, com a seguinte inscrição à tinta castanho-escura e de punho diferente do manuscrito: “nº 412. Memorias para a historia da Capitania de S. Vicente, hoje chamada de S. Paulo do Estado do Brazil. Publicadas de ordem da Acad. R. de Sciencias. Por Fr. Gaspar da Madre de Deos. Lisboa, na Typ. da mesma Academia 1794. (sic) f. in 8º”. A que se segue um carimbo oval da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Seção de Manuscritos. No verso desse pedaço de papel há uma marcação pequena do escudo imperial de Dom Pedro II, o que indica que essa inscrição é da segunda metade do séc. XIX.

O códice possui uma encadernação provavelmente tardia, feita em cartão coberto por um papel marmoreado nas cores marrom e bege, medindo 36 cm por 22,2 cm. A lombada, que mede 36 cm por 4 cm, é arredondada, forrada em pele azul marinho e composta de seis nervos falsos e de cinco entrenervuras. Na primeira, terceira e quinta entrenervuras há um símbolo arredondado em dourado; na segunda, em letra capital dourada, o nome do autor e o título da obra: “Madre de Deus. Fundação da Capitania de S. Vicente”; na quarta, também em letra capital dourada, há a inscrição “MSC”; na quinta e última entrenervuras, abaixo do símbolo arredondado, há uma etiqueta adesiva branca com a cota da BN escrita à mão, com caneta esferográfica azul: “09, 3. 008”. Sob essa etiqueta, há uma outra mais antiga, que provavelmente trazia uma cota anterior. Também há uma etiqueta como essa ao pé da capa, próxima à lombada.

O interior das pastas é recoberto por fólhos de guarda de papel marmoreado nas cores marrom e azul, que se encontram no início e no fim do códice. Essas guardas constituem folhas dobradas em dois e coladas por um lado no interior da capa e, pelo outro, à guarda seguinte, de papel amarelado. As outras guardas são duas de um papel amarelado bem mais fino que as do manuscrito e de má qualidade.

Na guarda que está colada à capa há duas etiquetas da Biblioteca Nacional, uma sobre a outra, medindo 6 cm por 5,3 cm, com as inscrições: “I -5-3-Nº 9” (a superior) e “Cod DCXLII/ 28-15” (a inferior). Na primeira guarda amarelada há a inscrição “Cod. DCXLII/ 28-15”; na segunda, “Nº 5,540 do C.E.H.B. Coll. Castello Melhor. Nº 162 do Cat. Castello Melhor”.

Em todo códice aparecem carimbos da Biblioteca Nacional Rio de Janeiro.

É possível observar, a partir das dobras, que há seis nervos que ligam todos os doze cadernos do códice. Cada caderno é composto por cinco bifólhos.

Anexo ao manuscrito da *Fundação da Capitania de São Vicente*, ao final do livro, há um texto de 26 fólhos não costurados e separados da encadernação, que traz, no primeiro fólio, a seguinte inscrição, a lápis: “Livro III das Memorias de S. Vicente de Fr. G. da Madre de Deus./ H-35.26.7-6 removido para 9, 3, 8”.

O texto desse códice da Biblioteca Nacional é um texto limpo, com pouquíssimas emendas, escrito por apenas um punho.

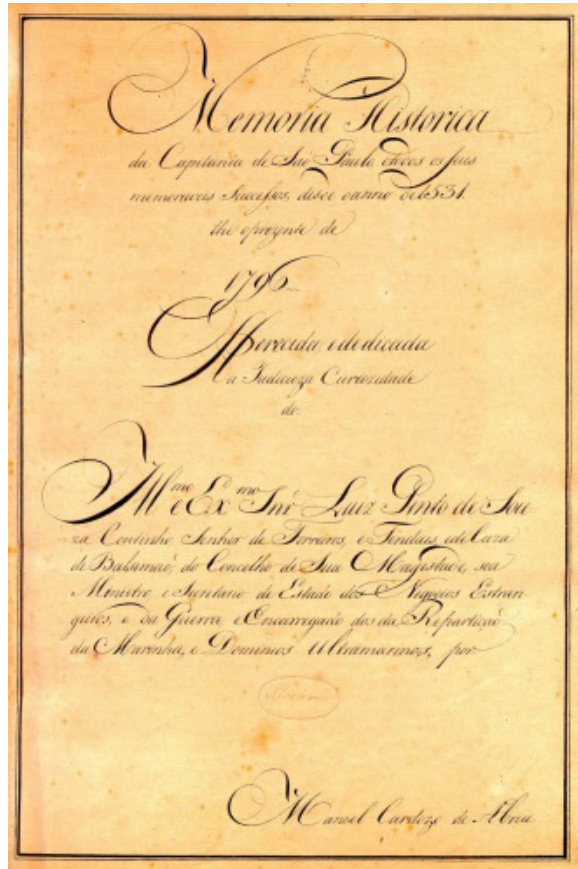


FIGURA 4. SÃO PAULO, ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO, COTA E11571

O códice E11571 do Arquivo Público do Estado de São Paulo é um manuscrito autógrafa de Manuel Cardoso de Abreu intitulado *Memória Histórica da Capitania de São Paulo e Todos os seus Memoráveis Sucessos desde o anno de 1531 até o presente de 1796*.

O manuscrito doado por Manuel Cardoso ao visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa Coutinho, a quem a obra foi dedicada, que o anexou à sua biblioteca em Lisboa. Em 1804, devido à morte do visconde, o códice foi comprado pelo barão de Rosário, João José do Rosário, em Portugal. Assim, a obra voltou ao Brasil, com uma boa encadernação e em ótimo estado de conservação, sendo incorporada à biblioteca do barão. Segundo Taunay (1925: 229), depois da morte do barão de Rosário o manuscrito foi adquirido, em 1915, por ordem de Altino Arantes, então secretário do Interior, para o APESP, onde se encontra até hoje sob a cota E11571.

Esse manuscrito compõe-se de 163 fólhos escritos em frente e verso, com exceção da folha de rosto e do fólho final. Embora escritas nos dois lados, as folhas são numeradas apenas no recto, no canto superior da margem direita. Sua dimensão é de 30 cm por 21 cm. O suporte é composto de papel de trapo de coloração amarelada, quase castanha. É um papel de textura espessa e de ótima qualidade. As folhas de guarda, mais escuras que as folhas internas e de menor qualidade, são pouco maleáveis e quebradiças, devido provavelmente ao processo de acidificação sofrido pelo suporte, fato que ocasionou a soltura da primeira guarda.

O primeiro fólho escrito, o qual contém o título da obra, a dedicatória e o nome do autor, é um papel de coloração mais escura que os demais, colado próximo à lombada por uma fina tira de papel, além de ser escrito à tinta preta por outro punho. Além disso, apresenta um carimbo oval de coloração rosada, medindo 1,4 cm por 2,7 cm, com a inscrição “Rosário”, indicativo de que o códice pertenceu à biblioteca do barão de Rosário.

O códice em si está em ótimo estado de conservação, apresentando somente pequenas marcas no miolo do livro, quase ao pé, causadas por papirófagos.

As margens direita e esquerda são marcadas a lápis sempre nos fólhos rectos e não há delimitação a lápis das margens superior e inferior. A mancha do texto tem dimensão variável entre 29 cm e 29,5 cm por 13,2 cm e 15,5 cm, ocupadas, em média, por 26 linhas, com exceção do primeiro e do último fólho, com 15 e 20 linhas, respectivamente. Próximo ao traçado das margens esquerda e direita há, em alguns fólhos, minúsculos piques equidistantes a fim de guiar os traços de justificação.

O texto foi escrito em tinta ferrogálica castanho-escura.

No códice, os fólhos de guarda possuem, em sua maioria, dez pontusais dispostos horizontalmente na folha, vergaturas verticais e marcas d’água de dois tipos: um brasão acompanhado da sigla “JGL” e uma marca de difícil identificação.

Os fólhos escritos têm uma constituição diferente: pontusais verticais, em média oito, vergaturas horizontais e dois tipos de marcas d’água: um brasão com uma águia de asas levantadas, acompanhado da inscrição “Gior Magnani” e a inscrição “Al Masso”.

A composição dos cadernos do códice é de difícil precisão, já que estão extremamente unidos entre si e à lombada.

A capa do códice, feita em cartão coberto por couro marrom, mede 31 cm por 21,5 cm e é decorada apenas com um enquadramento de filetes marrons. A lombada, que mede 31 cm por 4 cm, é arredondada e composta por cinco nervos falsos e seis entrenervuras emolduradas com filetes marrons. Na segunda entrenervura há o sobrenome do autor e o título da obra estampado em letras maiúsculas douradas. Na última entrenervura há uma etiqueta adesiva branca, com 3,6 cm por 4 cm, impressa com a cota do códice: “11571”.

A encadernação não é original e, como as dobras e as aparas dos cadernos não apresentam indícios de desgaste, como se poderia esperar caso fossem utilizados sem encadernação durante muitos anos, a hipótese é a de que havia uma primeira encadernação contemporânea da elaboração do manuscrito, que foi substituída pela atual.

O interior das pastas é recoberto por fólios de guarda: três folhas, uma de papel caracol e outras duas de papel do mesmo tom amarelado do suporte do manuscrito. Essas folhas encontram-se no início e no fim do códice. Na segunda folha de guarda, no canto inferior da margem esquerda do verso, há uma pequena etiqueta adesiva, de 1,5 cm por 2,3 cm, com a seguinte inscrição à tinta preta: “a – 10/ D. nº 15/ Inv. 7 pg 12”.

A partir de um trabalho atento e rigoroso de pesquisa e crítica de fontes, foi possível identificar na *Memória Histórica da Capitania de São Paulo*, de Manuel Cardoso de Abreu, a presença de outros textos, que sofreram sucessivas alterações, num processo que se pode chamar de retextualização. Além das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus, foram identificados outros textos produzidos no séc. XVIII: a *História da Capitania de São Vicente*, a *Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo* e a *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, e o *Divertimento Admirável*, do próprio Manuel Cardoso.

3.2. Tradição impressa

De 1797 a 2010, foram publicadas seis edições das *Memórias*, cinco das quais, publicadas no Brasil, são reproduções da edição *princeps*, impressa em Lisboa pela Academia de Ciências a partir de manuscrito original enviado por Frei Gaspar. Segue a descrição de cada uma dessas edições.

A edição *princeps* das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, publicada em Lisboa pela Academia Real de Ciências, em 1797, foi feita com base no manuscrito autógrafo original de Frei Gaspar da Madre de Deus, de 1786, que se encontra ainda hoje no arquivo da Academia, sob a cota Ms. Azul 1751.

Sob os cuidados de Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, o manuscrito das *Memórias*, até então intitulado *Fundação da Capitania de São Vicente e açoens de Martim Affonso de Souza no Brazil*, foi levado a Lisboa para o exame da Academia de Ciências, que aceitou publicá-lo se antes fossem feitas algumas modificações.

O livro é composto por 245 páginas.

Essa edição constitui-se da seguinte maneira: (1) Folha de rosto; (2) Texto que reproduz a determinação da Academia Real de Ciências de publicar as *Memórias*; (3) Índice; (4) Texto das *Memórias*.

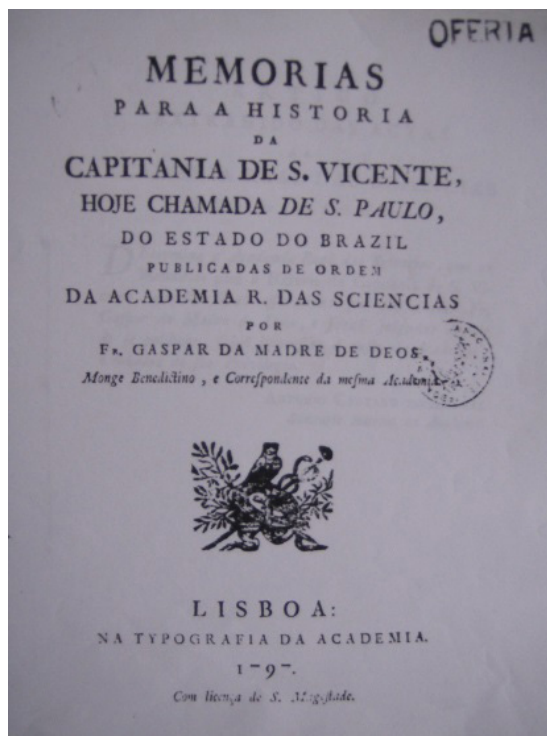


FIGURA 5. MADRE DE DEUS, FREI GASPAR DA (1797): *MEMÓRIAS PARA A HISTÓRIA DA CAPITANIA DE SÃO VICENTE HOJE CHAMADA DE SÃO PAULO, DO ESTADO DO BRASIL*. LISBOA: ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS

Madre de Deus, Frei Gaspar da (1847): *Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje Província de São Paulo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia de Agostinho de Freitas Guimarães.

Essa segunda edição das *Memórias*, que vem acompanhada do *Diário de Navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530*, de Pero Lopes de Souza, reprodução da edição de Lisboa por Francisco Adolpho Varnhagen, foi subsidiada pelo governo de São Paulo e esteve aos cuidados de José Joaquim Machado de Oliveira, então sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Apesar de ser uma reprodução da edição *princeps*, conta com algumas intervenções do editor, como a modificação do título, a inserção de três notas críticas, uma delas marcada por um asterisco, e duas alfabéticas, identificadas pela sigla M.O., de Machado de Oliveira, as inscrições “FIM DO LIVRO I” e “FIM DO LIVRO II”, ao fim dos livros correspondentes, e a introdução de um

“Catálogo das obras e documentos que foram consultados na confecção das Memórias para a História da Capitania de São Vicente”, ao final do qual também há a sigla M.O.

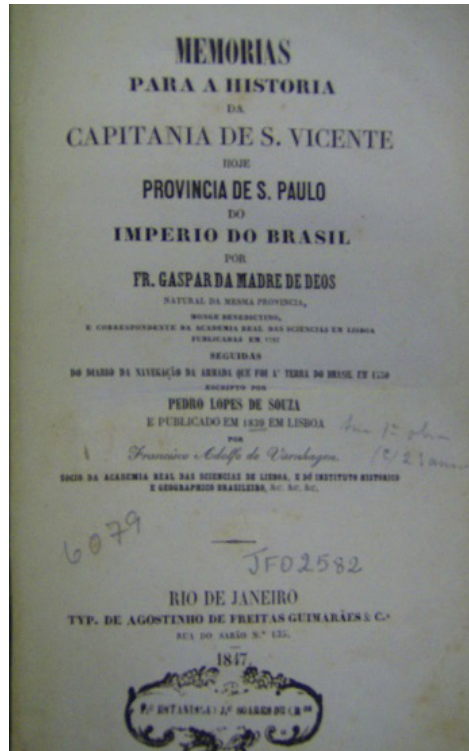


FIGURA 6. SEGUNDA EDIÇÃO (1847)

Essa edição é constituída da seguinte maneira: (1) Frontispício; (2) Reprodução do “Artigo extraído das atas da assembléia legislativa da Província de São Paulo”, de 6 de fevereiro de 1847, que indica a aprovação da reimpressão das *Memórias*; (3) Texto das *Memórias*; (4) “Catálogo das obras e documentos que foram consultados na confecção das Memórias para a História da Capitania de S. Vicente”; (5) *Diário da Navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martim Afonso de Sousa escripto por seu irmão Pero Lopes de Souza*; (6) Notas; (7) Índice.

Madre de Deus, Frei Gaspar da (1920): *Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo e Notícias dos anos em que se descobriu o Brasil*. São Paulo / Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos.

Essa é a terceira edição das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, publicada em São Paulo e no Rio de Janeiro por Weiszflog Irmãos, em 1920. Tal edição traz, além do texto das *Memórias*, o texto das *Notícias dos Anos em que se Descobriu o Brasil*, também de autoria de Frei Gaspar da Madre de Deus, e um estudo biográfico do autor e algumas notas inseridas no texto pelo historiador Afonso d'Escragnolle Taunay. O livro, composto por 383 páginas, não traz índice ou sumário.

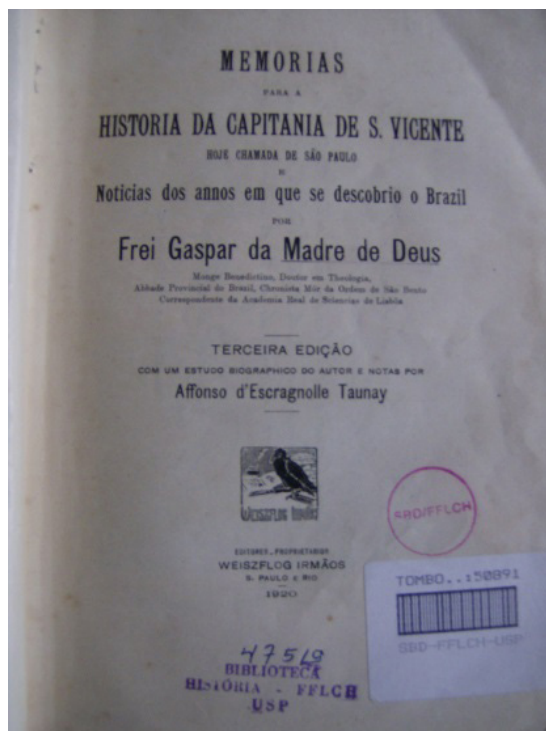


FIGURA 7. TERCEIRA EDIÇÃO (1920)

Nessa edição encontram-se algumas ilustrações: (1) Um fac-símile, segundo o editor, de um autógrafo de Frei Gaspar, depois da folha de rosto; (2) Uma imagem das “Ruínas da Capella de Sant’Anna do Acarahy, em S. Vicente, onde foi batizado Fr. Gaspar da Madre de Deus”; (3) “Placa de bronze comemorativa do 2º centenário de Fr. Gaspar da Madre de Deus, colocada no saguão do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo”, esta imagem e a anterior encontram-se na página posterior à do fac-símile; (4) “A subida da serra do Cubatão pela antiga calçada do Lorena, 1826 – segundo um desenho de Hercules Florence”, à página 176.

No texto dessa edição, pelo menos duas notas são introduzidas pelo editor da edição anterior, no caso Machado de Oliveira, identificadas pela sigla M.O, que foram reproduzidas por Taunay. Ao final do livro, o editor acrescenta um “Catálogo

das obras e documentos que foram consultados na confecção das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*”.

A constituição dessa terceira edição é a seguinte: (1) Folha de Rosto; (2) Fac-símile; (3) Ilustrações; (4) Prefácio da 3ª edição; (5) Relação das obras de Frei Gaspar da Madre de Deus; (6) Inéditos e Notas; (7) Cargos ocupados e dignidades conferidas a Frei Gaspar da Madre de Deus em sua Ordem; (8) Frei Gaspar da Madre de Deus; (9) Notas: I. A Lenda de Amador Bueno / II. O Livro Terceiro das “*Memórias para a Capitania de S. Vicente*”; (10) Bibliografia; (11) As obras filosóficas de Frei Gaspar da Madre de Deus; (12) Filosofia Platônica; (13) Texto das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo*; (14) “Catálogo das obras e documentos que foram consultados na confecção das ‘*Memórias para a História da Capitania de S. Vicente*’”; (15) Texto das *Notícias dos anos em que se descobriu o Brasil e das entradas das religiões e suas fundações*.

Madre de Deus, Frei Gaspar da (1953): *Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo e Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora (Coleção Biblioteca Histórica Paulista III).

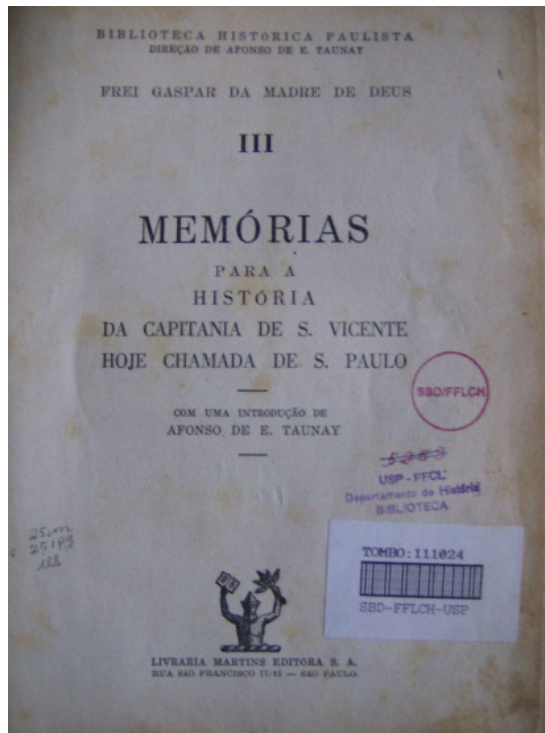


FIGURA 8. QUARTA EDIÇÃO (1953)

Essa é a quarta edição das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, publicada em São Paulo pela Livraria Martins Editora, em 1953. Tal edição, reprodução da anterior, também traz, além do texto das *Memórias*, o texto da *Notícia dos Anos em que se Descobriu o Brasil*, com introdução e notas por Taunay. É o terceiro volume da coleção Biblioteca Histórica Paulista, com direção de Afonso Taunay, que foi lançada em comemoração ao IV Centenário da Fundação de São Paulo.

O livro, composto por 251 páginas, traz um índice no final do volume, à página 251.

É importante ressaltar que a *Notícia dos Anos em que se Descobriu o Brasil* não é anunciada na capa, no frontispício e nem no cabeçalho dessa edição, aparece apenas na folha de rosto que anuncia o próprio texto e no índice, como dito anteriormente.

Nessa edição aparecem diversas ilustrações, nenhuma delas correspondente às ilustrações da edição anterior: (1) Mapa de “São Vicente, Santos e Santo Amaro – do códice da Biblioteca da Ajuda (fim do séc. XVI)”, antes da folha de rosto; (2) Fac-símile da folha de rosto da 1ª edição das *Memórias*, entre as páginas 28 e 29; (3) Ilustração de “D. João III – Quadro de J. Wash Rodrigues”, entre as páginas 32 e 33; (4) Ilustração de “Martim Afonso de Souza – Quadro de J. Wash Rodrigues”, entre as páginas 40 e 41; (5) “Mapa interpretativo do quinhentismo Vicentino, de Teodoro Sampaio”, entre as páginas 50 e 51; (6) Imagem do “Brasão de Martim Afonso de Souza”, entre as páginas 60 e 61; (7) Ilustração de “A frota de Martim Afonso de Souza no Porto das Naus (S. Vicente) – Quadro de Benedito Calixto”, entre as páginas 74 e 75; (8) Ilustração de “Martim Afonso de Souza em Piassaguera, a caminho do planalto, guiado por João Ramalho – Quadro de Benedito Calixto”, entre as páginas 88 e 89; (9) Ilustração da “Fundação da Vila de São Vicente por Martim Afonso de Souza em 1532 – Quadro de Benedito Calixto”, entre as páginas 110 e 111; (10) Imagem da “Carta de Sesmaria assinada por Martim Afonso de Souza”, entre as páginas 120 e 121; (11) Ilustração da “Aclamação de Amador Bueno – Quadro de Oscar Pereira da Silva”, entre as páginas 140 e 141; (12) Ilustração do “Lagamar Vicentino, segundo Hans Staden”, entre as páginas 162 e 163; (13) Ilustração de “Tebiriça – Quadro de J. Wash Rodrigues”, entre as páginas 184 e 185; (14) Imagem da “Ata da Câmara de Santo André da Borda do Campo assinada por João Ramalho”, entre as páginas 208 e 209; (15) Ilustração de “João Ramalho e um dos seus filhos”, entre as páginas 232 e 233.

Constitui-se da seguinte maneira: (1) Mapa de São Vicente; (2) Folha de rosto; (3) “Duas palavras sobre esta quarta edição das *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente* hoje chamada de S. Paulo”; (4) Súmula Biográfica de Frei Gaspar da Madre de Deus por Afonso Taunay; (5) “Bibliografia de Frei Gaspar da Madre de Deus”; (6) Título da obra *Memórias*; (7) Fac-símile da folha de rosto da 1ª edição das *Memórias*; (8) Texto das *Memórias*; (9) “Catálogo das obras e documentos que foram consultados na confecção das *Memórias para a História da Capitania de*

S. Vicente”; (10) Título da obra *Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil*; (11) Texto da *Notícia*; (12) Índice.

Faz-se necessário ressaltar aqui que no texto “Duas palavras sobre esta quarta edição das *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente* hoje chamada de S. Paulo”, à página 5, Afonso Taunay se equivooca ao dar a informação de que a terceira edição deveu-se à Companhia Melhoramentos de São Paulo, publicada em 1921. Algumas páginas depois, em “Bibliografia de Frei Gaspar da Madre de Deus”, o mesmo editor escreve a informação correta: “A terceira edição em volume é de SP e de 1920 (Weiszflog Irmãos)”, à página 25.

Madre de Deus, Frei Gaspar da (1975): *Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo e Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP (Coleção Reconquista do Brasil, v. 20).

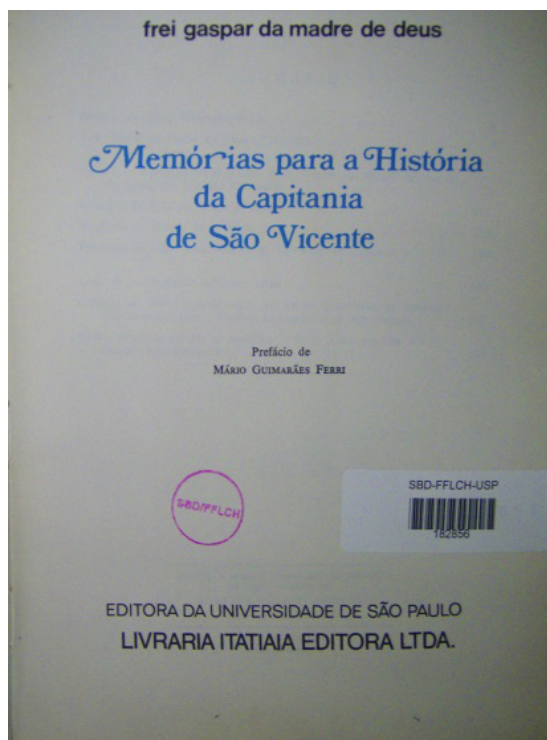


FIGURA 9. QUINTA EDIÇÃO (1975)

Essa é uma reprodução da edição publicada pela Livraria Martins Editora, em 1953, com nota biobibliográfica por Afonso Taunay e prefácio de Mário Guimarães

Ferri. Apresenta apenas duas diferenças em relação à edição anterior: o sumário, que aparece no início do livro, e a apresentação de apenas uma ilustração, o fac-símile do frontispício da primeira edição das *Memórias*.

A quinta edição é constituída da seguinte maneira: (1) Folha de Rosto; (2) Sumário; (3) Prefácio; (4) Súmula Biográfica de Frei Gaspar da Madre de Deus por Afonso Taunay; (5) “Bibliografia de Frei Gaspar da Madre de Deus”; (6) Título da obra *Memórias*; (7) Fac-símile do frontispício da 1ª edição das *Memórias*; (8) Texto das *Memórias*; (9) “Catálogo das obras e documentos que foram consultados na confecção das *Memórias* para a História da Capitania de S. Vicente”; (10) Título da obra *Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil*; (11) Texto da *Notícia*.

Madre de Deus, Frei Gaspar da (2010): *Memórias para a História da Capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo*. Brasília: Senado Federal / Conselho Editorial (Edições do Senado Federal, v. 129).

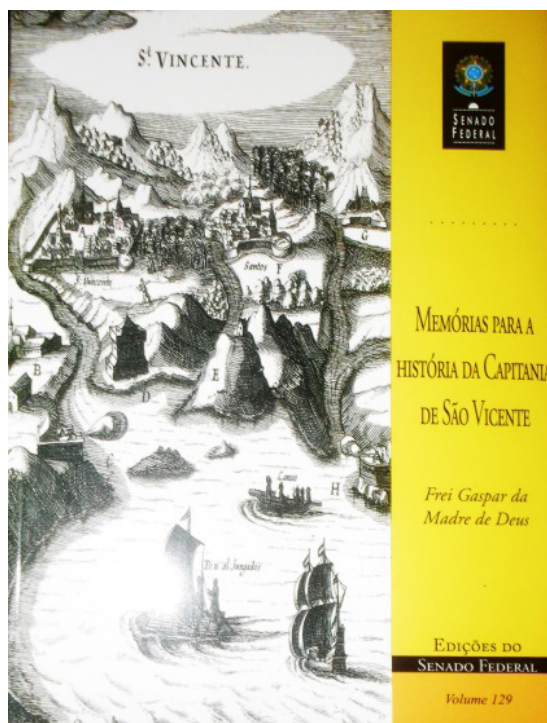


FIGURA 10. SEXTA EDIÇÃO (2010)

Essa é a sexta edição das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, publicada pelo Conselho Editorial do Senado Federal, em Brasília, em 2010, como

seu 129º volume. Tal edição reproduz a 3ª edição da obra, publicada em São Paulo e no Rio de Janeiro por Weiszflog Irmãos, em 1920, com prefácio de Afonso D'Escragnolle Taunay.

O livro, composto por 220 páginas, traz o sumário, o prefácio da 3ª edição por Afonso Taunay, a relação das obras de Frei Gaspar e uma nota sobre a *Continuação das Memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus*, publicada na Revista do IHGB, no início do volume, além do catálogo das obras e documentos consultados por Frei Gaspar e um índice onomástico, no fim do volume.

Apresentam-se as seguintes ilustrações: (1) Um fac-símile, segundo o editor, de um autógrafa de Frei Gaspar, depois da folha de rosto; (2) Uma imagem das “Ruínas da Capella de Sant’Anna do Acarahy, em S. Vicente, onde foi batizado Fr. Gaspar da Madre de Deus”; (3) “Placa de bronze comemorativa do 2º centenário de Fr. Gaspar da Madre de Deus, colocada no saguão do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo”, esta imagem e as anteriores encontram-se na página 15; (4) Um mapa que representa as vilas de São Vicente, Santos e Bertioga, ilustração do livro de relatos “Reys-boeck van het rijkje Brasilien”, publicado nos Países Baixos, em 1624, na primeira folha de guarda e que também ilustra a capa do livro; (5) Ilustração da “Subida da Serra do Cubatão pela Antiga Calçada Lorena, 1826, (segundo um desenho de Hercules Florence)”, na página 72.

Essa edição é constituída da seguinte maneira: (1) Mapa das vilas de São Vicente, Santos e Bertioga; (2) Folha de rosto; (3) Frontispício; (4) Ficha Catalográfica; (5) Sumário; (6) Prefácio da 3ª edição; (7) Relação das obras de Frei Gaspar da Madre de Deus; (8) Nota; (9) Texto das *Memórias*; (10) “Catálogo das obras e documentos que foram consultados na confecção das Memórias para a História da Capitania de S. Vicente”; (11) Índice onomástico.

4. Escolha do texto-base

Levantados todos os testemunhos possíveis das tradições manuscrita e impressa das *Memórias*, é preciso, de acordo com as etapas próprias de uma edição crítica, que se defina um texto-base.

Diante do acervo descrito, é evidente que o texto-base deve ser o manuscrito sob os cuidados da Academia de Ciências de Lisboa, por ser o único autógrafa de Frei Gaspar e o que condiz com sua última intenção. No entanto, em caso de dúvidas em relação ao texto autoral, devido às rasuras inseridas pelas mãos de Diogo de Toledo Lara Ordonhes, será preciso recorrer a outros testemunhos manuscritos, especialmente o da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, por ser completo, mas, como possui lacunas nas notas marginais, também o do Arquivo do Estado de

São Paulo, que é quase completamente uma retextualização das *Memórias* de Frei Gaspar.

No âmbito da crítica textual, devem ser descartadas todas as edições que reproduzam mecanicamente edições anteriores, uma vez que não se deu a introdução de qualquer modificação autoral. Portanto, no caso das *Memórias*, para estudo dos procedimentos que levaram a sua publicação, será relevante apenas a primeira edição.

O trabalho que se propõe aqui é o da crítica textual do original presente, que, segundo Castro (1995a: 608), não possuindo as preocupações da crítica textual tradicional, tem como resultado uma “reprodução muito fiel (que pode ser fac-similada ou diplomática, mas não interpretativa) do original”, que dê conta de espelhar “o estado em que o autor deixou o seu texto, da última vez que o trabalhou”.

Assim, o objetivo principal de uma edição crítica das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente* é trazer à tona a camada textual que foi excluída ou modificada no processo editorial, dando a conhecer ao público em geral a versão autoral da obra.

5. Camadas textuais no manuscrito autógrafo

O manuscrito original autógrafo das *Memórias* possui duas camadas textuais: a redação de Frei Gaspar, que se apresenta uniforme ao longo dos fólhos, sem rasuras e emendas, o que configura um texto finalizado, pronto para ser lido e, como era o caso, ser publicado; e as intervenções provenientes de outra mão, das quais resultam a supressão de palavras, frases, notas e parágrafos, parcial ou integralmente, substituições, reelaboração de partes do texto e inserções de informações.

Abaixo, é possível comprovar no manuscrito emendado a diferença da letra, reconhecidamente de Diogo de Toledo Lara Ordonhes, que se intercala com a da primeira camada textual:

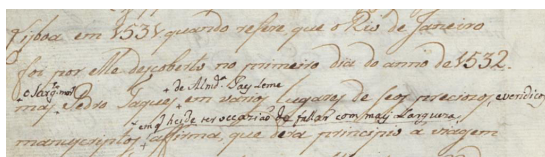


FIGURA 11. MANUSCRITO DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA
(DUAS CAMADAS TEXTUAIS)

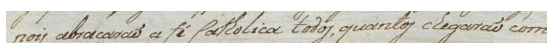


FIGURA 12. LETRA DE FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS

FIGURA 13. LETRA DE DIOGO DE TOLEDO LARA ORDONHES

Para além das supressões e emendas a pedido da Academia de Ciências de Lisboa, há no manuscrito muitas outras alterações produzidas pela mão de Diogo Ordonhes. Nesse caso, ainda mais evidente no conjunto do códice é a presença de algumas folhas (167 a 174) levemente esverdeadas, em contraste com as folhas amareladas do original, e de qualidade inferior, escritas pelo referido Diogo.

FIGURA 14. MANUSCRITO DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA (FÓLIO 171 – ESCRITO POR DIOGO ORDONHES)

Elencar todas as variantes do manuscrito é um trabalho previsto na etapa de colação dos testemunhos (manuscrito autógrafo e edição *princeps*), de acordo com a práxis de uma edição crítica, mas, a partir do que foi discutido neste texto, já é possível sistematizá-las em variantes textuais, linguísticas e gráficas (dada a intercalação de punhos).

6. Considerações finais

Cabem ainda muitas interrogações quanto à história textual e editorial das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, o que exigirá um trabalho exaustivo de análise biobibliográfica e estilística dos atores envolvidos, dos procedimentos e normas editoriais da Academia de Ciências e do efeito do processo editorial sobre o texto final. No entanto, as pistas levantadas até aqui permitem reafirmar a relevância do estabelecimento de um texto capaz de fornecer ao leitor a história da capitania de São Vicente o mais próxima possível da vontade autoral de Frei Gaspar.

Em suma, a importância de uma edição crítica que aproveite os materiais que aqui se descreveu não se deve apenas à posição de Frei Gaspar da Madre de Deus na historiografia brasileira; deve-se também ao fato de uma edição como essa contribuir para um melhor conhecimento dos problemas textuais da produção histórica do séc. XVIII, dos fatos que marcaram a história colonial brasileira, do processo editorial nessa época, especialmente quanto aos textos produzidos no Brasil e enviados para serem impressos em Portugal, e também da história do português brasileiro.

Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos aos arquivos e bibliotecas públicas pelo acesso e disponibilização dos manuscritos consultados, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP pelo apoio financeiro para a pesquisa de doutorado e também aos professores Heitor Megale (*in memoriam*), Sílvio de Almeida Toledo Neto e Ivo Castro pelos conselhos, orientações e amizade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anais do Museu Paulista* 2 (1925). São Paulo: Imprensa do Diário Oficial.
- CASTRO, Ivo (1995a): “Filologia”, em *Biblos – Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. II. Lisboa: Editorial Verbo, 602-609.
- CASTRO, Ivo (1995b): “O Retorno à Filologia”, em *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 511-520.
- Catálogo dos preciosos manuscritos da biblioteca da casa dos Marqueses de Castelo Melhor* (1878). Lisboa: Tipografia Universal de Thomaz Quintino Antunes.
- COSTA, Renata Ferreira (2012): *Um caso de apropriação de fontes textuais: memória histórica da capitania de São Paulo, de Manuel Cardoso de Abreu, 1796*. Tese de Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa. Universidade de São Paulo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-11012013-120603/>
- LANCIANI, Giulia / Tavani, GIUSEPPE (org.) (2000): *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- STOCKLER, Francisco de Borja Garção (1896): “Parecer sobre a obra de Frei Gaspar”, em *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Vol. iv. São Paulo: Tipografia da Companhia Industrial de São Paulo, 25-26.
- TAUNAY, Afonso d’Escragnolle (1925): “Escritores Coloniais”, *Anais do Museu Paulista* 2, 117-243.

Leitura e literatura na constituição do sujeito leitor

Rosemary Lapa de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia

rosy.lapa@gmail.com

Reading and Literature in the Constitution of the Subject Reader

Resumo

Pensar a leitura relacionada diretamente à literatura, como mediadora da constituição do sujeito leitor na escola é pensar a literatura como fio condutor do ensino-aprendizagem, por provocações pedagógicas por meio de atividades lúdicas, seja na forma de contação de histórias ou narração, considerando-as como uma atividade multidisciplinar que provoca a interdisciplinaridade, mas sem pedagogizar os textos, antes, considerando-os em sua materialidade, como gêneros que circulam socialmente. Para que a leitura se encontre com a literatura na constituição do sujeito leitor, o currículo escolar, conforme Macedo, precisa ser repensado, como atos de currículo, tendo na leitura literária, segundo Bettelheim, um componente interdisciplinar, transversal e cultural, por esta exercer a função de agente de transformação, uma vez que contribui para formação integral do leitor, ao provocar inúmeras emoções, sensações, prazer e diversão, fazendo com que esse sujeito se transforme em leitor capaz de ver o mundo com muitos olhares. Para isso, dispositivos de escuta sensível, realização de atividades de leitura com envolvimento lúdico. e discussões teóricas nos campos variados em que se inseriram os textos literários, focando a produção de leitura e de texto, na perspectiva da leitura crítica defendida por Freire, precisam ser realizadas, considerando que a leitura, notadamente a literária, é o caminho privilegiado da formação cidadã. Os resultados apontam para um olhar diferenciado do cursista sobre a literatura, após o curso.

Palavras-chave

Literatura infantil, leitura, interdisciplinaridade, formação para a docência

Sumário

1. O curso de extensão. 2. A ação extensionista na universidade. 3. Aporte teórico. 4. A metodologia. 5. Algumas reflexões.

Abstract

Thinking about reading in relation to literature as a mediation of the constitution of the subject reader at school is to think about literature as a guide to teaching and learning, by performing pedagogical actions through play activities, whether in the form of storytelling or narrative, where this is considered a multidisciplinary activity that causes interdisciplinarity; without pedagogising texts but considering them in terms of their materiality, as genres that circulate socially. In order for reading to encounter literature in the constitution of the subject reader, the curriculum needs to be rethought, as Macedo states, as curriculum acts, where literary reading, according to Bettelheim, is regarded as an interdisciplinary, cross and cultural component, in its exercising the function of processing agent, once it has contributed to their integral formation by causing many emotions and sensations, giving pleasure and fun, enabling the subject to become the reader capable of seeing the world through many eyes. For this, sensitive listening devices, conducting reading activities with playful involvement and theoretical discussions in the various fields in which literary texts are encountered, focusing on the production of reading and of the text from the perspective of critical reading defended by Freire, needs to be carried out, on the premise that reading, especially of the literary kind, is the privileged route to civic training. The results point to a change in the way students think about literature and reading after the course.

Keywords

Children's literature, reading, interdisciplinarity, training for teachers

Summary

1. The extension course. 2. Extension action in college. 3. Theoretical Contribution. 4. Methodology. 5. Some thoughts.

1. O curso de extensão

Concordando com Coelho (2000) que a literatura é o fio condutor do ensino-aprendizagem, o curso de extensão *Leitura e Literatura na Constituição do Sujeito Leitor* tem sido oferecido a um público diversificado como uma possibilidade de experimentar a literatura, notadamente aquela voltada para a criança, nas suas várias apresentações, através de exercícios práticos de leitura de textos verbais e imagéticos, contação de histórias, declamação de poemas, sempre de forma lúdica e, quando cabe, performática.

O curso oferecido no Departamento de Educação – Campus I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) funda-se em reflexões feitas durante desenvolvimento de pesquisa de doutoramento em Educação realizado na Universidade Federal da Bahia, na qual desenvolvo a teoria de que uma pedagogia que privilegie a formação cidadã, que propicie um diálogo de si com o outro, consigo mesmo e com o ecológico promove a formação de pessoas mais autônomas e que esse caminho é bastante facilitado pela literatura.

Essa ação extensiva já vem sendo oferecida à comunidade soteropolitana há dois semestres. Participam do curso estudantes de graduação e pós-graduação da UNEB, estudantes de graduação e pós-graduação das mais diversas universidades públicas e particulares, professores que atuam na Educação Infantil e Ensino Fundamental e demais profissionais que atuam em escolas públicas e particulares, além de interessados na leitura e na literatura. O curso visa provocar ações pedagógicas voltadas para as crianças da educação infantil e anos iniciais, através de atividades lúdicas, seja na forma de contação de histórias, declamação ou narração, considerando essa uma atividade multidisciplinar que provoca a interdisciplinaridade.

Segundo Piaget (1981: 52), na multidisciplinaridade, recorreremos a informações de várias áreas para estudar um determinado elemento. Nesse curso, se lança mão da Psicanálise, Didática, Crítica literária, Estudos Culturais, envolvendo gênero, raça e sexualidade, História, Política, Economia e Religião, entre outras, para provocar a interdisciplinaridade. A ação lúdica e interdisciplinar visa à mediação do sujeito leitor em seu processo de enleituramento, termo cunhado durante pesquisa de doutorado (Oliveira 2015) para dar conta da capacidade humana de tornar-se leitor de mundo, tendo na leitura uma ação que é contínua e ampliada a cada contato com o contexto que o cerca enquanto faz a leitura do texto.

2. A ação extensionista na universidade

No Plano Nacional de Extensão Universitária¹, encontramos a definição de Extensão Universitária como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e

¹ http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2011/legislacao_normas_documentos/plano%20nacional%20de%20extensao%202001%20forproex.pdf [04 dez 2015].

a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, segundo esse documento, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico.

Segundo o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da UNEB, consubstanciado no Parecer CNE 776/97, os cursos de extensão têm curta ou média duração, concebidos para se adequar às necessidades específicas de profissionais, graduados ou não, e também para estudantes que buscam determinada área de conhecimento. O curso deve articular teoria e prática, visando ao fortalecimento das relações entre ensino/pesquisa/extensão, uma vez que se articula com os componentes curriculares ligados à linguagem e ensino, ampliando suas perspectivas e se integrando com a pesquisa de Iniciação Científica em desenvolvimento, a qual trata de desvendar os caminhos da constituição do sujeito leitor, tendo como título: A leitura na escola: a constituição do sujeito leitor.

As ações extensionistas são propostas no intuito de ampliar a formação do licenciando e do licenciado, mas nunca de modo prescritivo, sempre dialógico, considerando os atores sociais que ali circulam e seus saberes visibilizados e valorizados no processo de trocas que ocorrem no desenvolvimento do curso. Tal proposta entende como formação o desenvolvimento global, completo e harmonioso na aquisição de conhecimentos, competências e habilidades educacionais, que requerem a aplicação de técnicas, processos criativos e compromisso político-pedagógico considerando o processo educativo que ocorre na sala de aula e fora dela, e, como consequência, a melhoria da educação e da cidadania.

A extensão universitária no Brasil, através do Plano Nacional de Extensão Universitária, tem se consolidado enquanto espaço de aprendizagem reconhecido institucionalmente. Contribuíram para essa consolidação: a superação da concepção assistencialista da extensão; a busca pela construção permanente da indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa; a percepção, altamente acertada na atualidade, da necessidade da interdisciplinariedade para qualquer ação que se queira mais abrangente e/ou qualificada; o foco na relevância social da ação extensionista. Nesse sentido, o curso aqui descrito, corrobora para essa consolidação, uma vez que persegue esses aspectos, focando na ampliação da formação do profissional que lida com crianças, no sentido de aproximá-los de ações lúdicas de linguagem que minimizem as defasagens apontadas nacional e internacionalmente através dos índices desfavoráveis de leitura que o Brasil tem apresentado.

Nesse sentido, o curso de extensão ora apresentado, em consonância com os documentos anteriormente vistos, exerce o papel de aprofundar conhecimentos em relação, nesse caso, ao trabalho de produção de leitura dos mais diversos textos literários e imagéticos. Assim, o objetivo maior dessa ação extensiva tem sido o de ampliar o repertório de textos literários, focando na diversidade: textos de matriz africana,

indígena, europeia de outras nacionalidades que não os já amplamente conhecidos e divulgados, além de textos orais e escritos de tantas outras culturas. O foco dado a essa diversidade é justamente mostrar as semelhanças que encontramos em comunidades humanas de diferentes espaços geopolíticossocial e cultural e, ao mesmo tempo, suas peculiaridades.

3. Aporte teórico

O curso, conforme já dito, funda-se na crença defendida por vários autores e aqui representada por Coelho que assevera que:

A Literatura é um autêntico e complexo *exercício de vida*, que se realiza *com e na* Linguagem – esta complexa forma pela qual o pensar se exterioriza e entra em comunicação com os outros pensares. Espaço de convergência do mundo exterior e do mundo interior, a Literatura vem sendo apontada como uma das disciplinas mais adequadas (a outra é a História) para servir de eixo ou de “tema transversal” para a interligação de diferentes unidades de ensino nos novos parâmetros Curriculares (grifos da autora) (Coelho 2000: 24).

Em conformidade com o eixo central que defende essa autora, problematizamos o que ela chama de disciplinas, pensando que mais que um conjunto de saberes separados em caixinhas, é preciso ver a educação, notadamente a educação da criança, como uma soma de conhecimentos acumulados socialmente, uns mais privilegiados que outros na escola, conforme os contextos, que, ao final, resultarão em mudança de atitude de quem ensina ao aprender e de quem aprende ao ensinar, como nos diz Freire (1996: 23). Assim, todas as áreas do conhecimento já produzido socialmente e privilegiado para estar na sala de aula, inclusive a História, podem ser dialogadas com quem aprende num “autêntico e complexo exercício de vida” (Coelho 2000, p. 24). Exercício que se vê facilitado por intermédio da Literatura.

Ainda segundo Coelho (1999), são diversas as formas de levar a literatura para as crianças: seja a contação de história, pautada na oralidade, nas modulações de voz, nos gestos e postura do contador, o que ela chama de simples narrativa (Coelho 1999: 31-32); ou a narrativa com auxílio do livro, lendo-o, mostrando as suas ilustrações, deixando a criança perceber o prazer que pode ser encontrado naquele objeto de construção social (*Ib.*: 32-38); ou o uso de gravuras, o qual exige a leitura estética das imagens, as quais ampliam a organização do pensamento da criança (*Ib.*: 38-40); ou com a interferência do narrador e dos ouvintes, ou seja, participação ativa dos ouvintes (*Ib.*: 43-46). Isso para citar as privilegiadas no curso, ao lado das declamações de poemas.

Usando da Pedagogia da Rebeldia (Oliveira: 2015), a qual prevê o enleituramento através de uma abordagem metodológica de trabalho com o texto em sala de aula, o curso prevê o fomento de um trabalho de conscientização do sujeito em seu processo de ser e estar no mundo, processo esse que, conforme defende essa teoria, só pode ocorrer através da leitura, logicamente. Não só da leitura da palavra, mas a leitura ampla que abarca o mundo no qual, é certo, a palavra tem, cada vez mais, importância. É um modo político de ver a sala de aula como local privilegiado, mas não o único, de constituição do leitor em sujeito, tirando-o do papel de objeto da leitura e alçando-o à condição de sujeito leitor.

O curso se apoia nos estudos sobre a ludicidade, de Kishimoto (2011), autora que entende o lúdico como dinamizador da aprendizagem, ao desenvolver habilidades que não estão voltadas apenas para o cognitivo, mas, também, para o social, afetivo, emocional. Assim, entendendo a literatura de forma ampla, igualando-a ao brincar, preservamos o direito da criança pensar, reinventar, criar e produzir sua própria cultura. Também apoiamos-nos nos estudos sobre ludicidade feitos por Dias (2002), que trabalha da mesma forma, porém através das representações simbólicas verbalizadas em metáforas.

No entanto, entendendo que para que essa forma de olhar pedagogicamente o processo de ensino aprendizagem seja possível, o currículo escolar precisa ser repensado, conforme Macedo (2011), como atos de currículo, tendo na leitura literária, segundo Bettelheim (2002), um componente interdisciplinar, transversal e cultural, por exercer a função de agente de transformação, uma vez que contribui para sua formação integral, provocando inúmeras emoções, sensações, prazer e diversão, e fazendo com que o sujeito se transforme em leitor capaz de ver o mundo criticamente, ou seja, por diferentes ângulos.

Com esse aporte multidisciplinar que transita entre as discussões sobre currículo, literatura, psicanálise, pedagogia entre muitos outros, esse curso usa da interdisciplinaridade como veio fulcral do ensino-aprendizagem, buscando mediar as aprendizagens através da linguagem da criança, na sua forma particular de ver e interagir com o mundo, ou seja, o lúdico.

Segundo Piaget (1981), na multidisciplinaridade, recorremos a informações de várias matérias para estudar um determinado elemento, condição essencial de ser da literatura que, ao mesmo tempo precisa e dispensa estudos em Psicanálise, Didática, Crítica literária, Estudos Culturais, envolvendo gênero, raça e sexualidade, História, Política, Economia e Religião, entre outras, para provocar as interpretações. Digo que, ao mesmo tempo, precisa e dispensa, pois, naturalmente, esses elementos estão presentes nas atribuições de sentido do sujeito da leitura, assujeitado que é, mas nem sempre os conhecimentos teóricos dessas áreas de conhecimentos precisam ser acionados para provocar interpretações.

4. A metodologia

Assim, repito, esse curso usa da interdisciplinaridade como veio fulcral do ensino-aprendizagem. As ações metodológicas têm sempre conotação de oficinas, entre-meadas de aulas expositivo-dialogadas, buscando no lúdico e na interdisciplinaridade os caminhos possíveis para o ensino-aprendizagem que promova a autonomia pregada por Freire (1996), a intercriticidade sugerida por Macedo (2011). Para isso, são realizadas ações com base na escuta sensível, por meio de atividades de leitura, com envolvimento lúdico, e discussões teóricas nos campos variados em que se insiram os textos literários, focando na produção de leitura e de texto, na perspectiva da leitura crítica defendida por Freire (1996), por considerar que a leitura, notadamente a literária, é o caminho privilegiado da formação cidadã.

Essas possibilidades são apresentadas de forma prática aos cursistas que ouvem as histórias e, depois, participam de atividades críticas de diálogo com o texto apresentado, seja na forma de exercício de exteriorização de sensações e situações vividas, seja na forma de mergulho na materialidade textual, revivendo suas nuances e estéticas, seja no diálogo da convergência com o mundo físico contextual de suas vivências. Esses momentos de sensibilização para a estética do contar e ouvir histórias são sempre permeadas de reflexões sobre as muitas possibilidades do dizer inerente à Pedagogia da Rebelião que se pretende multidisciplinar e eivada de aspectos lúdicos de acesso ao conhecimento.

A ação lúdica e interdisciplinar visa à mediação do sujeito leitor, nesse caso, os partícipes do curso na forma de estudantes, em seu processo de enleituramento, entendendo que seja condição indispensável para a mediação da constituição de sujeitos leitores, o mediador intencional ser, ele mesmo, um sujeito leitor.

Nesse caso, a escuta sensível, ou seja, a premissa de que todos têm direito de ser compreendidos, que todos somos seres de imaginário criador, conforme nos ensina Macedo (2004), muito influenciado por Freire (1996), quando diz que o aluno ensina ao aprender e que o professor aprende ao ensinar, é condição de acontecimento da interação. Sendo assim, as atividades de leitura não se amparam nas experiências monossêmicas e autoritárias, pois as leituras possíveis são incentivadas a serem ditas, apresentadas, num verdadeiro exercício de autonomia. Então docentes e discentes se envolvem numa atividade lúdica trazendo discussões teóricas dos campos variados em que se insiram os textos literários, focando na produção de leitura e de texto, na perspectiva da leitura crítica defendida por Freire (1996), a qual desemboca na formação não só acadêmica, mas cidadã.

Os momentos de interação são sempre recheados de expectativas, de interação com o texto e com os partícipes do curso, sendo travados diálogos que promovem diversas aprendizagens, conforme descrito a seguir.

No primeiro encontro, em que acontece a apresentação da proposta de curso e dos partícipes daquele evento, é apresentada uma degustação das atividades que serão desenvolvidas durante o curso. Então início com a leitura de uma história que remeta ao ato de contar histórias, os griôs, os pajés, os menestréis e outras tantas designações que recebem aqueles que encantam, enquanto contam uma história. O intuito é mostrar que o curso preza pela prática aliada à teoria.

No encontro seguinte, um total de dez, são abordadas as características e especificidades inerentes à contação de histórias, sua ancestralidade ancorada na oralidade, sua capacidade de envolver e enternecer espectadores. São trazidos autores que tratam, teoricamente, dessa temática e trabalhados os aspectos mais relevantes da contação de história: o corpo, a voz, a interpretação da história e o uso de recursos variados de envolvimento do ouvinte.

O terceiro encontro é dedicado à leitura de histórias, o que alguns autores tratam como narrativa. Como se difere da contação de histórias, o seu aporte no livro, na pontuação, no respeito à construção narrativa feita pelo autor e como a autoria é respeitada.

No quarto encontro, são abordadas questões ligadas diretamente à Psicologia e Psiquiatria, quando abordamos as construções arquetípicas e seu valor terapêutico. A construção das identidades que são partilhadas pela humanidade, mesmo que jamais tenham entrado em contato. As construções de ideias de família, posição social, gênero e tantas outras situações próprias do humano que permeiam as artes. Esse aspecto é abordado para ressaltar as semelhanças que nos ligam a todos os humanos, embora nossas diferenças sócio-econômicas-culturais sejam tão marcantes.

O quinto encontro é todo dedicado, especificamente, à leitura da imagem, à literatura imagética. Nesse momento, são abordadas as questões que giram em torno da criação artística, de como a imagem não pode ser vista apenas como ilustração, o processo de criação do texto imagético e, principalmente, a leitura dos signos usados na composição artística.

O sexto e o sétimo encontros são dedicados à poesia, considerando que a sua produção é tanto vasta quanto complexa, e, como tal, o texto poético não pode ser pensado apenas de forma canônica; que as músicas que circulam na sociedade, de modo geral, devem ser tratadas como texto poético, apesar de sua distância eventual do canônico. São abordados o papel social da poesia na história da leitura e da escrita, por conta das rimas que facilitam a memorização para aqueles que não dominam a decodificação do código linguístico escrito, além de seu papel na formação de identidade individual, de nação e social.

No oitavo encontro, dedicamo-nos à oficina de produção de histórias, numa dinâmica de empoderamento das cursistas no sentido de deixarem fluir a sua capacidade natural de contar histórias. A oficina conta com recursos variados de disparadores

de produção textual de narrativa ficcional. As produções são orientadas para serem escritas e que tenham verossimilhança.

No penúltimo encontro, cada produção escrita é apresentada: lida, contada ou declamada de forma lúdica, usando os recursos expressivos trabalhados durante o curso.

O último encontro é dedicado à vivência dessas experiências de contar, ler ou declamar em situações reais com sujeitos de aprendizagem, sejam crianças, preferencialmente, ou adultos. Nele são apresentados os resultados construídos.

5. Algumas reflexões

Os resultados até aqui apresentados são a sensibilização de professores, estudantes de licenciatura e demais profissionais da educação para o fato de que o ensino, através do lúdico promovido pela literatura, provoca aprendizagens bem mais significativas, além de exercer o papel precípua da educação: a formação cidadã, disparando discussões sobre individualidade, transubjetividade e globalização.

Ao final do curso, como culminância das atividades realizadas, os cursistas são chamados a demonstrarem os conhecimentos construídos ao longo do curso, através de sessões de contação de histórias, leitura lúdica, declamação de poemas. Esse momento é sempre recheado de emoções, verbalizadas na forma de reflexões sobre os seus próprios percursos de aprendizagem durante o percurso escolar enquanto estudantes e de reflexões de mudanças de paradigmas e de revisitação de suas práticas enquanto docentes envolvidos com o ensino aprendizagem de crianças. Com isso, o objetivo maior do curso é alcançado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BETTELHEIM, Bruno (2002¹⁶): *A psicanálise dos contos de fadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- COELHO, Betty (1999¹⁰): *Contar histórias: uma arte sem idade*. São Paulo: Ática.
- COELHO, Nely Novaes (2000): *Literatura: arte, conhecimento e vida*. São Paulo: Petrópolis.
- DIAS, Marina Célia Moraes (2002⁶): “Metáfora e pensamento: considerações sobre a importância do jogo na aquisição do conhecimento e implicações para a educação pré-escolar”, em Tizuko Kishimoto (org.), *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. São Paulo: Cortez.
- FREIRE, Paulo (1996): *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Terra e Paz.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.) (2011): *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Cengage Learning.
- MACEDO, Roberto Sidnei (2004²): *A etnografia crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação*. Salvador: EDUFBA.

- MACEDO, Roberto Sidnei (2011⁴): *Currículo: campo, conceito e pesquisa*. Petrópolis: Vozes.
- OLIVEIRA, Rosemary Lapa de (2015): *A pedagogia da rebeldia e o enleituramento*. S. l.: Novas Edições Acadêmicas.
- PIAGET, Jean (1981): “Problèmes généraux de la recherche interdisciplinaire et mécanismes communs”, em Jean Piaget, *Épistemologie des Sciences de l’Homme*. Paris: Gallimard, 251-377.

Aproximación ó funcionamento do suxeito na construción dos verbos de movemento: comportamento prototípico e singularidades construtivas

Soraya Domínguez Portela

IES Pazo da Mercé (Galicia)
dominguezportela@edu.xunta.es

Approach to the Function the Subject in the Construction of the Verbs of Movement: Prototypical Behaviour and Constructive Singularities

Resumo

Este traballo de investigación procura facer unha descrición do funcionamento prototípico do suxeito na construción dos verbos de movemento con desprazamento. Para facelo, baseámonos nun traballo de corpus. As dificultades para afrontar esta tarefa inicianse dende a delimitación do concepto primeiro co que traballos: o suxeito. A nosa proposta é facer unha descrición por prototipicidade e non acoutada desta figura. Ao longo destas páxinas presentamos unha caracterización semántica, sintáctica e pragmática do suxeito que demostra a interdependencia destes tres planos no funcionamento deste rol nas construcións dos verbos de movemento con desprazamento. Mais, á vez, achamos que unha descrición xenérica, que é o que nós formulamos, non cobre todas as posibilidades construtivas, xa que aparecen numerosas casuísticas cun uso menor que se sitúan fóra desta referida descrición.

Palabras-chave

Suxeito, verbos de movemento con desprazamento, funcionamento semántico-sintáctico-pragmático, corpus

Sumario

1. O que sabemos do feito lingüístico. 2. O suxeito. 3. O funcionamento prototípico do suxeito na construción dos verbos de movemento con desprazamento. 4. Conclusións finais.

Abstract

This study seeks to provide a description of the prototypical operation of the subject in constructing two verbs of motion with displacement and works with a corpus for this purpose. Difficulties in tackling this initial task depend on the delimitation of the concept, first and foremost, that is the focus of the study: the subject. The proposed method is to provide a description unrestricted prototyping of this figure. This analysis will present a semantic, syntactic and pragmatic characterisation of the subject that demonstrates the interdependence of these three planes in the functioning of this role in the construction of verbs of movement with disengagement. At the same time, a generic description, which is what is formulated, does not cover all constructive possibilities, as there are numerous cases of lesser use which are situated in this description.

Keywords

Subject, movement verb with displacement, semantic-syntactic-pragmatic behavior, corpus

Contents

1. What we know about language 2. The subject. 3. Subject's normal behavior in the construction of movement verbs with displacement. 4. Conclusion.

1. O que sabemos do feito lingüístico

En 1957 coa obra de Noam Chomsky *Syntactic Structures* xorde a Gramática Xenenerativa e con ela unha concepción revolucionaria da capacidade lingüística: os seres humanos están equipados cun mecanismo finito de coñecemento que lles permite construír e interpretar un infinito número de oracións. É dicir, conta cunha gramática interna da linguaxe, parte dela innata. Pero a pesar de ser unha tese practicamente aceptada por toda a comunidade científica, a verdade é que o procedemento, a natureza e o *modus* de funcionamento desa gramática innata énos aínda descoñecida. Así encontramos que a capacidade lingüística, unha capacidade intelectual e cerebral, non pode ser entendida en todos os seus aspectos cando o seu produtor, o cerebro humano, é un dos nosos territorios aínda sen conquistar.

Feitos tan básicos e repetidos na nosa existencia que se producen no noso interior non obtiveron aínda unha resposta; non sabemos, por exemplo, onde exactamente sentimos dor. E a respecto do obxecto do noso estudo, a delimitación dun mapa lingüístico do cerebro é aínda unha entelexuía; só constatamos a existencia de dúas áreas, a Área de Broca e a Área de Wernicke, que semellan estar especializadas en determinadas capacidades concretas: a comprensión e a produción. Polo de agora, non sabemos máis.

Por iso un dos obxectivos nas últimas décadas é o de coñecer mellor a construción dos idiomas como unha ferramenta fundamental para desenvolver unha adecuada teoría sobre a linguaxe humana (Kučerová / Neeleman 2012: 1) e tentar facelo pondo a lingüística en diálogo con outras áreas de coñecemento (péñese no potencial da psicolingüística).

Polo tanto, as preguntas sobre o funcionamento das linguas en xeral e de calquera idioma en concreto aínda son moitas. Así conceptos que a lingüística tradicional presenta como pechados e perfectamente delimitados, xorden, unha vez que se lle concede unha atención máis detida, como espazos amplamente descoñecidos dos que só temos unha visión moi parcial. Esta é a situación na que nos encontramos ante a figura que é obxecto de atención desta mesa: o suxeito. Nesta intervención, buscamos describir o funcionamento do suxeito dentro do marco predicativo dos verbos de movemento con desprazamento en galego. Precisamos acoutar a nosa análise a un ámbito semántico concreto; mais será a partir deste traballo e doutros parellos como se poderá propor un espazo que oferte unha caracterización máis completa e xeral que aínda está por facer do funcionamento sintáctico-semántico-pragmático da lingua galega.

Dende a análise do corpus, atenderemos diversos parámetros que afectan a construción do suxeito no plano sintáctico (forma, capacidade de omisión e posición dentro da construción), no semántico (animacidade e rol) e no pragmático (topicalización e focalización) con vistas de ver as interrelacións entre estes e buscar propor unhas pautas de comportamento xeral que nos leven a poder entender que condicionantes ou contextos son máis propios de cada unha das posibilidades de construción desta figura.

2. O suxeito

O primeiro que debemos delimitar antes de iniciar o noso traballo é que se entende por suxeito. A súa descrición teórica dificultase pola abundante literatura sobre o tema, o seu carácter idiomático e a dificultade de clasificar certos exemplos segundo as características que se lle adoitan atribuír.

Álvarez / Xove na súa gramática definen o suxeito como “o constituínte que mantén relacións de concordancia co verbo e sobre o que se predica algo” (2002: 71). Unha definición moi aberta que, aínda así, deixaría moitos interrogantes sen responder, como a delimitación do concepto *predica*, e espazos límite que están no debate da súa consideración: suxeitos da pasiva reflexa, o caso do verbo haber... Ademais, ó longo desta obra e doutras similares, preséntanse como características de que é o suxeito certas tendencias de comportamento no plano sintáctico (adoita ocupar a posición preverbal), pragmático (ó funcionar como o tema non marcado, información coñecida da que se parte para indicar a nova información, do enunciado) e semántica (ó funcionar como o axente da acción) que non describen dunha forma completa todas as casuísticas de suxeito.

Existe outro problema para a súa caracterización: o suxeito non é unha categoría universal ou, cando menos, non significa o mesmo nas diferentes linguas nin incluso dentro dun mesmo idioma (Moure 2015, Yaguello 1994). Mostras desta non universalidade ou sentido único do suxeito son a diferenza entre linguas *topic-prominent* que gramaticalizan o tópico-comentario na estrutura suxeito-predicado fronte ás *subject-prominent*; ou a distinción problemática entre suxeito-obxecto nas linguas ergativa, ou o rol experimentante de certos verbos psicolóxicos de afección que non sempre funciona como o suxeito nin en diferentes linguas nin nunha mesma (1) e (2); ou que haxa linguas que marcan o suxeito preferentemente pola súa posición (inglés) fronte a outras que o fan maiormente pola concordancia co verbo (galego). En definitiva, existe unha variabilidade enorme entre as linguas en canto ás características desta categoría; deste xeito, varios tipoloxistas (Croft 2001, Comrie 1989, Lazard 2001) mostran que a noción de suxeito tal e como a coñecemos só ten validez para unha parte dos idiomas do mundo, polo que non é un concepto único nin universal.

(1) *Eu* gosto de ti.

(2) Gústas*me* ti.

Os problemas para a caracterización do suxeito xorden cando hai unha disonancia entre os niveis sintáctico, semántico e pragmático, por iso se propón caracterizalo en termos de prototipicidade (Vanderschueren 2013) segundo os tres eixos referidos. Deste xeito, o suxeito é entendido en base dun conxunto de propiedades sintácticas, semánticas e pragmáticas que tampouco xorden por igual nas diferentes casuísticas deste rol.

3. Funcionamento prototípico do suxeito na construción dos verbos de movemento con desprazamento

Neste traballo centrarémonos, polas limitacións da propia natureza desta investigación, no funcionamento prototípico do suxeito na construción de certos verbos de movemento con desprazamento que representan as diferentes tipoloxías desta área de significado (Domínguez 2012). Para a nosa investigación baseámonos nun traballo de corpus a partir do cal faremos unha descrición atendendo os planos sintáctico, semántico e pragmático.

Na bibliografía encontramos que na forma de entender o funcionamento dos referidos tres planos existe un fondo debate; a discusión céntrase en se o plano sintáctico, o significado e o pragmático son sistemas conectados ou un único sistema; esta última tendencia é a que está tendo un maior apoio nos últimos tempos (Krifka / Musan 2012). Ao longo do noso traballo, o que nos mostran os datos é que as implicacións entre as dimensións semántica-sintáctica-pragmática son indiscutibles. Deste modo, o parámetro da animacidade, un aspecto semántico, preséntase como un dos criterios que marca tendencias na colocación do suxeito na oración ou sobre as súas posibilidades de elisión, ambos os parámetros do plano sintáctico. Por iso na nosa exposición se irán entrelazando, respectando ese diálogo, os tres planos.

Comezaremos co primeiro trazo que mencionamos, a animacidade do suxeito. O suxeito dentro destas construcións é preferentemente [+animado] [+humano], como en (3) (Gráfico 1).

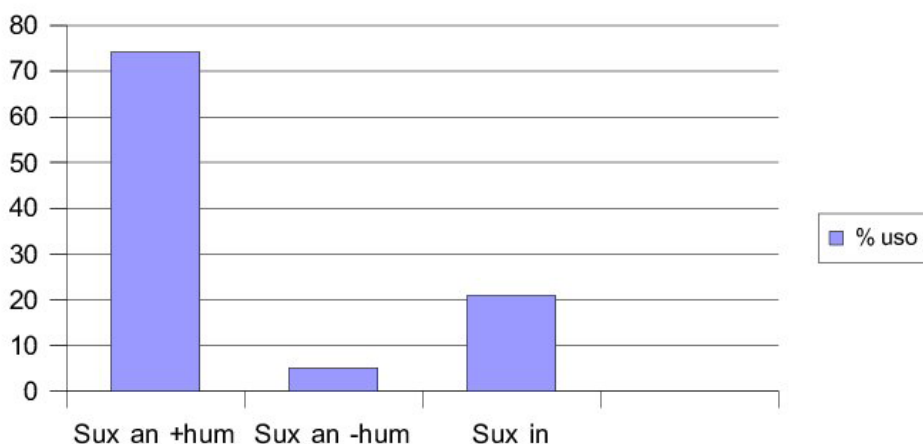


GRÁFICO1: ANIMACIDADE DO SUXEITO

Mais a súa importancia non é igual en todos os tipos verbais. O suxeito inanimado ten un maior peso xunto dos verbos focalizados no lugar por onde, sexan de tipo [\pm continuo] e no arquisemema de movemento (*mover*). Isto é debido a que o suxeito inanimado refírese, fundamentalmente, a dous tipos de realidades: vehículos (4) ou vías (5). Ambas explican a focalización do lugar por onde que xustifica que a copresenza con este subtipo de verbos de movemento con desprazamento sexa máis normal.

(3) *María vai* á túa casa.

(4) *O tren pasa* pola vía.

(5) *O camiño corre* por esa montaña.

En simultáneo, a animacidade do suxeito non só afecta o plano semántico da construción, senón que encontramos unha estreita relación entre este aspecto e outros dous parámetros de descrición do suxeito: as súas posibilidades de elisión, as cales se reducen notablemente cando este é [-animado]; e a posición do suxeito, de maneira que as posibilidades de posposición ó verbo aumentan cando o suxeito é [-animado]. Continuamos pois co primeiro destes parámetros que se interrelaciona coa animacidade do suxeito: a súa elisión.

O suxeito nas oracións con predicado un verbo de movemento con desprazamento elídese nunha porcentaxe moi alta (Gráfico 2), o que xa Keenan (1976) describira como unha propiedade desta figura sintáctica.

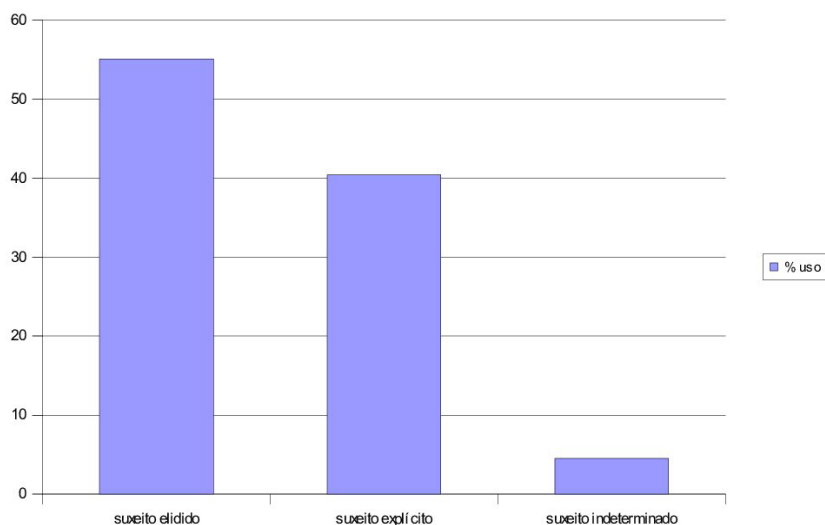


GRÁFICO 2: OMISIÓN DO SUXEITO

A omisión é debida á correferencia, sexa comunicativa, pois é o asunto do que trata o texto (6); sexa léxica, por estar recentemente explícito o referente do suxeito (7); ou por indicación do propio verbo, ó marcar unha persoa verbal que é de difícil confusión no proceso comunicativo (8). Ademais, cando se omite o suxeito elídese o tema consabido (Álvarez / Xove 2002), polo que as implicacións no plano pragmático tamén son evidentes.

(6) Vouche falar de María (...) *Andou* o camiño todo ata chegar a casa.

(7) A rapaza pensou que *ía* ir mellor ata o colexio.

(8) *Baixo* tódolos días á vila.

O suxeito das oracións subordinadas elidido adoita coincidir co suxeito, obxecto (directo ou indirecto), complemento preposicional ou un circunstancial argumental da oración principal, isto é, figuras normalmente con un status nuclear que fai que a súa explicitación sexa común e a reiteración desta mesma figura unha falta á economía lingüística.

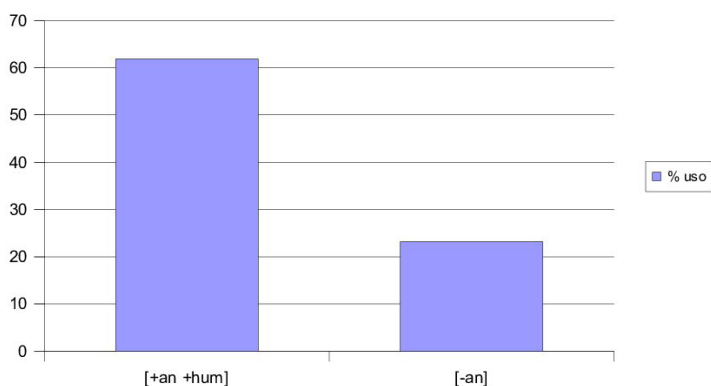


GRÁFICO 3: SUXEITO OMITIDO SEGUNDO A ANIMACIDADE

Por engadido, e como xa indicamos, a animacidade do suxeito condiciona as súas probabilidades de elisión en contextos parellos. Cando o suxeito é [+animado] [+humano], as porcentaxes de elisión desta figura superan en todos os verbos analizados o 50% dos rexistros; omítese por ser sobreentendida polo contexto comunicativo (ó estar indicado no propio texto anterior) ou polo verbo, isto é, por correferencia. Pola contra, a porcentaxe é notablemente menor cando o suxeito é [-animado]. Estamos ante un tipo de suxeito menos habitual, polo que a súa omisión non é facilmente factible pois fomentaría a ambigüidade comunicativa. Vexamos o exemplo 9; non

temos certeza de que ou quen é o que segue: o camiño ou o viandante? Esta situación é a que explica que só cando é claramente supoñible polo contexto comunicativo se vexa favorecida a posibilidade de elisión do suxeito [-animado] (10).

(9) Tomou o camiño de abaixo; *seguí*a ata a súa casa.

(10) Collemos o coche; finalmente *ía* bastante ben.

De maneira que, canto maior sexa a preponderancia do suxeito [+animado] nun tipo construtivo, maiores serán as porcentaxes de elisión do suxeito no conxunto do corpus (Gráfico 3).

Para finalizarmos co plano semántico, trataremos o tipo de rol que desenvolve a entidade que funciona sintacticamente como suxeito.

Hai innúmera literatura sobre a caracterización do concepto rol semántico e diversas tamén as propostas de clasificación (Cook / Newson 1996, Dik 1997), mais nós imos utilizar unha que nos sexa rendible para a nosa propia investigación. E é que encontramos que as fronteiras entre moitos papeis semánticos non son absolutamente nítidas e os seus límites resultan por veces desdebuxados, sendo posible falar de contínuum ou de superposición de papeis.

Neste traballo os trazos que destacamos para diferenciar distintas figuras que poden ser observadas como formantes dun mesmo hiperrol (Kibrik 1997) son: o tipo de acción, se estamos ante un movemento (significado base do que parten os restantes) ou non; o carácter [±animado] do elemento e a causatividade da estrutura. Deste modo, encontramos que o suxeito presenta como roles semánticos propios dos movementos, con ou sen desprazamento:

- Móbil (Mb): obxecto ou ser que experimenta o movemento; o control sobre a acción depende, en grande medida, de contar cunha natureza [+humana] (11).

(11) *A raposa non corría* máis porque non podía.

- Iniciador (Ini): realidade [+animada] que provoca o movemento padecido polo móbil; non sempre exerce control sobre a acción que inicia (12).

(12) *Ti tan forte es que corres* o gato que come o rato.

E como papeis semánticos propios das accións nas que hai ausencia de movemento espacial.

- Axente (Ax): figura [+animada] que experimenta a acción (13); pode aparecer xunto dela un outro rol que padeza a actividade iniciada polo axente (14).

(13) O que pasa é que cando sacas un disco *saes* na prensa.

(14) Estou satisfeito de como *levan* a produción na película.

- Causa (Cau): figura [-animada] que causa a acción padecida por unha outra realidade (15)

(15) Caeu *pedra* durante toda a tarde. Chuspiu e pensou: *levouno* todo.

- Entidade (Ent): figura [-animada] que experimenta a acción (16). Nun número reducido de esquemas convive cun paciente, mais sen existir entre si unha relación de causatividade; son dúas realidades que experimentan, de modo complementario, unha mesma acción (17).

(16) Metéronchas alí, de sorte que *se pasaron* e coceron sei que máis cá manteiga.

(17) Eu unha cunca de *café*, se non *leva* ben azucre xa non o tomo.

- Paciente (Pac): experimenta ou padece a acción provocada por outro. Fundimos as dúas dimensións aquí referidas porque consideramos que para a nosa investigación, centrada nos verbos de movemento con desprazamento, traballar cunha pluralidade de figuras que se sitúan nun mesmo plano e todas elas desvencelladas do cambio de lugar físico non é rendible (18).

(18) Este ano lévase a cor azul / lévanse os pantalóns de campá.

Polo tanto, o papel axentivo, marcado como nuclear para o suxeito en diferentes traballos (Comrie 1989) non é a única opción para esta figura (Gráfico 4).

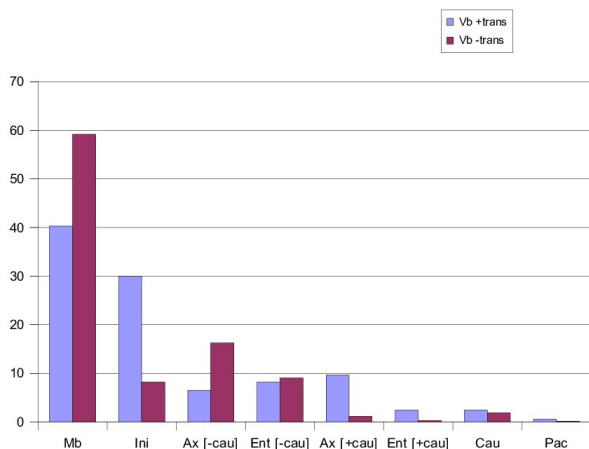


GRÁFICO 4: ROL SEMÁNTICO DO SUXEITO

Como estamos tratando construcións con predicado un verbo de movemento con desprazamento, é evidente que as figuras semánticas que se sitúan neste plano

son preponderantes, isto é, nunha gran maioría das construcións (roldan o 70% dos rexistros do noso corpus) o rol do suxeito é o móbil ou o iniciador. A dominancia de cada un deles en cada tipo verbal está regulada fundamentalmente polo carácter [\pm causativo] da construción.

A causatividade e a transitividade, aínda sen ser sinónimos, presentan unha alta inter-correspondencia. Na nosa investigación encontramos que non hai verbos puramente transitivos e intransitivos, senón que presentan unha tendencia dominante dun tipo ou outro construtivo, o que xustifica afirmacións como a de Soto Andi3n (2009: 130) de que “os verbos non son de seu intransitivos nin transitivos, sono as construcións”. Aínda sendo así, a preponderancia dun tipo construtivo ou outro ten claras repercusións no plano semántico. Deste xeito, a pesar de aparecer en todas elas o rol de móbil como o máis empregado, este concorre en uso co de iniciador nas construcións dos verbos [+transitivos], mentres que na dos [-transitivos] a correspondencia entre suxeito-iniciador é ben menos habitual.

Queda como un espazo para un traballo futuro a singularidade do rol semántico de Pac; rexistrámolo xunto de catro verbos e como unha forma menor no uso, mais o seu interese está en que aparecen como casuísticas fronteirizas do suxeito que merecen unha atención particular (18), (19), (20) e (21).

(19) O seu *pai* que *corría* (‘ser coñecido polo nome’) polo Canexo fora moi coñecido.

(20) A *língua* doce, áxil, eispresiva *voltarase* un patois de labregos.

(21) ¿E que era *o que se volvía* ouro?

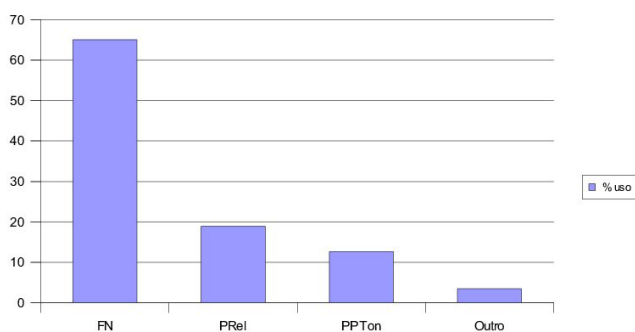


GRÁFICO 5: TIPO DE UNIDADE DO SUXEITO

Outro aspecto do suxeito que presenta diversas singularidades construtivas cun uso menor pero cun grande interese é a súa forma sintáctica (Gráfico 5). Cando o suxeito se explicita, habendo numerosas posibilidades sintácticas, tres xorden como

as preponderantes: a frase nominal (FN) (22) > o pronome relativo (PRel) (23) > o pronome persoal de suxeito (PPTon) (24).

(22) *A miña irmá véñse comigo.*

(23) *A moza que chegou chámase Ana.*

(24) *Ela móvese moi lixeira.*

A relativización e pronominalización xa foron marcadas por Keenan (1976), como estratexias, alén da omisión por correferencia, de moi común aplicación ó suxeito. Así xa dende a época medieval (Ares 1991) o uso do pronome en galego é recorrente como marca de suxeito para diferenciar persoas gramaticias ou por motivos estilísticos, por exemplo, o desexo de salientar a persoa axente mesmo poñéndose por riba da acción expresada polo verbo; este último uso xa presente no latín.

Alén destas formas primeiras no uso, encontramos con función de suxeito outro tipo que trataremos como dous grandes bloques: estruturas que substitúen o substantivo, tales como oracións subordinadas (25), oracións de infinitivo (26) ou un pronome demostrativo (27), fronte a outras que nos adentran en construcións do enunciado máis complexas. Estamos a nos referir ó uso do pronome acusativo como suxeito (28), un clítico que se coloca entre dous verbos que presentan unha forte relación entre si, un en forma persoal e outra en infinitivo, un chanzo intermedio no proceso de fixación perifrástica, e o clítico é o suxeito do segundo; oracións dependentes con verbo en forma persoal, pero sen presenza de nexa subordinante, que ora funcionan como unha estrutura próxima ás construcións frásticas (29) ora a xerarquía de dominancia entre as dúas cláusulas non é clara (30); e, finalmente, frases adverbiais ou prepositivas (introducidas por *de*) que funcionan dun modo diferente en cada un dos casos, pasando por fórmulas pronominais ou modificadores de substantivos elididos (31a) e (31b), ata usos partitivos (32). Todas estas posibilidades construtivas merecen unha atención maior en futuros traballos, polo de espazo de fronteira que significan e o dificilmente encadrables que son co que se define como suxeito prototípico.

(25) *O que estaba cabo dela tiña que saír.*

(26) *A ti ben che chega atender os pequenos.*

(27) *Este andaba en coche.*

(28) *A silva enganchouno e non o deixaba andar.*

(29) *Viña non sei quen.*

(30) *O meu home marchou a Buenos Aires vai para nove anos.*

(31a) –Facendo contas virá a saírche o xornal a peseta. –Sáeme *máis*, señor, vostede está tolo ou faise.

As técnicas métricas de Todros e Phinehas; o uso de esquemas e rimas do verso; o metro quantitativo em várias composições curtas monorrímicas – denotam origem andaluz.

(31b) O inglés na África mesturouse coas linguas locais e igual pasou co francés.

(32) Daquela viñan *destes zapatos de goma*.

A orde oracional é un criterio que usou a Tipoloxía Lingüística para clasificar as linguas do mundo segundo cal fose a colocación máis normal dos elementos. O galego sitúase dentro dun dos tipos máis comúns: Suxeito + Verbo + Obxecto (SVO). Esta, xunto coas que teñen SOV, inclúen máis do 75% dos idiomas. En diferentes traballos suxírese que pode ser dalgún modo a máis “obvia” inicialmente para a psicoloxía humana, mais aínda non hai unha sustentación referendada desa hipótese.

A posición do suxeito na oración deu cabida a un debate sobre o seu status canónico (Costa 2004) ou non canónico (Barbosa 1996, 2000) e argumental do suxeito preverbal nas construcións transitivas nas linguas ibéricas romances; hai dous posicionamentos opostos con soporte teórico ambos, mais no caso galego, que foi atendido baixo este prisma por Gupton (2013), conclúese que non pode darse unha proposta conclusiva, xa que semellan que entran diversos parámetros en simultáneo que determinan a posición do suxeito.

Dentro da construción dos verbos de movemento con desprazamento, domina a posición circundante ó verbo, preferentemente preverbal. Cando entre o suxeito e o verbo aparece algún elemento, este adoita ser de dous tipos:

- argumentos da construción: o complemento directo ou indirecto e circunstancias argumentais (locativos, de modo, de finalidade...) (33);
- complementos externos á propia estrutura: adverbios que modifican a construción (partículas negativas, fundamentalmente) ou un complemento temporal (34).

(33) E non chegaba *alí* soldado ningún.

(34) O mozo *non* chega.

A respecto da posición posverbal, encontramos que o suxeito ocupa este oco especialmente cando se dan os seguintes parámetros pragmáticos, sintácticos ou semánticos:

- suxeito [–animado]: funciona como suxeito paciente dun verbo, preferentemente, inacusativo (35).
- suxeito [+hum] en construcións con ambigüidade semántica: non hai unha delimitación clara entre os formantes dunha construción causativa. Así en

construcións tipo o exemplo 36 en que o verbo *atravesar* desenvolve o sentido metafórico de ‘experimentar’ unha situación concreta, hai unha dobre interpretación a respecto de quen ou que atravesa e que é o atravesado. Isto é, non queda claramente definido se as dificultades atravesan (“pasan a través de”) as persoas ou as persoas “percorren” as dificultades.

- construcións intransitivas (Soto Andión, 2009): independentemente da animacidade do suxeito, nas construcións transitivas as posibilidades da posposición para o suxeito redúcense. No noso corpus encontramos a posposición nun 36% dos rexistros con verbos de construción [+transitiviva] fronte a un 41% dos de [-transitiva] (37).
- focalización e tematización do suxeito: a posposición funciona como unha estratexia de focalización levando o suxeito para a posición, en principio, menos habitual (38); o suxeito é o tema non marcado da oración, xa que é a información sobre a que se vai dar datos novos.

As estratexias de focalización e tematización repercuten na orde habitual dos elementos da oración: SVO. Cando se tematiza outro elemento, descolócase para o comezo desta e adóitase separar entoativamente (tema dislocado ou tópico). Pola contra, o foco é un elemento da información nova que se salienta para atraer cara a el a atención do alocutario, xa que logo, o tema nunca pode ser foco. A posición normal do foco é a final, a contraria ó tema, agás en casos especiais de focalización marcada. No caso do suxeito, a focalización prodúcese co seu traslado a unha posición posterior ó predicado, non necesariamente derradeira; ou co uso de adverbios (*só, ata, mesmo*), por iso é habitual que estes vaian entre o suxeito e o predicado (Álvarez / Xove 2002: 79).

(35) Lembro que xa chegaran *os traballos de Laín*.

(36) Atravesaron *moitas dificultades os gregos* nestes últimos tempos.

(37) Van chegando *os amigos do Prof. Martínez Santa Olalla*.

(38) Hoxe vén *Gabriel*.

Sobre focalización e topicalización, hai todo un debate ó redor da posición do suxeito moi interesante (ver Gupton 2014 ou Kučerová / Neeleman 2012), que nestas páxinas só podemos bosquexar superficialmente. Nas diversas linguas do mundo encontramos diferentes estratexias para o destaque de elementos informativos, dende o uso de morfemas para marcar o foco (como é o caso do xaponés *ga*) ata a esixencia, como achamos no galego, do pronome marca de tema que reduce a relación entre o tópico e a oración (*ese home, eu non o vin antes*). Esta diversidade suxire innúmeras preguntas (Schwabe / Winkler 2007) que polo de agora están en

grande medida sen responder: como interactúan a sintaxe, fonética e semántica na estrutura informativa nas diferentes linguas? Que principios son propios de linguas concretas que determinan a diferenciación idiomática e cales comúns en termos de estrutura informativa? Como se establece exactamente a relación entre forma e significado?

Para finalizar con este percorrido, imos facer unha última parada para atender as posibles diverxencias de funcionamento entre a oralidade e a escrita, dous modelos lingüísticos con características propias, que encontramos no noso corpus de traballo. No que se refire ó funcionamento do suxeito achamos un alto paralelismo no seu comportamento. Os parámetros xerais regulan o comportamento do suxeito dentro da construción sexa esta producida oralmente ou por escrito. Só detectamos certas tendencias de comportamento diferenciais entre os tipos de código. Deste xeito, na oralidade rexistramos unha maior elisión do suxeito e tamén unha maior diversidade de estruturas que poden funcionar como suxeito; ademais, cando o suxeito non está desenvolvido por unha frase nominal, preferentemente ocupará ese oco un pronome persoal no discurso oral, fronte á lingua escrita onde se prefire o relativo, estratexia que para ser comunicativamente efectiva en moitos casos precisa a fixación do texto que permita que a receptora poida volver a el se ten algunha dúbida sobre a mensaxe.

4. Conclusións finais

Ao longo destas páxinas presentamos unha descrición xeral coa que irmos marcando parámetros do comportamento do suxeito dentro da construción dos verbos de movemento con desprazamento no plano semántico, sintáctico e pragmático. Observamos que é unha figura cun funcionamento tan plural que non é posible traballar con unha definición pechada; por iso propomos, en liña con outros autores anteriores a nós, que é máis útil establecer uns parámetros de conduta. Ademais, achamos que o plano semántico-sintáctico-pragmático xorden fortemente interligados entre si, xa que un parámetro propio dun ámbito concreto case sempre ten consecuencias nos outros dous, isto é, as características dunha dimensión teñen intercorrespondencias con funcionamentos noutra. Xorden como faces dun mesmo sistema que determina as posibilidades construtivas para esta figura das que dispón a falante cada vez que debe decidir se vai explicitar ou non o suxeito e como é que o vai facer.

Imos facer un breve resumo de cales son os parámetros definatorios do funcionamento do suxeito na construción dos verbos de movemento con desprazamento que marcamos a partir da nosa investigación, formulando as intercorrespondencias que encontramos con outros de planos diversos.

- O suxeito nestes contextos xorde como unha figura predominantemente [+animada] e [+humana]. O suxeito [-animado] ten unha presenza maior xunto dos verbos focados no traxecto ou xunto do arquisemema deste grupo semántico; isto débese a que nestes casos o suxeito refire maioritariamente un ‘vehículo’ ou unha ‘vía’, o que xustifica esa correspondencia verbal. A [+animacidade] do suxeito ten implicacións á súa vez con outros dous aspectos do funcionamento desta figura:
 - coa súa colocación na oración, xa que as posibilidades de posposición aumentan cando o suxeito é [-animado].
 - coas súas opcións de elisión, as cales diminúen cando o suxeito é [-animado].

- A elisión desta figura explícase por un proceso de economía lingüística, favorecida pola correferencia comunicativa, léxica ou pola propia formal verbal que lle resta ambigüidade ó referente do suxeito. Cando o suxeito elidido é o dunha oración dependente, este adoita coincidir en referente cunha figura argumental do predicado da oración principal.
 - Como xa indicamos, en contextos parellos, as opcións de elisión diminúen cando o suxeito é [-animado].

- O rol no esquema semántico dos verbos de movemento con desprazamento é preponderantemente o móbil ou o iniciador da acción; que funcione como un ou outro está regulado á súa vez pola causatividade da construción.
 - Cando o verbo non indica un desprazamento físico, xa que adquire un sentido por extensión metafórica, o papel do suxeito móvese entre catro posibilidades: axente, causa, entidade ou paciente, sendo esta última unha casuística moi singular no seu funcionamento que merece unha maior atención nun traballo posterior.

- Tres son as formas sintácticas primeiras do suxeito, formulando unha xerarquía de normalidade: frase nominal > pronome relativo > pronome persoal tónico.
 - Cun uso menor atopamos outras fórmulas que substitúen o nome: oracións subordinadas ou de relativo, oracións de infinitivo ou outros pronomes, coma o demostrativo.
 - Máis minoritarias e tamén máis complexas na súa caracterización como suxeito da acción rexistramos un pronome acusativo, unha oración dependente sen nexo subordinante e un verbo en forma persoal, frases adverbiais ou prepositivas con relator *de*. Son espazos cun interese evidente que tamén deberían ocupar vindeiras investigacións que revelasen os seus parámetros de comportamento.

- O galego é unha lingua con orde oracional SVO, polo que a posición habitual é xusto diante do verbo.
- Cando entre o suxeito e o núcleo do predicado se intercala algún elemento, este adoita ser un argumento da estrutura ou un complemento externo a ela. Isto dáse tanto cando o suxeito antecede como cando se pospón ó verbo.
- A posposición desta figura vese favorecida cando o suxeito é [–animado]; a posposición do suxeito [+animado], singularmente en construcións con obxecto, favorece a ambigüidade comunicativa, polo que é máis común en construcións intransitivas; ademais, esta colocación do suxeito artéllase como unha estratexia de focalización e tematización da figura.

Mais esta é unha caracterización que non acolle toda a diversidade e a singularidade de certas construcións minoritarias que xurdiron ó longo deste percurso e que non fan máis que ratificarnos na nosa hipótese de inicio de traballo: o suxeito é aínda hoxe un espazo pouco coñecido cheo de interrogantes.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVAREZ, Rosario / Xosé XOVE (2002): *Gramática da lingua galega*. Vigo: Galaxia.
- ARES VÁZQUEZ, María Carme (1991): “O pronome persoal suxeito na prosa galega medieval”, en M. Brea / F. Fernández Rei (eds.), *Homenaxe ó profesor Constantino García*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 49-55.
- CHOMSKY, Noam (1957): *Syntactic Structures*. Nova York: Mouton.
- COMRIE, Bernard. (1989): *Language Universals and Linguistic Typology*. Oxford: Blackwell’s.
- COOK, Vivian / Mark NEWSON (1996): *Chomsky’s Universal Grammar*. Oxford: Blackwell’s.
- CROFT, William (2001): *Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- DIK, Simon C. (1997): *The Theory of Functional Grammar II: Complex and Derived Constructions*. Berlin: De Gruyter Mouton.
- DOMÍNGUEZ PORTELA, Soraya (2012): *Construcións verbais en galego e portugués: verbos de movemento*. Tese de Doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela.
- GUPTON, Timothy (2014): “Preverbal subjects in Galician: Experimental data in the A vs A’ debate”, *Probus* 26, 135-175.
- KEENAN, Edward. L. (1976): “Remarkable Subjects in Malagasy”, en Charles N. Li (ed.), *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 247-301.
- KIBRIK, Aleksandr E. (1997): “Beyond subject and object: toward a comprehensive relational typology”, en *Linguistic Typology* 1-3, 279-346.

- KRIFKA, Manfred / Renate MUSAN (eds.) (2012): *The expression of information structure*. Berlin: De Gruyter Mouton.
- KUČEROVÁ, Ivona / Ad NEELEMAN (eds.) (2012): *Contrasts and Positions in Information Structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LAZARD, Gilbert (2001): *Études de linguistique générale: typologie grammaticale*. Paris: Peeters.
- MOURE, T. (2015): “É o suxeito um universal das línguas?”. <https://tipoling.wordpress.com/2015/03/02/e-o-suxeito-um-universal-das-linguas/>.
- SCHWABE, Kerstin / Susanne WINKER (eds.) (2007): *On information structure, meaning and form: generalizations across languages*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.
- SOTO ANDIÓN, Xosé (2009): “A semántica dos procesos en galego: esquemas prototípicos”, *Ianua. Revista Philologica Romanica* 9, 129-161.
- SOTO ANDIÓN, Xosé (2013): “O papel semántico de portador de actitude”, en E. Casanova Herrero / C. Calvo Rigual (eds.), *Actas del XXVI Congreso Internacional de Lingüística y de Filología Románicas. Valencia 2010*. Berlin: De Gruyter, III, 389-401.
- VANDERSCHUEREN, Clara (2013): *Infinitivo y sujeto en portugués y español: un estudio empírico de los infinitivos adverbiales con sujeto explícito*. Berlin: De Gruyter.
- YAGUELLO, Marina (ed.) (1994): *Subjecthood and subjectivity: the status of the subject in linguistic theory*. Paris: Ophrys.

Recursos integrados da lingua galega para a investigación lingüística

Xavier Gómez Guinovart
Grupo TALG - Universidade de Vigo

Integrating Galician resources for linguistic research

Resumo

Neste artigo revisaremos as principais características dos recursos textuais e léxicos máis importantes incluídos na plataforma *RILG* (*Recursos Integrados da Lingua Galega*), que ten como obxectivo a integración, explotación conxunta e difusión dos recursos textuais e léxicos de tecnoloxía lingüística da lingua galega xerados en distintos proxectos realizados polo Instituto da Lingua Galega da Universidade de Santiago de Compostela e polo Grupo TALG (Tecnoloxías e Aplicacións da Lingua Galega) da Universidade de Vigo.

Palabras-chave

Tecnoloxías lingüísticas, recursos léxicos, galego, corpus, dicionarios

Sumario

1. Introducción. 2. Corpus textuais. 2.1. *Tesouro Informatizado da Lingua Galega* (TILG). 2.2. *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega* (TMILG) e *Corpus Xelmírez*. 2.3. *Corpus Técnico do Galego* (CTG). 2.4. *Corpus Lingüístico da Universidade de Vigo* (CLUVI). 2.5. *Corpus Paralelo SensoGal*. 3. Repertorios léxicos. 3.1. *Dicionario de dicionarios*. 3.2. *Dicionario de sinónimos do galego*. 3.3. *Galnet*. 3.4. *DBpedia do galego*. 3.5 *Dicionario de Dicionarios do Galego Medieval*. 3.6. *Dicionario CLUVI inglés-galego*. 3.7. *Termoteca*. 3.8. *Neoteca*. 3.9. *Aquén - Toponimia galega*. 4. Conclusión.

Abstract

This paper presents the main features of the most important textual and lexical resources included in the RILG platform (*Recursos Integrados da Lingua Galega*), the objective of which is the integration, collection employment and dissemination of the textual and lexical resources of linguistic technology of the Galician language generated in different projects carried out by the Instituto da Lingua Galega of the University of Santiago of Compostela, and by the TALG Group (Galician Language Technologies and Applications) of the University of Vigo.

Keywords

Language technologies, lexical resources, Galician, corpora, dictionaries

Contents

1. Introduction. 2. Textual corpora. 2.1. *Tesouro Informatizado da Lingua Galega* (TILG). 2.2. *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega* (TMILG) and *Corpus Xelmírez*. 2.3. *Corpus Técnico do Galego* (CTG). 2.4. *Corpus Lingüístico da Universidade de Vigo* (CLUVI). 2.5. *Corpus Paralelo SensoGal*. 3. Lexical resources. 3.1. *Dicionario de dicionarios*. 3.2. *Dicionario de sinónimos do galego*. 3.3. *Galnet*. 3.4. *DBpedia do galego*. 3.5 *Dicionario de Dicionarios do Galego Medieval*. 3.6. *Dicionario CLUVI inglés-galego*. 3.7. *Termoteca*. 3.8. *Neoteca*. 3.9. *Aquén - Toponimia galega*. 4. Final remarks.

1. Introducción

A plataforma *RILG* (*Recursos Integrados da Lingua Galega*) é o resultado dun proxecto de investigación coordinado entre o Grupo TALG (Tecnoloxías e Aplicacións da Lingua Galega) da Universidade de Vigo e o Instituto da Lingua Galega (ILG) da Universidade de Santiago de Compostela, que obtivo financiamento en convocatorias competitivas dos *Planes Nacionales de I+D+I* do *Ministerio de Educación y Ciencia* do Goberno de España (2006-2009) e da Consellaría de Innovación e Industria da Xunta de Galiza (2008-2011). Os responsábeis da dirección do proxecto foron Xavier Gómez Guinovart (investigador principal do proxecto coordinado e do subproxecto da Universidade de Vigo) e Antón Santamarina (investigador principal do subproxecto da Universidade de Santiago de Compostela).

A finalidade da plataforma é a integración, explotación conxunta e difusión dos recursos de tecnoloxía lingüística do galego xerados en distintos proxectos realizados polo ILG e polo Grupo TALG. De libre acceso en Internet no enderezo <http://sli.uvigo.gal/RILG/>, ofrece un portal web de servizos lingüísticos do galego desde o que se pode acceder dun modo conxunto aos bancos de datos textuais e léxicos desenvolvidos por estes dous grupos de investigación, permitindo realizar pescudas nun abano de corpus textuais de referencia, que totalizan uns 75 millóns de palabras, e nunha variedade de obras lexicográficas do galego, que reúnen máis de 500.000 entradas. Os bancos de datos textuais e léxicos integrados no *RILG* abranguen un período temporal que arrinca nas orixes do idioma e remata no período contemporáneo, e variedades lingüísticas da práctica totalidade dos ámbitos e rexistros, alén de correspondencias lingüísticas con outros idiomas do noso contorno xeográfico e cultural. Desde a súa posta en marcha en 2006, a plataforma segue sendo obxecto de ampliación e mellora mediante a incorporación de novos recursos.

Neste artigo revisaremos as principais características dos recursos textuais e léxicos máis importantes incluídos na plataforma *RILG*, co obxecto de ofrecer unha visión panorámica das súas posibilidades como ferramenta de consulta lingüística e filolóxica.

2. Corpus textuais

2.1. *Tesouro Informatizado da Lingua Galega (TILG)*

Este corpus textual, desenvolvido no ILG baixo a dirección do profesor Antón Santamarina cunha orientación lexicográfica (Santamarina 2008), inclúe practicamente todas as obras publicadas en galego entre 1612 e 1980, e una representación moi ampla das publicadas desde 1980 ata a actualidade. Historicamente, o *TILG* desenvolveuse en

tres etapas. A primeira edición (2004) contén a transcripción de 1.464 textos publicados ata o ano 2002, totalizando uns 20 millóns de palabras, das que máis de 12 millóns (todas as palabras léxicas e parte das gramaticais) están lematizadas e anotadas desde o punto de vista morfosintáctico. A edición posterior do ano 2011, realizada en colaboración co Grupo TALG, constitúe unha edición revisada e ampliada deste corpus, tanto no número de textos, coma no nivel de anotación lingüística (Gómez Guinovart / Santamarina 2009). Nesta segunda edición ampliada, o número de textos ascende a 1.897, incluíndo textos publicados ata o ano 2010 e totalizando máis de 25 millóns de palabras completamente lematizadas e anotadas gramaticalmente. Na súa versión actual, accesíbel desde 2014 na súa propia web (<http://ilg.usc.es/TILG/>) e tamén a través do *RILG*, inclúe 1.958 obras de 704 autores e autoras publicadas entre 1612 e 2013, acadando os 26 millóns de palabras correspondentes a 95.409 lemas diferentes.

2.2. Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega (TMILG) e Corpus Xelmírez

O *TMILG* é un corpus diacrónico do galego, de máis de nove millóns de palabras, elaborado no ILG baixo a dirección do profesor Xavier Varela (Varela Barreiro 2004). Este corpus medieval do galego, que contén a totalidade das obras non notariais publicadas da Galicia medieval (literarias, históricas, relixiosas, xurídicas e técnicas) e o 80% das obras notariais publicadas, está dispoñíbel na web (<http://ilg.usc.es/tmilg/>) para a libre consulta, previa alta no sistema.

O Corpus Xelmírez, accesíbel quer de xeito independente (<http://sli.uvigo.gal/xelmirez/>) quer a través do *RILG*, inclúe os textos do *TMILG* xunto aos correspondentes ao *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Latina* (Galicia) (*TMILL-G*) e ao *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Castelá* (Galicia) (*TMILC-G*), permitindo a recuperación de información de textos da Galicia medieval redactados en calquera destas tres linguas. Este corpus lingüístico constitúe o alicerce do *Inventario Toponímico da Galicia Medieval* (Martínez Lema *et al.* 2010), un recurso toponomástico dispoñíbel na web (<http://ilg.usc.es/itgm/>) baseado nos datos do *Corpus Xelmírez*.

2.3. Corpus Técnico do Galego (CTG)

O *CTG* é un corpus textual de orientación terminolóxica que recolle documentos publicados pertencentes a rexistros especializados do galego contemporáneo. Contén textos publicados nos campos do dereito, da informática, da economía, das ciencias ambientais, das ciencias sociais e da medicina, cunha extensión total de 18 millóns de palabras (Gómez Guinovart 2008). Trátase dun corpus desenvolvido no Grupo

TALG e pode consultarse libremente na web (<http://sli.uvigo.gal/CTG/>). O *CTG* está lematizado, etiquetado con categorías gramaticais e desambiguado con anotacións sobre semántica léxica baseadas nos datos do Galnet (*vid. infra*) e enlazado con este recurso léxico a nivel de lema.

2.4. Corpus Lingüístico da Universidade de Vigo (CLUVI)

O *CLUVI* é un corpus de traducións do galego, directas e inversas, en combinación con diversas linguas, que abrangue un conxunto textual de máis de 23 millóns de palabras, formado polos textos orixinais e mais as súas traducións. Desde un punto de vista temático, os textos recompilados pertencen aos ámbitos xurídico, informático, económico, literario, social e científico, en tanto que as linguas de tradución incluídas en relación de tradución co galego son o español, o inglés, o francés, o alemán, o catalán, o portugués e o euskera. Este corpus paralelo aliñado a nivel de oración está dispoñíbel para consulta na web desde setembro de 2003 (<http://sli.uvigo.gal/CLUVI/>), constituíndo o alicerce empírico dun variado conxunto de traballos académicos de investigación nos campos da estilística da tradución, da didáctica do ensino de idiomas, da lingüística comparada, da terminoloxía e da lexicografía plurilingüe (Gómez Guinovart 2008). A sección de traducións xurídico-administrativas do corpus paralelo español-galego, duns 6 millóns de palabras, está dispoñíbel tamén para descarga (<http://hdl.handle.net/10230/20051>) a través da plataforma europea Meta-Share (<http://metashare.elda.org/>).

2.5. Corpus Paralelo SensoGal

SensoGal é un corpus paralelo inglés-galego en desenvolvemento anotado semanticamente con referencia a *Galnet* (*vid. infra*) e aliñado a nivel de frase e de palabra co corpus *SemCor* da lingua inglesa. O *SemCor* (Miller *et al.* 1993) é un subconxunto do *English Brown Corpus* de 360.000 palabras que constitúe na actualidade o corpus máis extenso con anotación semántica sobre os sentidos das palabras. Os lemas de *SemCor* están desambiguados con referencia ao *WordNet* do inglés. Do total de 352 textos anotados no corpus *SemCor*, 186 conteñen todas as palabras léxicas etiquetadas con categoría gramatical, lema e sentido en *WordNet* (192.639 nomes, verbos, adxectivos e adverbios), mentres que nos restantes 166 textos só están anotados os verbos. O obxectivo do corpus *SensoGal*, que se pode consultar tamén de modo independente (<http://sli.uvigo.gal/SensoGal/>), é completar o aliñamento entre os 352 textos en inglés do *SemCor* que conteñen todas as palabras léxicas anotadas e as súas versións traducidas ao galego igualmente anotadas.

3. Repertorios léxicos

3.1. *Diccionario de diccionarios*

O *Diccionario de diccionarios* é un exemplo ilustre da confluencia harmoniosa de tradición e modernidade na lexicografía galega. Este diccionario é, en realidade, unha colección de obras lexicográficas dos sécs. XIX e XX, recompiladas e transcritas baixo a coordinación do profesor Antón Santamarina no ILG. Todos os textos foron anotados para facilitar as consultas por lemas, por sinónimos, por voces en castelán, por localidades ás que se adscriben, pola súa presenza en refráns ou en poemas citados etc. Publicado orixinalmente en formato CD-ROM, na súa terceira edición (Santamarina 2003), recollía 345.742 entradas (equivalentes a 136.164 lemas diferentes) correspondentes a 25 obras lexicográficas, incluídas todas as obras históricas da lexicografía galega (Rodríguez, Carré, Eladio, Real Academia...). A colaboración entre o ILG e o Grupo TALG fixo posíbel a publicación na web deste diccionario a partir dunha versión ampliada da súa edición en CD-ROM. Como resultado, a primeira edición web, con 392.768 entradas documentadas en 32 obras, pode ser consultada libremente desde 2006 como un recurso único (<http://sli.uvigo.gal/DdD/>) ou integrado no *RILG*, facendo que o acceso a este valioso material lingüístico sexa moito máis doado e directo do que era desde disco. O *Diccionario de diccionarios* de Antón Santamarina representa unha contribución fundamental á historia da lexicografía e á cultura galega, e ten tamén unha utilidade práctica innegábel como diccionario da lingua, aínda non superado en extensión como conxunto por ningún outro.

3.2. *Diccionario de sinónimos do galego*

O *Diccionario de sinónimos do galego* publicouse na páxina web do Grupo TALG en 2013, tratándose do primeiro e único diccionario electrónico do galego dentro desta tipoloxía de repertorios léxicos. Tamén é o primeiro publicado no formato de libro electrónico (Gómez Clemente *et al.* 2015) e o primeiro que se pode consultar no móbil mediante unha aplicación, que se pode descargar desde 2014 tanto para dispositivos móbiles con Android¹ coma para os dispositivos de Apple con iOS². Este diccionario é o resultado da revisión, actualización, ampliación e conversión a formato dixital estruturado (Gómez Guinovart / Simões 2013; Gómez Guinovart 2014) dun excelente diccionario de sinónimos tradicional do galego publicado en papel e xa descatalogado, concretamente, do publicado por Galaxia en 1997 baixo a coordinación de Camiño Noia, Xosé María Gómez Clemente e Pedro Benavente, e que contou coa

¹ <https://play.google.com/store/apps/details?id=net.ayco.sinonimosgal>

² <https://itunes.apple.com/us/app/sinonimos-do-galego/id940045971?l=es&ls=1&mt=8>

participación de Gonzalo Constela, Xosé Henrique Costas e Valentín Arias na súa redacción (Noia *et al.* 1997). Na súa versión electrónica actual contén máis de 200.000 sinónimos agrupados nunhas 30.000 entradas, e pode ser consultado na súa propia web (<http://sli.uvigo.gal/sinonimos/>) ou a través da interface de consulta do *RILG*.

3.3. *Galnet*

WordNet é unha base de datos léxica, orixinalmente concibida para o inglés, configurada como unha rede semántica onde os nós son os conceptos (representados como grupos de sinónimos) e as ligazóns entre os nós son as relacións semánticas entre os conceptos léxicos. Os nós da rede están formados por nomes, verbos, adxectivos e adverbios agrupados pola súa sinonimia. Deste xeito, cada nó desta rede léxico-semántica representa un concepto lexicalizado único e agrupa o conxunto de variantes sinonímicas dese concepto. No modelo de representación do léxico de *WordNet*, todos os nós están conectados por relacións semánticas. No caso dos substantivos, algunhas das relacións máis frecuentes representadas no *WordNet* son as de hiperonimia/hiponimia e as de holonimia/meronimia; no caso dos adxectivos, as de antonimia e as de cuasisinonimia; no caso dos adverbios, as de antonimia e as derivativas; e no caso dos verbos, as de implicación, hiperonimia/hiponimia, causatividade e oposición.

Galnet (Gómez Clemente *et al.* 2013; Gómez Guinovart 2014; Solla Portela / Gómez Guinovart 2015) é a versión galega do *WordNet* que está a ser elaborada polo Grupo TALG no marco de desenvolvemento do Multilingual Central Repository (González Agirre / Rigau 2013), unha plataforma que abrangue na actualidade os léxicos *WordNet* de cinco linguas (inglés, español, catalán, vasco e galego) enlazados interlingüísticamente e categorizados por diversas ontoloxías. Na versión actual, en constante actualización, *Galnet* inclúe máis de 45.000 palabras agrupadas en máis de 30.000 conceptos, e está dispoñíbel na web para consulta (<http://sli.uvigo.gal/galnet/>) na súa última versión. A súa descarga pode realizarse de modo directo (<http://hdl.handle.net/10230/22921>), a través da plataforma europea Meta-Share (<http://metashare.elda.org/>) ou a través do MCR (<http://adimen.si.ehu.es/web/MCR/>).

3.4. *DBpedia do galego*

A *DBpedia* é un proxecto internacional de creación dunha versión estruturada dos contidos da Wikipedia e da súa libre dispoñibilización en Internet entrelazada con moitas outras bases de coñecementos que constitúen a web semántica (Auer *et al.* 2007). Permite realizar consultas complexas a partir do conxunto de datos derivados da Wikipedia e permite enlazar outros conxuntos de datos que hai na web (como os

datos sobre libros dixitais ofrecidos polo Project Gutenberg³, os datos estatísticos sobre Europa disponibilizados por Eurostat⁴ ou os datos do censo de Estados Unidos⁵) cos datos da Wikipedia, seguindo as especificacións para os datos enlazados abertos (Linked Open Data)⁶ establecidas polo W3C (World Wide Web Consortium). A *DBpedia do galego*, desenvolvida e mantida polo Grupo TALG, contén 11 millóns de tripletes semánticos tirados a partir de toda a información contida na Galipedia (<http://gl.wikipedia.org>) e está aloxada no subdominio oficial de dbpedia.org correspondente á lingua galega (<http://gl.dbpedia.org>). Así mesmo, está accesíbel como un recurso léxico máis, na plataforma *RILG*, neste caso como un recurso enciclopédico. Os seus contidos poden consultarse e visualizarse tamén mediante as aplicacións Lodview (<http://sli.uvigo.gal/dbpedia/lodview/>) e LodLive (<http://sli.uvigo.gal/dbpedia/lodlive/>), ou a través do punto de acceso SPARQL aos datos estruturados (<http://gl.dbpedia.org/sparql/>).

3.5. *Diccionario de Dicionarios do Galego Medieval*

A mesma colaboración interuniversitaria entre Vigo e Compostela que permitiu levar o *Diccionario de dicionarios* do CD-ROM á web, facilitou tamén a edición web do *Diccionario de dicionarios do galego medieval*, unha obra complementaria á anterior e inspirada nela, que recompila as entradas de 13 obras lexicográficas do período medieval, cun total de 53.564 lemas. O repertorio, que foi compilado, transcrito e anotado no ILG baixo a dirección de Ernesto González Seoane, foi publicado orixinalmente só en CD-ROM (González Seoane / Álvarez de la Granja / Boullón Agrelo 2006). Esta versión foi actualizada e adaptada posteriormente á web para a súa libre consulta como recurso independente (<http://sli.uvigo.gal/DDGM/>) ou integrada no *RILG*, acadando nesta versión ampliada un total de 62.293 lemas documentados en 22 obras.

3.6. *Diccionario CLUVI inglés-galego*

O *Diccionario CLUVI inglés-galego* é un diccionario bilingüe baseado na colección de textos ingleses traducidos ao galego que forma parte do Corpus CLUVI e constitúe, ao noso entender, o primeiro diccionario baseado en corpus da lexicografía galega. Todas as palabras inglesas que aparecen nas súas entradas están documentadas nos textos en inglés traducidos ao galego recompilados no corpus paralelo CLUVI. Alén

³ <https://www.gutenberg.org>

⁴ <http://ec.europa.eu/eurostat/>

⁵ <http://www.census.gov>

⁶ <https://www.w3.org/wiki/SweoIG/TaskForces/CommunityProjects/LinkingOpenData>

diso, todas as traducións galegas recollidas no dicionario para esas palabras son traducións reais identificadas nas versións galegas dos textos ingleses do corpus. Finalmente, para cada tradución identificada, o dicionario fornece un exemplo real do seu uso tal como está documentado no corpus.

O dicionario está accesíbel na web do Grupo TALG para libre consulta desde 2005. A súa segunda edición electrónica, publicada en setembro de 2008, consta de 20.000 entradas con 30.000 traducións e 60.000 exemplos, ao tempo que amplía os datos lexicográficos contidos nos artigos da primeira edición con información sobre americanismos e variantes ortográficas e con notas de interese gramatical, tradutolóxico e normativo. O obxectivo destes engadidos é que a ferramenta resultante poida ser realmente útil tanto na docencia do inglés como na tradución inglés-galego. Aínda que as entradas desta obra están redactadas só na dirección de tradución inglés-galego, o sistema de busca implementado permite recuperar tamén as entradas a partir das súas traducións ao galego, converténdose así tamén nun dicionario galego-inglés.

O *Dicionario moderno inglés-galego*, publicado en versión impresa no 2012 (Gómez Guinovart *et al.* 2012), constitúe unha edición revisada e adaptada ao formato papel desta segunda edición do *Dicionario CLUVI* (Álvarez Lugrís / Gómez Guinovart 2014). O acceso ao dicionario na web pode facerse consultando directamente o recurso (<http://sli.uvigo.gal/dicionario>) ou a través da plataforma *RILG*. Tamén resulta posíbel descargalo de modo directo (<http://hdl.handle.net/10230/20053>) ou a través da plataforma europea Meta-Share (<http://metashare.elda.org/>).

3.7. *Termoteca*

A *Termoteca* é un banco de datos terminolóxico para o galego baseado nos textos de especialidade monolingües e paralelos recompilados, respectivamente, no *Corpus Técnico do Galego (CTG)* e no *Corpus CLUVI*. A información terminolóxica extraída dos corpus inclúe, en primeiro lugar, os propios termos, xunto cos seus contextos, variantes formais intralingüísticas e interlingüísticas coas súas frecuencias de uso; en segundo lugar, a súa definición ou definicións, cando se poden documentar nos corpus; e, por último, as relacións semánticas que establecen con outros termos do corpus, cando aparecen explicitamente codificadas nos textos. As técnicas utilizadas para tirar toda esta información son de tipo lingüístico-computacional e estatístico, e os seus resultados son sempre revisados e complementados por especialistas (Gómez Guinovart 2012).

A base de datos terminolóxica conta, na actualidade, cuns 8.000 rexistros con información sobre 16.120 termos documentados no *CLUVI* ou no *CTG* pertencentes aos ámbitos do dereito (termos en galego e español en rexistros bilingües e monolingües da *Termoteca*), da socioloxía (termos en galego, español, francés e inglés en rexistros tetralingües e monolingües), da economía (termos en galego e español

en rexistros monolingües e bilingües), da ecoloxía e ciencias ambientais (termos en galego en rexistros monolingües), da medicina (termos en galego en rexistros monolingües) e da informática (termos en galego e inglés en rexistros monolingües e bilingües), a partir dos datos das seccións especializadas correspondentes destes dous corpus. Cada rexistro inclúe toda a información relativa a un concepto especializado, expresado cun termo galego documentado nos corpus, e do que se poden recoller tamén no mesmo rexistro as súas variantes documentadas, tanto intralingüísticas (termos sinónimos, variantes ortográficas ou variantes dialectais) como interlingüísticas (traducións ou, con maior propiedade, equivalencias).

A información especificada para cada variante, incluída a variante común ou non marcada, abrangue o lema do termo, a súa categoría gramatical como conxunto, a análise morfosintáctica dos seus compoñentes, a súa definición, a súa frecuencia de aparición e un contexto de uso documentado no corpus. Todos os rexistros están catalogados, ademais, segundo o seu campo temático, en referencia a unha árbore conceptual xerarquizada da materia, e poden incluír información sobre as relacións semánticas (antonimia, hiperonimia, holonimia etc.) que gardan con outros rexistros do banco de datos.

A *Termoteca* é un recurso de libre consulta na web (<http://sli.uvigo.gal/termoteca/>) e no *RILG*, e está dispoñíbel tamén para descarga (<http://hdl.handle.net/10230/17104>) a través da plataforma europea Meta-Share (<http://metashare.elda.org/>).

3.8. *Neoteca*

A *Neoteca* é un banco de datos sobre neoloxía do galego desenvolvido polo Observatorio de Neoloxía do Grupo TALG sobre o que se elaborou o seu dicionario de neoloxismos (López Fernández *et al.* 2005). Na versión actual, contén máis de 10.000 rexistros neolóxicos identificados e documentados nun corpus de prensa galega publicada desde 1997 (Gómez Clemente / Rodríguez Guerra 2003). Este banco de datos pódese consultar libremente na web como recurso independente (<http://sli.uvigo.gal/NEO/>) ou integrado no *RILG*.

3.9. *Aquén - Toponimia galega*

Aquén é unha ferramenta de divulgación e consulta desenvolvida no Grupo TALG que permite coñecer, localizar xeograficamente e visualizar cuantitativamente os topónimos oficiais dos 315 concellos, 3.794 parroquias e 37.297 lugares de Galiza, tal como están estabelecidos na lexislación vixente de acordo cos ditames da Comisión

de Toponimia. A base de datos do *Aquén* baséase, por tanto, no Nomenclátor oficial da Xunta de Galiza. As pescudas nesta ferramenta permiten identificar e documentar os topónimos galegos a partir do seu nome ou dunha parte del. Unha vez identificado o topónimo, amosará a súa adscripción territorial e ofrecerá a posibilidade de xeolocalizalo no Google Maps e de consultar a súa frecuencia na toponimia galega mediante unha visualización gráfica en forma de nube de datos. O *Aquén* pode consultarse na súa propia páxina web (<http://sli.uvigo.gal/toponimia>) ou a través do *RILG*.

4. Conclusión

A integración dos recursos existentes nos centros de investigación é un obxectivo prioritario no campo das Humanidades, como en calquera campo científico. A integración nunha plataforma informática común dos recursos de tecnoloxía lingüística do galego xerados de xeito independente polo Instituto da Lingua Galega (ILG) da Universidade de Santiago de Compostela e polo Grupo TALG (Tecnoloxías e Aplicacións da Lingua Galega) da Universidade de Vigo, sen dúbida contribúe tanto ao avance da investigación e do coñecemento científico da lingua, como á divulgación e valorización do labor filolóxico realizado durante anos de traballo polos grupos de investigación destas dúas entidades. A implementación da plataforma *RILG* nun servidor web de acceso libre e de uso gratuíto garante esta vocación de transferencia social do coñecemento compartida por todos os participantes no proxecto.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVAREZ LUGRÍS, Alberto / Xavier GÓMEZ GUINOVART (2014): “Lexicografía bilingüe práctica basada en corpus: planificación y elaboración del Diccionario Moderno Inglés-Galego”, en María José Domínguez Vázquez / Xavier Gómez Guinovart / Carlos Valcárcel Riveiro (eds.), *Lexicografía de las lenguas románicas II. Aproximaciones a la lexicografía contemporánea y contrastiva*. Berlín / Boston: De Gruyter Mouton, 31-48.
- AUER, Sören *et al.* (2007): “DBpedia: A Nucleus for a Web of Open Data”, en Aberer *et al.* (eds.), *Proceedings of the 6th International Semantic Web Conference*. Berlín: Springer, 722-735.
- GÓMEZ CLEMENTE, Xosé María / Alexandre RODRÍGUEZ GUERRA (2003): *Neoloxía e lingua galega: teoría e práctica*. Vigo: Universidade de Vigo.
- GÓMEZ CLEMENTE, Xosé María / Xavier GÓMEZ GUINOVART / Andrea GONZÁLEZ PEREIRA / Verónica TABOADA LORENZO (2013): “Sinonimia e rexistros na construción do WordNet do galego”, *Estudos de lingüística galega*, 5, 27-42.

- GÓMEZ CLEMENTE, Xosé María / Xavier GÓMEZ GUINOVART / Alberto SIMÕES (2015): *Dicionario de sinónimos do galego*. Vigo: Xerais.
- GÓMEZ GUINOVART, Xavier (2008): “A investigación en lexicografía e terminoloxía no Corpus Lingüístico da Universidade de Vigo (CLUVI) e no Corpus Técnico do Galego (CTG)”, en Ernesto González Seoane / Antón Santamarina / Xavier Varela Barreiro (eds.), *A lexicografía galega moderna. Recursos e perspectivas*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Instituto da Lingua Galega, 209-228.
- GÓMEZ GUINOVART, Xavier (2012): “A Hybrid Corpus-Based Approach to Bilingual Terminology Extraction”, en Isabel Moskowich-Spiegel Fandiño / Begoña Crespo (eds.), *Encoding the Past, Decoding The Future: Corpora in the 21st Century*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholar Publishing, 147-175.
- GÓMEZ GUINOVART, Xavier (2014): “Do dicionario de sinónimos á rede semántica: fontes lexicográficas na construción do WordNet do Galego”, en Ana Gabriela Macedo *et al.* (eds.), *XV Colóquio de Outono. As humanidades e as ciencias: disjunções e confluências*. Braga: CEHUM-Universidade do Minho, 331-358.
- GÓMEZ GUINOVART, Xavier / Antón SANTAMARINA (2009): “RILG: Recursos Integrados da Lingua Galega”, *Procesamiento del Lenguaje Natural*, 43, 375-376.
- GÓMEZ GUINOVART, Xavier / Alberto ÁLVAREZ LUGRÍS / Eva DÍAZ RODRÍGUEZ (2012): *Dicionario moderno inglés-galego*. Ames: 2.0 Editora.
- GÓMEZ GUINOVART, Xavier / Alberto SIMÕES (2013): “Retreading Dictionaries for the 21st Century”, en José Paulo Leal / Ricardo Rocha / Alberto Simões (eds.), *2nd Symposium on Languages, Applications and Technologies*, vol. 29. Saarbrücken: Dagstuhl Publishing, 115-126.
- GONZÁLEZ AGIRRE, Aitor / German RIGAU (2013): “Construcción de una base de conocimiento léxico multilingüe de amplia cobertura: Multilingual Central Repository”. *Linguamática*, 5.1, 13-28.
- GONZÁLEZ SEOANE, Ernesto / María ÁLVAREZ DE LA GRANJA / Isabel BOULLÓN AGRELO (eds.) (2006): *Dicionario de dicionarios do galego medieval*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela (*Verba*, Anexo 57).
- LÓPEZ FERNÁNDEZ, Susana *et al.* (2005): *Novas palabras galegas. Repertorio de creacións léxicas rexistradas na prensa e en Internet*. Vigo: Universidade de Vigo.
- MARTÍNEZ LEMA, Paulo / Rocío DOURADO FERNÁNDEZ / César OSORIO PELÁEZ (2010): “Un novo recurso para os estudos toponomásticos: o Inventario Toponómico da Galicia Medieval (ITGM)”, en Xulio Sousa Fernández (ed.), *Toponimia e cartografía*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Instituto da Lingua Galega, 239-263.
- MILLER, George A. / Claudia LEACOCK / Randee TENGI / Ross T. BUNKER (1993): “A Semantic Concordance”, en *Proceedings of the Workshop on Human Language Technology*. Stroudsburg: Association for Computational Linguistics, 303-308.

- NOIA, Camiño / Xosé María GÓMEZ CLEMENTE / Pedro BENAVENTE (coords.) (1997): *Diccionario de sinónimos da lingua galega*. Vigo: Galaxia.
- SANTAMARINA, Antón (ed.) (2003³): *Diccionario de diccionarios*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza.
- SANTAMARINA, Antón (2008): “Os dicionarios históricos. Trazos dun dicionario histórico galego e consideracións sobre a súa viabilidade”, en Ernesto González Seoane / Antón Santamarina / Xavier Varela Barreiro (eds.), *A lexicografía galega moderna. Recursos e perspectivas*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Instituto da Lingua Galega, 343-392.
- SOLLA PORTELA, Miguel Anxo / Xavier GÓMEZ GUINOVART (2015): “Galnet: o WordNet do galego. Aplicacións lexicolóxicas e terminolóxicas”, *Revista Galega de Filoloxía*, 16, 169-201.
- VARELA BARREIRO, Xavier (2004): “Un proxecto do ILG no abalo da gramática histórica da lingua galega”, en Rosario Álvarez / Francisco Fernández Rei / Antón Santamarina (eds.), *A lingua galega: historia e actualidade*, 2. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega / Consello da Cultura Galega, 649-684.

Os textos orais do Val do río Ellas e a súa importancia para a dialectoloxía galega e portuguesa

Xosé-Henrique Costas González

Universidade de Vigo
xcostas@uvigo.es

Oral Text from the Ellas Valley and its importance for Galician and Portuguese Dialectology

Resumo

Neste texto describíense as principais características lingüísticas comúns e senlleiras das falas de orixe galega do val do Ellas (Cáceres-Extremadura), valverdeiro, lagarteiro e mañego, e reflexiónase sobre as relacións sincrónicas e diacrónicas con outras falas galegas. No ramo, expónse un anaco dunha transcripción dun diálogo entre unha falante valverdeira e un falante mañego co fin de reflectir as diferenzas e semellanzas entre ambas as variedades.

Palabras-chave

Dialectoloxía, galego, valverdeiro, lagarteiro, mañego

Sumario

1. Engarelón. 2. Adscripción. 3. Características lingüísticas. 3.1. Características comúns. 3.2. Trazos exclusivos do valverdeiro. 3.3. Trazos comúns a mañego e lagarteiro. 3.3.1. Trazos exclusivos do lagarteiro. 3.3.2. Trazos exclusivos do mañego. 4. Gravacións do val do Ellas no Arquivo do Galego Oral (AGO). 5. A gravación que presentamos agora.

Abstract

This text describes the main common and special linguistic features of the dialects of Galician origin in the Ellas Valley (Cáceres-Extremadura-Spain), the Valverdeiro, Lagarteiro and Mañego dialects, and reflects on the synchronic and diachronic relationships with others Galician linguistic varieties. It assesses a fragment of a transcription of a dialogue between a female Valverdeiro speaker and a male Mañego speaker in order to reflect on the differences and similarities between the two linguistic varieties.

Keywords

Dialectology, Galician language, Valverdeiro, Lagarteiro, Mañego

Contents

1. Introduction. 2. Linguistic Adscription. 3. Linguistics Characteristics. 3.1. Common Characteristics. 3.2. Exclusives Characteristics in Valverdeiro. 3.3. Common Characteristics in Mañego and Lagarteiro. 3.3.1. Exclusives Characteristics in Lagarteiro. 3.3.2. Exclusives Characteristics in Mañego. 4. Recordings of the Ellas valley in the *Arquivo do Galego Oral (AGO)*. 5. The recording that we now present.

1. Engarelón

Para moitos galegos e portugueses é xa coñecida a situación xeográfica do Val do río Ellas ou de Xálima, no noroeste da Estremadura española, lindando con Portugal por Sabugal e Penamacor da Beira, e é coñecida porque nos últimos vinte anos eclosionaron os estudos dialectais e sociolingüísticos sobre unha realidade ata daquela pouco ou mal coñecida.

Neste recanto do noroeste estremeño, nos tres concellos que forman do val do Ellas, o 90% dos seus case 5.000 habitantes usan normalmente tres variedades do antigo galego (ou galego-portugués) chamadas valverdeiro, a variedade do concello de Valverdi, lagarteiro, a do concello das Ellas, e mañego, a do concello de San Martiño de Trebello. Estas falas, con certas diferenzas entre elas, presentan unha unidade que as identifica en conxunto fronte ao resto de falas galegas e portuguesas. Esta unidade das tres falas foi denominado por algúns autores como *valego* (do val do Ellas ou do val de Xálima) e por outros como *xalimego* (de Xálima). Nós preferimos o neoglotónimo *valego*.

O 60% da poboación fala a variedade valverdeira, o 21% fala lagarteiro e o 19% restante fala mañego, pero entre a poboación menor de 30 anos, o valverdeiro é a variedade usada polo 70% da poboación total do val, xa que As Ellas e San Martiño, de economía rural e de servizos, presentan unha poboación avellentada, mentres que Valverde, cunha economía rural pero con importante actividade comercial e produtiva, é a vila máis grande e onde se concentra o 60% da poboación total do val.

2. Adscrición

Desde principios do xx, e sobre todo nos últimos decenios, tense discutido moito sobre a filiación destas tres falas. Para uns especialistas (entre os cales Leite de Vasconcellos, Martín Galindo e Sanches Maragoto)¹, non son senón dialectos beirões portugueses moi interferidos pola lingua teito, o español oficial, e por iso –din eles– gardan semellanza co galego. Para outros (con Viudas Camarasa, Azevedo Maia, Martín Durán etc.) son dialectos fronteirizos ou híbridos de transición entre o galego-portugués e o astur-leonés. E para outros son variedades fundamentalmente galegas dentro do conxunto do galego-portugués (Lindley Cintra, Fernández Rei, Costas González) e aínda hai quen matiza que son a terceira póla dentro dos falares galego-portugueses (Carrasco González).

Hoxe ninguén minimamente serio discute a súa filiación xeral galego-portuguesa, o que se discute é a súa autonomía dentro deste conxunto, a súa

¹ Para esta polémica véxase Costas 2013.

adscripción maiormente galega ou a súa filiación unicamente portuguesa, pois diso pode depender tamén o tipo de convención ortográfica que se decida adoptar para estas falas. A poboación falante considera fundamentalmente tres opcións verbo da orixe e adscripción das falas: para un terzo dos valedos son falas “galego-portuguesas” porque lle ven relación co galego e co portugués; para outro terzo son falas máis ben galegas, porque se identifican espontaneamente co galego e non co portugués; e o terzo restante está fragmentado entre os que pensan que é leonés antigo (*sic*), portugués, mozárabe (*sic*) ou os non responden. Temos que indicar que as respostas sempre estiveron condicionadas coa formación/información recibida na escola e polos “ocorrecias” dos medios de comunicación e, por suposto, polo contacto humano con portugueses e con galegos. Os que máis contacto ou relación tiveron con galegos ou os que estiveron varias veces en Galicia son os que máis opinan que estas falas teñen máis relación co galego que con outras linguas. Con isto podemos facer unha idea da complexidade da catalogación destas falas e a diversidade de opinións que existen na súa sociedade.

3. Características lingüísticas

Estas falas presentan nos seus alicerces a batería básica de trazos que serven para caracterizar unha fala como nidiamente galego-portuguesa e non astur-leonesa nin moito menos castelá. Agora ben, tamén presentan unha serie de características comúns co galego, ou con algunhas falas do galego, nomeadamente suroriental, que fan que “dentro do conxunto” galego-portugués estean bastante máis próximas do galego ca do portugués, debéndonos facer constar tamén que teñen algún trazo común co portugués e con co galego, pero son os menos. Ademais disto, tamén teñen características senlleiras, de seu, evolucións propias, e algúns poucos trazos herdados do leonés meridional co que estiveron en contacto polo norte (comarca de El Rebollar-Salamanca) e polo leste (concellos de Vilamel-Villamiel, Trebellu-Trejevo e Cileiros-Cilleros, na provincia de Cáceres) ata hai menos de un século.

3.1. Características comúns das falas do val do Ellas ou valedo

1. Inexistencia de ditongación das vogais latinas tónicas Ē, Ō: *pedra~peira, he-dra~heira, corno, tempo, ponte, medo, sogra, vento, cego, vello...*
2. Inexistencia de fonemas de grao medio abertos /ɛ/ e /ɔ/, aínda que poidan rexistrarse como *alófonos* de /e/, /o/. En posición átona final o triángulo vocálico está composto polos fonemas /ɪ/ (<e/i>), /a/, /U/ (<o/u>) e en posición átona a pronuncia máis habitual é coas realizacións máis pechadas: [us ‘fiʎuz ðu mej

βi'θijɯ ku'mian̩ na ku'θijɯ ŋɯ rus'kiɫa]. Vexamos a comparación dos sistemas vocálicos galego e valego:

	Tónico	Átono	Átono final	
	/i/ /e/ /ɛ̃/ /a/ /u/ /o/ /ɔ̃/ /a/	/i/ /e/ /a/ /u/ /o/ /a/	<i/e> <u/o> /a/	GALEGO
VALEGO		/i/ /e/ /a/ /u/ /o/ /a/	<i/e> <u/o> /a/	/i/ /u/ /a/
	Tónico	Átono	Átono final	

TÁBOA 1. COMPARACIÓN DOS SISTEMAS VOCÁLICOS GALEGO E VALEGO

3. Presenza de ditongos decrecentes: *primeiro, xeira, sobreira, centieira* etc. Os ditongos *ou* e *eu* evolucionaron respectivamente a *oi* e *ei* (*toiro, poico, tesoiro, moiro, tampoico, oivir, coice, roibar, foice, coito, soito, soide, el comei, ela aparecei, mei, tei, sei, ei digo, ei faio...*) ou tamén monotongaron (*popa, tope, vega*), sobre todo nas terminacións verbais (ela *chegó*, ei *estó*, ei *vo*, ei *cantaré*, ei *he feito*). Nisto garda semellanza con algunhas falas beirás, onde ou ben temos monotongacións ou ben evolución do ditongo (só ou>oi), pero nestas falas beirás de maneira esporádica.
4. Evolución do hiato -OA > Ó [ó]: folloa > *folló*, moa > *mó* etc., como algunhas falas do galego suroccidental e o portugués.
5. Existencia do fonema nasal velar /ŋ/: *unha, algunha, niñunha, unbos* (*un avión azul...*), ao igual có galego común.
6. Conservación do F- latino: *fariña, filla, ficer, fer, fome, faba, fuso, feito, folgazón, fuxir...*
7. Evolución dos grupos PL-, KL- e FL- a /tʃ/: *chover, chave, chama, chorume, chumbo...*
8. Evolución dos grupos -K'L-, -G'L- a /k/: *ollo, tella, vello, rella...*
9. Resultados dos grupos latinos -ULT-, -UCT-, -ORI-: *muto, escutar, truta, luta, oito, coiro...*
10. Perda habitual do -d- intervocálico: vós *cantais, cidai~ciai, roa, meico, sábao, moea, coeira* (coadeira), *tapeira* (tapadeira), *ferrol* (ferrador) etc., agás tras ditongo: *soide* (saúde) *seida* (saída), *queida* (caída) etc. A perda do -d- ten consecuencias en forma de contraccións vocálicas e evolucións posteriores: *caladiño > calaiño > calaiño > caleiño > caleño; vírades > vírais > víreis > viris* etc.
11. Neutralización e alternancia de líquidas <l/r> en posición implosiva e nos grupos consonánticos (br-bl, cr-cl, fr-fl, pr-pl, gl-gr): *frol, cardo* (caldo), *velde*

- (verde), *arto* (alto)... neutralización sistemática en posición final de palabra en favor de [-l]: *amol, seño!, cantal, correol, acabal, humol...*
12. Mantemento do ditongo nos grupos kw- e gw-: *quando, cuatro, guardar...* como o galego centro-oriental (pero *condo* e *conto* en lagarteiro, coma o galego eonaviego).
 13. Perda do -N- intervocálico latino e redución de -NN- a -n-: *cear, soar, centeo, cadea, pano, dano...*
 14. Resultados de -ANU/A: *mañán, ventán, lan, man, serán, manzán...* (coma o galego occidental).
 15. Resultados de -INU/A: *galiña, viciña, camiño, muiño.*
 16. Perda do -L- intervocálico latino e redución de -LL- a -l-: *múa, tea, doer, costela, martelo, morcela.*
 17. Os plurais das palabras agudas acabadas en -l fanse en -is: *animais, papeis, funís, españois, azuis* (coma o galego oriental).
 18. A terminación -TATE evoluciona a -dai: *realidai, verdai, cidai, bondai, claridai...* (coma o galego suroriental).
 19. As terminacións das P5 dos verbos son en -is: *chegais, moeis, servís, colleis...* (coma o galego oriental).
 20. Teísmo: *non te falo máis, ia to leví...* e “leísmo”: *fálale alto, que ques que le faga se non lo entendí* (coma algunhas falas galegas baixomiñotas e zamoranas, e teísmo coma o portugués).
 21. Pronome suxeito *ei* e pronome de cortesía *vós*, como as falas fisterrás.
 22. Demostrativo neutro hipercharacterizado: *isto, iso, aquilo*. Tamén se rexistran as formas arcaicas *aquisto, aquiso, aquesta, aqueste* ao lado de *este, esta, ese, esa, isto, iso*.
 23. Posesivos masculinos *mei, tei, sei, meis, teis, seis*.
 24. Existencia de tempos compostos con *haber*: *tu has chegado, vós heis estoxao muto...*
 25. SNP da P1 dos Perfectos regulares en -í: *ei cantí, ei comí, ei viví, ei cheguí...*
 26. SNP da P1 dos Perfectos sen -n: *ei comí, ei fici, ei truxi, ei quixi, ei hubi, ei durmí...*
 27. Acentuación non etimolóxica nas P4 e P5: *chegábamos, chegabais, chegaríais...*
 28. SNP das P2 dos Perfectos en -ste(s): *tu cantaste(s), tu viviste(s), tu soñaste(s)...*
 29. As P3 dos Perfectos da CII e CIII fanse igual ca en galego e portugués: *comeu, bebeu, durmiu, viviu* (agás en mañego: *comei, bebei, durmí, viví*).
 30. Sintaxe pronominal que recorda ao castelán e ao brasileiro: *ei me chamo Sofía, nos levas á festa?* Pero énlise pronominal de *o/a/os/as* con participio en tempos compostos e perífrases: *has feitoa esta miñán. Cuandu has leváuos? Teño pensádoo ficer esta noite*, algo insólito en portugués e español pero do que temos algúns rexistros en galego (Costas 2014).

3.2. Trazos exclusivos do valverdeiro (60% dos falantes)

A valverdeira é a variedade máis falada e a que presenta máis semellanzas co galego pola inexistencia de sibilantes sonoras e os plurais en -ns (*camións, capitáns*), pero por outra banda tamén presenta algúns leonesismos e portuguesismos propios.

1. Sistema de sibilantes semellante ao do galego común: /tʃ/, /ʃ/, /s/ e /θ/ (*chove, casa, nosa, cinco, praza...*) pero coa particularidade de que o fonema /ʃ/ ten dúas realizacións, [ʃ] (*enxame, bruxa, hoxe, xugar, paxinxa, xabón...*) e [x] (*longe, joves, estojas, axudar...*), esta última por suposto leonesismo meridional.
2. O plural das palabras agudas rematadas en -n faise en -ns (coma o galego occidental): *miñáns, rans, ventáns, cancións, corazóns, pantalóns, mans, calcetíns...*
3. O SNP das P6 dos Perfectos da CI remata en -aran: *cantaran, chegaran, levaran...*
4. Verbo *ficar*.

3.3. Trazos comúns propios de mañego e lagarteiro (40% dos falantes)

O mañego e o lagarteiro teñen sibilantes sonoras pero cun subsistema especial, xa que conservan un alófono africado prepalatal sonoro e o par predorsal evolucionou a interdental xorda e a dental sonoro. Alén disto, presentan tamén algún leonesismo morfolóxico sobranceiro.

1. Sistema de sibilantes con fonemas e alófonos sonoros:
 - b. /tʃ/: *chave, fechar, chamusquiña, chorrá...*
 - c. <ʃ/ʒ>, par neutralizado xa que non existen parellas opositivas, ten tres realizacións: [ʃ] (*enxame, coxo, ferruxe, bruxa, xabón, xesgo...*), [ʒ] (*fu[ʒ]ir, (i)[ʒ]ugar, via[ʒ]e, (i)[ʒ]eira, cerei[ʒ]a...*), e [dʒ], son africado palatal sonoro que aparece esporadicamente en inicial absoluta de palabra (*[dʒ]in[dʒ]a* ou *[ʒ]in[dʒ]a*) e sistematicamente en posición interior de palabra tras nasal (*mon[dʒ]a, lon[dʒ]e, paxin[dʒ]a, naran[dʒ]a, estran[dʒ]eiro, zan[ʒ]a...*).
 - d. /s/ – /z/: par que só se mantén nas parellas *presa/pre[z]a* e *asa/a[z]a*, no resto de pares opositivos houbo neutralización, ben cara á realización sonora, ben cara á xorda.
 - e. O antigo par de sibilantes fricativas predorsodentais evolucionaron a fricativa interdental /θ/ (a xorda) e a oclusiva dental /d/ (a sonora), de xeito que xa non existe o par e un dos resultados xa non é fricativo: *praza, cinco, cear, moza, cesta, loiza, coice, foice... e codiña, redar, onde, dode, trede, catorde, producir, certeda, triseda, dorra, dagal, adevo, vidiña...*

2. Plural en -s das palabras agudas rematadas en -n: *mañás, ras, ventás, canciós, corazós, pantalós, mas, calcetís...* coma o galego central.
3. O SNP das P6 dos Perfectos da CI remata en -orin: *cantorin, chegorin, levorin...*
4. Verbo *fer*.

3.3.1. Trazos exclusivos do lagarteiro (21% dos falantes)

Hai trazos propios do lagarteiro que se espellan en características idénticas que posúen falas leonesas veciñas, ao tempo que presentan microdialectalismos do Bierzo ou do Eo-Navia.

1. Sistema de sibilantes común co mañego salvo en dous detalles:
 - b. O *lagarteiro* engade un i- protético cando a palabra comeza por fricativa palatal xorda ou sonora: *ixabón, izuntos, izugar, izoves, ixaringa...*
 - c. O *lagarteiro* despalataliza a fricativa palatal en interior de palabra tras ditongo: *deisar, queiso, baiso, caisa...*
2. Os pronomes *túa* e *súa* e o numeral feminino *dúas* redúcense a *tu, su, dus* cando se atonizan antes do substantivo: *estaba na su casa* pero *estaba na casa súa, esta é a súa...* *chegorin dus dagalas* pero *chegorin elas dúas, eran dúas...*
3. Presenza de voces propias como *causo, oitro/a* (*caso, otro/a* nas outras dúas falas).
4. Prosodia distinta das outras falas veciñas doadamente distinguible, sobre todo nas oracións interrogativas.

3.3.2. Trazos exclusivos do mañego (19% dos falantes)

O mañego ten características do galego nororiental, evolucións propias (que se truncaron en galego e portugués) e algún trazo coincidente co portugués meridional e co castelán.

1. Sistema de sibilantes común co mañego salvo nos detalles anteriores e en que en mañego a sibilante fricativa palatal xorda absorbe o iode anterior en *caxa, baxo, dexar, quexu...* (coma algúns falares galegos nororientais)..
2. Artigo masculino pronunciado [o], [os], fronte a [u], [us] nas outras dúas falas.
3. Vocalización da dental no grupo -dr- (<-TR-): *paire, maire, heira, peira, Peiro, lairillo, cuairil, puirir, mairugar, Mairil, mairoño, lairar...*
4. P3 dos Perfectos da CII e CIII: *comei, bebei / durmí, viví*.
5. Sufixo diminutivo-afectivo -ito/a (-iño/a nas outras dúas falas): *viñito, dagalito, boiguita, pereirita*.

Vexamos resumidas neste cadro as diferenzas entre as tres variedades:

Valverdeiro (60%)	Lagarteiro (21%)	Mañego (19%)
bruxa, monxa, baixo	bruisa, mond3a, baixo	bruxa, mond3a, baxo
nosa, casa, uso, paso	nosa, ca[z]a, u[z]o, paso	nosa, ca[z]a, u[z]o, paso
cea, praza, doce, tazón	cea, praza, dode, tadón	cea, praza, dode, tadón
hedra, ladrón, pedra	hedra, ladrón, pedra	heira, lairón, peira
mans, ventáns, miñáns	mas, ventás, mañás	mas, ventás, mañás
cancións, razóns	canciós, radós	canciós, radós
u, us	u, us	o, os
comeu, temeu/ viviu	comeu, temeu/ viviu	comei, temei/ vivi
chegaran, cearan	chegorin, ceorin	chegorin, ceorin
ficer	fer	fer
zagaliña, aceviño,	dagaliña, adeviño,	dagalita, adevito,

**TÁBOA 2. PRINCIPAIS DIFERENZAS ENTRE AS TRES FALAS
 [ELABORACIÓN PROPIA]**

Nas solucións léxicas coinciden normalmente mañego e lagarteiro, afastándose as máis das veces o valverdeiro, pero non sempre é así: *funqueiru*, *donicela* e *garabaná* (Valverde)/ *estalunchu*, *doniña* e *chorrá/bategá* nas Ellas e S. Martiño; pero *cerdeira* (S. Martiño) fronte a *cereixeira* nos outros dous lugares; isto é, no léxico non hai isoglosas coincidentes entre unhas voces e outras entre os tres lugares.

Visto o cadro anterior, semella que o lagarteiro fai de ponte ou transición entre valverdeiro e mañego pero non é así, porque ten solucións propias (*a tu taita le chegorin con dus caisas dus amigas da sú* provincia) e, sobre todo, pronuncia todas as átonas pechadas en extremo e ten unha entoación totalmente diferente aos outros dous lugares.

O valverdeiro, a fala máis semellante ao galego común, é a variedade usada polo 60% do total dos falantes e o 70% dos falantes menores de 30 anos, e para nós é a variedade sobre a que se debería alicerzar a normativización unificada destas falas.

4. Gravacións do val do Ellas no *Arquivo do Galego Oral (AGO)*

Dispomos neste momento no *Arquivo do Galego Oral* de máis dunha ducia de gravacións de boa calidade realizadas entre os anos 2012 e 2015 por Ana García García e Alicia Manso Flores, filólogas galega e valverdeira respectivamente. As gravacións son das tres variedades e poden constituír en total unhas 10 horas; a maioría das gravacións son do valverdeiro e do mañego. Os temas de gravación son do máis variado: tesoirus e moirus, contos e anécdotas populares, o contrabando, reflexións sobre a lingua, os traballos do liño, gastronomía local, temas da natureza, labores agrícolas e gandeiros etc.

Á parte disto, temos pensado adquirir copias das gravacións realizadas por diversos documentalistas que fixeron reportaxes audiovisuais sobre estas falas (Rubén Pardiñas, *A terceira póla*) e temos a promesa do documentalista courelao Miguel Anxo Álvarez de nos proporcionar o audio de máis de 40 horas de gravacións audiovisuais que realizou en novembro de 2015.

A importancia das gravacións no Val do Ellas está fóra de toda dúbida, primeiramente porque destas falas fronteirizas galegas (ou galego-portuguesas en sentido amplo) non se teñen feito moitas gravacións de calidade; segundo porque nos valen para comprobarmos a desfeita total que está a provocar a escola exclusivamente en castelán sobre as poboacións máis novas; terceiro porque así temos constancia viva de auténticos fósiles fonéticos como a africada prepalatal sonora e outros; e cuarto porque deste xeito temos un maior e mellor coñecemento desta realidade lingüística tan especial, de singular relevo para os estudos históricos de galego e portugués, tanto en fonética e fonoloxía coma en morfosintaxe e léxico, principalmente para o estudo etimolóxico do léxico patrimonial común galego-portugués.

5. A gravación que presentamos agora

A seguir, e a modo de exemplo, imos transcribir unha anaco dunha conversa entre unha falante valverdeira de 24 anos e un falante mañego de 35 que tivo lugar hai escasos meses en San Martiño de Trebello. A voz feminina da gravación é a da propia filóloga valverdeira que realizou a gravación, Alicia Manso, e no seu valverdeiro nótase que leva oito anos fóra do val, primeiro estudando o bacharelato en Plasencia e logo a carreira de Filoloxía en Cáceres, pois ten certas leves aspiracións do -s final impropias das falas do val. A voz masculina é de Julián Carretero, tendeiro e hosteleiro de San Martiño de Trebello, con estudos secundarios, quen naceu e sempre viviu en San Martiño.

Buscamos esta gravación para que se vexa o contraste entre os falares valverdeiro (sen sibilantes sonoras) e mañego (con sibilantes sonoras), e para que se comprobe como os falantes novos coñecen o léxico patrimonial pero son conscientes do seu desleixo e abandono. Buscamos esta gravación polos compoñentes lingüístico e sociolingüístico nun anaco dunha simple conversa sobre as froitas de tempada, indicándonos en negriña as formas dialectalmente sobranceiras e en cursiva os castelanismos.

—(...) hai unha fruta que se dá, *buenu*, pois agora por u *otoño*, que é así, que ten como grans *rojos*, mutus grans *rojos*.

—Mairoño.

—Non. É unha fruta que a abris... son mutus grans *rojos*, pequenus.

—Grans *rojos* i pequenus... pois agó non caiu ei...

—*Se dici* a migrá, se dici así,

—A migrá.

- A migrá, se dici así, coixa que tamén te voi a dicel en Valverdi...
—Si [...]. Bueno!...ó millol a coñozu, pero agó non caiu ei en cual é.
—A migrá?
—*Esperaté,*
—Esa non sai en *otoño*...
—Agora...
—Esa sai en inverno...a migrá.
—Bueno...
—Entre *otoño* i inverno... esactu, a migrá...
—Coincidindu cun...
—Da migreira.
—Aí, aí, aí é onde quería chegar ei.
—*Se chama* migrá á fruta en si, i logu sai da migreira.
—I logu tamén desa época está unha fruta que se come mutu que se usa pa ficel *mermelá*, amarela, que a rascas un poico.
—Amarela que... ah, si! Esa é o *mimbrillo*, o *mimbrillo*, que tamén le chaman, en Valverdi le chaman...
—U marmelu
—O marmelu.
—Como me dikheran a mi en *Elkhas* que se decía...? Us perós ?
—Seguro que os perós, si. Que aquí hai zenti que tamén didi perós. Quizás ó mellol zenti maiol pero non, en *kheneral* en toa a zenti maiol.
—Vós que diceis máis...
—*Mimbrillo.*
—*Mimbrillo.*
—I logu hai unha fruta [...] parecía... du estilu du madroño, que é así unha... comu un tipu *cereza* pero que a utilizas pa...ei que sé...con *aguardienti* i disu.
—Ah, si, esas son os do pacharán, pa fel o pacharán: o mairoño.
—Pero, u que é como a *cereza*...
—En *castellanu endrina.*
—Non, pero, u que é como a *cereza.*
—Esa é o mairoño, que é coloréño, que si o tomas... te poiz emborrachar.
—Non, pero non é *madroño*, é como unha *cereza*
—Como unha *cereza*...
—Que... ei sé que miña *agüela* a guardaba en, nisu du *aguardienti*, que son piconas.
—Ah, tu didiz a zindza, a a zindza, si...claro é que aquí está a cereiza i logu está a a zindza que é máis pequena i se meti en *aguardienti.*
—I logu du verán temus... frutas típicas...hai unha...
—Home! Do verán é a figueira, o figu...
—U figu, si.
—A figueira, máis do verán. Logu ia acaba.. *bueno*... a finais de agosto aquí, por o clima que temos e...az uvas, non? Que se dan mui pronto, *no?* [...] I logu máis frutas de verán... máis frutas de verán que coñoza ei por aquí... non me soa niñunha a mi, así fruta máis do verán.....

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARRASCO GONZÁLEZ, Juan María (1996): “Hablas y dialectos portugueses o galaico-portugueses en Extremadura. Parte I: Grupos dialectales. Clasificación de las hablas de Jálama”, *Anuario de Estudios Filológicos*, 19. Cáceres: Universidad de Extremadura, 135-148.
- COSTAS GONZÁLEZ, Xosé-Henrique (1998): “Valverdeiro, lagarteiro e mañego: o ‘galego’ do Val do Río Ellas (Cáceres)”, en Antón Santamarina / Francisco Fernández Rei (eds.), *Estudios de sociolingüística románica. Linguas e variedades minorizadas*. Santiago de Compostela: USC.
- COSTAS GONZÁLEZ, Xosé-Henrique (2013): *O valego: as falas de orixe galega do Val do Ellas (Cáceres-Extremadura)*. Vigo: Xerais.
- COSTAS GONZÁLEZ, Xosé-Henrique (2014): “Um estranho caso de ênclise na fala do vale do rio Elhas ou de Xalma”, *Limite. Revista de Estudos Portugueses e da Lusofonia*, nº 8, 363-374.
- FERNÁNDEZ REI, Francisco (1990): *Dialectoloxía da Lingua Galega*. Vigo: Xerais.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1959): *A linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, Seu confronto con a dos Foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos filológicos.
- MANSO FLORES, Ana Alicia (2014): *Aspectos léxicos en el habla de Valverde del Fresno*. TFM [inédito]. Cáceres: Universidad de Extremadura.

Um caso de absorção linguística, literária e social no *corpus* lírico galego-português: as cantigas de Vidal, Judeu d'Elvas

Yara Frateschi Vieira

Universidade Estadual de Campinas

yara_f_vieira@yahoo.com

A Case of Linguistic, Literary, and Social Absorption in Galician-Portuguese Lyric Poetry: the *Cantigas* of Vidal, *judeu d'Elvas*

Resumo

Entre as incorporações mais tardias ao Cancioneiro profano galego-português, destacam-se as duas cantigas fragmentárias de Vidal, judeu d'Elvas. A identificação do autor como judeu na rubrica que lhes foi anteposta e o local onde foram transcritas suscitam, naturalmente, questões relevantes sobre os critérios que teriam levado o compilador a incluir na recolha trovadoresca cantigas reconhecidamente truncadas de um trovador pertencente a uma minoria religiosa e social. A fim de tentar esclarecer as questões paratextuais envolvidas – de natureza social, religiosa, poética e compilatória –, pretendo, neste trabalho, 1) apresentar documentos que podem lançar luz sobre a biografia de Vidal; 2) comparar a sua produção poética com a de outros judeus peninsulares, occitanos e italianos da mesma época, no que se refere à língua e aos gêneros praticados, bem como a possíveis intersecções com os sistemas literários dominantes.

Palavras-chave

Cancioneiro profano galego-português, Vidal, Judeu d'Elvas, documentação biográfica, convivência, cultura judaica, contexto cultural peninsular e europeu

Sumário

1. Dados biográficos. 1.1. Antroponímia judaica. 1.2. O exercício da medicina pelos judeus em Portugal. 2. Convivência entre as literaturas hebraica e cristã vernácula nos sécs. XIII e XIV. 2.1. Âmbito da lírica galego-portuguesa. 2.1.1. Nos Cancioneiros. 2.1.2. Fora dos Cancioneiros. 2.2. Lírica provençal. 2.3. Lírica italiana. 3. Observações finais.

Abstract

The two “cantigas d’amor” by Vidal, *judeu d'Elvas*, stand out among the poems transcribed in the last section of the Galician-Portuguese profane songbooks. The identification of their author as Jewish in the rubric that precedes them, and the place where they are transcribed pose relevant questions regarding the criteria that led the compiler to include in a troubadour songbook cantigas explicitly acknowledged as fragmentary and composed by a poet belonging to a religious and social minority. With the objective of elucidating the paratextual questions involved – their social, religious, poetic, and compilatory nature – I propose, in this paper, 1) to present documents that might shed light on Vidal’s biography; 2) to examine how his poetic compositions relate to those of other Peninsular, Occitan, and Italian Jewish poets from the same period, taking into consideration their language and genres, as well as possible intersections with dominant literary systems.

Keywords

Galician-Portuguese profane songbook, Vidal, *judeu d'Elvas*, biographical documentation, co-existence, Jewish culture, Peninsular and European cultural context

Contents

1. Biographical data. 1.1. Jewish anthroponymy. 1.2. Practice of medicine by Jews in Portugal. 2. Coexistence of Hebrew and Christian vernacular literature in the 13th and 14th centuries. 2.1. Galician-Portuguese lyric domain. 2.1.1. In the Songbooks. 2.1.2. Outside the Songbooks. 2.2. Provençal lyric. 2.3. Italian lyric. 3. Concluding remarks.

1. Introdução

As duas cantigas de amor de Vidal encontram-se na parte final da secção das cantigas de escárnio e maldizer de B e V (B 1605, 1606 / V 1138, 1139). O seu autor está incluído entre os que constituem o terceiro grupo de poetas cuja inserção no cancionero pode ter ocorrido na década de cinquenta do séc. XIV (Oliveira 1994: 246). A rubrica que antecede a primeira cantiga¹ informa que ambas foram compostas por um trovador de nome Vidal, judeu de Elvas, nomeando também a mulher por ele cantada: Dona, uma judia da mesma localidade. O autor da nota explicativa (provavelmente o compilador) justifica ainda o motivo pelo qual se transcrevem na coletânea essas cantigas, não só atribuídas a um poeta que se apressa a identificar como judeu, mas também explicitamente reconhecidas como fragmentárias²: por atenderem, diz ele, ao critério de qualidade, sendo consideradas “boas” – *e pero que é ben que o ben que home faz se non perça, mandamolo [e]screver*³. Como é natural, porém, nesse tipo de didascália, não se esclarecem os fundamentos da avaliação, que, embora não o possamos fazer aqui, merecem certamente exame e tratamento à parte⁴.

A identificação do poeta como um judeu que não faz parte da corte, mas é especificamente indicado como morador da vila de Elvas, o qual compõe cantigas de amor para uma mulher também judia e moradora da mesma vila, portanto não descrita como ligada à corte real ou a alguma outra corte senhorial, coloca, como é evidente, uma série de questões: em primeiro lugar, o que é possível saber acerca desse poeta judeu, além dos dados fornecidos pela rubrica; e, em seguida, a que podemos atribuir a sua inclusão dentro da recolha de poesia lírica profana galego-portuguesa, isto é, se é possível detectar no seu caso circunstâncias socioculturais que, dadas as condições gerais de marginalização da comunidade judaica no contexto cristão da Reconquista, teriam permitido que as barreiras em vigor fossem quebradas a seu favor.

Começamos, então, por tentar esclarecer, tanto quanto possível, a biografia e as condições socioculturais desse Vidal, Judeu de Elvas.

¹ *Estas duas cantigas fez ùu judeu d'Elvas, que avia nome Vidal, por amor d'ũa judia de sa vila que avia nome Dona. E pero que é ben que o ben que home faz se non perça, mandamo-lo [e] screver; e non sabemos mais d'ela[s] mais de duas cobras, a primeira cobra de cada ùa.* (Picchio 1979: 85-90; Lagares 2000: 174).

² Embora a rubrica diga que *non sabemos mais dela[s] mais de duas cobras, a primeira cobra de cada ùa*, isso só é verdade no que se refere a V. Em B a segunda cantiga contém a primeira e a terceira estrofes, com espaço deixado em branco para a segunda, iniciada por *que*: um aspecto que também merece atenção, quando se tratar da edição e interpretação das cantigas.

³ Aceitamos a leitura de Picchio (1979: 89) *e pero que*, em vez de *e por que*, adotada por Lagares (2000: 174).

⁴ Maria do Rosário Ferreira (2010: 102) chama a atenção para o caráter generalizante da caracterização de *ben* na rubrica: “Um Bem com ressonâncias Aristotélicas, invocado num enunciado universalizante que não se aplica apenas à poesia mas à generalidade dos feitos humanos, e que deve ser assinalado por aquele que tem sobre o tempo o poder de, pela escrita, o cristalizar em memória”.

2. Dados biográficos

Os Cancioneiros da Biblioteca Nacional e da Vaticana oferecem-nos, na mencionada rubrica que antecede a primeira cantiga, os seguintes dados a respeito de Vidal (Picchio 1979: 74; Indini 1993: 679-680):

- O nome: Vidal
- O grupo a que pertence: judeu
- Lugar onde vive: Elvas
- O nome da sua amada: Dona, também ela judia e moradora em Elvas

Essas indicações, por precárias que sejam, talvez nos ajudem a ir atrás de informações mais precisas. Os três primeiros dados, efetivamente, permitem iniciar uma busca na documentação relativa aos judeus de Elvas nos sécs. xiv e xv, sobre os quais dispomos de estudos bastante detalhados (Tavares 1979, 1984).

Procuramos, portanto, em primeiro lugar, na documentação levantada na bibliografia relevante, referência a algum Vidal, residente em Elvas. Não se trata de um nome comum, dentre os inúmeros indivíduos de nome Abraão, Isaac, Jacob, José, Judas, Moisés, Salomão, Samuel etc.⁵ Na verdade, os únicos que comparecem com esse nome na documentação consultada (Tavares 1984, II: 70-71; 778-808) são exatamente moradores em Elvas, registrados em 1463, 1469 e 1480 (v. Apêndice):

- **ANTT, Chanc. Af. V, liv. 9, f. 131 – 1463.08.22** – D. Afonso V outorga licença ao mestre Vidal, judeu de Elvas, para a prática da “física” (Gonçalves 1965: 79 e 101; Texid BITAGAP 16500)⁶.
- **ANTT, Chanc. Af. V, liv.31, f. 116v – 1469.03.13** – D. Afonso V outorga licença a mestre Vidal, cirurgião de Elvas, para andar em besta muar de sela e freio (Tavares 1984, quadro no. 9, “Privilégios”; Correia 2013: 413, n. 477; Texid BITAGAP 16499).
- **ANTT, Chanc. Af. V, liv. 32, f. 147v – 1480.06.13** – D. Afonso V isenta mestre Vidal, físico e cirurgião de Elvas, do serviço de aposentadoria (Tavares 1984, quadro n. 9, “Privilégios”)

Há ainda um documento de 1488.19.01, referente a um Haim Vidal, gibiteiro do duque e cortesão (Tavares 1984, quadro n. 9, “Privilégios”), concedendo-lhe isen-

⁵ Luciana Stegagno Picchio observa, contudo, que “Vidal (nome próprio e depois apelido) aparece frequentemente na história dos hebreus peninsulares: tão frequentemente que, quando Gil Vicente, nos começos do séc. xvi, quer pôr em cena dois típicos ‘judeus casamenteiros’, escolhe muito naturalmente os nomes Vidal e Latão, dois nomes já na época fixados na tradição popular” (Picchio 1979: 74).

⁶ Essa informação foi-me transmitida pelo Dr. Arlindo Sena, historiador de Elvas, em correio particular, pelo que lhe fico muito grata. Agradeço também a Harvey Sharrer que me ajudou com a localização das referências.

ção de pagamento de direitos reais e isenção de pagamento de pedidos e empréstimos ao rei. Trata-se, muito provavelmente, de um outro indivíduo (no entanto, é curiosa a composição do nome, já que Haim = Vida e Vidal é forma romance de Vitalis).

Naturalmente, essas datas são extremamente tardias para o nosso Vidal. Mas, mesmo assim, julgamos conveniente examinar se esse (ou esses) “Vidal” de Elvas do séc. xv poderia ser um descendente do Vidal de Elvas “do séc. xiv. Para tanto, convém examinar as práticas onomásticas adotadas pela comunidade judaica, em geral, e especificamente em Portugal.

2.1. Antroponímia judaica

Leite de Vasconcelos, no seu extenso estudo sobre a antroponímia portuguesa, dedica um capítulo à onomástica judaica. Remetendo a Salomon Reinach (1885: 503-4), anota o costume entre os gregos, assim como entre os povos semitas, de dar a um filho, e em particular ao primogênito, o nome do avô paterno⁷. Em seguida, descreve o padrão de atribuição do nome entre os judeus portugueses: “O primeiro filho que nasce, recebe o nome do avô paterno, o segundo o do avô materno; a primeira filha recebe o nome da avó paterna, a segunda o da avó materna; os outros filhos vão tomando os nomes dos tios-avós ou tias, de preferência os já falecidos, ou os que não deixam descendência” (1928: 420). Essa prática, portanto, tende a estabelecer uma homogeneização onomástica nas gerações, o que pode ser comprovado, por exemplo, pela árvore genealógica dos Yahias por um período de cerca de 400 anos, isto é, entre 1055 e 1498, na qual se repetem a cada geração ou a cada duas gerações os nomes Salomão, Guedelha, José, David, Judas (Tavares 1992: 90). De acordo com essa norma, é possível supor que o Vidal documentado em 1463, 1469 e 1480 fosse um descendente em terceira ou quarta geração de um Vidal, talvez o nosso trovador⁸. Naturalmente, outros descendentes poderiam constar na lista consultada, mas não os podemos identificar, uma vez que não conhecemos a genealogia da mulher de Vidal (eventualmente, supondo que o poeta se tenha casado com ela, os pais de Dona).

Quanto ao nome Vidal: trata-se de uma variante de Vital, do cognome romano Vitalis, possivelmente uma forma vernácula do nome próprio hebraico poético Hayim (= Vida). Considerando que se trata de uma romanização de um nome he-

⁷ “Les Grecs de l’ancienne époque, comme les Grecs modernes, ont en commun avec les peuples sémitiques l’habitude de donner au fils, et en particulier au fils aîné, le nom de son grand-père paternel (Eustathe, *Ad Iliad*: 581-4; ...)”.

⁸ O Vidal que é examinado em 1463 deve ter nascido à volta de 1430-40; seu pai, c. 1400-1420; o avô, c. 1370-90; o bisavô, c. 1340-70; o trisavô, c. 1310-1330; e o tetravô, c. 1280-1300. Este poderia ser, talvez, o nosso Vidal.

braico, isso apontaria para um processo de absorção, pelo menos parcial, já em curso no momento da nomeação desse indivíduo particular.

O nome próprio feminino Dona (Donna ou Dōna) também comparece na lista de nomes judaicos de Leite de Vasconcelos (1928: 393, 417, 579), como equívante a “domina” (Picchio 1979: 89, n. 3). No quadro populacional de Elvas elaborado por Tavares (1984, Quadro Populacional 57), encontramos uma Dona Oiro, alfaiata, documentada em 1442; uma Dona, viúva de Famir (talvez a mesma Dona Oiro?), documentada em 1442; uma Dona Cinfa, marceira, também em 1442; e uma Dona, casada com Tristão, em 1472. O nome Dona era portanto um nome comum entre as judias e pode-se dizer que comparece com certa frequência em Elvas (uma vez que a maior parte dos nomes documentados é masculina): 4 ou 3, entre 1442 e 1472. Considerando a norma de atribuição dos nomes da avó paterna e materna às netas, podemos também retroceder esse nome ao séc. xiv.

O Vidal documentado em Elvas no séc. xv, como vimos, exercia a medicina (a “física”) e era também cirurgião, o que nos leva a examinar a situação dos médicos judeus nos sécs. xiv e xv, em Portugal, em busca de alguma pista eventual para o nosso Vidal do séc. xiv.

2.2. O exercício da medicina pelos judeus em Portugal

Para termos uma ideia da importância dos médicos (“físicos”, “cirurgiões”) judeus em Portugal, já bastaria verificar nos quadros de “Privilégios” elaborados por Tavares (1984) a quantidade de físicos e cirurgiões que receberam algum tipo de privilégio, por comparação a outras profissões (p. ex. alfaiate, ferreiro, ourives etc.) exercidas por judeus. Entre os anos 1409 e 1441, por exemplo, documentam-se 82 concessões de mercês reais a judeus de várias profissões, das quais 35, ou seja, 42.68%, são atribuídas a físicos e cirurgiões.

A medicina foi, aliás, uma das profissões mais exercidas pelos judeus em Portugal. No séc. xv, os médicos judeus eram mais numerosos que os cristãos (Wilke 2007: 39; Martins e Silva 2002: 241). Maximiano Lemos (1899: 90-91) informa:

No reinado de D. João I encontramos documentos que indicam a existencia de grande numero de medicos judeus no nosso paiz, e é para notar-se que o physico d'aquelle monarcha fosse mestre Moysés, de origem hebraica, o que indica a elevada consideração em que eram tidos. Nos reinados seguintes continuam a ser medicos dos reis portuguezes, e pudemos apurar os nomes de Abrahão Guedelha, physico de D. Duarte e D. Affonso V, do dr. Thomaz da Veiga e seu filho Rodrigo da Veiga, physicos de D. Affonso V, de mestre Leão, physico de D. João II, de mestre Antonio, cirurgião-mór d'estes reinos no tempo do mesmo rei, e finalmente, de mestre Diogo de Alfaro, mestre Rodrigo e mestre José, que faziam parte da Junta dos Mathematicos, todos de origem judaica.

A presença e a importância dos físicos e cirurgiões judeus no reino levam-nos a inquirir o tipo de formação que recebiam, uma vez que lhes estava barrada a entrada nas universidades. A sua preparação, ao contrário da institucional recebida pelos cristãos, fazia-se por meio de um sistema “aberto” de educação médica, que existia paralelamente à oficial universitária: os candidatos a médicos e cirurgiões estudavam privadamente, junto a um familiar (pai, sogro, tio etc.) ou a um médico já reconhecido, e depois submetiam-se ao exame pelo físico-mor do reino que lhes concedia a licença necessária para exercer a profissão (Tavares 2000: 46; García Ballester et al. 1990: 93-94; Einbinder 2009: 87). Na Provença, Iancu-Agou (1998: 30-31), fala de “verdadeiras dinastias” aliadas a outras dinastias de grandes notáveis, como prestamistas e comerciantes⁹, documentadas no fim do séc. xv e começo do xvi; a sua formação profissional transmitia-se de pai a filho, de sogro a genro, de tio a sobrinho. Além da medicina, dedicavam-se ainda ao comércio e ao crédito, vivendo com largueza na sua comunidade mas também desfrutando da consideração dos cristãos¹⁰.

Em Portugal, a obrigatoriedade do exame para obter a licença de exercício da medicina foi estabelecida já antes de 1338 por D. Afonso IV; é provável que depois caísse em desuso, cabendo a D. João I, em 1430, a determinação de que ninguém, homem ou mulher, cristão, judeu ou mouro, exercesse clínica antes de ter sido examinado e aprovado por seu físico e examinador-mor (Gonçalves 1965: 72). A exigência continuou a vigorar nos reinados seguintes (Ferreira de Mira 1947: 50). Pelos registros de 296 cartas de cirurgia e de “física”, conservadas nas chancelarias desde D. João I até D. João II, ficamos sabendo que o futuro físico ou cirurgião obtinha geralmente os seus conhecimentos pela prática com um mestre, durante um período variável de tempo e que muitas vezes essa aprendizagem se fazia com membros da própria família, normalmente com o pai; além disso, somos informados de que o exame consistia na leitura de textos, por certo os mesmos utilizados na Universidade, e num interrogatório sobre o assunto da leitura e exterior a ele. Havia, ainda, uma prova prática (Gonçalves 1965: 77-80).

O primeiro Vidal que se menciona nos documentos da Chancelaria de D. Afonso V é objeto de uma concessão régia para que seja examinado pelo físico-mor

⁹ “Grâce à leurs contrats dotaux de 1460 à 1501, l’on constate qu’ils forment de véritables dynasties médicales, alliées à des lignages d’autres gros notables, des prêteurs et des commerçants de rang social égal. Ces stratégies matrimoniales s’étendent sur toute l’aire provençale, et même au-delà, du côté du Comtat Venaissin, de la Principauté d’Orange”.

¹⁰ Paterson (1993:194-195) menciona que a população cristã da Occitânia persistiu em consultar os médicos judeus: por exemplo, Jaume I de Aragão tinha um cirurgião pessoal, João Jacob, em 1243; Afonso de Poitiers chamou um oculista judeu em 1253 e o real castelão de Minerve devia a Salomão seis libras melgorianas em 1247. Mesmo depois da expulsão dos judeus da França em 1306, cirurgiões judeus eram chamados como testemunhas especializadas em casos legais e o seu testemunho tinha o mesmo peso que o de cristãos, ainda quando o caso dizia respeito ao suposto assalto de um cristão por um judeu. Isso pressupõe, diz ela, uma certa atmosfera de confiança, colaboração e respeito.

do reino, que lhe facultava então a licença para praticar a medicina, em 1463. Sabemos, portanto, que ele adquirira os conhecimentos necessários para ser aprovado no exame dentro do assim chamado sistema “aberto”, isto é, aprendendo provavelmente a medicina de um familiar (pai, tio, avô...) ou de um outro médico já autorizado previamente.

Essa prática de educação médica “aberta”, privada ou familiar, diríamos até mesmo dinástica, como a única aberta aos judeus, somada ao regime de atribuição dos mesmos nomes na mesma geração ou a cada duas gerações, autoriza-nos a supor, com certo grau de probabilidade, que o nosso Vidal trovador fosse também médico, embora na sua época não se exigisse ainda o exame de qualificação pelo físico-mor do reino, e não disponhamos de nenhum documento que o comprove.

Se isso for verdade, podemos também entender que o trovador e “físico” Vidal gozasse de certo prestígio na sua cidade – e mesmo fora dela – graças à sua profissão (cf. os privilégios concedidos aos médicos judeus pelos monarcas), o que daria conta do seu trânsito pelas formas literárias dominantes nas camadas mais altas da comunidade cristã. E que também seria um homem razoavelmente culto, como em geral o eram os médicos judeus na Idade Média. Einbinder (2007: 88-89) menciona várias obras escritas por médicos judeus provençais no séc. XIV, sendo duas delas sobre as teorias galênicas dos humores e da dieta. Um médico da região de Narbonne, Crescas du Caylar, escreveu duas narrativas sobre a história bíblica de Ester (*vid. infra*).

Não tenho, porém, notícia de nenhum médico judeu português dos sécs. XIII e XIV que tivesse também sido poeta.

3. Convivência entre as literaturas hebraica e cristã vernácula nos sécs. XIII e XIV

O termo *convivência* começou a ser utilizado no âmbito de uma discussão sobre a forma que tomaram as interações das três culturas – judaica, muçulmana e cristã – na Península Ibérica medieval e sobre o papel que ela teria exercido sobre a identidade futura da Espanha e de Portugal. A polémica foi desencadeada por dois representantes da intelectualidade liberal, que abandonaram a Espanha em 1939: o filólogo Américo Castro e o historiador Claudio Sánchez Albornoz. Na obra publicada em 1948, *España en su historia*, Castro definiu a convivência pacífica entre mouros, judeus e cristãos na Península como o momento decisivo para a formação da identidade coletiva dos espanhóis, assim conferindo um valor universal à civilização espanhola. Por sua vez, Sánchez Albornoz refutou, no seu livro *España, un enigma histórico* (1956), as teses de Castro acerca da influência do Islão e do judaísmo sobre a civilização hispânica, insistindo na exclusão dos muçulmanos e dos judeus de uma unidade nacional baseada essencialmente na herança católica. (Baumeister/Teuber

2010: 93-94). Segundo esse historiador, a chamada simbiose das três religiões foi, na verdade, uma virulenta guerra e a influência cultural dos mouros e dos judeus não foi tão importante quanto Castro supôs (Lind 1978: 48).

Essa polêmica, que nasceu e se desenvolveu guiada por parâmetros claramente nacionalistas, ampliou-se em seguida para um âmbito mais generalizado, revisitando o conceito de *convivência*, que o próprio Castro já reconhecera não ter deixado de ser conflitiva, uma vez que as três culturas nunca chegaram a gozar das mesmas prerrogativas e direitos (Baumeister / Teuber 2010: 94). Por outro lado, o conceito passou também a ser aplicado nos estudos dedicados às relações entre as literaturas árabe, hebraica e cristã (Bossong 2010; Paden 2005).

Tendo como pano de fundo o quadro mais geral da convivência das três literaturas e dos diálogos nela envolvidos, vamos examinar a seguir a obra de alguns poetas ou trovadores judeus, do ponto de vista da possível interação nela detectável com a literatura vernácula dominante, em galego-português, provençal e italiano. É preciso ressaltar, contudo, que esses aspectos decorrentes da situação de poetas judeus dentro do âmbito cristão medieval só muito recentemente começaram a chamar a atenção dos especialistas. O que expomos em seguida está necessariamente limitado, portanto, pelo estado atual do conhecimento na área e pelo meu desconhecimento da língua hebraica, o que restringiu a leitura dos textos poéticos às traduções já existentes para outras línguas (Sáenz-Badillos 2001: 156-158).

3.1. Âmbito da lírica galego-portuguesa

3.1.1. Nos Cancioneiros

O único trovador judeu recolhido nos Cancioneiros, além de Vidal, é Dom Josep, que participa numa tenção com Estêvão da Guarda (B 1315, V 920). Do sentido da cantiga, bastante obscuro, parece poder inferir-se que Dom Josep era “talhador”, isto é, encarregado de cobrar impostos, cargo frequentemente atribuído pelos monarcas aos financistas judeus (Tavares 2000: 125). Maria José Tavares (2014: 97) identifica-o, sem mais explicação, como D. Josep (Negro), isto é, pertencente a uma das mais importantes famílias de financistas dos sécs. XIII e XIV, os Negros ou ibn Yahia (é possível que o confundisse com D. Judá Negro, *vid. infra*).

Supondo que D. Josep fosse um debatedor real - e não uma criação poética de Estêvão da Guarda (c. 1280-1364) - teria vivido, aproximadamente, na mesma época que se atribui a Vidal. Mas a sua área de circulação, como fica óbvio pelo teor da cantiga, era a corte dionisina (Indini 1993: 366; Vasconcelos 1990: II 618, 624 n. 4). Resende de Oliveira menciona que alguns indivíduos com esse nome comparecem em documentos da chancelaria de D. Dinis; além disso, refere um D. Josep, que

detinha propriedades cerca de Torres Vedras, onde Estêvão da Guarda possuía bens, mas conclui que não é possível identificar o trovador com nenhum deles, dada a falta do apelido (Oliveira 1994: 376-377).

É preciso lembrar que o propositor da tenção é o escrivão-régio de D. Dinis e não Dom Josep, e que não nos foi transmitida nenhuma outra composição do trovador judeu, embora o seu à vontade com os cânones poéticos vigentes na produção cortês sugira que essa não seria a sua única composição em galego-português.

Pero Garcia Burgalês foi considerado judeu pelo seu editor, Pierre Blasco (1984), mas os argumentos de que se vale têm sido refutados, penso que corretamente, como não convincentes (Finazzi-Agrò 1993: 541-542).

3.1.2. Fora dos Cancioneiros

Encontramos referência a um outro poeta judeu, citado num documento de 1293 (Azevedo 1897-99: 129): Samuel trovador. Não temos, contudo, nenhuma informação acerca do sentido exato que se deva atribuir, nesse caso, à designação *trovador*, isto é, se estamos diante de um poeta em hebraico ou em vernáculo.

Gomes Eanes Zurara, na *Crónica da Tomada de Ceuta* (1915: 92-93), menciona o trovador Judá Negro (isto é, da família dos Negros ou ibn Yahia):

[...] hũu judeu servidor da Rainha Dona Fillipa que chamauam Yuda Negro, *que era gramde trobador segumdo as trobas daquelle tempo, em hũua troba que emuiou a hũu escudeiro do Iffante Dom Pedro que chamauam Martim Affõmssso da Atouguia, comtamdolhe as nouas da corte*, disse todas estas cousas que dissemos e outras mujtas, amtre as quaaes *no derradeyro pee da quarta troba* disse. que os mais ssesudos emtemdiam que elRey hiria sobre a çidade de Cepta. Mas esto emtemdiam que elle nom soubera tamto por nehũu sinall çerto que uisse, soo-mente per juizo destrellomia em que elle mujto husaua. (itálicos acrescentados)

Judá Negro, filho do rabino-mor de Castela, D. David ibn Yahia Negro, emigrou para Portugal depois de 1391. Durante algum tempo, serviu a rainha D. Filipa, mulher de D. João I, e parece ter sido muito influente junto ao rei em favor dos judeus. Compôs poesia litúrgica em hebraico (Kayserling 2009: 74). Ora, se D. Judá Negro enviava trovas a Martim Afonso da Atouguia, fazia-o naturalmente em português, e não em hebraico. Já estamos, contudo, em 1415 e, além disso, não se conservaram as suas trovas em vernáculo.

No que se refere a Portugal, portanto, é importante observar que a produção poética de dois trovadores judeus foi incluída na última fase da recolha trovadoresca, o que indica, por um lado, que pelo menos alguns judeus, cortesãos ou não, praticavam naquela altura (e talvez até antes) a poesia vernácula e conforme aos códigos literários dominantes na cultura cristã; e, por outro, que alguns deles mereceram

mesmo a aprovação dos “trovadores titulares”, manifesta por meio da sua admissão numa compilação supostamente seletiva das melhores composições. No caso de Dom Josep, a porta de entrada foi o seu alto cargo na corte como financista do reino, o que o colocou em contacto com um trovador tão poderoso quanto Estêvão da Guarda. No caso de Vidal, porém, parece que estamos diante de um contacto circunstancial extra-corte, talvez por meio de uma cópia mutilada, que teve, porém, a boa fortuna de cair no agrado do compilador.

Na corte de Dom Afonso X, encontramos o poeta judeu Todros Ben Yehuda Halevi Abulafia (Toledo, 1247 - c. 1306), cujas relações com a poesia praticada nos reinos ibéricos cristãos da época já foi objeto de estudo por alguns especialistas (Baer 1981: I, 98-110; Doron 1986: 152; Doron 2000; Cole 2007: 257; Kirschbaum, 2011).

A sua obra só foi redescoberta e publicada na primeira metade do século passado e inclui um *Diwan* (coleção de poemas): *O Jardim de Provérbios e Enigmas*, com 1120 composições e mais 48 peças, das quais 47 são *muuaxahas*¹¹, terminadas em *carjas*, e mais um poema estrófico de tipo trovadoresco em louvor de Dom Afonso X. Uma parte das composições do *Diwan* inclui poesias consagradas às mais importantes personalidades judias da corte afonsina; outra, do poema 646 ao 707, descreve a sua experiência na corte, com algumas peças dedicadas a Dom Afonso, a Dom Sancho e ao infante Dom Henrique. Na introdução em prosa rimada ao *Jardim de Provérbios e Enigmas*, o autor declara que “não poucas expressões puras e inovadoras ficarão presas nas suas palavras” e também que “muitas formas poéticas da gente do país se recitarão em hebraico”¹². Essa última afirmação, que não se encontra nos poetas hebraicos que precederam a Todros Abulafia, pode entender-se como a adaptação e assimilação de elementos da lírica popular romance, tanto nas *carjas* como na métrica de algumas composições, que se inspiraria na poesia cristã da época (Targarona 1985: 199-200). Com efeito, das 47 *muuaxahas* hebraicas, 3 têm *carjas* em romance, duas em hebraico e as 42 restantes, em árabe. O sistema métrico de todas elas é quantitativo, embora não se utilizem metros clássicos; mas em muitos casos, a técnica quantitativa adapta-se aos princípios do sistema silábico-acentual em que se escreveram as *carjas* romances e, provavelmente, também as *carjas* árabes e hebraicas que as imitam (Sáenz-Badillos 1988: 142).

Ainda no *Diwan*, encontra-se uma série de 35 composições que constituem uma disputa poética entre Todros Abulafia e outro poeta, Phineas Halevi, do qual pouco se sabe (Sáenz-Badillos 1996: 49). Os poemas debatem a habilidade poética de cada um dos participantes, num tom que vai do respeitoso e amigável até ao insulto de caráter pessoal e mesmo obsceno. Sáenz-Badillos considera que esse conjunto, que

¹¹ Optei pela transcrição adotada por Rodrigues Lapa (1965: 174-175). Quanto a *carja*, preferi manter a forma já tradicional em português. Ivo Castro (2006: 63) transcreve *muwashshah* e *hardjas*. Michel Sleiman (2007: 43 ss.) utiliza as formas *muwaššahah* e *ħarjab*.

¹² Verto para o português a partir da tradução espanhola de Judit Targarona (1985: 199).

deve ter sido composto antes de 1280, quando ambos os poetas eram ainda jovens, na corte de Afonso X, reflete o ambiente literário romance, adotando o tom utilizado no *sirventes* pessoal provençal-catalão, no *sirventes* literário e nas *cantigas de escárnio e maldizer* galego-portuguesas, frequentemente usadas para ataques de cunho pessoal. A forma do debate, por sua vez, aproxima-se da *tenção*, principalmente a de conteúdo literário, que encontrou grande favor na corte do Rei Sábio. Não se encontra um modelo para esse tipo de disputa nem na poesia árabe nem na hebraico-espanhola. Por outro lado, os aspectos formais - as técnicas métricas de Todros e Phinehas; o uso de esquemas e rimas do verso; o metro quantitativo em várias composições curtas monorrímicas - denotam origem andaluz. O conjunto de poemas constitui, assim, um produto híbrido, representando o ambiente policultural da corte de Toledo (Sáenz-Badillos 1996: 60-67). Apesar dessas formas evidentes de contacto e absorção, não se encontrou, pelo menos até agora, nenhuma composição sua em galego-português.

3.2. Lírica provençal

Um caso semelhante ao de Dom Josep é oferecido pelo poeta judeu Bofilh, que participa de uma *tenso* com Guiraut Riquier (c. 1230 - 1292), provavelmente composta em 1257 ou 1259 (Anglade 1905: 86-88; Hershon 1997: 93-96). Mas a atitude de Guiraut em relação a Bofilh é oposta à de Estêvão da Guarda com relação a Dom Josep: Guiraut trata Bofilh de forma discriminativa e injuriosa, dizendo-lhe “car no. s tanh jes c'om que trachors sia / cui escontra tenga.s nostra via / car tots tos ditz e tos fatz son pezans / a Jesu Crist, car lo.n avetz esglans”¹³. No entanto, nas palavras de Anglade (1905: 88), “não há, na literatura provençal, outro exemplo de *tenção* entre um poeta judeu e um trovador, e por esse motivo essa *tenção* apresenta um vivo interesse”¹⁴. A hipótese de identificá-lo com Abraham ben Isaac Bedersi (Abraham de Béziers, v. infra) não se fundamenta em argumentação sólida e não tem sido aceita pelos especialistas.

A hipótese da identidade judaica de Ramon Vidal de Besalù, proposta por Amador de los Ríos (1848: 438-439), não encontrou até agora, contudo, comprovação. O seu editor, Hugh Field (1989: I, 22-23), depois de examiná-la, conclui que não é provável que a família fosse judia; em todo o caso, se o fosse, haveria de ser uma família de conversos.

Um poeta judeu que tem sido considerado um “trovador” é Isaac HaGorni (segunda metade do séc. XIII), natural de Aire, na Gasconha (Einbinder 2007:

¹³ “(...) pois não convém que um traidor que encontramos se mantenha no nosso caminho; pois todas as tuas palavras e ações são odiosas a Jesus Cristo, pois o supliciaestes”. Ed. de Maria Pia Betti (www.rialto.unina.it.)

¹⁴ “Il n’y a pas dans la littérature provençale d’autre exemple de *tenson* entre un poète juif et un troubadour, et à ce titre cette *tenson* présente un très vif intérêt”.

15-36). Chegaram até nós apenas 18 poemas seus. A sua imagem como “trovador” parece ter sido construída por ele mesmo, ao ter cultivado na sua poesia a *persona* do jogral errante, de corte em corte, desprovido de recursos, e amante da boa vida (Brenner 2001). Embora alguma presença formal e conteudística da lírica provençal se possa encontrar na sua obra (Paden 2005: 474; Cole 2007: 275-276), é importante observar que ele só escreveu em hebraico, mantendo fortes laços com um grupo de intelectuais judeus da Provença. Einbinder (2007: 22) observa que o maior problema colocado pela representação de Isaac HaGorni como trovador é o do hebraico, que não era uma língua falada e não tinha uso popular. Além disso, o hebraico de HaGorni é erudito e espiritualmente alusivo.

Abraham de Béziens (c. 1230 – c. 1300) escreveu o poema “A Espada giratória”, no qual faz uma espécie de balanço das poesias occitana, árabe e hebraica. Como diz Schippers (1998: 137), “eis a prova de que nessa época se podia viver ao mesmo tempo nos mundos de três literaturas”. Envolveu-se numa polémica com Isaac HaGorni, mas do debate não sobreviveram as respostas do poeta gascão (Cole 2007: 272-274).

Crescas du Caylar pertencia a uma família de médicos judeus. Além de poemas em hebraico, escreveu também, c. 1327, um romance de Esther, em duas versões. Uma versão é composta na língua vernácula usada pelos judeus provençais, em caracteres hebraicos; a outra é em hebraico. (Wanono 1998: 349-378).

3.3. Lírica italiana

Immanuel ben Solomon de Roma nasceu provavelmente em 1261, pertencente a uma família romano-judaica proeminente. Conviveu com os eruditos e filósofos da Roma judaica e pode ter sido um médico. Talvez por causa da expulsão dos judeus de 1321, abandonou Roma e viveu em Perugia, Fabriano, Fermo, Camerino, Ancona, Gubbio e Verona. Em Gubbio, parece ter convivido com o poeta Bosone, que o teria apresentado a Cino da Pistoia e ao texto da *Divina Comédia*.

A sua obra em hebraico é bastante extensa. A mais importante, *Mahbarot* (“Coleção”) é um compêndio de poesia estruturada à volta de uma prosa narrativa rimada e modelada em textos da literatura hebraico-árabe. Entre as composições poéticas, encontram-se exemplos de *serventese*, *canzone*, *madrigal*, bem como um grande número de sonetos, representando provavelmente o primeiro exemplo de sonetos escritos em outra língua que não o italiano. A secção final da obra, que descreve uma viagem ao além-túmulo, está modelada sobre a *Divina Comédia*. Compôs, dessa forma, uma resposta judaica à *Comédia* cristã, situando-se tanto na tradição literária hebraica quanto na italiana.

Em italiano, Immanuele compôs quatro sonetos e uma *frottola*, transmitidos em seis códices do período, todos eles importantes compêndios da poesia lírica ita-

liana e, particularmente, do *dolce stil nuovo*¹⁵. Esses manuscritos incluem evidência paratextual, indicando junto ao seu nome o seu status étnico/religioso: Manuel Çudeo dagobio, Manuel Zudeo, Manoello Giudeo. A prática especificativa, portanto, é paralela à que indicia Vidal nos Cancioneiros Colocci-Brancuti e da Vaticana. Fabian Alfie (1998: 313), que venho seguindo aqui para essas informações, comenta: “Já mesmo antes de alguém começar a ler os seus versos, os códices informam ao leitor a identidade judaica do poeta. *Julgo que esses sejam os únicos exemplos de coleções manuscritas de literatura vernácula, que ostensivamente circularam apenas entre cristãos, que identificaram um autor como judeu na Idade Média italiana*” (itálicos acrescentados)¹⁶. O cuidado em indicar a origem étnica/religiosa do autor incluído nos códices parece apontar para a sua posição ambígua: ao mesmo tempo aceito num determinado grupo, mas marcado como alguém que é normalmente excluído dele.

Deixando de lado a análise dos três primeiros sonetos italianos de Immanuel de Roma – feita aliás em detalhe por Alfie (1998: 314-323) –, é relevante mencionar especialmente aquele que constitui uma resposta *per le rime* numa *tenzone* com Bosone da Gubbio, na qual o poeta italiano convidava Immanuel a chorar a morte de Dante e a da sua própria mulher (Debenedetti 1986: 9-10). Ambos os poemas atestam, com efeito, que o poeta judeu transitava entre os seus contemporâneos italianos, se não em pé de igualdade, pelo menos com certa receptividade. Além disso, conserva-se uma *tenzone* entre Cino da Pistoia e Bosone da Gubbio, sobre a morte de Dante e de Manoello Giudeo (Alfie 1998: 312-313, n. 16).

4. Observações finais

Pelo exposto, fica evidente, penso, que as duas literaturas, a vernácula e a hebraica, seguiam curso paralelo, nos reinos europeus examinados, embora se possam encontrar ocasionalmente algumas intersecções entre elas. Em princípio, enquanto minoria marginalizada, os autores judeus eram mais sensíveis ao que ocorria no âmbito da literatura vernácula dominante do que o contrário, e em casos esporádicos podiam estabelecer diálogo com ela, tanto pela adoção de modelos formais e conteudísticos na sua obra em hebraico, como até mesmo pela composição de textos em vernáculo seguindo os cânones em vigor. Referindo-se especificamente a Immanuel de Roma, Alfie (1988: 311) observa que “como muitos judeus poderosos, ocupava uma posição

¹⁵ Os códices são: Vaticano Latino Barberiniano 3953, Casanatense 433, Giuntina-Galvani, Bologna Universitaria 1289, Trivulziano 1050 e Napoli XIII C 9 (Alfie 1998: 312),

¹⁶ “Before one even begins to read his verses, the codices inform the reader of the poet’s Jewish identity. To my mind, these appear to be the only examples of manuscript collections of vernacular literature, which ostensibly circulated solely among Christians, identifying an author as Jewish in the Italian Middle Ages”.

ambivalente em relação à sociedade medieval; possuía conhecimento da literatura dominante, e podia ter algum acesso a ela, mas não tinha autoridade para influir nem participar integralmente nela. É nesse sentido complexo que deveríamos interpretá-lo como poeta ‘marginalizado’, e não numa imagem bidimensional de ‘vítima’¹⁷.

O caso de Dom Josep e de Vidal tem pontos de contacto com a situação de Immanuel de Roma, mais do que com os demais poetas judeus acima examinados. Ambos são admitidos no território da literatura vernácula dominante: um deles, Vidal, como autor da forma poética mais prestigiosa, isto é, a cantiga de amor. Até que ponto, no entanto, as suas cantigas integram o “modelo” galego-português é uma questão que terá de ser examinada em outro momento. Os motivos que estão subjacentes à sua inclusão na compilação trovadoresca – para além daqueles declarados na rubrica, ou seja, o julgamento da “boa qualidade” das composições – deverão também ser analisados tendo em vista o contexto mais amplo das relações entre judeus e cristãos na Península Ibérica e, especificamente, em Portugal – uma vez que tanto Vidal como Dom Josep se situam nos tempos dionisinos ou talvez mesmo posteriores, já de D. Afonso IV (1325-1357). De qualquer forma, é preciso lembrar que alguns judeus gozavam, em Portugal, de grandes privilégios não só junto aos reis, mas também na sociedade em geral. Assim, Dom Josep, embora judeu, devia desfrutar das regalias que os arrecadadores de impostos recebiam do soberano; Vidal, se realmente era um físico e cirurgião, teria uma situação prestigiosa não só na sua comunidade, mas também entre os cristãos que reconheciam a sua competência profissional e dela dependiam.

Por outro lado, a inclusão da produção de Dom Josep está subordinada ao papel de participante numa tenção e, se chegou a compor outras cantigas – o que é provável – elas não acederam à compilação. No caso de Vidal, a inclusão só se realiza depois de uma “justificativa”, quase que uma “desculpa”. Mesmo advertindo que a corte dionisina era mais tolerante do que as demais (afonsina, provençais...), só com grande comedimento e dentro de circunstâncias muito especiais se abriram as portas para esse outro mundo paralelo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADOR DE LOS RÍOS, José (1848): *Estudios históricos, políticos y literarios sobre los judíos en España*. Madrid: Imprenta de D. M. Díaz y Comp.
- ANGLADE, Joseph (1905): *Le troubadour Guiraut Riquier. Étude sur la décadence de l'ancienne poésie provençale*. Bordeaux: Feret & Fils, éd.

¹⁷ “Rather, Immanuel, like most powerful Jews, occupied an ambivalent position in relationship to medieval society; he possessed awareness of the greater culture, and was granted some access to it, but held no authority to influence it nor to participate fully in it. It is in this complex sense that we should interpret him as a ‘marginalized’ poet, and not in some two-dimensional image of a ‘victim’”.

- AZEVEDO, Pedro A. d' (1897-1899): "O trovador Martim Soáres e seu filho João Martins", *Revista Lusitana* V, 114-136.
- BAER, Yitzhak (1981): *Historia de los judíos en la España Cristiana*. 2 vols. Trad. del hebreo por José Luis Lacave. Madrid: Altalena.
- BALLESTER, Luis García / Lola FERRE / Eduard FELIU (1990): "Jewish Appreciation of Fourteenth-Century Scholastic Medicine", *Osiris* 6, 85-117.
- BAUMEISTER, Martín / Bernardo TEUBER (2010): "La obra de Américo Castro y la España de las tres culturas, sesenta años después". Dossier. *Iberoamericana* X, 38, 91-97. http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Iberoamericana/38-2010/Baumeister_y_Teuber_Rev38-01.pdf.
- BLASCO, Pierre (1984): *Les chansons de Pero Garcia Burgalès, troubadour galicien-portugais du XIIIe. siècle. Introduction, édition critique, notes et glossaire*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais.
- BOSSONG, Georg (2010): *Poesía en convivencia. Estudios sobre la lírica árabe, hebrea y romance en la España de las tres religiones*. Gijón: Ediciones Trea.
- BRENNER, Ann (2001): "Isaac HaGorni and the troubadour persona", *Zutot* 1, 84-90.
- CASTRO, Américo (1948): *España en su historia. Cristianos, moros y judíos*. Buenos Aires: Editorial Losada [Reed. Barcelona, 1996].
- CASTRO, Américo (1954): *La realidad histórica de España*. México: Porrúa [reed. 1962, 1966].
- CASTRO, Ivo (2006): *Introdução à História do Português*. 2ª. ed. revista e muito ampliada. Lisboa: Edições Colibri.
- COLE, Peter (2007): *The Dream of the Poem. Hebrew Poetry from Muslim and Christian Spain. 950-1492*. Princeton / Oxford: Princeton University Press.
- CORREIA, Fernando Branco (2013): *Elvas na Idade Média*. Lisboa: Colibri / CIDEHUS - Universidade de Évora.
- DEBENEDETTI, Santorre (1986): "I sonetti volgari di Immanuele Romano", en Santorre Debenedetti, *Studi Filologici*. Milano: Franco Angeli, 9-18 [Torino: 1904, ed. de 70 exemplares].
- DORON, Aviva (1986): "Dios, haz que el rey se apiade de mí. Entrelazamiento de lo sacro y lo profano en la poesía hebrea-toledana en el transfondo de la poesía cristiana-española", *Sefarad*, ano XLVI, fasc. 1-2, 151-160.
- DORON, Aviva (2000): "La poesía amorosa hebraico-española del siglo XIII como punto de confluencia de motivos trovadorescos y andalusíes", en Florencio Sevilla / Carlos Alvar (eds.), *Actas del XIII Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas. Vol. I. Medieval. Siglos de Oro*. Madrid: Asociación Internacional de Hispanistas / Ed. Castalia / Fundación Duques de Soria, 107-116.
- EINBINDER, Susan L. (2009): *No Place of Rest. Jewish Literature, Expulsion, and the Memory of Medieval France*. Philadelphia: Pennsylvania University Press.
- FERREIRA, Maria do Rosário (2010): "Dom Pedro de Barcelos e a representação do passado ibérico", en Maria do Rosário Ferreira (coord.), *Cadernos de Literatura Medieval - CLP: o contexto hispânico da historiografia portuguesa nos séculos XIII e XIV*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 81-102. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0405-3>
- FERREIRA DE MIRA, M. (1947): *História da Medicina Portuguesa*. Lisboa: Edição da Empresa Nacional de Publicidade.

- FIELD, Hugh (1989): *Ramon Vidal de Besalú. Obra Poètica*. 2 vols. Barcelona: Curial.
- FINAZZI-AGRÒ, Ettore (1993): “Pero Garcia Burgalês”, en Giulia Lanciani / Giuseppe Tavani (eds.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 541-542.
- GONÇALVES, Íria (1965): “Físicos e cirurgiões quatrocentistas. As cartas de exame”, *Do Tempo e da História* 1, 69-112.
- HERSHON, Cyril (1997): “The Jews of Mediaeval Languedoc: the Interplay of Literature”, *Tenso* 12:2, 89-111.
- IANCU-AGOU, Danièle (1998): “Médecins juifs et néophytes en Provence (1460-1525)”, *Vesalius*, número spécial, 28-36.
- INDINI, Maria Luisa (1993): “Josep, Dom”, en Giulia Lanciani / Giuseppe Tavani (eds.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 366.
- INDINI, Maria Luisa (1993): “Vidal, Judeu d’Elvas”, en Giulia Lanciani / Giuseppe Tavani (eds.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 679-680.
- KAYSERLING, Meyer (2009): *História dos Judeus em Portugal*. Trad. Anita Waingort Novinsky / Gabriele Borchardt Corrêa da Silva. São Paulo: Perspectiva.
- KIRSCHBAUM, Saul (2011): “Todros Abulafia: um poeta judeu na corte do rei sábio”, *Revista Signum* 12: 1, 147-165. <http://www.abrem.org.br/revistasignum/index.php/revistasignumn11/article/view/45>.
- LAGARES, Xoán Carlos (2000): *E por esto fez este cantar. Sobre as rubricas explicativas dos cancioneiros profanos galego-portugueses*. Santiago de Compostela: Edicións Laivento.
- LAPA, Manuel Rodrigues (1965): “Das origens da poesia lírica medieval portuguesa”, en Manuel Rodrigues Lapa, *Miscelânea de Língua e Literatura Portuguesa Medieval*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e Cultura, 170-176.
- LEMONS, Maximiano (1899): *História da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*. Vol. I. Lisboa: Manuel Gomes Editor.
- LIND, Georg Rudolf (1978) “Cristianos, Moros y Judíos en la Historia de España”, *Letras* 27, 35- 50. <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/viewFile/19445/12708>.
- MARTINS E SILVA, J. (2002): “Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911 – 1ª Parte” www.hemorreologia.com/documentos/anotacoes_ensino_medicina.pdf [14/05/2015].
- MCVAUGH, Michael (1993): *Medicine before the plague: Practitioners and Their Patients in the Crown of Aragon, 1285-1345*. Cambridge: Cambridge University Press.
- OLIVEIRA, António Resende de (1994): *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*. Lisboa: Edições Colibri.
- PADEN, William D. (2005): “Troubadours and Jews”, in Dominique Billy / Ann Buckley (eds.), *Études de langue et de littérature médiévales offertes à Peter T. Ricketts à l’occasion de son 70ème. anniversaire*. Turnhout: Brepols, 471-484.
- PATERSON, Linda M. (1993): *The World of the Troubadours. Medieval Occitan Society, c. 1100-c. 1300*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PICCHIO, Luciana Stegagno (1979): “As cantigas de amor de Vidal, judeu de Elvas”, en Luciana Stegagno Picchio, *A Lição do Texto. Filologia e Literatura. I. Idade Média*. Lisboa: Edições 70, 67-93 [“Le poesie d’amore di Vidal, giudeo di Elvas”, *Cultura Neolatina* XXII, 1962, 40-61].

- REINACH, Solomon (1885): *Traité d'épigraphie grecque*. Paris: Ernest Leroux Éditeur.
- SÁENZ-BADILLOS, Ángel (1988): "Las moaxajas de Todros Abul'afia", en C. Carrete (ed.), *Actas del IV Congreso Internacional "Encuentro de las tres culturas"*. Toledo: Ayuntamiento de Toledo, 135-146.
- SÁENZ-BADILLOS, Ángel (1996): "Hebrew Invective Poetry: the Debate between Todros Abulafia and Phinehas Halevi", *Prooftexts* 16, 49-73.
- SÁENZ-BADILLOS, Ángel (2001): "El estudio de la poesía y la prosa hispanohebrea en los últimos cincuenta años", *MEAHA (Miscelanea de estudios árabes y hebraicos)*, sección Hebreo 50, 133-161.
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, Claudio (1956): *España, un enigma histórico*. Buenos Aires: Editorial Losada.
- SCHIPPERS, Arie (1998): "Les troubadours et la tradition poétique hébraïque en Italie et en Provence", en Anton Toubert (ed.), *Le Rayonnement des troubadours. Actes du colloque de l'AIEO*. Amsterdam / Atlanta, GA: Rodopi, 133-142.
- SLEIMAN, Michel (2007): *A arte do Zajal. Estudo de poética árabe*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- TARGARONA, Judit (1985): "Todros ben Yehudah ha-Leví Abulafia, un poeta hebreo en la corte de Afonso X el Sabio", *Helmántica* 36, 109-111, 195-210.
- TAVARES, Maria José Ferro (1984): *Os judeus em Portugal no século xv*. 2 vols. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- TAVARES, Maria José Ferro (1992): *Los judíos en Portugal*. Madrid: Editorial Mapfre.
- TAVARES, Maria José Ferro (1993): "Linhas de força da História dos judeus em Portugal das origens à actualidade", *Espacio, Tempo y Forma. Serie III, Historia Medieval* 6, 447-474.
- TAVARES, Maria José Ferro (2000²): *Os Judeus em Portugal no século xiv*. Lisboa: Guimarães Editores.
- TAVARES, Maria José Ferro (2014): "Judeus de Castela em Portugal no Final da Idade Média", *Sefarad* 74:1, 89-144.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis (1990): *Cancioneiro da Ajuda*. 2 vols. Reimpressão da edição de Halle (1904), acrescentada de um prefácio de Ivo Castro e do glossário das cantigas (*Revista Lusitana*, XXIII). Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- VASCONCELOS, José Leite de (1928): *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- WANONO, Anne (1998): "Où l'on reparle de la reine Esther: essai d'interprétation lexicologique à partir d'une parodie hébraïco-provençale de Crescas du Caylar (c. 1327)", en Suzanne Thiolier-Méjean, *La poésie de langue d'oc. Des troubadours à Mistral*. [Paris]: CEROC-Université de Paris-Sorbonne / CNRS-UPRESA 8092, 349-378.
- WILKE, Carsten L. (2007): *Histoire des juifs portugais*. Paris: Éditions Chandeigne / Librairie Portugaise.
- ZURARA, Gomes Eanes de (1915): *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I. Publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa, segundo os manuscritos nos. 368 e 355 do Arquivo Nacional por Francisco Maria Esteves Pereira*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.

Apêndice

1. 1463.08.22. Lisboa

ANTT. Chancelaria de D. Afonso V, l. 9, f. 131.

D. Afonso V outorga licença ao mestre Vidal, judeu de Elvas, para a prática da “física”¹⁸

Dom Afonso etc. a todollos corregedores, juizes e justiças de nossos regnos e senhorio a que esta nossa carta for mostrada: saude. Sabede que mestre Vidal, cirurgiãao judeu morador em Ellvas, nos disse que elle deprendera de fesica e que sabia della tanto que bem poderia praticar della, senom que se temia de nossa defessa acerqua desto posta: mandamos que nenhũa pessoa use de fiseca nem cure dalgũa outra pessoa, se primeiro nom for examinado per nosso fisico-moor e ouver nossa carta asynada per elle e assellada de nosso seello, soo pena de ser preso e da cadea pagar trinta dobras. E que nos pedia que o mandassemos examinar ao nosso fisico-moor. E, se ho achasse ydoneo e suficiente pera da dita arte et ciencia poder usar, lhe mandassemos dar carta de licença polla qual podesse e curar de fiseca. E nós, vendo o que assi pedia e querendo-lhe fazer graça e mercee, mandamos ao doutor mestre Afonso Madeira, nosso fisico-moor, que ho examinasse e pero que fomos certo, pollo que ho examinou e achou pera ello asaz ydoneo, damos-lhe lugar e licença que elle usse e partyque de fesica per todos nossos regnos e senhorios, sem embargo de qualquer outra hordenança nossa. E mandamos-vos que ho leixees praticar della e curar daqui em diante, e sobre ello lhe nom ponhades nen consentades ser posto algũu embargo, pero que assi he nossa merce, honde all non façades. O qual mestre Vidal jurou em sua ley, em a nossa chancellaria, que bem et verdadeiramente use e pratique da dita fisequa et a provector de nosso poboo. El rey ho mandou pello doutor mestre Afonso Madeira seu fisico-moor e examinador dos fisicos de seus regnos et senhorios. Dada em Lixbõa a xxii dias d’ agosto da era do nascimento de Nosso Señor Jhesu Christo de mill e IIII LXIII.

Margem: Mestre Vidall, cirurgiãao e fisequo

2. 1469.13.03. Avis

ANTT. Chancelaria de Dom Afonso V, liv.31, f. 116v.

D. Afonso V outorga licença a mestre Vidal, cirurgião de Elvas, para andar em besta muar de sela e freio

¹⁸ Devo a Célia Marques Telles (UFBA) e a José António Souto Cabo (USC) a leitura e transcrição dos documentos constantes deste Apêndice, pelo que lhes sou imensamente grata.

Dom Afonso etc. a quantos esta carta virem fazemos saber que nós, querendo fazer graça e mercee a meestre Vidall, judeu, sollorgiam morador em a nossa villa d'Elvas, teemos por bem e damos-lhe licença e lugar: que possa andar em besta muar de seella e freo per todos nossos regnos, sem embargo da nossa defessa e hordenaçom [que] em contraíro forem e porem mandamus a todallas nossas justiças e ao nosso anadel moor etc. Em forma dada em Avjs XIII dias de março Lopo Fernandez a fez, ano de nosso Senhor Jhesu Christo de mill et IIII LXIXOS.

Margem: Mestre Vidall

3. 1480.13.06. Vila Viçosa

ANTT. Chancelaria de Dom Afonso V, liv. 32, 147v.

D. Afonso V isenta mestre Vidal, físico e cirurgião de Elvas, do serviço de aposentadoria.

Dom Afonso etc. a quantos esta nossa carta virem fazemos saber que nós, querendo fazer graça e mercee a mestre Vidal, fís[i]co e solorgiam judeu, morador em nossa vila d'Elvas, per algũas razões que nos a esto moveram, temos per bem e nos praz o avermos como defe[s]o. Avemos daqui em diante per escusado de pousar em suas cassas de morada, adeguas nem cavaliças nem lhe tomem [em] sua tenda roupa branca, bestas de sela nem d'albarda, nem outra nenhũa coussa de seu contra sua vontade. Porem mandamos aos juizes e officiaes da dita vila, apousentadores dela, e aos rabiis e comuna da dita vila e a outros quaesquer officiaes e pessoas a que o consentimento desto pertencer que o ajam asy per escusado das ditas coussas e quada hũa delas e o non constrangam pera ellas, em parte nem em todo, em nenhũa maneira que seja e lhe comprem inteiramente esta nossa carta como em ella he conteudo, sem lhe irem contra ella, em parte nem em todo, por quanto asy he nossa merce. Dada [em] vila Viçossa aos XIII dias de junho. El Rei o mandou per Nuno Martiiz da Silveira etc. Nycola[o] Anes a fez [ano] de mil IIIIOS LXXX.

Margem: Carta de Mestre Vidal

C U R S O S E C O N G R E S O S

Nº 242